



Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 1766

Sexta-feira - 19 de Junho de 2015

Florianópolis/SC

Sumário

Municípios

Água Doce.....	2	Herval d'Oeste	307	Ponte Serrada	677
Alto Bela Vista.....	3	Ilhota	310	Porto Belo.....	680
Antônio Carlos	4	Imarui	311	Porto União.....	681
Arroio Trinta.....	5	Imbituba	312	Pouso Redondo	695
Balneário Rincão	28	Indaial	339	Presidente Castello Branco	712
Barra Velha.....	34	Ipumirim	484	Rio dos Cedros.....	717
Benedito Novo	35	Irineópolis	485	Rio do Sul.....	713
Biguaçu	36	Itá	492	Salto Veloso.....	840
Blumenau	60	Itapiranga.....	493	Santa Terezinha do Progresso	841
Bom Retiro	74	Itapoá	494	São Bento do Sul.....	842
Botuvera.....	76	Ituporanga	495	São Carlos	872
Braço do Trombudo	77	Joaçaba	496	São Joaquim	873
Brusque.....	79	José Boiteux	504	São José.....	874
Caçador.....	82	Lages	505	São Lourenço do Oeste.....	877
Camboriú.....	84	Leoberto Leal.....	508	São Miguel do Oeste.....	878
Campo Alegre	85	Lindóia do Sul	509	São Pedro de Alcântara.....	879
Campos Novos.....	112	Luzerna	510	Schroeder	880
Canoinhas.....	116	Mafra	512	Serra Alta	886
Capinzal	120	Maracajá	634	Siderópolis.....	887
Chapadão do Lageado	249	Marema	635	Sombrio.....	888
Cocal do Sul.....	251	Massaranduba.....	637	Sul Brasil	905
Concórdia	254	Meleiro	643	Tigrinhos	906
Cordilheira Alta	256	Modelo	644	Timbé do Sul	907
Coronel Freitas.....	259	Morro da Fumaça	647	Timbó	909
Correia Pinto.....	260	Navegantes.....	649	Três Barras	913
Corupá	267	Nova Trento	652	Treze Tílias	914
Dionísio Cerqueira	268	Novo Horizonte	658	Tunápolis	915
Ermo	269	Ouro	660	União do Oeste	916
Faxinal dos Guedes.....	270	Ouro Verde	661	Urussanga	917
Forquilha.....	271	Palhoça	662	Vargeão.....	918
Fraiburgo.....	275	Palmitos	666	Vargem Bonita	919
Frei Rogério	276	Papanduva.....	668	Vidal Ramos.....	920
Garuva	277	Passos Maia	669	Videira.....	921
Gaspar	290	Paulo Lopes	670	Vitor Meireles.....	941
Grão Pará	292	Penha.....	671	Xanxerê.....	943
Guaramirim.....	293	Pinheiro Preto	672	Xavantina	944
Guarujá do Sul.....	294	Pomerode	675	Xaxim.....	951

Associações

AMAI.....	954	FECAM	955	GRANFPOLIS.....	956
-----------	-----	-------------	-----	-----------------	-----

Consórcios

CIGA	957
CIMCATARINA.....	958
CIS Nordeste	960
CIS/AMOSC.....	984



Ponte Serrada SOLIDÁRIA

Colabore com as vítimas do tornado

Conta Corrente para doações:

Banco do Brasil:

Agência: 2479-1

Conta Corrente: 13881-9

Defesa Civil de Ponte Serrada

CNPJ: 15.364.703/0001-76

Informações: (49) 8427-0191 ou 9968-1101

#JuntosSomosMaisFortes



XANXERÊ SOLIDÁRIA

DOE ÀS VÍTIMAS DO TORNADO

CONTA CORRENTE OFICIAL PARA DOAÇÕES
BANCO DO BRASIL

AGÊNCIA 0586-X CONTA: 2.015-X
CNPJ: 83.009.860/0001-13

PARA TRANSFERÊNCIAS INTERNACIONAIS
USE O CÓDIGO ABAIXO

IBAN: BR8600000000005860000020150C1

INFORMAÇÕES: (49) 3441-8500

Iniciativa



PREFEITURA DE
XANXERÊ
xanxere.sc.gov.br

Água Doce

PREFEITURA

TERMO DE RESCISÃO DO CONTRATO 8/2015 FMAS TERMO DE RESCISÃO CONTRATUAL

CONTRATO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL Nº. 8/2015 DE 09/03/2015

O Fundo Municipal de Assistência Social de Água Doce – SC, , pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ nº. 13.612.607/0001-74, com endereço na Praça João Macagnan, 322, cidade de Água Doce – SC, neste ato representado por seu Gestor Sr. Orlando Fávero, e de outro lado Maria Balestrin, pessoa física, inscrita no CPF sob nº 415.011.609-15, residente no município de Salto Veloso, resolvem de comum acordo RESCINDIR DE PLENO DIREITO o Contrato de Locação de Imóvel nº. 8/2015 de 09/03/2015 para locação pela contratante de um imóvel de alvenaria e madeira com 127,35 m² localizado na Avenida Independência, Centro – Água Doce, SC, matrícula 4.991 do 2º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Joaçaba – SC, para abrigar família de Maurício Albuquerque, filho de Maria Nacilda Correa e Alcides Florêncio Albuquerque, firmado entre as partes, a partir da qual inexistirão obrigações recíprocas, salvo os direitos e obrigações geradas anteriormente a esta data.

Água Doce, SC, 17 de junho de 2015

ORLANDO FÁVERO
Gestor do FMAS
Contratante

MARIA BALESTRIN
Proprietária do Imóvel
Contratado

TESTEMUNHAS

CRISTIANO SAVARIS DA SILVA
CPF: 005.614.419-95

GLÁUCIA REGINA VARASCHIN
CPF: 006.597.239-21

Visto e Aprovado pela Assessoria Jurídica
SCHEILA MARA CORSO GIORDANI
OAB 27419

VETO A EMENDA MODIFICATIVA Nº 01/2015 AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 001/2015

Município de Água
Poder Executivo

NOVELLI SGANZERLA, Prefeito Municipal de Água Doce – SC no uso de suas atribuições, decide VETAR INTEGRALMENTE a Emenda Modificativa nº 001/2015 ao Projeto de Lei Complementar nº 001/2015 de 09 de março de 2015, "ALTERA REDAÇÃO DO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 001/2015, DE 09 DE MARÇO DE 2015 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS", de iniciativa do Poder Legislativo, aprovado pela Câmara de Vereadores em Sessão Plenária, realizada em 27 de abril de 2015, conforme explicitado nas razões que se seguem.

RAZÕES DE VETO

O projeto de emenda modificativa nº 01/2015 de 27 de março de 2015 por possuir vício juridicamente insanável.

O projeto de lei sob exame altera tabela, cobrança de serviços públicos terceirizados – coleta de lixo - é um serviço de utilidade pública que o Município presta diretamente ou por delegação, podendo ser executado diretamente pela Prefeitura ou por empresas particulares através de terceirização, por não se tratar de atividade fim.

É inquestionável, portanto, que esta matéria, objeto da proposta legislativa em apreço é de iniciativa do Poder Executivo, por tratar-se de normas-disposições que disciplinam um serviço público.

Num sistema constitucional democrático como o nosso, em que os três Poderes constituídos são dotados de autonomia e têm estabelecidas atribuições distintas e específicas que lhes garantem a necessária independência e relacionamento harmonioso, seria totalmente afrontoso ao Legislativo se a própria Constituição Federal impusesse, de um lado, a aprovação de projetos de lei, e impedisse, de outro lado, que emendas viessem a adequá-los na conformidade do consenso dos parlamentares, visto que isto significaria subtrair do Legislativo importante parcela de sua mais expressiva e relevante função, ou seja, a legislativa.

Contudo, quando o projeto a ser emendado pelo Legislativo é de competência constitucional atribuída, com exclusividade, a sua iniciativa, ao Chefe do Executivo, toda cautela faz-se necessária para que, a título de emendar (acrescentando, suprimindo ou modificando), não transforme o Legislativo no titular daquela iniciativa que a Carta Magna e a Lei Orgânica do Município reservou ao Executivo, ou, em outras palavras, a título de emendar não acabe o legislador por substituir o projeto inicial.

A apresentação de emendas, encarada pelo Profº Manoel Gonçalves Ferreira Filho, "como uma iniciativa acessória ou secundária, segundo o direito positivo brasileiro é a proposta de direito novo já proposto, sendo reservado aos membros do Poder Legislativo o poder de emendar"(Do Processo Legislativo. São Paulo: Saraiva. 3. ed., 1995).

Por ser o Legislativo o veiculador da vontade popular, a ele é conferido como função típica e exclusiva, o poder de emendas aos projetos cuja iniciativa seja ou não de sua competência. É o Texto Constitucional da República que assegura o poder de emenda, ao mesmo tempo que o limita em determinadas hipóteses, nos termos do art. 63.

O direito de emendar constitui parte fundamental do poder de legislar; sem ele o Legislativo se reduziria a um simples ratificador da vontade do titular da iniciativa ou em simples votante.

Porém, algumas questões vêm à tona quando se trata do poder de emendar os projetos de lei cuja, iniciativa é reservada ao Poder Executivo.

Fundamenta-se essa regra de reserva não apenas no princípio de separação dos poderes, mas também num critério de conveniência e oportunidade administrativa.

A exclusividade da iniciativa atinge a matéria e os interesses a ela vinculados. É de se ter em mente, que o interesse da Administração Pública é que constitui a ratio essendi primordial da reserva de iniciativa ao Executivo.

O Prefeito Municipal é, além do Chefe do Poder Executivo, também o Chefe da Administração Pública local, por cujos interesses tem que zelar, e só ele está em condição de saber quais são esses interesses e como agir para resguardá-los.

Ora, se a exclusividade é conferida também quanto à regulamentação dos interesses referentes à matéria reservada, claro está que o poder de emenda do Legislativo encontra aí um limite de atuação. Não se pode admitir emendas que modifiquem os interesses contidos no projeto de lei, pois isso seria infringir a regra da reserva. Reserva-se ao Executivo a regulamentação dos interesses vinculados às matérias previstas no § 1º do art. 61 da constituição Federal, e não compete ao Legislativo mudar a fixação desses interesses. Publiquem-se, as Razões do Veto nos órgãos oficiais.

Água Doce, 12 de junho de 2015.

Novelli Sganzerla
Prefeito Municipal

Alto Bela Vista

PREFEITURA

EDITAL DE LEILÃO PÚBLICO Nº 001/2015

EDITAL DE LEILÃO PÚBLICO Nº 001/ 2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO BELA VISTA.

O município de ALTO BELA VISTA, SC, com sede na Rua do Comércio, nº 1015, Centro, Alto Bela Vista, SC, CEP 89.730/000, inscrito no CNPJ/MF sob nº 01.614.374/0001-60, Telefone (49) 3455-9022, torna público aos interessados que fará realizar LEILÃO PÚBLICO às 09:00 horas do dia 15 de JUNHO de 2015, tendo como local o AUDITÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL, Rua do Comércio, nº 1015, Centro, Alto Bela Vista, SC. O leilão será conduzido pelo Leiloeiro PÚBLICO Oficial SR. ULISSES DONIZETE Ramos, matrícula AARC/309 JUCESC, para venda à vista de bens móveis e imóveis inservíveis LOTE 01: 01 FIAT/PALIO EX, ano 2001, modelo 2002, Placas ABY 0331, cor branca, Gasolina. LANCE INICIAL R\$ 6.000,00. LOTE 02: 01 GM/CORSA CLASSIC, ano/modelo 2003, Placas CZZ 3056, cor branca, Álcool. LANCE INICIAL R\$ 5.800,00. LOTE 03: 01 VW/GOL SPECIAL 1.0, ano/modelo 2002, Placas MDB 1561, cor branca, Gasolina. LANCE INICIAL R\$ 5.500,00. LOTE 04: 01 MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120B, ano 1984. LANCE INICIAL R\$ 7.500,00. LOTE 05: 01 ROLO COMPACTADOR DYNAPAC 150, ano 2009. LANCE INICIAL R\$ 49.500,00. LOTE 06: 01 RETRO-ESCAVADEIRA CASE 580L 4 X 2, ano 1998. LANCE INICIAL R\$ 12.500,00. LOTE 07: 01 TRATOR VALMET 985, ano 1997 com concha agrícola dianteira série 1443 mod. PAD-500, acoplável para trator agrícola. LANCE INICIAL R\$ 28.000,00. LOTE 08: 01 CARRETA AGRÍCOLA IBL 3T CARROCERIA DE MADEIRA, basculante manual, ano 2009. LANCE INICIAL R\$ 150,00. LOTE 09: 01 CARRETA AGRÍCOLA IBL 3T CARROCERIA DE MADEIRA basculante manual, ano 2009. LANCE INICIAL R\$ 150,00. LOTE 10: 01 CARRETA AGRÍCOLA TRITON 3T CARROCERIA DE MADEIRA basculante manual, ano 2009. LANCE INICIAL R\$ 150,00. LOTE 11: 01 CARRETA AGRÍCOLA TRITON 3T CARROCERIA DE MADEIRA basculante manual, ano 2009. LANCE INICIAL R\$ 100,00. LOTE 12: 01 CARRETA AGRÍCOLA TRITON 3T CARROCERIA DE MADEIRA basculante manual, ano 2009. LANCE INICIAL R\$ 200,00. LOTE 13: 01 CARRETA AGRÍCOLA IAC 3T, basculante manual, ano 2009. LANCE INICIAL R\$ 150,00. LOTE 14: 01 DISTRIBUIDOR DE ADUBO ORG.LIQ FATRITOL 4000 LT. LANCE INICIAL R\$ 330,00. LOTE 15: 01 PLATAFORMA DE CORTE PC 1200 MKM EQUITER, acoplável em ensiladeira, ano 2011. LANCE INICIAL R\$ 120,00. LOTE 16: 01 DISTRIBUIDOR DE ADUBO ORG.LIQ FATRITOL 4000 LT. LANCE INICIAL R\$ 180,00. LOTE 17: 01 DISTRIBUIDOR DE ADUBO ORGANICO LIQUIDO, ENCOMAGUI NOGUEIRA DELN 3000LT. LANCE INICIAL R\$ 230,00. LOTE 18: 01 DISTRIBUIDOR DE ADUBO ORGANICO LIQUIDO CAP 4000 LT. LANCE INICIAL R\$ 180,00. LOTE 19: 01 DISTRIBUIDOR DE ADUBO LIQUIDO CHIUMENTO 4000 LT. LANCE INICIAL R\$ 130,00. LOTE 20: 01 DISTRIBUIDOR DE ADUBO LIQUIDO CHIUMENTO 4000 LT. LANCE INICIAL R\$ 130,00. LOTE 21: 01 DISTRIBUIDOR DE ADUBO SOLIDO JUMIL 3T. LANCE INICIAL R\$ 100,00. LOTE 22: 02 BOTTÕES DE SÊMEN, modelo GT 21 e 01 BOTTÃO DE SÊMEN. LANCE INICIAL R\$ 100,00. LOTE 23: 01 COLHEDORA DE FORRAGENS NOGUEIRA PECUS 9004 SUPER. LANCE INICIAL R\$ 180,00. LOTE 24: 01 CAÇAMBA BASCULANTE 5M³, sem caminhão. LANCE INICIAL R\$ 850,00. LOTE 25: 01 BARCO (Caiaque) em fibra. LANCE INICIAL R\$ 120,00. LOTE 26: SUCATAS DE INFORMÁTICA E MÓVEIS. LANCE INICIAL R\$ 100,00. LOTE 27: SUCATAS DE FERRO VELHO E OUTROS METAIS. LANCE INICIAL R\$ 80,00. Edital completo com as descrições poderá ser obtido na Prefeitura ou através dos sites WWW.MAXLEILÕES.COM.BR ou WWW.ALTOBELAVISTA.SC.GOV.BR, ou ainda pelos telefones Fone (49) 3455-9022, na Prefeitura ou (47) 3521-7730 com o Leiloeiro. Aplica-se à presente licitação, as disposições da Lei no 8.666/93, incluindo as alterações posteriores. Leia atentamente o edital.

ALTO BELA VISTA (SC), 18 de Junho de 2015.

CATIA TESSMANN REICHERT

PREFEITA DE ALTO BELA VISTA

PORTARIA Nº 081 DE 01 DE JUNHO DE 2015

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

CATIA TESSMANN REICHERT, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei; especialmente na forma do art. 83, 84, Parágrafo Único Seção II, da lei Complementar 011, de 10 de janeiro de 2005, institui o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

RESOLVE

Art. 1º Conceder Licença para tratamento de saúde ao Servidor Público Municipal, LAITIR ALBERTO LOHMANN, ocupante do cargo efetivo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, matrícula nº 540, por um (1) dia, a contar na presente data, conforme atestado médico expedido pelo Hospital Regional do Oeste da cidade de Chapecó.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação desta portaria serão consignadas em Dotação Orçamentária Geral do Município.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Alto Bela Vista/SC, 01 de junho de 2015.

CATIA TESSMANN REICHERT

Prefeita Municipal

Registrada e publicada em data supra.

FÁTIMA LORETE CLEIN DA SILVA

Responsável Pelas Publicações

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 030/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ALTO BELA VISTA

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 030/2015

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL nº 022/2015

O Município Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, torna público, para o conhecimento dos interessados, que se encontra aberto o Processo de Licitação, na modalidade de Pregão, na forma presencial, objetivando a Contratação de empresa para a prestação, em regime de fretamento, de serviço de transporte de alunos ao Instituto Federal Catarinense - Campus Concórdia, consoante disposições da Lei Federal nº 10.520 e 8.666, de 21 de junho de 1993 e de conformidade com as normas elencadas no Edital. E que estará recebendo os envelopes contendo as propostas de preços e aqueles dos documentos de habilitação, até 13h50, do dia 06 de julho de 2015, em sessão pública, com início previsto para as 14h da mesma data. A íntegra do Edital e informações complementares, poderão ser obtidas pelo telefone (49) 3455-9022 e na internet, no site <http://www.altobelavista.sc.gov.br>, link "licitações".

Alto Bela Vista (SC), em 18 de junho de 2015.

Catia Tessmann Reichert

Prefeita Municipal.

Antônio Carlos

PREFEITURA

PORTARIA N 347/2015

PORTARIA Nº 347/2015.

Proíbe Diárias aos Cargos Comissionados.

ANTONIO PAULO REMOR – Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo nº 56, inciso VI da Lei Orgânica do município,

Resolve:

Artigo 1º - A partir desta data, fica proibido diárias, pagamento de Cursos e qualquer indenização de transportes aos cargos nomeados pelo Chefe do Poder Executivo, ditos Comissionados, salvo justificação e autorização expressa do Prefeito Municipal.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, em 18 de junho de 2015.

ANTONIO PAULO REMOR
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria, em 19 de junho de 2015.

PORTARIA N 348/2015

PORTARIA Nº 348/2015.

Concede Ferias a servidora efetivo.

ANTONIO PAULO REMOR – Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais,

Resolve:

Artigo 1º - Conceder, FÉRIAS, por 30 dias, a servidora ARLETE BERNADETE JUNKES PAULI, ocupante do cargo efetivo de AUXILIAR CONTABIL-FINANCEIRO I, referente ao período aquisitivo de 03/01/2014 a 02/01/2015.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º -. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 18 de junho de 2015.

ANTONIO PAULO REMOR
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria, em 19 de junho de 2015.

PORTARIA N 349/2015

PORTARIA Nº 349/2015.

Concede Gratificação a servidor efetivo.

ANTONIO PAULO REMOR – Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei nº 589/1993,

Resolve:

Artigo 1º - Conceder, FUNÇÃO GRATIFICADA – FG, de CHEFE DO SETOR DE ASSISTENCIA SOCIAL, a servidora REGIANE CUSTODIO, ocupante do cargo efetivo de AUXILIAR ADMINISTRATIVO I, a partir do mês de junho de 2015.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º -. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 18 de junho de 2015.

ANTONIO PAULO REMOR
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria, em 19 de junho de 2015.

Arroio Trinta

PREFEITURA

EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS – Nº 0002/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA

AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Arroio Trinta, Estado de Santa Catarina, através do Fundo Municipal de Saúde, torna público para o conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação, conforme descrição abaixo:

Modalidade: Tomada de Preços nº 0002/2015 - TP

Tipo: Menor Preço por Item.

OBJETO: SERVIÇOS DE IMPRESSOS GRÁFICOS COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS PARA A UNIDADE DE SAÚDE CENTRAL DO MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA.

Regimento: Lei Complementar 123/2006, Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

Entrega dos Envelopes (Credenciamento): Até às 09h:00 do dia 07/07/2015.

Abertura dos Envelopes: Às 09h:30m do dia 07/07/2015.

Retirada do Edital: O Edital poderá ser obtido junto ao Departamento de Licitações da Prefeitura, onde será entregue às empresas interessadas. Ainda, poderá ser obtido no site do Município (<http://www.arroiotrinta.sc.gov.br/>) ou através dos e-mails: compras@arroiotrinta.sc.gov.br e compras@arroio30.com.br.

Informações e esclarecimentos no endereço: Rua XV de Novembro, 26, Centro, de segunda a sexta feira, no horário normal de Expediente ou pelo fone/fax: (0xx 49) 35356000.

Arroio Trinta - SC, 18 de junho de 2015.

TARCISIO LIDANI

Gestor do Fundo Municipal de Saúde

RREO 2º BIMESTRE 2015**Município de Arroio Trinta**

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

Período de referência: Janeiro a Abril 2015/Bimestre Março-Abril

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1,00

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a)x100
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	540.520,00	540.520,00	157.411,54	29,12
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	125.000,00	125.000,00	55,40	0,04
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	30.000,00	30.000,00	24.623,46	82,08
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	130.000,00	130.000,00	56.847,80	43,73
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	245.000,00	245.000,00	74.203,18	30,29
Imposto Territorial Rural - ITR	0,00	0,00	0,00	0,00
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	1.630,00	1.630,00	145,91	8,95
Dívida Ativa dos Impostos	7.260,00	7.260,00	1.171,63	16,14
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa	1.630,00	1.630,00	364,16	22,34
RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	13.494.000,00	13.494.000,00	3.989.800,32	29,57
Cota-parte FPM	6.900.000,00	6.900.000,00	2.137.683,62	30,98
Cota-parte ITR	5.000,00	5.000,00	94,73	1,89
Cota-parte IPVA	475.000,00	475.000,00	144.476,61	30,42
Cota-parte ICMS	6.000.000,00	6.000.000,00	1.674.678,01	27,91
Cota-parte do IPI - Exportação	82.000,00	82.000,00	26.049,98	31,77
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	32.000,00	32.000,00	6.817,37	21,30
Desoneração ICMS (LC 87/96)	32.000,00	32.000,00	6.817,37	21,30
Outras	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II	14.034.520,00	14.034.520,00	4.147.211,86	29,55

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c)x100
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS	679.270,00	679.270,00	467.885,41	68,88
Provenientes da União	438.370,00	438.370,00	192.211,73	43,85
Provenientes dos Estados	128.400,00	128.400,00	10.549,06	8,22
Provenientes de Outros Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas do SUS	112.500,00	112.500,00	265.124,62	235,67
TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	679.270,00	679.270,00	467.885,41	68,88

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITA EM RESTOS A PAGAR NÃO PRECRESSADOS
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)x100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)x100	
DESPESAS CORRENTES	3.174.138,00	3.174.138,00	1.384.156,48	43,61	933.823,57	29,42	0,00
Pessoal e Encargos Sociais	2.022.454,00	2.022.454,00	632.210,03	31,26	632.210,03	31,26	0,00
Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	1.151.684,00	1.151.684,00	751.946,45	65,29	301.613,54	26,19	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	92.710,00	92.710,00	3.357,00	3,62	3.357,00	3,62	0,00
Investimentos	92.710,00	92.710,00	3.357,00	3,62	3.357,00	3,62	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)	3.266.848,00	3.266.848,00	1.387.513,48	42,47	937.180,57	28,69	0,00

DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITA EM RESTOS A PAGAR NÃO PRECRESSADOS
			Até o Bimestre (h)	% (h/IVf) x 100	Até o Bimestre (i)	% (i/IVg) x 100	
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	852,40	0,06	852,40	0,00	0,00
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERSAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	573.249,96	573.249,96	152.871,34	11,02	126.580,64	0,00	0,00
Recursos de Transferência do Sistema Único de Saúde - SUS	417.149,96	417.149,96	87.474,05	6,30	81.737,29	0,00	0,00
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

1 / 3



Município de Arroio Trinta

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de referência: Janeiro a Abril 2015/Bimestre Março-Abril

Continuação

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1,00

Outros Recursos	156.100,00	156.100,00	65.397,29	4,71	44.843,35	0,00	0,00
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	90.100,00	90.100,00	54.562,42	3,93	23.922,75	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ¹	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS ²	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE FOI APLICADA EM AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE EM EXERCÍCIOS ANTERIORES ³	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (V)	663.349,96	663.349,96	208.286,16	15,01	151.355,79	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV - V)	2.603.498,04	2.603.498,04	1.179.227,32	84,99	785.824,78	83,85	0,00

PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (VII%) = (VII / IIIB x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15%^{4 e 5} **18,95**

VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [VII - (15 x IIIB)/100]⁶ **163.743,00**

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA	INSCRITOS	CANCELADOS/ PRESCRITOS	PAGOS	A PAGAR	PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE
Inscritos em 2015	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inscritos em 2014	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inscritos em 2013	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inscritos em 2012	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inscritos em 2011	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inscritos em Exercícios Anteriores a 2011 (Somatório)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, § 1º e 2º	RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS		
	Saldo Inicial	Despesas custeadas no exercício de referência (j)	Saldo Final (Não Aplicado)
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2015	0,00	0,00	0,00
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2014	0,00	0,00	0,00
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2013	0,00	0,00	0,00
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2012	0,00	0,00	0,00
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2011	0,00	0,00	0,00
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em Exercícios Anteriores a 2011 (Somatório)	0,00	0,00	0,00
Total (VIII)	0,00	0,00	0,00

CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26	LIMITE NÃO CUMPRIDO		
	Saldo Inicial	Despesas custeadas no exercício de referência (k)	Saldo Final (Não Aplicado)
Diferença de limite não cumprido em 2014	0,00	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em 2013	0,00	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em 2012	0,00	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em 2011	0,00	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em 2010	0,00	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em Exercícios Anteriores a 2010 (Somatório)	0,00	0,00	0,00
Total (IX)	0,00	0,00	0,00

DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITA EM RESTOS A PAGAR NÃO PREPROCESSADOS
			Até o Bimestre (l)	% (l/total l) x100	Até o Bimestre (m)	% (m/total m) x100	
Atenção Básica	3.063.738,00	3.063.738,00	1.297.869,54	93,54	903.576,74	96,41	0,00
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	32.000,00	32.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Suporte Profilático e Terapêutico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 2 / 3

**Município de Arroio Trinta****RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

Período de referência: Janeiro a Abril 2015/Bimestre Março-Abril

Continuação

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1,00

Vigilância Sanitária	16.510,00	16.510,00	6.616,00	0,48	3.135,50	0,33	0,00
Vigilância Epidemiológica	12.000,00	12.000,00	1.510,47	0,11	34,47	0,00	0,00
Alimentação e Nutrição	117.600,00	117.600,00	81.517,47	5,88	30.433,86	3,25	0,00
Outras Subfunções	25.000,00	25.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	3.266.848,00	3.266.848,00	1.387.513,48	100,00	937.180,57	100,00	0,00

FONTE: Sistema e-Pública (2154-4152-903). Unidade Responsável: . Data da emissão: 18/06/2015 e hora de emissão: 09:16.

¹ Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.² O valor apresentado na intercessão com a coluna "I" ou com a coluna "h+I"(último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total j".³ O valor apresentado na intercessão com a coluna "I" ou com a coluna "h+I"(último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total k".⁴ Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual nela estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012.⁵ Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012.⁶ No último bimestre, será utilizada a fórmula $[VI(h+i) - (15 \times IIIb)/100]$.

RONIVAN BRANDALISE
CONTADOR
CRC-SC 025.868/O

NELSON CAMPAGNIN
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA

ALCIDIR FELCHILCHER
PREFEITO MUNICIPAL

JOÃO MARCOS FERRONATO
CONTROLADOR INTERNO



Município de Arroio Trinta

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de referência: Janeiro a Abril 2015/Bimestre Março-Abril

LRF, Art. 48 – Anexo 14

Em Reais

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		Até o Bimestre		
RECEITAS				
Previsão Inicial		16.074.550,00		
Previsão Atualizada		16.074.550,00		
Receitas Realizadas		5.491.994,99		
Déficit Orçamentário		0,00		
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados por Créditos Adicionais)		82.409,47		
DESPESAS				
Dotação Inicial		16.074.550,00		
Créditos Adicionais		1.123.105,99		
Dotação Atualizada		17.197.655,99		
Despesas Empenhadas		6.663.125,35		
Despesas Liquidadas		4.276.676,58		
Despesas Pagas		4.175.697,47		
Superávit Orçamentário		1.215.318,41		
DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO		Até o Bimestre		
Despesas Empenhadas		6.663.125,35		
Despesas Liquidadas		4.276.676,58		
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA – RCL		Até o Bimestre		
Receita Corrente Líquida		14.419.851,66		
RECEITAS E DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		Até o Bimestre		
Regime Próprio de Previdência dos Servidores				
Receitas Previdenciárias Realizadas (IV)		0,00		
Despesas Previdenciárias Liquidadas (V)		0,00		
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)		0,00		
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no AMF da LDO (a)	Resultado Apurado Até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultado Nominal		-400.000,00	-1.170.444,54	292,61
Resultado Primário		-300.139,50	714.697,43	-238,12
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento Até o Bimestre	Pagamento Até o Bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	0,00	0,00	0,00	0,00
Poder Executivo	0,00	0,00	0,00	0,00
Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	438.961,84	0,00	192.495,29	246.466,55
Poder Executivo	438.961,84	0,00	192.495,29	246.466,55
Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	438.961,84	0,00	192.495,29	246.466,55
DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO		Valor Apurado Até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado Até o Bimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de impostos em MDE		1.049.364,05	25,00	25,30
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		325.740,11	60,00	89,64
Complementação da União ao FUNDEB		0,00	10,00	0,00
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE		Valor Apurado Até o Bimestre	Limite Constitucional Anual	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado Até o Bimestre
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde		785.824,78	15,00	18,95
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP		Valor Apurado no Exercício Corrente		
Total das Despesas/RCL (%)		0,00		

FONTE: Sistema e-Pública (1523-3311-143). Unidade Responsável: . Data da emissão: 18/06/2015 e hora de emissão: 09:16.

1 Serão demonstradas as projeções do exercício anterior ao de referência.



Município de Arroio Trinta

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

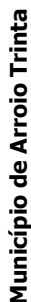
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de referência: Janeiro a Abril 2015/Bimestre Março-Abril

RREO – ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas “a” e “b” do inciso II e § 1º)

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				Em Reais	
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	SALDO (a-c)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (1)	15.271.450,00	15.271.450,00	2.439.097,25	15,97	5.211.339,03	34,12	10.060.110,97	
RECEITAS CORRENTES	15.263.750,00	15.263.750,00	2.341.107,35	15,34	4.967.099,13	32,54	10.296.650,87	
RECEITA TRIBUTÁRIA	700.400,00	700.400,00	122.579,05	17,50	203.453,85	29,05	496.946,15	
Impostos	530.000,00	530.000,00	81.191,39	15,32	155.729,84	29,38	374.270,16	
Taxas	138.400,00	138.400,00	41.387,66	29,90	47.724,01	34,48	90.675,99	
Contribuição de Melhoria	32.000,00	32.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	32.000,00	
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	591.050,00	591.050,00	109.680,36	18,56	216.694,02	36,66	374.355,98	
Contribuições Sociais	489.050,00	489.050,00	90.609,46	18,53	178.098,81	36,42	310.951,19	
Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Contribuição de Iluminação Pública	102.000,00	102.000,00	19.070,90	18,70	38.595,21	37,84	63.404,79	
RECEITA PATRIMONIAL	828.944,00	828.944,00	249.823,06	30,14	636.148,17	76,74	192.795,83	
Receitas Imobiliárias	600,00	600,00	0,00	0,00	0,00	0,00	600,00	
Receitas de Valores Mobiliários	828.344,00	828.344,00	249.823,06	30,16	636.148,17	76,80	192.195,83	
Receita de Concessões e Permissões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Compensações Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Receita Decorrente do Direito de Exploração de Bens Públicos em Áreas de Domínio Público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Receita da Cessão de Direitos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Receita da Produção Vegetal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Receita da Produção Animal e Derivados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras Receitas Agropecuárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Receita da Indústria Extrativa Mineral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Receita da Indústria de Transformação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Receita da Indústria de Construção	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras Receitas Industriais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
RECEITA DE SERVIÇOS	61.944,00	61.944,00	6.851,94	11,06	9.739,43	15,72	52.204,57	
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	12.950.292,00	12.950.292,00	1.803.295,32	13,92	3.827.180,01	29,55	9.123.111,99	
Transferências Intergovernamentais	12.896.792,00	12.896.792,00	1.795.711,20	13,92	3.819.595,89	29,62	9.077.196,11	
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Transferências de Pessoas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Transferências de Convênios	53.500,00	53.500,00	7.584,12	14,18	7.584,12	14,18	45.915,88	
Transferências para o Combate à Fome	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	

1 / 4



RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de referência: Janeiro a Abril 2015/Bimestre Março-Abril

RRREO – ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas “a” e “b” do inciso II e § 1º)

PREÇO – ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas “a” e “b” do inciso II e § 1º)							Continuação
OUTRAS RECEITAS CORRENTES							Em Reais
Multas e Juros de Mora	131.120,00	131.120,00	48.877,62	37,28	73.883,65	56,35	
Indenizações e Restituições	38.460,00	38.460,00	22.868,66	59,46	25.094,86	65,25	
Receta da Dívida Ativa	7.550,00	7.550,00	2.586,32	34,26	5.096,82	67,51	
Recetas Decorrentes de Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atualial do RPPS	16.460,00	16.460,00	2.179,61	13,24	3.870,17	23,51	
Recetas Correntes Diversas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Recetas Decorrentes de Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atualial do RPPS	68.650,00	68.650,00	21.243,03	30,94	39.821,80	58,01	
RECETAS DE CAPITAL	7.700,00	7.700,00	97.989,90	1.272,60	244.239,90	3.171,95	
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
ALIENAÇÃO DE BENS	1.200,00	1.200,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Alienação de Bens Móveis	1.200,00	1.200,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	6.500,00	6.500,00	97.989,90	1.307,54	244.239,90	3.757,54	
Transferências Intergovernamentais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Transferências de Pessoas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Transferências de Outras Instit. Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Transferências de Convênios	6.500,00	6.500,00	97.989,90	1.307,	244.239,90	3.757,	
Transferências para o Combate à Fome	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Integralização do Capital Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Div. Ativa Prov. da Amortiz. Emp. e Financ.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Recetas de Capital Diversas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
RECETAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	803.100,00	803.100,00	142.913,54	17,80	280.655,96	34,95	
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	16.074.550,00	16.074.550,00	2.582.010,79	16,06	5.491.994,99	34,17	
OPERAÇÕES DE CRÉDITO / REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	16.074.550,00	16.074.550,00	2.582.010,79	16,06	5.491.994,99	34,17	
DÉFICIT (VI)							
TOTAL (VII) = (V + VI)	16.074.550,00	16.074.550,00	2.582.010,79	16,06	5.491.994,99	34,17	
TOTAL (VIII) = (VII + VIII)							

Continua 2 / 4



Município de Arroio Trinta

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de referência: Janeiro a Abril 2015/Bimestre Março-Abril

Continuação

PRREO – ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas “a” e “b” do inciso II e § 1º)

SALDO DE EJERCICIOS ANTERIORES (Utilizados para créditos adicionales)

Superávit Financeiro

Reabertura de Créditos Adicionais

SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (Utilizados para créditos adicionais)											82.409,47		82.409,47	
Superávit Financeiro														
Reabertura de Créditos Adicionais														
DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO	DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE	SALDO					
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)							
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	15.153.600,00	16.276.705,99	2.266.882,74	6.369.096,32	9.907.609,67	2.376.618,27	3.982.647,55	3.895.041,51	12.294.058,44					
	13.320.098,45	13.642.507,92	1.764.056,94	5.622.205,87	8.020.302,05	2.061.766,23	3.603.463,47	3.515.857,43	10.039.044,45					
	6.269.112,45	6.269.112,45	968.158,90	1.928.737,76	4.340.374,69	971.950,90	1.921.153,76	1.921.153,76	4.347.958,69					
	55.000,00	55.000,00	0,00	18.479,19	36.520,81	2.662,67	6.863,11	6.863,11	48.136,89					
	6.995.986,00	7.318.395,47	795.888,04	3.674.988,92	3.643.406,55	1.087.152,66	1.675.446,60	1.587.840,56	5.642.948,87					
	843.451,55	1.644.148,07	502.825,80	746.890,45	897.257,62	314.852,04	379.184,08	379.184,08	1.264.963,99					
	508.451,55	1.309.148,07	502.825,80	541.394,42	767.753,65	250.520,00	250.520,00	250.520,00	1.058.628,07					
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00					
	335.000,00	335.000,00	0,00	205.496,03	129.503,97	64.332,04	128.664,08	128.664,08	206.335,92					
	990.050,00	990.050,00	0,00	0,00	990.050,00	0,00	0,00	0,00	990.050,00					
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00					
	920.950,00	920.950,00	142.913,54	294.029,03	626.920,97	142.913,54	294.029,03	280.655,96	626.920,97					
	16.074.550,00	17.197.655,99	2.409.796,28	6.663.125,35	10.534.530,64	2.519.531,81	4.276.676,58	4.175.697,47	12.920.979,41					
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00					
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00					
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00					
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00					
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00						
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00						
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00						
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00						
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00						
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00						
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00						
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00						
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00						
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00						
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00						
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00						
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00						
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00						
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00						
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00						
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00						
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00						
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00						
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00						
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00						
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00						
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00						
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00						
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00						
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00						
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00						
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00						
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00						
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00						
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00						
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00						
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00						
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00						
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00						
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00						
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00						
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00						
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00						
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00						
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00						
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00						
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00						
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00						
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00						
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00						
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00						
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00						
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00						
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00						
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00						
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00						
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00						
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00						
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00						
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00						
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00						
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00						
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00						
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00						
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00						
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00						
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00						
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00						
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00						
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00						
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00						
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00						
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00						
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00						
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00						
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00						
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00						
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00						
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00						
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00						
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00						
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00						
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00						
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00						
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00						
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00						
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00						
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00						
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00						
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00						
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00						
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00						
0,00	0,													

RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS

RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS CORRENTES	803.100,00	803.100,00	142.913,54	17,80	280.655,96	34,95	522.444,04
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	803.100,00	803.100,00	142.913,54	17,80	280.655,96	34,95	522.444,04
Contribuições Sociais	803.100,00	803.100,00	142.913,54	17,80	280.655,96	34,95	522.444,04
TOTAL	803.100,00	803.100,00	142.913,54	17,80	280.655,96	34,95	522.444,04

Continua 3/4



Município de Arroio Trinta

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de referência: Janeiro a Abril 2015/Bimestre Março-Abril

Continuação

RREO – ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas “a” e “b” do inciso II e § 1º)

Em Reais

DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS (f)		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS (h)		DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)	SALDO (i) = (e-h)
			No Bimestre	Até o Bimestre		No Bimestre	Até o Bimestre		
DESPESAS CORRENTES	920.950,00	920.950,00	142.913,54	294.029,03	626.920,97	142.913,54	294.029,03	280.655,96	626.920,97
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	920.950,00	920.950,00	142.913,54	294.029,03	626.920,97	142.913,54	294.029,03	280.655,96	626.920,97
TOTAL	920.950,00	920.950,00	142.913,54	294.029,03	626.920,97	142.913,54	294.029,03	280.655,96	626.920,97

FONTE: Sistema e-Pública (1360-4084-617). Unidade Responsável: . Data da emissão: 19/06/2015 e hora de emissão: 09:12.

ALCIDIR FELCHILCHER
PREFEITO MUNICIPAL

NELSON CAMPAGNIN
SECRETARIO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
ORDENADOR DA DESPESA

RONIVAN BRANDALISE
CONTADOR
CRC-SC 025.868/O

JOAO MARCOS FERRONATO
CONTROLADOR INTERNO



Município de Arroio Trinta

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de referência: Janeiro a Abril 2015/Bimestre Março-Abril

RREO - ANEXO 02 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a - b)	DESPESAS LIQUIDADAS			Em Reais (e) = (a - d)
			No Bimestre	Até o bimestre (b)	% (b/total b)	No Bimestre	Até o bimestre (d)	% (d/total d)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	15.153.600,00	16.276.705,99	2.266.882,74	6.369.096,32	95,59	2.376.618,27	3.982.647,55	93,12	12.294.058,44
LEGISLATIVA	445.000,00	445.000,00	64.805,71	134.869,43	2,02	69.409,97	123.855,59	2,90	321.144,41
Ação Legislativa	445.000,00	445.000,00	64.805,71	134.869,43	2,02	69.409,97	123.855,59	2,90	321.144,41
ADMINISTRAÇÃO	2.451.150,00	2.486.146,62	272.820,63	1.018.297,86	15,28	318.796,00	599.746,19	14,02	1.886.400,43
Administração Geral	2.088.150,00	2.123.146,62	221.561,69	917.456,66	13,77	267.537,06	498.904,99	11,67	1.624.241,63
Previdência do Regime Estatutário	363.000,00	363.000,00	51.258,94	100.841,20	1,51	51.258,94	100.841,20	2,36	262.158,80
SEGURANÇA PÚBLICA	36.202,00	36.202,00	6.030,50	9.360,57	0,14	5.344,16	5.857,25	0,14	30.344,75
Policimento	36.202,00	36.202,00	6.030,50	9.360,57	0,14	5.344,16	5.857,25	0,14	30.344,75
ASSISTÊNCIA SOCIAL	817.050,00	817.050,00	74.901,58	356.449,80	5,35	125.773,37	237.898,79	5,56	579.151,21
Assistência ao Idoso	59.650,00	59.650,00	0,00	28.871,20	0,43	4.855,20	9.959,20	0,23	49.690,80
Assistência ao Portador de Deficiência	8.000,00	8.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8.000,00
Assistência à Criança e ao Adolescente	32.000,00	32.000,00	1.424,31	12.002,57	0,18	3.516,38	4.874,12	0,11	27.125,88
Assistência Comunitária	717.400,00	717.400,00	73.477,27	315.576,03	4,74	117.401,79	223.065,47	5,22	494.334,53
PREVIDÊNCIA SOCIAL	605.000,00	605.000,00	62.480,74	123.772,05	1,86	62.480,74	123.772,05	2,89	481.227,95
Previdência do Regime Estatutário	605.000,00	605.000,00	62.480,74	123.772,05	1,86	62.480,74	123.772,05	2,89	481.227,95
SAÚDE	3.060.848,00	3.060.848,00	332.404,95	1.360.917,31	20,42	483.524,83	875.039,80	20,46	2.185.808,20
Atenção Básica	2.857.738,00	2.857.738,00	321.446,21	1.271.273,37	19,08	460.182,76	841.435,97	19,67	2.016.302,03
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	32.000,00	32.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	32.000,00
Vigilância Sanitária	16.510,00	16.510,00	1.046,00	6.616,00	0,10	2.474,96	3.135,50	0,07	13.374,50
Vigilância Epidemiológica	12.000,00	12.000,00	1.476,00	1.510,47	0,02	0,00	34,47	0,00	11.965,53
Alimentação e Nutrição	117.600,00	117.600,00	8.436,74	81.517,47	1,22	20.867,11	30.433,86	0,71	87.166,14
Abastecimento	25.000,00	25.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	25.000,00
EDUCAÇÃO	2.438.272,00	2.520.681,47	383.236,25	796.225,86	11,95	432.937,15	676.780,33	15,82	1.843.901,14
Ensino Fundamental	1.489.883,00	1.541.721,27	226.037,62	497.922,76	7,47	259.741,24	411.069,27	9,61	1.130.652,00
Ensino Médio	131.161,00	131.161,00	13.180,50	13.180,50	0,20	5.857,00	5.857,00	0,14	125.304,00
Ensino Superior	125.000,00	125.000,00	30.570,00	32.828,64	0,49	92.171,36	25.854,88	0,60	99.145,12
Educação Infantil	683.228,00	713.799,20	113.448,13	252.293,96	3,79	143.004,53	233.999,18	5,47	479.800,02
Educação Especial	9.000,00	9.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	9.000,00
CULTURA	337.100,00	337.100,00	88.110,43	130.143,83	1,95	39.810,18	77.628,48	1,82	259.471,52
Diffusão Cultural	337.100,00	337.100,00	88.110,43	130.143,83	1,95	39.810,18	77.628,48	1,82	259.471,52
URBANISMO	738.498,00	1.230.198,00	289.800,90	746.558,81	11,20	112.185,25	184.372,02	4,31	1.045.825,98
Infra-Estrutura Urbana	101.000,00	592.700,00	245.226,80	245.226,80	3,68	0,00	0,00	0,00	592.700,00
Serviços Urbanos	637.498,00	637.498,00	44.574,10	501.332,01	7,52	112.185,25	184.372,02	4,31	453.125,98



Município de Arroio Trinta

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de referência: Janeiro a Abril 2015/Bimestre Março-Abril

RREO - ANEXO 02 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

Continuação

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a - b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (a - d)
			No Bimestre	Até o bimestre (b)		No Bimestre	Até o bimestre (d)	
				% (b/total b)			% (d/total d)	
HABITAÇÃO	6.000,00	6.000,00	0,00	0,00	6.000,00	0,00	0,00	6.000,00
Habituação Urbana	6.000,00	6.000,00	0,00	0,00	6.000,00	0,00	0,00	6.000,00
SANEAMENTO	26.000,00	26.000,00	2.756,55	7.479,55	18.520,45	2.756,55	7.479,55	18.520,45
Saneamento Básico Urbano	26.000,00	26.000,00	2.756,55	7.479,55	18.520,45	2.756,55	7.479,55	18.520,45
GESTÃO AMBIENTAL	15.000,00	15.000,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00	0,00	15.000,00
Preservação e Conservação Ambiental	15.000,00	15.000,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00	0,00	15.000,00
AGRICULTURA	790.500,00	890.499,90	219.013,84	533.617,47	356.882,43	205.706,07	267.164,65	623.335,25
Promocão da Produção Vegetal	207.500,00	307.499,90	163.791,06	202.437,76	105.062,14	121.302,36	138.069,10	169.430,80
Extensão Rural	583.000,00	583.000,00	55.222,78	331.179,71	497	84.403,71	129.095,55	453.904,45
INDÚSTRIA	125.300,00	125.300,00	5.094,32	14.906,72	110.393,28	5.094,32	14.906,72	110.393,28
Promocão Industrial	125.300,00	125.300,00	5.094,32	14.906,72	110.393,28	5.094,32	14.906,72	110.393,28
COMÉRCIO E SERVIÇOS	11.000,00	11.000,00	0,00	2.500,00	8.500,00	0,00	2.500,00	8.500,00
Turismo	11.000,00	11.000,00	0,00	2.500,00	8.500,00	0,00	2.500,00	8.500,00
TRANSPORTE	1.192.880,00	1.606.880,00	369.323,59	612.342,24	994.537,76	320.137,25	436.434,00	1.170.446,00
Transporte Rodoviário	1.192.880,00	1.606.880,00	369.323,59	612.342,24	994.537,76	320.137,25	436.434,00	1.170.446,00
DESPORTO E LAZER	254.750,00	254.750,00	31.563,15	84.459,92	170.290,08	33.622,88	64.877,01	189.872,99
Desporto Comunitário	254.750,00	254.750,00	31.563,15	84.459,92	170.290,08	33.622,88	64.877,01	189.872,99
ENCARGOS ESPECIAIS	813.000,00	813.000,00	64.539,60	437.194,90	375.805,10	159.039,55	284.335,12	528.664,88
Outros Encargos Especiais	813.000,00	813.000,00	64.539,60	437.194,90	375.805,10	159.039,55	284.335,12	528.664,88
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	990.050,00	990.050,00	0,00	0,00	990.050,00	0,00	0,00	990.050,00
Reserva de Contingência	990.050,00	990.050,00	0,00	0,00	990.050,00	0,00	0,00	990.050,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	920.950,00	920.950,00	142.913,54	294.029,03	4.41	142.913,54	294.029,03	626.920,97
TOTAL (III) = (I + II)	16.074.550,00	17.197.655,99	2.409.796,28	6.663.125,35	100,00	2.519.531,81	4.276.676,58	12.920.979,41

Continua 2 / 3



Município de Arroio Trinta

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de referência: Janeiro a Abril 2015/Bimestre Março-Abril

RREO - ANEXO 02 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")						Em Reais		
FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a - b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (a - d)
			No Bimestre	Até o bimestre (b)		% (b/total b)	No Bimestre	
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	920.950,00	920.950,00	142.913,54	294.029,03	100,00	142.913,54	294.029,03	100,00
LEGISLATIVA	17.000,00	17.000,00	2.827,44	5.684,08	1,93	2.827,44	5.684,08	1,93
Ação Legislativa	17.000,00	17.000,00	2.827,44	5.684,08	1,93	2.827,44	5.684,08	1,93
SAUDE	288.000,00	288.000,00	39.959,13	78.954,96	26,85	39.959,13	78.954,96	26,85
Atenção Básica	288.000,00	288.000,00	39.959,13	78.954,96	26,85	39.959,13	78.954,96	26,85
EDUCAÇÃO	244.950,00	244.950,00	37.946,17	96.142,89	32,70	37.946,17	96.142,89	32,70
Ensino Fundamental	186.450,00	186.450,00	37.946,17	96.142,89	32,70	37.946,17	96.142,89	32,70
Educação Infantil	58.500,00	58.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ENCARGOS ESPECIAIS	371.000,00	371.000,00	62.180,80	113.247,10	38,52	62.180,80	113.247,10	38,52
Outros Encargos Especiais	371.000,00	371.000,00	62.180,80	113.247,10	38,52	62.180,80	113.247,10	38,52
TOTAL	920.950,00	920.950,00	142.913,54	294.029,03	100,00	142.913,54	294.029,03	100,00

FONTE: Sistema e-Pública (2095-5111-867). Unidade Responsável: . Data da emissão: 19/06/2015 e hora de emissão: 09:12.

FONTE: Sistema e-Pública (2095-5111-867). Unidade Responsável: . Data da emissão: 19/06/2015 e hora de emissão: 09:12.

RONIVAN BRANDALISE
CONTADOR
CRC-SC 025.868/O

NELSON CAMPAGNIN
SECRETARIO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
ORDENADOR DA DESPESA

JOAO MARCOS FERRONATO
CONTROLADOR INTERNO

ALCIDIR FELCHILCHER
PREFEITO MUNICIPAL



Município de Arroio Trinta

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de referência: Janeiro a Abril 2015/Bimestre Março-Abril

RREO - ANEXO 03 (LRF, Art. 53, inciso I)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	Evolução da Receita Realizada nos Últimos 12 Meses											
	Maio/2014	Junho/2014	Julho/2014	Agosto/2014	Setembro/2014	Outubro/2014	Novembro/2014					
RECEITAS CORRENTES (I)	1.653.898,57	1.253.850,44	1.426.887,81	1.613.521,71	906.579,03	1.439.371,81	1.560.089,33					
Receita Tributária	42.150,94	98.472,42	101.746,16	43.971,53	55.658,27	46.492,55	33.618,19					
IPJU	0,00	43.870,94	50.992,31	5.572,74	672,78	174,30	47,72					
ISS	10.226,26	15.081,30	9.192,12	14.741,92	18.123,05	16.476,14	13.736,79					
ITBI	7.109,70	4.116,49	8.014,00	1.359,97	13.859,26	3.011,52	530,78					
IRRF	18.104,97	17.994,32	18.297,40	18.249,17	18.544,32	21.441,00	17.747,87					
Outras Receitas Tributárias	6.710,01	17.409,37	15.250,33	4.047,73	4.458,86	5.389,59	1.555,03					
Receitas de Contribuições	48.983,46	49.102,51	49.621,89	50.442,35	50.372,68	53.923,89	50.987,61					
Receita Patrimonial	343.031,66	44.173,93	121.888,94	396.547,47	-261.084,49	198.104,17	189.100,91					
Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00					
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00					
Receita de Serviços	4.420,00	6.401,00	2.432,50	2.400,00	1.218,67	3.100,00	4.500,75					
Transferências Correntes	1.206.307,03	1.045.321,50	1.138.274,40	1.106.894,58	1.048.330,82	1.126.799,60	1.270.003,10					
Cota-Parte FPM	573.089,30	429.779,99	369.126,63	448.426,05	393.082,94	371.503,84	491.732,86					
Cota-Parte do ICMS	416.047,81	422.090,68	392.242,51	411.045,23	441.234,49	454.913,36	501.892,18					
Cota-Parte do IPVA	46.451,27	47.223,33	54.287,97	56.338,95	51.888,63	66.314,15	68.994,10					
Cota-Parte do ITR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	390,74	45,00					
Transferências da LC 87/1996	1.836,98	1.836,98	1.836,98	1.836,98	1.836,98	1.836,98	1.836,98					
Transferências da LC 61/1989	6.810,96	6.487,08	6.664,24	6.869,37	6.464,44	6.922,86	7.949,50					
Transferências do FUNDEB	84.840,66	80.287,53	74.343,75	79.525,20	81.156,77	84.792,96	88.524,39					
Outras Transferências Correntes	77.230,05	57.615,91	239.772,32	102.852,80	72.666,57	140.124,71	109.028,09					
Outras Receitas Correntes	9.005,48	10.379,08	12.923,92	13.265,78	12.083,08	10.951,60	11.878,77					
DEDUÇÕES (II)	237.463,42	210.367,69	193.734,46	213.965,24	207.905,28	211.061,62	243.007,23					
Contrib. do Servidor para o Plano de Previdência	28.616,37	28.884,26	28.903,00	29.062,11	29.003,95	30.885,42	28.517,35					
Compensação Financ. entre Regimes Previdência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00					
Dedução de Receita para Formação do FUNDEB	208.847,05	181.483,43	164.831,46	184.903,13	178.901,33	180.376,20	214.489,88					
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (I-II)	1.416.435,15	1.043.482,75	1.233.153,35	1.399.556,47	698.673,75	1.228.310,19	1.317.082,10					

1 / 2



Município de Arroio Trinta

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de referência: Janeiro a Abril 2015/Bimestre Março-Abril

RREO - ANEXO 03 (LRF, Art. 53, inciso I) Continuação

ESPECIFICAÇÃO		Evolução da Receita Realizada nos Últimos 12 Meses						R\$ 1,00
		Dezembro/2014	Janeiro/2015	Fevereiro/2015	Março/2015	Abril/2015	Total Últimos 12 Meses	
RECEITAS CORRENTES (I)								
Receita Tributária								
	1.531.964,16	1.682.313,34	1.369.092,40	1.201.452,79	1.512.199,87	17.151.221,26		17.962.550,00
	53.123,47	40.037,49	40.837,31	67.875,75	54.703,30	678.687,38		700.400,00
	81,62	55,40	0,00	0,00	0,00	101.467,81		125.000,00
	14.443,25	16.497,24	14.193,76	10.429,69	15.727,11	168.868,63		130.000,00
	3.355,76	4.595,75	2.227,71	11.900,00	5.900,00	65.980,94		30.000,00
	31.715,83	16.322,66	20.645,93	20.864,93	16.369,66	236.298,06		245.000,00
	3.527,01	2.566,44	3.769,91	24.681,13	16.706,53	106.071,94		170.400,00
	107.775,80	51.361,08	55.652,58	54.349,40	55.330,96	677.904,21		591.050,00
	-129.800,12	303.296,94	83.028,17	9.026,76	240.796,30	1.538.110,64		828.944,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
	3.726,08	2.352,50	534,99	4.964,44	1.887,50	37.938,43		61.944,00
	1.478.400,62	1.273.803,59	1.175.495,06	1.040.125,73	1.135.714,90	14.045.470,93		15.649.092,00
	790.906,07	599.335,67	611.805,61	445.610,52	480.931,82	6.005.331,30		6.900.000,00
	479.958,08	448.519,73	398.838,93	396.745,83	430.573,52	5.194.102,35		6.000.000,00
	25.462,82	21.283,71	32.369,55	48.484,10	42.339,25	561.437,83		475.000,00
	0,00	25,84	0,00	48,92	19,97	530,47		5.000,00
	3.673,96	0,00	0,00	0,00	6.817,37	23.350,19		32.000,00
	7.843,85	9.337,59	5.555,28	5.449,51	5.707,60	82.062,28		82.000,00
	87.953,17	94.928,24	87.932,46	86.154,97	92.794,00	1.023.234,10		1.198.500,00
	82.602,67	100.372,81	38.993,23	57.631,88	76.531,37	1.155.422,41		956.592,00
	18.738,31	11.461,74	13.544,29	25.110,71	23.766,91	173.109,67		131.120,00
	296.581,96	244.015,47	239.789,15	210.023,13	223.454,95	2.731.369,60		3.040.850,00
	85.167,91	28.315,20	30.075,46	30.755,59	30.177,18	408.163,80		342.050,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
	211.414,05	215.700,27	209.713,69	179.267,54	193.277,77	2.323.205,80		2.698.800,00
	1.235.382,20	1.438.297,87	1.129.303,25	991.429,66	1.288.744,92	14.419.851,66		14.921.700,00
DEDUÇÕES (II)								
Contrib. do Servidor para o Plano de Previdência								
Compensação Financ. entre Regimes Previdência								
Dedução de Receita para Formação do FUNDEB								
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (I-II)								
FONTE: Sistema e-Pública (2413-7465-988). Unidade Responsável: . Data da emissão: 18/06/2015 e hora de emissão: 09:12.								

FONTE: Sistema e-Pública (2413-7465-988). Unidade Responsável: . Data da emissão: 19/06/2015 e hora de emissão: 09:12.

RONIVAN BRANDALISE
CONTADOR
CRC-SC 025.868/O

NELSON CAMPAGNIN
SECRETARIO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
ORDENADOR DA DESPESA

JOAO MARCOS FERRONATO
CONTROLADOR INTERNO

ALCIDIR FELCHILCHER
PREFEITO MUNICIPAL



Município de Arroio Trinta

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

RESULTADO NOMINAL

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de referência: Janeiro a Abril 2015/Bimestre Março-Abril

RREO - ANEXO 05 (LRF, Art. 53, inciso III)

R\$ 1,00

DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA	SALDO		
	Em 31/12/2014 (a)	Bimestre Anterior (b)	Bimestre Atual (c)
Dívida Consolidada (I)	205.496,03	180.496,03	155.496,03
Deduções (II)	13.083.645,57	14.237.357,24	14.204.090,11
Disponibilidade de Caixa Bruta	1.595.248,12	2.392.846,27	1.895.532,11
Demais Haveres Financeiros	11.488.397,45	11.844.510,97	12.308.558,00
(-) Restos a pagar processados (Exceto precatórios)	0,00	0,00	0,00
Dívida Consolidada Líquida (III = I - II)	-12.878.149,54	-14.056.861,21	-14.048.594,08
Receita Privatizações (IV)	0,00	0,00	0,00
Passivos Reconhecidos (V)	0,00	0,00	0,00
Dívida Fiscal Líquida (VI = III + IV - V)	-12.878.149,54	-14.056.861,21	-14.048.594,08

RESULTADO NOMINAL	PERÍODO REFERÊNCIA	
	No Bimestre (c-b)	Até o Bimestre (c-a)
VALOR	8.267,13	-1.170.444,54

DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL	VALOR CORRENTE
Meta de resultado nominal fixada no anexo de metas fiscais da LDO para o exercício de referência	-400.000,00

REGIME PREVIDENCIÁRIO

DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA	SALDO		
	Em 31/12/2014	Bimestre Anterior	Bimestre Atual
Dívida consolidada previdenciária (VII)	0,00	0,00	0,00
Passivo Atuarial	0,00	0,00	0,00
Demais Dívidas	0,00	0,00	0,00
Deduções (VIII)	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a pagar processados (Exceto precatórios)	0,00	0,00	0,00
Dívida consolidada líquida previdenciária (IX = VII - VIII)	0,00	0,00	0,00
Passivos Reconhecidos (X)	0,00	0,00	0,00
Dívida Fiscal Líquida Previdenciária (XI = IX - X)	0,00	0,00	0,00

FONTE: Sistema e-Pública (2190-3601-025). Unidade Responsável: . Data da emissão: 18/06/2015 e hora de emissão: 09:14.

RONIVAN BRANDALISE
CONTADOR
CRC-SC 025.868/O

NELSON CAMPAGNIN
SECRETARIO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
ORDENADOR DA DESPESA

JOAO MARCOS FERRONATO
CONTROLADOR INTERNO

ALCIDIR FELCHILCHER
PREFEITO MUNICIPAL



Município de Arroio Trinta

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

RESULTADO PRIMÁRIO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de referência: Janeiro a Abril 2015/Bimestre Março-Abril

RREO - ANEXO 06 (LRF, Art. 53, inciso III)

	RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		Em Reais
			Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2014	
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)		15.238.506,00	4.611.606,92	4.515.763,65	
Recitas Tributárias		700.400,00	203.453,85	159.542,16	
IPTU		125.000,00	55,40	756,98	
ISS		130.000,00	56.847,80	38.962,47	
ITBI		30.000,00	24.623,46	19.121,73	
IRRF		245.000,00	74.203,18	71.434,02	
Outras Receitas Tributárias		170.400,00	47.724,01	29.266,96	
Recitas de Contribuições		1.394.150,00	497.349,98	448.424,53	
Recitas Previdenciárias		1.145.150,00	399.979,39	373.563,05	
Outras Receitas de Contribuições		249.000,00	97.370,59	74.861,48	
Recita Patrimonial Líquida		600,00	0,00	0,00	
Recita Patrimonial		828.944,00	636.148,17	641.396,90	
(-) Aplicações Financeiras		828.344,00	636.148,17	641.396,90	
Transferências Correntes		12.950.292,00	3.827.180,01	3.845.058,09	
FPM		5.520.000,00	1.710.147,02	1.741.100,29	
ICMS		4.800.000,00	1.339.742,77	1.342.753,75	
Convênios		53.500,00	7.584,12	14.261,38	
Outras Transferências Correntes		2.576.792,00	769.706,10	746.942,67	
Demais Receitas Correntes		193.064,00	83.623,08	62.738,87	
Dívida Ativa		16.460,00	3.870,17	6.566,16	
Diversas Receitas Correntes		176.604,00	79.752,91	56.172,71	
RECEITAS DE CAPITAL (II)		7.700,00	244.239,90	159.935,00	
Operações de Crédito (III)		0,00	0,00	0,00	
Amortização de Empréstimos (IV)		0,00	0,00	0,00	
Alienação de Bens (V)		1.200,00	0,00	111.110,00	
Transferência de Capital		6.500,00	244.239,90	48.825,00	
Convênios		6.500,00	244.239,90	48.825,00	
Outras Transferências de Capital		0,00	0,00	0,00	
Outras Receitas de Capital		0,00	0,00	0,00	
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)		6.500,00	244.239,90	48.825,00	
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)		15.245.006,00	4.855.846,82	4.564.588,65	



Município de Arroio Trinta

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

RESULTADO PRIMÁRIO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de referência: Janeiro a Abril 2015/Bimestre Março-Abril

RREO - ANEXO 06 (LRF, Art. 53, inciso III) Continuação

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
		Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2014	Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2014
DESPESAS CORRENTES (VIII)	14.563.457,92	5.916.234,90	3.824.594,37	3.897.492,50	3.824.594,07
Pessoal e Encargos Sociais	7.190.062,45	2.222.766,79	2.013.053,68	2.215.182,79	2.013.053,68
Juros e Encargos da Dívida (IX)	55.000,00	18.479,19	23.089,69	6.863,11	23.089,39
Outras Despesas Correntes	7.318.395,47	3.674.988,92	1.788.451,00	1.675.446,60	1.788.451,00
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	14.508.457,92	5.897.755,71	3.801.504,68	3.890.629,39	3.801.504,68
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	1.644.148,07	746.890,45	480.334,08	379.184,08	480.334,08
Investimentos	1.309.148,07	541.394,42	351.670,00	250.520,00	351.670,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)		0,00	0,00	0,00	0,00
Aquis. Títulos Capital já Integralizado (XIII)		0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras		0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	335.000,00	205.496,03	128.664,08	128.664,08	128.664,08
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	1.309.148,07	541.394,42	351.670,00	250.520,00	351.670,00
Reserva de Contingência (XVI)	990.050,00				
Reserva RPPS (XVII)	0,00				
DESPA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)	16.807.655,99	6.439.150,13	4.153.174,68	4.141.149,39	4.153.174,68
RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)	-1.562.649,99	-1.583.303,31	411.413,97	714.697,43	411.413,97
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		0,00	0,00	82.409,47	0,00
DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL					
Meta de resultado primário fixada no anexo de metas fiscais da LDO para o exercício de referência				VALOR CORRENTE	
				-300.139,50	

FONTE: Sistema e-Pública (2019-7413-878). Unidade Responsável: . Data da emissão: 18/06/2015 e hora de emissão: 09:14.

ALCIDIR FELCHILCHER
PREFEITO MUNICIPAL

JOAO MARCOS FERRONATO
CONTROLADOR INTERNO

NELSON CAMPAGNIN
SECRETARIO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
ORDENADOR DA DESPESA

RONIVAN BRANDALISE
CONTADOR
CRC-SC 025.868/O



Município de Arroio Trinta

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 Período de referência: Janeiro a Abril 2015/Bimestre Março-Abril

RREO – Anexo 7 (LRF, art. 53, inciso V)

Em Reais

PODER/ÓRGÃO	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS					RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS					Saldo Total (a + b)	
	Inscritos		Pagos	Cancelados	Saldo (a)	Inscritos		Liquidados	Pagos	Cancelados		Saldo (b)
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de dezembro de 2014				Em Exercícios Anteriores	Em 31 de dezembro de 2014					
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	61.171,85	377.789,99	192.495,29	192.495,29	0,00	246.466,55
EXECUTIVO												
Município de Arroio Trinta	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	61.171,85	369.853,57	184.558,87	184.558,87	0,00	246.466,55
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.936,42	7.936,42	7.936,42	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	61.171,85	377.789,99	192.495,29	192.495,29	0,00	246.466,55

FONTE: Sistema e-Pública (1700-1362-741). Unidade Responsável: . Data da emissão: 18/06/2015 e hora de emissão: 09:15.

RONIVAN BRANDALISE
 CONTADOR
 CRC-SC 025.868/O

NELSON CAMPAGNIN
 SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
 PORTARIA

ALCIDIR FELCHILCHER
 PREFEITO MUNICIPAL

JOAO MARCOS FERRONATO
 CONTROLADOR INTERNO



Município de Arroio Trinta

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de referência: Janeiro a Abril 2015/Bimestre Março-Abril

RREO – ANEXO 08 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO				
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% c= (b/a)x100
1-Receita de impostos	540.520,00	540.520,00	157.411,54	29,12
1.1-Receita resultante do IPTU	134.300,00	134.300,00	1.496,97	1,11
1.1.1-IPTU	125.000,00	125.000,00	55,40	0,04
1.1.2-Multas, Juros e outros encargos do IPTU	1.350,00	1.350,00	9,82	0,73
1.1.3-Dívida Ativa do IPTU	6.600,00	6.600,00	1.079,72	16,36
1.1.4-Multas, juros, Outros encargos Dívida Ativa do IPTU	1.350,00	1.350,00	352,03	26,08
1.1.5-(-) Deduções da Receita do IPTU	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2-Receita resultante do ITBI	30.000,00	30.000,00	24.623,46	82,08
1.2.1-ITBI	30.000,00	30.000,00	24.623,46	82,08
1.2.2-Multas, Juros e Outros encargos do ITBI	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.3-Dívida Ativa do ITBI	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.4-Multas, Juros, Outros encargos da Dívida ativa do ITBI	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.5-(-) Deduções da Receita do ITBI	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3-Receita resultante do ISS	131.220,00	131.220,00	57.087,93	43,51
1.3.1-ISS	130.000,00	130.000,00	56.847,80	43,73
1.3.2-Multas, Juros e Outros encargos do ISS	280,00	280,00	136,09	48,60
1.3.3-Dívida Ativa do ISS	660,00	660,00	91,91	13,93
1.3.4-Multas, Juros, Outros encargos da Dívida ativa do ISS	280,00	280,00	12,13	4,33
1.3.5-(-) Deduções da Receita do ISS	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4-Receita resultante do IRRF	245.000,00	245.000,00	74.203,18	30,29
1.4.1-IRRF	245.000,00	245.000,00	74.203,18	30,29
1.4.2-Multas, Juros e Outros encargos do IRRF	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.3-Dívida Ativa do IRRF	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.4-Multas, Juros, Outros encargos da Dívida ativa do IRRF	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.5-(-) Deduções da Receita do IRRF	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5-Receita resultante do ITR	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.1-ITR	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.2-Multas, Juros e Outros encargos do ITR	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.3-Dívida Ativa do ITR	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.4-Multas, Juros, Outros encargos da Dívida ativa do ITR	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.5-(-) Deduções da Receita do ITR	0,00	0,00	0,00	0,00
2-Receitas de transferências constitucionais e legais	13.494.000,00	13.494.000,00	3.989.800,32	29,57
2.1-Cota Parte FPM	6.900.000,00	6.900.000,00	2.137.683,62	30,98
2.1.1-Parcela referente à CF art. 159, I, alínea b	6.900.000,00	6.900.000,00	2.137.683,62	30,98
2.1.2-Parcela referente à CF art. 159, I, alínea d	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2-Cota Parte ICMS	6.000.000,00	6.000.000,00	1.674.678,01	27,91
2.3-ICMS Desoner. L.C. nº 87/96	32.000,00	32.000,00	6.817,37	21,30
2.4-Cota Parte IPI-Exportação	82.000,00	82.000,00	26.049,98	31,77
2.5-Cota-Parte ITR	5.000,00	5.000,00	94,73	1,89
2.6-Cota-Parte IPVA	475.000,00	475.000,00	144.476,61	30,42
2.7-Cota-Parte IOF-Outro	0,00	0,00	0,00	0,00
3-TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1+2)	14.034.520,00	14.034.520,00	4.147.211,86	29,55
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINAN. DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% c= (b/a)x100
4-Receita da aplicação financeira de outros recursos de impostos vinculados ao ensino	0,00	0,00	0,00	0,00
5-Transferências do FNDE	135.092,00	135.092,00	71.151,48	52,67
5.1-Transferências do Salário-Educação	72.000,00	72.000,00	53.530,92	74,35
5.2-Transferências Diretas - PDDE	0,00	0,00	0,00	0,00
5.3-Transferências Diretas - PNAE	27.500,00	27.500,00	11.618,00	42,25

1 / 4



Município de Arroio Trinta

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de referência: Janeiro a Abril 2015/Bimestre Março-Abril

Continuação

RREO – ANEXO 08 (LDB, art. 72)				R\$ 1,00
5.4-Transferências Diretas - PNATE	34.592,00	34.592,00	6.002,56	17,35
5.5-Outras transferências do FNDE	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00
5.6-Aplicações financeiras de recursos do FNDE	0,00	0,00	0,00	0,00
6-Transferências de convênios	41.000,00	41.000,00	7.584,12	18,50
6.1-Transferências de convênios	41.000,00	41.000,00	7.584,12	18,50
6.2-Aplicações financeiras dos recursos de convênios	0,00	0,00	0,00	0,00
7-Receita de Operações de créditos	0,00	0,00	0,00	0,00
8-Outras receitas para financiamentos do ensino	0,00	0,00	0,00	0,00
9-TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINAN. DO ENSINO (4+5+6+7+8)	176.092,00	176.092,00	78.735,60	44,71

FUNDEB				
RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% c= (b/a)x100
10-Receitas destinadas ao FUNDEB	2.698.800,00	2.698.800,00	797.959,27	29,57
10.1-Cota Parte FPM (20% de 2.1.1)	1.380.000,00	1.380.000,00	427.536,60	30,98
10.2-Cota Parte ICMS (20% de 2.2)	1.200.000,00	1.200.000,00	334.935,24	27,91
10.3-ICMS Desoneração (20% de 2.3)	6.400,00	6.400,00	1.363,47	21,30
10.4-Cota Parte IPI-Exportação (20% de 2.4)	16.400,00	16.400,00	5.210,05	31,77
10.5-Cota Parte ITR ou ITR destinado Fundeb (20% de (1.5 + 2.5))	1.000,00	1.000,00	18,93	1,89
10.6-Cota-Parte IPVA (20% de 2.6)	95.000,00	95.000,00	28.894,98	30,42
11-Receitas recebidas do FUNDEB	1.202.700,00	1.202.700,00	363.374,07	30,21
11.1-Transferências de Recursos do FUNDEB	1.198.500,00	1.198.500,00	361.809,67	30,19
11.2-Complementação da União ao FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3-Receita de Aplicação Financ. Recursos do FUNDEB	4.200,00	4.200,00	1.564,40	37,25
12-RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10)	-1.500.300,00	-1.500.300,00	-436.149,60	29,07

DECRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (i)
			Até o bimestre (e)	% f=(e/d)x100	Até o bimestre (g)	% h=(g/d)x100	
13-PAGTO PROFISSIONAIS MAGISTÉRIO	1.042.458,45	1.042.458,45	325.740,11	31,25	325.740,11	31,25	0,00
13.1-Com Educação Infantil	413.500,00	413.500,00	136.687,37	33,06	136.687,37	33,06	0,00
13.2-Com Ensino Fundamental	628.958,45	628.958,45	189.052,74	30,06	189.052,74	30,06	0,00
14-OUTRAS DESPESAS	160.241,55	160.241,55	390,65	0,24	390,65	0,24	0,00
14.1-Com Educação Infantil	52.600,00	52.600,00	390,65	0,74	390,65	0,74	0,00
14.2-Com Ensino Fundamental	107.641,55	107.641,55	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
15-TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13+14)	1.202.700,00	1.202.700,00	326.130,76	27,12	326.130,76	27,12	0,00
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB							Valor
16-RESTOS A PAGAR INSCRITOS SEM DISPON. FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB							0,00
16.1- FUNDEB 60%							0,00
16.2- FUNDEB 40%							0,00
17-DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB							21.809,74
17.1- FUNDEB 60%							0,00
17.2- FUNDEB 40%							21.809,74
18-TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)							21.809,74
19-TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18) ¹							304.321,02
19.1- Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério (13 - (16.1 + 17.1)) / (11) x 100) %							89,64
19.2- Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / (11) x 100) %							-5,89
19.3- Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100- (19.1 + 19.2)) %							16,25
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE							Valor
20-RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2014 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS							21.809,74
21-DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2015 ²							21.809,74

Continua 2 / 4



Município de Arroio Trinta

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de referência: Janeiro a Abril 2015/Bimestre Março-Abril

Continuação

RREO – ANEXO 08 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB									
RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS						
			Até o Bimestre (b)		% c= (b/a)x100				
22-Impostos e transf. destinadas à MDE (25% de 3) ³			3.508.630,00		3.508.630,00		1.036.802,96		29,55
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (i)		
			Até o Bimestre (e)	% f= (e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% h=(g/d)x10			
23-EDUCAÇÃO INFANTIL	712.900,00	712.900,00	220.882,76	30,98	202.587,98	28,42	0,00		
23.1-Creche	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
23.1.1-Custeadas com recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
23.1.2-Custeadas com outros recursos de impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
23.2-Pré-escola	712.900,00	712.900,00	220.882,76	30,98	202.587,98	28,42	0,00		
23.2.1-Custeadas com recursos do FUNDEB	471.100,00	471.100,00	137.078,02	29,10	137.078,02	29,10	0,00		
23.2.2-Custeadas com outros recursos de impostos	241.800,00	241.800,00	83.804,74	34,66	65.509,96	27,09	0,00		
24-ENSINO FUNDAMENTAL	1.575.630,00	1.575.630,00	520.560,10	33,04	434.000,61	27,54	0,00		
24.1-Custeadas com recursos do FUNDEB	736.600,00	736.600,00	189.052,74	25,67	189.052,74	25,67	0,00		
24.2-Custeadas com outros recursos de impostos	839.030,00	839.030,00	331.507,36	39,51	244.947,87	29,19	0,00		
25-Ensino Médio	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
26-Ensino Superior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
27-Ensino Profissional nao integrado ao ensino regular	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
28-Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
29-TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	2.288.530,00	2.288.530,00	741.442,86	32,40	636.588,59	27,82	0,00		
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL						Valor			
30-Resultado líquido das transferências do FUNDEB = (12)						-436.149,60			
31-Despesas custeadas com a complementação do FUNDEB no exercício						0,00			
32-Receita de aplicação financeira dos recursos do FUNDEB até o bimestre = (50h)						1.564,40			
33-Despesas custeadas com o superávit financeiro, do exercício anterior, do FUNDEB						21.809,74			
34-Despesas custeadas com superávit financeiro, do exercício anterior, de outros recursos impostos						0,00			
35-Restos a pagar inscritos no exercício sem disponibilidade financeira de recursos de impostos vinculados ao ensino						0,00			
36-Cancelamento, no exercício, de restos a pagar inscritos com dispon financ de rec de impostos vinculados ao ensino = (46g)						0,00			
37-TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30+31+32+33+34+35+36)						-412.775,46			
38-TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) – (37))						1.049.364,05			
39-MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE ((38) / (3) x 100) %						25,30			
OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE									
OUTRAS DESPESAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (i)		
			Até o Bimestre (e)	% f= (e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% h=(g/d)x10			
40-Custeadas com aplic finan de outros rec de imposto vinculadas ao ensino	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
41-Custeadas com contrib social salário-educação	72.100,00	72.100,00	21.741,80	30,16	21.447,80	29,75	0,00		
42-Custeadas com operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
43-Custeadas com outras receitas para finan do ensino	72.100,00	72.100,00	21.741,80	30,16	21.447,80	29,75	0,00		
44-TOTAL OUTRAS DESPESAS (40+41+42+43)	144.200,00	144.200,00	43.483,60	30,16	42.895,60	29,75	0,00		
45-TOTAL GERAL DESPESAS COM MDE (29+44)	2.432.730,00	2.432.730,00	784.926,46	32,27	679.484,19	27,93	0,00		
RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO					SALDO ATÉ O BIMESTRE		CANCELADO EM (g)		
46-RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE					0,00		0,00		
46.1-Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino					0,00		0,00		
46.2-Executadas com Recursos do FUNDEB					0,00		0,00		
FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS					VALOR				
					FUNDEB (h)		FUNDEF		
47-SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014					21.809,74		0,00		
48-(+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE					361.809,67		0,00		
49-(-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE					320.311,86		0,00		

Continua 3 / 4

**Município de Arroio Trinta**

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

Período de referência: Janeiro a Abril 2015/Bimestre Março-Abril

		Continuação
RREO – ANEXO 08 (LDB, art. 72)		R\$ 1,00
49.1-Orçamento do Exercício (+ extras)	320.311,86	0,00
49.2 Restos a Pagar (+ extras)	0,00	0,00
50-(+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	1.564,40	0,00
51-(=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL	64.871,95	0,00

FONTE: Sistema e-Pública (2290-2600-984). Unidade Responsável: . Data da emissão: 18/06/2015 e hora de emissão: 09:15.

¹ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.² Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional.³ Caput do art. 212 da CF/1988⁴ Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício.⁵ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.**RONIVAN BRANDALISE**CONTADOR
CRC-SC 025.868/O**NELSON CAMPAGNIN**SECRETARIO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
ORDENADOR DA DESPESA**ALCIDIR FELCHILCHER**

PREFEITO MUNICIPAL

JOAO MARCOS FERRONATO

CONTROLADOR INTERNO

Balneário Rincão

PREFEITURA

DECRETO/GP/Nº 287/2015

DECRETO/GP/Nº 287/2015

ALTERA O DECRETO Nº 101/2013 PARA INCLUIR NOVAS REPRESENTAÇÕES E MEMBROS NO CONSELHO MUNICIPAL DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE SOCIAL DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO – CACS FUNDEB E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DÉCIO GOMES GÓES, Prefeito Municipal de Balneário Rincão, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o inciso VI do Artigo 84 da Lei Orgânica do Município, c/c a Lei Federal nº 11.494/2007, Art. 24, inciso IV, alínea "a", "d", c/c as Leis Municipais nº 61/213 e 202/2015,

DECRETA:

Art. 1º - Ficam incluídas as Representações e Membros para integrar o Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação:

Secretaria Municipal de Educação:

Titular: Ariana Costa de Oliveira

Suplente: Cristiane Onghero

Servidores Técnico-Administrativos das Escolas Básicas Públicas

Titular: Gislaíne Pavanati Lopes

Suplente: Lucas Stefenon Lenhoqui

Art 2º - Os demais artigos e incisos do Decreto 101/2013, permanecem inalterados, assim como também ficam inalterados o prazo de vigência do conselho, cabendo aos novos incluídos cumprirem o mandato com os demais já nomeados no referido Decreto.

Art. 3º— Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Fica revogado o Decreto/GP nº 258/2015.

Balneário Rincão (SC), 18 de junho de 2015.

DÉCIO GOMES GÓES

Prefeito Municipal

Publicado e registrado na Secretaria de Administração em 18 de junho de 2015.

EXTRATO DE ADITIVO - CLARO 33-PMBR-2013

TERMO ADITIVO Nº. 02 ao Contrato Nº. 033/PMBR/2013. OBJETO: Fica estabelecido por acordo entre as partes a prorrogação do prazo de vigência do Contrato Nº. 033/PMBR/2013, que prevê o término em 09/07/2015, por mais 19 (dezenove) meses, ou seja, de 09/07/2015 até 09/01/2017, em face do interesse público baseado nos fatos elencados pela Secretaria de Administração e Finanças do Município de Balneário Rincão. ASSINATURA: 08/06/2015. SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. Decio Goes - Prefeito Municipal e pela Empresa o Sr. Geraldo José de Vasconcelos Vilar e a Sr.ª Amanda Sá Barreto de Souza.

EXTRATO DE ADITIVO - CLARO 34-PMBR-2013

TERMO ADITIVO Nº. 01 ao Contrato Nº. 034/PMBR/2013. OBJETO: Fica estabelecido por acordo entre as partes a prorrogação do prazo de vigência do Contrato Nº. 034/PMBR/2013, que prevê o término em 09/07/2015, por mais 19 (dezenove) meses, ou seja, de 09/07/2015 até 09/01/2017, em face do interesse público baseado nos fatos elencados pela Secretaria de Administração e Finanças do Município de Balneário Rincão. ASSINATURA: 08/06/2015. SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. Decio Goes - Prefeito Municipal e pela Empresa o Sr. Geraldo José de Vasconcelos Vilar e a Sr.ª Amanda Sá Barreto de Souza.

LEI Nº 202/2015

LEI Nº 202/2015

ALTERA LEI Nº 61/2013, PARA INCLUIR NOVOS MEMBROS NO CONSELHO MUNICIPAL DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE SOCIAL DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO.

DÉCIO GOMES GÓES, Prefeito Municipal de Balneário Rincão, faço saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara Municipal aprovou e sancionou a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica alterado o artigo 2º da referida lei com a inclusão de mais um representante do Poder Executivo, mais especificamente da Secretaria de Educação, além de incluir o inciso VIII, com 1 (um) representante dos servidores técnico-administrativos das escolas básicas públicas, nomeados através de decreto.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Balneário Rincão, 18 de junho de 2015.

DÉCIO GOMES GÓES

Prefeito Municipal de Balneário Rincão

Publicada e registrada na Secretaria de Administração em 18 de junho de 2015.

ANÍBAL VALDEMIRO PATRÍCIO

Secretário de Administração e Finanças Interino

Decreto nº 212/2014

PORTARIA SA Nº 330/2015

PORTARIA SA Nº 330/2015, DE 19 DE JUNHO DE 2015.

DÉCIO GOMES GÓES, Prefeito Municipal de Balneário Rincão, no uso de suas atribuições que lhe confere o inciso VI do Art. 84, c/c Art. 117, II, "a", ambos da Lei Orgânica do Município, e de conformidade com a Lei 002/2013, de 08 de janeiro de 2013 c/c Anexo IV, Grupo IV da Lei 013/2013, de 01 de março de 2013,

RESOLVE:

1 - Nomear por concurso, Sr.(a) Tânia Maria Aguirre de Souza,

brasileiro(a), divorciado(a), nascido(a) em 03/10/1963, portador(a) do CPF nº 488.099.260-72, para ocupar o cargo de Agente de Serviços Gerais, na Secretaria de Educação e Cultura do Município de Balneário Rincão, com a carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, com posse em 20 de Julho de 2015.

2 - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Balneário Rincão, 19 de Junho de 2015.

DÉCIO GOMES GÓES

Prefeito Municipal

ANIBAL VALDOMIRO PATRÍCIO

Secretário de Administração Interino

Decreto nº. 212/2014

Publicada e registrada a presente portaria nesta Secretaria de Administração e Finanças em 19 de Junho de 2015.

PORTARIA SA Nº 331/2015

PORTARIA SA Nº 331/2015, DE 19 DE JUNHO DE 2015.

DÉCIO GOMES GÓES, Prefeito Municipal de Balneário Rincão, no uso de suas atribuições que lhe confere o inciso VI do Art. 84, c/c Art. 117, II, "a", ambos da Lei Orgânica do Município, e de conformidade com a Lei 002/2013, de 08 de janeiro de 2013 c/c Anexo IV, Grupo IV da Lei 013/2013, de 01 de março de 2013,

RESOLVE:

1 - Nomear por concurso, Sr.(a) Liege da Silveira Cardoso de Souza, brasileiro(a), casado(a), nascido(a) em 12/01/1981, portador(a) do CPF nº 004.151.599-46, para ocupar o cargo de Agente de Serviços Gerais, na Secretaria de Educação e Cultura do Município de Balneário Rincão, com a carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, com posse em 20 de Julho de 2015.

2 - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Balneário Rincão, 19 de Junho de 2015.

DÉCIO GOMES GÓES

Prefeito Municipal

ANIBAL VALDOMIRO PATRÍCIO

Secretário de Administração Interino

Decreto nº. 212/2014

Publicada e registrada a presente portaria nesta Secretaria de Administração e Finanças em 19 de Junho de 2015.

PORTARIA SA Nº 332/2015

PORTARIA SA Nº 332/2015, DE 19 DE JUNHO DE 2015.

DÉCIO GOMES GÓES, Prefeito Municipal de Balneário Rincão, no uso de suas atribuições que lhe confere o inciso VI do Art. 84, c/c Art. 117, II, "a", ambos da Lei Orgânica do Município, e de conformidade com a Lei 002/2013, de 08 de janeiro de 2013 c/c Anexo IV, Grupo IV da Lei 013/2013, de 01 de março de 2013,

RESOLVE:

1 - Nomear por concurso, Sr.(a) Analu de Mello Constância, brasileiro(a), solteiro(a), nascido(a) em 22/07/1983, portador(a) do CPF nº 053.939.799-75, para ocupar o cargo de Agente de Serviços Gerais, na Secretaria de Educação e Cultura do Município de Balneário Rincão, com a carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, com posse em 20 de Julho de 2015.

2 - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Balneário Rincão, 19 de Junho de 2015.

DÉCIO GOMES GÓES

Prefeito Municipal

ANIBAL VALDOMIRO PATRÍCIO

Secretário de Administração Interino

Decreto nº. 212/2014

Publicada e registrada a presente portaria nesta Secretaria de Administração e Finanças em 19 de Junho de 2015.

PORTARIA SA Nº 333/2015

PORTARIA SA Nº 333/2015, DE 19 DE JUNHO DE 2015.

DÉCIO GOMES GÓES, Prefeito Municipal de Balneário Rincão, no uso de suas atribuições que lhe confere o inciso VI do Art. 84, c/c Art. 117, II, "a", ambos da Lei Orgânica do Município, e de conformidade com a Lei 002/2013, de 08 de janeiro de 2013 c/c Anexo IV, Grupo IV da Lei 013/2013, de 01 de março de 2013,

RESOLVE:

1 - Nomear por concurso, Sr.(a) Janete Moraes, brasileiro(a), casado(a), nascido(a) em 20/04/1988, portador(a) do CPF nº 009.924.509-42, para ocupar o cargo de Agente de Serviços Gerais, na Secretaria de Educação e Cultura do Município de Balneário Rincão, com a carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, com posse em 20 de Julho de 2015.

2 - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Balneário Rincão, 19 de Junho de 2015.

DÉCIO GOMES GÓES

Prefeito Municipal

ANIBAL VALDOMIRO PATRÍCIO

Secretário de Administração Interino

Decreto nº. 212/2014

Publicada e registrada a presente portaria nesta Secretaria de Administração e Finanças em 19 de Junho de 2015.

PORTARIA SA Nº 334/2015

PORTARIA SA Nº 334/2015, DE 19 DE JUNHO DE 2015.

DÉCIO GOMES GÓES, Prefeito Municipal de Balneário Rincão, no uso de suas atribuições que lhe confere o inciso VI do Art. 84, c/c Art. 117, II, "a", ambos da Lei Orgânica do Município, e de conformidade com a Lei 002/2013, de 08 de janeiro de 2013 c/c Anexo IV, Grupo IV da Lei 013/2013, de 01 de março de 2013,

RESOLVE:

1 - Nomear por concurso, Sr.(a) Ana Reus Nunes, brasileiro(a), casado(a), nascido(a) em 29/11/1977, portador(a) do CPF nº 045.333.109-25, para ocupar o cargo de Agente de Serviços Gerais, na Secretaria de Educação e Cultura do Município de Balneário Rincão, com a carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, com posse em 20 de Julho de 2015.

2 - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Balneário Rincão, 19 de Junho de 2015.

DÉCIO GOMES GÓES

Prefeito Municipal

ANIBAL VALDOMIRO PATRÍCIO
Secretário de Administração Interino
Decreto nº. 212/2014

Publicada e registrada a presente portaria nesta Secretaria de Administração e Finanças em 19 de Junho de 2015.

PORTARIA SA Nº 335/2015

PORTARIA SA Nº 335/2015, DE 19 DE JUNHO DE 2015.

DÉCIO GOMES GÓES, Prefeito Municipal de Balneário Rincão, no uso de suas atribuições que lhe confere o inciso VI do Art. 84, c/c Art. 117, II, "a", ambos da Lei Orgânica do Município, e de conformidade com a Lei 002/2013, de 08 de janeiro de 2013 c/c Anexo IV, Grupo IV da Lei 013/2013, de 01 de março de 2013,

RESOLVE:

1 - Nomear por concurso, Sr.(a) Idinéia Fernandes Da Silva, brasileiro(a), casado(a), nascido(a) em 12/09/1968, portador(a) do CPF nº 861.808.519-72, para ocupar o cargo de Agente de Serviços Gerais, na Secretaria de Educação e Cultura do Município de Balneário Rincão, com a carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, com posse em 20 de Julho de 2015.

2 - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Balneário Rincão, 19 de Junho de 2015.
DÉCIO GOMES GÓES
Prefeito Municipal

ANIBAL VALDOMIRO PATRÍCIO
Secretário de Administração Interino
Decreto nº. 212/2014

Publicada e registrada a presente portaria nesta Secretaria de Administração e Finanças em 19 de Junho de 2015.

PORTARIA SA Nº 336/2015

PORTARIA SA Nº 336/2015, DE 19 DE JUNHO DE 2015.

DÉCIO GOMES GÓES, Prefeito Municipal de Balneário Rincão, no uso de suas atribuições que lhe confere o inciso VI do Art. 84, c/c Art. 117, II, "a", ambos da Lei Orgânica do Município, e de conformidade com a Lei 002/2013, de 08 de janeiro de 2013 c/c Anexo IV, Grupo IV da Lei 013/2013, de 01 de março de 2013,

RESOLVE:

1 - Nomear por concurso, Sr.(a) Paulino de Souza Campos, brasileiro(a), solteiro(a), nascido(a) em 05/12/1972, portador(a) do CPF nº 702.979.839-20, para ocupar o cargo de Agente de Serviços Gerais, na Secretaria de Educação e Cultura do Município de Balneário Rincão, com a carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, com posse em 20 de Julho de 2015.

2 - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Balneário Rincão, 19 de Junho de 2015.
DÉCIO GOMES GÓES
Prefeito Municipal

ANIBAL VALDOMIRO PATRÍCIO
Secretário de Administração Interino
Decreto nº. 212/2014

Publicada e registrada a presente portaria nesta Secretaria de

Administração e Finanças em 19 de Junho de 2015.

PORTARIA SA Nº 337/2015

PORTARIA SA Nº 337/2015, DE 19 DE JUNHO DE 2015.

DÉCIO GOMES GÓES, Prefeito Municipal de Balneário Rincão, no uso de suas atribuições que lhe confere o inciso VI do Art. 84, c/c Art. 117, II, "a", ambos da Lei Orgânica do Município, e de conformidade com a Lei 002/2013, de 08 de janeiro de 2013 c/c Anexo IV, Grupo IV da Lei 013/2013, de 01 de março de 2013,

RESOLVE:

1 - Nomear por concurso, Sr.(a) Izoete Cadorin, brasileiro(a), solteiro(a) nascido(a) em 12/08/1962, portador(a) do CPF nº 512.205.559-91, para ocupar o cargo de Agente de Serviços Gerais, na Secretaria de Educação e Cultura do Município de Balneário Rincão, com a carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, com posse em 20 de Julho de 2015.

2 - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Balneário Rincão, 19 de Junho de 2015.
DÉCIO GOMES GÓES
Prefeito Municipal

ANIBAL VALDOMIRO PATRÍCIO
Secretário de Administração Interino
Decreto nº. 212/2014

Publicada e registrada a presente portaria nesta Secretaria de Administração e Finanças em 19 de Junho de 2015.

PORTARIA SA Nº 338/2015

PORTARIA SA Nº 338/2015, DE 19 DE JUNHO DE 2015.

DÉCIO GOMES GÓES, Prefeito Municipal de Balneário Rincão, no uso de suas atribuições que lhe confere o inciso VI do Art. 84, c/c Art. 117, II, "a", ambos da Lei Orgânica do Município, e de conformidade com a Lei 002/2013, de 08 de janeiro de 2013 c/c Anexo IV, Grupo IV da Lei 013/2013, de 01 de março de 2013,

RESOLVE:

1 - Nomear por concurso, Sr.(a) Marieli Da Silva Dos Santos, brasileiro(a), solteiro(a), nascido(a) em 05/06/1996, portador(a) do CPF nº 093.682.789-03, para ocupar o cargo de Agente de Serviços Gerais, na Secretaria de Educação e Cultura do Município de Balneário Rincão, com a carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, com posse em 20 de Julho de 2015.

2 - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Balneário Rincão, 19 de Junho de 2015.
DÉCIO GOMES GÓES
Prefeito Municipal

ANIBAL VALDOMIRO PATRÍCIO
Secretário de Administração Interino
Decreto nº. 212/2014

Publicada e registrada a presente portaria nesta Secretaria de Administração e Finanças em 19 de Junho de 2015.

PORTARIA SA Nº 339/2015

PORTARIA SA Nº 339/2015, DE 19 DE JUNHO DE 2015.

DÉCIO GOMES GÓES, Prefeito Municipal de Balneário Rincão, no uso de suas atribuições que lhe confere o inciso VI do Art. 84, c/c Art. 117, II, "a", ambos da Lei Orgânica do Município, e de conformidade com a Lei 002/2013, de 08 de janeiro de 2013 c/c Anexo IV, Grupo IV da Lei 013/2013, de 01 de março de 2013,

RESOLVE:

1 - Nomear por concurso, Sr.(a) Maderlon Augustinho De Souza, brasileiro(a), solteiro(a), nascido(a) em 08/08/1987, portador(a) do CPF nº 048.290.449-69, para ocupar o cargo de Agente de Serviços Gerais, na Secretaria de Educação e Cultura do Município de Balneário Rincão, com a carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, com posse em 20 de Julho de 2015.

2 - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Balneário Rincão, 19 de Junho de 2015.

DÉCIO GOMES GÓES
Prefeito Municipal

ANIBAL VALDOMIRO PATRÍCIO
Secretário de Administração Interino
Decreto nº. 212/2014

Publicada e registrada a presente portaria nesta Secretaria de Administração e Finanças em 19 de Junho de 2015.

PORTARIA SA Nº 340/2015

PORTARIA SA Nº 340/2015, DE 19 DE JUNHO DE 2015.

DÉCIO GOMES GÓES, Prefeito Municipal de Balneário Rincão, no uso de suas atribuições que lhe confere o inciso VI do Art. 84, c/c Art. 117, II, "a", ambos da Lei Orgânica do Município, e de conformidade com a Lei 002/2013, de 08 de janeiro de 2013 c/c Anexo IV, Grupo IV da Lei 013/2013, de 01 de março de 2013,

RESOLVE:

1 - Nomear por concurso, Sr.(a) Laurindo Marques Menegasso, brasileiro(a), casado(a), nascido(a) em 18/09/1960, portador(a) do CPF nº 354.092.079-04, para ocupar o cargo de Agente de Serviços Gerais, na Secretaria de Educação e Cultura do Município de Balneário Rincão, com a carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, com posse em 20 de Julho de 2015.

2 - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Balneário Rincão, 19 de Junho de 2015.

DÉCIO GOMES GÓES
Prefeito Municipal

ANIBAL VALDOMIRO PATRÍCIO
Secretário de Administração Interino
Decreto nº. 212/2014

Publicada e registrada a presente portaria nesta Secretaria de Administração e Finanças em 19 de Junho de 2015.

PORTARIA SA Nº 341/2015

PORTARIA SA Nº 341/2015, DE 19 DE JUNHO DE 2015.

DÉCIO GOMES GÓES, Prefeito Municipal de Balneário Rincão, no uso de suas atribuições que lhe confere o inciso VI do Art. 84, c/c Art. 117, II, "a", ambos da Lei Orgânica do Município, e de conformidade com a Lei 002/2013, de 08 de janeiro de 2013 c/c Anexo IV, Grupo IV da Lei 013/2013, de 01 de março de 2013,

RESOLVE:

1 - Nomear por concurso, Sr.(a) Nadia Cristina da Motta, brasileiro(a), solteiro(a), nascido(a) em 26/04/1986, portador(a) do CPF nº 006.731.950-58, para ocupar o cargo de Fonoaudiólogo(a), na Secretaria de Educação e Cultura do Município de Balneário Rincão, com a carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, com posse em 20 de Julho de 2015.

2 - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Balneário Rincão, 19 de Junho de 2015.

DÉCIO GOMES GÓES
Prefeito Municipal

ANIBAL VALDOMIRO PATRÍCIO
Secretário de Administração Interino
Decreto nº. 212/2014

Publicada e registrada a presente portaria nesta Secretaria de Administração e Finanças em 19 de Junho de 2015.

PORTARIA SA Nº 342/2015

PORTARIA SA Nº 342/2015, DE 19 DE JUNHO DE 2015.

DÉCIO GOMES GÓES, Prefeito Municipal de Balneário Rincão, no uso de suas atribuições que lhe confere o inciso VI do Art. 84, c/c Art. 117, II, "a", ambos da Lei Orgânica do Município, e de conformidade com a Lei 002/2013 (Anexo III, Grupo II), de 08 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

1 - Nomear por concurso, Sr.(a) Lucas Vieira de Oliveira, brasileiro(a), solteiro(a), nascido(a) em 14/12/1988, portador(a) do CPF nº 075.948.999-89, para ocupar o cargo de Fiscal de Tributos, na Secretaria de Administração e Finanças do Município de Balneário Rincão, com a carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, com posse em 20 de Julho de 2015.

2 - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Balneário Rincão, 19 de Junho de 2015.

DÉCIO GOMES GÓES
Prefeito Municipal

ANIBAL VALDOMIRO PATRÍCIO
Secretário de Administração Interino
Decreto nº. 212/2014

Publicada e registrada a presente portaria nesta Secretaria de Administração e Finanças em 19 de Junho de 2015.

PORTARIA SA Nº 343/2015

PORTARIA SA Nº 343/2015, DE 19 DE JUNHO DE 2015.

DÉCIO GOMES GÓES, Prefeito Municipal de Balneário Rincão, no uso de suas atribuições que lhe confere o inciso VI do Art. 84, c/c Art. 117, II, "a", ambos da Lei Orgânica do Município, e de conformidade com a Lei 002/2013 (Anexo III, Grupo II), de 08 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

1 - Nomear por concurso, Sr.(a) Renan Napolini Bernardo, brasileiro(a), solteiro(a), nascido(a) em 05/11/1986, portador(a) do CPF nº 057.429.879-78, para ocupar o cargo de Fiscal de Obras, na Secretaria de Administração e Finanças do Município de Balneário Rincão, com a carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, com posse em 20 de Julho de 2015.

2 - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Balneário Rincão, 19 de Junho de 2015.

DÉCIO GOMES GÓES

Prefeito Municipal

ANIBAL VALDOMIRO PATRÍCIO

Secretário de Administração Interino

Decreto nº. 212/2014

Publicada e registrada a presente portaria nesta Secretaria de Administração e Finanças em 19 de Junho de 2015.

PORTARIA SA Nº 344/2015

PORTARIA SA Nº 344/2015, DE 19 DE JUNHO DE 2015.

DÉCIO GOMES GÓES, Prefeito Municipal de Balneário Rincão, no uso de suas atribuições que lhe confere o inciso VI do Art. 84, c/c Art. 117, II, "a", ambos da Lei Orgânica do Município, e de conformidade com a Lei 002/2013, de 08 de janeiro de 2013 c/c Anexo IV, Grupo IV da Lei 013/2013, de 01 de março de 2013,

RESOLVE:

1 - Nomear por concurso, Sr.(a) Solange Cristina Fogaça, brasileiro(a), casado(a), nascido(a) em 27/07/1968, portador(a) do CPF nº 439.608.120-00, para ocupar o cargo de Agente de Serviços Gerais, na Secretaria de Educação e Cultura do Município de Balneário Rincão, com a carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, com posse em 20 de Julho de 2015.

2 - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Balneário Rincão, 19 de Junho de 2015.

DÉCIO GOMES GÓES

Prefeito Municipal

ANIBAL VALDOMIRO PATRÍCIO

Secretário de Administração Interino

Decreto nº. 212/2014

Publicada e registrada a presente portaria nesta Secretaria de Administração e Finanças em 19 de Junho de 2015.

PORTARIA SA Nº 345/2015

PORTARIA SA Nº 345/2015, DE 19 DE JUNHO DE 2015.

DÉCIO GOMES GÓES, Prefeito Municipal de Balneário Rincão, no uso de suas atribuições que lhe confere o inciso VI do Art. 84, c/c Art. 117, II, "a", ambos da Lei Orgânica do Município, e de conformidade com a Lei 002/2013, de 08 de janeiro de 2013 c/c Anexo IV, Grupo IV da Lei 013/2013, de 01 de março de 2013,

RESOLVE:

1 - Nomear por concurso, Sr.(a) Jairton José Madeira, brasileiro(a), divorciado(a), nascido(a) em 19/11/1963, portador(a) do CPF nº 538.012.539-53, para ocupar o cargo de Agente de Serviços Gerais, na Secretaria de Educação e Cultura do Município de Balneário Rincão, com a carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, com posse em 20 de Julho de 2015.

2 - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Balneário Rincão, 19 de Junho de 2015.

DÉCIO GOMES GÓES

Prefeito Municipal

ANIBAL VALDOMIRO PATRÍCIO

Secretário de Administração Interino

Decreto nº. 212/2014

Publicada e registrada a presente portaria nesta Secretaria de Administração e Finanças em 19 de Junho de 2015.

PORTARIA SA Nº 346/2015

PORTARIA SA Nº 346/2015, DE 19 DE JUNHO DE 2015.

DÉCIO GOMES GÓES, Prefeito Municipal de Balneário Rincão, no uso de suas atribuições que lhe confere o inciso VI do Art. 84, c/c Art. 117, II, "a", ambos da Lei Orgânica do Município, e de conformidade com a Lei 002/2013, de 08 de janeiro de 2013 c/c Anexo IV, Grupo IV da Lei 013/2013, de 01 de março de 2013,

RESOLVE:

1 - Nomear por concurso, Sr.(a) Mônica Regina da Silva, brasileiro(a), solteiro(a), nascido(a) em 24/02/1974, portador(a) do CPF nº 673.186.900-78, para ocupar o cargo de Agente de Serviços Gerais, na Secretaria de Educação e Cultura do Município de Balneário Rincão, com a carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, com posse em 20 de Julho de 2015.

2 - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Balneário Rincão, 19 de Junho de 2015.

DÉCIO GOMES GÓES

Prefeito Municipal

ANIBAL VALDOMIRO PATRÍCIO

Secretário de Administração Interino

Decreto nº. 212/2014

Publicada e registrada a presente portaria nesta Secretaria de Administração e Finanças em 19 de Junho de 2015.

PORTARIA SA Nº 347/2015

PORTARIA SA Nº 347/2015, DE 19 DE JUNHO DE 2015.

DÉCIO GOMES GÓES, Prefeito Municipal de Balneário Rincão, no uso de suas atribuições que lhe confere o inciso VI do Art. 84, c/c Art. 117, II, "a", ambos da Lei Orgânica do Município, e de conformidade com a Lei 002/2013, de 08 de janeiro de 2013 c/c Anexo IV, Grupo IV da Lei 013/2013, de 01 de março de 2013,

RESOLVE:

1 - Nomear por concurso, Sr.(a) Edevan de Oliveira, brasileiro(a), casado(a), nascido(a) em 12/04/1967, portador(a) do CPF nº 626.706.979-68, para ocupar o cargo de Agente de Serviços Gerais, na Secretaria de Educação e Cultura do Município de Balneário Rincão, com a carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, com posse em 20 de Julho de 2015.

2 - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação. Balneário Rincão, 19 de Junho de 2015.

DÉCIO GOMES GÓES
Prefeito Municipal

ANIBAL VALDOMIRO PATRÍCIO
Secretário de Administração Interino
Decreto nº. 212/2014

Publicada e registrada a presente portaria nesta Secretaria de Administração e Finanças em 19 de Junho de 2015.

PORTARIA SA Nº 348/2015

PORTARIA SA Nº 348/2015, DE 19 DE JUNHO DE 2015.

DÉCIO GOMES GÓES, Prefeito Municipal de Balneário Rincão, no uso de suas atribuições que lhe confere o inciso VI do Art. 84, c/c Art. 117, II, "a", ambos da Lei Orgânica do Município, e de conformidade com a Lei 002/2013, de 08 de janeiro de 2013 c/c Anexo IV, Grupo IV da Lei 013/2013, de 01 de março de 2013,

RESOLVE:

1 - Nomear por concurso, Sr.(a) Eliane Vrieling, brasileiro(a), solteiro(a), nascido(a) em 24/09/1968, portador(a) do CPF nº 458.222.630-20, para ocupar o cargo de Agente de Serviços Gerais, na Secretaria de Educação e Cultura do Município de Balneário Rincão, com a carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, com posse em 20 de Julho de 2015.

2 - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Balneário Rincão, 19 de Junho de 2015.
DÉCIO GOMES GÓES
Prefeito Municipal

ANIBAL VALDOMIRO PATRÍCIO
Secretário de Administração Interino
Decreto nº. 212/2014

Publicada e registrada a presente portaria nesta Secretaria de Administração e Finanças em 19 de Junho de 2015.

Barra Velha

PREFEITURA

DL 004/2015 PMBV

PREFEITURA DE BARRA VELHA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Processo Administrativo nº 054/2015 - Dispensa de Licitação nº 004/2015

Contratada: ALEXANDRO OLIVEIRA SOARES

CONTRATO 052/2015

Objeto: Arrendamento de uma área para fins de exploração de material denominado de saibro (macadame), para fins de utilização em obras públicas e ruas não pavimentadas do Município, abrangendo uma área situada neste município e Comarca de Barra Velha, no lugar denominado RIO DO PEIXE, objeto do Processo DNPM nº 815.318/2012, compreendendo o presente arrendamento uma área de 49.400 metros quadrados, objeto da Matrícula nº 15.239 do cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Barra Velha.

Vigência: 05 anos

Fund. Legal: Art. 24, Inciso X da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

Barra Velha, 15 de junho de 2015

ALEXANDRO OLIVEIRA SOARES - Contratado

Claudemir Matias Francisco - Prefeito

CÂMARA MUNICIPAL

EXTRATO CONTRATUAL - CONTRATO Nº 010/2015.

CÂMARA DE VEREADORES DE BARRA VELHA-SC

EXTRATO CONTRATUAL

CONTRATO Nº 010/2015.

NÚMERO DA LICITAÇÃO: 001/2015.

MODALIDADE: Inexigibilidade Credenciamento.

FORNECEDOR: RÁDIO FM DA BARRA LTDA-EPP.

CNPJ: 01.896.227/0001-20.

DATA DE ASSINATURA: 10 de junho de 2015.

VIGÊNCIA: até 09 de junho de 2016.

VALOR: 24.000,00 (Vinte e quatro mil reais).

OBJETO: O presente contrato tem por objeto a prestação de serviços de transmissão e veiculação do programa institucional da Câmara Municipal de Barra Velha, em rede (pool), sendo 2m30s (dois minutos e trinta segundos) nas segundas, quartas e sextas-feiras, 30 s (trinta segundos) às terças e quintas-feiras e 1m30s aos sábados, transmitidos durante a programação das 12h00min às 13h00 min, no período da tarde, com a denominação "momento legislativo".

Antonioni Lucas Costa Magalhães – Procurador Geral

Marciel Berlim – Presidente da Câmara de Vereadores

Benedito Novo

PREFEITURA

EXTRATO DE CONTRATO 107/2015

PUBLICAÇÕES LEGAIS

EXTRATO DE CONTRATO

MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO - SC

EXTRATO DE CONTRATO Nº 107/2015

Referente: Processo Licitatório nº 46/2015

Contratada: AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALI

Objeto: AQUISICAO DE PRODUTOS DE HIGIENE E LIMPEZA PARA MANUTENÇÃO DAS ESCOLAS E CRECHES MUNIC IPAIS.

Valor Total Contratado: R\$ 1.723,90

Vigência: 18/06/2015 a 31/12/2015

Data Assinatura: 18/06/2015

JEAN MICHEL GRUNDMANN - Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO 108/2015

PUBLICAÇÕES LEGAIS - MURAL

EXTRATO DE CONTRATO

MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO - SC

EXTRATO DE CONTRATO Nº 108/2015

Contratada: YASMIN ESCOLA DE INFORMATICA E IDIOMAS L

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA MINISTRAR AULAS INTERATIVAS EM MICROCOMPUTADORES

Valor Total Contratado: R\$ 4.584,00

Vigência: 01/06/2015 a 31/12/2015

Data Assinatura: 01/06/2015

JEAN MICHEL GRUNDMANN - Prefeito Municipal

EXTRATO QUARTO ADITIVO AO CONTRATO 105/2012

PUBLICAÇÕES LEGAIS - MURAL

EXTRATO DE CONTRATO

MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO - SC

EXTRATO DO QUARTO ADITIVO AO CONTRATO Nº 105/2012

Referente: Processo Licitatório nº 46/2012

Contratada: GTA GESTAO AMBIENTAL LTDA.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COLETA, TRANSPORTE E DISPOSIÇÃO FINAL DE RESIDUOS DE PRODUTOS QUIMICOS (MEDICAMENTOS) E SERVIÇOS DA SAÚDE (LIXO HOSPITALAR E ODONTOLÓGICO) PROVENIENTES DOS POSTOS DE SAÚDE DO MUNICÍPIO.

Valor Total Contratado: R\$ 14.025,30

Vigência: 01/06/2015 a 31/12/2015

Data Assinatura: 01/06/2015

JEAN MICHEL GRUNDMANN - Prefeito Municipal

Biguaçu

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 24/2015 - FMS

AVISO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 24/2015 – FMS

O Senhor Secretário de Saúde, Leandro Adriano de Barros, por delegação e competência (Decreto nº. 85/2013, art. 1º, III e Portaria nº 2874/2010 de 25 de outubro de 2010), torna público que se acha aberta, nesta unidade, licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM objetivando a AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE, HOSPITALAR, INFORMÁTICA, TV PARA O SETOR DE DST/HIV/AIDS, HEPATITES DO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU cujas especificações detalhadas encontram-se no Anexo I que acompanha o Edital.

Rege a presente licitação, a Lei Federal 10.520/2002, o Decreto 5.450/2005, a Lei Federal nº 8.666/93, observadas as alterações posteriores, o Decreto Municipal nº 134/2005, e demais legislações aplicáveis.

Serão observados os seguintes horários e datas para os procedimentos que seguem:

Recebimento das Propostas: das 14h00min do dia 22/06/2015, às 13h59min do dia 03/07/2015;

Início da Sessão de Disputa de Preços: às 14h00min do dia 03/07/2015, no endereço Rua Vereador Emídio Amorim Veríssimo, s/nº., anexo à Policlínica Municipal, Praia João Rosa, Biguaçu – Diretoria de Compras, Licitações e Contratos.

Caso a sessão não venha a findar na data aprazada acima (03/07/2015), o feito ficará suspenso, dando continuidade através de novas sessões de licitação a serem realizadas na sala da Diretoria de Compras, Licitações e Contratos.

Apenas o licitante credenciado estará apto a participar das demais etapas licitatórias.

Caso a empresa licitante deseje indicar outro representante que não seja o credenciado para participar de sessões que se estendam além da data determinada acima (03/07/2015), tem-se que somente este (o próprio credenciado, com poderes específicos para firmar substabelecimento estabelecido em sua procuração) poderá fazê-lo através do instrumento de substabelecimento, com firma reconhecida, bem como apresentar cópia autenticada de seu documento de identificação, com foto.

Poderão participar da licitação pessoas jurídicas que atuam no ramo pertinente ao objeto licitado, observadas as condições constantes do edital.

O Edital completo poderá ser obtido pelos interessados no endereço eletrônico do Município de Biguaçu www.bigua.sc.gov.br, a partir do dia 22/06/2015.

Eventuais problemas de acesso no SITE da Prefeitura Municipal de Biguaçu deverão ser sanados com a Central de Processamento de Dados – CPD, da Prefeitura Municipal, através de contato a ser realizado no telefone: (48) 3279.8000.

As dúvidas pertinentes a presente licitação poderão ser esclarecidas através do e-mail: comprasaudebigua@gmail.com

Biguaçu, SC, 18 de junho de 2015.

RAMON WOLLINGER
PREFEITO MUNICIPAL

Por delegação – Leandro Adriano de Barros
Secretário de Saúde

CONTRATOS MÊS 06

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 229/2015

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU

Contratada...: SOLIDA SERVICOS DE MAO DE OBRAS EIRELI - ME

Valor : 104.000,00 (cento e quatro mil reais)

Vigência : Início: 27/04/2015 Término: 31/12/2015

Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 91/2015

Recursos : Dotação: 2.077.3.3.90.00.00.00.00 (161)

Objeto : AQUISIÇÃO DE CONCRETO USINADO PARA USO NA MANUTENÇÃO DAS VIAS COM PAVIMENTAÇÃO EM CONCRETO DO INTERIOR, OBRAS DE ARTE E PAVIMENTAÇÃO DAS RUAS COM ACLIVE E DECLIVE ELEVADO E DE DIFÍCIL MANUTENÇÃO.

Aditivo Nº : 361-3/2014 - Contrato Nº: 361/2014
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU
Contratada...: MENDES COMERCIO E DECORACOES LTDA EPP
Valor : 3.578,49 (três mil quinhentos e setenta e oito reais e quarenta e nove centavos)
Vigência : Início: 28/04/2015 Término: 23/05/2015
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 216/2014
Recursos : Dotação: 2.014.3.3.90.00.00.00.00 (51)
Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE INSTALAÇÃO E FORNECIMENTO DE DIVISÓRIAS PARA REFORMA E AMPLIAÇÃO SEREM INSTALADAS NO PRÓ CIDADÃO E GERÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO.

Contrato Nº.: 230/2015
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU
Contratada...: MS CONSTRUCAO LTDA - EPP
Valor : 20.990,00 (vinte mil novecentos e noventa reais)
Vigência : Início: 28/04/2015 Término: 28/04/2016
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 105/2015
Recursos : Dotação: 2.018.3.3.90.00.00.00.00 (81), 2.026.3.3.90.00.00.00.00 (118)
Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA OU PESSOA FÍSICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA PARA MANUTENÇÃO EM GERAL, PARA USO NOS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO.

Aditivo Nº : 152-1/2015 - Contrato Nº: 152/2015
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU
Contratada...: NEOREDE TELECOMUNICAÇÃO LTDA
Valor : 2.280,00 (dois mil duzentos e oitenta reais)
Vigência : Início: 28/04/2015 Término: 12/03/2016
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 41/2015
Recursos : Dotação: 2.011.3.3.90.00.00.00.00 (35)
Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA COLOCAÇÃO DE LINKS DE ACESSO À INTERNET EM 07 UNIDADES DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO.

Aditivo Nº : 218-1/2014 - Contrato Nº: 218/2014
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU
Contratada...: LEANDRO DA CONCEICAO MENDES 06255994970
Valor : 45.432,00 (quarenta e cinco mil quatrocentos e trinta e dois reais)
Vigência : Início: 28/04/2015 Término: 28/04/2016
Licitação : Convite p/ Compras e Serviços Nº.: 95/2014
Recursos : Dotação: 2.011.3.3.90.00.00.00.00 (35)
Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA SE SUPORTE EM TELEFONIA E CABEAMENTO ESTRUTURADO PARA PMB .

Contrato Nº.: 231/2015
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU
Contratada...: APOIO SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO LTDA ME
Valor : 249.900,00 (duzentos e quarenta e nove mil e novecentos reais)
Vigência : Início: 30/04/2015 Término: 31/12/2015
Licitação : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 88/2015
Recursos : Dotação: 1.051.4.4.90.00.00.00.00 (148)
Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FABRICAÇÃO E INSTALAÇÃO DE ABRIGOS DE PASSAGEIROS DE ÔNIBUS PARA O SISTEMA DE TRANSPORTE COLETIVO DO MUNICÍPIO, INCLUÍDO SINALIZAÇÃO HORIZONTAL E VERTICAL, CONFORME ESPECIFICAÇÕES.

Aditivo Nº : 344-3/2013 - Contrato Nº: 344/2013
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU
Contratada...: ELSON JOSÉ RIOS
Valor : 34.337,63 (trinta e quatro mil trezentos e trinta e sete reais e sessenta e três centavos)
Vigência : Início: 30/04/2015 Término: 13/06/2016
Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 111/2013
Recursos : Dotação:
Objeto : LOCAÇÃO DE IMÓVEL LOCALIZADO NA RUA JOÃO COAN, S/N (MARGINAL DA RODOVIA BR- 101, KM 195) PARA A INSTALAÇÃO DO CAM - CENTRO DE ARTES MARCIAIS.

Aditivo Nº : 270-1/2015 - Contrato Nº: 270/2014
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU
Contratada...: SUPERINFO AUTOMAÇÃO E INFORMÁTICA LTDA - EPP
Valor : 21.400,00 (vinte e um mil e quatrocentos reais)
Vigência : Início: 30/04/2015 Término: 22/05/2016
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 96/2014
Recursos : Dotação:
Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE SUPORTE AO CADASTRO DE FUNCIONÁRIOS NO RELÓGIO PONTO.

Contrato Nº.: 234/2015

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU

Contratada...: DUSOM SONORIZAÇÃO E ILUMINAÇÃO LTDA ME

Valor : 65.000,00 (sessenta e cinco mil reais)

Vigência : Início: 08/05/2015 Término: 31/12/2015

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 97/2015

Recursos : Dotação:

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SOM, PALCO, ILUMINAÇÃO E DEMAIS ESTRUTURAS PARA REALIZAÇÃO DO EVENTO BIGUAÇU 182 ANOS, NO PERÍODO DE 14 À 17 DE MAIO DE 2015, NA PRAÇA NEREU RAMOS.

Contrato Nº.: 235/2015

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU

Contratada...: TRUEIT COMERCIO DE PROD E SUP INFORMATICA LTDA

Valor : 32.813,00 (trinta e dois mil oitocentos e treze reais)

Vigência : Início: 08/05/2015 Término: 31/12/2015

Licitação : Tomada de Preço p/ Compras e Serviços Nº.: 104/2015

Recursos : Dotação: 1.003.4.4.90.00.00.00.00.00 (30), 1.003.4.4.90.00.00.00.00.00 (31)

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA ATUALIZAÇÃO DO SISTEMA DE SEGURANÇA PARA A REDE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU.

Contrato Nº.: 236/2015

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU

Contratada...: VIRTUAL AUTOMACAO LTDA

Valor : 100.900,00 (cem mil novecentos reais)

Vigência : Início: 08/05/2015 Término: 31/12/2015

Licitação : Tomada de Preço p/ Compras e Serviços Nº.: 100/2015

Recursos : Dotação: 1.003.4.4.90.00.00.00.00.00 (30), 1.003.4.4.90.00.00.00.00.00 (31)

Objeto : AQUISIÇÃO DE LICENÇAS DE SOFTWARE DE GESTÃO DE OBRAS PARA A SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

Contrato Nº.: 238/2015

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU

Contratada...: COMP1 INFORMATICA LTDA EPP

Valor : 1.475,00 (um mil quatrocentos e setenta e cinco reais)

Vigência : Início: 08/05/2015 Término: 31/12/2015

Licitação : Tomada de Preço p/ Compras e Serviços Nº.: 125/2015

Recursos : Dotação: 2.011.4.4.90.00.00.00.00.00 (37), 2.011.4.4.90.00.00.00.00.00 (38)

Objeto : AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS COM INTUITO DE COMPOR A DENOMINAÇÃO MOBILIÁRIA PARA O SETOR DE PROCESSAMENTO DE DADOS.

Contrato Nº.: 250/2015

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU

Contratada...: L.MOHR LTDA - EPP

Valor : 2.098,90 (dois mil e noventa e oito reais e noventa centavos)

Vigência : Início: 08/05/2015 Término: 31/12/2015

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 81/2015

Recursos : Dotação: 2.018.3.3.90.00.00.00.00.00 (81), 2.026.3.3.90.00.00.00.00.00 (118), 2.026.4.4.90.00.00.00.00.00 (121)

Objeto : AQUISIÇÃO DE MATERIAL DIDÁTICO PARA O NÚCLEO DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA INTERDISCIPLINAR- NEII

Contrato Nº.: 237/2015

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU

Contratada...: PAEMI COMERCIAL E DISTR. LTDA EPP

Valor : 7.700,00 (sete mil e setecentos reais)

Vigência : Início: 08/05/2015 Término: 31/12/2015

Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 142/2015

Recursos : Dotação: 2.026.3.3.90.00.00.00.00.00 (120)

Objeto : AQUISIÇÃO DE COLCHONETES PARA SUPRIR A NECESSIDADE DOS CEIMS PÁSCOA RÉGIS E MARIA DE LOURDES GALLIANI, CONFORME MEMORANDO E-2588/2015.

Contrato Nº.: 239/2015

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU

Contratada...: DAGMAR PEREIRA

Valor : 1.500,00 (um mil e quinhentos reais)

Vigência : Início: 08/05/2015 Término: 31/12/2015

Licitação : Inexigibilidade de Licitação Nº.: 150/2015

Recursos : Dotação:

Objeto : CONTRATAÇÃO DE APRESENTAÇÕES MUSICAIS PARA A PROGRAMAÇÃO DO EVENTO BIGUAÇU 182 ANOS, A REALIZAR-SE NOS DIAS 14 À 17 DE MAIO DE 2015, NA PRAÇA NEREU RAMOS, EM BIGUAÇU.

Contrato Nº.: 240/2015

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU

Contratada...: DALVAN SCHIMTZ

Valor : 1.000,00 (um mil reais)

Vigência : Início: 08/05/2015 Término: 31/12/2015

Licitação : Inexigibilidade de Licitação Nº.: 150/2015

Recursos : Dotação: 2.075.3.3.90.00.00.00.00 (224)

Objeto : CONTRATAÇÃO DE APRESENTAÇÕES MUSICAIS PARA A PROGRAMAÇÃO DO EVENTO BIGUAÇU 182 ANOS, A REALIZAR-SE NOS DIAS 14 À 17 DE MAIO DE 2015, NA PRAÇA NEREU RAMOS, EM BIGUAÇU.

Contrato Nº.: 249/2015

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU

Contratada...: NDN EMPREENDIMENTOS ARTISTICOS LTDA - ME

Valor : 42.250,00 (quarenta e dois mil duzentos e cinquenta reais)

Vigência : Início: 08/05/2015 Término: 31/12/2015

Licitação : Inexigibilidade de Licitação Nº.: 154/2015

Recursos : Dotação:

Objeto : CONTRATAÇÃO DA BANDA NENHUM DE NÓS ATRAÇÃO MUSICAL PARA COMPOR A PROGRAMAÇÃO DO EVENTO BIGUAÇU 182 ANOS, EM BIGUAÇU, CONFORME ESPECIFICAÇÃO EM ANEXO

Contrato Nº.: 241/2015

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU

Contratada...: ÉLIDA LUCIA DE MELLO

Valor : 1.200,00 (um mil e duzentos reais)

Vigência : Início: 08/05/2015 Término: 31/12/2015

Licitação : Inexigibilidade de Licitação Nº.: 150/2015

Recursos : Dotação:

Objeto : CONTRATAÇÃO DE APRESENTAÇÕES MUSICAIS PARA A PROGRAMAÇÃO DO EVENTO BIGUAÇU 182 ANOS, A REALIZAR-SE NOS DIAS 14 À 17 DE MAIO DE 2015, NA PRAÇA NEREU RAMOS, EM BIGUAÇU.

Contrato Nº.: 242/2015

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU

Contratada...: ELIS REGINA PEDRA

Valor : 2.700,00 (dois mil e setecentos reais)

Vigência : Início: 08/05/2015 Término: 31/12/2015

Licitação : Inexigibilidade de Licitação Nº.: 150/2015

Recursos : Dotação:

Objeto : CONTRATAÇÃO DE APRESENTAÇÕES MUSICAIS PARA A PROGRAMAÇÃO DO EVENTO BIGUAÇU 182 ANOS, A REALIZAR-SE NOS DIAS 14 À 17 DE MAIO DE 2015, NA PRAÇA NEREU RAMOS, EM BIGUAÇU.

Contrato Nº.: 243/2015

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU

Contratada...: EROMAR SILVA SOUZA

Valor : 600,00 (seiscentos reais)

Vigência : Início: 08/05/2015 Término: 31/12/2015

Licitação : Inexigibilidade de Licitação Nº.: 150/2015

Recursos : Dotação:

Objeto : CONTRATAÇÃO DE APRESENTAÇÕES MUSICAIS PARA A PROGRAMAÇÃO DO EVENTO BIGUAÇU 182 ANOS, A REALIZAR-SE NOS DIAS 14 À 17 DE MAIO DE 2015, NA PRAÇA NEREU RAMOS, EM BIGUAÇU.

Contrato Nº.: 244/2015

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU

Contratada...: FERNANDO JESUS ROCHA

Valor : 1.400,00 (um mil e quatrocentos reais)

Vigência : Início: 08/05/2015 Término: 31/12/2015

Licitação : Inexigibilidade de Licitação Nº.: 150/2015

Recursos : Dotação:

Objeto : CONTRATAÇÃO DE APRESENTAÇÕES MUSICAIS PARA A PROGRAMAÇÃO DO EVENTO BIGUAÇU 182 ANOS, A REALIZAR-SE NOS DIAS 14 À 17 DE MAIO DE 2015, NA PRAÇA NEREU RAMOS, EM BIGUAÇU.

Contrato Nº.: 251/2015

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU

Contratada...: COMERCIAL DE MÁQUINAS SÃO CRISTÓVÃO LTDA

Valor : 39.850,00 (trinta e nove mil oitocentos e cinquenta reais)

Vigência : Início: 08/05/2015 Término: 31/12/2015

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 68/2015

Recursos : Dotação: 2.070.4.4.90.00.00.00.00 (361)

Objeto : AQUISIÇÃO DE ROÇADEIRA HIDRÁULICA ARTICULADA PARA O FUNDO MUNICIPAL DE AGRICULTURA

Contrato Nº.: 245/2015

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU

Contratada...: MARCOS AURELIO DE LARA

Valor : 800,00 (oitocentos reais)

Vigência : Início: 08/05/2015 Término: 31/12/2015

Licitação : Inexigibilidade de Licitação Nº.: 150/2015

Recursos : Dotação:

Objeto : CONTRATAÇÃO DE APRESENTAÇÕES MUSICAIS PARA A PROGRAMAÇÃO DO EVENTO BIGUAÇU 182 ANOS, A REALIZAR-SE NOS DIAS 14 À 17 DE MAIO DE 2015, NA PRAÇA NEREU RAMOS, EM BIGUAÇU.

Contrato Nº.: 253/2015

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU

Contratada...: MONICA APARECIDA DE ASSUMPCAO 95099948987

Valor : 8.000,00 (oito mil reais)

Vigência : Início: 11/05/2015 Término: 31/12/2015

Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 147/2015

Recursos : Dotação:

Objeto : CONTRATAÇÃO DE ESPECIALIZADA PARA A CONFECÇÃO DO BOLO DO ANIVERSÁRIO DO MUNICÍPIO.

Contrato Nº.: 254/2015

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU

Contratada...: VIRTUAL AUTOMACAO LTDA

Valor : 14.400,00 (quatorze mil quatrocentos reais)

Vigência : Início: 11/05/2015 Término: 31/12/2015

Licitação : Tomada de Preço p/ Compras e Serviços Nº.: 107/2015

Recursos : Dotação:

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA MINISTRAR CURSO DE CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES DO SETOR DE ENGENHARIA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU.

Contrato Nº.: 246/2015

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU

Contratada...: OSVALDO APARECIDO DA SILVA

Valor : 800,00 (oitocentos reais)

Vigência : Início: 08/05/2015 Término: 31/12/2015

Licitação : Inexigibilidade de Licitação Nº.: 150/2015

Recursos : Dotação:

Objeto : CONTRATAÇÃO DE APRESENTAÇÕES MUSICAIS PARA A PROGRAMAÇÃO DO EVENTO BIGUAÇU 182 ANOS, A REALIZAR-SE NOS DIAS 14 À 17 DE MAIO DE 2015, NA PRAÇA NEREU RAMOS, EM BIGUAÇU.

Contrato Nº.: 247/2015

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU

Contratada...: RAFAEL BARRETO BOSSLE

Valor : 2.700,00 (dois mil e setecentos reais)

Vigência : Início: 08/05/2015 Término: 31/12/2015

Licitação : Inexigibilidade de Licitação Nº.: 150/2015

Recursos : Dotação:

Objeto : CONTRATAÇÃO DE APRESENTAÇÕES MUSICAIS PARA A PROGRAMAÇÃO DO EVENTO BIGUAÇU 182 ANOS, A REALIZAR-SE NOS DIAS 14 À 17 DE MAIO DE 2015, NA PRAÇA NEREU RAMOS, EM BIGUAÇU.

Contrato Nº.: 248/2015

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU

Contratada...: VICTOR LEONARDO DA SILVEIRA

Valor : 500,00 (quinhentos reais)

Vigência : Início: 08/05/2015 Término: 31/12/2015

Licitação : Inexigibilidade de Licitação Nº.: 150/2015

Recursos : Dotação:

Objeto : CONTRATAÇÃO DE APRESENTAÇÕES MUSICAIS PARA A PROGRAMAÇÃO DO EVENTO BIGUAÇU 182 ANOS, A REALIZAR-SE NOS DIAS 14 À 17 DE MAIO DE 2015, NA PRAÇA NEREU RAMOS, EM BIGUAÇU.

Contrato Nº.: 255/2015

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU

Contratada...: NEWTON DE SOUZA

Valor : 800,00 (oitocentos reais)

Vigência : Início: 13/05/2015 Término: 31/12/2015

Licitação : Inexigibilidade de Licitação Nº.: 151/2015

Recursos : Dotação: 2.075.3.3.90.00.00.00.00 (224)

Objeto : CONTRATAÇÃO DE APRESENTAÇÃO CULTURAL PARA O EVENTO BIGUAÇU 182 ANOS, REALIZADO NOS DIAS 14 A 17 DE MAIO.

Contrato Nº.: 256/2015

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU

Contratada...: SANDRO DE SOUZA PENTEADO 89635817053

Valor : 850,00 (oitocentos e cinquenta reais)

Vigência : Início: 13/05/2015 Término: 31/12/2015

Licitação : Inexigibilidade de Licitação Nº.: 151/2015

Recursos : Dotação: 2.075.3.3.90.00.00.00.00 (224)

Objeto : CONTRATAÇÃO DE APRESENTAÇÃO CULTURAL PARA O EVENTO BIGUAÇU 182 ANOS, REALIZADO NOS DIAS 14 A 17 DE MAIO.

Contrato Nº.: 257/2015

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU

Contratada...: SERVIG SEGURANCA PRIVADA LTDA - EPP

Valor : 3.400,00 (três mil e quatrocentos reais)

Vigência : Início: 13/05/2015 Término: 31/12/2015

Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 163/2015

Recursos : Dotação: 2.075.3.3.90.00.00.00.00 (224)

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE SEGURANÇA PRIVADA PARA O EVENTO BIGUAÇU 182 ANOS, A REALIZAR-SE NA PRAÇA NEREU RAMOS E NO ESTACIONAMENTO AO LADO DA IGREJA MATRIZ, NO PERÍODO DE 14 À 17 DE MAIO DE 2015.

Aditivo Nº : 219-1/2014 - Contrato Nº: 219/2014

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU

Contratada...: ANTUNELLI E ANTUNELLI LTDA - ME

Valor : 40.341,34 (quarenta mil trezentos e quarenta e um reais e trinta e quatro centavos)

Vigência : Início: 05/05/2015 Término: 05/08/2015

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 85/2014

Recursos : Dotação: 2.059.3.3.90.00.00.00.00 (275)

Objeto : CONTRATAÇÃO DE INSTITUIÇÃO PARA REALIZAR O ACOLHIMENTO DE LONGA PERMANÊNCIA DE PESSOAS IDOSAS DO MUNICÍPIO.

Aditivo Nº : 350-2/2014 - Contrato Nº: 350/2014

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU

Contratada...: DIGITAL TECNOLOGIA E SERVICOS LTDA ME

Valor : 0,00 (zero)

Vigência : Início: 30/04/2015 Término: 30/06/2015

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 205/2014

Recursos : Dotação:

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA REALIZAÇÃO DE INVENTÁRIO DOS BENS DO MUNICÍPIOS CONFORME EXIGÊNCIA LEGAL.

Contrato Nº.: 258/2015

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU

Contratada...: MAURICIO SAVULSKI DE MATOS

Valor : 49.545,68 (quarenta e nove mil quinhentos e quarenta e cinco reais e sessenta e oito centavos)

Vigência : Início: 14/05/2015 Término: 14/08/2015

Licitação : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 106/2015

Recursos : Dotação: 2.018.3.3.90.00.00.00.00 (84)

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PRESTADORA DE SERVIÇO E FORNECIMENTO DE MATERIAL PARA REFORMA DO TELHADO DO GRUPO ESCOLAR MUNICIPAL CÉLIA LISBOA DOS SANTOS, LOCALIZADA NO MORRO DA BOA VISTA, NESTA MUNICIPALIDADE.

Contrato Nº.: 259/2015

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU

Contratada...: MILTON FERREIRA DA SILVA

Valor : 3.000,00 (três mil reais)

Vigência : Início: 14/05/2015 Término: 31/12/2015

Licitação : Inexigibilidade de Licitação Nº.: 165/2015

Recursos : Dotação: 2.075.3.3.90.00.00.00.00 (224)

Objeto : CONTRATAÇÃO PARA MONTAGEM DE UM ENGENHO DE FARINHA AO ESTILO AÇOREANO.

Aditivo Nº : 262-6/2009 - Contrato Nº: 262/2009

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU

Contratada...: INEZ MARIA SILVESTRE

Valor : 52.886,54 (cinquenta e dois mil oitocentos e oitenta e seis reais e cinquenta e quatro centavos)

Vigência : Início: 08/05/2015 Término: 09/05/2016

Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 101/2009

Recursos : Dotação:

Objeto : LOCAÇÃO DE UM IMÓVEL DESTINADO Á INSTALAÇÃO DO C.E.I.M. ALGODÃO DOCE, LOCALIZADO NA SERVIDÃO LUIS EDUARDO BORBA, Nº 200, CENTRO, BIGUAÇU - SC, COM ÁREA CONSTRÍDA DE 244 M².

Aditivo Nº : 227-1/2015 - Contrato Nº: 227/2015

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU

Contratada...: PAEMI COMERCIAL E DISTR. LTDA EPP

Valor : 2.992,50 (dois mil novecentos e noventa e dois reais e cinquenta centavos)
Vigência : Início: 14/05/2015 Término: 31/12/2015
Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 129/2015
Recursos : Dotação: 2.049.3.3.90.00.00.00.00 (216)
Objeto : AQUISIÇÃO DE GRAMA SINTÉTICA PARA PRAÇAS DE RESPONSABILIDADE DA SECETUL - SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, ESPORTE, TURISMO E LAZER.

Contrato Nº.: 232/2015
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU
Contratada.: JEFERSON DA SILVEIRA ME
Valor : 990,00 (novecentos e noventa reais)
Vigência : Início: 05/05/2015 Término: 31/12/2015
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 121/2015
Recursos : Dotação: 2.026.3.3.90.00.00.00.00 (119)
Objeto : AQUISIÇÃO DE BANCOS E MESAS PARA O CEIM LAR FELIZ.

Aditivo Nº : 441-9/2012 - Contrato Nº: 441/2012
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU
Contratada.: ALINE CONSTRUÇÕES E INCORPORACOES LTDA.
Valor : 39.297,93 (trinta e nove mil duzentos e noventa e sete reais e noventa e três centavos)
Vigência : Início: 14/05/2015 Término: 30/08/2015
Licitação : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 153/2012
Recursos : Dotação: 1.007.4.4.90.00.00.00.00 (70)
Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PRESTADORA DE SERVIÇO E FORNECIMENTO DE MATERIAL PARA CONSTRUÇÃO DE CRECHE JANAÍNA.

Contrato Nº.: 233/2015
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU
Contratada.: EMILIO PAULSEN
Valor : 78.600,00 (setenta e oito mil e seiscentos reais)
Vigência : Início: 06/05/2015 Término: 06/05/2016
Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 140/2015
Recursos : Dotação: 2.055.3.3.90.00.00.00.00 (309)
Objeto : LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA O USO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO, PARA ALOCAR-MOS AS ATIVIDADES DO RECREIA.

Aditivo Nº : 276-2/2014 - Contrato Nº: 276/2014
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU
Contratada.: PB & M CONSULTORIA E MEIO AMBIENTE LTDA. - EPP
Valor : 0,00 (zero)
Vigência : Início: 18/05/2015 Término: 19/12/2015
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 109/2014
Recursos : Dotação:
Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS DE ENGENHARIA DESTINADOS A ELABORAÇÃO DE PROJETOS EXECUTIVOS PARA OBRAS PÚBLICAS DO MUNICÍPIO, PREDIAIS E DE INFRA-ESTRUTURA URBANA.

Aditivo Nº : 259-1/2014 - Contrato Nº: 259/2014
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU
Contratada.: BETHA SISTEMAS LTDA.
Valor : 12.139,74 (doze mil cento e trinta e nove reais e setenta e quatro centavos)
Vigência : Início: 18/05/2015 Término: 19/05/2016
Licitação : Inexigibilidade de Licitação Nº.: 127/2014
Recursos : Dotação:
Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA IMPLANTAÇÃO, TREINAMENTO E MANUTENÇÃO DO PROGRAM FLY SOCIAL PLUS (FERRAMENTA QUE CONTEMPLA PRINCÍPIOS LEGAIS DO SISTEMA UNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL)

Contrato Nº.: 260/2015
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU
Contratada.: SERMEDICALL ARP EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA EPP
Valor : 2.082,16 (dois mil e oitenta e dois reais e dezesseis centavos)
Vigência : Início: 19/05/2015 Término: 31/12/2015
Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 124/2015
Recursos : Dotação: 2.052.3.3.90.00.00.00.00 (235), 2.052.4.4.90.00.00.00.00 (237)
Objeto : AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSUMO PARA USO NOS SERVIÇOS DE ATENDIMENTO PRÉ HOSPITALAR DO CORPO DE BOMBEIROS DE BIGUAÇU.

Contrato Nº.: 261/2015
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU
Contratada.: ALA COMERCIO LTDA -ME

Valor : 4.280,00 (quatro mil duzentos e oitenta reais)
Vigência : Início: 19/05/2015 Término: 31/12/2015
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 71/2015
Recursos : Dotação: 2.026.4.4.90.00.00.00.00.00 (121), 2.018.4.4.90.00.00.00.00.00 (364)
Objeto : AQUISIÇÃO DE MÓVEIS PARA USO DOS CEIM'S, EBM'S E SEMED

Contrato Nº.: 262/2015
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU
Contratada...: CELIA REGINA W. SANI - ME
Valor : 9.215,00 (nove mil duzentos e quinze reais)
Vigência : Início: 19/05/2015 Término: 31/12/2015
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 71/2015
Recursos : Dotação: 2.026.4.4.90.00.00.00.00.00 (121), 2.018.4.4.90.00.00.00.00.00 (364)
Objeto : AQUISIÇÃO DE MÓVEIS PARA USO DOS CEIM'S, EBM'S E SEMED

Contrato Nº.: 263/2015
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU
Contratada...: ERGO MOBILI IND.E COM. DE MOVEIS LTDA
Valor : 20.722,00 (vinte mil setecentos e vinte e dois reais)
Vigência : Início: 19/05/2015 Término: 31/12/2015
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 71/2015
Recursos : Dotação: 2.026.4.4.90.00.00.00.00.00 (121), 2.018.4.4.90.00.00.00.00.00 (364)
Objeto : AQUISIÇÃO DE MÓVEIS PARA USO DOS CEIM'S, EBM'S E SEMED

Contrato Nº.: 264/2015
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU
Contratada...: IRMAOS PACHECO COMERCIO E SERVICO LTDA - ME
Valor : 9.800,00 (nove mil e oitocentos reais)
Vigência : Início: 19/05/2015 Término: 31/12/2015
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 71/2015
Recursos : Dotação: 2.026.4.4.90.00.00.00.00.00 (121), 2.018.4.4.90.00.00.00.00.00 (364)
Objeto : AQUISIÇÃO DE MÓVEIS PARA USO DOS CEIM'S, EBM'S E SEMED

Contrato Nº.: 265/2015
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU
Contratada...: MARIA HELENA COMERCIO DE MOVEIS EIRELI - ME
Valor : 2.670,00 (dois mil seiscentos e setenta reais)
Vigência : Início: 19/05/2015 Término: 31/12/2015
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 71/2015
Recursos : Dotação: 2.026.4.4.90.00.00.00.00.00 (121), 2.018.4.4.90.00.00.00.00.00 (364)
Objeto : AQUISIÇÃO DE MÓVEIS PARA USO DOS CEIM'S, EBM'S E SEMED

Contrato Nº.: 266/2015
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU
Contratada...: PROVALLE COMERCIO E SERVICOS LTDA - ME
Valor : 1.744,00 (um mil setecentos e quarenta e quatro reais)
Vigência : Início: 19/05/2015 Término: 31/12/2015
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 71/2015
Recursos : Dotação: 2.026.4.4.90.00.00.00.00.00 (121), 2.018.4.4.90.00.00.00.00.00 (364)
Objeto : AQUISIÇÃO DE MÓVEIS PARA USO DOS CEIM'S, EBM'S E SEMED

Contrato Nº.: 267/2015
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU
Contratada...: SCHOOL CENTER INDUSTRIA DE MOVEIS ESCOLARES LTDA.
Valor : 2.142,00 (dois mil cento e quarenta e dois reais)
Vigência : Início: 19/05/2015 Término: 31/12/2015
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 71/2015
Recursos : Dotação: 2.026.4.4.90.00.00.00.00.00 (121), 2.018.4.4.90.00.00.00.00.00 (364)
Objeto : AQUISIÇÃO DE MÓVEIS PARA USO DOS CEIM'S, EBM'S E SEMED

Contrato Nº.: 268/2015
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU
Contratada...: SUPRIMOVEIS LTDA ME
Valor : 3.872,00 (três mil oitocentos e setenta e dois reais)
Vigência : Início: 19/05/2015 Término: 31/12/2015
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 71/2015
Recursos : Dotação: 2.026.4.4.90.00.00.00.00.00 (121), 2.018.4.4.90.00.00.00.00.00 (364)
Objeto : AQUISIÇÃO DE MÓVEIS PARA USO DOS CEIM'S, EBM'S E SEMED

Contrato Nº.: 269/2015
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU
Contratada...: ELO COMERCIO E SERVICOS LTDA - ME
Valor : 420,00 (quatrocentos e vinte reais)
Vigência : Início: 19/05/2015 Término: 31/12/2015
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 103/2015
Recursos : Dotação: 2.018.3.3.90.00.00.00.00 (84), 2.026.3.3.90.00.00.00.00 (120)
Objeto : AQUISIÇÃO DE UTENSÍLIOS PARA CEIM's E ESCOLAS MUNICIPAIS.

Contrato Nº.: 270/2015
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU
Contratada...: M&A COMERCIO E SERVICOS LTDA - ME
Valor : 8.324,40 (oito mil trezentos e vinte e quatro reais e quarenta centavos)
Vigência : Início: 19/05/2015 Término: 31/12/2015
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 103/2015
Recursos : Dotação: 2.018.3.3.90.00.00.00.00 (84), 2.026.3.3.90.00.00.00.00 (120)
Objeto : AQUISIÇÃO DE UTENSÍLIOS PARA AS CEIMs E ESCOLAS MUNICIPAIS.

Contrato Nº.: 271/2015
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU
Contratada...: MAYCON WILL - ME
Valor : 9.635,50 (nove mil seiscentos e trinta e cinco reais e cinquenta centavos)
Vigência : Início: 19/05/2015 Término: 31/12/2015
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 103/2015
Recursos : Dotação: 2.018.3.3.90.00.00.00.00 (84), 2.026.3.3.90.00.00.00.00 (120)
Objeto : AQUISIÇÃO DE UTENSÍLIOS PARA AS CEIMs E ESCOLAS MUNICIPAIS.

Contrato Nº.: 272/2015
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU
Contratada...: ESCOLA DE GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL - EGEM
Valor : 9.980,00 (nove mil novecentos e oitenta reais)
Vigência : Início: 19/05/2015 Término: 31/12/2015
Licitação : Tomada de Preço p/ Compras e Serviços Nº.: 98/2015
Recursos : Dotação: 1.004.4.4.90.00.00.00.00 (47), 1.004.4.4.90.00.00.00.00 (48)
Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA MINISTRAR CURSO DE CAPACITAÇÃO DOS FISCAIS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU.

Contrato Nº.: 273/2015
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU
Contratada...: CARLINHOS & JOACIR TERRAPLANAGEM LTDA
Valor : 194.000,00 (cento e noventa e quatro mil reais)
Vigência : Início: 19/05/2015 Término: 31/12/2015
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 120/2015
Recursos : Dotação: 2.083.3.3.90.00.00.00.00 (170)
Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PRESTADORA DE SERVIÇO DE HORA MÁQUINA (RETRO ESCAVADEIRA) PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E INFRAESTRUTURA.

Contrato Nº.: 274/2015
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU
Contratada...: ORLANDO COAN EPP
Valor : 144.000,00 (cento e quarenta e quatro mil reais)
Vigência : Início: 19/05/2015 Término: 31/12/2015
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 120/2015
Recursos : Dotação: 2.083.3.3.90.00.00.00.00 (170)
Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PRESTADORA DE SERVIÇO DE HORA MÁQUINA (RETRO ESCAVADEIRA) PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E INFRAESTRUTURA.

Aditivo Nº : 384-5/2010 - Contrato Nº: 384/2010
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU
Contratada...: AMA ADMINISTRAÇÃO DE BENS LTDA
Valor : 164.375,05 (cento e sessenta e quatro mil trezentos e setenta e cinco reais e cinco centavos)
Vigência : Início: 21/05/2015 Término: 21/05/2016
Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 126/2010
Recursos : Dotação:
Objeto : LOCAÇÃO DE GALPÕES PARA O ALMOXARIFADO MUNICIPAL, LOCALIZADOS NA RODOVIA BR-101, KM195, BIGUAÇU - COM ÁREA TOTAL DE 1.096,2 M².

Contrato Nº.: 309/2015
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU

Contratada...: BRITAGEM VOGELSANGER LTDA

Valor : 7.470,00 (sete mil quatrocentos e setenta reais)

Vigência : Início: 03/06/2015 Término: 31/12/2015

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 114/2015

Recursos : Dotação: 2.077.3.3.90.00.00.00.00 (161)

Objeto : AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA CONSERVAÇÃO DAS ESTRADAS VICINAIS, MATERIAL DE SEGURANÇA, FERRAMENTAS, UTILIDADES, PINTURA, EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL, SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO E TUBOS DE CONCRETO PARA DRENAGEM PLUVIAL, CONSTRUÇÃO DE BUEIRO E PONTILHÕES.

Aditivo Nº : 361-4/2014 - Contrato Nº: 361/2014

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU

Contratada...: MENDES COMERCIO E DECORACOES LTDA EPP

Valor : 0,00 (zero)

Vigência : Início: 22/05/2015 Término: 23/07/2015

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 216/2014

Recursos : Dotação:

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE INSTALAÇÃO E FORNECIMENTO DE DIVISÓRIAS PARA REFORMA E AMPLIAÇÃO SEREM INSTALADAS NO PRÓ CIDADÃO E GERÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO.

Contrato Nº...: 275/2015

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU

Contratada...: ADELMO CRISPIN PEREIRA

Valor : 9.072,00 (nove mil e setenta e dois reais)

Vigência : Início: 27/05/2015 Término: 31/12/2015

Licitação : Outras Modalidades Nº.: 70/2015

Recursos : Dotação:

Objeto : AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA AS CEIM'S E ESCOLAS MUNICIPAIS.

Contrato Nº...: 276/2015

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU

Contratada...: ALDIR CARPES MARQUES FILHO

Valor : 19.893,00 (dezenove mil oitocentos e noventa e três reais)

Vigência : Início: 27/05/2015 Término: 31/12/2015

Licitação : Outras Modalidades Nº.: 70/2015

Recursos : Dotação:

Objeto : AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA AS CEIM'S E ESCOLAS MUNICIPAIS.

Contrato Nº...: 277/2015

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU

Contratada...: ANDERSON LUIZ ROMÃO

Valor : 19.893,00 (dezenove mil oitocentos e noventa e três reais)

Vigência : Início: 27/05/2015 Término: 31/12/2015

Licitação : Outras Modalidades Nº.: 70/2015

Recursos : Dotação:

Objeto : AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA AS CEIM'S E ESCOLAS MUNICIPAIS.

Contrato Nº...: 278/2015

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU

Contratada...: CLAUDEMIR ONERES BESEN

Valor : 19.531,05 (dezenove mil quinhentos e trinta e um reais e cinco centavos)

Vigência : Início: 27/05/2015 Término: 31/12/2015

Licitação : Outras Modalidades Nº.: 70/2015

Recursos : Dotação:

Objeto : AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA AS CEIM'S E ESCOLAS MUNICIPAIS.

Contrato Nº...: 279/2015

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU

Contratada...: DANIEL JOSÉ DE SOUZA

Valor : 7.000,00 (sete mil reais)

Vigência : Início: 27/05/2015 Término: 31/12/2015

Licitação : Outras Modalidades Nº.: 70/2015

Recursos : Dotação:

Objeto : AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA AS CEIM'S E ESCOLAS MUNICIPAIS.

Contrato Nº...: 280/2015

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU

Contratada...: EDUARDO PAULI DECKER

Valor : 16.076,90 (dezesseis mil e setenta e seis reais e noventa centavos)

Vigência : Início: 27/05/2015 Término: 31/12/2015

Licitação : Outras Modalidades Nº.: 70/2015
Recursos : Dotação:
Objeto : AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA AS CEIM'S E ESCOLAS MUNICIPAIS.
Contrato Nº.: 281/2015
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU
Contratada...: FRANCISCO RODRIGUES
Valor : 19.531,05 (dezenove mil quinhentos e trinta e um reais e cinco centavos)
Vigência : Início: 27/05/2015 Término: 31/12/2015
Licitação : Outras Modalidades Nº.: 70/2015
Recursos : Dotação:
Objeto : AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA AS CEIM'S E ESCOLAS MUNICIPAIS.

Contrato Nº.: 282/2015
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU
Contratada...: HARRY WESTPHAL
Valor : 19.223,00 (dezenove mil duzentos e vinte e três reais)
Vigência : Início: 27/05/2015 Término: 31/12/2015
Licitação : Outras Modalidades Nº.: 70/2015
Recursos : Dotação:
Objeto : AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA AS CEIM'S E ESCOLAS MUNICIPAIS.

Contrato Nº.: 283/2015
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU
Contratada...: HÉRICO WESTPHAL
Valor : 19.223,00 (dezenove mil duzentos e vinte e três reais)
Vigência : Início: 27/05/2015 Término: 31/12/2015
Licitação : Outras Modalidades Nº.: 70/2015
Recursos : Dotação:
Objeto : AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA AS CEIM'S E ESCOLAS MUNICIPAIS.

Contrato Nº.: 284/2015
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU
Contratada...: JEDEAN ALEX DE SOUZA
Valor : 19.865,60 (dezenove mil oitocentos e sessenta e cinco reais e sessenta centavos)
Vigência : Início: 27/05/2015 Término: 31/12/2015
Licitação : Outras Modalidades Nº.: 70/2015
Recursos : Dotação:
Objeto : AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA AS CEIM'S E ESCOLAS MUNICIPAIS.

Contrato Nº.: 285/2015
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU
Contratada...: JEFERSON PAULI DECKER
Valor : 16.096,20 (dezesseis mil e noventa e seis reais e vinte centavos)
Vigência : Início: 27/05/2015 Término: 31/12/2015
Licitação : Outras Modalidades Nº.: 70/2015
Recursos : Dotação:
Objeto : AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA AS CEIM'S E ESCOLAS MUNICIPAIS.

Contrato Nº.: 286/2015
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU
Contratada...: JOSÉ JAIRMO VIRÍSSIMO
Valor : 11.340,00 (onze mil trezentos e quarenta reais)
Vigência : Início: 27/05/2015 Término: 31/12/2015
Licitação : Outras Modalidades Nº.: 70/2015
Recursos : Dotação:
Objeto : AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA AS CEIM'S E ESCOLAS MUNICIPAIS.

Contrato Nº.: 287/2015
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU
Contratada...: JOSIEL JOÃO PERES
Valor : 11.340,00 (onze mil trezentos e quarenta reais)
Vigência : Início: 27/05/2015 Término: 31/12/2015
Licitação : Outras Modalidades Nº.: 70/2015
Recursos : Dotação:
Objeto : AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA AS CEIM'S E ESCOLAS MUNICIPAIS.

Contrato Nº.: 288/2015
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU
Contratada...: JURACIR ROSA DE LIMAS

Valor : 18.944,00 (dezoito mil novecentos e quarenta e quatro reais)
Vigência : Início: 27/05/2015 Término: 31/12/2015
Licitação : Outras Modalidades Nº.: 70/2015
Recursos : Dotação:
Objeto : AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA AS CEIM'S E ESCOLAS MUNICIPAIS.

Contrato Nº.: 289/2015
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU
Contratada...: MAURINO DECKER
Valor : 16.076,90 (dezesseis mil e setenta e seis reais e noventa centavos)
Vigência : Início: 27/05/2015 Término: 31/12/2015
Licitação : Outras Modalidades Nº.: 70/2015
Recursos : Dotação:
Objeto : AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA AS CEIM'S E ESCOLAS MUNICIPAIS.

Contrato Nº.: 290/2015
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU
Contratada...: PAULO ROBERTO DE SOUZA
Valor : 18.521,30 (dezoito mil quinhentos e vinte e um reais e trinta centavos)
Vigência : Início: 27/05/2015 Término: 31/12/2015
Licitação : Outras Modalidades Nº.: 70/2015
Recursos : Dotação:
Objeto : AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA AS CEIM'S E ESCOLAS MUNICIPAIS.

Contrato Nº.: 291/2015
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU
Contratada...: EDESIO PAULO PETRY
Valor : 2.468,00 (dois mil quatrocentos e sessenta e oito reais)
Vigência : Início: 27/05/2015 Término: 31/12/2015
Licitação : Outras Modalidades Nº.: 70/2015
Recursos : Dotação:
Objeto : AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA AS CEIM'S E ESCOLAS MUNICIPAIS.

Aditivo Nº : 219-2/2014 - Contrato Nº: 219/2014
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU
Contratada...: ANTUNELLI E ANTUNELLI LTDA - ME
Valor : 8.068,26 (oito mil e sessenta e oito reais e vinte e seis centavos)
Vigência : Início: 27/05/2015 Término: 05/08/2015
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 85/2014
Recursos : Dotação: 2.060.3.3.90.00.00.00.00 (191)
Objeto : CONTRATAÇÃO DE INSTITUIÇÃO PARA REALIZAR O ACOLHIMENTO DE LONGA PERMANÊNCIA DE PESSOAS IDOSAS DO MUNICÍPIO.

Contrato Nº.: 292/2015
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU
Contratada...: COMP1 INFORMATICA LTDA EPP
Valor : 3.028,00 (três mil e vinte e oito reais)
Vigência : Início: 27/05/2015 Término: 31/12/2015
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 141/2015
Recursos : Dotação: 2.073.4.4.90.00.00.00.00 (204)
Objeto : AQUISIÇÃO DE 1 (UM) COMPUTADOR PARA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E INOVAÇÃO TECNOLÓGICA.

Contrato Nº.: 293/2015
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU
Contratada...: HUGEN EQUIPAMENTOS TOPOGRAFICOS LTDA - ME
Valor : 3.525,00 (três mil quinhentos e vinte e cinco reais)
Vigência : Início: 27/05/2015 Término: 31/12/2015
Licitação : Dispensa de Licitação p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 49/2015
Recursos : Dotação: 2.083.3.3.90.00.00.00.00 (170)
Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA LOCAÇÃO DE SISTEMA GNSS RTK, PARA USO DO SETOR DE TOPOGRAFIA DA SECRETARIA DE OBRAS E INFRAESTRUTURA.

Contrato Nº.: 294/2015
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU
Contratada...: MARCELO VISINTAINER DE OLIVEIRA
Valor : 25.874,66 (vinte e cinco mil oitocentos e setenta e quatro reais e sessenta e seis centavos)
Vigência : Início: 27/05/2015 Término: 31/12/2015
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 144/2015

Recursos : Dotação: 2.050.3.3.90.00.00.00.00 (219)
Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA E/OU DE PROFISSIONAL ESPECIALIZADO E HABILITADO, PARA ATUAR NA SECETUL - SECRETARIA DE CULTURA, ESPORTE, TURISMO E LAZER, DESENVOLVENDO ATIVIDADES ESPORTIVAS

Aditivo Nº : 134-2/2014 - Contrato Nº: 134/2014

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU

Contratada...: ORLANDO COAN EPP

Valor : 17.925,00 (dezesete mil novecentos e vinte e cinco reais)

Vigência : Início: 28/05/2015 Término: 31/12/2015

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 12/2014

Recursos : Dotação:

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PRESTADORA DE SERVIÇOS DE HORAS MÁQUINAS E CAMINHÃO PARA ATENDER AS SOLICITAÇÕES DOS AGRICULTORES E CONSERVAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS DO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU.

Contrato Nº...: 295/2015

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU

Contratada...: BMI PROSPER EIRELI

Valor : 66.666,40 (sessenta e seis mil seiscentos e sessenta e seis reais e quarenta centavos)

Vigência : Início: 28/05/2015 Término: 31/12/2015

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 315/2014

Recursos : Dotação:

Objeto : AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA PARA USO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ESCOLAS DE ENSINO FUNDAMENTAL.

Contrato Nº...: 296/2015

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU

Contratada...: CELIA REGINA W. SANI - ME

Valor : 12.465,25 (doze mil quatrocentos e sessenta e cinco reais e vinte e cinco centavos)

Vigência : Início: 28/05/2015 Término: 31/12/2015

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 315/2014

Recursos : Dotação: 2.018.3.3.90.00.00.00.00 (81), 2.018.3.3.90.00.00.00.00 (84), 2.026.3.3.90.00.00.00.00 (120)

Objeto : AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA PARA USO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ESCOLAS DE ENSINO FUNDAMENTAL.

Contrato Nº...: 297/2015

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU

Contratada...: CETEC COMERCIO EM TREINAMENTOS - ME

Valor : 39.923,30 (trinta e nove mil novecentos e vinte e três reais e trinta centavos)

Vigência : Início: 28/05/2015 Término: 31/12/2015

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 315/2014

Recursos : Dotação: 2.018.3.3.90.00.00.00.00 (81), 2.018.3.3.90.00.00.00.00 (84), 2.026.3.3.90.00.00.00.00 (120)

Objeto : AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA PARA USO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ESCOLAS DE ENSINO FUNDAMENTAL.

Contrato Nº...: 298/2015

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU

Contratada...: ELO COMERCIO E SERVICOS LTDA - ME

Valor : 5.533,60 (cinco mil quinhentos e trinta e três reais e sessenta centavos)

Vigência : Início: 28/05/2015 Término: 31/12/2015

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 315/2014

Recursos : Dotação: 2.018.3.3.90.00.00.00.00 (81), 2.018.3.3.90.00.00.00.00 (84), 2.026.3.3.90.00.00.00.00 (120)

Objeto : AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA PARA USO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ESCOLAS DE ENSINO FUNDAMENTAL.

Contrato Nº...: 299/2015

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU

Contratada...: GOEDERT LTDA

Valor : 24.204,90 (vinte e quatro mil duzentos e quatro reais e noventa centavos)

Vigência : Início: 28/05/2015 Término: 31/12/2015

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 315/2014

Recursos : Dotação: 2.018.3.3.90.00.00.00.00 (81), 2.018.3.3.90.00.00.00.00 (84), 2.026.3.3.90.00.00.00.00 (120)

Objeto : AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA PARA USO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ESCOLAS DE ENSINO FUNDAMENTAL.

Contrato Nº...: 300/2015

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU

Contratada...: HAMILTON MACHADO - me

Valor : 71.532,60 (setenta e um mil quinhentos e trinta e dois reais e sessenta centavos)

Vigência : Início: 28/05/2015 Término: 31/12/2015

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 315/2014
Recursos : Dotação: 2.018.3.3.90.00.00.00.00.00 (81), 2.018.3.3.90.00.00.00.00.00 (84), 2.026.3.3.90.00.00.00.00.00 (120)
Objeto : AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA PARA USO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ESCOLAS DE ENSINO FUNDAMENTAL.

Contrato Nº.: 301/2015
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU
Contratada...: J.P DE LIMA COMERCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA -
Valor : 64.663,40 (sessenta e quatro mil seiscentos e sessenta e três reais e quarenta centavos)
Vigência : Início: 28/05/2015 Término: 31/12/2015
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 315/2014
Recursos : Dotação: 2.018.3.3.90.00.00.00.00.00 (81), 2.018.3.3.90.00.00.00.00.00 (84), 2.026.3.3.90.00.00.00.00.00 (120)
Objeto : AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA PARA USO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ESCOLAS DE ENSINO FUNDAMENTAL.

Contrato Nº.: 302/2015
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU
Contratada...: JULIANO JAIRO MELO-ME
Valor : 9.774,00 (nove mil setecentos e setenta e quatro reais)
Vigência : Início: 28/05/2015 Término: 31/12/2015
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 315/2014
Recursos : Dotação: 2.018.3.3.90.00.00.00.00.00 (81), 2.018.3.3.90.00.00.00.00.00 (84), 2.026.3.3.90.00.00.00.00.00 (120)
Objeto : AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA PARA USO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ESCOLAS DE ENSINO FUNDAMENTAL.

Contrato Nº.: 303/2015
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU
Contratada...: MAYCON WILL - ME
Valor : 63.656,45 (sessenta e três mil seiscentos e cinquenta e seis reais e quarenta e cinco centavos)
Vigência : Início: 28/05/2015 Término: 31/12/2015
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 315/2014
Recursos : Dotação: 2.018.3.3.90.00.00.00.00.00 (81), 2.018.3.3.90.00.00.00.00.00 (84), 2.026.3.3.90.00.00.00.00.00 (120)
Objeto : AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA PARA USO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ESCOLAS DE ENSINO FUNDAMENTAL.

Contrato Nº.: 304/2015
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU
Contratada...: PKB PRODUTOS QUÍMICOS LTDA
Valor : 156.907,60 (cento e cinquenta e seis mil novecentos e sete reais e sessenta centavos)
Vigência : Início: 28/05/2015 Término: 31/12/2015
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 315/2014
Recursos : Dotação: 2.018.3.3.90.00.00.00.00.00 (81), 2.018.3.3.90.00.00.00.00.00 (84), 2.026.3.3.90.00.00.00.00.00 (120)
Objeto : AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA PARA USO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ESCOLAS DE ENSINO FUNDAMENTAL.

Contrato Nº.: 305/2015
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU
Contratada...: PRIMA VEICULOS LTDA
Valor : 62.800,00 (sessenta e dois mil e oitocentos reais)
Vigência : Início: 28/05/2015 Término: 31/12/2015
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 118/2015
Recursos : Dotação: 2.011.4.4.90.00.00.00.00.00 (358), 2.076.4.4.90.00.00.00.00.00 (359)
Objeto : AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS NOVOS PARA AS SECRETARIAS DE PLANEJAMENTO E TRANSPORTES

Contrato Nº.: 306/2015
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU
Contratada...: MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA
Valor : 17.897,70 (dezessete mil oitocentos e noventa e sete reais e setenta centavos)
Vigência : Início: 28/05/2015 Término: 31/12/2015
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 146/2015
Recursos : Dotação: 2.070.3.3.90.00.00.00.00.00 (322)
Objeto : AQUISIÇÃO DE ÓLEOS LUBRIFICANTES E GRAXA PARA MANUTENÇÃO DOS VEÍCULOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA.

Contrato Nº.: 307/2015
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU
Contratada...: ELO COMERCIO E SERVICOS LTDA - ME
Valor : 16.232,00 (dezesseis mil duzentos e trinta e dois reais)
Vigência : Início: 29/05/2015 Término: 31/12/2015

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 129/2015
Recursos : Dotação: 2.018.3.3.90.00.00.00.00 (81), 2.026.3.3.90.00.00.00.00 (120)
Objeto : AQUISIÇÃO DE UNIFORMES PARA AS MERENDEIRAS DOS CEIMS E ESCOLA MUNICIPAIS, PARA O ANO DE 2015 CONFORME ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS EM ANEXO.

Contrato Nº.: 308/2015
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU
Contratada.: TRACTON IND E COM DE CONFECÇÕES LTDA EPP
Valor : 29.040,00 (vinte e nove mil e quarenta reais)
Vigência : Início: 29/05/2015 Término: 31/12/2015
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 129/2015
Recursos : Dotação: 2.018.3.3.90.00.00.00.00 (81), 2.026.3.3.90.00.00.00.00 (120)
Objeto : AQUISIÇÃO DE UNIFORMES PARA AS MERENDEIRAS DOS CEIMS E ESCOLA MUNICIPAIS, PARA O ANO DE 2015 CONFORME ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS EM ANEXO.

Aditivo Nº : 342-3/2012 - Contrato Nº: 342-1/2012
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU
Contratada.: ACAO SOCIAL SAO JOAO EVANGELISTA
Valor : 10.172,22 (dez mil cento e setenta e dois reais e vinte e dois centavos)
Vigência : Início: 28/05/2015 Término: 28/05/2016
Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 263/2012
Recursos : Dotação:
Objeto : LOCAÇÃO DE UMA SALA NO CENTRO ADMINISTRATIVO DE BIGUAÇU LOCALIZADA NA RUA LUCIO BORN Nº 12, EDIFÍCIO SÃO JOÃO EVANGELISTA NO SEGUNDO ANDAR (SALA 209), PARA O FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

Contrato Nº.: 310/2015
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU
Contratada.: CC ARTEFATOS DE CONCRETO LTDA EPP
Valor : 36.820,00 (trinta e seis mil oitocentos e vinte reais)
Vigência : Início: 03/06/2015 Término: 31/12/2015
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 114/2015
Recursos : Dotação: 2.077.3.3.90.00.00.00.00 (161)
Objeto : AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA CONSERVAÇÃO DAS ESTRADAS VICINAIS, MATERIAL DE SEGURANÇA, FERRAMENTAS, UTILIDADES, PINTURA, EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL, SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO E TUBOS DE CONCRETO PARA DRENAGEM PLUVIAL, CONSTRUÇÃO DE BUEIRO E PONTILHÕES.

Contrato Nº.: 321/2015
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU
Contratada.: JULIANA MIRANDA ACESSÓRIOS - ME
Valor : 3.700,00 (três mil e setecentos reais)
Vigência : Início: 16/06/2015 Término: 31/12/2015
Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 167/2015
Recursos : Dotação: 2.010.4.4.90.00.00.00.00 (63)
Objeto : AQUISIÇÃO DE APARELHAGEM DE SOM PARA A SECRETARIA DE ORÇAMENTO PARTICIPATIVO.

Contrato Nº.: 311/2015
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU
Contratada.: FOOT COM. E DISTRIB. DE ARTIGOS ESPORTIVOS LTDA ME
Valor : 1.835,00 (um mil oitocentos e trinta e cinco reais)
Vigência : Início: 03/06/2015 Término: 31/12/2015
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 114/2015
Recursos : Dotação: 2.077.3.3.90.00.00.00.00 (161)
Objeto : AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA CONSERVAÇÃO DAS ESTRADAS VICINAIS, MATERIAL DE SEGURANÇA, FERRAMENTAS, UTILIDADES, PINTURA, EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL, SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO E TUBOS DE CONCRETO PARA DRENAGEM PLUVIAL, CONSTRUÇÃO DE BUEIRO E PONTILHÕES.

Contrato Nº.: 312/2015
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU
Contratada.: JMC JUNKES MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA
Valor : 31.129,90 (trinta e um mil cento e vinte e nove reais e noventa centavos)
Vigência : Início: 03/06/2015 Término: 31/12/2015
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 114/2015
Recursos : Dotação: 2.077.3.3.90.00.00.00.00 (161)
Objeto : AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA CONSERVAÇÃO DAS ESTRADAS VICINAIS, MATERIAL DE SEGURANÇA, FERRAMENTAS, UTILIDADES, PINTURA, EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL, SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO E TUBOS DE CONCRETO PARA DRENAGEM PLUVIAL, CONSTRUÇÃO DE BUEIRO E PONTILHÕES.

Contrato Nº.: 313/2015
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU
Contratada.: PEIXER COMERCIO DE ELETROELETRONICOS LTDA ME

Valor : 4.277,98 (quatro mil duzentos e setenta e sete reais e noventa e oito centavos)

Vigência : Início: 03/06/2015 Término: 31/12/2015

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 114/2015

Recursos : Dotação: 2.077.3.3.90.00.00.00.00 (161)

Objeto : AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA CONSERVAÇÃO DAS ESTRADAS VICINAIS, MATERIAL DE SEGURANÇA, FERRAMENTAS, UTILIDADES, PINTURA, EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL, SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO E TUBOS DE CONCRETO PARA DRENAGEM PLUVIAL, CONSTRUÇÃO DE BUEIRO E PONTILHÕES.

Contrato Nº.: 314/2015

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU

Contratada...: POTENCIA COMERCIO E SERVICOS LTDA ME

Valor : 32.104,00 (trinta e dois mil cento e quatro reais)

Vigência : Início: 03/06/2015 Término: 31/12/2015

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 114/2015

Recursos : Dotação: 2.077.3.3.90.00.00.00.00 (161)

Objeto : AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA CONSERVAÇÃO DAS ESTRADAS VICINAIS, MATERIAL DE SEGURANÇA, FERRAMENTAS, UTILIDADES, PINTURA, EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL, SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO E TUBOS DE CONCRETO PARA DRENAGEM PLUVIAL, CONSTRUÇÃO DE BUEIRO E PONTILHÕES.

Contrato Nº.: 315/2015

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU

Contratada...: VALDELI CECILIO DOS SANTOS EIRELI-EPP

Valor : 12.266,26 (doze mil duzentos e sessenta e seis reais e vinte e seis centavos)

Vigência : Início: 03/06/2015 Término: 31/12/2015

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 114/2015

Recursos : Dotação: 2.077.3.3.90.00.00.00.00 (161)

Objeto : AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA CONSERVAÇÃO DAS ESTRADAS VICINAIS, MATERIAL DE SEGURANÇA, FERRAMENTAS, UTILIDADES, PINTURA, EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL, SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO E TUBOS DE CONCRETO PARA DRENAGEM PLUVIAL, CONSTRUÇÃO DE BUEIRO E PONTILHÕES.

Contrato Nº.: 316/2015

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU

Contratada...: RSI EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA LTDA ME

Valor : 339.435,00 (trezentos e trinta e nove mil quatrocentos e trinta e cinco reais)

Vigência : Início: 10/06/2015 Término: 10/12/2015

Licitação : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 157/2015

Recursos : Dotação: 1.045.4.4.90.00.00.00.00 (344)

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PRESTADORA DE SERVIÇO, MÃO DE OBRA E FORNECIMENTO DE MATERIAL PARA PAVIMENTAÇÃO E DRENAGEM DA RUA VIRGILIO CERON, BAIRRO BOM VIVER, NO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU.

Contrato Nº.: 317/2015

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU

Contratada...: ALBUQUERQUE CONSTRUÇOES LTDA - EPP

Valor : 119.120,00 (cento e dezenove mil cento e vinte reais)

Vigência : Início: 10/06/2015 Término: 10/11/2015

Licitação : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 155/2015

Recursos : Dotação: 1.045.4.4.90.00.00.00.00 (344)

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PRESTADORA DE SERVIÇO, MÃO DE OBRA E FORNECIMENTO DE MATERIAL PARA PAVIMENTAÇÃO E DRENAGEM DAS RUAS ERONDINA MARIA DA SILVA E RUA FERMINA ROSALINA MACHADO, LOCALIZADAS NO BAIRRO BOM VIVER, NO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU.

Contrato Nº.: 318/2015

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU

Contratada...: EMPREITEIRA PAVICON LTDA

Valor : 94.344,70 (noventa e quatro mil trezentos e quarenta e quatro reais e setenta centavos)

Vigência : Início: 10/06/2015 Término: 10/11/2015

Licitação : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 158/2015

Recursos : Dotação: 1.045.4.4.90.00.00.00.00 (344)

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PRESTADORA DE SERVIÇO, MÃO DE OBRA E FORNECIMENTO DE MATERIAL PARA PAVIMENTAÇÃO E DRENAGEM DA RUA GUMERCINDO FERREIRA, BAIRRO PRAIA JOÃO ROSA, NO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU.

Aditivo Nº : 288-3/2014 - Contrato Nº: 288/2014

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU

Contratada...: SISTEMA GP-WEB LTDA - ME

Valor : 0,00 (zero)

Vigência : Início: 10/06/2015 Término: 10/08/2015

Licitação : Tomada de Preço p/ Compras e Serviços Nº.: 84/2014

Recursos : Dotação:

Objeto : AQUISIÇÃO DE SOLUÇÃO DE GESTÃO DE PROJETOS, CONTRATOS E CONVÊNIOS PARA PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU.

Contrato Nº.: 319/2015

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU

Contratada...: WA COMERCIO LTDA - ME

Valor : 69.999,99 (sessenta e nove mil novecentos e noventa e nove reais e noventa e nove centavos)

Vigência : Início: 10/06/2015 Término: 10/11/2015

Licitação : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 159/2015

Recursos : Dotação: 1.045.4.4.90.00.00.00.00 (344)

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PRESTADORA DE SERVIÇO, MÃO DE OBRA E FORNECIMENTO DE MATERIAL PARA PAVIMENTAÇÃO E DRENAGEM DA RUA HÉLIO LAUDELINO DA SILVA, BAIRRO BOM VIVER, NO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU.

Aditivo Nº : 302-2/2014 - Contrato Nº: 302/2014

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU

Contratada...: APOIO SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO LTDA ME

Valor : 0,00 (zero)

Vigência : Início: 08/05/2015 Término: 08/11/2015

Licitação : Tomada de Preço p/ Compras e Serviços Nº.: 129/2014

Recursos : Dotação:

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A EXECUÇÃO DO PROJETO DE SINALIZAÇÃO TURÍSTICA DO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU.

Aditivo Nº : 110-1/2015 - Contrato Nº: 110/2015

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU

Contratada...: OLIVEIRA CULTIVO E COMERCIO DE GRAMAS LTDA

Valor : 9.475,00 (nove mil quatrocentos e setenta e cinco reais)

Vigência : Início: 10/06/2015 Término: 31/12/2015

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 5/2015

Recursos : Dotação:

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE HORAS MÁQUINAS E CAMINHÕES PARA USO DA SECRETARIA DE AGRICULTURA.

Contrato Nº.: 320/2015

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU

Contratada...: CONSULT SERVICOS E TREINAMENTO EIRELI - EPP

Valor : 23.395,00 (vinte e três mil trezentos e noventa e cinco reais)

Vigência : Início: 16/06/2015 Término: 31/12/2015

Licitação : Tomada de Preço p/ Compras e Serviços Nº.: 43/2015

Recursos : Dotação: 2.011.4.4.90.00.00.00.00 (37), 2.011.4.4.90.00.00.00.00 (38)

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES DAS ÁREAS DO SETOR DE COMPRAS, LICITAÇÃO, CONTRATOS, CPD E SECRETARIAS AFINS, NOS CURSOS DE LICITAÇÕES, CONTRATOS E CONTROLE INTERNO.

Aditivo Nº : 108-1/2015 - Contrato Nº: 108/2015

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU

Contratada...: COSTA SUL - AGENCIA DE VIAGEM E TURISMO LTDA

Valor : 31.500,00 (trinta e um mil e quinhentos reais)

Vigência : Início: 12/06/2015 Término: 31/12/2015

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 306/2014

Recursos : Dotação:

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FRETAMENTO DE ÔNIBUS PARA ATENDER OS GRUPOS DA TERCEIRA IDADE, RECRIA, CASA LAR E PARA O USO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL- FMAS

Aditivo Nº : 157-2/2014 - Contrato Nº: 157/2014

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU

Contratada...: MVFO - EIRELI - EPP

Valor : 600,00 (seiscentos reais)

Vigência : Início: 12/06/2015 Término: 14/12/2015

Licitação : Tomada de Preço p/ Compras e Serviços Nº.: 181/2013

Recursos : Dotação:

Objeto : CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS PARA EXECUÇÃO DO PROJETO TÉCNICO SOCIAL PARA O ATENDIMENTO DAS FAMÍLIAS BENEFICIÁRIAS DO PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA, MORADORES DO RESIDENCIAL SAUDADE, LOCALIZADO NO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU.

APOSTILAS

Apostila

Primeira Apostila do Aditivo 03 do contrato 008/2013 do processo PP220/2012 APOSTILA PARA ERRATA REFERENTE A DATA DE CONFECÇÃO DO ADITIVO 03 DO CONTRATO 008/2013 DO PROCESSO PP220/20122012 Contratação de empresa especializada em serviços OUT SOURCING de impressão e fotocópias, prestação de serviços de impressão com fornecimento de impressoras P&B e coloridas , laser e multifuncionais P&B a laser e software, novos de primeiro uso, com descrição técnica detalhada no anexo I deste edital, inclusive com fornecimento total de suprimentos originais do fabricante do equipamento, exceto papel, na modalidade de atendimento "ON SITE" e instalação

nas dependências da PMB e suas unidades op., CELEBRADO ENTRE A PREFEITURA DE BIGUAÇU E A ESCRIMATE COM. REPRES. MAT. ESCRIT. INF. LTDA ME DE ACORDO COM O PROCESSO 220/2012-PMB Motivo do Apostilamento

§1º - Aditivo para errata da data de confecção do aditivo 03 do contrato 008/2013

a)Onde se lê no aditivo 03 do contrato 008/2014:

Contratada:

Biguaçu, 29/01/2014

Deve-se ler:

b) Contratada:

Biguaçu, 29/01/2015

Apostila

Para inclusão de dotação pregão presencial oficial N.º 248/2014 do contrato número 397/2014. APOSTILA 02 DE CONTRATO Nº 397/2014, AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL TIPO AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL TIPO GASOLINA COMUM, ÁLCOOL E DIESEL PARA USO DAS SECRETARIAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU E A EMPRESA AMA - COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA, DE ACORDO COM A O PREGÃO Nº 248/2014 - PMB.

§1º- Fica incluído a seguinte dotação do Fundo FUNREBOM ao contrato 397/2014, conforme segue: 0206.06.182.0006.2052/3.3.90.00/0.1.33

§2º- Segue a relação de veículos do CBMSC, que possam abastecer utilizando-se dessa dotação:

DESIG. BM	VEÍCULO	PLACAS	ANO
ASU-391	MBB/SPRINTER TCA AMBULÂNCIA	MMH-2577	2013/2014
ABTR-77	MBB/ATEGO 1726	OKE-6725	2013/2013
ASU-195	IVECO/DAILY 14 RONTAN AMBULÂNCIA	MFN-0675	2008/2008
ABTR-04	VW/17.220	MAQ-0391	1997/1997
EQ-0801	DESENCARCERADOR RESQ TEK	EQUIPAMENTO	2012
EQ-1430	GERADOR BRANCO 4KVA	EQUIPAMENTO	2014
ATM-161	FORD/RANGER XLT	MIW-9183	2011/2011
AAT-184	FIAT/DOBLO ESSENCE	MJB-3109	2010/2011
AAT-160	GM/CORSA WIND	MCD-9456	2002/2002
AAT-212	FIAT/PALIO HATCH ESSENCE	MLH-5220	2013/2013
AAT-159	FORD/FIESTA HATCH	MHE-5661	2009/2010
AM-55	HONDA/XR 250 TORNADO	MDJ-8736	2005/2005
AR-14	FORD/RANGER XLT		2001/2001

Apostila

Para inclusão de dotação pregão presencial oficial N.º 248/2014 contrato número 398/2014.

APOSTILA 02 DE CONTRATO Nº 398/2014, AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL TIPO AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL TIPO GASOLINA COMUM, ÁLCOOL E DIESEL PARA USO DAS SECRETARIAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU E A EMPRESA ERNESTÃO COMERCIO DE COMBUSTIVEIS E LUBRIF. LTDA DE ACORDO COM A O PREGÃO Nº 248/2014 - PMB.

§1º- Fica incluído a seguinte dotação do Fundo FUNREBOM ao contrato 398/2014, conforme segue: 0206.06.182.0006.2052/3.3.90.00/0.1.33

§2º- Segue a relação de veículos do CBMSC, que possam abastecer utilizando-se dessa dotação:

DESIG. BM	VEÍCULO	PLACAS	ANO
ASU-391	MBB/SPRINTER TCA AMBULÂNCIA	MMH-2577	2013/2014
ABTR-77	MBB/ATEGO 1726	OKE-6725	2013/2013
ASU-195	IVECO/DAILY 14 RONTAN AMBULÂNCIA	MFN-0675	2008/2008
ABTR-04	VW/17.220	MAQ-0391	1997/1997
EQ-0801	DESENCARCERADOR RESQ TEK	EQUIPAMENTO	2012
EQ-1430	GERADOR BRANCO 4KVA	EQUIPAMENTO	2014
ATM-161	FORD/RANGER XLT	MIW-9183	2011/2011
AAT-184	FIAT/DOBLO ESSENCE	MJB-3109	2010/2011
AAT-160	GM/CORSA WIND	MCD-9456	2002/2002
AAT-212	FIAT/PALIO HATCH ESSENCE	MLH-5220	2013/2013
AAT-159	FORD/FIESTA HATCH	MHE-5661	2009/2010
AM-55	HONDA/XR 250 TORNADO	MDJ-8736	2005/2005
AR-14	FORD/RANGER XLT		2001/2001

Apostila

Para inclusão de dotação concorrência N.º 186/2010 contrato número 677/2011.APOSTILA 01 DE CONTRATO Nº 677/2011, CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE AGÊNCIA PUBLICITÁRIA, COMPREENDENDO: ESTUDO, PLANEJAMENTO, CONCEPÇÃO, CRIAÇÃO, EXECUÇÃO INTERNA, INTERMEDIACÃO, VEICULAÇÃO E A SUPERVISÃO DA EXECUÇÃO EXTERNA E A DISTRIBUIÇÃO DE PUBLICIDADE AOS VEÍCULOS E DEMAIS MEIOS DE DIVULGAÇÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU E A EMPRESA 9MM PROPAGANDA E MARKETING LTDA DE ACORDO COM A CONCORRÊNCIA Nº 186/2014 - PMB.

§1º- Fica incluído ao contrato a seguinte dotação de Promoção de Eventos sob número: 1301.23.695.0007.2075/3.3.90.00/0.1.00 com saldo orçamentário de R\$ 40.000,00.

Apostila

Para reajuste inexigibilidade de licitação 255/2012 contrato número 05/2013 APOSTILA 01 DE CONTRATO Nº 05/2013, CONTRATAÇÃO DE

EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE LICENÇA DE USO DE SOFTWARES PARA A PROCURADORIA COM A FINALIDADE DE AJUIZAMENTO DAS CDA'S DOS ANOS DE 2009/2011.

§1º- Fica apostilado o valor mensal, que era de R\$685,92 (seiscentos e oitenta e cinco reais e noventa centavos) para R\$711,13 (setecentos e onze reais e treze centavos), perfazendo uma diferença anual de R\$302,52 (trezentos e dois reais e cinquenta e dois centavos), totalizando assim o valor anual em R\$8.533,56 (oito mil e quinhentos e trinta e três reais e cinquenta e seis centavos).

§2º - Com a seguinte dotação orçamentária:

0202.04.122.0002.2009/3.3.90.00/0.1.00

Apostila

Para errata do aditivo Nº. 9 do contrato Nº 36/2012, CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE LICENÇA DE USO DE SOFTWARES PARA A GESTÃO PÚBLICA, PARA USO DAS SECRETARIAS E FUNDOS DA PMB, CONFORME PREGÃO PRESENCIAL Nº: PP 261/11-PMB (OFICIAL), PP 261/2011 - FMAS, PP 261/2011-FIA, PP 261/2011-FUNREBOM, PP 261/2011-FMA, PP 261/2011- FAMABI E PP 261/2011-FMS., CELEBRADO ENTRE A PREFEITURA DE BIGUAÇU E A BETHA SISTEMAS LTDA. DE ACORDO COM O PROCESSO 261/2011. CLÁUSULA SEGUNDA – MOTIVO DA ERRATA. Se faz necessária para a correção do aditivo 36/2012, que na cláusula do valor foi digitado o referido valor errado. Sendo que deve ser conforme segue abaixo:

Onde se lê no aditivo 09 do contrato 36/2012:

§1º- Fica suprimido o Betha Ouvidoria no valor anual de R\$2.741,28 (dois mil, setecentos e quarenta e um reais e vinte e oito centavos) sendo suprimido os 9 (nove) meses restantes de R\$2.127,96 (dois mil, cento e vinte e sete reais, e noventa e seis centavos).

Deve-se ler

§1º- Fica suprimido o Betha Ouvidoria no valor anual de R\$2.837,28 (dois mil, oitocentos e trinta e sete reais e vinte e oito centavos) sendo suprimido os 9 (nove) meses restantes de R\$2.127,96 (dois mil, cento e vinte e sete reais, e noventa e seis centavos).

TERMO DE RESCISÕES

TERMO DE RESCISÃO 16

Secretaria De Administração Termo de Rescisão do Contrato Número 138/2015 Termo de contrato n.º 138/2015, que entre si celebram o Município de Biguaçu, através da Secretaria de Administração, e do outro lado a empresa CSEE CENTRO DE SOLUCOES EM EVENTOS EIRELI - ME, de conformidade com o capítulo III da Lei nº 8.666/93, de acordo com as cláusulas a seguir: CLÁUSULA PRIMEIRA – A Prefeitura de Biguaçu através de seu Secretário de Administração Willian Lofy, conforme art. 79, inciso II, §1º da Lei nº 8.666/1993: II - amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração; [...] §§ 1º A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente. E também, por estar expresso na cláusula DÉCIMA QUARTA do referido contrato. Desta Forma resolve Rescindir Bilateralmente o Contrato nº 138/2015 do processo PP 302/2014 que tem como objeto contratação de empresa para prestação de serviço de coffee Break para uso Do Cci, Recria. Cras, Creas, Casa Lar, Pronatec e Secretaria. A rescisão do contrato dar-se-á pois foi constatado que as descrições dos itens estavam incompletas, de forma que não atendiam as necessidades da Secretaria de Assistência Social. CLÁUSULA SEGUNDA – A presente Rescisão é válida a partir da data de 14/04/2015.

TERMO DE RESCISÃO 17

Secretaria De Administração Termo de Rescisão do Contrato Número 195/2015 Termo de contrato n.º 195/2015, que entre si celebram o Município de Biguaçu, através da Secretaria de Administração, e do outro lado o do outro lado o Senhor JOÃO BATISTA WOLFE GOULART,, de acordo com as cláusulas a seguir: CLÁUSULA PRIMEIRA – A Prefeitura de Biguaçu através de seu Secretário de Administração Willian Lofy, conforme art. 79, inciso II, §1º da Lei nº 8.666/1993:

II - amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração; [...] §§ 1º A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente. Por estar expresso na cláusula DÉCIMA QUARTA do referido contrato. Sendo assim, resolvem Rescindir Bilateralmente o Contrato nº 195/2015 do processo PP 63/2015 que tem como objeto contratação de empresa e/ou profissional especializado e habilitado, para atuar na secetul com intuito de desenvolver atividades conforme especificação. A rescisão do contrato dar-se-á, pois, de acordo com as justificativas do fiscal Contrato, o Contratado por possuir contratos de trabalho junto ao Governo do Estado e no ensino regular do Município não poderá assumir os treinamentos de vôlei, devido a falta e discrepância nos horários em que acontecem os treinamentos na SECETUL. CLÁUSULA SEGUNDA – A presente Rescisão é válida a partir da data de 29/04/2015.

Biguaçu, 18 de junho de 2015
Ramon Wollinger
Prefeito do Município de Biguaçu

PORTARIA Nº 1652/2015

PORTARIA nº 1652 de 17 de junho de 2015

Exonera Servidor(a), ocupante de cargo temporário, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar o(a) servidor(a) Jane Esther Vesenick, detentor do cargo de provimento temporário de Professor III (Ciências), com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 17/06/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 17/06/2015.

Biguaçu, 17 de junho de 2015.
WILLIAN LOFY
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 1655/2015

PORTARIA nº 1655 de 18 de junho de 2015

Concede Adicional de Avaliação de Desempenho, nos termos do art. 124, caput da Lei Complementar nº 51/2012 e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Concede ao(a) servidor(a) Mabel Cristina Ternes Corrêa, detentor do cargo de provimento efetivo de Professor I, inscrito(a) na matrícula funcional nº 388, Adicional de Avaliação de Desempenho, nos termos do art. 124, caput da Lei Complementar nº 51/2012. Parágrafo único. O valor fixado para o Adicional de Avaliação de Desempenho concedido nos termos do caput deste artigo corresponde a 3% (três por cento) sobre o vencimento do cargo de provimento efetivo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/02/2015.

Biguaçu, 18 de junho de 2015.
RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1656/2015

PORTARIA nº 1656 de 18 de junho de 2015

Concede Adicional de Avaliação de Desempenho, nos termos do art. 124, caput da Lei Complementar nº 51/2012 e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Concede ao(a) servidor(a) Salvador Artur de Campos, detentor do cargo de provimento efetivo de Professor I, inscrito(a) na matrícula funcional nº 446, Adicional de Avaliação de Desempenho, nos termos do art. 124, caput da Lei Complementar nº 51/2012. Parágrafo único. O valor fixado para o Adicional de Avaliação de Desempenho concedido nos termos do caput deste artigo corresponde a 3% (três por cento) sobre o vencimento do cargo de provimento efetivo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/02/2015.

Biguaçu, 18 de junho de 2015.
RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1657/2015

PORTARIA nº 1657 de 18 de junho de 2015

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), VILSON JOSE CONÇALVES, para desempenhar as funções do cargo não provido de MOTORISTA III, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Saúde, e jornada de 40 horas semanais, no período de 11/06/2015 a 30/06/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 11/06/2015.

Biguaçu, 18 de junho de 2015.
Ramon Wollinger
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1658/2015

PORTARIA nº 1658 de 18 de junho de 2015

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) ALEXANDRE FERNANDES FOS-SARI, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de ENGENHEIRO CIVIL, com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão, a partir de 15/06/2015 a 15/06/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 15/06/2015.

Biguaçu, 18 de junho de 2015.
RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1659/2015

PORTARIA nº 1659 de 18 de junho de 2015

Exonera Servidor(a), ocupante de cargo temporário, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar o(a) servidor(a) Eliseia Ribeiro de Souza, detentor do cargo de provimento temporário de Atendente da Criança e do Adolescente, com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 17/06/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos passam a vigorar a contar de 17/06/2015.

Biguaçu, 18 de junho de 2015.
WILLIAN LOFY
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 1660/2015

PORTARIA nº 1660 de 18 de junho de 2015

Exonera Servidor(a), ocupante de cargo temporário, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar o(a) servidor(a) Franciele Silveira Borges, detentor do cargo de provimento temporário de Atendente da Criança e do Adolescente, com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 10/06/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 10/06/2015.

Biguaçu, 18 de junho de 2015.
WILLIAN LOFY
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 1661/2015

PORTARIA nº 1661 de 18 de junho de 2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

GERAR VACÂNCIA, do cargo temporário de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, na Secretaria Municipal de Educação, ocupado pelo(a) servidor(a) ÂNGELA LUIZA DA SILVA, em virtude de seu óbito, com data de 02/06/2015, de acordo com a certidão de óbito em anexo.

Biguaçu, 18 de junho de 2015.
RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1662/2015

PORTARIA nº 1662/2015

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER, Licença Maternidade à servidora, CYNTIA LETÍCIA MACHADO MARIANO, ocupante do cargo de provimento comissionado de DIRETOR DE ESCOLA BÁSICA – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, do Quadro de Pessoal desta Municipalidade, a partir de 16/06/2015 a 13/10/2015.

CONCEDER, Estabilidade Provisória conforme Art 7º, XVIII, da CF art. 10,II,"B", do ADCT do STF a partir de 14/10/2015 a 12/11/2015.

Biguaçu, 18 de junho de 2015.
WILLIAN LOFY
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 1663/2015

PORTARIA nº 1663 de 18 de junho de 2015

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) GRACE KELLY CALDAS DA SILVA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de ATENDENTE DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, a partir de 18/06/2015 a 18/06/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 18/06/2015.

Biguaçu, 18 de junho de 2015.
RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1665/2015

PORTARIA nº 1665 de 18 de junho de 2015

Concede exoneração ao(a) Servidor(a) ocupante do cargo temporário, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder exoneração ao(a) servidor(a) Deize Cristina Peres Amorim, detentor do cargo de provimento temporário de Técnico em Enfermagem, com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 08/06/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 08/06/2015.

Biguaçu, 18 de junho de 2015.
WILLIAN LOFY
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 1666/2015

PORTARIA nº 1666 de 18 de junho de 2015

Concede exoneração ao(a) Servidor(a) ocupante do cargo temporário, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder exoneração ao(a) servidor(a) Chirle Silva, detentor do cargo de provimento temporário de Técnico em Enfermagem, com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 31/05/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 31/05/2015.

Biguaçu, 18 de junho de 2015.
WILLIAN LOFY
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 1667/2015

PORTARIA nº 1667 de 18 de junho de 2015

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) LAURA LUIZA SIMÕES DA SILVA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de TÉCNICO EM EDUCAÇÃO, com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 08/06/2015 a 18/12/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 08/06/2015.

Biguaçu, 18 de junho de 2015.
RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1668/2015

PORTARIA nº 1668 de 18 de junho de 2015

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) BRUNA BRAULINA RODRIGUES DO AMARAL DA SILVA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AUXILIAR DE SALA, com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 28/05/2015 a 01/07/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 28/05/2015.

Biguaçu, 18 de junho de 2015.
RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1669/2015

PORTARIA nº 1669 de 18 de junho de 2015

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) SUZANA ELZITA SAGAS STAHELIN, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOS II (ENSINO FUNDAMENTAL), com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 03/06/2015 a 18/12/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 03/06/2015.

Biguaçu, 18 de junho de 2015.
RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1670/2015

PORTARIA nº 1670 de 18 de junho de 2015

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) ANDREIA APARECIDA CUCHI DE MORAIS, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOS II (ENSINO FUNDAMENTAL), com jornada de 20 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 09/06/2015 a 18/12/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 09/06/2015.

Biguaçu, 18 de junho de 2015.
RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1671/2015

PORTARIA nº 1671 de 18 de junho de 2015

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) EDUARDO BUGS GONÇALVES, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOS III (PORTUGUÊS), com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 09/06/2015 a 18/12/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 09/06/2015.

Biguaçu, 18 de junho de 2015.
RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1672/2015

PORTARIA nº 1672 de 18 de junho de 2015

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) ROBERTA CANTARELA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOS III (INGLES), com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 09/06/2015 a 18/12/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 09/06/2015.

Biguaçu, 18 de junho de 2015.
RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1673/2015

PORTARIA nº 1673 de 18 de junho de 2015

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) MARCOS HENRIQUE DE SOUZA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOS III (EDUCAÇÃO FÍSICA), com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 18/05/2015 a 18/12/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 18/05/2015.

Biguaçu, 18 de junho de 2015.
RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1674/2015

PORTARIA nº 1674 de 18 de junho de 2015

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) LUCELIA RODRIGUES DA VEIGA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário

de PROFESSOS III (ARTES), com jornada de 10 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 20/05/2015 a 18/12/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 12/05/2015.

Biguaçu, 18 de junho de 2015.
RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1675/2015

PORTARIA nº 1675 de 18 de junho de 2015

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) HYGOR MACHADO, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AGENTE DE ENDEMIAS, com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 10/06/2015 a 10/06/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 10/06/2015.

Biguaçu, 18 de junho de 2015.
RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1676/2015

PORTARIA nº 1676 de 18 de junho de 2015

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) PAOLA REIS PACHECO, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AGENTE DE ENDEMIAS, com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 11/06/2015 a 11/06/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 11/06/2015.

Biguaçu, 18 de junho de 2015.
RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal

PP 137/2015 PMB E OUTROS

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

DIRETORIA DE LICITAÇÕES

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL 137/2015 PMB

OBJETO: AQUISIÇÃO DE CAFETEIRA E BEBEDOURO PARA A SECRETARIA DE ORÇAMENTO PARTICIPATIVO.

RECEBIMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E PROPOSTAS: até as 13:45 horas, do dia 3 julho, 2015, no Setor de Licitações desta Prefeitura.

ABERTURA DO ENVELOPE DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA: Às 14:00 horas, do dia 3 julho, 2015, no Setor de Licitações desta Prefeitura.

Local para obtenção do edital: Setor de Licitação da PMB, mediante a apresentação de um pen-drive ou no site da Prefeitura www.bigua.sc.gov.br

Maiores informações poderão ser obtidas pelo fone: 48 3279-8019 e 3279-8022.

Para os licitantes que participarão deste certame, pedimos que seja utilizado a planilha eletrônica do programa Betha Auto-Cotação disponível no site www.download.betha.com.br para uma maior agilidade no andamento do pregão.

Biguaçu, 18 de junho de 2015.

RAMON WOLLINGER

PREFEITO MUNICIPAL

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 167/2015 PMB

OBJETO: AQUISIÇÃO DE APARELHAGEM DE SOM PARA A SECRETARIA DE ORÇAMENTO PARTICIPATIVO.

EMPRESA CONTRATADA: JULIANA MIRANDA ACESSÓRIOS ME
VALOR: R\$ 3.700,00.

VIGÊNCIA: 31/12/2015

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

05.01.2.010.44.90.52.33.00.00.00

JUSTIFICATIVA: tendo em vista que os valores totais previstos para a aquisição desse objeto para o ano de 2015 não ultrapassarão o valor de R\$ 8.000,00 (oito mil reais), possibilitando assim a realização de Processo de Dispensa de Licitação de acordo com o art.24, II da Lei 8.666/93.

II- para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez; (Redação dada pela Lei nº 9.648, de 27.5.98).

O contratado apresentou todas as certidões negativas no prazo de validade, bem como a Secretaria Municipal de Orçamento Participativo apresentou 03 (três) orçamentos cujos documentos encontram-se acostados ao Processo. O valor contratado encontra-se dentro do praticado no mercado.

Biguaçu, 12 de junho de 2015.

RAMON WOLLINGER

PREFEITO MUNICIPAL

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

DIRETORIA DE LICITAÇÕES

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL 170/2015 PMB

OBJETO: AQUISIÇÃO DE PNEUS PARA USO DOS VEÍCULOS DO TRANSPORTE ESCOLAR E DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

RECEBIMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E PROPOSTAS: até as 13:45 horas, do dia 2 julho, 2015, no Setor de

Licitações desta Prefeitura.

ABERTURA DO ENVELOPE DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA: Às 14:00 horas, do dia 2 julho, 2015, no Setor de Licitações desta Prefeitura.

Local para obtenção do edital: Setor de Licitação da PMB, mediante a apresentação de um pen-drive ou no site da Prefeitura www.bigua.sc.gov.br

Maiores informações poderão ser obtidas pelo fone: 48 3279-8019 e 3279-8022.

Para os licitantes que participarão deste certame, pedimos que seja utilizado a planilha eletrônica do programa Betha Auto-Cotação disponível no site www.download.betha.com.br para uma maior agilidade no andamento do pregão.

Biguaçu, 18 de junho de 2015.

RAMON WOLLINGER

PREFEITO MUNICIPAL

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

DIRETORIA DE LICITAÇÕES

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL 176/2015 PMB

OBJETO: AQUISIÇÃO DE TINTAS DE DEMARCAÇÃO PARA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO E TRANSPORTE

RECEBIMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E PROPOSTAS: até as 13:45 horas, do dia 6 julho, 2015, no Setor de Licitações desta Prefeitura.

ABERTURA DO ENVELOPE DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA: Às 14:00 horas, do dia 6 julho, 2015, no Setor de Licitações desta Prefeitura.

Local para obtenção do edital: Setor de Licitação da PMB, mediante a apresentação de um pen-drive ou no site da Prefeitura www.bigua.sc.gov.br

Maiores informações poderão ser obtidas pelo fone: 48 3279-8019 e 3279-8022.

Para os licitantes que participarão deste certame, pedimos que seja utilizado a planilha eletrônica do programa Betha Auto-Cotação disponível no site www.download.betha.com.br para uma maior agilidade no andamento do pregão.

Biguaçu, 18 de junho de 2015.

RAMON WOLLINGER

PREFEITO MUNICIPAL

Blumenau

PREFEITURA

LEI Nº 8.116/2015

LEI Nº 8.116, DE 16 DE JUNHO DE 2015.

INSTITUI A SEMANA MUNICIPAL DE INCENTIVO À DOAÇÃO DE SANGUE.

NAPOLÉÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 59, V, da Lei Orgânica do Município de Blumenau, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º. É instituída e incluída no Calendário Oficial de Eventos do Município de Blumenau, a Semana Municipal de Incentivo à Doação de Sangue, a ser realizada, anualmente, na semana do dia 25 de setembro.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 16 de junho de 2015.

NAPOLÉÃO BERNARDES

Prefeito Municipal

LEI Nº 8.117/2015

LEI Nº 8.117, DE 16 DE JUNHO DE 2015.

INSTITUI O "DIA MUNICIPAL DA SAÚDE", EM BLUMENAU.

NAPOLÉÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 59, V, da Lei Orgânica do Município de Blumenau, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º. É instituído e incluído no Calendário Oficial de Eventos do Município de Blumenau, o Dia Municipal da Saúde, a ser comemorado, anualmente, no dia 7 de abril.

Art. 2º. É revogada a Lei nº 5.366, de 6 de dezembro de 1999

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, 16 de junho de 2015.

NAPOLÉÃO BERNARDES

Prefeito Municipal

LEI Nº 8.118/2015

LEI Nº 8.118, DE 17 DE JUNHO DE 2015.

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA O "BADMINTON BLUMENAU CLUBE".

NAPOLÉÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 59, V, da Lei Orgânica do Município de Blumenau, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º É declarado de utilidade pública, o Badminton Blumenau Clube, CNPJ nº 10.705.220/0001-74, com sede e foro jurídico no município de Blumenau.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 17 de junho de 2015.

NAPOLÉÃO BERNARDES

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 10.649/2015

DECRETO Nº 10.649, DE 10 DE JUNHO DE 2015.

RECONHECE DESPESAS DE EXERCÍCIO ANTERIOR.

NAPOLÉÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 59, XXII, combinado com o artigo 75, I, "c", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e com fundamento no artigo 37 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e no artigo 2º do Decreto Federal nº 62.115, de 12 de janeiro de 1968,

DECRETA:

Art. 1º Ficam reconhecidas as despesas constantes do Anexo I deste Decreto no valor de R\$ 71.519,38 (setenta e um mil, quinhentos e dezenove reais e trinta e oito centavos), realizadas e não processadas no exercício financeiro de 2014 no âmbito da Administração Indireta do Município de Blumenau.

Art. 2º As despesas de que trata o artigo 1º deste Decreto, correrão por conta das dotações específicas do orçamento vigente, abaixo discriminadas:

31 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

3101 – Fundo Municipal de Saúde

Atividade 31.01.10.301.0009.2167 – Man. Ativ. Assistência e Gestão

Modalidade 3.3.91 (11) Aplicações Diretas R\$ 571,11

Fonte de Recursos 0102.00000

Atividade 31.01.10.302.0009.2234 – Mac Outros Procedimentos Vinculados

Modalidade 3.3.90 (89) Aplicações Diretas R\$ 70.156,31

Fonte de Recursos 0267.00065

Atividade 31.01.10.301.0009.2168 – Pab Fixo – Piso de Assistência Básica

Modalidade 3.3.90 (107) Aplicações Diretas R\$ 791,96

Fonte de Recursos 0638.00064

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 10 de junho de 2015.

NAPOLÉÃO BERNARDES

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 10.649/2015 - ANEXO I

ANEXO I

CREDOR:	SETERB
DOCUMENTO	Ofício nº 309/2015
DATA:	31/03/2015
ORIGEM DA DESPESA:	Ressarcimento de Vencimentos referente novembro e dezembro/2014
DOTAÇÃO:	11
VALOR:	R\$ 571,11
CREDOR:	Hospital Santa Isabel
DOCUMENTO	Memorando nº 095/2015
DATA:	03/06/2015
ORIGEM DA DESPESA:	Diárias de UTI competência setembro/2014
DOTAÇÃO:	89
VALOR:	R\$ 22.629,45
CREDOR:	Hospital Santa Isabel
DOCUMENTO	Memorando nº 083/2015
DATA:	18/05/2015
ORIGEM DA DESPESA:	Pagamento OPM competência dezembro/2014
DOTAÇÃO:	89
VALOR:	R\$ 47.526,86
CREDOR:	Nutrosul Brasil Importação e Logística Ltda
DOCUMENTO	Memorando nº 075/2015
DATA:	10/05/2015
ORIGEM DA DESPESA:	Pagamento de Nota Fiscal pendente de 09/06/2014 referente compra Alimentos Especiais com Ação Judicial.
DOTAÇÃO:	107
VALOR:	R\$ 791,96
TOTAL GERAL A RECONHECER	R\$ 71.519,38 (Setenta e um mil quinhentos e dezoito reais e trinta e oito centavos).

Reconheço as despesas desta relação.

Blumenau, 10 de junho de 2015.
 Maria Regina de Souza Soar
 Secretária Municipal de Saúde
 Gestora do Fundo Municipal de Saúde

PORTARIA Nº 18.852/2015

PORTARIA Nº 18.852, DE 12 DE JUNHO DE 2015.
 NOMEIA CANDIDATOS APROVADOS EM CONCURSO PÚBLICO PARA OCUPAREM CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, X, combinado com o art. 75, II, "a" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e com fundamento no art. 9º, I, da Lei Complementar nº 660, de 28/11/2007 e no Memorando nº 191/2015, da Secretaria Municipal de Administração – Seleção Pública, resolve:

NOMEAR, a contar de 10 de junho de 2015:

PAULA CECÍLIA BISS, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Fisioterapeuta, do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Especialista - GE, jornada de 30 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A, aprovada pelo Concurso Público nº. 001/2011;

FERNANDA LANGHINOTTI FOLLMANN, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Fisioterapeuta, do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Especialista - GE, jornada de 30 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A, aprovada pelo Concurso Público nº. 001/2011;

LINDOMAR CORRÊA JÚNIOR, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Cirurgião Dentista, do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Especialista - GE, jornada de 20 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A, aprovado pelo Concurso Público nº. 001/2011;
 VICENTE FRANCISCO CHIUMMO, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Cirurgião Dentista, do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Especialista - GE, jornada de 20 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A, aprovado pelo Concurso Público nº. 001/2011;

BRUNA BARBOSA CORRÊA, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Cirurgião Dentista, do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Especialista - GE, jornada de 20 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A, aprovado pelo Concurso Público nº. 001/2011;

EMERSON DOS SANTOS, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Cadastrador Imobiliário, do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Funcional - GF, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A, aprovado pelo Concurso Público nº. 001/2011;

GUSTAVO DE OLIVEIRA, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Cadastrador Imobiliário, do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Funcional - GF, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A, aprovado pelo Concurso Público nº. 001/2011;

ALESSANDRA POLIDORO, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Coordenador Pedagógico, do Quadro Permanente do Magistério Público, do Grupo Ocupacional Especialista - GE, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A, aprovada pelo Concurso Público nº. 002/2011;

MARCELA DE SOUZA SILVA ZUGE, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Coordenador Pedagógico, do Quadro Permanente do Magistério Público, do Grupo Ocupacional Especialista - GE, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A, aprovada pelo Concurso Público nº. 002/2011;

MICHELE TROMBELLI, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Coordenador Pedagógico, do Quadro Permanente do Magistério Público, do Grupo Ocupacional Especialista - GE, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A, aprovada pelo Concurso Público nº. 002/2011;

KATIA REGINA BRESSANINI MORAIS, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Coordenador Pedagógico, do Quadro Permanente do Magistério Público, do Grupo Ocupacional Especialista - GE, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A, aprovada pelo Concurso Público nº. 002/2011;

SUELY VEHMUTH, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Professor de História, do Quadro Permanente do Magistério Público, do Grupo Ocupacional Especialista - GE, jornada de 20 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A, aprovada pelo Concurso Público nº. 002/2011;

DEISI EMANUELE KRAEMER TROIAN, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Funcional - GF, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A, aprovada pelo Concurso Público nº. 001/2014;

MARIANA SIMON DAS NEVES, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Funcional - GF, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão

de Vencimento A, aprovada pelo Concurso Público nº. 001/2014;

GIANNA PREBIANCA, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Funcional - GF, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A, aprovada pelo Concurso Público nº. 001/2014;

DANIELLE RAMOS, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Funcional - GF, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A, aprovada pelo Concurso Público nº. 001/2014;

ANA CLAUDIA FORBECI, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Funcional - GF, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A, aprovada pelo Concurso Público nº. 001/2014.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 12 de junho de 2015.
NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

REPUBLICADO POR INCORREÇÃO

PORTARIA Nº 18.853/2015

PORTARIA Nº 18.853, DE 12 DE JUNHO DE 2015.

NOMEIA CANDIDATOS APROVADOS EM CONCURSO PÚBLICO PARA OCUPAREM CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, X, combinado com o art. 75, II, "a" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e com fundamento no art. 9º, I, da Lei Complementar nº 660, de 28/11/2007 e no Memorando nº 191/2015, da Secretaria Municipal de Administração – Seleção Pública, resolve:

NOMEAR, a contar de 10 de junho de 2015:

ANNA CLARA ULIANO, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Funcional - GF, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A, aprovada pelo Concurso Público nº. 001/2014;

SABINE KLUG, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Agente Comunitário de Saúde, do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Funcional - GF, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A, aprovada pelo Concurso Público nº. 001/2014;

DIEGO DOMINGUES DA SILVA SANTOS, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Agente Comunitário de Saúde, do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Funcional - GF, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A, aprovada pelo Concurso Público nº. 001/2014;

CRISTIANE AMORIM, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Agente Comunitário de Saúde, do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Funcional - GF, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A, aprovada pelo Concurso Público nº. 001/2014;

CARLOS ROBERTO WITHOEFT, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Agente Comunitário de Saúde, do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Funcional - GF,

jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A, aprovada pelo Concurso Público nº. 001/2014;

ROBSON WANZUITA, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Agente Comunitário de Saúde, do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Funcional - GF, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A, aprovada pelo Concurso Público nº. 001/2014;

PRISCILLA RIBEIRO GOMES, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Enfermeiro, do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Especialista - GE, jornada de 30 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A, aprovada pelo Concurso Público nº. 001/2014;

WELLINGTON MUCARBEL DOS SANTOS FILHO, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Enfermeiro, do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Especialista - GE, jornada de 30 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A, aprovada pelo Concurso Público nº. 001/2014;

SANDRA MARGARETE SIEBERT, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Enfermeiro, do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Especialista - GE, jornada de 30 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A, aprovada pelo Concurso Público nº. 001/2014;

HELENA DOEGE, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Enfermeiro, do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Especialista - GE, jornada de 30 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A, aprovada pelo Concurso Público nº. 001/2014;

JAKES PROBST, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Fiscal de Obras e Posturas, do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Funcional - GF, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A, aprovada pelo Concurso Público nº. 001/2014;

RONALDO PEREIRA CALDAS, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Fiscal de Obras e Posturas, do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Funcional - GF, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A, aprovada pelo Concurso Público nº. 001/2014;

MARINA SCHIOCHET, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Psicólogo, do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Especialista - GE, jornada de 20 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A, aprovada pelo Concurso Público nº. 001/2014.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 12 de junho de 2015.
NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

REPUBLICADO POR INCORREÇÃO

PORTARIA Nº 18.856/2015

PORTARIA Nº 18.856, DE 15 DE JUNHO DE 2015.

EXONERA LEANDRO DA SILVA DO CARGO EM COMISSÃO DE DIRETOR GERAL NA SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO GOVERNAMENTAL - SEGG.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, I, combinado com o art. 75, II, "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e de conformidade com o art. 46, "II" da Lei

Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, combinado com o art. 42 da Lei Complementar nº 870, de 1º de janeiro de 2013 e alterações posteriores e de conformidade com o Decreto nº 10.567, de 13 de fevereiro de 2015, resolve:

EXONERAR

LEANDRO DA SILVA, do cargo de provimento em comissão de Diretor Geral, símbolo CC-2, na Secretaria Municipal de Gestão Governamental - SEGG, nomeado pela Portaria nº 18.342, de 06/01/2015, no dia 18 de junho de 2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 15 de maio de 2015.
NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 18.857/2015

PORTARIA Nº 18.857, DE 15 DE JUNHO DE 2015.
NOMEIA LEANDRO DA SILVA PARA O EXERCÍCIO DO CARGO EM COMISSÃO DE DIRETOR GERAL,
NA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUS.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, I, combinado com o art. 75, II, "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29/03/1990, com fundamento no art. 9º, II, da Lei Complementar nº 660, de 28/11/2007 e no art. 42, da Lei Complementar nº 870, de 01/01/2013 e alterações posteriores, e de conformidade com o Decreto nº 10.567, de 13 de fevereiro de 2015, resolve:

NOMEAR

LEANDRO DA SILVA, para o exercício do cargo em comissão de Diretor Geral, símbolo CC-2, na Secretaria Municipal de Saúde - SEMUS, no dia 19 de junho de 2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 15 de junho de 2015.
NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 18.858/2015

PORTARIA Nº 18.858, DE 16 DE JUNHO DE 2015.
NOMEIA MEMBRO PARA COMPOR A COMISSÃO PERMANENTE DE ANÁLISE DE ESTUDO DE IMPACTO DE VIZINHANÇA - CPAEIV.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "g", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e de conformidade com o art. 5º da Resolução COPLAN nº 004/2008, de 30 de maio de 2008 e Ofício FAEMA nº 28/2015, resolve:

NOMEAR

sem ônus para o Município e com as atribuições previstas na Resolução COPLAN nº 004/2008, para compor a Comissão Permanente de Análise de Estudo de Impacto de Vizinhança – CPAEIV:

JANAINA MENDES, representante titular da Fundação Municipal do Meio Ambiente - FAEMA, em substituição a JEAN CARLOS NAUMANN, nomeado pela Portaria nº 17.874, de 02 de junho de 2014.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 16 de junho de 2015.
NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 18.859/2015

PORTARIA Nº 18.859, DE 16 DE JUNHO DE 2015.
NOMEIA MEMBROS PARA COMPOR O CONSELHO MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URBANO - COPLAN.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "g", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e de acordo com o art. 5º, da Lei Complementar nº 836, de 19 de dezembro de 2011, e em atendimento ao Memorando SEPLAN/COPLAN nº 29/2015, de 12/06/2015, resolve:

NOMEAR, sem ônus para o Município e com as atribuições previstas na Lei Complementar nº 836, de 19 de dezembro de 2011, para compor o Conselho Municipal de Planejamento Urbano – COPLAN:

PAULO HENRIQUE HERWIG e ANDERSON G. MICHELUZZI, representantes titular e suplente, respectivamente, da Associação Empresarial de Blumenau - ACIB, em substituição a ANDRÉ MULLER e PAULO HENRIQUE HERWIG, nomeados pelas Portarias nº 15.982, de 13/07/2012 e 18.104, de 22/09/2014.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 16 de junho de 2015.
NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 18.860/2015

PORTARIA Nº 18.860, DE 16 DE JUNHO DE 2015.
NOMEIA MEMBRO PARA COMPOR O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "g" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e de conformidade com o disposto no art. 8º, da Lei Complementar nº 411, de 01 de agosto de 2003 e alterações posteriores, e conforme Memorando GAB/SEMUDES nº 33/2015, de 11/06/2015, resolve:

NOMEAR,

sem ônus para o Município, e com as atribuições previstas na Lei Complementar nº 411, de 01 de agosto de 2003 com alterações posteriores, e no Decreto nº 7.556, de 24 de novembro de 2003, para compor o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente:

DENÍZIA REGIS, representante suplente da Fundação Cultural de Blumenau - FCB, em substituição a LÍLIAN ROSE KESKE, nomeada pela Portaria nº 17.618, de 13 de março de 2013.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 16 de junho de 2015.
NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 18.861/2015

PORTARIA Nº 18.861, DE 16 DE JUNHO DE 2015.
NOMEIA JADISON ALEXANDER FERNANDES PARA COMPOR O CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - CMDES.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "g" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29/03/90, e de conformidade com

o parágrafo único do art. 4º, da Lei Complementar nº 179, de 20/08/98 e alterações posteriores, combinado com o Decreto nº 6.892, de 06/08/2001, resolve:

NOMEAR, a contar desta data e sem ônus para o Município, para o Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico e Social – CMDES, com as atribuições previstas na Lei Complementar nº 179, de 20 de agosto de 1998 e alterações posteriores:

JADISON ALEXANDER FERNANDES, representante suplente da Secretaria Municipal de Planejamento Urbano - SEPLAN, em substituição a MARIA CRISTINA SILVA FIGUEIREDO, nomeada pela Portaria nº 18.477, de 25 de fevereiro de 2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 16 de junho de 2015.

NAPOLEÃO BERNARDES

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 18.862/2015

PORTARIA Nº 18.862, DE 16 DE JUNHO DE 2015.

CONCEDE EXONERAÇÃO AOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS QUE INDICA.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "a" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990 e de acordo com o art. 45, caput, da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, resolve:

CONCEDER EXONERAÇÃO aos seguintes servidores públicos municipais:

HUMBERTO LUIZ MICHELLI, do cargo de provimento efetivo de Psicólogo, lotado na Secretaria Municipal de Saúde - SEMUS, a contar de 01 de junho de 2015, conforme Processo Administrativo nº 3985/06/2015;

DEOCLECIO DA SILVA, do cargo de provimento efetivo de Educador Social, lotado na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social - SEMUDES, a contar de 01 de junho de 2015, conforme Processo Administrativo nº 4004/06/2015;

EUSA MARIA JUNQUEIRA BOHMANN, do cargo de provimento efetivo de Professor, lotada na Secretaria Municipal de Educação - SEMED, a contar de 01 de junho de 2015, conforme Processo Administrativo nº 3989/06/2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 16 de junho de 2015.

NAPOLEÃO BERNARDES

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 29.328/2015 - SEDEAD

CONCEDE LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA AOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS QUE INDICA.

RONALDO ROGÉRIO WAN-DALL, Secretário Municipal de Administração, no exercício das atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 8.615, de 01 de fevereiro de 2008, resolve:

CONCEDER LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA, com base nos termos do artigo 137, "caput", da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, aos servidores ocupantes de cargo de provimento efetivo indicados:

Cadastro	Nome	Lotação	Processo	Período	
				Início	Fim
186988	Alaíde Aparecida Cardoso	SEMUDES	2015/0391	27/05/2015	23/07/2015
184462	Andréia Cristiane Zimmermann Souza	SEMED	2015/0173	17/05/2015	15/06/2015
198676	Ângela Antulino	SEMED	2015/0387	18/05/2015	16/06/2015
210153	Clarice Souza Hermann	SEMUS	2015/0430	19/05/2015	28/05/2015
228817	Edson Machado Sousa	SEMUDES	2015/0402	12/05/2015	10/07/2015
229383	Fabiana dos Santos Muller	SEMED	2015/0359	18/05/2015	27/05/2015
200204	Ivanir Dolla Padilha	SEMUS	2015/0395	03/06/2015	26/06/2015
229843	Jaques Jilmar Moser	SEMUS	2015/0438	23/05/2015	05/06/2015
230244	Jefferli Alex Steinbach	SEDEC	2015/0540	22/05/2015	20/06/2015
228928	Patricia Rosangela Méier Reich Ribeiro	SEMED	2015/0489	28/05/2015	12/06/2015
139807	Rosa Maria Deola	SEMED	2015/0426	19/05/2015	02/06/2015
217425	Rosana Aparecida de Oliveira	SEMUS	2015/0455	28/05/2015	03/06/2015
221163	Valdemar Felski Junior	SEPLAN	2015/0105	02/05/2015	31/05/2015
206296	Waltrud Kurth Stedile	SEMED	2015/0448	18/05/2015	12/06/2015
222054	Zeli Aparecida de Camargo	SEMED	2015/0505	29/05/2015	05/06/2015

RONALDO ROGÉRIO WAN-DALL
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 29.329/2015 - SEDEAD

PORTARIA SEDEAD Nº 29.329, DE 12 DE JUNHO DE 2015.
AUTORIZA O AFASTAMENTO DA SERVIDORA PÚBLICA ANGELA QUINTINO PEREIRA DO EXERCÍCIO DO CARGO, PARA REALIZAR ESTÁGIO OBRIGATÓRIO DO CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM TRADUÇÃO/INTERPRETAÇÃO E DOCÊNCIA EM LIBRAS PELA INTITUIÇÃO EDUCACIONAL UNÍNTENSE.

RONALDO ROGÉRIO WAN-DALL, Secretário Municipal de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 10.048, de 23/07/2013, resolve:

AUTORIZAR

O afastamento da servidora pública municipal ANGELA QUINTINO PEREIRA, ocupante do cargo efetivo de Professor, lotada na Secretaria Municipal de Educação – SEMED, com remuneração, para realizar estágio obrigatório do Curso de Pós-Graduação em Tradução/Interpretação e Docência em Libras pelo Instituto Educacional Uníntese, com início em 13 de maio de 2015 e término previsto para 30 de junho de 2015, em jornada parcial de trabalho, totalizando 21 dias alternados, conforme Processo Administrativo nº 2015/05/003639.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 12 de junho de 2015.

RONALDO ROGÉRIO WAN-DALL
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 29.330/2015 - SEDEAD

PORTARIA SEDEAD Nº 29.330, DE 12 DE JUNHO DE 2015.
AUTORIZA O AFASTAMENTO DA SERVIDORA PÚBLICA MARISTELA PITZ CORREA DO EXERCÍCIO DO CARGO, PARA PARTICIPAR DO I SEMINÁRIO TEMÁTICO DE EDUCAÇÃO INFANTIL PELO NÚCLEO DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL - NDI.

RONALDO ROGÉRIO WAN-DALL, Secretário Municipal de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 10.048, de 23/07/2013, resolve:

AUTORIZAR

O afastamento da servidora pública municipal MARISTELA PITZ CORREA, ocupante do cargo efetivo de Professor, lotada na Secretaria Municipal de Educação – SEMED, com remuneração, para participar do I Seminário Temático de Educação Infantil, pelo Núcleo do Desenvolvimento Infantil - NDI, com início em 01 de junho de 2015 e término previsto para 03 de junho de 2015, em jornada integral de trabalho, totalizando 03 dias alternados, conforme Processo Administrativo nº 2015/05/003906.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 12 de junho de 2015.
RONALDO ROGÉRIO WAN-DALL
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 29.331/2015 - SEDEAD

PORTARIA SEDEAD Nº 29.331, DE 12 DE JUNHO DE 2015.

CEDE O SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL
SERGIO KOEHLER AO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA – 088ª ZONA ELEITORAL – BLUMENAU/SC.

RONALDO ROGÉRIO WAN-DALL, Secretário Municipal de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 10.049, de 23/07/2013, resolve:

CEDER

com ônus para o Município, o servidor público municipal SERGIO KOEHLER, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, lotado na Secretaria Municipal de Saúde - SEMUS, ao Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina – 088ª Zona Eleitoral – Blumenau/SC, a contar de 01 de junho de 2015, de acordo com o Processo Administrativo nº 2015/06/004167.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 12 de junho de 2015.
RONALDO ROGÉRIO WAN-DALL
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 596/2015 - FAEMA

PORTARIA Nº 596

CONCEDE ESTABILIDADE AO SERVIDOR DENIS ROBERTO DE SOUZA, LOTADO NA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE.

FERNANDO LEITE, Presidente da Fundação Municipal do Meio Ambiente, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 6º, inciso VI da Lei Complementar nº 507, de 17 de março de 2005, com fundamento no artigo 26, § 2º, da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, resolve:

CONCEDER ESTABILIDADE

ao servidor público municipal DENIS ROBERTO DE SOUZA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Fiscal do Meio Ambiente, matrícula nº 1111, lotado na Fundação Municipal do Meio Ambiente, a contar de 11 de junho de 2015.

Blumenau, 17 de junho de 2015.
FERNANDO LEITE
Presidente da FAEMA.

PORTARIA Nº 597/2015 - FAEMA

PORTARIA Nº 597

DISPENSA JEAN CLAUDE ZIMMERMANN DO EXERCÍCIO DA FUNÇÃO GRATIFICADA DE CONFIANÇA.

FERNANDO LEITE, Presidente da Fundação Municipal do Meio Ambiente, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 6º, VI, da Lei Complementar nº 507, de 17/03/2005, e de acordo com o art. 27-A, § 2º, do mesmo diploma legal, acrescido pelo art. 15 da Lei Complementar nº 880, de 01/04/2013, resolve:

DISPENSAR

o servidor público municipal JEAN CLAUDE ZIMMERMANN, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo, lotado na Fundação Municipal do Meio Ambiente - FAEMA, matrícula nº 1105,

do exercício da função gratificada de confiança de Coordenador de Rotinas Procedimentais – FGC – 50% (cinquenta por cento), nomeado anteriormente pela portaria nº 559, de 18/12/2014, a contar desta data.

Blumenau, 17 de junho de 2015.
FERNANDO LEITE
Presidente da FAEMA.

PORTARIA Nº 598/2015 - FAEMA

PORTARIA Nº 598

DESIGNA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, LOTADO NA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE – FAEMA, PARA O EXERCÍCIO DE FUNÇÃO GRATIFICADA DE CONFIANÇA.

FERNANDO LEITE, Presidente da Fundação Municipal do Meio Ambiente, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 6º, VI, da Lei Complementar nº 507, de 17/03/2005, e de acordo com o art. 27-A, § 2º, do mesmo diploma legal, acrescido pelo art. 15 da Lei Complementar nº 880, de 01/04/2013, resolve:

DESIGNAR

a servidora pública municipal JANAÍNA MENDES, ocupante do cargo de provimento efetivo de Engenheiro Químico, do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo, matrícula nº 994, lotada na Fundação Municipal do Meio Ambiente, para o exercício da função gratificada de confiança de Coordenador de Rotinas Procedimentais – FGC – 50% (cinquenta por cento), a contar desta data.

Blumenau(SC), 17 de junho de 2015.
FERNANDO LEITE
Presidente da FAEMA

PORTARIA Nº 003/2015 - SEFAZ

	PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA
--	---------------------------------------------------------------------

PORTARIA No. 003/2015
DISPÕE SOBRE A SUSPENSÃO DAS SESSÕES DO CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUÍNTES.

ARLINDO BERNART, Presidente do Conselho Municipal de Contribuintes, no exercício das atribuições que lhe confere o art. 199, inciso V, da Lei Complementar nº 632, de 30 de março de 2007 e os membros deste colegiado, em atenção à sessão realizada na data de 17/06/2015, e

Considerando o posicionamento do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, nos autos da Consulta nº. 49.0000.2015.004193-7/COP (DOU – Seção 1), no qual entendeu existir incompatibilidade total com a advocacia o exercício da função do Conselheiro junto ao Conselho Administrativo de Recursos Fiscais – CARF;
Considerando que a Secretaria Municipal da Fazenda formalizou consulta junto a Ordem dos Advogados do Brasil – Subseção de Blumenau/SC para que se pronuncie a respeito da mencionada Consulta; resolvem:

SUSPENDER as sessões do Conselho Municipal de Contribuinte por 30 (trinta) dias, podendo ser prorrogado por mais 30 (tinta) dias em caso de necessidade.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 17 de junho de 2015.
ARLINDO BERNART
Presidente

EXTRATO Nº 136/2015 - FURB

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 136/2015

Inexigibilidade de Licitação nº. 068/2015

A Fundação Universidade Regional de Blumenau, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Antônio da Veiga, nº. 140, CNPJ nº. 82.662.958/0001-02, torna público que após o devido processo legal, inexigiu o procedimento em epígrafe com fundamento no Artigo 25, Caput, da Lei Federal nº. 8.666/93 e demais alterações, para a Aquisição de acessórios para o equipamento Colorímetro Orbeco-Hellige para o Departamento de Engenharia Química da FURB.

Contratados: P. R. CAPONI - ME

Valor/Dotação: R\$ 4.130,00 (quatro mil cento e trinta reais).

Programa de Trabalho/Elemento de Despesa: 01.19.12.364.0076.2019 (Centro de Ciências Tecnológicas)/ 3.3.90.30.00.00.00.00/3.3.90.26.00.00.00

Blumenau, 16 de junho de 2015.
Prof. Dr. João Natel Pollonio Machado
Reitor da FURB

EXTRATO Nº 138/2015 - FURB

Fundação Universidade Regional de Blumenau

Extrato nº. 138/2015

Dispensa de Licitação nº. 099/2015

A Fundação Universidade Regional de Blumenau, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Antônio da Veiga, nº. 140, CNPJ nº. 82.662.958/0001-02, torna público que após o devido processo legal, dispensou o procedimento em epígrafe com fundamento no Artigo 24, II, da Lei Federal nº. 8.666/93 e demais alterações, para a SERVIÇOS RELACIONADOS À REALIZAÇÃO DE JANTAR PARA CONSELHEIROS DO CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO NO EVENTO Vº SEMINÁRIO ESTADUAL DE SISTEMAS DE ENSINO DE SANTA CATARINA.

Contratada: Predial Administradora de Hotéis Plaza S/A..

Valor/Elemento de Despesa: R\$ 2.171,20 (dois mil, cento e setenta e um reais e vinte centavos)/ Gabinete da Reitoria (2.01.20.01.3390.39.01)

Blumenau, 17 de junho de 2015.
Prof. Dr. João Natel Pollonio Machado
Reitor da FURB

RELATORIOS LRF - RGF 1º QUADR 2015 - SEFAZ

CONSOLIDAÇÃO GERAL MUNICÍPIO DE BLUMENAU
PODER EXECUTIVO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO / 2014 A ABRIL / 2015

LRF, Art. 55, inciso I, alínea "a" - Anexo I

Reais

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESS. (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	423.350.916,73	0,00
Pessoal Ativo	409.900.683,29	0,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	13.450.233,44	0,00
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (art. 18, § 1º da LRF)	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (art.19, § 1º da LRF) (II)	545.314,64	0,00
Indenizações por demissão e incentivos à demissão voluntária	7.351,59	0,00
Decorrentes de decisão judicial	537.307,36	0,00
Despesas de exercícios anteriores	655,69	0,00
Inativos e pensionistas com recursos vinculados	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	422.805.602,09	0,00

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	1.014.505.626,65	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (IIIa + IIIb)	422.805.602,09	41,6760 %
LIMITE MÁXIMO (VI)(incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	547.833.038,39	54,0000 %
LIMITE PRUDENCIAL (VII)=(0,95 x VI)(§ único, art. 22 da LRF)	520.441.386,47	51,3000 %
LIMITE DE ALERTA (VIII)=(0,90 x VI)(Inciso II do § 1º do art. 59 da LRF)	493.049.734,55	48,6000 %

Fonte: Sistema Thema/GRP, Unidade Responsável Prefeitura Municipal de Blumenau, Data da emissão 7 de Junho de 2015 e hora da emissão 03h e 31m

NAPOLÉÃO BERNARDES
Prefeito Municipal
 CPF 038.738.439-19

ALEXANDRO EDUARDO FERNANDES
Secretário Municipal da Fazenda
 CPF 033.846.539-12

ROSANE DOS SANTOS
Técnica Contabil - TC-CRC/SC 17.460
 CPF 383.022.769-87

RELATORIOS LRF - RGF 1º QUADR 2015 - SEFAZ

CONSOLIDAÇÃO GERAL MUNICÍPIO DE BLUMENAU
CONSOLIDAÇÃO GERAL
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL / 2015

LRF, Art. 55, inciso I, alínea "b" - Anexo II

Reais

DÍVIDA CONSOLIDADA	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015		
		Até o 1º Quadr.	Até o 2º Quadr.	Até o 3º Quadr.
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	168.899.199,94	211.531.191,00	-	-
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	-	-
Dívida Contratual (=IV)	166.670.471,03	209.853.361,68	-	-
Interna	156.137.286,94	193.990.223,56	-	-
Externa	10.533.184,09	15.863.138,12	-	-
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (Inclusive) - Vencidos e Não Pagos	2.228.728,91	1.677.829,32	-	-
Outras Dívidas	0,00	0,00	-	-
DEDUÇÕES (II)	87.460.714,89	139.141.641,77	-	-
Disponibilidade de Caixa Bruta	104.988.313,26	132.598.471,64	-	-
Demais Haveres Financeiros	8.373.573,11	8.726.581,39	-	-
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	25.901.171,48	2.183.411,26	-	-
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)	81.438.485,05	72.389.549,23	-	-
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (RCL)	980.577.670,66	1.014.505.626,65	-	-
% da DC Sobre a RCL	17,2200 %	20,8500 %	-	-
% da DCL Sobre a RCL	8,3100 %	7,1400 %	-	-
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL	120%	1.176.693.204,79	1.217.406.751,98	-
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF)	108%	1.059.023.884,31	1.095.666.076,78	-

DETALHAMENTO DA DÍVIDA CONTRATUAL	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015		
		Até o 1º Quadr.	Até o 2º Quadr.	Até o 3º Quadr.
Dívida Contratual (IV = V + VI + VII + VIII)	166.670.471,03	209.853.361,68	-	-
Dívida de PPP (V)	0,00	0,00	-	-
Parcelamentos de Dívidas (VI)	75.089.692,87	81.424.226,85	-	-
De Tributos	13.597.312,12	16.777.092,66	-	-
De Contribuições Sociais	58.443.949,79	62.003.131,33	-	-
Previdenciárias	58.443.949,79	62.003.131,33	-	-
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00	-	-
Do FGTS	3.048.430,96	2.644.002,86	-	-
Com Instituição Não Financeira	0,00	0,00	-	-
Dívida com Instituição Financeira (VII)	91.580.778,16	128.429.134,83	-	-
Interna	81.047.594,07	112.565.996,71	-	-
Externa	10.533.184,09	15.863.138,12	-	-
Demais Dívidas Contratuais (VIII)	0,00	0,00	-	-

OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015		
		Até o 1º Quadr.	Até o 2º Quadr.	Até o 3º Quadr.
Precatórios Anteriores a 05/05/2000	0,00	0,00	-	-
Insuficiência Financeira	0,00	0,00	-	-
Depósitos	11.436.977,90	13.897.851,29	-	-
RP Não-Processados de Exercícios Anteriores	55.149.550,97	6.891.216,98	-	-
Antecipação da Receita Orçamentária - ARO	0,00	0,00	-	-

Continua (1/2)



CONSOLIDAÇÃO GERAL MUNICÍPIO DE BLUMENAU
CONSOLIDAÇÃO GERAL
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL / 2015

Continuação (2/2)

LRF, Art. 55, inciso I, alínea "b" - Anexo II

Reais

REGIME PREVIDENCIÁRIO				
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015		
		Até o 1º Quadr.	Até o 2º Quadr.	Até o 3º Quadr.
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (IX)	279.232.928,25	0,00	-	-
Passivo Atuarial	279.232.928,25	0,00	-	-
Outras Dívidas	0,00	0,00	-	-
DEDUÇÕES (X)	325.846.121,02	358.277.569,83	-	-
Disponibilidade de Caixa Bruta	381.381,18	5.899,56	-	-
Investimentos (Regime Previdenciário)	326.251.222,38	358.276.986,90	-	-
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	-	-
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	786.482,54	5.316,63	-	-
OBRIGAÇÕES NÃO INTEGRANTES DA DC	914.003,40	1.247.690,18	-	-
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)	-46.613.192,77	-358.277.569,83	-	-

Fonte: Sistema Thema/GRP, Unidade Responsável Prefeitura Municipal de Blumenau, Data da emissão 15 de Junho de 2015 e hora da emissão 04h e 51m

 NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal
 CPF 038.738.439-19

 ALEXANDRO EDUARDO FERNANDES
Secretário Municipal da Fazenda
 CPF 033.846.539-12

 ROSANE DOS SANTOS
Técnica Contábil - TC-CRC/SC 17.460
 CPF 383.022.769-87

RELATORIOS LRF - RGF 1º QUADR 2015 - SEFAZ

CONSOLIDAÇÃO GERAL MUNICÍPIO DE BLUMENAU

PODER EXECUTIVO

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A ABRIL / 2015

LRF, Art. 55, inciso I, alínea "c" e Art. 40, § 1º - Anexo III

Reais

GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015		
		Até o 1º Quadr.	Até o 2º Quadr.	Até o 3º Quadr.
EXTERNAS (I)	0,00	0,00	-	-
Aval ou fiança em operações de crédito	0,00	0,00	-	-
Outras garantias nos termos da LRF	0,00	0,00	-	-
INTERNAS (II)	0,00	0,00	-	-
Aval ou fiança em operações de crédito	0,00	0,00	-	-
Outras garantias nos termos da LRF	0,00	0,00	-	-
TOTAL DAS GARANTIAS CONCEDIDAS (III) = (I+II)	0,00	0,00	-	-
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	980.577.670,66	1.014.505.626,65	-	-
% DO TOTAL DAS GARANTIAS SOBRE A RCL	0,00%	0,00%	-	-
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL 22,00%	215.727.087,55	223.191.237,86	-	-
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) 19,80%	194.154.378,79	200.872.114,08	-	-

CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015		
		Até o 1º Quadr.	Até o 2º Quadr.	Até o 3º Quadr.
EXTERNAS (V)	0,00	0,00	-	-
Aval ou fiança em operações de crédito	0,00	0,00	-	-
Outras garantias nos termos da LRF	0,00	0,00	-	-
INTERNAS (VI)	0,00	0,00	-	-
Aval ou fiança em operações de crédito	0,00	0,00	-	-
Outras garantias nos termos da LRF	0,00	0,00	-	-
TOTAL DAS CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS (VII) = (V+VI)	0,00	0,00	-	-

Fonte: Sistema Thema/GRP, Unidade Responsável Prefeitura Municipal de Blumenau, Data da emissão 14 de Junho de 2015 e hora da emissão 08h e 53m

NAPOLEÃO BERNARDES

Prefeito Municipal

CPF 038.738.439-19

ALEXANDRO EDUARDO FERNANDES

Secretário Municipal da Fazenda

CPF 033.846.539-12

ROSANE DOS SANTOS

Técnica Contábil - TC-CRC/SC 17.460

CPF 383.022.769-87

RELATORIOS LRF - RGF 1º QUADR 2015 - SEFAZ

CONSOLIDAÇÃO GERAL MUNICÍPIO DE BLUMENAU
PODER EXECUTIVO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL / 2015

LRF, Art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III, alínea "c" - Anexo IV

Reais

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR REALIZADO	
	No Quadrimestre de Referência	Até o Quadrimestre de Referência
SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (I)	12.836.229,04	12.836.229,04
Mobiliária	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Contratual	12.836.229,04	12.836.229,04
Interna	8.914.629,04	8.914.629,04
Abertura de Crédito	8.914.629,04	8.914.629,04
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Derivadas de PPPs	0,00	0,00
Demais Aquisições Financiadas	0,00	0,00
Antecipação de Receita	0,00	0,00
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Demais Antecipações da Receita	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art.29, § 1º)	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito	0,00	0,00
Externa	3.921.600,00	3.921.600,00
Abertura de Crédito	3.921.600,00	3.921.600,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Derivadas de PPPs	0,00	0,00
Demais Aquisições Financiadas	0,00	0,00
Antecipação de Receita	0,00	0,00
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Demais Antecipações da Receita	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art.29, § 1º)	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito	0,00	0,00
NÃO SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (II)	10.452.376,07	10.452.376,07
Parcelamento de Dívidas	10.452.376,07	10.452.376,07
De Tributos	3.521.609,80	3.521.609,80
De Contribuições Sociais	6.930.766,27	6.930.766,27
Previdenciárias	6.930.766,27	6.930.766,27
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00
Melhoria da Administração de Receitas e da Gestão Fiscal, Financeira e Patrimonial	0,00	0,00
Programa de Iluminação Pública - RELUZ	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito Não Sujeitas ao Limite	0,00	0,00

Continua (1/2)



CONSOLIDAÇÃO GERAL MUNICÍPIO DE BLUMENAU
PODER EXECUTIVO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL / 2015

Continuação (2/2)

LRF, Art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III, alínea "c" - Anexo IV

Reais

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	1.014.505.626,65	100,00%
OPERAÇÕES VEDADAS	0,00	0,00%
Do Período de Referência (III)	0,00	0,00
De Períodos Anteriores ao de Referência	0,00	0,00
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (IV) = (Ia + III)	12.836.229,04	1,27%
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS	162.320.900,26	16,00%
LIMITE DE ALERTA (Inciso II do § 1º do art. 59 da LRF)	146.088.810,24	14,40%
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00%
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	71.015.393,87	7,00%
TOTAL CONSIDERADO PARA CONTRATAÇÃO DE NOVAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO (V) = (IV + IIa)	23.288.605,11	2,30%

Fonte: Sistema Thema/GRP, Unidade Responsável Prefeitura Municipal de Blumenau, Data da emissão 14 de Junho de 2015 e hora da emissão 08h e 11m

 NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal
 CPF 038.738.439-19

 ALEXANDRO EDUARDO FERNANDES
Secretário Municipal da Fazenda
 CPF 033.846.539-12

 ROSANE DOS SANTOS
Técnica Contábil - TC-CRC/SC 17.460
 CPF 383.022.769-87

RELATORIOS LRF - RGF 1º QUADR 2015 - SEFAZ

CONSOLIDAÇÃO GERAL MUNICÍPIO DE BLUMENAU
PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
ATÉ O 1º QUADRIMESTRE DE 2015 [Abril]

LRF, Art. 48 - Anexo VII

Reais

DESPESA COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total Com Pessoal - Dtp (V) = (liia + liib)	433.979.211,18	42,78%
Limite Máximo (Vi)(Incisos I, II E III, Art. 20 Da Lrf)	588.413.263,46	58,00%
Limite Prudencial (VII)=(0,95 X Vi)(§ Único, Art. 22 Da Lrf)	558.992.600,28	55,10%
DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR	% SOBRE A RCL
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA	72.389.549,23	7,14%
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL	1.217.406.751,98	120,00%
GARANTIAS DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
Total Das Garantias Concedidas	0,00	0,00%
Limite Definido Por Resolução Do Senado Federal 22,00%	223.191.237,86	22,00%
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações De Crédito Internas E Externas	12.836.229,04	1,27%
Operações De Crédito Por Antecipação Da Receita	0,00	0,00%
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Internas e Externas	162.320.900,26	16,00%
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita	71.015.393,87	7,00%
RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Apurado Nos Demonstrativos Respectivos		

Fonte: Sistema Thema/GRP, Unidade Responsável Prefeitura Municipal de Blumenau, Data da emissão 16 de Junho de 2015 e hora da emissão 10h e 40m

NAPOLEÃO BERNARDES
 Prefeito Municipal
 CPF 038.738.439-19

ALEXANDRO EDUARDO FERNANDES
 Secretário Municipal da Fazenda
 CPF 033.846.539-12

ROSANE DOS SANTOS
 Técnica Contabil - TC-CRC/SC 17.460
 CPF 383.022.769-87

Bom Retiro

PREFEITURA

41.15 - DEC. PARALISA FUNCIONAMENTO ESCOLA RIO SINCERRO

Decreto N.º 41/15 de 18.06.2015

Paralisa o Funcionamento de Escola Municipal, por Redução de Matrícula.

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art.º 1º - Paralisar o funcionamento da Escola do Campo Rio Sincerro, situada na localidade de Rio Sincerro, área rural do Município de Bom Retiro em virtude da redução de matrículas.

Art.º 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
18 de junho de 2015.

ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado
Na data supra.

DARIO CESAR DE LINS
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

586.06.15 - P. LIC. TRAT. SAÚDE LUCIMAR FREITAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 586/15 de 18.06.15
Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro – SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 10 (dez) dias de licença para realizar tratamento de saúde a contar do dia 16 de junho com término no dia 25 de junho de 2015, a funcionária Lucimar de Freitas, ocupante do cargo de Servente - Padrão 1 – Nível 1, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte – Núcleo Municipal São José.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
18 de junho de 2015.

ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

587.06.15 - P. LIC. TRAT. SAÚDE ELIZETE L. S. MAFFIOLETTI

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 587/15 de 18.06.15
Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro – SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 03 (três) dias de licença para realizar tratamento de saúde nos dias 16, 17 e 18 de junho de 2015, a funcionária Elizete Luzia da Silva Mafioletti, ocupante do cargo de Professor I - 3 - Padrão 1 – Nível 22, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte – Escola do Campo Paraíso da Serra.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
18 de junho de 2015.

ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

588.06.15 - P. LIC. TRAT. SAÚDE NAIARA L. DEINANI

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 588/15 de 18.06.15
Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro – SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 01 (um) dia de licença para realizar tratamento de saúde no dia 15 de junho de 2015, a funcionária Naiara Luci Deinani, ocupante do cargo de Professor I – 3 - Padrão 1 – Nível 22, 30 horas, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte – Centro de Educação Infantil Professor Alosir Moretti.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
18 de junho de 2015.

ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

589.06.15 - P. LIC. TRAT. SAÚDE MARILU DE ALMEIDA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 589/15 de 18.06.15

Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro – SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 01 (um) dia de licença para realizar tratamento de saúde no dia 17 de junho de 2015, a funcionária Marilu de Almeida, ocupante do cargo de Assistente Administrativo – Padrão I – Nível 6, do Quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
18 de junho de 2015.

ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

590.06.15 - P. DES. PROF. LUCRECIA B. H. ROSA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 590/15 de 18.06.15

Designa Professora Contratada em Caráter Temporário

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições e de conformidade como disposto no Artigo 2º Inciso IX da Lei 2019/10 de 04 de março de 2010 que Dispõe sobre a contratação de pessoal em caráter temporário, na forma do art. 37, IX da Constituição Federal, e dá outras providências;

Resolve:

Designa Lucrécia Barbara Heinz da Rosa, para atuar como Professora Ensino Infantil 20 horas semanais na Creche Irmã Paula, no período de 18 de junho com término no dia 08 de outubro de 2015, em virtude de sua classificação em 1º lugar na Chamada Pública 03/2015 para Contratação de Professor ACT – Ensino Infantil, percebendo os vencimentos iniciais do cargo de Professor I - 3 – Padrão I, Nível 22, do Quadro de Pessoal do Município.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
18 de junho de 2015.

ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

Botuvera**PREFEITURA****DECRETO Nº 1.809/2015**

DECRETO Nº 1.809/2015

"ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR"

O PREFEITO MUNICIPAL DE BOTUVERÁ, usando da competência que lhe confere o Art.6º, inciso IV, da Lei nº 1.290/2014, de 17 de dezembro de 2014.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto o crédito suplementar no valor total de R\$ 26.000,00 (vinte e seis mil reais), conforme abaixo especificado:

05.00	Secretaria De Assistencia Social E Habitação
05.01	Fundo Municipal De Assistencia Social
08-244-100-2.27	Manutenção e Operação das Ações, Programas e Projetos do Serviço Social
3.3.9.0.00.00(686)	Superávit R\$ 26.000,00

Art. 2º - Os recursos para atender o crédito especificado no Art. 1º deste Decreto, decorrerão do superávit financeiro apurado no exercício anterior.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Botuverá, 18 de junho de 2015.

JOSÉ LUIZ COLOMBI

Prefeito Municipal

Braço do Trombudo

PREFEITURA

DECRETO 078/2015

DECRETO N.º 078/2015

"DISPÕE SOBRE MEDIDAS DE CONTENÇÃO DE GASTOS COM PESSOAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Charles Rafael Schwambach, Prefeito do Município de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 52, V e VII, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 15 de dezembro de 1994;

Considerando que o Executivo Municipal adotará medidas para reduzir as despesas com pessoal, conforme Art. 34 da LDO, e artigos 19 e 20 da Lei de Responsabilidade Fiscal;

Considerando, o índice elevado de gasto com pessoal, decorrente da queda brusca de arrecadação do Município de Braço do Trombudo;

DECRETA:

Art. 1º Fica reduzido, em 10% (dez por cento), os vencimentos recebidos pelos ocupantes dos cargos em comissão, por tempo indeterminado, a partir de 01.06.2015.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei 0597/2008 de 09.07.2008, com efeitos retroativos a 01.06.2015.

Braço do Trombudo, em 17 de junho de 2015.
Charles Rafael Schwambach
Prefeito Municipal

EDITAL DE LIC. PREGÃO PRESENCIAL 03/2015FMAS - SRP

PROCESSO ADMINISTRATIVO 04/2015 FMAS

EDITAL DE LIC. PREGÃO PRESENCIAL 03/2015FMAS - SRP

O Município de Braço do Trombudo SC torna público para conhecimento dos interessados que às 13h30min do dia 06.07.2015, estará selecionando a melhor proposta para Registro de Preços para aquisição de gêneros alimentícios de panificação para coffee break das ações do PAIF (serviço de proteção e atendimento integral à família), ofertado pelo CRAS (Centro de Referência de Assistência Social), na realização de oficinas e campanhas socioeducativas no município, informações pelo fone 47 3547-0179 pelo e-mail: licitacao@bracodotrombudo.sc.gov.br ou pelo site www.bracodotrombudo.sc.gov.br.

Braço do Trombudo, em 18 de junho de 2015.
Charles Rafael Schwambach
Prefeito Municipal.

EDITAL DE LIC. PREGÃO PRESENCIAL 04/2015FMAS - SRP

PROCESSO ADMINISTRATIVO 04/2015 FMAS

EDITAL DE LIC. PREGÃO PRESENCIAL 04/2015FMAS - SRP

O Município de Braço do Trombudo SC torna público para conhecimento dos interessados que às 13h30min do dia 07.07.2015, estará selecionando a melhor proposta para Registro de Preços para aquisição de tecidos para manutenção das atividades do PAIF (serviço de proteção e atendimento integral à família), ofertado pelo CRAS (Centro de Referência de Assistência Social), na realização de oficinas e campanhas socioeducativas no município de Braço do Trombudo, informações pelo fone 47 3547-0179 pelo e-mail: licitacao@bracodotrombudo.sc.gov.br ou pelo site www.bracodotrombudo.sc.gov.br.

Braço do Trombudo, em 18 de junho de 2015.
Charles Rafael Schwambach
Prefeito Municipal.

EDITAL DE LIC. PREGÃO PRESENCIAL 28/2015 - SRP

PROCESSO ADMINISTRATIVO 35/2015

EDITAL DE LIC. PREGÃO PRESENCIAL 28/2015 - SRP

O Município de Braço do Trombudo SC torna público para conhecimento dos interessados que às 15h30min do dia 06.07.2015, estará selecionando a melhor proposta para Registro de Preço para Aquisição de paver podotátil para manutenção das calçadas do município de Braço do Trombudo, informações pelo fone 47 3547-0179 pelo e-mail: licitacao@bracodotrombudo.sc.gov.br ou pelo site www.bracodotrombudo.sc.gov.br.

Braço do Trombudo, em 18 de junho de 2015.
Charles Rafael Schwambach
Prefeito Municipal.

PORTARIA 0100/2015

PORTARIA Nº 0100/2015

PRORROGA EFEITOS DE PORTARIA

Charles Rafael Schwambach, Prefeito Municipal do Município de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, e amparado na Lei Complementar 009/99 de 17.11.99, art. 62, inciso I, parágrafo 2º.

RESOLVE:

Art. 1º - Prorrogar os efeitos da Portaria nº 097/2014, que concedeu licença para tratamento de saúde, a servidora Roseli Mueller Tietjen, ocupante do cargo de Professora, do quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Braço do Trombudo, até a data de 18.08.2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei nº 0597/2008 de 09.07.2008.

Braço do Trombudo, em 18 de junho de 2015.
Charles Rafael Schwambach
Prefeito Municipal

PORTARIA 0101/2015

PORTARIA Nº 0101/2015

Charles Rafael Schwambach, Prefeito municipal do Município de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, e amparado na Lei Complementar 009/99 de 17.11.99, art. 62, inciso I, parágrafo 2º.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder licença para tratamento de saúde, a servidora Silvania Rohling Goede, ocupante do cargo de Professora, do quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Braço do Trombudo, no período de trinta dias a partir de 09.06.2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei nº 0597/2008 de 09.07.2008, com efeitos retroativos à 09.06.2015.

Braço do Trombudo, em 18 de junho de 2015.

Charles Rafael Schwambach

Prefeito Municipal

PORTARIA 0102/2015

PORTARIA 0102/2015

Concede Gratificação

Charles Rafael Schwambach, Prefeito Municipal de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e amparado no artigo 60 da Lei Complementar nº 097/2011 de 08.07.2011, e suas alterações etc...

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder Gratificação de 50% do nível I-A, a servidora Nairana Schneider, para responder pela Coordenação do Centro de Educação Infantil Emília Rinnert a partir de 15.05.2015.

Ar. 2º Fica revogada a portaria nº 052/2013 de 12.02.2013.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da lei 0597/2008 de 09.07.2008, com efeitos retroativos à 15.05.2015.

Braço do Trombudo, em 18 de junho de 2015.

Charles Rafael Schwambach

Prefeito Municipal

Brusque

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 034/2015

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 034/2015

Espécie: Ata de Registro de Preços nº 034/2015, em 18/06/2015. Objeto: Aquisição de pisos, azulejos, argamassas e materiais para rejunte. Valor: R\$ 129.505,00. Origem: Pregão nº 038/2015. Fundamento legal: artigo 15 da Lei 8.666/93. Signatário: Cristiano Bittencourt.

EXTRATO CONTRATO 124/2014 - RESCISÃO SAMAE

DESPACHO DIRETOR PRESIDENTE

ESPÉCIE: Rescisão unilateral do contrato 124/2014. Firmado entre SAMAE e Clima Service Refrigeração Ltda. Com fulcro no artigo 78, I e seguintes da Lei 8666/93 e pelos motivos constantes do processo administrativo 003/2015/JURIDICO. Diretor Presidente do SAMAE.

Brusque, 16 de junho de 2015.

PUBLIQUE-SE

Roberto Bolognini

EXTRATO CONTRATOS Nº 041/2015 E 042/2015 RESCISÃO SAMAE

DESPACHO DIRETOR PRESEIDENTE

ESPÉCIE: Rescisão unilateral dos contratos 041/2015 e 042/2015. Firmado entre SAMAE e Gratt Indústria e Comercio de maquinas Ltda. Com fulcro no artigo 78, XII e seguintes da Lei 8666/93 e pelos motivos constantes do processo licitatório 060/2014 ME. Diretor Presidente do SAMAE.

Brusque, 16 de junho de 2015.

PUBLIQUE-SE

Roberto Bolognini

EXTRATO DE APOSTILAMENTO CONTRATO Nº 004/2014

EXTRATO DE APOSTILAMENTO. CONTRATO n. 004/2014. PREGÃO n. 133/2014. OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E CONSTRUÇÃO/REFORMA CIVIL. CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE BRUSQUE. CONTRATADO: EMPRESA MINISTER CONSTRUTORA LTDA ME. APOSTILAMENTO: DO PRAZO DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS (CLÁUSULA 3.2 DO INSTRUMENTO CONTRATUAL). FUNDAMENTO LEGAL: ART. 58, I DA LEI 8.666/93. DATA: 12 DE JUNHO DE 2015. SIGNATÁRIO: CRISTIANO BITTENCOURT (SECRETÁRIO DE ORÇAMENTO E GESTÃO).

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 033/2015

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 033/2015

Espécie: Ata de Registro de Preços nº 033/2015, em 18/06/2015. Objeto: Aquisição de material construção e ferragens. Valor: R\$ 18.449,80. Origem: Pregão nº 036/2015. Fundamento legal: artigo 15 da Lei 8.666/93. Signatário: Cristiano Bittencourt.

PORTARIA Nº 10.092, DE 01 DE JUNHO DE 2015

PORTARIA nº 10.092, DE 01 DE JUNHO DE 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II do art. 111 da Lei Orgânica do Município, c/c a Lei Complementar nº 143/09 – Anexo I-E,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar Márcio Venturelli do cargo de provimento em comissão, Símbolo CC-IV, Diretor, lotado na Secretaria da Saúde do Município.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01/06/15.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 1º de junho de 2015.

ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO

Prefeito Municipal

DANILO VISCONTI

Procurador Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

EVANDRO CARNEIRO FLORA

Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº 10.123, DE 18 DE JUNHO DE 2015

PORTARIA nº 10.123, DE 18 DE JUNHO DE 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a" do 111 da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Designar o servidor Paulo da Silveira Mayer, ocupante do cargo em comissão de Diretor, para responder interinamente pela Fundação Municipal do Meio Ambiente - FUNDEMA, na ausência do Superintendente, podendo assinar e tomar todas as providências referentes ao cargo.

Art. 2º Os poderes previsto nesta Portaria vigoram no período de 20/06/15 a 01/07/15, sem ônus para a municipalidade.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 18 de junho de 2015.
ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO
Prefeito Municipal

DANILO VISCONTI
Procurador Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

EVANDRO CARNEIRO FLORA
Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº 10.124, DE 18 DE JUNHO DE 2015

PORTARIA Nº 10.124, DE 18 DE JUNHO DE 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 111, inciso II, alínea “a”, da Lei Orgânica do Município – LOM,

RESOLVE:

Art.1º Nomear no Quadro Permanente de Pessoal da Prefeitura Municipal de Brusque, nos termos da Lei Complementar n.147/09, o candidato habilitado em concurso público promovido por este município e realizado pela Fepese/UFSC, mediante o Edital nº 008/2013, de 10 de dezembro de 2013, homologado em 23 de abril de 2014, para provimento do cargo efetivo de MÉDICO REUMATOLOGISTA, conforme abaixo nominado:

MÉDICO REUMATOLOGISTA

RAFAEL KMILIAUSKIS SANTOS GOMES Art.2º Fixar nos termos do art.16 e seguintes da Lei Complementar n.147/09, o prazo máximo de 30 (trinta) dias para posse.

Parágrafo único. A presente nomeação será tornada sem efeito se o candidato não tomar posse no prazo fixado no caput deste artigo.

Art.3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 18 de junho de 2015.
ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO
Prefeito Municipal

DANILO VISCONTI
Procurador-Geral do Município

EVANDRO CARNEIRO FLORA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 10.125, DE 18 DE JUNHO DE 2015

PORTARIA Nº 10.125, DE 18 DE JUNHO DE 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 111, inciso II, alínea “a”, da Lei Orgânica do Município – LOM,

RESOLVE:

Art.1º Nomear no Quadro Permanente de Pessoal da Prefeitura Municipal de Brusque, nos termos da Lei Complementar n.147/09, o candidato habilitado em concurso público promovido por este município e realizado pela Fepese/UFSC, mediante o Edital nº 004/2013, de 19 de dezembro de 2013, homologado em 25 de abril de 2014, para provimento dos cargos efetivos de AUDITOR FISCAL, conforme abaixo nominado:

AUDITOR FISCAL
NIVALDO GUIRAO VERA Art.2º Fixar nos termos do art.16 e seguin-

tes da Lei Complementar n.147/09, o prazo máximo de 30 (trinta) dias para posse.

Parágrafo único. A presente nomeação será tornada sem efeito se o candidato não tomar posse no prazo fixado no caput deste artigo.

Art.3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 18 de junho de 2015.
ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO
Prefeito Municipal

DANILO VISCONTI
Procurador-Geral do Município

EVANDRO CARNEIRO FLORA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PROCESSO ADMINISTRATIVO 003/2015 SAMAE D E C I S Ã O

Processo Administrativo: 003/2015/Jurídico
Interessada: Clima Service Refrigeração Ltda.

1. DO RELATÓRIO

Chegou ao conhecimento desta Presidência, através do Memorando da Assessoria Jurídica, que a empresa Clima Service Refrigeração Ltda., selecionada através de licitação para fornecimento e instalação de ar condicionado tipo split, não cumpriu as obrigações pactuadas no contrato administrativo número 124/2014.

Através do despacho de fl. 37, foi instaurado o competente processo administrativo autuado sob o número 003/2015/Jurídico.

Oportunizado o contraditório e a ampla defesa, a empresa interessada não se manifestou, conforme certidão de fl. 40.

Novo parecer jurídico foi elaborado, opinando-se pelo reconhecimento da total inexecução contratual e consequente aplicação de sanção cabível ao caso.

Vieram os autos conclusos para decisão.

É o relatório. Passo a decidir.

2. DA FUNDAMENTAÇÃO – INEXECUÇÃO TOTAL DO CONTRATO

Restou comprovado nos autos a inexecução total do contrato, ao não entregar e instalar os aparelhos de ar condicionado, por parte da empresa contratada configurando o descumprimento do item 5.2 do contrato n. 124/2014, segundo o qual:

“o prazo para entrega dos objetos, depois de enviada a Ordem de Compras por Fax ou e-mail, deverá ser de no máximo 60 (sessenta) dias”.

Mesmo após notificada a empresa não se manifestou, sendo que o atraso para o cumprimento do contrato ultrapassou os 30 (trinta) dias, resta configurada a inexecução total do contrato conforme parte final do dispositivo 10.4 do mesmo contrato:

“Após o 30º dia de atraso, os serviços poderão, a critério da Administração, não ser mais aceitos, configurando-se a inexecução total do contrato, com as consequências previstas em lei e neste ato convocatório.”

A inexecução total ou parcial do contrato poderá ensejar a rescisão conforme dispositivo abaixo:

11.1 A rescisão do presente poderá ser:

a) determinada por ao unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666/93, alterada pela Lei nº 8.883/94 e pela Lei 9.648/98;

b) a inexecução total ou parcial do presente enseja sua rescisão pela Administração, com as consequências previstas na cláusula nona;

(...)

Comprovada a inexecução do contrato é imperativo a sua rescisão pela Administração, sendo ainda aplicadas as consequências previstas nos itens 10.5 e 11.2 alínea a) conforme seguem:

10.5 Será aplicada, cumulativamente ou não com outras sanções, multa de 10% (dez por cento), por inexecução do contrato, sobre o valor total da contratação, e de 5% (cinco por cento) se ocorrer inexecução parcial, reconhecendo a contratada, desde já, os direitos da Administração, nos termos do art. 87 da Lei n.º 8.666/93.

11.2 Sem prejuízo de quaisquer sanções aplicáveis, a critério da Contratante, a rescisão importará em:

a) aplicação da pena de suspensão do direito de licitar com o SAMAE pelo prazo de até 2(dois) anos.

Toda a fundamentação exposta no corpo do parecer jurídico de fls. 41/43 passa a ser parte integrante desta decisão

3. DO DISPOSITIVO

Diante de tudo o que os autos contém, nos termos dos fundamentos expostos nesta decisão entendo que a empresa Clima Service Refrigeração Ltda. infringiu os dispositivos do contrato administrativo n. 124/2014, quais sejam:

3.1) item 10.4 por ter deixado de executar o serviço de fornecimento e instalação dos equipamentos conforme contratado sem qualquer justificativa, mesmo após notificado para fazê-lo ou manifestar-se quanto ao atraso.

4. DA RESCISÃO CONTRATUAL

Nos termos do art. 87 da Lei 8.666/93, incisos II e III, bem como da cláusula nona do Contrato, exercido o contraditório e a ampla defesa, deve ser procedida a rescisão do contrato n. 124/2014, diante do não cumprimento de cláusulas contratuais e especificações.

5. DA PENALIDADE

Diante da inexecução contratual aplico as seguintes sanções:

5.1) multa no valor de R\$ 4.090,00 (quatro mil e noventa reais), correspondente a 10% sobre o valor do contrato que é de R\$ 40.900,00 (cláusula terceira do contrato), com fulcro no artigo 87, inciso II da Lei 8666/93;

5.2) a suspensão temporária do direito de licitar com a Contratante pelo prazo de 2 (dois) anos, nos termos do item item 11.2, alínea b) combinado com item 11.1 alínea b) do contrato 124/2014 e com fulcro no art. 87, inciso III da Lei 8666/93.

Adote-se as providencias legais de publicidade e ciência da decisão á interessada para que cumpra ou adote as providências que entender cabíveis.

Brusque-SC, 30 de abril de 2015.

ROBERTO BOLOGNINI

DIRETOR PRESIDENTE DO SAMAE

Caçador

PREFEITURA

EDITAL CONVOCAÇÃO CANDIDATOS DECLARADOS DEFICIENTES - EDITAL CONCURSO PÚBLICO 01/2015

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DOS CANDIDATOS DECLARADOS DEFICIENTES,
INSCRITOS NO CONCURSO PÚBLICO NO. 01/2015

Considerando a nulidade da convocação anterior por não atender ao Artigo 98 da LOM, a Comissão de Concurso Público no uso de suas atribuições legais e regulamentares, torna pública a nova convocação destinada a realização da avaliação prevista no item 3.5 do edital de concurso público 01/2015, em atendimento ao decreto federal no 3.298 de 20 de dezembro de 1999.

1. CONVOCAÇÃO

Estão convocados os candidatos abaixo relacionados inscritos na condição de deficientes, para avaliação da compatibilidade da deficiência com o cargo a que concorre, conforme item 3 do edital e anexo 1 do edital nº 01/2015.

INSCRI-CAO	CARGO	NOME
14526	PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL 40H	JANICE MUNIZ DE MOURA RIBEIRO
14569	PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL 40H	ELAINE HELLER
14596	PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL 20H	ANGELITA ZIR
14926	PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL 40H	ELIANA MARIA TELES DE SOUZA
14942	PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL 40H	BEATRIZ MACHADO
14965	PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL 20H	IRENE ANGELICA SEMKE
14967	PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL 20H	DANIELE APARECIDA ELICHER DOS SANTOS
15180	ESP ASSUNTOS EDUCACIONAIS- GESTÃO ESCOLAR 40H	ELISIANE APARECIDA FIGUEIROA DUARTE
15644	PROFESSOR CIÊNCIAS 10H	CAROLLYNE NIZER CUNHA
15725	PROFESSOR EDUCAÇÃO FÍSICA 20H	ALEXSANDRA APARECIDA BECKER PAGANINI FERNANDES
15836	PROFESSOR GEOGRAFIA 30H	SERGIO RENATO MACHADO FAGUNDES

2. DATA:

1.1. As avaliações serão realizadas no dia 29 de junho de 2015, no horário das 8:30 às 11:00.

3. LOCAL:

2.1 Os candidatos deverão dirigir-se ao Ambulatório de Especialidades Médicas, situado na Rua José Bonifácio, s/n – Vila Paraíso, no dia e horário definido no item 1.1, munidos de documento original de identidade e laudo médico com data inferior a 1 (um) ano, contados da data do Edital de abertura do concurso (23/04/2015), atestando a espécie e o grau ou nível da deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doença – CID, conforme item 3 do Edital nº 01/2015.

4. ATENDIMENTO:

O candidato poderá optar pelo horário que mais lhe convier no período estipulado no item 1.1 e o atendimento será realizado por

ordem de chegada até que todos sejam atendidos.

Caçador, 17 de junho de 2015.

Comissão de Concurso Público

PROCESSO DE LICITAÇÃO – Nº 68-2015, PR – Nº 47-2015 – PREFEITURA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR-SC

PROCESSO DE LICITAÇÃO – Nº 68-2015, PR – Nº 47-2015 – PREFEITURA

EDITAL: PREGÃO PRESENCIAL Nº 47/2015 TIPO: MENOR PREÇO
OBJETO – CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE SOLUÇÃO DE TECNOLOGIA INFORMATIZADA PARA IMPLEMENTAÇÃO DE CONTROLE DE REGISTRO ELETRÔNICO DA FREQUÊNCIA DOS SERVIDORES DESTA ADMINISTRAÇÃO, COMPREENDENDO O FORNECIMENTO DOS EQUIPAMENTOS PARA O REGISTRO, SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO, TREINAMENTO, GARANTIA DE FUNCIONAMENTO E SUPORTE TÉCNICO DESTINADOS AS SECRETARIAS, AUTARQUIAS, FUNDOS E FUNDAÇÕES.

ENTREGA DOS ENVELOPES: 01/07/2015 às 16h00min.

ABERTURA DOS ENVELOPES: 01/07/2015 às 16h10min.

Maiores Informações e o Edital completo poderão ser obtidos pessoalmente na Diretoria de Licitações e Contratos, Sítio Av. Santa Catarina, 195, ou no site caçador.sc.gov.br no ícone licitações ou ainda por e-mail: licitacaopmc@caçador.sc.gov.br, no horário de expediente em vigor. Não será fornecida informação por telefone.

Caçador, 18 de junho de 2015

GILBERTO AMARO COMAZZETTO

PREFEITO MUNICIPAL

PROCESSO DE LICITAÇÃO – Nº 72-2015, PR – Nº 51-2015 – PREFEITURA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR-SC

PROCESSO DE LICITAÇÃO – Nº 72-2015, PR – Nº 51-2015 – PREFEITURA

EDITAL: PREGÃO PRESENCIAL Nº 51/2015 TIPO: MENOR PREÇO
OBJETO – REGISTRO DE PREÇO PARA LAVAGEM DE VEÍCULOS DAS DIVERSAS SECRETARIAS, FUNDOS E FUNDAÇÕES DO MUNICÍPIO DE CAÇADOR - SC

ENTREGA DOS ENVELOPES: 09/07/2015 às 14h00min.

ABERTURA DOS ENVELOPES: 09/07/2015 às 14h10min.

Maiores Informações e o Edital completo poderão ser obtidos pessoalmente na Diretoria de Licitações e Contratos, Sítio Av. Santa Catarina, 195, ou no site caçador.sc.gov.br no ícone licitações ou ainda por e-mail: licitacaopmc@caçador.sc.gov.br, no horário de expediente em vigor. Não será fornecida informação por telefone.

Caçador, 18 de junho de 2015

GILBERTO AMARO COMAZZETTO

PREFEITO MUNICIPAL

PROCESSO DE LICITAÇÃO – Nº 73-2015, PR – Nº 52-2015 – PREFEITURA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR-SC

PROCESSO DE LICITAÇÃO – Nº 73-2015, PR – Nº 52-2015 – PREFEITURA

EDITAL: PREGÃO PRESENCIAL Nº 52/2015 TIPO: MENOR PREÇO
OBJETO – REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE MARCENARIA, PARA UTILIZAÇÃO NA REFORMA E CONFECÇÃO DE MÓVEIS NECESSÁRIOS AS UNIDADES ESCOLARES DO

MUNICIPIO DE CAÇADOR - SC

ENTREGA DOS ENVELOPES: 09/07/2015 as 16h00min.

ABERTURA DOS ENVELOPES: 09/07/2015 as 16h10min.

Maiores Informações e o Edital completo poderão ser obtidos pessoalmente na Diretoria de Licitações e Contratos, Sito Av. Santa Catarina, 195, ou no site caçador.sc.gov.br no ícone licitações ou ainda por e-mail: licitacaopmc@cacador.sc.gov.br, no horário de expediente em vigor. Não será fornecida informação por telefone.

Caçador, 18 de junho de 2015
GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL

CÂMARA MUNICIPAL

PORTARIA Nº 33, DE 16 DE JUNHO DE 2015.

PORTARIA nº 33, de 16 de junho de 2015.

Atribui função de confiança gratificada à servidora integrante do quadro efetivo da Câmara Municipal de Caçador.

A MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CAÇADOR – SC, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 45, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador e com fundamento nos arts. 11, 12, 13 e 33, IV da Lei Complementar nº 113, de 20 de agosto de 2007, CONSIDERANDO a necessidade de centralizar a responsabilidade pela gestão e acompanhamento dos contratos firmados pela Câmara Municipal
RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR a servidora DANIELE ARIATTI, ocupante do cargo de Assistente Administrativo, Nível CPEA 3030, conforme Anexos I, I-A e III do Plano de Carreira e de Cargos e Vencimentos da Câmara Municipal de Caçador para, além das funções do seu cargo, assumir a responsabilidade pela Gestão de Contratos da Câmara Municipal, devendo acompanhar e gerir todas as etapas da contratação, desde o impulso inicial para a sua formalização até o encerramento da execução e vigência, garantindo sua legalidade e

o correto andamento dos procedimentos, seja a contratação realizada por quaisquer modalidades de licitação, dispensa ou inexistibilidade.

Art. 2º ATRIBUIR função de confiança gratificada no percentual de 40% (quarenta por cento) sobre os vencimentos da servidora, a iniciar na competência 06/2015.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Presidência, em 16 de junho de 2015.

Flavio Henrique dos Santos,
PRESIDENTE

Fernando Scolaro,
VICE-PRESIDENTE

Glaci Aparecida dos Santos Pereira
1º SECRETÁRIA

Adilberto Santos de Oliveira
2º SECRETÁRIO.

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE CAÇADOR - IPASC

PORTARIA Nº 823, DE 16 DE JUNHO DE 2015

PORTARIA nº 823, de 16 de junho de 2015.

Altera a carga horária da Servidora Pública Municipal DIALA MARCHI GONÇALVES BRIDI.

O DIRETOR PRESIDENTE do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador - IPASC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 291, de 29/04/2015, que reestrutura o Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador - RPPS, e mais o previsto na Lei Complementar Municipal nº 56/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Cíveis do Município de Caçador e dá outras providências;
Considerando que a Lei Complementar nº 219, de 29 de abril de 2015, que alterou a carga horária do cargo de provimento efetivo de Advogada do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador - IPASC, de 20 (vinte) para 35 (trinta e cinco) horas semanais,

RESOLVE:

Art. 1º Alterar a carga horária da Servidora Pública Municipal DIALA Marchi Gonçalves Bridi, ocupante do cargo de provimento efetivo

de Advogada do IPASC, previsto no Anexo I, da Lei Complementar nº 291, de 29 de abril de 2015, de 20 (vinte) para 35 (trinta e cinco) horas semanais, devidamente nomeada pela Portaria nº 691, de 14 de março de 2014.

Parágrafo único. Fica fazendo parte integrante da presente portaria, o Termo de Opção de alteração de carga, subscrita pela Servidora nominada neste artigo.

Art. 2º As despesas decorrentes com a execução desta portaria correrão por conta de dotações próprias do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador - IPASC.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador, em 16 de junho de 2015.
Alcedir Ferlin - DIRETOR PRESIDENTE.

Camboriú

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PREGÃO PRESENCIAL N° 040/2015 - PMC

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO.

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Em cumprimento ao disposto do artigo 15 parágrafo 2º da Lei 8.666/93 e alterações, a Secretaria de Administração, informa que se encontram registrados os preços abaixo relacionados, decorrentes do Pregão Presencial n° 040/2015 - PMC - Ata do Sistema de Registro de Preços 035/2015 – PMC - SELEÇÃO DE PROPOSTA VISANDO REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE PNEUS COM SEIS MESES DE GARANTIA, PARA EQUIPAR OS CARROS/CAMINHÕES/ ÔNIBUS/ MOTOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, DE SAÚDE E DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS, para atender a demanda da Prefeitura Municipal integrante do Município de Camboriú, pelo período de 12 (doze) meses.

ESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇO ENCONTRA-SE PUBLICADA NA ÍNTEGRA, NO MURAL OFICIAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ, E NO ENDEREÇO ELETRÔNICO WWW.CAMBORIU.SC.GOV.BR.

VIGÊNCIA: 18/06/2016

1ª Publicação.

Campo Alegre

PREFEITURA

ADITIVO 82/2015

ADITIVO CONTRATUAL Nº 82/2015

TERMO DE PRORROGAÇÃO CONTRATUAL

Considerando o OFÍCIO Nº 031/2015 recebido do Serviço de Planejamento e Obras deste Município, solicitando e justificando a prorrogação da vigência do contrato nº 45/2014 (originado do Processo Licitatório nº 33/2014, modalidade Tomada de Preços);

Considerando a Autorização da Autoridade Superior à prorrogação;

PRORROGA-SE o prazo de execução e vigência do Contrato nº 45/2014, com fulcro no §1º, inciso VI, Art. 57 da Lei Federal n. 8.666/93 e alterações, nos seguintes termos:

QUARTO ADITIVO DE CONTRATO QUE ENTRE SI FAZEM DE UM LADO O MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE, E DE OUTRO LADO A EMPRESA PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA, OBJETIVANDO A PRORROGAÇÃO DO CONTRATO Nº 45/2014.

Cláusula Primeira – Da Execução

O prazo de execução do Contrato nº 45/2014 fica prorrogado por sessenta dias, até o dia 21 de agosto de 2015.

Cláusula Segunda - Da Vigência

O prazo de vigência do Contrato nº 45/2014 fica prorrogado até o dia 20 de outubro de 2015.

Cláusula Terceira - Das Disposições Finais

Estas alterações se fazem nos moldes da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações. As demais cláusulas e disposições do Contrato 82/2011 permanecem inalteradas e em vigor.

E por estarem justos e contratados, as partes firmam o presente instrumento, em 03 (três) vias de igual teor e forma, obrigando-se a cumprir fielmente o que nele ficou convencionado.

Campo Alegre/SC, 17 de junho de 2015.

LUCILAINE MOKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Contratante

PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA

Contratada

ADITIVO CONTRATUAL 74/2015

ADITIVO CONTRATUAL Nº 74/2015.

Considerando o Ofício nº 025/2015, recebido do Serviço de Planejamento e Obras, solicitando acréscimo e supressão de quantitativos ao contrato nº 100/2014;

Considerando autorização a da Autoridade Superior pela alteração do Contrato nº 100/2014 (originado do Processo Licitatório nº 107/2014, Tomada de Preços);

As partes contratantes RESOLVEM de comum acordo, acrescer e suprimir quantitativos ao Contrato nº 100/2014, conforme segue:

TERCEIRO ADITIVO DE CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM DE

UM LADO O MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE E DE OUTRO LADO A EMPRESA BRUVETEC ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA.

Pelo presente instrumento particular de aditivo contratual que entre si celebram de um lado o MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.749/0001-77, com sede a Rua Cel. Bueno Franco, 292, centro, cidade de Campo Alegre-SC, neste ato representada Secretária Municipal de Administração Sra. Lucilaine Mokfa Schwarz, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE e de outro lado a empresa BRUVETEC ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 05.401.426/0001-70, com sede a Rua Roberto Martim, nº 170, Centro, cidade de Rio Negrinho-SC, representada por Marcion Luiz Veiga, CPF nº 765.255.469-15, doravante denominado simplesmente CONTRATADA, tem entre si certo e ajustado que o contrato nº 101/2014, passará a vigorar com as seguintes alterações:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO ACRESCIMO E SUPRESSÃO DE QUANTITATIVOS

ACRESCE e SUPRIME do contrato nº 100/2015 os seguintes serviços/fornecimento e valores:

Considerando que o valor a ACRESCER é de R\$ 15.944,46 (quinze mil novecentos e quarenta e quatro reais e quarenta e seis centavos) e o valor a SUPRIMIR é de R\$ 637,92 (seiscentos e trinta e sete reais e noventa e dois centavos), EMPENHE-SE o valor de 15.944,46 (quinze mil novecentos e quarenta e quatro reais e quarenta e seis centavos) referente o acréscimo.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Estas alterações se fazem nos moldes da Lei 8.666/93 e suas alterações.

As demais cláusulas e disposições do Contrato nº 100/2014, permanecem inalteradas e em vigor.

E por estarem justos e contratados, as partes firmam o presente instrumento, em 03 (três) vias de igual teor e forma, obrigando-se a cumprir fielmente o que nele ficou convencionado.

Campo Alegre, 26 de maio de 2015.

LUCILAINE MOKFA SCHWARZ Secretária Municipal de Administração CONTRATANTE	MARCION LUIZ VEIGA Bruvetec Engenharia e Construções Ltda CONTRATADA
---------------------------------------------------------------------------------	----------------------------------------------------------------------------

ADITIVO CONTRATUAL 77/2015

ADITIVO CONTRATUAL Nº 77/2015

TERMO DE PRORROGAÇÃO CONTRATUAL

Considerando o OFÍCIO Nº 026PL/2015 recebido do Serviço de Planejamento e Obras deste Município, solicitando e justificando a prorrogação da vigência do contrato nº 26/2014 (originado do Processo Licitatório nº 05/2014, modalidade Tomada de Preços); Considerando a Autorização da Autoridade Superior à prorrogação;

PRORROGA-SE o prazo de execução e vigência do Contrato nº 26/2014, com fulcro no §1º, inciso VI, Art. 57 da Lei Federal n. 8.666/93 e alterações, nos seguintes termos:

SEXTO ADITIVO DE CONTRATO QUE ENTRE SI FAZEM DE UM LADO O MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE, E DE OUTRO LADO A EMPRESA TMK ENGENHARIA EIRELI, OBJETIVANDO A PRORROGAÇÃO DO CONTRATO Nº 26/2014.

Cláusula Primeira - Da Vigência

O prazo de vigência do Contrato nº 26/2014 fica prorrogado por 30(trinta) dias até o dia 29 de junho de 2015.

Cláusula Segunda - Das Disposições Finais

Estas alterações se fazem nos moldes da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações. As demais cláusulas e disposições do contrato 26/2014 permanecem inalteradas e em vigor.

E por estarem justos e contratados, as partes firmam o presente instrumento, em 03 (três) vias de igual teor e forma, obrigando-se a cumprir fielmente o que nele ficou convencionado.

Campo Alegre/SC, 29 de maio de 2015.

LUCILAINE MOKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração
CONTRATANTE

OTAVIO FERNANDO TOMCZYK

TMK ENGENHARIA EIRELI - ME
CONTRATADA

CONTRATO DE TRABALHO TEMPORÁRIO Nº 38/2013

CONTRATO DE TRABALHO TEMPORÁRIO Nº 38/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC., Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ/MF sob nº 83.102.749/0001-77, com sede à Rua Cel. Bueno Franco, nº 292, Centro, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal Sr. Rubens Blaszkowski.

CONTRATADA: VANDERLEIA BUTHEVITZ, Professor I – Educação Infantil e Anos Iniciais, portador do CPF/MF nº 053.367.849-82, residente e domiciliado a Rua João Cristofolini, nº 26, Bairro Brasília, Município de São Bento do Sul/SC.

OBJETO: Substituição de Servidor Público Titular, prevista no Inciso X Artigo 300 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de Setembro de 2002.

PRAZO: Início: 08 de Abril de 2013;

Término: 19 de Dezembro de 2013.

REGIME JURÍDICO: Especial Administrativo, previsto no Inciso IX, do Artigo 37 da Constituição Federal, devendo sua interpretação e aplicação atender aos princípios e regras próprias ao direito não cabendo em nenhuma hipótese a contratação ser efetivada pelo Regime Celetista, conforme estabelecido pela Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de Setembro de 2002.

JUSTIFICATIVA: Realização de atividades suplementares para restaurar o padrão indispensável mínimo, ou evitar o declínio, dos serviços públicos de caráter essencial.

REMUNERAÇÃO: R\$ 1.880,49 (um mil oitocentos e oitenta reais, quarenta e nove centavos).

LOCAL DE TRABALHO: No âmbito da Secretaria Municipal Educação de Campo Alegre/SC.

HORÁRIO DE TRABALHO: O horário de trabalho da contratada é de 40 (quarenta) horas semanais.

SEGURIDADE SOCIAL: Na vigência deste Contrato, aplica-se o

Regime Geral de Previdência Social, nos termos do § 13 do Artigo 40 da Constituição da República Federativa do Brasil.

EXTINÇÃO: Este Contrato extingue-se, automaticamente pelo decurso de prazo da contratação.

RESCISÃO DE CONTRATO: A extinção do Contrato por iniciativa do contratado deverá ser comunicada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, sob pena de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do Contrato;

FORO: Fica eleito o Foro da Comarca de São Bento do Sul/SC., para dirimir quaisquer questões ou controvérsias oriundas deste Contrato.

Assim, por estarem as partes de inteiro acordo com os termos desta contratação, firmam o Contrato em duas vias de igual teor e forma, diante das testemunhas abaixo subscritas, para que surtam seus efeitos legais e jurídicos.

Campo Alegre/SC., 08 de Abril de 2013.

RUBENS BLASZKOWSKI Prefeito Municipal	VANDERLÉIA BUTHEVITZ Contratada
------------------------------------------	------------------------------------

TESTEMUNHAS:

1. _____

2. _____

CONTRATO DE TRABALHO TEMPORÁRIO Nº 39/2013

CONTRATO DE TRABALHO TEMPORÁRIO 39/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE-SC, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.749/0001-77, com sede à Rua: Cél. Bueno Franco, 292 Centro, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, senhor RUBENS BLASZKOWSKI.

CONTRATADO: LUCAS DE FARIAS, Instrutor de Educação Física, portadora do CPF nº 059605449-11, residente domiciliada a Estrada Ribeirão do Meio – Campo Alegre/ SC.

OBJETO: Realização de atividades suplementares para restaurar o padrão indispensável mínimo, prevista no Inciso VII Artigo 300 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002

PRAZO: Início: 11 de abril de 2013

Término: 11 de outubro de 2013.

REGIME JURÍDICO: Especial Administrativo, previsto no Inciso IX, do Artigo 37 da Constituição Federal, devendo sua interpretação e aplicação atender aos princípios e regras próprias ao direito não cabendo em nenhuma hipótese a contratação ser efetivada pelo Regime Celetista, conforme estabelecido pela Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002.

REMUNERAÇÃO: R\$ 1.798,77 (Um mil setecentos e noventa e oito reais e setenta e sete centavos).

LOCAL DE TRABALHO: No âmbito da Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer de Campo Alegre S/C.

HORÁRIO DE TRABALHO: O horário de trabalho da contratada é de 40 horas semanais.

SEGURIDADE SOCIAL: Na vigência deste Contrato, aplica-se o Regime Geral de Previdência Social, nos termos do § 13º do Artigo 40 da Constituição da República Federativa do Brasil.

EXTINÇÃO: Este Contrato extingue-se, automaticamente pelo decurso de prazo da contratação.

RESCISÃO DE CONTRATO: A extinção do contrato por iniciativa do contratado deverá ser comunicada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, sob pena de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato;

FORO: Fica eleito o foro da Comarca de São Bento do Sul/SC, para dirimir quaisquer questões ou controvérsias oriundas deste contrato.

Assim, por estarem as partes de inteiro acordo com os termos desta contratação, firmam o Contrato em duas vias de igual teor e forma, diante das testemunhas abaixo assinadas, para que surtam seus efeitos legais e jurídicos.

Campo Alegre "SC", 11 de abril de 2013.

RUBENS BLASZKOWSKI Prefeito Municipal	CONTRATADO: LUCAS DE FARIAS.
------------------------------------------	---------------------------------

Testemunhas:

1. _____
2. _____

CONTRATO DE TRABALHO TEMPORÁRIO Nº 40/2013

CONTRATO DE TRABALHO TEMPORÁRIO Nº 40/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC., Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ/MF sob nº 83.102.749/0001-77, com sede à Rua Cel. Bueno Franco, nº 292, Centro, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal Sr. Rubens Blazkowski.

CONTRATADA: JOSILIANE OSSOVSKY DOS SANTOS, Atendente de Sala, portadora do CPF/MF nº 037.350.719-45, residente domiciliada a Estrada Papanduvinha de Baixo, snº, Distrito Bateias de Baixo, Campo Alegre/SC.

OBJETO: Realização de atividades suplementares para restaurar o padrão indispensável mínimo, prevista no Inciso VII Artigo 300 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de Setembro de 2002.

PRAZO: Início: 11 de Abril de 2013;
Término: 19 de Dezembro de 2013.

REGIME JURÍDICO: Especial Administrativo, previsto no Inciso IX, do Artigo 37 da Constituição Federal, devendo sua interpretação e aplicação atender aos princípios e regras próprias ao direito não cabendo em nenhuma hipótese a contratação ser efetivada pelo Regime Celetista, conforme estabelecido pela Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de Setembro de 2002.

REMUNERAÇÃO: R\$ 1.064,35 (um mil e sessenta e quatro reais, trinta e cinco centavos).

LOCAL DE TRABALHO: No âmbito da Secretaria Municipal Educação do Município de Campo Alegre/SC.

HORÁRIO DE TRABALHO: O horário de trabalho da contratada é de 40 (horas) semanais.

SEGURIDADE SOCIAL: Na vigência deste Contrato, aplica-se o Regime Geral de Previdência Social, nos termos do § 13 do Artigo 40 da Constituição da República Federativa do Brasil.

EXTINÇÃO: Este Contrato extingue-se, automaticamente pelo decurso de prazo da contratação.

RESCISÃO DE CONTRATO: A extinção do Contrato por iniciativa do contratado deverá ser comunicada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, sob pena de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do Contrato;

FORO: Fica eleito o Foro da Comarca de São Bento do Sul/SC., para dirimir quaisquer questões ou controvérsias oriundas deste Contrato.

Assim, por estarem as partes de inteiro acordo com os termos desta contratação, firmam o Contrato em duas vias de igual teor e forma, diante das testemunhas abaixo assinadas, para que surtam seus efeitos legais e jurídicos.

Campo Alegre/SC., 11 de Abril de 2013.

RUBENS BLASZKOWSKI Prefeito Municipal	JOSILIANE OSSOVSKY DOS SANTOS Contratado
------------------------------------------	---------------------------------------------

TESTEMUNHAS:

1. _____
2. _____

CONTRATO DE TRABALHO TEMPORÁRIO Nº 41/2013

CONTRATO DE TRABALHO TEMPORÁRIO Nº 41/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC., Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ/MF sob nº 83.102.749/0001-77, com sede à Rua Cel. Bueno Franco, nº 292, Centro, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal Sr. Rubens Blazkowski.

CONTRATADA: ROSANE JOHANSON, Cargo Público e na Função de Atendente de Sala, portadora do CPF/MF nº 684.485.119-72, residente e domiciliada a Rua Paulo Schroeder, nº 234, Centro, Município de Campo Alegre/SC.

OBJETO: Substituição de Servidor titular, prevista no Inciso IX Artigo 300 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de Setembro de 2002

PRAZO: Início: 12 de Abril de 2013;
Término: 11 de Outubro de 2013;

REGIME JURÍDICO: Especial Administrativo, previsto no Inciso IX, do Artigo 37 da Constituição Federal, devendo sua interpretação e aplicação atender aos princípios e regras próprias ao direito não cabendo em nenhuma hipótese a contratação ser efetivada pelo Regime Celetista, conforme estabelecido pela Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de Setembro de 2002.

JUSTIFICATIVA: Substituir a Servidora Pública Titular Daniela de Souza, que está em gozo de Licença Maternidade.

REMUNERAÇÃO: R\$ 1.064,35 (um mil e sessenta e quatro reais,

trinta e cinco centavos).

LOCAL DE TRABALHO: No âmbito da Secretaria Municipal Educação do Município de Campo Alegre/SC.

HORÁRIO DE TRABALHO: O horário de trabalho do contratado é de 40 (quarenta) horas semanais.

SEGURIDADE SOCIAL: Na vigência deste Contrato, aplica-se o Regime Geral de Previdência Social, nos termos do § 13 do Artigo 40 da Constituição da República Federativa do Brasil.

EXTINÇÃO: Este Contrato extingue-se, automaticamente pelo decurso de prazo da contratação.

RESCISÃO DE CONTRATO: A extinção do Contrato por iniciativa do contratado deverá ser comunicada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, sob pena de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do Contrato;

FORO: Fica eleito o Foro da Comarca de São Bento do Sul/SC., para dirimir quaisquer questões ou controvérsias oriundas deste Contrato.

Assim, por estarem as partes de inteiro acordo com os termos desta contratação, firmam o Contrato em duas vias de igual teor e forma, diante das testemunhas abaixo subscritas, para que surtam seus efeitos legais e jurídicos.

Campo Alegre/SC., 12 de Abril de 2013.

RUBENS BLASZKOWSKI Prefeito Municipal	ROSANE JOHANSON Contratada
------------------------------------------	-------------------------------

TESTEMUNHAS:

1. _____
2. _____

CONTRATO DE TRABALHO TEMPORÁRIO Nº 42/2013

CONTRATO DE TRABALHO TEMPORÁRIO Nº 42/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC., Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ/MF sob nº 83.102.749/0001-77, com sede à Rua Cel. Bueno Franco, nº 292, Centro, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal Sr. Rubens Blaszkowski.

CONTRATADA: KELY CRISTIANE FRIEDRICH DREFAHL, Cargo Público e na Função de Atendente de Sala, portadora do CPF/MF nº 003.774.029-66, residente e domiciliada a Av. Dr. Getúlio Vargas, nº 115, Centro, Município de Campo Alegre/SC.

OBJETO: Atender necessidade temporária de excepcional interesse público, prevista no Inciso VII do Artigo 300 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de Setembro de 2002.

PRAZO: Início: 12 de Abril de 2013;
Término: 11 de Outubro de 2013.

REGIME JURÍDICO: Especial Administrativo, previsto no Inciso IX, do Artigo 37 da Constituição Federal, devendo sua interpretação e aplicação atender aos princípios e regras próprias ao direito não cabendo em nenhuma hipótese a contratação ser efetivada pelo Regime Celetista, conforme estabelecido pela Lei Complementar

Municipal nº 006 de 19 de Setembro de 2002.

JUSTIFICATIVA: Realização de atividades suplementares para restaurar o padrão indispensável mínimo, ou evitar o declínio, dos serviços públicos de caráter essencial.

REMUNERAÇÃO: R\$ 1.064,35 (um mil sessenta e quatro reais, trinta e cinco centavos).

LOCAL DE TRABALHO: No âmbito da Secretaria Municipal Educação do Município de Campo Alegre/SC.

HORÁRIO DE TRABALHO: O horário de trabalho do contratado é de 40 (quarenta) horas semanais.

SEGURIDADE SOCIAL: Na vigência deste Contrato, aplica-se o Regime Geral de Previdência Social, nos termos do § 13 do Artigo 40 da Constituição da República Federativa do Brasil.

EXTINÇÃO: Este Contrato extingue-se, automaticamente pelo decurso de prazo da contratação.

RESCISÃO DE CONTRATO: A extinção do Contrato por iniciativa do contratado deverá ser comunicada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, sob pena de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do Contrato.

FORO: Fica eleito o Foro da Comarca de São Bento do Sul/SC., para dirimir quaisquer questões ou controvérsias oriundas deste Contrato.

Assim, por estarem as partes de inteiro acordo com os termos desta contratação, firmam o Contrato em duas vias de igual teor e forma, diante das testemunhas abaixo subscritas, para que surtam seus efeitos legais e jurídicos.

Campo Alegre/SC., 12 de Abril de 2013.

RUBENS BLASZKOWSKI Prefeito Municipal	KELY CRISTIANE FRIEDRICH DREFAHL Contratada
------------------------------------------	------------------------------------------------

TESTEMUNHAS:

1. _____
2. _____

CONTRATO DE TRABALHO TEMPORÁRIO Nº 43/2013

CONTRATO DE TRABALHO TEMPORÁRIO Nº 43/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC., Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ/MF sob nº 83.102.749/0001-77, com sede à Rua Cel. Bueno Franco, nº 292, Centro, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal Sr. Rubens Blaszkowski.

CONTRATADA: SIMONE CARDOSO BORGES BINNER, no Cargo Público de Agente Operacional I, na Função de Auxiliar de Serviços Gerais, portadora do CPF/MF nº 970.184.149-20, residente e domiciliada a Rua Ricardo Fuckner, nº 38, Bairro Cascatas, Município de Campo Alegre/SC.

OBJETO: Realização de atividades suplementares para restaurar o padrão indispensável mínimo, prevista no Inciso VII Artigo 300 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de Setembro de 2002.

PRAZO: Início: 12 de Abril de 2013;

Término: 11 de Outubro de 2013.

REGIME JURÍDICO: Especial Administrativo, previsto no Inciso IX, do Artigo 37 da Constituição Federal, devendo sua interpretação e aplicação atender aos princípios e regras próprias ao direito não cabendo em nenhuma hipótese a contratação ser efetivada pelo Regime Celetista, conforme estabelecido pela Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de Setembro de 2002.

REMUNERAÇÃO: R\$ 670,66 (seiscentos e setenta reais, sessenta e seis centavos).

LOCAL DE TRABALHO: No âmbito da Secretaria Municipal Administração do Município de Campo Alegre/SC.

HORÁRIO DE TRABALHO: O horário de trabalho da contratada é de 40 (quarenta) horas semanais.

SEGURIDADE SOCIAL: Na vigência deste Contrato, aplica-se o Regime Geral de Previdência Social, nos termos do § 13 do Artigo 40 da Constituição da República Federativa do Brasil.

EXTINÇÃO: Este Contrato extingue-se, automaticamente pelo decurso de prazo da contratação.

RESCISÃO DE CONTRATO: A extinção do Contrato por iniciativa do contratado deverá ser comunicada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, sob pena de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do Contrato.

FORO: Fica eleito o Foro da Comarca de São Bento do Sul/SC., para dirimir quaisquer questões ou controvérsias oriundas deste Contrato.

Assim, por estarem as partes de inteiro acordo com os termos desta contratação, firmam o Contrato em duas vias de igual teor e forma, diante das testemunhas abaixo assinadas, para que surtam seus efeitos legais e jurídicos.

Campo Alegre/SC., 12 de Abril de 2013.

RUBENS BLASZKOWSKI Prefeito Municipal	SIMONE CARDOSO BORGES BINNER Contratada
------------------------------------------	--------------------------------------------

TESTEMUNHAS:

1. _____

2. _____

CONTRATO DE TRABALHO TEMPORÁRIO Nº 44/2013

CONTRATO DE TRABALHO TEMPORÁRIO Nº 44/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC., Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ/MF sob nº 83.102.749/0001-77, com sede à Rua Cel. Bueno Franco, nº 292, Centro, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal Sr. Rubens Blaszowski.

CONTRATADA: EROTIDES URBANEK PETROCEFSKI, no Cargo Público de Professor I, na Função de professor da Educação Infantil e Anos Iniciais, portadora do CPF/MF nº 399.811.269-34, residente e domiciliada na Estrada Fundão, nº 1.662, Bairro de Mato Preto, Município de São Bento do Sul/SC.

OBJETO: Realização de atividades suplementares para restaurar o padrão indispensável mínimo, prevista no Inciso VII Artigo 300 da

Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de Setembro de 2002.

PRAZO: Início: 15 de Abril de 2013;

Término: 15 de Outubro de 2013;

REGIME JURÍDICO: Especial Administrativo, previsto no Inciso IX, do Artigo 37 da Constituição Federal, devendo sua interpretação e aplicação atender aos princípios e regras próprias ao direito não cabendo em nenhuma hipótese a contratação ser efetivada pelo Regime Celetista, conforme estabelecido pela Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de Setembro de 2002.

REMUNERAÇÃO: R\$ 1.880,49 (um mil oitocentos e oitenta reais, quarenta e nove centavos).

LOCAL DE TRABALHO: No âmbito da Secretaria Municipal Educação do Município de Campo Alegre/SC.

HORÁRIO DE TRABALHO: O horário de trabalho da contratada é de 40 (quarenta) horas semanais.

SEGURIDADE SOCIAL: Na vigência deste Contrato, aplica-se o Regime Geral de Previdência Social, nos termos do § 13 do Artigo 40 da Constituição da República Federativa do Brasil.

EXTINÇÃO: Este Contrato extingue-se, automaticamente pelo decurso de prazo da contratação.

RESCISÃO DE CONTRATO: A extinção do Contrato por iniciativa do contratado deverá ser comunicada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, sob pena de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do Contrato.

FORO: Fica eleito o Foro da Comarca de São Bento do Sul/SC., para dirimir quaisquer questões ou controvérsias oriundas deste Contrato.

Assim, por estarem as partes de inteiro acordo com os termos desta contratação, firmam o Contrato em duas vias de igual teor e forma, diante das testemunhas abaixo assinadas, para que surtam seus efeitos legais e jurídicos.

Campo Alegre/SC., 15 de Abril de 2013.

RUBENS BLASZKOWSKI Prefeito Municipal	EROTIDES URBANEK PETROCEFSKI Contratada
------------------------------------------	--------------------------------------------

TESTEMUNHAS:

1. _____

2. _____

CONTRATO DE TRABALHO TEMPORÁRIO Nº 45/2013

CONTRATO DE TRABALHO TEMPORÁRIO Nº 45/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC., Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ/MF sob nº 83.102.749/0001-77, com sede à Rua Cel. Bueno Franco, nº 292, Centro, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal Sr. Rubens Blaszowski.

CONTRATADA: MARIA NOGUEIRA DE LIMA SILVA, no Cargo Público de Professor I, na Função de da Educação Infantil e Anos Iniciais, portadora do CPF/MF nº 051.496.089-20, residente e domiciliada a Rua Nereu Ramos, nº 446, Centro, Campo Alegre/SC.

OBJETO: Realização de atividades suplementares para restaurar o padrão indispensável mínimo, prevista no Inciso VII Artigo 300 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de Setembro de 2002.

PRAZO: Início: 06 de Maio de 2013;
Término: 19 de Dezembro de 2013.

REGIME JURÍDICO: Especial Administrativo, previsto no Inciso IX, do Artigo 37 da Constituição Federal, devendo sua interpretação e aplicação atender aos princípios e regras próprias ao direito não cabendo em nenhuma hipótese a contratação ser efetivada pelo Regime Celetista, conforme estabelecido pela Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de Setembro de 2002.

REMUNERAÇÃO: R\$ 1.880,49 (um mil e oitocentos e oitenta reais, quarenta e nove centavos).

LOCAL DE TRABALHO: No âmbito da Secretaria Municipal Educação do Município de Campo Alegre/SC.

HORÁRIO DE TRABALHO: O horário de trabalho da contratada é de 40 (quarenta) horas semanais.

SEGURIDADE SOCIAL: Na vigência deste Contrato, aplica-se o Regime Geral de Previdência Social, nos termos do § 13 do Artigo 40 da Constituição da República Federativa do Brasil.

EXTINÇÃO: Este Contrato extingue-se, automaticamente pelo decurso de prazo da contratação.

RESCISÃO DE CONTRATO: A extinção do Contrato por iniciativa do contratado deverá ser comunicada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, sob pena de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do Contrato.

FORO: Fica eleito o Foro da Comarca de São Bento do Sul/SC., para dirimir quaisquer questões ou controvérsias oriundas deste Contrato.

Assim, por estarem as partes de inteiro acordo com os termos desta contratação, firmam o Contrato em duas vias de igual teor e forma, diante das testemunhas abaixo assinadas, para que surtam seus efeitos legais e jurídicos.

Campo Alegre/SC., 06 de Maio de 2013.

RUBENS BLASZKOWSKI Prefeito Municipal	MARIA NOGUEIRA DE LIMA SILVA Contratada
------------------------------------------	--------------------------------------------

TESTEMUNHAS:

1. _____

2. _____

CONTRATO DE TRABALHO TEMPORÁRIO Nº 46/2013
CONTRATO DE TRABALHO TEMPORÁRIO Nº 46/2013
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC., Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ/MF sob nº 83.102.749/0001-77, com sede à Rua Cel. Bueno Franco, nº 292, Centro, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal Sr. Rubens Blazkowski.

CONTRATADO: PAULO RICARDO DA COSTA LOPES, no Cargo Público Médico I, portador do CPF/MF nº 789.979.769-15, residente e domiciliado a Rua Germano Wetzel, nº 499, Bairro Bom Retiro,

Município de Joinville/SC.

OBJETO: Atender necessidade temporária de excepcional interesse público, prevista no Inciso VII, do Artigo 300 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de Setembro de 2002, até a contratação de servidor mediante Concurso Público Municipal.

PRAZO: Início: 06 de Maio de 2013;
Término 06 de Novembro de 2013.

REGIME JURÍDICO: Especial Administrativo, previsto no Inciso IX, do Artigo 37 da Constituição Federal, devendo sua interpretação e aplicação atender aos princípios e regras próprias ao direito não cabendo em nenhuma hipótese a contratação ser efetivada pelo Regime Celetista, conforme estabelecido pela Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de Setembro de 2002, cujo texto e conteúdo o contratado declara conhecer e anuir, especialmente os Artigos 299 a 312 da respectiva Lei.

REMUNERAÇÃO: R\$ 2.767,38 (dois mil setecentos e sessenta e sete reais, trinta e oito centavos), mais 50% (cincoenta por cento) de Gratificação Especial Médica, e 20% (vinte por cento) sobre o salário mínimo vigente por serviço insalubre.

LOCAL DE TRABALHO: No âmbito da Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social, do Município de Campo Alegre/SC.

HORÁRIO DE TRABALHO: O horário de trabalho do contratado é de 20 (vinte) horas semanais.

SEGURIDADE SOCIAL: Na vigência deste Contrato, aplica-se o Regime Geral de Previdência Social, nos termos do § 13 do Artigo 40 da Constituição da República Federativa do Brasil.

EXTINÇÃO: Este Contrato extingue-se, automaticamente pelo decurso de prazo da contratação.

RESCISÃO DE CONTRATO: A extinção do Contrato por iniciativa do contratado, deverá ser comunicada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, sob pena de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do Contrato. No caso de aviso prévio no prazo consignado, o contratado fica isento do pagamento de multa.

FORO: Fica eleito o Foro da Comarca de São Bento do Sul/SC., para dirimir quaisquer questões ou controvérsias oriundas deste Contrato.

Assim, por estarem as partes de inteiro acordo com os termos desta contratação, firmam o Contrato em duas vias de igual teor e forma, diante das testemunhas abaixo assinadas, para que surtam seus efeitos legais e jurídicos.

Campo Alegre/SC., 06 de Maio de 2013.

RUBENS BLASZKOWSKI Prefeito Municipal	PAULO RICARDO DA COSTA LOPES Contratada
------------------------------------------	--------------------------------------------

TESTEMUNHAS:

1. _____

2. _____

CONTRATO DE TRABALHO TEMPORÁRIO Nº 47/2013

CONTRATO DE TRABALHO TEMPORÁRIO Nº 47/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC., Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ/MF sob nº 83.102.749/0001-77, com sede à Rua Cel. Bueno Franco, nº 292, Centro, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal Sr. Rubens Blaszkowski.

CONTRATADA: GABRIELA TIBES BUENO, professor IV – Matemática, portador do CPF/MF nº 059.663.699-76, residente e domiciliada a Rua Daniela Patrícia Mengarda, nº 375, Bairro Rio Negro, Município de São Bento do Sul/SC.

OBJETO: Realização de atividades suplementares para restaurar o padrão indispensável mínimo, prevista no Inciso VII Artigo 300 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de Setembro de 2002.

PRAZO: Início: 09 de Maio de 2013;
Término: 19 de Dezembro de 2013.

REGIME JURÍDICO: Especial Administrativo, previsto no Inciso IX, do Artigo 37 da Constituição Federal, devendo sua interpretação e aplicação atender aos princípios e regras próprias ao direito não cabendo em nenhuma hipótese a contratação ser efetivada pelo Regime Celetista, conforme estabelecido pela Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de Setembro de 2002.

REMUNERAÇÃO: R\$ 1.175,31 (um mil cento e setenta e cinco reais, trinta e um centavos).

LOCAL DE TRABALHO: No âmbito da Secretaria Municipal Educação de Campo Alegre/SC.

HORÁRIO DE TRABALHO: O horário de trabalho da contratada é de 30 (trinta) horas semanais.

SEGURIDADE SOCIAL: Na vigência deste Contrato, aplica-se o Regime Geral de Previdência Social, nos termos do § 13 do Artigo 40 da Constituição da República Federativa do Brasil.

EXTINÇÃO: Este Contrato extingue-se, automaticamente pelo decurso de prazo da contratação.

RESCISÃO DE CONTRATO: A extinção do Contrato por iniciativa do contratado deverá ser comunicada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, sob pena de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do Contrato.

FORO: Fica eleito o Foro da Comarca de São Bento do Sul/SC., para dirimir quaisquer questões ou controvérsias oriundas deste Contrato.

Assim, por estarem as partes de inteiro acordo com os termos desta contratação, firmam o Contrato em duas vias de igual teor e forma, diante das testemunhas abaixo assinadas, para que surtam seus efeitos legais e jurídicos.

Campo Alegre/SC., 09 de Maio de 2013.

RUBENS BLASZKOWSKI Prefeito Municipal	GABRIELA TIBES BUENO Contratada
------------------------------------------	------------------------------------

TESTEMUNHAS:

1. _____
2. _____

CONTRATO DE TRABALHO TEMPORÁRIO Nº 48/2013

CONTRATO DE TRABALHO TEMPORÁRIO Nº 48/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC., Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ/MF sob nº 83.102.749/0001-77, com sede à Rua Cel. Bueno Franco, nº 292, Centro, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal Sr. Rubens Blaszkowski.

CONTRATADA: EVELYN STOCKCHNEIDER, no Cargo Público de Professor IV, na função de Professor de Inglês, portadora do CPF/MF nº 047.849.459-97, residente e domiciliada a Rua José Weiss, nº 44, Cxa. Postal nº 01, – Bairro Boehmerwald, Município de São Bento do Sul/SC.

OBJETO: Realização de atividades suplementares para restaurar o padrão indispensável mínimo, prevista no Inciso VII Artigo 300 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de Setembro de 2002.

PRAZO: Início: 03 de Junho de 2013;
Término: 19 de Dezembro de 2013.

REGIME JURÍDICO: Especial Administrativo, previsto no Inciso IX, do Artigo 37 da Constituição Federal, devendo sua interpretação e aplicação atender aos princípios e regras próprias ao direito não cabendo em nenhuma hipótese a contratação ser efetivada pelo Regime Celetista, conforme estabelecido pela Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de Setembro de 2002.

REMUNERAÇÃO: R\$ 940,25 (novecentos e quarenta reais, vinte cinco centavos).

LOCAL DE TRABALHO: No âmbito da Secretaria Municipal Educação do Município de Campo Alegre/SC.

HORÁRIO DE TRABALHO: O horário de trabalho da contratada é de 20 (vinte) horas semanais.

SEGURIDADE SOCIAL: Na vigência deste Contrato, aplica-se o Regime Geral de Previdência Social, nos termos do § 13 do Artigo 40 da Constituição da República Federativa do Brasil.

EXTINÇÃO: Este Contrato extingue-se, automaticamente pelo decurso de prazo da contratação.

RESCISÃO DE CONTRATO: A extinção do Contrato por iniciativa do contratado deverá ser comunicada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, sob pena de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do Contrato.

FORO: Fica eleito o Foro da Comarca de São Bento do Sul/SC., para dirimir quaisquer questões ou controvérsias oriundas deste Contrato.

Assim, por estarem as partes de inteiro acordo com os termos desta contratação, firmam o Contrato em duas vias de igual teor e forma, diante das testemunhas abaixo assinadas, para que surtam seus efeitos legais e jurídicos.

Campo Alegre/SC., 03 de Junho de 2013.

RUBENS BLASZKOWSKI Prefeito Municipal	EVELYN STOCKCHNEIDER Contratada
------------------------------------------	------------------------------------

TESTEMUNHAS:

1. _____
2. _____

CONTRATO DE TRABALHO TEMPORÁRIO Nº 49/2013

CONTRATO DE TRABALHO TEMPORÁRIO Nº 49/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC., Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ/MF sob nº 83.102.749/0001-77, com sede à Rua Cel. Bueno Franco, nº 292, Centro, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal Sr. Rubens Blaszkowski.

CONTRATADA: ANA RITA MEISTER, no Cargo Público de Professor IV, na Função de Professor de Inglês, portadora do CPF/MF nº 007.009.039-41, residente e domiciliada na Rua Aníbal Rudnick Baptista, nº 20, Distrito de Fragosos, Município de Campo Alegre/SC.

OBJETO: Realização de atividades suplementares para restaurar o padrão indispensável mínimo, prevista no Inciso VII Artigo 300 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de Setembro de 2002

PRAZO: Início: 05 de Junho de 2013;
Término: 19 de Dezembro de 2013.

REGIME JURÍDICO: Especial Administrativo, previsto no Inciso IX, do Artigo 37 da Constituição Federal, devendo sua interpretação e aplicação atender aos princípios e regras próprias ao direito não cabendo em nenhuma hipótese a contratação ser efetivada pelo Regime Celetista, conforme estabelecido pela Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de Setembro de 2002.

REMUNERAÇÃO: R\$ 783,54 (setecentos e oitenta e três reais, cinquenta e quatro centavos).

LOCAL DE TRABALHO: No âmbito da Secretaria Municipal Educação do Município de Campo Alegre/SC.

HORÁRIO DE TRABALHO: O horário de trabalho da contratada é de 20 (vinte) horas semanais.

SEGURIDADE SOCIAL: Na vigência deste Contrato, aplica-se o Regime Geral de Previdência Social, nos termos do § 13 do Artigo 40 da Constituição da República Federativa do Brasil.

EXTINÇÃO: Este Contrato extingue-se, automaticamente pelo decurso de prazo da contratação.

RESCISÃO DE CONTRATO: A extinção do Contrato por iniciativa do contratado deverá ser comunicada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, sob pena de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do Contrato.

FORO: Fica eleito o Foro da Comarca de São Bento do Sul/SC., para dirimir quaisquer questões ou controvérsias oriundas deste Contrato.

Assim, por estarem as partes de inteiro acordo com os termos desta contratação, firmam o Contrato em duas vias de igual teor e forma, diante das testemunhas abaixo assinadas, para que surtam seus efeitos legais e jurídicos.

Campo Alegre/SC., 05 de Junho de 2013.

RUBENS BLASZKOWSKI Prefeito Municipal	ANA RITA MEISTER Contratada
------------------------------------------	--------------------------------

TESTEMUNHAS:

1. _____
2. _____

CONTRATO DE TRABALHO TEMPORÁRIO Nº 50/2013

CONTRATO DE TRABALHO TEMPORÁRIO Nº 51/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC., Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ/MF sob nº 83.102.749/0001-77, com sede à Rua Cel. Bueno Franco, nº 292, Centro, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal Sr. Rubens Blaszkowski.

CONTRATADA: MARILENE APARECIDA BINNER, no Cargo Público de Agente Operacional I, na Função de Auxiliar de Serviços Gerais, portadora do CPF/MF nº 059.064.339-88, residente e domiciliada na Rua das Flores, nº 170, Bairro Cascatas, Município de Campo Alegre/SC.

OBJETO: Realização de atividades suplementares para restaurar o padrão indispensável mínimo, prevista no Inciso VII Artigo 300 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de Setembro de 2002.

PRAZO: Início: 20 de Junho de 2013;
Término: 20 de Dezembro de 2013.

REGIME JURÍDICO: Especial Administrativo, previsto no Inciso IX, do Artigo 37 da Constituição Federal, devendo sua interpretação e aplicação atender aos princípios e regras próprias ao direito não cabendo em nenhuma hipótese a contratação ser efetivada pelo Regime Celetista, conforme estabelecido pela Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de Setembro de 2002.

REMUNERAÇÃO: R\$ 670,66 (seiscentos e setenta reais, sessenta e seis centavos).

LOCAL DE TRABALHO: No âmbito da Secretaria Municipal Educação do Município de Campo Alegre/SC.

HORÁRIO DE TRABALHO: O horário de trabalho da contratada é de 40 (quarenta) horas semanais.

SEGURIDADE SOCIAL: Na vigência deste Contrato, aplica-se o Regime Geral de Previdência Social, nos termos do § 13 do Artigo 40 da Constituição da República Federativa do Brasil.

EXTINÇÃO: Este Contrato extingue-se, automaticamente pelo decurso de prazo da contratação.

RESCISÃO DE CONTRATO: A extinção do Contrato por iniciativa do contratado deverá ser comunicada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, sob pena de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do Contrato;

FORO: Fica eleito o Foro da Comarca de São Bento do Sul/SC., para dirimir quaisquer questões ou controvérsias oriundas deste Contrato.

Assim, por estarem as partes de inteiro acordo com os termos desta contratação, firmam o Contrato em duas vias de igual teor e forma, diante das testemunhas abaixo assinadas, para que surtam seus efeitos legais e jurídicos.

Campo Alegre/SC., 20 de Junho de 2013.

RUBENS BLASZKOWSKI Prefeito Municipal	MARILENE APARECIDA BINNER Contratada
------------------------------------------	-----------------------------------------

TESTEMUNHAS:

1. _____
2. _____

CONTRATO DE TRABALHO TEMPORÁRIO Nº 51/2013

CONTRATO DE TRABALHO TEMPORÁRIO Nº 51/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC., Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ/MF sob nº 83.102.749/0001-77, com sede à Rua Cel. Bueno Franco, nº 292, Centro, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal Sr. Rubens Blaszkowski.

CONTRATADA: MARILENE APARECIDA BINNER, no Cargo Público de Agente Operacional I, na Função de Auxiliar de Serviços Gerais, portadora do CPF/MF nº 059.064.339-88, residente e domiciliada na Rua das Flores, nº 170, Bairro Cascatas, Município de Campo Alegre/SC.

OBJETO: Realização de atividades suplementares para restaurar o padrão indispensável mínimo, prevista no Inciso VII Artigo 300 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de Setembro de 2002.

PRAZO: Início: 20 de Junho de 2013;
Término: 20 de Dezembro de 2013.

REGIME JURÍDICO: Especial Administrativo, previsto no Inciso IX, do Artigo 37 da Constituição Federal, devendo sua interpretação e aplicação atender aos princípios e regras próprias ao direito não cabendo em nenhuma hipótese a contratação ser efetivada pelo Regime Celetista, conforme estabelecido pela Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de Setembro de 2002.

REMUNERAÇÃO: R\$ 670,66 (seiscentos e setenta reais, sessenta e seis centavos).

LOCAL DE TRABALHO: No âmbito da Secretaria Municipal Educação do Município de Campo Alegre/SC.

HORÁRIO DE TRABALHO: O horário de trabalho da contratada é de 40 (quarenta) horas semanais.

SEGURIDADE SOCIAL: Na vigência deste Contrato, aplica-se o Regime Geral de Previdência Social, nos termos do § 13 do Artigo 40 da Constituição da República Federativa do Brasil.

EXTINÇÃO: Este Contrato extingue-se, automaticamente pelo decurso de prazo da contratação.

RESCISÃO DE CONTRATO: A extinção do Contrato por iniciativa do contratado deverá ser comunicada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, sob pena de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do Contrato;

FORO: Fica eleito o Foro da Comarca de São Bento do Sul/SC., para dirimir quaisquer questões ou controvérsias oriundas deste Contrato.

Assim, por estarem as partes de inteiro acordo com os termos desta contratação, firmam o Contrato em duas vias de igual teor e forma, diante das testemunhas abaixo assinadas, para que surtam seus efeitos legais e jurídicos.

Campo Alegre/SC., 20 de Junho de 2013.

RUBENS BLASZKOWSKI Prefeito Municipal	MARILENE APARECIDA BINNER Contratada
------------------------------------------	-----------------------------------------

TESTEMUNHAS:

1. _____
2. _____

CONTRATO DE TRABALHO TEMPORÁRIO Nº 52/2013

CONTRATO DE TRABALHO TEMPORÁRIO Nº 52/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC., Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ/MF sob nº 83.102.749/0001-77, com sede à Rua Cel. Bueno Franco, nº 292, Centro, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal Sr. Rubens Blaszkowski.

CONTRATADO: RAFAEL NEGHERBON, Cargo Público na Função de Motorista, portador do CPF/MF nº 006.357.139-00, residente e domiciliado na Rua Cel. Raymundo Munhoz, nº 1.023, Cxa. nº 01, Bairro Cascatas, Município de Campo Alegre/SC.

OBJETO: Atender necessidade temporária de excepcional interesse público, prevista no Inciso VII do Artigo 300 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de Setembro de 2002.

PRAZO: Início: 17 de Julho de 2013;
Término: 17 de Janeiro de 2014.

REGIME JURÍDICO: Especial Administrativo, previsto no Inciso IX, do Artigo 37 da Constituição Federal, devendo sua interpretação e aplicação atender aos princípios e regras próprias ao direito não cabendo em nenhuma hipótese a contratação ser efetivada pelo Regime Celetista, conforme estabelecido pela Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de Setembro de 2002.

REMUNERAÇÃO: R\$ 925,52 (novecentos e vinte cinco reais, cinquenta centavos).

LOCAL DE TRABALHO: No âmbito da Secretaria Municipal Educação do Município de Campo Alegre/SC.

HORÁRIO DE TRABALHO: O horário de trabalho do contratado é de 40 (quarenta) horas semanais.

SEGURIDADE SOCIAL: Na vigência deste Contrato, aplica-se o Regime Geral de Previdência Social, nos termos do § 13 do Artigo 40 da Constituição da República Federativa do Brasil.

EXTINÇÃO: Este Contrato extingue-se, automaticamente pelo decurso de prazo da contratação.

RESCISÃO DE CONTRATO: A extinção do Contrato por iniciativa do contratado deverá ser comunicada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, sob pena de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do Contrato.

FORO: Fica eleito o Foro da Comarca de São Bento do Sul/SC., para dirimir quaisquer questões ou controvérsias oriundas deste Contrato.

Assim, por estarem as partes de inteiro acordo com os termos desta contratação, firmam o Contrato em duas vias de igual teor e forma, diante das testemunhas abaixo assinadas, para que surtam seus efeitos legais e jurídicos.

Campo Alegre/SC., 17 de Julho de 2013.

RUBENS BLASZKOWSKI Prefeito Municipal	RAFAEL NEGHERBON Contratado
------------------------------------------	--------------------------------

TESTEMUNHAS:

1. _____
2. _____

CONTRATO DE TRABALHO TEMPORÁRIO Nº 53/2013

CONTRATO DE TRABALHO TEMPORÁRIO Nº 53/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC., Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ/MF sob nº 83.102.749/0001-77, com sede à Rua Cel. Bueno Franco, nº 292, Centro, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal Sr. Rubens Blaszkowski.

CONTRATADA: VANESSA GABRIELA SCHWARZ DA CRUZ, Cargo Público de Técnico em Nível Médio, na Função de Técnico em Processamento de Dados, portadora do CPF/MF nº 036.982.139-40, residente e domiciliada a Rua Eugênio Duarte, snº, Bairro Santo Antônio, Campo Alegre/SC.

OBJETO: Atender necessidade temporária de excepcional interesse público, prevista no Inciso VII do Artigo 300 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de Setembro de 2002.

PRAZO: Início: 01 de Agosto de 2013;
Término: 31 de Janeiro de 2014.

REGIME JURÍDICO: Especial Administrativo, previsto no Inciso IX, do Artigo 37 da Constituição Federal, devendo sua interpretação e aplicação atender aos princípios e regras próprias ao direito não cabendo em nenhuma hipótese a contratação ser efetivada pelo Regime Celetista, conforme estabelecido pela Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de Setembro de 2002.

REMUNERAÇÃO: R\$ 1.383,67 (hum mil trezentos e oitenta e três reais, sessenta e sete centavos).

LOCAL DE TRABALHO: No âmbito da Secretaria Municipal de Administração do Município de Campo Alegre/SC.

HORÁRIO DE TRABALHO: O horário de trabalho da contratada é de 40 (quarenta) horas semanais.

SEGURIDADE SOCIAL: Na vigência deste Contrato, aplica-se o Regime Geral de Previdência Social, nos termos do § 13 do Artigo 40 da Constituição da República Federativa do Brasil.

EXTINÇÃO: Este Contrato extingue-se, automaticamente pelo decurso de prazo da contratação.

RESCISÃO DE CONTRATO: A extinção do Contrato por iniciativa do contratado deverá ser comunicada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, sob pena de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do Contrato.

FORO: Fica eleito o Foro da Comarca de São Bento do Sul/SC., para dirimir quaisquer questões ou controvérsias oriundas deste Contrato.

Assim, por estarem as partes de inteiro acordo com os termos desta contratação, firmam o Contrato em duas vias de igual teor e forma, diante das testemunhas abaixo assinadas, para que surtam seus efeitos legais e jurídicos.

Campo Alegre/SC., 01 de Agosto de 2013.

RUBENS BLASZKOWSKI Prefeito Municipal	VANESSA GABRIELA SCHWARZ DA CRUZ Contratada
------------------------------------------	------------------------------------------------

TESTEMUNHAS:

1. _____

2. _____

CONTRATO DE TRABALHO TEMPORÁRIO Nº 54/2013

CONTRATO DE TRABALHO TEMPORÁRIO Nº 54/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC., Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ/MF sob nº 83.102.749/0001-77, com sede à Rua Cel. Bueno Franco, nº 292, Centro, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal Sr. Rubens Blaszkowski.

CONTRATADO: Dr. ALAN CEZAR GHISSI, no Cargo Público na Função de Médico IV, portador do CPF/MF nº 039.931.369-93, residente e domiciliado na Rua Bom Retiro, nº 600, Bairro Nova Brasília, Município de Joinville/SC.

OBJETO: Atender necessidade temporária de excepcional interesse público, prevista no Inciso VII do Artigo 300 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de Setembro de 2002, até a contratação de servidor mediante Concurso Público Municipal. O objeto específico do presente Contrato é o cumprimento das funções e atribuições do Cargo de Médico IV, constantes do Anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 006/02.

PRAZO: Início: 01 de Agosto de 2013;
Término: 31 de Janeiro de 2014.

REGIME JURÍDICO: Especial Administrativo, previsto no Inciso IX, do Artigo 37 da Constituição Federal, devendo sua interpretação e aplicação atender aos princípios e regras próprias ao direito não cabendo em nenhuma hipótese a contratação ser efetivada pelo Regime Celetista, conforme estabelecido pela Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de Setembro de 2002, cujo texto e conteúdo o contratado declara conhecer e anuir, especialmente os Artigos 299 a 312 da respectiva Lei.

REMUNERAÇÃO: R\$ 34,58 (trinta e quatro reais e cinquenta e oito centavos) por hora de trabalho, R\$ 12,10 por hora de adicional noturno e 40% (quarenta por cento) de gratificação especial médica prevista no Art. 117 da L.C.M. nº 006/02.

LOCAL DE TRABALHO: No âmbito da Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social, do Município de Campo Alegre/SC., com atendimento nas dependências do Hospital Salvatoriano São Luiz, sito na Rua Pe. Luiz Gilg, nº 250, Centro do Município de Campo Alegre/SC.

HORÁRIO DE TRABALHO: O horário de trabalho do contratado é de 12 (doze) horas semanais, realizada aos fins de semana.

SEGURIDADE SOCIAL: Na vigência deste Contrato, aplica-se o Regime Geral de Previdência Social, nos termos do § 13 do Artigo 40 da Constituição da República Federativa do Brasil.

EXTINÇÃO: Este Contrato extingue-se, automaticamente pelo decurso de prazo da contratação.

RESCISÃO DE CONTRATO: A extinção do Contrato por iniciativa do contratado deverá ser comunicada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, sob pena de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do Contrato.

FORO: Fica eleito o Foro da Comarca de São Bento do Sul/SC., para dirimir quaisquer questões ou controvérsias oriundas deste Contrato.

Assim, por estarem as partes de inteiro acordo com os termos desta contratação, firmam o Contrato em duas vias de igual teor e forma, diante das testemunhas abaixo assinadas, para que surtam seus efeitos legais e jurídicos.

Campo Alegre/SC., 01 de Agosto de 2013.

RUBENS BLASZKOWSKI Prefeito Municipal	Dr. ALAN CEZAR GHISSI Contratado
------------------------------------------	-------------------------------------

TESTEMUNHAS:

1. _____

2. _____

CONTRATO DE TRABALHO TEMPORÁRIO Nº 55/2013

CONTRATO DE TRABALHO TEMPORÁRIO Nº 55/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC., Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ/MF sob nº 83.102.749/0001-77, com sede à Rua Cel. Bueno Franco, nº 292, Centro, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal Sr. Rubens Blaszkowski.

CONTRATADA: MARIA SOFIA CUBAS MACHADO, no Cargo Público de Professor VII, na Função de Professor de Ciências, portadora do CPF/MF nº 023.431.709-40, residente e domiciliada na Estrada Lageado, snº, Localidade de Lageado, Campo Alegre/SC.

OBJETO: Realização de atividades suplementares para restaurar o padrão indispensável mínimo, prevista no Inciso IV Artigo 300 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de Setembro de 2002.

PRAZO: Início: 12 de Agosto de 2013;

Término: 19 de Dezembro de 2013.

REGIME JURÍDICO: Especial Administrativo, previsto no Inciso IX, do Artigo 37 da Constituição Federal, devendo sua interpretação e aplicação atender aos princípios e regras próprias ao direito não cabendo em nenhuma hipótese a contratação ser efetivada pelo Regime Celetista, conforme estabelecido pela Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de Setembro de 2002.

REMUNERAÇÃO: R\$ 1.880,49 (um mil oitocentos e oitenta reais, quarenta e nove centavos).

LOCAL DE TRABALHO: No âmbito da Secretaria Municipal Educação do Município de Campo Alegre/SC.

HORÁRIO DE TRABALHO: O horário de trabalho da contratada é de 40 (quarenta) horas semanais.

SEGURIDADE SOCIAL: Na vigência deste Contrato, aplica-se o Regime Geral de Previdência Social, nos termos do § 13 do Artigo 40 da Constituição da República Federativa do Brasil.

EXTINÇÃO: Este Contrato extingue-se, automaticamente pelo decurso de prazo da contratação.

RESCISÃO DE CONTRATO: A extinção do Contrato por iniciativa do contratado deverá ser comunicada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, sob pena de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do Contrato.

FORO: Fica eleito o foro da Comarca de São Bento do Sul/SC., para dirimir quaisquer questões ou controvérsias oriundas deste Contrato.

Assim, por estarem as partes de inteiro acordo com os termos desta contratação, firmam o Contrato em duas vias de igual teor e forma, diante das testemunhas abaixo subscritas, para que surtam

seus efeitos legais e jurídicos.

Campo Alegre/SC., 12 de Agosto de 2013.

RUBENS BLASZKOWSKI Prefeito Municipal	MARIA SOFIA CUBAS MACHADO Contratada
------------------------------------------	-----------------------------------------

TESTEMUNHAS:

1. _____

2. _____

CONTRATO DE TRABALHO TEMPORÁRIO Nº 56/2013

CONTRATO DE TRABALHO TEMPORÁRIO Nº 56/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC., Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ/MF sob nº 83.102.749/0001-77, com sede à Rua Cel. Bueno Franco, nº 292, Centro, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal Sr. Rubens Blaszkowski.

CONTRATADO: Dr. JEURI ANTONIO VARGAS PLASENCIA, médico IV, portador do CPF/MF nº 607.384.263-50, residente e domiciliado a Rua Guanabara, nº 765, Ed. Itaguara Apto. 304, Bairro Guanabara, Município/SC.

OBJETO: Atender necessidade temporária de excepcional interesse público, prevista no Inciso VII do Artigo 300 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de Setembro de 2002, até a contratação de servidor mediante Concurso Público Municipal. O objeto específico do presente Contrato é o cumprimento das funções e atribuições do Cargo Público na Função de Médico IV, constantes do Anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 006/02.

PRAZO: Início: 14 de Agosto de 2013;

Término: 14 de Fevereiro de 2014.

REGIME JURÍDICO: Especial Administrativo, previsto no Inciso IX, do Artigo 37 da Constituição Federal, devendo sua interpretação e aplicação atender aos princípios e regras próprias ao direito não cabendo em nenhuma hipótese a contratação ser efetivada pelo Regime Celetista, conforme estabelecido pela Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de Setembro de 2002, cujo texto e conteúdo o contratado declara conhecer e anuir, especialmente os Artigos 299 a 312 da respectiva Lei.

REMUNERAÇÃO: R\$ 34,58 (trinta e quatro reais e cinquenta e oito centavos) por hora de trabalho, R\$ 12,10 por hora de adicional noturno e 40% (quarenta por cento) de Gratificação Especial Médica prevista no Art. 117 da L.C.M. nº 006/02.

LOCAL DE TRABALHO: No âmbito da Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social, de Campo Alegre/SC., com atendimento nas dependências do Hospital Salvatoriano São Luiz, sito a Rua Pe. Luiz Gilg, nº 250, Centro, Município Campo Alegre/SC.

HORÁRIO DE TRABALHO: O horário de trabalho do contratado é de 24 (vinte e quatro) horas semanais, realizada no período noturno.

SEGURIDADE SOCIAL: Na vigência deste Contrato, aplica-se o Regime Geral de Previdência Social, nos termos do § 13 do Artigo 40 da Constituição da República Federativa do Brasil.

EXTINÇÃO: Este Contrato extingue-se, automaticamente pelo decurso de prazo da contratação.

RESCISÃO DE CONTRATO: A extinção do Contrato por iniciativa do contratado deverá ser comunicada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, sob pena de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do Contrato.

FORO: Fica eleito o Foro da Comarca de São Bento do Sul/SC., para dirimir quaisquer questões ou controvérsias oriundas deste Contrato.

Assim, por estarem as partes de inteiro acordo com os termos desta contratação, firmam o Contrato em duas vias de igual teor e forma, diante das testemunhas abaixo assinadas, para que surtam seus efeitos legais e jurídicos.

Campo Alegre/SC., 14 de Agosto de 2013.

RUBENS BLASZKOWSKI Prefeito Municipal	Dr. JEURI ANTONIO VARGAS PLASENCIA Contratada
------------------------------------------	--------------------------------------------------

TESTEMUNHAS:

1. _____
2. _____

CONTRATO DE TRABALHO TEMPORÁRIO Nº 57/2013

CONTRATO DE TRABALHO TEMPORÁRIO Nº 57/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC., Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ/MF sob nº 83.102.749/0001-77, com sede à Rua Cel. Bueno Franco, nº 292, Centro, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal Sr. Rubens Blaszkowski.

CONTRATADO: CAROLINE NEUMANN, no Cargo Público de Professor I, na Função de Educação Infantil e Anos Iniciais, portadora do CPF/MF nº 045.626.969-07, residente domiciliada a Rua Generoso Frágoso, nº 351, Distrito de Frágosos, Município de Campo Alegre/SC.

OBJETO: Realização de atividades suplementares para restaurar o padrão indispensável mínimo, prevista no Inciso X.

Artigo 300 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de Setembro de 2002.

PRAZO: Início: 15 de Agosto de 2013;
Término: 19 de Dezembro de 2013.

REGIME JURÍDICO: Especial Administrativo, previsto no Inciso IX, do Artigo 37 da Constituição Federal, devendo sua interpretação e aplicação atender aos princípios e regras próprias ao direito não cabendo em nenhuma hipótese a contratação ser efetivada pelo Regime Celetista, conforme estabelecido pela Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de Setembro de 2002.

REMUNERAÇÃO: R\$ 1.880,49 (um mil oitocentos e oitenta reais, quarenta e nove centavos).

LOCAL DE TRABALHO: No âmbito da Secretaria Municipal Educação do Município de Campo Alegre/SC.

HORÁRIO DE TRABALHO: O horário de trabalho da contratada é de 40 (quarenta) horas semanais.

SEGURIDADE SOCIAL: Na vigência deste Contrato, aplica-se o Regime Geral de Previdência Social, nos termos do § 13 do Artigo 40

da Constituição da República Federativa do Brasil.

EXTINÇÃO: Este Contrato extingue-se, automaticamente pelo decurso de prazo da contratação.

RESCISÃO DE CONTRATO: A extinção do Contrato por iniciativa do contratado deverá ser comunicada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, sob pena de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do Contrato;

FORO: Fica eleito o Foro da Comarca de São Bento do Sul/SC., para dirimir quaisquer questões ou controvérsias oriundas deste Contrato.

Assim, por estarem as partes de inteiro acordo com os termos desta contratação, firmam o Contrato em duas vias de igual teor e forma, diante das testemunhas abaixo assinadas, para que surtam seus efeitos legais e jurídicos.

Campo Alegre/SC., 15 de Agosto de 2013.

RUBENS BLASZKOWSKI Prefeito Municipal	CAROLINE NEUMANN Contratada
------------------------------------------	--------------------------------

TESTEMUNHAS:

1. _____
2. _____

CONTRATO DE TRABALHO TEMPORÁRIO Nº 58/2013

CONTRATO DE TRABALHO TEMPORÁRIO Nº 58/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC., Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ/MF sob nº 83.102.749/0001-77, com sede à Rua Cel. Bueno Franco, nº 292, Centro, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal Sr. Rubens Blaszkowski.

CONTRATADO: OSMAR DONIZETE CAETANO DA LUZ, Cargo Público na Função de Motorista, portador do CPF/MF nº 016.398.579-07, residente e domiciliado a Rua Oseias Roberto Nagel, nº 42, Bairro Serra Alta, Município de São Bento do Sul/SC.

OBJETO: Atender necessidade temporária de excepcional interesse público, prevista no Inciso VII do Artigo 300 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de Setembro de 2002.

PRAZO: Início: 06 de Setembro de 2013;
Término: 19 de Dezembro de 2013.

REGIME JURÍDICO: Especial Administrativo, previsto no Inciso IX, do Artigo 37 da Constituição Federal, devendo sua interpretação e aplicação atender aos princípios e regras próprias ao direito não cabendo em nenhuma hipótese a contratação ser efetivada pelo Regime Celetista, conforme estabelecido pela Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de Setembro de 2002.

REMUNERAÇÃO: R\$ 925,52 (novecentos e vinte cinco reais, cinquenta e dois centavos).

LOCAL DE TRABALHO: No âmbito da Secretaria Municipal Educação do Município de Campo Alegre/SC.

HORÁRIO DE TRABALHO: O horário de trabalho da contratada é de 40 (quarenta) horas semanais.

SEGURIDADE SOCIAL: Na vigência deste Contrato, aplica-se o Regime Geral de Previdência Social, nos termos do § 13 do Artigo 40 da Constituição da República Federativa do Brasil.

EXTINÇÃO: Este Contrato extingue-se, automaticamente pelo decurso de prazo da contratação.

RESCISÃO DE CONTRATO: A extinção do contrato por iniciativa do contratado deverá ser comunicada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, sob pena de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato;

FORO: Fica eleito o Foro da Comarca de São Bento do Sul/SC., para dirimir quaisquer questões ou controvérsias oriundas deste contrato.

Assim, por estarem as partes de inteiro acordo com os termos desta contratação, firmam o Contrato em duas vias de igual teor e forma, diante das testemunhas abaixo assinadas, para que surtam seus efeitos legais e jurídicos.

Campo Alegre/SC., 06 de Setembro de 2013.

RUBENS BLASZKOWSKI Prefeito Municipal	OSMAR DONIZETE CAETANO DA LUZ Contratada
------------------------------------------	---------------------------------------------

TESTEMUNHAS:

1. _____

2. _____

CONTRATO DE TRABALHO TEMPORÁRIO Nº 59/2013

CONTRATO DE TRABALHO TEMPORÁRIO Nº 59/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC., Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ/MF sob nº 83.102.749/0001-77, com sede à Rua Cel. Bueno Franco, nº 292, Centro, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal Sr. Rubens Blaszkowski.

CONTRATADO: MARCIO KRUGER, no Cargo Público na Função de Motorista, portador do CPF/MF nº 004.062.359-96, residente e domiciliado a Rua Horst Walter, nº 167, Bairro Belo Horizonte, Município de Campo Alegre/SC.

OBJETO: Atender necessidade temporária de excepcional interesse público, prevista no Inciso VII do Artigo 300 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de Setembro de 2002.

PRAZO: Início: 09 de Setembro de 2013;

Término: 19 de Dezembro de 2013.

REGIME JURÍDICO: Especial Administrativo, previsto no Inciso IX, do Artigo 37 da Constituição Federal, devendo sua interpretação e aplicação atender aos princípios e regras próprias ao direito não cabendo em nenhuma hipótese a contratação ser efetivada pelo Regime Celetista, conforme estabelecido pela Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de Setembro de 2002.

REMUNERAÇÃO: R\$ 925,52 (novecentos e vinte cinco reais, cinquenta centavos).

LOCAL DE TRABALHO: No âmbito da Secretaria Municipal de Educação do Município de Campo Alegre/SC.

HORÁRIO DE TRABALHO: O horário de trabalho do contratado é de 40 (quarenta) horas semanais.

SEGURIDADE SOCIAL: Na vigência deste Contrato, aplica-se o Regime Geral de Previdência Social, nos termos do § 13 do Artigo 40

da Constituição da República Federativa do Brasil.

EXTINÇÃO: Este Contrato extingue-se, automaticamente pelo decurso de prazo da contratação.

RESCISÃO DE CONTRATO: A extinção do Contrato por iniciativa do contratado deverá ser comunicada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, sob pena de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do Contrato.

FORO: Fica eleito o Foro da Comarca de São Bento do Sul/SC., para dirimir quaisquer questões ou controvérsias oriundas deste Contrato.

Assim, por estarem as partes de inteiro acordo com os termos desta contratação, firmam o Contrato em duas vias de igual teor e forma, diante das testemunhas abaixo assinadas, para que surtam seus efeitos legais e jurídicos.

Campo Alegre/SC., 06 de Maio de 2013.

RUBENS BLASZKOWSKI Prefeito Municipal	MARCIO KRUGER Contratado
------------------------------------------	-----------------------------

TESTEMUNHAS:

1. _____

2. _____

CONTRATO DE TRABALHO TEMPORÁRIO Nº 60/2013

CONTRATO DE TRABALHO TEMPORÁRIO Nº 60/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC., Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ/MF sob nº 83.102.749/0001-77, com sede à Rua Cel. Bueno Franco, nº 292, Centro, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal Sr. Rubens Blaszkowski.

CONTRATADA: KELLY MYUCHA MOES MESSIAS, no Cargo Público de Professor II, na Função Educação Física, portadora do CPF/MF sob nº 006.651.089-90, residente e domiciliada a Rua Ernesto Becker, nº 87, Centro, Município de São Bento do Sul/SC.

OBJETO: Substituir servidor licenciado com remuneração, até seu retorno, conforme Artigo 300, inciso IX, da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de Setembro de 2002.

PRAZO: Início: 12 de Setembro de 2013.

Término: 30 de Setembro de 2013

REGIME JURÍDICO: Especial Administrativo, previsto no Inciso IX, do Artigo 37 da Constituição Federal, devendo sua interpretação e aplicação atender aos princípios e regras próprias ao direito não cabendo em nenhuma hipótese a contratação ser efetivada pelo Regime Celetista, conforme estabelecido pela Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de Setembro de 2002.

REMUNERAÇÃO: R\$ 1.880,49 (um mil oitocentos e oitenta reais, quarenta e nove centavos).

LOCAL DE TRABALHO: No âmbito da Secretaria Municipal Educação do Município de Campo Alegre/SC.

HORÁRIO DE TRABALHO: O horário de trabalho da contratada é de 40 (quarenta) horas semanais.

SEGURIDADE SOCIAL: Na vigência deste Contrato, aplica-se o Regime Geral de Previdência Social, nos termos do § 13 do Artigo 40 da Constituição da República Federativa do Brasil.

EXTINÇÃO: Este Contrato extingue-se, automaticamente pelo decurso de prazo da contratação.

RESCISÃO DE CONTRATO: A extinção do Contrato por iniciativa do contratado deverá ser comunicada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, sob pena de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do Contrato.

FORO: Fica eleito o Foro da Comarca de São Bento do Sul/SC., para dirimir quaisquer questões ou controvérsias oriundas deste Contrato.

Assim, por estarem as partes de inteiro acordo com os termos desta contratação, firmam o Contrato em duas vias de igual teor e forma, diante das testemunhas abaixo assinadas, para que surtam seus efeitos legais e jurídicos.

Campo Alegre/SC., 12 de Setembro de 2013.

RUBENS BLASZKOWSKI Prefeito Municipal	KELLY MYUCHA MOES MESSIAS Contratada
------------------------------------------	-----------------------------------------

TESTEMUNHAS:

1. _____
2. _____

CONTRATO DE TRABALHO TEMPORÁRIO Nº 61/2013

CONTRATO DE TRABALHO TEMPORÁRIO Nº 61/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC., Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ/MF sob nº 83.102.749/0001-77, com sede à Rua Cel. Bueno Franco, nº 292, Centro, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal Sr. Rubens Blazkowski.

CONTRATADA: Dr^a. CHRISTINA DE MEDEIROS, médica, portador do CPF/MF nº 065.039.489-56, residente e domiciliada a Rua Ten. Antônio João, nº 105, Bairro Bom Retiro, Município de Joinville/SC.

OBJETO: Atender necessidade temporária de excepcional interesse público, prevista no Inciso X do Artigo 300 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de Setembro de 2002, até a contratação de servidor mediante Concurso Público Municipal. O objeto específico do presente Contrato é o cumprimento das funções e atribuições do Cargo de Médico IV, constantes do Anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 006/02.

PRAZO: Início: 16 de Setembro de 2013;
Término: 14 de março de 2014.

REGIME JURÍDICO: Especial Administrativo, previsto no Inciso IX, do Artigo 37 da Constituição Federal, devendo sua interpretação e aplicação atender aos princípios e regras próprias ao direito não cabendo em nenhuma hipótese a contratação ser efetivada pelo Regime Celetista, conforme estabelecido pela Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de Setembro de 2002, cujo texto e conteúdo o contratado declara conhecer e anuir, especialmente os Artigos 299 a 312 da respectiva Lei.

REMUNERAÇÃO: R\$ 34,58 (trinta e quatro reais e cinquenta e oito

centavos) por hora de trabalho, adicionado de 40% (quarenta por cento) de Gratificação Especial Médica prevista no Art. 117 da L.C.M. nº 006/02.

LOCAL DE TRABALHO: No âmbito da Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social, do Município de Campo Alegre/SC., com atendimento nas dependências do Hospital Salvatoriano São Luiz, sita a Rua Pe. Luiz Gilg, nº 250, Centro, Município de Campo Alegre/SC.

HORÁRIO DE TRABALHO: O horário de trabalho do contratado é de 12 (doze) horas semanais, realizada aos fins de semana.

SEGURIDADE SOCIAL: Na vigência deste Contrato, aplica-se o Regime Geral de Previdência Social, nos termos do § 13 do Artigo 40 da Constituição da República Federativa do Brasil.

EXTINÇÃO: Este Contrato extingue-se, automaticamente pelo decurso de prazo da contratação.

RESCISÃO DE CONTRATO: A extinção do Contrato por iniciativa do contratado deverá ser comunicada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, sob pena de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do Contrato.

FORO: Fica eleito o Foro da Comarca de São Bento do Sul/SC., para dirimir quaisquer questões ou controvérsias oriundas deste Contrato.

Assim, por estarem as partes de inteiro acordo com os termos desta contratação, firmam o Contrato em duas vias de igual teor e forma, diante das testemunhas abaixo assinadas, para que surtam seus efeitos legais e jurídicos.

Campo Alegre/SC., 16 de Setembro de 2013.

RUBENS BLASZKOWSKI Prefeito Municipal	Dr ^a . CHRISTINA DE MEDEIROS Contratada
------------------------------------------	-------------------------------------------------------

TESTEMUNHAS:

1. _____
2. _____

CONTRATO DE TRABALHO TEMPORÁRIO Nº 62/2013

CONTRATO DE TRABALHO TEMPORÁRIO Nº 62/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC., Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ/MF sob nº 83.102.749/0001-77, com sede à Rua Cel. Bueno Franco, nº 292, Centro, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal Sr. Rubens Blazkowski.

CONTRATADO: SOENI CARDOSO BORGES, Cargo Público de Agente Operacional I na Função Auxiliar de Serviços Gerais, portadora do CPF/MF nº 765.219.589-68, residente e domiciliada a Rod. SC-301, snº, na Localidade de São Miguel, Município de Campo Alegre/SC.

OBJETO: Realização de atividades suplementares para restaurar o padrão indispensável mínimo, prevista no Inciso VII Artigo 300 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de Setembro de 2002.

PRAZO: Início: 23 de Setembro de 2013;
Término: 21 de Março de 2014.

REGIME JURÍDICO: Especial Administrativo, previsto no Inciso IX, do Artigo 37 da Constituição Federal, devendo sua interpretação e aplicação atender aos princípios e regras próprias ao direito não cabendo em nenhuma hipótese a contratação ser efetivada pelo Regime Celetista, conforme estabelecido pela Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de Setembro de 2002.

REMUNERAÇÃO: R\$ 670,66 (seiscentos e setenta reais, sessenta e seis centavos).

LOCAL DE TRABALHO: No âmbito da Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social do Município de Campo Alegre/SC.

HORÁRIO DE TRABALHO: O horário de trabalho da contratada é de 40 (quarenta) horas semanais.

SEGURIDADE SOCIAL: Na vigência deste Contrato, aplica-se o Regime Geral de Previdência Social, nos termos do § 13 do Artigo 40 da Constituição da República Federativa do Brasil.

EXTINÇÃO: Este Contrato extingue-se, automaticamente pelo decurso de prazo da contratação.

RESCISÃO DE CONTRATO: A extinção do Contrato por iniciativa do contratado deverá ser comunicada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, sob pena de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do Contrato.

FORO: Fica eleito o Foro da Comarca de São Bento do Sul/SC., para dirimir quaisquer questões ou controvérsias oriundas deste Contrato.

Assim, por estarem as partes de inteiro acordo com os termos desta contratação, firmam o Contrato em duas vias de igual teor e forma, diante das testemunhas abaixo assinadas, para que surtam seus efeitos legais e jurídicos.

Campo Alegre/SC., 23 de Setembro de 2013.

RUBENS BLASZKOWSKI Prefeito Municipal	SOENI CARDOSO BORGES Contratada
------------------------------------------	------------------------------------

TESTEMUNHAS:

1. _____
2. _____

CONTRATO DE TRABALHO TEMPORÁRIO Nº 63/2013

CONTRATO DE TRABALHO TEMPORÁRIO Nº 63/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC., Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ/MF sob nº 83.102.749/0001-77, com sede à Rua Cel. Bueno Franco, nº 292, Centro, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal Sr. Rubens Blaszkowski.

CONTRATADO: CRISTIANO MUNHOZ, Cargo Público na Função de Motorista, portador do CPF/MF nº 031.378.179-60, residente e domiciliado na Estrada Laranjeiras, snº, Localidade de Laranjeiras, Município de Campo Alegre/SC.

OBJETO: Atender necessidade temporária de excepcional interesse público, prevista no Inciso VII do Artigo 300 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de Setembro de 2002.

PRAZO: Início: 01 de Outubro de 2013;
Término: 01 de Abril de 2014.

REGIME JURÍDICO: Especial Administrativo, previsto no Inciso IX, do Artigo 37 da Constituição Federal, devendo sua interpretação e aplicação atender aos princípios e regras próprias ao direito não cabendo em nenhuma hipótese a contratação ser efetivada pelo Regime Celetista, conforme estabelecido pela Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de Setembro de 2002.

REMUNERAÇÃO: R\$ 925,52 (novecentos e vinte cinco reais, cinquenta centavos).

LOCAL DE TRABALHO: No âmbito da Secretaria Municipal de Educação do Município de Campo Alegre/SC.

HORÁRIO DE TRABALHO: O horário de trabalho do contratado é de 40 (quarenta) horas semanais.

SEGURIDADE SOCIAL: Na vigência deste Contrato, aplica-se o Regime Geral de Previdência Social, nos termos do § 13 do Artigo 40 da Constituição da República Federativa do Brasil.

EXTINÇÃO: Este Contrato extingue-se, automaticamente pelo decurso de prazo da contratação.

RESCISÃO DE CONTRATO: A extinção do Contrato por iniciativa do contratado deverá ser comunicada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, sob pena de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do Contrato;

FORO: Fica eleito o Foro da Comarca de São Bento do Sul/SC., para dirimir quaisquer questões ou controvérsias oriundas deste Contrato.

Assim, por estarem as partes de inteiro acordo com os termos desta contratação, firmam o Contrato em duas vias de igual teor e forma, diante das testemunhas abaixo assinadas, para que surtam seus efeitos legais e jurídicos.

Campo Alegre/SC., 01 de Outubro de 2013.

RUBENS BLASZKOWSKI Prefeito Municipal	CRISTIANO MUNHOZ Contratado
------------------------------------------	--------------------------------

TESTEMUNHAS:

1. _____
2. _____

CONTRATO DE TRABALHO TEMPORÁRIO Nº 64/2013

CONTRATO DE TRABALHO TEMPORÁRIO Nº 64/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC., Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ/MF sob nº 83.102.749/0001-77, com sede à Rua Cel. Bueno Franco, nº 292, Centro, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal Sr. Rubens Blaszkowski.

CONTRATADO: ALTAIR DA ROCHA, Cargo Público e na Função de Motorista, portador do CPF/MF nº 835.944.429-34, residente domiciliado a Rua José Gomes Munhoz, nº 199, Centro, Município de Campo Alegre/SC.

OBJETO: Atender necessidade temporária de excepcional interesse público, prevista no Inciso VII do Artigo 300 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de Setembro de 2002.

PRAZO: Início: 01 de Outubro de 2013;
Término: 01 de Abril de 2014.

REGIME JURÍDICO: Especial Administrativo, previsto no Inciso IX, do Artigo 37 da Constituição Federal, devendo sua interpretação e aplicação atender aos princípios e regras próprias ao direito não cabendo em nenhuma hipótese a contratação ser efetivada pelo Regime Celetista, conforme estabelecido pela Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de Setembro de 2002.

REMUNERAÇÃO: R\$ 925,52 (novecentos e vinte cinco reais, cinquenta centavos).

LOCAL DE TRABALHO: No âmbito da Secretaria Municipal de Educação do Município de Campo Alegre/SC.

HORÁRIO DE TRABALHO: O horário de trabalho do contratado é de 40 (quarenta) horas semanais.

SEGURIDADE SOCIAL: Na vigência deste Contrato, aplica-se o Regime Geral de Previdência Social, nos termos do § 13 do Artigo 40 da Constituição da República Federativa do Brasil.

EXTINÇÃO: Este Contrato extingue-se, automaticamente pelo decurso de prazo da contratação.

RESCISÃO DE CONTRATO: A extinção do Contrato por iniciativa do contratado deverá ser comunicada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, sob pena de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do Contrato.

FORO: Fica eleito o Foro da Comarca de São Bento do Sul/SC., para dirimir quaisquer questões ou controvérsias oriundas deste Contrato.

Assim, por estarem as partes de inteiro acordo com os termos desta contratação, firmam o Contrato em duas vias de igual teor e forma, diante das testemunhas abaixo subscritas, para que surtam seus efeitos legais e jurídicos.

Campo Alegre/SC., 01 de Outubro de 2013.

RUBENS BLASZKOWSKI Prefeito Municipal	ALTAIR DA ROCHA Contratado
------------------------------------------	-------------------------------

TESTEMUNHAS:

1. _____
2. _____

CONTRATO DE TRABALHO TEMPORÁRIO Nº 65/2013

CONTRATO DE TRABALHO TEMPORÁRIO Nº 65/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC., Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ/MF sob nº 83.102.749/0001-77, com sede à Rua Cel. Bueno Franco, nº 292, Centro, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal Sr. Rubens Blazzkowski.

CONTRATADO: LUAN CESAR ENGELKE MOURA COSTA SABINO, Cargo Público e na Função de Instrutor de Música, portador do

CPF/MF nº 098.354.629-09, residente e domiciliado a Av. Dr. Getúlio Vargas, nº 337, Apto. nº 02, Centro, Município de Campo Alegre/SC.

OBJETO: Substituição de Servidor Público Titular, prevista no Inciso X Artigo 300 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de Setembro de 2002.

PRAZO: Início: 02 de Outubro de 2013;
Término: 02 de Abril de 2014.

REGIME JURÍDICO: Especial Administrativo, previsto no Inciso IX, do Artigo 37 da Constituição Federal, devendo sua interpretação e aplicação atender aos princípios e regras próprias ao direito não cabendo em nenhuma hipótese a contratação ser efetivada pelo Regime Celetista, conforme estabelecido pela Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de Setembro de 2002.

REMUNERAÇÃO: R\$ 5,11 (cinco reais e onze centavos) a hora aula.

LOCAL DE TRABALHO: No âmbito da Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer do Município de Campo Alegre/SC.

HORÁRIO DE TRABALHO: O horário de trabalho do contratado é de 20 (vinte) horas semanais.

SEGURIDADE SOCIAL: Na vigência deste Contrato, aplica-se o Regime Geral de Previdência Social, nos termos do § 13 do Artigo 40 da Constituição da República Federativa do Brasil.

EXTINÇÃO: Este Contrato extingue-se, automaticamente pelo decurso de prazo da contratação.

RESCISÃO DE CONTRATO: A extinção do Contrato por iniciativa do contratado deverá ser comunicada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, sob pena de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do Contrato.

FORO: Fica eleito o Foro da Comarca de São Bento do Sul/SC., para dirimir quaisquer questões ou controvérsias oriundas deste Contrato.

Assim, por estarem as partes de inteiro acordo com os termos desta contratação, firmam o Contrato em duas vias de igual teor e forma, diante das testemunhas abaixo subscritas, para que surtam seus efeitos legais e jurídicos.

Campo Alegre/SC., 02 de Outubro de 2013.

RUBENS BLASZKOWSKI Prefeito Municipal	LUAN CESAR ENGELKE MOURA COSTA SABINO Contratado
------------------------------------------	-----------------------------------------------------

TESTEMUNHAS:

1. _____
2. _____

CONTRATO DE TRABALHO TEMPORÁRIO Nº 66/2013

CONTRATO DE TRABALHO TEMPORÁRIO Nº 66/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC., Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ/MF sob nº 83.102.749/0001-77, com sede à Rua Cel. Bueno Franco, nº 292, Centro, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal Sr. Rubens Blaszkowski.

CONTRATADO: VALÉRIO FELIPE CHICOVIS, Instrutor de Música - violão, portador do CPF/MF nº 085.814.349-67, residente domiciliado a Rua Eugenio Duarte, nº 155, Bairro Santo Antônio, Município de Campo Alegre/SC.

OBJETO: Substituição de Servidor titular, prevista no Inciso X Artigo 300 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de Setembro de 2002

PRAZO: Início: 04 de Outubro de 2013;
Término: 04 de Abril de 2014.

REGIME JURÍDICO: Especial Administrativo, previsto no Inciso IX, do Artigo 37 da Constituição Federal, devendo sua interpretação e aplicação atender aos princípios e regras próprias ao direito não cabendo em nenhuma hipótese a contratação ser efetivada pelo Regime Celetista, conforme estabelecido pela Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de Setembro de 2002.

REMUNERAÇÃO: R\$ 5,11 (cinco reais e onze centavos) a hora aula.

LOCAL DE TRABALHO: No âmbito da Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer do Município de Campo Alegre/SC.

HORÁRIO DE TRABALHO: O horário de trabalho do contratado é de 20 (vinte) horas semanais.

SEGURIDADE SOCIAL: Na vigência deste Contrato, aplica-se o Regime Geral de Previdência Social, nos termos do § 13 do Artigo 40 da Constituição da República Federativa do Brasil.

EXTINÇÃO: Este Contrato extingue-se, automaticamente pelo decurso de prazo da contratação.

RESCISÃO DE CONTRATO: A extinção do Contrato por iniciativa do contratado deverá ser comunicada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, sob pena de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do Contrato.

FORO: Fica eleito o Foro da Comarca de São Bento do Sul/SC., para dirimir quaisquer questões ou controvérsias oriundas deste Contrato.

Assim, por estarem as partes de inteiro acordo com os termos desta contratação, firmam o Contrato em duas vias de igual teor e forma, diante das testemunhas abaixo assinadas, para que surtam seus efeitos legais e jurídicos.

Campo Alegre/SC., 04 de Outubro de 2013.

RUBENS BLASZKOWSKI Prefeito Municipal	VALÉRIO FELIPE CHICOVIS Contratado
------------------------------------------	---------------------------------------

TESTEMUNHAS:

1. _____
2. _____

CONTRATO DE TRABALHO TEMPORÁRIO Nº 67/2013

CONTRATO DE TRABALHO TEMPORÁRIO Nº 67/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC., Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ/MF sob nº 83.102.749/0001-77, com sede à Rua Cel. Bueno Franco, nº 292, Centro, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal Sr. Rubens Blaszkowski.

CONTRATADA: LUCIANE PRESTES DE SOUZA DA CRUZ, no Cargo Público de Agente Operacional I, na Função de Auxiliar de Serviços Gerais, portadora do CPF/MF nº 970.190.549-00, residente e domiciliada a Rua das Flores, nº 180, Bairro Cascatas, Município de Campo Alegre/SC.

OBJETO: Realização de atividades suplementares para restaurar o padrão indispensável mínimo, prevista no Inciso VII Artigo 300 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de Setembro de 2002.

PRAZO: Início: 08 de Outubro de 2013;
Término: 19 de Dezembro de 2013.

REGIME JURÍDICO: Especial Administrativo, previsto no Inciso IX, do Artigo 37 da Constituição Federal, devendo sua interpretação e aplicação atender aos princípios e regras próprias ao direito não cabendo em nenhuma hipótese a contratação ser efetivada pelo Regime Celetista, conforme estabelecido pela Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de Setembro de 2002.

REMUNERAÇÃO: R\$ 670,66 (seiscentos e setenta reais, sessenta e seis centavos).

LOCAL DE TRABALHO: No âmbito da Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social do Município de Campo Alegre/SC.

HORÁRIO DE TRABALHO: O horário de trabalho da contratada é de 40 (quarenta) horas semanais.

SEGURIDADE SOCIAL: Na vigência deste Contrato, aplica-se o Regime Geral de Previdência Social, nos termos do § 13 do Artigo 40 da Constituição da República Federativa do Brasil.

EXTINÇÃO: Este Contrato extingue-se, automaticamente pelo decurso de prazo da contratação.

RESCISÃO DE CONTRATO: A extinção do Contrato por iniciativa do contratado deverá ser comunicada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, sob pena de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do Contrato.

FORO: Fica eleito o Foro da Comarca de São Bento do Sul/SC., para dirimir quaisquer questões ou controvérsias oriundas deste Contrato.

Assim, por estarem as partes de inteiro acordo com os termos desta contratação, firmam o Contrato em duas vias de igual teor e forma, diante das testemunhas abaixo assinadas, para que surtam seus efeitos legais e jurídicos.

Campo Alegre/SC., 08 de Outubro de 2013.

RUBENS BLASZKOWSKI Prefeito Municipal	LUCIANE PRESTES DE SOUZA DA CRUZ CONTRATADA
------------------------------------------	------------------------------------------------

TESTEMUNHAS:

1. _____
2. _____

CONTRATO DE TRABALHO TEMPORÁRIO Nº 68/2013

CONTRATO DE TRABALHO TEMPORÁRIO Nº 068/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ/MF sob nº 83.102.749/0001-77, com sede à Rua Cel. Bueno Franco, nº 292, Centro, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, RUBENS BLASZKOWSKI.

CONTRATADO: ANDRIELI CHAVES, no Cargo Público de Professor VIII, na Função DE Professor de Geografia, portadora do CPF/MF nº 069.055.359-58, residente e domiciliada na Estrada Cruzeiro, nº 3.000, Bairro Cruzeiro, Município de São Bento do Sul/SC.

OBJETO: Realização de atividades suplementares para restaurar o padrão indispensável mínimo, prevista no Inciso VII Artigo 300 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de Setembro de 2002.

PRAZO: Início: 09 de Outubro de 2013;
Término: 19 de Dezembro de 2013.

REGIME JURÍDICO: Especial Administrativo, previsto no Inciso IX, do Artigo 37 da Constituição Federal, devendo sua interpretação e aplicação atender aos princípios e regras próprias ao direito não cabendo em nenhuma hipótese a contratação ser efetivada pelo Regime Celetista, conforme estabelecido pela Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de Setembro de 2002.

REMUNERAÇÃO: R\$ 1.410,37 (um mil quatrocentos e dez reais, trinta e sete centavos).

LOCAL DE TRABALHO: No âmbito da Secretaria Municipal Educação do Município de Campo Alegre/SC.

HORÁRIO DE TRABALHO: O horário de trabalho da contratada é de 30 (trinta) horas semanais.

SEGURIDADE SOCIAL: Na vigência deste Contrato, aplica-se o Regime Geral de Previdência Social, nos termos do § 13 do Artigo 40 da Constituição da República Federativa do Brasil.

EXTINÇÃO: Este Contrato extingue-se, automaticamente pelo decurso de prazo da contratação.

RESCISÃO DE CONTRATO: A extinção do Contrato por iniciativa do contratado deverá ser comunicada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, sob pena de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do Contrato.

FORO: Fica eleito o Foro da Comarca de São Bento do Sul/SC., para dirimir quaisquer questões ou controvérsias oriundas deste Contrato.

Assim, por estarem as partes de inteiro acordo com os termos desta contratação, firmam o Contrato em duas vias de igual teor e forma, diante das testemunhas abaixo assinadas, para que surtam seus efeitos legais e jurídicos.

Campo Alegre/SC., 09 de Outubro de 2013.

RUBENS BLASZKOWSKI Prefeito Municipal	ANDRIELI CHAVES Contratada
------------------------------------------	-------------------------------

TESTEMUNHAS:

1. _____
2. _____

CONTRATO DE TRABALHO TEMPORÁRIO Nº 69/2013

CONTRATO DE TRABALHO TEMPORÁRIO Nº 69/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC., Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ/MF sob nº 83.102.749/0001-77, com sede à Rua Cel. Bueno Franco, nº 292, Centro, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal Sr. Rubens Blaszkowski.

CONTRATADA: ANA MARIA CAMARGO DREVECK, NO Cargo Público na Função de Atendente de Sala, portadora do CPF/MF nº 015.268.799-80, residente e domiciliada na Estrada Municipal de St. Avenquinha, snº na localidade de Avenquinha, Município de Campo Alegre/SC.

OBJETO: Atender necessidade temporária de excepcional interesse público, prevista no Inciso VII do Artigo 300 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de Setembro de 2002.

PRAZO: Início: 16 de Outubro de 2013;
Término: 19 de Dezembro de 2013

REGIME JURÍDICO: Especial Administrativo, previsto no Inciso IX, do Artigo 37 da Constituição Federal, devendo sua interpretação e aplicação atender aos princípios e regras próprias ao direito não cabendo em nenhuma hipótese a contratação ser efetivada pelo Regime Celetista, conforme estabelecido pela Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de Setembro de 2002.

JUSTIFICATIVA: Realização de atividades suplementares para restaurar o padrão indispensável mínimo, ou evitar o declínio, dos serviços públicos de caráter essencial.

REMUNERAÇÃO: R\$ 1.064,35 (um mil sessenta e quatro reais, trinta e cinco centavos).

LOCAL DE TRABALHO: No âmbito da Secretaria Municipal Educação do Município de Campo Alegre/SC.

HORÁRIO DE TRABALHO: O horário de trabalho da contratada é de 40 (quarenta) horas semanais.

SEGURIDADE SOCIAL: Na vigência deste Contrato, aplica-se o Regime Geral de Previdência Social, nos termos do § 13 do Artigo 40 da Constituição da República Federativa do Brasil.

EXTINÇÃO: Este Contrato extingue-se, automaticamente pelo decurso de prazo da contratação.

RESCISÃO DE CONTRATO: A extinção do Contrato por iniciativa do contratado deverá ser comunicada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, sob pena de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do Contrato.

FORO: Fica eleito o Foro da Comarca de São Bento do Sul/SC., para dirimir quaisquer questões ou controvérsias oriundas deste Contrato.

Assim, por estarem as partes de inteiro acordo com os termos desta contratação, firmam o Contrato em duas vias de igual teor e forma, diante das testemunhas abaixo assinadas, para que surtam seus efeitos legais e jurídicos.

Campo Alegre/SC., 16 de Outubro de 2013.

RUBENS BLASZKOWSKI Prefeito Municipal	ANA MARIA CAMARGO DREVECK Contratada
------------------------------------------	-----------------------------------------

TESTEMUNHAS:

1. _____
2. _____

CONTRATO DE TRABALHO TEMPORÁRIO Nº 70/2013

CONTRATO DE TRABALHO TEMPORÁRIO Nº 70/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC., Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ/MF sob nº 83.102.749/0001-77, com sede à Rua Cel. Bueno Franco, nº 292, Centro, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal Sr. Rubens Blaszkowski.

CONTRATADA: ADRIANA ROSELI MEY, no Cargo Público de Agente Operacional I, na Função de Auxiliar de Serviços Gerais, portadora do CPF/MF nº 720.192.639-04, residente e domiciliada na Estrada São Miguel, nº 5.779, localidade de São Miguel, Município de Campo Alegre/SC.

OBJETO: Realização de atividades suplementares para restaurar o padrão indispensável mínimo, prevista no Inciso VII Artigo 300 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de Setembro de 2002.

PRAZO: Início: 24 de Outubro de 2013;
Término: 14 de Abril de 2014.

REGIME JURÍDICO: Especial Administrativo, previsto no Inciso IX, do Artigo 37 da Constituição Federal, devendo sua interpretação e aplicação atender aos princípios e regras próprias ao direito não cabendo em nenhuma hipótese a contratação ser efetivada pelo Regime Celetista, conforme estabelecido pela Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de Setembro de 2002.

REMUNERAÇÃO: R\$ 670,66 (seiscentos e setenta reais, sessenta e seis centavos).

LOCAL DE TRABALHO: No âmbito da Secretaria Municipal de Administração do Município de Campo Alegre/SC.

HORÁRIO DE TRABALHO: O horário de trabalho da contratada é de 40 (quarenta) horas semanais.

SEGURIDADE SOCIAL: Na vigência deste Contrato, aplica-se o Regime Geral de Previdência Social, nos termos do § 13 do Artigo 40 da Constituição da República Federativa do Brasil.

EXTINÇÃO: Este Contrato extingue-se, automaticamente pelo decurso de prazo da contratação.

RESCISÃO DE CONTRATO: A extinção do Contrato por iniciativa do contratado deverá ser comunicada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, sob pena de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do Contrato;

FORO: Fica eleito o Foro da Comarca de São Bento do Sul/SC., para dirimir quaisquer questões ou controvérsias oriundas deste Contrato.

Assim, por estarem as partes de inteiro acordo com os termos desta contratação, firmam o Contrato em duas vias de igual teor e forma, diante das testemunhas abaixo subscritas, para que surtam seus efeitos legais e jurídicos.

Campo Alegre/SC., 24 de Outubro de 2013.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

ADRIANA ROSELI MEY
Contratada

TESTEMUNHAS:

1. _____
2. _____

CONTRATO DE TRABALHO TEMPORÁRIO Nº 71/2013

CONTRATO DE TRABALHO TEMPORÁRIO Nº 71/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC., Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ/MF sob nº 83.102.749/0001-77, com sede à Rua Cel. Bueno Franco, nº 292, Centro, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal Sr. Rubens Blaszkowski.

CONTRATADO: ROBERTO KOCENKO DE OLIVEIRA, no Cargo Público na Função médico II, portador do CPF/MF nº 206.634.390-00 residente e domiciliado a BR SC-301, Bairro Santo Antônio, Município de Campo Alegre/SC.

OBJETO: Atender necessidade temporária de excepcional interesse público, prevista no Inciso VIII, X do Artigo 300 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de Setembro de 2002, até a contratação de servidor mediante Concurso Público Municipal.

PRAZO: Início: 06 de Novembro de 2013;
Término: 06 de Maio de 2014

REGIME JURÍDICO: Especial Administrativo, previsto no Inciso IX, do Artigo 37 da Constituição Federal, devendo sua interpretação e aplicação atender aos princípios e regras próprias ao direito não cabendo em nenhuma hipótese a contratação ser efetivada pelo Regime Celetista, conforme estabelecido pela Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de Setembro de 2002, cujo texto e conteúdo o contratado declara conhecer e anuir, especialmente os Artigos 299 a 312 da respectiva Lei.

REMUNERAÇÃO: R\$ 5.534,76 (Cinco mil quinhentos e trinta e quatro reais e setenta e seis centavos), mais 50% (cinquenta por cento) de Gratificação Especial Médica, mais 100% (cem por cento) por laborar exclusivamente no Programa Saúde na Família - ESF, conforme Lei Complementar nº 069 de 14 de Dezembro de 2009, Art. 4º, parágrafo 3º, alínea "a", e 20% (vinte por cento) sobre o salário mínimo vigente por serviço insalubre.

LOCAL DE TRABALHO: No âmbito da Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social, do Município de Campo Alegre/SC.

HORÁRIO DE TRABALHO: O horário de trabalho do contratado é de 40 (quarenta) horas semanais.

SEGURIDADE SOCIAL: Na vigência deste Contrato, aplica-se o Regime Geral de Previdência Social, nos termos do § 13 do Artigo 40 da Constituição da República Federativa do Brasil.

EXTINÇÃO: Este Contrato extingue-se, automaticamente pelo decurso de prazo da contratação.

RESCISÃO: Este Contrato será rescindido antecipadamente a critério da Administração Pública Municipal, mediante comunicação escrita do contratante e pagamento dos dias laborados, não cabendo

qualquer indenização ao contratado.

FORO: Fica eleito o Foro da Comarca de São Bento do Sul/SC., para dirimir quaisquer questões ou controvérsias oriundas deste Contrato.

Assim, por estarem as partes de inteiro acordo com os termos desta contratação, firmam o Contrato em duas vias de igual teor e forma, diante das testemunhas abaixo assinadas, para que surtam seus efeitos legais e jurídicos.

Campo Alegre/SC., 06 de Novembro de 2013.

RUBENS BLASZKOWSKI Prefeito Municipal	CRISTINAO MUNHOZ Contratado
------------------------------------------	--------------------------------

TESTEMUNHAS:

1. _____
2. _____

CONTRATO DE TRABALHO TEMPORÁRIO Nº 72/2013

CONTRATO DE TRABALHO TEMPORÁRIO Nº 72/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC., Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.749/0001-77, com sede à Rua Cel. Bueno Franco, nº 292, Centro, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, senhor RUBENS BLASZKOWSKI.

CONTRATADA: CLAUDINEIA FERREIRA DOS SANTOS, no Cargo Público de Agente Operacional I, exercendo a função de Auxiliar de Serviços Gerais, portadora do CPF/MF nº 074.902.209-47, residente e domiciliada a Rua Cel. Bueno Franco, nº 612, Centro, Município de Campo Alegre/SC.

OBJETO: Realização de atividades suplementares para restaurar o padrão indispensável mínimo, prevista no Inciso VII Artigo 300 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de Setembro de 2002.

PRAZO: Início: 11 de Novembro de 2013;
Término: 09 de Maio de 2014.

REGIME JURÍDICO: Especial Administrativo, previsto no Inciso IX, do Artigo 37 da Constituição Federal, devendo sua interpretação e aplicação atender aos princípios e regras próprias ao direito não cabendo em nenhuma hipótese a contratação ser efetivada pelo Regime Celetista, conforme estabelecido pela Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de Setembro de 2002.

REMUNERAÇÃO: R\$ 670,66 (seiscentos e setenta reais, sessenta e seis centavos).

LOCAL DE TRABALHO: No âmbito da Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social de do Município de Campo Alegre S/C.

HORÁRIO DE TRABALHO: O horário de trabalho da contratada é de 40 (quarenta) horas semanais.

SEGURIDADE SOCIAL: Na vigência deste Contrato, aplica-se o Regime Geral de Previdência Social, nos termos do § 13 do Artigo 40 da Constituição da República Federativa do Brasil.

EXTINÇÃO: Este Contrato extingue-se, automaticamente pelo decorso de prazo da contratação.

RESCISÃO DE CONTRATO: A extinção do Contrato por iniciativa do contratado deverá ser comunicada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, sob pena de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do Contrato;

FORO: Fica eleito o Foro da Comarca de São Bento do Sul/SC., para dirimir quaisquer questões ou controvérsias oriundas deste Contrato.

Assim, por estarem as partes de inteiro acordo com os termos desta contratação, firmam o Contrato em duas vias de igual teor e forma, diante das testemunhas abaixo assinadas, para que surtam seus efeitos legais e jurídicos.

Campo Alegre/SC., 11 de Novembro de 2013.

RUBENS BLASZKOWSKI Prefeito Municipal	CLAUDINEIA FERREIRA DOS SANTOS Contratada
------------------------------------------	----------------------------------------------

TESTEMUNHAS:

1. _____
2. _____

CONTRATO DE TRABALHO TEMPORÁRIO Nº 73/2013

CONTRATO DE TRABALHO TEMPORÁRIO Nº 73/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC., Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ/MF sob nº 83.102.749/0001-77, com sede à Rua Cel. Bueno Franco, nº 292, Centro, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal Sr. Rubens Blazskowski.

CONTRATADO: PAULO RICARDO DA COSTA LOPES, no Cargo Público Médico I, portador do CPF/MF nº 789.979.769-15, residente e domiciliado a Rua Germano Wetzel, nº 499, Bairro Bom Retiro, Município de Joinville/SC.

OBJETO: Atender necessidade temporária de excepcional interesse público, prevista no Inciso VII, do Artigo 300 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de Setembro de 2002, até a contratação de servidor mediante Concurso Público Municipal.

PRAZO: Início: 22 de Novembro de 2013;
Término 21 de Fevereiro de 2014.

REGIME JURÍDICO: Especial Administrativo, previsto no Inciso IX, do Artigo 37 da Constituição Federal, devendo sua interpretação e aplicação atender aos princípios e regras próprias ao direito não cabendo em nenhuma hipótese a contratação ser efetivada pelo Regime Celetista, conforme estabelecido pela Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de Setembro de 2002, cujo texto e conteúdo o contratado declara conhecer e anuir, especialmente os Artigos 299 a 312 da respectiva Lei.

REMUNERAÇÃO: R\$ 2.767,38 (dois mil setecentos e sessenta e sete reais, trinta e oito centavos), mais 50% (cincoenta por cento) de Gratificação Especial Médica, e 20% (vinte por cento) sobre o salário mínimo vigente por serviço insalubre.

LOCAL DE TRABALHO: No âmbito da Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social, do Município de Campo Alegre/SC.

HORÁRIO DE TRABALHO: O horário de trabalho do contratado é de 20 (vinte) horas semanais.

SEGURIDADE SOCIAL: Na vigência deste Contrato, aplica-se o

Regime Geral de Previdência Social, nos termos do § 13 do Artigo 40 da Constituição da República Federativa do Brasil.

EXTINÇÃO: Este Contrato extingue-se, automaticamente pelo decurso de prazo da contratação.

RESCISÃO DE CONTRATO: A extinção do Contrato por iniciativa do contratado, deverá ser comunicada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, sob pena de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do Contrato. No caso de aviso prévio no prazo consignado, o contratado fica isento do pagamento de multa.

FORO: Fica eleito o Foro da Comarca de São Bento do Sul/SC., para dirimir quaisquer questões ou controvérsias oriundas deste Contrato.

Assim, por estarem as partes de inteiro acordo com os termos desta contratação, firmam o Contrato em duas vias de igual teor e forma, diante das testemunhas abaixo assinadas, para que surtam seus efeitos legais e jurídicos.

Campo Alegre/SC., 22 de Novembro de 2013.

RUBENS BLASZKOWSKI Prefeito Municipal	PAULO RICARDO DA COSTA LOPES Contratada
------------------------------------------	--------------------------------------------

TESTEMUNHAS:

1. _____
2. _____

CONTRATO DE TRABALHO TEMPORÁRIO Nº 74/2013

CONTRATO DE TRABALHO TEMPORÁRIO Nº 74/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC., Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.749/0001-77, com sede à Rua Cel. Bueno Franco, nº 292, Centro, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, senhor RUBENS BLASZKOWSKI.

CONTRATADO: CLAUDIANE GONÇALVES DE ABREU, no Cargo Público de Agente Operacional I, na Função de Auxiliar de Serviços Gerais, portadora do CPF/MF nº 088.917.699-08, residente e domiciliada a Rua Julia Pazda, nº, Distrito de Bateias de Baixo, Município de Campo Alegre/SC.

OBJETO: Realização de atividades suplementares para restaurar o padrão indispensável mínimo, prevista no Inciso VII Artigo 300 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de Setembro de 2002.

PRAZO: Início: 02 de Dezembro de 2013;
Término: 02 de Junho de 2014.

REGIME JURÍDICO: Especial Administrativo, previsto no Inciso IX, do Artigo 37 da Constituição Federal, devendo sua interpretação e aplicação atender aos princípios e regras próprias ao direito não cabendo em nenhuma hipótese a contratação ser efetivada pelo Regime Celetista, conforme estabelecido pela Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de Setembro de 2002.

REMUNERAÇÃO: R\$ 670,66 (seiscentos e setenta reais, sessenta e seis centavos).

LOCAL DE TRABALHO: No âmbito da Secretaria Municipal de Educação do Município de Campo Alegre/SC.

HORÁRIO DE TRABALHO: O horário de trabalho da contratada é de 40 (quarenta) horas semanais.

SEGURIDADE SOCIAL: Na vigência deste Contrato, aplica-se o Regime Geral de Previdência Social, nos termos do § 13 do Artigo 40 da Constituição da República Federativa do Brasil.

EXTINÇÃO: Este Contrato extingue-se, automaticamente pelo decurso de prazo da contratação.

RESCISÃO DE CONTRATO: A extinção do Contrato por iniciativa do contratado deverá ser comunicada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, sob pena de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do Contrato.

FORO: Fica eleito o Foro da Comarca de São Bento do Sul/SC., para dirimir quaisquer questões ou controvérsias oriundas deste Contrato.

Assim, por estarem as partes de inteiro acordo com os termos desta contratação, firmam o Contrato em duas vias de igual teor e forma, diante das testemunhas abaixo assinadas, para que surtam seus efeitos legais e jurídicos.

Campo Alegre/SC, 02 de Dezembro de 2013.

RUBENS BLASZKOWSKI Prefeito Municipal	CLAUDINEIA GONÇAVES DE ABREU Contratada
------------------------------------------	--------------------------------------------

TESTEMUNHAS:

1. _____
2. _____

DECRETO Nº 9.060 DE 17 DE JUNHO DE 2015

DECRETO Nº 9.060 DE 17 DE JUNHO DE 2015

INSTITUI A COMISSÃO ORGANIZADORA DO XII FESTIVAL DE INVERNO, E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e de conformidade com o disposto no Artigo 71, Inciso VII da Lei Orgânica deste Município; Decreta:

Art.1º Fica instituída a Comissão Organizadora do XII FESTIVAL DE INVERNO, com competência para deliberar sobre a Programação, Organização e Administração para a realização do Evento, que se realizará no período de 17 a 19 do mês de Julho do corrente ano, no seguinte local: Calçadão da Cascatinha, situado no Centro da Sede do Município de Campo Alegre/SC.

Art.2º Para integrar a Comissão de que trata o Caput do Artigo 1º deste Decreto, ficam nomeadas as Entidades Cíveis e as Pessoas Físicas a seguir relacionadas:

Adriane Schulze de Oliveira;
BAMUCA – Banda Musical de Campo Alegre;
Ernesto Larsen;
Fabiano Cleber Munhoz;
Gabriel Engler;
Jefferson Tadeu Amorim Cunha;
Juana Hinke Dobrochinski;
Marcelo Luc as Machado;
Marília Scheffer;
Maria Eliane Friedrich;

Sérgio da Costa.

Art.3º O mandato dos membros da referida Comissão, será exercido sem ônus para os cofres públicos municipais, sendo considerados de relevantes os serviços prestados ao Município.

Art.4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
17 de Junho de 2015.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 19/06/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

EXTRATO CONTRATO 72/2015
MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE-SC
EXTRATO DE CONTRATO Nº 72/2015

Objeto: locação de imóvel para sede da Secretaria Municipal de Educação, em terreno urbano com área de 1057,90m², localizado na Rua Cel. Bueno Franco, nº 167, Centro, com casa mista de 201m².

Dotação orçamentária:

As despesas oriundas do presente contrato correrão por conta da dotação orçamentária nº 3.3.90.36.00.00.00.00– Outros Serviços Terceiros – Pessoa Física – Manutenção e Coordenação das Atividades da Secretaria Municipal de Educação – Serviço de Apoio Administrativo a Educação - Secretaria Municipal de Educação
Vigência: 01/06/2015 a 31/12/2015.

Do valor total: R\$ 7.700,00 (sete mil e setecentos reais),

Contratada: Paulo Bartsch

Base Legal: Lei Federal 8.666/93 e alterações.

LUCILAINE MOKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

EXTRATO CONTRATO 76/2015
MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE-SC
EXTRATO DE CONTRATO Nº 76/2015

Objeto: Fornecimento de material e mão de obra, para realização de serviço de tubulação para fossa, esgoto com boca de lobo e reparos na sala de aula no CMEI Chapeuzinho Vermelho.

Dotação orçamentária:

Entidade: 1 – Prefeitura Municipal de Campo Alegre; Órgão: 05.00 – Secretaria Municipal de Educação; Unidade: 05.06 – Serviço de Manutenção Salário Educação; Função: 12 – Educação; Subfunção: 361 – Ensino Fundamental; Programa: 13 – Salário Educação; Projeto: 1.028 – Construção, Ampliação e Reforma de Unidades Escolares; Elemento de Despesa: 4.4.90.51.00.00.00 – Obras e Instalações; Recurso: 0102 – Recursos Salário educação. Código reduzido: 134.

Vigência: 29/05/2015 a 28/06/2015.

Do valor total: R\$ 10.893,00 (dez mil oitocentos e noventa e três reais)

Contratada: LN CONSTRUÇÕES LTDA

Base Legal: Lei Federal 8.666/93 e alterações.

LUCILAINE MOKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

EXTRATO CONTRATO 80/2015
MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE-SC
EXTRATO DE CONTRATO Nº 80/2015

Objeto: contratação de empresa de engenharia para a execução dos serviços de manutenção do Sistema de Iluminação Pública - SIP do Município de Campo Alegre-SC, de acordo com o Processo nº 55/2015, modalidade Dispensa de licitação IV - Emergencial):

Dotação orçamentária: -

08.03.2.025.3.3.90.30.00.00.00.0168-0, Material de Consumo, Iluminação Pública, Serviços de Obras e Serviços Públicos, Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras (para o empenhamento das despesas com a aquisição de materiais); e

- 08.03.2.025.3.3.90.39.00.00.00.00.0168-0, Outros Serviços de Terceiro – Pessoa Jurídica, Iluminação Pública, Serviços de Obras e Serviços Públicos, Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras.

Vigência: 02/06/2015 a 31/08/2015.

Do valor total: R\$ 31.446,91 (trinta e um mil, quatrocentos e quarenta e seis reais e noventa e um centavos),

Contratada: QUARK ENGENHARIA LTDA ME.

Base Legal: Lei Federal 8.666/93 e alterações.

LUCILAINE MOKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

EXTRATO DO CONTRATO Nº 007/2013

EXTRATO DO CONTRATO Nº 007/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.

LOTAÇÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CONTRATADA: JAQUELINE SORAIA AMORIM TABERT

OBJETO: REALIZAÇÃO DE ATIVIDADES SUPLEMENTARES PARA RESTAURAR O PADRÃO INDISPENSÁVEL MÍNIMO

VIGÊNCIA: 15 de Fevereiro de 2013 até 19 de Dezembro de 2013.

AMPARO LEGAL: Lei Nº 006, de 19 de Setembro de 2002 e alterações.

FUNÇÃO: Professor I – Educação Infantil e Anos Iniciais

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 1.880,49 (Hum mil oitocentos e oitenta reais, quarenta e nove centavos).

CAMPO ALEGRE/SC., 15 de Fevereiro de 2013.

RUBENS BLASZKOWSKI

PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DO CONTRATO Nº 008/2013

EXTRATO DO CONTRATO Nº 008/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.

LOTAÇÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CONTRATADA: CÍNTIA REGINA RÖPKE

OBJETO: REALIZAÇÃO DE ATIVIDADES SUPLEMENTARES PARA RESTAURAR O PADRÃO INDISPENSÁVEL MÍNIMO

VIGÊNCIA: 18 de Fevereiro de 2013 até 19 de Dezembro de 2013.

AMPARO LEGAL: Lei nº 006, de 19 de Setembro de 2002 e alterações.

FUNÇÃO: Professor IV – Inglês

CARGA HORÁRIA: 10 Horas Semanais.

SALÁRIO BASE: R\$ 470,12 (quatrocentos e setenta reais e doze centavos).

CAMPO ALEGRE/SC, 18 de Fevereiro de 2013.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 009/2013

EXTRATO DO CONTRATO Nº 009/2013
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.
LOTAÇÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CONTRATADA: ROSMARI DE OLIVEIRA
OBJETO: REALIZAÇÃO DE ATIVIDADES SUPLEMENTARES PARA RESTAURAR O PADRÃO INDISPENSÁVEL MÍNIMO
VIGÊNCIA: 18 de Fevereiro de 2013 até 19 de Dezembro de 2013.
AMPARO LEGAL: Lei nº 006, de 19 de Setembro de 2002 e alterações posteriores.
FUNÇÃO: Professor III – ARTES
CARGA HORÁRIA: 40 Horas Semanais
SALÁRIO BASE: R\$ 1.567,08 (um mil quinhentos e sessenta e sete reais, oito centavos)

CAMPO ALEGRE/SC, 18 de Fevereiro de 2013.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 010/2013

EXTRATO DO CONTRATO Nº 010/2013
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.
LOTAÇÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CONTRATADA: EVELYN LOUISIANA DUVOISIN EHLKE
OBJETO: REALIZAÇÃO DE ATIVIDADES SUPLEMENTARES PARA RESTAURAR O PADRÃO INDISPENSÁVEL MÍNIMO
VIGÊNCIA: 18 de Fevereiro de 2013 até 19 de Dezembro de 2013.
AMPARO LEGAL: Lei nº 006, de 19 de Setembro de 2002 e alterações.
FUNÇÃO: Professor III – ARTES
CARGA HORÁRIA: 40 Horas Semanais
SALÁRIO BASE: R\$ 1.880,49 (um mil oitocentos e oitenta reais, quarenta e nove centavos).

CAMPO ALEGRE/SC, 18 de Fevereiro de 2013.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 011/2013

EXTRATO DO CONTRATO Nº 011/2013
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.
LOTAÇÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CONTRATADA: EDELTRAUD ONIVIA CUBAS FUECKNER
OBJETO: REALIZAÇÃO DE ATIVIDADES SUPLEMENTARES PARA RESTAURAR O PADRÃO INDISPENSÁVEL MÍNIMO
VIGÊNCIA: 18 de Fevereiro de 2013 até 19 de Dezembro de 2013.
AMPARO LEGAL: Lei nº 006, de 19 de Setembro de 2002 e alterações.
FUNÇÃO: Professor I – Professor de Educação Infantil e Anos Iniciais
CARGA HORÁRIA: 20 Horas Semanais
SALÁRIO BASE: R\$ 940,24 (novecentos e quarenta reais, vinte quatro centavos).

CAMPO ALEGRE/SC, 18 de Fevereiro de 2013.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 012/2013

EXTRATO DO CONTRATO Nº 012/2013
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.
LOTAÇÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CONTRATADA: TEREZINHA APARECIDA FRANCO AUGUSTIN
OBJETO: REALIZAÇÃO DE ATIVIDADES SUPLEMENTARES PARA RESTAURAR O PADRÃO INDISPENSÁVEL MÍNIMO
VIGÊNCIA: 18 de Fevereiro de 2013 até 19 de Dezembro de 2013.
AMPARO LEGAL: Lei nº 006, de 19 de Setembro de 2002 e alterações.
FUNÇÃO: Professor I – Professor de Educação Infantil e Anos Iniciais
CARGA HORÁRIA: 20 Horas Semanais
SALÁRIO BASE: R\$ 940,24 (novecentos e quarenta reais, vinte quatro centavos).

CAMPO ALEGRE/SC, 18 de Fevereiro de 2013.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 013/2013

EXTRATO DO CONTRATO Nº 013/2013
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.
LOTAÇÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CONTRATADO: JOSÉ ANIBAL MASSANEIRO
OBJETO: REALIZAÇÃO DE ATIVIDADES SUPLEMENTARES PARA RESTAURAR O PADRÃO INDISPENSÁVEL MÍNIMO
VIGÊNCIA: 19 de Fevereiro de 2013 até 19 de Dezembro de 2013.
AMPARO LEGAL: Lei nº 006, de 19 de Setembro de 2002 e alterações.
FUNÇÃO: Professor II – Educação Física
CARGA HORÁRIA: 10 Horas Semanais
SALÁRIO BASE: R\$ 470,12 (quatrocentos e setenta reais, doze centavos)

CAMPO ALEGRE/SC, 19 de Fevereiro de 2013.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 014/2013

EXTRATO DO CONTRATO Nº 014/2013
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.
LOTAÇÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CONTRATADA: BIANCA KESTERING GREIPEL
OBJETO: REALIZAÇÃO DE ATIVIDADES SUPLEMENTARES PARA RESTAURAR O PADRÃO INDISPENSÁVEL MÍNIMO
VIGÊNCIA: 19 de Fevereiro de 2013 até 19 de Dezembro de 2013.
AMPARO LEGAL: Lei nº 006, de 19 de Setembro de 2002 e alterações.
FUNÇÃO: Professor III – Artes
CARGA HORÁRIA: 20 Horas Semanais
SALÁRIO BASE: R\$ 783,54 (Setecentos e oitenta e três reais e cinquenta centavos).

CAMPO ALEGRE/SC, 19 de Fevereiro de 2013.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

CAMPO ALEGRE/SC, 20 de Fevereiro de 2013.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 015/2013

EXTRATO DO CONTRATO Nº 015/2013
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.
LOTAÇÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CONTRATADA: FABIANE VICENTE BELLI
OBJETO: REALIZAÇÃO DE ATIVIDADES SUPLEMENTARES PARA RESTAURAR O PADRÃO INDISPENSÁVEL MÍNIMO
VIGÊNCIA: 19 de Fevereiro de 2013 até 19 de Dezembro de 2013.
AMPARO LEGAL: Lei nº 006, de 19 de Setembro de 2002 e alterações.
FUNÇÃO: Professor I – Professor de Educação Infantil e Anos Iniciais
CARGA HORÁRIA: 40 Horas Semanais
SALÁRIO BASE: R\$ 1.880,49 (um mil oitocentos e oitenta reais, quarenta e nove centavos).

CAMPO ALEGRE/SC, 19 de Fevereiro de 2013.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 016/2013

EXTRATO DO CONTRATO Nº 016/2013
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.
LOTAÇÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CONTRATADA: JACINTA ZESOTKO WOYAKEVICZ
OBJETO: REALIZAÇÃO DE ATIVIDADES SUPLEMENTARES PARA RESTAURAR O PADRÃO INDISPENSÁVEL MÍNIMO
VIGÊNCIA: 19 de Fevereiro de 2013 até 19 de Dezembro de 2013.
AMPARO LEGAL: Lei nº 006, de 19 de Setembro de 2002 e alterações.
FUNÇÃO: Professor X – Ensino Religioso
CARGA HORÁRIA: 30 Horas Semanais
SALÁRIO BASE: R\$ 1.198,80 (um mil cento e novena e oito reais, oitenta centavos).

CAMPO ALEGRE/SC, 19 de Fevereiro de 2013.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 017/2013

EXTRATO DO CONTRATO Nº 017/2013
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.
LOTAÇÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CONTRATADA: NATÁLIA WOJCIECHOSKY
OBJETO: REALIZAÇÃO DE ATIVIDADES SUPLEMENTARES PARA RESTAURAR O PADRÃO INDISPENSÁVEL MÍNIMO
VIGÊNCIA: 20 de Fevereiro de 2013 até 19 de Dezembro de 2013.
AMPARO LEGAL: Lei nº 006, de 19 de Setembro de 2002 e alterações.
FUNÇÃO: Professor I – Professor de Educação Infantil e Anos Iniciais
CARGA HORÁRIA: 40 Horas Semanais
SALÁRIO BASE: R\$ 1880,49 (um mil oitocentos e oitenta reais, quarenta e nove centavos).

EXTRATO DO CONTRATO Nº 018/2013

EXTRATO DO CONTRATO Nº 018/2013
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.
LOTAÇÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CONTRATADA: IVETE TELMA
OBJETO: REALIZAÇÃO DE ATIVIDADES SUPLEMENTARES PARA RESTAURAR O PADRÃO INDISPENSÁVEL MÍNIMO
VIGÊNCIA: 20 de Fevereiro de 2013 até 19 de Dezembro de 2013.
AMPARO LEGAL: Lei nº 006, de 19 de Setembro de 2002 e alterações.
FUNÇÃO: Professor I – Professor de Educação Infantil e Anos Iniciais
CARGA HORÁRIA: 40 Horas Semanais
SALÁRIO BASE: R\$ 1.880,49 (um mil oitocentos e oitenta reais, quarenta e nove centavos).

CAMPO ALEGRE/SC, 20 de fevereiro de 2013.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 019/2013

EXTRATO DO CONTRATO Nº 019/2013
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.
LOTAÇÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CONTRATADA: BRUNA FERNANDA DARGA DE OLIVEIRA
OBJETO: REALIZAÇÃO DE ATIVIDADES SUPLEMENTARES PARA RESTAURAR O PADRÃO INDISPENSÁVEL MÍNIMO
VIGÊNCIA: 20 de Fevereiro de 2013 até 19 de Dezembro de 2013.
AMPARO LEGAL: Lei nº 006, de 19 de Setembro de 2002 e alterações.
FUNÇÃO: Professor IV – Inglês
CARGA HORÁRIA: 20 Horas Semanais
SALÁRIO BASE: R\$ 940,25 (Novecentos e quarenta reais e vinte cinco centavos).

CAMPO ALEGRE/SC, 20 de Fevereiro de 2013.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 020/2013

EXTRATO DO CONTRATO Nº 020/2013
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.
LOTAÇÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DESENVOLVIMENTO SOCIAL
CONTRATADA: SOENI CARDOSO BORGES
OBJETO: REALIZAÇÃO DE ATIVIDADES SUPLEMENTARES PARA RESTAURAR O PADRÃO INDISPENSÁVEL MÍNIMO
VIGÊNCIA: 21 de Fevereiro de 2013 até 20 de Agosto de 2013.
AMPARO LEGAL: Lei Nº. 006, de 19 de Setembro de 2002 e alterações.
FUNÇÃO: Agente Operacional I – Auxiliar de Serviços Gerais
CARGA HORÁRIA: 40 Horas Semanais
SALÁRIO BASE: R\$ 670,66 (seiscentos e setenta reais, sessenta e seis centavos)

CAMPO ALEGRE/SC, 21 de Fevereiro de 2013.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 021/2013

EXTRATO DO CONTRATO Nº 021/2013
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.
LOTAÇÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CONTRATADO: CAROLINE NEUMANN
OBJETO: REALIZAÇÃO DE ATIVIDADES SUPLEMENTARES PARA RESTAURAR O PADRÃO INDISPENSÁVEL MÍNIMO
VIGÊNCIA: 25 de Fevereiro de 2013 até 19 de Dezembro de 2013.
AMPARO LEGAL: Lei Nº. 006, de 19 de Setembro de 2002 e alterações.
FUNÇÃO: Professor IV - Inglês
CARGA HORÁRIA: 10 Horas Semanais
SALÁRIO BASE: R\$ 339,60 (trezentos e trinta e nove reais, sessenta centavos).

CAMPO ALEGRE/SC, 25 de Fevereiro de 2013.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 022/2013

EXTRATO DO CONTRATO Nº 022/2013
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.
LOTAÇÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CONTRATADO: MAURETE GALLIANI
OBJETO: REALIZAÇÃO DE ATIVIDADES SUPLEMENTARES PARA RESTAURAR O PADRÃO INDISPENSÁVEL MÍNIMO
VIGÊNCIA: 25 de Fevereiro de 2013 até 31 de Maio de 2013.
AMPARO LEGAL: Lei nº 006, de 19 de Setembro de 2002 e alterações.
FUNÇÃO: Agente Operacional I – Auxiliar de Serviços Gerais
CARGA HORÁRIA: 40 Horas Semanais
SALÁRIO BASE: R\$ 670,66 (seiscentos e setenta reais, sessenta centavos).

CAMPO ALEGRE/SC, 25 de Fevereiro de 2013.
RUBENS BLASZKOWSKI.
PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DO CONTRATO Nº 023/2013

EXTRATO DO CONTRATO Nº 023/2013
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.
LOTAÇÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CONTRATADO: SUELI CARDOZO
OBJETO: REALIZAÇÃO DE ATIVIDADES SUPLEMENTARES PARA RESTAURAR O PADRÃO INDISPENSÁVEL MÍNIMO
VIGÊNCIA: 25 de Fevereiro de 2013 até 19 de Dezembro de 2013.
AMPARO LEGAL: Lei nº 006, de 19 de Setembro de 2002 e alterações.
FUNÇÃO: Professor III – ARTES
CARGA HORÁRIA: 40 Horas Semanais
SALÁRIO BASE: R\$ 1.880,49 (um mil oitocentos e oitenta reais, quarenta e nove centavos).

CAMPO ALEGRE/SC, 25 de Fevereiro de 2013.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 024/2013

EXTRATO DO CONTRATO Nº 024/2013
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.
LOTAÇÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CONTRATADO: TAISE CUBAS MUNHOZ DREVRECK
OBJETO: REALIZAÇÃO DE ATIVIDADES SUPLEMENTARES PARA RESTAURAR O PADRÃO INDISPENSÁVEL MÍNIMO
VIGÊNCIA: 25 de Fevereiro de 2013 até 19 de Dezembro de 2013.
AMPARO LEGAL: Lei nº 006, de 19 de Setembro de 2002 e alterações.
FUNÇÃO: Professor III – ARTES
CARGA HORÁRIA: 20 Horas Semanais
SALÁRIO BASE: R\$ 783,54 (setecentos e oitenta e três reais, cinquenta centavos).

CAMPO ALEGRE/SC, 25 de Fevereiro de 2013.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 025/2013

EXTRATO DO CONTRATO Nº 025/2013
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.
LOTAÇÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CONTRATADO: JOSEANE KIESKI
OBJETO: REALIZAÇÃO DE ATIVIDADES SUPLEMENTARES PARA RESTAURAR O PADRÃO INDISPENSÁVEL MÍNIMO
VIGÊNCIA: 26 de Fevereiro de 2013 até 19 de Dezembro de 2013.
AMPARO LEGAL: Lei nº 006, de 19 de Setembro de 2002 e alterações.
FUNÇÃO: Professor I – Educação Infantil e Anos Iniciais
CARGA HORÁRIA: 20 Horas Semanais
SALÁRIO BASE: R\$ 940,24 (novecentos e quarenta reais, vinte quatro centavos)

CAMPO ALEGRE/SC, 26 de fevereiro de 2013.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 026/2013

EXTRATO DO CONTRATO Nº 026/2013
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.
LOTAÇÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, TRANSPORTES E OBRAS
CONTRATADO: JOSÉ DE CHAVES VIEIRA
OBJETO: REALIZAÇÃO DE ATIVIDADES SUPLEMENTARES PARA RESTAURAR O PADRÃO INDISPENSÁVEL MÍNIMO
VIGÊNCIA: 26 de Fevereiro de 2013 até 26 de Agosto de 2013.
AMPARO LEGAL: Lei nº 006, de 19 de Setembro de 2002 e alterações.
FUNÇÃO: Agente Operacional III
CARGA HORÁRIA: 40 Horas Semanais
SALÁRIO BASE: R\$ 925,52 (Novecentos e vinte e cinco reais e cinquenta e dois centavos).

CAMPO ALEGRE/SC, 26 de Fevereiro de 2013.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 027/2013

EXTRATO DO CONTRATO Nº 027/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.

LOTAÇÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CONTRATADO: CLAUDICÉIA FRANCO DE OLIVEIRA TORRES

OBJETO: REALIZAÇÃO DE ATIVIDADES SUPLEMENTARES PARA RESTAURAR O PADRÃO INDISPENSÁVEL MÍNIMO

VIGÊNCIA: 26 de Fevereiro de 2013 até 05 de Agosto de 2013.

AMPARO LEGAL: Lei nº 006, de 19 de Setembro de 2002 e alterações.

FUNÇÃO: Professor I – Educação Infantil e Anos Iniciais

CARGA HORÁRIA: 40 Horas Semanais

SALÁRIO BASE: R\$ 1.880,49 (um mil oitocentos e oitenta reais, quarenta e nove centavos).

CAMPO ALEGRE/SC, 26 de Fevereiro de 2013.

RUBENS BLASZKOWSKI.

PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DO CONTRATO Nº 028/2013

EXTRATO DO CONTRATO Nº 028/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.

LOTAÇÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

CONTRATADO: CHRISTINA DE MEDEIROS

OBJETO: REALIZAÇÃO DE ATIVIDADES SUPLEMENTARES PARA RESTAURAR O PADRÃO INDISPENSÁVEL MÍNIMO

VIGÊNCIA: 03 de Março de 2013 até 03 de Setembro de 2013.

AMPARO LEGAL: Lei nº 006, de 19 de Setembro de 2002 e alterações.

FUNÇÃO: Médico IV para atendimento ao Plantão Médico

CARGA HORÁRIA: 12 Horas Semanais

SALÁRIO BASE: R\$ 34,58 (trinta e quatro reais e cinquenta e oito centavos) por hora de trabalho, adicionado de 40% (quarenta por cento) de gratificação especial médica prevista no Art. 117 da L.C.M. nº 006/02.

CAMPO ALEGRE/SC., 03 de Março de 2013.

Rubens Blaszkowski.

Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 029/2013

EXTRATO DO CONTRATO Nº 029/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.

LOTAÇÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

CONTRATADO: RÉGIS ARIEL RIBEIRO JORDÃO

OBJETO: REALIZAÇÃO DE ATIVIDADES SUPLEMENTARES PARA RESTAURAR O PADRÃO INDISPENSÁVEL MÍNIMO

VIGÊNCIA: 06 de Março de 2013 até 06 de Maio de 2013.

AMPARO LEGAL: Lei nº 006 de 19 de Setembro de 2002 e alterações.

FUNÇÃO: Médico II

CARGA HORÁRIA: 40 Horas Semanais

SALÁRIO BASE: R\$ 5.534,76 (cinco mil quinhentos e trinta e quatro

reais e setenta e seis centavos), mais 50% (cinquenta por cento) de gratificação especial médica, mais 100% (cem por centos) por laborar exclusivamente no ESF na localidade de Bateias de Cima, conforme Lei Complementar Nº 069 de 14 de Dezembro de 2009, Arts.4º, parágrafo III, alínea a.

CAMPO ALEGRE/SC, 06 de Março de 2013.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 030/2013

EXTRATO DO CONTRATO Nº 030/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.

LOTAÇÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CONTRATADO: ALTAIR DA ROCHA

OBJETO: REALIZAÇÃO DE ATIVIDADES SUPLEMENTARES PARA RESTAURAR O PADRÃO INDISPENSÁVEL MÍNIMO

VIGÊNCIA: 07 de Março de 2013 até 06 de Setembro de 2013.

AMPARO LEGAL: Lei nº 006, de 19 de Setembro de 2002 e alterações.

FUNÇÃO: Motorista

CARGA HORÁRIA: 40 Horas Semanais

SALÁRIO BASE: R\$ 925,52 (novecentos e vinte cinco reais, cinquenta centavos).

CAMPO ALEGRE/SC, 07 de Março de 2013.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 031/2013

EXTRATO DO CONTRATO Nº 030/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.

LOTAÇÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CONTRATADO: ALTAIR DA ROCHA

OBJETO: REALIZAÇÃO DE ATIVIDADES SUPLEMENTARES PARA RESTAURAR O PADRÃO INDISPENSÁVEL MÍNIMO

VIGÊNCIA: 07 de Março de 2013 até 06 de Setembro de 2013.

AMPARO LEGAL: Lei nº 006, de 19 de Setembro de 2002 e alterações.

FUNÇÃO: Motorista

CARGA HORÁRIA: 40 Horas Semanais

SALÁRIO BASE: R\$ 925,52 (Novecentos e vinte cinco reais e cinquenta centavos).

CAMPO ALEGRE/SC, 07 de Março de 2013.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 032/2013

EXTRATO DO CONTRATO Nº 032/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.

LOTAÇÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CONTRATADO: MONICA AUGUSTIN DRANKA

OBJETO: REALIZAÇÃO DE ATIVIDADES SUPLEMENTARES PARA RESTAURAR O PADRÃO INDISPENSÁVEL MÍNIMO

VIGÊNCIA: 13 de Março de 2013 até 19 de Dezembro de 2013.

AMPARO LEGAL: Lei nº 006, de 19 de Setembro de 2002 e alterações.

FUNÇÃO: Professor I – Educação Infantil e Anos Iniciais

CARGA HORÁRIA: 20 Horas Semanais
SALÁRIO BASE: R\$ 940,24 (novecentos e quarenta reais, vinte e quatro centavos).

CAMPO ALEGRE/SC, 13 de Março de 2013.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 033/2013

EXTRATO DO CONTRATO Nº 033/2013
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.
LOTAÇÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONTRATADO: ADRIANA ROSELI MEY
OBJETO: REALIZAÇÃO DE ATIVIDADES SUPLEMENTARES PARA RESTAURAR O PADRÃO INDISPENSÁVEL MÍNIMO
VIGÊNCIA: 13 de Março de 2013 até 13 de Setembro de 2013.
AMPARO LEGAL: Lei nº 006, de 19 de Setembro de 2002 e alterações.
FUNÇÃO: Agente Operacional I – Auxiliar de Serviços Gerais
CARGA HORÁRIA: 40 Horas Semanais
SALÁRIO BASE: R\$ 670,66 (seiscentos e setenta reais, sessenta e seis centavos)

CAMPO ALEGRE/SC, 13 de Março de 2013.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

TOMADA DE PREÇOS 57/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE-SC
AVISO DE LICITAÇÃO - Processo Licitatório nº 57/2015 – TP

Está aberto Processo Licitatório, na modalidade Tomada de Preços, do tipo menor preço, cujo objeto é o fornecimento de material e mão de obra, para ampliação e reforma do Quartel do Corpo de Bombeiros, à Rua Benjamin Constant 444, Centro, neste Município. Julgamento: MENOR PREÇO GLOBAL, com fixação de valor máximo unitário. Valor global estimado: R\$ 213.513,89. Os recursos são provenientes da taxa FUNREBOM. Data/horário/local para a realização da sessão de julgamento: 06/07/2015, 10 horas, no prédio da Prefeitura Municipal de Campo Alegre (entregar os envelopes no protocolo até as 09h45min). Os interessados poderão obter o edital e anexos no site do Município (www.campoalegre.sc.gov.br). Informações: (47) 3632-2266 - Serviço de Suprimentos. Campo Alegre, 19 de junho de 2015. Lucilaine Mokfa Schwarz – Secretária Municipal de Administração.

Campos Novos

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - PP 09/2015 - SOCIAL

AVISO DE LICITAÇÃO.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 09/2015

PROCESSO LICITATÓRIO Nº13/2015

FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

O Município de Campos Novos, através do Fundo Municipal de Assistência Social, torna público que fará realizar no dia 02 de Julho de 2015 às 14h00min, na sala de reuniões da Prefeitura, PREGÃO PRESENCIAL tendo como objeto a AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PEDAGÓGICOS, DE EXPEDIENTE E ARTESANATO PARA MANUTENÇÃO DOS PROGRAMAS DESENVOLVIDOS PELA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO. Edital que está amparado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no site www.camposnovos.sc.gov.br ou na sede da Prefeitura, localizado na Rua expedicionário João Batista de Almeida nº 323, no horário das 13h30min às 18:30 horas diariamente.

Campos Novos, 18 de Junho de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO PP 33/2015

AVISO DE LICITAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

PREGÃO PRESENCIAL Nº 33/2015

O Município de Campos Novos torna público que fará realizar no dia 03 de julho de 2015 às 15 horas, na sala de reuniões da Prefeitura, PREGÃO PRESENCIAL, do tipo menor preço por item, tendo como objeto o REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE CARTUCHOS DE TINTA E TONNERS PARA USO DAS UNIDADES ESCOLARES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO E DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO. O Edital que está amparado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no site www.camposnovos.sc.gov.br ou na sede da Prefeitura, localizado na Rua expedicionário João Batista de Almeida nº 323, no horário das 13h30min às 18h30 horas, diariamente.

Campos Novos, 18 de Junho de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal.

DECRETO Nº. 7.310/2015 DE 16/06/2015 APROVA DESMEMBRAMENTO DE IMÓVEL URBANO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

DECRETO Nº 7.310/2015 DE 16/06/2015

APROVA DESMEMBRAMENTO DE IMÓVEL URBANO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e;

Considerando parecer técnico do Departamento de Engenharia,

nos autos do Processo Administrativo nº 1.586/2015;

Considerando as disposições da Lei Federal nº 6.766, Lei Estadual nº 6.063, c/c artigos 55, §2º, 57, inciso III, e §4º da Lei Complementar nº 03 de 28 de maio de 2007 – Plano Diretor;

Com amparo no artigo 100, incisos VIII – XVIII da Lei Orgânica do município,

DECRETA:

Art. 1º. Fica autorizado o desmembramento do terreno urbano de propriedade de Verdes Campos Comércio e Representações Ltda, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob nº 08.670.147/0001-09, com área total de 17.255,00 m² (dezessete mil duzentos e cinquenta e cinco metros quadrados), matriculado no Cartório de Registro de Imóveis da comarca de Campos Novos sob nº 26.770.

Art. 2º. O imóvel mencionado no artigo primeiro possui as seguintes confrontações:

Norte: com Germano Foppa & Cia. Ltda em 166,30 metros;
Sul: com Arroio Taboão (Divisa Natural) em 228,39 metros;
Leste: com Luiz Alberto Thibes em 91,34 metros;
Oeste: com a Faixa de Domínio da BR 282 em 72,33 metros.

Art. 3º. O desmembramento autorizado por este decreto dá origem a 2 (duas) unidades imobiliárias autônomas com as seguintes características e confrontações:

Lote 01 com a área superficial de 4.057,10 m² e as seguintes confrontações:

Norte: com Germano Foppa & Cia. Ltda em 93,53 metros;
Sul: com o lote 02 em 95,38 metros;
Leste: com o lote 02 em 50,00 metros;
Oeste: com a Faixa de Domínio da BR 282 em 36,68 metros.

Lote 02 com a área superficial de 13.197,90 m² e as seguintes confrontações:

Norte: com o lote 01 em 145,38 metros e com Germano Foppa & Cia. Ltda. em 72,77 metros;
Sul: com Arroio Taboão (Divisa Natural) em 228,39 metros;
Leste: com Luiz Alberto Thibes em 91,34 metros;
Oeste: com a Faixa de Domínio da BR 282 em 35,65 metros.

Art. 4º. Ficam aprovadas as plantas e memoriais descritivos das unidades imobiliárias descritas no artigo 3º deste decreto.

Art. 5º. Ficam autorizados os Tabelionatos e Cartório de Registro de Imóveis da comarca de Campos Novos, a promoverem a escrituração e as averbações que se fizerem necessárias a transferência de domínio e registro dos imóveis objeto deste decreto.

Art. 6º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura de Campos Novos, registrado e publicado o presente Decreto em,
16 de junho de 2015.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

DECRETO Nº. 7.311/2015 DE 17/06/2015 REGULAMENTA LEI Nº. 4.185/15

DECRETO Nº 7.311/15 DE 17/06/15

REGULAMENTA LEI Nº 4.185/15

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Lei nº 3.976/13 de 27/11/13 (Plano Plurianual), Lei nº 4.054/14 de 18/07/2014 (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e Lei nº 4.102 de 17/12/2014 (Lei Orçamentária Anual),

DECRETA:

Art. 1º - Ficam suplementados em R\$ 22.013,76 (Vinte dois mil, treze reais e setenta e seis centavos) dotações orçamentárias constantes do Art. 1º da Lei nº 4.185/15.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura de Campos Novos, registrado e publicado o presente Decreto em,
17 de junho de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

DECRETO Nº. 7.312/2015 DE 17/06/2015 REGULAMENTA LEI Nº. 4.186/2015

DECRETO Nº 7.312/15 DE 17/06/15

REGULAMENTA LEI Nº 4.186/15

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Lei nº 3.976/13 de 27/11/13 (Plano Plurianual), Lei nº 4.054/14 de 18/07/2014 (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e Lei nº 4.102 de 17/12/2014 (Lei Orçamentária Anual),

DECRETA:

Art. 1º - Ficam suplementados em R\$ 3.000.000,00 (Três milhões) dotações orçamentárias constantes do Art. 1º da Lei nº 4.186/15.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura de Campos Novos, registrado e publicado o presente Decreto em,
17 de junho de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

LEI 4.185/2015 DE 17/06/2015 AUTORIZA A ABERTURA DE CREDITO ADICIONAL ESPECIAL NO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

LEI Nº 4.185/2015 DE 17/06/2015

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições previstas no Art. 100, inciso V da Lei Orgânica,

FAZ SABER A TODOS OS HABITANTES DESTA MUNICÍPIO QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU, E ELE SANCIONA A PRESENTE LEI:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir um crédito adicional especial no orçamento do Fundo Municipal de Saúde, no valor de R\$ 22.013,76 (vinte e dois mil e treze reais e setenta e seis centavos) no projeto/atividade abaixo discriminado:

ÓRGÃO: 19 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

UNIDADE: 02 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO FUNDO MUN DE SAÚDE

PROJETO/ATIVIDADE: 2.087 – PMAQ – Programa de Manut. Do Acesso e da Qualidade

Elemento de despesa: 36 – 3.3.90.00.00.00.00.00.03.0038.000038 – Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

Elemento de despesa: 46 – 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0071.000000 – Aplicações Diretas R\$ 2.022,57

Elemento de despesa: 37 – 4.4.90.00.00.00.00.00.03.0038.000038 – Aplicações Diretas R\$ 9.991,19

Art. 2º. Para a cobertura do crédito previsto no Art. 1º, em relação aos elementos de despesa 36 e 37 serão utilizados recursos provenientes do superávit financeiro apurado no exercício anterior, enquanto que em relação ao elemento de despesa nº 46 serão utilizados recursos provenientes do excesso de arrecadação apurado no exercício corrente.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Campos Novos, em 17 de junho de 2015.

NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

LEI COMPLEMENTAR Nº. 04/2015 DE 17/06/2015 ALTERA REDAÇÃO DA LEI COMPLEMENTAR Nº. 03/2003
LEI COMPLEMENTAR Nº 04/15 DE 17/06/2015

ALTERA REDAÇÃO DA LEI COMPLEMENTAR Nº03/2003.

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições previstas no Art. 100, inciso V da Lei Orgânica,
FAZ SABER A TODOS OS HABITANTES DESTA MUNICÍPIO QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU, E ELE SANCIONA A PRESENTE LEI:

Art. 1º. O §4º do art. 13 da Lei Complementar nº 03/2003 passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 13.

§4º. Não se inclui na base de cálculo do imposto o valor dos materiais empregados e que permanecerem incorporados à obra após a sua conclusão.

Art. 2º. O art. 13 da Lei Complementar nº 03/2003 passa a vigorar com o acréscimo do seguinte parágrafo:

Art. 13.

§5º. Para o fim de se determinar a base de cálculo do imposto para os serviços previstos nos subitens 7.02 e 7.05 da anexa Lista de Serviços, cuja execução abranger o fornecimento de mão-de-obra e materiais, o valor dos serviços prestados corresponderá a 40% (quarenta por cento) do valor total da obra, salvo prova inequívoca, a cargo do contribuinte, na forma do regulamento a ser expedido pelo Poder Executivo, de que os materiais compõem mais de 60% (sessenta por cento) do valor da obra.

Art. 3º. Os itens 7.02 e 7.05 da Lista de Serviços anexa à Lei Complementar nº 03/2003 passam a vigorar com a seguinte redação:

07.	02.	Execução, por administração, empreitada ou subempreitada, de obra de construção civil, hidráulica ou elétrica e de outras obras semelhantes, inclusive sondagem, perfuração de poços, escavação, drenagem e irrigação, terraplanagem, pavimentação, concretagem e a instalação e montagem de produtos, peças e equipamentos.	5%
-----	-----	------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	----

....

07.	05.	Reparação, conservação e reforma de edifícios, estradas, pontes, portos e congêneres.	5%
-----	-----	---------------------------------------------------------------------------------------	----

Art. 4º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

Prefeitura Municipal de Campos Novos, 17 de junho de 2015.

NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

LEI Nº. 4.186/2015 DE 17/06/2015 AUTORIZA ABERTURA DE CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO

LEI Nº 4.186/2015 DE 17/06/2015

AUTORIZA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições previstas no Art. 100, inciso V da Lei Orgânica,
FAZ SABER A TODOS OS HABITANTES DESTA MUNICÍPIO QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU, E ELE SANCIONA A PRESENTE LEI:

Art. 1º. Fica aberto um crédito adicional suplementar no orçamento do município, no valor de R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais) no projeto/atividade abaixo discriminado:

ÓRGÃO: 04 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

UNIDADE: 10 – DEPARTAMENTO EDUCAÇÃO ENSINO INFANTIL-PRÉ ESCOLAR

PROJETO/ATIVIDADE: 2.011 – Manutenção do Departamento Educação Ensino Infantil- Pré Escolar

Elemento de despesa: 48 – 3.1.90.00.00.00.00.00.01.0001.00000 - aplicações diretas R\$ 3.000.000,00

Art. 2º. Para a cobertura do crédito previsto no Art. 1º, serão utilizados recursos provenientes da seguinte rubrica orçamentária do município:

ÓRGÃO: 04 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

UNIDADE: 10 – DEP. DE EDUCAÇÃO DO ENSINO INFANTIL – PRÉ ESCOLAR

PROJETO/ATIVIDADE: 2.013 – Manutenção do Dep. do Ensino Fundamental

Elemento de despesa: 60 – 3.1.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000 - aplicações diretas R\$ 3.000.000,00

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Campos Novos, em 17 de junho de 2015.

NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

SAMAE - CAMPOS NOVOS**PORTARIA 038/2015**

PORTARIA SAMAE CNO 038/2015, DE 18 DE JUNHO DE 2015.

O Diretor do SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Campos Novos – SC, de acordo com o art. 25 da Lei Complementar nº 12/2011, no uso de suas atribuições:

RESOLVE

Conceder adicional por titulação, em nível de pós-graduação, a partir desta data, à servidora Leticia Alves Ribeiro, Auxiliar Administrativa, Padrão 4.1 por concluir o Curso Pós-graduação MBA em Gestão da Qualidade e Segurança Alimentar.

PUBLIQUE-SE E REGISTRE-SE

Joel Francisco Fagundes
Diretor do SAMAE

Canoinhas

PREFEITURA

PUBLICAÇÃO DE EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA N.º PMC 03/2015

MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. PMC 104/2015
EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº. PMC 03/2015

O Município de Canoinhas/SC, CNPJ nº. 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 23/07/2015, às 09h15min, licitação para REGISTRO DE PREÇOS DE DIVERSOS MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, HIDRÁULICO, ELÉTRICO E TELEFONIA, DESTINADOS PARA SUPRIR A NECESSIDADE DE TODOS SETORES DA PREFEITURA, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS, POLÍCIA CIVIL, MILITAR E CORPO DE BOMBEIROS. Recebimento de propostas até as 09h00min do dia 23/07/2015. Informações (47) 3621-7705. Cópia do edital no site www.pmc.sc.gov.br no link licitações.

Luiz Alberto Riconski Faria
Prefeito

PUBLICAÇÃO DE EDITAL DE PREGÃO N.º PMC 61/2015 (PRESENCIAL)

MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. PMC 97/2015
EDITAL DE PREGÃO Nº. PMC 61/2015 (PRESENCIAL)
REPUBLICAÇÃO

O Município de Canoinhas/SC, CNPJ nº. 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 07/07/2015, às 14h05min, licitação para REGISTRO DE PREÇOS DE CONSERVATO, TROCA, BALANCEAMENTO E ALINHAMENTO DE PNEUS, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS E MÃO DE OBRA, DESTINADOS AOS VEÍCULOS, CAMINHÕES E MÁQUINAS DESTA PREFEITURA, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS, POLÍCIA MILITAR E CIVIL E CORPO DE BOMBEIROS. Recebimento de propostas até as 14h00min do dia 07/07/2015. Informações (47) 3621-7705. Cópia do edital no site www.pmc.sc.gov.br no link licitações.

Luiz Alberto Riconski Faria
Prefeito

PUBLICAÇÃO DO EDITAL DE LEILÃO PÚBLICO N.º PMC 01/2015

MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº PMC 112/2015
EDITAL DE LEILÃO Nº PMC 01/2015

O MUNICÍPIO DE CANOINHAS, CNPJ 83.102.384/0001-80, fará realizar no dia 08/07/2015 às 14h05min, na sede da Prefeitura, sito à rua Felipe Schmidt, 10 – Centro, Canoinhas-SC, LEILÃO PÚBLICO do tipo MAIOR LANCE para ALIENAÇÃO ONEROSA DA ÁREA DE 8.943,60 M², CONSTITUÍDO PELOS TRECHOS DAS RUAS JACOB SCHEUER, JULIO CORREIA DA COSTA E JOAQUIM VIEIRA DE LIMA, MATRICULADO JUNTO AO CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DESTA COMARCA SOB MATRÍCULA Nº 38.520, CONFORME A LEI MUNICIPAL 5.563/2015. A entrega das propostas iniciais deverá ser realizada diretamente no protocolo geral da Prefeitura, até às 14h00min do dia 08/07/2015. Informações (47) 3621-7793.

O edital poderá ser retirado no site www.pmc.sc.gov.br, link licitações.

Luiz Alberto Riconski Faria
Prefeito

PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO N.º FMS 13-05/2012

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º FMS 13-05/2012
PRAZO

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA

O Fundo Municipal de Saúde de Canoinhas-SC, CNPJ nº. 11.206.680/0001-10, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna público o termo aditivo n.º FMS 13-05/2012 referente ao contrato n.º FMS 05/2012. Data do Aditivo: 18/06/2015. Objeto Contratado: EXECUÇÃO DE OBRAS RELATIVAS À CONSTRUÇÃO DA UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO 24 HORAS (UPA), Contratada: NAKAZIMA ENGENHARIA LTDA, CNPJ: 76.330.927/0001-51. Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CANOINHAS, CNPJ: 11.206.680/0001-10. O prazo máximo para execução de todas as obras previstas no objeto do contrato, que era de 40 (quarenta) meses consecutivos a contar do recebimento da ordem de serviço pela contratada, passará a ser de 46 (quarenta e seis) meses e 15 (quinze) dias consecutivos com vigência até a data 31/12/2015. PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º PMC 50/2011. CONCORRÊNCIA N.º PMC 05/2011.

Luiz Alberto Riconski Faria
Prefeito

PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO N.º PMC 10-71/2012

EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO N.º PMC 10-71/2012
VIGÊNCIA E REAJUSTE
MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ nº. 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna público o termo aditivo n.º PMC 10-71/2012, referente ao contrato n.º PMC 71/2012. Data do Aditivo: 15/06/2015. Objeto Contratado: EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E AMPLIAÇÃO DO SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA URBANA E RURAL NO MUNICÍPIO DE CANOINHAS. Contratada: QUANTUM ENGENHARIA ELETRICA LTDA, CNPJ: 82.094.640/0001-72. Contratante: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS, CNPJ: 83.102.384/0001-80. Parágrafo Terceiro – A vigência do presente Contrato que era até 30/06/2015, passará a ser até 31/12/2015. Fica através do presente termo aditivo, em virtude de prorrogação de prazo, acrescido ao presente contrato o valor de R\$ 109.620,00 (Cento e nove mil seiscentos e vinte reais) dividido da seguinte forma: Manutenção: R\$ 85.260,00 (oitenta e cinco mil duzentos e sessenta reais), sendo R\$ 14.210,00 (catorze mil duzentos e dez reais) por mês; Ampliação: R\$ 24.360,00 (vinte e quatro mil trezentos e sessenta reais), sendo R\$ 4.060,00 (quatro mil sessenta reais) por mês. Portanto, o valor total contratado, que era de R\$ 603.000,00 (seiscentos e três mil reais) passará a ser de R\$ 712.620,00 (setecentos e doze mil seiscentos e vinte reais). PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º PMC 93/2012. TOMADA DE PREÇO

N.º PMC 26/2012

Luiz Alberto Rincoski Faria
Prefeito**PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO N.º PMC 12-155/2011**EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO N.º PMC 12-155/2011
VIGÊNCIA
MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna público o termo aditivo n.º PMC 12-155/2011 referente ao contrato n.º PMC 155/2011. Data do Aditivo: 28/04/2015. Objeto Contratado: EXECUÇÃO DE OBRAS RELATIVAS À AMPLIAÇÃO DA E.B.M. AROLDO CARNEIRO DE CARVALHO, COM ÁREA TOTAL DE 1.558,66 M². Contratada: ENGEMO CONSTRUÇÕES LTDA, CNPJ: 03.637.604/0001-31. Contratante: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS, CNPJ: 83.102.384/0001-80. O presente contrato que tinha sua vigência até 28/04/2015, passará a ter a vigência até 26/06/2015. PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º PMC 175/2011, CONCORRÊNCIA PÚBLICA N.º PMC 14/2011.

Luiz Alberto Rincoski Faria
Prefeito**PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO N.º PMC 19-72/2011**EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO N.º PMC 19-72/2011
ACRÉSCIMO DE VALOR
MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna público o termo aditivo n.º PMC 19-72/2011, referente ao contrato n.º PMC 72/2011. Data do Aditivo: 12/06/2015. Objeto Contratado: PRESTAÇÃO SERVIÇOS DE RASTREAMENTO DA FROTA DE VEÍCULOS TERRESTRES, EQUIPAMENTOS MOTORIZADOS, ACOPLADOS E REBOCÁVEIS, EM USO PELO GOVERNO MUNICIPAL, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL, POR MEIO DE EQUIPAMENTO GPS, COMPREENDENDO O FORNECIMENTO, INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS EQUIPAMENTOS DE RASTREAMENTO E SISTEMA DE GESTÃO, INCLUINDO AINDA, O TREINAMENTO DE USO E A HOSPEDAGEM DE SISTEMA DE GESTÃO EM EQUIPAMENTOS INSTALADOS NA SEDE DA CONTRATADA. Contratada: VIGILLARE SISTEMAS DE MONITORAMENTO LTDA, CNPJ: 02.883.607/0001-92. Contratante: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS, CNPJ: 83.102.384/0001-80. Fica, através do presente termo aditivo acrescido ao contrato, o valor de R\$ 1.472,22 (um mil quatrocentos e setenta e dois reais e vinte e dois centavos) em virtude do acréscimo dos seguintes veículos à frota de veículos da Prefeitura deste Município: 01 (um) UNO WAY 1.4 placa QHR 8993 n.º 167 para Administração; 01 (um) PALIO FIRE placa QHR 8973 N.º. 168 para Administração; 01 (um) UNO WAY 1.4 placa QHR 9053 n.º 166 para Secretaria de Habitação. Portanto, o valor do presente contrato, que era de R\$ 315.415,94 (trezentos e quinze mil quatrocentos e quinze reais e noventa e quatro centavos), passará a ser de R\$ 316.888,16 (trezentos e dezesseis mil oitocentos e oitenta e oito reais e dezesseis centavos). PROCESSO

DE LICITAÇÃO N.º PMC 69/2011. PREGÃO N.º PMC 32/2011 (PRESENCIAL).

Luiz Alberto Rincoski Faria
Prefeito**PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º FMAS 06/2015**EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º FMAS 06/2015
MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna público o contrato n.º FMAS 06/2015. Data de assinatura: 08/06/2015. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A REALIZAÇÃO DE OFICINAS DE ARTESANATO, CUSTOMIZAÇÃO E COSTURA, REAPROVEITAMENTO DE ALIMENTOS E TERAPIA OCUPACIONAL, QUE SERÃO OFERTADOS NO CRAS I, II E III. Valor: R\$ 203.560,09 (duzentos e três mil quinhentos e sessenta reais e nove centavos). Contratada: FUNDAÇÃO DE EDUCAÇÃO DAMA, CNPJ: 03.788.508/0001-94. Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CANOINHAS, CNPJ: 11.455.005/0001-25. Prazo de vigência: 30/06/2016. PROCESSO LICITATÓRIO N.º FMAS 05/2015, PREGÃO PRESENCIAL N.º FMAS 05/2015.

Luiz Alberto Rincoski Faria
Prefeito**PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º FMAS 07/2015**EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º FMAS 07/2015
MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna público o contrato n.º FMAS 07/2015. Data de assinatura: 18/06/2015. Objeto: AQUISIÇÃO DE 5.000 EXEMPLARES DA OBRA "TODA CRIANÇA TEM O DIREITO DE VIVER A INFÂNCIA" - ISBN 978-85-61726-39-3, VOLTADA À EDUCAÇÃO E CONSCIENTIZAÇÃO PARA OS GRUPOS E PROJETOS DO PETI. Valor: R\$ 14.750,00 (quatorze mil setecentos e cinquenta reais). Contratada: EDITORA AMIGOS DA NATUREZA LTDA, CNPJ: 04.096.738/0001-55. Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CANOINHAS, CNPJ: 11.455.005/0001-25. Prazo de vigência: 31/12/2015. PROCESSO LICITATÓRIO N.º FMAS 08/2015, INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N.º FMAS 01/2015

Luiz Alberto Rincoski Faria
Prefeito**PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º FMS 20/2015**EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º FMS 20/2015
MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA

O Fundo Municipal de Saúde de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 11.206.680/0001-10, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna público o contrato n.º FMS 20/2015. Data de assinatura: 29/05/2015. Contratado: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO CONTESTADO – CISAMURC, CNPJ:

03.887.256/0001-50. Objeto Contratado: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE DIAGNÓSTICO POR IMAGEM, NA ATENÇÃO BÁSICA, MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE, AO PREÇO DA TABELA SIA/SUS. Valor: R\$ 315.000,00 (trezentos e quinze mil). Vigência: 31/12/2015. PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º FMS 16/2015. INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N.º FMS 04/2015.

Luiz Alberto Rincoski Faria
Prefeito/Presidente do Fundo

PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º PMC 74/2015

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º PMC 74/2015
MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna público o contrato n.º PMC 74/2015. Data de assinatura: 01/06/2015. Contratada: J. LOPES CONSTRUTORA LTDA, CNPJ n.º 10.912.255/0001-84. Objeto Contratado: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA REMANESCENTE PARA EXECUÇÃO DE OBRAS RELATIVAS A AMPLIAÇÃO DO GRUPO ESCOLAR REINALDO KRUGER, LOCALIZADO NA RUA OTTO KOHLER, Nº 662, BAIRRO INDUSTRIAL I, NESTA CIDADE DE CANOINHAS. Contratante: Prefeitura do Município de Canoinhas, CNPJ: 83.102.384/0001-80. Valor: R\$ 206.954,60 (duzentos e seis novecentos e cinquenta e quatro reais e sessenta centavos). Vigência: 31/12/2015. PROCESSO LICITATÓRIO N.º PMC 78/2015. INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N.º PMC 02/2015.

Luiz Alberto Rincoski Faria
Prefeito

PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º PMC 77/2015

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º PMC 77/2015
MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna público o contrato n.º PMC 77/2015. Data de assinatura: 10/06/2015. Contratada: MOLASUL POSTO DE MOLAS E MECÂNICA DIESEL LTDA. CNPJ n.º 02.734.357/0001-29. Objeto Contratado: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O FORNECIMENTO DE PEÇAS E SERVIÇOS PARA REPAROS MECÂNICOS, NO CAMINHÃO M.B AXOR 1933S Nº. 63 PLACAS MEI - 1696. Contratante: Prefeitura do Município de Canoinhas, CNPJ: 83.102.384/0001-80. Valor: R\$ 12.400,00. Vigência: 31/12/2015. PROCESSO LICITATÓRIO N.º PMC 87/2015, PREGÃO N.º PMC 52/2015 (PRESENCIAL).

Luiz Alberto Rincoski Faria
Prefeito

PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º PMC 78/2015

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º PMC 78/2015
MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna público o contrato n.º PMC 78/2015. Data de assinatura: 10/06/2015. Contratada: VERITA VEÍCULOS LTDA (FUCHS AUTOMÓVEIS CANOINHAS) CNPJ n.º 83.528.232/0001-44. Objeto Contratado: AQUISIÇÃO DE 01 VEÍCULO UTILITÁRIO NOVO, 0 KM, FLEX, CABINE DUPLA, EQUIPADO COM NO MÍNIMO AR CONDICIONADO E DIREÇÃO HIDRÁULICA, DESTINADOS A SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS DE CANOINHAS. Contratante: Prefeitura do Município de Canoinhas, CNPJ: 83.102.384/0001-80. Valor: R\$ 54.400,00. Vigência: 31/12/2015. PROCESSO LICITATÓRIO N.º PMC 88/2015, PREGÃO N.º PMC 53/2015 (ELETRÔNICO).

Luiz Alberto Rincoski Faria
Prefeito

PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º PMC 79/2015

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º PMC 79/2015
MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna público o contrato n.º PMC 79/2015. Data de assinatura: 11/06/2015. Contratada: FLASH IND E COM DE PROD E SIST ELETROELETRONIC LTDA, CNPJ n.º 04.844.206/0001-59. Objeto Contratado: AQUISIÇÃO DE KITS DE EQUIPAMENTOS DE SINALIZAÇÃO E ACÚSTICA, PARA SEREM INSTALADOS NAS VIATURAS DE EMERGÊNCIA DO DEPARTAMENTO DE TRANSITO - DETRACAN, DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS. Contratante: Prefeitura do Município de Canoinhas, CNPJ: 83.102.384/0001-80. Valor: R\$ 3.600,00. Vigência: 31/12/2015. PROCESSO LICITATÓRIO N.º PMC 92/2015, PREGÃO N.º PMC 57/2015 (PRESENCIAL).

Luiz Alberto Rincoski Faria
Prefeito

PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º PMC 80/2015

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º PMC 80/2015
MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna público o contrato n.º PMC 80/2015. Data de assinatura: 12/06/2015. Contratada: CRISLAINE DE FATIMA CHAGAS ESTOKERO - ME, CNPJ n.º 17.360.860/0001-39. Objeto Contratado: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE OBRA RELATIVA À CONSTRUÇÃO DE CABECEIRA DA PONTE NA LOCALIDADE DE ARROIOS. Contratante: Prefeitura do Município de Canoinhas, CNPJ: 83.102.384/0001-80. Valor: R\$ 14.843,15. Vigência: 31/12/2015. PROCESSO LICITATÓRIO N.º PMC 81/2015, TOMADA DE PREÇO N.º PMC 21/2015.

Luiz Alberto Rincoski Faria
Prefeito

TERMO DE ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº003/2015

TERMO DE ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº003/2015

Aos 18 (dezoito) dias do mês de junho de 2015, a PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS (SC), localizada à Rua Senador Felipe Schmidt nº10, cidade de Canoinhas, estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob o nº83.102.384/0001-80, neste ato representada pelo excelentíssimo senhor Luiz Alberto Rincoski Faria, portador da Carteira de Identidade nº482.932 SSP/SC, CPF nº477.740.299-15, no uso da atribuição que lhe confere o cargo de Prefeito, resolve promover adesão a Ata de Registro de Preços do Pregão Eletrônico nº71/2013/FNDE/MEC, conforme autorização concedida pelo Ofício nº1414/2015 – CGARC/DIRAD/FNDE, cujo objeto trata do Registro de Preços, consignado em Ata, buscando a aquisição de Solução Integrada Interativa de Computador e Projeção, denominada Computador Interativo, para atendimento de escolas e instituições públicas, da educação básica, tecnológica e superior, sendo

que esta municipalidade formalizará instrumento contratual com a empresa Positivo Informática S/A, licitante vencedor, inscrita no CNPJ sob o nº81.243.735/0001-48, para aquisição de 20 (vinte) Computadores Interativos, ao valor unitário de R\$2.520,00 (dois mil, quinhentos e vinte reais), destinados às Escolas da Rede Municipal de Ensino.

Canoinhas (SC), 18 de junho de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Este Termo de Adesão a Ata de Registro de Preços foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 18/06/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

Capinzal

PREFEITURA

Lei 3.177/2015

LEI Nº 3.177, DE 17 DE JUNHO DE 2015.

Aprova o Plano Municipal de Educação – PME, na forma que especifica.

PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono, nos termos do art. 58, V, da Lei Orgânica Municipal, a seguinte Lei:

Art. 1º Fica aprovado o Plano Municipal de Educação – PME, com vigência por 10 (dez) anos, a contar da publicação desta Lei, com vistas ao cumprimento do disposto no art. 8º da Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014.

Art. 2º São diretrizes do PME:

- I - erradicação do analfabetismo;
- II - universalização do atendimento escolar;
- III - superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação;
- IV - melhoria da qualidade da educação;
- V - formação para o trabalho e para a cidadania, com ênfase nos valores morais e éticos em que se fundamenta a sociedade;
- VI - promoção do princípio da gestão democrática da educação pública;
- VII - promoção humanística, científica, cultural e tecnológica do País;
- VIII - estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do Produto Interno Bruto - PIB que assegure atendimento às necessidades de expansão, com padrão de qualidade e equidade;
- IX - valorização dos (as) profissionais da educação;
- X - promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental.

Art. 3º As metas previstas no Anexo Único desta Lei serão cumpridas no prazo de vigência deste PME, desde que não haja prazo inferior definido para metas e estratégias específicas.

Art. 4º As metas previstas no Anexo Único desta Lei deverão ter como referência o Diagnóstico elaborado pela Equipe Técnica com base nos dados divulgados por Órgãos Oficiais.

Art. 5º A execução do PME e o cumprimento de suas metas serão objeto de monitoramento contínuo e de avaliações periódicas realizados pelas seguintes instâncias:

- I - Secretaria Municipal de Educação;
- II - Comissão de Avaliação do PME;

III - Conselho Municipal de Educação – CME.

§ 1º Compete, ainda, às instâncias referidas no caput:

I - divulgar os resultados do monitoramento e das avaliações nos respectivos sítios institucionais da internet;

II - analisar e propor políticas públicas para assegurar a implementação das estratégias e o cumprimento das metas;

III - analisar e propor a revisão do percentual de investimento público em educação.

§ 2º Ao longo do período de vigência deste PME, observar-se-ão os resultados dos estudos publicados a cada 2 (dois) anos pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP para aferir a evolução no cumprimento das metas estabelecidas no Anexo Único.

§ 3º A meta progressiva do investimento público em educação será avaliada no quarto ano de vigência do PME e poderá ser ampliada por meio de lei para atender às necessidades financeiras do cumprimento das demais metas.

§ 4º O investimento público em educação a que se refere a meta 19 desta Lei engloba os recursos aplicados na forma do art. 212 da Constituição Federal, do art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, bem como do art. 213 da Constituição Federal.

§ 5º Será destinada à manutenção e ao desenvolvimento do ensino, em acréscimo aos recursos vinculados nos termos do art. 212 da Constituição Federal, além de outros recursos previstos em lei, a parcela da participação no resultado ou da compensação financeira pela exploração de petróleo e de gás natural, na forma de lei específica, com a finalidade de assegurar o cumprimento da meta prevista no inciso VI do art. 214 da Constituição Federal.

Art. 6º O Município promoverá a realização de pelo menos 2 (duas) conferências municipais de educação até o final do decênio, precedidas de amplo debate.

Parágrafo único. As conferências municipais de educação realizar-se-ão com intervalo de até 4 (quatro) anos entre elas, com o objetivo de avaliar a execução do Plano Nacional de Educação – PNE, do Plano Estadual de Educação – PEE, bem como deste Plano Municipal e subsidiar a elaboração dos planos de educação para o decênio subsequente.

Art. 7º A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios atuarão em regime de colaboração visando ao alcance das metas e à implementação das estratégias objeto deste Plano, na forma da lei.

§ 1º Caberá aos gestores federais, estaduais, municipais e do Distrito Federal a adoção das medidas governamentais necessárias ao alcance das metas previstas neste PME.

§ 2º As estratégias definidas no Anexo Único desta Lei não elidem a adoção de medidas adicionais em âmbito local ou de instrumentos jurídicos que formalizem a cooperação entre os entes federados, podendo ser complementadas por mecanismos nacionais e locais de coordenação e colaboração recíproca.

§ 3º O sistema de ensino municipal criará mecanismos para o acompanhamento local da consecução das metas do PME.

§ 4º Haverá regime de colaboração específico para a implementação de modalidades de educação escolar que necessitem considerar territórios étnico-educacionais e a utilização de estratégias que levem em conta as identidades e especificidades socioculturais e linguísticas de cada comunidade envolvida, assegurada a consulta prévia e informada a essa comunidade.

§ 5º O fortalecimento do regime de colaboração entre a União, o Estado e o Município

incluirá a instituição de instâncias permanentes de negociação, cooperação e pactuação.

§ 6º O fortalecimento do regime de colaboração entre os Municípios dar-se-á, inclusive, mediante a adoção de arranjos de desenvolvimento da educação.

Art. 8º O Município, no prazo de 2 (dois) anos contados da publicação da Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, deverá adequar a legislação local, disciplinando a gestão democrática da educação pública em conformidade com o disposto na referida Lei, bem como neste PME.

Art. 9º O plano plurianual, as diretrizes orçamentárias e o orçamento anual do Município serão formulados de maneira a assegurar a consignação de dotações orçamentárias compatíveis com as diretrizes, metas e estratégias deste PME, a fim de viabilizar sua plena execução.

Art. 10. O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica, coordenado pela União, constituirá fonte de informação para a avaliação da qualidade da educação básica e para a orientação das políticas públicas desse nível de ensino.

Art. 11. Até o final do primeiro semestre do nono ano de vigência deste PME, o Poder Executivo encaminhará à Câmara de Vereadores, sem prejuízo das prerrogativas deste Poder, o Projeto de Lei referente ao Plano Municipal de Educação a vigorar no período subsequente, que incluirá diagnóstico, diretrizes, metas e estratégias para o próximo decênio.

Art. 12. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art.13. Revoga a Lei nº 3.045, de 14 de novembro de 2012.

Capinzal, em 17 de junho de 2015.

ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei na data supra.

ORLANDO THOLL
Secretário da Administração e Finanças

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL



SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

2015 – 2024

Capinzal/SC

2015

PREFEITO MUNICIPAL

Andevir Isganzella

VICE-PREFEITO

Wilson Farias

SECRETARIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Israel Boniek Gonçalves

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Orlando Tholl

COMISSÃO MUNICIPAL RESPONSÁVEL PELA ADEQUAÇÃO DO PME**Presidente**

Israel Boniek Gonçalves

Vice – Presidente

Gisela Nara Martins

Coordenação da Comissão

Inês Rossetti Baron

SECRETÁRIA DA COMISSÃO

Izolete dos Santos Riqueti

MEMBROS DA COMISSÃO

Técnica: Ana Paula Franceschi Savariz

Secretaria Municipal da Educação: Josy Mari Côas

Conselho Municipal da Educação – COMED: Wanessa Moraes Trzcinski

Gestores municipais e estaduais: Salete Savaris Araujo, Iliane dos Santos e Giana Martins

Professores municipais e estaduais: Juliano do Prado e Carlos Tobaldini

Estudantes municipais, estaduais e particulares: Isabele Rossato Cesa e Andressa Almeida

Educação de Jovens e Adultos – EJA: Marli Morosini

Pais e Mães ou Responsáveis – APPs: Edilson Falavigna

Educação Especial: Lucimara Salete Palinski

Educação Profissional: Edite Drey

Educação Superior: Noemia Pizzamiglio

Comissão de Educação do Poder Legislativo: Antonio Mantovani

Conselho Tutelar e Conselho dos Direitos da Criança e Adolescente: Marisete Motta e Leila Maria Maule de Oliveira

Conselho do FUNDEB: Belomi Maria Rossato

Gerência de Educação – GERED: Rosângela Parizzi

Secretaria Municipal de Saúde: Daniela Bortoli

Secretaria Municipal de Assistência Social: Elena Casagrande Reck

Secretaria Municipal de Planejamento: Salete Aparecida Constantin de Mattos

Igualdade Racial e Diversidade: Marcos José Thomaz

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	05
INTRODUÇÃO	07
CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CAPINZAL	09
Aspectos Históricos	09
Aspectos Geográficos	11
Aspectos Ambientais	12
Aspectos Socioeconômicos	13
Aspectos Culturais	14
DIAGNÓSTICO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E ENSINO MÉDIO DO MUNICÍPIO	15
Educação Infantil	16
Ensino Fundamental	18
Ensino Médio	20
Ensino Superior	21
Programa Mais Educação	21
Programa Dinheiro Direto na Escola	23
Plano de Desenvolvimento da Escola – PDE	23
Educação de Jovens e Adultos	24
Educação Especial	25
Gestão e Financiamento Educacional	26
Valorização do Magistério	27
METAS E ESTRATÉGIAS	29
META 01	29
META 02	31
META 03	34
META 04	36
META 05	38
META 06	39
META 07	40

META 08	44
META 09	46
META 10	47
META 11	48
META 12	49
META 13	51
META 14	52
META 15	53
META 16	54
META 17	55
META 18	56
META 19	58
ACOMPANHAMENTO, ELABORAÇÃO E AVALIAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CAPINZAL	60

APRESENTAÇÃO

O Plano Municipal de Educação de Capinzal/SC, foi elaborado a partir de estudos e debates, tendo iniciadas as discussões no ano de 2014, envolvendo a equipe de profissionais das Coordenações: Educação Infantil, Ensino Fundamental, Educação de Jovens e Adultos e Educação Especial, assim como os segmentos das escolas, sob a coordenação do então Secretário Municipal de Educação, Cultura e Esportes Israel Boniek.

Assim, foi instituída a Comissão Municipal por meio de um Decreto cujo número é 022 de 25 de fevereiro de 2015, assinada pelo Excelentíssimo Sr. Prefeito Municipal Andevir Isganzela e Excelentíssimo Sr. Secretário de Administração e Finanças Orlando Tholl, integrada por educadores da Secretaria de Educação e por representantes do Conselho Municipal de Educação, da Universidade do Oeste de Santa Catarina - UNOESC, de gestores do ensino médio do sistema estadual de ensino e demais entidades e representantes de segmentos da sociedade que, contribuíram com as proposições de Metas e Estratégias para o PME correspondendo ao Decênio 2015 – 2024.

A elaboração do Plano Municipal de Educação responde a uma determinação legal, considerando a promulgação da Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que determinou em seu artigo 8º, aos Estados, Distrito Federal e Municípios a elaboração de seus Planos Decenais em consonância com as diretrizes, metas e estratégias previstas no Plano Nacional de Educação.

O processo de elaboração do PME encontra respaldo legal na Constituição Federal de 1988, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de nº9.394/96, assim como, nos marcos normativos que embasam o regime de colaboração dos entes federados: a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios. O PME de Capinzal encontra-se alinhado ao Plano Nacional de Educação – PNE e ao Plano Estadual de Educação – PEE de Santa Catarina.

Ressalta-se que as Metas e Estratégias definidas neste Plano apontam para as perspectivas transformadoras e emancipadoras da educação de Capinzal, sendo

delineadas com base na Legislação Educacional, nos Planos Nacional e Estadual de Educação e na realidade do município.

A ênfase foi articular a comunidade para estudar e organizar uma estrutura para a construção do PME. O Planejamento foi o segredo do sucesso para definir quais eram os pontos relevantes para a discussão. Pesquisou-se e elaborou-se toda a documentação necessária para esta construção: diretrizes, diagnóstico e leis vigentes.

Este Plano é para o município e não para uma Rede de Ensino. Esse é o momento que estabelecemos um vínculo com as diferentes etapas para conversar e definir um perfil esperado para alunos que hoje são da Educação Infantil, amanhã do Ensino Fundamental, no futuro, do Ensino Médio, por isso, as Metas e Estratégias do PME foram definidas a partir da análise do diagnóstico educacional do município de Capinzal, considerando o contexto histórico, geográfico, socioeconômico, cultural e ambiental, o que proporcionou uma visão holística da realidade de Capinzal, possibilitando assim, a definição de proposições capazes de assegurar mudanças significativas na performance educacional do município no decorrer de dez anos.

INTRODUÇÃO

O Plano Municipal de Educação – PME, do município de Capinzal-SC respalda-se nos marcos normativos norteadores da elaboração dos Planos, coerente com o Plano Nacional de Educação – PNE e ao Plano Estadual de Educação – PEE que fundamentaram todo o processo de construção do texto base do PME. A Constituição Federal no Art. 211 determina que a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão em regime de colaboração seus sistemas de ensino. Conforme o § 4º deste artigo, na organização de seus sistemas de ensino, os entes federados definirão formas de colaboração, de modo a assegurar a universalização do ensino obrigatório.

O Art. 214 define que a lei estabelecerá o Plano Nacional de Educação, de duração Decenal, com o objetivo de articular o sistema nacional de educação em regime de colaboração e definir diretrizes, metas e estratégias de implementação para assegurar a manutenção e o desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis, etapas e modalidades por meio de ações integradas dos poderes públicos das diferentes esferas federativas.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei nº 9.394/96 em seu Artigo 1º estabelece a diferença no conceito sobre educação e educação escolar. “A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais”.

Nesse sentido, a LDB (art.3º.), coerente com o artigo 206 da Constituição Federal, estabelece uma base de princípios:

Art. 3º. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

- I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;
- III - pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas;
- IV - respeito à liberdade e apreço à tolerância;
- V - coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
- VI - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;
- VII - valorização do profissional da educação escolar;

VIII - gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino;
IX - garantia de padrão de qualidade;
X - valorização da experiência extra-escolar;
XI - vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais;
XII – consideração com a diversidade étnicorracial.

Os artigos 8º, 10 e 11 definem o sistema de colaboração entre as esferas governamentais na construção dos planos de educação, com a finalidade de assegurar a implementação das políticas públicas educacionais.

“Art. 8º. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão, em regime de colaboração, os respectivos sistemas de ensino”.

§ “1º - Caberá à União a coordenação da política nacional de educação, articulando os diferentes níveis e sistemas e exercendo função normativa, redistributiva e supletiva em relação às demais instâncias educacionais”. (...).

Art. 10. Os Estados incumbir-se-ão de:

“III - elaborar e executar políticas e planos educacionais, em consonância com as diretrizes e planos nacionais de educação, integrando e coordenando as suas ações e as dos seus Municípios”.

Art. 11. Os Municípios incumbir-se-ão de:

I – “organizar, manter e desenvolver os órgãos e instituições oficiais dos seus sistemas de ensino, integrando-os às políticas e planos educacionais da União e dos Estados”.

Nessa perspectiva, as diretrizes definidas representam os consensos construídos no decorrer dos debates que ocorreram e devem continuar a ocorrer entre os diferentes grupos, organizações e classes sociais na construção do projeto de educação que representa os Municípios, os Estados e conseqüentemente o País.

Assim, o texto base do PME foi construído a partir dessa concepção de alinhamento entre o PNE, o PEE e o diálogo entre os atores envolvidos no processo de planejamento e objetiva atender as expectativas da sociedade capinzalense, respeitando os princípios de igualdade, liberdade e de colaboração, possibilitando assim a continuidade da política educacional.

CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CAPINZAL

Aspectos Históricos

As terras onde hoje se localiza o município de Capinzal eram cobertas de florestas e os primeiros moradores foram os índios, mais especificamente os Kaigangs, também conhecidos como Coroados.

Os povos indígenas foram aos poucos abandonando estas terras, após conflitos com outros povos indígenas ou fugindo de novos moradores que ocuparam suas terras.

Por volta de 1840 o Sr. Jesuino de Matos, um cidadão de prestígio junto às autoridades do império, percebeu a oportunidade de requerer legalmente as terras onde hoje se localiza Capinzal para si. Escreveu ao governo imperial requerendo a doação das terras para ele, com o compromisso de colonizá-las. O imperador do Brasil, na época, D. Pedro II, concedeu as terras, que se chamavam “Campo Bonito”.

Mas, Jesuino de Matos não colonizou as terras, vendendo-as para outros compradores. Sendo que, em 1854, as terras passaram a pertencer ao Sr. Manoel Lopes de Abreu, que juntamente com seus filhos, deram início à colonização. A região passou a ser denominada de “Fazenda dos Lopes”.

Após a morte de Manoel Lopes de Abreu, seu filho Antônio Lopes de Abreu, deu continuidade à colonização, trazendo trabalhadores e dedicando-se à criação de gado na fazenda.

O fazendeiro Antônio Lopes de Abreu foi até São Paulo vender gado na feira de Sorocaba e Itapetininga, onde lhe ofereceram sementes de um capim para plantar como pastagem aos animais. Quando retornou, mandou roçar e queimar o matagal próximo ao local onde um pequeno rio despejava suas águas no Rio do Peixe (local onde ficava o gado) e lançou as sementes do capim paulista, nas duas margens do riozinho.

O capim cresceu tanto nas margens do pequeno rio, que sua folhagem quase se encontrava de uma margem à outra. Então, as pessoas passaram a chamá-lo de Rio Capinzal. Mais tarde, a comunidade local ficou conhecida como Rio Capinzal, sendo este o primeiro nome de nosso município - Capinzal.

Em 1887, um engenheiro projetou uma estrada de ferro entre São Paulo e Rio Grande do Sul, ligando as províncias de São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, com objetivo de povoar a região e transportar mercadorias do sul até São Paulo e o Rio de Janeiro.

Em 20 de outubro de 1910 foi inaugurada a estação de Rio Capinzal (Capinzal e Ouro) e novos moradores chegavam nas locomotivas a vapor - carinhosamente chamadas pelo povo de “Maria-Fumaça”. O trem trouxe novos moradores não só para Capinzal, mas para todo o oeste de Santa Catarina.

A ferrovia inaugurada em 1910 representou um grande avanço para o desenvolvimento econômico da localidade, transportando para os centros consumidores o gado, principalmente bovino, madeira serrada e produtos agrícolas em geral.

A extração da erva-mate, abundante na mata nativa capinzalense, proporcionou geração de riquezas, dando origem a dezenas de soques para transformar a planta em produto de venda.

A produção de farinha de mandioca ocorria utilizando-se técnicas de indústria ainda incipiente – as atafonas (moinhos manuais ou movidos por cavalos), que também produziam polvilho. A maior incidência destas atafonas era nas localidades de Lindenberg, Alto Alegre, Vidal Ramos e parte da Barra do Pinheiro.

Os canaviais, cultivados principalmente nas margens do Rio do Peixe, representavam a matéria-prima dos engenhos de cana, que produziam: açúcar mascavo, rapadura, pé de moleque, melado, chimia, etc. E dos alambiques que produziam a aguardente.

As pequenas olarias produziam telhas e tijolos para um consumo ainda pequeno, naquela época. No interior do município ainda se produzia o charque, mel, manteiga e queijo.

No dia 20 de novembro de 1914, a vila foi elevada à categoria de distrito, com a denominação de Distrito Rio Capinzal – pertencente ao município de Campos Novos, sendo o 5º distrito. Como Distrito, Capinzal era administrado por um “intendente distrital”, nomeado por Campos Novos e ainda elegia os Conselheiros Municipais para cuidar das questões de ordem pública.

A partir de 1934, muitos capinzalenses defendiam e propagavam a idéia de que o Distrito de Rio Capinzal se tornasse independente de Campos Novos para administrar sua população e suas riquezas. As reuniões locais e manifestos encaminhados às autoridades tinham a intenção de comprovar que o Distrito Rio Capinzal possuía condições econômicas, populacionais e territoriais para se tornar um município independente de Campos Novos.

Em 30 de dezembro de 1948 a Assembleia Legislativa Estadual votou a lei n.º 249, criando o município de Capinzal desmembrando-o de Campos Novos.

A instalação oficial do município ocorreu no dia 17 de fevereiro de 1949, passando a ser denominado “Capinzal”, tendo a comunidade vizinha Ouro, como distrito. O primeiro prefeito foi nomeado, como provisório, pelo governador do estado de Santa Catarina: Antônio de Pádua Pereira.

No dia 1º de outubro de 1949 tomou posse o primeiro prefeito eleito pelos capinzalenses: Silvio Santos.

Aspectos Geográficos

Capinzal é um município do estado de Santa Catarina localizado na região Meio-Oeste, que possui uma extensão territorial de 244, 200 km².

Sua população está estimada em 21.298 habitantes (2014), de acordo com dados do Censo (IBGE, 2010).

O território de Capinzal limita-se com outros municípios catarinenses e um estado brasileiro. Ao sul, o Rio Uruguai serve como limite entre Capinzal (SC) e Machadinho(RS). Ao norte, o Rio do Peixe serve como limite entre o município de Capinzal e o município de Ouro. A leste com os municípios de Campos Novos e Zortéa. A oeste com os municípios de Piratuba e Ipira.

Ano	Capinzal	Santa Catarina	Brasil
1991	13.694	4.541.994	146.825.475
1996	15.527	4.844.212	156.032.944
2000	19.955	5.356.360	169.799.170
2007	18.465	5.866.252	183.987.291
2010	20.769	6.248.436	190.755.799

Fonte: IBGE - *Censos Demográficos 1980, 1991, 2000 e Contagem da População (2010)*

Aspectos Ambientais

O relevo de Capinzal é formado por planalto, composto por morros e regiões relativamente planas, sem altitudes muito elevadas. Estamos localizados em uma região a 480 metros de altitude em relação ao nível do mar.

O município está localizado em parte do Vale do Rio do Peixe, ou seja, entre morros e pequenas montanhas, no meio das quais (região mais baixa), o Rio do Peixe traça seu percurso, formando o vale.

A vegetação original de Capinzal, mais próxima ao rio Uruguai, possui árvores de grande porte como peroba, palmito, louro, grábia, canela, angico, cedro e ipê. Outra árvore abundante que merece destaque na vegetação do município é a Araucária - que existia em grande quantidade e foi extraída pelas serrarias, durante o ciclo da madeira (1930 – 1950).

Por ser uma região de planalto – cortado pelo Vale do Rio do Peixe, em ambiente marcado pelo clima com inverno e verão rigorosos, a floresta perde suas folhas no inverno, recuperando-se na primavera e permanecendo verde durante o verão e o outono, por isso é chamada de mata caducifólia.

Na vegetação de nossas terras temos também áreas de reflorestamento com o *Pinus elliottii* que serve à indústria local, plantações de erva mate (que também existiam na vegetação original) que abastecem as ervateiras locais.

Como Capinzal se localiza abaixo do Trópico de Capricórnio, estamos em uma região de clima subtropical. Isso quer dizer que temos um clima agradável, no qual as estações do ano são bem definidas: O verão é quente, com temperatura máxima por volta de 38°C; no inverno é bastante frio, com temperaturas médias de 14°C, geadas e, poucas vezes, queda de neve. A primavera e o outono apresentam temperaturas agradáveis, em média 20°C.

A história de Capinzal também está marcada por rios, principalmente pelo Rio do Peixe, Rio Capinzal e Rio Uruguai.

Aspectos Socioeconômicos

Desde o início, Capinzal teve a agricultura sempre presente em sua economia. A estrutura fundiária se caracteriza, na sua maior parte por pequenas propriedades rurais, mas também existem os grandes produtores de cereais.

Os cereais mais produzidos são o milho, soja e o trigo. O milho é a cultura de maior expressão no que se refere à quantidade produzida. A cultura da soja representa a maior área plantada. A cultura do feijão, mandioca e frutas são produzidos em menor quantidade. Também existe grande produção de aveia para semente.

Na lavoura permanente, o destaque é a erva-mate - folha verde – como produto de representatividade econômica no município.

A Secretaria Municipal da Agricultura e Meio Ambiente atende em torno de 485 propriedades rurais.

O setor de avicultura é o mais desenvolvido em Capinzal, pois a produção é destinada à agroindústria, sendo realizada no sistema de integração.

A produção de suínos também é representativa, assim como o gado bovino para a produção de carne e leite. Outros rebanhos em menor quantidade são os caprinos e ovinos.

Os produtos de origem animal que se destacam são: ovos de galinha, lã, mel de abelha e leite. A piscicultura também tem ganhado espaço no cenário econômico.

No setor industrial tem destaque a indústria madeireira, com a principal representação na comunidade de Barro Preto, tendo como principais produtos que fabrica a pasta mecânica e o cavaco para biomassa.

Outro destaque é a indústria metalmecânica que atende aos mercados nacional e internacional, produzindo equipamentos para outras indústrias.

A agroindústria no setor alimentício, com destaque para a industrialização de aves. As indústrias cerâmicas também contribuem na economia capinzalense, com produção de médio e pequeno porte.

O comércio de Capinzal é constituído de mercados e lojas de pequeno, médio e grande porte, que atendem perfeitamente a população. Atuam em Capinzal 6 instituições bancárias. Atuam em Capinzal Entidades ligadas ao comércio, que buscam fortalecer e engrandecer a economia local, como ACIRP (Associação Empresarial do Baixo Vale do Rio do Peixe), AMPECO(Associação de Micro e Pequenas Empresas de Capinzal e Ouro) e CDL (Câmara de Dirigentes Logistas).

Aspectos Culturais

No contexto cultural o município de Capinzal realiza diversas festas que caracterizam a cultura local, dentre elas podemos destacar: Festa de São Paulo Apóstolo, Noite Italiana, Kerbfest, Expovale.

Os pontos relacionados à cultura e turismo são: Igreja Matriz São Paulo Apóstolo, Museu Municipal, Ponte Pênsil e as Cavernas do Havaí.

Outros eventos de destaque são a Semana Pedagógica e a Jornada Literária.

DIAGNÓSTICO DA EDUCAÇÃO BÁSICA DO MUNICÍPIO

Conforme o Art. 22 da LDB, “a educação básica tem por finalidades desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores”. Assim sendo, o Art. 11 inciso V, da referida lei determina que “os Municípios incumbir-se-ão de oferecer a educação infantil em creches e pré-escolas,

e, com prioridade, o ensino fundamental, permitida a atuação em outros níveis de ensino somente quando estiverem atendidas plenamente as necessidades de sua área de competência e com recursos acima dos percentuais mínimos vinculados pela Constituição Federal à manutenção e desenvolvimento do ensino”.

Assim sendo, o sistema de ensino do município abrange a educação infantil em creches e pré-escolas, o ensino fundamental e as modalidades de educação de jovens e adultos, a educação especial, a educação do campo, o ensino fundamental e ensino superior.

Nos últimos anos, ocorreram duas mudanças importantes no país quanto ao atendimento escolar. Em relação ao Ensino Fundamental, a obrigatoriedade passou para nove anos (6 aos 14 anos); a Pré-Escola e o Ensino Médio tornaram-se obrigatórios. O texto constitucional aprovado em 2009 institui a obrigatoriedade da Educação Básica gratuita para todos na idade de 4 a 17 anos, com implementação pelos sistemas de ensino, prevista até 2016.

Coerente com a LDB, o ensino médio, etapa final da educação básica, com duração mínima de três anos, tem como finalidades a consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no ensino fundamental, possibilitando o prosseguimento de estudos, bem como a preparação básica para o trabalho e a cidadania e o aprimoramento do educando como pessoa humana, para continuar aprendendo.

A Educação Infantil é oferecida em 10 (dez) Instituições de Ensino: 4 escolas e 6 Centros de Educação Infantil, sendo todas pertencentes à rede municipal. O Ensino Fundamental é oferecido em 7 escolas municipais e 3 escolas estaduais. O Ensino Médio no município de Capinzal encontra-se sob a responsabilidade do sistema estadual de ensino, funcionando atualmente em 3 (três) escolas.

No ano de 2015, o município de Capinzal não possui escola regular de ensino da rede privada, apenas uma instituição que oferece Educação de Jovens e Adultos.

Número de Alunos Matriculados																			
Município	Dependência	Matrícula Inicial																	
		Ed.Infantil		Ensino Fundamental		Ensino Médio	Educação Profissional (Nível Técnico)	EJA (presencial)		EJA (semi-presencial)		Educação Especial(Alunos de Escolas Especiais, Classes Especiais e Incluídos)							
		Creche	Pré-Escola	1ª a 4ª série e Anos Iniciais	5ª a 8ª série e Anos Finais			Fundamental ²	Médio ²	Fundamental	Médio	Creche	Pré-Escola	Anos Iniciais	Anos Finais	Médio	Ed Prof. Nível Técnico	EJA Fund ^{1,2}	EJA Médio ^{1,2}
CAPINZAL	Estadual	0	0	166	515	924	0	114	0	0	0	0	0	3	22	10	0	6	0
	Municipal	493	570	1409	548	0	0	0	0	0	0	0	6	16	18	0	0	0	0
	Privada	15	15	19	17	86	299	0	0	31	66	0	5	0	0	0	1	0	0
	Total	508	585	1594	1080	1010	299	114	0	31	66	0	11	19	40	10	1	6	0

Fonte: <http://portal.inep.gov.br/basica-censo-escolar-matricula> (2013)

Os dados do censo escolar (2013) apresentam o maior número de matrículas na rede municipal de ensino, totalizando 3.020 alunos. Na rede estadual totalizam 1.605 alunos e na rede privada 152 alunos.

Educação Infantil

A Educação Infantil compreende a idade de 0 (zero) a 5 (cinco) anos sendo que de 0 (zero) a 3 (três) anos o atendimento é ofertado em creches e de 4 (quatro) e 5 (cinco) anos em pré-escolas. A Educação Infantil sendo a primeira etapa da educação básica tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade.

A Educação Infantil tem como um dos objetivos provocar na criança o interesse por descobrir e conhecer progressivamente seu próprio corpo, suas potencialidades e seus limites, desenvolvendo e valorizando hábitos de cuidado com a própria saúde e bem-estar, assim como desenvolver uma imagem positiva de si, para que possa atuar de forma cada vez mais independente, com confiança em suas capacidades.

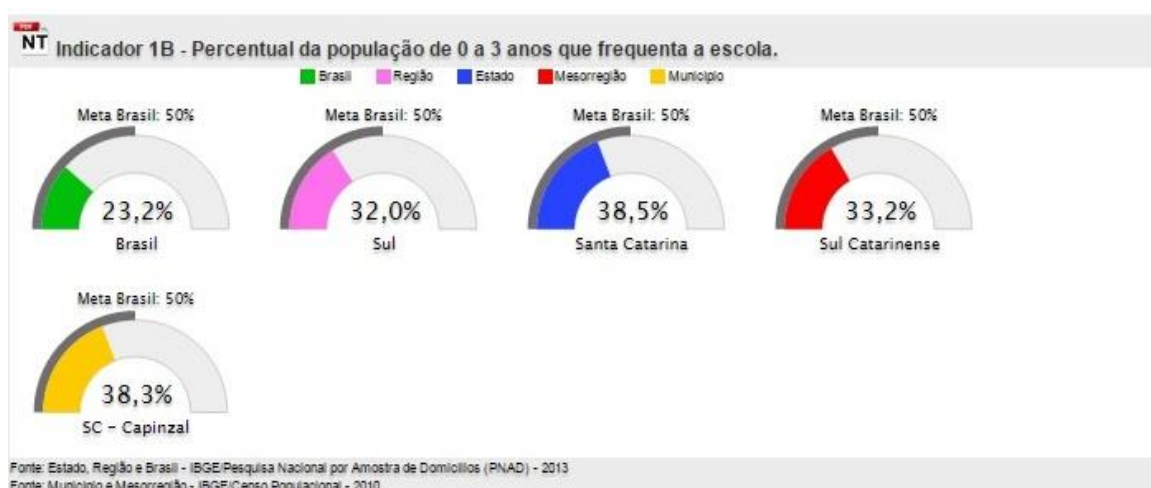
Coerente com as Diretrizes Curriculares Nacional da Educação Infantil (1998), a criança é concebida como “sujeito histórico e de direitos que, nas interações, relações e práticas cotidianas que vivencia, constrói sua identidade pessoal e coletiva, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentidos sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura”.

Ao reconhecer as crianças como seres íntegros que aprendem a ser e a conviver consigo mesmas, com os demais e com o meio ambiente de maneira articulada e gradual, as propostas pedagógicas devem buscar a interação entre as diversas áreas de conhecimento e aspectos da vida cidadã como conteúdos básicos para a constituição de conhecimentos e valores.

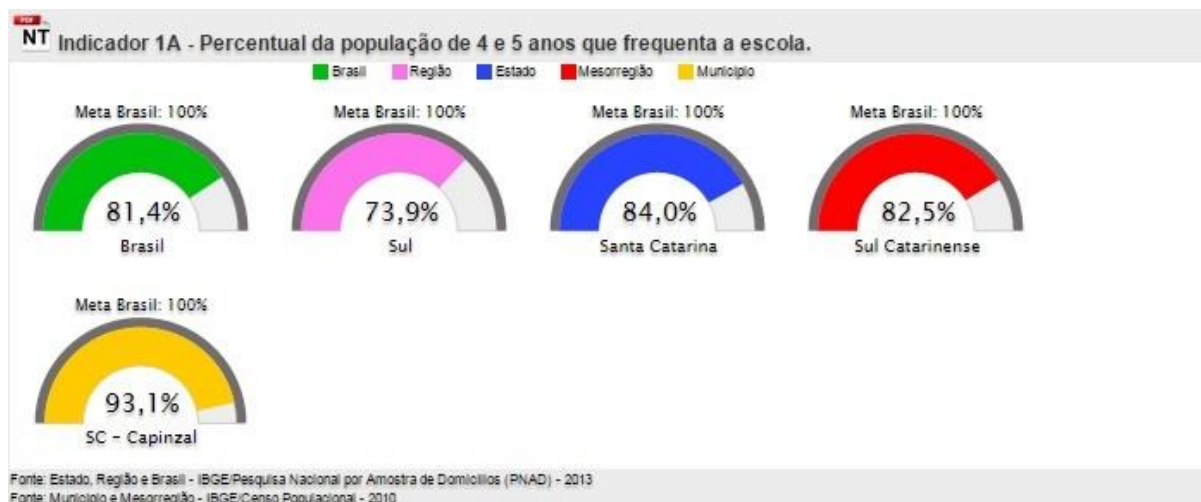
Tudo isso deve acontecer num contexto em que cuidados e educação se realizem de modo prazeroso, lúdico. Nesta perspectiva, as brincadeiras espontâneas, o uso de materiais, os jogos, as danças e os cantos, as comidas e as roupas, as múltiplas formas de comunicação, de expressão, de criação e de movimento, o exercício de tarefas rotineiras do cotidiano e as experiências dirigidas exigem que o conhecimento dos limites e alcance das ações das crianças e dos adultos sejam contemplados.

A participação dos educadores é fundamental, desde a organização do espaço, móveis, acesso a brinquedos e materiais, aos locais como banheiros, cantinas e pátios, até a divisão do tempo e do calendário anual de atividades, passando pelas relações e ações conjuntas com as famílias e os responsáveis, o papel dos educadores é legitimar os compromissos assumidos por meio da proposta pedagógica da escola.

Dentro desse contexto, com base em dados do IBGE (2010) o município de Capinzal tem uma população de 1.104 crianças de 0 a 3 anos. Do total de crianças de 0 a 3 anos 38,3% frequentam as creches da rede municipal, de acordo com dados do PNAD(2013). De acordo com os dados do Censo Escolar/INEP (2013) as matrículas em creches totalizavam 531 crianças.



Em relação ao atendimento de 4 e 5 anos, os dados do PNAD(2013) apresentam que o município atende 93,10% das crianças. Os dados apresentados no Censo Escolar/INEP 2013 totalizavam 551 crianças matriculadas em pré escolas.



Ensino Fundamental

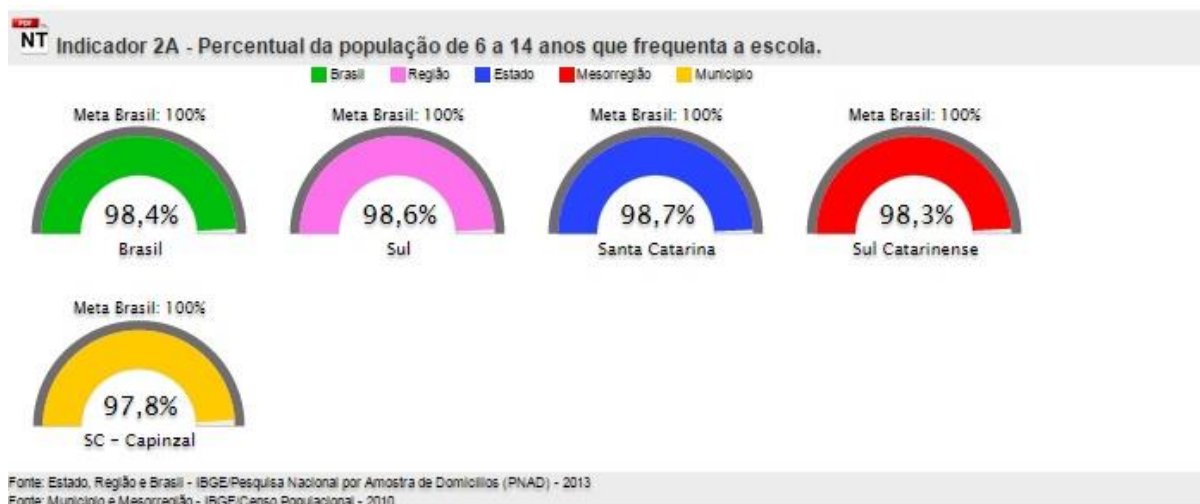
Em relação ao Ensino Fundamental, a ampliação para Nove Anos, respalda-se legalmente a partir da Lei de Diretrizes e Bases - LDB nº 9394/96, que sinalizou para o ensino obrigatório de nove anos de duração, a iniciar-se aos seis anos de idade. Com a aprovação da Lei nº 11.114 de 16 de maio de 2005 e da Lei nº 11.274 de 6 de fevereiro de 2006, que alteram alguns artigos da LDB, fica institucionalizado o ensino fundamental de nove anos de duração, sendo incluídas no sistema educacional, especialmente aquelas crianças pertencentes aos setores populares.

Os estudos demonstram que, quando as crianças ingressam na escola antes dos sete anos de idade apresentam, em sua maioria, resultados mais elevados comparativamente àquelas que ingressaram somente aos sete anos. Esse dado reforça o propósito de ampliação do Ensino Fundamental para nove anos, uma vez que permite aumentar o número de crianças a serem incluídas no sistema educacional.

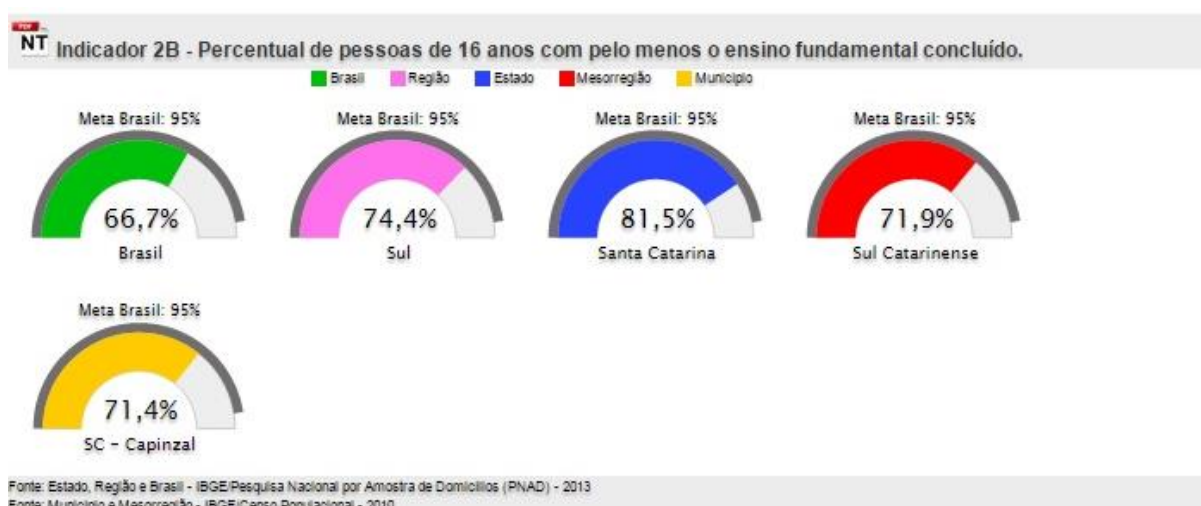
A LDB, no art. 32, determina como objetivo do Ensino Fundamental a formação do cidadão, mediante:

- I – o desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo;
- II – a compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade;
- III – o desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, tendo em vista a aquisição de conhecimentos e habilidades e a formação de atitudes e valores;
- IV – o fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social.

Em relação ao ensino fundamental, os dados do município de Capinzal, apresentam 1.637 matrículas nos anos iniciais e 1.199 nos anos finais, de acordo com dados do Censo Escolar /INEP (2013). O percentual da população de 6 a 14 anos que frequentam a escola é de 97,8% de acordo com dados do PNAD (2013).



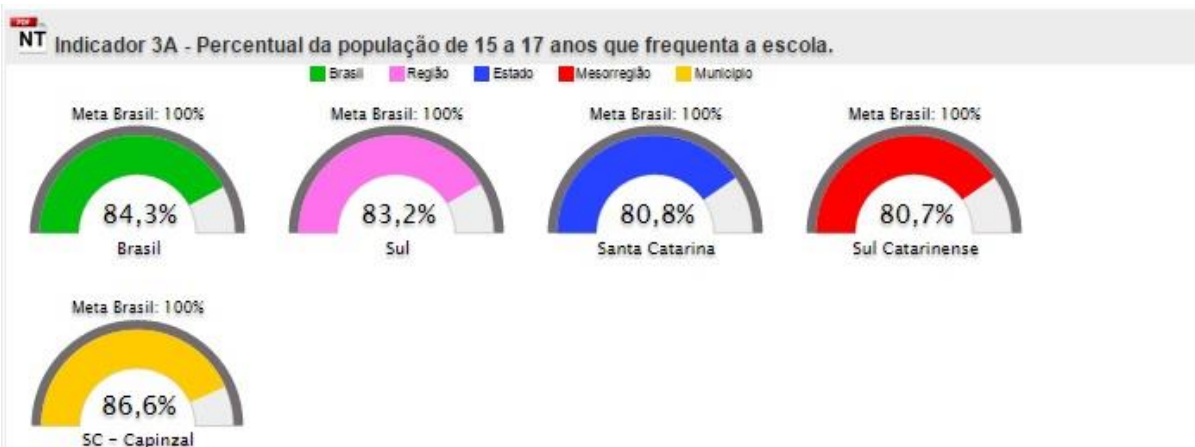
As taxas de rendimento escolar no município apresentadas pelo INEP (2013), nos anos iniciais do Ensino Fundamental são de 4,6% de reprovação nos anos iniciais, 0,0% de abandono e 95,4% de aprovação. Tendo o IDEB do município nos anos iniciais 5,9. Nas séries finais do Ensino Fundamental as taxas de reprovação são de 11,3%, abandono 0,7% e a taxa de aprovação é de 88,1%. O IDEB do município nas séries finais é de 4,9.



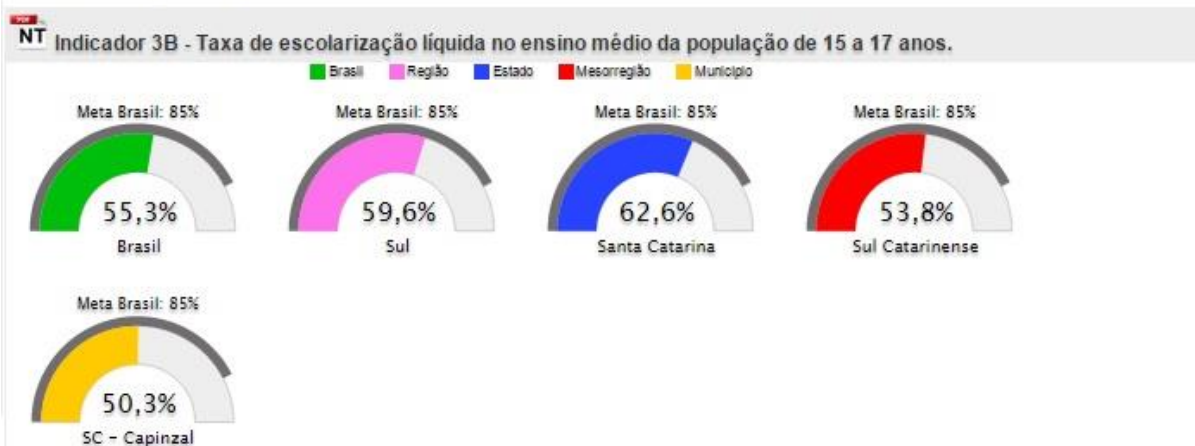
O percentual de pessoas de 16 anos com pelo menos o ensino fundamental concluído é de 71,4% em Capinzal, de acordo com dados do PNAD (2013).

Ensino Médio

Os dados do censo escolar/INEP (2013) apresentam 936 matrículas no Ensino Médio. Os dados do IBGE (PNAD-2013) registram que 86,6% da população com idade entre 15 a 17 anos frequentam a escola e a taxa de escolarização líquida de 50,3% no Ensino Médio na população de 15 a 17 anos. Apresentando uma taxa de reprovação de 2,1%, abandono de 6,8% e 91,1% de aprovações no 3º ano do Ensino Médio.



Fonte: Estado, Região e Brasil - IBGE/Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) - 2013
 Fonte: Município e Mesorregião - IBGE/Censo Populacional - 2010



Fonte: Estado, Região e Brasil - IBGE/Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) - 2013
 Fonte: Município e Mesorregião - IBGE/Censo Populacional - 2010

Ensino Superior

O ensino superior, é o nível mais elevado dos sistemas educativos, referindo-se normalmente a uma educação realizada em universidades, faculdades, institutos politécnicos, escolas superiores ou outras instituições que conferem graus acadêmicos ou diplomas profissionais.

No município de Capinzal existe uma Instituição de Ensino Superior, a UNOESC (Universidade do Oeste de Santa Catarina – Campus Aproximado de Capinzal) que possui sua razão social como uma universidade comunitária. Possui 74

professores, sendo 10 doutores, 60 mestres e 4 especialistas. O número de matrículas no Ensino Superior-Graduação e Extensão da UNOESC são 616 alunos.

Além da UNOESC existem outras faculdades que oferecem cursos de graduação na modalidade EAD no município de Capinzal, porém estes dados não constam em registros oficiais.

Capinzal - SC	Total	15.980
	Sem instrução e fundamental incompleto	7.584
	Fundamental completo e médio incompleto	3.189
	Médio completo e superior incompleto	3.954
	Superior completo	1.244
	Não determinado	10

<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela> (2010)

Programa Mais Educação

O Programa Mais Educação integra as ações do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), como uma estratégia do Governo Federal para induzir a ampliação da jornada escolar e a organização na perspectiva da Educação Integral.

Trata-se da construção de uma ação intersetorial entre as políticas públicas educacionais e sociais, contribuindo, desse modo, tanto para a diminuição das desigualdades educacionais, quanto para a valorização da diversidade cultural brasileira.

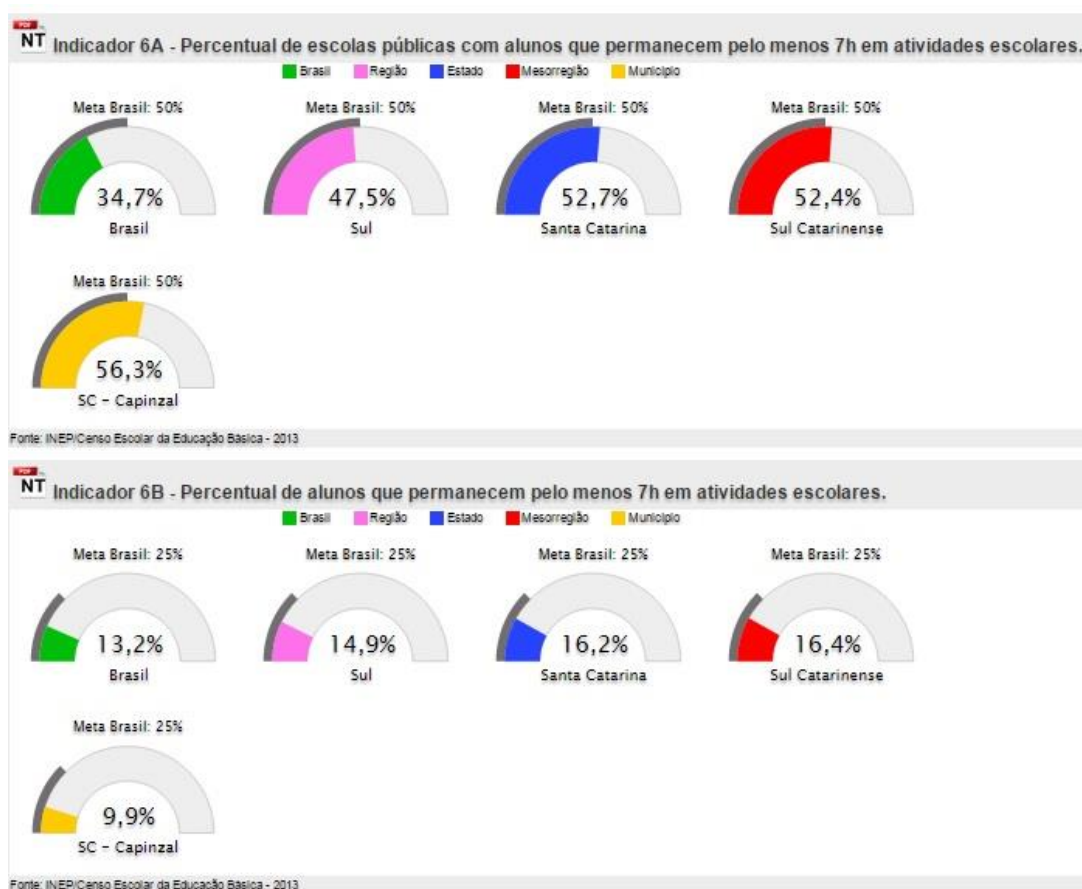
Fazem parte o Ministério da Educação, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, o Ministério da Ciência e Tecnologia, o Ministério do Esporte, o Ministério do Meio Ambiente, o Ministério da Cultura, o Ministério da Defesa e a Controladoria Geral da União.

Essa estratégia promove a ampliação de tempos, espaços, oportunidades educativas e o compartilhamento da tarefa de educar entre os profissionais da educação e de outras áreas, as famílias e diferentes atores sociais, sob a coordenação da escola e dos professores. Isso porque a Educação Integral, associada ao processo de escolarização, pressupõe a aprendizagem conectada à

vida e ao universo de interesses e de possibilidades das crianças, adolescentes e jovens.

Conforme o Decreto nº 7.083/2010, os princípios da Educação Integral são traduzidos pela compreensão do direito de aprender como inerente ao direito à vida, à saúde, à liberdade, ao respeito, à dignidade e à convivência familiar e comunitária e como condição para o próprio desenvolvimento de uma sociedade democrática.

No município de Capinzal 5 (cinco) escolas participam do Programa Mais Educação, sendo 4(quatro) municipais e 1(um) escola estadual.



Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE

O PDDE consiste na assistência financeira às escolas da educação básica das redes e sistemas públicos estaduais, municipais e escolas privadas de educação

especial, mantidas por entidades sem fins lucrativos. Os recursos destinam-se à melhoria da infraestrutura física e pedagógica das escolas, assim como o reforço da autogestão escolar e a elevação dos índices de desempenho da educação básica.

Os recursos do PDDE são transferidos de acordo com o número de alunos, conforme o censo escolar do ano anterior ao do repasse.

Em Capinzal todas as escolas municipais e estaduais são cadastradas para receber os recursos do PDDE, e realizam a prestação de contas ao governo federal, garantindo assim o recebimento do recurso para o ano seguinte.

Plano de Desenvolvimento da Escola – PDE

O Governo Federal, por meio do Ministério da Educação (MEC), lançou em 2007 o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) com o objetivo de melhorar substancialmente a educação oferecida às crianças, jovens e adultos. Para efetivar o PDE, foi criado o Plano de Metas que estabelece um conjunto de diretrizes para que a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, em regime de colaboração, conjuguem esforços, para superar a extrema desigualdade de oportunidades existente em nosso país.

O Plano tem por objetivo criar condições para que cada brasileiro tenha acesso a uma educação de qualidade e seja capaz de atuar crítica e reflexivamente no contexto em que se insere como cidadão cômico de seu papel num mundo cada vez mais globalizado. No que tange à educação básica, as metas do PDE contribuem para que as escolas possam viabilizar o atendimento de qualidade aos alunos.

Através do aporte financeiro do PDE, as escolas recebem recursos financeiros com base no Plano de Desenvolvimento da Escola – PDE.

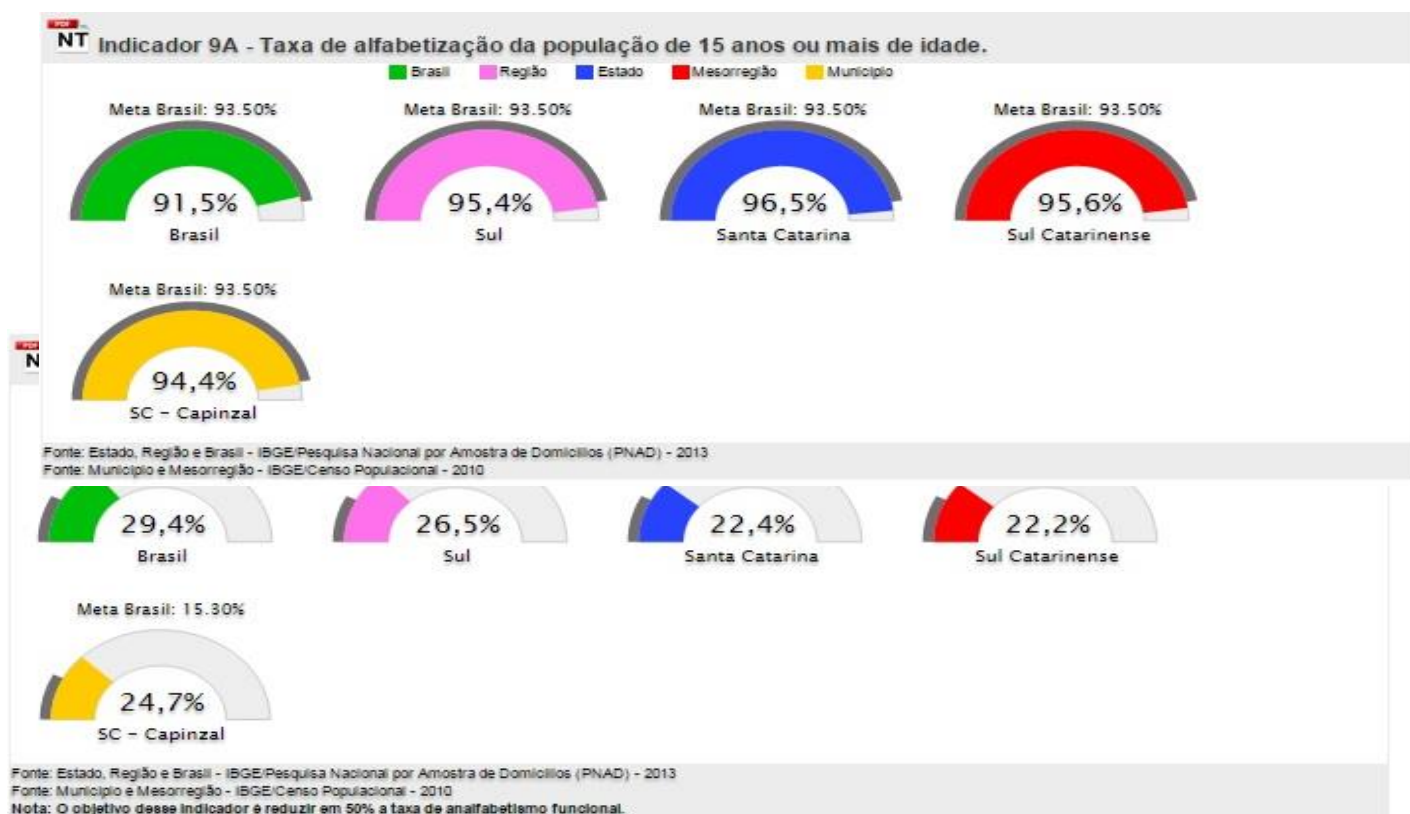
No município de Capinzal as escolas e creches têm acesso direto ao PDDE Interativo, preenchem seus diagnósticos de acordo com a realidade de cada instituição escolar e participam dos programas educacionais que são disponibilizados pelo MEC.

Educação de Jovens e Adultos

Conforme o inciso I do artigo 208 da Constituição Federal, o dever do Estado para com a educação será efetivado mediante a garantia de Ensino Fundamental obrigatório e gratuito, assegurada inclusive sua oferta para todos os que a ele não tiverem acesso na idade própria. A LDB, no artigo 37 determina que a Educação de Jovens e Adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no Ensino Fundamental e Médio na idade própria.

Assim, é atribuído ao poder público, a responsabilidade de estimular e viabilizar o acesso e a permanência do trabalhador na escola, mediante ações integradas e complementares entre si, oferta de cursos gratuitos aos jovens e aos adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, proporcionando-lhes oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames.

Em Capinzal a modalidade de Educação de Jovens e Adultos é ofertada em 2 escolas, sendo 1 da rede estadual e 1 da rede particular, que de acordo com dados do Censo escolar/INEP (2013) existem 217 jovens matriculados nessa modalidade de ensino, sendo 114 no ensino fundamental presencial e 31 no semi-presencial; 66 alunos no ensino médio semi-presencial e 6 no ensino médio da educação especial incluídos no ensino da EJA. A seguir apresenta-se os dados dessa modalidade, quanto a matrícula, aprovação, reprovação, evasão e transferência escolar.



Educação Especial

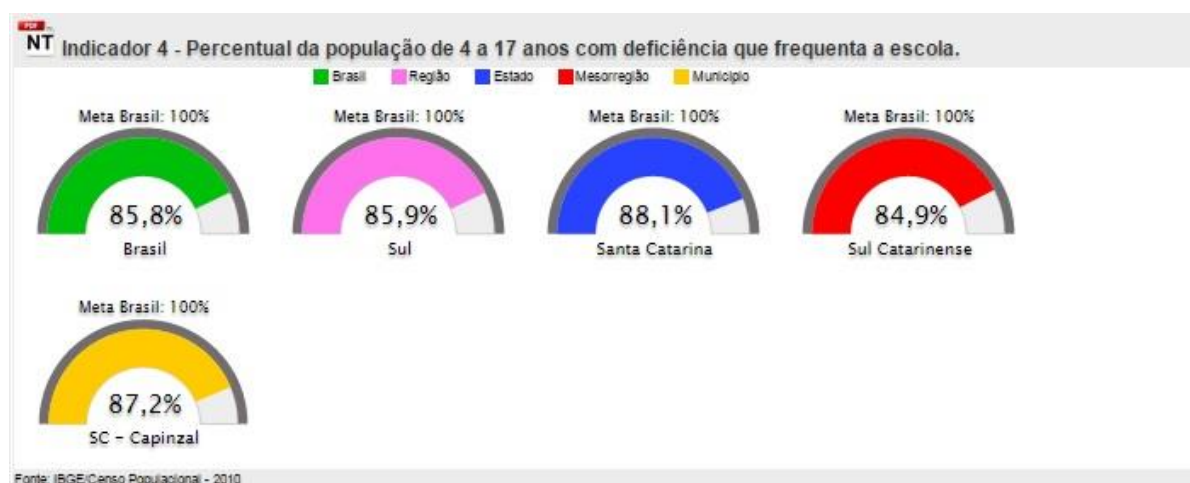
A Educação Especial insere-se na Educação Básica, abrangendo a Educação Infantil, o Ensino Fundamental e o Ensino Médio, sendo oferecida preferencialmente, no sistema regular de ensino para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação. Entende-se por deficiência e transtornos globais do desenvolvimento, aqueles relacionados às diferenças individuais dos educandos que requer uma dinâmica própria na relação ensinar-aprender.

Essa modalidade da educação escolar encontra-se fundamentada na concepção dos direitos humanos e pautada pelos princípios éticos, políticos, estéticos

e da equidade, de modo a assegurar o respeito da dignidade humana, a igualdade de oportunidades, a valorização das diferenças e o exercício da cidadania.

O município de Capinzal está com um percentual de 87,2% da população de 4 a 17 anos referente a alunos com deficiência que frequentam a escola, ou seja, o índice está acima da porcentagem nacional que segundo o IBGE (2010) é de 85,5%.

O município de Capinzal de acordo escolar (2013) atende 39 alunos na educação especial e 11 alunos na sala de AEE. Nas escolas estão incluídos alunos especiais, sendo: 11 alunos de pré-escolar, 19 alunos nos anos iniciais do ensino fundamental, 40 alunos nos anos finais do ensino fundamental e 10 alunos no ensino médio, além de 1 aluno no ensino médio nível técnico e 6 alunos do ensino médio da EJA.



Gestão e Financiamento Educacional

O Produto Interno Bruto de Capinzal (PIB) de acordo com dados do IBGE/SIDRA (2012) de Capinzal é de R\$633.961.000,00.

Tabela 1 – Produto Interno Bruto de Capinzal/SC

Ano	PIB
2012	R\$ 633.961.000
2011	R\$ 604.231.000
2010	R\$ 503.306.000
2009	R\$ 579.304.000
2008	R\$ 582.856.000

Fonte : IBGE (2013)

Tabela 2 – PIB Per Capita de Capinzal/SC

Ano	MUNICIPAL	NACIONAL
2012	R\$ 30.096,92	R\$ 22.642,40
2011	R\$ 28.884,30	R\$ 21.535,65
2010	R\$ 24.233,53	R\$ 19.763,93
2009	R\$ 30.492,90	R\$ 16.917,62
2008	R\$ 30.686,33	R\$ 15.991,55
2007	R\$ 21.414,37	R\$ 14.056,26

Fonte : IBGE (2013)

O valor recebido do FUNDEB em 2014 foi de R\$9.706.995,86, de acordo com Relatório da Execução Orçamentária, tendo como fonte o Sistema Integrado do Planejamento e Gestão Fiscal – SIGEF/SC (2014).

VALORES / ANO**FUNDEB 60%**

Vencimentos e Vantagens Fixas – R\$7.709.456,73
Pessoal Civil

FUNDEB 40%

Vencimentos e Vantagens Fixas - R\$1.804.161,64
Pessoal Civil

Total Gasto em 2014 em vencimentos R\$9.513.618,37

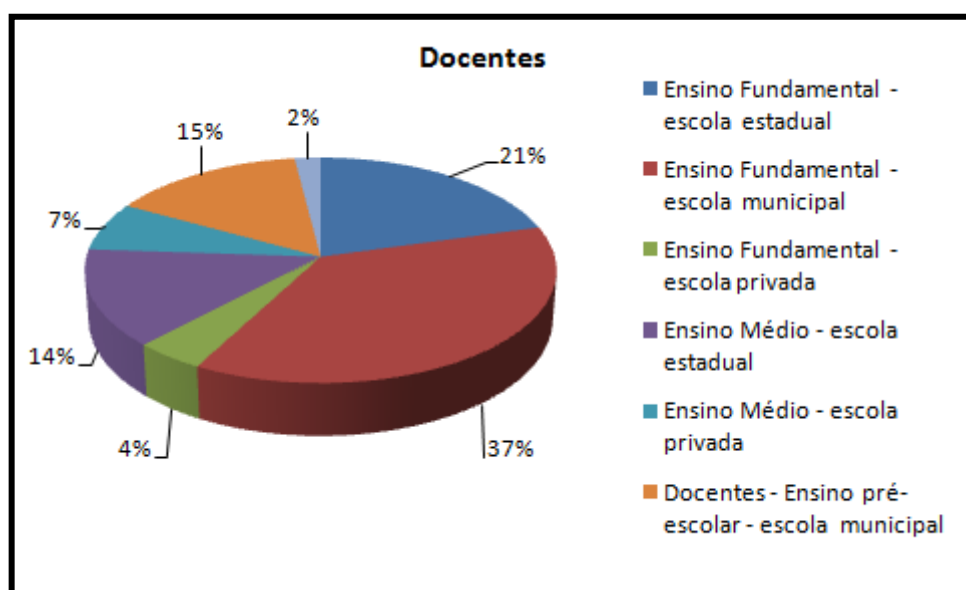
Outras Despesas/Investimentos R\$193.377,49

Total Geral FUNDEB 2014 **R\$9.706.995,86**

Valorização do Magistério

Docentes - Ensino fundamental	187
Docentes - Ensino fundamental - escola pública estadual	62
Docentes - Ensino fundamental - escola pública municipal	112
Docentes - Ensino fundamental - escola privada	13
Docentes - Ensino médio	63
Docentes - Ensino médio - escola pública estadual	42
Docentes - Ensino médio - escola privada	21
Docentes - Ensino pré-escolar	51
Docentes - Ensino pré-escolar - escola pública municipal	45
Docentes - Ensino pré-escolar - escola privada	6

Fonte: IBGE/Cidades - INEP - Censo Educacional (2012)



Fonte: IBGE/Cidades - INEP - Censo Educacional (2012)

O índice de professores efetivos nas redes públicas de ensino em Capinzal é de 55,17% e 44,83% contratados. Os docentes da Educação Pública apresentam um

índice de 65% dos professores possuem habilitação na área em que trabalham e 56,7% possuem pós-graduação em nível de especialização (PME/Capinzal, 2012).

METAS E ESTRATÉGIAS

META 01: Universalizar até 2016 o atendimento escolar da população de 4 (quatro) e 5 (cinco) anos, ampliar até o final da vigência deste plano, a oferta de Educação Infantil, de forma a atender no mínimo 70% da população de até 3 (três) anos de idade, até o final da vigência deste plano.

ESTRATÉGIAS:

1.1 - Construir, ampliar e adequar instituições de Educação Infantil em parceria com o governo federal, atendendo aos padrões de qualidade na infraestrutura e nos serviços educacionais prestados.

1.2 - Assegurar espaços lúdicos de interatividade considerando a diversidade étnica, de gênero e sociocultural tais como: brinquedoteca, ludoteca, bibliotecas e parques infantis.

1.3 - Garantir que os espaços físicos sejam adequados aos padrões de qualidade e acessibilidade e mobiliados em conformidade com as especificidades infantis.

1.4 - Apoiar a equipe técnico-pedagógica da Educação Infantil com o objetivo de fortalecer o acompanhamento das atividades em todas as escolas, a fim de fomentar a eficiência da qualidade no atendimento à infância.

1.5 - Promover, em regime de colaboração, políticas e programas de qualificação permanente de forma presencial, articulando teoria/prática, para os profissionais da Educação Infantil.

1.6 - Garantir a elaboração, implantação e avaliação da proposta curricular para a Educação Infantil que contemple as escolas do campo e a diversidade étnica, ambiental e de gênero, bem como o ritmo, as necessidades e especificidades das crianças com deficiências, com transtornos globais de desenvolvimento ou altas habilidades/superdotação.

1.7 - Garantir o ingresso e permanência de profissionais habilitados e qualificados na função a ser exercida, para educar e cuidar das crianças de forma indissociável, conjunta e colaborativa no ambiente escolar.

1.8 - Cumprir com a política nacional e as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil - DCNEI, programas e projetos favorecedores do processo educacional das crianças.

1.9 - Inserir no processo formativo das crianças, elementos favorecedores da cultura da paz, do campo artístico e estético, do cuidado com o meio ambiente, da solidariedade, da ética e da justiça.

1.10 - Elaborar os parâmetros de qualidade para a Educação Infantil no município, após a aprovação do PME.

1.11 - Assegurar que todas as instituições infantis tenham elaborado o Projeto Político Pedagógico, com a participação da comunidade educativa e segmentos da sociedade na sua discussão.

1.12 - Manter sistema de acompanhamento e supervisão da Educação Infantil da Secretaria Municipal de Educação em parceria com o Conselho Municipal de Educação.

1.13 - Garantir a qualidade da merenda oferecida na Educação Infantil, com cardápio adequado com orientação nutricional, através do Programa de Alimentação Escolar (PNAE) e fortalecer a atuação do Conselho de Alimentação Escolar (CAE).

1.14 - Ampliar nos Centros de Educação Infantil (Creches e Pré Escola) a oferta de produtos oriundos da Agricultura Familiar.

1.15 - Garantir em parcerias com programas federais e empresas, a aquisição de brinquedos, roupa, utensílios para alimentação, equipamentos, materiais pedagógicos, administrativos e de segurança, devendo estes estar em consonância com a legislação vigente para atender as necessidades e especificidades da Educação Infantil.

1.16 - Ampliar a inclusão das crianças deficientes na Educação Infantil, oferecendo condições de acessibilidade, materiais, equipamentos especializados e formação continuada para todos os profissionais que atuam na Instituição Educativa.

1.17 - Garantir que a avaliação na Educação Infantil seja realizada por meio de acompanhamento e registro do desenvolvimento integral da criança, sem o caráter de promoção, não se constituindo pré-requisito para o acesso ao Ensino Fundamental.

1.18 - Assegurar condições adequadas para o bem-estar da criança, seu desenvolvimento físico, linguístico, emocional, cognitivo e social, de modo a promover e ampliar experiências e conhecimentos.

1.19 - Buscar parcerias com empresas e indústrias na oferta de matrículas na Educação Infantil e aquisição de equipamentos, materiais, brinquedos, ampliação e reestruturação da infraestrutura física dos CMEIs e escolas que ofereçam educação infantil.

META 02: Garantir a universalização do Ensino Fundamental de Nove Anos para população de 6 a 14 anos e que pelo menos 96% dos alunos concluam essa etapa na idade recomendada até o último ano de vigência deste PME.

ESTRATÉGIAS:

2.1 - Ampliar as estratégias de monitoramento que possibilitem o acompanhamento individual da aprendizagem dos alunos em todas as escolas.

2.2 - Promover reformulações anuais dos projetos pedagógicos, com base nas Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de Nove Anos, relacionando com o contexto municipal e local de cada escola.

2.3 - Garantir o número máximo de alunos por sala, assegurando a qualidade do processo ensino-aprendizagem em conformidade com a Resolução específica expedida pelos Conselhos Nacional, Estadual e Municipal de Educação, conforme a rede de ensino.

2.4 – Oferecer e definir padrões de qualidade, incluindo a igualdade de condições para acesso e permanência dos alunos na escola.

2.5 - Acompanhar e monitorar o desenvolvimento das ações planejadas pelo Plano de Ações Articuladas - PAR mediante as responsabilidades estabelecidas.

2.6 - Fortalecer as parcerias e políticas intersetoriais de saúde, meio ambiente, cultura e outras, para que, de forma articulada, assegurem direitos e serviços de apoio e orientação à comunidade escolar.

2.7 - Promover, em regime de colaboração, programas de qualificação permanente para os profissionais da educação.

2.8 – Fortalecer o monitoramento do acesso e da permanência e do aproveitamento escolar dos beneficiários de programas de transferência de renda, bem como o controle das situações da discriminação, preconceito e violência na escola, visando ao estabelecimento de condições adequadas para o sucesso escolar dos estudantes, em colaboração com as famílias e com os órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, adolescência e juventude.

2.9 - Promover a busca ativa de crianças fora da escola, o acompanhamento e o monitoramento de acesso e permanência na escola, em parceria com as Secretarias de Assistência Social, Conselho Tutelar e Saúde.

2.10 - Ampliar a aquisição de veículos escolares apropriados para o transporte dos alunos, nas áreas urbanas e de campo, a partir de assistência financeira do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE/MEC, com o objetivo de reduzir o tempo máximo dos estudantes em deslocamento e abandono escolar, atendendo aos princípios básicos de segurança e acessibilidade exigidos pelo Departamento Estadual de Trânsito DETRAN.

2.11 – Assegurar programas de formação continuada aos professores e demais profissionais da educação a partir de parcerias com os Programas de Formação e por iniciativa própria.

2.12 – Fortalecer programas de interação/articulação entre família e escola com o objetivo de avançar na qualidade do ensino.

2.13 - Implantar Diretrizes Curriculares Municipais para o Ensino Fundamental, de maneira a assegurar a formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos.

2.14 – Garantir a inserção no currículo do Ensino Fundamental conteúdos que tratem de temáticas afroindígenas, de acordo com as leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008, bem como os direitos da criança e do adolescente, conforme a lei nº 8.069/1990.

2.15 - Assegurar em parceria com outras entidades, instituições e governos estadual e federal, a inclusão de alunos com necessidades especiais e os recursos necessários para o desenvolvimento de seu potencial cognitivo, emocional e social, mobiliando adequadamente os espaços físicos das escolas e capacitando profissionais da educação para atendimento desses alunos.

2.16 – Oferecer tecnologias nas escolas, com suporte técnico, estimulando o uso como ferramentas pedagógicas, no processo ensino e aprendizagem.

2.17 – Promover o relacionamento das escolas com instituições e movimentos culturais e esportivos, além de atividades extracurriculares como a participação em escolinhas, teatro, dança, grupos ambientais, entre outros.

2.18 - Definir expectativas de aprendizagem para todos os anos do Ensino Fundamental de maneira a assegurar a formação básica comum, reconhecendo as especificidades da infância e da adolescência.

2.19 - Garantir a qualidade da merenda oferecida nas escolas, com cardápio adequado com orientação nutricional, através do Programa de Alimentação Escolar (PNAE) e fortalecer a atuação do Conselho de Alimentação Escolar (CAE).

2.20 - Ampliar nas escolas a oferta de produtos oriundos da Agricultura Familiar.

2.21 – Pactuar entre união, o estado e o município, no âmbito da instância permanente de que trata o §5º do art 7º, da Lei nº13.005/2014, a implantação dos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento que configurarão a base nacional comum curricular do Ensino Fundamental.

2.22 - Assegurar o cumprimento de 200 (duzentos) dias letivos e carga horária mínima anual de 800 (oitocentas) horas/aulas aos estudantes da Educação Básica.

2.23 – Ampliar os tempos e espaços do trabalho pedagógico, a partir de práticas curriculares diversificadas, incluindo aulas de reforço no contraturno para os alunos com baixo rendimento escolar.

2.24 – Ampliar e manter nas escolas, acervo bibliográfico, laboratórios de informática e de ciências que favoreçam a vivência de práticas tecnológicas e curriculares.

META 03. Universalizar até 2016, o atendimento escolar à população de 15 a 17 anos e elevar até a vigência deste Plano, a taxa líquida de matrículas do ensino médio 95%.

ESTRATÉGIAS

3.1 - Fortalecer as práticas curriculares voltadas para o desenvolvimento do currículo escolar, organizado de maneira flexível respeitando a base nacional comum e a parte diversificada, além da proposta curricular do estado de Santa Catarina.

3.2 - Formalizar e executar planos de formação continuada dos professores, tendo em vista o alcance das metas de aprendizagem em articulação com o Projeto Pedagógico da Escola.

3.3 - Implementar programas e projetos de Correção de Fluxo Escolar em parceria com Instituições e União, por meio de acompanhamento dos alunos com rendimento escolar defasado, de forma a reduzir as taxas de distorção idade-série, em todas as escolas.

3.4 - Estabelecer parcerias com instituições públicas para a formação continuada dos profissionais do Ensino Médio.

3.5 – Assegurar que o número máximo de alunos por sala não ultrapasse as determinações de resoluções do CNE e do CEE, garantindo a qualidade do processo ensino-aprendizagem em conformidade com a legislação vigente.

3.6 – Contribuir em parceria com Estado e União a oferta de vagas, através da construção e ampliação de prédios escolares, assim como a adequação de espaços físicos existentes, atendendo aos padrões mínimos de qualidade.

3.7 – Assegurar e manter nas escolas de Ensino Médio, acervo bibliográfico, laboratórios de informática e de ciências que favoreçam a vivência de práticas tecnológicas e curriculares; sendo o Ensino Médio responsabilidade do governo estadual.

3.8 – Contribuir com a universalização do Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM - fundamentado em Matriz de Referência do Ensino Médio, articulando com o SAEB, a fim de promover sua utilização como instrumento de avaliação sistêmica para subsidiar políticas para a educação básica e de avaliação certificadora.

3.9 – Promover o relacionamento das escolas com instituições e movimentos culturais e esportivos, além de atividades extracurriculares como a participação em escolinhas, teatro, dança, grupos ambientais, entre outros.

3.10 – Fomentar a expansão das matrículas de Ensino Médio integrado à Educação Profissional, observando as peculiaridades das populações do campo e das áreas urbanas do município.

3.11 - Fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso, da permanência e do aproveitamento escolar dos jovens beneficiários de programas de transferência de renda, bem como dos sujeitos em situações de discriminação, preconceito e violência, práticas irregulares de exploração do trabalho, consumo de drogas, gravidez precoce, buscando a colaboração com as famílias, de forma intersetorial.

3.12 - Promover a busca ativa da população de 15 (quinze) a 17 (dezesete) anos fora da escola, de forma intersetorial com os serviços de assistência social, saúde e proteção à adolescência e à juventude.

3.13 - Fomentar programas de educação e de cultura para a população urbana e do campo, de jovens, na faixa etária de 15 (quinze) a 17 (dezesete) anos, e de adultos, visando à qualificação social e profissional para aqueles que estejam fora da escola e com defasagem no fluxo escolar.

3.14 - Estimular a participação dos adolescentes nos cursos das áreas tecnológicas e científicas.

3.15 - Implementar políticas de prevenção à evasão motivada por preconceito ou por quaisquer formas de discriminação, criando rede de proteção contra formas associadas à exclusão.

3.16 – Manter e ampliar transporte para alunos de cursos profissionalizantes, não existentes no município, para outros municípios da região.

META 04: Universalizar, para a população de 4 (quatro) a 17 (dezesete) anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas

ou serviços especializados, públicos ou conveniados de forma a atingir 93% até a vigência deste plano.

ESTRATÉGIAS:

4.1 - Garantir o atendimento educacional especializado em salas de recursos multifuncionais, ou em Centros de Atendimento Educacional Especializado, conveniados com o poder público.

4.2 - Implantar salas de recursos multifuncionais e garantir a formação continuada de professores para o atendimento educacional especializado complementar e suplementar, nas escolas urbanas e rurais.

4.3 - Oferecer o atendimento educacional especializado complementar e suplementar aos estudantes matriculados na rede pública de ensino regular.

4.4 - Garantir acesso à Tecnologia Assistiva (T. A.) e suas modalidades, por meio do ensino e utilização de recursos que possibilitem aos/as estudantes a ampliação de suas habilidades, oportunizando autonomia e ações em todos os momentos escolares.

4.5- Adaptar as escolas regulares com acessibilidade e dotar de profissionais capacitados para o atendimento na Educação Especial.

4.6- Disponibilizar materiais didáticos e pedagógicos adaptados para as necessidades dos alunos.

4.7 – Oferecer em parceria com Instituições, programas governamentais, cursos de formação continuada em libras, braille, deficiência intelectual, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação.

4.8 - Estabelecer padrões básicos de infraestrutura do sistema de ensino de acessibilidade aos estudantes público alvo da Educação Especial.

4. 9 - Ampliar o atendimento aos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, incrementando, se necessário, classes especiais, salas de recursos e de alternativas pedagógicas que atendam às especificidades e necessidades dos educandos inclusos em classes comuns.

4.10 - Garantir o cumprimento dos dispositivos legais constantes na Convenção dos Direitos da Pessoa com Deficiência (ONU, 2006), ratificada no Brasil pelos Decretos nº 186/2008 e nº 6949/2009, na Política de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (MEC, 2008) e nos marcos legais políticos e pedagógicos.

4.11 – Orientar e acompanhar as famílias, através de ações intersetoriais voltadas aos esclarecimentos das dificuldades de aprendizagem do educando, em regime de colaboração nas diferentes redes de ensino.

4.12 – Fortalecer o atendimento educacional especializado complementar aos estudantes matriculados na rede pública municipal de ensino regular, através da equipe interdisciplinar (fonoaudióloga, psicóloga, assistente social, psicopedagoga e professor de Educação Física).

4.13 - Contribuir na contabilização, para fins do repasse do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), as matrículas dos estudantes da educação regular da rede pública que recebam atendimento educacional especializado complementar e suplementar, sem prejuízo do cômputo dessas matrículas na educação básica regular, e as matrículas efetivadas, conforme o censo escolar mais atualizado, na educação especial oferecida em instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas com o Poder Público e com atuação exclusiva na modalidade, nos termos da Lei nº 11.494/2007.

4.14 – Promover ações voltadas para o desenvolvimento de metodologias, materiais didáticos, equipamentos e recursos de tecnologia, com vistas à promoção do ensino e da aprendizagem, bem como das condições de acessibilidade dos estudantes com deficiência, transtorno do espectro autista, transtorno de déficit de atenção e hiperatividade/impulsividade e altas habilidades ou superdotação.

4.15 - Garantir que as escolas de educação básica promovam espaços para participação das famílias na elaboração do projeto político pedagógico na perspectiva da educação inclusiva.

META 05- Alfabetizar todas as crianças, no máximo, até o final do 3º ano do Ensino Fundamental.

ESTRATÉGIAS:

5.1 - Implementar mecanismos de avaliação tais como: acompanhamento pedagógico, avaliações diagnósticas e atividades específicas de alfabetização na idade certa.

5.2 - Oferecer salas de aula apropriadas com recursos pedagógicos e profissionais capacitados, a fim de promover a alfabetização.

5.3 – Assegurar que todas as crianças até o final do ciclo de alfabetização obtenham o domínio da leitura, escrita e cálculo.

5.4 - Oferecer a todos as crianças que apresentem dificuldades em alfabetização, reforço escolar e reenturmação com acompanhamento pedagógico supervisionado para garantir a aprendizagem.

5.5 - Capacitar professores em parceria com programas governamentais, para atuarem no ciclo de alfabetização dentro da perspectiva da alfabetização e do letramento.

5.6 - Fortalecer o acompanhamento no Ensino Fundamental - anos iniciais, referente à alfabetização na idade certa.

5.7 - Oferecer condições a todos os docentes que tenham alunos com deficiência inseridos em salas regulares, ambientes alfabetizadores, respeitando as especificidades e o número de alunos determinado pela legislação vigente.

5.8 - Ampliar o uso de tecnologias educacionais para o ciclo de alfabetização, assegurada a diversidade de métodos e propostas pedagógicas, bem como o acompanhamento dos resultados no sistema de ensino.

5.9 – Utilizar instrumentos de avaliação sistêmica, periódica e específica, para aferir a alfabetização das crianças, bem como estimular os sistemas de ensino e as escolas a criar os respectivos instrumentos de avaliação e monitoramento (ANA e Provinha Brasil).

5.10 - Promover, jornadas literárias em consonância com as Diretrizes do Plano Nacional do Livro e da Leitura, a formação de leitores e a capacitação de professores, bibliotecários e agentes da comunidade para atuarem como mediadores da leitura.

5.11 - Implantar, até o segundo ano de vigência do Plano, programas de incentivo à leitura.

META 06: Ampliar o atendimento em educação de tempo integral de forma a atender 25% dos alunos da educação básica até o final da vigência deste PME.

ESTRATÉGIAS:

6.1 - Fomentar a articulação da escola com os diferentes espaços educativos, culturais e esportivos e com equipamentos públicos, como centros comunitários, bibliotecas, praças, parques, museus, teatros e cinemas.

6.2 - Melhorar os padrões de qualidade das escolas de tempo integral existentes no município, viabilizando atendimento diferenciado aos/as alunos/as com habilidades ou dificuldades específicas de aprendizagem.

6.3 - Oferecer atividades de acompanhamento pedagógico e multidisciplinares, inclusive culturais e esportivas, de forma que o tempo de permanência de crianças e adolescentes na escola seja igual ou superior a sete horas diárias ininterruptas durante todo o ano letivo com a ampliação progressiva da jornada de trabalho de professores de uma única escola.

6.4 - Fortalecer o regime de colaboração com a União, Estado e Município para a ampliação da jornada escolar, atendendo a educação em tempo integral nas escolas públicas do ensino fundamental.

6.5 - Instituir, em regime de colaboração, programa de construção e/ou adequação de escolas com padrão arquitetônico e de mobiliário adequado para atendimento em tempo integral.

6.6 - Aderir, em regime de colaboração, ao programa nacional de ampliação e reestruturação das escolas públicas, por meio da instalação de quadras poliesportivas, laboratórios, inclusive de informática, espaços para atividades

culturais, bibliotecas, auditórios, cozinhas, refeitórios cobertos, depósitos adequados para armazenar gêneros alimentícios, banheiros e outros equipamentos, bem como da produção de material didático e da formação de recursos humanos para a educação em tempo integral.

6.7 - Assegurar alimentação escolar que contemple a necessidade nutricional diária dos estudantes que permanecem na escola em tempo integral, conforme legislação específica.

META 07 *Fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem de modo a atingir as médias municipais no Ideb.*

IDEB	2015	2017	2019	2021
Anos Iniciais do EF	6,0	6,2	6,4	6,5
Anos Finais do EF	5,2	5,5	6,0	6,5
Ensino Médio	4,7	5,2	5,4	5,6

Fonte: Baseados em dados MEC/INEP(2014)

4ª série e 5º ano

	Ideb Observado					Metas Projetadas							
Município ▾	2005 ▾	2007 ▾	2009 ▾	2011 ▾	2013 ▾	2007 ▾	2009 ▾	2011 ▾	2013 ▾	2015 ▾	2017 ▾	2019 ▾	2021 ▾
CAPINZAL	4.3	5.1	5.5	5.4	5.9	4.4	4.7	5.1	5.4	5.7	5.9	6.2	6.4

8ª série e 9º ano

	Ideb Observado					Metas Projetadas							
Município ▾	2005 ▾	2007 ▾	2009 ▾	2011 ▾	2013 ▾	2007 ▾	2009 ▾	2011 ▾	2013 ▾	2015 ▾	2017 ▾	2019 ▾	2021 ▾
CAPINZAL	4.0	4.9	5.1	5.0	4.9	4.0	4.2	4.5	4.9	5.2	5.5	5.7	6.0

3ª série – EM (Santa Catarina)

	Ideb Observado					Metas Projetadas								
Estado ▾	2005 ▾	2007 ▾	2009 ▾	2011 ▾	2013 ▾	2007 ▾	2009 ▾	2011 ▾	2013 ▾	2015 ▾	2017 ▾	2019 ▾	2021 ▾	
Santa Catarina	3.5	3.8	3.7	4.0	3.6	3.5	3.6	3.8	4.0	4.4	4.8	5.1	5.3	

ESTRATÉGIAS

7.1 - Construir em colaboração com gestores e professores um indicador da qualidade educacional do município com base no desempenho dos estudantes, considerando o perfil do corpo docente, do gestor, os recursos pedagógicos disponíveis e as condições de infraestrutura das escolas.

7.2 Instituir processo contínuo de autoavaliação do sistema de ensino, das escolas de educação básica por meio da constituição de instrumentos de avaliação que orientem as dimensões a serem fortalecidas, destacando a elaboração de planejamento estratégico, a melhoria contínua da qualidade educacional, a formação continuada dos professores da Ensino Fundamental e Médio e o aprimoramento da gestão democrática.

7.3 – Orientar o planejamento das atividades pedagógicas a serem desenvolvidas nas escolas do Ensino Fundamental e Médio, de forma a buscar atingir as metas do IDEB, para diminuir a diferença entre as escolas com os menores índices, garantindo equidade da aprendizagem no município.

7.4 – Ampliar em parceria com os governos estadual e a União, os projetos desenvolvidos em tecnologias educacionais e de inovação das práticas pedagógicas nas escolas, objetivando a melhoria da aprendizagem dos alunos.

7.5 – Ampliar em parceria com Estado e União, ações de combate à violência, ao uso de drogas nas escolas, de maneira intersetorial, através do desenvolvimento de ações destinadas a capacitação de educadores para detecção de suas causas, como a violência doméstica e sexual, favorecendo a adoção de medidas adequadas de segurança que promovam a construção de cultura de paz no ambiente escolar.

7.6 – Executar o Plano de Ação Articulada – PAR e o Plano Plurianual – PPA em consonância com o Plano Municipal de Educação - PME, tendo em vista as metas e estratégias estabelecidas para a educação básica pública.

7.7 – Fixar, acompanhar e divulgar bienalmente os resultados pedagógicos dos indicadores do SAEB e do IDEB, relativo às escolas, assegurando a contextualização desses resultados, com relação a indicadores sociais relevantes, como os de nível socioeconômico das famílias dos alunos e a transparência e o acesso público às informações técnicas de concepção e operação do sistema de avaliação.

7.8 – Aprimorar continuamente os instrumentos de avaliação da qualidade do Ensino Fundamental e Médio, participando dos exames aplicados pelo MEC e assegurando a universalização do Exame Nacional do Ensino Médio - ENEM.

7.9 - Promover a articulação dos programas da área da educação de âmbito nacional e local, com os de outras áreas como saúde, trabalho e emprego, assistência social, esporte, cultura, possibilitando a criação de rede de apoio integral às famílias, como condição para melhoria da qualidade educacional.

7.10 - Promover em consonância com as diretrizes do Plano Nacional do Livro Didático e da Leitura, a formação de leitores e a capacitação de professores, bibliotecários e agentes das comunidades para atuar como mediadores, de acordo com a especificidade das diferentes etapas do desenvolvimento e da aprendizagem.

7.11 - Estabelecer e implantar, mediante pactuação Inter federativa, diretrizes pedagógicas para a educação básica e a base nacional comum dos currículos, com direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento dos estudantes para cada ano do ensino fundamental, respeitando-se a diversidade estadual, regional e local.

7.12 - Garantir transporte gratuito, por meio de convênio entre a Secretaria Municipal de Educação e Secretaria de Estado da Educação com acessibilidade para todos os estudantes da educação na faixa etária da educação escolar obrigatória, mediante renovação e financiamento compartilhado, com participação da União proporcional às necessidades dos entes federados, visando a reduzir a evasão escolar e o tempo médio de deslocamento a partir de cada situação local.

7.13 - Aderir e participar, em regime de colaboração, de programa nacional de reestruturação e aquisição de equipamentos para escolas públicas, visando à equalização regional das oportunidades educacionais.

7.14 - Informatizar em parceria com os governos estadual e União, a gestão das escolas públicas e da secretaria de educação, bem como manter programa de formação continuada para o pessoal técnico.

7.15 – Assegurar que nos currículos escolares a existência de conteúdos sobre a história e as culturas afro-brasileira e indígenas e implementar ações educacionais, nos termos das Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008, assegurando-se a implementação das respectivas diretrizes curriculares nacionais, por meio de ações

colaborativas para a diversidade étnico-racial, conselhos escolares, equipes pedagógicas e a sociedade civil.

7.16 - Mobilizar as famílias e setores da sociedade civil, com o propósito de que a educação seja assumida como responsabilidade de todos e de ampliar o controle social sobre o cumprimento das políticas públicas educacionais.

7.17 - Universalizar, mediante articulação entre os órgãos responsáveis pelas áreas da saúde e da educação, o atendimento aos estudantes de educação básica por meio de ações de prevenção, promoção e atenção à saúde.

7.18 - Estabelecer ações efetivas especificamente voltadas para a promoção, prevenção, atenção e atendimento à saúde e à integridade física, mental e emocional dos profissionais da educação, como condição para a melhoria da qualidade educacional.

7.19 - Estabelecer políticas de acompanhamento às escolas com relação ao desempenho no IDEB.

7.20 - Institucionalizar programas e desenvolver metodologias para acompanhamento pedagógico, recuperação paralela e progressão, priorizando estudantes com rendimento escolar defasado.

7.21 - Instituir, em regime de colaboração entre os entes federados, ações de preservação da memória municipal.

7.22 - Reconhecer as práticas culturais e sociais dos estudantes e da comunidade local, como dimensões formadoras, articuladas à educação, nos projetos político-pedagógico e no Plano de Desenvolvimento Institucional, na organização e gestão dos currículos, nas instâncias de participação das escolas e na produção cotidiana da cultura e do trabalho escolar.

7.23 – Apoiar a gestão escolar, de modo a oportunizar a participação da comunidade escolar no planejamento e na aplicação dos recursos, visando à ampliação da transparência e ao efetivo desenvolvimento da gestão democrática.

META 08: Elevar a escolaridade média da população de 18 (dezoito) a 29 (vinte e nove) anos de modo a alcançar no mínimo 12 (doze) anos de estudo no último ano de vigência deste Plano, para as populações do campo, das localidades de menor

escolaridade, no município e dos mais pobres, bem como igualar a escolaridade média entre negros e não negros, declarados na Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, com vistas à redução das desigualdades educacionais.

ESTRATÉGIAS:

8.1 Institucionalizar programas e desenvolver tecnologias para correção de fluxo, para acompanhamento pedagógico individualizado e para recuperação e progressão parcial, priorizando estudantes com rendimento escolar defasado, atendendo as especificidades dos segmentos populacionais aqui considerados.

8.2 - Apoiar programas de educação de jovens e adultos para os segmentos populacionais aqui considerados, que estejam fora da escola e com defasagem idade/ano, associados a outras estratégias que garantam a continuidade da escolarização, após a alfabetização inicial.

8.3 - Possibilitar a diversificação curricular, integrando a formação à preparação para o mundo do trabalho, a interrelação entre teoria e prática, abrangendo os eixos da ciência, do trabalho, da tecnologia e da cultura, de modo a adequar ao tempo e à organização do espaço pedagógico da escola.

8.4 - Ampliar a oferta gratuita de Educação Profissional por intermédio de parcerias com as entidades privadas de serviço social e de formação profissional vinculada ao sistema sindical, de forma concomitante ao ensino ofertado no sistema escolar público, para atendimento aos segmentos populacionais considerados.

8.5 - Promover, em parceria com as áreas de saúde e assistência social, a busca escolar ativa, assegurando o acompanhamento e monitoramento de acesso e permanência na escola, bem como identificar causas de afastamentos e baixa frequência, estabelecendo em regime de colaboração, de maneira a estimular a ampliação do atendimento desses alunos no sistema público regular de ensino.

8.6 - Viabilizar o uso de tecnologias educacionais e de inovação das práticas pedagógicas, que assegurem a alfabetização, a partir de realidades diferenciadas do ponto de vista linguístico e que favoreçam a melhoria do fluxo escolar e as aprendizagens dos alunos, segundo as diversas abordagens metodológicas.

8.7 - Fomentar a produção de materiais didático-pedagógicos específicos e diferenciados, contextualizados às realidades socioculturais para professores e alunos, contemplando a educação para as relações étnico-raciais, educação em direitos humanos, gênero e diversidade sexual, educação ambiental, educação fiscal, arte e cultura nas escolas para a Educação Básica.

8.8 - Promover o envolvimento de órgãos governamentais, de forma intersetorial, na busca ativa de jovens fora da escola, pertencentes aos segmentos populacionais aqui considerados.

8.9 - Reduzir as desigualdades regionais e étnico-raciais, garantindo o acesso igualitário e a permanência na educação profissional técnica de nível médio e superior, inclusive mediante a adoção de políticas afirmativas, na forma da lei.

8.10 - Efetivar políticas de educação do campo que permitam a universalização da educação básica com acesso e permanência no próprio campo.

META 09 - Elevar a taxa de alfabetização da população com 15 (quinze) anos ou mais para 95% (noventa e cinco por cento) e erradicar o analfabetismo absoluto reduzindo em 50% (cinquenta por cento) a taxa de analfabetismo funcional.

ESTRATÉGIAS

9.1- Assegurar a oferta gratuita da Educação de Jovens e Adultos a todos os que não tiveram acesso à educação básica na idade própria.

9.2 - Implementar ações de alfabetização de jovens e adultos por meio de parcerias e de ações colaborativas, com garantia de continuidade da escolarização básica.

9.3 - Sensibilizar e mobilizar a comunidade em parceria com entidades governamentais e não governamentais, através de propagandas, campanhas, palestras e outros, de forma a incentivar os jovens, adultos e idosos que não tiveram acesso ao Ensino Fundamental na idade própria, a ingressarem na Educação de Jovens e adultos.

9.4 - Oferecer matrículas no Ensino Fundamental na modalidade Educação de Jovens e Adultos, de acordo com a necessidade do aluno e da comunidade.

9.5 - Estabelecer parcerias intersetoriais e com entidades para a realização do mapeamento da população analfabeta, de modo a programar a oferta de Educação de Jovens e Adultos a todos que dela não tiveram acesso ou oportunidade de concluírem seus estudos na idade adequada.

9.6 – Viabilizar transporte aos estudantes da EJA, concomitantemente ao transporte escolar existente na rede, em regime de colaboração entre União e Estado atendendo aos princípios básicos de segurança exigidos pelo DETRAN e as normas de acessibilidade que garantem segurança aos alunos com deficiência, objetivando a otimização do tempo gasto na sua locomoção.

9.7 - Estabelecer mecanismos e incentivos que integrem os segmentos empregadores, públicos e privados, e os sistemas de ensino, para promover a compatibilização da jornada de trabalho dos empregados com a oferta das ações de alfabetização e de educação de jovens e adultos.

META 10: Oferecer, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) das matrículas de educação de jovens e adultos, nos ensinos fundamental e médio, na forma integrada à educação profissional.

ESTRATÉGIAS

10.1 - Apoiar as ações de incentivo aos programas de aprendizagem, estágio e do primeiro emprego aos jovens e adultos.

10.2 - Fomentar a oferta da educação profissional de formação inicial e continuada para trabalhadores, articulada em regime de colaboração e com apoio de entidades privadas de formação profissional, vinculadas ao sistema sindical e de entidades sem fins lucrativos entre eles o sistema S (SESI, SENAI e SENAR).

10.3 - Aderir ao Programa Nacional de Assistência ao Estudante, desenvolvendo ações de assistência social, financeira e de apoio psicopedagógico que contribuam para garantir o acesso, a permanência, a aprendizagem e a conclusão com êxito da educação de jovens e adultos articulada à educação profissional.

10.4 - Viabilizar a oferta da educação de jovens e adultos integrada à educação profissional, de modo a atender as pessoas privadas de liberdade nos estabelecimentos penais e instituições socioeducativas.

10.5 - Instituir e implementar programas e mecanismos de reconhecimento de saberes dos jovens e adultos trabalhadores, a serem considerados na articulação curricular dos cursos de formação inicial e continuada e dos cursos técnicos de nível médio.

META 11: Triplicar as matrículas da educação profissional técnica de nível médio, de maneira articulada com o governo federal e estadual, assegurando a qualidade da oferta e pelo menos 50% (cinquenta por cento) da expansão no segmento público.

ESTRATÉGIAS

11.1 - Participar da política de expansão das matrículas de educação profissional técnica de nível médio da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, levando em consideração a responsabilidade dos Institutos na ordenação territorial, sua vinculação com arranjos produtivos, sociais e culturais locais e regionais, bem como a interiorização da educação profissional.

11.2 - Expandir a oferta de educação profissional técnica de nível médio de maneira articulada com entidades e setores da sociedade, com o apoio da União e o sistema S (SENAI, SENAC e SENAR).

11.3 - Intensificar o processo de integração da educação básica à educação profissional, bem como contribuir para o bom desenvolvimento dos cursos nas formas integrada, concomitante e subsequente;

11.4 - Apoiar ações de integração do ensino profissionalizante junto aos setores produtivos, visando seu aperfeiçoamento.

11.5 - Apoiar e divulgar as ações que visam à Educação Profissional Técnica de nível médio, por meio de parcerias com os seguintes programas: PRONATEC (Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego), instituído pelo MEC; FIES (Programa de Financiamento Estudantil- técnico), entre outros.

11.6 - Apoiar a expansão do estágio na educação profissional técnica de nível médio e do ensino médio regular, preservando-se seu caráter pedagógico integrado ao

itinerário formativo do estudante, visando à formação de qualificações próprias da atividade profissional, à contextualização curricular e ao desenvolvimento da juventude.

11.7 - Adotar políticas afirmativas para reduzir as desigualdades étnico-raciais e regionais no acesso e permanência na educação profissional técnica de nível médio.

META 12: Articular com instituições de Ensino Superior, governos estadual e federal políticas de elevação para 50% da taxa bruta de matrícula e 40% (quarenta por cento) da taxa líquida no ensino superior, prioritariamente para população de 18 (dezoito) a 24 (vinte e quatro) anos, assegurada a qualidade da oferta e expansão em 40% das novas matrículas.

ESTRATÉGIAS:

12.1 - Ampliar a oferta de vagas na Educação Superior prioritariamente para a formação de professores para atender o déficit de profissionais nas áreas do conhecimento e modalidades da educação básica.

12.2 - Oportunizar a oferta de vagas na Educação Superior com a implantação de cursos nas diversas modalidades tais como: presencial, semipresencial e à distância, considerando as necessidades do município.

12.3 - Ofertar, em regime de colaboração com o Estado, a União e IES, formação de pessoal de nível superior, considerando as necessidades do desenvolvimento do município, a inovação tecnológica e a melhoria da qualidade da educação básica.

12.4 - Fomentar a ampliação da oferta de estágio, em regime de colaboração com as Instituições de ensino superiores públicas e privadas, como parte da formação do discente.

12.5 - Divulgar cursos oferecidos pelas instituições federais e estaduais, bem como as diversas formas de ingresso ao ensino superior comunitário ou particular, tais como: SISU, PROUNI e FIES.

12.6 – Estimular o acesso na forma de sistema de cotas de acordo com a Lei 12.711/12 de grupos historicamente desfavorecidos na Educação Superior, inclusive mediante a adoção de políticas afirmativas, na forma da lei.

12.7 - Divulgar e incentivar a oferta de bolsas de estudos para graduação, aos professores e demais profissionais que atuam na educação básica.

12.8 - Adotar políticas de assistência estudantil para garantir a população considerada economicamente carente, a redução das desigualdades étnico-raciais e ampliar as taxas de acesso e permanência na educação superior de estudantes egressos da escola pública, com necessidades especiais, de forma a apoiar seu sucesso acadêmico.

12.9 - Fomentar estudos e pesquisas que analisem a necessidade de articulação entre formação, currículo, pesquisa e mundo do trabalho, considerando as necessidades econômicas, sociais e culturais do município.

12.10 – Estimular a realização de projetos de pesquisa por parte de estudantes do ensino superior, tendo como foco questões de relevância no desenvolvimento econômico, cultural e social, sustentabilidade e meio ambiente.

META 13: Cooperar com as políticas para elevação da qualidade da educação superior pela ampliação da atuação de mestres e doutores nas Instituições de Educação Superior para 75% no mínimo, do corpo docente em efetivo exercício, sendo, do total, 50% doutores.

ESTRATÉGIAS:

13.1 - Fomentar, em articulação com a União e estado, a formação de consórcios entre instituições de educação superior, com vistas a potencializar a atuação regional, inclusive por meio de plano de desenvolvimento institucional integrado, assegurando maior visibilidade nacional e internacional às atividades de ensino, pesquisa e extensão.

13.2 - Fomentar políticas de oferta de cursos em nível de pós-graduação (mestrado e doutorado) de qualidade.

13.3 - Promover, de forma articulada com a União, Estado, Municípios e IES a oferta de programas de pós-graduação em nível de Mestrado e Doutorado.

META 14: Fomentar, em articulação com a União, Estado, Municípios e IES a elevação gradual em 10% do número de matrículas na pós-graduação *stricto sensu*.

ESTRATÉGIAS:

14.1 - Assegurar a oferta de cursos de pós-graduação (lato sensu e stricto sensu), para atender as demandas da região.

14.2 - Incentivar professores, através de bolsas e licenças previstas em plano de carreira para a matrícula de mestrado e doutorado.

14.3 - Estimular a articulação entre graduação, pós-graduação e núcleos de pesquisas, para estudos e elaboração de currículos/propostas pedagógicas que incorporem ao processo de ensino-aprendizagem, questões sobre educação especial, relações étnico-raciais, o enfrentamento a todas as formas de discriminação, a educação ambiental e do campo

14.4 - Estimular a articulação entre pós-graduação, núcleos de pesquisa e cursos de formação para profissionais da educação básica, de modo a garantir a elaboração de currículos e propostas pedagógicas que incorporem os avanços de pesquisas ligadas ao processo de ensino-aprendizagem e às teorias educacionais.

META 15: Assegurar, em regime de colaboração entre a União, Estado, Municípios e IES, no prazo de vigência deste PME, política de formação inicial e continuada, com vistas à valorização dos profissionais da educação, assegurando que todos os professores da educação básica e suas modalidades possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam, bem como a oportunização, pelo poder público, de periódica participação em cursos de formação continuada.

ESTRATÉGIAS

15.1 – Propor junto às Instituições de Ensino Superior a ampliação da oferta dos cursos de licenciatura em segunda graduação, em regime de colaboração com o Estado e a União, considerando aqueles que trabalham fora da área de formação.

15.2 - Articular, com a União, o Estado, Municípios e IES, ações conjuntas a fim de organizar a oferta de cursos de formação inicial diante do diagnóstico das necessidades de formação dos profissionais da educação, envolvendo as instituições de nível superior, sincronizando a oferta e a demanda de formação de profissionais da Educação.

15.3 - Apoiar a oferta de programas de iniciação à docência a estudantes matriculados em cursos de graduação, a fim de aprimorar a formação dos profissionais para atuarem no magistério da Educação Básica de acordo com a necessidade por área de conhecimento.

15.4 – Apoiar programas específicos de formação, a nível de pós-graduação, para profissionais que atuam nas escolas do campo e educação especial.

15.5 - Valorizar as práticas de ensino e os estágios nos cursos de formação de nível médio e superior dos profissionais da educação, visando ao trabalho sistemático de articulação entre a formação acadêmica e as demandas da educação básica, em sintonia com as recomendações legais e as diretrizes curriculares nacionais.

15.6 - Garantir oferta de formação continuada a todos os profissionais da educação básica, fundamentada numa concepção político-pedagógico que assegure a articulação teórica e prática, a pesquisa e a extensão.

15.7 - Ampliar o uso das tecnologias e conteúdos multimidiáticos para todos os atores envolvidos no processo educativo, garantindo formação específica para esse fim.

15.8 – Fomentar a utilização de plataforma eletrônica através de ações entre a União, Estado e Município para organizar a oferta e a demanda de matrícula em cursos de formação continuada.

META - 16: Incentivar a formação, até o último ano de vigência deste PME, de 90% (noventa por cento) dos professores que atuam na educação básica em curso de pós-graduação lacto ou stricto sensu e garantir que os profissionais da educação básica tenham acesso à formação continuada, considerando as necessidades e contextos do sistema de ensino.

ESTRATÉGIAS

16.1 - Promover a divulgação e incentivo junto aos profissionais da educação básica de informações sobre os cursos de Pós-Graduação;

16.2 - Incentivar a criação de mecanismos promotores de intercâmbio entre os estabelecimentos de IES e as escolas de educação básica do município, visando ao desenvolvimento de pesquisa e extensão, assim como programas de formação continuada para a educação básica, considerando as demandas.

16.3 - Estimular a ampliação e o desenvolvimento da Pós-Graduação e da pesquisa nas Instituições de Ensino Superior, aumentando assim o número de docentes na educação básica com maior qualificação.

16.4 - Estimular a articulação entre a pós-graduação, núcleos de pesquisa e cursos de formação para profissionais da educação, de modo a garantir a elaboração de propostas pedagógicas capazes de incorporar os avanços de pesquisas ligadas ao processo de alfabetização no atendimento da população de até oito anos.

16.5 - Criar mecanismos para subsidiar cursos de formação em nível de pós graduação stricto sensu, para os profissionais da educação em rede municipal regulamentado pelo plano de carreira e objetivando a permanência do professor subsidiado na rede de ensino.

META 17: Valorizar os profissionais do Magistério da rede pública de educação básica, assegurando a existência de plano de carreira e do Estatuto do Magistério, assim como a sua adequação, que tem como referência o piso nacional, definido em lei federal, nos termos do Inciso VIII, do Artigo 206, da Constituição Federal, a fim de garantir a gradação do rendimento de acordo com o grau de escolaridade e tempo de serviço dos profissionais.

ESTRATÉGIAS:

17.1 - Cumprir e atualizar o Plano de Carreira, Cargos e Salários e de Valorização dos Profissionais da Educação Básica do Sistema Municipal de Ensino nas formas legais e estruturar o Estatuto do Magistério Público Municipal, tendo como referência o Piso

Salarial Nacional Profissional, definido em lei federal, nos termos do Inciso VIII, do Art. 206, da Constituição Federal.

17.2 - Priorizar a permanência do/a professor/a de até 40h na mesma unidade de ensino respeitando a legislação no que se refere a 1/3 da carga horária para outras atividades extraclasse.

17.3 - Proporcionar condições de trabalho, valorização dos profissionais da educação e concretização das políticas de formação, como forma de garantia da qualidade na educação.

17.4 Estabelecer ações especificamente voltadas para a promoção, prevenção, atenção e atendimento à saúde e integridade física, mental e emocional dos profissionais da educação, como condição para a melhoria da qualidade educacional.

17.5 - Assegurar a realização periódica de concurso público para provimento de vagas, comprovadamente, excedentes e permanentes.

17.6 - Garantir o cumprimento da legislação nacional quanto à jornada de trabalho dos profissionais do magistério da rede pública de ensino.

17.7 – Oferecer cursos de formação continuada em serviço para professores, de forma a atingir um modelo eficiente de ensino, visando o sucesso do aluno.

17.8 – Estabelecer parâmetros de avaliação e promoção para o profissional do magistério considerando o desempenho, grau de escolaridade, cursos de formação continuada e tempo de serviço na rede.

META 18: Assegurar condições, no prazo de dois anos, para a efetivação da gestão democrática da educação, associada a critérios técnicos de mérito e desempenho e à consulta pública a comunidade escolar.

ESTRATÉGIAS

18.1 - Garantir a gestão democrática nos Conselhos Escolares, com transparência dos recursos financeiros administrados para toda a comunidade escolar.

18.2 – Estimular, em todas as redes de educação básica, a constituição e o fortalecimento de grêmios estudantis e associações de pais, assegurando-se-lhes, inclusive, espaços adequados e condições de funcionamento nas escolas e

fomentando a sua articulação orgânica com os conselhos escolares, por meio das respectivas representações.

18.3 - Garantir e fortalecer a gestão escolar democrática com a participação dos profissionais da educação, comunidade local e escolar no diagnóstico da escola, plano de aplicação dos recursos financeiros recebidos e a prestação de contas dos mesmos.

18.4 - Garantir formação continuada em serviço na área de administração e/ou gestão escolar, bem como em Educação Especial e Educação de Jovens e Adultos, a pelo menos 80% dos gestores, coordenadores pedagógicos e demais profissionais da escola, a fim de garantir a efetivação da gestão democrática no Sistema Municipal de Ensino.

18.5 - Assegurar a todas as escolas, apoio e acompanhamento na formulação dos Projetos Pedagógicos, Plano de Desenvolvimento da Escola, com observância às Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental e da Base Curricular Comum Nacional.

18.6 – Garantir as escolas pessoal administrativo, pedagógico e operacional, capacitando-os para colaborar com uma gestão eficiente e democrática, favorecendo um atendimento de qualidade a toda a comunidade escolar.

18.7 - Ampliar os programas de apoio e formação aos conselheiros dos conselhos inerentes aos assuntos colegiados, recursos financeiros, espaço físico adequado, equipamentos e meios de transporte para visitas à rede escolar, com vistas ao bom desempenho de suas funções.

18.8 – Elaborar regulamentação de critérios técnicos de mérito e desempenho, respeitando a legislação nacional e o Plano de Carreira do Magistério Público Municipal, para a nomeação dos diretores de escola.

18.9 - Estimular, em todas as redes de educação básica, a constituição e o fortalecimento de grêmios estudantis e associações de pais, assegurando-se-lhes, inclusive, espaços adequados e condições de funcionamento nas escolas e fomentando a sua articulação orgânica com os conselhos escolares, por meio das respectivas representações.

18.10 - Garantir a participação efetiva da comunidade escolar e local na formulação e acompanhamento dos projetos políticos-pedagógicos, currículos escolares, planos de gestão escolar e regimentos escolares, possibilitando as condições objetivas necessárias à operacionalização desta participação.

18.11 - Aprovar dispositivo legal que dispõe sobre a implantação, execução e avaliação da gestão escolar da educação básica e profissional da rede pública, no prazo de um ano após a publicação deste Plano.

18.12 – Elaborar critérios técnicos para a definição dos dirigentes das unidades escolares da rede municipal de ensino, a partir de um Plano de trabalho para a gestão democrática e de participação da comunidade escolar.

18.13 – Fomentar a participação de profissionais que desejarem exercer função de diretor de escola na formação em gestão pública oferecidas pelo MEC e IES.

META 19: Ampliar o investimento público em educação de forma a atingir, no mínimo, o patamar de 7% (sete por cento) do Produto Interno Bruto – PIB do Município no quinto ano de vigência deste Plano e, no mínimo, o equivalente a 10% (dez por cento) do PIB ao final do decênio.

ESTRATÉGIAS

19.1 - Garantir fontes de financiamento permanentes e sustentáveis para todos os níveis, etapas e modalidades da educação básica, observando-se as políticas de colaboração entre os entes federados, em especial as decorrentes do Art. 60, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, e do § 1º, do Art. 75, da Lei nº 9.394/1996, que tratam da capacidade de atendimento e do esforço fiscal de cada ente federado, com vistas a atender suas demandas educacionais do padrão de qualidade nacional.

19.2 - Articular, com a União e Estado de Santa Catarina no aperfeiçoamento e ampliação dos mecanismos de acompanhamento da arrecadação da contribuição social do salário-educação.

19.3 - Otimizar a destinação de recursos à manutenção e o desenvolvimento do ensino, em acréscimo aos recursos vinculados nos termos do Art. 212, da Constituição Federal.

19.4 - Fortalecer os mecanismos e os instrumentos que assegurem, nos termos do Parágrafo Único, do Art. 48, da Lei Complementar nº 101/2000, com a redação dada pela Lei Complementar nº 131/2009, a transparência e o controle social na utilização dos recursos públicos aplicados em educação, especialmente a realização de audiências públicas, a criação de portais eletrônicos de transparência e a capacitação dos membros de conselhos de acompanhamento e controle social do FUNDEB, com a colaboração entre as Secretarias de Educação do Estado e dos Municípios, os Tribunais de Contas do Estado e dos Municípios e o Ministério Público.

19.5 - Definir o custo aluno-qualidade da Educação Básica do município, considerando a ampliação do investimento público em educação e o Parecer CNE/CEB nº 8 de 05/05/2010 que define normas sobre os padrões mínimos de qualidade de ensino.

19.6 - Apoiar e defender a prorrogação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, com aperfeiçoamento que aprofundem o regime de colaboração e a participação financeira da União para garantir equalização de oportunidades educacionais e padrão mínimo de qualidade do ensino, nos termos do Art. 211, da Constituição Federal.

19.7 - Definir critérios para distribuição dos recursos adicionais dirigidos à educação ao longo do decênio, que considerem a equalização das oportunidades educacionais, a vulnerabilidade socioeconômica e o compromisso técnico e de gestão do sistema de ensino, a serem pactuados na instância prevista no Art. 7º, da Lei nº 13.005/2014.

19.8 - Estabelecer, garantir e efetivar a articulação entre as metas deste Plano e demais instrumentos orçamentários da União, do Estado de Santa Catarina e do Município, do plano municipal de educação e os respectivos PPAs, LDOs e LOAs, em todos os níveis, etapas e modalidades de ensino.

19.9 - Fortalecer os conselhos de acompanhamento e fiscalização dos recursos da educação.

19.10 - Garantir a aplicação dos recursos financeiros que devem ser destinados à melhoria da qualidade e gratuidade do ensino, na formação e valorização do magistério, na organização escolar, prioritariamente, em escolas públicas.

19.11 - Garantir aplicação dos recursos destinados à manutenção, reforma e construção de escolas públicas com infraestrutura adequada às etapas e modalidades de ensino.

19.12 - Fixar um cronograma de recursos financeiros para as escolas públicas com finalidade de aquisição, manutenção e reparos do patrimônio permanente e materiais de expediente, bem como ampliar os valores dos recursos financeiros.

19.13 - Aplicar os recursos financeiros pertinentes a educação infantil, ensino fundamental e modalidades da educação, observando-se as políticas de colaboração entre o Estado e o município, em especial as decorrentes do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de valorização dos profissionais da Educação - FUNDEB (art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias) e do artigo 75 § 1º da LDB (Lei nº 9.394, de 1996), que trata da capacidade de atendimento e do esforço fiscal de cada ente federado, para atender suas demandas educacionais à luz do padrão de qualidade nacional.

ACOMPANHAMENTO, ELABORAÇÃO E AVALIAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CAPINZAL

O Plano Municipal de Educação de Capinzal/SC, elaborado para o Decênio 2015 – 2024, representa o instrumento norteador da educação municipal para o período de 10 (dez) anos, sendo necessária a previsão e o estabelecimento de mecanismos de acompanhamento e de avaliação que possibilitem ao sistema educacional o cumprimento das metas e estratégias estabelecidas para esse Decênio.

A organização e sistematização deste PME agrega um elenco de ações estratégicas integradas, a serem implementadas no decorrer desses anos, tendo como foco a qualidade na Educação Básica do Município, do Estado e consequentemente do país. Assim, na aprovação do PME será instituída uma

audiência pública representada pelos diferentes segmentos da sociedade civil e do poder público, a quem caberá a coordenação no âmbito do município do Acompanhamento e Avaliação da implantação e implementação deste Plano.

Com a aprovação do PME, serão realizadas periodicamente ações estratégicas de acompanhamento como seminários municipais e audiências públicas sob a coordenação da Secretaria Municipal da Educação, tendo em vista o monitoramento da execução do PME. Após dois anos da aprovação do PME, deverá ser realizada a primeira avaliação junto às representações do SME e emitir parecer do desempenho do município em relação às metas estabelecidas.

Lei 3.177/2015**LEI Nº 3.177, DE 17 DE JUNHO DE 2015.**

Aprova o Plano Municipal de Educação – PME, na forma que especifica.

PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono, nos termos do art. 58, V, da Lei Orgânica Municipal, a seguinte Lei:

Art. 1º Fica aprovado o Plano Municipal de Educação – PME, com vigência por 10 (dez) anos, a contar da publicação desta Lei, com vistas ao cumprimento do disposto no art. 8º da Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014.

Art. 2º São diretrizes do PME:

- I - erradicação do analfabetismo;
- II - universalização do atendimento escolar;
- III - superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação;
- IV - melhoria da qualidade da educação;
- V - formação para o trabalho e para a cidadania, com ênfase nos valores morais e éticos em que se fundamenta a sociedade;
- VI - promoção do princípio da gestão democrática da educação pública;
- VII - promoção humanística, científica, cultural e tecnológica do País;
- VIII - estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do Produto Interno Bruto - PIB que assegure atendimento às necessidades de expansão, com padrão de qualidade e equidade;
- IX - valorização dos (as) profissionais da educação;
- X - promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental.

Art. 3º As metas previstas no Anexo Único desta Lei serão cumpridas no prazo de vigência deste PME, desde que não haja prazo inferior definido para metas e estratégias específicas.

Art. 4º As metas previstas no Anexo Único desta Lei deverão ter como referência o Diagnóstico elaborado pela Equipe Técnica com base nos dados divulgados por Órgãos Oficiais.

Art. 5º A execução do PME e o cumprimento de suas metas serão objeto de monitoramento contínuo e de avaliações periódicas realizados pelas seguintes instâncias:

- I - Secretaria Municipal de Educação;
- II - Comissão de Avaliação do PME;

III - Conselho Municipal de Educação – CME.

§ 1º Compete, ainda, às instâncias referidas no caput:

I - divulgar os resultados do monitoramento e das avaliações nos respectivos sítios institucionais da internet;

II - analisar e propor políticas públicas para assegurar a implementação das estratégias e o cumprimento das metas;

III - analisar e propor a revisão do percentual de investimento público em educação.

§ 2º Ao longo do período de vigência deste PME, observar-se-ão os resultados dos estudos publicados a cada 2 (dois) anos pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP para aferir a evolução no cumprimento das metas estabelecidas no Anexo Único.

§ 3º A meta progressiva do investimento público em educação será avaliada no quarto ano de vigência do PME e poderá ser ampliada por meio de lei para atender às necessidades financeiras do cumprimento das demais metas.

§ 4º O investimento público em educação a que se refere a meta 19 desta Lei engloba os recursos aplicados na forma do art. 212 da Constituição Federal, do art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, bem como do art. 213 da Constituição Federal.

§ 5º Será destinada à manutenção e ao desenvolvimento do ensino, em acréscimo aos recursos vinculados nos termos do art. 212 da Constituição Federal, além de outros recursos previstos em lei, a parcela da participação no resultado ou da compensação financeira pela exploração de petróleo e de gás natural, na forma de lei específica, com a finalidade de assegurar o cumprimento da meta prevista no inciso VI do art. 214 da Constituição Federal.

Art. 6º O Município promoverá a realização de pelo menos 2 (duas) conferências municipais de educação até o final do decênio, precedidas de amplo debate.

Parágrafo único. As conferências municipais de educação realizar-se-ão com intervalo de até 4 (quatro) anos entre elas, com o objetivo de avaliar a execução do Plano Nacional de Educação – PNE, do Plano Estadual de Educação – PEE, bem como deste Plano Municipal e subsidiar a elaboração dos planos de educação para o decênio subsequente.

Art. 7º A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios atuarão em regime de colaboração visando ao alcance das metas e à implementação das estratégias objeto deste Plano, na forma da lei.

§ 1º Caberá aos gestores federais, estaduais, municipais e do Distrito Federal a adoção das medidas governamentais necessárias ao alcance das metas previstas neste PME.

§ 2º As estratégias definidas no Anexo Único desta Lei não elidem a adoção de medidas adicionais em âmbito local ou de instrumentos jurídicos que formalizem a cooperação entre os entes federados, podendo ser complementadas por mecanismos nacionais e locais de coordenação e colaboração recíproca.

§ 3º O sistema de ensino municipal criará mecanismos para o acompanhamento local da consecução das metas do PME.

§ 4º Haverá regime de colaboração específico para a implementação de modalidades de educação escolar que necessitem considerar territórios étnico-educacionais e a utilização de estratégias que levem em conta as identidades e especificidades socioculturais e linguísticas de cada comunidade envolvida, assegurada a consulta prévia e informada a essa comunidade.

§ 5º O fortalecimento do regime de colaboração entre a União, o Estado e o Município

incluirá a instituição de instâncias permanentes de negociação, cooperação e pactuação.

§ 6º O fortalecimento do regime de colaboração entre os Municípios dar-se-á, inclusive, mediante a adoção de arranjos de desenvolvimento da educação.

Art. 8º O Município, no prazo de 2 (dois) anos contados da publicação da Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, deverá adequar a legislação local, disciplinando a gestão democrática da educação pública em conformidade com o disposto na referida Lei, bem como neste PME.

Art. 9º O plano plurianual, as diretrizes orçamentárias e o orçamento anual do Município serão formulados de maneira a assegurar a consignação de dotações orçamentárias compatíveis com as diretrizes, metas e estratégias deste PME, a fim de viabilizar sua plena execução.

Art. 10. O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica, coordenado pela União, constituirá fonte de informação para a avaliação da qualidade da educação básica e para a orientação das políticas públicas desse nível de ensino.

Art. 11. Até o final do primeiro semestre do nono ano de vigência deste PME, o Poder Executivo encaminhará à Câmara de Vereadores, sem prejuízo das prerrogativas deste Poder, o Projeto de Lei referente ao Plano Municipal de Educação a vigorar no período subsequente, que incluirá diagnóstico, diretrizes, metas e estratégias para o próximo decênio.

Art. 12. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art.13. Revoga a Lei nº 3.045, de 14 de novembro de 2012.

Capinzal, em 17 de junho de 2015.

ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei na data supra.

ORLANDO THOLL
Secretário da Administração e Finanças

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL



SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

2015 – 2024

Capinzal/SC

2015

PREFEITO MUNICIPAL

Andevir Isganzella

VICE-PREFEITO

Wilson Farias

SECRETARIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Israel Boniek Gonçalves

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Orlando Tholl

COMISSÃO MUNICIPAL RESPONSÁVEL PELA ADEQUAÇÃO DO PME**Presidente**

Israel Boniek Gonçalves

Vice – Presidente

Gisela Nara Martins

Coordenação da Comissão

Inês Rossetti Baron

SECRETÁRIA DA COMISSÃO

Izolete dos Santos Riqueti

MEMBROS DA COMISSÃO

Técnica: Ana Paula Franceschi Savariz

Secretaria Municipal da Educação: Josy Mari Côas

Conselho Municipal da Educação – COMED: Wanessa Moraes Trzcinski

Gestores municipais e estaduais: Salete Savaris Araujo, Iliane dos Santos e Giana Martins

Professores municipais e estaduais: Juliano do Prado e Carlos Tobaldini

Estudantes municipais, estaduais e particulares: Isabele Rossato Cesa e Andressa Almeida

Educação de Jovens e Adultos – EJA: Marli Morosini

Pais e Mães ou Responsáveis – APPs: Edilson Falavigna

Educação Especial: Lucimara Salete Palinski

Educação Profissional: Edite Drey

Educação Superior: Noemia Pizzamiglio

Comissão de Educação do Poder Legislativo: Antonio Mantovani

Conselho Tutelar e Conselho dos Direitos da Criança e Adolescente: Marisete Motta e Leila Maria Maule de Oliveira

Conselho do FUNDEB: Belomi Maria Rossato

Gerência de Educação – GERED: Rosângela Parizzi

Secretaria Municipal de Saúde: Daniela Bortoli

Secretaria Municipal de Assistência Social: Elena Casagrande Reck

Secretaria Municipal de Planejamento: Salete Aparecida Constantin de Mattos

Igualdade Racial e Diversidade: Marcos José Thomaz

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	05
INTRODUÇÃO	07
CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CAPINZAL	09
Aspectos Históricos	09
Aspectos Geográficos	11
Aspectos Ambientais	12
Aspectos Socioeconômicos	13
Aspectos Culturais	14
DIAGNÓSTICO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E ENSINO MÉDIO DO MUNICÍPIO	15
Educação Infantil	16
Ensino Fundamental	18
Ensino Médio	20
Ensino Superior	21
Programa Mais Educação	21
Programa Dinheiro Direto na Escola	23
Plano de Desenvolvimento da Escola – PDE	23
Educação de Jovens e Adultos	24
Educação Especial	25
Gestão e Financiamento Educacional	26
Valorização do Magistério	27
METAS E ESTRATÉGIAS	29
META 01	29
META 02	31
META 03	34
META 04	36
META 05	38
META 06	39
META 07	40

META 08	44
META 09	46
META 10	47
META 11	48
META 12	49
META 13	51
META 14	52
META 15	53
META 16	54
META 17	55
META 18	56
META 19	58
ACOMPANHAMENTO, ELABORAÇÃO E AVALIAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CAPINZAL	60

APRESENTAÇÃO

O Plano Municipal de Educação de Capinzal/SC, foi elaborado a partir de estudos e debates, tendo iniciadas as discussões no ano de 2014, envolvendo a equipe de profissionais das Coordenações: Educação Infantil, Ensino Fundamental, Educação de Jovens e Adultos e Educação Especial, assim como os segmentos das escolas, sob a coordenação do então Secretário Municipal de Educação, Cultura e Esportes Israel Boniek.

Assim, foi instituída a Comissão Municipal por meio de um Decreto cujo número é 022 de 25 de fevereiro de 2015, assinada pelo Excelentíssimo Sr. Prefeito Municipal Andevir Isganzela e Excelentíssimo Sr. Secretário de Administração e Finanças Orlando Tholl, integrada por educadores da Secretaria de Educação e por representantes do Conselho Municipal de Educação, da Universidade do Oeste de Santa Catarina - UNOESC, de gestores do ensino médio do sistema estadual de ensino e demais entidades e representantes de segmentos da sociedade que, contribuíram com as proposições de Metas e Estratégias para o PME correspondendo ao Decênio 2015 – 2024.

A elaboração do Plano Municipal de Educação responde a uma determinação legal, considerando a promulgação da Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que determinou em seu artigo 8º, aos Estados, Distrito Federal e Municípios a elaboração de seus Planos Decenais em consonância com as diretrizes, metas e estratégias previstas no Plano Nacional de Educação.

O processo de elaboração do PME encontra respaldo legal na Constituição Federal de 1988, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de nº9.394/96, assim como, nos marcos normativos que embasam o regime de colaboração dos entes federados: a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios. O PME de Capinzal encontra-se alinhado ao Plano Nacional de Educação – PNE e ao Plano Estadual de Educação – PEE de Santa Catarina.

Ressalta-se que as Metas e Estratégias definidas neste Plano apontam para as perspectivas transformadoras e emancipadoras da educação de Capinzal, sendo

delineadas com base na Legislação Educacional, nos Planos Nacional e Estadual de Educação e na realidade do município.

A ênfase foi articular a comunidade para estudar e organizar uma estrutura para a construção do PME. O Planejamento foi o segredo do sucesso para definir quais eram os pontos relevantes para a discussão. Pesquisou-se e elaborou-se toda a documentação necessária para esta construção: diretrizes, diagnóstico e leis vigentes.

Este Plano é para o município e não para uma Rede de Ensino. Esse é o momento que estabelecemos um vínculo com as diferentes etapas para conversar e definir um perfil esperado para alunos que hoje são da Educação Infantil, amanhã do Ensino Fundamental, no futuro, do Ensino Médio, por isso, as Metas e Estratégias do PME foram definidas a partir da análise do diagnóstico educacional do município de Capinzal, considerando o contexto histórico, geográfico, socioeconômico, cultural e ambiental, o que proporcionou uma visão holística da realidade de Capinzal, possibilitando assim, a definição de proposições capazes de assegurar mudanças significativas na performance educacional do município no decorrer de dez anos.

INTRODUÇÃO

O Plano Municipal de Educação – PME, do município de Capinzal-SC respalda-se nos marcos normativos norteadores da elaboração dos Planos, coerente com o Plano Nacional de Educação – PNE e ao Plano Estadual de Educação – PEE que fundamentaram todo o processo de construção do texto base do PME. A Constituição Federal no Art. 211 determina que a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão em regime de colaboração seus sistemas de ensino. Conforme o § 4º deste artigo, na organização de seus sistemas de ensino, os entes federados definirão formas de colaboração, de modo a assegurar a universalização do ensino obrigatório.

O Art. 214 define que a lei estabelecerá o Plano Nacional de Educação, de duração Decenal, com o objetivo de articular o sistema nacional de educação em regime de colaboração e definir diretrizes, metas e estratégias de implementação para assegurar a manutenção e o desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis, etapas e modalidades por meio de ações integradas dos poderes públicos das diferentes esferas federativas.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei nº 9.394/96 em seu Artigo 1º estabelece a diferença no conceito sobre educação e educação escolar. “A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais”.

Nesse sentido, a LDB (art.3º.), coerente com o artigo 206 da Constituição Federal, estabelece uma base de princípios:

Art. 3º. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

- I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;
- III - pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas;
- IV - respeito à liberdade e apreço à tolerância;
- V - coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
- VI - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;
- VII - valorização do profissional da educação escolar;

VIII - gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino;
IX - garantia de padrão de qualidade;
X - valorização da experiência extra-escolar;
XI - vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais;
XII – consideração com a diversidade étnicorracial.

Os artigos 8º, 10 e 11 definem o sistema de colaboração entre as esferas governamentais na construção dos planos de educação, com a finalidade de assegurar a implementação das políticas públicas educacionais.

“Art. 8º. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão, em regime de colaboração, os respectivos sistemas de ensino”.

§ “1º - Caberá à União a coordenação da política nacional de educação, articulando os diferentes níveis e sistemas e exercendo função normativa, redistributiva e supletiva em relação às demais instâncias educacionais”. (...).

Art. 10. Os Estados incumbir-se-ão de:

“III - elaborar e executar políticas e planos educacionais, em consonância com as diretrizes e planos nacionais de educação, integrando e coordenando as suas ações e as dos seus Municípios”.

Art. 11. Os Municípios incumbir-se-ão de:

I – “organizar, manter e desenvolver os órgãos e instituições oficiais dos seus sistemas de ensino, integrando-os às políticas e planos educacionais da União e dos Estados”.

Nessa perspectiva, as diretrizes definidas representam os consensos construídos no decorrer dos debates que ocorreram e devem continuar a ocorrer entre os diferentes grupos, organizações e classes sociais na construção do projeto de educação que representa os Municípios, os Estados e conseqüentemente o País.

Assim, o texto base do PME foi construído a partir dessa concepção de alinhamento entre o PNE, o PEE e o diálogo entre os atores envolvidos no processo de planejamento e objetiva atender as expectativas da sociedade capinzalense, respeitando os princípios de igualdade, liberdade e de colaboração, possibilitando assim a continuidade da política educacional.

CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CAPINZAL

Aspectos Históricos

As terras onde hoje se localiza o município de Capinzal eram cobertas de florestas e os primeiros moradores foram os índios, mais especificamente os Kaigangs, também conhecidos como Coroados.

Os povos indígenas foram aos poucos abandonando estas terras, após conflitos com outros povos indígenas ou fugindo de novos moradores que ocuparam suas terras.

Por volta de 1840 o Sr. Jesuino de Matos, um cidadão de prestígio junto às autoridades do império, percebeu a oportunidade de requerer legalmente as terras onde hoje se localiza Capinzal para si. Escreveu ao governo imperial requerendo a doação das terras para ele, com o compromisso de colonizá-las. O imperador do Brasil, na época, D. Pedro II, concedeu as terras, que se chamavam “Campo Bonito”.

Mas, Jesuino de Matos não colonizou as terras, vendendo-as para outros compradores. Sendo que, em 1854, as terras passaram a pertencer ao Sr. Manoel Lopes de Abreu, que juntamente com seus filhos, deram início à colonização. A região passou a ser denominada de “Fazenda dos Lopes”.

Após a morte de Manoel Lopes de Abreu, seu filho Antônio Lopes de Abreu, deu continuidade à colonização, trazendo trabalhadores e dedicando-se à criação de gado na fazenda.

O fazendeiro Antônio Lopes de Abreu foi até São Paulo vender gado na feira de Sorocaba e Itapetininga, onde lhe ofereceram sementes de um capim para plantar como pastagem aos animais. Quando retornou, mandou roçar e queimar o matagal próximo ao local onde um pequeno rio despejava suas águas no Rio do Peixe (local onde ficava o gado) e lançou as sementes do capim paulista, nas duas margens do riozinho.

O capim cresceu tanto nas margens do pequeno rio, que sua folhagem quase se encontrava de uma margem à outra. Então, as pessoas passaram a chamá-lo de Rio Capinzal. Mais tarde, a comunidade local ficou conhecida como Rio Capinzal, sendo este o primeiro nome de nosso município - Capinzal.

Em 1887, um engenheiro projetou uma estrada de ferro entre São Paulo e Rio Grande do Sul, ligando as províncias de São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, com objetivo de povoar a região e transportar mercadorias do sul até São Paulo e o Rio de Janeiro.

Em 20 de outubro de 1910 foi inaugurada a estação de Rio Capinzal (Capinzal e Ouro) e novos moradores chegavam nas locomotivas a vapor - carinhosamente chamadas pelo povo de "Maria-Fumaça". O trem trouxe novos moradores não só para Capinzal, mas para todo o oeste de Santa Catarina.

A ferrovia inaugurada em 1910 representou um grande avanço para o desenvolvimento econômico da localidade, transportando para os centros consumidores o gado, principalmente bovino, madeira serrada e produtos agrícolas em geral.

A extração da erva-mate, abundante na mata nativa capinzalense, proporcionou geração de riquezas, dando origem a dezenas de soques para transformar a planta em produto de venda.

A produção de farinha de mandioca ocorria utilizando-se técnicas de indústria ainda incipiente – as atafonas (moinhos manuais ou movidos por cavalos), que também produziam polvilho. A maior incidência destas atafonas era nas localidades de Lindenberg, Alto Alegre, Vidal Ramos e parte da Barra do Pinheiro.

Os canaviais, cultivados principalmente nas margens do Rio do Peixe, representavam a matéria-prima dos engenhos de cana, que produziam: açúcar mascavo, rapadura, pé de moleque, melado, chimia, etc. E dos alambiques que produziam a aguardente.

As pequenas olarias produziam telhas e tijolos para um consumo ainda pequeno, naquela época. No interior do município ainda se produzia o charque, mel, manteiga e queijo.

No dia 20 de novembro de 1914, a vila foi elevada à categoria de distrito, com a denominação de Distrito Rio Capinzal – pertencente ao município de Campos Novos, sendo o 5º distrito. Como Distrito, Capinzal era administrado por um “intendente distrital”, nomeado por Campos Novos e ainda elegia os Conselheiros Municipais para cuidar das questões de ordem pública.

A partir de 1934, muitos capinzalenses defendiam e propagavam a idéia de que o Distrito de Rio Capinzal se tornasse independente de Campos Novos para administrar sua população e suas riquezas. As reuniões locais e manifestos encaminhados às autoridades tinham a intenção de comprovar que o Distrito Rio Capinzal possuía condições econômicas, populacionais e territoriais para se tornar um município independente de Campos Novos.

Em 30 de dezembro de 1948 a Assembleia Legislativa Estadual votou a lei n.º 249, criando o município de Capinzal desmembrando-o de Campos Novos.

A instalação oficial do município ocorreu no dia 17 de fevereiro de 1949, passando a ser denominado “Capinzal”, tendo a comunidade vizinha Ouro, como distrito. O primeiro prefeito foi nomeado, como provisório, pelo governador do estado de Santa Catarina: Antônio de Pádua Pereira.

No dia 1º de outubro de 1949 tomou posse o primeiro prefeito eleito pelos capinzalenses: Silvio Santos.

Aspectos Geográficos

Capinzal é um município do estado de Santa Catarina localizado na região Meio-Oeste, que possui uma extensão territorial de 244, 200 km².

Sua população está estimada em 21.298 habitantes (2014), de acordo com dados do Censo (IBGE, 2010).

O território de Capinzal limita-se com outros municípios catarinenses e um estado brasileiro. Ao sul, o Rio Uruguai serve como limite entre Capinzal (SC) e Machadinho(RS). Ao norte, o Rio do Peixe serve como limite entre o município de Capinzal e o município de Ouro. A leste com os municípios de Campos Novos e Zortéa. A oeste com os municípios de Piratuba e Ipira.

Ano	Capinzal	Santa Catarina	Brasil
1991	13.694	4.541.994	146.825.475
1996	15.527	4.844.212	156.032.944
2000	19.955	5.356.360	169.799.170
2007	18.465	5.866.252	183.987.291
2010	20.769	6.248.436	190.755.799

Fonte: IBGE - *Censos Demográficos 1980, 1991, 2000 e Contagem da População (2010)*

Aspectos Ambientais

O relevo de Capinzal é formado por planalto, composto por morros e regiões relativamente planas, sem altitudes muito elevadas. Estamos localizados em uma região a 480 metros de altitude em relação ao nível do mar.

O município está localizado em parte do Vale do Rio do Peixe, ou seja, entre morros e pequenas montanhas, no meio das quais (região mais baixa), o Rio do Peixe traça seu percurso, formando o vale.

A vegetação original de Capinzal, mais próxima ao rio Uruguai, possui árvores de grande porte como peroba, palmito, louro, grápia, canela, angico, cedro e ipê. Outra árvore abundante que merece destaque na vegetação do município é a Araucária - que existia em grande quantidade e foi extraída pelas serrarias, durante o ciclo da madeira (1930 – 1950).

Por ser uma região de planalto – cortado pelo Vale do Rio do Peixe, em ambiente marcado pelo clima com inverno e verão rigorosos, a floresta perde suas folhas no inverno, recuperando-se na primavera e permanecendo verde durante o verão e o outono, por isso é chamada de mata caducifolia.

Na vegetação de nossas terras temos também áreas de reflorestamento com o *Pinus elliottii* que serve à indústria local, plantações de erva mate (que também existiam na vegetação original) que abastecem as ervateiras locais.

Como Capinzal se localiza abaixo do Trópico de Capricórnio, estamos em uma região de clima subtropical. Isso quer dizer que temos um clima agradável, no qual as estações do ano são bem definidas: O verão é quente, com temperatura máxima por volta de 38°C; no inverno é bastante frio, com temperaturas médias de 14°C, geadas e, poucas vezes, queda de neve. A primavera e o outono apresentam temperaturas agradáveis, em média 20°C.

A história de Capinzal também está marcada por rios, principalmente pelo Rio do Peixe, Rio Capinzal e Rio Uruguai.

Aspectos Socioeconômicos

Desde o início, Capinzal teve a agricultura sempre presente em sua economia. A estrutura fundiária se caracteriza, na sua maior parte por pequenas propriedades rurais, mas também existem os grandes produtores de cereais.

Os cereais mais produzidos são o milho, soja e o trigo. O milho é a cultura de maior expressão no que se refere à quantidade produzida. A cultura da soja representa a maior área plantada. A cultura do feijão, mandioca e frutas são produzidos em menor quantidade. Também existe grande produção de aveia para semente.

Na lavoura permanente, o destaque é a erva-mate - folha verde – como produto de representatividade econômica no município.

A Secretaria Municipal da Agricultura e Meio Ambiente atende em torno de 485 propriedades rurais.

O setor de avicultura é o mais desenvolvido em Capinzal, pois a produção é destinada à agroindústria, sendo realizada no sistema de integração.

A produção de suínos também é representativa, assim como o gado bovino para a produção de carne e leite. Outros rebanhos em menor quantidade são os caprinos e ovinos.

Os produtos de origem animal que se destacam são: ovos de galinha, lã, mel de abelha e leite. A piscicultura também tem ganhado espaço no cenário econômico.

No setor industrial tem destaque a indústria madeireira, com a principal representação na comunidade de Barro Preto, tendo como principais produtos que fabrica a pasta mecânica e o cavaco para biomassa.

Outro destaque é a indústria metalmecânica que atende aos mercados nacional e internacional, produzindo equipamentos para outras indústrias.

A agroindústria no setor alimentício, com destaque para a industrialização de aves. As indústrias cerâmicas também contribuem na economia capinzalense, com produção de médio e pequeno porte.

O comércio de Capinzal é constituído de mercados e lojas de pequeno, médio e grande porte, que atendem perfeitamente a população. Atuam em Capinzal 6 instituições bancárias. Atuam em Capinzal Entidades ligadas ao comércio, que buscam fortalecer e engrandecer a economia local, como ACIRP (Associação Empresarial do Baixo Vale do Rio do Peixe), AMPECO(Associação de Micro e Pequenas Empresas de Capinzal e Ouro) e CDL (Câmara de Dirigentes Logistas).

Aspectos Culturais

No contexto cultural o município de Capinzal realiza diversas festas que caracterizam a cultura local, dentre elas podemos destacar: Festa de São Paulo Apóstolo, Noite Italiana, Kerbfest, Expovale.

Os pontos relacionados à cultura e turismo são: Igreja Matriz São Paulo Apóstolo, Museu Municipal, Ponte Pênsil e as Cavernas do Havaí.

Outros eventos de destaque são a Semana Pedagógica e a Jornada Literária.

DIAGNÓSTICO DA EDUCAÇÃO BÁSICA DO MUNICÍPIO

Conforme o Art. 22 da LDB, “a educação básica tem por finalidades desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores”. Assim sendo, o Art. 11 inciso V, da referida lei determina que “os Municípios incumbir-se-ão de oferecer a educação infantil em creches e pré-escolas,

e, com prioridade, o ensino fundamental, permitida a atuação em outros níveis de ensino somente quando estiverem atendidas plenamente as necessidades de sua área de competência e com recursos acima dos percentuais mínimos vinculados pela Constituição Federal à manutenção e desenvolvimento do ensino”.

Assim sendo, o sistema de ensino do município abrange a educação infantil em creches e pré-escolas, o ensino fundamental e as modalidades de educação de jovens e adultos, a educação especial, a educação do campo, o ensino fundamental e ensino superior.

Nos últimos anos, ocorreram duas mudanças importantes no país quanto ao atendimento escolar. Em relação ao Ensino Fundamental, a obrigatoriedade passou para nove anos (6 aos 14 anos); a Pré-Escola e o Ensino Médio tornaram-se obrigatórios. O texto constitucional aprovado em 2009 institui a obrigatoriedade da Educação Básica gratuita para todos na idade de 4 a 17 anos, com implementação pelos sistemas de ensino, prevista até 2016.

Coerente com a LDB, o ensino médio, etapa final da educação básica, com duração mínima de três anos, tem como finalidades a consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no ensino fundamental, possibilitando o prosseguimento de estudos, bem como a preparação básica para o trabalho e a cidadania e o aprimoramento do educando como pessoa humana, para continuar aprendendo.

A Educação Infantil é oferecida em 10 (dez) Instituições de Ensino: 4 escolas e 6 Centros de Educação Infantil, sendo todas pertencentes à rede municipal. O Ensino Fundamental é oferecido em 7 escolas municipais e 3 escolas estaduais. O Ensino Médio no município de Capinzal encontra-se sob a responsabilidade do sistema estadual de ensino, funcionando atualmente em 3 (três) escolas.

No ano de 2015, o município de Capinzal não possui escola regular de ensino da rede privada, apenas uma instituição que oferece Educação de Jovens e Adultos.

Número de Alunos Matriculados																			
Município	Dependência	Matrícula Inicial																	
		Ed.Infantil		Ensino Fundamental		Ensino Médio	Educação Profissional (Nível Técnico)	EJA (presencial)		EJA (semi-presencial)		Educação Especial(Alunos de Escolas Especiais, Classes Especiais e Incluídos)							
		Creche	Pré-Escola	1ª a 4ª série e Anos Iniciais	5ª a 8ª série e Anos Finais			Fundamental ²	Médio ²	Fundamental	Médio	Creche	Pré-Escola	Anos Iniciais	Anos Finais	Médio	Ed Prof. Nível Técnico	EJA Fund ^{1,2}	EJA Médio ^{1,2}
CAPINZAL	Estadual	0	0	166	515	924	0	114	0	0	0	0	0	3	22	10	0	6	0
	Municipal	493	570	1409	548	0	0	0	0	0	0	0	6	16	18	0	0	0	0
	Privada	15	15	19	17	86	299	0	0	31	66	0	5	0	0	0	1	0	0
	Total	508	585	1594	1080	1010	299	114	0	31	66	0	11	19	40	10	1	6	0

Fonte: <http://portal.inep.gov.br/basica-censo-escolar-matricula> (2013)

Os dados do censo escolar (2013) apresentam o maior número de matrículas na rede municipal de ensino, totalizando 3.020 alunos. Na rede estadual totalizam 1.605 alunos e na rede privada 152 alunos.

Educação Infantil

A Educação Infantil compreende a idade de 0 (zero) a 5 (cinco) anos sendo que de 0 (zero) a 3 (três) anos o atendimento é ofertado em creches e de 4 (quatro) e 5 (cinco) anos em pré-escolas. A Educação Infantil sendo a primeira etapa da educação básica tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade.

A Educação Infantil tem como um dos objetivos provocar na criança o interesse por descobrir e conhecer progressivamente seu próprio corpo, suas potencialidades e seus limites, desenvolvendo e valorizando hábitos de cuidado com a própria saúde e bem-estar, assim como desenvolver uma imagem positiva de si, para que possa atuar de forma cada vez mais independente, com confiança em suas capacidades.

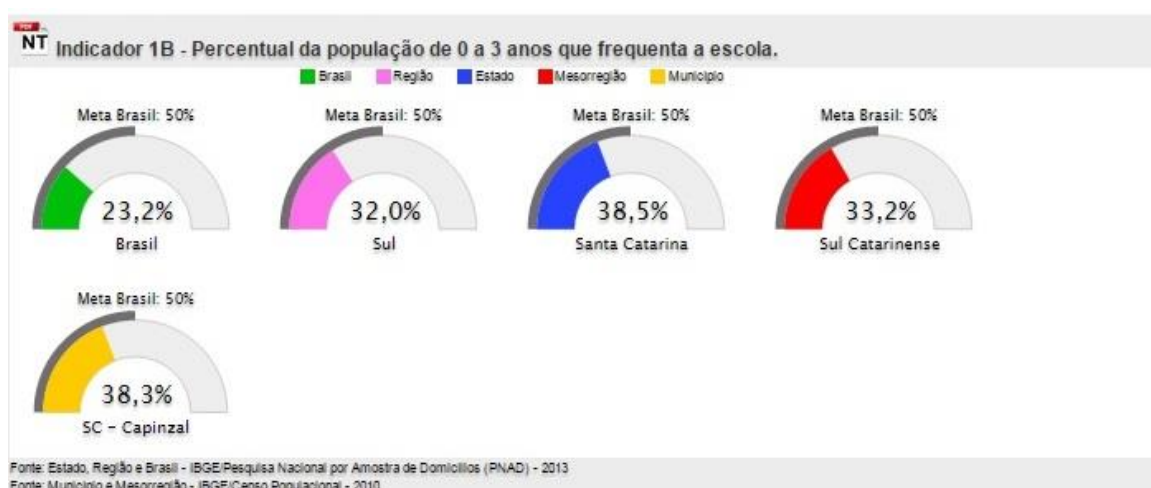
Coerente com as Diretrizes Curriculares Nacional da Educação Infantil (1998), a criança é concebida como “sujeito histórico e de direitos que, nas interações, relações e práticas cotidianas que vivencia, constrói sua identidade pessoal e coletiva, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentidos sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura”.

Ao reconhecer as crianças como seres íntegros que aprendem a ser e a conviver consigo mesmas, com os demais e com o meio ambiente de maneira articulada e gradual, as propostas pedagógicas devem buscar a interação entre as diversas áreas de conhecimento e aspectos da vida cidadã como conteúdos básicos para a constituição de conhecimentos e valores.

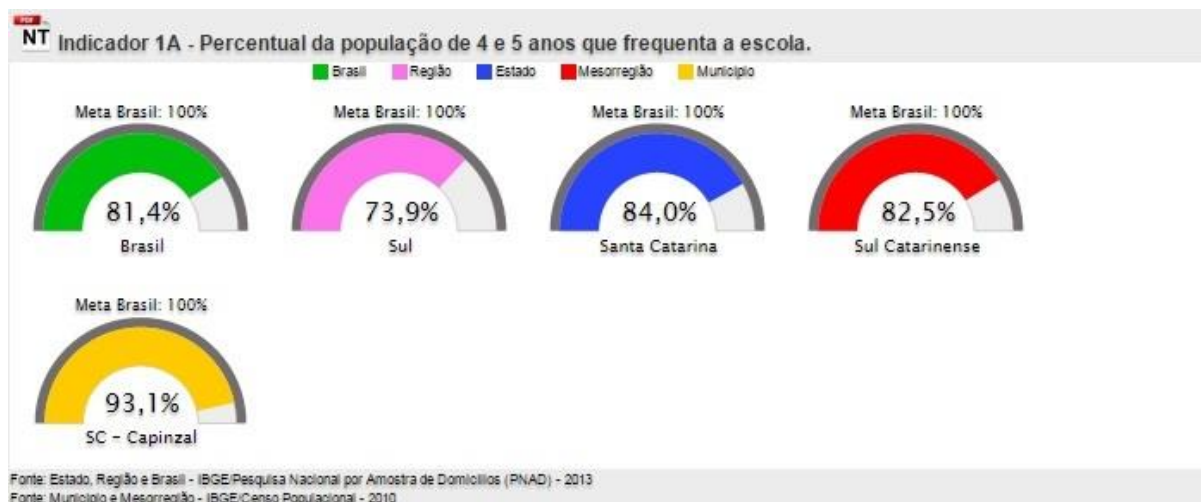
Tudo isso deve acontecer num contexto em que cuidados e educação se realizem de modo prazeroso, lúdico. Nesta perspectiva, as brincadeiras espontâneas, o uso de materiais, os jogos, as danças e os cantos, as comidas e as roupas, as múltiplas formas de comunicação, de expressão, de criação e de movimento, o exercício de tarefas rotineiras do cotidiano e as experiências dirigidas exigem que o conhecimento dos limites e alcance das ações das crianças e dos adultos sejam contemplados.

A participação dos educadores é fundamental, desde a organização do espaço, móveis, acesso a brinquedos e materiais, aos locais como banheiros, cantinas e pátios, até a divisão do tempo e do calendário anual de atividades, passando pelas relações e ações conjuntas com as famílias e os responsáveis, o papel dos educadores é legitimar os compromissos assumidos por meio da proposta pedagógica da escola.

Dentro desse contexto, com base em dados do IBGE (2010) o município de Capinzal tem uma população de 1.104 crianças de 0 a 3 anos. Do total de crianças de 0 a 3 anos 38,3% frequentam as creches da rede municipal, de acordo com dados do PNAD(2013). De acordo com os dados do Censo Escolar/INEP (2013) as matrículas em creches totalizavam 531 crianças.



Em relação ao atendimento de 4 e 5 anos, os dados do PNAD(2013) apresentam que o município atende 93,10% das crianças. Os dados apresentados no Censo Escolar/INEP 2013 totalizavam 551 crianças matriculadas em pré escolas.



Ensino Fundamental

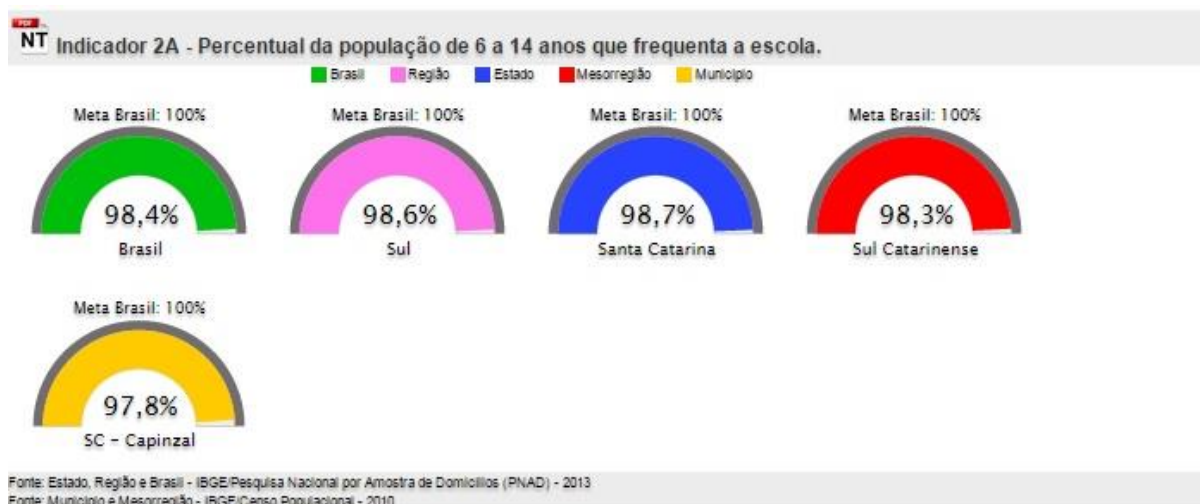
Em relação ao Ensino Fundamental, a ampliação para Nove Anos, respalda-se legalmente a partir da Lei de Diretrizes e Bases - LDB nº 9394/96, que sinalizou para o ensino obrigatório de nove anos de duração, a iniciar-se aos seis anos de idade. Com a aprovação da Lei nº 11.114 de 16 de maio de 2005 e da Lei nº 11.274 de 6 de fevereiro de 2006, que alteram alguns artigos da LDB, fica institucionalizado o ensino fundamental de nove anos de duração, sendo incluídas no sistema educacional, especialmente aquelas crianças pertencentes aos setores populares.

Os estudos demonstram que, quando as crianças ingressam na escola antes dos sete anos de idade apresentam, em sua maioria, resultados mais elevados comparativamente àquelas que ingressaram somente aos sete anos. Esse dado reforça o propósito de ampliação do Ensino Fundamental para nove anos, uma vez que permite aumentar o número de crianças a serem incluídas no sistema educacional.

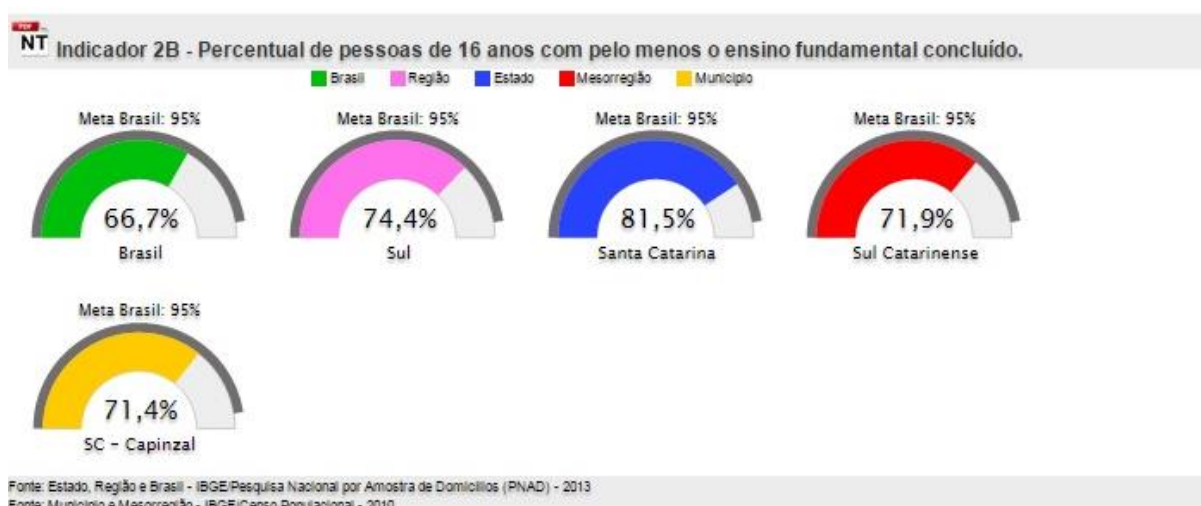
A LDB, no art. 32, determina como objetivo do Ensino Fundamental a formação do cidadão, mediante:

- I – o desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo;
- II – a compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade;
- III – o desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, tendo em vista a aquisição de conhecimentos e habilidades e a formação de atitudes e valores;
- IV – o fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social.

Em relação ao ensino fundamental, os dados do município de Capinzal, apresentam 1.637 matrículas nos anos iniciais e 1.199 nos anos finais, de acordo com dados do Censo Escolar /INEP (2013). O percentual da população de 6 a 14 anos que frequentam a escola é de 97,8% de acordo com dados do PNAD (2013).



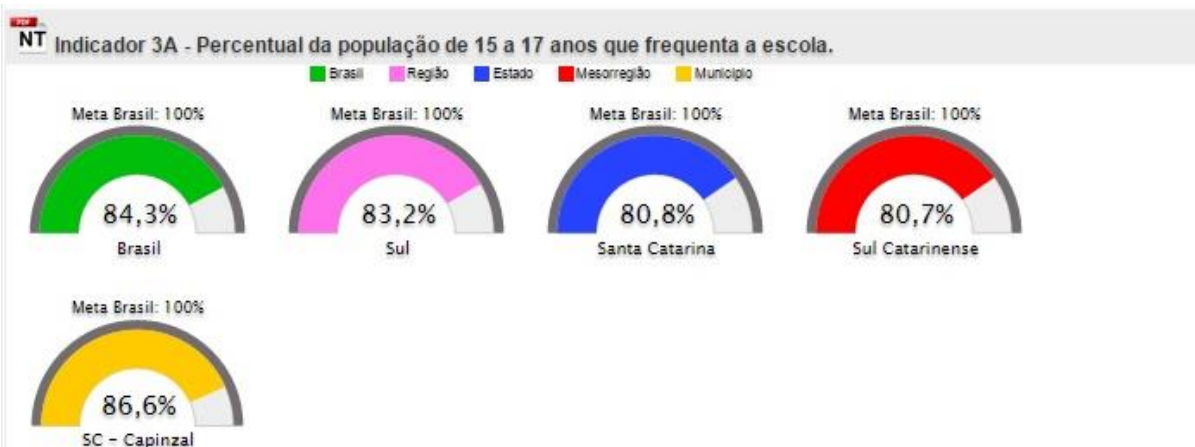
As taxas de rendimento escolar no município apresentadas pelo INEP (2013), nos anos iniciais do Ensino Fundamental são de 4,6% de reprovação nos anos iniciais, 0,0% de abandono e 95,4% de aprovação. Tendo o IDEB do município nos anos iniciais 5,9. Nas séries finais do Ensino Fundamental as taxas de reprovação são de 11,3%, abandono 0,7% e a taxa de aprovação é de 88,1%. O IDEB do município nas séries finais é de 4,9.



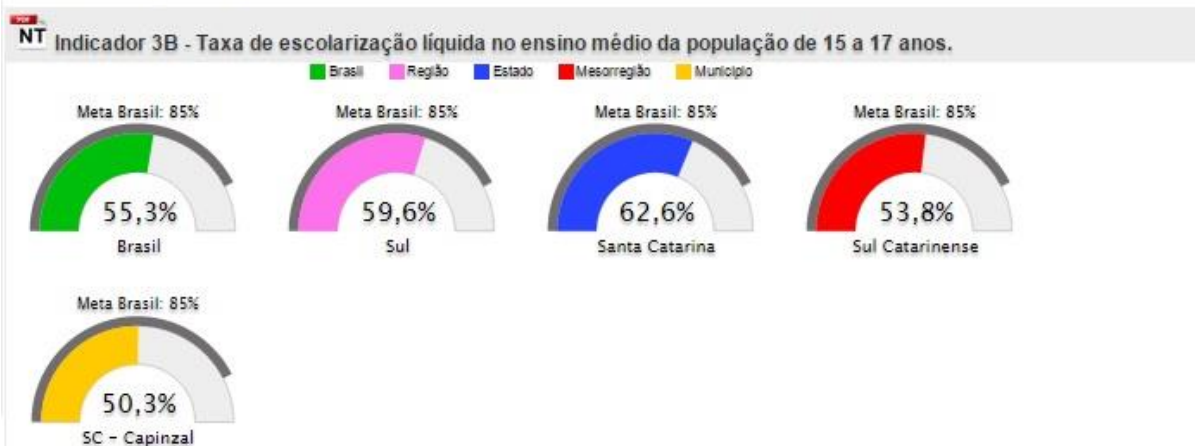
O percentual de pessoas de 16 anos com pelo menos o ensino fundamental concluído é de 71,4% em Capinzal, de acordo com dados do PNAD (2013).

Ensino Médio

Os dados do censo escolar/INEP (2013) apresentam 936 matrículas no Ensino Médio. Os dados do IBGE (PNAD-2013) registram que 86,6% da população com idade entre 15 a 17 anos frequentam a escola e a taxa de escolarização líquida de 50,3% no Ensino Médio na população de 15 a 17 anos. Apresentando uma taxa de reprovação de 2,1%, abandono de 6,8% e 91,1% de aprovações no 3º ano do Ensino Médio.



Fonte: Estado, Região e Brasil - IBGE/Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) - 2013
 Fonte: Município e Mesorregião - IBGE/Censo Populacional - 2010



Fonte: Estado, Região e Brasil - IBGE/Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) - 2013
 Fonte: Município e Mesorregião - IBGE/Censo Populacional - 2010

Ensino Superior

O ensino superior, é o nível mais elevado dos sistemas educativos, referindo-se normalmente a uma educação realizada em universidades, faculdades, institutos politécnicos, escolas superiores ou outras instituições que conferem graus acadêmicos ou diplomas profissionais.

No município de Capinzal existe uma Instituição de Ensino Superior, a UNOESC (Universidade do Oeste de Santa Catarina – Campus Aproximado de Capinzal) que possui sua razão social como uma universidade comunitária. Possui 74

professores, sendo 10 doutores, 60 mestres e 4 especialistas. O número de matrículas no Ensino Superior-Graduação e Extensão da UNOESC são 616 alunos.

Além da UNOESC existem outras faculdades que oferecem cursos de graduação na modalidade EAD no município de Capinzal, porém estes dados não constam em registros oficiais.

Capinzal - SC	Total	15.980
	Sem instrução e fundamental incompleto	7.584
	Fundamental completo e médio incompleto	3.189
	Médio completo e superior incompleto	3.954
	Superior completo	1.244
	Não determinado	10

<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela> (2010)

Programa Mais Educação

O Programa Mais Educação integra as ações do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), como uma estratégia do Governo Federal para induzir a ampliação da jornada escolar e a organização na perspectiva da Educação Integral.

Trata-se da construção de uma ação intersetorial entre as políticas públicas educacionais e sociais, contribuindo, desse modo, tanto para a diminuição das desigualdades educacionais, quanto para a valorização da diversidade cultural brasileira.

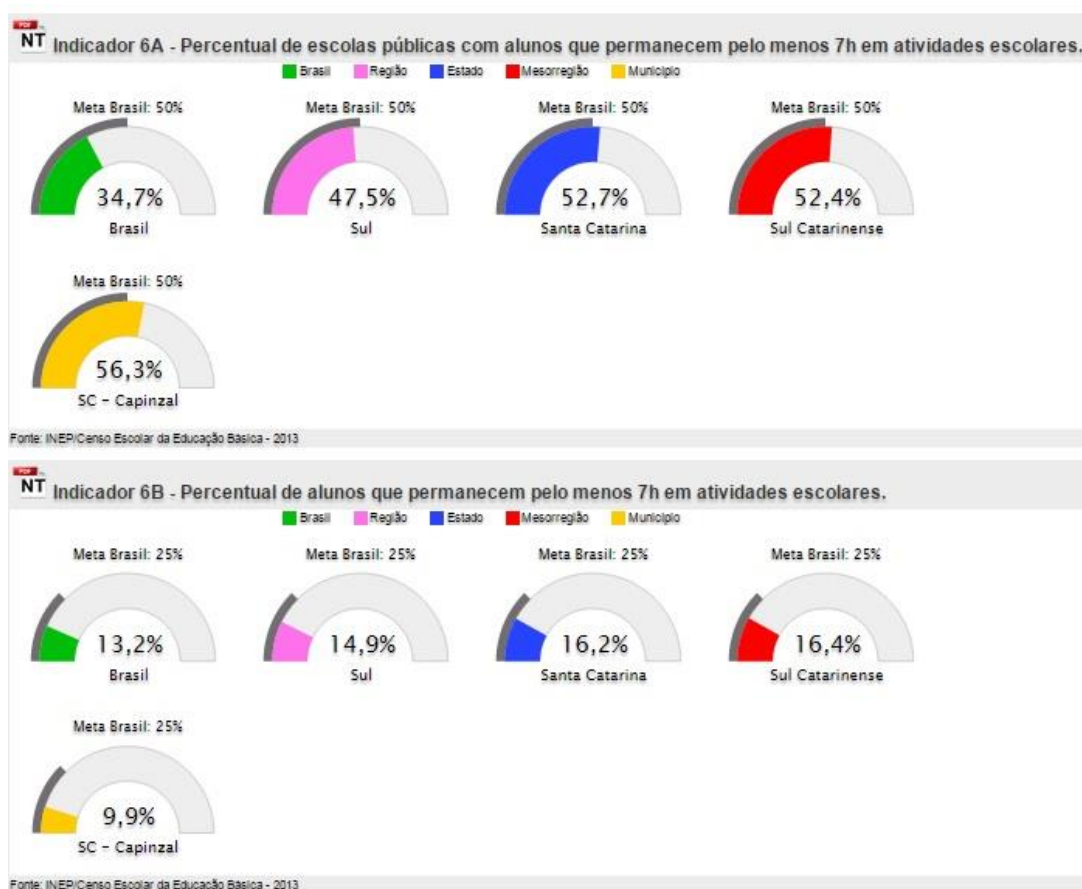
Fazem parte o Ministério da Educação, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, o Ministério da Ciência e Tecnologia, o Ministério do Esporte, o Ministério do Meio Ambiente, o Ministério da Cultura, o Ministério da Defesa e a Controladoria Geral da União.

Essa estratégia promove a ampliação de tempos, espaços, oportunidades educativas e o compartilhamento da tarefa de educar entre os profissionais da educação e de outras áreas, as famílias e diferentes atores sociais, sob a coordenação da escola e dos professores. Isso porque a Educação Integral, associada ao processo de escolarização, pressupõe a aprendizagem conectada à

vida e ao universo de interesses e de possibilidades das crianças, adolescentes e jovens.

Conforme o Decreto nº 7.083/2010, os princípios da Educação Integral são traduzidos pela compreensão do direito de aprender como inerente ao direito à vida, à saúde, à liberdade, ao respeito, à dignidade e à convivência familiar e comunitária e como condição para o próprio desenvolvimento de uma sociedade democrática.

No município de Capinzal 5 (cinco) escolas participam do Programa Mais Educação, sendo 4(quatro) municipais e 1(um) escola estadual.



Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE

O PDDE consiste na assistência financeira às escolas da educação básica das redes e sistemas públicos estaduais, municipais e escolas privadas de educação

especial, mantidas por entidades sem fins lucrativos. Os recursos destinam-se à melhoria da infraestrutura física e pedagógica das escolas, assim como o reforço da autogestão escolar e a elevação dos índices de desempenho da educação básica.

Os recursos do PDDE são transferidos de acordo com o número de alunos, conforme o censo escolar do ano anterior ao do repasse.

Em Capinzal todas as escolas municipais e estaduais são cadastradas para receber os recursos do PDDE, e realizam a prestação de contas ao governo federal, garantindo assim o recebimento do recurso para o ano seguinte.

Plano de Desenvolvimento da Escola – PDE

O Governo Federal, por meio do Ministério da Educação (MEC), lançou em 2007 o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) com o objetivo de melhorar substancialmente a educação oferecida às crianças, jovens e adultos. Para efetivar o PDE, foi criado o Plano de Metas que estabelece um conjunto de diretrizes para que a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, em regime de colaboração, conjuguem esforços, para superar a extrema desigualdade de oportunidades existente em nosso país.

O Plano tem por objetivo criar condições para que cada brasileiro tenha acesso a uma educação de qualidade e seja capaz de atuar crítica e reflexivamente no contexto em que se insere como cidadão cômico de seu papel num mundo cada vez mais globalizado. No que tange à educação básica, as metas do PDE contribuem para que as escolas possam viabilizar o atendimento de qualidade aos alunos.

Através do aporte financeiro do PDE, as escolas recebem recursos financeiros com base no Plano de Desenvolvimento da Escola – PDE.

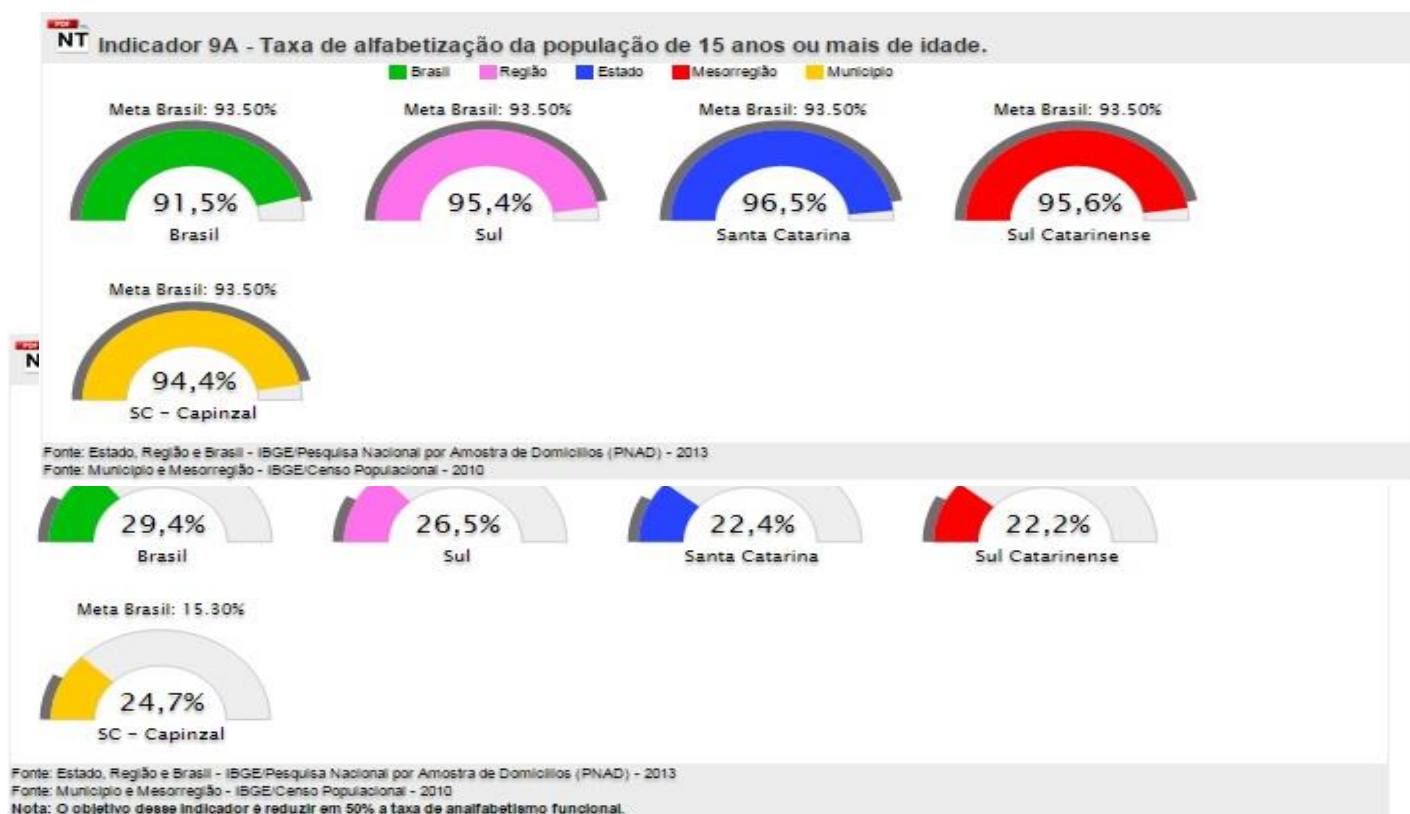
No município de Capinzal as escolas e creches têm acesso direto ao PDDE Interativo, preenchem seus diagnósticos de acordo com a realidade de cada instituição escolar e participam dos programas educacionais que são disponibilizados pelo MEC.

Educação de Jovens e Adultos

Conforme o inciso I do artigo 208 da Constituição Federal, o dever do Estado para com a educação será efetivado mediante a garantia de Ensino Fundamental obrigatório e gratuito, assegurada inclusive sua oferta para todos os que a ele não tiverem acesso na idade própria. A LDB, no artigo 37 determina que a Educação de Jovens e Adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no Ensino Fundamental e Médio na idade própria.

Assim, é atribuído ao poder público, a responsabilidade de estimular e viabilizar o acesso e a permanência do trabalhador na escola, mediante ações integradas e complementares entre si, oferta de cursos gratuitos aos jovens e aos adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, proporcionando-lhes oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames.

Em Capinzal a modalidade de Educação de Jovens e Adultos é ofertada em 2 escolas, sendo 1 da rede estadual e 1 da rede particular, que de acordo com dados do Censo escolar/INEP (2013) existem 217 jovens matriculados nessa modalidade de ensino, sendo 114 no ensino fundamental presencial e 31 no semi-presencial; 66 alunos no ensino médio semi-presencial e 6 no ensino médio da educação especial incluídos no ensino da EJA. A seguir apresenta-se os dados dessa modalidade, quanto a matrícula, aprovação, reprovação, evasão e transferência escolar.



Educação Especial

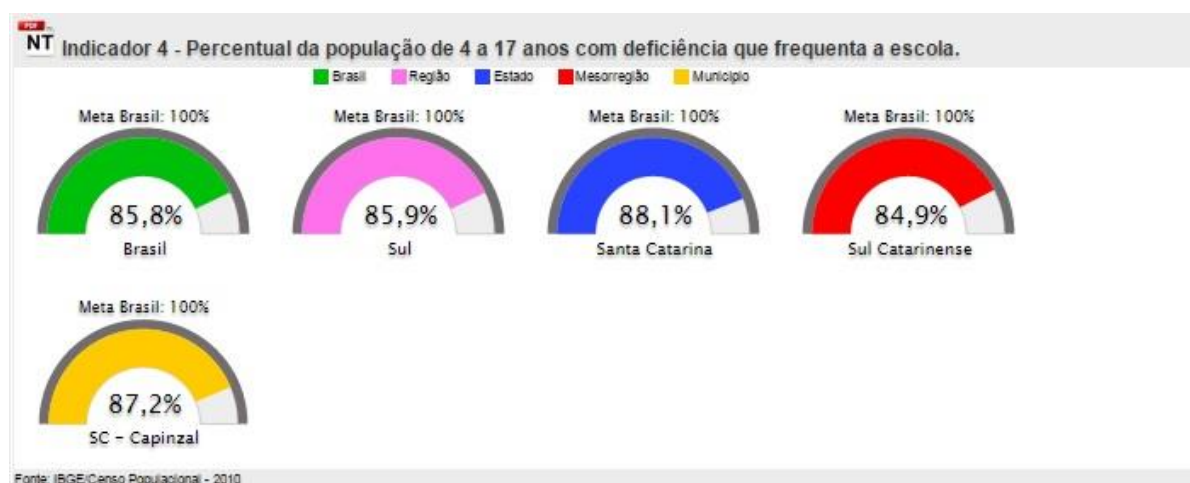
A Educação Especial insere-se na Educação Básica, abrangendo a Educação Infantil, o Ensino Fundamental e o Ensino Médio, sendo oferecida preferencialmente, no sistema regular de ensino para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação. Entende-se por deficiência e transtornos globais do desenvolvimento, aqueles relacionados às diferenças individuais dos educandos que requer uma dinâmica própria na relação ensinar-aprender.

Essa modalidade da educação escolar encontra-se fundamentada na concepção dos direitos humanos e pautada pelos princípios éticos, políticos, estéticos

e da equidade, de modo a assegurar o respeito da dignidade humana, a igualdade de oportunidades, a valorização das diferenças e o exercício da cidadania.

O município de Capinzal está com um percentual de 87,2% da população de 4 a 17 anos referente a alunos com deficiência que frequentam a escola, ou seja, o índice está acima da porcentagem nacional que segundo o IBGE (2010) é de 85,5%.

O município de Capinzal de acordo escolar (2013) atende 39 alunos na educação especial e 11 alunos na sala de AEE. Nas escolas estão incluídos alunos especiais, sendo: 11 alunos de pré-escolar, 19 alunos nos anos iniciais do ensino fundamental, 40 alunos nos anos finais do ensino fundamental e 10 alunos no ensino médio, além de 1 aluno no ensino médio nível técnico e 6 alunos do ensino médio da EJA.



Gestão e Financiamento Educacional

O Produto Interno Bruto de Capinzal (PIB) de acordo com dados do IBGE/SIDRA (2012) de Capinzal é de R\$633.961.000,00.

Tabela 1 – Produto Interno Bruto de Capinzal/SC

Ano	PIB
2012	R\$ 633.961.000
2011	R\$ 604.231.000
2010	R\$ 503.306.000
2009	R\$ 579.304.000
2008	R\$ 582.856.000

Fonte : IBGE (2013)

Tabela 2 – PIB Per Capita de Capinzal/SC

Ano	MUNICIPAL	NACIONAL
2012	R\$ 30.096,92	R\$ 22.642,40
2011	R\$ 28.884,30	R\$ 21.535,65
2010	R\$ 24.233,53	R\$ 19.763,93
2009	R\$ 30.492,90	R\$ 16.917,62
2008	R\$ 30.686,33	R\$ 15.991,55
2007	R\$ 21.414,37	R\$ 14.056,26

Fonte : IBGE (2013)

O valor recebido do FUNDEB em 2014 foi de R\$9.706.995,86, de acordo com Relatório da Execução Orçamentária, tendo como fonte o Sistema Integrado do Planejamento e Gestão Fiscal – SIGEF/SC (2014).

VALORES / ANO**FUNDEB 60%**

Vencimentos e Vantagens Fixas – R\$7.709.456,73
Pessoal Civil

FUNDEB 40%

Vencimentos e Vantagens Fixas - R\$1.804.161,64
Pessoal Civil

Total Gasto em 2014 em vencimentos R\$9.513.618,37

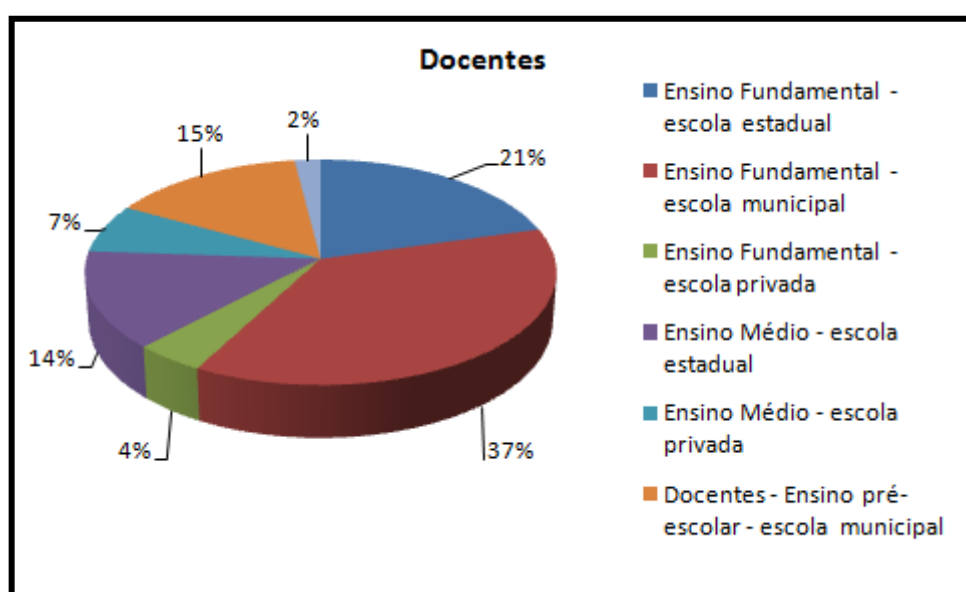
Outras Despesas/Investimentos R\$193.377,49

Total Geral FUNDEB 2014 **R\$9.706.995,86**

Valorização do Magistério

Docentes - Ensino fundamental	187
Docentes - Ensino fundamental - escola pública estadual	62
Docentes - Ensino fundamental - escola pública municipal	112
Docentes - Ensino fundamental - escola privada	13
Docentes - Ensino médio	63
Docentes - Ensino médio - escola pública estadual	42
Docentes - Ensino médio - escola privada	21
Docentes - Ensino pré-escolar	51
Docentes - Ensino pré-escolar - escola pública municipal	45
Docentes - Ensino pré-escolar - escola privada	6

Fonte: IBGE/Cidades - INEP - Censo Educacional (2012)



Fonte: IBGE/Cidades - INEP - Censo Educacional (2012)

O índice de professores efetivos nas redes públicas de ensino em Capinzal é de 55,17% e 44,83% contratados. Os docentes da Educação Pública apresentam um

índice de 65% dos professores possuem habilitação na área em que trabalham e 56,7% possuem pós-graduação em nível de especialização (PME/Capinzal, 2012).

METAS E ESTRATÉGIAS

META 01: Universalizar até 2016 o atendimento escolar da população de 4 (quatro) e 5 (cinco) anos, ampliar até o final da vigência deste plano, a oferta de Educação Infantil, de forma a atender no mínimo 70% da população de até 3 (três) anos de idade, até o final da vigência deste plano.

ESTRATÉGIAS:

1.1 - Construir, ampliar e adequar instituições de Educação Infantil em parceria com o governo federal, atendendo aos padrões de qualidade na infraestrutura e nos serviços educacionais prestados.

1.2 - Assegurar espaços lúdicos de interatividade considerando a diversidade étnica, de gênero e sociocultural tais como: brinquedoteca, ludoteca, bibliotecas e parques infantis.

1.3 - Garantir que os espaços físicos sejam adequados aos padrões de qualidade e acessibilidade e mobiliados em conformidade com as especificidades infantis.

1.4 - Apoiar a equipe técnico-pedagógica da Educação Infantil com o objetivo de fortalecer o acompanhamento das atividades em todas as escolas, a fim de fomentar a eficiência da qualidade no atendimento à infância.

1.5 - Promover, em regime de colaboração, políticas e programas de qualificação permanente de forma presencial, articulando teoria/prática, para os profissionais da Educação Infantil.

1.6 - Garantir a elaboração, implantação e avaliação da proposta curricular para a Educação Infantil que contemple as escolas do campo e a diversidade étnica, ambiental e de gênero, bem como o ritmo, as necessidades e especificidades das crianças com deficiências, com transtornos globais de desenvolvimento ou altas habilidades/superdotação.

1.7 - Garantir o ingresso e permanência de profissionais habilitados e qualificados na função a ser exercida, para educar e cuidar das crianças de forma indissociável, conjunta e colaborativa no ambiente escolar.

1.8 - Cumprir com a política nacional e as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil - DCNEI, programas e projetos favorecedores do processo educacional das crianças.

1.9 - Inserir no processo formativo das crianças, elementos favorecedores da cultura da paz, do campo artístico e estético, do cuidado com o meio ambiente, da solidariedade, da ética e da justiça.

1.10 - Elaborar os parâmetros de qualidade para a Educação Infantil no município, após a aprovação do PME.

1.11 - Assegurar que todas as instituições infantis tenham elaborado o Projeto Político Pedagógico, com a participação da comunidade educativa e segmentos da sociedade na sua discussão.

1.12 - Manter sistema de acompanhamento e supervisão da Educação Infantil da Secretaria Municipal de Educação em parceria com o Conselho Municipal de Educação.

1.13 - Garantir a qualidade da merenda oferecida na Educação Infantil, com cardápio adequado com orientação nutricional, através do Programa de Alimentação Escolar (PNAE) e fortalecer a atuação do Conselho de Alimentação Escolar (CAE).

1.14 - Ampliar nos Centros de Educação Infantil (Creches e Pré Escola) a oferta de produtos oriundos da Agricultura Familiar.

1.15 - Garantir em parcerias com programas federais e empresas, a aquisição de brinquedos, roupa, utensílios para alimentação, equipamentos, materiais pedagógicos, administrativos e de segurança, devendo estes estar em consonância com a legislação vigente para atender as necessidades e especificidades da Educação Infantil.

1.16 - Ampliar a inclusão das crianças deficientes na Educação Infantil, oferecendo condições de acessibilidade, materiais, equipamentos especializados e formação continuada para todos os profissionais que atuam na Instituição Educativa.

1.17 - Garantir que a avaliação na Educação Infantil seja realizada por meio de acompanhamento e registro do desenvolvimento integral da criança, sem o caráter de promoção, não se constituindo pré-requisito para o acesso ao Ensino Fundamental.

1.18 - Assegurar condições adequadas para o bem-estar da criança, seu desenvolvimento físico, linguístico, emocional, cognitivo e social, de modo a promover e ampliar experiências e conhecimentos.

1.19 - Buscar parcerias com empresas e indústrias na oferta de matrículas na Educação Infantil e aquisição de equipamentos, materiais, brinquedos, ampliação e reestruturação da infraestrutura física dos CMEIs e escolas que ofereçam educação infantil.

META 02: Garantir a universalização do Ensino Fundamental de Nove Anos para população de 6 a 14 anos e que pelo menos 96% dos alunos concluam essa etapa na idade recomendada até o último ano de vigência deste PME.

ESTRATÉGIAS:

2.1 - Ampliar as estratégias de monitoramento que possibilitem o acompanhamento individual da aprendizagem dos alunos em todas as escolas.

2.2 - Promover reformulações anuais dos projetos pedagógicos, com base nas Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de Nove Anos, relacionando com o contexto municipal e local de cada escola.

2.3 - Garantir o número máximo de alunos por sala, assegurando a qualidade do processo ensino-aprendizagem em conformidade com a Resolução específica expedida pelos Conselhos Nacional, Estadual e Municipal de Educação, conforme a rede de ensino.

2.4 – Oferecer e definir padrões de qualidade, incluindo a igualdade de condições para acesso e permanência dos alunos na escola.

2.5 - Acompanhar e monitorar o desenvolvimento das ações planejadas pelo Plano de Ações Articuladas - PAR mediante as responsabilidades estabelecidas.

2.6 - Fortalecer as parcerias e políticas intersetoriais de saúde, meio ambiente, cultura e outras, para que, de forma articulada, assegurem direitos e serviços de apoio e orientação à comunidade escolar.

2.7 - Promover, em regime de colaboração, programas de qualificação permanente para os profissionais da educação.

2.8 – Fortalecer o monitoramento do acesso e da permanência e do aproveitamento escolar dos beneficiários de programas de transferência de renda, bem como o controle das situações da discriminação, preconceito e violência na escola, visando ao estabelecimento de condições adequadas para o sucesso escolar dos estudantes, em colaboração com as famílias e com os órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, adolescência e juventude.

2.9 - Promover a busca ativa de crianças fora da escola, o acompanhamento e o monitoramento de acesso e permanência na escola, em parceria com as Secretarias de Assistência Social, Conselho Tutelar e Saúde.

2.10 - Ampliar a aquisição de veículos escolares apropriados para o transporte dos alunos, nas áreas urbanas e de campo, a partir de assistência financeira do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE/MEC, com o objetivo de reduzir o tempo máximo dos estudantes em deslocamento e abandono escolar, atendendo aos princípios básicos de segurança e acessibilidade exigidos pelo Departamento Estadual de Trânsito DETRAN.

2.11 – Assegurar programas de formação continuada aos professores e demais profissionais da educação a partir de parcerias com os Programas de Formação e por iniciativa própria.

2.12 – Fortalecer programas de interação/articulação entre família e escola com o objetivo de avançar na qualidade do ensino.

2.13 - Implantar Diretrizes Curriculares Municipais para o Ensino Fundamental, de maneira a assegurar a formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos.

2.14 – Garantir a inserção no currículo do Ensino Fundamental conteúdos que tratem de temáticas afroindígenas, de acordo com as leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008, bem como os direitos da criança e do adolescente, conforme a lei nº 8.069/1990.

2.15 - Assegurar em parceria com outras entidades, instituições e governos estadual e federal, a inclusão de alunos com necessidades especiais e os recursos necessários para o desenvolvimento de seu potencial cognitivo, emocional e social, mobiliando adequadamente os espaços físicos das escolas e capacitando profissionais da educação para atendimento desses alunos.

2.16 – Oferecer tecnologias nas escolas, com suporte técnico, estimulando o uso como ferramentas pedagógicas, no processo ensino e aprendizagem.

2.17 – Promover o relacionamento das escolas com instituições e movimentos culturais e esportivos, além de atividades extracurriculares como a participação em escolinhas, teatro, dança, grupos ambientais, entre outros.

2.18 - Definir expectativas de aprendizagem para todos os anos do Ensino Fundamental de maneira a assegurar a formação básica comum, reconhecendo as especificidades da infância e da adolescência.

2.19 - Garantir a qualidade da merenda oferecida nas escolas, com cardápio adequado com orientação nutricional, através do Programa de Alimentação Escolar (PNAE) e fortalecer a atuação do Conselho de Alimentação Escolar (CAE).

2.20 - Ampliar nas escolas a oferta de produtos oriundos da Agricultura Familiar.

2.21 – Pactuar entre união, o estado e o município, no âmbito da instância permanente de que trata o §5º do art 7º, da Lei nº13.005/2014, a implantação dos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento que configurarão a base nacional comum curricular do Ensino Fundamental.

2.22 - Assegurar o cumprimento de 200 (duzentos) dias letivos e carga horária mínima anual de 800 (oitocentas) horas/aulas aos estudantes da Educação Básica.

2.23 – Ampliar os tempos e espaços do trabalho pedagógico, a partir de práticas curriculares diversificadas, incluindo aulas de reforço no contraturno para os alunos com baixo rendimento escolar.

2.24 – Ampliar e manter nas escolas, acervo bibliográfico, laboratórios de informática e de ciências que favoreçam a vivência de práticas tecnológicas e curriculares.

META 03. Universalizar até 2016, o atendimento escolar à população de 15 a 17 anos e elevar até a vigência deste Plano, a taxa líquida de matrículas do ensino médio 95%.

ESTRATÉGIAS

3.1 - Fortalecer as práticas curriculares voltadas para o desenvolvimento do currículo escolar, organizado de maneira flexível respeitando a base nacional comum e a parte diversificada, além da proposta curricular do estado de Santa Catarina.

3.2 - Formalizar e executar planos de formação continuada dos professores, tendo em vista o alcance das metas de aprendizagem em articulação com o Projeto Pedagógico da Escola.

3.3 - Implementar programas e projetos de Correção de Fluxo Escolar em parceria com Instituições e União, por meio de acompanhamento dos alunos com rendimento escolar defasado, de forma a reduzir as taxas de distorção idade-série, em todas as escolas.

3.4 - Estabelecer parcerias com instituições públicas para a formação continuada dos profissionais do Ensino Médio.

3.5 – Assegurar que o número máximo de alunos por sala não ultrapasse as determinações de resoluções do CNE e do CEE, garantindo a qualidade do processo ensino-aprendizagem em conformidade com a legislação vigente.

3.6 – Contribuir em parceria com Estado e União a oferta de vagas, através da construção e ampliação de prédios escolares, assim como a adequação de espaços físicos existentes, atendendo aos padrões mínimos de qualidade.

3.7 – Assegurar e manter nas escolas de Ensino Médio, acervo bibliográfico, laboratórios de informática e de ciências que favoreçam a vivência de práticas tecnológicas e curriculares; sendo o Ensino Médio responsabilidade do governo estadual.

3.8 – Contribuir com a universalização do Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM - fundamentado em Matriz de Referência do Ensino Médio, articulando com o SAEB, a fim de promover sua utilização como instrumento de avaliação sistêmica para subsidiar políticas para a educação básica e de avaliação certificadora.

3.9 – Promover o relacionamento das escolas com instituições e movimentos culturais e esportivos, além de atividades extracurriculares como a participação em escolinhas, teatro, dança, grupos ambientais, entre outros.

3.10 – Fomentar a expansão das matrículas de Ensino Médio integrado à Educação Profissional, observando as peculiaridades das populações do campo e das áreas urbanas do município.

3.11 - Fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso, da permanência e do aproveitamento escolar dos jovens beneficiários de programas de transferência de renda, bem como dos sujeitos em situações de discriminação, preconceito e violência, práticas irregulares de exploração do trabalho, consumo de drogas, gravidez precoce, buscando a colaboração com as famílias, de forma intersetorial.

3.12 - Promover a busca ativa da população de 15 (quinze) a 17 (dezessete) anos fora da escola, de forma intersetorial com os serviços de assistência social, saúde e proteção à adolescência e à juventude.

3.13 - Fomentar programas de educação e de cultura para a população urbana e do campo, de jovens, na faixa etária de 15 (quinze) a 17 (dezessete) anos, e de adultos, visando à qualificação social e profissional para aqueles que estejam fora da escola e com defasagem no fluxo escolar.

3.14 - Estimular a participação dos adolescentes nos cursos das áreas tecnológicas e científicas.

3.15 - Implementar políticas de prevenção à evasão motivada por preconceito ou por quaisquer formas de discriminação, criando rede de proteção contra formas associadas à exclusão.

3.16 – Manter e ampliar transporte para alunos de cursos profissionalizantes, não existentes no município, para outros municípios da região.

META 04: Universalizar, para a população de 4 (quatro) a 17 (dezessete) anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas

ou serviços especializados, públicos ou conveniados de forma a atingir 93% até a vigência deste plano.

ESTRATÉGIAS:

4.1 - Garantir o atendimento educacional especializado em salas de recursos multifuncionais, ou em Centros de Atendimento Educacional Especializado, conveniados com o poder público.

4.2 - Implantar salas de recursos multifuncionais e garantir a formação continuada de professores para o atendimento educacional especializado complementar e suplementar, nas escolas urbanas e rurais.

4.3 - Oferecer o atendimento educacional especializado complementar e suplementar aos estudantes matriculados na rede pública de ensino regular.

4.4 - Garantir acesso à Tecnologia Assistiva (T. A.) e suas modalidades, por meio do ensino e utilização de recursos que possibilitem aos/as estudantes a ampliação de suas habilidades, oportunizando autonomia e ações em todos os momentos escolares.

4.5- Adaptar as escolas regulares com acessibilidade e dotar de profissionais capacitados para o atendimento na Educação Especial.

4.6- Disponibilizar materiais didáticos e pedagógicos adaptados para as necessidades dos alunos.

4.7 – Oferecer em parceria com Instituições, programas governamentais, cursos de formação continuada em libras, braille, deficiência intelectual, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação.

4.8 - Estabelecer padrões básicos de infraestrutura do sistema de ensino de acessibilidade aos estudantes público alvo da Educação Especial.

4. 9 - Ampliar o atendimento aos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, incrementando, se necessário, classes especiais, salas de recursos e de alternativas pedagógicas que atendam às especificidades e necessidades dos educandos inclusos em classes comuns.

4.10 - Garantir o cumprimento dos dispositivos legais constantes na Convenção dos Direitos da Pessoa com Deficiência (ONU, 2006), ratificada no Brasil pelos Decretos nº 186/2008 e nº 6949/2009, na Política de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (MEC, 2008) e nos marcos legais políticos e pedagógicos.

4.11 – Orientar e acompanhar as famílias, através de ações intersetoriais voltadas aos esclarecimentos das dificuldades de aprendizagem do educando, em regime de colaboração nas diferentes redes de ensino.

4.12 – Fortalecer o atendimento educacional especializado complementar aos estudantes matriculados na rede pública municipal de ensino regular, através da equipe interdisciplinar (fonoaudióloga, psicóloga, assistente social, psicopedagoga e professor de Educação Física).

4.13 - Contribuir na contabilização, para fins do repasse do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), as matrículas dos estudantes da educação regular da rede pública que recebam atendimento educacional especializado complementar e suplementar, sem prejuízo do cômputo dessas matrículas na educação básica regular, e as matrículas efetivadas, conforme o censo escolar mais atualizado, na educação especial oferecida em instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas com o Poder Público e com atuação exclusiva na modalidade, nos termos da Lei nº 11.494/2007.

4.14 – Promover ações voltadas para o desenvolvimento de metodologias, materiais didáticos, equipamentos e recursos de tecnologia, com vistas à promoção do ensino e da aprendizagem, bem como das condições de acessibilidade dos estudantes com deficiência, transtorno do espectro autista, transtorno de déficit de atenção e hiperatividade/impulsividade e altas habilidades ou superdotação.

4.15 - Garantir que as escolas de educação básica promovam espaços para participação das famílias na elaboração do projeto político pedagógico na perspectiva da educação inclusiva.

META 05- Alfabetizar todas as crianças, no máximo, até o final do 3º ano do Ensino Fundamental.

ESTRATÉGIAS:

5.1 - Implementar mecanismos de avaliação tais como: acompanhamento pedagógico, avaliações diagnósticas e atividades específicas de alfabetização na idade certa.

5.2 - Oferecer salas de aula apropriadas com recursos pedagógicos e profissionais capacitados, a fim de promover a alfabetização.

5.3 – Assegurar que todas as crianças até o final do ciclo de alfabetização obtenham o domínio da leitura, escrita e cálculo.

5.4 - Oferecer a todos as crianças que apresentem dificuldades em alfabetização, reforço escolar e reenturmação com acompanhamento pedagógico supervisionado para garantir a aprendizagem.

5.5 - Capacitar professores em parceria com programas governamentais, para atuarem no ciclo de alfabetização dentro da perspectiva da alfabetização e do letramento.

5.6 - Fortalecer o acompanhamento no Ensino Fundamental - anos iniciais, referente à alfabetização na idade certa.

5.7 - Oferecer condições a todos os docentes que tenham alunos com deficiência inseridos em salas regulares, ambientes alfabetizadores, respeitando as especificidades e o número de alunos determinado pela legislação vigente.

5.8 - Ampliar o uso de tecnologias educacionais para o ciclo de alfabetização, assegurada a diversidade de métodos e propostas pedagógicas, bem como o acompanhamento dos resultados no sistema de ensino.

5.9 – Utilizar instrumentos de avaliação sistêmica, periódica e específica, para aferir a alfabetização das crianças, bem como estimular os sistemas de ensino e as escolas a criar os respectivos instrumentos de avaliação e monitoramento (ANA e Provinha Brasil).

5.10 - Promover, jornadas literárias em consonância com as Diretrizes do Plano Nacional do Livro e da Leitura, a formação de leitores e a capacitação de professores, bibliotecários e agentes da comunidade para atuarem como mediadores da leitura.

5.11 - Implantar, até o segundo ano de vigência do Plano, programas de incentivo à leitura.

META 06: Ampliar o atendimento em educação de tempo integral de forma a atender 25% dos alunos da educação básica até o final da vigência deste PME.

ESTRATÉGIAS:

6.1 - Fomentar a articulação da escola com os diferentes espaços educativos, culturais e esportivos e com equipamentos públicos, como centros comunitários, bibliotecas, praças, parques, museus, teatros e cinemas.

6.2 - Melhorar os padrões de qualidade das escolas de tempo integral existentes no município, viabilizando atendimento diferenciado aos/as alunos/as com habilidades ou dificuldades específicas de aprendizagem.

6.3 - Oferecer atividades de acompanhamento pedagógico e multidisciplinares, inclusive culturais e esportivas, de forma que o tempo de permanência de crianças e adolescentes na escola seja igual ou superior a sete horas diárias ininterruptas durante todo o ano letivo com a ampliação progressiva da jornada de trabalho de professores de uma única escola.

6.4 - Fortalecer o regime de colaboração com a União, Estado e Município para a ampliação da jornada escolar, atendendo a educação em tempo integral nas escolas públicas do ensino fundamental.

6.5 - Instituir, em regime de colaboração, programa de construção e/ou adequação de escolas com padrão arquitetônico e de mobiliário adequado para atendimento em tempo integral.

6.6 - Aderir, em regime de colaboração, ao programa nacional de ampliação e reestruturação das escolas públicas, por meio da instalação de quadras poliesportivas, laboratórios, inclusive de informática, espaços para atividades

culturais, bibliotecas, auditórios, cozinhas, refeitórios cobertos, depósitos adequados para armazenar gêneros alimentícios, banheiros e outros equipamentos, bem como da produção de material didático e da formação de recursos humanos para a educação em tempo integral.

6.7 - Assegurar alimentação escolar que contemple a necessidade nutricional diária dos estudantes que permanecem na escola em tempo integral, conforme legislação específica.

META 07 Fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem de modo a atingir as médias municipais no Ideb.

IDEB	2015	2017	2019	2021
Anos Iniciais do EF	6,0	6,2	6,4	6,5
Anos Finais do EF	5,2	5,5	6,0	6,5
Ensino Médio	4,7	5,2	5,4	5,6

Fonte: Baseados em dados MEC/INEP(2014)

4ª série e 5º ano

	Ideb Observado					Metas Projetadas							
Município ▾	2005 ▾	2007 ▾	2009 ▾	2011 ▾	2013 ▾	2007 ▾	2009 ▾	2011 ▾	2013 ▾	2015 ▾	2017 ▾	2019 ▾	2021 ▾
CAPINZAL	4.3	5.1	5.5	5.4	5.9	4.4	4.7	5.1	5.4	5.7	5.9	6.2	6.4

8ª série e 9º ano

	Ideb Observado					Metas Projetadas							
Município ▾	2005 ▾	2007 ▾	2009 ▾	2011 ▾	2013 ▾	2007 ▾	2009 ▾	2011 ▾	2013 ▾	2015 ▾	2017 ▾	2019 ▾	2021 ▾
CAPINZAL	4.0	4.9	5.1	5.0	4.9	4.0	4.2	4.5	4.9	5.2	5.5	5.7	6.0

3ª série – EM (Santa Catarina)

	Ideb Observado					Metas Projetadas								
Estado ▾	2005 ▾	2007 ▾	2009 ▾	2011 ▾	2013 ▾	2007 ▾	2009 ▾	2011 ▾	2013 ▾	2015 ▾	2017 ▾	2019 ▾	2021 ▾	
Santa Catarina	3.5	3.8	3.7	4.0	3.6	3.5	3.6	3.8	4.0	4.4	4.8	5.1	5.3	

ESTRATÉGIAS

7.1 - Construir em colaboração com gestores e professores um indicador da qualidade educacional do município com base no desempenho dos estudantes, considerando o perfil do corpo docente, do gestor, os recursos pedagógicos disponíveis e as condições de infraestrutura das escolas.

7.2 Instituir processo contínuo de autoavaliação do sistema de ensino, das escolas de educação básica por meio da constituição de instrumentos de avaliação que orientem as dimensões a serem fortalecidas, destacando a elaboração de planejamento estratégico, a melhoria contínua da qualidade educacional, a formação continuada dos professores da Ensino Fundamental e Médio e o aprimoramento da gestão democrática.

7.3 – Orientar o planejamento das atividades pedagógicas a serem desenvolvidas nas escolas do Ensino Fundamental e Médio, de forma a buscar atingir as metas do IDEB, para diminuir a diferença entre as escolas com os menores índices, garantindo equidade da aprendizagem no município.

7.4 – Ampliar em parceria com os governos estadual e a União, os projetos desenvolvidos em tecnologias educacionais e de inovação das práticas pedagógicas nas escolas, objetivando a melhoria da aprendizagem dos alunos.

7.5 – Ampliar em parceria com Estado e União, ações de combate à violência, ao uso de drogas nas escolas, de maneira intersetorial, através do desenvolvimento de ações destinadas a capacitação de educadores para detecção de suas causas, como a violência doméstica e sexual, favorecendo a adoção de medidas adequadas de segurança que promovam a construção de cultura de paz no ambiente escolar.

7.6 – Executar o Plano de Ação Articulada – PAR e o Plano Plurianual – PPA em consonância com o Plano Municipal de Educação - PME, tendo em vista as metas e estratégias estabelecidas para a educação básica pública.

7.7 – Fixar, acompanhar e divulgar bienalmente os resultados pedagógicos dos indicadores do SAEB e do IDEB, relativo às escolas, assegurando a contextualização desses resultados, com relação a indicadores sociais relevantes, como os de nível socioeconômico das famílias dos alunos e a transparência e o acesso público às informações técnicas de concepção e operação do sistema de avaliação.

7.8 – Aprimorar continuamente os instrumentos de avaliação da qualidade do Ensino Fundamental e Médio, participando dos exames aplicados pelo MEC e assegurando a universalização do Exame Nacional do Ensino Médio - ENEM.

7.9 - Promover a articulação dos programas da área da educação de âmbito nacional e local, com os de outras áreas como saúde, trabalho e emprego, assistência social, esporte, cultura, possibilitando a criação de rede de apoio integral às famílias, como condição para melhoria da qualidade educacional.

7.10 - Promover em consonância com as diretrizes do Plano Nacional do Livro Didático e da Leitura, a formação de leitores e a capacitação de professores, bibliotecários e agentes das comunidades para atuar como mediadores, de acordo com a especificidade das diferentes etapas do desenvolvimento e da aprendizagem.

7.11 - Estabelecer e implantar, mediante pactuação Inter federativa, diretrizes pedagógicas para a educação básica e a base nacional comum dos currículos, com direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento dos estudantes para cada ano do ensino fundamental, respeitando-se a diversidade estadual, regional e local.

7.12 - Garantir transporte gratuito, por meio de convênio entre a Secretaria Municipal de Educação e Secretaria de Estado da Educação com acessibilidade para todos os estudantes da educação na faixa etária da educação escolar obrigatória, mediante renovação e financiamento compartilhado, com participação da União proporcional às necessidades dos entes federados, visando a reduzir a evasão escolar e o tempo médio de deslocamento a partir de cada situação local.

7.13 - Aderir e participar, em regime de colaboração, de programa nacional de reestruturação e aquisição de equipamentos para escolas públicas, visando à equalização regional das oportunidades educacionais.

7.14 - Informatizar em parceria com os governos estadual e União, a gestão das escolas públicas e da secretaria de educação, bem como manter programa de formação continuada para o pessoal técnico.

7.15 – Assegurar que nos currículos escolares a existência de conteúdos sobre a história e as culturas afro-brasileira e indígenas e implementar ações educacionais, nos termos das Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008, assegurando-se a implementação das respectivas diretrizes curriculares nacionais, por meio de ações

colaborativas para a diversidade étnico-racial, conselhos escolares, equipes pedagógicas e a sociedade civil.

7.16 - Mobilizar as famílias e setores da sociedade civil, com o propósito de que a educação seja assumida como responsabilidade de todos e de ampliar o controle social sobre o cumprimento das políticas públicas educacionais.

7.17 - Universalizar, mediante articulação entre os órgãos responsáveis pelas áreas da saúde e da educação, o atendimento aos estudantes de educação básica por meio de ações de prevenção, promoção e atenção à saúde.

7.18 - Estabelecer ações efetivas especificamente voltadas para a promoção, prevenção, atenção e atendimento à saúde e à integridade física, mental e emocional dos profissionais da educação, como condição para a melhoria da qualidade educacional.

7.19 - Estabelecer políticas de acompanhamento às escolas com relação ao desempenho no IDEB.

7.20 - Institucionalizar programas e desenvolver metodologias para acompanhamento pedagógico, recuperação paralela e progressão, priorizando estudantes com rendimento escolar defasado.

7.21 - Instituir, em regime de colaboração entre os entes federados, ações de preservação da memória municipal.

7.22 - Reconhecer as práticas culturais e sociais dos estudantes e da comunidade local, como dimensões formadoras, articuladas à educação, nos projetos político-pedagógico e no Plano de Desenvolvimento Institucional, na organização e gestão dos currículos, nas instâncias de participação das escolas e na produção cotidiana da cultura e do trabalho escolar.

7.23 – Apoiar a gestão escolar, de modo a oportunizar a participação da comunidade escolar no planejamento e na aplicação dos recursos, visando à ampliação da transparência e ao efetivo desenvolvimento da gestão democrática.

META 08: Elevar a escolaridade média da população de 18 (dezoito) a 29 (vinte e nove) anos de modo a alcançar no mínimo 12 (doze) anos de estudo no último ano de vigência deste Plano, para as populações do campo, das localidades de menor

escolaridade, no município e dos mais pobres, bem como igualar a escolaridade média entre negros e não negros, declarados na Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, com vistas à redução das desigualdades educacionais.

ESTRATÉGIAS:

8.1 Institucionalizar programas e desenvolver tecnologias para correção de fluxo, para acompanhamento pedagógico individualizado e para recuperação e progressão parcial, priorizando estudantes com rendimento escolar defasado, atendendo as especificidades dos segmentos populacionais aqui considerados.

8.2 - Apoiar programas de educação de jovens e adultos para os segmentos populacionais aqui considerados, que estejam fora da escola e com defasagem idade/ano, associados a outras estratégias que garantam a continuidade da escolarização, após a alfabetização inicial.

8.3 - Possibilitar a diversificação curricular, integrando a formação à preparação para o mundo do trabalho, a interrelação entre teoria e prática, abrangendo os eixos da ciência, do trabalho, da tecnologia e da cultura, de modo a adequar ao tempo e à organização do espaço pedagógico da escola.

8.4 - Ampliar a oferta gratuita de Educação Profissional por intermédio de parcerias com as entidades privadas de serviço social e de formação profissional vinculada ao sistema sindical, de forma concomitante ao ensino ofertado no sistema escolar público, para atendimento aos segmentos populacionais considerados.

8.5 - Promover, em parceria com as áreas de saúde e assistência social, a busca escolar ativa, assegurando o acompanhamento e monitoramento de acesso e permanência na escola, bem como identificar causas de afastamentos e baixa frequência, estabelecendo em regime de colaboração, de maneira a estimular a ampliação do atendimento desses alunos no sistema público regular de ensino.

8.6 - Viabilizar o uso de tecnologias educacionais e de inovação das práticas pedagógicas, que assegurem a alfabetização, a partir de realidades diferenciadas do ponto de vista linguístico e que favoreçam a melhoria do fluxo escolar e as aprendizagens dos alunos, segundo as diversas abordagens metodológicas.

8.7 - Fomentar a produção de materiais didático-pedagógicos específicos e diferenciados, contextualizados às realidades socioculturais para professores e alunos, contemplando a educação para as relações étnico-raciais, educação em direitos humanos, gênero e diversidade sexual, educação ambiental, educação fiscal, arte e cultura nas escolas para a Educação Básica.

8.8 - Promover o envolvimento de órgãos governamentais, de forma intersetorial, na busca ativa de jovens fora da escola, pertencentes aos segmentos populacionais aqui considerados.

8.9 - Reduzir as desigualdades regionais e étnico-raciais, garantindo o acesso igualitário e a permanência na educação profissional técnica de nível médio e superior, inclusive mediante a adoção de políticas afirmativas, na forma da lei.

8.10 - Efetivar políticas de educação do campo que permitam a universalização da educação básica com acesso e permanência no próprio campo.

META 09 - Elevar a taxa de alfabetização da população com 15 (quinze) anos ou mais para 95% (noventa e cinco por cento) e erradicar o analfabetismo absoluto reduzindo em 50% (cinquenta por cento) a taxa de analfabetismo funcional.

ESTRATÉGIAS

9.1- Assegurar a oferta gratuita da Educação de Jovens e Adultos a todos os que não tiveram acesso à educação básica na idade própria.

9.2 - Implementar ações de alfabetização de jovens e adultos por meio de parcerias e de ações colaborativas, com garantia de continuidade da escolarização básica.

9.3 - Sensibilizar e mobilizar a comunidade em parceria com entidades governamentais e não governamentais, através de propagandas, campanhas, palestras e outros, de forma a incentivar os jovens, adultos e idosos que não tiveram acesso ao Ensino Fundamental na idade própria, a ingressarem na Educação de Jovens e adultos.

9.4 - Oferecer matrículas no Ensino Fundamental na modalidade Educação de Jovens e Adultos, de acordo com a necessidade do aluno e da comunidade.

9.5 - Estabelecer parcerias intersetoriais e com entidades para a realização do mapeamento da população analfabeta, de modo a programar a oferta de Educação de Jovens e Adultos a todos que dela não tiveram acesso ou oportunidade de concluírem seus estudos na idade adequada.

9.6 – Viabilizar transporte aos estudantes da EJA, concomitantemente ao transporte escolar existente na rede, em regime de colaboração entre União e Estado atendendo aos princípios básicos de segurança exigidos pelo DETRAN e as normas de acessibilidade que garantem segurança aos alunos com deficiência, objetivando a otimização do tempo gasto na sua locomoção.

9.7 - Estabelecer mecanismos e incentivos que integrem os segmentos empregadores, públicos e privados, e os sistemas de ensino, para promover a compatibilização da jornada de trabalho dos empregados com a oferta das ações de alfabetização e de educação de jovens e adultos.

META 10: Oferecer, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) das matrículas de educação de jovens e adultos, nos ensinos fundamental e médio, na forma integrada à educação profissional.

ESTRATÉGIAS

10.1 - Apoiar as ações de incentivo aos programas de aprendizagem, estágio e do primeiro emprego aos jovens e adultos.

10.2 - Fomentar a oferta da educação profissional de formação inicial e continuada para trabalhadores, articulada em regime de colaboração e com apoio de entidades privadas de formação profissional, vinculadas ao sistema sindical e de entidades sem fins lucrativos entre eles o sistema S (SESI, SENAI e SENAR).

10.3 - Aderir ao Programa Nacional de Assistência ao Estudante, desenvolvendo ações de assistência social, financeira e de apoio psicopedagógico que contribuam para garantir o acesso, a permanência, a aprendizagem e a conclusão com êxito da educação de jovens e adultos articulada à educação profissional.

10.4 - Viabilizar a oferta da educação de jovens e adultos integrada à educação profissional, de modo a atender as pessoas privadas de liberdade nos estabelecimentos penais e instituições socioeducativas.

10.5 - Instituir e implementar programas e mecanismos de reconhecimento de saberes dos jovens e adultos trabalhadores, a serem considerados na articulação curricular dos cursos de formação inicial e continuada e dos cursos técnicos de nível médio.

META 11: Triplicar as matrículas da educação profissional técnica de nível médio, de maneira articulada com o governo federal e estadual, assegurando a qualidade da oferta e pelo menos 50% (cinquenta por cento) da expansão no segmento público.

ESTRATÉGIAS

11.1 - Participar da política de expansão das matrículas de educação profissional técnica de nível médio da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, levando em consideração a responsabilidade dos Institutos na ordenação territorial, sua vinculação com arranjos produtivos, sociais e culturais locais e regionais, bem como a interiorização da educação profissional.

11.2 - Expandir a oferta de educação profissional técnica de nível médio de maneira articulada com entidades e setores da sociedade, com o apoio da União e o sistema S (SENAI, SENAC e SENAR).

11.3 - Intensificar o processo de integração da educação básica à educação profissional, bem como contribuir para o bom desenvolvimento dos cursos nas formas integrada, concomitante e subsequente;

11.4 - Apoiar ações de integração do ensino profissionalizante junto aos setores produtivos, visando seu aperfeiçoamento.

11.5 - Apoiar e divulgar as ações que visam à Educação Profissional Técnica de nível médio, por meio de parcerias com os seguintes programas: PRONATEC (Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego), instituído pelo MEC; FIES (Programa de Financiamento Estudantil- técnico), entre outros.

11.6 - Apoiar a expansão do estágio na educação profissional técnica de nível médio e do ensino médio regular, preservando-se seu caráter pedagógico integrado ao

itinerário formativo do estudante, visando à formação de qualificações próprias da atividade profissional, à contextualização curricular e ao desenvolvimento da juventude.

11.7 - Adotar políticas afirmativas para reduzir as desigualdades étnico-raciais e regionais no acesso e permanência na educação profissional técnica de nível médio.

META 12: Articular com instituições de Ensino Superior, governos estadual e federal políticas de elevação para 50% da taxa bruta de matrícula e 40% (quarenta por cento) da taxa líquida no ensino superior, prioritariamente para população de 18 (dezoito) a 24 (vinte e quatro) anos, assegurada a qualidade da oferta e expansão em 40% das novas matrículas.

ESTRATÉGIAS:

12.1 - Ampliar a oferta de vagas na Educação Superior prioritariamente para a formação de professores para atender o déficit de profissionais nas áreas do conhecimento e modalidades da educação básica.

12.2 - Oportunizar a oferta de vagas na Educação Superior com a implantação de cursos nas diversas modalidades tais como: presencial, semipresencial e à distância, considerando as necessidades do município.

12.3 - Ofertar, em regime de colaboração com o Estado, a União e IES, formação de pessoal de nível superior, considerando as necessidades do desenvolvimento do município, a inovação tecnológica e a melhoria da qualidade da educação básica.

12.4 - Fomentar a ampliação da oferta de estágio, em regime de colaboração com as Instituições de ensino superiores públicas e privadas, como parte da formação do discente.

12.5 - Divulgar cursos oferecidos pelas instituições federais e estaduais, bem como as diversas formas de ingresso ao ensino superior comunitário ou particular, tais como: SISU, PROUNI e FIES.

12.6 – Estimular o acesso na forma de sistema de cotas de acordo com a Lei 12.711/12 de grupos historicamente desfavorecidos na Educação Superior, inclusive mediante a adoção de políticas afirmativas, na forma da lei.

12.7 - Divulgar e incentivar a oferta de bolsas de estudos para graduação, aos professores e demais profissionais que atuam na educação básica.

12.8 - Adotar políticas de assistência estudantil para garantir a população considerada economicamente carente, a redução das desigualdades étnico-raciais e ampliar as taxas de acesso e permanência na educação superior de estudantes egressos da escola pública, com necessidades especiais, de forma a apoiar seu sucesso acadêmico.

12.9 - Fomentar estudos e pesquisas que analisem a necessidade de articulação entre formação, currículo, pesquisa e mundo do trabalho, considerando as necessidades econômicas, sociais e culturais do município.

12.10 – Estimular a realização de projetos de pesquisa por parte de estudantes do ensino superior, tendo como foco questões de relevância no desenvolvimento econômico, cultural e social, sustentabilidade e meio ambiente.

META 13: Cooperar com as políticas para elevação da qualidade da educação superior pela ampliação da atuação de mestres e doutores nas Instituições de Educação Superior para 75% no mínimo, do corpo docente em efetivo exercício, sendo, do total, 50% doutores.

ESTRATÉGIAS:

13.1 - Fomentar, em articulação com a União e estado, a formação de consórcios entre instituições de educação superior, com vistas a potencializar a atuação regional, inclusive por meio de plano de desenvolvimento institucional integrado, assegurando maior visibilidade nacional e internacional às atividades de ensino, pesquisa e extensão.

13.2 - Fomentar políticas de oferta de cursos em nível de pós-graduação (mestrado e doutorado) de qualidade.

13.3 - Promover, de forma articulada com a União, Estado, Municípios e IES a oferta de programas de pós-graduação em nível de Mestrado e Doutorado.

META 14: Fomentar, em articulação com a União, Estado, Municípios e IES a elevação gradual em 10% do número de matrículas na pós-graduação *stricto sensu*.

ESTRATÉGIAS:

14.1 - Assegurar a oferta de cursos de pós-graduação (lato sensu e stricto sensu), para atender as demandas da região.

14.2 - Incentivar professores, através de bolsas e licenças previstas em plano de carreira para a matrícula de mestrado e doutorado.

14.3 - Estimular a articulação entre graduação, pós-graduação e núcleos de pesquisas, para estudos e elaboração de currículos/propostas pedagógicas que incorporem ao processo de ensino-aprendizagem, questões sobre educação especial, relações étnico-raciais, o enfrentamento a todas as formas de discriminação, a educação ambiental e do campo

14.4 - Estimular a articulação entre pós-graduação, núcleos de pesquisa e cursos de formação para profissionais da educação básica, de modo a garantir a elaboração de currículos e propostas pedagógicas que incorporem os avanços de pesquisas ligadas ao processo de ensino-aprendizagem e às teorias educacionais.

META 15: Assegurar, em regime de colaboração entre a União, Estado, Municípios e IES, no prazo de vigência deste PME, política de formação inicial e continuada, com vistas à valorização dos profissionais da educação, assegurando que todos os professores da educação básica e suas modalidades possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam, bem como a oportunização, pelo poder público, de periódica participação em cursos de formação continuada.

ESTRATÉGIAS

15.1 – Propor junto às Instituições de Ensino Superior a ampliação da oferta dos cursos de licenciatura em segunda graduação, em regime de colaboração com o Estado e a União, considerando aqueles que trabalham fora da área de formação.

15.2 - Articular, com a União, o Estado, Municípios e IES, ações conjuntas a fim de organizar a oferta de cursos de formação inicial diante do diagnóstico das necessidades de formação dos profissionais da educação, envolvendo as instituições de nível superior, sincronizando a oferta e a demanda de formação de profissionais da Educação.

15.3 - Apoiar a oferta de programas de iniciação à docência a estudantes matriculados em cursos de graduação, a fim de aprimorar a formação dos profissionais para atuarem no magistério da Educação Básica de acordo com a necessidade por área de conhecimento.

15.4 – Apoiar programas específicos de formação, a nível de pós-graduação, para profissionais que atuam nas escolas do campo e educação especial.

15.5 - Valorizar as práticas de ensino e os estágios nos cursos de formação de nível médio e superior dos profissionais da educação, visando ao trabalho sistemático de articulação entre a formação acadêmica e as demandas da educação básica, em sintonia com as recomendações legais e as diretrizes curriculares nacionais.

15.6 - Garantir oferta de formação continuada a todos os profissionais da educação básica, fundamentada numa concepção político-pedagógico que assegure a articulação teórica e prática, a pesquisa e a extensão.

15.7 - Ampliar o uso das tecnologias e conteúdos multimidiáticos para todos os atores envolvidos no processo educativo, garantindo formação específica para esse fim.

15.8 – Fomentar a utilização de plataforma eletrônica através de ações entre a União, Estado e Município para organizar a oferta e a demanda de matrícula em cursos de formação continuada.

META - 16: Incentivar a formação, até o último ano de vigência deste PME, de 90% (noventa por cento) dos professores que atuam na educação básica em curso de pós-graduação lacto ou stricto sensu e garantir que os profissionais da educação básica tenham acesso à formação continuada, considerando as necessidades e contextos do sistema de ensino.

ESTRATÉGIAS

16.1 - Promover a divulgação e incentivo junto aos profissionais da educação básica de informações sobre os cursos de Pós-Graduação;

16.2 - Incentivar a criação de mecanismos promotores de intercâmbio entre os estabelecimentos de IES e as escolas de educação básica do município, visando ao desenvolvimento de pesquisa e extensão, assim como programas de formação continuada para a educação básica, considerando as demandas.

16.3 - Estimular a ampliação e o desenvolvimento da Pós-Graduação e da pesquisa nas Instituições de Ensino Superior, aumentando assim o número de docentes na educação básica com maior qualificação.

16.4 - Estimular a articulação entre a pós-graduação, núcleos de pesquisa e cursos de formação para profissionais da educação, de modo a garantir a elaboração de propostas pedagógicas capazes de incorporar os avanços de pesquisas ligadas ao processo de alfabetização no atendimento da população de até oito anos.

16.5 - Criar mecanismos para subsidiar cursos de formação em nível de pós graduação stricto sensu, para os profissionais da educação em rede municipal regulamentado pelo plano de carreira e objetivando a permanência do professor subsidiado na rede de ensino.

META 17: Valorizar os profissionais do Magistério da rede pública de educação básica, assegurando a existência de plano de carreira e do Estatuto do Magistério, assim como a sua adequação, que tem como referência o piso nacional, definido em lei federal, nos termos do Inciso VIII, do Artigo 206, da Constituição Federal, a fim de garantir a gradação do rendimento de acordo com o grau de escolaridade e tempo de serviço dos profissionais.

ESTRATÉGIAS:

17.1 - Cumprir e atualizar o Plano de Carreira, Cargos e Salários e de Valorização dos Profissionais da Educação Básica do Sistema Municipal de Ensino nas formas legais e estruturar o Estatuto do Magistério Público Municipal, tendo como referência o Piso

Salarial Nacional Profissional, definido em lei federal, nos termos do Inciso VIII, do Art. 206, da Constituição Federal.

17.2 - Priorizar a permanência do/a professor/a de até 40h na mesma unidade de ensino respeitando a legislação no que se refere a 1/3 da carga horária para outras atividades extraclasse.

17.3 - Proporcionar condições de trabalho, valorização dos profissionais da educação e concretização das políticas de formação, como forma de garantia da qualidade na educação.

17.4 Estabelecer ações especificamente voltadas para a promoção, prevenção, atenção e atendimento à saúde e integridade física, mental e emocional dos profissionais da educação, como condição para a melhoria da qualidade educacional.

17.5 - Assegurar a realização periódica de concurso público para provimento de vagas, comprovadamente, excedentes e permanentes.

17.6 - Garantir o cumprimento da legislação nacional quanto à jornada de trabalho dos profissionais do magistério da rede pública de ensino.

17.7 – Oferecer cursos de formação continuada em serviço para professores, de forma a atingir um modelo eficiente de ensino, visando o sucesso do aluno.

17.8 – Estabelecer parâmetros de avaliação e promoção para o profissional do magistério considerando o desempenho, grau de escolaridade, cursos de formação continuada e tempo de serviço na rede.

META 18: Assegurar condições, no prazo de dois anos, para a efetivação da gestão democrática da educação, associada a critérios técnicos de mérito e desempenho e à consulta pública a comunidade escolar.

ESTRATÉGIAS

18.1 - Garantir a gestão democrática nos Conselhos Escolares, com transparência dos recursos financeiros administrados para toda a comunidade escolar.

18.2 – Estimular, em todas as redes de educação básica, a constituição e o fortalecimento de grêmios estudantis e associações de pais, assegurando-se-lhes, inclusive, espaços adequados e condições de funcionamento nas escolas e

fomentando a sua articulação orgânica com os conselhos escolares, por meio das respectivas representações.

18.3 - Garantir e fortalecer a gestão escolar democrática com a participação dos profissionais da educação, comunidade local e escolar no diagnóstico da escola, plano de aplicação dos recursos financeiros recebidos e a prestação de contas dos mesmos.

18.4 - Garantir formação continuada em serviço na área de administração e/ou gestão escolar, bem como em Educação Especial e Educação de Jovens e Adultos, a pelo menos 80% dos gestores, coordenadores pedagógicos e demais profissionais da escola, a fim de garantir a efetivação da gestão democrática no Sistema Municipal de Ensino.

18.5 - Assegurar a todas as escolas, apoio e acompanhamento na formulação dos Projetos Pedagógicos, Plano de Desenvolvimento da Escola, com observância às Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental e da Base Curricular Comum Nacional.

18.6 – Garantir as escolas pessoal administrativo, pedagógico e operacional, capacitando-os para colaborar com uma gestão eficiente e democrática, favorecendo um atendimento de qualidade a toda a comunidade escolar.

18.7 - Ampliar os programas de apoio e formação aos conselheiros dos conselhos inerentes aos assuntos colegiados, recursos financeiros, espaço físico adequado, equipamentos e meios de transporte para visitas à rede escolar, com vistas ao bom desempenho de suas funções.

18.8 – Elaborar regulamentação de critérios técnicos de mérito e desempenho, respeitando a legislação nacional e o Plano de Carreira do Magistério Público Municipal, para a nomeação dos diretores de escola.

18.9 - Estimular, em todas as redes de educação básica, a constituição e o fortalecimento de grêmios estudantis e associações de pais, assegurando-se-lhes, inclusive, espaços adequados e condições de funcionamento nas escolas e fomentando a sua articulação orgânica com os conselhos escolares, por meio das respectivas representações.

18.10 - Garantir a participação efetiva da comunidade escolar e local na formulação e acompanhamento dos projetos políticos-pedagógicos, currículos escolares, planos de gestão escolar e regimentos escolares, possibilitando as condições objetivas necessárias à operacionalização desta participação.

18.11 - Aprovar dispositivo legal que dispõe sobre a implantação, execução e avaliação da gestão escolar da educação básica e profissional da rede pública, no prazo de um ano após a publicação deste Plano.

18.12 – Elaborar critérios técnicos para a definição dos dirigentes das unidades escolares da rede municipal de ensino, a partir de um Plano de trabalho para a gestão democrática e de participação da comunidade escolar.

18.13 – Fomentar a participação de profissionais que desejarem exercer função de diretor de escola na formação em gestão pública oferecidas pelo MEC e IES.

META 19: Ampliar o investimento público em educação de forma a atingir, no mínimo, o patamar de 7% (sete por cento) do Produto Interno Bruto – PIB do Município no quinto ano de vigência deste Plano e, no mínimo, o equivalente a 10% (dez por cento) do PIB ao final do decênio.

ESTRATÉGIAS

19.1 - Garantir fontes de financiamento permanentes e sustentáveis para todos os níveis, etapas e modalidades da educação básica, observando-se as políticas de colaboração entre os entes federados, em especial as decorrentes do Art. 60, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, e do § 1º, do Art. 75, da Lei nº 9.394/1996, que tratam da capacidade de atendimento e do esforço fiscal de cada ente federado, com vistas a atender suas demandas educacionais do padrão de qualidade nacional.

19.2 - Articular, com a União e Estado de Santa Catarina no aperfeiçoamento e ampliação dos mecanismos de acompanhamento da arrecadação da contribuição social do salário-educação.

19.3 - Otimizar a destinação de recursos à manutenção e o desenvolvimento do ensino, em acréscimo aos recursos vinculados nos termos do Art. 212, da Constituição Federal.

19.4 - Fortalecer os mecanismos e os instrumentos que assegurem, nos termos do Parágrafo Único, do Art. 48, da Lei Complementar nº 101/2000, com a redação dada pela Lei Complementar nº 131/2009, a transparência e o controle social na utilização dos recursos públicos aplicados em educação, especialmente a realização de audiências públicas, a criação de portais eletrônicos de transparência e a capacitação dos membros de conselhos de acompanhamento e controle social do FUNDEB, com a colaboração entre as Secretarias de Educação do Estado e dos Municípios, os Tribunais de Contas do Estado e dos Municípios e o Ministério Público.

19.5 - Definir o custo aluno-qualidade da Educação Básica do município, considerando a ampliação do investimento público em educação e o Parecer CNE/CEB nº 8 de 05/05/2010 que define normas sobre os padrões mínimos de qualidade de ensino.

19.6 - Apoiar e defender a prorrogação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, com aperfeiçoamento que aprofundem o regime de colaboração e a participação financeira da União para garantir equalização de oportunidades educacionais e padrão mínimo de qualidade do ensino, nos termos do Art. 211, da Constituição Federal.

19.7 - Definir critérios para distribuição dos recursos adicionais dirigidos à educação ao longo do decênio, que considerem a equalização das oportunidades educacionais, a vulnerabilidade socioeconômica e o compromisso técnico e de gestão do sistema de ensino, a serem pactuados na instância prevista no Art. 7º, da Lei nº 13.005/2014.

19.8 - Estabelecer, garantir e efetivar a articulação entre as metas deste Plano e demais instrumentos orçamentários da União, do Estado de Santa Catarina e do Município, do plano municipal de educação e os respectivos PPAs, LDOs e LOAs, em todos os níveis, etapas e modalidades de ensino.

19.9 - Fortalecer os conselhos de acompanhamento e fiscalização dos recursos da educação.

19.10 - Garantir a aplicação dos recursos financeiros que devem ser destinados à melhoria da qualidade e gratuidade do ensino, na formação e valorização do magistério, na organização escolar, prioritariamente, em escolas públicas.

19.11 - Garantir aplicação dos recursos destinados à manutenção, reforma e construção de escolas públicas com infraestrutura adequada às etapas e modalidades de ensino.

19.12 - Fixar um cronograma de recursos financeiros para as escolas públicas com finalidade de aquisição, manutenção e reparos do patrimônio permanente e materiais de expediente, bem como ampliar os valores dos recursos financeiros.

19.13 - Aplicar os recursos financeiros pertinentes a educação infantil, ensino fundamental e modalidades da educação, observando-se as políticas de colaboração entre o Estado e o município, em especial as decorrentes do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de valorização dos profissionais da Educação - FUNDEB (art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias) e do artigo 75 § 1º da LDB (Lei nº 9.394, de 1996), que trata da capacidade de atendimento e do esforço fiscal de cada ente federado, para atender suas demandas educacionais à luz do padrão de qualidade nacional.

ACOMPANHAMENTO, ELABORAÇÃO E AVALIAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CAPINZAL

O Plano Municipal de Educação de Capinzal/SC, elaborado para o Decênio 2015 – 2024, representa o instrumento norteador da educação municipal para o período de 10 (dez) anos, sendo necessária a previsão e o estabelecimento de mecanismos de acompanhamento e de avaliação que possibilitem ao sistema educacional o cumprimento das metas e estratégias estabelecidas para esse Decênio.

A organização e sistematização deste PME agrega um elenco de ações estratégicas integradas, a serem implementadas no decorrer desses anos, tendo como foco a qualidade na Educação Básica do Município, do Estado e consequentemente do país. Assim, na aprovação do PME será instituída uma

audiência pública representada pelos diferentes segmentos da sociedade civil e do poder público, a quem caberá a coordenação no âmbito do município do Acompanhamento e Avaliação da implantação e implementação deste Plano.

Com a aprovação do PME, serão realizadas periodicamente ações estratégicas de acompanhamento como seminários municipais e audiências públicas sob a coordenação da Secretaria Municipal da Educação, tendo em vista o monitoramento da execução do PME. Após dois anos da aprovação do PME, deverá ser realizada a primeira avaliação junto às representações do SME e emitir parecer do desempenho do município em relação às metas estabelecidas.

Lei Complementar nº 183/2015

LEI COMPLEMENTAR Nº 183, DE 17 DE JUNHO DE 2015.

Altera a Lei Complementar nº 140, de 1º de junho de 2011, que dispõe sobre o Código de Parcelamento do Solo do Município de Capinzal.

PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono, nos termos do art. 58, V, da Lei Orgânica Municipal, a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º O art. 66 da Lei Complementar nº 140, de 1º de junho de 2011, passa a vigor com a seguinte redação:

Art. 66. A implantação do loteamento fechado não poderá interromper o prolongamento das vias públicas, em especial aquelas classificadas na Lei do Sistema Viário como estruturais, coletoras, marginais de rodovias, viadutos, ferrovias e fundos de vales, quando existirem.

Parágrafo único. As vias internas ao loteamento fechado deverão ter:

I - passeios de ambos os lados da via interna com dimensão mínima 2,50m (dois metros e cinquenta centímetros);

II - secção da via carroçável mínima conforme tabela a seguir expressa:

Número de Lotes a que deve servir o trecho da via	Largura mínima de cada uma das faixas de rolamento da via	Número de via
Até 80	10 metros	1
+ de 80	10 metros	2

Art. 2º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Capinzal, em 17 de junho de 2015.

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei Complementar na data supra.

ORLANDO THOLL

Secretário da Administração e Finanças

PMC ALTERAÇÃO DE EDITAL PROCESSO LICITATÓRIO 0117/2015 PREGÃO PRESENCIAL 0070/2015

ALTERAÇÃO DO EDITAL

Processo Licitatório Nº 0117/2015

Pregão Presencial Nº 0070/2015

No edital do Processo Licitatório Nº 0117/2015, Pregão Presencial Nº 0070/2015, que tem como objeto: REGISTRO DE PREÇO para aquisição de Material Bibliográfico (livros), para integrar o acervo da Biblioteca Pública Municipal Vereador Rolindo Casagrande, Bibliotecas das Escolas Municipais do Ensino Fundamental e Bibliotecas das Creches/Pré-escolares e dos Centros Municipais de Educação Infantil e cujo quantitativo e especificações estão descritos nos itens dos lotes.

Onde se lê:

OBJETO DA PROPOSTA

Lote: 1

8	1,00	UN		TRILHO TJG 881208A	13,68	13,68
---	------	----	--	--------------------	-------	-------

Leia-se:

OBJETO DA PROPOSTA

Lote: 1

8	1,00	UN		OS TRÊS MOSQUETEIROS Livro formato: 14x21. Editora Abril. Autoria: Alexandre Dumas. Capa dura. Com no mínimo 233 páginas.	13,68	13,68
---	------	----	--	---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-------	-------

Capinzal, 18 de junho de 2015.

Elisângela Bagnolin

Diretora de Compras e Licitações

PORTARIA 492/2015

PORTARIA Nº 492, DE 18 DE MARÇO DE 2015

Altera nome de servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto na Averbção constante da Certidão de Casamento, Matrícula nº 106401 01 55 2008 2 00021 052 0001334 55, do Registro Civil das Pessoas Naturais, resolve:

Art. 1º Fica alterado o nome da servidora Tânia Maria Dalvequia Ercoles, matrícula nº 333794/01, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Serviços Gerais, nível 35, referência A, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de quarenta (40) horas semanais e vinculada à Secretaria da Educação, Cultura e Esportes.

Art. 2º A servidora passa a assinar Tânia Maria Dalvequia.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 18 de março de 2015

Capinzal – SC, em 18 de março de 2015

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL

Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA 494/2015

PORTARIA Nº 494, DE 19 DE MARÇO DE 2015

Contrata servidor, por tempo determinado, por excepcional interesse público

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto na Lei nº 2.178, de 23 de dezembro de 1999, alterada pela Lei nº 3.149, de 30 de outubro de 2014, resolve:

Art. 1º Fica contratada, por tempo determinado, em regime administrativo especial, através do processo seletivo nº 029/2015 e nos termos do contrato nº 494/2015, Naiana Angélica Scarton Maestri, matrícula nº 332135/03, para exercer as funções do cargo de Professor Nível 1, classe 4, referência A, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de vinte (20) horas semanais, em substituição a titular Mirian Mascarello Fracaro que está atuando com aulas de leitura na biblioteca da escola.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 19 de março de 2015.

Capinzal - SC, em 19 de março de 2015

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL

Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA 495/2015

PORTARIA Nº 495, DE 20 DE MARÇO DE 2015

Concede Função de Chefia a servidor, na forma que especifica.

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto na Lei Complementar nº 088, de 22 de dezembro de 2005 e Lei Complementar nº 129, de 12 de agosto de 2009, resolve:

Art. 1º Fica concedida Função de Chefia de Acúmulo de Função (FC – 1) ao servidor Valmir Rodrigues Pereira, matrícula nº 320269/01 ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Serviços Gerais, nível 35, referência G, conforme o Anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012 e memorando nº 153/2015/Secretaria de Infraestrutura.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em março de 2015

Capinzal - SC, em 20 de março de 2015

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL

Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA 496/2015

PORTARIA Nº 496, DE 20 DE MARÇO DE 2015

Concede Função de Chefia a servidor, na forma que especifica.

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto na Lei Complementar nº 088, de 22 de dezembro de 2005 e Lei Complementar nº 129, de 12 de agosto de 2009, resolve:

Art. 1º Fica concedida Função de Chefia de Acúmulo de Função (FC – 1) ao servidor Vilson da Silveira, matrícula nº 320781/01 ocupante do cargo de provimento efetivo de Vigia, nível 307, referência H, conforme o Anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012 e memorando nº 153/2015/Secretaria de Infraestrutura.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em março de 2015

Capinzal - SC, em 20 de março de 2015

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL

Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA 498/2015

PORTARIA Nº 498, DE 23 DE MARÇO DE 2015

Exonera servidor na forma que especifica

Prefeito do Município de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento na legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Fica exonerada, a contar de 23 de março de 2015, conforme requerimento protocolado sob o nº 1201/2015, Alessandra Aparecida Pedron, matrícula nº 321443/02, ocupante do cargo de

Professor Nível 1, classe 4, referência A, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146 de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de vinte (20) horas semanais, na Escola Municipal Bernardo Moro Sobrinho.

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL
Secretário da Administração e Finanças

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 23 de março de 2015.

Capinzal – SC, em 23 de março de 2015
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL
Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA 499/2015

PORTARIA Nº 499, DE 24 DE MARÇO DE 2015

Exonera servidor na forma que especifica

Prefeito do Município de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento na legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Fica exonerada, a contar de 01 de abril de 2015, conforme requerimento protocolado sob o nº 1296/2015, Andreia Regina Zortea Vieira, matrícula nº 326674/01, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais, nível 35, referência A, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146 de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de quarenta (40) horas semanais, na Escola Municipal Belisário Pena.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 01 de abril de 2015.

Capinzal – SC, em 24 de março de 2015
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL
Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA 501 A/2015

PORTARIA Nº 501 - A, DE 31 DE MARÇO DE 2015

Cessa efeito de portaria na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e com fundamento na legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Cessar o efeito das portarias nº 451/2015 e 452/2015, que designaram o servidor Orlando Tholl, matrícula nº 410021/01, para responder pelos Fundos Municipais de Saúde e Assistência Social, a contar de 01 de abril de 2015.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 31 de março de 2015.

Capinzal - SC, em 31 de março de 2015
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

PORTARIA 501/2015

PORTARIA Nº 501, DE 31 DE MARÇO DE 2015

Prorroga Licença Maternidade Especial à servidora, na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e conforme o art. 1º § 1º da Lei Complementar nº 136, de 28 de julho de 2010 e a legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Fica prorrogada Licença Maternidade Especial, pelo período de 31 de março a 29 de maio de 2015, conforme requerimento protocolado sob o nº 448/2015, da servidora Jocinéia Lukacviz, matrícula nº 329916/05, ocupante do cargo de Professor Nível 1, classe 4, referência A, conforme o Anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 31 de março de 2015.

Capinzal - SC, em 31 de março de 2015
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL
Secretário da Administração e Finanças

Chapadão do Lageado

PREFEITURA

276.2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

PORTARIANº 276/2015

- CONSIDERANDO, a apresentação do Requerimento de Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família instruído com a solicitação do Médico da Paciente, ratificada pela Junta Médica Oficial do Município, nomeada através da Portaria nº 272/2015;

- CONSIDERANDO, a conclusão do Processo Administrativo SAP/DRH n. 001/2015, que caracterizou a exigência de assistência direta da Servidora Requerente.

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 70 da Lei Orgânica do Município e em conformidade o art.64, II, e §§ 5º, 6º, 7º 8º 9º e 10, da LC nº 008/99:

RESOLVE:

Art.1º Conceder Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família em favor da Servidora Pública VILMA ROSA CORREIA DE OLIVEIRA, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Oficial Administrativo, da Secretaria Municipal da Agricultura, Indústria e Comércio, matriculada sob o nº 238/03, no período de 10.06.15 a 29.07.15 (50 dias), com remuneração integral de acordo com o §10, I, do art. 64 da LC n. 008/99.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos legais a partir de 10.06.2015.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 18 de junho de 2015.º.

JOSE BRAULIO INACIO
Prefeito Municipal

277.2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

PORTARIANº 277/2015

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições legais conferidas pelo art. 50, VII, da Lei Orgânica Municipal, Decreto nº. 050/2009 e de acordo com o art. 18, inciso I, da Lei Complementar 007 de 23.12.99, com redação da Lei Complementar nº049 de 09.12.10,

RESOLVE:

Art.1º Conceder progressão funcional do Nível IX para o Nível X, por Tempo de serviço prestado ao município, a Servidora Publica AVANESA KERSCHBAUM WILL, matriculada sob nº 229/02, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar Administrativo - 40 horas.

Art. 2º A servidora passará a receber o vencimento correspondente ao Nível X, do anexo IV da Lei Complementar 007 de 23.12.99, a partir deste mês.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação,

retroagindo seus efeitos legais a partir de 01.06.15.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 18 de junho de 2015.

JOSE BRAULIO INACIO
Prefeito Municipal

278.2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

PORTARIANº 278/2015

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, em conformidade com o Art. 75, II da Lei Complementar nº 008 de 23.12.1999, Lei nº 0573 de 02.05.2013 e Convenio nº 05/2013 de 04.07.2013, celebrado entre o Corpo de Bombeiros Militar do Estado Santa Catarina e o Município de Chapadão do Lageado,

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar os efeitos da Portaria 233/2013 de 11 de julho de 2013, já prorrogada pela Portaria 350/2013 de 30.12.13, que disponibiliza a servidora AVANESA KERSCHBAUM WILL, matrícula nº 22902, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar Administrativo, na Secretaria Municipal da Administração e Planejamento, para exercer suas funções junto ao Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Santa Catarina, no Município de Ituporanga.

Art. 2º A cessão se dará até 31.12.2015, podendo ser prorrogada por interesse das partes.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 01.01.15.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO, 18 de junho de 2015.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 057, DE 18.06.2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

DECRETO Nº 057, DE 18.06.2015

Convoca a VI Conferência Municipal de Assistência Social do Município de Chapadão do Lageado e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o art. 70, inciso I, da Lei Orgânica Municipal, em conjunto com a Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social e, considerando a necessidade de avaliar e propor diretrizes para a implementação da Política de Assistência Social no Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica convocada a VI Conferência Municipal de Assistência Social, a ser realizada no dia 08 de julho de 2015, das 08:00 às 12:00 horas, no Centro de Multiuso Sebastião Rode, tendo como

tema central: "Consolidar o SUAS de vez rumo a 2026".

Art.2º Os recursos necessários para realização da Conferência correrão por conta das dotações orçamentárias da Secretaria Municipal de Assistência Social.

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Município de Chapadão do Lageado, 18 de junho de 2015.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

Nadir Klettenberg da Silva

Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

Prefeitura Municipal de Chapadão do Lageado, 17 de junho de 2015.

ELOÍNA PORTES DOS SANTOS

Presidente do Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente

DEIZE REGINA DOS SANTOS CRUZ

Presidente da Comissão de Escolha

HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES DO PROCESSO DE SELEÇÃO E ESCOLHA DOS MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR REFERENTE AO EDITAL Nº 01/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

PROCESSO DE SELEÇÃO E ESCOLHA DOS MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR

HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES DO PROCESSO DE SELEÇÃO E ESCOLHA DOS MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR REFERENTE AO EDITAL Nº 01/2015

O Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente e a Comissão de Escolha do processo de seleção dos membros do Conselho Tutelar do Município de Chapadão do Lageado- SC, no uso de suas atribuições legais e de acordo com as Leis Municipais nº0629 de 18.03.15 e nº 0568, de 01.03.13, TORNA PÚBLICO:

I – Ficam homologadas as inscrições dos candidatos abaixo relacionados, referente ao Edital nº 01/2015, do Processo Seletivo para preenchimento de vagas de Conselheiro Tutelar do Município de Chapadão do Lageado.

INSCRIÇÃO	NOME	AValiação/ANALISE
001	LETICIA EYNG MONTIBELLER	DEFERIDO
002	LUCIMARA DA SILVA DE OLIVEIRA	DEFERIDO
003	CLEIDE LOPES PADILHA	DEFERIDO
004	VALI VAIS	DEFERIDO
005	MARCIA SCHRODER HINTEMANN	DEFERIDO
006	CLEUSA FREITAS DE OLIVEIRA	DEFERIDO
007	LUZIA MOREIRA DA SILVA MONTEIRO DOS SANTOS	DEFERIDO
008	ROSMÉRI PAUL DE OLIVEIRA	DEFERIDO
009	LAURENI ROSELI PAUL ABREU	INDEFERIDO
010	JOEL CAOILLA	DEFERIDO
011	GORETI FRANÇA CLEMENTE	DEFERIDO
012	MARILEIA MICHELS KEMPNER	DEFERIDO
013	CAMILA KERSCHBAUM	DEFERIDO
014	DIEGO RENGEL	DEFERIDO
015	CIDINÉIA FRANCISCO CHIQUIO	DEFERIDO

II – Os candidatos interessados em interpor recursos relativos às inscrições poderão fazê-lo, no período de 19.06.2015 à 23.06.2015, junto ao Centro de Referência de Assistência Social – CRAS.

II – Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Cocal do Sul

CÂMARA MUNICIPAL

DECRETO LEGISLATIVO 304/2015

DECRETO LEGISLATIVO Nº. 304/2015, de 17 de junho de 2015.

APROVA TERMO DE CONVÊNIO Nº. 06/2015, QUE ENTRE SI CELEBRAM A UNIBAVE- CENTRO UNIVERSITÁRIO BARRIGA VERDE DE COCAL DO SUL E O MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL.

A PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, ROSENY CITTADIN BARBOSA, no uso das atribuições que lhe são conferidas, promulga o seguinte:

DECRETO LEGISLATIVO :

Art. 1º. Fica aprovado o Termo de Convenio nº. 06/2015, que entre si celebram a UNIBAVE – Centro Universitário Barriga Verde de Cocal do Sul e o Município de Cocal do Sul, que tem por objeto a conjugação de esforços no sentido de promover, em cooperação, o desenvolvimento da educação no Município de COCAL DO SUL, mediante assistência financeira à alunos residentes em Cocal do Sul, matriculados nos cursos de graduação de ensino superior do Centro Universitário Barriga Verde – UNIBAVE, conforme os termos da Lei Municipal nº . 1.248, de 08 de abril de 2015 e Decreto SAF/ Nº. 253/15, de 08 de abril de 2015.

Art. 2º. Para que haja cumprimento das cláusulas previstas neste Convênio, este passa a ser parte integrante deste Decreto Legislativo.

Art. 3º. Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Cocal do Sul, 17 de junho de 2015.
ROSENY CITTADIN BARBOSA JOÃO GERALDO ECHELI
Presidente 1º Secretário

Registrado e publicado o presente Decreto Legislativo nesta Secretaria e no mural da Prefeitura e no DOM /SC, aos dezessete dias do mês de junho de 2015.

CONVENIO N.º 06/2015, DE 09 DE ABRIL DE 2015.

CONVENIO DE COLABORAÇÃO EDUCACIONAL QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL E O CENTRO UNIVERSITÁRIO BARRIGA VERDE - UNIBAVE, NOS TERMOS DO DECRETO SAF/Nº. 253/15, DE 08 DE ABRIL DE 2015, QUE REGULAMENTA A LEI Nº. 1.248, DE 08 DE ABRIL DE 2015, QUE FIXA PERCENTUAL À ASSISTÊNCIA FINANCEIRA AOS ALUNOS DE GRADUAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR DA UNIBAVE - UNIDADE COCAL DO SUL, ESTABELECE CRITÉRIOS PARA INSCRIÇÃO E SELEÇÃO DE ESTUDANTES DE GRADUAÇÃO, CANDIDATOS A BOLSAS DE ESTUDO CONCEDIDAS PELA PREFEITURA MUNICIPAL DE COCAL DO SUL.

O MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL, entidade de Direito Público, com sede administrativa na Avenida Polidoro Santiago, n.º 519, Centro, devidamente inscrita no CNPJ sob o n.º 95.778.056/0001-88, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal o Sr. Ademir Magagnin, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Cidade de Cocal do Sul/SC, portador do RG n.º.425.947 e CPF n.º 343.081.649-15, doravante denominado de CONCEDENTE, e o CENTRO UNIVERSITÁRIO BARRIGA VERDE - UNIBAVE, fundação privada, inscrita no CNPJ sob o nº. 82.975.236/0001-08, com sede na Rua Miguel

Couto, n. 313, bairro Centro, município de Orleans – SC, devidamente representada pelo reitor Elcio Willemann, brasileiro, casado, presidente/reitor, inscrito no CPF sob o n. 506.818.269-91, residente e domiciliado na Rua Anibal Brighenti, bairro Conde D'eu, município de Orleans – SC, doravante denominado UNIBAVE, firmam o presente convênio nos termos que segue:

Cláusula Primeira – Do Objeto: O presente Convênio tem como objeto a conjugação de esforços no sentido de promover, em cooperação, o desenvolvimento da educação no Município de COCAL DO SUL, mediante assistência financeira à alunos residentes em Cocal do Sul, matriculados nos cursos de graduação de ensino superior do Centro Universitário Barriga Verde – UNIBAVE, conforme os termos da Lei Municipal nº . 1.248, de 08 de abril de 2015 e Decreto SAF/Nº. 253/15, de 08 de abril de 2015.

Cláusula Segunda – Do valor a ser repassado:

1. Será repassado para o UNIBAVE em forma de bolsa de estudo conforme os termos deste convênio e somente para os alunos da Unidade Cocal do Sul o valor de R\$ 50.000,00(cinquenta mil reais) a serem pagos em 02(duas) parcelas de R\$ 25.000,00(vinte e cinco mil reais) cada, no mês de maio e outubro de 2015.
2. A CONCEDENTE deverá incluir em seu Plano Plurianual e Orçamento Anual, os valores a serem transferidos a CONVENIENTE, referentes ao presente Convênio.
3. Ocorrendo atraso no repasse por parte do CONCEDENTE, de 1 (uma) parcela, poderá a UNIBAVE suspender o repasse dos recursos aos acadêmicos contemplados

4. As despesas decorrentes do presente Convênio correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

Manutenção do Ensino Superior N.º Órgão: 07

Unidade: 01

Projeto/Atividade: 2017 – Manutenção de outros níveis de ensino
Dotação: 3.3.50.00.00.00.00.00.0114 – Transferência a Instituição Privadas sem fins lucrativos.

Cláusula terceira - Dos programas de bolsas:

1. Serão concedidas bolsas de estudos para acadêmicos carentes, cujo benefício não será inferior a 25% (vinte e cinco por cento) do valor da mensalidade, limitado a 50% (cinquenta por cento) dos recursos transferidos.
2. Bolsa de estudos para alunos carentes portadores de deficiências, cujo benefício não será inferior a 25% (vinte e cinco por cento) do valor da mensalidade, na proporção de 25% (vinte e cinco por cento) dos recursos transferidos.
3. Bolsa de trabalho no valor de R\$ 545,00 à acadêmicos que desenvolverem trabalho na Prefeitura Municipal de Cocal do Sul, limitados a 25% (vinte e cinco por cento) do valor dos recursos transferidos.
4. Entende-se por carentes os alunos que possuam renda individual média no grupo familiar inferior a dois salários mínimos.
5. Caso não ocorra inscrições para as modalidades de bolsa previstas nos itens 2 e 3, o recurso será remanejado para o item 1.

Cláusula quarta – Condições para inscrição: Para inscrever-se no processo de seleção o acadêmico interessado deverá atender aos seguintes requisitos:

- I) estar matriculado em um curso de Graduação mantido pela UNIBAVE – Unidade de Cocal do Sul;
- II) comprovar de que reside há no mínimo 03 anos em Cocal do

Sul;

III) cópia do comprovante de matrícula referente o semestre corrente, quitado.

Cláusula quinta – condições econômicas: Vencida as exigências para inscrição faz-se necessário a comprovação das condições econômicas, sendo admitidos os seguintes comprovantes:

I) Renda:

- a) se, empregado: a última folha de pagamento, bem como cópia da carteira de trabalho;
- b) se, aposentados, pensionistas ou beneficiários de auxílio doença do INSS, ou qualquer outro instituto de previdência pública ou privada: extrato de pagamento constando o valor bruto de benefício;
- c) Produtor Rural: declaração do rendimento total bruto e líquido mensal, que deverá ser preenchida e assinada pelo sindicato ao qual a produção está vinculada;
- d) do auxílio e da pensão alimentícia recebida de pessoa (s) não declarada (s) como integrante (s) do grupo familiar: considera-se como auxílio ou pensão alimentícia qualquer forma de contribuição regular ou eventualmente fornecida em dinheiro ou em pagamento de mensalidades, material escolar, alimentação, aluguel, plano de saúde, etc. Comprovação por declaração da qual conste valor mensal e tipo de auxílio. A declaração deverá conter nome, CPF e endereço da pessoa que auxilia, com assinatura desta reconhecida em cartório, (quando o pagamento é feito via depósito bancário, anexar o comprovante);
- e) desempregado a mais de 180 dias deverão apresentar declaração com data atual, assinada por duas testemunhas, de que não exerce atividade remunerada e cópia da carteira de trabalho;
- f) desempregado a menos de 180 dias: cópia do termo de rescisão contratual, cópia da carteira de trabalho e previdência social, comprovante de recebimento de seguro desemprego, comprovante do saque do FGTS.

II) Dos bens patrimoniais

- a) declaração de inexistência de bens móveis expedida pelo DETRAN;
- b) declaração de inexistência de bens imóveis expedida pelo Cartório de Registro de Imóveis da Comarca.

III) Da comprovação das despesas

- a) aluguel: cópia do contrato de locação ou recibo de pagamento do aluguel, com assinatura do locatário reconhecida em cartório;
- b) financiamento: cópia do contrato de financiamento e do recibo da última parcela paga. Se o recibo for emitido em papel timbrado da imobiliária ou instituição financiadora, dispensa-se a apresentação do contrato;
- c) se a moradia for cedida: o proprietário do imóvel deverá fornecer uma declaração com as assinaturas reconhecidas em cartório, esclarecendo que não cobra aluguel pela moradia: cópia de faturas de água, energia ou telefone;
- d) declaração de pagamento de aluguel;
- e) no caso de outras pessoas da família estudar em Instituição de Ensino Superior Particular, apresentar fotocópia do último boleto.

Cláusula sexta – Da comissão técnica de avaliação: A seleção dos candidatos, a avaliação do grau de carência e do desempenho acadêmico dos alunos, a escolha dos beneficiários das bolsas e a fiscalização do cumprimento dos critérios para a sua obtenção e manutenção ficará a cargo da Comissão Técnica, na qual fica assegurada a participação do Município, em conjunto com o UNIBAVE, composta pelos seguintes integrantes:

- a) Um representante da Reitoria
- b) Dois representantes indicados pelo Município
- c) Um representante dos Professores indicados pelos coordenadores
- d) Um representante do corpo discente
- e) Um assistente social do UNIBAVE

Cláusula sétima – dos critérios de concessão:

- 1. Para cada modalidade de bolsa, serão considerados critérios diferenciados. Os mesmos estarão presentes em edital.
- 2. A Comissão Técnica poderá promover, a qualquer tempo, visitas domiciliares aos beneficiados para verificar a veracidade das informações prestadas quando da inscrição.
- 3. O UNIBAVE fará a publicação de edital para chamamento dos interessados contendo as regras previstas na Lei nº. 1.248, de 08 de abril de 2015.
- 4. Eventuais omissões deverão ser decididas pela Comissão técnica.

Cláusula oitava – Das Obrigações:

I – Das Obrigações Do Concedente:

- a) Assegurar, os recursos financeiros necessários para o programa de bolsa, no valor total de R\$ 50.000,00(cinquenta mil reais).
- b) Efetuar o lançamento dos valores das parcelas nos orçamentos anuais do período de vigência do Convenio, bem como no Plano Plurianual.
- c) Efetuar o depósito regular, dos recursos conforme estabelecido no Decreto Municipal SAF/Nº. 253/15, de 08 de abril de 2015.
- d) Cientifica sobre a celebração deste Convenio à Câmara Municipal, conforme determina o § 2º do Art. 116 da Lei Federal n.º 8.666/1993.
- e) Prorrogar “de ofício” a vigência deste instrumento, quando houver atraso na liberação das parcelas do convenio, limitada a prorrogação pelo exato período do atraso verificado.
- f) Publicar o extrato do presente instrumento na Imprensa Oficial.
- g) Proceder ao registro do presente Convênio junto ao Tribunal de contas.
- h) Acompanhar e fiscalizar a execução do presente convênio, observando se os recursos estão sendo aplicados na execução do objeto conveniado e de conformidade com o plano de trabalho aprovado.
- i) Encaminhar, após a sua análise, as prestações de contas parciais e final ao Tribunal de Contas.
- j) Promover a divulgação das ações objeto deste Convenio citado, obrigatoriamente, a participação dos Convenientes.

II – Das obrigações da conveniente:

- a) Planejar, acompanhar, gerenciar, avaliar e controlar, as ações a serem desenvolvidas, referente a execução pedagógica, administrativa, e financeira dos cursos ofertados.
- b) Assegurar o reconhecimento legal do Curso através dos seus organismos internos e externos, bem como a emissão dos diplomas aos alunos concluintes do curso.
- c) Acompanhar a vida acadêmica dos alunos, procedendo a formas de registro e controles necessários conforme legislação pertinente.
- d) Manter um corpo docente capacitado, com equipe de ensino e pesquisa para atuar nos cursos.
- e) Promover a divulgação das ações objeto deste Convenio citado, obrigatoriamente, a participação dos Convenientes.
- f) Permitir o livre acesso, de servidores devidamente autorizado pelo CONCEDENTE, a atos e fatos relacionados direta ou indiretamente com o presente instrumento, quando em missão de fiscalização ou auditoria.
- g) Responsabilizar-se pela administração financeira do Convenio.
- h) Aplicar os recursos financeiros repassados pelo CONCEDENTE exclusivamente na execução do objeto pactuado.
- i) Apresentar mensalmente a lista de alunos beneficiados com as bolsas;
- j) Efetuar a restituição de eventual saldo de recursos, para o CONCEDENTE, no caso de extinção ou conclusão, no prazo máximo de 30 (trinta) dias do encerramento do Convenio.
- k) Restituir ao CONCEDENTE do valor transferido, atualizado monetariamente, desde a data do recebimento, acrescido de juros legais, nos seguintes casos:
 - 1 – quando não for executado o objeto da avença;
 - 2 – quando não for apresentada no prazo ou justificada a não apresentação, da prestação de contas final;
 - 3 – quando os recursos forem utilizados em finalidade diversa da

estabelecida no convenio.

Cláusula nona – Da prestação de contas: A Prestação de Contas parcial deverá ser apresentada mensalmente, através da lista dos acadêmicos beneficiados com as bolsas de estudo e de acordo com cada programa.

Cláusula décima – Da divulgação: Em qualquer ação promocional, em função do presente instrumento, deverá ser obrigatoriamente, destacada a participação dos convenientes. Fica vedado, em qualquer empreendimento originário deste Convenio, a utilização pelos Partícipes de nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal.

Parágrafo único. Todo material de divulgação das ações do presente Convenio deve conter a logomarca dos signatários, nas cores e formatação fornecidos pelos Convenientes.

Cláusula décima primeira – Da legislação pertinente: Aplica-se ao presente instrumento, especialmente nos casos omissos, os dispositivos da Lei Federal n.º 8.666/93 de 21 de junho de 1993, e as alterações posteriores.

Cláusula décima segunda – Das alterações: Este instrumento de convenio poderá ser modificado e/ou aditado através de Termos Aditivos, desde que, mantido o seu objeto, tendo em vista a conveniência das partes de acordos com as normas pertinentes em vigor.

Cláusula décima terceira – Eleição de foro: Elegem as partes deste Convenio o Foro de Urussanga/SC, para dirimir todas e quaisquer controvérsias oriundas deste Convenio, na esfera judicial, sugeridas do presente instrumento e que não puderem ser resolvidas via administrativa, renunciando desde já a qualquer outro por mais privilegiada que seja.

Para firmeza e como prova de assim ajustados, lavra-se o presente instrumento de Convenio em 3 (três) vias de igual teor, que passam a ser assinados por todos, na presença de testemunhas abaixo subscritas.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 09 de abril de 2015.
ADEMIR MAGAGNIN
Prefeito Municipal

ELCIO WILLEMANN
Reitor

TESTEMUNHAS:

1. _____;
2. _____.

DECRETO LEGISLATIVO 305/2015

DECRETO LEGISLATIVO Nº. 305/2015, de 17 de junho de 2015.

APROVA TERMO ADITIVO Nº. 09/2015 , AO CONVÊNIO Nº. 06/2015, DE 09 DE ABRIL DE 2015, FIRMADO ENTRE O MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL, E O CENTRO UNIVERSITÁRIO BARRIGA VERDE - UNIBAVE.

A PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, ROSENY CITTADIN BARBOSA, no uso das atribuições que lhe são conferidas, promulga o seguinte:

DECRETO LEGISLATIVO :

Art. 1º. Fica aprovado o Termo Aditivo nº. 09/2015, ao Convênio nº. 06/15 que entre si celebram a UNIBAVE – Centro Universitário Barriga Verde de Cocal do Sul e o Município de Cocal do Sul, que

altera o item 4., Clausula Terceira, do Convênio 06/2015, passando a vigorar com a seguinte redação:

4. Entende-se por carentes os alunos que possuam renda individual média no grupo familiar inferior a 2,5(dois vírgula cinco) salários mínimos.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

As demais cláusulas do Convênio nº. 06/2015, de 09 de abril de 2015, permanecem inalteradas.

Art. 2º. Para que haja cumprimento das cláusulas previstas neste Termo, este passa a ser parte integrante deste Decreto Legislativo.

Art. 3º. Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Cocal do Sul, 17 de junho de 2015.
ROSENY CITTADIN BARBOSA JOÃO GERALDO ECHELI
Presidente 1º Secretário

Registrado e publicado o presente Decreto Legislativo nesta Secretaria e no mural da Prefeitura e no DOM /SC , aos dezessete dias do mês de junho de 2015.

TERMO ADITIVO Nº 09/2015, DE 01 DE JUNHO DE 2015

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO Nº. 06/2015, DE 09 DE ABRIL DE 2015, FIRMADO ENTRE O MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL, E O CENTRO UNIVERSITÁRIO BARRIGA VERDE - UNIBAVE.

Pelo Primeiro Termo Aditivo ao Convênio de repasse de contribuição financeira, nós abaixo assinados, de um lado o MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL, estabelecido na Av. Dr. Polidoro Santiago, 519 – C.P. 01, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 95.778.056/0001-88, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. ADEMIR MAGAGNIN, e de outro lado, como ENTIDADE BENEFICIADA, o CENTRO UNIVERSITÁRIO BARRIGA VERDE - UNIBAVE, fundação privada, com sede na Rua Miguel Couto, n. 313, Centro, Orleans/SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 82.975.236/0001-08, temos justo e conveniado o que a seguir se descreve.

CLAUSULA PRIMEIRA – DOS PROGRAMAS DE BOLSAS

Fica alterado o item 4., Clausula Terceira, do Convênio 06/2015, passando a vigorar com a seguinte redação:

4. Entende-se por carentes os alunos que possuam renda individual média no grupo familiar inferior a 2,5(dois vírgula cinco) salários mínimos.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

As demais cláusulas do Convênio nº. 06/2015, de 09 de abril de 2015, permanecem inalteradas.

E, por estarem de acordo, assinam o presente Contrato para que produza os efeitos do direito, em três vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas idôneas.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 01 de junho de 2015.

CONTRATANTE

CONTRATADA

Testemunhas: _____;

Concórdia

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 72/2015-PMC

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE

PREGÃO PRESENCIAL Nº 72/2015- PMC

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

Objeto: REGISTRO DE PREÇO para possível aquisição de exames para realização dos periódicos dos Servidores Públicos Municipais do Município de Concórdia, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" deste edital.

Tipo: Menor Preço por item

Recebimento das propostas: até as 16h00min do dia 06/07/2015

Abertura: dia 07/07/2015 às 08h30min.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2207.

Concórdia, SC, 17 de Junho de 2015.

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 73/2015-PMC

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE

PREGÃO PRESENCIAL Nº 73/2015 - PMC

Objeto: Contratação de empresa para confecção fornecimento de facas e cuias personalizadas para premiação aos expositores da feira agropecuária da Expo Agro 2015, de 22 a 26 de julho de 2015. De acordo com a Lei nº 4.762/2015 conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" do edital

Tipo: Menor Preço por item

Recebimento das propostas: até as 16h00min do dia 06/07/2015.

Abertura: dia 07/07/2015 às 14h00min.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2207.

Concórdia, SC, 17 de Junho de 2015.

RUIMAR SCORTEGAGNA

Secretário Municipal de Agricultura desenvolvimento Rural e Meio Ambiente

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 74/2015-PMC

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE

PREGÃO PRESENCIAL Nº 74/2015 - PMC

Objeto: Aquisição de maravalha (seca e úmida) e serragem, para preparar os espaços da feira Agropecuária EXPO AGRO 2015, de 22 à 26 de julho de 2015, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" deste edital.

Tipo: Menor Preço por Lote

Recebimento das propostas: até as 08h30min do dia 01/07/2015.

Abertura: dia 01/07/2015 às 09h00min.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2113.

Concórdia, SC, 18 de Junho de 2015.

RUIMAR SCORTEGAGNA

Secretário Municipal de Agricultura

Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 75/2015-PMC

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE

PREGÃO PRESENCIAL Nº 75/2015 - PMC

Objeto: Contratação para apresentação musical (banda) com estrutura de carreta palco baú, sonorização e iluminação para apresentação no dia 26 de julho de 2015 para a Fenal - Festa Nacional do Leitão Assado do Município e para prestação de serviços de vigilância orgânica com seguranças uniformizados e treinados, para o tradicional evento Aniversário do Município 81 anos "Corte do Bolo e da Mortadela" com Show do Grupo os Fagundes, dia 29 de julho de 2015, e conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" deste edital.

Tipo: Menor Preço por Item.

Recebimento das propostas: até as 10h00min do dia 03/07/2015.

Abertura: dia 03/07/2015 às 14h00min.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2167.

Concórdia, SC, 18 de Junho de 2015.

CLÉLIO IVO DAL PIAZ

Secretário Municipal de Desenvolvimento

Econômico e Turismo

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 9/2015, DE 18 DE JUNHO DE 2015.

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 9/2015, DE 18 DE JUNHO DE 2015.
Convoca a VIII Conferência Municipal de Assistência Social.

O Prefeito do Município de Concórdia, juntamente com a Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS.

No uso das atribuições que lhes são conferidas, e considerando a necessidade de avaliar e propor diretrizes para a implementação da Política de Assistência Social no Município de Concórdia, SC.

RESOLVEM:

Art. 1º Convocar a VIII Conferência Municipal de Assistência Social, com o tema: "Consolidar o SUAS de Vez Rumo a 2026".

Art. 2º A Conferência de que trata o art. 1º deste Edital será realizada no dia 30 de junho de 2015, das 8h às 17h, no Centro de Eventos Concórdia, localizado no Parque Municipal de Exposições Atílio Francisco Xavier Fontana, situado na Rua Victor Sopelsa, 1.169, Bairro Parque de Exposições, Concórdia, SC.

Art. 3º Cópia deste Edital, bem como quaisquer outros esclarecimentos necessários, poderão ser obtidos na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, Cidadania e Habitação, situada na Rua Rua Oswaldo Valentim Zandavalli, 511, Centro, Concórdia, SC, no horário das 8h às 11h30min e das 13h30min às 17h, de segunda a sexta-feira ou pelo telefone (49) 3442 0118.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

NEUSA PRESOTTO COLOMBO

Presidenta do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS

EXTRATO DO CONTRATO Nº 175/2015 -PMC

Contrato Nº : 175/2015

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCORDIA

Contratada : NEON VIGILÂNCIA E SEGURANÇA LTDA ME

Licitação : Pregão Presencial 61/2015

Objeto : Contratação de empresa para prestação de serviços de vigilância orgânica e monitoramento eletrônico da feira agropecuária EXPO AGRO 2015, de 22 a 26 de julho de 2015, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" deste edital.

Vigência : Início: 15/06/2015 Término: 13/09/2015

Assinatura : 15/06/2015

Valor R\$: 15.500,00 (Quinze Mil e Quinhentos Reais)

Dotação : 95 - 07.001.2026.333903401000000.01000001

EXTRATO DO CONTRATO Nº 176/2015 -PMC

Contrato Nº : 176/2015

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCORDIA

Contratada : J.R.S MOTO CENTER LTDA EPP

Licitação : Pregão Presencial 60/2015

Objeto : Aquisição de Motocicletas novas nas cores branca original de fábrica para o item 01 e azul original de fábrica para o item 02, com baú e capacetes para uso dos novos fiscais da SEMURB nas vistorias de obras e posturas. conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" do edital.

Vigência : Início: 15/06/2015 Término: 15/06/2018

Assinatura : 15/06/2015

Valor R\$: 21.000,00 (Vinte e Um Mil Reais)

Dotação : 404 - 08.001.1009.344905252000000.03390002

CÂMARA MUNICIPAL

EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 02/2015

EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 02/2015

PROCESSO Nº 11/2015

OBJETO: Contratação de empresa para realizar serviço de vigilância humana nas dependências da Câmara.

TIPO: Menor Preço Global

RECEBIMENTO DOS ENVELOPES DE DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTAS: até às 11 horas do dia 10.07.2015

INICIO DA SESSÃO: dia 10.07.2015, às 14 horas

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: O Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados no site: WWW.cvc.sc.gov.br
Quaisquer informações poderão ser obtidas na Secretaria da Câmara Municipal de Vereadores de Concórdia, situado à Rua Leonel Mosele, 96 – Centro, de segunda a sexta-feira, das 8h às 11h30min e das 13h30min às 17h, ou pelo fone (49) 3441 2500.

Concórdia SC, 16 de junho de 2015.

MAURO MENDES

Presidente

Cordilheira Alta

PREFEITURA

DECRETO N. 291/2015

DECRETO N. 291/2015 DE 15 DE JUNHO DE 2015

"ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR FINANCEIRO NO ORÇAMENTO DE 2015 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em especial ao disposto no art. 70 – IV da Lei Orgânica Municipal, art. 42 da Lei 4.320/64 e Lei Municipal nº 1134/2014,

DECRETA

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a efetuar a abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 72.722,17 (setenta e dois mil, setecentos e vinte e dois reais e dezessete centavos), os quais serão utilizados para suplementar as seguintes dotações orçamentárias:

Projeto/Atividade: 15.452.2511.1.018 – Pavimentação Asfáltica.

Modalidade de Aplicação: 449000 - 157

Fonte de Recursos: 3.0.44 - Vinculados – R\$ 17.097,06

Projeto/Atividade: 15.452.2511.1.018 – Pavimentação Asfáltica.

Modalidade de Aplicação: 449000 - 158

Fonte de Recursos: 3.0.45 - Vinculados – R\$ 55.625,11

Art. 2º. Para abertura do Crédito Adicional de que trata o art. 1º, serão utilizados recursos do superávit financeiro do exercício 2014.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta SC, 15 de junho de 2015.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

DECRETO N. 292/2015

DECRETO N. 292/2015 DE 18 DE JUNHO DE 2015

"DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE DISPENSA A SERVIDOR MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Art. 70 da Lei Orgânica do Município;

DECRETA

Art. 1º Conceder ao servidor Público Sr. DIRCEU CESAR GUOLO, 02 (dois) dias de dispensa de serviço, com base no artigo 98, da Lei 9.504-97, de 30/09/1997, por ter prestado serviços à Justiça Eleitoral nas Eleições de 2014, 2º turno que será usufruído nos dias 18 e 19 de junho de 2015.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta - SC, 18 de junho de 2015.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

DECRETO N. 293/2015

DECRETO N. 293/2015 DE 18 DE JUNHO DE 2015

"ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR FINANCEIRO NO ORÇAMENTO DE 2015 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em especial ao disposto no art. 70 – IV da Lei Orgânica Municipal, art. 42 da Lei 4.320/64 e Lei Municipal nº 1134/2014,

DECRETA

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a efetuar a abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 126.500,00 (cento e vinte e seis mil e quinhentos reais), os quais serão utilizados para suplementar as seguintes dotações orçamentárias:

Projeto/Atividade: 27.812.2508.2.021 – Manutenção das Ações do Esporte: Escolinhas, Ginásios de Esportes.

Modalidade de Aplicação: 449000 - 68

Fonte de Recursos: 3.0.00 - Ordinários – R\$ 30.000,00

Projeto/Atividade: 20.606.2510.1.011 – Aquisição de Veículo.

Modalidade de Aplicação: 449000 - 166

Fonte de Recursos: 3.0.89 - Vinculados – R\$ 54.500,00

Projeto/Atividade: 15.452.2511.1.017 – Aquisição de Veículo.

Modalidade de Aplicação: 449000 - 167

Fonte de Recursos: 3.0.89 - Vinculados – R\$ 42.000,00

Art. 2º. Para abertura do Crédito Adicional de que trata o art. 1º, serão utilizados recursos do superávit financeiro do exercício 2014.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta SC, 18 de junho de 2015.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

DECRETO N. 294/2015

DECRETO N. 294/2015 DE 18 DE JUNHO DE 2015

"CONCEDE ADICIONAL DE PROGRESSÃO POR GRAU DE INSTRUÇÃO À SERVIDORA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial o Art. 20, inciso III, da Lei Complementar nº93/2013 e alterações,

DECRETA

Art. 1º Concede 15% (quinze por cento) sobre o vencimento, a Título de Adicional de Progressão por Grau de Instrução, à servidora Municipal Sra. FRANCIELI CRISTINA MAGGIONI, ocupante do cargo de Fonoaudióloga, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, conforme Diploma anexo de conclusão do curso regular de Pós- Graduação.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta - SC, 18 de junho de 2015.

ALCEU MAZZIONI
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

DECRETO N. 295/2015

DECRETO N. 295/2015 DE 18 DE JUNHO DE 2015

"CONCEDE LICENÇA À SERVIDORA MUNICIPAL, PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal e o Decreto Nº 209/2014,

DECRETA

Art. 1º Conceder 01 (um) dia de licença para tratamento de saúde à servidora Municipal, Sra. SIDYANE MARIA DEBASTIANI ZAMIANI, ocupante do cargo de Assistente de Serviços de Saúde, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social de acordo com o atestado anexo.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para dia 17/06/2015.

Art.3º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 18 de junho de 2015.

ALCEU MAZZIONI
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

EDITAL CMDCA Nº 02/2015 - REABRE INSCRIÇÕES CONSELHEIROS TUTELARES

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – EDITAL ESCOLHA DOS MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR – ELEIÇÕES UNIFICADAS 2015

Edital CMDCA nº 02/2015

Dispõe sobre o processo de escolha unificado dos Conselheiros Tutelares no Município de Cordilheira Alta.

O PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, no uso de suas atribuições legais, diante da deliberação do Conselho e considerando o disposto nos arts. 132 e 139 do Estatuto da Criança e do Adolescente, na Resolução Conanda nº 170/2014 e na Lei Municipal nº 895/2010, e Edital CMDCA nº 01/2015, suspende o processo eleitoral e reabre as inscrições para a escolha dos Conselheiros Tutelares para atuarem no Conselho Tutelar do Município de Cordilheira Alta.

1. Das Inscrições

1.1 Fica reaberto, entre os dias 22/06/2015 a 21/07/2015, em dias úteis, no horário de atendimento ao público (07h30min às 11h30min e das 13h15min às 17h15min), na sede do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, localizada na Avenida Fermino Tozzo, n. 532, neste município, o período para candidaturas a conselheiro tutelar do Município de Cordilheira Alta.

2. Da Publicação das Candidaturas

2.1 A relação de candidatos inscritos será publicada no dia 30/07/2015, no Mural do Átrio da Prefeitura Municipal, Câmara de Vereadores e Fórum desta Comarca, para ciência pública.

2.2 Publicada a lista, qualquer pessoa física ou jurídica poderá impugnar a candidatura, mediante prova da alegação, no período de 31/07/2015 à 06/08/2015, no horário de atendimento ao público (07h30min às 11h30min e das 13h15min às 17h15min), na sede do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

2.3 O candidato impugnado deverá manifestar-se de forma escrita, no período de 12/08/2015 a 19/08/2015, no horário de atendimento ao público (07h30min às 11h30min e das 13h15min às 17h15min), na sede do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

2.4 A comissão eleitoral apresentará resposta quanto às impugnações até o dia 21/08/2015.

2.5 O edital com a relação dos candidatos que tiveram suas inscrições aprovadas será publicado até o dia 28/08/2015, no Mural do Átrio da Prefeitura Municipal, Câmara de Vereadores e Fórum desta Comarca.

3. Das disposições gerais

3.1 As demais disposições contidas no EDITAL CMDCA Nº 01/2015 continuam inalteradas e em pleno vigor.

Este Edital entrará em vigor na data de sua publicação.

Cordilheira Alta, SC, 17 de junho de 2015.

PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE CORDILHEIRA ALTA

Anexo I**Cronograma**

Providência	Prazo
Publicação do Edital	19/06/2015
Inscrições	22/06/2015 a 21/07/2015

Análise das Inscrições	23/07/2015 a 29/07/2015
Publicação da Relação de Candidatos	30/07/2015
Impugnação de Candidatura	31/07/2015 a 06/08/2015
Notificação dos Candidatos Impugnados para defesa	07/08/2015 a 11/08/2015
Apresentação de defesa pelos Candidatos Impugnados	12/08/2015 a 19/08/2015
Análise e Decisão das Impugnações	Até 21/08/2015
Publicação dos Candidatos com Inscrições Aprovadas	Até 28/08/2015
Eleição	04/10/2015
Divulgação do Resultado	05/10/2015
Posse dos Eleitos	10/01/2016

EDITAL CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2014 - CONVOCAÇÃO PROVA PRÁTICA

EDITAL CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2014

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA PROVA PRÁTICA

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas por Lei e de conformidade com o art. 37, IX, da Constituição Federal e art. 78, III, da Lei Orgânica do Município e com acompanhamento da Comissão Especial designada pela Administração Municipal, CONVOCA OS CANDIDATOS HABILITADOS NA PROVA ESCRITA PARA OS CARGOS DE MOTORISTA E OPERADOR DE MÁQUINAS PARA A REALIZAÇÃO DA PROVA PRÁTICA, de acordo com as normas e condições já estabelecidas no Edital de Concurso Público supra e também nas condições a seguir definidas:

1. DA PROVA PRÁTICA

1.1 A prova prática será realizada no dia 27 de junho de 2015, com início às 08h (oito horas), horário de Brasília. Os candidatos classificados e aprovados na prova escrita deverão comparecer ao Parque de Máquinas da Prefeitura Municipal de Cordilheira Alta/SC, localizado na Rua Rudgero Dal Santo, sem nº, Bairro Bela Vista, no Município de Cordilheira Alta/SC (Próximo ao Atacado Distribuidor Nilo Tozzo), para demonstração de habilidades práticas junto aos veículos (caminhões e máquinas) da municipalidade.

1.2 Os candidatos deverão comparecer ao local indicado no Subitem 1.1 do presente Edital de Convocação com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos do horário fixado de seu início, para a realização do sorteio da ordem de início de cada candidato, munidos de CNH - categoria profissional - devidamente atualizada, sob pena de exclusão da prova conforme subitem 4.4.8 do Edital de Concurso Público nº 001/2014. Primeiramente será realizado sorteio para os candidatos do cargo de Motorista e na sequência para os candidatos do cargo de Operador de Máquinas.

1.3 O candidato que não comparecer até o horário previsto no subitem 1.1 desde edital, será automaticamente excluído da prova prática e atribuído nota zero.

1.4 Poderá, a critério da fiscalização, ser excluído da prova prática o candidato que demonstrar não possuir a necessária capacidade de direção do veículo ou máquina sem risco de danificá-lo, visando evitar prejuízos à municipalidade conforme subitem 4.4.7 do Edital de Concurso Público nº 001/2014.

1.5 Os critérios de avaliação da Prova Prática serão feitos de acordo com os critérios estabelecidos no Edital de Concurso Público nº

001/2014, subitens 4.4.4 e 4.4.4.1.

1.6 A nota mínima para classificação do candidato no teste prático será igual ou superior a 6,00 (seis), antes da aplicação do respectivo peso conforme subitem 4.4.9 do Edital de Concurso Público nº 001/2014.

2. DISPOSIÇÕES FINAIS

2.1 Não será permitido ingresso de candidatos no local de realização da Prova Prática após o horário fixado para o seu início (subitem 1.1 desde edital), bem como de candidato não classificado e ou aprovado na prova escrita.

2.2 Não será permitida, no dia da realização da Prova Prática, entrada de candidato portando armas.

2.3 Não haverá segunda chamada para a Prova Prática. O não comparecimento implicará na eliminação automática do candidato.

2.4 A NOTA FINAL para o cargo de motorista e operador de máquinas, após a classificação dos candidatos, conforme subitem 1.6 desde edital, será o resultado do somatório das notas da prova escrita e da prova prática obtidas com a aplicação dos seguintes pesos:

I – Prova Escrita – Peso 3,

II – Prova Prática – Peso 7.

Conforme subitem 5.2 do edital de Concurso Público nº 001/2014.

2.5 Serão eliminados do concurso público os candidatos que não obtiverem nota mínima conforme subitem 1.6 desde edital e também os que obtiverem NOTA FINAL inferior a 6,00 (seis) após a aplicação dos pesos conforme subitem 2.4 desde edital e subitem 5.1 e 5.2 do edital de Concurso Público nº 001/2014.

Cordilheira Alta/SC, 18 de junho de 2015.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Coronel Freitas

PREFEITURA

PREGÃO PRESENCIAL RP N° 32/2015

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FREITAS

AVISO DE LICITAÇÃO

Edital de Pregão Presencial R.P N° 32/2015

Objeto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE JORNAL E REVISTA

Tipo: menor preço por item.

Entrega dos envelopes: até as 08h30min do dia 02/07/2015

Abertura dos envelopes: na sequência às 08h30min do dia 02/07/2015

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Av.Santa Catarina, 1022 nos dias úteis, de segunda a sexta feira das 07:30 às 11:30 e das 13:00 às 17:00 hrs ou pelo fone 3347.3400.

Coronel Freitas (SC), 18 de junho de 2015

Mauri José Zucco

Prefeito Municipal

Correia Pinto**CÂMARA MUNICIPAL****EXTRATO DE CONTRATO - PROCESSO 03/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA

CÂMARA DE VEREADORES DE CORREIA PINTO

PROCESSO LICITATÓRIO N. 03/2015

EXTRATO DE CONTRATO

Instrumento: Contrato nº 006/2015

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CRIAÇÃO, IMPLANTAÇÃO, ATUALIZAÇÃO, TREINAMENTO, GERENCIAMENTO E MANUTENÇÃO DO PORTAL DA CÂMARA, CONTROLE DO PROCESSO LEGISLATIVO E ADMINISTRATIVO, REGISTRO DA ATUAÇÃO DOS VEREADORES, TRANSMISSÃO AO VIVO DAS SESSÕES PLENÁRIAS E DISPONIBILIZAÇÃO DAS GRAVAÇÕES NO SITE DA CÂMARA DE VEREADORES DE CORREIA PINTO, ATRAVÉS DE LICENÇA DE USO TEMPORÁRIO DE SOFTWARES.

Partes: Município de Correia Pinto/SC e a empresa VIRTUALIZA COMUNICAÇÃO LTDA - ME

CNPJ: 03.476.831/0001-22

Processo Licitatório nº 03/2015 – Pregão Presencial

Item	Qtde.	Unid.	Especificação	Preço Unit. Máx.	Preço Total Máx.
1	12	mês	CONTROLE DO PROCESSO LEGISLATIVO E ADMINISTRATIVO	292,5532	3.510,64
2	12	mês	DIVULGAÇÃO NA INTERNET DAS SESSÕES PLENÁRIAS DA CÂMARA MUNICIPAL, AO VIVO E SOB DEMANDA	297,0540	3.564,65
3	12	mês	GERENCIAMENTO DO CONTEÚDO LEGISLATIVO E HOSPEDAGEM	139,5254	1.674,30
4	40	hora	HORA TÉCNICA	56,2602	2.250,41
			TOTAL R\$		11.000,00

Valor total: 11.000,00

Vigência: 16/06/2015 à 31/12/2015

Correia Pinto/SC 19 de junho de 2015.

JOSÉ TADEU GONÇALVES

PRESIDENTE

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - PROCESSO 03/2015**ESTADO DE SANTA CATARINA****CAMARA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO**

Página: 1/6

Processo Nº.: 3/2015**PREGÃO PRESENCIAL Nº. 3/2015****ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 3/2015**

No dia 16 do mês de Junho do ano de 2015, compareceram, de um lado a(o) CAMARA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO, Estado de SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 75.438.689/0001-30, com sede administrativa localizada na AV. DUQUE DE CAXIAS, 1569, bairro CENTRO, CEP nº. 88535-000, nesta cidade de Correia Pinto/SC, representado pelo(a) PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES, o Sr(a). JOSÉ TADEU GONÇALVES, inscrito no CPF sob o nº. 540.992.349-91, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº. 3/2015, Processo Licitatório nº. 3/2015, que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a) REGISTRO DE PREÇOS PARA A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CRIAÇÃO, IMPLANTAÇÃO, ATUALIZAÇÃO, TREINAMENTO, GERENCIAMENTO E MANUTENÇÃO DO PORTAL DA CÂMARA, CONTROLE DO PROCESSO LEGISLATIVO E ADMINISTRATIVO, REGISTRO DA ATUAÇÃO DOS VEREADORES, TRANSMISSÃO AO VIVO DAS SESSÕES PLENÁRIAS E DISPONIBILIZAÇÃO DAS GRAVAÇÕES NO SITE DA CÂMARA DE VEREADORES DE CORREIA PINTO, ATRAVÉS DE LICENÇA DE USO TEMPORÁRIO DE SOFTWARES. Em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Código	Nome da Empresa	Itens
6559	Lancer Soluções em Informática Ltda - EPP	
6558	Virtualiza Comunicação Ltda ME	1, 2, 3, 4

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8.666/93, bem como pelo Decreto Municipal nº: (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresas	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF
Lancer Soluções em Informática Ltda - EPP	00.685.840/0001-35	marcia massignan de freitas	549.153.769-15
Virtualiza Comunicação Ltda ME	03.476.831/0001-22	Reginaldo da Silva	813.849.479-49

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando:

REGISTRO DE PREÇOS PARA A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CRIAÇÃO, IMPLANTAÇÃO, ATUALIZAÇÃO, TREINAMENTO, GERENCIAMENTO E MANUTENÇÃO DO PORTAL DA CÂMARA, CONTROLE DO PROCESSO LEGISLATIVO E ADMINISTRATIVO, REGISTRO DA ATUAÇÃO DOS VEREADORES, TRANSMISSÃO AO VIVO DAS SESSÕES PLENÁRIAS E DISPONIBILIZAÇÃO DAS GRAVAÇÕES NO SITE DA CÂMARA DE VEREADORES DE CORREIA PINTO, ATRAVÉS DE LICENÇA DE USO TEMPORÁRIO DE SOFTWARES.

Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas na ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de MENOR PREÇO GLOBAL, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

Fornecedor: 6558 - Virtualiza Comunicação Ltda ME						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
1	CONTROLE DO PROCESSO LEGISLATIVO E ADMINISTRATIVO	SERV		12,000	292,5532	3.510,64
2	DIVULGAÇÃO N INTERNET DAS SESSÕES PLENÁRIAS DA CÂMARA MUNICIPAL, AO VIVO E SOB DEMANDA.	SERV		12,000	297,0540	3.564,65
3	GRENCIAMENTO DO CONTEÚDO LEGISLATIVO E HOSPEDAGEM	SERV		12,000	139,5254	1.674,30
4	HORA TÉCNICA	HORA		40,000	56,2602	2.250,41

ESTADO DE SANTA CATARINA
CAMARA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO

Página: 2/6
Processo Nº.: 3/2015
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 3/2015

2.2. Os preços registrados serão fixos e irrevogáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na alínea "d" do inciso II do caput e do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;

b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado tornar-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados:

b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:

b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;

b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com consequente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.

3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4º, da Lei nº 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS

4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;

4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.

4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.

4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.

4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou corôná".

ESTADO DE SANTA CATARINA
CAMARA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO

Página: 3/6
Processo Nº.: 3/2015
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 3/2015

CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1. Compete ao Órgão Gestor:

5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3º do Decreto Municipal nº 095/2009;

5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.

5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.

5.1.3. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;

5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de ofício" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.

5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;

5.1.6. Emitir a autorização de compra;

5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contratações por outros meios permitidos pela legislação;

5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:

5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;

5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;

5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:

5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;

5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;

5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

**ESTADO DE SANTA CATARINA
CAMARA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO**

Página: 4/6
Processo Nº.: 3/2015
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 3/2015

CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

- a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;
- b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;
- c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;
- d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;
- e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;
- f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

CLÁUSULA SETIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.

7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.

7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.

7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.

7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.

7.5.2. O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão ou entidade requisitante, não podendo ultrapassar 05 (cinco) dias úteis da data de recebimento da nota de empenho ou instrumento equivalente.

7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.

7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.

7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.

7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.

7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.

7.8.1. Serão recusados os materiais impréstáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.

7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.

7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.

7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

ESTADO DE SANTA CATARINA
CAMARA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO

Página: 5/6
Processo Nº.: 3/2015
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 3/2015

CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO

8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei nº 8.666/93 e alterações.

8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.

8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será susinado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.

8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.

8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.

8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

9.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.2. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

- a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;
- b) cancelamento do preço registrado;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.

11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:

- a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;
- b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

- a) advertência, por escrito, nas faltas leves;
- b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;
- c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

ESTADO DE SANTA CATARINA
CAMARA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO

Página: 6/6
Processo Nº.: 3/2015
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 3/2015

11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.3. poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002.

11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Correia Pinto para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Correia Pinto, 16 de Junho de 2015.

JOSÉ TADEU GONÇALVES
PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES

Empresas Participantes:

Lancer Soluções em Informática Ltda - EPP

CNPJ: 00.685.840/0001-35 _____

Virtualiza Comunicação Ltda ME

CNPJ: 03.476.831/0001-22 _____

Corupá

PREFEITURA

PORTARIA Nº 3387/2015 INSTAURA SINDICÂNCIA ADMINISTRATIVA PRELIMINAR, NOMEIA COMISSÃO SINDICANTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

TERMO DE ABERTURA DE SINDICÂNCIA ADMINISTRATIVA

Processo RH n. 004/2015

Interessado: MUNICÍPIO DE CORUPÁ

Assunto: Sindicância Administrativa para apurar elementos atinentes a eventual abandono de emprego da servidora Beatriz Maria Maurer

Conforme consta nos documentos anexos, determino a abertura de Sindicância Administrativa para as providências cabíveis, segundo a legislação vigente.

Corupá/SC, aos 17 de junho de 2015.

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 3387/2015

INSTAURA SINDICÂNCIA ADMINISTRATIVA PRELIMINAR, NOMEIA COMISSÃO SINDICANTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009,

RESOLVE:

Art.1º - DETERMINAR a instauração de SINDICÂNCIA ADMINISTRATIVA PRELIMINAR, conforme preconiza o artigo 191, parágrafo único da Lei Complementar Municipal n. 014/2009, para apurar elementos atinentes a eventual abandono de emprego da servidora Beatriz Maria Maurer, brasileira, solteira, professora, portadora da Carteira de Identidade n. 2.442.501 e CPF n. 682.202.869-20, residente e domiciliada à Rua João Tozini, 2075, na cidade de Corupá/SC, CEP 89.278-000, com matrícula profissional n. 254705, relativo aos registros pontos acostados da mesma, em contraposição ao documento de retorno ao trabalho encaminhado em 30/01/2012.

Art.2º. Para cumprimento ao disposto no artigo anterior, a Comissão Sindicante será composta pelos servidores:

- SIRLENE MARIA MORAIS, brasileira, solteira, professora, portadora do RG n. 2.763.448 e CPF n. 751.474.089-91, com matrícula profissional n. 4181-02, residente e domiciliado à Rua São Miguel, 467, na cidade de Jaraguá do Sul/SC, CEP 89.254-305 – Presidente da Comissão Processante;
- DARCI RUTSATZ, brasileira, solteira, assistente pedagógica, portador do RG n. 1.587.567 e CPF n. 543.769.639-68, com matrícula profissional n. 2390-01, residente e domiciliado à Avenida Getúlio Vargas, 60, na cidade de Corupá/SC;
- ELISABETE DA FONSECA FERREIRA TOMAZELLI, brasileira, casada, assistente pedagógica, portadora do RG n. 1.586.451 e do CPF n. 625.798.199-91, com matrícula profissional n. 6757-03, residente e domiciliada na Rua Ervino Emílio Moreira, na cidade de Corupá/SC, todos integrantes do Quadro Funcional do Município de Corupá/SC.

Art.3º. Para bem cumprir as suas atribuições, a Comissão terá acesso a toda documentação necessária à elucidação dos fatos, bem como deverá colher quaisquer depoimentos e demais provas que entender pertinentes.

Art. 4º. A Comissão, ora constituída, terá o prazo de 30 (trinta) dias, prorrogável por igual período, a partir da data da publicação desta Portaria, para concluir a apuração dos fatos, dando ciência a Administração Superior.

Art. 5º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá/SC,

17 de junho de 2015.

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal de Corupá

Dionísio Cerqueira

PREFEITURA

PORTARIA 387/2015- ASSINATURAS DE CONTAS NO BANCO

PORTARIA 387/2015

DESIGNA FUNCIONÁRIO QUE ESPECIFICA:

ALTAIR CARDOSO RITTES Prefeito Municipal de Dionísio Cerqueira, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Vigente.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica designado como responsável pela movimentação das contas bancárias, dos Fundos Convênios e Autarquias, e demais contas bancárias da Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira, o servidor JAIR BARBOSA ocupante do cargo de provimento em comissão de Gerente de Departamento de Tributação juntamente com o Prefeito ALTAIR CARDOSO RITTES, a partir de 01/07/2015.

Art. 2º - As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, correrão a conta de dotação orçamentária vigente.

Art.3º - A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 16 DE JUNHO DE 2015.

ALTAIR CARDOSO RITTES

Prefeito Municipal

Certifico que o presente ato foi registrado e publicado no mural da Prefeitura Municipal nesta mesma data e na forma da Lei.
Data 16/06/2015.

ARIEL DA SILVA

Secretário Municipal

Ermo

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 23/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO
AVISO DE LICITAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Ermo, torna público que encontra-se aberto o Processo de Licitação nº 23/2015 – Modalidade Pregão Presencial, objetivando a concessão de uso e exploração de jazida mineral, visando a extração de seixo rolado no Rio Itoupava, dentro do perímetro do município de Ermo, com estimativa de extração de 2.000 m³/mês, sendo que o material extraído será usado exclusivamente na manutenção e conservação de vias públicas municipais ou bens públicos do município, com prazo para a entrega de habilitação e proposta até as 08:45 hs do dia 01/07/2015 e abertura às 09:00 hs do mesmo dia. Cópia do Edital e outras informações poderão ser obtidas junto ao departamento de compras e licitações da Prefeitura Municipal de Ermo – SC, sito a Rod. SC 448, Km 06, nº 120, Centro, das 07:30 hs às 11:30 hs e das 13:00 hs às 17:00 hs, ou pelo telefone (048) 3546-0083.

ALDOIR CADORIN – Prefeito Municipal

DECRETO N.º 028, DE 15 DE JUNHO DE 2015.

DECRETO N.º 028, de 15 de junho de 2015.

Suplementa Dotação Orçamentária e dá outras providências.

ALDOIR CADORIN, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Art. 4, inciso I, da Lei nº 371/14, de 18/11/2014 (Lei Orçamentária Anual);

DECRETA:

Art. 1º. Fica suplementada a dotação orçamentária do Orçamento Vigente do Fundo Municipal de Saúde de Ermo no valor de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), a saber:

09.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.0037.2.051 – Manutenção do Fundo Municipal de Saúde e PSF

3.3.90.00.00.00.00.0080 (8) – Aplicações Diretas R\$ 150.000,00

Art. 2º. A suplementação de que trata o Art.1º, correrá por conta do excesso de arrecadação de recursos da fonte 0080 (recursos próprios).

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 15 de junho de 2015.

ALDOIR CADORIN

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

ELIAS NAGEL

Secretário de Administração e Finanças

EXTRATO DO CONTRATO Nº 21/2015

EXTRATO DO CONTRATO nº 21/2015

CONTRATANTE: Fundo Municipal de Saúde de Ermo

CONTRATADO: BETHA SISTEMAS LTDA

OBJETO: fornecimento de licenças de uso, não exclusiva, mediante contratação de empresa para licenciamento do direito de uso do aplicativo de Saúde Fly com acessos simultâneos, em ambiente Windows, utilizando banco de dados relacional.

VIGÊNCIA: 01/06/2015, com vigência até 31/12/2015.

VALOR ESTIMADO: R\$ 7.950,00 (sete mil novecentos e cinquenta reais).

Data da assinatura: 01/06/2015.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 37/2015 - 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 26/2014

EXTRATO DO CONTRATO nº 37/2015

2º Termo Aditivo ao Contrato nº 26/2014

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Ermo CONTRATADO: ABI Construção Civil Ltda ME

OBJETO: construção de Creche Municipal em alvenaria, com área de 404,63m², localizada situada à Rodovia SC 448, S/Nº, Centro, Ermo/SC. PRAZO DE EXECUÇÃO: O prazo de execução previsto na Cláusula Sétima do contrato de origem fica aditado por mais 180 (cento e oitenta) dias para a execução da obra.

DATA DA ASSINATURA: 27/05/2015

DATA DE VIGÊNCIA: 27/05/2015 á 27/11/2015.

Faxinal dos Guedes

PREFEITURA

EXTRATO DE 1 EDITAL_REG PREÇOS MATERIAL DIDÁTICO E PEDAGÓGICO EDUCAÇÃO

Estado de Santa Catarina. Município de Faxinal dos Guedes. AVISO DE LICITAÇÃO. PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS. Modalidade: Pregão Presencial nº: 0025/2015. Processo licitatório nº: 0049/2015. Objeto: Aquisição de forma parcelada de material didático e pedagógico a serem utilizados nas atividades pedagógicas da secretaria municipal de educação e rede municipal de ensino. Data do Recebimento: 02/07/2015 às 09h00 min. Data da abertura: 02/07/2015 às 09h15 min. Edital: Completo e demais esclarecimentos, de segunda a Sexta feira em horário comercial no depto de Compras e Licitações do Município de Faxinal dos Guedes, Avenida Rio Grande do Sul, 458 – Centro – fone (49) 3436 – 4300. Amparo legal: Lei nº 8.666/93, suas alterações. Faxinal dos Guedes, SC, em 17 de junho de 2015. ODYMAR OLIVO BOMBASSARO, SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO E CULTURA.

RETIFICAÇÃO DE 1 EDITAL CONCORRÊNCIA PÚBLICA

ESTADO DE SANTA CATARINA – PREFEITURA MUNICIPAL DE FAXINAL DOS GUEDES. AVISO DE EDITAL E RETIFICAÇÃO DE EDITAL – CONCORRÊNCIA PÚBLICA 0002/2015– PROCESSO LICITATÓRIO 0043/2015. O MUNICÍPIO de Faxinal dos Guedes, leva ao conhecimento dos interessados que o edital de CONCORRÊNCIA PÚBLICA 0002/2015, que trata da “CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A CONSTRUÇÃO DO CENTRO ESPORTIVO, LOCALIZADO NA RUA SÃO PEDRO, BAIRRO SÃO CRISTÓVÃO, FAXINAL DOS GUEDES - INCLUINDO MATERIAIS E MÃO DE OBRA”, está sendo republicado a fim de atender o requisito de publicação conforme Lei 8.666/93. Faz-se também a publicação da retificação. FICA RETIFICADA A PLANILHA ORÇAMENTÁRIA DO EDITAL. AS DATAS PARA O RECEBIMENTO DO ENVELOPE DOS DOCUMENTOS E DA PROPOSTA PERMANECEM INALTERADAS. As demais cláusulas permanecem inalteradas. Os interessados poderão adquirir o edital na íntegra de segunda a sexta feira no horário de expediente da prefeitura junto ao setor de licitações situado na AV. Rio Grande do Sul, 458 centro, Faxinal dos Guedes - SC ou através do site www.faxinal.sc.gov.br. Permanecem inalteradas as demais cláusulas. Faxinal dos Guedes, 17 DE JUNHO de 2015.

Forquilha

PREFEITURA

DECRETO Nº 104, DE 12 DE JUNHO DE 2015.

DECRETO Nº 104, DE 12 DE JUNHO DE 2015.

DECLARA A UTILIDADE PÚBLICA PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO AMIGÁVEL OU JUDICIAL, EM CARÁTER DE URGÊNCIA, ÁREA DE TERRA LOCALIZADA, NESTE MUNICÍPIO, DE PROPRIEDADE DE MARCELINO SCHMITZ OU A QUEM DE DIREITO FOR.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORQUILHINHA, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Orgânica do Município de Forquilha e com fundamento pelo disposto no art. 6.º do Decreto-Lei 3.365, de 21 de Junho de 1941, e, considerando o disposto no art. 5.º, inciso XXIV, da Constituição Federal, combinado com a legislação pertinente,

D E C R E T A:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública, o imóvel abaixo relacionado, descrito e caracterizado conforme planta topográfica e memorial descritivo, anexos, para fins de desapropriação por utilidade pública, amigável ou judicial, em caráter de urgência. Objetivando o interesse social, as áreas de terras abaixo relacionadas:

01. – ETE - Área com 12.996,38m² (doze mil, novecentos e noventa e seis metros, trinta e oito centímetros quadrados), destinada à instalação da ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ESGOTOS – ETE, de propriedade de Marcelino Schmitz, situada na Rua Jacob Westrup, s/nº, bairro São Gabriel, neste Município de Forquilha, Comarca do mesmo nome, Estado de Santa Catarina, com as seguintes medidas e confrontações: Poligonal fechada tem início no **Vértice 1** - Coordenadas (UTM N: 6.814.321,000 e E: 651.467,687), segue por linha reta com distância de **173,84 m** até o **Vértice 2** (UTM N: 6.814.325,230 e E: 651.641,474) formando assim o lado **Norte**, que estrema com terras pertencentes a Carbonífera Criciúma; do **Vértice 2** segue por linha reta com distância de **75,30 m** até o **Vértice 03** (UTM N: 6.814.249,931 e E: 651.641,473) formando assim o lado **Leste**, que estrema com terras pertencentes a Marcelino Schmitz; do **Vértice 3** segue por linha reta com distância de **168,75 m** até o **Vértice 4** (UTM N: 6.814.244,639 e E: 651.472,804), formando assim o lado **Sul** que estrema com terras pertencentes a Marcelino Schmitz; do **Vértice 4** segue por linha reta com distância de **76,53 m** até o **Vértice 1**, formando assim o lado **Oeste**, que estrema com a Rua Jacob Westrup; fechando a poligonal com área de **12.996,38 m²**.

Art. 2º A área referida nos artigo anterior destina-se à implantação do Sistema de Esgotamento Sanitário, no Município de Forquilha/SC.

Art. 3º Fica a Companhia Catarinense de Águas e Saneamento – CASAN, autorizada a tomar as providências decorrentes de ações administrativas e judiciais para fazer valer a execução deste decreto, correndo às suas expensas todas as despesas decorrentes das presentes medidas que se fizerem necessárias para aquisição da citada área.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 12 de junho de 2015.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 12 de junho de 2015.

ADEMIR BRANDIELI PEDRO

Secretário de Administração e Finanças

The drawing consists of two main parts: a detailed site plan (Planta de Localização) and a situational map (Planta de Situação).

Planta de Localização (Left): This plan shows the layout of the ETEA facility. It includes a large rectangular area for the treatment plant, a smaller rectangular area for the administrative building, and a large rectangular area for the sludge treatment plant. The site is bounded by a road to the north and a river to the south. A legend indicates the following areas:

- Área de Tratamento de Esgoto (Green hatched)
- Área de Tratamento de Lodo (Red hatched)
- Área Administrativa (Blue hatched)
- Área de Reserva (Yellow hatched)
- Área de Proteção Ambiental (Green hatched)
- Área de Proteção de Mananciais (Blue hatched)
- Área de Proteção de Recursos Hídricos (Blue hatched)
- Área de Proteção de Recursos Ambientais (Blue hatched)

Planta de Situação (Right): This map shows the location of the ETEA within the context of the surrounding area. It includes a scale bar (0 to 1000 meters), a north arrow, and a grid system. The map shows the ETEA located near the São João do Rio Preto River, with the surrounding area labeled as 'Área de Proteção Ambiental'.

Legend (Top): The legend defines the symbols used in the drawing:

- Área de Tratamento de Esgoto (Green hatched)
- Área de Tratamento de Lodo (Red hatched)
- Área Administrativa (Blue hatched)
- Área de Reserva (Yellow hatched)
- Área de Proteção Ambiental (Green hatched)
- Área de Proteção de Mananciais (Blue hatched)
- Área de Proteção de Recursos Hídricos (Blue hatched)
- Área de Proteção de Recursos Ambientais (Blue hatched)

Scale (Top): The scale bar indicates a distance of 1000 meters.

North Arrow (Top): The north arrow points towards the top of the drawing.

Grid System (Top): The grid system is used to locate the ETEA within the surrounding area.

Legend (Bottom): The legend defines the symbols used in the drawing:

- Área de Tratamento de Esgoto (Green hatched)
- Área de Tratamento de Lodo (Red hatched)
- Área Administrativa (Blue hatched)
- Área de Reserva (Yellow hatched)
- Área de Proteção Ambiental (Green hatched)
- Área de Proteção de Mananciais (Blue hatched)
- Área de Proteção de Recursos Hídricos (Blue hatched)
- Área de Proteção de Recursos Ambientais (Blue hatched)

**DECRETO Nº 107, DE 12 DE JUNHO DE 2015.
(REPUBLICADO)**

DECRETO Nº 107, DE 12 DE JUNHO DE 2015.

INSTAURA SINDICÂNCIA E CONSTITUI COMISSÃO DE SINDICÂNCIA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORQUILHINHA, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 51 da Lei Orgânica Municipal, de 15 de novembro de 1990, de conformidade com a Lei Municipal nº 487, de 02 de dezembro de 1998,

CONSIDERANDO a grande quantidade de faltas ao serviço apontadas nos registros de frequência do servidor SANDRO DA SILVA PETERLE, ocupante do cargo do quadro efetivo de Operador de Equipamentos, matrícula 4658, podendo, em tese, ter se configurado infração ao inciso X do art. 88 e inciso I do art. 89, que conforme §§ 1º e 2º do art. 97 ensejariam a penalidade de demissão prevista no caput e incisos II e III do mesmo artigo, todos da Lei Municipal nº 487, de 02 de dezembro de 1998.

RESOLVE:

Art. 1º É instaurada sindicância para a apuração do fato descrito acima.

Parágrafo único. A Comissão de Sindicância será integrada pelos seguintes membros:

I – KELLY KARITIANA MORO SCUSSEL, servidora pública do quadro efetivo, ocupante do cargo de Auxiliar de Ensino de Educação Infantil, matrícula nº 2776;

I – ROSINETE MENEGON ZANIVAN WARMLING, servidora pública do quadro efetivo, ocupante do cargo de Agente Administrativo, matrícula nº 2438;

III – FELIX KAMMER, servidor público do quadro efetivo, ocupante do cargo de Auxiliar Administrativo, matrícula nº 459;

Art. 2º A Presidência dos trabalhos competirá à servidora indicada no inciso I do artigo anterior, a quem competirá designar o servidor encarregado de secretariar os trabalhos da referida Comissão.

Art. 3º Os membros da Comissão poderão reportar-se aos Órgãos e Entidades da Administração Pública, bem como a seus dirigentes para solicitar providências, informações e diligências necessárias à instrução processual.

Art. 4º A Comissão Especial apresentará relatório conclusivo da apuração, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da publicação deste Decreto, encaminhando-o ao Chefe do Poder Executivo para as demais providências necessárias.

Art. 5º As funções desempenhadas pelos integrantes da Comissão não são remuneradas, sendo consideradas como serviço relevante prestado ao Município.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 12 de junho de 2015.

VANDERLEIALEXANDRE

Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 12 de junho de 2015.

ADEMIR BRANDIELI PEDRO

Secretário de Administração e Finanças

NOTA DE REVOGAÇÃO Nº. 07/PMF/2015 - CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº. 84/PMF/2015

NOTA DE REVOGAÇÃO Nº. 07/PMF/2015

CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº. 84/PMF/2015

OBJETO: Concessão onerosa de uso de espaço público para instalação de antena de telefonia móvel pelo prazo de 20 (vinte) anos.

MOTIVO: Abertos os trabalhos pelo presidente da Comissão de Licitação, o Sr. Valdecir Tiscoski, no dia dezoito do mês de junho de dois mil e quinze, às nove horas, o mesmo certificou-se de que nenhuma empresa apresentou proposta para participar da concorrência pública. Desta forma, a comissão decide por revogar o processo de concorrência pública nº. 84/2015 em função da participação deserta.

Forquilha/SC, 18 de junho de 2015.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Fraiburgo

PREFEITURA

AVISO DE LEILÃO Nº 0001_2015 PMF DOM

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO-SC

AVISO DE LICITAÇÃO

LEILÃO Nº 0001/2015 – PMF

Objeto: Alienação de bens móveis inservíveis para a Administração, nos termos da Lei nº 8.666/93 e suas alterações. Tipo: Maior Lance ou Oferta por LOTE. Data, horário e local de abertura: 15.07.2015 às 09:30 horas no Departamento de Compras e Licitações do Município. Informações complementares: Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 – Ramais 3023/3039.Site: www.fraiburgo.sc.gov.br.

Fraiburgo (SC), 18 de junho de 2015.

Ivo Biazolo

Prefeito

AVISO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 0079_2015-PMF

Aviso de Pregão Presencial Nº 0079/2015 – PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO – SC

AVISO DE LICITAÇÃO

Objeto: Aquisição de 01 (um) veículo automotor, novo, para uso da Secretaria de Saúde. Julgamento: Menor preço por ITEM. Entrega/Protocolo dos Envelopes e Credenciamento: Até as 14:15 horas do dia 07.07.2015. Abertura: Às 14:15 horas do mesmo dia. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 – Ramais 3023/3039. Site: www.fraiburgo.sc.gov.br.

Fraiburgo(SC), 18 de junho de 2015.

Ivo Biazolo

Prefeito

Frei Rogério

PREFEITURA

RES. EDITAL PROC. DE LIC. 19/2015 = PREFEITURA

MUNICIPIO DE FREI ROGÉRIO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 19/2015

PREGÃO PRESENCIAL N.º 11/2015

O MUNICIPIO DE FREI ROGÉRIO – SC, torna público aos interessados que fará realizar através do Pregoeiro Oficial do Município, no dia 03 de julho 2015 as 14h00min na sede da Prefeitura Municipal, na rua Adolfo Soletti, nº 750. Licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, sob a égide das Leis 10520 n.º 8.666/93 e alterações posteriores, do tipo menor preço Global, sendo o objeto a contratação de pessoa jurídica e ou física que sejam habilitados e credenciados, para prestar serviços de arbitragem em jogos do campeonato municipal de 2015, em suas diversas categorias.

Informações e Edital poderão ser obtidos através site: www.freirogerio.sc.gov.br ou no setor de compras da Prefeitura Municipal pelo fone (49) 3257-0000.

E-MAIL compras@freirogerio.sc.gov.br

Frei Rogério (SC), 18 de junho de 2015

OSNY BATISTA ALBERTON

Prefeito Municipal.

Garuva

PREFEITURA

DISTRATO Nº 12/2015

DISTRATO Nº 012/2015

Termo de Distrato do Contrato Administrativo nº 033/2015, pessoa jurídica de direito público, com sede à Avenida Celso Ramos, 1614, inscrita no CNPJ nº 83.102.848/0001-59, neste ato representado pelo Excelentíssimo Sr. Prefeito Municipal, JOSÉ CHAVES, brasileiro, casado, portador do RG nº. 595.643-9, inscrito no CPF sob o nº. 248.236.869-34, residente e domiciliado na Avenida Celso Ramos, 2273, Garuva/SC, no exercício de seu mandato político, doravante denominado Distratante, e do outro, a Sra. HIULE DANIELLE DE LIZ NETO, brasileira, solteira, professora, RG nº 5.529.874, CPF: 056.212.049-13, residente e domiciliado na Rua Dom Pedro II, 668 – Centro, Garuva/SC, doravante denominado Distratado, para os efeitos deste ato, ajustam e acordam:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Fica distratado o contrato cujo objeto era a prestação de serviços como Professor Nível I, conforme publicação em Diário Oficial de 19/05/2015, página 193, nos termos da Cláusula Sétima do contrato celebrado entre as partes, datado em 07/05/2015.

CLÁUSULA SEGUNDA

Com a celebração de presente ato, ficam distratadas as obrigações de ambas as partes contraídas no Contrato Temporário Nº 108/2015. E, por estarem de pleno acordo firmam o presente Termo de Distrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo:

E, por estarem firmados.

Garuva, 12 de junho de 2015

Município de Garuva José Chaves - Prefeito	Hiule Danielle De Liz Neto
Fabio Sozin Cpf: 006.226.029-42 Testemunha	Dayane Miranda Rocha Cpf: 005.421.899-33 Testemunha

EXTRATO DE CONTRATO Nº 110/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE GARUVA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS

EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO PARA ADMISSÃO TEMPORÁRIA DE PESSOAL POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

CONTRATO Nº 110/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE GARUVA

CONTRATADO: DEUSILEI PLANTES DE MEIRA

OBJETO: NECESSIDADE DE CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAL PARA EXERCER AS FUNÇÕES ESPECÍFICAS DE PROFESSOR NÍVEL I DO MUNICÍPIO DE GARUVA, JUNTO À SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

VIGÊNCIA: 16/06/2015 À 15/09/2015

REMUNERAÇÃO MENSAL: R\$ 479,44 (Quatrocentos e setenta e nove reais e quarenta e quatro centavos)

u

DATA DE ASSINATURA: 12/06/2015

JOSÉ CHAVES

PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA

ADRIANE BEATRIZ MOECKE GALANDO
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃODEUSILEI PLANTES DE MEIRA
CONTRATADA

LEI COMPLEMENTAR Nº 87/2015

LEI COMPLEMENTAR Nº 87, DE 18 DE JUNHO DE 2015

"Aprova o Plano Municipal de Educação – PME e dá outras providências".

O Povo do Município de Garuva, Estado de Santa Catarina, por seus representantes legais do Poder Legislativo Municipal, aprova e eu, JOSÉ CHAVES, na qualidade de Prefeito Municipal, no uso das atribuições legais que me são conferidas por Lei, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica aprovado o Plano Municipal de Educação – PME, com vigência por 10 (dez) anos, a contar da publicação desta Lei, na forma do Anexo, com vistas ao cumprimento do disposto no art. 8º da Lei n. 13.005, de 25 de junho de 2014.

Art. 2º São diretrizes do PME:

I - erradicação do analfabetismo;

II - universalização do atendimento escolar;

III - superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação;

IV - melhoria da qualidade da educação;

V - formação para o trabalho e para a cidadania, com ênfase nos valores morais e éticos em que se fundamenta a sociedade;

VI - promoção do princípio da gestão democrática da educação pública;

VII - promoção humanística, científica, cultural e tecnológica do País;

VIII - estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do Produto Interno Bruto - PIB que assegure atendimento às necessidades de expansão, com padrão de qualidade e equidade;

IX - valorização dos (as) profissionais da educação;

X - promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental.

Art. 3º As metas previstas no Anexo desta Lei serão cumpridas no prazo de vigência deste PME, desde que não haja prazo inferior definido para metas e estratégias específicas.

Art. 4º As metas previstas no Anexo desta Lei deverão ter como referência a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD, o censo demográfico e os censos nacionais da educação básica e superior mais atualizados, disponíveis na data da publicação desta lei, além de dados técnicos e estatísticos elaborados a partir de documentos oficiais pela equipe técnica da SME;

Parágrafo Único – O poder público buscará ampliar o escopo das pesquisas com fins estatísticos de forma a incluir informação detalhada sobre o perfil da população de 4 (quatro) a 17 (dezessete) anos com deficiência.

Art. 5º A execução do PME e o cumprimento de suas metas serão objeto de monitoramento contínuo e de avaliações periódicas realizados pelas seguintes instâncias:

I - Secretaria Municipal de Educação;

II - Comissão de Educação, da Câmara de Vereadores;

III - Conselho Municipal de Educação – CME;

IV - Fórum Municipal de Educação;

§ 1º Compete, ainda, às instâncias referidas no caput:

I - divulgar os resultados do monitoramento e das avaliações nos respectivos sítios institucionais da internet;

II - analisar e propor políticas públicas para assegurar a implementação das estratégias e o cumprimento das metas;

III - analisar e propor a revisão do percentual de investimento público em educação.

§ 2º Ao longo do período de vigência deste PME, observar-se-ão os resultados dos estudos publicados a cada 2 (dois) anos pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP para aferir a evolução no cumprimento das metas estabelecidas no Anexo desta Lei;

§ 3º A meta progressiva do investimento público em educação será avaliada no quarto ano de vigência do PME e poderá ser ampliada por meio de lei para atender às necessidades financeiras do cumprimento das demais metas.

§ 4º O investimento público em educação a que se refere a meta 20 do Anexo desta Lei engloba os recursos aplicados na forma do art. 212 da Constituição Federal, do art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, bem como do art. 213 da Constituição Federal.

§ 5º Será destinada à manutenção e ao desenvolvimento do ensino, em acréscimo aos recursos vinculados nos termos do art. 212 da Constituição Federal, além de outros recursos previstos em lei, a parcela da participação no resultado ou da compensação financeira pela exploração de petróleo e de gás natural, na forma de lei específica, com a finalidade de assegurar o cumprimento da meta prevista no inciso VI do art. 214 da Constituição Federal.

Art. 6º O Município promoverá a realização de pelo menos 2 (duas) Conferências Municipais de Educação até o final do decênio, precedidas de amplo debate e coordenadas pelo Fórum Municipal de Educação.

§ 1º O Fórum Municipal de Educação, além da atribuição referida no caput:

I - acompanhará a execução do PME e o cumprimento de suas metas;

II - promoverá a articulação da conferência municipal com as conferências estadual e nacional de educação.

§ 2º As conferências municipais de educação realizar-se-ão com intervalo de até 4 (quatro) anos entre elas, com o objetivo de avaliar a execução do Plano Nacional de Educação – PNE, do Plano Estadual de Educação – PEE, bem como deste Plano Municipal e subsidiar a elaboração dos planos de educação para o decênio subsequente.

Art. 7º A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios atuarão em regime de colaboração visando ao alcance das metas e à implementação das estratégias objeto deste Plano, na forma da lei.

§ 1º Caberá aos gestores federais, estaduais, municipais e do Distrito Federal a adoção das medidas governamentais necessárias ao alcance das metas previstas neste PME.

§ 2º As estratégias definidas no Anexo desta Lei não elidem a adoção de medidas adicionais em âmbito local ou de instrumentos jurídicos que formalizem a cooperação entre os entes federados, podendo ser complementadas por mecanismos nacionais e locais de coordenação e colaboração recíproca.

§ 3º O sistema de ensino municipal criará mecanismos para o acompanhamento local da consecução das metas do PME.

§ 4º Haverá regime de colaboração específico para a implementação de modalidades de educação escolar que necessitem considerar territórios étnico-educacionais e a utilização de estratégias que levem em conta as identidades e especificidades socioculturais e linguísticas de cada comunidade envolvida, assegurada a consulta prévia e informada a essa comunidade.

§ 5o O fortalecimento do regime de colaboração entre a União, o Estado e o Município incluirá a instituição de instâncias permanentes de negociação, cooperação e pactuação.

§ 6o O fortalecimento do regime de colaboração entre Municípios e Estado dar-se-á, através de instâncias permanentes de negociação, cooperação e pactuação, mediante a adoção de arranjos para o desenvolvimento da qualidade social da educação.

Art. 8o O Município, no prazo de 2 (dois) anos contados da publicação da Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, deverá adequar a legislação local, disciplinando a gestão democrática da educação pública em conformidade com o disposto na referida Lei, bem como neste PME.

Art. 9o O plano plurianual, as diretrizes orçamentárias e o orçamento anual do Município serão formulados de maneira a assegurar a consignação de dotações orçamentárias compatíveis com as diretrizes, metas e estratégias deste PME, a fim de viabilizar sua plena execução.

Art. 10. O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica, coordenado pela União, constituirá fonte de informação para a avaliação da qualidade da educação básica e para a orientação das políticas públicas desse nível de ensino.

Art. 11. Até o final do primeiro semestre do nono ano de vigência deste PME, o Poder Executivo encaminhará à Câmara de Vereadores, sem prejuízo das prerrogativas deste Poder, o projeto de lei referente ao Plano Municipal de Educação a vigorar no período subsequente, que incluirá diagnóstico, diretrizes, metas e estratégias para o próximo decênio.

Art. 12. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CHAVES

Prefeito Municipal

ANEXO

METAS E ESTRATÉGIAS

META 1: universalizar, até 2016, a educação infantil na pré-escola para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade e ampliar a oferta de educação infantil em creches de forma a atender, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das crianças de até 3 (três) anos até o final da vigência deste PME.

ESTRATÉGIAS:

1.1) definir, em regime de colaboração com a União, metas de expansão da rede pública de educação infantil segundo padrão nacional de qualidade, considerando as peculiaridades locais;

1.2) garantir que, ao final da vigência deste PME, seja inferior a 10% (dez por cento) a diferença entre as taxas de frequência à educação infantil das crianças de até 3 (três) anos oriundas do quinto de renda familiar per capita mais elevado e as do quinto de renda familiar per capita mais baixo;

1.3) realizar, periodicamente, levantamento da demanda por creche para a população de até 3 (três) anos, como forma de planejar a oferta e verificar o atendimento da demanda manifesta;

1.4) estabelecer, no primeiro ano de vigência do PME, normas, procedimentos e prazos para definição de mecanismos de consulta pública da demanda das famílias por creches;

1.5) manter e ampliar, em regime de colaboração e respeitadas as normas de acessibilidade, programa de construção e reestruturação de escolas, bem como de aquisição de equipamentos, visando à expansão e à melhoria da rede física de escolas públicas de educação infantil;

1.6) implantar, até o segundo ano de vigência deste PME, avaliação da educação infantil, a ser realizada a cada 2 (dois) anos, com base em parâmetros nacionais de qualidade, a fim de aferir a infraestrutura física, o quadro de pessoal, as condições de gestão, os recursos pedagógicos, a situação de acessibilidade, entre outros indicadores relevantes;

1.7) articular a oferta de matrículas gratuitas em creches certificadas como entidades beneficentes de assistência social na área de educação com a expansão da oferta na rede escolar pública;

1.8) promover a formação inicial e continuada dos (as) profissionais da educação infantil, garantindo, o atendimento por profissionais com formação superior;

1.9) estimular a articulação entre cursos de pós-graduação, núcleos de pesquisa e cursos de formação para profissionais da educação, de modo a garantir a elaboração de currículos e propostas pedagógicas que incorporem os avanços de pesquisas ligadas ao processo de ensino-aprendizagem e às teorias educacionais no atendimento da população de 0 (zero) a 5 (cinco) anos;

1.10) construir no prazo de um ano após a publicação desta Lei, Diretrizes Curriculares para a Educação Infantil em consonância com o documento nacional, além de documento norteador para as ações pedagógicas com a primeira infância;

1.11) fomentar o atendimento das populações do campo e das comunidades indígenas e quilombolas na educação infantil nas respectivas comunidades, por meio do redimensionamento da distribuição territorial da oferta, limitando a nucleação de escolas e o deslocamento de crianças, de forma a atender às especificidades dessas comunidades, garantido consulta prévia e informada;

1.12) priorizar o acesso à educação infantil e fomentar a oferta do atendimento educacional especializado complementar e suplementar aos (às) alunos (as) com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, assegurando a educação bilíngue para crianças surdas e a transversalidade da educação especial nessa etapa da educação básica;

1.13) implementar, em caráter complementar, programas de orientação e apoio às famílias, por meio da articulação das áreas de educação, saúde e assistência social, com foco no desenvolvimento integral das crianças de até 3 (três) anos de idade;

1.14) preservar as especificidades da educação infantil na organização do sistema de ensino, garantindo o atendimento da criança de 0 (zero) a 5 (cinco) anos em estabelecimentos que atendam a parâmetros nacionais de qualidade, e a articulação com a etapa escolar seguinte, visando ao ingresso do (a) aluno(a) de 6 (seis) anos de idade no ensino fundamental;

1.15) fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso e da permanência das crianças na educação infantil, em especial dos beneficiários de programas de transferência de renda, em colaboração com as famílias e com os órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância;

1.16) promover a busca ativa de crianças em idade correspondente à educação infantil, em parceria com órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, preservando o direito de opção da família em relação às crianças de até 3 (três) anos;

1.17) publicar, a cada ano, levantamento da demanda manifesta por educação infantil em creches e pré-escolas, como forma de planejar e verificar o atendimento;

1.18) estimular o acesso à educação infantil em tempo integral, para todas as crianças de 0 (zero) a 5 (cinco) anos, conforme estabelecido nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil;

1.19) manter e ampliar a oferta de pessoal especializado para atender a demanda;

1.20) implantar programa de parceria com empresas privadas para atendimento de mães trabalhadoras.

META 2: universalizar o ensino fundamental de 9 (nove) anos para toda a população de 6 (seis) a 14 (quatorze) anos e garantir que pelo menos 95% (noventa e cinco por cento) dos alunos concluam essa etapa na idade recomendada, até o último ano de vigência deste PME.

ESTRATÉGIAS:

- 2.1) Participar da construção da proposta que será precedida de consulta pública nacional, dos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento para os (as) alunos (as) do ensino fundamental;
- 2.2) pactuar entre União, Estados, Distrito Federal e Municípios, no âmbito da instância permanente de que trata o § 5º do art. 7º desta Lei, a implantação dos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento que configurarão a base nacional comum curricular do ensino fundamental;
- 2.3) criar mecanismos para o acompanhamento individualizado dos (as) alunos (as) do ensino fundamental;
- 2.4) fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso, da permanência e do aproveitamento escolar dos beneficiários de programas de transferência de renda, bem como das situações de discriminação, preconceitos e violências na escola, visando ao estabelecimento de condições adequadas para o sucesso escolar dos (as) alunos (as), em colaboração com as famílias e com órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, adolescência e juventude;
- 2.5) promover a busca ativa de crianças e adolescentes fora da escola, em parceria com órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, adolescência e juventude;
- 2.6) desenvolver tecnologias pedagógicas que combinem, de maneira articulada, a organização do tempo e das atividades didáticas entre a escola e o ambiente comunitário, considerando as especificidades da educação especial, das escolas do campo e das comunidades indígenas e quilombolas;
- 2.7) disciplinar, no âmbito dos sistemas de ensino, a organização flexível do trabalho pedagógico, incluindo adequação do calendário escolar de acordo com a realidade local, a identidade cultural e as condições climáticas da região;
- 2.8) promover a relação das escolas com instituições e movimentos culturais, a fim de garantir a oferta regular de atividades culturais para a livre fruição dos (as) alunos (as) dentro e fora dos espaços escolares, assegurando ainda que as escolas se tornem polos de criação e difusão cultural;
- 2.9) incentivar a participação dos pais ou responsáveis no acompanhamento das atividades escolares dos filhos por meio do estreitamento das relações entre as escolas e as famílias;
- 2.10) estimular a oferta do ensino fundamental, em especial dos anos iniciais, para as populações do campo, indígenas e quilombolas, nas próprias comunidades;
- 2.11) desenvolver formas alternativas de oferta do ensino fundamental, garantida a qualidade, para atender aos filhos e filhas de profissionais que se dedicam a atividades de caráter itinerante;
- 2.12) oferecer atividades extracurriculares de incentivo aos (às) estudantes e de estímulo a habilidades, inclusive mediante certames e concursos nacionais;
- 2.13) promover atividades de desenvolvimento e estímulo a habilidades esportivas nas escolas, interligadas a um plano de disseminação do desporto educacional e de desenvolvimento esportivo nacional;
- 2.14) capacitar profissionais para estes mecanismos;
- 2.15) mediante intempéries deixar flexível a quantidade de dias letivos;
- 2.16) Efetivar, com as áreas de saúde, ação social e cidadania, rede de apoio ao sistema estadual de ensino para atender o público da educação especial;
- 2.17) Garantir o acesso e permanência dos estudantes na educação pública, viabilizando transporte escolar acessível com segurança, material escolar, laboratórios didáticos e biblioteca informatizada com acervo atualizado, visando a inclusão das diferentes etnias;
- 2.18) Garantir a oferta da alimentação escolar, com segurança alimentar e nutricional, preferencialmente com produtos da região;
- 2.19) Fomentar as tecnologias educacionais inovadoras das práticas pedagógicas que assegurem a alfabetização, a partir de realidades linguísticas diferenciadas em comunidades bilíngues ou multilíngues, favorecendo a melhoria do fluxo escolar e a aprendizagem dos estudantes, segundo as diversas abordagens metodológicas;
- 2.20) Assegurar a renovação, manutenção e criação das bibliotecas, inclusive a biblioteca virtual com equipamentos, espaços, acervos bibliográficos, bem como profissionais especializados, como condição para a melhoria do processo ensino/aprendizagem;
- 2.21) Criar mecanismos que garantam a organização pedagógica, o currículo e as práticas pedagógicas, evitando o transporte de crianças dos anos iniciais do ensino fundamental do campo, para escolas nucleadas ou para a cidade;
- 2.22) Estabelecer programas educacionais que, efetivamente, promovam a correção das distorções idade/série com qualidade, promovendo ao educando condições de inserção e acompanhamento nas séries posteriores;
- 2.23) manter e ampliar programas e ações de correção de fluxo do ensino fundamental, por meio do acompanhamento individualizado do (a) aluno (a) com rendimento escolar defasado e pela adoção de práticas como aulas de reforço no turno complementar, estudos de recuperação e progressão parcial, de forma a reposicioná-lo no ciclo escolar de maneira compatível com sua idade;
- 2.24) Definir e garantir padrões de qualidade, em regime de colaboração com os sistemas de ensino, dando a igualdade de condições para acesso e permanência no ensino fundamental;
- 2.25) Elaborar até segundo ano de vigência deste plano as Diretrizes Curriculares Nacionais em consonância com a Legislação Nacional e Proposta Curricular da Rede Municipal de Ensino;
- 2.26) Garantir a inclusão de pessoas com deficiência nas instituições escolares do ensino regular, com adaptação dos meios físicos e capacitação dos recursos humanos, assegurando o desenvolvimento de seu potencial cognitivo, emocional e social;
- 2.27) Elaborar até o final do primeiro ano de vigência desta Lei, Legislação para determinar número máximo e mínimo de aluno por turma.

META 3: Universalizar, até 2016, o atendimento escolar para toda a população de 15 (quinze) a 17 (dezessete) anos de idade e elevar, até o final do período de vigência deste Plano, a taxa líquida de matrículas no ensino médio para 90% (noventa por cento).

ESTRATÉGIAS:

- 3.1) apoiar política e programa estadual para o ensino médio articulado aos programas nacionais, com garantia dos recursos financeiros, para incentivar práticas pedagógicas com abordagens interdisciplinares estruturadas pela relação entre teoria e prática, por meio de currículos escolares que organizem, de maneira flexível e diversificada, conteúdos obrigatórios e eletivos articulados em dimensões como ciência, trabalho, linguagens, tecnologia, cultura e esporte, garantindo-se a aquisição de equipamentos e laboratórios, a produção de material didático específico, a formação continuada em serviço de professores e a articulação com instituições acadêmicas, esportivas e culturais.
- 3.2) o Ministério da Educação, em articulação e colaboração com os entes federados e ouvida a sociedade mediante consulta pública

nacional, elaborará e encaminhará ao Conselho Nacional de Educação - CNE, até o 2o (segundo) ano de vigência do PNE, proposta de direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento para os (as) alunos (as) de ensino médio, a serem atingidos nos tempos e etapas de organização deste nível de ensino, com vistas a garantir formação básica comum;

3.3) pactuar entre União, Estados, Distrito Federal e Municípios, no âmbito da instância permanente de que trata o § 5o do art. 7o desta Lei, a implantação dos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento que configurarão a base nacional comum curricular do ensino médio;

3.4) apoiar a relação das escolas com instituições e movimentos culturais, a fim de garantir a oferta regular de atividades culturais para a livre fruição dos estudantes dentro e fora dos espaços escolares, assegurando ainda que as escolas se tornem polos de criação e difusão cultural e prática desportiva, integrada ao currículo escolar;

3.5) contribuir com a universalização do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), fundamentado em matriz de referência do conteúdo curricular do ensino médio e em técnicas estatísticas e psicométricas que permitam comparabilidade de resultados, articulando-o com o Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), e promover sua utilização como instrumento de avaliação sistêmica, para subsidiar políticas públicas para a educação básica, de avaliação certificadora, possibilitando aferição de conhecimentos e habilidades adquiridos dentro e fora da escola, e de avaliação classificatória, como critério de acesso à educação superior;

3.7) apoiar a expansão das matrículas gratuitas de ensino médio integrado à educação profissional, observando-se as peculiaridades das populações do campo, das comunidades indígenas e quilombolas e das pessoas com deficiência;

3.8) apoiar o acompanhamento e o monitoramento do acesso, da permanência e do aproveitamento escolar através da frequência e rendimento escolar dos jovens beneficiários de programas de transferência de renda e bem como dos sujeitos em situações de discriminação, preconceito e violência, práticas irregulares de exploração do trabalho, consumo de drogas, gravidez precoce, buscando a colaboração com as famílias, de forma intersetorial;

3.9) apoiar a busca ativa da população de 15 (quinze) a 17 (dezessete) anos fora da escola, em articulação com os serviços de assistência social, saúde e proteção à adolescência e à juventude;

3.10) apoiar programas de educação e de cultura para a população urbana e do campo, de jovens, na faixa etária de 15 (quinze) a 17 (dezessete) anos, e de adultos, visando à qualificação social e profissional para aqueles que estejam fora da escola e com defasagem no fluxo escolar;

3.11) apoiar a oferta de ensino médio nos turnos diurno e noturno, sendo necessário para os alunos que frequentam o período noturno 16 anos completos, salvo os casos que participam do Programa Menor Aprendiz, bem como a distribuição territorial das escolas de ensino médio, de forma a atender a toda a demanda, de acordo com as necessidades específicas dos estudantes;

3.12) apoiar formas alternativas de oferta do ensino médio, garantindo a qualidade, para atender aos filhos de profissionais que se dedicam a atividades de caráter itinerante;

3.13) apoiar políticas de prevenção à evasão motivada por preconceito ou por quaisquer formas de discriminação, apoiando rede de proteção contra formas associadas à exclusão;

3.14) estimular a participação dos adolescentes nos cursos das áreas tecnológicas e científicas;

3.15) apoiar a celebração de convênios entre empresas e escolas de educação básica, profissional e tecnológica para oportunizar estágio, possibilitando o acesso ao mundo do trabalho;

3.16) avaliar, até o 5º (quinto) ano de vigência desse Plano, o dispositivo da Lei Complementar no 170/1998, que trata do número de estudantes por turma;

3.17) apoiar o direito de matrículas no ensino médio de 100% para toda a população de 15 (quinze) a 17 (dezessete) anos e elevar até o final do período de vigência do PNE.

META 4: Universalizar, para a população de 4 (quatro) a 17 (dezessete) anos de idade com deficiência, transtorno do espectro autista, transtorno de déficit de atenção e hiperatividade/impulsividade e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais e serviços especializados, públicos ou conveniados, nos termos do Art. 208, inciso III, da Constituição Federal, do Art. 163 da Constituição Estadual e do Art. 24 da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, aprovada por meio do Decreto Legislativo nº 186/2008, com status de emenda constitucional, e promulgada pelo Decreto nº 6.949/2009, e nos termos do Art. 8º do Decreto nº 7.611/2011, que dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências, até o último dia de vigência desse Plano. Promovendo o regime de colaboração entre os entes federados.

ESTRATÉGIAS:

4.1) Garantir a oferta de educação inclusiva, vedada a exclusão no ensino regular sob alegação de deficiência e promovida a articulação pedagógica entre o ensino regular e o atendimento educacional especializado;

4.2) contabilizar, para fins do repasse do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB, as matrículas dos(as) estudantes da educação regular da rede pública que recebam atendimento educacional especializado complementar e suplementar, sem prejuízo do cômputo dessas matrículas na educação básica regular, e as matrículas efetivadas, conforme o censo escolar mais atualizado, na educação especial oferecida em instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas com o poder público e com atuação exclusiva na modalidade, nos termos da Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007;

4.3) promover, no prazo de vigência deste PME, a universalização do atendimento escolar à demanda manifesta pelas famílias de crianças de 0 (zero) a 3 (três) anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, observado o que dispõe a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional;

4.4) implantar, implementar e manter ao longo deste Plano, salas de recursos multifuncionais e fomentar a formação continuada de professores para o ensino regular e para o atendimento educacional especializado nas escolas regulares e nas instituições especializadas públicas e conveniadas;

4.5) garantir atendimento educacional especializado em salas de recursos multifuncionais, preferencialmente em escolas da rede regular de ensino ou em instituições especializadas, públicas ou conveniadas, nas formas complementar ou suplementar, a todos os estudantes com deficiência, transtorno do espectro autista, transtorno de déficit de atenção e hiperatividade/impulsividade e altas habilidades ou superdotação, matriculados em escolas de educação básica, conforme necessidade identificada por meio de avaliação, ouvidos a família e o estudante;

4.6) apoiar a criação de centros multidisciplinares de apoio, pesquisa e assessoria, articulados com instituições acadêmicas, conveniados com a Fundação Catarinense de Educação Especial (FCEE) e/ou órgãos governamentais integrados por profissionais das áreas de saúde, assistência social, pedagogia e psicologia, para apoiar o trabalho dos professores da educação básica com estudantes com deficiência,

- transtorno do espectro autista, transtorno de déficit de atenção e hiperatividade/impulsividade e altas habilidades ou superdotação;
- 4.7) manter e ampliar programas suplementares que promovam a acessibilidade nas instituições públicas, para garantir o acesso e a permanência dos estudantes com deficiência, transtorno do espectro autista, transtorno de déficit de atenção e hiperatividade/impulsividade e altas habilidades ou superdotação, por meio da adequação arquitetônica, da oferta de transporte acessível, da disponibilização de material didático próprio e de recursos de tecnologia assistiva, da alimentação escolar adequada a necessidade do estudante, garantindo a segurança alimentar e nutricional, assegurando, ainda, no contexto escolar, em todas as etapas, níveis e modalidades de ensino, a identificação dos estudantes com altas habilidades ou superdotação;
- 4.8) garantir a oferta de educação bilíngue, em Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS como primeira língua e na modalidade escrita da Língua Portuguesa como segunda língua, aos(as) alunos(as) surdos e com deficiência auditiva de 0 (zero) a 17 (dezesete) anos, em escolas e classes bilíngues e em escolas inclusivas, nos termos do art. 22 do Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, e dos arts. 24 e 30 da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, bem como a adoção do Sistema Braille de leitura para cegos e surdos-cegos;
- 4.9) garantir a oferta de educação inclusiva, vedada a exclusão no ensino regular sob alegação de deficiência e promovida a articulação pedagógica entre o ensino regular e o atendimento educacional especializado;
- 4.10) fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso à escola e ao atendimento educacional especializado, bem como da permanência e do desenvolvimento escolar dos(as) alunos(as) com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação beneficiários(as) de programas de transferência de renda, juntamente com o combate às situações de discriminação, preconceito e violência, com vistas ao estabelecimento de condições adequadas para o sucesso educacional, em colaboração com as famílias e com os órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, à adolescência e à juventude;
- 4.11) fomentar pesquisas voltadas para o desenvolvimento de metodologias, materiais didáticos, equipamentos e recursos de tecnologia assistiva, com vistas à promoção do ensino e da aprendizagem, bem como das condições de acessibilidade dos(as) estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação;
- 4.12) promover o desenvolvimento de pesquisas interdisciplinares para subsidiar a formulação de políticas públicas intersetoriais que atendam as especificidades educacionais de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação que requeiram medidas de atendimento especializado;
- 4.13) promover a articulação intersetorial entre órgãos e políticas públicas de saúde, assistência social e direitos humanos, em parceria com as famílias, com o fim de desenvolver modelos de atendimento voltados à continuidade do atendimento escolar, na educação de jovens e adultos, das pessoas com deficiência e transtornos globais do desenvolvimento com idade superior à faixa etária de escolarização obrigatória, de forma a assegurar a atenção integral ao longo da vida;
- 4.14) apoiar a ampliação das equipes de profissionais da educação para atender à demanda do processo de escolarização dos(as) estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, garantindo a oferta de professores(as) do atendimento educacional especializado, profissionais de apoio ou auxiliares, tradutores(as) e intérpretes de Libras, guias-intérpretes para surdos-cegos, professores de Libras, prioritariamente surdos, e professores bilíngues;
- 4.15) implantar, indicadores de qualidade e política de avaliação e supervisão para o funcionamento de instituições públicas que prestam atendimento educacional a estudantes com deficiência, transtorno do espectro autista, transtorno de déficit de atenção e hiperatividade/impulsividade e altas habilidades ou superdotação;
- 4.16) incentivar a inclusão nos cursos de licenciatura e nos demais cursos de formação para profissionais da educação, inclusive em nível de pós-graduação, observado o disposto no caput do art. 207 da Constituição Federal, dos referenciais teóricos, das teorias de aprendizagem e dos processos de ensino-aprendizagem relacionados ao atendimento educacional de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação;
- 4.17) promover parcerias com instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas com o poder público, visando a ampliar as condições de apoio ao atendimento escolar integral das pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação matriculadas nas redes públicas de ensino;
- 4.18) promover parcerias com instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas com o poder público, visando a ampliar a oferta de formação continuada e a produção de material didático acessível, assim como os serviços de acessibilidade necessários ao pleno acesso, participação e aprendizagem dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação matriculados na rede pública de ensino;
- 4.19) promover parcerias com instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas com o poder público, a fim de favorecer a participação das famílias e da sociedade na construção do sistema educacional inclusivo;
- 4.20) garantir a atuação de profissionais especializados nas salas de AEE – Atendimento Educacional Especializado, promovendo a capacitação contínua desses profissionais bem como demais que trabalham com alunos com necessidades educacionais especiais;
- 4.21) garantir o funcionamento das salas de AEE com os profissionais treinados em programas específicos;
- 4.22) Ampliar o atendimento técnico da equipe multidisciplinar de apoio pedagógico podendo o apoio psicopedagógico ser implantado em escolas com mais de 600 alunos;
- 4.23) Encaminhar, com agilidade, para profissional treinado da área, alunos que não possuam laudo, promovendo parcerias com organizações e convênio com entidades governamentais e não governamentais e sem fins lucrativos;
- 4.24) Garantir capacitação para todos os profissionais não apenas para o educador, que desenvolvem atividades direta ou indiretamente com alunos com necessidades educativas especiais;

META 5: alfabetizar todas as crianças, no máximo, até o final do 3º (terceiro) ano do ensino fundamental.

ESTRATÉGIAS:

- 5.1) estruturar os processos pedagógicos de alfabetização, nos anos iniciais do ensino fundamental, articulando-os com as estratégias desenvolvidas na pré-escola, com qualificação e valorização dos(as) professores(as) alfabetizadores e com apoio pedagógico específico, a fim de garantir a alfabetização plena de todas as crianças;
- 5.2) aplicar os instrumentos de avaliação nacional periódicos e específicos para aferir a alfabetização das crianças, aplicados a cada ano, bem como estimular os sistemas de ensino e as escolas a criarem os respectivos instrumentos de avaliação e monitoramento, implementando medidas pedagógicas para alfabetizar todos os alunos e alunas até o final do terceiro ano do ensino fundamental;
- 5.3) selecionar, certificar e divulgar tecnologias educacionais para a alfabetização de crianças, assegurada a diversidade de métodos e propostas pedagógicas, bem como o acompanhamento dos resultados nos sistemas de ensino em que forem aplicadas, devendo ser disponibilizadas, preferencialmente, como recursos educacionais abertos;

- 5.4) fomentar o desenvolvimento de tecnologias educacionais e de práticas pedagógicas inovadoras que assegurem a alfabetização e favoreçam a melhoria do fluxo escolar e a aprendizagem dos (as) alunos (as), consideradas as diversas abordagens metodológicas e sua efetividade;
- 5.5) apoiar a alfabetização de crianças do campo, indígenas, quilombolas e de populações itinerantes, com a produção de materiais didáticos específicos, e desenvolver instrumentos de acompanhamento que considerem o uso da língua materna pelas comunidades indígenas e a identidade cultural das comunidades quilombolas;
- 5.6) promover e estimular a formação inicial e continuada de professores (as) para a alfabetização de crianças, com o conhecimento de novas tecnologias educacionais e práticas pedagógicas inovadoras, estimulando a articulação entre programas de pós-graduação stricto sensu e ações de formação continuada de professores (as) para a alfabetização;
- 5.7) apoiar a alfabetização das pessoas com deficiência, considerando as suas especificidades, inclusive a alfabetização bilíngue de pessoas surdas, sem estabelecimento de terminalidade temporal;
- 5.8) Implantar programas que promovam maior participação da família na escola;
- 5.9) Promover programas de reforço escolar para atender alunos com baixo rendimento a partir do diagnóstico realizado no primeiro bimestre, do primeiro ano do ciclo de alfabetização.

META 6: oferecer educação em tempo integral em, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 25% (vinte e cinco por cento) dos (as) alunos (as) da educação básica.

ESTRATÉGIAS:

- 6.1) promover, com o apoio da União, a oferta de educação básica pública em tempo integral, por meio de atividades de acompanhamento pedagógico e multidisciplinares, inclusive culturais e esportivas, de forma que o tempo de permanência dos (as) alunos (as) na escola, ou sob sua responsabilidade, passe a ser igual ou superior a 7 (sete) horas diárias durante todo o ano letivo, com a ampliação progressiva da jornada de professores em uma única escola;
- 6.2) implantar, em regime de colaboração, programa de construção de escolas com padrão arquitetônico e de mobiliário adequado para atendimento em tempo integral, prioritariamente em comunidades pobres ou com crianças em situação de vulnerabilidade social;
- 6.3) implantar e manter, em regime de colaboração, programa nacional de ampliação e reestruturação das escolas públicas, por meio da instalação de quadras poliesportivas, laboratórios, inclusive de informática, espaços para atividades culturais, bibliotecas, auditórios, cozinhas, refeitórios, banheiros e outros equipamentos, bem como da produção de material didático e da formação de recursos humanos para a educação em tempo integral;
- 6.4) fomentar a articulação da escola com os diferentes espaços educativos, culturais e esportivos e com equipamentos públicos, como centros comunitários, bibliotecas, praças, parques, museus, teatros, cinemas e planetários;
- 6.5) estimular a oferta de atividades voltadas à ampliação da jornada escolar de alunos (as) matriculados nas escolas da rede pública de educação básica por parte das entidades privadas de serviço social, de forma concomitante e em articulação com a rede pública de ensino;
- 6.6) orientar a aplicação da gratuidade de que trata o art. 13 da Lei no 12.101, de 27 de novembro de 2009, em atividades de ampliação da jornada escolar de alunos (as) das escolas da rede pública de educação básica, de forma concomitante e em articulação com a rede pública de ensino;
- 6.7) respeitada as atribuições de cada ente federativo, atender às escolas do campo e de comunidades indígenas e quilombolas na oferta de educação em tempo integral, com base em consulta prévia e informada, considerando-se as peculiaridades locais;
- 6.8) garantir a educação em tempo integral para pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação na faixa etária de 4 (quatro) a 14 (quatorze) anos, assegurando atendimento educacional especializado complementar e suplementar ofertado em salas de recursos multifuncionais da própria escola ou em instituições especializadas;
- 6.9) adotar medidas para otimizar o tempo de permanência dos alunos na escola, direcionando a expansão da jornada para o efetivo trabalho escolar, combinado com atividades recreativas, esportivas e culturais;
- 6.10) implantar programa de reestruturação física das escolas em período integral visando atender as necessidades das atividades desenvolvidas;
- 6.11) reestruturar a matriz curricular das escolas de período integral.

META 7: fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem de modo a atingir as seguintes médias nacionais para o IDEB:

IDEB	2015	2017	2019	2021
Anos Iniciais do Ensino Fundamental	5,2	5,5	5,7	6,0
Anos Finais do Ensino Fundamental	4,7	5,0	5,2	5,5
Ensino médio	4,3	4,7	5,0	5,2

ESTRATÉGIAS:

- 7.1) implantar, mediante pactuação interfederativa, diretrizes pedagógicas para a educação básica e a base nacional comum dos currículos, com direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento dos (as) alunos (as) para cada ano do ensino fundamental e médio, respeitada a diversidade regional, estadual e local;
- 7.2) assegurar que:
- a) no quinto ano de vigência deste PME, pelo menos 70% (setenta por cento) dos (as) alunos (as) do ensino fundamental tenham alcançado nível suficiente de aprendizado em relação aos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento de seu ano de estudo, e 50% (cinquenta por cento), pelo menos, o nível desejável;
- b) no último ano de vigência deste PME, todos os (as) estudantes do ensino fundamental tenham alcançado nível suficiente de aprendizado em relação aos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento de seu ano de estudo, e 80% (oitenta por cento), pelo menos, o nível desejável;
- 7.3) constituir, em colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, um conjunto nacional de indicadores de avaliação institucional com base no perfil do alunado e do corpo de profissionais da educação, nas condições de infraestrutura das escolas, nos recursos pedagógicos disponíveis, nas características da gestão e em outras dimensões relevantes, considerando as especificidades das modalidades de ensino;

- 7.4) implantar processo contínuo de autoavaliação das escolas de educação básica, por meio da constituição de instrumentos de avaliação que orientem as dimensões a serem fortalecidas, destacando-se a elaboração de planejamento estratégico, a melhoria contínua da qualidade educacional, a formação continuada dos (as) profissionais da educação e o aprimoramento da gestão democrática;
- 7.5) construir, formalizar e executar o PAR – Plano de Ações Articuladas dando cumprimento às metas de qualidade estabelecidas para a educação básica pública e às estratégias de apoio técnico e financeiro voltadas à melhoria da gestão educacional, à formação de professores e professoras e profissionais de serviços e apoio escolares, à ampliação e ao desenvolvimento de recursos pedagógicos e à melhoria e expansão da infraestrutura física da rede escolar;
- 7.6) atender prioritariamente através de assistência técnica e financeira estabelecendo metas intermediárias, as escolas com IDEB abaixo da média nacional;
- 7.7) aprimorar continuamente os instrumentos de avaliação da qualidade do ensino fundamental e fazer uso dos resultados das avaliações nacionais para a melhoria dos processos e práticas pedagógicas das escolas;
- 7.8) desenvolver indicadores específicos de avaliação da qualidade da educação especial, bem como da qualidade da educação bilíngue para surdos;
- 7.9) orientar as escolas que compõem o sistemas de ensino, de forma a atingir as metas do IDEB, diminuindo a diferença entre as escolas com os menores índices e a média nacional, garantindo equidade da aprendizagem eliminando as diferenças das médias entre as escolas;
- 7.10) fixar, acompanhar e divulgar bianualmente os resultados pedagógicos dos indicadores do sistema nacional de avaliação da educação básica e do Ideb, relativos às escolas, às redes públicas de educação básica e aos sistemas de ensino da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, assegurando a contextualização desses resultados, com relação a indicadores sociais relevantes, como os de nível socioeconômico das famílias dos (as) alunos (as), e a transparência e o acesso público às informações técnicas de concepção e operação do sistema de avaliação;
- 7.11) melhorar o desempenho dos alunos da educação básica nas avaliações da aprendizagem no Programa Internacional de Avaliação de Estudantes - PISA, tomado como instrumento externo de referência, internacionalmente reconhecido, de acordo com as seguintes projeções:

PISA	2015	2018	2021
Média dos resultados em matemática, leitura e ciências	438	455	473

- 7.12) incentivar o desenvolvimento, selecionar, certificar e divulgar tecnologias educacionais para a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio e incentivar práticas pedagógicas inovadoras que assegurem a melhoria do fluxo escolar e a aprendizagem, assegurada a diversidade de métodos e propostas pedagógicas, com preferência para softwares livres e recursos educacionais abertos, bem como o acompanhamento dos resultados nas escolas que forem aplicadas;
- 7.13) garantir transporte gratuito para todos (as) os (as) estudantes da educação do campo na faixa etária da educação escolar obrigatória, mediante renovação e padronização integral da frota de veículos, de acordo com especificações definidas pelo Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - INMETRO, e financiamento compartilhado, com participação da União proporcional às necessidades dos entes federados, visando a reduzir a evasão escolar e o tempo médio de deslocamento a partir de cada situação local;
- 7.14) desenvolver atendimento escolar para a população do campo que considerem as especificidades locais e as boas práticas a partir de modelos alternativos nacionais e internacionais;
- 7.15) universalizar, até o quinto ano de vigência deste PME, o acesso à rede mundial de computadores em banda larga de alta velocidade e triplicar, até o final da década, a relação computador/aluno (a) nas escolas da rede pública de educação básica, promovendo a utilização pedagógica das tecnologias da informação e da comunicação;
- 7.16) apoiar técnica e financeiramente a gestão escolar mediante transferência direta de recursos financeiros federais à escola (PDDE), garantindo a participação da comunidade escolar no planejamento e na aplicação dos recursos, visando à ampliação da transparência e ao efetivo desenvolvimento da gestão democrática;
- 7.17) ampliar programas e aprofundar ações de atendimento ao aluno (a), em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde;
- 7.18) assegurar a todas as escolas públicas de educação básica o acesso a energia elétrica, abastecimento de água tratada, esgotamento sanitário e manejo dos resíduos sólidos, garantir o acesso dos alunos a espaços para a prática esportiva, a bens culturais e artísticos e a equipamentos e laboratórios de ciências e, em cada edifício escolar, garantir a acessibilidade às pessoas com deficiência;
- 7.19) implantar programas e ações para uso consciente dos recursos naturais, principalmente da água, através da construção de sistema de coleta e reaproveitamento da água da chuva;
- 7.20) institucionalizar e manter, em regime de colaboração com o governo federal, programa nacional de reestruturação e aquisição de equipamentos para escolas públicas, visando à equalização das oportunidades educacionais;
- 7.21) prover equipamentos e recursos tecnológicos digitais para a utilização pedagógica no ambiente escolar a todas as escolas públicas da educação básica, criando, inclusive, mecanismos para implementação das condições necessárias para a universalização das bibliotecas nas instituições educacionais, com acesso a redes digitais de computadores, inclusive a internet;
- 7.22) implantar, em regime de colaboração com a União, os parâmetros mínimos de qualidade dos serviços da educação básica, a serem utilizados como referência para infraestrutura das escolas, recursos pedagógicos, entre outros insumos relevantes, bem como instrumento para adoção de medidas para a melhoria da qualidade do ensino;
- 7.23) manter e aprimorar o processo de informatização da gestão da secretaria municipal de educação e das escolas públicas bem como promover programa de formação inicial e continuada para o pessoal técnico das secretarias de educação;
- 7.24) garantir políticas de combate à violência na escola, inclusive pelo desenvolvimento de ações destinadas à capacitação de educadores para detecção dos sinais de suas causas, como a violência doméstica e sexual, favorecendo a adoção das providências adequadas para promover a construção da cultura de paz e um ambiente escolar dotado de segurança para a comunidade;
- 7.25) implementar políticas de inclusão e permanência na escola para adolescentes e jovens que se encontram em regime de liberdade assistida e em situação de rua, assegurando os princípios da Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente;
- 7.26) garantir nos currículos escolares conteúdos sobre a história e as culturas afro-brasileira e indígenas e implementar ações educacionais, nos termos das Leis nos 10.639, de 9 de janeiro de 2003, e 11.645, de 10 de março de 2008, assegurando-se a implementação das respectivas diretrizes curriculares nacionais, por meio de ações colaborativas com fóruns de educação para a diversidade étnico-racial, conselhos escolares, equipes pedagógicas e a sociedade civil;

- 7.27) consolidar a educação escolar no campo de populações tradicionais, de populações itinerantes e de comunidades indígenas e quilombolas, respeitando a articulação entre os ambientes escolares e comunitários e garantindo: o desenvolvimento sustentável e preservação da identidade cultural; a participação da comunidade na definição do modelo de organização pedagógica e de gestão das instituições, consideradas as práticas socioculturais e as formas particulares de organização do tempo; a oferta bilíngue na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental, em língua materna das comunidades indígenas e em língua portuguesa; a reestruturação e a aquisição de equipamentos; a oferta de programa para a formação inicial e continuada de profissionais da educação; e o atendimento em educação especial;
- 7.28) desenvolver currículos e propostas pedagógicas específicas para educação escolar para as escolas do campo e para as comunidades indígenas e quilombolas, incluindo os conteúdos culturais correspondentes às respectivas comunidades e considerando o fortalecimento das práticas socioculturais e da língua materna de cada comunidade indígena, produzindo e disponibilizando materiais didáticos específicos, inclusive para os (as) alunos (as) com deficiência;
- 7.29) mobilizar as famílias e setores da sociedade civil, articulando a educação formal com experiências de educação popular e cidadã, com os propósitos de que a educação seja assumida como responsabilidade de todos e de ampliar o controle social sobre o cumprimento das políticas públicas educacionais;
- 7.30) promover a articulação dos programas da área da educação, de âmbito local e nacional, com os de outras áreas, como saúde, trabalho e emprego, assistência social, esporte e cultura, possibilitando a criação de rede de apoio integral às famílias, como condição para a melhoria da qualidade educacional;
- 7.31) desenvolver programas, mediante articulação entre os órgãos responsáveis pelas áreas da saúde e da educação, o atendimento aos (às) estudantes da rede escolar pública de educação básica por meio de ações de prevenção, promoção e atenção à saúde;
- 7.32) estabelecer ações efetivas especificamente voltadas para a promoção, prevenção, atenção e atendimento à saúde e à integridade física, mental e emocional dos (das) profissionais da educação, como condição para a melhoria da qualidade educacional;
- 7.33) fortalecer, com a colaboração técnica e financeira da União, em articulação com o sistema nacional de avaliação, os sistemas estaduais de avaliação da educação básica, com participação, por adesão, das redes municipais de ensino, para orientar as políticas públicas e as práticas pedagógicas, com o fornecimento das informações às escolas e à sociedade;
- 7.34) promover, com especial ênfase, em consonância com as diretrizes do Plano Nacional do Livro e da Leitura, a formação de leitores e leitoras e a capacitação de professores e professoras, bibliotecários e bibliotecárias e agentes da comunidade para atuar como mediadores e mediadoras da leitura, de acordo com a especificidade das diferentes etapas do desenvolvimento e da aprendizagem;
- 7.35) instituir, política de preservação do patrimônio e memória das instituições e escolas da rede municipal de ensino;
- 7.36) promover a regulação da oferta da educação básica pela iniciativa privada, de forma a garantir a qualidade e o cumprimento da função social da educação;
- 7.37) estabelecer políticas de estímulo às escolas que tiverem destaque no desempenho do IDEB, de modo a valorizar o mérito do corpo docente, da direção e da comunidade escolar;
- 7.38) implantar programa de aquisição contínua de materiais didáticos pedagógico e de mídias educacionais para a melhoria da prática pedagógica do professor;
- 7.39) implantar até o final do segundo ano de vigência deste PME, internet em todas as escolas rurais.

META 8: Contribuir para elevar a escolaridade média da população de 18 (dezoito) a 29 (vinte e nove) anos, de modo a alcançar, no mínimo, 12 (doze) anos de estudo no último ano de vigência deste Plano, para as populações do campo, da região de menor escolaridade no País e dos 25% (vinte e cinco por cento) mais pobres, e igualar a escolaridade média entre negros e não negros declarados à Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

ESTRATÉGIAS:

- 8.1) apoiar programas para correção de fluxo, para acompanhamento pedagógico individualizado e para recuperação e progressão parcial, bem como priorizar estudantes com rendimento escolar defasado, considerando as especificidades dos segmentos populacionais considerados;
- 8.2) apoiar programas de educação de jovens e adultos para os segmentos populacionais considerados, que estejam fora da escola e com defasagem idade-série, associados a outras estratégias que garantam a continuidade da escolarização, após a alfabetização inicial;
- 8.3) apoiar a expansão da oferta gratuita de educação profissional técnica por parte das entidades privadas de serviço social e de formação profissional vinculadas ao sistema sindical, de forma concomitante ao ensino ofertado na rede escolar pública, para os segmentos populacionais considerados;
- 8.4) promover, em parceria com as áreas de saúde e assistência social, o acompanhamento e o monitoramento do acesso à escola específicos para os segmentos populacionais considerados, identificar motivos de absenteísmo e colaborar com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios para a garantia de frequência e apoio à aprendizagem, de maneira a estimular a ampliação do atendimento desses (as) estudantes na rede pública regular de ensino;
- 8.5) promover a busca ativa de jovens fora da escola pertencentes aos segmentos populacionais considerados, em parceria com as áreas de assistência social, saúde e proteção à juventude.

META 9: elevar a taxa de alfabetização da população com 15 (quinze) anos ou mais para 93,5% (noventa e três inteiros e cinco décimos por cento) até 2015 e, até o final da vigência deste PME, erradicar o analfabetismo absoluto e reduzir em 50% (cinquenta por cento) a taxa de analfabetismo funcional.

ESTRATÉGIAS:

- 9.1) assegurar a oferta gratuita da educação de jovens e adultos a todos os que não tiveram acesso à educação básica na idade própria;
- 9.2) realizar diagnóstico dos jovens e adultos com ensino fundamental e médio incompletos, para identificar a demanda ativa por vagas na educação de jovens e adultos;
- 9.3) implementar ações de alfabetização de jovens e adultos com garantia de continuidade da escolarização básica;
- 9.4) realizar chamadas públicas regulares para educação de jovens e adultos, promovendo-se busca ativa em regime de colaboração entre entes federados e em parceria com organizações da sociedade civil;
- 9.5) realizar avaliação, por meio de exames específicos, que permita aferir o grau de alfabetização de jovens e adultos com mais de 15 (quinze) anos de idade;
- 9.6) executar ações de atendimento ao (à) estudante da educação de jovens e adultos por meio de programas suplementares de transporte, alimentação e saúde, inclusive atendimento oftalmológico e fornecimento gratuito de óculos através do Programa Olhar Brasil do Governo

Federal em articulação com a área da saúde;

9.7) desenvolver e apoiar projetos inovadores na educação de jovens e adultos que visem ao desenvolvimento de modelos adequados às necessidades específicas desses (as) alunos (as);

9.8) implementar programas de capacitação tecnológica da população jovem e adulta, direcionados para os segmentos com baixos níveis de escolarização formal e para os (as) alunos (as) com deficiência, articulando os sistemas de ensino, a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, as universidades, as cooperativas e as associações, por meio de ações de extensão desenvolvidas em centros vocacionais tecnológicos, com tecnologias assistivas que favoreçam a efetiva inclusão social e produtiva dessa população;

9.9) considerar, nas políticas públicas de jovens e adultos, as necessidades dos idosos, com vistas à promoção de políticas de erradicação do analfabetismo, ao acesso a tecnologias educacionais e atividades recreativas, culturais e esportivas, à implementação de programas de valorização e compartilhamento dos conhecimentos e experiência dos idosos e à inclusão dos temas do envelhecimento e da velhice nas escolas.

META 10: oferecer, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) das matrículas de educação de jovens e adultos, nos ensinos fundamental e médio, na forma integrada à educação profissional, até ao final da vigência deste Plano.

ESTRATÉGIAS:

10.1) manter o programa nacional de educação de jovens e adultos voltado à conclusão do ensino fundamental e à formação profissional inicial, de forma a estimular a conclusão da educação básica;

10.2) expandir as matrículas na educação de jovens e adultos, de modo a articular a formação inicial e continuada de trabalhadores com a educação profissional, objetivando a elevação do nível de escolaridade do trabalhador e da trabalhadora;

10.3) fomentar a integração da educação de jovens e adultos com a educação profissional, em cursos planejados, de acordo com as características do público da educação de jovens e adultos e considerando as especificidades das populações itinerantes e do campo e das comunidades indígenas e quilombolas, inclusive na modalidade de educação a distância;

10.4) ampliar as oportunidades profissionais dos jovens e adultos com deficiência e baixo nível de escolaridade, por meio do acesso à educação de jovens e adultos articulada à educação profissional;

10.5) implantar programa de reestruturação e aquisição de equipamentos voltados à expansão e à melhoria da rede física de escolas públicas que atuam na educação de jovens e adultos integrada à educação profissional, garantindo acessibilidade à pessoa com deficiência;

10.6) estimular a diversificação curricular da educação de jovens e adultos, articulando a formação básica e a preparação para o mundo do trabalho e estabelecendo inter-relações entre teoria e prática, nos eixos da ciência, do trabalho, da tecnologia e da cultura e cidadania, de forma a organizar o tempo e o espaço pedagógicos adequados às características desses alunos e alunas;

10.7) fomentar a produção de material didático, o desenvolvimento de currículos e metodologias específicas, os instrumentos de avaliação, o acesso a equipamentos e laboratórios e a formação continuada de docentes das redes públicas que atuam na educação de jovens e adultos articulada à educação profissional;

10.8) fomentar a oferta pública de formação inicial e continuada para trabalhadores e trabalhadoras articulada à educação de jovens e adultos, em regime de colaboração e com apoio de entidades privadas de formação profissional vinculadas ao sistema sindical e de entidades sem fins lucrativos de atendimento à pessoa com deficiência, com atuação exclusiva na modalidade;

10.9) apoiar programa nacional de assistência ao estudante, compreendendo ações de assistência social, financeira e de apoio psicopedagógico que contribuam para garantir o acesso, a permanência, a aprendizagem e a conclusão com êxito da educação de jovens e adultos articulada à educação profissional;

10.10) orientar a expansão da oferta de educação de jovens e adultos articulada à educação profissional, de modo a atender às pessoas privadas de liberdade nos estabelecimentos penais, assegurando-se formação específica dos professores e das professoras e implementação de diretrizes nacionais em regime de colaboração;

10.11) apoiar mecanismos de reconhecimento de saberes dos jovens e adultos trabalhadores, a serem considerados na articulação curricular dos cursos de formação inicial e continuada e dos cursos técnicos de nível médio.

META 11: Estimular a elevação do número de matrículas da educação profissional técnica de nível médio, nos segmentos público e privado.

ESTRATÉGIAS:

11.1) apoiar as matrículas de educação profissional técnica de nível médio na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, levando em consideração a responsabilidade dos Institutos na ordenação territorial, sua vinculação com arranjos produtivos, sociais e culturais locais e regionais, bem como a interiorização da educação profissional;

11.2) apoiar a expansão da oferta de educação profissional técnica de nível médio nas redes públicas estaduais de ensino;

11.3) apoiar a expansão da oferta de educação profissional técnica de nível médio na modalidade de educação a distância, com a finalidade de ampliar a oferta e democratizar o acesso à educação profissional pública e gratuita, assegurado padrão de qualidade;

11.4) apoiar a expansão do estágio na educação profissional técnica de nível médio e do ensino médio regular, preservando-se seu caráter pedagógico integrado ao itinerário formativo do aluno, visando à formação de qualificações próprias da atividade profissional, à contextualização curricular e ao desenvolvimento da juventude;

11.5) apoiar a oferta de programas de reconhecimento de saberes para fins de certificação profissional em nível técnico;

11.6) apoiar a oferta de matrículas gratuitas de educação profissional técnica de nível médio pelas entidades privadas de formação profissional vinculadas ao sistema sindical e entidades sem fins lucrativos de atendimento à pessoa com deficiência, com atuação exclusiva na modalidade;

11.7) apoiar a oferta de financiamento estudantil à educação profissional técnica de nível médio oferecida em instituições privadas de educação superior;

11.8) apoiar sistema de avaliação da qualidade da educação profissional técnica de nível médio das redes escolares públicas e privadas;

11.9) apoiar o atendimento do ensino médio gratuito integrado à formação profissional para as populações do campo e para as comunidades indígenas e quilombolas, de acordo com os seus interesses e necessidades;

11.10) apoiar a oferta de educação profissional técnica de nível médio para as pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação;

11.11) apoiar o investimento em programas de assistência estudantil e mecanismos de mobilidade acadêmica, visando a garantir as condições necessárias à permanência dos (as) estudantes e à conclusão dos cursos técnicos de nível médio;

11.12) colaborar com a redução das desigualdades étnico-raciais e regionais no acesso e permanência na educação profissional técnica de nível médio, inclusive mediante a adoção de políticas afirmativas, na forma da lei;

11.13) apoiar sistema nacional de informação profissional, articulando a oferta de formação das instituições especializadas em educação profissional aos dados do mercado de trabalho e a consultas promovidas em entidades empresariais e de trabalhadores.

META 12: Apoiar a União e o Estado na elevação da taxa bruta de matrícula na educação superior para 55% (cinquenta e cinco por cento) e a taxa líquida para 40% (quarenta por cento) da população de 18 (dezoito) a 24 (vinte e quatro) anos de idade, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% (quarenta por cento) das novas matrículas, nas instituições de ensino superior público.

ESTRATÉGIAS:

12.1) apoiar a implantação para oferta de vagas, por meio da expansão e interiorização da rede federal de educação superior, da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e do sistema Universidade Aberta do Brasil, considerando a densidade populacional, a oferta de vagas públicas em relação à população na idade de referência e observadas as características regionais das micro e mesorregiões definidas pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, uniformizando a expansão no território nacional;

12.3) apoiar a oferta de educação superior pública e gratuita prioritariamente para a formação de professores e professoras para a educação básica, sobretudo nas áreas de ciências e matemática, bem como para atender ao déficit de profissionais em áreas específicas;

12.4) apoiar as políticas de inclusão e de assistência estudantil dirigidas aos (às) estudantes de instituições públicas, bolsistas de instituições privadas de educação superior e beneficiários do Fundo de Financiamento Estudantil - FIES, de que trata a Lei no 10.260, de 12 de julho de 2001, na educação superior, de modo a reduzir as desigualdades étnico-raciais e ampliar as taxas de acesso e permanência na educação superior de estudantes egressos da escola pública, afrodescendentes e indígenas e de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, de forma a apoiar seu sucesso acadêmico;

12.5) apoiar o financiamento estudantil por meio do Fundo de Financiamento Estudantil - FIES, de que trata a Lei no 10.260, de 12 de julho de 2001;

12.6) apoiar e acompanhar o estágio de estudantes como parte da formação na educação superior;

12.8) apoiar a participação proporcional de grupos historicamente desfavorecidos na educação superior, na forma da lei;

12.09) apoiar estudos e pesquisas que analisem a necessidade de articulação entre formação, currículo, pesquisa e mundo do trabalho, considerando as necessidades econômicas, sociais e culturais do País;

12.10) apoiar programas e ações de incentivo à mobilidade estudantil e docente em cursos de graduação e pós-graduação, em âmbito nacional e internacional, tendo em vista o enriquecimento da formação de nível superior;

12.11) apoiar atendimento específico a populações do campo e comunidades indígenas e quilombolas, em relação a acesso, permanência, conclusão e formação de profissionais para atuação nessas populações;

12.12) apoiar processos seletivos nacionais e regionais para acesso à educação superior como forma de superar exames vestibulares isolados;

12.13) apoiar mecanismos para ocupar as vagas ociosas em cada período letivo na educação superior pública;

12.14) apoiar a expansão e reestruturação das instituições de educação superior estaduais e municipais cujo ensino seja gratuito, por meio de apoio técnico e financeiro do Governo Federal, mediante termo de adesão a programa de reestruturação, na forma de regulamento, que considere a sua contribuição para a ampliação de vagas, a capacidade fiscal e as necessidades dos sistemas de ensino dos entes mantenedores na oferta e qualidade da educação básica;

META 13: Articular com a união e o estado, a qualidade da educação superior e ampliar a proporção de mestres e doutores do corpo docente em efetivo exercício no conjunto do sistema de educação superior para 75% (setenta e cinco por cento), sendo, do total, no mínimo, 35% (trinta e cinco por cento) doutores.

ESTRATÉGIAS:

13.1) apoiar o desenvolvimento de pesquisas de mestres e doutores na rede municipal de ensino visando melhorar os processos de ensino aprendizagem e a qualidade social da educação;

13.2) apoiar parcerias com instituições de ensino superior promovendo a formação continuada de professores da rede municipal de ensino através de estudantes de Mestrado e Doutorado;

META 14: apoiar a elevação gradualmente do número de matrículas na pós-graduação stricto sensu.

ESTRATÉGIAS:

14.1) apoiar a pesquisa científica e de inovação e apoiar a formação de recursos humanos que valorize a diversidade regional e a biodiversidade da região bem como a gestão de recursos hídricos e geração de emprego e renda na região.

META 15: colaborar com a União, os Estados e o Distrito Federal, no prazo de 1 (um) ano de vigência deste PME, política nacional de formação dos profissionais da educação de que tratam os incisos I, II e III do caput do art. 61 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, assegurado que todos os professores e as professoras da educação básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam.

ESTRATÉGIAS:

15.1) incentivar a participação de Professores em Programas de 1ª e 2ª Licenciatura a fim de aprimorar a formação de profissionais para atuar no magistério da educação básica;

15.2) incentivar a utilização da plataforma eletrônica para inscrição em cursos de formação inicial e continuada de profissionais da educação, bem como para divulgar e atualizar seus currículos eletrônicos;

15.3) apoiar programas específicos para formação de profissionais da educação para as escolas do campo e de comunidades indígenas e quilombolas e para a educação especial;

15.4) valorizar as práticas de ensino e os estágios nos cursos de formação de nível médio e superior dos profissionais da educação, visando ao trabalho sistemático de articulação entre a formação acadêmica e as demandas da educação básica;

15.5) apoiar a oferta de cursos técnicos de nível médio e tecnológicos de nível superior destinados à formação, nas respectivas áreas de atuação, dos (as) profissionais da educação de outros segmentos que não os do magistério;

15.6) apoiar política nacional de formação continuada para os (as) profissionais da educação de outros segmentos que não os do magistério, construída em regime de colaboração entre os entes federados;

15.7) apoiar programa de concessão de bolsas de estudos para que os professores de idiomas das escolas públicas de educação básica

realizem estudos de imersão e aperfeiçoamento nos países que tenham como idioma nativo as línguas que lecionem;

15.8) apoiar a formação continuada dos profissionais da educação em suas áreas específicas;

15.9) Implantar Centro de Formação Continuada para desenvolvimento de práticas por área específica para estudo e partilha de experiências.

META 16: formar, em nível de pós-graduação, 50% (cinquenta por cento) dos professores da educação básica, até o último ano de vigência deste PME, e garantir a todos (as) os (as) profissionais da educação básica formação continuada em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualizações dos sistemas de ensino.

ESTRATÉGIAS:

16.1) ampliar e consolidar portal eletrônico para subsidiar a atuação dos professores e das professoras da educação básica, disponibilizando gratuitamente materiais didáticos e pedagógicos suplementares, inclusive aqueles com formato acessível;

16.2) apoiar programa de bolsas de estudo para pós-graduação dos professores e das professoras e demais profissionais da educação básica;

16.3) fortalecer a formação dos professores e das professoras das escolas públicas de educação básica, por meio da implementação das ações do Plano Nacional do Livro e Leitura e da instituição de programa nacional de disponibilização de recursos para acesso a bens culturais pelo magistério público.

META 17: valorizar os (as) profissionais do magistério das redes públicas de educação básica de forma a equiparar seu rendimento médio ao dos (as) demais profissionais com escolaridade equivalente, até o final do sexto ano de vigência deste PME.

ESTRATÉGIAS:

17.1) apoiar criação de Fórum permanente para acompanhamento da atualização progressiva do valor do piso salarial nacional para os profissionais do magistério público da educação básica;

17.2) apoiar como tarefa do fórum permanente o acompanhamento da evolução salarial por meio de indicadores da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD, periodicamente divulgados pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE;

17.3) atualizar até o final do primeiro ano de vigência deste PME o Plano de Carreira para os (as) profissionais do magistério, observados os critérios estabelecidos na Lei no 11.738, de 16 de julho de 2008, com implantação gradual do cumprimento da jornada de trabalho em um único estabelecimento escolar;

17.4) Reestruturar plano de cargos e carreiras para todos os profissionais da Educação;

17.5) Aplicação do piso nacional para todas as categorias de profissionais do magistério;

META 18: assegurar, no prazo de 1 (um) ano, a existência de Plano de Carreira para os (as) profissionais da educação básica pública do sistema de ensino e, para o plano de Carreira dos (as) profissionais da educação básica pública, tendo como referência o piso salarial nacional profissional, definido em lei federal, nos termos do inciso VIII do art. 206 da Constituição Federal.

ESTRATÉGIAS:

18.1) assegurar que, até o início do terceiro ano de vigência deste PME, 90% (noventa por cento), no mínimo, dos respectivos profissionais do magistério, orientadores, supervisores, administradores escolar, psicopedagogos, merendeiras e agentes administrativos sejam ocupantes de cargos de provimento efetivo e estejam em exercício na rede escolar a que se encontrem vinculados;

18.2) implantar, na rede municipal de ensino, acompanhamento dos profissionais iniciantes, supervisionados por equipe de profissionais experientes, a fim de fundamentar, com base em avaliação documentada, a decisão pela efetivação após o estágio probatório e oferecer, durante esse período, curso de aprofundamento de estudos na área de atuação do (a) professor (a), com destaque para os conteúdos a serem ensinados e as metodologias de ensino de cada disciplina;

18.3) realizar, por iniciativa do Ministério da Educação, a cada 2 (dois) anos a partir do segundo ano de vigência deste PME, prova nacional para subsidiar o Município, mediante adesão, na realização de concursos públicos de admissão de profissionais do magistério da educação básica pública;

18.4) prever, nos planos de Carreira dos profissionais da educação licenças remuneradas e incentivos para qualificação profissional, inclusive em nível de pós-graduação stricto sensu;

18.5) realizar anualmente, a partir do segundo ano de vigência deste PME, por iniciativa do Ministério da Educação, em regime de colaboração, o censo dos (as) profissionais da educação básica de outros segmentos que não os do magistério;

18.6) considerar as especificidades socioculturais das escolas do campo e das comunidades indígenas e quilombolas no provimento de cargos efetivos para essas escolas;

18.7) estimular a existência de comissões permanentes de profissionais da educação no sistemas de ensino, para subsidiar os órgãos competentes na elaboração, reestruturação e implementação dos planos de Carreira.

META 19: assegurar condições, no prazo de 2 (dois) anos, para a efetivação da gestão democrática da educação, associada a critérios técnicos de mérito e desempenho e à consulta pública à comunidade escolar, no âmbito das escolas públicas, prevendo recursos e apoio técnico da União para tanto.

ESTRATÉGIAS:

19.1) garantir o repasse de transferências voluntárias da União na área da educação para os entes federados que tenham aprovado legislação específica que regulamente a matéria na área de sua abrangência, respeitando-se a legislação nacional, e que considere, conjuntamente, para a nomeação dos diretores e diretoras de escola, critérios técnicos de mérito e desempenho, bem como a participação da comunidade escolar;

19.2) ampliar os programas de apoio e formação aos (às) conselheiros (as) dos conselhos de acompanhamento e controle social do Fundeb, dos conselhos de alimentação escolar, dos conselhos regionais e de outros e aos (às) representantes educacionais em demais conselhos de acompanhamento de políticas públicas, garantindo a esses colegiados recursos financeiros, espaço físico adequado, equipamentos e meios de transporte para visitas à rede escolar, com vistas ao bom desempenho de suas funções;

19.3) incentivar a constituição de Fóruns Permanentes de Educação, com o intuito de coordenar a conferência municipal, bem como efetuar o acompanhamento da execução deste PME e do seu plano de ação;

19.4) estimular, em todas as redes de educação básica, a constituição e o fortalecimento de grêmios estudantis e associações de pais,

assegurando-se-lhes, inclusive, espaços adequados e condições de funcionamento nas escolas e fomentando a sua articulação orgânica com os conselhos escolares, por meio das respectivas representações;

19.5) estimular a constituição de conselhos escolares e e promover o fortalecimento dos conselhos municipais de educação, como instrumentos de participação e fiscalização na gestão escolar e educacional, inclusive por meio de programas de formação de conselheiros, assegurando-se condições de funcionamento autônomo;

19.6) estimular a participação e a consulta de profissionais da educação, alunos (as) e seus familiares na formulação dos projetos político-pedagógicos, currículos escolares, planos de gestão escolar e regimentos escolares, assegurando a participação dos pais na avaliação de docentes e gestores escolares;

19.7) favorecer processos de autonomia pedagógica, administrativa e de gestão financeira nos estabelecimentos de ensino;

19.8) desenvolver programas de formação de diretores e gestores escolares, bem como aplicar prova nacional específica, a fim de subsidiar a definição de critérios objetivos para o provimento dos cargos, cujos resultados possam ser utilizados por adesão.

META 20: ampliar o investimento público em educação pública de forma a atingir, no mínimo, o patamar de 7% (sete por cento) do Produto Interno Bruto - PIB do País no 5o (quinto) ano de vigência do PNE e, no mínimo, o equivalente a 10% (dez por cento) do PIB ao final do decênio.

ESTRATÉGIAS:

20.1) garantir fontes de financiamento permanentes e sustentáveis para todos os níveis, etapas e modalidades da educação básica, observando-se as políticas de colaboração entre os entes federados, em especial as decorrentes do art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e do § 1o do art. 75 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que tratam da capacidade de atendimento e do esforço fiscal de cada ente federado, com vistas a atender suas demandas educacionais à luz do padrão de qualidade nacional;

20.2) apoiar os mecanismos de acompanhamento da arrecadação da contribuição social do salário-educação;

20.3) destinar à manutenção e desenvolvimento do ensino, em acréscimo aos recursos vinculados nos termos do art. 212 da Constituição Federal, na forma da lei específica, a parcela da participação no resultado ou da compensação financeira pela exploração de petróleo e gás natural e outros recursos, com a finalidade de cumprimento da meta prevista no inciso VI do caput do art. 214 da Constituição Federal;

20.4) fortalecer os mecanismos e os instrumentos que assegurem, nos termos do parágrafo único do art. 48 da Lei Complementar no 101, de 4 de maio de 2000, a transparência e o controle social na utilização dos recursos públicos aplicados em educação, especialmente a realização de audiências públicas, a criação de portais eletrônicos de transparência e a capacitação dos membros de conselhos de acompanhamento e controle social do Fundeb, com a colaboração entre o Ministério da Educação, as Secretarias de Educação dos Estados e dos Municípios e os Tribunais de Contas da União, dos Estados e dos Municípios;

20.5) desenvolver, por meio do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP, estudos e acompanhamento regular dos investimentos e custos por aluno da educação básica pública, em todas as suas etapas e modalidades;

20.6) no prazo de 2 (dois) anos da vigência deste PME, será implantado o Custo Aluno-Qualidade inicial - CAQi, referenciado no conjunto de padrões mínimos estabelecidos na legislação educacional e cujo financiamento será calculado com base nos respectivos insumos indispensáveis ao processo de ensino-aprendizagem e será progressivamente reajustado até a implementação plena do Custo Aluno Qualidade - CAQ;

20.7) implementar o Custo Aluno Qualidade - CAQ como parâmetro para o financiamento da educação de todas etapas e modalidades da educação básica, a partir do cálculo e do acompanhamento regular dos indicadores de gastos educacionais com investimentos em qualificação e remuneração do pessoal docente e dos demais profissionais da educação pública, em aquisição, manutenção, construção e conservação de instalações e equipamentos necessários ao ensino e em aquisição de material didático-escolar, alimentação e transporte escolar;

20.8) implementar, no prazo de 1 (um) ano, Lei de Responsabilidade Educacional, assegurando padrão de qualidade na educação básica, em cada sistema e rede de ensino, aferida pelo processo de metas de qualidade aferidas por institutos oficiais de avaliação educacionais;

20.9) definir critérios para distribuição dos recursos adicionais dirigidos à educação ao longo do decênio, que considerem a equalização das oportunidades educacionais, a vulnerabilidade socioeconômica e o compromisso técnico e de gestão do sistema de ensino, a serem pactuados na instância prevista no § 5o do art. 7o desta Lei;

20.11) Promover distribuição do saldo do FUNDEB no final do exercício para pagamento do décimo quarto salário dos profissionais da educação.

Gaspar

PREFEITURA

DECRETO Nº 6.471, DE 17 DE JUNHO DE 2015.

DECRETO Nº 6.471, DE 17 DE JUNHO DE 2015.

NOMEIA TATIANA ALVES MARTINS DA COSTA PARA O CARGO EM COMISSÃO DE COORDENADOR DE PROTEÇÃO A FCA.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada, a partir de 22 de junho de 2015, TATIANA ALVES MARTINS DA COSTA, portadora do CPF nº 056.572.179-85, para o cargo em comissão de Coordenador de Proteção a FCA, Nivel CC, ref. 50, com 40 h semanais.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 17 de junho de 2015.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar

AVISO DE TOMADA DE PREÇOS Nº 134/2015

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GASPAR/SC

Aviso de Tomada de Preços nº 134/2015

OBJETO: construção da unidade básica de saúde no bairro Gasparinho. ENTREGA dos envelopes contendo os documentos de Habilitação e as Propostas de Preços deverá ocorrer até as 09 horas do dia 07/07/2015, no Depto. de Compras do Paço Municipal sito a Rua Coronel Aristiliano Ramos, nº 435, Centro, Gaspar/SC. A ABERTURA do certame será dia 07/07/2015 às 09h30min, no local anteriormente citado. Os interessados poderão obter a íntegra do Edital no Depto. de Compras do Paço Municipal ou através do site: www.gaspar.sc.gov.br

Gaspar (SC), 18/06/2015.

Cleones Hotins

Secretário Municipal de Saúde

DECRETO Nº 6.470, DE 17 DE JUNHO DE 2015.

DECRETO Nº 6.470, DE 17 DE JUNHO DE 2015.

EXONERA RICARDO WENDHAUSEN RAMOS DO CARGO EM COMISSÃO DE COORDENADOR DE PROTEÇÃO A FCA.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerado, RICARDO WENDHAUSEN, portador do CPF nº 710.071.489-34, do cargo em comissão de Coordenador de Proteção a FCA, ref 50, com 40 horas semanais, a partir de 19/06/2015.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 17

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar

DECRETO Nº 6.472, DE 17 DE JUNHO DE 2015.

DECRETO Nº 6.472, DE 17 DE JUNHO DE 2015.

NOMEIA SERVIDOR QUE ESPECIFICA.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o artigo 72 da Lei Orgânica do Município e artigo 10º e seguintes da Lei Municipal nº 1.305/91,

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada, conforme habilitação em Concurso Público regido pelo Edital nº 001/2014, aprovada para o cargo abaixo especificado, com carga horária e lotação conforme seguem:

NOME	CARGO	C/H	COLOCAÇÃO	LOTAÇÃO
EVA CRISTINA DE SOUZA	PEDAGOGA	40	3º	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 17 de junho de 2015.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito do Município de Gaspar

PORTARIA Nº. 3.716, DE 17 DE JUNHO DE 2015.

PORTARIA Nº. 3.716, DE 17 DE JUNHO DE 2015.

CONCEDE PROROGAÇÃO DA LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE EM PESSOA DA FAMÍLIA À SERVIDORA VERA BEDUSCHI.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder à servidora VERA BEDUSCHI, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professora, lotada na Secretaria de Educação, prorrogação da Licença para Tratamento de Saúde em Pessoa da Família pelo período de mais 30 dias, compreendido entre 18/06/15 a 17/07/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 17 de junho de 2015.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito do Município de Gaspar

CÂMARA MUNICIPAL

RESOLUÇÃO Nº 40/2015

RESOLUÇÃO Nº 40/2015

Nomeia Aline Bailer para o cargo de Assessor Parlamentar.

A Mesa Diretora da Câmara de Vereadores de Gaspar, no uso de suas atribuições contidas no art. 39, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal, e art. 31, inciso VIII, do Regimento Interno,

Considerando a promulgação da Lei Municipal nº 3.173, de 11 de dezembro de 2009, e da Lei Municipal nº 3.348, 28 de setembro de 2011; Considerando a solicitação do Vereador Jaime Kirchner através do Ofício Interno nº 137/2015, pelo qual requer a nomeação de Aline Bailer para ocupar o cargo de provimento em comissão de Assessor Parlamentar, com lotação no gabinete que lhe foi destinado; e

Considerando que está a contento a documentação apresentada pelo Vereador, referente à pessoa por ele indicada para ocupar o cargo de Assessor Parlamentar;

Resolve:

Art. 1º Nomear Aline Bailer, portadora do CPF nº 090.137.489-02, Registro Geral nº 5.079.112, para o cargo de provimento em comissão de Assessor Parlamentar do quadro de servidores da Câmara de Vereadores de Gaspar, com lotação no gabinete do Vereador Jaime Kirchner, carga horária de 30 horas semanais e remuneração na forma da lei, mediante posse e efetivo exercício a partir de 15 de junho de 2015, inclusive.

Art. 2º As despesas originadas pela presente Resolução correrão por conta da seguinte dotação orçamentária da Câmara de Vereadores de Gaspar: Órgão: 01 – Câmara de Vereadores de Gaspar; Unidade: 01 – Câmara de Vereadores de Gaspar; Função: 01 – Legislativa; Subfunção: 031 – Ação Legislativa; Programa: 01 – Processo Legislativo; Atividade: 2.2002 – Folha de Pagamento e Encargos Sociais; Modalidade: 3.1.90 – Aplicações diretas; Dotação: 3.1.90.11 – Vencimentos e Salários.

Art. 3º A presente Resolução entra em vigor nesta data.

Gabinete da Presidência, em 15 de junho de 2015.

MESA DIRETORA

José Hilário Melato	Ivete Mafra Hammes
Presidente	Vice-Presidente
Hamilton Graf	Giovano Borges
1º Secretário	2º Secretário

Grão Pará

PREFEITURA

ERRATA AO PREGÃO PRESENCIAL 21/2015 AQUISIÇÃO DE CAMINHÃO E RETRO

ERRATA

ERRATA AO PROCESSO DE LICITAÇÃO 55/2015 PR N. 21/2015, SOB O OBJETO DE AQUISIÇÃO DE MÁQUINA E CAMINHÃO PARA O MUNICÍPIO DE GRÃO-PARÁ, Tendo em vista:

Que o Valor em algarismo encontra-se correto, não alterado o Valor Global;

Que houve um erro na digitação do valor por Extenso do item 2.

Onde se lê: [...] "229.500,00 (duzentos e nove mil e quinhentos reais)."

Que se leia: [...] 229.500,00 (duzentos e vinte e nove mil e quinhentos reais)."

Grão-Pará/SC, 17 de junho de 2015.

AMILTON ASCARI

Prefeito Municipal

TESTEMUNHAS:

QUEBRA DE ORDEM CRONOLÓGICA

JUSTIFICATIVA À QUEBRA

DA ORDEM CRONOLÓGICA DE PAGAMENTOS

Nos termos do artigo 5º da Lei Federal nº 8.666/93, e suas posteriores alterações, fica justificada a quebra da Ordem Cronológica de Pagamentos, por se tratar o pagamento da despesa abaixo relacionada de condição imprescindível ao andamento dos trabalhos no Gabinete do Prefeito.

Além disso, o fornecedor condicionou o pagamento da despesa, exclusivamente, ao preço de à vista, com desconto que vai ao encontro do interesse público primário do Município.

Por essas razões, necessária a quebra da ordem cronológica de pagamentos, para saldar a despesa na sequência adiante descrita.

Despesa a ser saldada mediante a quebra da ordem cronológica de pagamentos:

Fornecedor: Estofaria Braçonortense Ltda

Nota Fiscal: 53

Valor: R\$ 930,00

Registre-se e Publique-se. Logo após, efetue-se o pagamento.

Grão-Pará/SC, 18 de junho de 2015.

AMILTON ASCARI

Prefeito Municipal

Guaramirim

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 75/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
AVISO DE LICITAÇÃO

Edital: Pregão Presencial nº 75/2015 pelo Sistema de Registro de Preços.

Processo Licitatório: nº 75/2015.

Tipo: Menor Preço - Por Item

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE ÓLEOS LUBRIFICANTES, FLUIDOS E GRAXAS PARA A MANUTENÇÃO DA FROTA DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E MÁQUINAS AGRÍCOLAS DA SECRETARIA DE AGRICULTURA.

Entrega dos Envelopes: 08/07/2015 às 09h00min

Abertura dos Envelopes: 08/07/2015 às 09h00min

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua 28 de Agosto, 2042, nos dias úteis de segunda à sexta feira, das 08:00h às 12:00h e das 13:00h às 16:00h, pelo site www.guaramirim.sc.gov.br ou pelo fone (47) 3373-0247.

Guaramirim (SC), 18 de junho de 2015.

LAURO FROHLICH
PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 192015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS/ SETOR DE LICITAÇÕES

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 019/2015 – PMG

PREGÃO PRESENCIAL N.º 56/2015- PMG

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE ÁGUA MINERAL, VASILHAME E GÁS DE COZINHA PARA ATENDER AOS ÓRGÃOS E SECRETARIAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM.

Modalidade de Licitação: Pregão Presencial n.º 56/2015.

Órgão Gestor: Prefeitura Municipal de Guaramirim/SC, inscrito no CNPJ sob o nº 13.884.310/0001-68, com sede na Rua 28 de Agosto, nº 2.042.

Fornecedor: HEMILI GIURIATTI RIBAS ME, localizada na rua vinte e oito de agosto, n.º 500, Nova Esperança, Guaramirim (SC) inscrita no CNPJ/MF sob o nº 09.577.101/0001-02.

Vigência: Início: 15/06/2015 Término: 15/06/2016.

Item	Qtd	Und	Descrição	Marca	Valor Unitário	Valor Total
1	170	CX	COPO DE ÁGUA MINERAL COM 200 ML, SEM GÁS, LACRADO, CAIXAS COM 48 UNIDADES, COM NUMERO DO REGISTRO DO MINISTÉRIO DA SAÚDE DO FABRICANTE NA EMBALAGEM.	Font Life	18,20	3.094,00
2	75	UN	VASILHAME BOMBONA DE AGUA MINERAL 20L	Sandriplast	16,05	1.203,75
3	28	UN	BOTIJÃO P-13 VASILHAME	Supergasbras	123,30	3.452,40
4	320	CGA	CARGA DE GÁS PARA BOTIJÃO GLP P13	Supergasbras	48,40	15.488,00
5	8304	UN	REFIL BOMBONA COM 20 LITROS DE ÁGUA MINERAL	Aqqua 10	8,05	66.847,20
6	2766	UN	REFIL BOMBONA COM 20 LITROS DE ÁGUA MINERAL	Aqqua 10	8,05	22.266,30
Total		R\$112.351,65				

Guaramirim (SC), 18 de junho de 2015.

LAURO FRÖHLICH
PREFEITO MUNICIPAL

Guarujá do Sul

PREFEITURA

DECRETO MUNICIPAL Nº 100_2015

DECRETO Nº 100/2015, DE 17 DE JUNHO DE 2015.

HOMOLOGA E PUBLICA O RESULTADO CLASSIFICATÓRIO PRELIMINAR RELATIVO AO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 002/2015 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Guarujá do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em lei,

DECRETA:

Art. 1º. Fica homologado o Resultado Classificatório Preliminar (Antes dos Recursos), dos candidatos que realizaram a prova para os cargos constantes no Edital 002/2015 de Processo Seletivo, conforme abaixo:

MÉDICO Modalidade A							
Ident.	Inscrição - Candidato	Data nasc.	C. Esp.	Pot.	Mat.	Total	Class.
1	78908 - Ricardo Brancher	18/07/1987	6,60	1,40	0,70	8,70	1º
4	79179 - Thales Luiz Brust Buzetto	04/09/1987	6,00	1,75	0,70	8,45	2º
3	78738 - Francisco Falchetti	25/08/1990	4,80	1,40	0,70	6,90	3º
2	78989 - Milena Vieira De Carvalho Silva Bordin	27/08/1978	4,80	1,05	0,70	6,55	4º
ODONTÓLOGO Modalidade A							
Ident.	Inscrição - Candidato	Data nasc.	C. Esp.	Pot.	Mat.	Total	Class.
7	79240 - Heloisa Maria Basso	12/07/1988	5,40	1,75	0,35	7,50	1º
11	79255 - Henrique Lavorato	15/09/1987	4,80	1,40	0,70	6,90	2º
16	78981 - Marta Venancio Pereira	01/10/1992	5,40	1,05	0,35	6,80	3º
19	79087 - Rosena Cristina Dondoerfer	13/02/1986	4,80	1,05	0,00	5,85	4º
18	79213 - Nathalia Rigoni	23/02/1991	4,80	1,05	0,00	5,85	5º
15	79155 - Tiago Giacchini Antonietti	16/12/1993	4,80	1,05	0,00	5,85	6º
8	77320 - Stephanie Daltoe	24/10/1991	5,40	0,35	0,00	5,75	7º
17	79182 - Leticia Sartori	10/07/1989	4,20	1,40	0,00	5,60	8º
20	79220 - Janaina Do Carmo Fredo	16/07/1990	3,00	0,70	0,00	3,70	Desc.

Art. 2º Os desempates estão de acordo com o item 7 do Edital.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as demais disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GUARUJÁ DO SUL, SC, em 17 de junho de 2015

Certifique-se. Registre-se. Publique-se

JOSÉ CARLOS FOIATTO
Prefeito Municipal

DECRETO MUNICIPAL Nº 101_2015

Decreto Municipal 101/2015

PROMOVE DESDOBRAMENTO DE LOTE URBANO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

O Prefeito Municipal de Guarujá do Sul, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere a Legislação em Vigor, e, em especial a Lei Municipal nº 753/87 de 07 de Agosto de 1987, em seu capítulo I, Artigo 2º, Parágrafo 4º e Art. 9º, alterado pela Lei 1.811/2006 de 24 de abril de 2006.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica AUTORIZADO o DESDOBRAMENTO dos LOTES URBANOS NºS 07 E 08, com as áreas de 1.380,0m² e 1.200,0m² situados na Rua Olavo Bilac de Souza, esquina com a Rua Ema Caramori, na linha Pessegueiro, Município de Guarujá do Sul, SC., matriculado no Ofício do Registro de Imóveis da Comarca de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, sob nº. 130. Com o desdobramento do solo as áreas passam a constituir dois lotes com as respectivas áreas de 1.290,0m² cada um, conforme memorial, ART e mapa assinado pelo Arquiteto e Urbanista Renato Winter, CAU A58.494-0;

ÁREA PRIMITIVA – MATRICULA 130

LOTES URBANOS nºs 7 e 8, com as áreas respectivas de 1.380,0m² e 1.200,0m², perfazendo um total de 2.580,0m², sem benfeitorias, situado na Rua Olavo Bilac de Souza, esquina com a Rua Ema Caramori, na linha Pessegueiro, no município de Guarujá do sul, Estado de Santa Catarina, com as seguintes medidas e confrontações:

NOROESTE: Com a Rua Olavo Bilac de Souza, medindo 60,0 metros;

SUDOESTE: Com a Rua Ema Caramori, medindo 43,0 metros;

SUDESTE: Com o Lote Urbano nº 09, medindo 60,0 metros;

NORDESTE: Com os lote nºs 02 e 03, medindo 43,0 metros.

ÁREA DESDOBRADA

PARTE DO LOTE URBANO nº 7 com área de 690,0m² e PARTE DO LOTE URBANO nº 8, com área de 600,0m², perfazendo um total de 1.290,0m², sem benfeitorias, situado na Rua Olavo Bilac de Souza, esquina com a Rua Ema Caramori, na linha Pessegueiro, no município de Guarujá do sul, Estado de Santa Catarina, com as seguintes medidas e confrontações:

Decreto Municipal 101/2015

NOROESTE: Com a Rua Olavo Bilac de Souza, medindo 30,0 metros;

SUDOESTE: Com a Rua Ema Caramori, medindo 43,0 metros;

SUDESTE: Com a parte do Lote Urbano nº 09, medindo 30,0 metros;

NORDESTE: Com a parte remanescente dos lote nºs 7 e 8, medindo 23,0 metros e 20,0 metros, totalizando 43,0 metros.

ÁREA REMANESCENTE

PARTE DO LOTE URBANO nº 7 com área de 690,0m² e PARTE DO LOTE URBANO nº 8, com área de 600,0m², perfazendo um total de 1.290,0m², sem benfeitorias, situado na Rua Olavo Bilac de Souza, na linha Pessegueiro, no município de Guarujá do sul, Estado de Santa Catarina, distante 30,0 metros da esquina com a Rua Ema Caramori com as seguintes medidas e confrontações:

NOROESTE: Com a Rua Olavo Bilac de Souza, medindo 30,0 metros;

SUDOESTE: Com a parte desdobrada dos lote nºs 7 e 8, medindo 23,0 metros e 20,0 metros, totalizando 43,0 metros;

SUDESTE: Com a parte do Lote Urbano nº 09, medindo 30,0 metros;

NORDESTE: Com a parte dos lotes nºs 2 e 3, medindo 23,0 metros e 20,0 metros, totalizando 43,0 metros.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário, em especial o Decreto Municipal nº 18/2014 de 10 de fevereiro de 2014, entrando em vigor o presente Decreto Administrativo, na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GUARUJÁ DO SUL - SC, em

18 de Junho de 2015

63º ano da Fundação e 53º ano da Instalação.

José Carlos Foiatto

Prefeito Municipal

• Certificamos que o presente Decreto Administrativo foi publicado e registrado nesta Secretaria em data Supra.

Rosa Isabel Montagner

Secretária da Administração e Fazenda

Decreto Municipal 102/2015

PROMOVE DESDOBRAMENTO DE LOTE URBANO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

O Prefeito Municipal de Guarujá do Sul, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere a Legislação em Vigor, e, em especial a Lei Municipal nº 753/87 de 07 de Agosto de 1987, em seu capítulo I, Artigo 2º, Parágrafo 4º e Art. 9º, alterado pela Lei 1.811/2006 de 24 de abril de 2006.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica AUTORIZADO o DESDOBRAMENTO do LOTE URBANO nº 01, da quadra 04, com área de 600,0m² situado na Rua Afonso Dinon, esquina com a Rua Fernando Kasper, na Vila Sulina, Município de Guarujá do Sul, SC., matriculado no Ofício do Registro de Imóveis da Comarca de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, sob nº. 1.025. Com o desdobramento do solo as áreas passam a constituir dois lotes com as respectivas áreas de 300,0m² cada um, conforme memorial, ART e mapa assinado pelo Arquiteto e Urbanista Renato Winter, CAU A58.494-0;

ÁREA PRIMITIVA – MATRICULA 1.025

LOTE URBANO nº 01, da quadra 04, com a área de 600,0m², sem benfeitorias, situado na Rua Afonso Dinon, esquina com a Rua Fernando Kasper, na Vila Sulina, Município de Guarujá do Sul, Estado de Santa Catarina, com as seguintes medidas e confrontações:

NOROESTE: Com a Rua Afonso Dinon, medindo 20,0 metros;

SUDOESTE: Com o Lote Urbano nº02, medindo 30,0 metros;

SUDESTE: Com a parte do Lote Urbano nº 09, medindo 20,0 metros;

NORDESTE: Com a Rua Fernando Kasper, medindo 30,0 metros.

ÁREA DESDOBRADA

PARTE DO LOTE URBANO nº 01, da quadra 04, com a área de 300,0m², sem benfeitorias, situado na Rua Fernando Kasper, na Vila Sulina, Município de Guarujá do Sul, Estado de Santa Catarina, com as seguintes medidas e confrontações:

Decreto Municipal 102/2015

NOROESTE: Com a parte remanescente do Lote Urbano nº01, medindo 20,0 metros;

SUDOESTE: Com a parte do Lote Urbano nº02, medindo 15,0 metros;
SUDESTE: Com a parte do Lote Urbano nº 09, medindo 20,0 metros;
NORDESTE: Com a Rua Fernando Kasper, medindo 15,0 metros.

ÁREA REMANESCENTE

PARTE DO LOTE URBANO nº 01, da quadra 04, com a área de 300,0m², sem benfeitorias, situado na esquina das ruas Afonso Dinon e Rua Fernando Kasper, na Vila Sulina, Município de Guarujá do Sul, Estado de Santa Catarina, com as seguintes medidas e confrontações:

NOROESTE: Com a Rua Afonso Dinon, medindo 20,0 metros;
SUDOESTE: Com a parte do Lote Urbano nº02, medindo 15,0 metros;
SUDESTE: Com a parte desdobrada do Lote Urbano nº 01, medindo 20,0 metros;
NORDESTE: Com a Rua Fernando Kasper, medindo 15,0 metros.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário, entrando em vigor o presente Decreto Administrativo, na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GUARUJÁ DO SUL - SC,
em
18 de Junho de 2015
63º ano da Fundação e 53º ano da Instalação.

José Carlos Foiatto
Prefeito Municipal

• Certificamos que o presente Decreto Administrativo foi publicado e registrado nesta Secretaria em data Supra.

Rosa Isabel Montagner
Secretária da Administração e Fazenda

DECRETO MUNICIPAL Nº 102_2015

Decreto Municipal 102/2015
PROMOVE DESDOBRAMENTO DE LOTE URBANO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Guarujá do Sul, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere a Legislação em Vigor, e, em especial a Lei Municipal nº 753/87 de 07 de Agosto de 1987, em seu capítulo I, Artigo 2º, Parágrafo 4º e Art. 9º, alterado pela Lei 1.811/2006 de 24 de abril de 2006.
RESOLVE:

Art. 1º - Fica AUTORIZADO o DESDOBRAMENTO do LOTE URBANO nº 01, da quadra 04, com área de 600,0m² situado na Rua Afonso Dinon, esquina com a Rua Fernando Kasper, na Vila Sulina, Município de Guarujá do Sul, SC., matriculado no Ofício do Registro de Imóveis da Comarca de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, sob nº. 1.025. Com o desdobramento do solo as áreas passam a constituir dois lotes com as respectivas áreas de 300,0m² cada um, conforme memorial, ART e mapa assinado pelo Arquiteto e Urbanista Renato Winter, CAU A58.494-0;

ÁREA PRIMITIVA – MATRICULA 1.025

LOTE URBANO nº 01, da quadra 04, com a área de 600,0m², sem benfeitorias, situado na Rua Afonso Dinon, esquina com a Rua Fernando Kasper, na Vila Sulina, Município de Guarujá do Sul, Estado de Santa Catarina, com as seguintes medidas e confrontações:

NOROESTE: Com a Rua Afonso Dinon, medindo 20,0 metros;
SUDOESTE: Com o Lote Urbano nº02, medindo 30,0 metros;
SUDESTE: Com a parte do Lote Urbano nº 09, medindo 20,0 metros;
NORDESTE: Com a Rua Fernando Kasper, medindo 30,0 metros.

ÁREA DESDOBRADA

PARTE DO LOTE URBANO nº 01, da quadra 04, com a área de 300,0m², sem benfeitorias, situado na Rua Fernando Kasper, na Vila Sulina, Município de Guarujá do Sul, Estado de Santa Catarina, com as seguintes medidas e confrontações:

Decreto Municipal 102/2015

NOROESTE: Com a parte remanescente do Lote Urbano nº01, medindo 20,0 metros;
SUDOESTE: Com a parte do Lote Urbano nº02, medindo 15,0 metros;
SUDESTE: Com a parte do Lote Urbano nº 09, medindo 20,0 metros;
NORDESTE: Com a Rua Fernando Kasper, medindo 15,0 metros.

ÁREA REMANESCENTE

PARTE DO LOTE URBANO nº 01, da quadra 04, com a área de 300,0m², sem benfeitorias, situado na esquina das ruas Afonso Dinon e Rua Fernando Kasper, na Vila Sulina, Município de Guarujá do Sul, Estado de Santa Catarina, com as seguintes medidas e confrontações:

NOROESTE: Com a Rua Afonso Dinon, medindo 20,0 metros;
SUDOESTE: Com a parte do Lote Urbano nº02, medindo 15,0 metros;
SUDESTE: Com a parte desdobrada do Lote Urbano nº 01, medindo 20,0 metros;
NORDESTE: Com a Rua Fernando Kasper, medindo 15,0 metros.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário, entrando em vigor o presente Decreto Administrativo, na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GUARUJÁ DO SUL - SC,
em
18 de Junho de 2015
63º ano da Fundação e 53º ano da Instalação.

José Carlos Foiatto
Prefeito Municipal

• Certificamos que o presente Decreto Administrativo foi publicado e registrado nesta Secretaria em data Supra.

Rosa Isabel Montagner
Secretária da Administração e Fazenda

LEI MUNICIPAL Nº 2.435_2015

Lei Municipal nº 2 435/2015

INSTITUI O CONSELHO MUNICIPAL DE CULTURA, DE GUARUJÁ DO SUL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Guarujá do Sul, Estado de Santa Catarina, TORNA PÚBLICO a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono o seguinte Lei:

Art. 1o. Fica instituído o Conselho Municipal de Cultura (CMC) de Guarujá do Sul, é órgão representativo, consultivo, normativo e deliberativo, sobre as políticas de cultura, sendo o órgão colegiado de planejamento, orientação e coordenação das atividades artístico-culturais do Município de Guarujá do Sul; integrado a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte.

Art. 2o. O Conselho Municipal de Cultura será composto pelas Câmaras setoriais, sendo estas coordenadas pelos membros do Conselho.

I- Artes Cênicas:

- a) teatro;
- b) dança;
- c) ópera;

II- Música;

III-Patrimônio Cultural:

- a) artístico;
- b) histórico;
- c) de cultura popular;

IV- Artes Plásticas;

V- Artesanato;

Art. 3o. Compete ao Conselho Municipal de Cultura:

I- Estudar e propor à Administração Municipal, a política cultural do Município, bem como o Plano Anual e a sua execução, e auxiliar na definição e elaboração do calendário de eventos artístico- culturais do Município;

II- Colaborar, com os órgãos colegiados das esferas municipal, estadual e federal, na formulação, execução e fiscalização das políticas de cultura do Município, Estado e do País;

III- Propor a concessão de auxílio, de acordo com as dotações específica, às instituições com fins culturais – oficiais ou particulares – tendo em vista a conservação e guarda do patrimônio cultural do Município;

IV- Apoiar campanhas que visem o desenvolvimento artístico-cultural do Município;

V- Cooperar na defesa e na conservação do patrimônio cultural do Município;

VI- Avaliar, emitir parecer sobre os projetos apresentados pelas instituições artístico-culturais, para efeitos de celebração de convênio com o Município, em conformidade com a Lei de Incentivo a Cultura Municipal, Estadual e ou Federal;

VII- Emitir parecer ou tomar providências acerca de assuntos de natureza artístico-cultural que lhe sejam submetidos pela Administração Municipal, por seus conselheiros ou por entidade artístico-cultural do Município;

VIII- Opinar sobre articulações necessárias, com órgãos federais, estaduais ou municipais, universidades, escolas e instituições

artístico-culturais, para assegurar a coordenação e execução de programas artístico-culturais;

IX- Proceder tombamento histórico de bens, prédios, construções, documentos que caracterizam patrimônio cultural do Município que refendam a memória dos diferentes grupos formadores do município que cuja preservação seja de interesse pública.

X- Exercer as demais atividades de interesse da arte e da cultura.

Art. 4o. O Conselho Municipal de Cultura é composto por 16 (dezesesseis) membros e seus respectivos suplentes, sendo 09 (nove) indicados pelo Chefe do Poder Executivo Municipal, com representação de entidades governamental e 07 (sete) não governamental, de forma paritária, sendo:

§ 1o. Entidades Governamental:

- I. 03 Representantes da Secretaria Municipal de Educação Cultura e Esporte;
- II. 01 Representante da Secretaria Municipal de Agricultura;
- III. 01 Representante da Secretaria da Assistência Social;
- IV. 01 Representante da Secretaria Municipal de Saúde;
- V. 01 Representante da Secretaria de Administração e Fazenda;
- VI. 01 Representante da Secretária Transporte e Obras;
- VII. 01 Representante do Poder Legislativo.

§ 2o. Entidades Não Governamental:

- I. 01 Professor Historiador;
- II. 01 Representante do CTG, representando a invernoada artística;
- III. 01 Representante do Grupo Germânico;
- IV. 01 Representante do Grupo de Corais;
- V. 01 Representante da Associação dos Artesãos;
- VI. 01 Representante do Grupo de Idosos;
- VII. 01 Representante da Associação Comercial Empresarial de Guarujá do Sul

§ 3o. Os Conselheiros serão nomeados pelo Prefeito Municipal por portaria, sendo os conselheiros indicados pela Administração Municipal, os correspondentes a Entidade Governamental, e pelas Instituições legalmente constituídas os representantes das entidades não governamental.

§ 4o. A nomeação dos membros do Conselho compreenderá a dos respectivos suplentes.

§ 5o. Os membros do Conselho e os respectivos suplentes exercerão mandato de 02 (dois) anos, admitindo-se a recondução por períodos iguais e sucessivos.

§ 6o. Na hipótese de ausência do Conselheiro Titular em 03 (três) reuniões ordinárias seguidas, sem comunicação prévia à presidência do Conselho, o suplente completará o tempo de mandato do titular, na forma do regimento interno.

§ 7o. A função de membro do Conselho é considerada de interesse público relevante e não será remunerada.

Art. 5o. O Conselho Municipal de Cultura será dirigido por um presidente, um Vice-Presidente e um Secretário, eleitos em Plenário.

§ 1o. O Presidente é a autoridade administrativa superior do Conselho, cabendo-lhe dirigir as reuniões do Plenário e exercer a representação externa, cumprindo e fazendo cumprir a legislação e as resoluções expedidas pelo órgão.

§ 2o. Nos casos de faltas e impedimentos, o Presidente será substituído pelo Vice-Presidente.

§ 3o. O Conselho Municipal de Cultura manterá uma Secretaria Geral, destinada ao suporte administrativo necessário ao seu funcionamento.

Art. 6o. O Conselho Municipal de Cultura no prazo de até 60 (sessenta) dias contados da aprovação da presente Lei elaborará o seu Regimento Interno, elegendo a sua primeira mesa diretora.

Art. 7o. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GUARUJÁ DO SUL – SC
18 de Junho de 2015
63º ano da Fundação e 53º ano da Instalação.

José Carlos Foiatto
Prefeito Municipal.

- Certifico que a Presente Lei foi publicada e registrada nesta Secretaria em data supra.

Rosa Isabel Montagner
Secretaria da Administração e Fazenda.

LEI MUNICIPAL Nº 2.436_2015

Lei Municipal nº 2436/2015.

O Prefeito Municipal de Guarujá do Sul, Estado de Santa Catarina,

TORNA PÚBLICO a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1o Fica aprovado o Plano Municipal de Educação – PME, com vigência por 10 (dez) anos, a contar da publicação desta Lei, na forma dos Anexos I e II, com vistas ao cumprimento do disposto no art. 8º da Lei n. 13.005, de 25 de junho de 2014.

Art. 2o São diretrizes do PME:

I - erradicação do analfabetismo.

II - universalização do atendimento escolar.

III - superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação.

IV - melhoria da qualidade da educação.

V - formação para o trabalho e para a cidadania, com ênfase nos valores morais e éticos em que se fundamenta a sociedade.

VI - promoção do princípio da gestão democrática da educação pública.

VII - promoção humanística, científica, cultural e tecnológica do País.

VIII - estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do Produto Interno Bruto - PIB que assegure atendimento às necessidades de expansão, com padrão de qualidade e equidade.

IX - valorização dos (as) profissionais da educação.

X - promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental.

Art. 3o As metas previstas no Anexo I desta Lei serão cumpridas no prazo de vigência deste PME, desde que não haja prazo inferior definido para metas e estratégias específicas.

Art. 4o A execução do PME e o cumprimento de suas metas serão objeto de monitoramento contínuo e de avaliações periódicas realizadas pelas seguintes instâncias:

I - Secretaria Municipal de Educação-SME.

II - Conselho Municipal de Educação – CME.

III - Câmara Municipal de Vereadores.

§ 1o Compete, ainda, às instâncias referidas no caput:

I - divulgar os resultados do monitoramento e das avaliações.

II - analisar e propor políticas públicas para assegurar a implementação das estratégias e o cumprimento das metas.

III - analisar e propor a revisão do percentual de investimento público em educação.

§ 2o Ao longo do período de vigência deste PME, observar-se-ão os resultados dos estudos publicados a cada 2 (dois) anos pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP para aferir a evolução no cumprimento das metas estabelecidas no Anexo I.

§ 3o A meta progressiva do investimento público em educação será avaliada no quarto ano de vigência do PME e poderá ser ampliada por meio de lei para atender às necessidades financeiras do cumprimento das demais metas.

§ 4o O investimento público em educação a que se refere a meta 20 do Anexo I desta Lei engloba os recursos aplicados na forma do art. 212 da Constituição Federal, do art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, bem como do art. 213 da Constituição Federal.

§ 5o Será destinada à manutenção e ao desenvolvimento do ensino, em acréscimo aos recursos vinculados nos termos do art. 212 da Constituição Federal, além de outros recursos previstos em lei, a parcela da participação no resultado ou da compensação financeira pela exploração de petróleo e de gás natural, na forma de lei específica, com a finalidade de assegurar o cumprimento da meta prevista no inciso VI do art. 214 da Constituição Federal.

Art. 5o O Município promoverá a realização de pelo menos 2 (duas) conferências municipais de educação até o final do decênio, precedidas de amplo debate e coordenadas pelo Conselho Municipal de Educação.

§ 1o O Conselho Municipal de Educação, além da atribuição referida no caput:

I - acompanhará a execução do PME e o cumprimento de suas metas.

II - promoverá a articulação da conferência municipal com as conferências estadual e nacional de educação.

§ 2o As conferências municipais de educação realizar-se-ão com intervalo de até 4 (quatro) anos entre elas, com o objetivo de avaliar a execução do Plano Nacional de Educação – PNE, do Plano Estadual de Educação – PEE, bem como deste Plano Municipal e subsidiar a elaboração dos planos de educação para o decênio subsequente.

Art. 6o O município atuará em regime de colaboração com o Estado e a União, visando ao alcance das metas e à implementação das estratégias objeto deste Plano, na forma da lei.

§ 1o Caberá aos gestores federais, estaduais, municipais a adoção das medidas governamentais necessárias ao alcance das metas previstas neste PME.

§ 2o As estratégias definidas no Anexo I desta Lei não elidem a adoção de medidas adicionais em âmbito local ou de instrumentos jurídicos que formalizem a cooperação entre os entes federados, podendo ser complementadas por mecanismos nacionais e locais de coordenação e colaboração recíproca.

§ 3o O sistema de ensino municipal criará mecanismos para o acompanhamento local da consecução das metas do PME.

§ 4o Haverá regime de colaboração específico para a implementação de modalidades de educação escolar que necessitem considerar territórios étnico-educacionais e a utilização de estratégias que levem em conta as identidades e especificidades socioculturais e linguísticas de cada comunidade envolvida, assegurada a consulta prévia e informada a essa comunidade.

§ 5o O fortalecimento do regime de colaboração entre a União, o Estado e o Município incluirá a instituição de instâncias permanentes de negociação, cooperação e pactuação.

§ 6o O fortalecimento do regime de colaboração entre os Entes Federados dar-se-á, inclusive, mediante a adoção de arranjos de desenvolvimento da educação.

Art. 7o O Município, no prazo de 2 (dois) anos contados da publicação da Lei n. 13.005, de 25 de junho de 2014, deverá adequar a legislação local, disciplinando a gestão democrática da educação pública em conformidade com o disposto na referida Lei, bem como neste PME.

Art. 8o O plano plurianual, as diretrizes orçamentárias e o orçamento anual do Município serão formulados de maneira a assegurar a

consignação de dotações orçamentárias compatíveis com as diretrizes, metas e estratégias deste PME, a fim de viabilizar sua plena execução.

Art. 9. O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica, coordenado pela União, constituirá fonte de informação para a avaliação da qualidade da educação básica e para a orientação das políticas públicas desse nível de ensino.

Art. 10. Até o final do primeiro semestre do nono ano de vigência deste PME, o Poder Executivo encaminhará à Câmara de Vereadores, sem prejuízo das prerrogativas deste Poder, o projeto de lei referente ao Plano Municipal de Educação a vigorar no período subsequente, que incluirá diagnóstico, diretrizes, metas e estratégias para o próximo decênio.

Art. 11. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GUARUJÁ DO SUL – SC
18 de Junho de 2015
63º ano da Fundação e 53º ano da Instalação.

José Carlos Foiatto
Prefeito Municipal.

- Certifico que a Presente Lei foi publicada e registrada nesta Secretaria em data supra.

Rosa Isabel Montagner
Secretaria da Administração e Fazenda.

ANEXO I

METAS E ESTRATÉGIAS

Meta 1: universalizar, até 2016, a educação infantil na pré-escola para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade e ampliar a oferta de educação infantil em creches de forma a atender, no mínimo, 80% (oitenta por cento) das crianças de até 3 (três) anos até o final da vigência deste plano.

Estratégias:

(1.1) buscar em colaboração entre a União, o Estado, o Município, metas de expansão das respectivas redes públicas de educação infantil segundo padrão nacional de qualidade, considerando as peculiaridades locais;

(1.2) garantir que, ao final da vigência deste plano, seja inferior a 10% (dez por cento) a diferença entre as taxas de frequência à educação infantil das crianças de até 3 (três) anos oriundas do quinto de renda familiar per capita mais elevado e as do quinto de renda familiar per capita mais baixo;

(1.3) realizar, periodicamente, em regime de colaboração com as agentes de saúde, levantamento da demanda por creche para a população de até 3 (três) anos, como forma de planejar a oferta e verificar o atendimento da demanda manifesta;

(1.4) estabelecer, no primeiro ano de vigência do plano, em regime de colaboração com a saúde e agentes comunitárias de saúde prazos para definição de mecanismos de consulta pública da demanda das famílias por creches;

(1.5) manter e ampliar, em regime de colaboração e respeitadas as normas de acessibilidade, programa nacional de construção e reestruturação de escolas, bem como de aquisição de equipamentos, visando à expansão e à melhoria da rede física de escolas públicas de educação infantil;

(1.6) implantar, até o segundo ano de vigência deste plano, avaliação da educação infantil, a ser realizada a cada 2 (dois) anos, com base em parâmetros nacionais de qualidade, a fim de aferir a infraestrutura física, o quadro de pessoal, as condições de gestão, os recursos pedagógicos, a situação de acessibilidade, entre outros indicadores relevantes;

(1.7) articular a oferta de matrículas gratuitas em creches certificadas como entidades beneficentes de assistência social na área de educação com a expansão da oferta na rede escolar pública;

(1.8) promover a formação inicial e continuada dos (as) profissionais

da educação infantil, garantindo, progressivamente, o atendimento por profissionais com formação superior;

(1.9) estimular a articulação entre pós-graduação, núcleos de pesquisa e cursos de formação para profissionais da educação, de modo a garantir a elaboração de currículos e propostas pedagógicas que incorporem os avanços de pesquisas ligadas ao processo de ensino-aprendizagem e às teorias educacionais no atendimento da população de 0 (zero) a 5 (cinco) anos;

(1.10) fomentar o atendimento das populações do campo na educação infantil nas respectivas comunidades, por meio do redimensionamento da distribuição territorial da oferta, limitando a nucleação de escolas e o deslocamento de crianças, de forma a atender às especificidades dessas comunidades, garantido consulta prévia e informada;

(1.11) priorizar o acesso à educação infantil e fomentar a oferta do atendimento educacional especializado complementar e suplementar aos (às) alunos (as) com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, assegurando a educação bilíngue para crianças surdas e a transversalidade da educação especial nessa etapa da educação básica;

(1.12) programar, em caráter complementar, programas de orientação e apoio às famílias, por meio da articulação das áreas de educação, saúde e assistência social, com foco no desenvolvimento integral das crianças de até 3 (três) anos de idade;

(1.13) preservar as especificidades da educação infantil na organização das redes escolares, garantindo o atendimento da criança de 0 (zero) a 5 (cinco) anos em estabelecimentos que atendam a parâmetros nacionais de qualidade, e a articulação com a etapa escolar seguinte, visando ao ingresso do (a) aluno(a) de 6 (seis) anos de idade no ensino fundamental;

(1.14) fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso e da permanência das crianças na educação infantil, em especial dos beneficiários de programas de transferência de renda, em colaboração com as famílias e com os órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância;

(1.15) promover a busca ativa de crianças em idade correspondente à educação infantil, em parceria com órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, preservando o direito de opção da família em relação às crianças de até 3 (três) anos;

(1.16) o Município, com a colaboração da União e o Estado, realizar e publicar, a cada ano, levantamento da demanda manifesta por educação infantil em creches e pré-escolas, como forma de planejar e verificar o atendimento;

(1.17) estimular o acesso à educação infantil em tempo integral, para todas as crianças de 0 (zero) a 5 (cinco) anos, conforme estabelecido nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil.

(1.18) oferecer e garantir um espaço adequado para o acesso a educação infantil em tempo integral, construção de creches e pré escola, com profissionais habilitados e currículo diferenciado, dança, teatro, esportes.

Meta 2: universalizar o ensino fundamental de 9 (nove) anos para toda a população de 6 (seis) a 14 (quatorze) anos e garantir que pelo menos 95% (noventa e cinco por cento) dos alunos concluam essa etapa na idade recomendada, até o último ano de vigência deste plano.

Estratégias:

(2.1) o Ministério da Educação, em articulação e colaboração com o Estado e o Município, deverá, até o final do 2o (segundo) ano de vigência deste plano, elaborar e encaminhar ao Conselho Nacional de Educação, precedida de consulta pública nacional, proposta de direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento para os (as) alunos (as) do ensino fundamental;

(2.2) pactuar entre União, Estado e Município, no âmbito da instância permanente de que trata o § 5º do art. 7º desta Lei, a implantação dos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento que configurarão a base nacional comum curricular do ensino fundamental;

(2.3) criar mecanismos para o acompanhamento individualizado

dos (as) alunos (as) do ensino fundamental;

(2.4) fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso, da permanência e do aproveitamento escolar dos beneficiários de programas de transferência de renda, bem como das situações de discriminação, preconceitos e violências na escola, visando ao estabelecimento de condições adequadas para o sucesso escolar dos (as) alunos (as), em colaboração com as famílias e com órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, adolescência e juventude;

(2.5) promover a busca ativa de crianças e adolescentes fora da escola, em parceria com órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, adolescência e juventude;

(2.6) usar tecnologias pedagógicas que combinem, de maneira articulada, a organização do tempo e das atividades didáticas entre a escola e o ambiente comunitário, considerando as especificidades da educação especial, das escolas do campo;

(2.7) disciplinar, no âmbito do sistema de ensino, a organização flexível do trabalho pedagógico, incluindo adequação do calendário escolar de acordo com a realidade local, a identidade cultural e as condições climáticas da região;

(2.8) promover a relação das escolas com instituições e movimentos culturais, a fim de garantir a oferta regular de atividades culturais para a livre fruição dos (as) alunos (as) dentro e fora dos espaços escolares, assegurando ainda que as escolas se tornem polos de criação e difusão cultural;

(2.9) incentivar a participação dos pais ou responsáveis no acompanhamento das atividades escolares dos filhos por meio do estreitamento das relações entre as escolas e as famílias;

(2.10) estimular a oferta do ensino fundamental, em especial dos anos iniciais, para as populações do campo, com garantia do currículo com as especificidades objetivando atender a demanda;

(2.11) desenvolver formas alternativas de oferta do ensino fundamental, garantida a qualidade, para atender aos filhos e filhas de profissionais que se dedicam a atividades de caráter itinerante, caso houver necessidade;

(2.12) oferecer atividades extracurriculares de incentivo aos (às) estudantes e de estímulo a habilidades, inclusive mediante certames e concursos nacionais;

(2.13) promover atividades de desenvolvimento e estímulo a habilidades esportivas nas escolas, interligadas a um plano de disseminação do desporto educacional e de desenvolvimento esportivo nacional, incluindo a infraestrutura adequada para o desenvolvimento das referidas habilidades;

(2.14) desenvolver formação continuada unindo profissionais da rede estadual e municipal com o objetivo de articular e divulgar o esporte, a cultura e incentivar a participação nesses eventos.

Meta 3: universalizar, até 2016, o atendimento escolar para toda a população de 15 (quinze) a 17 (dezesete) anos e elevar, até o final do período de vigência deste plano, a taxa líquida de matrículas no ensino médio para 90% (noventa por cento).

Estratégias:

(3.1) institucionalizar programa nacional de renovação do ensino médio, a fim de incentivar práticas pedagógicas com abordagens interdisciplinares estruturadas pela relação entre teoria e prática, por meio de currículos escolares que organizem, de maneira flexível e diversificada, conteúdos obrigatórios e eletivos articulados em dimensões como ciência, trabalho, linguagens, tecnologia, cultura e esporte, garantindo-se a aquisição de equipamentos e laboratórios, a produção de material didático específico, a formação continuada de professores e a articulação com instituições acadêmicas, esportivas e culturais;

(3.2) pactuar entre União, Estado e Município, no âmbito da instância permanente de que trata o § 5o do art. 7o desta Lei, a implantação dos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento que configurarão a base nacional comum curricular do ensino médio;

(3.3) garantir a fruição de bens e espaços culturais, de forma regular, bem como a ampliação da prática desportiva, integrada ao currículo escolar;

(3.4) Proporcionar o transporte gratuito aos alunos que dele necessitem para a realização do ENEM;

(3.5) fomentar a expansão das matrículas gratuitas de ensino médio integrado à educação profissional, observando-se as peculiaridades das populações do campo, das comunidades indígenas e quilombolas e das pessoas com deficiência;

(3.6) fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso e da permanência dos e das jovens beneficiários (as) de programas de transferência de renda, no ensino médio, quanto à frequência, ao aproveitamento escolar e à interação com o coletivo, bem como das situações de discriminação, preconceitos e violências, práticas irregulares de exploração do trabalho, consumo de drogas, gravidez precoce, em colaboração com as famílias e com órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à adolescência e juventude;

(3.7) promover a busca ativa da população de 15 (quinze) a 17 (dezesete) anos fora da escola, em articulação com os serviços de assistência social, saúde e proteção à adolescência e à juventude;

(3.8) fomentar programas de educação e de cultura para a população urbana e do campo de jovens, na faixa etária de 15 (quinze) a 17 (dezesete) anos, e de adultos, com qualificação social e profissional para aqueles que estejam fora da escola e com defasagem no fluxo escolar;

(3.9) redimensionar a oferta de ensino médio nos turnos diurno e noturno, bem como a distribuição territorial das escolas de ensino médio, de forma a atender a toda a demanda, de acordo com as necessidades específicas dos (as) alunos (as);

(3.10) implementar políticas de prevenção à evasão motivada por preconceito ou quaisquer formas de discriminação, criando rede de proteção contra formas associadas de exclusão;

(3.11) estimular a participação dos adolescentes nos cursos das áreas tecnológicas e científicas;

(3.12) criar espaços culturais públicos, como biblioteca, que funcionem em horários especiais.

Meta 4: universalizar, para a população de 4 (quatro) a 17 (dezesete) anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados.

Estratégias:

(4.1) contabilizar, informar no censo, para fins do repasse do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, as matrículas dos (as) estudantes da educação regular da rede pública que recebam atendimento educacional especializado complementar e suplementar, sem prejuízo do cômputo dessas matrículas na educação básica regular, e as matrículas efetivadas, conforme o censo escolar mais atualizado, na educação especial oferecida em instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas com o poder público e com atuação exclusiva na modalidade, nos termos da Lei no 11.494, de 20 de junho de 2007;

(4.2) promover, no prazo de vigência deste plano, a universalização do atendimento escolar à demanda manifesta pelas famílias de crianças de 0 (zero) a 3 (três) anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, observado o que dispõe a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, garantir o acesso e permanência na educação infantil, APAE, estimulação essencial;

(4.3) implantar, ao longo deste plano, salas de recursos multifuncionais e fomentar a formação continuada para comunidade escolar para o atendimento educacional especializado conforme a demanda nas escolas urbanas e do campo;

(4.4) garantir atendimento educacional especializado em salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados, nas formas complementar e suplementar, a todos (as) alunos (as) com deficiência, transtornos

globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, matriculados na rede pública de educação básica, conforme necessidade identificada por meio de avaliação, ouvidos a família e o aluno;

(4.5) viabilizar o acesso e o atendimento as instituições congêneres (APAE) que possuem as equipes multidisciplinares;

(4.6) buscar programas existentes que possam ser aderidos de modo a suprir com as necessidades (escola acessível);

(4.7) proporcionar a formação na área específica, curso de libras e braille, em parceria com o estado, assim como adquirir materiais e equipamentos pedagógicos para o ensino de aluno cego (máquina de braille);

(4.8) efetivar o trabalho integrado do professor do ensino regular e professor do atendimento educacional especializado ou SAEDE;

(4.9) implantar a parceria com órgãos públicos responsável pelo BPC e o programa bolsa família da escola para o desenvolvimento integral do aluno com deficiência;

(4.10) adequar o trabalho por meio de metodologias diferenciadas que contemplem as especificidades dos educandos;

(4.11) fortalecer o atendimento da pessoa com deficiência, nas diversas faixas etárias de maneira inter setorial: saúde, assistência social e direitos humanos, em parceria com as famílias, com o fim de desenvolver modelos de atendimento voltados à continuidade do atendimento escolar, na educação de jovens e adultos, das pessoas com deficiência e transtornos globais do desenvolvimento com idade superior à faixa etária de escolarização obrigatória, de forma a assegurar a atenção integral ao longo da vida;

(4.12) ampliar e fomentar as equipes de profissionais da educação para atender à demanda do processo de escolarização dos (das) estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, garantindo a oferta de professores (as) do atendimento educacional especializado, profissionais de apoio ou auxiliares, tradutores (as) e intérpretes de Libras, guias-intérpretes para surdos-cegos, professores de Libras, prioritariamente surdos, e professores bilíngues;

(4.13) institucionalizar ou aderir a política de avaliação da educação especial;

(4.14) promover parcerias com instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas com o poder público, visando a ampliar as condições de apoio ao atendimento escolar integral das pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação matriculadas nas redes públicas de ensino;

(4.15) promover parcerias com instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas com o poder público, visando a ampliar a oferta de formação continuada e a produção de material didático acessível, assim como os serviços de acessibilidade necessários ao pleno acesso, participação e aprendizagem dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação matriculados na rede pública de ensino;

(4.16) promover parcerias com instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas com o poder público, a fim de favorecer a participação das famílias e da sociedade na construção do sistema educacional inclusivo.

Meta 5: alfabetizar todas as crianças, no máximo, até o final do 3º (terceiro) ano do ensino fundamental.

Estratégias:

(5.1) estruturar os processos pedagógicos de alfabetização, nos anos iniciais do ensino fundamental, articulando-os com as estratégias desenvolvidas na pré-escola, com qualificação e valorização dos (as) professores (as) alfabetizadores e com apoio pedagógico específico, a fim de garantir a alfabetização plena de todas as crianças;

(5.2) utilizar instrumentos de avaliação nacional periódicos e específicos para aferir a alfabetização das crianças, aplicados a cada ano, bem como estimular os sistemas de ensino e as escolas a criarem os respectivos instrumentos de avaliação e monitoramento, implementando medidas pedagógicas para alfabetizar todos os

alunos e alunas até o final do terceiro ano do ensino fundamental; (5.3) aderir as tecnologias educacionais para a alfabetização de crianças, assegurada a diversidade de métodos e propostas pedagógicas, bem como o acompanhamento dos resultados nos sistemas de ensino em que forem aplicadas, devendo ser disponibilizadas, preferencialmente, como recursos educacionais abertos;

(5.4) utilizar as tecnologias educacionais e práticas pedagógicas inovadoras que assegurem a alfabetização e favoreçam a melhoria do fluxo escolar e a aprendizagem dos (as) alunos (as), consideradas as diversas abordagens metodológicas e sua efetividade;

(5.5) garantir a alfabetização de crianças do campo com a produção de materiais didáticos específicos e desenvolver instrumentos de acompanhamento que considerem a identidade cultural das comunidades;

(5.6) promover e estimular a formação inicial e continuada de professores (as) para a alfabetização de crianças, com o conhecimento de novas tecnologias educacionais e práticas pedagógicas inovadoras, estimulando a articulação entre programas de pós-graduação stricto sensu e ações de formação continuada de professores (as) para a alfabetização;

(5.7) assegurar e apoiar a alfabetização das pessoas com deficiência, considerando as suas especificidades, inclusive a alfabetização bilíngue de pessoas surdas, sem estabelecimento de terminalidade temporal.

Meta 6: oferecer educação em tempo integral em, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 25% (vinte e cinco por cento) dos (as) alunos (as) da educação básica.

Estratégias:

(6.1) promover, com o apoio da União, a oferta de educação básica pública em tempo integral, por meio de atividades de acompanhamento pedagógico e multidisciplinares, inclusive culturais e esportivas, de forma que o tempo de permanência dos (as) alunos (as) na escola, ou sob sua responsabilidade, passe a ser igual ou superior a 7 (sete) horas diárias durante todo o ano letivo, com a ampliação progressiva da jornada de professores em uma única escola;

(6.2) instituir, em regime de colaboração, programa de construção de escolas com padrão arquitetônico e de mobiliário adequado para atendimento em tempo integral, prioritariamente em comunidades cuja as crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social;

(6.3) institucionalizar e manter, em regime de colaboração, programa nacional de ampliação e reestruturação das escolas públicas, por meio da instalação de quadras poliesportivas, laboratórios, inclusive de informática, espaços para atividades culturais, bibliotecas, auditórios, cozinhas, refeitórios, banheiros e outros equipamentos, bem como da produção de material didático e da formação de recursos humanos para a educação em tempo integral;

(6.4) fomentar a articulação da escola com os diferentes espaços educativos, culturais e esportivos e com equipamentos públicos, como centros comunitários, bibliotecas, praças, parques, museus, teatros, cinemas e planetários;

(6.5) estimular a oferta de atividades voltadas à ampliação da jornada escolar de alunos (as) matriculados nas escolas da rede pública de educação básica por parte das entidades privadas de serviço social vinculada ao sistema sindical, de forma concomitante e em articulação com a rede pública de ensino;

(6.6) orientar a aplicação da gratuidade de que trata o art. 13 da Lei no 12.101, de 27 de novembro de 2009, em atividades de ampliação da jornada escolar de alunos (as) das escolas da rede pública de educação básica, de forma concomitante e em articulação com a rede pública de ensino;

(6.7) atender às escolas do campo na oferta de educação em tempo integral, com base em consulta prévia e informada, considerando-se as peculiaridades locais;

(6.8) garantir a educação em tempo integral para pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação na faixa etária de 4 (quatro) a 17 (dezesete) anos, assegurando atendimento educacional especializado

complementar e suplementar ofertado em salas de recursos multifuncionais da própria escola ou em instituições especializadas;

(6.9) adotar medidas para otimizar o tempo de permanência dos alunos na escola, direcionando a expansão da jornada para o efetivo trabalho escolar, combinado com atividades recreativas, esportivas e culturais.

Meta 7: fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem de modo a atingir as seguintes médias nacionais para o Ideb:

Estratégias:

(7.1) estabelecer e implantar, mediante pactuação Inter federativa, diretrizes pedagógicas para a educação básica e a base nacional comum dos currículos, com direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento dos (as) alunos (as) para cada ano do ensino fundamental e médio, respeitada a diversidade regional, estadual e local;

(7.2) assegurar que:

a) no quinto ano de vigência deste plano, pelo menos 80% (oitenta por cento) dos (as) alunos (as) do ensino fundamental e do ensino médio tenham alcançado nível suficiente de aprendizado em relação aos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento de seu ano de estudo, e 70% (setenta por cento), pelo menos, o nível desejável;

b) no último ano de vigência deste plano, todos os (as) estudantes do ensino fundamental e do ensino médio tenham alcançado nível suficiente de aprendizado em relação aos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento de seu ano de estudo, e 80% (oitenta por cento), pelo menos, o nível desejável;

(7.3) constituir, em colaboração entre a União, o Estado o Município, um conjunto nacional de indicadores de avaliação institucional com base no perfil do alunado e do corpo de profissionais da educação, nas condições de infraestrutura das escolas, nos recursos pedagógicos disponíveis, nas características da gestão e em outras dimensões relevantes, considerando as especificidades das modalidades de ensino;

(7.4) viabilizar processo contínuo de auto avaliação das escolas de educação básica, por meio da constituição de instrumentos de avaliação que orientem as dimensões a serem fortalecidas, destacando-se a elaboração de planejamento estratégico, a melhoria contínua da qualidade educacional, a formação continuada dos (as) profissionais da educação e o aprimoramento da gestão democrática;

(7.5) formalizar e executar os planos de ações articuladas dando cumprimento às metas de qualidade estabelecidas para a educação básica pública e às estratégias de apoio técnico e financeiro voltadas à melhoria da gestão educacional, à formação de professores e professoras e profissionais de serviços e apoio escolares, à ampliação e ao desenvolvimento de recursos pedagógicos e à melhoria e expansão da infraestrutura física da rede escolar;

(7.6) associar a prestação de assistência técnica financeira à fixação de metas intermediárias, nos termos estabelecidos conforme pactuação voluntária entre os entes, priorizando sistemas e redes de ensino com Ideb abaixo da média nacional;

(7.7) aderir aos instrumentos de avaliação da qualidade do ensino fundamental e médio, de forma a englobar o ensino de ciências nos exames aplicados nos anos finais do ensino fundamental, e incorporar o Exame Nacional do Ensino Médio, assegurada a sua universalização, ao sistema de avaliação da educação básica, bem como apoiar o uso dos resultados das avaliações nacionais pelas escolas e redes de ensino para a melhoria de seus processos e práticas pedagógicas;

(7.8) contribuir para melhoria da avaliação da qualidade da educação especial, bem como da qualidade da educação;

(7.9) contribuir para a melhoria do desempenho dos alunos da educação básica nas avaliações da aprendizagem.

(7.10) incentivar a utilização das tecnologias educacionais para a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio e incentivar práticas pedagógicas inovadoras que assegurem a melhoria

do fluxo escolar e a aprendizagem, assegurada a diversidade de métodos e propostas pedagógicas, com preferência para softwares livres e recursos educacionais abertos, bem como o acompanhamento dos resultados nos sistemas de ensino em que forem aplicadas;

(7.11) garantir transporte gratuito para todos (as) os (as) estudantes da educação do campo na faixa etária da educação escolar obrigatória, mediante renovação e padronização integral da frota de veículos, de acordo com especificações definidas pelo Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - INMETRO, e financiamento compartilhado, com participação da União proporcional às necessidades dos entes federados, visando a reduzir a evasão escolar e o tempo médio de deslocamento a partir de cada situação local;

(7.12) desenvolver pesquisas de modelos alternativos de atendimento escolar para a população do campo que considerem as especificidades locais e as boas práticas nacionais e internacionais;

(7.13) universalizar, até o quinto ano de vigência deste plano, o acesso à rede mundial de computadores em banda larga de alta velocidade e triplicar, até o final da década, a relação computador/aluno (a) nas escolas da rede pública de educação básica, promovendo a utilização pedagógica das tecnologias da informação e da comunicação;

(7.14) apoiar técnica e financeiramente a gestão escolar mediante transferência direta de recursos financeiros à escola, garantindo a participação da comunidade escolar no planejamento e na aplicação dos recursos, visando à ampliação da transparência e ao efetivo desenvolvimento da gestão democrática;

(7.15) ampliar programas e aprofundar ações de atendimento ao (à) aluno (a), em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde;

(7.16) assegurar a todas as escolas públicas de educação básica o acesso a energia elétrica, abastecimento de água tratada, esgotamento sanitário e manejo dos resíduos sólidos, garantir o acesso dos alunos a espaços para a prática esportiva, a bens culturais e artísticos e a equipamentos e laboratórios de ciências e, em cada edifício escolar, garantir a acessibilidade às pessoas com deficiência;

(7.17) institucionalizar e manter, em regime de colaboração, programa nacional de reestruturação e aquisição de equipamentos para escolas públicas, visando à equalização regional das oportunidades educacionais;

(7.18) prover equipamentos e recursos tecnológicos digitais para a utilização pedagógica no ambiente escolar a todas as escolas públicas da educação básica, criando, inclusive, mecanismos para implementação das condições necessárias para a universalização das bibliotecas nas instituições educacionais, com acesso a redes digitais de computadores, inclusive a internet;

(7.19) o município, em regime de colaboração com os entes federados, estabelecerá, no prazo de 2 (dois) anos contados da publicação desta Lei, parâmetros mínimos de qualidade dos serviços da educação básica, a serem utilizados como referência para infraestrutura das escolas, recursos pedagógicos, entre outros insumos relevantes, bem como instrumento para adoção de medidas para a melhoria da qualidade do ensino;

(7.20) informatizar integralmente a gestão das escolas públicas e das secretarias de educação do Município, bem como manter programa nacional de formação inicial e continuada para o pessoal técnico da secretaria de educação;

(7.21) garantir políticas de combate à violência na escola, inclusive pelo desenvolvimento de ações destinadas à capacitação de educadores para detecção dos sinais de suas causas, como a violência doméstica e sexual, favorecendo a adoção das providências adequadas para promover a construção da cultura de paz e um ambiente escolar dotado de segurança para a comunidade;

(7.22) garantir nos currículos escolares conteúdos sobre a história e as culturas afro-brasileira e indígenas e implementar ações educacionais, nos termos das Leis nos 10.639, de 9 de janeiro de 2003, e 11.645, de 10 de março de 2008, assegurando-se a

implementação das respectivas diretrizes curriculares nacionais, por meio de ações colaborativas com fóruns de educação para a diversidade étnico-racial, conselhos escolares, equipes pedagógicas e a sociedade civil;

(7.23) consolidar a educação escolar no campo de populações tradicionais, de populações itinerantes, respeitando a articulação entre os ambientes escolares e comunitários e garantindo: o desenvolvimento sustentável e preservação da identidade cultural; a participação da comunidade na definição do modelo de organização pedagógica e de gestão das instituições, consideradas as práticas socioculturais e as formas particulares de organização do tempo; a oferta bilíngue na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental; a reestruturação e a aquisição de equipamentos; a oferta de programa para a formação inicial e continuada de profissionais da educação; e o atendimento em educação especial;

(7.24) desenvolver currículos e propostas pedagógicas específicas para educação do campo e escolas urbanas que atendam as populações do campo, incluindo os conteúdos culturais correspondentes às respectivas comunidades e considerando o fortalecimento das práticas socioculturais, produzindo e disponibilizando materiais didáticos específicos, inclusive para os (as) alunos (as) com deficiência;

(7.25) mobilizar as famílias e setores da sociedade civil, articulando a educação formal com experiências de educação popular e cidadã, com os propósitos de que a educação seja assumida como responsabilidade de todos e de ampliar o controle social sobre o cumprimento das políticas públicas educacionais;

(7.26) estabelecer parcerias com programas da área da educação, de âmbito local e nacional, com os de outras áreas, como saúde, trabalho e emprego, assistência social, esporte e cultura, possibilitando a criação de rede de apoio integral às famílias, como condição para a melhoria da qualidade educacional;

(7.27) universalizar, mediante articulação entre os órgãos responsáveis pelas áreas da saúde e da educação, o atendimento aos (às) estudantes da rede escolar pública de educação básica por meio de ações de prevenção, promoção e atenção à saúde;

(7.28) estabelecer ações efetivas especificamente voltadas para a promoção, prevenção, atenção e atendimento à saúde e à integridade física, mental e emocional dos (das) profissionais da educação, como condição para a melhoria da qualidade educacional;

(7.29) fortalecer, com a colaboração técnica e financeira da União, em articulação com o sistema nacional de avaliação, os sistemas estaduais de avaliação da educação básica, com participação, por adesão, da rede municipal de ensino, para orientar as políticas públicas e as práticas pedagógicas, com o fornecimento das informações às escolas e à sociedade;

(7.30) promover, com especial ênfase, em consonância com as diretrizes do Plano Nacional do Livro e da Leitura, a formação de leitores e leitoras e a capacitação de professores e professoras, bibliotecários e bibliotecárias e agentes da comunidade para atuar como mediadores e mediadoras da leitura, de acordo com a especificidade das diferentes etapas do desenvolvimento e da aprendizagem;

(7.31) aderir ao programa nacional de formação de professores e professoras e de alunos e alunas para promover e consolidar política de preservação da memória nacional, estadual e municipal;

(7.32) estabelecer políticas de estímulo às escolas que melhorarem o desempenho no Ideb, de modo a valorizar o mérito do corpo docente, da direção e da comunidade escolar.

Meta 8: elevar a escolaridade média da população de 18 (dezoito) a 29 (vinte e nove) anos, de modo a alcançar, no mínimo, 12 (doze) anos de estudo no último ano de vigência deste Plano, para as populações do campo, e dos 25% (vinte e cinco por cento) mais pobres, e igualar a escolaridade média entre negros e não negros declarados à Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

Estratégias:

(8.1) institucionalizar programas e desenvolver tecnologias para

correção de fluxo, para acompanhamento pedagógico individualizado e para recuperação e progressão parcial, bem como priorizar estudantes com rendimento escolar defasado, considerando as especificidades dos segmentos populacionais considerados;

(8.2) implementar programas de educação de jovens e adultos para os segmentos populacionais considerados, que estejam fora da escola e com defasagem idade-série, associados a outras estratégias que garantam a continuidade da escolarização, após a alfabetização inicial;

(8.3) garantir acesso gratuito a exames de certificação da conclusão dos ensinos fundamental e médio;

(8.4) expandir a oferta gratuita de educação profissional técnica por parte das entidades privadas de serviço social e de formação profissional vinculadas ao sistema sindical, de forma concomitante ao ensino ofertado na rede escolar pública, para os segmentos populacionais considerados;

(8.5) promover, em parceria com as áreas de saúde e assistência social, o acompanhamento e o monitoramento do acesso à escola específicos para os segmentos populacionais considerados, identificar motivos de absenteísmo e colaborar com os Estado e o Município para a garantia de frequência e apoio à aprendizagem, de maneira a estimular a ampliação do atendimento desses (as) estudantes na rede pública regular de ensino;

(8.6) promover busca ativa de jovens fora da escola pertencentes aos segmentos populacionais considerados, em parceria com as áreas de assistência social, saúde e proteção à juventude.

Meta 9: elevar a taxa de alfabetização da população com 15 (quinze) anos ou mais para 93,5% (noventa e três inteiros e cinco décimos por cento) até 2015 e, até o final da vigência deste plano, erradicar o analfabetismo absoluto e reduzir em 50% (cinquenta por cento) a taxa de analfabetismo funcional.

Estratégias:

(9.1) colaborar com a oferta gratuita da educação de jovens e adultos a todos os que não tiveram acesso à educação básica na idade própria;

(9.2) realizar diagnóstico dos jovens e adultos com ensino fundamental e médio incompletos, para identificar a demanda ativa por vagas na educação de jovens e adultos;

(9.3) apoiar e implementar ações de alfabetização de jovens e adultos com garantia de continuidade da escolarização básica;

(9.4) aderir ao benefício adicional no programa nacional de transferência de renda para jovens e adultos que frequentarem cursos de alfabetização;

(9.5) realizar chamadas públicas regulares para educação de jovens e adultos, promovendo-se busca ativa em regime de colaboração entre entes federados e em parceria com organizações da sociedade civil;

(9.6) realizar avaliação, por meio de exames específicos, que permita aferir o grau de alfabetização de jovens e adultos com mais de 15 (quinze) anos de idade;

(9.7) executar ações de atendimento ao (à) estudante da educação de jovens e adultos por meio de programas suplementares de transporte, alimentação e saúde, inclusive atendimento oftalmológico e fornecimento gratuito de óculos, em articulação com a área da saúde;

(9.8) apoiar técnica e financeiramente projetos inovadores na educação de jovens e adultos que visem ao desenvolvimento de modelos adequados às necessidades específicas desses (as) alunos (as);

(9.9) estabelecer mecanismos e incentivos que integrem os segmentos empregadores, públicos e privados, e os sistemas de ensino, para promover a compatibilização da jornada de trabalho dos empregados e das empregadas com a oferta das ações de alfabetização e de educação de jovens e adultos;

9.10) aderir aos programas de capacitação tecnológica da população jovem e adulta, direcionados para os segmentos com baixos níveis de escolarização formal e para os (as) alunos (as) com deficiência, articulando os sistemas de ensino, a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, as universidades, as cooperativas e as associações, por meio de ações de extensão

desenvolvidas em centros vocacionais tecnológicos, com tecnologias assistivas que favoreçam a efetiva inclusão social e produtiva dessa população;

(9.11) considerar, nas políticas públicas de jovens e adultos, as necessidades dos idosos, com vistas à promoção de políticas de erradicação do analfabetismo, ao acesso a tecnologias educacionais e atividades recreativas, culturais e esportivas, à implementação de programas de valorização e compartilhamento dos conhecimentos e experiência dos idosos e à inclusão dos temas do envelhecimento e da velhice nas escolas.

Meta 10: oferecer, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das matrículas de educação de jovens e adultos, nos ensinos fundamental e médio, na forma integrada à educação profissional.

Estratégias:

(10.1) aderir de acordo com a demanda ao programa nacional de educação de jovens e adultos voltado à conclusão do ensino fundamental e à formação profissional inicial, de forma a estimular a conclusão da educação básica;

(10.2) expandir as matrículas na educação de jovens e adultos, de modo a articular a formação inicial e continuada de trabalhadores com a educação profissional, objetivando a elevação do nível de escolaridade do trabalhador e da trabalhadora;

(10.3) fomentar a integração da educação de jovens e adultos com a educação profissional, em cursos planejados, de acordo com as características do público da educação de jovens e adultos e considerando as especificidades das populações itinerantes e do campo, inclusive na modalidade de educação a distância;

(10.4) ampliar as oportunidades profissionais dos jovens e adultos com deficiência e baixo nível de escolaridade, por meio do acesso à educação de jovens e adultos articulada à educação profissional;

(10.5) aderir ao programa nacional de reestruturação e aquisição de equipamentos voltados à expansão e à melhoria da rede física de escolas públicas que atuam na educação de jovens e adultos integrada à educação profissional, garantindo acessibilidade à pessoa com deficiência;

(10.6) estimular a diversificação curricular da educação de jovens e adultos, articulando a formação básica e a preparação para o mundo do trabalho e estabelecendo inter-relações entre teoria e prática, nos eixos da ciência, do trabalho, da tecnologia e da cultura e cidadania, de forma a organizar o tempo e o espaço pedagógicos adequados às características desses alunos e alunas;

(10.7) aderir ao material didático, ao desenvolvimento de currículos e metodologias específicas, aos instrumentos de avaliação, ao acesso a equipamentos e laboratórios e a formação continuada de docentes das redes públicas que atuam na educação de jovens e adultos articulada à educação profissional;

(10.8) firmar parcerias e fomentar a oferta pública de formação inicial e continuada para trabalhadores e trabalhadoras articulada à educação de jovens e adultos, em regime de colaboração e com apoio de entidades privadas de formação profissional vinculadas ao sistema sindical e de entidades sem fins lucrativos de atendimento à pessoa com deficiência, com atuação exclusiva na modalidade;

(10.9) aderir ao programa nacional de assistência ao estudante, compreendendo ações de assistência social, financeira e de apoio psicopedagógico que contribuam para garantir o acesso, a permanência, a aprendizagem e a conclusão com êxito da educação de jovens e adultos articulada à educação profissional;

(10.10) implementar mecanismos de reconhecimento de saberes dos jovens e adultos trabalhadores, a serem considerados na articulação curricular dos cursos de formação inicial e continuada e dos cursos técnicos de nível médio.

Meta 11: triplicar as matrículas da educação profissional técnica de nível médio, assegurando a qualidade da oferta e pelo menos 50% (cinquenta por cento) da expansão no segmento público.

Estratégias:

(11.1) expandir as matrículas de educação profissional técnica de nível médio na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, IF-SC, levando em consideração a responsabilidade

dos Institutos na ordenação territorial, sua vinculação com arranjos produtivos, sociais e culturais locais e regionais, bem como a interiorização da educação profissional;

(11.2) realizar a busca ativa para a educação profissional técnica de nível médio nas redes públicas estaduais de ensino;

(11.3) estimular a expansão do estágio na educação profissional técnica de nível médio e do ensino médio regular, preservando-se seu caráter pedagógico integrado ao itinerário formativo do aluno, visando à formação de qualificações próprias da atividade profissional, à contextualização curricular e ao desenvolvimento da juventude;

(11.4) divulgar e encaminhar ao IF-SC ao programa de reconhecimento de saberes para fins de certificação profissional em nível técnico;

(11.5) firmar parceria e ampliar a oferta de matrículas gratuitas de educação profissional técnica de nível médio pelas entidades privadas de formação profissional vinculadas ao sistema sindical e entidades sem fins lucrativos de atendimento à pessoa com deficiência, com atuação exclusiva na modalidade;

(11.6) expandir o atendimento do ensino médio gratuito integrado à formação profissional para as populações do campo de acordo com os seus interesses e necessidades;

(11.7) viabilizar a oferta de educação profissional técnica de nível médio para as pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação;

(11.8) reduzir as desigualdades étnico-raciais e regionais no acesso e permanência na educação profissional técnica de nível médio, inclusive mediante a adoção de políticas afirmativas, na forma da lei;

Meta 12: Articular, com a União e o Estado, a elevação da taxa bruta de matrícula na educação superior para 55% (cinquenta e cinco por cento) e a taxa líquida para 40% (quarenta por cento) da população de 18 (dezoito) a 24 (vinte e quatro) anos de idade, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 50% (cinquenta por cento) das novas matrículas, nas instituições de ensino superior públicas e comunitárias.

Estratégias:

(12.1) trazer para o município um polo da UAB (Universidade Aberta do Brasil);

(12.2) buscar a oferta de vagas, por meio da expansão e interiorização da rede federal de educação superior, da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e do sistema Universidade Aberta do Brasil, considerando a densidade populacional, a oferta de vagas públicas em relação à população na idade de referência e observadas as características regionais das micro e mesorregiões definidas pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, uniformizando a expansão no território nacional;

(12.3) fomentar a oferta de educação superior pública e gratuita prioritariamente para a formação de professores e professoras para a educação básica, sobretudo nas áreas de ciências e matemática, bem como para atender ao déficit de profissionais em áreas específicas;

(12.4) buscar formas de implantação de universidades públicas em cidades próximas, propiciando maior acesso dos estudantes aos cursos, a exemplo da UFFS;

(12.5) pleitear programas e projetos de extensão universitária, orientando sua ação, prioritariamente, para áreas de grande pertinência social, em busca do desenvolvimento territorial;

(12.6) ampliar a oferta de estágio como parte da formação na educação superior;

(12.7) fomentar estudos e pesquisas que analisem a necessidade de articulação entre formação, currículo, pesquisa e mundo do trabalho, considerando as necessidades econômicas, sociais e culturais do País;

(12.8) oportunizar as populações do campo, em relação a acesso, permanência, conclusão e formação de profissionais para atuação nessas populações, ou seja voltada as atividades agrícolas;

(12.9) mapear a demanda e fomentar a oferta de formação de pessoal de nível superior;

Meta 13: Articular com a União e o Estado a elevação da qualidade

da educação superior e ampliar a proporção de mestres e doutores do corpo docente em efetivo exercício no conjunto do sistema de educação superior.

Estratégias:

(13.1) fomentar, em articulação com a União e o Estado, a formação de consórcios entre instituições de educação superior, com vistas a potencializar a atuação regional, inclusive por meio de plano de desenvolvimento institucional integrado, assegurando maior visibilidade nacional e internacional às atividades de ensino, pesquisa e extensão.

(13.2) viabilizar no município, de modo que as universidades realizem, efetivamente, pesquisa institucionalizada, articulada a programas de pós-graduação stricto sensu;

Meta 14: elevar gradualmente o número de matrículas na pós-graduação stricto sensu, mestres e doutores;

Estratégias:

(14.1) viabilizar a oferta de cursos de pós-graduação stricto sensu, utilizando inclusive metodologias, recursos e tecnologias de educação a distância, como polo da UAB;

(14.2) levantar a demanda da oferta de programas de pós-graduação stricto sensu, especialmente os de doutorado, para os campi novos abertos em decorrência dos programas de expansão e interiorização das instituições superiores públicas, como UFFS;

Meta 15: o município em regime de colaboração entre a União e o Estado, efetivar política nacional de formação dos profissionais da educação de que tratam os incisos I, II e III do caput do art. 61 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, assegurado que todos os professores e as professoras da educação básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam.

Estratégias:

(15.1) Incentivar o ingresso dos estudantes em cursos de licenciatura, a fim de aprimorar a formação de profissionais para atuar no magistério da educação básica;

(15.2) implementar programas específicos para formação de profissionais da educação para as escolas do campo e para a educação especial, com cursos voltados para a realidade do campo, fortalecimento da escola do campo, não extinguir as escolas do campo;

(15.3) instigar a reforma curricular dos cursos de licenciatura e estimular a renovação pedagógica, de forma a assegurar o foco no aprendizado do (a) aluno (a), dividindo a carga horária em formação geral, formação na área do saber e didática específica e incorporando as modernas tecnologias de informação e comunicação, em articulação com a base nacional comum dos currículos da educação básica, de que tratam as estratégias 2.1, 2.2, 3.2 e 3.3 deste plano;

(15.4) incentivar as práticas de ensino e os estágios nos cursos de formação de nível médio e superior dos profissionais da educação, visando ao trabalho sistemático de articulação entre a formação acadêmica e as demandas da educação básica;

(15.5) fomentar a oferta de cursos técnicos de nível médio e tecnológicos de nível superior destinados à formação, nas respectivas áreas de atuação, dos (as) profissionais da educação de outros segmentos que não os do magistério, parcerias com IF-SC, UFFS, SESC, SENAI;

(15.6) aderir, política nacional de formação continuada para os (as) profissionais da educação em colaboração entre os entes federados;

(15.7) aderir ao programa de concessão de bolsas de estudos para que os professores de idiomas das escolas públicas de educação básica realizem estudos de imersão e aperfeiçoamento nos países que tenham como idioma nativo as línguas que lecionem;

(15.8) garantir oferta de formação continuada a todos os profissionais da Educação Básica, fundamentada em uma concepção político-pedagógica que assegure a articulação teórica e prática, a pesquisa e a extensão;

(15.9) incentivar formas de registro e divulgação de projetos desenvolvidos nas escolas com o objetivo de validar e valorizar as produções do profissional na ascensão funcional.

Meta 16: formar, em nível de pós-graduação, 50% (cinquenta por cento) dos professores da educação básica, até o último ano de vigência deste plano, e garantir a todos (as) os (as) profissionais da educação básica formação continuada em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualizações dos sistemas de ensino.

Estratégias:

(16.1) realizar, em regime de colaboração, o levantamento da demanda por formação continuada e fomentar a respectiva oferta por parte das instituições públicas de educação superior, de forma orgânica e articulada às políticas de formação do Estado;

(16.2) elaborar o planejamento de formação de professores e professoras da educação básica, definindo diretrizes nacionais, áreas prioritárias, instituições formadoras e processos de certificação das atividades formativas;

(16.3) expandir programa de composição de acervo de obras didáticas, paradidáticas e de literatura e de dicionários, e programa específico de acesso a bens culturais, incluindo obras e materiais produzidos em Libras e em Braille, sem prejuízo de outros, a serem disponibilizados para os professores e as professoras da rede pública de educação básica, favorecendo a construção do conhecimento e a valorização da cultura da investigação;

(16.4) aderir ao portal eletrônico para subsidiar a atuação dos professores e das professoras da educação básica, disponibilizando gratuitamente materiais didáticos e pedagógicos suplementares, inclusive aqueles com formato acessível;

(16.5) aderir a programas de bolsas de estudo para pós-graduação dos professores e das professoras e demais profissionais da educação básica;

(16.6) aderir a formação dos professores e das professoras das escolas públicas de educação básica, por meio da implementação das ações do Plano Nacional do Livro e Leitura e da instituição de programa nacional de disponibilização de recursos para acesso a bens culturais pelo magistério público.

Meta 17: valorizar os (as) profissionais do magistério das redes públicas de educação básica de forma a equiparar seu rendimento médio ao dos (as) demais profissionais com escolaridade equivalente, até o final do sexto ano de vigência deste plano.

Estratégias:

(17.1) realizar, no prazo de dois anos, a atualização dos planos de carreira para os profissionais da educação básica pública em todos os sistemas de ensino, tendo como referência o Piso Salarial Nacional Profissional, definido em lei federal, nos termos do Inciso VIII, do Art. 206, da Constituição Federal.

(17.2) acompanhar percentual da atualização progressiva do piso salarial nacional para os profissionais do magistério público da educação básica.

(17.3) implementar, no âmbito da União, do Estado, e do Município, planos de Carreira para os (as) profissionais do magistério das redes públicas de educação básica, observados os critérios estabelecidos na Lei no 11.738, de 16 de julho de 2008, com implantação gradual do cumprimento da jornada de trabalho em um único estabelecimento escolar;

(17.4) dar continuidade as condições de trabalho, valorização dos profissionais da educação e concretização das políticas de formação, como forma de garantia da qualidade na educação.

(17.5) assegurar, na forma da lei, recursos financeiros para valorização dos profissionais da educação da rede pública.

Meta 18: assegurar, no prazo de 2 (dois) anos, a existência de planos de Carreira para os (as) profissionais da educação básica e superior pública de todos os sistemas de ensino e, para o plano de Carreira dos (as) profissionais da educação básica pública, tomar como referência o piso salarial nacional profissional, definido em lei federal, nos termos do inciso VIII do art. 206 da Constituição Federal.

Estratégias:

(18.1) aderir ao Ministério da Educação, a realização de concurso público prova nacional para subsidiar o Município na admissão de profissionais do magistério da educação básica pública;

(18.2) prever, nos planos de Carreira dos profissionais da educação do Município, licenças remuneradas e incentivos para qualificação profissional, inclusive em nível de pós-graduação stricto sensu;

(18.3) aprovar o plano de Carreira para os (as) profissionais da educação em consonância com o plano nacional de Educação para garantir o repasse de transferências federais voluntárias, na área de educação;

(18.4) considerar as especificidades socioculturais das escolas do campo no provimento de cargos efetivos para essas escolas;

Meta 19: assegurar condições, no prazo de 2 (dois) anos, a partir da Lei nº 13.005 de junho de 2014, para a efetivação da gestão democrática da educação, associada a critérios técnicos de mérito e desempenho e à consulta pública à comunidade escolar, no âmbito das escolas públicas, prevendo recursos e apoio técnico da União para tanto.

Estratégias:

(19.1) aprovar legislação específica que regulamente a gestão democrática, respeitando-se a legislação nacional, e que considere, conjuntamente, para a nomeação dos diretores e diretoras de escola, critérios técnicos de mérito e desempenho, bem como a participação da comunidade escolar, para garantir o repasse de transferências voluntárias da União na área da educação para o município.

(19.2) Fortalecer a formação dos (as)conselheiros(as) dos Conselhos de Acompanhamento e Controle Social do Fundeb, do Conselho de Alimentação Escolar, do Conselho Municipal de Educação, Conselhos Escolares e dos demais representantes educacionais em demais conselhos de acompanhamento de políticas públicas, garantindo a esses colegiados recursos financeiros, espaço físico adequado, equipamentos e meios de transporte para visitas à rede escolar, com vistas ao bom desempenho de suas funções;

(19.3) constituir e fortalecer o Conselho Municipal de Educação que tem a incumbência de promover o Fórum Permanente de Educação com o intuito de coordenar as conferências municipais, bem como efetuar o acompanhamento da execução deste PME e dos cargos e salários;

(19.4) estimular, em todas as redes de educação básica, a constituição e o fortalecimento de grêmios estudantis e associações de pais, assegurando-se-lhes, inclusive, espaços adequados e condições de funcionamento nas escolas e fomentando a sua articulação orgânica com os conselhos escolares, por meio das respectivas representações;

(19.5) estimular a constituição dos conselhos escolares e o fortalecimento do conselho municipal de educação, como instrumentos de participação e fiscalização na gestão escolar e educacional, inclusive por meio de programas de formação de conselheiros, assegurando-se condições de funcionamento autônomo;

(19.6) estimular a participação e a consulta de profissionais da educação, alunos (as) e seus familiares na formulação dos projetos político-pedagógicos, currículos escolares, planos de gestão escolar e regimentos escolares, assegurando a participação dos pais na avaliação de docentes e gestores escolares;

(19.7) favorecer processos de autonomia pedagógica, administrativa e de gestão financeira nos estabelecimentos de ensino;

(19.8) aderir programas de formação de diretores e gestores escolares, bem como aplicar prova nacional específica, a fim de subsidiar a definição de critérios objetivos para o provimento dos cargos, cujos resultados possam ser utilizados por adesão.

Meta 20: Aplicar os investimentos públicos de recursos financeiros para a educação, na ampliação dos percentuais do PIB para a educação, bem como a vinculação do financiamento a um padrão nacional de qualidade, no acompanhamento e no controle social da gestão e no uso dos recursos, entre outros para a Educação Pública.

Estratégias:

(20.1) aderir as fontes de financiamento permanentes e sustentáveis para todos os níveis, etapas e modalidades da educação básica, observando-se as políticas de colaboração entre os entes federados, em especial as decorrentes do art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e do § 1o do art. 75 da Lei

no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que tratam da capacidade de atendimento e do esforço fiscal de cada ente federado, com vistas a atender suas demandas educacionais à luz do padrão de qualidade nacional;

(20.2) destinar os recursos, vinculados nos termos do art. 212 da Constituição Federal, lei específica, a parcela da participação no resultado ou da compensação financeira pela exploração de petróleo e gás natural e outros recursos, com a finalidade de cumprimento da meta prevista no inciso VI do caput do art. 214 da Constituição Federal, para pagamento do salário e outras verbas de natureza remuneratória aos profissionais da educação;

(20.3) fortalecer os mecanismos e os instrumentos que assegurem, nos termos do parágrafo único do art. 48 da Lei Complementar no 101, de 4 de maio de 2000, a transparência e o controle social na utilização dos recursos públicos aplicados em educação, especialmente a realização de audiências públicas, a criação de portais eletrônicos de transparência e a capacitação dos membros de conselhos de acompanhamento e controle social do Fundeb, com a colaboração entre o Ministério da Educação, as Secretarias de Educação dos Estados e dos Municípios e os Tribunais de Contas da União, dos Estados e dos Municípios;

(20.4) adotar o Custo Qualidade - CAQ como parâmetro para o financiamento da educação de todas etapas e modalidades da educação básica, a partir do cálculo e do acompanhamento regular dos indicadores de gastos educacionais com investimentos em qualificação e remuneração do pessoal docente e dos demais profissionais da educação pública, em aquisição, manutenção, construção e conservação de instalações e equipamentos necessários ao ensino e em aquisição de material didático-escolar, alimentação e transporte escolar;

(20.5) buscar junto a União a complementação de recursos financeiros para o município caso não atingir o valor do Custo Aluno-Qualidade inicial - CAQi, valor do CAQi e, posteriormente, do CAQ; (20.6) definir critérios para distribuição dos recursos adicionais dirigidos à educação ao longo do decênio, que considerem a equalização das oportunidades educacionais, a vulnerabilidade socioeconômica e o compromisso técnico e de gestão do sistema de ensino, a serem pactuados na instância prevista no § 5o do art. 7o da Lei 13.005/2014.

(20.7) Apoiar e defender a prorrogação do fundo de manutenção e desenvolvimento da educação básica e de valorização dos profissionais da educação (FUNDEB) com aperfeiçoamento que aprofundem em regime de colaboração e a participação financeira da União para garantir equalização de oportunidades educacionais e padrão de qualidade de ensino, nos termos do art. 211 da Constituição Federal.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GUARUJÁ DO SUL – SC
18 de Junho de 2015

63º ano da Fundação e 53º ano da Instalação.

José Carlos Foiatto
Prefeito Municipal.

- Certifico que a Presente Lei foi publicada e registrada nesta Secretaria em data supra.

Rosa Isabel Montagner
Secretaria da Administração e Fazenda.

Herval d'Oeste

PREFEITURA

1º TERMO ADITIVO CONVÊNIO COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº 001/2015

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA N. 001/2015

DAS PARTES

O MUNICÍPIO DE HERVAL D' OESTE SC, pessoa jurídica de direito privado interno, com sede administrativa sito na Rua Nereu Ramos, n. 389, Centro, na cidade de Herval d' Oeste, CNPJ sob nº 82939430/0001-38, representada neste ato pelo Prefeito Municipal NELSON GUINDANI, brasileiro, casado, residente na cidade de Herval d' Oeste (SC), CPF nº. 501.589.459-72, e a ONG AMIGOS DOS ANIMAIS DE JOAÇABA, HERVAL D' OESTE E LUZERNA (SC), pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob o n. 09.181.147/0001-08, neste ato devidamente representada por sua Presidente, Sra. CAMILLA CAMPAGNOLLO, brasileira, solteira, residente na cidade de Joaçaba (SC), CPF nº 062.942.139-08, a primeira doravante denominada simplesmente CONVENIENTE, e a segunda CONVENIADA, resolvem celebrar o presente TERMO ADITIVO ao CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA, na qualidade de que se regerá pelas seguintes cláusulas:

CLÁUSULA ADITIVA PRIMEIRA DO OBJETO

A Cláusula Primeira - do objeto do Convênio de Cooperação Técnica n. 001/2015, passa a vigorar da seguinte forma:

“CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO - O Convênio de Cooperação Técnica consiste na concessão de uso do Ginásio da Escola Cruz e Souza para a realização de castrações cirúrgicas de cães e gatos de rua e de famílias carentes do município de Herval d' Oeste, que acontecerá no dia 28 de junho de 2015.”

CLÁUSULA ADITIVA SEGUNDA DA RATIFICAÇÃO

As demais cláusulas e condições pactuadas no convênio originário são ratificadas e permanecem em vigor, como se aqui estivessem transcritas.

E por estarem justas e acertadas as partes firmam o presente instrumento, em 3 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo, para os mesmos fins de direito.

Herval D' Oeste (SC), 15 de junho de 2015.
NELSON GUINDANI
Prefeito de Herval D' Oeste

CAMILLA CAMPAGNOLLO
Presidente da ONG AMIGOS DOA ANIMAIS DE JOAÇABA, HERVAL D' OESTE E LUZERNA (SC).

TESTEMUNHAS:

NOME: _____
CPF: _____

NOME: _____
CPF: _____

PORTARIA Nº 729/2015

PORTARIA Nº 729/2015

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Conceder Progressão Funcional ao Profissional do Magistério por Mérito – Avaliação de Desempenho, à Servidora BEATRIZ APARECIDA BENINCÁ CIARNOSCHI (Matr. 1115), nascida aos 03/06/1967, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Professor, Nível/Referência – 7/C, anexo XI, com regime de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, para o Nível/Referência – 7/D, anexo XI, a contar de 03 de junho de 2014, de conformidade com os artigos 25, 26 e 28 a 32 da Lei Complementar Nº 316/2013 de 20 de dezembro de 2013.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 18 de Junho de 2015.
Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 730/2015

PORTARIA Nº 730/2015

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER Licença Maternidade pelo período de 120 (cento e vinte) dias, a contar de 15 de Junho de 2015 até 12 de Outubro de 2015, conforme preceitua o Artigo 107, § 6º da Lei Complementar Nº. 281/2011, à Servidora DEYSE ELAINE ROCHA BEVILÁQUA (Matr. 3795), a qual exerce a função de Professor, Nível/Referência – 2/A, 20 horas semanais, Anexo XI, da LC Nº 316/2013, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 18 de Junho de 2015.
Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 731/2015

PORTARIA Nº 731/2015

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Contratar em Caráter Temporário, o Senhor RODRIGO MITTERER (Matr. 4148), para exercer a função de Professor, Nível – 1 - Referência "A", 40 horas semanais, anexo XI da LC nº 316/2013, turnos matutino e vespertino, Disciplina de Informática, junto às Unidades Escolares: EBM Estação Luzerna, ERB Profº Alcino Fernandes e CME Pequeno Príncipe, a partir de 18 de junho de 2015 até o término do ano letivo de 2015, classificado na Chamada Pública de que trata o Edital Nº 023/2015/SMECE, de 12 de junho de 2015, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar Nº 291/2011. Sendo que seu contrato de trabalho será regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval d' Oeste.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 18 de Junho de 2015.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 732/2015

PORTARIA Nº 732/2015

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Contratar em Caráter Temporário, a Senhora EDIANE PAVIANI (Matr. 4149), a partir de 18 de junho de 2015, para exercer a função de Professor, Nível – 2 - Referência "A", Anexo XI da LC Nº 316/2013, 20 horas semanais, turno vespertino, Educação Infantil, em substituição à Servidora Ana Maria Rodrigues Paiano, a qual se encontra em Atestado Médico, enquanto perdurar seu afastamento, classificada na Chamada Pública de que trata o Edital Nº 023/2015/SMECE, de 12 de junho de 2015, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar Nº 291/2011. Sendo que seu contrato de trabalho será regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval d' Oeste.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 18 de Junho de 2015.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 733/2015

PORTARIA Nº 733/2015

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONVOCAR PARA RETORNO IMEDIATO AO TRABALHO, para fins de superior interesse público, interrompendo o gozo de férias a partir do dia 18 de junho de 2015, da servidora IVANI SIQUEIRA SCHUVAIZERSKI (Matr. 2789), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Auxiliar de Serviços de Saúde, Nível – 8, Referência "B", 40 horas semanais, anexo V da LC Nº 280/2011, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, conforme o disposto nos art. 94 e 97 da Lei Complementar Nº 281/2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 18 de Junho de 2015.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 734/2015

PORTARIA Nº 734/2015

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONVOCAR PARA RETORNO IMEDIATO AO TRABALHO, para fins de superior interesse público, interrompendo o gozo de férias a partir do dia 18 de junho de 2015, da servidora IDAMARA DE MELO (Matr. 2781), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Odontólogo, Nível – 13/1, Referência "B", 40 horas semanais, anexo V da LC Nº 280/2011, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, conforme o disposto nos art. 94 e 97 da Lei Complementar Nº 281/2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 18 de Junho de 2015.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 735/2015

PORTARIA Nº 735/2015

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONVOCAR PARA RETORNO IMEDIATO AO TRABALHO, para fins de superior interesse público, interrompendo o gozo de férias a partir do dia 18 de junho de 2015, da servidora MAIRA JACIARA R. DE MORAIS DORÉ (Matr. 3392), ocupante do Cargo de Agente

Comunitário de Saúde, 40 horas semanais, Anexo I, Quadro de Pessoal do Programa de Saúde da Família, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, conforme o disposto nos art. 94 e 97 da Lei Complementar Nº 281/2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 18 de Junho de 2015.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 736/2015

PORTARIA Nº 736/2015

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Conceder Progressão Funcional ao Profissional do Magistério por Mérito – Cursos de Atualização e Aperfeiçoamento, à Servidora BEATRIZ APARECIDA BENINCÁ CIARNOSCHI (Matr. 1115), nascida aos 03/06/1967, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Professor, Nível/Referência – 7/D, anexo XI, com regime de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, para o Nível/Referência – 7/E, anexo XI, a partir de 18 de junho de 2015, de conformidade com os artigos 25, 26 e 27 da Lei Complementar Nº 316/2013 de 20 de dezembro de 2013.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 18 de Junho de 2015.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 737/2015

PORTARIA Nº 737/2015

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Alterar os efeitos da Portaria Nº 613/2015 da Servidora ILIANDRA FUSSIEGER MEDEIROS (Matr. 4028), a qual exerce a função de Professor, Nível – 2, Referência "A", 20 horas semanais, sendo que a mesma continuará a atuar junto a EBM Estação Luzerna, na vaga da Servidora Iria Mattevi, porém, em substituição à Servidora Deyse Elaine Rocha Beviláqua, que se encontra afastada em Licença Maternidade, a contar de 15 de junho de 2015 até 12 de outubro de 2015, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar nº 291/2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 18 de Junho de 2015.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

Ilhota

PREFEITURA

EXTRATO DE CONTRATO 014 - TP 009 2015 - THOME - REF. QUADRA ESC. ALBERTO SCHMITT

Extrato de Contrato nº 014/2015

Estado de Santa Catarina

Município de Ilhota

Setor de Compras e Licitações

Processo: Tomada de Preço nº 009/2015

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE REFORMA E MELHORIAS NA QUADRA POLIESPORTIVA DA ESCOLA MUNICIPAL ALBERTO SCHMITT.

Fornecedor: THOME EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA

Valor: R\$ 129.799,21 (cento e vinte e nove mil setecentos e noventa e nove reais e vinte e um centavos).

Assinatura: 18/06/2015

Vigência: 30 DIAS após emissão da Ordem de Serviço

DANIEL CHRISTIAN BOSI

PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DE SEGUNDO TERMO ADITIVO DO CONTRATO 003 - TMP 005 2014 - TORRE FORTE

Extrato do Segundo Termo Aditivo de Contrato nº 003/2014 FMESP

Estado de Santa Catarina

Município de Ilhota

Fundo Municipal de Esportes

Setor de Compras e Licitações

Extrato de Contrato nº 003/2014 – FMESP

Processo: Tomada de Preço nº 005/2014

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO E REFORMA DO CAMPO MUNICIPAL DE FUTEBOL IMPLANTAÇÃO DO ESPAÇO MULTIUSO.

Fornecedor: TORRE FORTE CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA.

Prazo: De 30/05/2015 à 31/12/2015

Assinatura: 25/05/2015

Daniel Christian Bosi

Prefeito Municipal

Imarui

PREFEITURA

AVISO DE RETIFICAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL PMI Nº. 043/2015

O Município de Imaruí através da Prefeitura Municipal e seu setor de licitação torna público para conhecimento dos interessados a retificação do Edital do Pregão Presencial nº 043/2015, para contratação de empresa especializada para fornecimento de licença de uso de aplicativos de gestão pública, com acesso simultâneo de usuários, e que atenda as especificações técnicas, o quantitativo e os serviços técnicos correlatos, contendo as seguintes alterações:

No preâmbulo do Edital:

Onde se - lê:

Data e horário de apresentação dos envelopes: Até às 13h55min horas do dia 24/06/2015.

Data e horário da abertura dos envelopes: Dia 24/06/2015, às 14h00min.

Leia-se:

Data e horário de apresentação dos envelopes: Até às 15h25min horas do dia 29/06/2015.

Data e horário da abertura dos envelopes: Dia 29/06/2015, às 15h30min.

As alterações do Preambulo do edital alteram todas as demais, que contenham as mesmas descrições.

Imaruí, 18 de Abril de 2015.

Manoel Viana de Sousa
Prefeito Municipal

III – Vanderléia Ivete Mattos – representante do Setor Pedagógico da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Juventude – 1ª SECRETÁRIA.

IV – Vânia de Souza Silveira - representante da supervisão escolar da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Juventude – 2ª SECRETÁRIA.

V – André Poluceno Viana – Representante da Secretaria de Governo – MEMBRO.

Art. 2º A Comissão realizará seus trabalhos em estrita obediência ao Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, regulamento e Edital específicos.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Imaruí, 18 de junho de 2015.

MANOEL VIANA DE SOUSA
Prefeito Municipal

Publicado Diário Oficial dos Municípios – DOM.

DECRETO GP Nº. 064, DE 18 DE JUNHO DE 2015.

DECRETO GP Nº. 064, DE 18 DE JUNHO DE 2015.

NOMEIA MEMBROS PARA COMPOR A COMISSÃO ESPECIAL DE CONCURSO DE REMOÇÃO E ALTERAÇÃO DE CARGA HORÁRIA DO MAGISTÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL.

MANOEL VIANA DE SOUSA, Prefeito Municipal de Imaruí, no uso de suas atribuições, em especial a disposição contida no art. 61, VI da Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO a existência de Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta firmado entre o Ministério Público e o Município de Imaruí com o objetivo de ajustar a contratação de ACT's para o ano letivo de 2015;

CONSIDERANDO que compete ao Município à realização de processo de alteração de carga horários de membros do magistério público municipal;

CONSIDERANDO o disposto no art. 13 da Lei Complementar n.003, de 26 de dezembro de 2007;

DECRETA:

Art.1º Fica nomeada a Comissão de Concurso de Remoção e Alteração de Carga Horária dos membros do magistério público municipal, conforme segue:

I – Maria do Matos Crescêncio Matos – representante da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Juventude – PRESIDENTE.

II – Lélia Regina de Souza Raimundo – representante do Setor de Recursos Humanos da Secretaria de Educação, Cultura, Desporto e Juventude – MEMBRO.

Imbituba

PREFEITURA

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE PREGÃO PRESENCIAL, COM SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, Nº. 04/2015 (FUNREBOM)

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
FUNREBOM
PROCESSO Nº 04/2015
PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/2015

A Prefeitura Municipal de Imbituba comunica que realizará às 16:00 horas do dia 01 de Julho de 2015, licitação na modalidade de Pregão Presencial com registro de preços do tipo menor preço por item, regido pelo disposto na Lei nº 10.520/2002, pela Lei complementar nº 123/2006, pelo Decreto 6.204/2007 e, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, para possível "Contratação de empresa para fornecimento de material de expediente". O Edital encontra-se a disposição dos interessados, na Diretoria de Licitações, situada à Rua Ernani Cotrin, 601, Centro, das 13:00 às 19:00 horas, de Segunda à Sexta-feira, ou no site www.imbituba.sc.gov.br – link Portal da Transparência.

Imbituba, 19 de Junho de 2015.
Rafael Fortunato Camilo
Comandante da 2ª/8º BBM

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE PREGÃO PRESENCIAL, PELO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, Nº. 10/2015 (DEMUTRAN)

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
DEMUTRAN
PROCESSO Nº 10/2015
PREGÃO PRESENCIAL Nº 10/2015

A Prefeitura Municipal de Imbituba comunica que realizará às 14:00 horas do dia 01 de Julho de 2015, licitação na modalidade de Pregão Presencial com registro de preços, do tipo menor preço por item, regido pelo disposto na Lei nº 10.520/2002, pela Lei complementar nº 123/2006, pelo Decreto 6.204/2007 e, subsidiariamente, pela lei nº 8.666/93 e suas alterações, para possível "Matérias de Construção, Hidráulico e Elétrico para manutenção da Guarnição Especial de Imbituba". O Edital encontra-se a disposição dos interessados, na Diretoria de Licitações, situada à Rua Ernani Cotrin, 601, Centro, das 13:00 às 19:00 horas, de Segunda à Sexta-feira, ou no site www.imbituba.sc.gov.br – link Portal da Transparência.

Imbituba, 19 de maio de 2015.
Marcello da Silva Klingelfus
Tem Cel PM – Comandante da Guarnição Especial de Imbituba

PORTARIA PMI/GGP Nº 361/2015

PORTARIA PMI/GGP Nº 361, de 18 de junho de 2015.
Dispõe sobre a concessão de licença sem vencimentos e, dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei nº 2.140, de 30 de abril de 2001, considerando ainda, o disposto no Processo Administrativo nº 9.040, de 29 de maio de 2015,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder a servidora, Sra. MARIA NATÁLIA PIRES DE MEDEIROS, inscrita no CPF sob o n.º 613.574.729-00, Professora, matrícula n.º 344, LICENÇA SEM VENCIMENTOS, pelo prazo de 1 (um) ano, a partir de 03 de agosto de 2015, ficando impossibilitado qualquer contratação para suprir o presente afastamento.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 18 de junho de 2015.
Jaison Cardoso de Souza
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Nicolau Corsino Bento
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

PORTARIA PMI/GGP Nº 362/2015

PORTARIA PMI/GGP Nº 362, de 18 de junho de 2015.
Dispõe sobre a concessão de licença sem vencimentos e, dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei nº 2.140, de 30 de abril de 2001, considerando ainda, o disposto no Processo Administrativo nº 6.982, de 29 de abril de 2015,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder a servidora, Sra. DELIANE DE SOUSA PEREIRA VIEIRA, inscrita no CPF sob o n.º 578.786.339-91, Professora, matrícula n.º 110, LICENÇA SEM VENCIMENTOS, pelo prazo de 1 (um) ano, a partir de 03 de julho de 2015, ficando impossibilitado qualquer contratação para suprir o presente afastamento.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 18 de junho de 2015.
Jaison Cardoso de Souza
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Nicolau Corsino Bento
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

PORTARIA PMI/GGP Nº 363/2015

PORTARIA PMI/GGP Nº 363, de 18 de junho de 2015.
Dispõe sobre a concessão de licença sem vencimentos e, dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei nº 2.140, de 30 de abril de 2001, considerando ainda, o disposto no Processo Administrativo nº 7.738, de 12 de maio de 2015,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder ao servidor, Sr. EDEMIR FERRAZ DA SILVA, inscrito no CPF sob o n.º 952.728.520-87, Motorista, matrícula n.º 4376, LICENÇA SEM VENCIMENTOS, pelo prazo de 1 (um) ano, a partir de 01 de julho de 2015, ficando impossibilitado qualquer contratação para suprir o presente afastamento.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 18 de junho de 2015.

Jaison Cardoso de Souza
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Nicolau Corsino Bento
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

PORTARIA PMI/GGP Nº 364/2015

PORTARIA PMI/GGP Nº 364, de 18 de junho de 2015.

Dispõe sobre a Demissão de Servente Merendeira, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 2.150, de 08 de junho de 2001,

RESOLVE:

Art.1º Demitir por Término de Contrato, a abaixo relacionada, admitida em 19 de junho de 2013, através do Processo Seletivo Simplificado Edital - 02/2011 e PORTARIA PMI/DGP Nº 378/2013, para exercer o cargo/função conforme descrito na tabela seguinte, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Nome	Cargo	CPF	Demissão
Michele Leal Cardoso	Servente Merendeira 40h	040.007.471-00	18/06/2015

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba SC, 18 de junho de 2015.

Nicolau Corsino Bento
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Andreza Barcelos Carvalho
Gerente de Gestão de Pessoas

PORTARIA PMI/GGP Nº 365/2015

PORTARIA PMI/GGP Nº 365, de 18 de junho de 2015.

Dispõe sobre a Revogação de Portaria de Admissão, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base nas Leis Complementares nº 3.444 e 3.445, de 29 de janeiro de 2009,

RESOLVE:

Art. 1º Revogar a pedido, a PORTARIA PMI/GGP Nº 360, de 17 de junho de 2015, de admissão da Sra. Mirian Laurentino Mota, brasileira, inscrita no CPF sob o n.º 052.368.289-10, admitida para exercer o cargo de Recreadora, junto a Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho e Renda – SEAST.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 18 de junho de 2015.

Nicolau Corsino Bento
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Andreza Barcelos Carvalho
Gerente de Gestão de Pessoas

RREO - 1º BIMESTRE 2015

 <p>Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro</p> <p>TESOURO NACIONAL</p>	Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado Prefeitura Municipal de Imbituba - SC (Poder Executivo) CNPJ: Exercício: 2015 Período de referência: 1º bimestre	

RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário | Padrão

Recetas Orçamentárias	Estágios da Receta Orçamentária						
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECETAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
Recetas Orçamentárias	-	-	-	-	-	-	-
RECETAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	116.211.168,19	116.211.168,19	18.191.720,07	15,65	18.191.720,07	15,65	98.019.448,12
RECETAS CORRENTES	97.997.985,84	97.997.985,84	18.191.720,07	18,56	18.191.720,07	18,56	79.806.265,77
RECETA TRIBUTÁRIA	22.472.805,69	22.472.805,69	5.779.583,48	25,72	5.779.583,48	25,72	16.693.222,21
Impostos	19.349.025,69	19.349.025,69	4.779.057,13	24,70	4.779.057,13	24,70	14.569.968,56
Taxas	3.123.780,00	3.123.780,00	1.000.526,35	32,03	1.000.526,35	32,03	2.123.253,65
Contribuição de Melhoria							
RECETA DE CONTRIBUIÇÕES	2.000.000,00	2.000.000,00	488.827,99	24,44	488.827,99	24,44	1.511.172,01
Contribuições Sociais							
Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico							
Contribuição de Iluminação Pública	2.000.000,00	2.000.000,00	488.827,99	24,44	488.827,99	24,44	1.511.172,01
RECETA PATRIMONIAL	367.800,00	367.800,00	102.608,43	27,90	102.608,43	27,90	265.191,57
Recetas Imobiliárias	25.000,00	25.000,00	39,90	0,16	39,90	0,16	24.960,10
Recetas de Valores Mobiliários	342.800,00	342.800,00	102.568,53	29,92	102.568,53	29,92	240.231,47
Receta de Concessões e Permissões							
Compensações Financeiras							
Receta Decorrente do Direito de Exploração de Bens Públicos em Áreas de Domínio Público							
Receta da Cessão de Direitos							
Outras Recetas Patrimoniais							
RECETA AGROPECUÁRIA							
Receta da Produção Vegetal							
Receta da Produção Animal e Derivados							
Outras Recetas Agropecuárias							
RECETA INDUSTRIAL							
Receta da Indústria Extrativa Mineral							
Receta da Indústria de Transformação							
Receta da Indústria de Construção							
Outras Recetas Industriais							
RECETA DE SERVIÇOS	9.083.590,00	9.083.590,00	1.847.753,25	20,34	1.847.753,25	20,34	7.235.836,75
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	57.826.196,15	57.826.196,15	8.826.604,69	15,26	8.826.604,69	15,26	48.999.591,46
Transferências Intergovernamentais	57.190.031,09	57.190.031,09	8.826.603,69	15,43	8.826.603,69	15,43	48.363.427,40
Transferências de Instituições Privadas	81.320,00	81.320,00	1,00	0,00	1,00	0,00	81.319,00
Transferências do Exterior							
Transferências de Pessoas							
Transferências de Convênios	554.845,06	554.845,06					554.845,06
Transferências para o Combate à Fome							
OUTRAS RECETAS CORRENTES	6.247.594,00	6.247.594,00	1.146.342,23	18,35	1.146.342,23	18,35	5.101.251,77
Multas e Juros de Mora	2.962.245,00	2.962.245,00	476.552,11	16,09	476.552,11	16,09	2.485.692,89
Indenizações e Restituições	11.449,00	11.449,00					11.449,00
Receta da Dívida Ativa	3.099.000,00	3.099.000,00	650.224,05	20,98	650.224,05	20,98	2.448.775,95
Recetas Decorrentes de Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atual do RPPS							
Recetas Correntes Diversas	174.900,00	174.900,00	19.566,07	11,19	19.566,07	11,19	155.333,93
RECETAS DE CAPITAL	18.213.182,35	18.213.182,35					18.213.182,35
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	2.500.000,00	2.500.000,00					2.500.000,00

siconfi
Sistema de Informações
Contábeis e Fiscais
do Setor Público Brasileiro

TESOURO NACIONAL

Receitas Orçamentárias	Estágios da Receita Orçamentária						SALDO (e-c)
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			% (c/a)	
			No Bimestre (b)	Até o Bimestre (c)	% (b/a)		
Operações de Crédito Internas	2.500.000,00	2.500.000,00					2.500.000,00
Operações de Crédito Externas							
ALIENAÇÃO DE BENS	170.000,00	170.000,00					170.000,00
Alienação de Bens Móveis	50.000,00	50.000,00					50.000,00
Alienação de Bens Imóveis	120.000,00	120.000,00					120.000,00
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS							
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	15.543.182,35	15.543.182,35					15.543.182,35
Transferências Intergovernamentais	3.352.616,54	3.352.616,54					3.352.616,54
Transferências de Instituições Privadas							
Transferências do Exterior							
Transferências de Pessoas							
Transferências de Outras Instituições Públicas							
Transferências de Convênios							
Transferências para o Combate à Fome	12.190.565,81	12.190.565,81					12.190.565,81
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL							
Integralização do Capital Social							
Div. Atv. Prov. da Amortiz. de Emp. e Financ.							
Receitas de Capital Diversas							
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	275.560,00	275.560,00					275.560,00
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	116.486.728,19	116.486.728,19	18.191.720,07	15,62	18.191.720,07	15,62	98.295.008,12
OPERAÇÕES DE CRÉDITO/REFINANCIAMENTO (IV)							
Operações de Crédito Internas							
Mobiliária							
Contratual							
Operações de Crédito Externas							
Mobiliária							
Contratual							
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	116.486.728,19	116.486.728,19	18.191.720,07	15,62	18.191.720,07	15,62	98.295.008,12
DÉFICIT (VI)							
TOTAL (VII) = (V + VI)	116.486.728,19	116.486.728,19	18.191.720,07	15,62	18.191.720,07	15,62	98.295.008,12
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)		314.000,00					
Superávit Financeiro		314.000,00					
Reabertura de Créditos Adicionais							

RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário | Padrao

Despesas Orçamentárias		Estágios de Despesa Orçamentária						INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (N)
DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)	
		No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)		
Despesas Orçamentárias								
DESPESAS EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (VII)	116.211.168,19	118.704.052,06	28.499.261,85	68.204.790,21	12.966.625,62	103.737.426,44	10.083.112,77	0,00
DESPESAS CORRENTES	87.534.960,61	87.581.574,48	25.144.402,77	62.437.171,71	12.752.690,23	74.828.884,25	10.678.687,38	0,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	48.167.052,50	48.167.052,50	8.097.350,79	40.069.701,71	7.887.004,42	40.170.048,08	8.779.067,92	0,00
JURISDIÇÃO E ENCARGOS DA DÍVIDA	300.000,00	300.000,00	0,00	300.000,00	0,00	300.000,00	0,00	0,00
JORNAL E DESPESAS CORRENTES	38.421.98	38.421.98	17.047.051,98	21.374.936,00	4.765.685,81	26.140.621,81	4.897.620,46	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	28.295.494,98	28.295.494,98	3.344.859,08	24.950.635,90	133.935,51	25.084.571,41	204,44	0,00
INVESTIMENTOS	26.072.477,58	26.072.477,58	1.861.982,38	24.210.495,20	179.465,20	26.393.012,38	177.945,20	0,00

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro **TesouroNACIONAL**

Despesa Intra-Orçamentária	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	Exercício da Despesa Intra-Orçamentária						INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (k)
			DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)			
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)		
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA									
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	275.560,00	275.560,00	164.756,07	164.756,07	110.803,93	16.714,59	256.845,41	16.714,59	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVESTIMENTOS									
INSCRIÇÕES FINANCEIRAS									
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA									

Sistema de Informações
Contábeis e Fiscais
do Setor Público Brasileiro

TESOURO NACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado

Prefeitura Municipal de Imbituba - SC (Poder Executivo)

CNPJ:

Exercício: 2015

Período de referência: 1º bimestre

RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário | Padrao

Notas Explicativas	Valores
	28/02/2015
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

RR-REO-Anexo 02 | Tabela 2.0 - Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção | Total das Despesas Exceto Intra-Orçamentárias


Documento gerado em 28/04/2015 13:52:30

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Imbituba - SC (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2015
Período de referência: 1º bimestre

Função/Subfunção	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		% (b/cotab)	SALDO (a - b)	Execução da Despesa		DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (a) - (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)			No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (d/cotab d)			
Demais Subfunções												
Saúde	23404377.75	23404377.75	624784.30	624784.30	21.80	17156527.45	3204121.00	3204121.00	24.88	2020250.75		
Atenção Básica	16069165.50	16069295.50	3207519.29	3207519.29	11.19	13485454.21	2297921.61	2297921.61	18.24	14325131.89		
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	5355207.75	5355207.75	2659128.42	2659128.42	9.27	2699979.33	668482.96	668482.96	5.15	4686724.80		
Suporte Farmacológico e Terapêutico	5862592.00	5862592.00	183175.22	183175.22	0.64	403117.28	102135.96	102135.96	0.79	484156.94		
Vigilância Sanitária	709918.00	709918.00	201021.37	201021.37	0.70	508896.63	65890.48	65890.48	0.51	704217.52		
Vigilância Epidemiológica												
Alimentação e Nutrição												
Administração Geral												
Demais Subfunções												
Trabalho												
Proteção e Benefícios ao Trabalhador												
Relações de Trabalho												
Empregabilidade												
Fomento ao Trabalho												
Administração Geral												
Demais Subfunções												
Educação	25546801.18	25546801.18	4181703.10	4181703.10	14.59	21365091.02	2601437.69	2601437.69	20.04	22946242.49		
Educação Fundamental	15933048.00	15933048.00	2639115.54	2639115.54	9.21	13262932.46	1939699.20	1939699.20	14.94	13962388.80		
Educação Infantil	585149.00	585149.00	0.00	0.00	0.00	585149.00	0.00	0.00	0.00	585149.00		
Educação Profissional												
Educação Superior	114490.00	114490.00	39940.00	39940.00	0.14	74550.00	0.00	0.00	0.00	114490.00		
Educação de Jovens e Adultos	7039187.38	7039187.38	1502715.62	1502715.62	5.24	5536472.76	661774.49	661774.49	5.10	7004403.89		
Educação Especial												
Educação Básica	26322.00	26322.00	0.00	0.00	0.00	26322.00	0.00	0.00	0.00	26322.00		
Administração Geral												
Demais Subfunções												
Cultura	1252483.80	1252483.80	0.00	0.00	0.00	1252483.80	0.00	0.00	0.00	1252483.80		
Patrimônio Histórico Artístico e Arqueológico	1886197.50	1886197.50	53961.49	53961.49	0.19	1832236.01	27281.49	27281.49	0.21	1868916.01		
Divulgação Cultural												
Administração Geral												
Demais Subfunções												
Deportes da Cidadania	1886197.50	1886197.50	53961.49	53961.49	0.19	1832236.01	27281.49	27281.49	0.21	1868916.01		
Guia e Realização Social												
Deportes Individuais Coletivos e Unidos												
Assistência aos Povos Indígenas												
Administração Geral												
Demais Subfunções												
Urbanismo	16069165.50	16069165.50	3207523.91	3207523.91	10.32	12911750.59	750245.40	750245.40	5.80	15115007.40		
Infra-Estrutura Urbana	13352108.00	13352108.00	1471791.73	1471791.73	5.13	1188011627	750245.40	750245.40	5.80	12953305.60		
Serviços Urbanos	2507245.00	2507245.00	1483771.18	1483771.18	5.18	1031473.82	0.00	0.00	0.00	2507245.00		
Transportes Coletivos Urbanos												
Administração Geral												
Demais Subfunções												
Habituação	630466.81	630466.81	9659.58	9659.58	0.03	620807.23	6192.38	6192.38	0.05	624274.43		
Habituação Rural												
Habituação Urbana	630466.81	630466.81	9659.58	9659.58	0.03	620807.23	6192.38	6192.38	0.05	624274.43		
Administração Geral												
Demais Subfunções												
Saneamento	920000.00	920000.00	526462.28	526462.28	18.37	4061075.72	2301156.09	2301156.09	17.72	7024843.91		
Saneamento Básico Rural												
Saneamento Básico Urbano	920000.00	920000.00	526462.28	526462.28	18.37	4061075.72	2301156.09	2301156.09	17.72	7024843.91		
Administração Geral												
Demais Subfunções												
Qualia Ambiental	22173.60	22173.60	0.00	0.00	0.00	22173.60	0.00	0.00	0.00	22173.60		
Preservação e Conservação Ambiental	5000.00	5000.00	0.00	0.00	0.00	5000.00	0.00	0.00	0.00	5000.00		
Comunidade Ambiental	17173.60	17173.60	0.00	0.00	0.00	17173.60	0.00	0.00	0.00	17173.60		
Recursos Históricos												
Meio Ambiente												
Administração Geral												
Demais Subfunções												


 Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURO NACIONAL
Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Imbituba - SC (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2015
Período de referência: 1º bimestre

Função/Subfunção		Despesas Empenhadas				Execução da Despesa				Incrretas em Retos a Pagar Não Processados (f)	
		Despesas Empenhadas		Saldo (c) = (a-b)		Despesas Liquidadas		Saldo (e) = (d-f)			
		Até o Bimestre		% (Atual h)		Até o Bimestre		% (Líquido g)			
		No Bimestre				No Bimestre					
Cópia e Tipografia											
Desenvolvimento Científico											
Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia											
Estudo de Conhecimento Científico e Tecnológico											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Agricultura											
Promoção da Produção Vegetal											
Promoção da Produção Animal											
Defesa Sanitária Vegetal											
Defesa Sanitária Animal											
Abastecimento											
Exercício Rural											
Inglês											
Administração Geral											
Comunicação Social											
Organização Administrativa											
Reforma Agrária											
Colonização											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Indústria											
Promoção Industrial											
Produção Industrial											
Mineração											
Propriedade Industrial											
Normalização e Qualidade											
Administração Geral											
Comércio e Serviços											
Promoção Cultural											
Comércio Exterior											
Serviços Financeiros											
Turismo											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Comunicações											
Comunicações Postais											
Telecomunicações											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Energia											
Conservação de Energia											
Energia Elétrica											
Bombeamento											
Energia Nuclear											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Transporte											
Transporte Aéreo											
Transporte Rodoviário											
Transporte Ferroviário											
Transporte Hidroviário											
Transportes Especiais											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Desporto e Lazer											
Desporto de Fomento											
Desporto Comunitário											
Lazer											
Administração Geral											
Demais Subfunções											


TESOURO NACIONAL
 Sistema de Informações
 Contábeis, Financeiras e Orçamentárias
 do Setor Público Brasileiro

Função/Subfunção	Execução e Despesa								INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (a-d)	
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		% (total b)	No Bimestre		
Encargos Especiais	370000.00	370000.00	240004.24	240004.24	8.51	129965.76	191691.54	350610.48	
Retenç�amento da Dívida Interna									
Retenç�amento da Dívida Externa									
Sempre a Dívida Interna	270000.00	270000.00	147289.70	147289.70	5.14	122713.30	34470.19	2666520.81	
Sempre a Dívida Externa									
Transf�er�ncia para o									
Outras Escolas Especiais	100000.00	100000.00	987167.54	987167.54	3.37	33832.46	157519.35	842489.06	
Transf�er�ncia para a Educação Básica									
Demais Sufr�gios									
Reserva de Contingência	50000.00	50000.00	0.00	0.00	0.00	50000.00	0.00	50000.00	
Reserva do RPPS									
DESP�SAS INTRA-ORÇAMENTARIAS (II)	275600.00	275600.00	164796.07	164796.07	0.57	110803.93	19714.59	25845.41	
DESP�SAS EXTRA-ORÇAMENTARIAS (I + II)	118498728.19	118498728.19	3886407.92	3886407.92	100.00	8531554.14	12983340.21	10388271.86	

Sistema de Informações
Contábeis e Fiscais
do Setor Público Brasileiro

TESOURO NACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado

Prefeitura Municipal de Imbituba - SC (Poder Executivo)

CNPJ:

Exercício: 2015

Período de referência: 1º bimestre

RREO-Anexo 02 | Tabela 2.0 - Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção | Padrao

Notas Explicativas	Valores
Notas Explicativas	28/02/2015
Notas Explicativas	-

Lista de Assinaturas

Assinatura: 1

Digitally signed by GEORGE WILIAM DOS SANTOS:88835693934
Date: 2015.04.28 15:27:25 BRT
Perfil: Contador Responsável
Instituição: Prefeitura Municipal de Imbituba - SC

Assinatura: 2

Digitally signed by JAISON CARDOSO DE SOUZA:59154926904
Date: 2015.04.28 15:30:01 BRT
Perfil: Titular do Poder Executivo
Instituição: Prefeitura Municipal de Imbituba - SC

As assinaturas digitais podem ser verificadas no arquivo PDF.

RREO - 2º BIMESTRE 2015



Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro

TESOURO NACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado

Prefeitura Municipal de Imbituba - SC (Poder Executivo)

CNPJ:

Exercício: 2015

Período de referência: 2º bimestre

RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário | Padrão

Recetas Orçamentárias	Estágios da Receita Orçamentária						
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
Recetas Orçamentárias	-	-	-	-	-	-	-
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	116.211.168,19	116.211.168,19	16.044.053,30	13,81	34.235.733,37	29,46	81.975.434,82
RECEITAS CORRENTES	97.997.985,84	97.997.985,84	16.044.053,30	16,37	34.235.733,37	34,94	63.762.252,47
RECEITA TRIBUTÁRIA	22.472.805,69	22.472.805,69	3.423.950,00	15,24	9.203.493,48	40,95	13.269.312,21
Impostos	19.349.025,69	19.349.025,69	2.847.074,71	14,71	7.626.091,64	39,41	11.722.933,85
Taxas	3.123.780,00	3.123.780,00	576.875,29	18,47	1.577.401,64	50,50	1.546.378,36
Contribuição de Melhoria	-	-	-	-	-	-	-
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	2.000.000,00	2.000.000,00	257.487,76	12,87	746.315,75	37,32	1.253.684,25
Contribuições Sociais	-	-	-	-	-	-	-
Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico	-	-	-	-	-	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	2.000.000,00	2.000.000,00	257.487,76	12,87	746.315,75	37,32	1.253.684,25
RECEITA PATRIMONIAL	367.800,00	367.800,00	169.518,64	46,09	272.127,07	73,99	95.672,93
Receitas Imobiliárias	25.000,00	25.000,00	0,00	0,00	39,90	0,16	24.960,10
Receitas de Valores Mobiliários	342.800,00	342.800,00	169.518,64	49,45	272.087,17	79,37	70.712,83
Receita de Concessões e Permissões	-	-	-	-	-	-	-
Compensações Financeiras	-	-	-	-	-	-	-
Receita Decorrente do Direito de Exploração de Bens Públicos em Áreas de Domínio Público	-	-	-	-	-	-	-
Receita da Cessão de Direitos	-	-	-	-	-	-	-
Outras Receitas Patrimoniais	-	-	-	-	-	-	-
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita da Produção Vegetal	-	-	-	-	-	-	-
Receita da Produção Animal e Derivados	-	-	-	-	-	-	-
Outras Receitas Agropecuárias	-	-	-	-	-	-	-
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita da Indústria Extrativa Mineral	-	-	-	-	-	-	-
Receita da Indústria de Transformação	-	-	-	-	-	-	-
Receita da Indústria de Construção	-	-	-	-	-	-	-
Outras Receitas Industriais	-	-	-	-	-	-	-
RECEITA DE SERVIÇOS	9.083.590,00	9.083.590,00	1.930.049,38	21,25	3.777.802,63	41,59	5.305.787,37
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	57.826.196,15	57.826.196,15	8.808.852,71	15,23	17.635.457,40	30,50	40.190.738,75
Transferências Intergovernamentais	57.190.031,09	57.190.031,09	8.808.852,71	15,40	17.635.456,40	30,84	39.554.574,69
Transferências de Instituições Privadas	81.320,00	81.320,00	0,00	0,00	1,00	0,00	81.319,00
Transferências do Exterior	-	-	-	-	-	-	-
Transferências de Pessoas	-	-	-	-	-	-	-
Transferências de Convênios	554.845,06	554.845,06	0,00	0,00	0,00	0,00	554.845,06
Transferências para o Combate à Fome	-	-	-	-	-	-	-
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	6.247.594,00	6.247.594,00	1.454.194,81	23,28	2.600.537,04	41,62	3.647.056,96
Multas e Juros de Mora	2.962.245,00	2.962.245,00	632.523,94	21,35	1.109.076,05	37,44	1.853.168,95
Indenizações e Restituições	11.449,00	11.449,00	0,00	0,00	0,00	0,00	11.449,00
Receita da Dívida Ativa	3.099.000,00	3.099.000,00	798.144,66	25,75	1.448.368,71	46,74	1.850.631,29
Receitas Decorrentes de Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atual do RPPS	-	-	-	-	-	-	-
Receitas Correntes Diversas	174.900,00	174.900,00	23.526,21	13,45	43.092,28	24,64	131.807,72
RECEITAS DE CAPITAL	18.213.182,35	18.213.182,35	0,00	0,00	0,00	0,00	18.213.182,35
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	2.500.000,00	2.500.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.500.000,00

RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário | Padrao

Receitas Orçamentárias	Estágios da Receita Orçamentária					
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO (b-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	
Operações de Crédito Internas	2.500.000,00	2.500.000,00	0,00	0,00	0,00	2.500.000,00
Operações de Crédito Externas						
ALIEAÇÃO DE BENS	170.000,00	170.000,00	0,00	0,00	0,00	170.000,00
Alienação de Bens Móveis	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00
Alienação de Bens Imóveis	120.000,00	120.000,00	0,00	0,00	0,00	120.000,00
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS						
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	15.543.182,35	15.543.182,35	0,00	0,00	0,00	15.543.182,35
Transferências Intergovernamentais	3.352.616,54	3.352.616,54	0,00	0,00	0,00	3.352.616,54
Transferências de Instituições Privadas						
Transferências do Exterior						
Transferências de Pessoas						
Transferências de Outras Instituições Públicas						
Transferências de Convênios	12.190.565,81	12.190.565,81	0,00	0,00	0,00	12.190.565,81
Transferências para o Combate à Fome						
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Integralização do Capital Social						
Div. An. Prov. de Amortiz. de Emp. e Financ.						
Receitas de Capital Diversas						
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	275.560,00	275.560,00	0,00	0,00	0,00	275.560,00
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	116.486.728,19	116.486.728,19	16.044.053,30	13,77	34.235.733,37	82.250.994,82
OPERAÇÕES DE CRÉDITOREFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária						
Contratual						
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária						
Contratual						
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	116.486.728,19	116.486.728,19	16.044.053,30	13,77	34.235.733,37	82.250.994,82
DÉFICIT (VI)						
TOTAL (VII) = (V + VI)	116.486.728,19	116.486.728,19	16.044.053,30	13,77	34.235.733,37	82.250.994,82
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)		1.802.470,15			99.616,77	
Superávit Financeiro		1.802.470,15			99.616,77	
Reabertura de Créditos Adicionais						

 Sistema de Informações Contábeis e Financeiras do Setor Público Brasileiro	Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado Prefeitura Municipal de Imbituba - SC (Poder Executivo) CNPJ: Exercício: 2015 Período de referência: 2º bimestre
-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Despesa Intra-Orçamentária	Estado da Despesa Intra-Orçamentária						INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (k)
	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)	
			No Bimestre	Até o Bimestre (h)			
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA							
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	275.560,00	275.560,00	3.277,80	168.033,37	107.526,13	229.358,90	46.201,10
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVESTIMENTOS E OBRAS							
INVESTIMENTOS EM IMÓVEIS, EQUIPAMENTOS E MOBILIÁRIOS							
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA							



Sistema de Informações
Contábeis e Fiscais
do Setor Público Brasileiro

TESOURO NACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado**Prefeitura Municipal de Imbituba - SC (Poder Executivo)****CNPJ:****Exercício: 2015****Período de referência: 2º bimestre****RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário | Padrao**

Notas Explicativas	Valores
	30/04/2015
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

RREO-Anexo 02 | Tabela 2.0 - Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção | Total das Despesas Exceto Intra-Orçamentárias

Documento gerado em 18/06/2015 14:39:41

 <small>Sistema de Informações Contábeis e Financeiras do Poder Público Brasileiro</small>	Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
	Prefeitura Municipal de Imbituba - SC (Poder Executivo)
	CNPJ:
	Exercício: 2015
	Período de referência: 2º bimestre

Função/Subfunção	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		Execução da Despesa			DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (f)	SALDO (g) = (e-d)	INCRETAS EM RETOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
			No Bimestre	Até o Bimestre (c)	% (b/atual (b))	SALDO (c) = (a-b)	No Bimestre			
Cópia e Tipografia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			0,00	0,00	
Desenvolvimento Científico										
Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia										
Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico										
Administração Geral										
Demais Subfunções										
Agricultura	242875,00	1741840,75	0,00	38065,75	0,08	1703575,00	2021,14	32280,76	0,00	1703403,99
Promoções de Produção Vegetal										
Promoções de Produção Animal	1688575,00	1688575,00	0,00	0,00	0,00	1688575,00	0,00	0,00	0,00	1688715,00
Defesa Sanitária Vegetal										
Defesa Sanitária Animal										
Abastecimento										
Exercício Rural	35000,00	35000,00	0,00	0,00	0,00	35000,00	0,00	0,00	0,00	35000,00
Indústria										
Administração Geral	725000,00	38065,75	0,00	38065,75	0,08	0,00	2021,14	32280,76	0,00	5765,99
Demais Subfunções										
Organização Administrativa										
Reforma Agrária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Colonização										
Administração Geral										
Demais Subfunções										
Indústria	18479,50	50000,00	0,00	0,00	0,00	50000,00	0,00	0,00	0,00	50000,00
Promoção Industrial	18479,50	50000,00	0,00	0,00	0,00	50000,00	0,00	0,00	0,00	50000,00
Produção Industrial										
Mineração										
Propriedade Industrial										
Normalização e Qualidade										
Administração Geral										
Demais Subfunções										
Comércio e Serviços										
Promoção Industrial	4084626,00	5038025,92	325925,59	1247740,08	2,49	378085,54	332115,05	79171,26	0,00	4248374,66
Comércio Exterior										
Serviços Financeiros										
Turismo	3533909,00	3133909,00	83955,15	880218,43	1,75	2653050,57	134569,77	491086,16	1,77	3042842,85
Administração Geral	470790,00	1549716,82	241957,44	367521,65	0,73	1137195,27	197465,26	300885,11	1,08	1240331,81
Demais Subfunções										
Comunicações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Comunicações Postais										
Comunicações Pousas										
Telecomunicações										
Administração Geral										
Demais Subfunções										
Energia	2000000,00	2000000,00	1726460,00	1876460,00	3,74	125460,00	686777,61	746465,06	2,89	125351494
Conservação de Energia										
Energia Elétrica	2000000,00	2000000,00	1726460,00	1876460,00	3,74	125460,00	686777,61	746465,06	2,89	125351494
Recurso Hídrico										
Energia Térmica										
Administração Geral										
Demais Subfunções										
Transporte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transporte Aéreo										
Transporte Rodoviário										
Transporte Ferroviário										
Transporte Hidroviário										
Transportes Especiais										
Administração Geral										
Demais Subfunções										
Deporto e Lazer	325452,00	2857485,99	60998,75	210097,94	0,42	2647370,75	38039,34	111884,21	0,40	2756054,38
Deporto de Remo										
Deporto de Canotagem	111184,00	523172,59	69988,75	182097,94	0,32	381972,75	38339,34	111884,21	0,40	413051,38
Lazer	2474288,00	2474288,00	0,00	48000,00	0,10	2296288,00	0,00	0,00	0,00	2342888,00
Administração Geral										
Demais Subfunções										



Sistema de Informações
Contábeis e Fiscais
do Setor Público Brasileiro

TESOURO NACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado**Prefeitura Municipal de Imbituba - SC (Poder Executivo)****CNPJ:****Exercício: 2015****Período de referência: 2º bimestre****RREO-Anexo 02 | Tabela 2.0 - Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção | Padrao**

Notas Explicativas	Valores
	30/04/2015
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

Lista de Assinaturas

Assinatura: 1

Digitally signed by GEORGE WILIAM DOS SANTOS:88835693934
Date: 2015.06.18 14:46:35 BRT
Perfil: Contador Responsável
Instituição: Prefeitura Municipal de Imbituba - SC

Assinatura: 2

Digitally signed by JAISON CARDOSO DE SOUZA:59154926904
Date: 2015.06.18 14:51:13 BRT
Perfil: Titular do Poder Executivo
Instituição: Prefeitura Municipal de Imbituba - SC

As assinaturas digitais podem ser verificadas no arquivo PDF.

CÂMARA MUNICIPAL

ATO DA PRESIDÊNCIA Nº 026/15

Ato da Presidência nº 026/15

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições regimentais, em atenção ao que dispõe o art. 201 do Regimento Interno, divulga a ORDEM DO DIA da 19ª Sessão Ordinária, da 3ª Sessão Legislativa, da 14ª Legislatura, a realizar-se no dia 22 de Junho de 2015 (segunda-feira), às 19h30min, nas dependências da Câmara Municipal de Imbituba.

PROPOSIÇÃO	REGIME							
Mensagem	Modalidade/Nº	Data	Origem	Autoria	Ementa	Tramitação	Discussão	Votação
068	PL 4.712/2015	11/06/2015	Executivo Municipal	Jaison Cardoso de Souza	Autoriza o Chefe do Poder Executivo Municipal a receber e destinar parte dos materiais que foram utilizados no canteiro de obras da construção da Ponte sobre o Canal Laranjeiras e dá outras providências.	Urgência Especial	Única	1ª/2ª
	PR nº 005/2015	10/06/2015	Legislativo Municipal	Mesa Diretora	Dispõe sobre a concessão de promoção por merecimento ao servidor Otoniel Nascimento Cardoso.	Ordinário	Única	Única
	PR nº 006/2015	10/06/2015	Legislativo Municipal	Mesa Diretora	Dispõe sobre a concessão de promoção por merecimento à servidora Rosalba da Silveira Espíndola.	Ordinário	Única	Única
	PR nº 007/2015	10/06/2015	Legislativo Municipal	Mesa Diretora	Dispõe sobre a concessão de promoção por merecimento ao Servidor Marcelo José Cardoso.	Ordinário	Única	Única
	PR nº 008/2015	10/06/2015	Legislativo Municipal	Mesa Diretora	Dispõe sobre a concessão de promoção por merecimento ao Servidor Thiago Guimarães Machado.	Ordinário	Única	Única
	PR nº 009/2015	10/06/2015	Legislativo Municipal	Mesa Diretora	Dispõe sobre a concessão de promoção por merecimento à Servidora Sandra Pires.	Ordinário	Única	Única

A organização da Ordem do Dia obedece ao disposto no art. 157, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Imbituba (Res. nº 22/94, de 15-12-1994, atualizado pela Res. nº 001/2005).

Gabinete da Presidência, 18 de Junho de 2015.

TERMO ADITIVO I AO CONVÊNIO Nº 029/2013

TERMO ADITIVO I AO CONVÊNIO Nº 029/2013

Convênio de cessão de servidores públicos que entre si celebram o Município de Imbituba e a Câmara Municipal de Vereadores de Imbituba.

O Município de Imbituba, inscrito no CNPJ sob o nº 82.909.409/0001-90, com sede estabelecida na Rua Ernani Cotrin, nº 601, centro, neste município de Imbituba, Estado de Santa Catarina, CEP 88780-000, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Jaison Cardoso de Souza, brasileiro, casado, Agente Político, portador do CPF nº 591.549.269-04 e RG nº 1579963, respondendo pelos atos emanados deste na Rua Ernani Cotrin, nº 601, nesta cidade de Imbituba-SC, CEP 88780-000, adiante denominado CEDENTE e a Câmara Municipal de Vereadores de Imbituba, inscrita no CNPJ sob o nº 79.680.005/0001-62, com sede na rua Ernani Cotrin, nº 555, Centro, neste Município de Imbituba, Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Presidente da Câmara Municipal de Vereadores o Sr. Luiz Cláudio Carvalho

de Souza, brasileiro, casado, Agente político, portador do CPF nº 678.426.139-20, RG nº 1900218, adiante denominado CESSIONÁRIO, ajustam e firmam o presente Termo Aditivo I ao Convênio, com as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA
I - DO OBJETO

O objeto do Convênio de cooperação técnica é a cessão da servidora pela CEDENTE da Sra. Erica Batista Pittigliani Custódio, Servidora ativa do quadro permanente ocupante do cargo Supervisora Escolar, matr. 149, para prestar serviços à cessionária na Câmara Municipal de Vereadores de Imbituba, na função gratificada de Controladora Interna.

II – DAS ATRIBUIÇÕES

A servidora Erica Batista Pittigliani Custódio, ficará responsável pela Controladoria Interna da Câmara Municipal de Imbituba, conforme atribuições especificadas nos Anexos da Lei 1145//91.

CLÁUSULA SEGUNDA

Será de inteira responsabilidade da CEDENTE as obrigações inerentes a esta cessão, ficando a seu encargo o pagamento de suas remunerações, bem como seus encargos sociais e trabalhistas.

CLÁUSULA TERCEIRA

Caberá a CESSIONARIA, comunicar a frequência dos servidores mensalmente, até o 5º dia útil do mês subsequente, impreterivelmente.

CLÁUSULA QUARTA

O presente convênio terá vigência a partir do dia 10 de junho de 2015, por prazo indeterminado, obedecendo às determinações contidas no inciso II da cláusula primeira, sendo baixadas portarias quando da data efetiva da cessão pela CESSIONÁRIA, ficando convalidados os atos portariados em tempos pretéritos.

CLÁUSULA QUINTA - DA RATIFICAÇÃO

As Cláusulas do Convênio nº 029/2013 que não foram alteradas pelo presente Termo ficam, desde já, ratificadas. Ressalta-se que, a partir da assinatura do presente, a única servidora cedida à Câmara Municipal de Imbituba é a Sra. Erica Batista Pittigliani Custódio, sendo que os servidores anteriormente cedidos, mencionados no Convênio nº029/2013, não desempenham mais quaisquer funções ou cargos na Câmara Municipal de Imbituba, não participando, portanto, do Convênio pactuado.

CLÁUSULA SEXTA

A Prefeitura Municipal de Imbituba e a Câmara Municipal de Vereadores de Imbituba farão publicações do presente instrumento de acordo com as disposições da Lei nº 4.283/2013

E por estarem justos e contratados, assinam o presente convênio em 02 (duas) vias de igual forma, na presença das testemunhas abaixo.

Imbituba, em 10 de junho de 2015.

Jaison Cardoso de Souza
Prefeito do Município de Imbituba

Luiz Cláudio Carvalho de Souza
Presidente da Câmara Municipal de Imbituba

Testemunhas:

Indaial

PREFEITURA

ATA Nº 028/2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº.28/2015

Processo Licitatório Nº 15/00000101

Pregão Nº 44/2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº.28/2015

Aos dezoito dias do mês de junho de dois mil e quinze, de um lado o **MUNICÍPIO DE INDAIAL**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.798/0001-00, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 126, bairro Centro, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. **Sérgio Almir dos Santos**, Prefeito legitimamente eleito para o cargo, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 383.728.439-53 e Cédula de Identidade nº 3/R 1.111.815, residente e domiciliado à Rua 25 de Janeiro, nº 797, Bairro Carijós, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente de **ÓRGÃO GERENCIADOR DO REGISTRO DE PREÇOS – OGRP**; e de outro lado, a(s) empresa(s) adjudicatária(s), doravante denominada simplesmente de **FORNECEDOR**, tem entre si justo e acordado a presente Ata, fundamentado na Lei Federal nº 8.666/93 e o Decreto Municipal nº 654/2014 e vinculada aos termos da proposta apresentada no Processo licitatório 15/00000101 - Pregão Nº 44/2015, observadas as condições do edital, as seguintes condições:

1. FORNECEDOR(ES) REGISTRADO(S):

- 1.1 COMERCIAL AUTOMOTIVA S.A., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 45.987.005/0066-33, estabelecida à RUA AYRES DA GAMA, nº 129 – Bairro CENTRO, no município de Blumenau – Santa Catarina.
- 1.2 MODELO PNEUS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 94.510.682/0001-26, estabelecida à RUA MAL HUMBERTO DE ALENCAR CAST BRANCO, nº 56 – Bairro PLANALTO, no município de Bento Gonçalves – Rio Grande do Sul.
- 1.3 COPAL COMERCIO DE PNEUS E ACESSORIOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 88.197.330/0001-60, estabelecida à AVENIDA 7 DE SETEMBRO, nº 236 – Bairro CENTRO, no município de Tapejara – Rio Grande do Sul.
- 1.4 JOACABA PNEUS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 84.587.245/0010-48, estabelecida à RODOVIA BR 282, nº S/N – Bairro AEROPORTO, no município de Joaçaba – Santa Catarina.

2. DO OBJETO:

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
Nº.28/2015

- 2.1. AQUISIÇÃO DE PNEUS, CÂMARAS E PROTETORES.
- 2.2. Não é permitida, em hipótese alguma, a entrega de equipamentos ou quaisquer componentes refabricados ou reconicionados.
- 3. VALORES REGISTRADOS:**
- 3.1. Estão registrados, através da presente ata, os seguintes valores para os respectivos itens, para cada FORNECEDOR:

3.1.1.

1066 - COMERCIAL AUTOMOTIVA S.A.						
Lote: 19 - LOTE 19.						
Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unit.	Valor Total
19	PNEU 265/75 R16 123/120S M+S ATR USO MISTO EM QUALQUER CONDIÇÃO, ASFALTO, TERRA (LAMA) E CIDADE.	UNIDADE		8	R\$575,00	R\$4.600,00
Total Lote:						R\$4.600,00
Lote: 27 - LOTE 27.						
Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unit.	Valor Total
27	PNEU 17.5 X 25(E3/L3), COM 27MM DE SULCO NO CENTRO DA BANDA DE RODAGEM, 16 LONAS USO EM: PÁ CARREGADEIRA, CANTEIRO DE OBRAS, LAMA, CALÇÁRIO E TERRAPLANAGEM. CONVENCIONAL.	UNIDADE		12	R\$2.660,00	R\$31.920,00
Total Lote:						R\$31.920,00
Lote: 40 - LOTE 40.						
Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unit.	Valor Total
40	PNEU 175/70 R13 82T.	UNIDADE		116	R\$138,00	R\$16.008,00
Total Lote:						R\$16.008,00
Lote: 43 - LOTE 43.						
Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unit.	Valor Total
43	PNEU 185/65 R14 86T.	UNIDADE		20	R\$199,00	R\$3.980,00
Total Lote:						R\$3.980,00
Total Fornecedor:						R\$56.508,00
322407 - MODELO PNEUS LTDA						
Lote: 9 - LOTE 09.						
Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unit.	Valor Total
9	PNEU 215/75 R 16C 111/113R.	UNIDADE		26	R\$375,23	R\$9.755,98
Total Lote:						R\$9.755,98
Lote: 11 - LOTE 11.						
Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unit.	Valor Total
11	PNEU 7.50 - 16 121/120J 12 LONAS CONVENCIONAL USO: MICRO ONIBUS.	UNIDADE		6	R\$376,66	R\$2.259,96
Total Lote:						R\$2.259,96
Lote: 12 - LOTE 12.						
Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unit.	Valor Total
12	PNEU 215/75 R 17.5 126/124M M+S USO: URBANO/REGIONAL TODAS AS POSIÇÕES.	UNIDADE		16	R\$680,62	R\$10.889,92
Total Lote:						R\$10.889,92

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
Nº.28/2015**

Lote: 17 - LOTE 17.						
Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unit.	Valor Total
17	PNEU 175/70 R14C 88T.	UNIDADE		36	R\$235,83	R\$8.489,88
					Total Lote:	R\$8.489,88
Lote: 25 - LOTE 25.						
Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unit.	Valor Total
25	PNEU TRASEIRO: 17.5 X 25 L2, COM 24MM DE SULCO NO CENTRO DA BANDA DE RODAGEM, 16 LONAS USO EM: CANTEIRO DE OBRAS, LAMA E TERRAPLANAGEM. CONVENCIONAL.	UNIDADE		14	R\$2.433,92	R\$34.074,88
					Total Lote:	R\$34.074,88
Lote: 34 - LOTE 34.						
Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unit.	Valor Total
34	PNEU 1000 X R20 146/143D RADIAL BORRACHUDO MISTO. USO: EM TRACÇÃO (NA TERRA, CANTEIROS DE OBRAS, POUCO ASFALTO CURTA E MÉDIA DISTÂNCIA).	UNIDADE		100	R\$1.130,00	R\$113.000,00
					Total Lote:	R\$113.000,00
Lote: 51 - LOTE 51.						
Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unit.	Valor Total
66	PROTETOR 1000 X 20.	UNIDADE		80	R\$28,00	R\$2.240,00
67	PROTETOR 900 X 20.	UNIDADE		12	R\$25,00	R\$300,00
68	PROTETOR 7.50 X 16.	UNIDADE		10	R\$19,00	R\$190,00
69	PROTETOR 17.5 X 25.	UNIDADE		22	R\$135,00	R\$2.970,00
70	PROTETOR 19.5 X 24.	UNIDADE		16	R\$300,00	R\$4.800,00
71	PROTETOR 14.00 X 24.	UNIDADE		30	R\$50,00	R\$1.500,00
72	PROTETOR 18.4 X 34.	UNIDADE		4	R\$450,00	R\$1.800,00
73	PROTETOR 7.50 X 18.	UNIDADE		8	R\$90,00	R\$720,00
					Total Lote:	R\$14.520,00
					Total Fornecedor:	R\$192.990,62
371513 - COPAL COMERCIO DE PNEUS E ACESSORIOS LTDA						
Lote: 26 - LOTE 26.						
Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unit.	Valor Total
26	PNEU 6.00 X16 6 LONAS DIRECIONAL SEM TRACÇÃO PARA EMPLEMENTO AGRICOLA, COM RAIA CENTRAL ELEVADA. CONVENCIONAL.	UNIDADE		4	R\$145,00	R\$580,00
					Total Lote:	R\$580,00
Lote: 31 - LOTE 31.						
Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unit.	Valor Total
31	PNEU 10 X 16.5 (10 LONAS) USO: EM LIMPEZA VIAS PÚBLICAS (MINICARREGADEIRA).	UNIDADE		24	R\$293,33	R\$7.039,92
					Total Lote:	R\$7.039,92
					Total Fornecedor:	R\$7.619,92
733067 - JOACABA PNEUS LTDA						
Lote: 1 - LOTE 01.						
Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unit.	Valor Total
1	PNEU PARA MOTOCICLETA 90/90 -	UNIDADE		8	R\$160,00	R\$1.280,00

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
Nº.28/2015**

	21 M/C (54S) MISTO.					
					Total Lote:	R\$1.280,00
Lote: 2 - LOTE 02.						
Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unit.	Valor Total
2	PNEU PARA MOTOCICLETA 120/80 - 18 M/C (62S) USO MISTO.	UNIDADE		9	R\$198,00	R\$1.782,00
					Total Lote:	R\$1.782,00
Lote: 3 - LOTE 03.						
Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unit.	Valor Total
3	PNEU PARA MOTOCICLETA 90/90 - 19 M/C - USO MISTO.	UNIDADE		24	R\$152,00	R\$3.648,00
					Total Lote:	R\$3.648,00
Lote: 4 - LOTE 04.						
Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unit.	Valor Total
4	PNEU PARA MOTOCICLETA 110/90 - 17 M/C USO MISTO.	UNIDADE		24	R\$178,00	R\$4.272,00
					Total Lote:	R\$4.272,00
Lote: 5 - LOTE 05.						
Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unit.	Valor Total
5	PNEU PARA MOTOCICLETA 80/90 - 21 M/C USO MISTO.	UNIDADE		2	R\$140,00	R\$280,00
					Total Lote:	R\$280,00
Lote: 6 - LOTE 06.						
Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unit.	Valor Total
6	PNEU PARA MOTOCICLETA 2.75 - 18.	UNIDADE		3	R\$78,00	R\$234,00
					Total Lote:	R\$234,00
Lote: 7 - LOTE 07.						
Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unit.	Valor Total
7	PNEU PARA MOTOCICLETA 90/90 - 18.	UNIDADE		3	R\$90,00	R\$270,00
					Total Lote:	R\$270,00
Lote: 10 - LOTE 10.						
Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unit.	Valor Total
10	PNEU 215/75 R17.5 126/124K M+S (USO: MISTO BORRACHUDO) RADIAL, PARA TODAS AS POSIÇÕES.	UNIDADE		18	R\$721,00	R\$12.978,00
					Total Lote:	R\$12.978,00
Lote: 13 - LOTE 13.						
Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unit.	Valor Total
13	PNEU 275/80 R22.5 149/146L 16 PR M+S USO MISTO EM TRAÇÃO EM ESTRADA (CARGA RODOVIÁRIO), PARA EIXO TRATIVO.	UNIDADE		4	R\$1.249,00	R\$4.996,00
					Total Lote:	R\$4.996,00
Lote: 14 - LOTE 14.						
Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unit.	Valor Total
14	PNEU 205/75 R16C 110/108R.	UNIDADE		24	R\$404,16	R\$9.699,84
					Total Lote:	R\$9.699,84
Lote: 15 - LOTE 15.						
Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unit.	Valor Total

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
Nº.28/2015**

15	PNEU 205/70 R15C 106/104R.	UNIDADE		12	R\$344,00	R\$4.128,00
					Total Lote:	R\$4.128,00

Lote: 16 - LOTE 16.

Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unit.	Valor Total
16	PNEU 185 R14C 102/100R.	UNIDADE		24	R\$256,00	R\$6.144,00
					Total Lote:	R\$6.144,00

Lote: 18 - LOTE 18.

Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unit.	Valor Total
18	PNEU 175/65 R14C 90/88T.	UNIDADE		4	R\$300,00	R\$1.200,00
					Total Lote:	R\$1.200,00

Lote: 20 - LOTE 20.

Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unit.	Valor Total
20	PNEU LT 235/75 R15 110S M+S ATR USO MISTO EM QUALQUER CONDIÇÃO, ASFALTO, TERRA (LAMA) E CIDADE.	UNIDADE		12	R\$363,33	R\$4.359,96
					Total Lote:	R\$4.359,96

Lote: 21 - LOTE 21.

Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unit.	Valor Total
21	PNEU LT 245/70 R16 113/110T M+S ATR USO MISTO EM QUALQUER CONDIÇÃO, ASFALTO, TERRA (LAMA) E CIDADE.	UNIDADE		16	R\$526,00	R\$8.416,00
					Total Lote:	R\$8.416,00

Lote: 22 - LOTE 22.

Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unit.	Valor Total
22	PNEU LT 255/70 R16 108/104Q MTS MUD. USO: 100% OFF ROAD.	UNIDADE		4	R\$798,00	R\$3.192,00
					Total Lote:	R\$3.192,00

Lote: 23 - LOTE 23.

Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unit.	Valor Total
23	PNEU 7.50 X 18 10 LONAS CONVECCIONAL USO EM TRATOR: DIRECCIONAL SEM TRACÇÃO, COM RAIA CENTRAL ELEVADA.	UNIDADE		6	R\$435,83	R\$2.614,98
					Total Lote:	R\$2.614,98

Lote: 24 - LOTE 24.

Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unit.	Valor Total
24	PNEU DIANTEIRO: 12.5/80 - 18 L3 12 LONAS USO EM RETROESCAVADEIRA: CANTEIRO DE OBRAS, LAMA E TERRAPLANAGEM, CONVENCIONAL.	UNIDADE		10	R\$879,00	R\$8.790,00
					Total Lote:	R\$8.790,00

Lote: 28 - LOTE 28.

Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unit.	Valor Total
28	PNEU 14.00 X 24 G-2, COM 24MM DE SULCO NO CENTRO DA BANDA DE RODAGEM, 16 LONAS USO EM MOTONIVELADORA: CANTEIRO DE OBRAS, LAMA E TERRAPLANAGEM. CONVENCIONAL.	UNIDADE		36	R\$1.724,44	R\$62.079,84
					Total Lote:	R\$62.079,84

Lote: 29 - LOTE 29.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
Nº.28/2015

Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unit.	Valor Total
29	PNEU DIANTEIRO 12 X 16.5 10 LONAS USO EM RETROESCAVADEIRA: (CANTEIRO DE OBRAS, LAMA, TERRAPLANAGEM). CONVENCIONAL.	UNIDADE		18	R\$661,11	R\$11.899,98
					Total Lote:	R\$11.899,98
Lote: 30 - LOTE 30.						
Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unit.	Valor Total

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
Nº.28/2015

733067 - JOACABA PNEUS LTDA

Lote: 30 - LOTE 30.

Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unit.	Valor Total
30	PNEU TRASEIRO: 19.5L X 24 (R - 4) 12 LONAS USO EM RETROESCAVADEIRA: CANTEIRO DE OBRAS, LAMA E TERRAPLANAGEM. CONVENCIONAL.	UNIDADE		10	R\$1.962,00	R\$19.620,00
Total Lote:						R\$19.620,00

Lote: 32 - LOTE 32.

Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unit.	Valor Total
32	PNEU 14.9 X 24 06 LONAS R-2 USO: ROLO COMPACTADOR TERRAPLANAGEM, AGRÍCOLA.	UNIDADE		6	R\$1.134,00	R\$6.804,00
Total Lote:						R\$6.804,00

Lote: 33 - LOTE 33.

Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unit.	Valor Total
33	PNEU 1000 X R20 146/143K RADIAL USO DIRECIONAL CURTA E MÉDIA DISTÂNCIA MISTO (PARA TERRA, CANTEIROS DE OBRAS E POUCO ASFALTO).	UNIDADE		32	R\$1.098,43	R\$35.149,76
Total Lote:						R\$35.149,76

Lote: 35 - LOTE 35.

Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unit.	Valor Total
35	PNEU 9.00 X R20 140/137K RADIAL USO: DIRECIONAL MISTO PARA TERRA, CANTEIROS DE OBRAS E POUCO ASFALTO) (CURTAS E MÉDIAS DISTÂNCIAS).	UNIDADE		4	R\$1.006,00	R\$4.024,00
Total Lote:						R\$4.024,00

Lote: 36 - LOTE 36.

Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unit.	Valor Total
36	PNEU 9.00 X R20 140/137K RADIAL BORRACHUDO USO: EM TRAÇÃO EM CURTAS E MÉDIAS DISTÂNCIAS.	UNIDADE		8	R\$1.056,00	R\$8.448,00
Total Lote:						R\$8.448,00

Lote: 37 - LOTE 37.

Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unit.	Valor Total
37	PNEU DIANTEIRO: 275/80 R22.5 TL 149/146L USO: MISTO DIRECIONAL, TERRA, CANTEIRO DE OBRAS E POUCO ASFALTO CURTA E MÉDIA DISTÂNCIA.	UNIDADE		8	R\$1.250,00	R\$10.000,00
Total Lote:						R\$10.000,00

Lote: 38 - LOTE 38.

Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unit.	Valor Total
38	PNEU TRASEIRO: 275/80 R22.5 TL 149/146L USO TRAÇÃO, TERRA, CANTEIRO DE OBRAS, BORRACHUDO.	UNIDADE		12	R\$1.249,00	R\$14.988,00
Total Lote:						R\$14.988,00

Lote: 39 - LOTE 39.

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
Nº.28/2015**

Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unit.	Valor Total
39	PNEU 165/70 R13 79T.	UNIDADE		16	R\$134,93	R\$2.158,88
					Total Lote:	R\$2.158,88
Lote: 41 - LOTE 41.						
Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unit.	Valor Total
41	PNEU 175/65R14 82T.	UNIDADE		44	R\$186,00	R\$8.184,00
					Total Lote:	R\$8.184,00
Lote: 42 - LOTE 42.						
Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unit.	Valor Total
42	PNEU 175/70 R14 84T.	UNIDADE		32	R\$198,00	R\$6.336,00
					Total Lote:	R\$6.336,00
Lote: 44 - LOTE 44.						
Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unit.	Valor Total
44	PNEU 185/55 R15 82H.	UNIDADE		16	R\$280,00	R\$4.480,00
					Total Lote:	R\$4.480,00
Lote: 45 - LOTE 45.						
Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unit.	Valor Total
45	PNEU 185/60 R15 88H.	UNIDADE		20	R\$252,00	R\$5.040,00
					Total Lote:	R\$5.040,00
Lote: 46 - LOTE 46.						
Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unit.	Valor Total
46	PNEU 185/65 R15 88H.	UNIDADE		12	R\$247,50	R\$2.970,00
					Total Lote:	R\$2.970,00
Lote: 47 - LOTE 47.						
Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unit.	Valor Total
47	PNEU 195/55 R15 85H.	UNIDADE		24	R\$274,58	R\$6.589,92
					Total Lote:	R\$6.589,92
Lote: 48 - LOTE 48.						
Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unit.	Valor Total
48	PNEU 195/65 R15 91H.	UNIDADE		12	R\$267,00	R\$3.204,00
					Total Lote:	R\$3.204,00
Lote: 49 - LOTE 49.						
Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unit.	Valor Total
49	PNEU 225/50 R17 94V.	UNIDADE		12	R\$376,00	R\$4.512,00
					Total Lote:	R\$4.512,00
Lote: 50 - LOTE 50.						
Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unit.	Valor Total
50	CÂMARA 1000 X 20.	UNIDADE		116	R\$71,50	R\$8.294,00
51	CÂMARA 900 X 20.	UNIDADE		12	R\$60,50	R\$726,00
52	CÂMARA 7.50 X 16.	UNIDADE		12	R\$38,90	R\$466,80
53	CÂMARA 7.50 X 18.	UNIDADE		12	R\$48,00	R\$576,00
54	CÂMARA 17.5 X 25.	UNIDADE		30	R\$210,00	R\$6.300,00
55	CÂMARA 19.5 X 24.	UNIDADE		22	R\$205,50	R\$4.521,00
56	CÂMARA 14.00 X 24.	UNIDADE		30	R\$148,00	R\$4.440,00
57	CÂMARA 18.4 X 34.	UNIDADE		4	R\$225,00	R\$900,00
58	CÂMARA 6.00 X 16.	UNIDADE		4	R\$29,50	R\$118,00
59	CÂMARA 90/90 - 21.	UNIDADE		8	R\$19,45	R\$155,60
60	CÂMARA 120/80 - 18.	UNIDADE		9	R\$19,45	R\$175,05
61	CÂMARA 90/90 - 19.	UNIDADE		24	R\$24,50	R\$588,00
62	CÂMARA 110/90 - 17.	UNIDADE		24	R\$20,50	R\$492,00
63	CÂMARA 80/90 - 21.	UNIDADE		2	R\$19,45	R\$38,90
64	CÂMARA 2.75 - 18.	UNIDADE		3	R\$17,50	R\$52,50
65	CÂMARA 90/90 - 18.	UNIDADE		3	R\$17,50	R\$52,50

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
Nº.28/2015**

Total Lote:	R\$27.896,35
Total Fornecedor:	R\$322.669,51
Total Homologação:	R\$579.788,05

- 3.2. Nos preços unitários estão incluídos todos os custos diretos e indiretos necessários ao perfeito fornecimento dos bens, inclusive as despesas com materiais e/ou equipamentos, mão-de-obra especializada ou não, fretes, mão-de-obra para carga e descarga, seguros em geral, equipamentos auxiliares, ferramentas, encargos da legislação social trabalhista e previdenciária, da infortunistica do trabalho e responsabilidade civil por quaisquer danos causados a terceiros ou dispêndios resultantes de impostos, taxas regulamentos e posturas municipais, estaduais e federais, bem como o lucro.

4. **REAJUSTE DE PREÇOS:**

- 4.1. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea "d" do inciso II do caput do art. 65 da Lei Federal no 8.666/93.
- 4.2. Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

5. **EXECUÇÃO DAS COMPRAS:**

- 5.1. As compras dos bens objeto do presente Registro de Preços serão realizadas pelo Departamento de Compras do OGRP, através da comunicação da ordem de compra.
- 5.1.1. A Ordem de Compra que conterá as informações básicas da discriminação básica e o número do item dos bens, a quantidade a ser adquirida, a unidade compradora, o fornecedor, condições de entrega e pagamento, e a assinatura do responsável.
- 5.1.2. O OGRP, sempre que achar conveniente, poderá substituir a Ordem de Compra por qualquer outro instrumento hábil para a realização das compras.
- 5.2. O OGRP realizará as compras parceladamente.
- 5.3. Fica entendido que o OGRP não terá qualquer obrigação de aquisição dos itens objeto do edital.

6. **FISCALIZAÇÃO:**

- 6.1. O exercício de fiscalização pelo preposto do OGRP não excluirá nem reduzirá as responsabilidades do FORNECEDOR.
- 6.2. À Fiscalização fica desde já assegurado o direito de:
- 6.2.2. Determinar o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados;
- 6.2.3. 6.2.3. Rejeitar todo e qualquer bem entregue de má qualidade ou em desacordo com o especificado no edital e na proposta, exigindo sua substituição ou correção imediatas;
- 6.2.4. Impugnar todo e qualquer produto em desacordo com as especificações, normas regulamentares, legais e contratuais;
- 6.3. O OGRP, sem prejuízo de suas atribuições de acompanhamento, poderá contratar profissionais consultores ou empresas especializadas, os serviços relativos ao controle qualitativo e quantitativo dos materiais objeto do edital.

7. **PRAZO DE VALIDADE:**

- 7.1. O prazo de validade da presente Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data de sua assinatura.

8. **OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR:**

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
Nº.28/2015

- 8.1. Assegurar o fornecimento do objeto conforme as especificações constantes no item 2 da presente ata, com entrega no prazo e no endereço constante no edital.
- 8.2. Providenciar a imediata correção de todas as deficiências detectadas pelo OGRP, quanto ao fornecimento do objeto;
- 8.3. Garantir o pagamento a todos os prestadores de serviço alocados, bem como despesas extraordinárias, quando for o caso;
- 8.4. Responsabilizar-se por quaisquer danos ou prejuízos, materiais ou pessoais, decorrentes de culpa ou dolo, causados por seus empregados ou prepostos, em decorrência do fornecimento do objeto, assegurado o direito de defesa;
- 8.5. Prestar imediatamente quaisquer esclarecimentos solicitados pelo OGRP, respeitados os casos de complexidade para os quais se fixarão prazos específicos;
- 8.6. Comunicar imediatamente o OGRP, de forma detalhada, toda e qualquer ocorrência de acidentes verificada no curso da execução da ata.
- 8.7. Manter até o termo final desta Ata de Registro de Preços todas as obrigações com os órgãos públicos e fiscais, assim como encargos trabalhistas, previdenciários, securitários, tributários e comerciais, resultantes da execução, devidamente regularizados, segundo estabelecido no art. 71 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.
- 8.8. 8.8. Manter, durante toda a execução, as obrigações assumidas relativas a todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Processo Licitatório nº 033/2015 - Edital de Pregão nº 017/2015-10430.

9. OBRIGAÇÕES DO OGRP:

- 9.1. Cumprir e fazer cumprir todas as determinações constantes nesta ata e a legislação vigente correlata à execução do mesmo.
- 9.2. Efetuar o pagamento devido ao FORNECEDOR, na data e forma estabelecida no edital.
- 9.3. Fiscalizar a entrega dos bens objeto da presente Ata, registrando as ocorrências, bem como atestar o recebimento dos mesmos em conformidade com os demais itens.
- 9.4. Recusar o recebimento dos bens em desacordo com as especificações do item 2 da presente Ata, quanto à sua natureza, quantidade ou qualidade, bem como documentos fiscais em desacordo com os bens adquiridos.

10. SANÇÕES:

- 10.1. Advertência, no caso de falta que não motive a aplicação de multa.
- 10.2. Multa, de acordo com os seguintes critérios:
- a) No valor de 0,5% (cinco décimos percentuais) do valor contratado, por dia de atraso injustificado na entrega dos materiais/produtos/equipamentos;
 - b) No valor de 2,0% (dois por cento) do valor contratado por inobservância do item 12.4 da presente Ata de Registro de Preços;
 - c) No valor de 2,0% (dois por cento) do valor contratado por descumprimento das OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR, inseridos no item 8, desde que não previstos em outros itens;
 - d) No valor de 3,0 % (três por cento) do valor contratado, por acumulação de 03 (três) advertências;
 - e) Multa de 5% (cinco por cento) do valor contratado no caso de fornecimento de bens em desacordo com as especificações da presente Ata de Registro de Preços, desde que cause prejuízo ao OGRP;
 - f) Multa de 10% (dez por cento) do valor contratado no caso de recusa da entrega dos bens, sem justificativa e aviso prévio ao OGRP;
 - g) No valor de 10% (dez por cento) do valor contratado se der causa à Declaração de Inidoneidade.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
Nº.28/2015

- 10.3. Suspensão de Participação em licitações com o Município de Indaial, incluindo a administração direta e indireta, pelo prazo de 05 (cinco) anos, no caso das sanções previstas nas alíneas "e" à "g".
- 10.4. Declaração de Inidoneidade, nos seguintes casos:
- a) Se o valor acumulado das multas ultrapassarem o 10% (dez por cento) do valor contratado;
 - b) Tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
 - c) Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
 - d) Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
- 10.5. O valor máximo das multas não poderá exceder, cumulativamente, a 10% (dez por cento) do valor contratado.
- 11. RESCISÃO DA ATA:**
- 11.1. Constituem motivo para rescisão da Ata, além dos motivos previstos no art. 78 da Lei Federal no 8.666/93:
- a) descumprir as condições da ata de registro de preços;
 - b) não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
 - c) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou,
 - d) sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 87 da Lei Federal no 8.666/93, ou no art. 70 da Lei Federal no 10.520/02.
- 11.2. Será assegurado, a parte que tiver dado motivo à rescisão, o contraditório e a ampla defesa.
- 12. DISPOSIÇÕES GERAIS:**
- 12.1. Todos os prazos previstos na presente Ata de Registro de Preços são contados como dias corridos, salvo disposição em contrário, e terá seu critério de contagem em consonância com o art. 110 da Lei Federal nº 8.666/93.
- 12.2. Não serão aceitos, em hipótese alguma, acordos verbais entre as partes com a finalidade de alteração ou substituição da Ata de Registro de Preços, ou da Ordem de Compra, ou da Nota de Empenho.
- 12.3. A inadimplência do FORNECEDOR, com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento.
- 12.4. O FORNECEDOR está terminantemente proibida de efetuar a transferência à terceiros das obrigações do fornecimento dos bens objeto desta Ata de Registro de Preços.
- 13. FORO:**
- 13.1. O foro competente para dirimir possíveis dúvidas, após se esgotarem todas as tentativas de composição amigável, e/ou litígios pertinentes ao objeto da presente licitação, independente de outro que por mais privilegiado seja, será o da Comarca de INDIAIAL/SC.
- 14. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL:**
- 14.1. Aplica-se à presente Ata, nas partes omissas, a seguinte legislação:
- a) Constituição da República Federativa do Brasil de 1988;
 - b) Lei Orgânica do Município de Indaial;

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
Nº.28/2015

- c) Lei Federal nº 8.666/93. Lei das Licitações e Contratos Administrativos;
- d) Lei Federal nº 4.320/64. Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal;
- e) Lei Federal nº 8.078/90. Código de Defesa do Consumidor;
- f) Lei Federal nº 10.406/02. Código Civil Brasileiro;
- g) Decreto-Lei nº 3.689/41. Código de Processo Penal;
- h) Lei Federal nº 7.210/84. Lei de Execução Penal;
- i) Lei Complementar Federal nº 101/2000. Lei de Responsabilidade Fiscal; e,
- j) Decreto Municipal no 654/2014.

15. AS PARTES:

- 15.1. Por estarem justas e acordadas, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo assinadas, para que produzam seus efeitos administrativos.

Indaial/SC, em 18 de junho de 2015.

MUNICÍPIO DE INDAIL

Sérgio Almir dos Santos

Prefeito Municipal

COMERCIAL AUTOMOTIVA S.A.

MARCUS CLAYTON DE SOUZA
Representante

MODELO PNEUS LTDA

EDEN LEONARDO FIM
Representante

COPAL COMERCIO DE PNEUS E ACESSORIOS LTDA

LUCAS RECH
Representante

JOACABA PNEUS LTDA

MAURO EDUARDO RODRIGUES DOS SANTOS
Representante

Testemunhas:

Assinatura:

	ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº.28/2015	
--	-------------------------------------------------------	--

Nome Legível:

CPF.:

Assinatura:

Nome Legível:

CPF.:

CONTRATO Nº 116/2015

CONTRATO Nº 116/2015

CONTRATO DE LOCAÇÃO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE INDAIAL E A EMPRESA MAPA IMOBILIÁRIA LTDA, NA FORMA ABAIXO:

Pelo presente instrumento particular de contra de locação que entre si fazem o MUNICÍPIO DE INDAIAL – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.798/0001-00, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 126, bairro Centro, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. Sérgio Almir dos Santos, Prefeito legitimamente eleito para o cargo, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 383.728.439-53 e Cédula de Identidade nº 3/R 1.111.815, residente e domiciliado à Rua 25 de Janeiro, nº 799, Bairro Carijós, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente de Locatário, e a empresa, MAPA IMOBILIÁRIA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 76.598.838/0001-90, estabelecida à Avenida Getúlio Vargas, nº 234, Bairro Centro, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, representada neste ato por seu representante legal Sr. Rogério Isnar Patrício, brasileiro, casado, corretor imobiliário, inscrito no CPF sob nº 484.728.839-49 e Cédula de Identidade nº 1.041.331, residente à Rua Paraíba, nº 306, Bairro dos Estados, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente de Locador, firmam o presente contrato de locação de acordo com o Processo Licitatório nº 106/2015 sob a modalidade de Termo de Dispensa nº 005/2015-10430, e as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. Constitui-se como objeto do presente contrato, a locação de um imóvel localizado na rua Tiradentes, nº 66, bairro Centro nesta cidade de Indaial/SC., destinado à instalação do centro de conciliação para cobrança de dívidas extrajudiciais, sendo constituído por um imóvel de característica comercial (sala comercial), com área construída privativa de 58,15 m2 (cinquenta e oito metros quadrados e quinze centésimos), contendo as instalações necessárias para a unidade administrativa. Propriedade de Maja Keunecke.

Parágrafo Único: O imóvel objeto deste contrato, destina-se ao uso exclusivo da Instalação do Centro de Conciliação para cobrança de dívidas extrajudiciais e judiciais.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PRAZO

2.1. O prazo do presente contrato é de 02 de junho de 2015 até 02 de junho de 2016.

2.1.1 O prazo poderá ser prorrogado, sucessivamente, por períodos de 12 (doze) meses, até o prazo máximo de 60 (sessenta) meses.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR E FORMA DE PAGAMENTO

3.1. O valor mensal contratado é de R\$1.000,00 (um mil reais), perfazendo o valor anual de R\$12.000,00 (doze mil reais).

3.2. Os pagamentos serão mensais. A cada 30 (trinta) dias, a CONTRATANTE realizará a medição dos serviços efetivamente realizados no período, atestando a execução dos mesmos. Findo o período, a medição será realizada no prazo máximo de 05 (cinco) dias corridos.

3.3. A CONTRATADA deverá apresentar até o 2º (segundo) dia corrido da aprovação da medição, nota fiscal-fatura correspondente aos valores dos serviços executados a preços unitários do contrato.

3.4. Estes pagamentos decorrentes dos serviços realmente executadas serão efetuados no prazo de 10 (dez) dias corridos, contados

da data de apresentação da fatura, desde que compatível com a medição realizada pela CONTRATANTE.

3.5. Quando inadimplente, e período compreendido entre as datas do adimplemento e a prevista para o pagamento não for superior a quinze dias, o pagamento será monetariamente atualizado, a partir do dia de seu vencimento e até o de sua liquidação, segundo os mesmos critérios adotados para a atualização de obrigações tributárias do município de Indaial, vigente na data de seu pagamento.

3.6. Em caso de irregularidades na emissão do documento fiscal, o prazo de pagamento será contado a partir da regularização do mesmo.

Parágrafo Primeiro: Os preços constantes no presente contrato serão reajustados pelo IGP-DI – Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna, da Fundação Getúlio Vargas, após 12 meses da data de realização do orçamento básico do edital que originou o presente contrato, de acordo com o art. 3º, § 1º da Lei Federal nº 10.192/01.

Parágrafo Segundo: O reequilíbrio econômico-financeiro será concedido para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da Administração para a justa remuneração do fornecimento do produto/equipamento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobreviverem fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.

CLÁUSULA QUARTA: DA MULTA

4.1. Ultrapassada a data de pagamento sem que o mesmo seja efetuado sem os encargos legais e contratuais, obriga-se o Locatário ao pagamento de multa de 2% (dois por cento), mais juros constitucionais, e correção monetária na forma legal.

CLÁUSULA QUINTA: DAS CONDIÇÕES GERAIS DA LOCAÇÃO

5.1. O Locatário, neste ato declara que recebeu o imóvel nas condições especificadas na vistoria que assinou e que fará parte integrante do presente contrato e assim se compromete a entregá-lo, finda a locação.

Parágrafo Primeiro: O Locatário terá um prazo improrrogável, de 05 (cinco) dias da data da vistoria realizada, para apresentar por escrito ao Locador, a relação dos defeitos que eventualmente tenha encontrado no imóvel. Decorrido este prazo, quaisquer defeitos serão entendidos como de uso, e portanto de plena e total responsabilidade do Locatário.

Parágrafo Segundo: Caso o imóvel, por ocasião da entrega não se encontre nas condições da vistoria da entrada, o Locatário terá de promover a sua imediata reparação, respondendo pelo valor dos consertos e aluguéis, e a efetiva e definitiva entrega. Não cumprida esta obrigação de reparar, serão os serviços feitos pelo Locador cobrando-se o valor despendido pelo meio adequado. Para fixação do valor dos reparos e extensão dos estragos, bastarão dois (02) orçamentos de profissionais idôneos.

Parágrafo Terceiro: Não sendo o imóvel entregue nas condições apontadas pela vistoria de entrada, persistirá a responsabilidade por aluguéis e encargos, ainda que restituídos provisoriamente as chaves do imóvel, até a conclusão dos reparos, ocasião que a entrega se tornará definitivamente realizada. Sobre o valor dos reparos incidirá a correção monetária legal.

CLÁUSULA SEXTA: DAS OBRIGAÇÕES DO LOCADOR

Compete ao Locador:

- a)- manter durante a locação a forma e o destino do imóvel;
- b)- dar ao Locatário, recibo das importâncias por este paga, discriminando aluguéis, e demais encargos;
- c)- promover os reparos que não forem de responsabilidade do Locatário.

CLÁUSULA SÉTIMA: DAS OBRIGAÇÕES DO LOCATÁRIO

7.1. Compete ao Locatário:

- a)- acompanhar e assinar o termo de vistoria;
- b)- apresentar toda documentação requerida e contratualmente exigida;
- c)- servir-se do imóvel locado para o uso convencionado, compatível com sua natureza e com fins a que se destina, devendo tratá-lo com o mesmo cuidado como se fosse seu;
- d)- pagar pontualmente o aluguel, no prazo e nas condições ajustadas, sob pena de sofrer as cominações contratuais legais;
- e)- pagar os encargos de limpeza, energia elétrica, água/saneamento, seguro (dos bens de propriedade do município), reparos de sua responsabilidade e demais encargos, além das elevações que os mesmos sofrem no curso da locação;
- f)- não ceder, transferir, emprestar, sublocar, total ou parcialmente o imóvel, a não ser com autorização do Locador;
- g)- entregar ao Locador, todas as intimações ou avisos de autoridades públicas, bem como guias de impostos ou taxas, dentro do prazo de 24 (vinte e quatro) horas, sob pena de responder pelos acréscimos ou multas devidos pelo Locador;
- h)- pagar as multas e demais obrigações que forem consequência de atos seus.

CLÁUSULA OITAVA: DA ENTREGA DO IMÓVEL

8.1. Ao restituir o imóvel o Locatário se obriga:

- a)- comunicar ao LOCADOR, com 30 (trinta) dias de antecedência, a entrega do imóvel, a fim de marcar-se dia e hora para realizar-se a vistoria final de entrega de chaves, sob pena de ter que pagar 01 (um) mês de aluguel, caso isto ocorra;
- b)- na data de comunicação mencionada na letra anterior o Locatário deverá apresentar os comprovantes do pagamento de luz, água, telefones, seguros de seus bens e demais encargos de sua responsabilidade, dos três (03) últimos meses, devidamente quitados;
- c)- a acompanhar e assinar o termo de vistoria de entrega, para constatação do real estado do imóvel e avaliação dos reparos que o mesmo necessitar, sendo que, a recusa em assinar a vistoria será interpretada como reconhecimento dos danos apurados;
- d)- a fazer a entrega de todas as chaves internas, externas do imóvel;
- e)- a entrega efetiva das chaves só ocorrerá após a realização dos reparos necessários para que a vistoria final não apresente divergência com a vistoria inicial (cláusula quinta e seus parágrafos) quer feitos pelo Locatário ao Locador. Sendo os reparos feitos pelo Locador, o aluguel será devido até o efetivo reembolso das despesas, devidamente corrigidas monetariamente.

Parágrafo Primeiro: Caso os comprovantes mencionados na letra "b" não sejam apresentados devidamente quitados e havendo divergência quanto aos laudos de vistoria inicial e final, a obrigação do pagamento de aluguel não cessará, mesmo que as chaves tenham sido entregues para o Locador. Enquanto não for realizada qualquer situação pendente o Locatário continuará com a total responsabilidade dos débitos dos aluguéis e pela regularização das pendências existentes.

Parágrafo Segundo: Só após o cumprimento de todas as obrigações mencionadas nesta cláusula e em outras, pelo Locatário é que será considerada ENTREGUE AS CHAVES.

CLÁUSULA NONA: DA PENA

9.1. Todas as obrigações estipuladas no presente contrato são exigíveis nos prazos e nas formas convencionadas. A falta de cumprimento de qualquer das obrigações aqui assumidas, sem prejuízo do disposto no artigo 570 do Código Civil, importará na imediata rescisão do presente instrumento, independentemente da notificação ou aviso de qualquer espécie, e sujeitar-se-á em sendo a parte infratora, a multa de três (03) vezes o valor do aluguel na época da infração, que poderá ser corrigida cumulativamente com o cumprimento da obrigação violada, e sem prejuízo da ação de despejo ou das ações que couberem, ficando ainda ajustado que, em caso do procedimento judicial, correrão por conta do inadimplente todas as custas e a título de honorários advocatícios a parcela de 20% (vinte por cento) sobre o valor da causa. A cláusula penal fixada neste instrumento, bem como as despesas referentes a perdas e danos serão corrigidas monetariamente.

CLÁUSULA DÉCIMA:

10.1. No caso de incêndio no imóvel, ficará plenamente rescindido o contrato, respondendo o Locatário pelo prejuízo que ocorrer, se culpados do fato ou se não provarem o caso fortuito, força maior ou prorrogação do fogo originado em outro imóvel.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA:

11.1. Poderá a Locadora por si ou por seus procuradores vistoriar periodicamente o imóvel e exigir a realização de reparos dos danos ocasionados pelo mau uso do mesmo (cláusula décima sétima). Esses reparos serão feitos com obediência às normas legais e ao que se convencionou no presente contrato. Não consentindo a Locadora, se caracteriza grave infração contratual, para efeito de sua rescisão.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA:

12.1. Se no curso da locação ocorrer a desapropriação do imóvel, se rescindir a locação, sem que tenha o Locatário direito a qualquer indenização, ressalvando ao mesmo o direito de pleitear do poder expropriante aquilo que for de seu direito.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA:

13.1. No presente ato, expressamente renúncia o Locatário à faculdade contida no artigo 413 do Código Civil, pois na hipótese de aplicação da cláusula penal deverá a mesma ser cumprida pelo seu total, independentemente de qualquer cumprimento parcial da obrigação, não devendo em hipótese alguma ser reduzida proporcionalmente.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA:

14.1. É vedado ao Locatário fazer no imóvel locado obras, modificações ou benfeitorias, sejam elas úteis, voluptuárias ou necessárias sem expressa autorização do Locador.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA:

15.1. Em caso de ser colocado o imóvel à venda (respeitado o artigo 27 da Lei nº 8.245/91), ou para vistorias intermediárias, ao Locador e Locatário estabelecem as partes para atendimento ao disposto no item IX do artigo 23, da Lei nº 8245/91, o horário que será utilizado para mostrar o imóvel ocupado pelo inquilino à terceiros será o das 14 :00 horas até 17 :00 horas, de segundas-feiras

a sextas -feiras.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA:

16.1. Se o imóvel necessitar de reparos urgentes o Locatário obriga-se a consenti-los. Se tais reparos deteriorarem o imóvel, poderá pleitear as medidas judiciais que achar necessárias quanto ao abatimento do aluguel, bem como a rescisão do contrato (artigo 567 do Código Civil).

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA:

17.1. O Locatário utilizará o imóvel com fiel observância das posturas determinadas pelas autoridades públicas, não cabendo ao Locador quaisquer responsabilidades ou ônus em decorrência da atividade do Locatário.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA:

18.1. O Locatário exonera expressamente o Locador de imiscuir-se em questões de vizinhança, empreendimento sob sua exclusiva responsabilidade, sem nenhum abuso de direito, as reclamações ou ações cabíveis para resguardar sua comodidade.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA:

19.1. O Locatário é solidariamente responsável pelos atos de seus empregados, contratados, colaboradores e clientes.

CLÁUSULA VIGÉSIMA:

20.1. Fica o Locatário conhecedor que sua permanência no imóvel locado, descrito na cláusula primeira – objeto, sem a renovação após a sua notificação que ocorrerá 30 (trinta) dias antes do vencimento do mesmo, implicará automaticamente no arbitramento do aluguel pena, a partir do vencimento do contrato, e que durará até a efetiva entrega do imóvel.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DO FORO

21.1. Os contratantes elegem o foro da Comarca de Indaial – Estado de Santa Catarina, para dirimir qualquer dúvida oriunda do presente contrato, ou derivado da locação, com renúncia expressa de qualquer outro por mais privilegiado que seja, ou que de futuro, venha a ter uma das partes contratantes.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – OUTRAS DISPOSIÇÕES

22.1. Aplica-se ao presente contrato as disposições da Lei nº 8.245/91, em especial o contido no artigo 58, item 04, sendo que o Locatário autoriza expressamente o Locador, no caso das ações de despejo promover a citação, intimação, ou notificação por correspondência com A.R. (Aviso de Recebimento), ou nas outras formas mencionada naquele dispositivo da lei.

22.2. Qualquer pagamento de obrigação posterior jamais poderá ser invocado como prova de pagamento anterior, de obrigação por qualquer caso não cobrada nas épocas próprias.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

23.1. As despesas provenientes da Locação do objeto do presente contrato correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias do exercício de 2015:

•04.01.0004.0122.0004.2062.339039100000.01000000 – Recurso Próprio

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA:

24.1. O Locador reconhece os direitos da Administração, em caso de rescisão administrativa prevista no artigo 77 da Lei nº 8.666/93.

E, por estarem justos e contratados as partes assinam o presente contrato de locação em 03 (três) vias de igual teor e forma na presença de 02 (duas) testemunhas que a tudo assistiram e conhecimento tiveram.

Indaial (SC), 02 de junho de 2015.

MUNICÍPIO DE INDAIAL Sérgio Almir dos Santos Locatário	MAPA IMOBILIÁRIA LTDA Rogério Isnar Patrício Locador
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS Márcio Antonio Ferrari Secretário Municipal	PROCURADORA GERAL DO MUNICÍPIO Silmara Fruet OAB/SC nº 13.215

Testemunhas:

Nome Legível: _____
CPF.: _____

Nome Legível: _____
CPF.: _____

CONTRATO Nº 119/2015

CONTRATO Nº 119/2015

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE INDAIAL/FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE INDAIAL E A EMPRESA ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA, NA FORMA ABAIXO:

Pelo presente instrumento o MUNICÍPIO DE INDAIAL, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.798/0001-00, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 126, bairro Centro, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. Sérgio Almir dos Santos, Prefeito legitimamente eleito para o cargo, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 383.728.439-53 e Cédula de Identidade nº 3/R 1.111.815, residente e domiciliado à Rua 25 de Janeiro, nº 799, Bairro Carijós, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE INDAIAL, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 11.355.483/0001-63, neste ato representado pelo Sr. Enilson Erley de Freitas, Secretário de Saúde, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob nº 516.236.509-25 e Cédula de Identidade nº 3.523.244-3, residente e domiciliado à Rua Santos Dumont, nº 168, Bairro Centro, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE, e a empresa, ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 00.802.002/0001-02, com sede na Estrada Boa Esperança, nº 2.320, bairro Fundo Canoas, na cidade de Rio do Sul – Estado de Santa Catarina, representada neste ato pelo seu Representante Legal, Sr. Maicon Córdova Pereira, brasileiro, gerente administrativo, inscrito no CPF sob nº 015.886.939/70 e Cédula de Identidade nº 3.242.195, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, tem entre si justo e acordado, na melhor forma do direito, fundamentado na Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, a celebração do presente contrato mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA: FUNDAMENTO LEGAL

1.1. O presente contrato se vincula aos termos da proposta que a CONTRATADA apresentou no Processo Licitatório nº 034/2015 – Edital de Pregão nº 004/2015-19208, os termos do edital mencionado retro e a legislação aplicável.

CLÁUSULA SEGUNDA: REGIME DE EXECUÇÃO

2.1. O presente contrato tem o regime de execução indireta, empreitada por preços unitários, de acordo com o art. 6ª da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

CLÁUSULA TERCEIRA: DO OBJETO

3.1. Constitui-se como objeto do presente termo de contrato, a aquisição de equipamentos hospitalares e odontológicos, conforme quantitativos e especificações a seguir:

ITEM	QUANT	UNID	PRODUTO/ESPECIFICAÇÕES	Marca	VALOR Unit.	VALOR Total.
14	20	Unid.	Esfigmomanometro com braçadeira confeccionada em tecido resistente algodão, antialérgico. Fecho em velcro. Braçadeira com dimensões para obesos. Mangui-to: borracha vulcanizada com duas saídas, sem emendas, de alta durabilidade. Manômetro: aneroide com escala de 0 a 300 mmHg. Caixa de metal altamente resistente com presilha de metal. Pera insufladora: borracha vulcanizada com sistema de retorno em metal, com esfera de aço inox de alta durabilidade. Vál-vula: metal altamente resistente com regulagem de saída de ar sensível.	Glicomed	R\$50,42	R\$1.008,40

3.2. LOCAL DE ENTREGA:

3.2.1. A entrega dar-se-á no seguinte local: Secretaria de Saúde, situada à Rua Leoberto Leal, nº 155 – Bairro Tapajós, no município de Indaial – Estado de Santa Catarina – no horário compreendido das 08 :30 horas às 12 :00 horas e 13 :30 horas às 17 :00min, nos dias úteis.

CLÁUSULA QUARTA – VALOR DO CONTRATO

4.1. O valor total do presente contrato é de R\$1.008,40 (um mil e oito reais e quarenta centavos).

4.2. Nos preços unitários estão incluídos todos os custos diretos e indiretos necessários à perfeita execução dos serviços, inclusive as despesas com materiais e/ou equipamentos, mão-de-obra especializada ou não, fretes, seguros em geral, equipamentos auxiliares, ferramentas, encargos da legislação social trabalhista e previdenciária, da infortunistica do trabalho e responsabilidade civil por quaisquer danos causados a terceiros ou dispêndios resultantes de impostos, taxas regulamentos e posturas municipais, estaduais e federais, bem como o lucro.

CLÁUSULA QUINTA: DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

5.1. Os recursos orçamentários necessários para suprir as despesas deste contrato serão provenientes das seguintes dotações orçamentárias do exercício de 2015:

- 30.001.0010.0301.0030.1440.4490520800.03335406
- 30.001.0010.0301.0030.1440.4490520800.03380900
- 30.001.0010.0301.0030.1440.4490520800.03381701
- 30.001.0010.0301.0030.1440.4490520800.03385701
- 30.001.0010.0301.0030.1440.4490520800.03381801
- 30.001.0010.0301.0030.1440.4490520800.03381600
- 30.001.0010.0301.0030.1440.4490520800.03335409

- 30.001.0010.0301.0030.1440.4490520800.03380900
- 30.001.0010.0301.0030.1440.4490520800.03381701
- 30.001.0010.0301.0030.1440.4490520800.01020000
- 30.001.0010.0301.0030.1440.4490528700.03381500
- 30.001.0010.0301.0030.1440.4490528700.03385700
- 30.001.0010.0301.0030.1440.4490528700.01020000
- 30.001.0010.0301.0030.1440.4490528700.03380900
- 30.001.0010.0301.0030.1440.4490528700.03381701
- 30.001.0010.0301.0030.1440.4490528700.03381600

CLÁUSULA SEXTA: FORMA DE PAGAMENTO –

6.1. O pagamento será realizado no 30º (trigésimo) dia após a entrega dos bens e da respectiva nota fiscal, devidamente aprovada e liquidada pela unidade requerente do Fundo Municipal de Saúde de Indaial.

6.2. Quando inadimplente, o pagamento será monetariamente atualizado, a partir do dia de seu vencimento e até o de sua liquidação, segundo os mesmos critérios adotados para a atualização de obrigações tributárias do município de Indaial, vigente na data de seu pagamento.

6.3. Nenhum pagamento será efetuado à contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preço ou correção monetária.

6.4. O pagamento será realizado através de depósito na conta bancária da CONTRATADA, que segue:

Banco do Brasil
Agência 5221-3
Conta Corrente 381.949-3

CLÁUSULA SÉTIMA: REAJUSTE E REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO –

7.1. A CONTRATANTE e a CONTRATADA têm direito ao equilíbrio econômico financeiro do contrato, em consonância com disposto no artigo 37, inciso XXI, da Constituição Federal, a ser realizado mediante os seguintes critérios:

7.1.1. REAJUSTE DE PREÇOS:

7.1.1.1. Os preços constantes no presente contrato serão reajustados pelo IGP-DI – Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna, da Fundação Getúlio Vargas, após 12 meses da data de realização do orçamento básico do edital que originou o presente contrato, de acordo com o art. 3º, § 1º da Lei Federal nº 10.192/01.

7.1.2. REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO:

7.1.2.1. O reequilíbrio econômico-financeiro será concedido para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da Administração para a justa remuneração do fornecimento do produto/equipamento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobreviverem fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.

CLÁUSULA OITAVA: PRAZOS E DATAS

8.1. O prazo do presente Contrato é de 02 de junho de 2015 até 30 de agosto de 2015.

8.1.1. O prazo de entrega é de 30 (trinta) dias, contado a partir da emissão e comunicação da Ordem de Compra pela CONTRATANTE.

8.1.2. O contrato terá seu vencimento depois de decorrido o prazo do item 8.1 e desde que não tenha havido qualquer prorrogação.

8.1.3. O termo final do presente contrato não extingue as obrigações futuras decorrentes de garantia, direitos trabalhistas e previdenciários a ele relacionados.

8.1.4. O prazo de entrega dos bens, bem como o prazo de validade do contrato, poderão ser prorrogados por igual período, desde que devidamente justificado e com autorização expressa da CONTRATADA, que será feita através de termo aditivo ao contrato.

CLÁUSULA NONA: DEVERES DA CONTRATADA

9.1. Assegurar o fornecimento do objeto conforme as especificações constantes na Cláusula Terceira do presente contrato.

9.2. Providenciar a imediata correção de todas as deficiências detectadas pela CONTRATANTE, quanto à execução do contrato.

9.3. Garantir o pagamento a todos os prestadores de serviço alocados, bem como despesas extraordinárias, quando for o caso.

9.4. Responsabilizar-se por quaisquer danos ou prejuízos, materiais ou pessoais, decorrentes de culpa ou dolo, causados por seus empregados ou prepostos, em decorrência da execução deste Contrato, assegurado o direito de defesa.

9.5. Prestar imediatamente quaisquer esclarecimentos solicitados pela CONTRATANTE, respeitados os casos de complexidade para os quais se fixarão prazos específicos.

9.6. Comunicar imediatamente à CONTRATANTE, de forma detalhada, toda e qualquer ocorrência de acidentes verificada no curso da execução contratual.

9.7. Manter até o termo final deste contrato todas as obrigações com os órgãos públicos e fiscais, assim como encargos trabalhistas, previdenciários, securitários, tributários e comerciais, resultantes da execução do contrato, devidamente regularizados, segundo estabelecido no art. 71 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

9.8. Manter, durante toda a execução do contrato as obrigações assumidas relativas a todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Processo Licitatório nº 034/2015 - Edital de Pregão nº 004/2015-19208.

CLÁUSULA DÉCIMA: DEVERES DA CONTRATANTE

10.1. Cumprir e fazer cumprir todas as determinações constantes neste contrato e a legislação vigente correlata à execução do mesmo.

10.2. Efetuar o pagamento devido à CONTRATADA, na data e forma estabelecida neste contrato.

10.3. Fiscalizar a entrega dos bens objeto do contrato, registrando as ocorrências, bem como atestar o recebimento dos mesmos em conformidade com as demais cláusulas.

10.4. Recusar o recebimento dos bens em desacordo com as especificações da Cláusula Terceira do presente contrato, quanto à sua natureza, quantidade ou qualidade, bem como documentos fiscais em desacordo com os bens adquiridos.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: FISCALIZAÇÃO

11.1. O exercício de fiscalização pelo preposto da CONTRATANTE não excluirá nem reduzirá as responsabilidades da CONTRATADA.

11.2. À Fiscalização fica desde já assegurado o direito de:

11.2.2. Determinar o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados;

11.2.3. Rejeitar todo e qualquer material/produto/equipamento entregue de má qualidade, ou danificado, ou em desacordo com o especificado no contrato e na proposta, exigindo sua substituição ou correção imediatas;

11.3. A CONTRATANTE sem prejuízo de suas atribuições de acompanhamento, poderá contratar, profissionais consultores ou empresas especializadas, os serviços relativos ao controle qualitativo e quantitativo dos materiais objeto do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DAS SANÇÕES

12.1. Pela inexecução total ou parcial do contrato, a Contratante poderá, garantida prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

12.1.1. Advertência, no caso de faltas que não motivarem a aplicação de multas.

12.1.2. Multa, conforme os seguintes critérios:

a) - No valor de 0,5% (cinco décimos percentuais) do valor do contrato, por dia de atraso injustificado na entrega dos materiais/produtos/equipamentos;

b) - No valor de 2,0% (dois por cento) do valor do contrato por inobservância do item 15.4 do presente contrato;

c) - No valor de 2,0% (dois por cento) do valor do contrato por descumprimento dos Deveres da CONTRATADA, inseridos na Cláusula Décima Segunda, desde que não previstos em outras cláusulas;

d) - No valor de 3,0 % (três por cento) do valor do contrato, por acumulação de 03 (três) advertências;

e) - Multa de 5% (cinco por cento) do valor do contrato no caso de fornecimento de bens em desacordo com as especificações do presente contrato, desde que cause prejuízo à CONTRATANTE;

f) - No valor de 10% (dez por cento) do valor do contrato no caso de apresentar declaração em falso no processo, sem prejuízo de demais processos administrativos e jurídicos;

g) - Multa de 10% (dez por cento) do valor do contrato no caso de recusa da entrega dos bens, sem justificativa e aviso prévio à CONTRATANTE; e,

h) - No valor de 10% (dez por cento) do valor do contrato se der causa à Declaração de Inidoneidade.

12.1.3. Suspensão de Participação, em licitações com o Município de Indaial, incluindo a administração direta e indireta, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, nos seguintes casos:

- a) - Se o valor acumulado das multas ultrapassarem o 10% (dez por cento) do valor do orçamento básico do edital; e,
- b) - Quaisquer dos motivos expostos nas alíneas "e" à "g", do item 12.1.2.

12.1.4. Declaração de Inidoneidade, nos seguintes casos:

- a) - Tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- b) - Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação; e,
- c) - Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

12.1.5. Além das sanções previstas nos itens 12.1.1 à 12.1.4, a Administração poderá aplicar quaisquer outras sanções previstas na Lei Federal no 8.666/93 e na Lei Federal no 12.846/13.

12.2. As multas serão descontadas dos pagamentos, das garantias apresentadas, ou ainda, quando for o caso, cobradas judicialmente.

12.3. Será assegurada, a parte que tiver dado motivo à sanção, o contraditório e a ampla defesa.

12.4. O valor máximo das multas não poderá exceder, cumulativamente, a 10% (dez por cento) do valor do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DA RESCISÃO CONTRATUAL

13.1. Constituem motivo para rescisão do contrato, no que couber:

13.1.1. O não cumprimento, ou cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações e prazos;

13.1.2. A subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação do contratado com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, não admitidas no edital e no contrato;

13.1.3. O desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;

13.1.4. O cometimento reiterado de faltas na sua execução;

13.1.5. A decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;

13.1.6. A dissolução da sociedade ou o falecimento do contratado;

13.1.7. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução do contrato;

13.1.8. Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o contratante e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato;

13.1.9. A suspensão de sua execução, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenizações pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas, assegurado ao contratado, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;

13.1.10. O atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pelo CONTRATANTE à CONTRATADA pelos produtos já entregues, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;

13.1.11. A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato.

13.1.12. Descumprimento do disposto no inciso V do art. 27 da Lei Federal nº 8.666/93, em observância do art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal de 1988, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

13.1.13. Acumulação de multas em valor igual ou superior ao previsto no item 12.4 do presente contrato.

13.2. Decidido pela rescisão do contrato, será executado da seguinte forma:

13.2.1. Determinada por ato unilateral e escrita do CONTRATANTE nos casos enumerados nos itens 13.1.1 à 13.1.9, 13.1.11 e 13.1.12.

13.2.2. Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para o CONTRATANTE;

13.2.3. Judicial, nos termos da legislação;

13.3. A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

13.4. Quando a rescisão ocorrer com base nos itens 13.1.8 à 13.1.11, desta cláusula, sem que haja culpa da CONTRATADA, será este ressarcido dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido.

13.5. Ocorrendo impedimento, paralisação ou sustação do contrato, o cronograma de entrega será prorrogado automaticamente por igual tempo.

13.6. Será assegurada, a parte que tiver dado motivo à rescisão, o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: ALTERAÇÃO DO CONTRATO

14.1. O presente contrato poderá ser alterado mediante as seguintes condições:

14.1.1. Unilateralmente pela Administração:

a) - quando houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos, desde que não haja a desconfiguração do objeto;

b) - quando necessário acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos por esta Lei; e,

c) - para a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa do objeto.

14.1.2. Por acordo das partes:

a) - quando necessária a modificação do modo de fornecimento, em face de verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originários;

b) - quando necessária a modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial atualizado, vedada a antecipação do pagamento, com relação ao cronograma financeiro fixado, sem a correspondente contraprestação de fornecimento dos produtos/bens; e,

c) - para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da administração para a justa remuneração do fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1. Todos os prazos previstos no presente contrato são contados como dias corridos, salvo disposição em contrário, e terá seu critério de contagem em consonância com o art. 110 da Lei Federal nº 8.666/93.

15.2. Não serão aceitos, em hipótese alguma, acordos verbais entre as partes com a finalidade de alteração ou substituição do presente termo de contrato.

15.3. A inadimplência da CONTRATADA, com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento.

15.4. A CONTRATADA está terminantemente proibida de efetuar a transferência à terceiros das obrigações do fornecimento dos bens objeto deste contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: FORO

16.1. O foro competente para dirimir possíveis dúvidas, após se esgotarem todas as tentativas de composição amigável, e/ou litígios pertinentes ao objeto da presente licitação, independente de outro que por mais privilegiado seja, será o da Comarca de Indaial – Estado de Santa Catarina.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

17.1. Aplica-se ao presente contrato, nas partes omissas, a seguinte legislação:

a) - Constituição da República Federativa do Brasil de 1988;

b) - Constituição do Estado de Santa Catarina de 1989;

c) - Lei Orgânica do Município de Indaial;

d) - Lei Federal nº 8.666/93. Lei das Licitações e Contratos Administrativos;

e) - Lei Federal nº 4.320/64. Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal;

- f) - Lei Federal nº 8.078/90. Código de Defesa do Consumidor;
g) - Lei Federal nº 10.406/02. Código Civil Brasileiro;
h) - Decreto-Lei nº 3.689/41. Código de Processo Penal;
i) - Lei Federal nº 7.210/84. Lei de Execução Penal;
j) - Lei Federal nº 12.846/13. Lei Anticorrupção; e,
k) - Lei Complementar Federal nº 101/2000. Lei de Responsabilidade Fiscal.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA: AS PARTES

18.1. Por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo assinadas, para que produzam seus efeitos administrativos e jurídicos.

Indaial/SC, 02 de junho de 2015.

MUNICÍPIO DE INDAIAL Sérgio Almir dos Santos Contratante	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE INDAIAL Enílson Erley de Freitas Contratante
ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA Maicon Córdova Pereira Contratada	PROCURADORA GERAL DO MUNICÍPIO Silmara Fruet OAB/SC 13.215

Testemunhas:

Assinatura: _____
Nome Legível: _____
CPF: _____

Assinatura: _____
Nome Legível: _____
CPF: _____

CONTRATO Nº 120/2015

CONTRATO Nº 120/2015

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE INDAIAL/FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE INDAIAL E A EMPRESA OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA, NA FORMA ABAIXO:

Pelo presente instrumento o MUNICÍPIO DE INDAIAL, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.798/0001-00, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 126, bairro Centro, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. Sérgio Almir dos Santos, Prefeito legitimamente eleito para o cargo, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 383.728.439-53 e Cédula de Identidade nº 3/R 1.111.815, residente e domiciliado à Rua 25 de Janeiro, nº 799, Bairro Carijós, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE INDAIAL, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 11.355.483/0001-63, neste ato representado pelo Sr. Enílson Erley de Freitas, Secretário de Saúde, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob nº 516.236.509-25 e Cédula de Identidade nº 3.523.244-3, residente e domiciliado à Rua Santos Dumont, nº 168, Bairro Centro, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE, e a empresa, OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 03.033.589/0001-12, com sede na Via Expressa Paul Kuehnrich, nº 1.515, bairro Itoupava Norte, na cidade de Blumenau– Estado de Santa Catarina, representada neste ato por sua Representante Legal, Sra. Deise Evani Pereira Wandall, brasileira, inscrita no CPF sob nº 775.898.829/68 e Cédula de Identidade nº 2.799.186, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, tem entre si justo e acordado, na melhor forma do direito, fundamentado na Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, a celebração do presente contrato mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA: FUNDAMENTO LEGAL

1.1. O presente contrato se vincula aos termos da proposta que a CONTRATADA apresentou no Processo Licitatório nº 034/2015 – Edital de Pregão nº 004/2015-19208, os termos do edital mencionado retro e a legislação aplicável.

CLÁUSULA SEGUNDA: REGIME DE EXECUÇÃO

2.1. O presente contrato tem o regime de execução indireta, empreitada por preços unitários, de acordo com o art. 6º da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

CLÁUSULA TERCEIRA: DO OBJETO

3.1. Constitui-se como objeto do presente termo de contrato, a aquisição de equipamentos hospitalares e odontológicos, conforme quantitativos e especificações a seguir:

Item	Quant.	Unid.	PRODUTO/ESPECIFICAÇÕES	Marca	Valor Unit.	Valor total
04	01	Unid.	Bisturi elétrico de alta frequência, transistorizado, uso geral em centro cirúrgico e ambulatório, saídas monopolares e bipolares cinco níveis de blend, proteção contra rompimento do fio placa. Possibilidade de programação mínima de 7 procedimentos cirúrgicos; sistema de segurança com alarme e bloqueio de funcionamento; comando por teclas; saídas monopolar e bipolar independentes; especificações técnicas; frequência mínima de corte em 120 w; blend mínimo de 70w e máximo de 100w; coagulação de 60w; voltagem de 220v; potencia de radio frequência na saída monopolar com carga nominal de 500 ohms. Potencia de radio frequência na saída bipolar com carga nominal de 100 ohms. Devera atender as normas nbr iec 60601-1 e nbc iec 60601-2-2; devera acompanhar o produto: 01 caneta porta eletrodos simples, monopolar, com cabo de silicone; 01 caneta porta eletrodos com comando digital. Com cabo de silicone; 01 placa neutra de aço inox flexível, com cabo; 01 pedal, com cabo; 01 jogo de eletrodos especiais ou com pentas tipo l.e.e.p. (ginecologia), devera apresentar registro na ANVISA.	Emai	R\$1.604,87	R\$1.604,87
15	20	Unid.	Esfigmomanometro com braçadeira confeccionada em tecido resistente algodão, antialérgico. Fecho em velcro. Braçadeira com dimensões infante. Manguito: borracha vulcanizada com duas saídas, sem emendas, de alta durabilidade. Manômetro: aneroide com escala de 0 a 300 mmhg. Caixa de metal altamente resistente com presilha de metal. Pera insufladora: borracha vulcanizada com sistema de retorno em metal, com esfera de aço inox de alta durabilidade. Válvula: metal altamente resistente com regulagem de saída de ar sensível.	Premium	R\$50,00	R\$1.000,00

3.2. LOCAL DE ENTREGA:

3.2.1. A entrega dar-se-á no seguinte local: Secretaria de Saúde, situada à Rua Leoberto Leal, nº 155 – Bairro Tapajós, no município de Indaial – Estado de Santa Catarina – no horário compreendido das 08 :30 horas às 12 :00 horas e 13 :30 horas às 17 :00min, nos dias úteis.

CLÁUSULA QUARTA – VALOR DO CONTRATO

4.1. O valor total do presente contrato é de R\$2.604,87 (dois mil seiscentos e quatro reais e oitenta e sete centavos).

4.2. Nos preços unitários estão incluídos todos os custos diretos e indiretos necessários à perfeita execução dos serviços, inclusive as despesas com materiais e/ou equipamentos, mão-de-obra especializada ou não, fretes, seguros em geral, equipamentos auxiliares, ferramentas, encargos da legislação social trabalhista e previdenciária, da infelizmente do trabalho e responsabilidade civil por quaisquer danos causados a terceiros ou dispêndios resultantes de impostos, taxas regulamentos e posturas municipais, estaduais e federais, bem como o lucro.

CLÁUSULA QUINTA: DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

5.1. Os recursos orçamentários necessários para suprir as despesas deste contrato serão provenientes das seguintes dotações orçamentárias do exercício de 2015:

- 30.001.0010.0301.0030.1440.4490520800.03335406
- 30.001.0010.0301.0030.1440.4490520800.03380900
- 30.001.0010.0301.0030.1440.4490520800.03381701
- 30.001.0010.0301.0030.1440.4490520800.03385701
- 30.001.0010.0301.0030.1440.4490520800.03381801
- 30.001.0010.0301.0030.1440.4490520800.03381600
- 30.001.0010.0301.0030.1440.4490520800.03335409
- 30.001.0010.0301.0030.1440.4490520800.03380900
- 30.001.0010.0301.0030.1440.4490520800.03381701
- 30.001.0010.0301.0030.1440.4490520800.01020000
- 30.001.0010.0301.0030.1440.4490528700.03381500
- 30.001.0010.0301.0030.1440.4490528700.03385700
- 30.001.0010.0301.0030.1440.4490528700.01020000
- 30.001.0010.0301.0030.1440.4490528700.03380900
- 30.001.0010.0301.0030.1440.4490528700.03381701
- 30.001.0010.0301.0030.1440.4490528700.03381600

CLÁUSULA SEXTA: FORMA DE PAGAMENTO –

6.1. O pagamento será realizado no 30º (trigésimo) dia após a entrega dos bens e da respectiva nota fiscal, devidamente aprovada e liquidada pela unidade requerente do Fundo Municipal de Saúde de Indaial.

6.2. Quando inadimplente, o pagamento será monetariamente atualizado, a partir do dia de seu vencimento e até o de sua liquidação, segundo os mesmos critérios adotados para a atualização de obrigações tributárias do município de Indaial, vigente na data de seu pagamento.

6.3. Nenhum pagamento será efetuado à contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta

em virtude de penalidade, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preço ou correção monetária.

6.4. O pagamento será realizado através de depósito na conta bancária da CONTRATADA, que segue: Banco do Brasil – Agência 2869-X - Conta Corrente 66477-4

CLÁUSULA SÉTIMA: REAJUSTE E REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO –

7.1. A CONTRATANTE e a CONTRATADA têm direito ao equilíbrio econômico financeiro do contrato, em consonância com disposto no artigo 37, inciso XXI, da Constituição Federal, a ser realizado mediante os seguintes critérios:

7.1.1. REAJUSTE DE PREÇOS:

7.1.1.1. Os preços constantes no presente contrato serão reajustados pelo IGP-DI – Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna, da Fundação Getúlio Vargas, após 12 meses da data de realização do orçamento básico do edital que originou o presente contrato, de acordo com o art. 3º, § 1º da Lei Federal nº 10.192/01.

7.1.2. REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO:

7.1.2.1. O reequilíbrio econômico-financeiro será concedido para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da Administração para a justa remuneração do fornecimento do produto/equipamento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobreviverem fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.

CLÁUSULA OITAVA: PRAZOS E DATAS

8.1. O prazo do presente Contrato é de 02 de junho de 2015 até 30 de agosto de 2015.

8.1.1. O prazo de entrega é de 30 (trinta) dias, contado a partir da emissão e comunicação da Ordem de Compra pela CONTRATANTE.

8.1.2. O contrato terá seu vencimento depois de decorrido o prazo do item 8.1 e desde que não tenha havido qualquer prorrogação.

8.1.3. O termo final do presente contrato não extingue as obrigações futuras decorrentes de garantia, direitos trabalhistas e previdenciários a ele relacionados.

8.1.4. O prazo de entrega dos bens, bem como o prazo de validade do contrato, poderão ser prorrogados por igual período, desde que devidamente justificado e com autorização expressa da CONTRATADA, que será feita através de termo aditivo ao contrato.

CLÁUSULA NONA: DEVERES DA CONTRATADA

9.1. Assegurar o fornecimento do objeto conforme as especificações constantes na Cláusula Terceira do presente contrato.

9.2. Providenciar a imediata correção de todas as deficiências detectadas pela CONTRATANTE, quanto à execução do contrato.

9.3. Garantir o pagamento a todos os prestadores de serviço alocados, bem como despesas extraordinárias, quando for o caso.

9.4. Responsabilizar-se por quaisquer danos ou prejuízos, materiais ou pessoais, decorrentes de culpa ou dolo, causados por seus empregados ou prepostos, em decorrência da execução deste Contrato, assegurado o direito de defesa.

9.5. Prestar imediatamente quaisquer esclarecimentos solicitados pela CONTRATANTE, respeitados os casos de complexidade para os quais se fixarão prazos específicos.

9.6. Comunicar imediatamente à CONTRATANTE, de forma detalhada, toda e qualquer ocorrência de acidentes verificada no curso da execução contratual.

9.7. Manter até o termo final deste contrato todas as obrigações com os órgãos públicos e fiscais, assim como encargos trabalhistas, previdenciários, securitários, tributários e comerciais, resultantes da execução do contrato, devidamente regularizados, segundo estabelecido no art. 71 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

9.8. Manter, durante toda a execução do contrato as obrigações assumidas relativas a todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Processo Licitatório nº 034/2015 - Edital de Pregão nº 004/2015-19208.

CLÁUSULA DÉCIMA: DEVERES DA CONTRATANTE

10.1. Cumprir e fazer cumprir todas as determinações constantes neste contrato e a legislação vigente correlata à execução do mesmo.

10.2. Efetuar o pagamento devido à CONTRATADA, na data e forma estabelecida neste contrato.

10.3. Fiscalizar a entrega dos bens objeto do contrato, registrando as ocorrências, bem como atestar o recebimento dos mesmos em

conformidade com as demais cláusulas.

10.4. Recusar o recebimento dos bens em desacordo com as especificações da Cláusula Terceira do presente contrato, quanto à sua natureza, quantidade ou qualidade, bem como documentos fiscais em desacordo com os bens adquiridos.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: FISCALIZAÇÃO

11.1. O exercício de fiscalização pelo preposto da CONTRATANTE não excluirá nem reduzirá as responsabilidades da CONTRATADA.

11.2. À Fiscalização fica desde já assegurado o direito de:

11.2.2. Determinar o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados;

11.2.3. Rejeitar todo e qualquer material/produto/equipamento entregue de má qualidade, ou danificado, ou em desacordo com o especificado no contrato e na proposta, exigindo sua substituição ou correção imediatas;

11.3. A CONTRATANTE sem prejuízo de suas atribuições de acompanhamento, poderá contratar, profissionais consultores ou empresas especializadas, os serviços relativos ao controle qualitativo e quantitativo dos materiais objeto do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DAS SANÇÕES

12.1. Pela inexecução total ou parcial do contrato, a Contratante poderá, garantida prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

12.1.1. Advertência, no caso de faltas que não motivarem a aplicação de multas.

12.1.2. Multa, conforme os seguintes critérios:

- a) - No valor de 0,5% (cinco décimos percentuais) do valor do contrato, por dia de atraso injustificado na entrega dos materiais/produtos/equipamentos;
- b) - No valor de 2,0% (dois por cento) do valor do contrato por inobservância do item 15.4 do presente contrato;
- c) - No valor de 2,0% (dois por cento) do valor do contrato por descumprimento dos Deveres da CONTRATADA, inseridos na Cláusula Décima Segunda, desde que não previstos em outras cláusulas;
- d) - No valor de 3,0 % (três por cento) do valor do contrato, por acumulação de 03 (três) advertências;
- e) - Multa de 5% (cinco por cento) do valor do contrato no caso de fornecimento de bens em desacordo com as especificações do presente contrato, desde que cause prejuízo à CONTRATANTE;
- f) - No valor de 10% (dez por cento) do valor do contrato no caso de apresentar declaração em falso no processo, sem prejuízo de demais processos administrativos e jurídicos;
- g) - Multa de 10% (dez por cento) do valor do contrato no caso de recusa da entrega dos bens, sem justificativa e aviso prévio à CONTRATANTE; e,
- h) - No valor de 10% (dez por cento) do valor do contrato se der causa à Declaração de Inidoneidade.

12.1.3. Suspensão de Participação, em licitações com o Município de Indaial, incluindo a administração direta e indireta, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, nos seguintes casos:

- a) - Se o valor acumulado das multas ultrapassarem o 10% (dez por cento) do valor do orçamento básico do edital; e,
- b) - Quaisquer dos motivos expostos nas alíneas "e" à "g", do item 12.1.2.

12.1.4. Declaração de Inidoneidade, nos seguintes casos:

- a) - Tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- b) - Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação; e,
- c) - Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

12.1.5. Além das sanções previstas nos itens 12.1.1 à 12.1.4, a Administração poderá aplicar quaisquer outras sanções previstas na Lei Federal no 8.666/93 e na Lei Federal no 12.846/13.

12.2. As multas serão descontadas dos pagamentos, das garantias apresentadas, ou ainda, quando for o caso, cobradas judicialmente.

12.3. Será assegurada, a parte que tiver dado motivo à sanção, o contraditório e a ampla defesa.

12.4. O valor máximo das multas não poderá exceder, cumulativamente, a 10% (dez por cento) do valor do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DA RESCISÃO CONTRATUAL

13.1. Constituem motivo para rescisão do contrato, no que couber:

13.1.1. O não cumprimento, ou cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações e prazos;

13.1.2. A subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação do contratado com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, não admitidas no edital e no contrato;

13.1.3. O desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;

13.1.4. O cometimento reiterado de faltas na sua execução;

13.1.5. A decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;

13.1.6. A dissolução da sociedade ou o falecimento do contratado;

13.1.7. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução do contrato;

13.1.8. Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o contratante e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato;

13.1.9. A suspensão de sua execução, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenizações pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas, assegurado ao contratado, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;

13.1.10. O atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pelo CONTRATANTE à CONTRATADA pelos produtos já entregues, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;

13.1.11. A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato.

13.1.12. Descumprimento do disposto no inciso V do art. 27 da Lei Federal nº 8.666/93, em observância do art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal de 1988, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

13.1.13. Acumulação de multas em valor igual ou superior ao previsto no item 12.4 do presente contrato.

13.2. Decidido pela rescisão do contrato, será executado da seguinte forma:

13.2.1. Determinada por ato unilateral e escrita do CONTRATANTE nos casos enumerados nos itens 13.1.1 à 13.1.9, 13.1.11 e 13.1.12.

13.2.2. Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para o CONTRATANTE;

13.2.3. Judicial, nos termos da legislação;

13.3. A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

13.4. Quando a rescisão ocorrer com base nos itens 13.1.8 à 13.1.11, desta cláusula, sem que haja culpa da CONTRATADA, será este resarcido dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido.

13.5. Ocorrendo impedimento, paralisação ou sustação do contrato, o cronograma de entrega será prorrogado automaticamente por igual tempo.

13.6. Será assegurada, a parte que tiver dado motivo à rescisão, o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: ALTERAÇÃO DO CONTRATO

14.1. O presente contrato poderá ser alterado mediante as seguintes condições:

14.1.1. Unilateralmente pela Administração:

- a) - quando houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos, desde que não haja a desconfiguração do objeto;
- b) - quando necessário acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos por esta Lei; e,
- c) - para a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa do objeto.

14.1.2. Por acordo das partes:

- a) - quando necessária a modificação do modo de fornecimento, em face de verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originários;
- b) - quando necessária a modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial atualizado, vedada a antecipação do pagamento, com relação ao cronograma financeiro fixado, sem a correspondente contraprestação de

fornecimento dos produtos/bens; e,

c) - para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da administração para a justa remuneração do fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1. Todos os prazos previstos no presente contrato são contados como dias corridos, salvo disposição em contrário, e terá seu critério de contagem em consonância com o art. 110 da Lei Federal nº 8.666/93.

15.2. Não serão aceitos, em hipótese alguma, acordos verbais entre as partes com a finalidade de alteração ou substituição do presente termo de contrato.

15.3. A inadimplência da CONTRATADA, com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento.

15.4. A CONTRATADA está terminantemente proibida de efetuar a transferência à terceiros das obrigações do fornecimento dos bens objeto deste contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: FORO

16.1. O foro competente para dirimir possíveis dúvidas, após se esgotarem todas as tentativas de composição amigável, e/ou litígios pertinentes ao objeto da presente licitação, independente de outro que por mais privilegiado seja, será o da Comarca de Indaial – Estado de Santa Catarina.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

17.1. Aplica-se ao presente contrato, nas partes omissas, a seguinte legislação:

- a) - Constituição da República Federativa do Brasil de 1988;
- b) - Constituição do Estado de Santa Catarina de 1989;
- c) - Lei Orgânica do Município de Indaial;
- d) - Lei Federal nº 8.666/93. Lei das Licitações e Contratos Administrativos;
- e) - Lei Federal nº 4.320/64. Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal;
- f) - Lei Federal nº 8.078/90. Código de Defesa do Consumidor;
- g) - Lei Federal nº 10.406/02. Código Civil Brasileiro;
- h) - Decreto-Lei nº 3.689/41. Código de Processo Penal;
- i) - Lei Federal nº 7.210/84. Lei de Execução Penal;
- j) - Lei Federal nº 12.846/13. Lei Anticorrupção; e,
- k) - Lei Complementar Federal nº 101/2000. Lei de Responsabilidade Fiscal.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA: AS PARTES

18.1. Por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo assinadas, para que produzam seus efeitos administrativos e jurídicos.

Indaial/SC, 02 de junho de 2015.

MUNICÍPIO DE INDAIAL Sérgio Almir dos Santos Contratante	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE INDAIAL Enílson Erley de Freitas Contratante
OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA Deise Evani Pereira Wandall Contratada	PROCURADORA GERAL DO MUNICÍPIO Silmara Fruet OAB/SC 13.215

Testemunhas:

Assinatura: _____
Nome Legível: _____
CPF: _____

Assinatura: _____
Nome Legível: _____
CPF: _____

CONTRATO Nº 121/2015

CONTRATO Nº 121/2015

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE INDAIAL/FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE INDAIAL E A EMPRESA PROHOSPITAL SUL COMÉRCIO DE MATERIAIS MÉDICOS E ODONTOLÓGICOS EIRELI - EPP, NA FORMA ABAIXO:

Pelo presente instrumento o MUNICÍPIO DE INDAIAL, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.798/0001-00, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 126, bairro Centro, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. Sérgio Almir dos Santos, Prefeito legitimamente eleito para o cargo, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 383.728.439-53 e Cédula de Identidade nº 3/R 1.111.815, residente e domiciliado à Rua 25 de Janeiro, nº 799, Bairro Carijós, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE INDAIAL, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 11.355.483/0001-63, neste ato representado pelo Sr. Enílson Erley de Freitas, Secretário de Saúde, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob nº 516.236.509-25 e Cédula de Identidade nº 3.523.244-3, residente e domiciliado à Rua Santos Dumont, nº 168, Bairro Centro, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE, e a empresa, PROHOSPITAL SUL COMÉRCIO DE MATERIAIS MÉDICOS E ODONTOLÓGICOS EIRELI - EPP, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 05.077.346/0001-01, com sede na Rua Tuiuti, nº 165, sala 04, bairro Centro, na cidade de Rio do Sul – Estado de Santa Catarina, representada neste ato por seu Representante Legal, Sr. Carlos André dos Santos, brasileira, sócio administrador, inscrito no CPF sob nº 004.548.799/18 e Cédula de Identidade 7R/4.311.294, residente na rua Pernambuco, nº 177, bairro Centro, na cidade de Rio do Sul – Estado de Santa Catarina, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, tem entre si justo e acordado, na melhor forma do direito, fundamentado na Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, a celebração do presente contrato mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA: FUNDAMENTO LEGAL

1.1. O presente contrato se vincula aos termos da proposta que a CONTRATADA apresentou no Processo Licitatório nº 034/2015 – Edital de Pregão nº 004/2015-19208, os termos do edital mencionado retro e a legislação aplicável.

CLÁUSULA SEGUNDA: REGIME DE EXECUÇÃO

2.1. O presente contrato tem o regime de execução indireta, empreitada por preços unitários, de acordo com o art. 6ª da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

CLÁUSULA TERCEIRA: DO OBJETO

3.1. Constitui-se como objeto do presente termo de contrato, a aquisição de equipamentos hospitalares e odontológicos, conforme quantitativos e especificações a seguir:

Item	Quant.	Unid.	PRODUTO/ESPECIFICAÇÕES	Marca	VALOR Unit.	VALOR Total
03	02	Unid.	Raio-x odontológico de parede, braços articulados e balanceados; alcance mínimo do braço panorâmico de 2000 cm; painel de comando com display digital, que permita a seleção do tempo de exposição; regulador eletrônico de tensão, garantindo radiografias uniformes com boa qualidade; tensão no tubo de 70 kvp; corrente no tubo entre 7ma e 9ma; campo de radiação de 60mm e ponto focal de 0,8 x 0,8; comprimento mínimo do cilindro de 200 mm; ampola com gerador imerso em óleo ou outro material que o substitua; cabeçote com câmara de expansão; dispositivo de segurança de proteção térmica interna do cabeçote; chave liga/desliga; timer digital; bip sonoro conjugado a emissão de raio-x; tempo de exposição que atenda a faixa entre 0,2 a 2,5 seg.; disparador a distancia, com cabo espiralado com comprimento mínimo de 5 (cinco) metros; cone limitador do campo de radiação; cabeçote com blindagem em chumbo; respeitando todas as exigências da portaria 453 de 01 de junho de 1998, da secretaria de vigilância sanitária/ministério da saúde, relacionadas ao raio-x odontológico; sistema de segurança que impeça o disparo em caso de sub e sobretenção; tensão da rede de 220 v, com todos os componentes e acessórios necessários a perfeita instalação e funcionamento do aparelho; manual de operação; garantia mínima de 12 meses.	X Dent X	R\$3.750,00	R\$7.500,00
13	20	Unid.	Esfigmomanometro com braçadeira confeccionada em tecido resistente algodão, antialérgico. Fecho em velcro. Manguito: borracha vulcanizada com duas saídas, sem emendas, de alta durabilidade. Manômetro: aneróide com escala de 0 a 300 mmHg. Caixa de metal altamente resistente com presilha de metal. Pera insufladora: borracha vulcanizada com sistema de retorno em metal, com esfera de aço inox de alta durabilidade. Válvula: metal altamente resistente com regulagem de saída de ar sensível.	Solidor	R\$42,50	R\$850,00
23	01	Unid.	Autoclave, tipo automático, material gabinete alumínio, material câmara aço inoxidável, diâmetro câmara 26, profundidade câmara 47, capacidade 21 litros, quantidade bandejas 3, material bandeja aço inoxidável, tensão alimentação 220, consumo energia máximo 2.200w.	Stermax	R\$2.000,00	R\$2.000,00

3.2. LOCAL DE ENTREGA:

3.2.1. A entrega dar-se-á no seguinte local: Secretaria de Saúde, situada à Rua Leoberto Leal, nº 155 – Bairro Tapajós, no município de Indaial – Estado de Santa Catarina – no horário compreendido das 08 :30 horas às 12 :00 horas e 13 :30 horas às 17 :00min, nos dias úteis.

CLÁUSULA QUARTA – VALOR DO CONTRATO

4.1. O valor total do presente contrato é de R\$10.350,00 (dez mil trezentos e cinquenta reais).

4.2. Nos preços unitários estão incluídos todos os custos diretos e indiretos necessários à perfeita execução dos serviços, inclusive as despesas com materiais e/ou equipamentos, mão-de-obra especializada ou não, fretes, seguros em geral, equipamentos auxiliares, ferramentas, encargos da legislação social trabalhista e previdenciária, da infortunística do trabalho e responsabilidade civil por quaisquer danos causados a terceiros ou dispêndios resultantes de impostos, taxas regulamentos e posturas municipais, estaduais e federais, bem como o lucro.

CLÁUSULA QUINTA: DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

5.1. Os recursos orçamentários necessários para suprir as despesas deste contrato serão provenientes das seguintes dotações orçamentárias do exercício de 2015:

- 30.001.0010.0301.0030.1440.4490520800.03335406
- 30.001.0010.0301.0030.1440.4490520800.03380900
- 30.001.0010.0301.0030.1440.4490520800.03381701
- 30.001.0010.0301.0030.1440.4490520800.03385701
- 30.001.0010.0301.0030.1440.4490520800.03381801
- 30.001.0010.0301.0030.1440.4490520800.03381600
- 30.001.0010.0301.0030.1440.4490520800.03335409
- 30.001.0010.0301.0030.1440.4490520800.03380900
- 30.001.0010.0301.0030.1440.4490520800.03381701
- 30.001.0010.0301.0030.1440.4490520800.01020000
- 30.001.0010.0301.0030.1440.4490528700.03381500
- 30.001.0010.0301.0030.1440.4490528700.03385700
- 30.001.0010.0301.0030.1440.4490528700.01020000
- 30.001.0010.0301.0030.1440.4490528700.03380900
- 30.001.0010.0301.0030.1440.4490528700.03381701
- 30.001.0010.0301.0030.1440.4490528700.03381600

CLÁUSULA SEXTA: FORMA DE PAGAMENTO –

6.1. O pagamento será realizado no 30º (trigésimo) dia após a entrega dos bens e da respectiva nota fiscal, devidamente aprovada e liquidada pela unidade requerente do Fundo Municipal de Saúde de Indaial.

6.2. Quando inadimplente, o pagamento será monetariamente atualizado, a partir do dia de seu vencimento e até o de sua liquidação, segundo os mesmos critérios adotados para a atualização de obrigações tributárias do município de Indaial, vigente na data de seu pagamento.

6.3. Nenhum pagamento será efetuado à contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preço ou correção monetária.

6.4. O pagamento será realizado através de depósito na conta bancária da CONTRATADA, que segue:

Banco do Brasil
Agência 5221-3
Conta Corrente 487.305-X

CLÁUSULA SÉTIMA: REAJUSTE E REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO –

7.1. A CONTRATANTE e a CONTRATADA têm direito ao equilíbrio econômico financeiro do contrato, em consonância com disposto no artigo 37, inciso XXI, da Constituição Federal, a ser realizado mediante os seguintes critérios:

7.1.1. REAJUSTE DE PREÇOS:

7.1.1.1. Os preços constantes no presente contrato serão reajustados pelo IGP-DI – Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna, da Fundação Getúlio Vargas, após 12 meses da data de realização do orçamento básico do edital que originou o presente contrato, de acordo com o art. 3º, § 1º da Lei Federal nº 10.192/01.

7.1.2. REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO:

7.1.2.1. O reequilíbrio econômico-financeiro será concedido para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da Administração para a justa remuneração do fornecimento do produto/equipamento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobreviverem fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.

CLÁUSULA OITAVA: PRAZOS E DATAS

8.1. O prazo do presente Contrato é de 02 de junho de 2015 até 30 de agosto de 2015.

8.1.1. O prazo de entrega é de 30 (trinta) dias, contado a partir da emissão e comunicação da Ordem de Compra pela CONTRATANTE.

8.1.2. O contrato terá seu vencimento depois de decorrido o prazo do item 8.1 e desde que não tenha havido qualquer prorrogação.

8.1.3. O termo final do presente contrato não extingue as obrigações futuras decorrentes de garantia, direitos trabalhistas e previdenciários a ele relacionados.

8.1.4. O prazo de entrega dos bens, bem como o prazo de validade do contrato, poderão ser prorrogados por igual período, desde que devidamente justificado e com autorização expressa da CONTRATADA, que será feita através de termo aditivo ao contrato.

CLÁUSULA NONA: DEVERES DA CONTRATADA

9.1. Assegurar o fornecimento do objeto conforme as especificações constantes na Cláusula Terceira do presente contrato.

9.2. Providenciar a imediata correção de todas as deficiências detectadas pela CONTRATANTE, quanto à execução do contrato.

9.3. Garantir o pagamento a todos os prestadores de serviço alocados, bem como despesas extraordinárias, quando for o caso.

9.4. Responsabilizar-se por quaisquer danos ou prejuízos, materiais ou pessoais, decorrentes de culpa ou dolo, causados por seus empregados ou prepostos, em decorrência da execução deste Contrato, assegurado o direito de defesa.

9.5. Prestar imediatamente quaisquer esclarecimentos solicitados pela CONTRATANTE, respeitados os casos de complexidade para os quais se fixarão prazos específicos.

9.6. Comunicar imediatamente à CONTRATANTE, de forma detalhada, toda e qualquer ocorrência de acidentes verificada no curso da execução contratual.

9.7. Manter até o termo final deste contrato todas as obrigações com os órgãos públicos e fiscais, assim como encargos trabalhistas, previdenciários, securitários, tributários e comerciais, resultantes da execução do contrato, devidamente regularizados, segundo estabelecido no art. 71 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

9.8. Manter, durante toda a execução do contrato as obrigações assumidas relativas a todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Processo Licitatório nº 034/2015 - Edital de Pregão nº 004/2015-19208.

CLÁUSULA DÉCIMA: DEVERES DA CONTRATANTE

10.1. Cumprir e fazer cumprir todas as determinações constantes neste contrato e a legislação vigente correlata à execução do mesmo.

10.2. Efetuar o pagamento devido à CONTRATADA, na data e forma estabelecida neste contrato.

10.3. Fiscalizar a entrega dos bens objeto do contrato, registrando as ocorrências, bem como atestar o recebimento dos mesmos em conformidade com as demais cláusulas.

10.4. Recusar o recebimento dos bens em desacordo com as especificações da Cláusula Terceira do presente contrato, quanto à sua natureza, quantidade ou qualidade, bem como documentos fiscais em desacordo com os bens adquiridos.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: FISCALIZAÇÃO

11.1. O exercício de fiscalização pelo preposto da CONTRATANTE não excluirá nem reduzirá as responsabilidades da CONTRATADA.

11.2. À Fiscalização fica desde já assegurado o direito de:

11.2.2. Determinar o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados;

11.2.3. Rejeitar todo e qualquer material/produto/equipamento entregue de má qualidade, ou danificado, ou em desacordo com o especificado no contrato e na proposta, exigindo sua substituição ou correção imediatas;

11.3. A CONTRATANTE sem prejuízo de suas atribuições de acompanhamento, poderá contratar, profissionais consultores ou empresas especializadas, os serviços relativos ao controle qualitativo e quantitativo dos materiais objeto do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DAS SANÇÕES

12.1. Pela inexecução total ou parcial do contrato, a Contratante poderá, garantida prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

12.1.1. Advertência, no caso de faltas que não motivarem a aplicação de multas.

12.1.2. Multa, conforme os seguintes critérios:

- a) - No valor de 0,5% (cinco décimos percentuais) do valor do contrato, por dia de atraso injustificado na entrega dos materiais/produtos/equipamentos;
- b) - No valor de 2,0% (dois por cento) do valor do contrato por inobservância do item 15.4 do presente contrato;
- c) - No valor de 2,0% (dois por cento) do valor do contrato por descumprimento dos Deveres da CONTRATADA, inseridos na Cláusula Décima Segunda, desde que não previstos em outras cláusulas;
- d) - No valor de 3,0 % (três por cento) do valor do contrato, por acumulação de 03 (três) advertências;
- e) - Multa de 5% (cinco por cento) do valor do contrato no caso de fornecimento de bens em desacordo com as especificações do presente contrato, desde que cause prejuízo à CONTRATANTE;
- f) - No valor de 10% (dez por cento) do valor do contrato no caso de apresentar declaração em falso no processo, sem prejuízo de demais processos administrativos e jurídicos;
- g) - Multa de 10% (dez por cento) do valor do contrato no caso de recusa da entrega dos bens, sem justificativa e aviso prévio à CONTRATANTE; e,
- h) - No valor de 10% (dez por cento) do valor do contrato se der causa à Declaração de Inidoneidade.

12.1.3. Suspensão de Participação, em licitações com o Município de Indaial, incluindo a administração direta e indireta, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, nos seguintes casos:

- a) - Se o valor acumulado das multas ultrapassarem o 10% (dez por cento) do valor do orçamento básico do edital; e,
- b) - Quaisquer dos motivos expostos nas alíneas "e" à "g", do item 12.1.2.

12.1.4. Declaração de Inidoneidade, nos seguintes casos:

- a) - Tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- b) - Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação; e,
- c) - Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

12.1.5. Além das sanções previstas nos itens 12.1.1 à 12.1.4, a Administração poderá aplicar quaisquer outras sanções previstas na Lei Federal no 8.666/93 e na Lei Federal no 12.846/13.

12.2. As multas serão descontadas dos pagamentos, das garantias apresentadas, ou ainda, quando for o caso, cobradas judicialmente.

12.3. Será assegurada, a parte que tiver dado motivo à sanção, o contraditório e a ampla defesa.

12.4. O valor máximo das multas não poderá exceder, cumulativamente, a 10% (dez por cento) do valor do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DA RESCISÃO CONTRATUAL

13.1. Constituem motivo para rescisão do contrato, no que couber:

13.1.1. O não cumprimento, ou cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações e prazos;

13.1.2. A subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação do contratado com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, não admitidas no edital e no contrato;

13.1.3. O desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;

13.1.4. O cometimento reiterado de faltas na sua execução;

13.1.5. A decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;

13.1.6. A dissolução da sociedade ou o falecimento do contratado;

13.1.7. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução do contrato;

13.1.8. Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o contratante e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato;

13.1.9. A suspensão de sua execução, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenizações pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações

e outras previstas, assegurado ao contratado, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;

13.1.10. O atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pelo CONTRATANTE à CONTRATADA pelos produtos já entregues, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;

13.1.11. A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato.

13.1.12. Descumprimento do disposto no inciso V do art. 27 da Lei Federal nº 8.666/93, em observância do art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal de 1988, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

13.1.13. Acumulação de multas em valor igual ou superior ao previsto no item 12.4 do presente contrato.

13.2. Decidido pela rescisão do contrato, será executado da seguinte forma:

13.2.1. Determinada por ato unilateral e escrita do CONTRATANTE nos casos enumerados nos itens 13.1.1 à 13.1.9, 13.1.11 e 13.1.12.

13.2.2. Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para o CONTRATANTE;

13.2.3. Judicial, nos termos da legislação;

13.3. A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

13.4. Quando a rescisão ocorrer com base nos itens 13.1.8 à 13.1.11, desta cláusula, sem que haja culpa da CONTRATADA, será este ressarcido dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido.

13.5. Ocorrendo impedimento, paralisação ou sustação do contrato, o cronograma de entrega será prorrogado automaticamente por igual tempo.

13.6. Será assegurada, a parte que tiver dado motivo à rescisão, o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: ALTERAÇÃO DO CONTRATO

14.1. O presente contrato poderá ser alterado mediante as seguintes condições:

14.1.1. Unilateralmente pela Administração:

a) - quando houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos, desde que não haja a desconfiguração do objeto;

b) - quando necessário acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos por esta Lei; e,

c) - para a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa do objeto.

14.1.2. Por acordo das partes:

a) - quando necessária a modificação do modo de fornecimento, em face de verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originários;

b) - quando necessária a modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial atualizado, vedada a antecipação do pagamento, com relação ao cronograma financeiro fixado, sem a correspondente contraprestação de fornecimento dos produtos/bens; e,

c) - para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da administração para a justa remuneração do fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1. Todos os prazos previstos no presente contrato são contados como dias corridos, salvo disposição em contrário, e terá seu critério de contagem em consonância com o art. 110 da Lei Federal nº 8.666/93.

15.2. Não serão aceitos, em hipótese alguma, acordos verbais entre as partes com a finalidade de alteração ou substituição do presente termo de contrato.

15.3. A inadimplência da CONTRATADA, com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento.

15.4. A CONTRATADA está terminantemente proibida de efetuar a transferência à terceiros das obrigações do fornecimento dos bens objeto

deste contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: FORO

16.1. O foro competente para dirimir possíveis dúvidas, após se esgotarem todas as tentativas de composição amigável, e/ou litígios pertinentes ao objeto da presente licitação, independente de outro que por mais privilegiado seja, será o da Comarca de Indaial – Estado de Santa Catarina.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

17.1. Aplica-se ao presente contrato, nas partes omissas, a seguinte legislação:

- a) - Constituição da República Federativa do Brasil de 1988;
- b) - Constituição do Estado de Santa Catarina de 1989;
- c) - Lei Orgânica do Município de Indaial;
- d) - Lei Federal nº 8.666/93. Lei das Licitações e Contratos Administrativos;
- e) - Lei Federal nº 4.320/64. Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal;
- f) - Lei Federal nº 8.078/90. Código de Defesa do Consumidor;
- g) - Lei Federal nº 10.406/02. Código Civil Brasileiro;
- h) - Decreto-Lei nº 3.689/41. Código de Processo Penal;
- i) - Lei Federal nº 7.210/84. Lei de Execução Penal;
- j) - Lei Federal nº 12.846/13. Lei Anticorrupção; e,
- k) - Lei Complementar Federal nº 101/2000. Lei de Responsabilidade Fiscal.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA: AS PARTES

18.1. Por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo assinadas, para que produzam seus efeitos administrativos e jurídicos.

Indaial/SC, 02 de junho de 2015.

MUNICÍPIO DE INDAIAL Sérgio Almir dos Santos Contratante	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE INDAIAL Enílson Erley de Freitas Contratante
PROHOSPITAL SUL COMÉRCIO DE MATERIAIS MÉDICOS E ODONTOLÓGICOS EIRELI - EPP Carlos André dos Santos Contratada	PROCURADORA GERAL DO MUNICÍPIO Silmara Fruet OAB/SC 13.215

Testemunhas:

Assinatura: _____
Nome Legível: _____
CPF: _____

Assinatura: _____
Nome Legível: _____
CPF: _____

CONTRATO Nº 122/2015

CONTRATO Nº 122/2015

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE INDAIAL/FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE INDAIAL E A EMPRESA JEFFERSON DUWE ME, NA FORMA ABAIXO:

Pelo presente instrumento o MUNICÍPIO DE INDAIAL, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.798/0001-00, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 126, bairro Centro, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. Sérgio Almir dos Santos, Prefeito legitimamente eleito para o cargo, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 383.728.439-53 e Cédula de Identidade nº 3/R 1.111.815, residente e domiciliado à Rua 25 de Janeiro, nº 799, Bairro Carijós, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE INDAIAL, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 11.355.483/0001-63, neste ato representado pelo Sr. Enílson Erley de Freitas, Secretário de Saúde, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob nº 516.236.509-25 e Cédula de Identidade nº 3.523.244-3, residente e domiciliado à Rua Santos Dumont, nº 168, Bairro Centro, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE, e a empresa, JEFFERSON DUWE ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 13.749.658/0001-42, com sede na Rua Artur Keunecke, nº 62, fundos, bairro dos Estados, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, representada neste ato por seu Representante Legal, Sr. Jefferson Duwe, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob nº 081.518.699/17 e Cédula de Identidade 5.251.683-0, residente na Rua Artur Keunecke, nº 62, bairro dos Estados, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, tem entre

si justo e acordado, na melhor forma do direito, fundamentado na Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, a celebração do presente contrato mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA: FUNDAMENTO LEGAL

1.1. O presente contrato se vincula aos termos da proposta que a CONTRATADA apresentou no Processo Licitatório nº 034/2015 – Edital de Pregão nº 004/2015-19208, os termos do edital mencionado retro e a legislação aplicável.

CLÁUSULA SEGUNDA: REGIME DE EXECUÇÃO

2.1. O presente contrato tem o regime de execução indireta, empreitada por preços unitários, de acordo com o art. 6ª da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

CLÁUSULA TERCEIRA: DO OBJETO

3.1. Constitui-se como objeto do presente termo de contrato, a aquisição de equipamentos hospitalares e odontológicos, conforme quantitativos e especificações a seguir:

ITEM	QUANT	UNID	PRODUTO/ESPECIFICAÇÕES	Marca	VALOR Unit.	VALOR Total
02	02	Unid.	Compressor odontológico de 1 cilindro com protetor térmico, (dispositivo que liga e desliga automaticamente o motor no caso de superaquecimento); válvula de segurança; pintura interna em epóxi, válvula reguladora; capacidade mínima do tanque de 40 litros; isento de óleo; volume de ar deslocado mínimo de 200 litros / minuto; tempo de carregamento de 4 s e recarregamento de 1s; regulagem do automático 90/114 psi; rotação do motor mínima de 1700 rpm; potencia mínima do motor de 2hp; tensão de 220 v; nível de ruído máximo de 75 decibéis.	Kavo	R\$1.641,00	R\$3.283,80

3.2. LOCAL DE ENTREGA:

3.2.1. A entrega dar-se-á no seguinte local: Secretaria de Saúde, situada à Rua Leoberto Leal, nº 155 – Bairro Tapajós, no município de Indaial – Estado de Santa Catarina – no horário compreendido das 08 :30 horas às 12 :00 horas e 13 :30 horas às 17 :00min, nos dias úteis.

CLÁUSULA QUARTA – VALOR DO CONTRATO

4.1. O valor total do presente contrato é de R\$3.283,80 (três mil duzentos e oitenta e três reais e oitenta centavos).

4.2. Nos preços unitários estão incluídos todos os custos diretos e indiretos necessários à perfeita execução dos serviços, inclusive as despesas com materiais e/ou equipamentos, mão-de-obra especializada ou não, fretes, seguros em geral, equipamentos auxiliares, ferramentas, encargos da legislação social trabalhista e previdenciária, da infortunistica do trabalho e responsabilidade civil por quaisquer danos causados a terceiros ou dispêndios resultantes de impostos, taxas regulamentos e posturas municipais, estaduais e federais, bem como o lucro.

CLÁUSULA QUINTA: DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

5.1. Os recursos orçamentários necessários para suprir as despesas deste contrato serão provenientes das seguintes dotações orçamentárias do exercício de 2015:

- 30.001.0010.0301.0030.1440.4490520800.03335406
- 30.001.0010.0301.0030.1440.4490520800.03380900
- 30.001.0010.0301.0030.1440.4490520800.03381701
- 30.001.0010.0301.0030.1440.4490520800.03385701
- 30.001.0010.0301.0030.1440.4490520800.03381801
- 30.001.0010.0301.0030.1440.4490520800.03381600
- 30.001.0010.0301.0030.1440.4490520800.03335409
- 30.001.0010.0301.0030.1440.4490520800.03380900
- 30.001.0010.0301.0030.1440.4490520800.03381701
- 30.001.0010.0301.0030.1440.4490520800.01020000
- 30.001.0010.0301.0030.1440.4490528700.03381500
- 30.001.0010.0301.0030.1440.4490528700.03385700
- 30.001.0010.0301.0030.1440.4490528700.01020000
- 30.001.0010.0301.0030.1440.4490528700.03380900
- 30.001.0010.0301.0030.1440.4490528700.03381701
- 30.001.0010.0301.0030.1440.4490528700.03381600

CLÁUSULA SEXTA: FORMA DE PAGAMENTO –

6.1. O pagamento será realizado no 30º (trigésimo) dia após a entrega dos bens e da respectiva nota fiscal, devidamente aprovada e liquidada pela unidade requerente do Fundo Municipal de Saúde de Indaial.

6.2. Quando inadimplente, o pagamento será monetariamente atualizado, a partir do dia de seu vencimento e até o de sua liquidação, segundo os mesmos critérios adotados para a atualização de obrigações tributárias do município de Indaial, vigente na data de seu pagamento.

6.3. Nenhum pagamento será efetuado à contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preço ou correção monetária.

6.4. O pagamento será realizado através de depósito na conta bancária da CONTRATADA, que segue:

Banco Viacredi
Agência 717900-6
Conta Corrente 0101

CLÁUSULA SÉTIMA: REAJUSTE E REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO –

7.1. A CONTRATANTE e a CONTRATADA têm direito ao equilíbrio econômico financeiro do contrato, em consonância com disposto no artigo 37, inciso XXI, da Constituição Federal, a ser realizado mediante os seguintes critérios:

7.1.1. REAJUSTE DE PREÇOS:

7.1.1.1. Os preços constantes no presente contrato serão reajustados pelo IGP-DI – Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna, da Fundação Getúlio Vargas, após 12 meses da data de realização do orçamento básico do edital que originou o presente contrato, de acordo com o art. 3º, § 1º da Lei Federal nº 10.192/01.

7.1.2. REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO:

7.1.2.1. O reequilíbrio econômico-financeiro será concedido para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da Administração para a justa remuneração do fornecimento do produto/equipamento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobreviverem fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.

CLÁUSULA OITAVA: PRAZOS E DATAS

8.1. O prazo do presente Contrato é de 02 de junho de 2015 até 30 de agosto de 2015.

8.1.1. O prazo de entrega é de 30 (trinta) dias, contado a partir da emissão e comunicação da Ordem de Compra pela CONTRATANTE.

8.1.2. O contrato terá seu vencimento depois de decorrido o prazo do item 8.1 e desde que não tenha havido qualquer prorrogação.

8.1.3. O termo final do presente contrato não extingue as obrigações futuras decorrentes de garantia, direitos trabalhistas e previdenciários a ele relacionados.

8.1.4. O prazo de entrega dos bens, bem como o prazo de validade do contrato, poderão ser prorrogados por igual período, desde que devidamente justificado e com autorização expressa da CONTRATADA, que será feita através de termo aditivo ao contrato.

CLÁUSULA NONA: DEVERES DA CONTRATADA

9.1. Assegurar o fornecimento do objeto conforme as especificações constantes na Cláusula Terceira do presente contrato.

9.2. Providenciar a imediata correção de todas as deficiências detectadas pela CONTRATANTE, quanto à execução do contrato.

9.3. Garantir o pagamento a todos os prestadores de serviço alocados, bem como despesas extraordinárias, quando for o caso.

9.4. Responsabilizar-se por quaisquer danos ou prejuízos, materiais ou pessoais, decorrentes de culpa ou dolo, causados por seus empregados ou prepostos, em decorrência da execução deste Contrato, assegurado o direito de defesa.

9.5. Prestar imediatamente quaisquer esclarecimentos solicitados pela CONTRATANTE, respeitados os casos de complexidade para os quais se fixarão prazos específicos.

9.6. Comunicar imediatamente à CONTRATANTE, de forma detalhada, toda e qualquer ocorrência de acidentes verificada no curso da execução contratual.

9.7. Manter até o termo final deste contrato todas as obrigações com os órgãos públicos e fiscais, assim como encargos trabalhistas, previdenciários, securitários, tributários e comerciais, resultantes da execução do contrato, devidamente regularizados, segundo estabelecido no art. 71 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

9.8. Manter, durante toda a execução do contrato as obrigações assumidas relativas a todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Processo Licitatório nº 034/2015 - Edital de Pregão nº 004/2015-19208.

CLÁUSULA DÉCIMA: DEVERES DA CONTRATANTE

10.1. Cumprir e fazer cumprir todas as determinações constantes neste contrato e a legislação vigente correlata à execução do mesmo.

10.2. Efetuar o pagamento devido à CONTRATADA, na data e forma estabelecida neste contrato.

10.3. Fiscalizar a entrega dos bens objeto do contrato, registrando as ocorrências, bem como atestar o recebimento dos mesmos em conformidade com as demais cláusulas.

10.4. Recusar o recebimento dos bens em desacordo com as especificações da Cláusula Terceira do presente contrato, quanto à sua natureza, quantidade ou qualidade, bem como documentos fiscais em desacordo com os bens adquiridos.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: FISCALIZAÇÃO

11.1. O exercício de fiscalização pelo preposto da CONTRATANTE não excluirá nem reduzirá as responsabilidades da CONTRATADA.

11.2. À Fiscalização fica desde já assegurado o direito de:

11.2.2. Determinar o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados;

11.2.3. Rejeitar todo e qualquer material/produto/equipamento entregue de má qualidade, ou danificado, ou em desacordo com o especificado no contrato e na proposta, exigindo sua substituição ou correção imediatas;

11.3. A CONTRATANTE sem prejuízo de suas atribuições de acompanhamento, poderá contratar, profissionais consultores ou empresas especializadas, os serviços relativos ao controle qualitativo e quantitativo dos materiais objeto do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DAS SANÇÕES

12.1. Pela inexecução total ou parcial do contrato, a Contratante poderá, garantida prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

12.1.1. Advertência, no caso de faltas que não motivarem a aplicação de multas.

12.1.2. Multa, conforme os seguintes critérios:

a) - No valor de 0,5% (cinco décimos percentuais) do valor do contrato, por dia de atraso injustificado na entrega dos materiais/produtos/equipamentos;

b) - No valor de 2,0% (dois por cento) do valor do contrato por inobservância do item 15.4 do presente contrato;

c) - No valor de 2,0% (dois por cento) do valor do contrato por descumprimento dos Deveres da CONTRATADA, inseridos na Cláusula Décima Segunda, desde que não previstos em outras cláusulas;

d) - No valor de 3,0 % (três por cento) do valor do contrato, por acumulação de 03 (três) advertências;

e) - Multa de 5% (cinco por cento) do valor do contrato no caso de fornecimento de bens em desacordo com as especificações do presente contrato, desde que cause prejuízo à CONTRATANTE;

f) - No valor de 10% (dez por cento) do valor do contrato no caso de apresentar declaração em falso no processo, sem prejuízo de demais processos administrativos e jurídicos;

g) - Multa de 10% (dez por cento) do valor do contrato no caso de recusa da entrega dos bens, sem justificativa e aviso prévio à CONTRATANTE; e,

h) - No valor de 10% (dez por cento) do valor do contrato se der causa à Declaração de Inidoneidade.

12.1.3. Suspensão de Participação, em licitações com o Município de Indaial, incluindo a administração direta e indireta, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, nos seguintes casos:

a) - Se o valor acumulado das multas ultrapassarem o 10% (dez por cento) do valor do orçamento básico do edital; e,

b) - Quaisquer dos motivos expostos nas alíneas "e" à "g", do item 12.1.2.

12.1.4. Declaração de Inidoneidade, nos seguintes casos:

a) - Tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

b) - Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação; e,

c) - Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

12.1.5. Além das sanções previstas nos itens 12.1.1 à 12.1.4, a Administração poderá aplicar quaisquer outras sanções previstas na Lei Federal no 8.666/93 e na Lei Federal no 12.846/13.

12.2. As multas serão descontadas dos pagamentos, das garantias apresentadas, ou ainda, quando for o caso, cobradas judicialmente.

12.3. Será assegurada, a parte que tiver dado motivo à sanção, o contraditório e a ampla defesa.

12.4. O valor máximo das multas não poderá exceder, cumulativamente, a 10% (dez por cento) do valor do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DA RESCISÃO CONTRATUAL

13.1. Constituem motivo para rescisão do contrato, no que couber:

13.1.1. O não cumprimento, ou cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações e prazos;

13.1.2. A subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação do contratado com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, não admitidas no edital e no contrato;

13.1.3. O desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;

13.1.4. O cometimento reiterado de faltas na sua execução;

13.1.5. A decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;

13.1.6. A dissolução da sociedade ou o falecimento do contratado;

13.1.7. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução do contrato;

13.1.8. Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o contratante e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato;

13.1.9. A suspensão de sua execução, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenizações pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas, assegurado ao contratado, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;

13.1.10. O atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pelo CONTRATANTE à CONTRATADA pelos produtos já entregues, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;

13.1.11. A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato.

13.1.12. Descumprimento do disposto no inciso V do art. 27 da Lei Federal nº 8.666/93, em observância do art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal de 1988, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

13.1.13. Acumulação de multas em valor igual ou superior ao previsto no item 12.4 do presente contrato.

13.2. Decidido pela rescisão do contrato, será executado da seguinte forma:

13.2.1. Determinada por ato unilateral e escrita do CONTRATANTE nos casos enumerados nos itens 13.1.1 à 13.1.9, 13.1.11 e 13.1.12.

13.2.2. Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para o CONTRATANTE;

13.2.3. Judicial, nos termos da legislação;

13.3. A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

13.4. Quando a rescisão ocorrer com base nos itens 13.1.8 à 13.1.11, desta cláusula, sem que haja culpa da CONTRATADA, será este resarcido dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido.

13.5. Ocorrendo impedimento, paralisação ou sustação do contrato, o cronograma de entrega será prorrogado automaticamente por igual tempo.

13.6. Será assegurada, a parte que tiver dado motivo à rescisão, o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: ALTERAÇÃO DO CONTRATO

14.1. O presente contrato poderá ser alterado mediante as seguintes condições:

14.1.1. Unilateralmente pela Administração;

- a) - quando houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos, desde que não haja a desconfiguração do objeto;
- b) - quando necessário acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos por esta Lei; e,
- c) - para a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa do objeto.

14.1.2. Por acordo das partes:

- a) - quando necessária a modificação do modo de fornecimento, em face de verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originários;
- b) - quando necessária a modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial atualizado, vedada a antecipação do pagamento, com relação ao cronograma financeiro fixado, sem a correspondente contraprestação de fornecimento dos produtos/bens; e,
- c) - para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da administração para a justa remuneração do fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1. Todos os prazos previstos no presente contrato são contados como dias corridos, salvo disposição em contrário, e terá seu critério de contagem em consonância com o art. 110 da Lei Federal nº 8.666/93.

15.2. Não serão aceitos, em hipótese alguma, acordos verbais entre as partes com a finalidade de alteração ou substituição do presente termo de contrato.

15.3. A inadimplência da CONTRATADA, com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento.

15.4. A CONTRATADA está terminantemente proibida de efetuar a transferência à terceiros das obrigações do fornecimento dos bens objeto deste contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: FORO

16.1. O foro competente para dirimir possíveis dúvidas, após se esgotarem todas as tentativas de composição amigável, e/ou litígios pertinentes ao objeto da presente licitação, independente de outro que por mais privilegiado seja, será o da Comarca de Indaial – Estado de Santa Catarina.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

17.1. Aplica-se ao presente contrato, nas partes omissas, a seguinte legislação:

- a) - Constituição da República Federativa do Brasil de 1988;
- b) - Constituição do Estado de Santa Catarina de 1989;
- c) - Lei Orgânica do Município de Indaial;
- d) - Lei Federal nº 8.666/93. Lei das Licitações e Contratos Administrativos;
- e) - Lei Federal nº 4.320/64. Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal;
- f) - Lei Federal nº 8.078/90. Código de Defesa do Consumidor;
- g) - Lei Federal nº 10.406/02. Código Civil Brasileiro;
- h) - Decreto-Lei nº 3.689/41. Código de Processo Penal;
- i) - Lei Federal nº 7.210/84. Lei de Execução Penal;
- j) - Lei Federal nº 12.846/13. Lei Anticorrupção; e,
- k) - Lei Complementar Federal nº 101/2000. Lei de Responsabilidade Fiscal.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA: AS PARTES

18.1. Por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo assinadas, para que produzam seus efeitos administrativos e jurídicos.

Indaial/SC, 02 de junho de 2015.

MUNICÍPIO DE INDAL Sérgio Almir dos Santos Contratante	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE INDAL Enílson Erley de Freitas Contratante
--------------------------------------------------------------	------------------------------------------------------------------------------

JEFFERSON DUWE ME Jefferson Duwe Contratada	PROCURADORA GERAL DO MUNICÍPIO Silmara Fruet OAB/SC 13.215
---------------------------------------------------	------------------------------------------------------------------

Testemunhas:

Assinatura: _____
 Nome Legível: _____
 CPF: _____

Assinatura: _____
 Nome Legível: _____
 CPF: _____

CONTRATO Nº 123/2015

CONTRATO Nº 123/2015

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE INDAIAL/FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE INDAIAL E A EMPRESA CIRURGICAS CERON EQUIPAMENTOS HOSPITALARES E VETERINÁRIOS LTDA - ME, NA FORMA ABAIXO:

Pelo presente instrumento o MUNICÍPIO DE INDAIAL, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.798/0001-00, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 126, bairro Centro, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. Sérgio Almir dos Santos, Prefeito legitimamente eleito para o cargo, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 383.728.439-53 e Cédula de Identidade nº 3/R 1.111.815, residente e domiciliado à Rua 25 de Janeiro, nº 799, Bairro Carijós, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE INDAIAL, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 11.355.483/0001-63, neste ato representado pelo Sr. Enílson Erley de Freitas, Secretário de Saúde, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob nº 516.236.509-25 e Cédula de Identidade nº 3.523.244-3, residente e domiciliado à Rua Santos Dumont, nº 168, Bairro Centro, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE, e a empresa, CIRURGICAS CERON EQUIPAMENTOS HOSPITALARES E VETERINÁRIOS LTDA - ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 18.258.209/0001-15, com sede na Rua Alberto Laureano Henrich, nº 50, frente, bairro Passa Vinte, na cidade de Palhoça – Estado de Santa Catarina, representada neste ato por seu Representante Legal, Sr. Carlos Eduardo Soares, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob nº 054.120.159/05 e Cédula de Identidade 4622613, residente e domiciliado na Rua Beatriz de Sá Jeremias, nº 16, bairro Forquilhas, na cidade de Palhoça – Estado de Santa Catarina, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, tem entre si justo e acordado, na melhor forma do direito, fundamentado na Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, a celebração do presente contrato mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA: FUNDAMENTO LEGAL

1.1. O presente contrato se vincula aos termos da proposta que a CONTRATADA apresentou no Processo Licitatório nº 034/2015 – Edital de Pregão nº 004/2015-19208, os termos do edital mencionado retro e a legislação aplicável.

CLÁUSULA SEGUNDA: REGIME DE EXECUÇÃO

2.1. O presente contrato tem o regime de execução indireta, empreitada por preços unitários, de acordo com o art. 6ª da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

CLÁUSULA TERCEIRA: DO OBJETO

3.1. Constitui-se como objeto do presente termo de contrato, a aquisição de equipamentos hospitalares e odontológicos, conforme quantitativos e especificações a seguir:

ITEM	QUANT	UNID	PRODUTO/ESPECIFICAÇÕES	Marca	VALOR Unit.	VALOR Total		
08	20	Unid.	Oxímetro portátil com display de led; fonte de alimentação por pilhas (inclusas); temperatura operacional de 5º a 42º C; parâmetro de spo2: faixa de medição 30% ~ 99% e precisão de +2% (durante 75%~99%); parâmetro de frequência cardíaca: faixa de medição: 30BPM~240BPM; precisão: +2BPM ou +2% (o que for maior). Clinicamente testado com registro na ANVISA; possibilite uso em tamanhos diferenciados para dedos de crianças e adultos; mínimo 6 perspectivas de visibilidade no display; pulsação exigida pelo gráfico; desliga automaticamente; com capa de proteção em silicone; estojo para armazenamento; cordão de pescoço; 01 ano de garantia.	Solmedica	R\$208,00	R\$4.120,80		

11	20	Unid.	Estetoscópio infantil em metal cromado - conjunto biauricular em aço inox, resistente e flexível na curvatura do tubo "y". Olivas em pvc, auto expansível, com acabamento sem rebarbas, tubo "y", auscultador (01 faces) infantil, em metal cromado, com diafragma resistente e de alta sensibilidade, para ausculta e avaliação das condições fisiológicas do sistema cardiopulmonar do paciente infantil, de modo que permita um mínimo de escuta de sons ambientes e um máximo de sons próprios do paciente. Acondicionado em embalagem que garanta a integridade do produto.	Bioland	R\$8,70	R\$174,00		
12	20	Unid.	Estetoscópio adulto em metal cromado - conjunto em aço inox, resistente e flexível na curvatura do tubo "y", olivas em pvc, auto expansível, com acabamento sem rebarbas, tubo "y" na cor preta, auscultador (01 face) adulto, em metal cromado, com diafragma resistente e de alta sensibilidade, para ausculta e avaliação das condições fisiológicas do sistema cardiopulmonar do paciente adulto, de modo que permita um mínimo de escuta de sons ambientes e um máximo de sons próprios do paciente. Acondicionado em embalagem	Bioland	R\$8,70	R\$174,00		
16	15	Unid.	Balança antropométrica digital adulto, 200kg - balança tipo balança eletrônica digital com régua antropométrica acoplada de aproximadamente 1,00 a 2,00 m, visor em lcd digital, com capacidade para 200 kg, com divisões de pelo menos 100g, pesagem imediata dispensando pré-aquecimento. Acabamento em tinta eletrostática. Tapete/piso em borracha antiderrapante. Garantia mínima de 01 (um) ano.	Caumaq	R\$980,00	R\$14,700,00		
21	1	Unid.	Seladora embalagem, material polipropileno, voltagem 110/220, funcionamento manual, aplicação vedação envelope de esterilização em autoclave, características adicionais controlador tempo de solda, selagem de 30 cm.	Stermax	R\$140,00	R\$140,00		

3.2. LOCAL DE ENTREGA:

3.2.1. A entrega dar-se-á no seguinte local: Secretaria de Saúde, situada à Rua Leoberto Leal, nº 155 – Bairro Tapajós, no município de Indaial – Estado de Santa Catarina – no horário compreendido das 08 :30 horas às 12 :00 horas e 13 :30 horas às 17 :00min, nos dias úteis.

CLÁUSULA QUARTA – VALOR DO CONTRATO

4.1. O valor total do presente contrato é de R\$19.308,00 (dezenove mil trezentos e oito reais).

4.2. Nos preços unitários estão incluídos todos os custos diretos e indiretos necessários à perfeita execução dos serviços, inclusive as despesas com materiais e/ou equipamentos, mão-de-obra especializada ou não, fretes, seguros em geral, equipamentos auxiliares, ferramentas, encargos da legislação social trabalhista e previdenciária, da infortunistica do trabalho e responsabilidade civil por quaisquer danos causados a terceiros ou dispêndios resultantes de impostos, taxas regulamentos e posturas municipais, estaduais e federais, bem como o lucro.

CLÁUSULA QUINTA: DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

5.1. Os recursos orçamentários necessários para suprir as despesas deste contrato serão provenientes das seguintes dotações orçamentárias do exercício de 2015:

- 30.001.0010.0301.0030.1440.4490520800.03335406
- 30.001.0010.0301.0030.1440.4490520800.03380900
- 30.001.0010.0301.0030.1440.4490520800.03381701
- 30.001.0010.0301.0030.1440.4490520800.03385701
- 30.001.0010.0301.0030.1440.4490520800.03381801
- 30.001.0010.0301.0030.1440.4490520800.03381600
- 30.001.0010.0301.0030.1440.4490520800.03335409
- 30.001.0010.0301.0030.1440.4490520800.03380900
- 30.001.0010.0301.0030.1440.4490520800.03381701
- 30.001.0010.0301.0030.1440.4490520800.01020000
- 30.001.0010.0301.0030.1440.4490528700.03381500
- 30.001.0010.0301.0030.1440.4490528700.03385700
- 30.001.0010.0301.0030.1440.4490528700.01020000
- 30.001.0010.0301.0030.1440.4490528700.03380900
- 30.001.0010.0301.0030.1440.4490528700.03381701
- 30.001.0010.0301.0030.1440.4490528700.03381600

CLÁUSULA SEXTA: FORMA DE PAGAMENTO –

6.1. O pagamento será realizado no 30º (trigésimo) dia após a entrega dos bens e da respectiva nota fiscal, devidamente aprovada e liquidada pela unidade requerente do Fundo Municipal de Saúde de Indaial.

6.2. Quando inadimplente, o pagamento será monetariamente atualizado, a partir do dia de seu vencimento e até o de sua liquidação, segundo os mesmos critérios adotados para a atualização de obrigações tributárias do município de Indaial, vigente na data de seu pagamento.

6.3. Nenhum pagamento será efetuado à contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preço ou correção monetária.

6.4. O pagamento será realizado através de depósito na conta bancária da CONTRATADA, que segue: Banco Brasil - Agência 2383-3 - Conta Corrente 29739-9

CLÁUSULA SÉTIMA: REAJUSTE E REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO –

7.1. A CONTRATANTE e a CONTRATADA têm direito ao equilíbrio econômico financeiro do contrato, em consonância com disposto no artigo 37, inciso XXI, da Constituição Federal, a ser realizado mediante os seguintes critérios:

7.1.1. REAJUSTE DE PREÇOS:

7.1.1.1. Os preços constantes no presente contrato serão reajustados pelo IGP-DI – Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna, da Fundação Getúlio Vargas, após 12 meses da data de realização do orçamento básico do edital que originou o presente contrato, de acordo com o art. 3º, § 1º da Lei Federal nº 10.192/01.

7.1.2. REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO:

7.1.2.1. O reequilíbrio econômico-financeiro será concedido para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da Administração para a justa remuneração do fornecimento do produto/equipamento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobreviverem fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.

CLÁUSULA OITAVA: PRAZOS E DATAS

8.1. O prazo do presente Contrato é de 02 de junho de 2015 até 30 de agosto de 2015.

8.1.1. O prazo de entrega é de 30 (trinta) dias, contado a partir da emissão e comunicação da Ordem de Compra pela CONTRATANTE.

8.1.2. O contrato terá seu vencimento depois de decorrido o prazo do item 8.1 e desde que não tenha havido qualquer prorrogação.

8.1.3. O termo final do presente contrato não extingue as obrigações futuras decorrentes de garantia, direitos trabalhistas e previdenciários a ele relacionados.

8.1.4. O prazo de entrega dos bens, bem como o prazo de validade do contrato, poderão ser prorrogados por igual período, desde que devidamente justificado e com autorização expressa da CONTRATADA, que será feita através de termo aditivo ao contrato.

CLÁUSULA NONA: DEVERES DA CONTRATADA

9.1. Assegurar o fornecimento do objeto conforme as especificações constantes na Cláusula Terceira do presente contrato.

9.2. Providenciar a imediata correção de todas as deficiências detectadas pela CONTRATANTE, quanto à execução do contrato.

9.3. Garantir o pagamento a todos os prestadores de serviço alocados, bem como despesas extraordinárias, quando for o caso.

9.4. Responsabilizar-se por quaisquer danos ou prejuízos, materiais ou pessoais, decorrentes de culpa ou dolo, causados por seus empregados ou prepostos, em decorrência da execução deste Contrato, assegurado o direito de defesa.

9.5. Prestar imediatamente quaisquer esclarecimentos solicitados pela CONTRATANTE, respeitados os casos de complexidade para os quais se fixarão prazos específicos.

9.6. Comunicar imediatamente à CONTRATANTE, de forma detalhada, toda e qualquer ocorrência de acidentes verificada no curso da execução contratual.

9.7. Manter até o termo final deste contrato todas as obrigações com os órgãos públicos e fiscais, assim como encargos trabalhistas, previdenciários, securitários, tributários e comerciais, resultantes da execução do contrato, devidamente regularizados, segundo estabelecido no art. 71 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

9.8. Manter, durante toda a execução do contrato as obrigações assumidas relativas a todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Processo Licitatório nº 034/2015 - Edital de Pregão nº 004/2015-19208.

CLÁUSULA DÉCIMA: DEVERES DA CONTRATANTE

10.1. Cumprir e fazer cumprir todas as determinações constantes neste contrato e a legislação vigente correlata à execução do mesmo.

10.2. Efetuar o pagamento devido à CONTRATADA, na data e forma estabelecida neste contrato.

10.3. Fiscalizar a entrega dos bens objeto do contrato, registrando as ocorrências, bem como atestar o recebimento dos mesmos em conformidade com as demais cláusulas.

10.4. Recusar o recebimento dos bens em desacordo com as especificações da Cláusula Terceira do presente contrato, quanto à sua natureza, quantidade ou qualidade, bem como documentos fiscais em desacordo com os bens adquiridos.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: FISCALIZAÇÃO

11.1. O exercício de fiscalização pelo preposto da CONTRATANTE não excluirá nem reduzirá as responsabilidades da CONTRATADA.

11.2. À Fiscalização fica desde já assegurado o direito de:

11.2.2. Determinar o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados;

11.2.3. Rejeitar todo e qualquer material/produto/equipamento entregue de má qualidade, ou danificado, ou em desacordo com o especificado no contrato e na proposta, exigindo sua substituição ou correção imediatas;

11.3. A CONTRATANTE sem prejuízo de suas atribuições de acompanhamento, poderá contratar, profissionais consultores ou empresas especializadas, os serviços relativos ao controle qualitativo e quantitativo dos materiais objeto do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DAS SANÇÕES

12.1. Pela inexecução total ou parcial do contrato, a Contratante poderá, garantida prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

12.1.1. Advertência, no caso de faltas que não motivarem a aplicação de multas.

12.1.2. Multa, conforme os seguintes critérios:

a) - No valor de 0,5% (cinco décimos percentuais) do valor do contrato, por dia de atraso injustificado na entrega dos materiais/produtos/equipamentos;

b) - No valor de 2,0% (dois por cento) do valor do contrato por inobservância do item 15.4 do presente contrato;

c) - No valor de 2,0% (dois por cento) do valor do contrato por descumprimento dos Deveres da CONTRATADA, inseridos na Cláusula Décima Segunda, desde que não previstos em outras cláusulas;

d) - No valor de 3,0 % (três por cento) do valor do contrato, por acumulação de 03 (três) advertências;

e) - Multa de 5% (cinco por cento) do valor do contrato no caso de fornecimento de bens em desacordo com as especificações do presente contrato, desde que cause prejuízo à CONTRATANTE;

f) - No valor de 10% (dez por cento) do valor do contrato no caso de apresentar declaração em falso no processo, sem prejuízo de demais processos administrativos e jurídicos;

g) - Multa de 10% (dez por cento) do valor do contrato no caso de recusa da entrega dos bens, sem justificativa e aviso prévio à CONTRATANTE; e,

h) - No valor de 10% (dez por cento) do valor do contrato se der causa à Declaração de Inidoneidade.

12.1.3. Suspensão de Participação, em licitações com o Município de Indaial, incluindo a administração direta e indireta, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, nos seguintes casos:

a) - Se o valor acumulado das multas ultrapassarem o 10% (dez por cento) do valor do orçamento básico do edital; e,

b) - Quaisquer dos motivos expostos nas alíneas "e" à "g", do item 12.1.2.

12.1.4. Declaração de Inidoneidade, nos seguintes casos:

a) - Tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

b) - Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação; e,

c) - Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

12.1.5. Além das sanções previstas nos itens 12.1.1 à 12.1.4, a Administração poderá aplicar quaisquer outras sanções previstas na Lei Federal no 8.666/93 e na Lei Federal no 12.846/13.

12.2. As multas serão descontadas dos pagamentos, das garantias apresentadas, ou ainda, quando for o caso, cobradas judicialmente.

12.3. Será assegurada, a parte que tiver dado motivo à sanção, o contraditório e a ampla defesa.

12.4. O valor máximo das multas não poderá exceder, cumulativamente, a 10% (dez por cento) do valor do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DA RESCISÃO CONTRATUAL

13.1. Constituem motivo para rescisão do contrato, no que couber:

13.1.1. O não cumprimento, ou cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações e prazos;

13.1.2. A subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação do contratado com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, não admitidas no edital e no contrato;

13.1.3. O desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;

13.1.4. O cometimento reiterado de faltas na sua execução;

13.1.5. A decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;

13.1.6. A dissolução da sociedade ou o falecimento do contratado;

13.1.7. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução do contrato;

13.1.8. Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o contratante e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato;

13.1.9. A suspensão de sua execução, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenizações pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas, assegurado ao contratado, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;

13.1.10. O atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pelo CONTRATANTE à CONTRATADA pelos produtos já entregues, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;

13.1.11. A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato.

13.1.12. Descumprimento do disposto no inciso V do art. 27 da Lei Federal nº 8.666/93, em observância do art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal de 1988, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

13.1.13. Acumulação de multas em valor igual ou superior ao previsto no item 12.4 do presente contrato.

13.2. Decidido pela rescisão do contrato, será executado da seguinte forma:

13.2.1. Determinada por ato unilateral e escrita do CONTRATANTE nos casos enumerados nos itens 13.1.1 à 13.1.9, 13.1.11 e 13.1.12.

13.2.2. Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para o CONTRATANTE;

13.2.3. Judicial, nos termos da legislação;

13.3. A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

13.4. Quando a rescisão ocorrer com base nos itens 13.1.8 à 13.1.11, desta cláusula, sem que haja culpa da CONTRATADA, será este ressarcido dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido.

13.5. Ocorrendo impedimento, paralisação ou sustação do contrato, o cronograma de entrega será prorrogado automaticamente por igual tempo.

13.6. Será assegurada, a parte que tiver dado motivo à rescisão, o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: ALTERAÇÃO DO CONTRATO

14.1. O presente contrato poderá ser alterado mediante as seguintes condições:

14.1.1. Unilateralmente pela Administração:

a) - quando houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos, desde que não haja a desconfiguração do objeto;

b) - quando necessário acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos por esta Lei; e,

c) - para a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa do objeto.

14.1.2. Por acordo das partes:

a) - quando necessária a modificação do modo de fornecimento, em face de verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originários;

b) - quando necessária a modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial atualizado, vedada a antecipação do pagamento, com relação ao cronograma financeiro fixado, sem a correspondente contraprestação de fornecimento dos produtos/bens; e,

c) - para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da administração para a justa remuneração do fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1. Todos os prazos previstos no presente contrato são contados como dias corridos, salvo disposição em contrário, e terá seu critério de contagem em consonância com o art. 110 da Lei Federal nº 8.666/93.

15.2. Não serão aceitos, em hipótese alguma, acordos verbais entre as partes com a finalidade de alteração ou substituição do presente termo de contrato.

15.3. A inadimplência da CONTRATADA, com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento.

15.4. A CONTRATADA está terminantemente proibida de efetuar a transferência à terceiros das obrigações do fornecimento dos bens objeto deste contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: FORO

16.1. O foro competente para dirimir possíveis dúvidas, após se esgotarem todas as tentativas de composição amigável, e/ou litígios pertinentes ao objeto da presente licitação, independente de outro que por mais privilegiado seja, será o da Comarca de Indaial – Estado de Santa Catarina.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

17.1. Aplica-se ao presente contrato, nas partes omissas, a seguinte legislação:

- a) - Constituição da República Federativa do Brasil de 1988;
- b) - Constituição do Estado de Santa Catarina de 1989;
- c) - Lei Orgânica do Município de Indaial;
- d) - Lei Federal nº 8.666/93. Lei das Licitações e Contratos Administrativos;
- e) - Lei Federal nº 4.320/64. Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal;
- f) - Lei Federal nº 8.078/90. Código de Defesa do Consumidor;
- g) - Lei Federal nº 10.406/02. Código Civil Brasileiro;
- h) - Decreto-Lei nº 3.689/41. Código de Processo Penal;
- i) - Lei Federal nº 7.210/84. Lei de Execução Penal;
- j) - Lei Federal nº 12.846/13. Lei Anticorrupção; e,
- k) - Lei Complementar Federal nº 101/2000. Lei de Responsabilidade Fiscal.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA: AS PARTES

18.1. Por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo assinadas, para que produzam seus efeitos administrativos e jurídicos.

Indaial/SC, 02 de junho de 2015.

MUNICÍPIO DE INDAIAL Sérgio Almir dos Santos Contratante	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE INDAIAL Enílson Erley de Freitas Contratante
CIRURGICAS CERON EQUIPAMENTOS HOSPITALARES E VETERINÁRIOS LTDA - ME Carlos Eduardo Soares Contratada	PROCURADORA GERAL DO MUNICÍPIO Silmara Fruet OAB/SC 13.215

Testemunhas:

Assinatura: _____
 Nome Legível: _____
 CPF: _____

Assinatura: _____
 Nome Legível: _____
 CPF: _____

CONTRATO Nº 124/2015

CONTRATO Nº 124/2015

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE INDAIAL/FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE INDAIAL E A EMPRESA M.H.M DO COUTO – COMERCIAL ME, NA FORMA ABAIXO:

Pelo presente instrumento o MUNICÍPIO DE INDAIAL, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.798/0001-00, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 126, bairro Centro, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. Sérgio Almir dos Santos, Prefeito legitimamente eleito para o cargo, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 383.728.439-53 e Cédula de Identidade nº 3/R 1.111.815, residente e domiciliado à Rua 25 de Janeiro, nº 799, Bairro Carijós, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE INDAIAL, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 11.355.483/0001-63, neste ato representado pelo Sr. Enílson Erley de Freitas, Secretário de Saúde, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob nº 516.236.509-25 e Cédula de Identidade nº 3.523.244-3, residente e domiciliado à Rua Santos Dumont, nº 168, Bairro Centro, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE, e a empresa, M.H.M DO COUTO – COMERCIAL - ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 97.533.241/0001-38, com sede na Rua Rio Branco, nº 4455, bairro Centro, na cidade de Apucarana – Estado do Paraná, representada neste ato por sua Representante Legal, Sra. Maria Helena Mori do Couto, brasileira, casada, empresária, inscrita no CPF sob nº 744.675.229/72 Cédula de Identidade 5.254.269-3 SSP/PR, residente e domiciliado na cidade de Apucarana – Estado do Paraná, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, tem entre si justo e acordado, na melhor forma do direito, fundamentado na Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, a celebração do presente contrato mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA: FUNDAMENTO LEGAL

1.1. O presente contrato se vincula aos termos da proposta que a CONTRATADA apresentou no Processo Licitatório nº 034/2015 – Edital de Pregão nº 004/2015-19208, os termos do edital mencionado retro e a legislação aplicável.

CLÁUSULA SEGUNDA: REGIME DE EXECUÇÃO

2.1. O presente contrato tem o regime de execução indireta, empreitada por preços unitários, de acordo com o art. 6ª da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

CLÁUSULA TERCEIRA: DO OBJETO

3.1. Constitui-se como objeto do presente termo de contrato, a aquisição de equipamentos hospitalares e odontológicos, conforme quantitativos e especificações a seguir:

ITEM	QUANT	UNID	PRODUTO/ESPECIFICAÇÕES	Marca	VALOR Unit.	VALOR Total		
01	11	Unid.	Ultrassom com jato de bicarbonato, com as seguintes características: duas pecas de mão distintas no mesmo aparelho (uma peça de mão para ultrassom e uma peça de mão para bicarbonato); transdutor cerâmico piezoelétrico; capa protetora do transdutor removível e autoclavável; chaves individuais com proteção para a troca de tips; tampa transparente do reservatório de bicarbonato de sódio; filtro de ar; pedal único de acionamento; paca de mão com mangueiras lisas e flexíveis; irrigação por bomba peristáltica com no mínimo 4 níveis de rotação; painel de controle, com led indicativo no painel; função para periodontia. Devera conter ainda no mínimo as seguintes ponteiros: uma ponta para remoção de tártaro em todas as superfícies dos dentes sendo mais indicado para os dentes posteriores e todos os ângulos axiais, uma ponta para remoção de tártaro nas faces vestibulares, linguais ou cervicais dos dentes anteriores, uma ponta para remoção de tártaro subgengival profundo, em bifurcações e em remoção de pinos, cimentos, etc., todas estas pontas deverão ser metálicas e anguladas. Especificações técnicas: tensão de 99 a 242 v; frequência de 50 a 60 Hz; potencia de 36 va; frequência do ultrassom mínima de 24 khz e máxima de 30 khz; amplitude do tip de 0,05 a 0,1 mm; chave de operação com pedal de comando; consumo de a de 10 l/min; pressão de entrada de ar de 60 a 80 psi; voltagem de 220 v; com registro da ANVISA; devidamente calibrado com laudo e selo do inmetro; mínimo 1 ano de garantia total do equipamento. Apresentar registro do produto na ANVISA.	Ortus	R\$1.370,00	R\$15.070,00		

17	02	Unid.	Balança antropométrica digital adulto, 300kg - balança tipo balança eletrônica digital com régua antropométrica acoplada de aproximadamente 1,00 a 2,00 m, visor em lcd digital, com capacidade para 300 kg, com divisões de pelo menos 100g, pesagem imediata dispensando pré-aquecimento. Acabamento em tinta eletrostática. Tapete/piso em borracha antiderrapante. Garantia mínima de 01 (um) ano.	Balmak	R\$1.294,00	R\$2.588,00
18	15	Unid.	Balança pediátrica digital, 15kg cobertura em abs. Capacidade para 15 kg, divisões de 5 g. Pés reguláveis em borracha sintética. Concha anatômica em polipropileno. Fonte automática 110/240v. Display com 6 dígitos. Aferido pelo inmetro. Garantia mínima de 01 (um) ano.	Balmak	R\$585,00	R\$8.775,00
20	3	Unid.	Fotopolimerizador, tipo elétrico, capacidade mínima 400nw/cm ² , características adicionais botão acionamento de exposição, sinal sonoro tempo, potência média 400 a 500 nw/cm ² , tensão 110/220, diâmetro ponta de luz 11mm, tipo ponteira fibra ótica rígida, autoclavável, tempo aplicação 3 opções de tempo, acessórios peça mão tipo pistola, c/ acionamento de tempo, tipo lâmpada lâmpada halógena dicróica, componentes ventilação autom., cabo espiralado, outros componentes protetor ponta fibra ótica ou protetor ocular, garantia mínima 12 meses.	Konden-tech	R\$600,00	R\$1.800,00
24	2	Unid.	01(uma) Caneta de alta rotação, sem necessidade de uso de saca brocas, autoclavável, com spray triplo, com \pm 400.000 rotações por minuto, corpo em alumínio, sistema de conexão dois furos, baixo consumo de ar; não pode ser de latão cromo o corpo. · 01(um) micro motor sem spray, sistema intra, acoplamento bordem 2 furos, com rotação entre 3.000 a 20.000 rpm; · 01(um) contra ângulo com formato anatômico, com baixo peso e acoplável ao micro motor através de sistema intra, com giro livre de 360° sobre o micro motor, tamanho reduzido da cabeça, autoclavável;	Kavo	R\$1.158,00	R\$2.316,00
25	1	Unid.	Projektor de optótipos: distância do projeto 1,5m – 6,1m; número de gráficos 30; tabela de mudança de gráfico 1 frame / 0.03 segundos; ampliação de projeção 30 x (5m); ampliação de projeção 30 x (5m); número de máscaras aberto 1, linha horizontal 5, linha vertical 8, isolação simples 21, r & g 1 máscara de mudança; 1 frame / 0.03 segundos; etapa do programa max. De 30 etapas estão avalizadas x 2 tipos; faixa de inclinação +/- 10° cima/abaixo de forma de linha horizontal de projeção; led de projeção 50w / 12v; e voltagem 220v ou bivolt.	Xenonio	R\$4.545,00	R\$4.545,00

3.2. LOCAL DE ENTREGA:

3.2.1. A entrega dar-se-á no seguinte local: Secretaria de Saúde, situada à Rua Leoberto Leal, nº 155 – Bairro Tapajós, no município de Indaial – Estado de Santa Catarina – no horário compreendido das 08 :30 horas às 12 :00 horas e 13 :30 horas às 17 :00min, nos dias úteis.

CLÁUSULA QUARTA – VALOR DO CONTRATO

4.1. O valor total do presente contrato é de R\$35.094,00 (trinta e cinco mil e noventa e quatro reais).

4.2. Nos preços unitários estão incluídos todos os custos diretos e indiretos necessários à perfeita execução dos serviços, inclusive as despesas com materiais e/ou equipamentos, mão-de-obra especializada ou não, fretes, seguros em geral, equipamentos auxiliares, ferramentas, encargos da legislação social trabalhista e previdenciária, da infelizmente do trabalho e responsabilidade civil por quaisquer danos causados a terceiros ou dispêndios resultantes de impostos, taxas regulamentos e posturas municipais, estaduais e federais, bem como o lucro.

CLÁUSULA QUINTA: DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

5.1. Os recursos orçamentários necessários para suprir as despesas deste contrato serão provenientes das seguintes dotações orçamentárias do exercício de 2015:

- 30.001.0010.0301.0030.1440.4490520800.03335406
- 30.001.0010.0301.0030.1440.4490520800.03380900
- 30.001.0010.0301.0030.1440.4490520800.03381701
- 30.001.0010.0301.0030.1440.4490520800.03385701
- 30.001.0010.0301.0030.1440.4490520800.03381801
- 30.001.0010.0301.0030.1440.4490520800.03381600
- 30.001.0010.0301.0030.1440.4490520800.03335409
- 30.001.0010.0301.0030.1440.4490520800.03380900
- 30.001.0010.0301.0030.1440.4490520800.03381701
- 30.001.0010.0301.0030.1440.4490520800.01020000
- 30.001.0010.0301.0030.1440.4490528700.03381500
- 30.001.0010.0301.0030.1440.4490528700.03385700
- 30.001.0010.0301.0030.1440.4490528700.01020000
- 30.001.0010.0301.0030.1440.4490528700.03380900
- 30.001.0010.0301.0030.1440.4490528700.03381701
- 30.001.0010.0301.0030.1440.4490528700.03381600

CLÁUSULA SEXTA: FORMA DE PAGAMENTO –

6.1. O pagamento será realizado no 30º (trigésimo) dia após a entrega dos bens e da respectiva nota fiscal, devidamente aprovada e liquidada pela unidade requerente do Fundo Municipal de Saúde de Indaial.

6.2. Quando inadimplente, o pagamento será monetariamente atualizado, a partir do dia de seu vencimento e até o de sua liquidação, segundo os mesmos critérios adotados para a atualização de obrigações tributárias do município de Indaial, vigente na data de seu pagamento.

6.3. Nenhum pagamento será efetuado à contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preço ou correção monetária.

6.4. O pagamento será realizado através de depósito na conta bancária da CONTRATADA, que segue: Banco Brasil – Agência 355-7 - Conta Corrente 62.718-6

CLÁUSULA SÉTIMA: REAJUSTE E REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO –

7.1. A CONTRATANTE e a CONTRATADA têm direito ao equilíbrio econômico financeiro do contrato, em consonância com disposto no artigo 37, inciso XXI, da Constituição Federal, a ser realizado mediante os seguintes critérios:

7.1.1. REAJUSTE DE PREÇOS:

7.1.1.1. Os preços constantes no presente contrato serão reajustados pelo IGP-DI – Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna, da Fundação Getúlio Vargas, após 12 meses da data de realização do orçamento básico do edital que originou o presente contrato, de acordo com o art. 3º, § 1º da Lei Federal nº 10.192/01.

7.1.2. REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO:

7.1.2.1. O reequilíbrio econômico-financeiro será concedido para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da Administração para a justa remuneração do fornecimento do produto/equipamento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobreviverem fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.

CLÁUSULA OITAVA: PRAZOS E DATAS

8.1. O prazo do presente Contrato é de 02 de junho de 2015 até 30 de agosto de 2015.

8.1.1. O prazo de entrega é de 30 (trinta) dias, contado a partir da emissão e comunicação da Ordem de Compra pela CONTRATANTE.

8.1.2. O contrato terá seu vencimento depois de decorrido o prazo do item 8.1 e desde que não tenha havido qualquer prorrogação.

8.1.3. O termo final do presente contrato não extingue as obrigações futuras decorrentes de garantia, direitos trabalhistas e previdenciários a ele relacionados.

8.1.4. O prazo de entrega dos bens, bem como o prazo de validade do contrato, poderão ser prorrogados por igual período, desde que devidamente justificado e com autorização expressa da CONTRATADA, que será feita através de termo aditivo ao contrato.

CLÁUSULA NONA: DEVERES DA CONTRATADA

9.1. Assegurar o fornecimento do objeto conforme as especificações constantes na Cláusula Terceira do presente contrato.

9.2. Providenciar a imediata correção de todas as deficiências detectadas pela CONTRATANTE, quanto à execução do contrato.

9.3. Garantir o pagamento a todos os prestadores de serviço alocados, bem como despesas extraordinárias, quando for o caso.

9.4. Responsabilizar-se por quaisquer danos ou prejuízos, materiais ou pessoais, decorrentes de culpa ou dolo, causados por seus empregados ou prepostos, em decorrência da execução deste Contrato, assegurado o direito de defesa.

9.5. Prestar imediatamente quaisquer esclarecimentos solicitados pela CONTRATANTE, respeitados os casos de complexidade para os quais se fixarão prazos específicos.

9.6. Comunicar imediatamente à CONTRATANTE, de forma detalhada, toda e qualquer ocorrência de acidentes verificada no curso da execução contratual.

9.7. Manter até o termo final deste contrato todas as obrigações com os órgãos públicos e fiscais, assim como encargos trabalhistas, previdenciários, securitários, tributários e comerciais, resultantes da execução do contrato, devidamente regularizados, segundo estabelecido no art. 71 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

9.8. Manter, durante toda a execução do contrato as obrigações assumidas relativas a todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Processo Licitatório nº 034/2015 - Edital de Pregão nº 004/2015-19208.

CLÁUSULA DÉCIMA: DEVERES DA CONTRATANTE

- 10.1. Cumprir e fazer cumprir todas as determinações constantes neste contrato e a legislação vigente correlata à execução do mesmo.
- 10.2. Efetuar o pagamento devido à CONTRATADA, na data e forma estabelecida neste contrato.
- 10.3. Fiscalizar a entrega dos bens objeto do contrato, registrando as ocorrências, bem como atestar o recebimento dos mesmos em conformidade com as demais cláusulas.
- 10.4. Recusar o recebimento dos bens em desacordo com as especificações da Cláusula Terceira do presente contrato, quanto à sua natureza, quantidade ou qualidade, bem como documentos fiscais em desacordo com os bens adquiridos.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: FISCALIZAÇÃO

- 11.1. O exercício de fiscalização pelo preposto da CONTRATANTE não excluirá nem reduzirá as responsabilidades da CONTRATADA.
- 11.2. À Fiscalização fica desde já assegurado o direito de:
- 11.2.2. Determinar o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados;
- 11.2.3. Rejeitar todo e qualquer material/produto/equipamento entregue de má qualidade, ou danificado, ou em desacordo com o especificado no contrato e na proposta, exigindo sua substituição ou correção imediatas;
- 11.3. A CONTRATANTE sem prejuízo de suas atribuições de acompanhamento, poderá contratar, profissionais consultores ou empresas especializadas, os serviços relativos ao controle qualitativo e quantitativo dos materiais objeto do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DAS SANÇÕES

- 12.1. Pela inexecução total ou parcial do contrato, a Contratante poderá, garantida prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:
- 12.1.1. Advertência, no caso de faltas que não motivarem a aplicação de multas.
- 12.1.2. Multa, conforme os seguintes critérios:
- a) - No valor de 0,5% (cinco décimos percentuais) do valor do contrato, por dia de atraso injustificado na entrega dos materiais/produtos/equipamentos;
- b) - No valor de 2,0% (dois por cento) do valor do contrato por inobservância do item 15.4 do presente contrato;
- c) - No valor de 2,0% (dois por cento) do valor do contrato por descumprimento dos Deveres da CONTRATADA, inseridos na Cláusula Décima Segunda, desde que não previstos em outras cláusulas;
- d) - No valor de 3,0 % (três por cento) do valor do contrato, por acumulação de 03 (três) advertências;
- e) - Multa de 5% (cinco por cento) do valor do contrato no caso de fornecimento de bens em desacordo com as especificações do presente contrato, desde que cause prejuízo à CONTRATANTE;
- f) - No valor de 10% (dez por cento) do valor do contrato no caso de apresentar declaração em falso no processo, sem prejuízo de demais processos administrativos e jurídicos;
- g) - Multa de 10% (dez por cento) do valor do contrato no caso de recusa da entrega dos bens, sem justificativa e aviso prévio à CONTRATANTE; e,
- h) - No valor de 10% (dez por cento) do valor do contrato se der causa à Declaração de Inidoneidade.
- 12.1.3. Suspensão de Participação, em licitações com o Município de Indaial, incluindo a administração direta e indireta, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, nos seguintes casos:
- a) - Se o valor acumulado das multas ultrapassarem o 10% (dez por cento) do valor do orçamento básico do edital; e,
- b) - Quaisquer dos motivos expostos nas alíneas "e" à "g", do item 12.1.2.
- 12.1.4. Declaração de Inidoneidade, nos seguintes casos:
- a) - Tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- b) - Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação; e,
- c) - Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

12.1.5. Além das sanções previstas nos itens 12.1.1 à 12.1.4, a Administração poderá aplicar quaisquer outras sanções previstas na Lei Federal no 8.666/93 e na Lei Federal no 12.846/13.

12.2. As multas serão descontadas dos pagamentos, das garantias apresentadas, ou ainda, quando for o caso, cobradas judicialmente.

12.3. Será assegurada, a parte que tiver dado motivo à sanção, o contraditório e a ampla defesa.

12.4. O valor máximo das multas não poderá exceder, cumulativamente, a 10% (dez por cento) do valor do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DA RESCISÃO CONTRATUAL

13.1. Constituem motivo para rescisão do contrato, no que couber:

13.1.1. O não cumprimento, ou cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações e prazos;

13.1.2. A subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação do contratado com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, não admitidas no edital e no contrato;

13.1.3. O desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;

13.1.4. O cometimento reiterado de faltas na sua execução;

13.1.5. A decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;

13.1.6. A dissolução da sociedade ou o falecimento do contratado;

13.1.7. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução do contrato;

13.1.8. Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o contratante e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato;

13.1.9. A suspensão de sua execução, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenizações pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas, assegurado ao contratado, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;

13.1.10. O atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pelo CONTRATANTE à CONTRATADA pelos produtos já entregues, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;

13.1.11. A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato.

13.1.12. Descumprimento do disposto no inciso V do art. 27 da Lei Federal nº 8.666/93, em observância do art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal de 1988, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

13.1.13. Acumulação de multas em valor igual ou superior ao previsto no item 12.4 do presente contrato.

13.2. Decidido pela rescisão do contrato, será executado da seguinte forma:

13.2.1. Determinada por ato unilateral e escrita do CONTRATANTE nos casos enumerados nos itens 13.1.1 à 13.1.9, 13.1.11 e 13.1.12.

13.2.2. Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para o CONTRATANTE;

13.2.3. Judicial, nos termos da legislação;

13.3. A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

13.4. Quando a rescisão ocorrer com base nos itens 13.1.8 à 13.1.11, desta cláusula, sem que haja culpa da CONTRATADA, será este resarcido dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido.

13.5. Ocorrendo impedimento, paralisação ou sustação do contrato, o cronograma de entrega será prorrogado automaticamente por igual tempo.

13.6. Será assegurada, a parte que tiver dado motivo à rescisão, o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: ALTERAÇÃO DO CONTRATO

14.1. O presente contrato poderá ser alterado mediante as seguintes condições:

14.1.1. Unilateralmente pela Administração:

- a) - quando houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos, desde que não haja a desconfiguração do objeto;
- b) - quando necessário acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos por esta Lei; e,
- c) - para a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa do objeto.

14.1.2. Por acordo das partes:

- a) - quando necessária a modificação do modo de fornecimento, em face de verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originários;
- b) - quando necessária a modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial atualizado, vedada a antecipação do pagamento, com relação ao cronograma financeiro fixado, sem a correspondente contraprestação de fornecimento dos produtos/bens; e,
- c) - para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da administração para a justa remuneração do fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1. Todos os prazos previstos no presente contrato são contados como dias corridos, salvo disposição em contrário, e terá seu critério de contagem em consonância com o art. 110 da Lei Federal nº 8.666/93.

15.2. Não serão aceitos, em hipótese alguma, acordos verbais entre as partes com a finalidade de alteração ou substituição do presente termo de contrato.

15.3. A inadimplência da CONTRATADA, com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento.

15.4. A CONTRATADA está terminantemente proibida de efetuar a transferência à terceiros das obrigações do fornecimento dos bens objeto deste contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: FORO

16.1. O foro competente para dirimir possíveis dúvidas, após se esgotarem todas as tentativas de composição amigável, e/ou litígios pertinentes ao objeto da presente licitação, independente de outro que por mais privilegiado seja, será o da Comarca de Indaial – Estado de Santa Catarina.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

17.1. Aplica-se ao presente contrato, nas partes omissas, a seguinte legislação:

- a) - Constituição da República Federativa do Brasil de 1988;
- b) - Constituição do Estado de Santa Catarina de 1989;
- c) - Lei Orgânica do Município de Indaial;
- d) - Lei Federal nº 8.666/93. Lei das Licitações e Contratos Administrativos;
- e) - Lei Federal nº 4.320/64. Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal;
- f) - Lei Federal nº 8.078/90. Código de Defesa do Consumidor;
- g) - Lei Federal nº 10.406/02. Código Civil Brasileiro;
- h) - Decreto-Lei nº 3.689/41. Código de Processo Penal;
- i) - Lei Federal nº 7.210/84. Lei de Execução Penal;
- j) - Lei Federal nº 12.846/13. Lei Anticorrupção; e,
- k) - Lei Complementar Federal nº 101/2000. Lei de Responsabilidade Fiscal.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA: AS PARTES

18.1. Por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo assinadas, para que produzam seus efeitos administrativos e jurídicos.

Indaial/SC, 02 de junho de 2015.

MUNICÍPIO DE INDAIAL Sérgio Almir dos Santos Contratante	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE INDAIAL Enílson Erley de Freitas Contratante
----------------------------------------------------------------	--------------------------------------------------------------------------------

M.H.M DO COUTO – COMERCIAL - ME Maria Helena Mori do Couto Contratada	PROCURADORA GERAL DO MUNICÍPIO Silmara Fruet OAB/SC 13.215
-----------------------------------------------------------------------------	------------------------------------------------------------------

Testemunhas:

Assinatura: _____
Nome Legível: _____
CPF: _____

Assinatura: _____
Nome Legível: _____
CPF: _____

CONTRATO Nº 125/2015

CONTRATO Nº 125/2015

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE INDAIAL/FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE INDAIAL E A EMPRESA LOGITEX DISTRIBUIDORA LTDA ME, NA FORMA ABAIXO:

Pelo presente instrumento o MUNICÍPIO DE INDAIAL, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.798/0001-00, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 126, bairro Centro, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. Sérgio Almir dos Santos, Prefeito legitimamente eleito para o cargo, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 383.728.439-53 e Cédula de Identidade nº 3/R 1.111.815, residente e domiciliado à Rua 25 de Janeiro, nº 799, Bairro Carijós, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE INDAIAL, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 11.355.483/0001-63, neste ato representado pelo Sr. Enílson Erley de Freitas, Secretário de Saúde, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob nº 516.236.509-25 e Cédula de Identidade nº 3.523.244-3, residente e domiciliado à Rua Santos Dumont, nº 168, Bairro Centro, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE, e a empresa, LOGITEX DISTRIBUIDORA LTDA ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 93.607.240/0001-30, com sede na Rua Ricalde Marques, nº 115, bairro Jardim São Pedro, na cidade de Porto Alegre – Estado do Rio Grande do Sul, representada neste ato por seu Representante Legal, Sr. Anderson Silva Machado, brasileiro, inscrito no CPF sob nº 816.176.820/04 Cédula de Identidade nº 1073404475 SJTC/II RS, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, tem entre si justo e acordado, na melhor forma do direito, fundamentado na Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, a celebração do presente contrato mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA: FUNDAMENTO LEGAL

1.1. O presente contrato se vincula aos termos da proposta que a CONTRATADA apresentou no Processo Licitatório nº 034/2015 – Edital de Pregão nº 004/2015-19208, os termos do edital mencionado retro e a legislação aplicável.

CLÁUSULA SEGUNDA: REGIME DE EXECUÇÃO

2.1. O presente contrato tem o regime de execução indireta, empreitada por preços unitários, de acordo com o art. 6ª da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

CLÁUSULA TERCEIRA: DO OBJETO

3.1. Constitui-se como objeto do presente termo de contrato, a aquisição de equipamentos hospitalares e odontológicos, conforme quantitativos e especificações a seguir:

ITEM	QUANT	UNID	PRODUTO/ESPECIFICAÇÕES	Marca	VALOR Unit.	VALOR Total
10	20	Unid.	Lanterna clínica, iluminador de bolso em metal de alta resistência cromado; lâmpada led luz branca 6 lumens, fonte de energia pilhas "aaa" (inclusas).	MD	R\$43,00	R\$860,00
26	02	Unid.	Bisturi eletrônico – circuito de corte puro, blend e coagulação, com 3 tipos de correntes para uso em eletrocirurgia, controle de potência, seleção de funções, saídas isoladas e check-up total. Acessórios 1 caneta padrão autoclavável, 1 caneta padrão não autoclavável, pedal de acionamento com pino guitarra mono, placa neutra permanente em inox (150 x 100 x 0,5)mm, cabo de ligação da placa neutra, eletrodo tipo faca reta pequena (67mm), eletrodo tipo bola (Ø=2,1mm), eletrodo tipo bola (Ø=4,2mm), eletrodo tipo alça pequena (Ø=4,5mm), eletrodo tipo agulha (85mm), eletrodo tipo agulha de depilação (66mm), manual do usuário certificado de garantia, eletrodo tipo bola (Ø=6,0 mm), eletrodo tipo bola (Ø=7,5 mm), eletrodo tipo alça grande (Ø=9,0 mm), eletrodo tipo faca curva grande (83mm), eletrodo tipo faca curva pequena (67mm), eletrodo tipo faca reta grande (100mm). Alimentação voltagem 110/220 volts / 50/60 hz. Necessário registro na ANVISA.	Trans-mai	R\$910,00	R\$1.820,00
27	14	Unid.	Laringoscópio – tipo convencional, adulto em material de aço inoxidável austenítico, modelo curvo e reto, cabo de metal, sistema de iluminação fria (led), preferencialmente recartilhado. Acessórios laminas curvas nº 1, 2 e 3. Necessário registro na ANVISA.	MD	R\$304,50	R\$4.263,00

3.2. LOCAL DE ENTREGA:

3.2.1. A entrega dar-se-á no seguinte local: Secretaria de Saúde, situada à Rua Leoberto Leal, nº 155 – Bairro Tapajós, no município de Indaial – Estado de Santa Catarina – no horário compreendido das 08 :30 horas às 12 :00 horas e 13 :30 horas às 17 :00min, nos dias úteis.

CLÁUSULA QUARTA – VALOR DO CONTRATO

4.1. O valor total do presente contrato é de R\$6.943,00 (seis mil e novecentos e quarenta e três reais).

4.2. Nos preços unitários estão incluídos todos os custos diretos e indiretos necessários à perfeita execução dos serviços, inclusive as despesas com materiais e/ou equipamentos, mão-de-obra especializada ou não, fretes, seguros em geral, equipamentos auxiliares, ferramentas, encargos da legislação social trabalhista e previdenciária, da infortunistica do trabalho e responsabilidade civil por quaisquer danos causados a terceiros ou dispêndios resultantes de impostos, taxas regulamentos e posturas municipais, estaduais e federais, bem como o lucro.

CLÁUSULA QUINTA: DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

5.1. Os recursos orçamentários necessários para suprir as despesas deste contrato serão provenientes das seguintes dotações orçamentárias do exercício de 2015:

- 30.001.0010.0301.0030.1440.4490520800.03335406
- 30.001.0010.0301.0030.1440.4490520800.03380900
- 30.001.0010.0301.0030.1440.4490520800.03381701
- 30.001.0010.0301.0030.1440.4490520800.03385701
- 30.001.0010.0301.0030.1440.4490520800.03381801
- 30.001.0010.0301.0030.1440.4490520800.03381600
- 30.001.0010.0301.0030.1440.4490520800.03335409
- 30.001.0010.0301.0030.1440.4490520800.03380900
- 30.001.0010.0301.0030.1440.4490520800.03381701
- 30.001.0010.0301.0030.1440.4490520800.01020000
- 30.001.0010.0301.0030.1440.4490528700.03381500
- 30.001.0010.0301.0030.1440.4490528700.03385700
- 30.001.0010.0301.0030.1440.4490528700.01020000
- 30.001.0010.0301.0030.1440.4490528700.03380900
- 30.001.0010.0301.0030.1440.4490528700.03381701
- 30.001.0010.0301.0030.1440.4490528700.03381600

CLÁUSULA SEXTA: FORMA DE PAGAMENTO –

6.1. O pagamento será realizado no 30º (trigésimo) dia após a entrega dos bens e da respectiva nota fiscal, devidamente aprovada e liquidada pela unidade requerente do Fundo Municipal de Saúde de Indaial.

6.2. Quando inadimplente, o pagamento será monetariamente atualizado, a partir do dia de seu vencimento e até o de sua liquidação, segundo os mesmos critérios adotados para a atualização de obrigações tributárias do município de Indaial, vigente na data de seu pagamento.

6.3. Nenhum pagamento será efetuado à contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preço ou correção monetária.

6.4. O pagamento será realizado através de depósito na conta bancária da CONTRATADA, que segue:

Banco Sicredi Metropolitano nº 748
Agência 0116
Conta Corrente 32808-1

CLÁUSULA SÉTIMA: REAJUSTE E REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO –

7.1. A CONTRATANTE e a CONTRATADA têm direito ao equilíbrio econômico financeiro do contrato, em consonância com disposto no artigo 37, inciso XXI, da Constituição Federal, a ser realizado mediante os seguintes critérios:

7.1.1. REAJUSTE DE PREÇOS:

7.1.1.1. Os preços constantes no presente contrato serão reajustados pelo IGP-DI – Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna, da Fundação Getúlio Vargas, após 12 meses da data de realização do orçamento básico do edital que originou o presente contrato, de acordo com o art. 3º, § 1º da Lei Federal nº 10.192/01.

7.1.2. REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO:

7.1.2.1. O reequilíbrio econômico-financeiro será concedido para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da Administração para a justa remuneração do fornecimento do produto/equipamento, objetivando a

manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobreviverem fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.

CLÁUSULA OITAVA: PRAZOS E DATAS

8.1. O prazo do presente Contrato é de 02 de junho de 2015 até 30 de agosto de 2015.

8.1.1. O prazo de entrega é de 30 (trinta) dias, contado a partir da emissão e comunicação da Ordem de Compra pela CONTRATANTE.

8.1.2. O contrato terá seu vencimento depois de decorrido o prazo do item 8.1 e desde que não tenha havido qualquer prorrogação.

8.1.3. O termo final do presente contrato não extingue as obrigações futuras decorrentes de garantia, direitos trabalhistas e previdenciários a ele relacionados.

8.1.4. O prazo de entrega dos bens, bem como o prazo de validade do contrato, poderão ser prorrogados por igual período, desde que devidamente justificado e com autorização expressa da CONTRATADA, que será feita através de termo aditivo ao contrato.

CLÁUSULA NONA: DEVERES DA CONTRATADA

9.1. Assegurar o fornecimento do objeto conforme as especificações constantes na Cláusula Terceira do presente contrato.

9.2. Providenciar a imediata correção de todas as deficiências detectadas pela CONTRATANTE, quanto à execução do contrato.

9.3. Garantir o pagamento a todos os prestadores de serviço alocados, bem como despesas extraordinárias, quando for o caso.

9.4. Responsabilizar-se por quaisquer danos ou prejuízos, materiais ou pessoais, decorrentes de culpa ou dolo, causados por seus empregados ou prepostos, em decorrência da execução deste Contrato, assegurado o direito de defesa.

9.5. Prestar imediatamente quaisquer esclarecimentos solicitados pela CONTRATANTE, respeitados os casos de complexidade para os quais se fixarão prazos específicos.

9.6. Comunicar imediatamente à CONTRATANTE, de forma detalhada, toda e qualquer ocorrência de acidentes verificada no curso da execução contratual.

9.7. Manter até o termo final deste contrato todas as obrigações com os órgãos públicos e fiscais, assim como encargos trabalhistas, previdenciários, securitários, tributários e comerciais, resultantes da execução do contrato, devidamente regularizados, segundo estabelecido no art. 71 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

9.8. Manter, durante toda a execução do contrato as obrigações assumidas relativas a todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Processo Licitatório nº 034/2015 - Edital de Pregão nº 004/2015-19208.

CLÁUSULA DÉCIMA: DEVERES DA CONTRATANTE

10.1. Cumprir e fazer cumprir todas as determinações constantes neste contrato e a legislação vigente correlata à execução do mesmo.

10.2. Efetuar o pagamento devido à CONTRATADA, na data e forma estabelecida neste contrato.

10.3. Fiscalizar a entrega dos bens objeto do contrato, registrando as ocorrências, bem como atestar o recebimento dos mesmos em conformidade com as demais cláusulas.

10.4. Recusar o recebimento dos bens em desacordo com as especificações da Cláusula Terceira do presente contrato, quanto à sua natureza, quantidade ou qualidade, bem como documentos fiscais em desacordo com os bens adquiridos.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: FISCALIZAÇÃO

11.1. O exercício de fiscalização pelo preposto da CONTRATANTE não excluirá nem reduzirá as responsabilidades da CONTRATADA.

11.2. À Fiscalização fica desde já assegurado o direito de:

11.2.2. Determinar o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados;

11.2.3. Rejeitar todo e qualquer material/produto/equipamento entregue de má qualidade, ou danificado, ou em desacordo com o especificado no contrato e na proposta, exigindo sua substituição ou correção imediatas;

11.3. A CONTRATANTE sem prejuízo de suas atribuições de acompanhamento, poderá contratar, profissionais consultores ou empresas especializadas, os serviços relativos ao controle qualitativo e quantitativo dos materiais objeto do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DAS SANÇÕES

12.1. Pela inexecução total ou parcial do contrato, a Contratante poderá, garantida prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

12.1.1. Advertência, no caso de faltas que não motivarem a aplicação de multas.

12.1.2. Multa, conforme os seguintes critérios:

a) - No valor de 0,5% (cinco décimos percentuais) do valor do contrato, por dia de atraso injustificado na entrega dos materiais/produtos/equipamentos;

b) - No valor de 2,0% (dois por cento) do valor do contrato por inobservância do item 15.4 do presente contrato;

c) - No valor de 2,0% (dois por cento) do valor do contrato por descumprimento dos Deveres da CONTRATADA, inseridos na Cláusula Décima Segunda, desde que não previstos em outras cláusulas;

d) - No valor de 3,0 % (três por cento) do valor do contrato, por acumulação de 03 (três) advertências;

e) - Multa de 5% (cinco por cento) do valor do contrato no caso de fornecimento de bens em desacordo com as especificações do presente contrato, desde que cause prejuízo à CONTRATANTE;

f) - No valor de 10% (dez por cento) do valor do contrato no caso de apresentar declaração em falso no processo, sem prejuízo de demais processos administrativos e jurídicos;

g) - Multa de 10% (dez por cento) do valor do contrato no caso de recusa da entrega dos bens, sem justificativa e aviso prévio à CONTRATANTE; e,

h) - No valor de 10% (dez por cento) do valor do contrato se der causa à Declaração de Inidoneidade.

12.1.3. Suspensão de Participação, em licitações com o Município de Indaial, incluindo a administração direta e indireta, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, nos seguintes casos:

a) - Se o valor acumulado das multas ultrapassarem o 10% (dez por cento) do valor do orçamento básico do edital; e,

b) - Quaisquer dos motivos expostos nas alíneas "e" à "g", do item 12.1.2.

12.1.4. Declaração de Inidoneidade, nos seguintes casos:

a) - Tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

b) - Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação; e,

c) - Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

12.1.5. Além das sanções previstas nos itens 12.1.1 à 12.1.4, a Administração poderá aplicar quaisquer outras sanções previstas na Lei Federal no 8.666/93 e na Lei Federal no 12.846/13.

12.2. As multas serão descontadas dos pagamentos, das garantias apresentadas, ou ainda, quando for o caso, cobradas judicialmente.

12.3. Será assegurada, a parte que tiver dado motivo à sanção, o contraditório e a ampla defesa.

12.4. O valor máximo das multas não poderá exceder, cumulativamente, a 10% (dez por cento) do valor do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DA RESCISÃO CONTRATUAL

13.1. Constituem motivo para rescisão do contrato, no que couber:

13.1.1. O não cumprimento, ou cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações e prazos;

13.1.2. A subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação do contratado com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, não admitidas no edital e no contrato;

13.1.3. O desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;

13.1.4. O cometimento reiterado de faltas na sua execução;

13.1.5. A decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;

13.1.6. A dissolução da sociedade ou o falecimento do contratado;

13.1.7. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução do contrato;

13.1.8. Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o contratante e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato;

13.1.9. A suspensão de sua execução, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenizações pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas, assegurado ao contratado, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;

13.1.10. O atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pelo CONTRATANTE à CONTRATADA pelos produtos já entregues, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;

13.1.11. A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato.

13.1.12. Descumprimento do disposto no inciso V do art. 27 da Lei Federal nº 8.666/93, em observância do art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal de 1988, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

13.1.13. Acumulação de multas em valor igual ou superior ao previsto no item 12.4 do presente contrato.

13.2. Decidido pela rescisão do contrato, será executado da seguinte forma:

13.2.1. Determinada por ato unilateral e escrita do CONTRATANTE nos casos enumerados nos itens 13.1.1 à 13.1.9, 13.1.11 e 13.1.12.

13.2.2. Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para o CONTRATANTE;

13.2.3. Judicial, nos termos da legislação;

13.3. A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

13.4. Quando a rescisão ocorrer com base nos itens 13.1.8 à 13.1.11, desta cláusula, sem que haja culpa da CONTRATADA, será este resarcido dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido.

13.5. Ocorrendo impedimento, paralisação ou sustação do contrato, o cronograma de entrega será prorrogado automaticamente por igual tempo.

13.6. Será assegurada, a parte que tiver dado motivo à rescisão, o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: ALTERAÇÃO DO CONTRATO

14.1. O presente contrato poderá ser alterado mediante as seguintes condições:

14.1.1. Unilateralmente pela Administração:

a) - quando houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos, desde que não haja a desconfiguração do objeto;

b) - quando necessário acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos por esta Lei; e,

c) - para a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa do objeto.

14.1.2. Por acordo das partes:

a) - quando necessária a modificação do modo de fornecimento, em face de verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originários;

b) - quando necessária a modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial atualizado, vedada a antecipação do pagamento, com relação ao cronograma financeiro fixado, sem a correspondente contraprestação de fornecimento dos produtos/bens; e,

c) - para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da administração para a justa remuneração do fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1. Todos os prazos previstos no presente contrato são contados como dias corridos, salvo disposição em contrário, e terá seu critério de contagem em consonância com o art. 110 da Lei Federal nº 8.666/93.

15.2. Não serão aceitos, em hipótese alguma, acordos verbais entre as partes com a finalidade de alteração ou substituição do presente

termo de contrato.

15.3. A inadimplência da CONTRATADA, com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento.

15.4. A CONTRATADA está terminantemente proibida de efetuar a transferência à terceiros das obrigações do fornecimento dos bens objeto deste contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: FORO

16.1. O foro competente para dirimir possíveis dúvidas, após se esgotarem todas as tentativas de composição amigável, e/ou litígios pertinentes ao objeto da presente licitação, independente de outro que por mais privilegiado seja, será o da Comarca de Indaial – Estado de Santa Catarina.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

17.1. Aplica-se ao presente contrato, nas partes omissas, a seguinte legislação:

- a) - Constituição da República Federativa do Brasil de 1988;
- b) - Constituição do Estado de Santa Catarina de 1989;
- c) - Lei Orgânica do Município de Indaial;
- d) - Lei Federal nº 8.666/93. Lei das Licitações e Contratos Administrativos;
- e) - Lei Federal nº 4.320/64. Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal;
- f) - Lei Federal nº 8.078/90. Código de Defesa do Consumidor;
- h) - Decreto-Lei nº 3.689/41. Código de Processo Penal;
- i) - Lei Federal nº 7.210/84. Lei de Execução Penal;
- j) - Lei Federal nº 12.846/13. Lei Anticorrupção; e,
- k) - Lei Complementar Federal nº 101/2000. Lei de Responsabilidade Fiscal.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA: AS PARTES

18.1. Por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo assinadas, para que produzam seus efeitos administrativos e jurídicos.

Indaial/SC, 02 de junho de 2015.

MUNICÍPIO DE INDAIAL Sérgio Almir dos Santos Contratante	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE INDAIAL Enílson Erley de Freitas Contratante
LOGITEX DISTRIBUIDORA LTDA ME Anderson Silva Machado Contratada	PROCURADORA GERAL DO MUNICÍPIO Silmara Fruet OAB/SC 13.215

Testemunhas:

Assinatura: _____
Nome Legível: _____
CPF: _____

Assinatura: _____
Nome Legível: _____
CPF: _____

CONTRATO Nº 126/2015

CONTRATO Nº 126/2015

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE INDAIAL/FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE INDAIAL E A EMPRESA CONKAST EQUIPAMENTOS TECNOLÓGICOS LTDA, NA FORMA ABAIXO:

Pelo presente instrumento o MUNICÍPIO DE INDAIAL, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.798/0001-00, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 126, bairro Centro, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. Sérgio Almir dos Santos, Prefeito legitimamente eleito para o cargo, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 383.728.439-53 e Cédula de Identidade nº 3/R 1.111.815, residente e domiciliado à Rua 25 de Janeiro, nº 799, Bairro Carijós, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE INDAIAL, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 11.355.483/0001-63, neste ato representado pelo Sr. Enílson Erley de Freitas, Secretário de Saúde, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob nº 516.236.509-25 e Cédula de Identidade nº 3.523.244-3, residente e domiciliado à Rua Santos Dumont, nº 168, Bairro Centro, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE, e a empresa, CONKAST EQUIPAMENTOS TECNOLÓGICOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 06.127.890/0001-83, com sede na Rua Nova Esperança, nº 920, Térreo, bairro Emílio Pernet, na cidade de Pinhais – Estado do Paraná, representada neste ato por sua Representante Legal, Sra. Mayra Ferreira de Souza, brasileira, empresária, inscrita no CPF sob nº 065.959.069/70 Cédula de Identidade nº 9.827382-4 SSP/PR, residente e domiciliada na Avenida Flores, nº 42, Casa, Bairro Jardim Karla, na cidade de Pinhais – Estado do Paraná, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, tem entre si justo e acordado, na melhor forma do direito, fundamentado na Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, a celebração do presente contrato mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA: FUNDAMENTO LEGAL

1.1. O presente contrato se vincula aos termos da proposta que a CONTRATADA apresentou no Processo Licitatório nº 034/2015 – Edital de Pregão nº 004/2015-19208, os termos do edital mencionado retro e a legislação aplicável.

CLÁUSULA SEGUNDA: REGIME DE EXECUÇÃO

2.1. O presente contrato tem o regime de execução indireta, empreitada por preços unitários, de acordo com o art. 6ª da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

CLÁUSULA TERCEIRA: DO OBJETO

3.1. Constitui-se como objeto do presente termo de contrato, a aquisição de equipamentos hospitalares e odontológicos, conforme quantitativos e especificações a seguir:

ITEM	QUANT	UNID	PRODUTO/ESPECIFICAÇÕES	Marca	VALOR Unit.	VALOR Total
05	15	Unid.	Detector fetal portátil, sonar utilizado para detectar batimentos cardíacos fetais. Modelo portátil. Gabinete em abs. Botão liga ou desliga com regulagem de intensidade do volume. Ausculta de batimentos cardíacos a partir da 10ª semana. Alta sensibilidade para ausculta coletiva. Saída para fone de ouvido ou gravador de som. Ciclagem de 6.000 a 60.000. Frequência de 2,0 a 2,25mhz. Faixa de medida do bfc de 50 a 240bpm. Alojamento para transdutor na parte inferior do estojo. Compartimento para a bateria na parte inferior interna. Alimentação por 02 baterias de 9 v. (inclusas no aparelho). Led indicador de bateria fraca localizada no painel frontal. Acompanha frasco de gel para contato, fone de ouvido biauricular para ausculta individual, estojo de couro sintético. Garantia total de 2 (dois) anos.	Sigmed	R\$295,00	R\$4.425,00
06	15	Unid.	Armário vitrine, material com estrutura metálica, pintura epóxi, eletrostático, quantidade portas: 02 portas, tipo fechadura; fechadura cilíndrica, altura 165 cm, largura 60 cm, profundidade 40 cm, características adicionais fundo e teto em chapa de aço esmaltado, tipo prateleiras 4 prateleiras, componentes adicionais laterais de vidro cristal incolor 3mm espessura.	Conkast	R\$550,00	R\$8.250,00
09	15	Unid.	Carro de emergência; configuração do gabinete: gabinete com no mínimo 03 gavetas, armário em aço ou material similar; com cantos arredondados com protetor anti-impactos laterais e frontais; pintura eletroestática; cor preferencialmente branca. Com sistema de lacre impedindo a abertura das gavetas. Configuração das gavetas: 01 gaveta (primeira) com guias deslizantes telescópicas, com divisórias moduláveis (mínimo 30 compartimentos). 02 gavetas (segunda e terceira) com guias deslizantes telescópicas, sem divisórias. Mesa de administração confeccionada em material de alta resistência e durabilidade, peça única. Suporte de soro: suporte confeccionado em aço inoxidável, com regulagem de altura, com 02 ganchos para suporte. Dispositivo para massagem cardíaca (tábua), rodízios: 04 rodízios giratórios de alta resistência e durabilidade, com sistema de travamento	Conkast	R\$1.370,00	R\$20.550,00
19	10	Unid.	Negatoscópio 1 corpo para parede construído em chapa de aço em pintura epóxi, com frente de acrílico leitoso, fixação de rx por roletes. Dimensões aproximadas: área útil 0.38 m larg. X 0.47 m alt. Garantia mínima de 01 (um) ano.	Conkast	R\$165,00	R\$1.650,00
22	02	Unid.	Mocho odontológico, material metal, tipo assento giratório com encosto, altura 70 cm, revestimento em poliuretano injetado e recoberto em pvc expandido, lavável e sem costura, regulagem a gás, diâmetro 35, características adicionais com rodízio.	Conkast	R\$224,00	R\$448,00

3.2. LOCAL DE ENTREGA:

3.2.1. A entrega dar-se-á no seguinte local: Secretaria de Saúde, situada à Rua Leoberto Leal, nº 155 – Bairro Tapajós, no município de Indaial – Estado de Santa Catarina – no horário compreendido das 08 :30 horas às 12 :00 horas e 13 :30 horas às 17 :00min, nos dias úteis.

CLÁUSULA QUARTA – VALOR DO CONTRATO

4.1. O valor total do presente contrato é de R\$13.915,07 (treze mil novecentos e quinze e reais e sete centavos).

4.2. Nos preços unitários estão incluídos todos os custos diretos e indiretos necessários à perfeita execução dos serviços, inclusive as despesas com materiais e/ou equipamentos, mão-de-obra especializada ou não, fretes, seguros em geral, equipamentos auxiliares, ferramentas, encargos da legislação social trabalhista e previdenciária, da infortunistica do trabalho e responsabilidade civil por quaisquer danos causados a terceiros ou dispêndios resultantes de impostos, taxas regulamentos e posturas municipais, estaduais e federais, bem como o lucro.

CLÁUSULA QUINTA: DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

5.1. Os recursos orçamentários necessários para suprir as despesas deste contrato serão provenientes das seguintes dotações orçamentárias do exercício de 2015:

- 30.001.0010.0301.0030.1440.4490520800.03335406
- 30.001.0010.0301.0030.1440.4490520800.03380900
- 30.001.0010.0301.0030.1440.4490520800.03381701
- 30.001.0010.0301.0030.1440.4490520800.03385701
- 30.001.0010.0301.0030.1440.4490520800.03381801
- 30.001.0010.0301.0030.1440.4490520800.03381600
- 30.001.0010.0301.0030.1440.4490520800.03335409
- 30.001.0010.0301.0030.1440.4490520800.03380900
- 30.001.0010.0301.0030.1440.4490520800.03381701
- 30.001.0010.0301.0030.1440.4490520800.01020000
- 30.001.0010.0301.0030.1440.4490528700.03381500
- 30.001.0010.0301.0030.1440.4490528700.03385700
- 30.001.0010.0301.0030.1440.4490528700.01020000
- 30.001.0010.0301.0030.1440.4490528700.03380900
- 30.001.0010.0301.0030.1440.4490528700.03381701
- 30.001.0010.0301.0030.1440.4490528700.03381600

CLÁUSULA SEXTA: FORMA DE PAGAMENTO –

6.1. O pagamento será realizado no 30º (trigésimo) dia após a entrega dos bens e da respectiva nota fiscal, devidamente aprovada e liquidada pela unidade requerente do Fundo Municipal de Saúde de Indaial.

6.2. Quando inadimplente, o pagamento será monetariamente atualizado, a partir do dia de seu vencimento e até o de sua liquidação, segundo os mesmos critérios adotados para a atualização de obrigações tributárias do município de Indaial, vigente na data de seu pagamento.

6.3. Nenhum pagamento será efetuado à contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preço ou correção monetária.

6.4. O pagamento será realizado através de depósito na conta bancária da CONTRATADA, que segue: Banco Itaú - Agência 3702- Conta Corrente 08845-5

CLÁUSULA SÉTIMA: REAJUSTE E REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO –

7.1. A CONTRATANTE e a CONTRATADA têm direito ao equilíbrio econômico financeiro do contrato, em consonância com disposto no artigo 37, inciso XXI, da Constituição Federal, a ser realizado mediante os seguintes critérios:

7.1.1. REAJUSTE DE PREÇOS:

7.1.1.1. Os preços constantes no presente contrato serão reajustados pelo IGP-DI – Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna, da Fundação Getúlio Vargas, após 12 meses da data de realização do orçamento básico do edital que originou o presente contrato, de acordo com o art. 3º, § 1º da Lei Federal nº 10.192/01.

7.1.2. REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO:

7.1.2.1. O reequilíbrio econômico-financeiro será concedido para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da Administração para a justa remuneração do fornecimento do produto/equipamento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobreviverem fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.

CLAUSULA OITAVA: PRAZOS E DATAS

8.1. O prazo do presente Contrato é de 02 de junho de 2015 até 30 de agosto de 2015.

8.1.1. O prazo de entrega é de 30 (trinta) dias, contado a partir da emissão e comunicação da Ordem de Compra pela CONTRATANTE.

8.1.2. O contrato terá seu vencimento depois de decorrido o prazo do item 8.1 e desde que não tenha havido qualquer prorrogação.

8.1.3. O termo final do presente contrato não extingue as obrigações futuras decorrentes de garantia, direitos trabalhistas e previdenciários a ele relacionados.

8.1.4. O prazo de entrega dos bens, bem como o prazo de validade do contrato, poderão ser prorrogados por igual período, desde que devidamente justificado e com autorização expressa da CONTRATADA, que será feita através de termo aditivo ao contrato.

CLÁUSULA NONA: DEVERES DA CONTRATADA

9.1. Assegurar o fornecimento do objeto conforme as especificações constantes na Cláusula Terceira do presente contrato.

9.2. Providenciar a imediata correção de todas as deficiências detectadas pela CONTRATANTE, quanto à execução do contrato.

9.3. Garantir o pagamento a todos os prestadores de serviço alocados, bem como despesas extraordinárias, quando for o caso.

9.4. Responsabilizar-se por quaisquer danos ou prejuízos, materiais ou pessoais, decorrentes de culpa ou dolo, causados por seus empregados ou prepostos, em decorrência da execução deste Contrato, assegurado o direito de defesa.

9.5. Prestar imediatamente quaisquer esclarecimentos solicitados pela CONTRATANTE, respeitados os casos de complexidade para os quais se fixarão prazos específicos.

9.6. Comunicar imediatamente à CONTRATANTE, de forma detalhada, toda e qualquer ocorrência de acidentes verificada no curso da execução contratual.

9.7. Manter até o termo final deste contrato todas as obrigações com os órgãos públicos e fiscais, assim como encargos trabalhistas, previdenciários, securitários, tributários e comerciais, resultantes da execução do contrato, devidamente regularizados, segundo estabelecido no art. 71 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

9.8. Manter, durante toda a execução do contrato as obrigações assumidas relativas a todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Processo Licitatório nº 034/2015 - Edital de Pregão nº 004/2015-19208.

CLÁUSULA DÉCIMA: DEVERES DA CONTRATANTE

10.1. Cumprir e fazer cumprir todas as determinações constantes neste contrato e a legislação vigente correlata à execução do mesmo.

10.2. Efetuar o pagamento devido à CONTRATADA, na data e forma estabelecida neste contrato.

10.3. Fiscalizar a entrega dos bens objeto do contrato, registrando as ocorrências, bem como atestar o recebimento dos mesmos em conformidade com as demais cláusulas.

10.4. Recusar o recebimento dos bens em desacordo com as especificações da Cláusula Terceira do presente contrato, quanto à sua natureza, quantidade ou qualidade, bem como documentos fiscais em desacordo com os bens adquiridos.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: FISCALIZAÇÃO

11.1. O exercício de fiscalização pelo preposto da CONTRATANTE não excluirá nem reduzirá as responsabilidades da CONTRATADA.

11.2. À Fiscalização fica desde já assegurado o direito de:

11.2.2. Determinar o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados;

11.2.3. Rejeitar todo e qualquer material/produto/equipamento entregue de má qualidade, ou danificado, ou em desacordo com o especificado no contrato e na proposta, exigindo sua substituição ou correção imediatas;

11.3. A CONTRATANTE sem prejuízo de suas atribuições de acompanhamento, poderá contratar, profissionais consultores ou empresas especializadas, os serviços relativos ao controle qualitativo e quantitativo dos materiais objeto do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DAS SANÇÕES

12.1. Pela inexecução total ou parcial do contrato, a Contratante poderá, garantida prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

12.1.1. Advertência, no caso de faltas que não motivarem a aplicação de multas.

12.1.2. Multa, conforme os seguintes critérios:

- a) - No valor de 0,5% (cinco décimos percentuais) do valor do contrato, por dia de atraso injustificado na entrega dos materiais/produtos/equipamentos;
- b) - No valor de 2,0% (dois por cento) do valor do contrato por inobservância do item 15.4 do presente contrato;
- c) - No valor de 2,0% (dois por cento) do valor do contrato por descumprimento dos Deveres da CONTRATADA, inseridos na Cláusula Décima Segunda, desde que não previstos em outras cláusulas;
- d) - No valor de 3,0 % (três por cento) do valor do contrato, por acumulação de 03 (três) advertências;
- e) - Multa de 5% (cinco por cento) do valor do contrato no caso de fornecimento de bens em desacordo com as especificações do presente contrato, desde que cause prejuízo à CONTRATANTE;
- f) - No valor de 10% (dez por cento) do valor do contrato no caso de apresentar declaração em falso no processo, sem prejuízo de demais processos administrativos e jurídicos;
- g) - Multa de 10% (dez por cento) do valor do contrato no caso de recusa da entrega dos bens, sem justificativa e aviso prévio à CONTRATANTE; e,
- h) - No valor de 10% (dez por cento) do valor do contrato se der causa à Declaração de Inidoneidade.

12.1.3. Suspensão de Participação, em licitações com o Município de Indaial, incluindo a administração direta e indireta, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, nos seguintes casos:

- a) - Se o valor acumulado das multas ultrapassarem o 10% (dez por cento) do valor do orçamento básico do edital; e,
- b) - Quaisquer dos motivos expostos nas alíneas "e" à "g", do item 12.1.2.

12.1.4. Declaração de Inidoneidade, nos seguintes casos:

- a) - Tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- b) - Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação; e,
- c) - Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

12.1.5. Além das sanções previstas nos itens 12.1.1 à 12.1.4, a Administração poderá aplicar quaisquer outras sanções previstas na Lei Federal no 8.666/93 e na Lei Federal no 12.846/13.

12.2. As multas serão descontadas dos pagamentos, das garantias apresentadas, ou ainda, quando for o caso, cobradas judicialmente.

12.3. Será assegurada, a parte que tiver dado motivo à sanção, o contraditório e a ampla defesa.

12.4. O valor máximo das multas não poderá exceder, cumulativamente, a 10% (dez por cento) do valor do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DA RESCISÃO CONTRATUAL**13.1. Constituem motivo para rescisão do contrato, no que couber:**

13.1.1. O não cumprimento, ou cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações e prazos;

13.1.2. A subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação do contratado com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, não admitidas no edital e no contrato;

13.1.3. O desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;

13.1.4. O cometimento reiterado de faltas na sua execução;

13.1.5. A decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;

13.1.6. A dissolução da sociedade ou o falecimento do contratado;

13.1.7. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução do contrato;

13.1.8. Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o contratante e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato;

13.1.9. A suspensão de sua execução, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de

calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenizações pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas, assegurado ao contratado, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;

13.1.10. O atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pelo CONTRATANTE à CONTRATADA pelos produtos já entregues, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;

13.1.11. A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato.

13.1.12. Descumprimento do disposto no inciso V do art. 27 da Lei Federal nº 8.666/93, em observância do art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal de 1988, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

13.1.13. Acumulação de multas em valor igual ou superior ao previsto no item 12.4 do presente contrato.

13.2. Decidido pela rescisão do contrato, será executado da seguinte forma:

13.2.1. Determinada por ato unilateral e escrita do CONTRATANTE nos casos enumerados nos itens 13.1.1 à 13.1.9, 13.1.11 e 13.1.12.

13.2.2. Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para o CONTRATANTE;

13.2.3. Judicial, nos termos da legislação;

13.3. A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

13.4. Quando a rescisão ocorrer com base nos itens 13.1.8 à 13.1.11, desta cláusula, sem que haja culpa da CONTRATADA, será este ressarcido dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido.

13.5. Ocorrendo impedimento, paralisação ou sustação do contrato, o cronograma de entrega será prorrogado automaticamente por igual tempo.

13.6. Será assegurada, a parte que tiver dado motivo à rescisão, o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: ALTERAÇÃO DO CONTRATO

14.1. O presente contrato poderá ser alterado mediante as seguintes condições:

14.1.1. Unilateralmente pela Administração:

a) - quando houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos, desde que não haja a desconfiguração do objeto;

b) - quando necessário acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos por esta Lei; e,

c) - para a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa do objeto.

14.1.2. Por acordo das partes:

a) - quando necessária a modificação do modo de fornecimento, em face de verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originários;

b) - quando necessária a modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial atualizado, vedada a antecipação do pagamento, com relação ao cronograma financeiro fixado, sem a correspondente contraprestação de fornecimento dos produtos/bens; e,

c) - para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da administração para a justa remuneração do fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1. Todos os prazos previstos no presente contrato são contados como dias corridos, salvo disposição em contrário, e terá seu critério de contagem em consonância com o art. 110 da Lei Federal nº 8.666/93.

15.2. Não serão aceitos, em hipótese alguma, acordos verbais entre as partes com a finalidade de alteração ou substituição do presente termo de contrato.

15.3. A inadimplência da CONTRATADA, com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento.

15.4. A CONTRATADA está terminantemente proibida de efetuar a transferência à terceiros das obrigações do fornecimento dos bens objeto deste contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: FORO

16.1. O foro competente para dirimir possíveis dúvidas, após se esgotarem todas as tentativas de composição amigável, e/ou litígios pertinentes ao objeto da presente licitação, independente de outro que por mais privilegiado seja, será o da Comarca de Indaial – Estado de Santa Catarina.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

17.1. Aplica-se ao presente contrato, nas partes omissas, a seguinte legislação:

- a) - Constituição da República Federativa do Brasil de 1988;
- b) - Constituição do Estado de Santa Catarina de 1989;
- c) - Lei Orgânica do Município de Indaial;
- d) - Lei Federal nº 8.666/93. Lei das Licitações e Contratos Administrativos;
- e) - Lei Federal nº 4.320/64. Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal;
- f) - Lei Federal nº 8.078/90. Código de Defesa do Consumidor;
- h) - Decreto-Lei nº 3.689/41. Código de Processo Penal;
- i) - Lei Federal nº 7.210/84. Lei de Execução Penal;
- j) - Lei Federal nº 12.846/13. Lei Anticorrupção; e,
- k) - Lei Complementar Federal nº 101/2000. Lei de Responsabilidade Fiscal.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA: AS PARTES

18.1. Por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo assinadas, para que produzam seus efeitos administrativos e jurídicos.

Indaial/SC, 02 de junho de 2015.

MUNICÍPIO DE INDAIAL Sérgio Almir dos Santos Contratante	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE INDAIAL Enílson Erley de Freitas Contratante
CONKAST EQUIPAMENTOS TECNOLÓGICOS LTDA Mayra Ferreira de Souza Contratada	PROCURADORA GERAL DO MUNICÍPIO Silmara Fruet OAB/SC 13.215

Testemunhas:

Assinatura: _____
Nome Legível: _____
CPF.: _____

Assinatura: _____
Nome Legível: _____
CPF.: _____

CONTRATO Nº 127/2015

CONTRATO Nº 127/2015

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A FUNDAÇÃO INDAIALENSE DE CULTURA PREFEITO VICTOR PETTERS E JESSE DA CRUZ 37845257842, NA FORMA ABAIXO:

Pelo presente instrumento a FUNDAÇÃO INDAIALENSE DE CULTURA PREFEITO VICTOR PETTERS, inscrita no CNPJ sob nº 79.373.940/0001-86, com sede na Rua Dr. Blumenau, nº 05, bairro Centro, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, neste ato representado pela Sra. Siegrid Wanser Ribeiro, Diretora Executiva, brasileira, casada, inscrita no CPF sob nº 291.136.959-91 e Cédula de Identidade nº 3/R 223.734, residente e domiciliada à Rua Rio de Janeiro, nº 777, Bairro dos Estados, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE, e, JESSE DA CRUZ 37845257842, pessoa jurídica de direito privado na condição de microempreendedor individual, inscrita no CNPJ sob nº 17.624.381/0001-82, estabelecida à Rua Matinhos, nº 105, Bairro Saguacu, na cidade de Joinville – Estado de Santa Catarina, representado neste ato por seu representante legal Sr. Jesse Da Cruz, brasileiro, solteiro, coreógrafo, inscrito no CPF sob nº 378.452.578-42 e Cédula de Identidade nº 457577952-SSP/SP, residente à Rua Matinhos, nº 105, Bairro Saguacu, na cidade de Joinville – Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente de CONTRATADA, tem entre si justo e acordado, na melhor forma do direito, fundamentado na Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, e suas alterações, a celebração do presente contrato mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – FUNDAMENTO LEGAL:

1.1. O presente contrato se vincula aos termos da proposta que a CONTRATADA apresentou no Processo Licitatório nº 108/2015 – Termo de Inexigibilidade 010/2015-28983, os termos do edital mencionado retro e a legislação aplicável.

CLÁUSULA SEGUNDA – REGIME DE EXECUÇÃO:

2.1. O presente contrato tem o regime de execução indireta, empreitada por preços unitários, de acordo com o art. 6º da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO OBJETO:

3.1. Constitui-se como objeto do presente contrato, a Contratação do profissional Jesse da Cruz, para a realização de oficina de composição coreográfica para danças folclóricas (projeção e parafolclo-re). Oficina com carga horária de 04 (quatro) horas/aula.

3.1.1. Os serviços serão realizados no mês de junho, na sede da Fundação Indaialense de Cultura Prefeito Victor Petters, situada à Rua Dr. Blumenau, 05 – Bairro Centro – CEP: 89130-000, no município de Indaial – Estado de Santa Catarina.

CLÁUSULA QUARTA – VALOR DO CONTRATO:

4.1. O valor/hora unitário contratado é de R\$150,00 (cento e cinquenta reais), perfazendo o valor total de R\$600,00 (seiscentos reais).

4.2. As despesas decorrentes desta licitação serão pagas em 30 (trinta) dias direto, cotando a partir da finalização de todas as apresentações, bem como da apresentação da Nota Fiscal, devidamente atestada pela Unidade Requerente da FIC.

4.3. Quando inadimplente, e período compreendido entre as datas do adimplemento e a prevista para o pagamento não for superior a quinze dias, o pagamento será monetariamente atualizado, a partir

do dia de seu vencimento e até o de sua liquidação, segundo os mesmos critérios adotados para a atualização de obrigações tributárias do município de Indaial, vigente na data de seu pagamento.

4.4. Em caso de irregularidades na emissão do documento fiscal, o prazo de pagamento será contado a partir da regularização do mesmo.

4.5. Nos preços unitários estão incluídos todos os custos diretos e indiretos necessários à perfeita execução dos serviços, inclusive as despesas com materiais e/ou equipamentos, mão-de-obra especializada ou não, fretes, seguros em geral, equipamentos auxiliares, ferramentas, encargos da legislação social trabalhista e previdenciária, da infelizmente do trabalho e responsabilidade civil por quaisquer danos causados a terceiros ou dispêndios resultantes de impostos, taxas regulamentos e posturas municipais, estaduais e federais, enfim, tudo o que é necessário para a execução total e completa dos serviços, bem como lucro, conforme projetos e especificações constantes do Edital, parte integrante deste contrato.

CLÁUSULA QUINTA – DO PAGAMENTO:

5.1. Para recebimento dos pagamentos a contratada terá que apresentar junto com a nota fiscal, cópia da guia de pagamento do FGTS relativa aos funcionários que atuaram na execução do objeto do contrato.

5.2. Dos pagamentos realizados, serão retidos na fonte o INSS, o IR (Imposto de Renda), e o ISSQN (Imposto sobre Serviço de Qualquer Natureza).

5.3. Nenhum pagamento será efetuado à contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preço ou correção monetária.

CLÁUSULA SEXTA – REAJUSTAMENTO E REPACTUAÇÃO DE PREÇOS:

6.1. A CONTRATANTE e a CONTRATADA têm direito ao equilíbrio econômico financeiro do contrato, em consonância com disposto no artigo 37, inciso XXI, da Constituição Federal, a ser realizado mediante os seguintes critérios:

6.1.1. Reajuste de Preços:

6.1.1.1. Os preços constantes no presente contrato são irrealizáveis, exceto pelo reequilíbrio do quantitativo inicialmente acordado, conforme dispõe o art. 65, § 1º e art. 58, I, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

6.1.2. Repactuação de preços:

6.1.2.1. A Repactuação de Preços, observadas as prescrições da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, poderá ser solicitada, desde que ocorra fato imprevisível ou previsível, porém de consequências incalculáveis que onere ou desonere excessivamente as obrigações pactuadas no presente contrato.

6.1.3. As alterações decorrentes de repactuações e de reajustes de preços serão formalizadas por meio de Instrumentos Contratuais Aditivos.

CLÁUSULA SÉTIMA – PRAZO E LOCAL:

7.1. O prazo do presente contrato é de 03 de junho de 2015 até 03 de julho de 2015.

7.2. O termo final do presente contrato não extingue as obrigações

futuras decorrentes de garantia, direitos trabalhistas e previdenciários a ele relacionados.

7.3. O presente Contrato poderá ser cancelado pela CONTRATANTE depois de 90 (noventa) dias de sua vigência, considerado período probatório, mediante comunicação prévia com antecedência de 30 (trinta) dias, sem que este ato possa gerar quaisquer direitos indenizatórios à CONTRATADA.

7.6. Ocorrendo impedimento, paralisação ou sustação do contrato, o cronograma de entrega será prorrogado automaticamente por igual tempo ao que ficou paralisado.

CLÁUSULA OITAVA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:

8.1. Os recursos orçamentários necessários para suprir as despesas deste contrato, serão provenientes da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s) do exercício de 2015:

•41.01.0013.0391.0041.2656.339039990000.01000000 – Recurso Próprio

CLÁUSULA NONA – DEVERES DA CONTRATADA

9.1. Providenciar a imediata correção de todas as deficiências detectadas pela CONTRATANTE, quanto à execução do contrato;

9.2. Garantir o pagamento a todos os prestadores de serviço alocados, bem como despesas extraordinárias, quando for o caso;

9.3. Responsabilizar-se por quaisquer danos ou prejuízos, materiais ou pessoais, decorrentes de culpa ou dolo, causados por seus empregados ou prepostos, em decorrência da execução deste Contrato, assegurado o direito de defesa;

9.4. Responsabilizar-se por todo e qualquer acidente de trabalho, bem como sobre o respectivo seguro, de que venham a ser vítimas os seus empregados atuantes na execução do objeto do presente Contrato;

9.5. Responsabilizar-se pela execução de todos os serviços referentes ao Contrato, considerando as exigências operacionais, o atendimento à legislação atual e alterações publicadas durante a vigência do Contrato e a manutenção do padrão de atendimento adequado;

9.6. Prestar imediatamente quaisquer esclarecimentos solicitados pela CONTRATANTE, respeitados os casos de complexidade para os quais se fixarão prazos específicos;

9.7. Efetuar a remuneração dos seus profissionais, respeitada a legislação trabalhista;

9.8. Manter até o termo final deste contrato todas as obrigações com os órgãos públicos e fiscais, assim como encargos trabalhistas, previdenciários, securitários, tributários e comerciais, resultantes da execução do contrato, devidamente regularizados, segundo estabelecido no art. 71 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

9.10. Manter, durante toda a execução do contrato as obrigações assumidas relativas a todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Processo Licitatório nº 108/2015 – Termo de Inexigibilidade nº 010/2015-28983.

CLÁUSULA DÉCIMA – DEVERES DA CONTRATANTE:

10.1. Efetuar o pagamento devido à CONTRATADA, na data e forma estabelecida neste contrato.

10.2. Fiscalizar a entrega dos serviços objeto do contrato,

registrando as ocorrências, bem como atestar o recebimento dos mesmos em conformidade com as demais cláusulas.

10.3. Recusar o recebimento dos serviços em desacordo com as especificações da Cláusula Terceira do presente contrato, quanto à sua natureza, quantidade ou qualidade, bem como documentos fiscais em desacordo com os serviços adquiridos.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA RESCISÃO CONTRATUAL:

11.1. Constituem motivo para rescisão do contrato:

11.1.1. O não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações e prazos;

11.1.2. O cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações e prazos;

11.1.3. A subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação do contratado com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, não admitidas no edital e no contrato;

11.1.4. O desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;

11.1.5. O cometimento reiterado de faltas na sua execução;

11.1.6. A decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;

11.1.7. A dissolução da sociedade ou o falecimento do contratado;

11.1.8. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução do contrato;

11.1.9. Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o contratante e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato;

11.1.10. A suspensão de sua execução, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenizações pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas, assegurado ao contratado, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;

11.1.11. O atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pelo CONTRATANTE à CONTRATADA pelos produtos já entregues, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;

11.1.12. A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato.

11.1.13. Descumprimento do disposto no inciso V do art. 27 da Lei Federal nº 8.666/93, em observância do art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal de 1988, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

11.2. Decidido pela rescisão do contrato, será executado da seguinte forma:

11.2.1. Determinada por ato unilateral e escrito do CONTRATANTE nos casos enumerados nos itens 11.1.1. à 11.1.10, 11.1.12. e 11.1.13.

11.2.2. Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para o CONTRATANTE;

11.2.3. Judicial, nos termos da legislação;

11.3. A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

11.4. Quando a rescisão ocorrer com base nos incisos 11.1.9. a 11.1.12., desta cláusula, sem que haja culpa da CONTRATADA, será este ressarcido dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido.

11.5. Ocorrendo impedimento, paralisação ou sustação do contrato, o cronograma de entrega será prorrogado automaticamente por igual tempo.

11.6. Será assegurado, a parte que tiver dado motivo à rescisão, o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS SANÇÕES:

12.1. A CONTRATADA, sujeitar-se-á, no que couber, às sanções previstas no Capítulo IV da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações e às demais legislações aplicáveis.

12.2. Pela inexecução total ou parcial do contrato, a Contratante poderá, garantida prévia defesa, aplicar à Contratada as seguintes sanções:

12.2.1. Advertência;

12.2.2. Multa, nas seguintes condições:

12.2.2.1. Multa de mora de 0,4% (quatro décimos percentuais) do valor do contrato, por dia de atraso injustificado.

12.2.2.2. Multa de 0,5% (cinco décimos percentuais) do valor do contrato, por dia, pela execução de serviços por instalações e equipamentos inadequados à sua perfeita execução.

12.2.2.3. Multa de 5% (cinco por cento) do valor do contrato no caso de execução de serviços em desacordo com o projeto ou especificações do edital, sem autorização expressa da CONTRATANTE;

12.2.2.4. Multa de 5% (cinco por cento) do valor do contrato no caso de recusa do reparo do serviço mal executado apontado pela Fiscalização;

12.2.2.5. Multa de 10% (dez por cento) do valor do contrato no caso de abandono dos serviços sem justificativa e aviso prévio à CONTRATANTE;

12.2.2.6. Multa de 10% (dez por cento) do valor do contrato na hipótese de declaração em falso;

12.2.3. Suspensão de participar em licitações com o Município de Indaial, pelo prazo de 02 (dois) anos.

12.2.4. Declaração de inidoneidade, na forma da lei.

12.3. As multas serão descontadas dos pagamentos, ou ainda, quando for o caso, cobradas judicialmente.

12.4. As sanções previstas nos itens 12.2.1., 12.2.3. e 12.2.4. desta cláusula, poderão ser aplicadas juntamente com a do item 12.2.2., da mesma cláusula, facultada a defesa prévia do interessado no respectivo processo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

12.5. O valor máximo das multas não poderá exceder, cumulativamente, a 10% (dez por cento) do valor do Contrato.

12.6. Na hipótese do montante das multas aplicadas pela CONTRATANTE ultrapassar o valor previsto no item anterior, serão aplicadas as sanções previstas nos itens 12.2.3. e 12.2.4.

12.7. As sanções estabelecidas neste contrato não eximem a CONTRATADA das responsabilidades civil e criminal que seu ato ensejar.

12.8. Será assegurado, a parte que tiver dado motivo às sanções, o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – FISCALIZAÇÃO:

13.1. O exercício de fiscalização pelo preposto da CONTRATANTE não excluirá nem reduzirá as responsabilidades da CONTRATADA.

13.2. À Fiscalização fica desde já assegurado o direito de:

13.2.2. Determinar o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados;

13.2.3. Rejeitar todo e qualquer bem entregue de má qualidade ou em desacordo com o especificado no edital e na proposta, exigindo sua substituição ou correção imediatas;

13.2.4. Impugnar todo e qualquer produto em desacordo com as especificações, normas regulamentares, legais e contratuais;

13.3. A CONTRATANTE sem prejuízo de suas atribuições de acompanhamento, poderá contratar, profissionais consultores ou empresas especializadas, os serviços relativos ao controle qualitativo e quantitativo dos materiais objeto do edital.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DISPOSIÇÕES GERAIS:

14.1. Todos os prazos previstos no presente contrato são contados como dias corridos, salvo disposição em contrário, e terá seu critério de contagem em consonância com o art. 110 da Lei Federal nº 8.666/93.

14.2. Não serão aceitos, em hipótese alguma, acordos verbais entre as partes com a finalidade de alteração ou substituição do presente termo de contrato.

14.3. A CONTRATANTE se reserva no direito de fornecer qualquer tipo de material, equipamento ou executar em parte ou no todo qualquer serviço inerente à obra.

14.4. A inadimplência da CONTRATADA, com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato ou restringir a regularização e o uso das obras e edificações, inclusive perante o Registro de Imóveis.

14.5. É terminante proibida a subcontratação de qualquer etapa e/ou parcela dos serviços objeto deste edital.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – FORO:

15.1. O foro competente para dirimir possíveis dúvidas, após se esgotarem todas as tentativas de composição amigável, e/ou litígios pertinentes ao objeto da presente licitação, independente de outro que por mais privilegiado seja, será o da Comarca de Indaial

– Estado de Santa Catarina.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – LEGISLAÇÃO APLICÁVEL:

16.1. Aplica-se ao presente contrato, nas partes omissas, a seguinte legislação:

- a) - Constituição da República Federativa do Brasil de 1988;
- b) - Constituição do Estado de Santa Catarina de 1989;
- c) - Lei Orgânica do Município de Indaial;
- d) - Lei Federal nº 8.666/93. Lei das Licitações e Contratos Administrativos;
- e) - Lei Federal nº 4.320/64. Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal;
- f) - Lei Federal nº 8.078/90. Código de Defesa do Consumidor;
- g) - Lei Federal nº 10.406/02. Código Civil Brasileiro;
- h) - Decreto-Lei nº 3.689/41. Código de Processo Penal;
- i) - Lei Federal nº 7.210/84. Lei de Execução Penal;
- j) - Lei Federal nº 12.846/13. Lei Anticorrupção; e,
- k) - Lei Complementar Federal nº 101/2000. Lei de Responsabilidade Fiscal.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – AS PARTES:

17.1. Por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo assinadas, para que produzam seus jurídicos e legais efeitos.

Indaial/SC, 03 de junho de 2015.

FUNDAÇÃO INDAIALENSE DE CULTURA PREFEITO VICTOR PETTERS Siegried Wanser Ribeiro Contratante	JESSE DA CRUZ 37845257842 Jesse da Cruz Contratada
PROCURADORA GERAL DO MUNICÍPIO Silmara Fruet OAB/SC nº 13.215	

Testemunhas:

Nome Legível: _____

CPF: _____

Nome Legível: _____

CPF: _____

CONTRATO Nº 128/2015

CONTRATO Nº 128/2015

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A FUNDAÇÃO INDAIALENSE DE CULTURA PREFEITO VICTOR PETTERS E BÁRBARA BÍSCARO, NA FORMA ABAIXO:

Pelo presente instrumento a FUNDAÇÃO INDAIALENSE DE CULTURA PREFEITO VICTOR PETTERS, inscrita no CNPJ sob nº 79.373.940/0001-86, com sede na Rua Dr. Blumenau, nº 05, bairro Centro, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, neste ato representado pela Sra. Siegrid Wanser Ribeiro, Diretora Executiva, brasileira, casada, inscrita no CPF sob nº 291.136.959-91 e Cédula de Identidade nº 3/R 223.734, residente e domiciliada à Rua Rio de Janeiro, nº 777, Bairro dos Estados, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE, e, BÁRBARA BÍSCARO, pessoa física, brasileira, solteira, palestrante, inscrito no CPF sob nº 045.262.459-25 e Cédula de Identidade nº 3829306-SSP/SC, residente à Rua Elza Maria Ferreira, nº 64, apto 302, Bairro Trindade, na cidade de Florianópolis – Estado de Santa Catarina, doravante denominado

simplesmente de CONTRATADA, tem entre si justo e acordado, na melhor forma do direito, fundamentado na Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, e suas alterações, a celebração do presente contrato mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – FUNDAMENTO LEGAL:

1.1. O presente contrato se vincula aos termos da proposta que a CONTRATADA apresentou no Processo Licitatório nº 109/2015 – Termo de Inexigibilidade 011/2015-28983, os termos do edital mencionado retro e a legislação aplicável.

CLÁUSULA SEGUNDA – REGIME DE EXECUÇÃO:

2.1. O presente contrato tem o regime de execução indireta, empreitada por preços unitários, de acordo com o art. 6º da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO OBJETO:

3.1. Constitui-se como objeto do presente contrato, a contratação da profissional Bárbara Biscaro, para a realização da oficina de expressão vocal para o grupo de teatro da FIC, possibilitando o aprimoramento da técnica e prática teatral. Oficina com carga horária de 08 (oito) horas/aula.

3.3.1. Os serviços serão realizados no mês de junho na sede da Fundação Indaialense de Cultura Prefeito Victor Petters, situada à Rua Dr. Blumenau, 05 – Bairro Centro – CEP: 89130-000, no município de Indaial – Estado de Santa Catarina.

CLÁUSULA QUARTA – VALOR DO CONTRATO:

4.1. O valor unitário/hora contratado é de R\$187,50 (cento e oitenta e sete reais e cinquenta centavos), perfazendo o valor total de R\$1.500,00 (um mil e quinhentos reais).

4.2. As despesas decorrentes desta licitação serão pagas em 30 (trinta) dias direto, cotando a partir da finalização de todas as apresentações, bem como da apresentação da Nota Fiscal, devidamente atestada pela Unidade Requerente da FIC.

4.3. Quando inadimplente, e período compreendido entre as datas do adimplemento e a prevista para o pagamento não for superior a quinze dias, o pagamento será monetariamente atualizado, a partir do dia de seu vencimento e até o de sua liquidação, segundo os mesmos critérios adotados para a atualização de obrigações tributárias do município de Indaial, vigente na data de seu pagamento.

4.4. Em caso de irregularidades na emissão do documento fiscal, o prazo de pagamento será contado a partir da regularização do mesmo.

4.5. Nos preços unitários estão incluídos todos os custos diretos e indiretos necessários à perfeita execução dos serviços, inclusive as despesas com materiais e/ou equipamentos, mão-de-obra especializada ou não, fretes, seguros em geral, equipamentos auxiliares, ferramentas, encargos da legislação social trabalhista e previdenciária, da infortunistica do trabalho e responsabilidade civil por quaisquer danos causados a terceiros ou dispêndios resultantes de impostos, taxas regulamentos e posturas municipais, estaduais e federais, enfim, tudo o que é necessário para a execução total e completa dos serviços, bem como lucro, conforme projetos e especificações constantes do Edital, parte integrante deste contrato.

CLÁUSULA QUINTA – DO PAGAMENTO:

5.1. Para recebimento dos pagamentos a contratada terá que apresentar junto com a nota fiscal, cópia da guia de pagamento do FGTS relativa aos funcionários que atuaram na execução do objeto do contrato.

5.2. Dos pagamentos realizados, serão retidos na fonte o INSS, o IR (Imposto de Renda), e o ISSQN (Imposto sobre Serviço de Qualquer Natureza).

5.3. Nenhum pagamento será efetuado à contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preço ou correção monetária.

CLÁUSULA SEXTA – REAJUSTAMENTO E REPACTUAÇÃO DE PREÇOS:

6.1. A CONTRATANTE e a CONTRATADA têm direito ao equilíbrio econômico financeiro do contrato, em consonância com disposto no artigo 37, inciso XXI, da Constituição Federal, a ser realizado mediante os seguintes critérios:

6.1.1. Reajuste de Preços:

6.1.1.1. Os preços constantes no presente contrato são irreeajustáveis, exceto pelo reequilíbrio do quantitativo inicialmente acordado, conforme dispõe o art. 65, § 1º e art. 58, I, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

6.1.2. Repactuação de preços:

6.1.2.1. A Repactuação de Preços, observadas as prescrições da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, poderá ser solicitada, desde que ocorra fato imprevisível ou previsível, porém de consequências incalculáveis que onere ou desonere excessivamente as obrigações pactuadas no presente contrato.

6.1.3. As alterações decorrentes de repactuações e de reajustes de preços serão formalizadas por meio de Instrumentos Contratuais Aditivos.

CLÁUSULA SÉTIMA – PRAZO E LOCAL:

7.1. O prazo do presente contrato é de 03 de junho de 2015 até 03 de julho de 2015.

7.2. O termo final do presente contrato não extingue as obrigações futuras decorrentes de garantia, direitos trabalhistas e previdenciários a ele relacionados.

7.3. O presente Contrato poderá ser cancelado pela CONTRATANTE depois de 90 (noventa) dias de sua vigência, considerado período probatório, mediante comunicação prévia com antecedência de 30 (trinta) dias, sem que este ato possa gerar quaisquer direitos indenizatórios à CONTRATADA.

7.6. Ocorrendo impedimento, paralisação ou sustação do contrato, o cronograma de entrega será prorrogado automaticamente por igual tempo ao que ficou paralisado.

CLÁUSULA OITAVA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:

8.1. Os recursos orçamentários necessários para suprir as despesas deste contrato, serão provenientes da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s) do exercício de 2015:

•41.01.0013.0391.0041.2656.339036990000.01000000 – Recurso Próprio

CLÁUSULA NONA – DEVERES DA CONTRATADA

9.1. Providenciar a imediata correção de todas as deficiências detectadas pela CONTRATANTE, quanto à execução do contrato;

9.2. Garantir o pagamento a todos os prestadores de serviço

alocados, bem como despesas extraordinárias, quando for o caso;

9.3. Responsabilizar-se por quaisquer danos ou prejuízos, materiais ou pessoais, decorrentes de culpa ou dolo, causados por seus empregados ou prepostos, em decorrência da execução deste Contrato, assegurado o direito de defesa;

9.4. Responsabilizar-se por todo e qualquer acidente de trabalho, bem como sobre o respectivo seguro, de que venham a ser vítimas os seus empregados atuantes na execução do objeto do presente Contrato;

9.5. Responsabilizar-se pela execução de todos os serviços referentes ao Contrato, considerando as exigências operacionais, o atendimento à legislação atual e alterações publicadas durante a vigência do Contrato e a manutenção do padrão de atendimento adequado;

9.6. Prestar imediatamente quaisquer esclarecimentos solicitados pela CONTRATANTE, respeitados os casos de complexidade para os quais se fixarão prazos específicos;

9.7. Efetuar a remuneração dos seus profissionais, respeitada a legislação trabalhista;

9.8. Manter até o termo final deste contrato todas as obrigações com os órgãos públicos e fiscais, assim como encargos trabalhistas, previdenciários, securitários, tributários e comerciais, resultantes da execução do contrato, devidamente regularizados, segundo estabelecido no art. 71 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

9.10. Manter, durante toda a execução do contrato as obrigações assumidas relativas a todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Processo Licitatório nº 109/2015 – Termo de Inexigibilidade nº 011/2015-28983.

CLÁUSULA DÉCIMA – DEVERES DA CONTRATANTE:

10.1. Efetuar o pagamento devido à CONTRATADA, na data e forma estabelecida neste contrato.

10.2. Fiscalizar a entrega dos serviços objeto do contrato, registrando as ocorrências, bem como atestar o recebimento dos mesmos em conformidade com as demais cláusulas.

10.3. Recusar o recebimento dos serviços em desacordo com as especificações da Cláusula Terceira do presente contrato, quanto à sua natureza, quantidade ou qualidade, bem como documentos fiscais em desacordo com os serviços adquiridos.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA RESCISÃO CONTRATUAL:

11.1. Constituem motivo para rescisão do contrato:

11.1.1. O não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações e prazos;

11.1.2. O cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações e prazos;

11.1.3. A subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação do contratado com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, não admitidas no edital e no contrato;

11.1.4. O desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;

11.1.5. O cometimento reiterado de faltas na sua execução;

11.1.6. A decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;

11.1.7. A dissolução da sociedade ou o falecimento do contratado;

11.1.8. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução do contrato;

11.1.9. Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o contratante e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato;

11.1.10. A suspensão de sua execução, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenizações pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas, assegurado ao contratado, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;

11.1.11. O atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pelo CONTRATANTE à CONTRATADA pelos produtos já entregues, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;

11.1.12. A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato.

11.1.13. Descumprimento do disposto no inciso V do art. 27 da Lei Federal nº 8.666/93, em observância do art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal de 1988, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

11.2. Decidido pela rescisão do contrato, será executado da seguinte forma:

11.2.1. Determinada por ato unilateral e escrito do CONTRATANTE nos casos enumerados nos itens 11.1.1. à 11.1.10, 11.1.12. e 11.1.13.

11.2.2. Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para o CONTRATANTE;

11.2.3. Judicial, nos termos da legislação;

11.3. A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

11.4. Quando a rescisão ocorrer com base nos incisos 11.1.9. a 11.1.12., desta cláusula, sem que haja culpa da CONTRATADA, será este ressarcido dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido.

11.5. Ocorrendo impedimento, paralisação ou sustação do contrato, o cronograma de entrega será prorrogado automaticamente por igual tempo.

11.6. Será assegurado, a parte que tiver dado motivo à rescisão, o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS SANÇÕES:

12.1. A CONTRATADA, sujeitar-se-á, no que couber, às sanções previstas no Capítulo IV da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações e

às demais legislações aplicáveis.

12.2. Pela inexecução total ou parcial do contrato, a Contratante poderá, garantida prévia defesa, aplicar à Contratada as seguintes sanções:

12.2.1. Advertência;

12.2.2. Multa, nas seguintes condições:

12.2.2.1. Multa de mora de 0,4% (quatro décimos percentuais) do valor do contrato, por dia de atraso injustificado.

12.2.2.2. Multa de 0,5% (cinco décimos percentuais) do valor do contrato, por dia, pela execução de serviços por instalações e equipamentos inadequados à sua perfeita execução.

12.2.2.3. Multa de 5% (cinco por cento) do valor do contrato no caso de execução de serviços em desacordo com o projeto ou especificações do edital, sem autorização expressa da CONTRATANTE;

12.2.2.4. Multa de 5% (cinco por cento) do valor do contrato no caso de recusa do reparo do serviço mal executado apontado pela Fiscalização;

12.2.2.5. Multa de 10% (dez por cento) do valor do contrato no caso de abandono dos serviços sem justificativa e aviso prévio à CONTRATANTE;

12.2.2.6. Multa de 10% (dez por cento) do valor do contrato na hipótese de declaração em falso;

12.2.3. Suspensão de participar em licitações com o Município de Indaial, pelo prazo de 02 (dois) anos.

12.2.4. Declaração de inidoneidade, na forma da lei.

12.3. As multas serão descontadas dos pagamentos, ou ainda, quando for o caso, cobradas judicialmente.

12.4. As sanções previstas nos itens 12.2.1., 12.2.3. e 12.2.4. desta cláusula, poderão ser aplicadas juntamente com a do item 12.2.2., da mesma cláusula, facultada a defesa prévia do interessado no respectivo processo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

12.5. O valor máximo das multas não poderá exceder, cumulativamente, a 10% (dez por cento) do valor do Contrato.

12.6. Na hipótese do montante das multas aplicadas pela CONTRATANTE ultrapassar o valor previsto no item anterior, serão aplicadas as sanções previstas nos itens 12.2.3. e 12.2.4.

12.7. As sanções estabelecidas neste contrato não eximem a CONTRATADA das responsabilidades civil e criminal que seu ato ensejar.

12.8. Será assegurado, a parte que tiver dado motivo às sanções, o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – FISCALIZAÇÃO:

13.1. O exercício de fiscalização pelo preposto da CONTRATANTE não excluirá nem reduzirá as responsabilidades da CONTRATADA.

13.2. À Fiscalização fica desde já assegurado o direito de:

13.2.2. Determinar o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados;

13.2.3. Rejeitar todo e qualquer bem entregue de má qualidade ou em desacordo com o especificado no edital e na proposta, exigindo sua substituição ou correção imediatas;

13.2.4. Impugnar todo e qualquer produto em desacordo com as especificações, normas regulamentares, legais e contratuais;

13.3. A CONTRATANTE sem prejuízo de suas atribuições de acompanhamento, poderá contratar, profissionais consultores ou empresas especializadas, os serviços relativos ao controle qualitativo e quantitativo dos materiais objeto do edital.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DISPOSIÇÕES GERAIS:

14.1. Todos os prazos previstos no presente contrato são contados como dias corridos, salvo disposição em contrário, e terá seu critério de contagem em consonância com o art. 110 da Lei Federal nº 8.666/93.

14.2. Não serão aceitos, em hipótese alguma, acordos verbais entre as partes com a finalidade de alteração ou substituição do presente termo de contrato.

14.3. A CONTRATANTE se reserva no direito de fornecer qualquer tipo de material, equipamento ou executar em parte ou no todo qualquer serviço inerente à obra.

14.4. A inadimplência da CONTRATADA, com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato ou restringir a regularização e o uso das obras e edificações, inclusive perante o Registro de Imóveis.

14.5. É terminante proibida a subcontratação de qualquer etapa e/ou parcela dos serviços objeto deste edital.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – FORO:

15.1. O foro competente para dirimir possíveis dúvidas, após se esgotarem todas as tentativas de composição amigável, e/ou litígios pertinentes ao objeto da presente licitação, independente de outro que por mais privilegiado seja, será o da Comarca de Indaial – Estado de Santa Catarina.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – LEGISLAÇÃO APLICÁVEL:

16.1. Aplica-se ao presente contrato, nas partes omissas, a seguinte legislação:

- a) - Constituição da República Federativa do Brasil de 1988;
- b) - Constituição do Estado de Santa Catarina de 1989;
- c) - Lei Orgânica do Município de Indaial;
- d) - Lei Federal nº 8.666/93. Lei das Licitações e Contratos Administrativos;
- e) - Lei Federal nº 4.320/64. Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal;
- f) - Lei Federal nº 8.078/90. Código de Defesa do Consumidor;
- g) - Lei Federal nº 10.406/02. Código Civil Brasileiro;
- h) - Decreto-Lei nº 3.689/41. Código de Processo Penal;
- i) - Lei Federal nº 7.210/84. Lei de Execução Penal;
- j) - Lei Federal nº 12.846/13. Lei Anticorrupção; e,
- k) - Lei Complementar Federal nº 101/2000. Lei de Responsabilidade Fiscal.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – AS PARTES:

17.1. Por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para

único efeito, com as testemunhas abaixo assinadas, para que produzam seus jurídicos e legais efeitos.

Indaial/SC, 03 de junho de 2015.

FUNDAÇÃO INDAIALENSE DE CULTURA PREFEITO VICTOR PETTERS Siegrid Wanser Ribeiro Contratante	BÁRBARA BÍSCARO Contratada
PROCURADORA GERAL DO MUNICÍPIO Silmara Fruet OAB/SC nº 13.215	

Testemunhas:

Nome Legível: _____
CPF: _____

Nome Legível: _____
CPF: _____

CONTRATO Nº 129/2015

CONTRATO Nº 129/2015

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A FUNDAÇÃO INDAIALENSE DE CULTURA PREFEITO VICTOR PETTERS E PAULA TESSAROLO, NA FORMA ABAIXO:

Pelo presente instrumento a FUNDAÇÃO INDAIALENSE DE CULTURA PREFEITO VICTOR PETTERS, inscrita no CNPJ sob nº 79.373.940/0001-86, com sede na Rua Dr. Blumenau, nº 05, bairro Centro, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, neste ato representado pela Sra. Siegrid Wanser Ribeiro, Diretora Executiva, brasileira, casada, inscrita no CPF sob nº 291.136.959-91 e Cédula de Identidade nº 3/R 223.734, residente e domiciliada à Rua Rio de Janeiro, nº 777, Bairro dos Estados, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE, e, PAULA TESSAROLO, pessoa física, brasileira, solteira, cantora, inscrita no CPF sob nº 009.335.929-22 e Cédula de Identidade nº 47297794-SSP/SC, residente à Rua Ribeirão das Pedras, nº 64, Bairro Ribeirão das Pedras, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente de CONTRATADA, tem entre si justo e acordado, na melhor forma do direito, fundamentado na Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, e suas alterações, a celebração do presente contrato mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – FUNDAMENTO LEGAL:

1.1. O presente contrato se vincula aos termos da proposta que a CONTRATADA apresentou no Processo Licitatório nº 110/2015 – Termo de Inexigibilidade 012/2015-28983, os termos do edital mencionado retro e a legislação aplicável.

CLÁUSULA SEGUNDA – REGIME DE EXECUÇÃO:

2.1. O presente contrato tem o regime de execução indireta, empreitada por preços unitários, de acordo com o art. 6º da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO OBJETO:

3.1. Constitui-se como objeto do presente Termo, a contratação da profissional Paula Tessarolo, para a realização de oficinas de Técnica Vocal (preparação vocal). As oficinas terão o objetivo de elevar o nível técnico e artístico dos integrantes do Coral da FIC. Serão ministradas 08 (oito) oficinas com carga horária de 01 (uma) hora aula.

3.3.1. Os serviços serão realizados na sede da Fundação Indaialense de Cultura Prefeito Victor Petters, situada à Rua Dr. Blumenau, 05 – Bairro Centro – CEP: 89130-000, no município de Indaial – Estado de Santa Catarina.

CLÁUSULA QUARTA – VALOR DO CONTRATO:

4.1. O valor unitário contratado é de R\$240,00 (duzentos e quarenta reais), perfazendo o valor total de R\$1.920,00 (um mil novecentos e vinte reais).

4.2. As despesas decorrentes desta licitação serão pagas em 30 (trinta) dias direto, cotando a partir da finalização de todas as apresentações, bem como da apresentação da Nota Fiscal, devidamente atestada pela Unidade Requerente da FIC.

4.3. Quando inadimplente, e período compreendido entre as datas do adimplemento e a prevista para o pagamento não for superior a quinze dias, o pagamento será monetariamente atualizado, a partir do dia de seu vencimento e até o de sua liquidação, segundo os mesmos critérios adotados para a atualização de obrigações tributárias do município de Indaial, vigente na data de seu pagamento.

4.4. Em caso de irregularidades na emissão do documento fiscal, o prazo de pagamento será contado a partir da regularização do mesmo.

4.5. Nos preços unitários estão incluídos todos os custos diretos e indiretos necessários à perfeita execução dos serviços, inclusive as despesas com materiais e/ou equipamentos, mão-de-obra especializada ou não, fretes, seguros em geral, equipamentos auxiliares, ferramentas, encargos da legislação social trabalhista e previdenciária, da infortunística do trabalho e responsabilidade civil por quaisquer danos causados a terceiros ou dispêndios resultantes de impostos, taxas regulamentos e posturas municipais, estaduais e federais, enfim, tudo o que é necessário para a execução total e completa dos serviços, bem como lucro, conforme projetos e especificações constantes do Edital, parte integrante deste contrato.

CLÁUSULA QUINTA – DO PAGAMENTO:

5.1. Para recebimento dos pagamentos a contratada terá que apresentar junto com a nota fiscal, cópia da guia de pagamento do FGTS relativa aos funcionários que atuaram na execução do objeto do contrato.

5.2. Dos pagamentos realizados, serão retidos na fonte o INSS, o IR (Imposto de Renda), e o ISSQN (Imposto sobre Serviço de Qualquer Natureza).

5.3. Nenhum pagamento será efetuado à contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preço ou correção monetária.

CLÁUSULA SEXTA – REAJUSTAMENTO E REPACTUAÇÃO DE PREÇOS:

6.1. A CONTRATANTE e a CONTRATADA têm direito ao equilíbrio econômico financeiro do contrato, em consonância com disposto no artigo 37, inciso XXI, da Constituição Federal, a ser realizado mediante os seguintes critérios:

6.1.1. Reajuste de Preços:

6.1.1.1. Os preços constantes no presente contrato são irreajustáveis, exceto pelo reequilíbrio do quantitativo inicialmente acordado, conforme dispõe o art. 65, § 1º e art. 58, I, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

6.1.2. Repactuação de preços:

6.1.2.1. A Repactuação de Preços, observadas as prescrições da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, poderá ser solicitada, desde que ocorra fato imprevisível ou previsível, porém de consequências incalculáveis que onere ou desonere excessivamente as obrigações pactuadas no presente contrato.

6.1.3. As alterações decorrentes de repactuações e de reajustes de preços serão formalizadas por meio de Instrumentos Contratuais Aditivos.

CLÁUSULA SÉTIMA – PRAZO E LOCAL:

7.1. O prazo do presente contrato é de 03 de junho de 2015 até 30 de outubro de 2015.

7.2. O termo final do presente contrato não extingue as obrigações futuras decorrentes de garantia, direitos trabalhistas e previdenciários a ele relacionados.

7.3. O presente Contrato poderá ser cancelado pela CONTRATANTE depois de 90 (noventa) dias de sua vigência, considerado período probatório, mediante comunicação prévia com antecedência de 30 (trinta) dias, sem que este ato possa gerar quaisquer direitos indenizatórios à CONTRATADA.

7.6. Ocorrendo impedimento, paralisação ou sustação do contrato, o cronograma de entrega será prorrogado automaticamente por igual tempo ao que ficou paralisado.

CLÁUSULA OITAVA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:

8.1. Os recursos orçamentários necessários para suprir as despesas deste contrato, serão provenientes da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s) do exercício de 2015:

•41.01.0013.0391.0041.2656.339036990000.01000000 – Recurso Próprio

CLÁUSULA NONA – DEVERES DA CONTRATADA

9.1. Providenciar a imediata correção de todas as deficiências detectadas pela CONTRATANTE, quanto à execução do contrato;

9.2. Garantir o pagamento a todos os prestadores de serviço alocados, bem como despesas extraordinárias, quando for o caso;

9.3. Responsabilizar-se por quaisquer danos ou prejuízos, materiais ou pessoais, decorrentes de culpa ou dolo, causados por seus empregados ou prepostos, em decorrência da execução deste Contrato, assegurado o direito de defesa;

9.4. Responsabilizar-se por todo e qualquer acidente de trabalho, bem como sobre o respectivo seguro, de que venham a ser vítimas os seus empregados atuantes na execução do objeto do presente Contrato;

9.5. Responsabilizar-se pela execução de todos os serviços referentes ao Contrato, considerando as exigências operacionais, o atendimento à legislação atual e alterações publicadas durante a vigência do Contrato e a manutenção do padrão de atendimento adequado;

9.6. Prestar imediatamente quaisquer esclarecimentos solicitados pela CONTRATANTE, respeitados os casos de complexidade para os quais se fixarão prazos específicos;

9.7. Efetuar a remuneração dos seus profissionais, respeitada a legislação trabalhista;

9.8. Manter até o termo final deste contrato todas as obrigações com os órgãos públicos e fiscais, assim como encargos trabalhistas,

previdenciários, securitários, tributários e comerciais, resultantes da execução do contrato, devidamente regularizados, segundo estabelecido no art. 71 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

9.10. Manter, durante toda a execução do contrato as obrigações assumidas relativas a todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Processo Licitatório nº 110/2015 – Termo de Inexigibilidade nº 012/2015-28983.

CLÁUSULA DÉCIMA – DEVERES DA CONTRATANTE:

10.1. Efetuar o pagamento devido à CONTRATADA, na data e forma estabelecida neste contrato.

10.2. Fiscalizar a entrega dos serviços objeto do contrato, registrando as ocorrências, bem como atestar o recebimento dos mesmos em conformidade com as demais cláusulas.

10.3. Recusar o recebimento dos serviços em desacordo com as especificações da Cláusula Terceira do presente contrato, quanto à sua natureza, quantidade ou qualidade, bem como documentos fiscais em desacordo com os serviços adquiridos.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA RESCISÃO CONTRATUAL:

11.1. Constituem motivo para rescisão do contrato:

11.1.1. O não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações e prazos;

11.1.2. O cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações e prazos;

11.1.3. A subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação do contratado com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, não admitidas no edital e no contrato;

11.1.4. O desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;

11.1.5. O cometimento reiterado de faltas na sua execução;

11.1.6. A decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;

11.1.7. A dissolução da sociedade ou o falecimento do contratado;

11.1.8. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução do contrato;

11.1.9. Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o contratante e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato;

11.1.10. A suspensão de sua execução, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenizações pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas, assegurado ao contratado, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;

11.1.11. O atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos

devidos pelo CONTRATANTE à CONTRATADA pelos produtos já entregues, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;

11.1.12. A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato.

11.1.13. Descumprimento do disposto no inciso V do art. 27 da Lei Federal nº 8.666/93, em observância do art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal de 1988, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

11.2. Decidido pela rescisão do contrato, será executado da seguinte forma:

11.2.1. Determinada por ato unilateral e escrito do CONTRATANTE nos casos enumerados nos itens 11.1.1. à 11.1.10, 11.1.12. e 11.1.13.

11.2.2. Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para o CONTRATANTE;

11.2.3. Judicial, nos termos da legislação;

11.3. A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

11.4. Quando a rescisão ocorrer com base nos incisos 11.1.9. a 11.1.12., desta cláusula, sem que haja culpa da CONTRATADA, será este ressarcido dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido.

11.5. Ocorrendo impedimento, paralisação ou sustação do contrato, o cronograma de entrega será prorrogado automaticamente por igual tempo.

11.6. Será assegurado, a parte que tiver dado motivo à rescisão, o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS SANÇÕES:

12.1. A CONTRATADA, sujeitar-se-á, no que couber, às sanções previstas no Capítulo IV da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações e às demais legislações aplicáveis.

12.2. Pela inexecução total ou parcial do contrato, a Contratante poderá, garantida prévia defesa, aplicar à Contratada as seguintes sanções:

12.2.1. Advertência;

12.2.2. Multa, nas seguintes condições:

12.2.2.1. Multa de mora de 0,4% (quatro décimos percentuais) do valor do contrato, por dia de atraso injustificado.

12.2.2.2. Multa de 0,5% (cinco décimos percentuais) do valor do contrato, por dia, pela execução de serviços por instalações e equipamentos inadequados à sua perfeita execução.

12.2.2.3. Multa de 5% (cinco por cento) do valor do contrato no caso de execução de serviços em desacordo com o projeto ou especificações do edital, sem autorização expressa da CONTRATANTE;

12.2.2.4. Multa de 5% (cinco por cento) do valor do contrato no caso de recusa do reparo do serviço mal executado apontado pela Fiscalização;

12.2.2.5. Multa de 10% (dez por cento) do valor do contrato no caso de abandono dos serviços sem justificativa e aviso prévio à CONTRATANTE;

12.2.2.6. Multa de 10% (dez por cento) do valor do contrato na hipótese de declaração em falso;

12.2.3. Suspensão de participar em licitações com o Município de Indaial, pelo prazo de 02 (dois) anos.

12.2.4. Declaração de inidoneidade, na forma da lei.

12.3. As multas serão descontadas dos pagamentos, ou ainda, quando for o caso, cobradas judicialmente.

12.4. As sanções previstas nos itens 12.2.1., 12.2.3. e 12.2.4. desta cláusula, poderão ser aplicadas juntamente com a do item 12.2.2., da mesma cláusula, facultada a defesa prévia do interessado no respectivo processo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

12.5. O valor máximo das multas não poderá exceder, cumulativamente, a 10% (dez por cento) do valor do Contrato.

12.6. Na hipótese do montante das multas aplicadas pela CONTRATANTE ultrapassar o valor previsto no item anterior, serão aplicadas as sanções previstas nos itens 12.2.3. e 12.2.4.

12.7. As sanções estabelecidas neste contrato não eximem a CONTRATADA das responsabilidades civil e criminal que seu ato ensejar.

12.8. Será assegurado, a parte que tiver dado motivo às sanções, o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – FISCALIZAÇÃO:

13.1. O exercício de fiscalização pelo preposto da CONTRATANTE não excluirá nem reduzirá as responsabilidades da CONTRATADA.

13.2. À Fiscalização fica desde já assegurado o direito de:

13.2.2. Determinar o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados;

13.2.3. Rejeitar todo e qualquer bem entregue de má qualidade ou em desacordo com o especificado no edital e na proposta, exigindo sua substituição ou correção imediatas;

13.2.4. Impugnar todo e qualquer produto em desacordo com as especificações, normas regulamentares, legais e contratuais;

13.3. A CONTRATANTE sem prejuízo de suas atribuições de acompanhamento, poderá contratar, profissionais consultores ou empresas especializadas, os serviços relativos ao controle qualitativo e quantitativo dos materiais objeto do edital.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DISPOSIÇÕES GERAIS:

14.1. Todos os prazos previstos no presente contrato são contados como dias corridos, salvo disposição em contrário, e terá seu critério de contagem em consonância com o art. 110 da Lei Federal nº 8.666/93.

14.2. Não serão aceitos, em hipótese alguma, acordos verbais entre as partes com a finalidade de alteração ou substituição do presente termo de contrato.

14.3. A CONTRATANTE se reserva no direito de fornecer qualquer tipo de material, equipamento ou executar em parte ou no todo qualquer serviço inerente à obra.

14.4. A inadimplência da CONTRATADA, com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato ou restringir a regularização e o uso das obras e edificações, inclusive perante o Registro de Imóveis.

14.5. É terminante proibida a subcontratação de qualquer etapa e/ou parcela dos serviços objeto deste edital.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – FORO:

15.1. O foro competente para dirimir possíveis dúvidas, após se esgotarem todas as tentativas de composição amigável, e/ou litígios pertinentes ao objeto da presente licitação, independente de outro que por mais privilegiado seja, será o da Comarca de Indaial – Estado de Santa Catarina.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – LEGISLAÇÃO APLICÁVEL:

16.1. Aplica-se ao presente contrato, nas partes omissas, a seguinte legislação:

- a) - Constituição da República Federativa do Brasil de 1988;
- b) - Constituição do Estado de Santa Catarina de 1989;
- c) - Lei Orgânica do Município de Indaial;
- d) - Lei Federal nº 8.666/93. Lei das Licitações e Contratos Administrativos;
- e) - Lei Federal nº 4.320/64. Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal;
- f) - Lei Federal nº 8.078/90. Código de Defesa do Consumidor;
- g) - Lei Federal nº 10.406/02. Código Civil Brasileiro;
- h) - Decreto-Lei nº 3.689/41. Código de Processo Penal;
- i) - Lei Federal nº 7.210/84. Lei de Execução Penal;
- j) - Lei Federal nº 12.846/13. Lei Anticorrupção; e,
- k) - Lei Complementar Federal nº 101/2000. Lei de Responsabilidade Fiscal.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – AS PARTES:

17.1. Por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo assinadas, para que produzam seus jurídicos e legais efeitos.

Indaial/SC, 03 de junho de 2015.

FUNDAÇÃO INDAIALENSE DE CULTURA PREFEITO VICTOR PETTERS Siegried Wanser Ribeiro Contratante	PAULA TESSAROLO Contratada
PROCURADORA GERAL DO MUNICÍPIO Silmara Fruet OAB/SC nº 13.215	

Testemunhas:

Nome Legível: _____
CPF.: _____

Nome Legível: _____
CPF.: _____

CONTRATO Nº 130/2015

CONTRATO Nº 130/2015

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A FUNDAÇÃO INDAIALENSE DE CULTURA PREFEITO VICTOR PETTERS E PEDRO MAURÍCIO DIAS 38253976968, NA FORMA ABAIXO:

Pelo presente instrumento a FUNDAÇÃO INDAIALENSE DE CULTURA PREFEITO VICTOR PETTERS, inscrita no CNPJ sob nº 79.373.940/0001-86, com sede na Rua Dr. Blumenau, nº 05, bairro Centro, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, neste ato representado pela Sra. Siegrid Wanser Ribeiro, Diretora Executiva, brasileira, casada, inscrita no CPF sob nº 291.136.959-91 e Cédula de Identidade nº 3/R 223.734, residente e domiciliada à Rua Rio de Janeiro, nº 777, Bairro dos Estados, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE, e, PEDRO MAURÍCIO DIAS 38253976968, pessoa jurídica de direito privado por microempreendedor individual, inscrita no CNPJ sob nº 22.273.935/0001-84, estabelecida à Rua Paulo Kellner, nº 50, Bairro Garcia, na cidade de Blumenau – Estado de Santa Catarina, neste ato representada por seu representante legal Sr. Pedro Maurício Dias, brasileiro, artista e empresário, inscrito no CPF sob nº 382.539.769-68 e Cédula de Identidade nº 1480127-SSP/SC, residente à Rua Paulo Kellner, nº 50, Bairro Garcia, na cidade de Blumenau – Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente de CONTRATADA, tem entre si justo e acordado, na melhor forma do direito, fundamentado na Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, e suas alterações, a celebração do presente contrato mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – FUNDAMENTO LEGAL:

1.1. O presente contrato se vincula aos termos da proposta que a CONTRATADA apresentou no Processo Licitatório nº 111/2015 – Termo de Inexigibilidade 013/2015-28983, os termos do edital mencionado retro e a legislação aplicável.

CLÁUSULA SEGUNDA – REGIME DE EXECUÇÃO:

2.1. O presente contrato tem o regime de execução indireta, empreitada por preços unitários, de acordo com o art. 6º da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO OBJETO:

3.1. Constitui-se como objeto do presente Termo, a contratação de peça teatral intitulada “O Amigo da Onça”, do grupo de teatral “Teatro de Bonecos, pois é... então tá!”. Serão realizadas 02 (duas) apresentações, com duração aproximada de 50 (cinquenta) minutos.

3.3.1. Os serviços serão realizados na sede da Fundação Indaialense de Cultura Prefeito Victor Petters, situada à Rua Dr. Blumenau, 05 – Bairro Centro – CEP: 89130-000, no município de Indaial – Estado de Santa Catarina.

CLÁUSULA QUARTA – VALOR DO CONTRATO:

4.1. O valor unitário/apresentação contratado é de R\$500,00 (quinhentos reais), perfazendo o valor total de R\$1.000,00 (um mil reais).

4.2. As despesas decorrentes desta licitação serão pagas em 30 (trinta) dias direto, cotando a partir da finalização de todas as apresentações, bem como da apresentação da Nota Fiscal, devidamente atestada pela Unidade Requerente da FIC.

4.3. Quando inadimplente, e período compreendido entre as datas do adimplemento e a prevista para o pagamento não for superior a

quinze dias, o pagamento será monetariamente atualizado, a partir do dia de seu vencimento e até o de sua liquidação, segundo os mesmos critérios adotados para a atualização de obrigações tributárias do município de Indaial, vigente na data de seu pagamento.

4.4. Em caso de irregularidades na emissão do documento fiscal, o prazo de pagamento será contado a partir da regularização do mesmo.

4.5. Nos preços unitários estão incluídos todos os custos diretos e indiretos necessários à perfeita execução dos serviços, inclusive as despesas com materiais e/ou equipamentos, mão-de-obra especializada ou não, fretes, seguros em geral, equipamentos auxiliares, ferramentas, encargos da legislação social trabalhista e previdenciária, da infortunistica do trabalho e responsabilidade civil por quaisquer danos causados a terceiros ou dispêndios resultantes de impostos, taxas regulamentos e posturas municipais, estaduais e federais, enfim, tudo o que é necessário para a execução total e completa dos serviços, bem como lucro, conforme projetos e especificações constantes do Edital, parte integrante deste contrato.

CLÁUSULA QUINTA – DO PAGAMENTO:

5.1. Para recebimento dos pagamentos a contratada terá que apresentar junto com a nota fiscal, cópia da guia de pagamento do FGTS relativa aos funcionários que atuaram na execução do objeto do contrato.

5.2. Dos pagamentos realizados, serão retidos na fonte o INSS, o IR (Imposto de Renda), e o ISSQN (Imposto sobre Serviço de Qualquer Natureza).

5.3. Nenhum pagamento será efetuado à contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preço ou correção monetária.

CLÁUSULA SEXTA – REAJUSTAMENTO E REPACTUAÇÃO DE PREÇOS:

6.1. A CONTRATANTE e a CONTRATADA têm direito ao equilíbrio econômico financeiro do contrato, em consonância com disposto no artigo 37, inciso XXI, da Constituição Federal, a ser realizado mediante os seguintes critérios:

6.1.1. Reajuste de Preços:

6.1.1.1. Os preços constantes no presente contrato são irreajustáveis, exceto pelo reequilíbrio do quantitativo inicialmente acordado, conforme dispõe o art. 65, § 1º e art. 58, I, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

6.1.2. Repactuação de preços:

6.1.2.1. A Repactuação de Preços, observadas as prescrições da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, poderá ser solicitada, desde que ocorra fato imprevisível ou previsível, porém de consequências incalculáveis que onere ou desonere excessivamente as obrigações pactuadas no presente contrato.

6.1.3. As alterações decorrentes de repactuações e de reajustes de preços serão formalizadas por meio de Instrumentos Contratuais Aditivos.

CLÁUSULA SÉTIMA – PRAZO E LOCAL:

7.1. O prazo do presente contrato é de 08 de junho de 2015 até 08 de julho de 2015.

7.2. O termo final do presente contrato não extingue as obrigações futuras decorrentes de garantia, direitos trabalhistas e previdenciários a ele relacionados.

7.3. O presente Contrato poderá ser cancelado pela CONTRATANTE depois de 90 (noventa) dias de sua vigência, considerado período probatório, mediante comunicação prévia com antecedência de 30 (trinta) dias, sem que este ato possa gerar quaisquer direitos indenizatórios à CONTRATADA.

7.6. Ocorrendo impedimento, paralisação ou sustação do contrato, o cronograma de entrega será prorrogado automaticamente por igual tempo ao que ficou paralisado.

CLÁUSULA OITAVA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:

8.1. Os recursos orçamentários necessários para suprir as despesas deste contrato, serão provenientes da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s) do exercício de 2015:

- 41.01.0013.0391.0041.2653.339039990000.01000000 – Recurso Próprio

CLÁUSULA NONA – DEVERES DA CONTRATADA

9.1. Providenciar a imediata correção de todas as deficiências detectadas pela CONTRATANTE, quanto à execução do contrato;

9.2. Garantir o pagamento a todos os prestadores de serviço alocados, bem como despesas extraordinárias, quando for o caso;

9.3. Responsabilizar-se por quaisquer danos ou prejuízos, materiais ou pessoais, decorrentes de culpa ou dolo, causados por seus empregados ou prepostos, em decorrência da execução deste Contrato, assegurado o direito de defesa;

9.4. Responsabilizar-se por todo e qualquer acidente de trabalho, bem como sobre o respectivo seguro, de que venham a ser vítimas os seus empregados atuantes na execução do objeto do presente Contrato;

9.5. Responsabilizar-se pela execução de todos os serviços referentes ao Contrato, considerando as exigências operacionais, o atendimento à legislação atual e alterações publicadas durante a vigência do Contrato e a manutenção do padrão de atendimento adequado;

9.6. Prestar imediatamente quaisquer esclarecimentos solicitados pela CONTRATANTE, respeitados os casos de complexidade para os quais se fixarão prazos específicos;

9.7. Efetuar a remuneração dos seus profissionais, respeitada a legislação trabalhista;

9.8. Manter até o termo final deste contrato todas as obrigações com os órgãos públicos e fiscais, assim como encargos trabalhistas, previdenciários, securitários, tributários e comerciais, resultantes da execução do contrato, devidamente regularizados, segundo estabelecido no art. 71 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

9.10. Manter, durante toda a execução do contrato as obrigações assumidas relativas a todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Processo Licitatório nº 111/2015 – Termo de Inexigibilidade nº 013/2015-28983.

CLÁUSULA DÉCIMA – DEVERES DA CONTRATANTE:

10.1. Efetuar o pagamento devido à CONTRATADA, na data e forma estabelecida neste contrato.

10.2. Fiscalizar a entrega dos serviços objeto do contrato, registrando as ocorrências, bem como atestar o recebimento dos mesmos em conformidade com as demais cláusulas.

10.3. Recusar o recebimento dos serviços em desacordo com as especificações da Cláusula Terceira do presente contrato, quanto à sua natureza, quantidade ou qualidade, bem como documentos fiscais em desacordo com os serviços adquiridos.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA RESCISÃO CONTRATUAL:

11.1. Constituem motivo para rescisão do contrato:

11.1.1. O não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações e prazos;

11.1.2. O cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações e prazos;

11.1.3. A subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação do contratado com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, não admitidas no edital e no contrato;

11.1.4. O desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;

11.1.5. O cometimento reiterado de faltas na sua execução;

11.1.6. A decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;

11.1.7. A dissolução da sociedade ou o falecimento do contratado;

11.1.8. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução do contrato;

11.1.9. Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o contratante e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato;

11.1.10. A suspensão de sua execução, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenizações pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas, assegurado ao contratado, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;

11.1.11. O atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pelo CONTRATANTE à CONTRATADA pelos produtos já entregues, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;

11.1.12. A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato.

11.1.13. Descumprimento do disposto no inciso V do art. 27 da Lei Federal nº 8.666/93, em observância do art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal de 1988, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

11.2. Decidido pela rescisão do contrato, será executado da

seguinte forma:

11.2.1. Determinada por ato unilateral e escrito do CONTRATANTE nos casos enumerados nos itens 11.1.1. à 11.1.10, 11.1.12. e 11.1.13.

11.2.2. Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para o CONTRATANTE;

11.2.3. Judicial, nos termos da legislação;

11.3. A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

11.4. Quando a rescisão ocorrer com base nos incisos 11.1.9. a 11.1.12., desta cláusula, sem que haja culpa da CONTRATADA, será este ressarcido dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido.

11.5. Ocorrendo impedimento, paralisação ou sustação do contrato, o cronograma de entrega será prorrogado automaticamente por igual tempo.

11.6. Será assegurado, a parte que tiver dado motivo à rescisão, o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS SANÇÕES:

12.1. A CONTRATADA, sujeitar-se-á, no que couber, às sanções previstas no Capítulo IV da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações e às demais legislações aplicáveis.

12.2. Pela inexecução total ou parcial do contrato, a Contratante poderá, garantida prévia defesa, aplicar à Contratada as seguintes sanções:

12.2.1. Advertência;

12.2.2. Multa, nas seguintes condições:

12.2.2.1. Multa de mora de 0,4% (quatro décimos percentuais) do valor do contrato, por dia de atraso injustificado.

12.2.2.2. Multa de 0,5% (cinco décimos percentuais) do valor do contrato, por dia, pela execução de serviços por instalações e equipamentos inadequados à sua perfeita execução.

12.2.2.3. Multa de 5% (cinco por cento) do valor do contrato no caso de execução de serviços em desacordo com o projeto ou especificações do edital, sem autorização expressa da CONTRATANTE;

12.2.2.4. Multa de 5% (cinco por cento) do valor do contrato no caso de recusa do reparo do serviço mal executado apontado pela Fiscalização;

12.2.2.5. Multa de 10% (dez por cento) do valor do contrato no caso de abandono dos serviços sem justificativa e aviso prévio à CONTRATANTE;

12.2.2.6. Multa de 10% (dez por cento) do valor do contrato na hipótese de declaração em falso;

12.2.3. Suspensão de participar em licitações com o Município de Indaial, pelo prazo de 02 (dois) anos.

12.2.4. Declaração de inidoneidade, na forma da lei.

12.3. As multas serão descontadas dos pagamentos, ou ainda,

quando for o caso, cobradas judicialmente.

12.4. As sanções previstas nos itens 12.2.1., 12.2.3. e 12.2.4. desta cláusula, poderão ser aplicadas juntamente com a do item 12.2.2., da mesma cláusula, facultada a defesa prévia do interessado no respectivo processo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

12.5. O valor máximo das multas não poderá exceder, cumulativamente, a 10% (dez por cento) do valor do Contrato.

12.6. Na hipótese do montante das multas aplicadas pela CONTRATANTE ultrapassar o valor previsto no item anterior, serão aplicadas as sanções previstas nos itens 12.2.3. e 12.2.4.

12.7. As sanções estabelecidas neste contrato não eximem a CONTRATADA das responsabilidades civil e criminal que seu ato ensejar.

12.8. Será assegurado, a parte que tiver dado motivo às sanções, o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – FISCALIZAÇÃO:

13.1. O exercício de fiscalização pelo preposto da CONTRATANTE não excluirá nem reduzirá as responsabilidades da CONTRATADA.

13.2. À Fiscalização fica desde já assegurado o direito de:

13.2.2. Determinar o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados;

13.2.3. Rejeitar todo e qualquer bem entregue de má qualidade ou em desacordo com o especificado no edital e na proposta, exigindo sua substituição ou correção imediatas;

13.2.4. Impugnar todo e qualquer produto em desacordo com as especificações, normas regulamentares, legais e contratuais;

13.3. A CONTRATANTE sem prejuízo de suas atribuições de acompanhamento, poderá contratar, profissionais consultores ou empresas especializadas, os serviços relativos ao controle qualitativo e quantitativo dos materiais objeto do edital.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DISPOSIÇÕES GERAIS:

14.1. Todos os prazos previstos no presente contrato são contados como dias corridos, salvo disposição em contrário, e terá seu critério de contagem em consonância com o art. 110 da Lei Federal nº 8.666/93.

14.2. Não serão aceitos, em hipótese alguma, acordos verbais entre as partes com a finalidade de alteração ou substituição do presente termo de contrato.

14.3. A CONTRATANTE se reserva no direito de fornecer qualquer tipo de material, equipamento ou executar em parte ou no todo qualquer serviço inerente à obra.

14.4. A inadimplência da CONTRATADA, com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato ou restringir a regularização e o uso das obras e edificações, inclusive perante o Registro de Imóveis.

14.5. É terminante proibida a subcontratação de qualquer etapa e/ou parcela dos serviços objeto deste edital.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – FORO:

15.1. O foro competente para dirimir possíveis dúvidas, após se esgotarem todas as tentativas de composição amigável, e/ou litígios

pertinentes ao objeto da presente licitação, independente de outro que por mais privilegiado seja, será o da Comarca de Indaial – Estado de Santa Catarina.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – LEGISLAÇÃO APLICÁVEL:

16.1. Aplica-se ao presente contrato, nas partes omissas, a seguinte legislação:

- a) - Constituição da República Federativa do Brasil de 1988;
- b) - Constituição do Estado de Santa Catarina de 1989;
- c) - Lei Orgânica do Município de Indaial;
- d) - Lei Federal nº 8.666/93. Lei das Licitações e Contratos Administrativos;
- e) - Lei Federal nº 4.320/64. Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal;
- f) - Lei Federal nº 8.078/90. Código de Defesa do Consumidor;
- g) - Lei Federal nº 10.406/02. Código Civil Brasileiro;
- h) - Decreto-Lei nº 3.689/41. Código de Processo Penal;
- i) - Lei Federal nº 7.210/84. Lei de Execução Penal;
- j) - Lei Federal nº 12.846/13. Lei Anticorrupção; e,
- k) - Lei Complementar Federal nº 101/2000. Lei de Responsabilidade Fiscal.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – AS PARTES:

17.1. Por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo assinadas, para que produzam seus jurídicos e legais efeitos.

Indaial/SC, 08 de junho de 2015.

FUNDAÇÃO INDAIALENSE DE CULTURA PREFEITO VICTOR PETTERS Siegried Wanser Ribeiro Contratante	PEDRO MAURÍCIO DIAS 38253976968 Pedro Maurício Dias Contratada
PROCURADORA GERAL DO MUNICÍPIO Silmaria Fruet OAB/SC nº 13.215	

Testemunhas:

Nome Legível: _____
CPF: _____

Nome Legível: _____
CPF: _____

CONTRATO Nº 131/2015

CONTRATO Nº 131/2015

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE INDAIAL E EMPRESA GTA PRESTADORA DE SERVIÇOS LTDA, NA FORMA ABAIXO.

Pelo presente instrumento o MUNICÍPIO DE INDAIAL – SECRETARIA DE OBRAS – SECRETARIA DE SANEAMENTO E MEIO AMBIENTE, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.798/0001-00, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 126, bairro Centro, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. Sérgio Almir dos Santos, Prefeito legitimamente eleito para o cargo, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 383.728.439-53 e Cédula de Identidade nº 3/R 1.111.815, residente e domiciliado à Rua 25 de Janeiro, nº 797, Bairro Carijós, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE, e a empresa, GTA PRESTADORA DE SERVIÇOS LTDA, pessoa jurídica de

direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 10.671.681/0001-73, com sede na rua João Antonio da Silva, nº 39, sala 01, bairro Warnow, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, representada neste ato por seu Representante Legal, Sr. Gilberto Reis, brasileiro, empresário, inscrito no CPF sob nº 003.649.019/93 e Cédula de Identidade nº 3.742.476, residente na rua João Antonio da Silva, nº 39, bairro Warnow, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, tem entre si justo e acordado, na melhor forma do direito, fundamentado na Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, e suas alterações, a celebração do presente contrato mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA: FUNDAMENTAÇÃO LEGAL –

1.1. O presente contrato se regula pela Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, tendo em vista a adjudicação e homologação do resultado, bem como aos termos da proposta que apresentou, no Processo Licitatório nº 074/2015 – Edital de TOMADA DE PREÇOS nº 005/2015-10430 conforme anexos VI e VII do edital mencionado na Cláusula Primeira.

CLÁUSULA SEGUNDA: REGIME DE EXECUÇÃO

2.1. O presente contrato tem o regime de execução indireta, empreitada por preço unitário, de acordo com o art. 6º da Lei Federal nº 8.666/93.

CLÁUSULA TERCEIRA: DO OBJETO

3.1. Constitui-se como objeto do presente contrato, a execução das obras de recuperação de pavimentação em vias públicas, em pavimentos de paralelepípedos, lajotas, pedra portuguesa, piso cimentado, grama e guias, em área total estimada de 28.300,00 m2, conforme anexos VI e VII deste edital.

3.1.1. A CONTRATADA fornecerá toda a mão-de-obra e os materiais necessários para a execução da obra, de acordo com os projetos da mesma.

3.2. As obras serão executadas em vias diversas do perímetro do município de Indaial.

CLÁUSULA QUARTA: EXECUÇÃO DA OBRA/SERVIÇOS –

4.1. Para todos os efeitos a CONTRATADA será a responsável pela execução do contrato de acordo com as disposições nas legislações afins.

4.2. A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por um representante da CONTRATANTE especialmente designado, permitida a contratação de terceiros para assisti-lo e subsidiá-lo de informações pertinentes a essa atribuição.

4.2.1. Eventuais divergências nas especificações e/ou anexos deverão ser resolvidas pela fiscalização da CONTRATANTE.

4.3. A CONTRATADA é responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado.

4.4. A CONTRATANTE se reserva no direito de fornecer qualquer tipo de material, equipamento ou executar em parte ou no todo qualquer serviço inerente a obra, desde que esta não esteja prevista na planilha de preços da proposta da CONTRATADA.

4.5. A CONTRATADA será responsável pelo controle e manutenção

do tráfego de veículos nos locais das obras, bem como pela sinalização dos mesmos tanto no período diurno quanto noturno. Sendo que se algum acidente ocorrer em virtude de falha na sinalização a CONTRATADA será a responsável para todos os efeitos.

4.6. A CONTRATADA terá que respeitar todas as Leis e Normas de execução de obras em vias e logradouros públicos do Município de Indaial, bem como todas as normas de execução propostas pela ABNT.

4.7. Constatado qualquer erro ou imperícia na execução, será de responsabilidade da CONTRATADA a correção, revisão e/ou nova execução das partes impugnadas.

4.8. A CONTRATADA se obriga a executar eventuais serviços não constantes deste contrato, mas considerados essenciais ao desenvolvimento dos serviços, sem, no entanto, modificar e/ou descaracterizar o objeto do contrato. Estes serviços serão pagos através de orçamento elaborado pela CONTRATADA após aprovação pela CONTRATANTE, antes do início destes serviços.

4.9. Quando for entregue a obra, a CONTRATADA terá que realizar a limpeza total do canteiro de obras.

CLÁUSULA QUINTA: PRAZO DE EXECUÇÃO

5.1. O prazo do presente contrato é de 08 de junho de 2015 até 08 de junho de 2016.

5.1.1. A assinatura da ordem de serviços ocorrerá em até 30 (trinta) dias, justificadamente podendo ser prorrogado por igual período, contados a partir da data de assinatura do contrato.

5.2. O contrato terá validade de 12 (doze) meses a partir da data de sua assinatura.

5.2. Ocorrendo impedimento ou paralisação do contrato, o cronograma de entrega será prorrogado automaticamente, por Termo Aditivo, por igual tempo ao que ficou paralisado.

CLÁUSULA SEXTA: SUBCONTRATAÇÃO DA OBRA

6.1. A CONTRATADA, na execução do contrato, sem prejuízo das responsabilidades contratuais e legais, poderá subcontratar partes da obra, serviço ou fornecimento, até o limite admitido, em cada caso, pela Administração.

6.2. Os serviços de subempreitada somente serão admissíveis após consulta e consentimento expresso da CONTRATANTE, respeitando os limites do presente contrato.

6.3. É terminantemente proibida a subcontratação da obra e/ou serviços dela resultantes da parcela de maior relevância exigida como qualificação técnica.

6.4. A empresa SUBCONTRATADA deverá submeter-se, obrigatoriamente, à todas as qualificações habilitatórias da CONTRATADA, constantes no item 07 do edital originário do presente contrato.

6.5. Em qualquer caso, a CONTRATADA assume para todos os efeitos, a responsabilidade direta e integral pela execução das obras ou serviços de obrigação da SUBCONTRATADA.

CLÁUSULA SÉTIMA: DO VALOR DO CONTRATO

7.1. O valor total do presente contrato é de R\$510.647,00 (quinhentos e dez mil seiscentos e quarenta e sete reais), conforme planilha de quantidade e preços unitários e totais, anexo ao presente contrato.

7.1.1. Nos preços unitários estão incluídos todos os custos diretos e indiretos necessários à perfeita execução das obras, inclusive as despesas com materiais e/ou equipamentos, mão-de-obra especializada ou não, fretes, seguros em geral, equipamentos auxiliares, ferramentas, encargos da legislação social trabalhista e previdenciária, da infortunistica do trabalho e responsabilidade civil por quaisquer danos causados a terceiros ou dispêndios resultantes de impostos, taxas regulamentos e posturas municipais, estaduais e federais, enfim, tudo o que é necessário para a execução total e completa das obras, bem como lucro, conforme projetos e especificações constantes do Edital, parte integrante deste contrato.

CLÁUSULA OITAVA: FORMA DE PAGAMENTO

8.1. Os pagamentos serão mensais. A cada 30 (trinta) dias, a CONTRATANTE realizará a medição dos serviços efetivamente realizados no período, atestando a execução dos mesmos. Findo o período, a medição será realizada no prazo máximo de 05 (cinco) dias corridos.

8.1.1. A CONTRATADA deverá apresentar até o 2º (segundo) dia corrido da aprovação da medição, nota fiscal-fatura correspondente aos valores dos serviços executados à preços unitários do contrato.

8.1.2. Estes pagamentos decorrentes dos serviços realmente executados serão efetuados no prazo de 15 (quinze) dias corridos, contados da data de apresentação da fatura, desde que compatível com a medição realizada pela CONTRATANTE.

8.2. Quando inadimplente, o pagamento será monetariamente atualizado, a partir do dia de seu vencimento e até o de sua liquidação, segundo os mesmos critérios adotados para a atualização de obrigações tributárias do município de Indaial, vigente na data de seu pagamento.

8.3. Para recebimento dos pagamentos a CONTRATADA terá que apresentar junto com a nota fiscal, cópia das guias de pagamento do INSS e FGTS relativos aos funcionários que atuaram na execução do objeto do contrato.

8.4. Dos pagamentos realizados, serão retidos na fonte o INSS, o IR (Imposto de Renda), e o ISSQN (Imposto sobre Serviço de Qualquer Natureza).

8.5. Nenhum pagamento será efetuado à contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preço ou correção monetária.

8.6. O pagamento será realizado através de depósito na conta bancária da CONTRATADA, que segue:

Banco Viacredi (085)
Agência 0101-5
Conta Corrente 267098-4

CLÁUSULA NONA: REAJUSTE DE PREÇOS E EQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO

9.1. A CONTRATANTE e a CONTRATADA têm direito ao equilíbrio econômico financeiro do contrato, em consonância com disposto no artigo 37, inciso XXI, da Constituição Federal, a ser realizado mediante os seguintes critérios:

9.1.1. REAJUSTE DE PREÇOS:

9.1.1.1. Os preços constantes no presente contrato serão reajustados pelo INCC – Índice Nacional de Custos da Construção, da Fundação Getúlio Vargas, após 12 meses da data de realização do orçamento básico do edital que originou o presente contrato, de

acordo com o art. 3º, § 1º da Lei Federal nº 10.192/01.

9.1.2. REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO:

9.1.2.1. O reequilíbrio econômico-financeiro será concedido para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos da CONTRATADA e a retribuição da CONTRATANTE para a justa remuneração do fornecimento do produto/equipamento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobreviverem fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.

CLÁUSULA DÉCIMA: RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

10.1. As despesas provenientes do presente contrato correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias do exercício de 2015 e 2016:

- 08.01.015.451.008.2207.339039990000.01000000 – Recurso Próprio
- 08.01.015.451.008.2207.339039990000.01070000 – CIDE
- 08.01.015.451.008.2207.339039990000.03070000 – CIDE E. A.
- 22.01.017.512.022.2332.339039990000.01000000 – Recurso Próprio
- 22.01.017.512.022.2332.339039990000.01645502 – CASAN

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: ADITIVOS

11.1. Tendo em vista o critério do regime de contrato, empreitada pelo preço global, somente serão admitidos Termos Aditivos para alteração no valor da obra no caso de alteração dos projetos, incluindo o memorial descritivo.

11.1.1. Ocorrendo a alteração do projeto, será avaliada pela Fiscalização e o Preposto responsável pela medição das obras e serviços a necessidade de alteração do valor da obra e/ou serviços.

11.2. Termos Aditivos para alteração do cronograma da obra serão efetuados de acordo com o item 5.2 do presente contrato e a legislação correlata.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: AS BUILT –

12.1. No caso do projeto sofrer alterações, a CONTRATADA deverá apresentar, à suas expensas, um novo catálogo de projetos durante a construção da obra, que retrate a forma exata de como foi construído ou reformado o objeto contratado.

12.1.1. O novo catálogo de projetos deverá ser apresentado em mídia magnética (CD ou DVD) e impresso em, pelo menos, 01 (uma) via.

12.2. O projeto deverá ser elaborado pelo responsável técnico indicado pela CONTRATADA, ou outro com capacidade técnica comprovadamente equivalente, e que integre o seu quadro de profissionais, desde que aprovado pela Administração, e que deverá emitir a ART devidamente registrada no CREA/SC.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DA FISCALIZAÇÃO

13.1. Sem prejuízo da plena responsabilidade da CONTRATADA perante a CONTRATANTE ou a terceiros, todos os trabalhos contratados estarão sujeitos à mais ampla e irrestrita fiscalização da CONTRATANTE, a qualquer hora, em toda a área abrangida pelo canteiro, por seus representantes devidamente credenciados.

13.2. A CONTRATANTE sem prejuízo de suas atribuições de acompanhamento, poderá contratar, com profissionais consultores ou empresas especializadas, os serviços relativos ao controle qualitativo das obras e serviços, assim como o acompanhamento do desenvolvimento da execução.

13.3. À fiscalização compete:

13.3.1. O encaminhamento e controle da execução das obras e serviços, as avaliações e medições dos serviços, até a sua conclusão, observadas todas as condições expressas nos documentos que compõe o contrato;

13.3.2. Proceder as medições com a presença e a participação da CONTRATADA, cabendo a esta encaminhar à CONTRATANTE os respectivos faturamentos nos prazos previstos;

13.4. Constatada a inoperância, desleixo, incapacidade ou ato de sabonador, praticado pela CONTRATADA, ou seu representante ou de seus subcontratados, a CONTRATANTE poderá recomendar o afastamento e/ou realocação do preposto ou de qualquer empregado, bem como de subcontratados.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DO RECEBIMENTO DA OBRA

14.1. Na data em que considerar concluídos os serviços, a CONTRATADA notificará a CONTRATANTE que vistoriará as obras e, verificando plena conformidade com os projetos, plantas, detalhes e especificações aprovadas para execução, bem como limpeza da obra, lavrará, no prazo de 15 (quinze) dias, o Termo de Aceitação Provisória, assinado também pela CONTRATADA.

14.1.1. Os trabalhos que conforme critério do edital não apresentarem as condições estabelecidas, mas cujas desconformidades sejam de pequena monta, serão rejeitados, sem prejuízo da Aceitação Provisória, que conterà a ressalva, cabendo a CONTRATADA todos os ônus e encargos da reparação que deverá se efetivar dentro do prazo de observação de 20 (vinte) dias corridos.

14.1.2. No caso da não aceitação provisória, a CONTRATADA deverá tomar todas as providências para sanar os problemas que determinaram a não aceitação, no prazo a ser fixado pela CONTRATANTE, sem prejuízo de aplicação, pela CONTRATANTE, das penalidades previstas nas disposições contratuais que lhe forem aplicáveis.

14.1.3. Não sendo realizadas, na sua totalidade, as reparações exigidas pela CONTRATANTE, esta poderá ingressar em juízo com a competente ação de perdas e danos, sem prejuízo das multas estabelecidas neste contrato e seus anexos.

14.2. Decorrido o prazo de 90 (noventa) dias de observação das obras, a CONTRATADA poderá requerer a Aceitação Definitiva das mesmas.

14.3. A Aceitação Definitiva só será concedida quando a obra estiver totalmente concluída, após vistoria que a comprove, ocasião em que será lavrado e assinado o Termo de Aceitação e Recebimento Definitivo, com mútua e geral quitação.

14.4. A Administração rejeitará, no todo ou em parte, obra, serviço ou fornecimento executado em desacordo com o contrato.

CLÁUSULA QUINTA: EXECUÇÃO DO CONTRATO

15.1. A CONTRATADA terá que apresentar no prazo de 30 (trinta) dias após a assinatura do contrato, ou junto com a primeira fatura, os seguintes elementos:

15.1.1. Registro do contrato junto ao CREA e/ou CAU, bem como

cópia da ART de execução;

15.1.1.1. Caso a empresa seja sediada em outro Estado é necessário o visto do CREA/SC e a quitação da anuidade do corrente exercício no CREA – Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura.

15.1.2. Registro do Cadastro Específico do INSS – CEI; e,

15.1.3. Relação com os nomes e registros dos profissionais responsáveis pela execução das obras.

15.2. A CONTRATADA deverá apresentar durante a realização das obras, sempre que for solicitada, regularidade fiscal com todos os tributos e taxas a ele atribuído.

CLÁUSULA ÉCIMA SEXTA: OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

16.1. Sem que a ela se limite sua responsabilidade, será a CONTRATANTE responsável por:

16.1.1. Fornecer todos os documentos e informações necessárias ao desenvolvimento das obras;

16.1.2. Efetuar os pagamentos devidos à CONTRATADA, na forma estabelecida neste contrato;

16.1.3. Garantir à CONTRATADA a fidelidade das informações e acesso à documentação técnica para que os serviços se desenvolvam sem percalços e no prazo acordado;

16.1.4. Apresentação da Comissão de Fiscalização das Obras, com a devida credencial de identificação. Comissão essa, que poderá ser modificada a critério da CONTRATANTE.

16.1.5. Cumprir e fazer cumprir todas as determinações constantes neste contrato e a legislação vigente correlata à execução do mesmo.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

17.1. São obrigações da CONTRATADA sem que a elas se limitem:

17.1.1. Respeitar todas as Leis e as Normas de execução de obras em vias e logradouros públicos do Município de Indaial, bem como todas as normas de execução propostas pela ABNT;

17.1.2. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, dentro de prazos viáveis, os eventuais vícios, defeitos ou incorreções encontrados nas obras decorrentes dos serviços efetuados;

17.1.3. Responsabilizar-se por eventuais danos que vier a causar a CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato;

17.1.4. Comunicar à CONTRATANTE, o engenheiro preposto que representará a CONTRATADA na execução do contrato, na data da Ordem de Início dos Serviços;

17.1.5. Fornecer a pedido da CONTRATANTE, solução técnica alternativa, desde que tecnicamente similar ou superior a solução anteriormente proposta;

17.1.6. Responsabilizar-se pelo controle de qualidade dos serviços e dos materiais que fornecer para serem utilizados na obra, apresentando o resumo dos ensaios de controle tecnológico, dos serviços de engenharia, sujeitos a controle laboratorial, executados pela CONTRATADA, durante o período da medição.

17.1.7. Permitir e facilitar a inspeção ao local das obras, pela

fiscalização, em qualquer dia e hora, devendo prestar as informações e esclarecimentos solicitados, pelos técnicos da CONTRATANTE, entre ela, dos ensaios propriamente ditos, citados no item anterior.

17.1.8. Elaboração e disponibilização do Diário de Obra, devidamente assinado pelo responsável preposto pela CONTRATADA e com discriminação de todas as ocorrências da obra para o acompanhamento de sua execução, que deverá ser entregue à Comissão de Fiscalização.

17.1.9. Quitação de encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.

17.1.10. Acatar solicitação da CONTRATANTE de afastamento e/ou dispensa de empregado e/ou equipamentos cuja conduta seja prejudicial ao bom andamento dos serviços, num prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas.

17.1.10.1. Constituem motivos para afastamento e/ou dispensa de empregado, os constantes no art. 482 da Lei Federal nº 5.452/43.

17.1.11. Manter até o termo final deste contrato todas as obrigações com os órgãos públicos e fiscais, assim como encargos trabalhistas, previdenciários, securitários, tributários e comerciais, resultantes da execução do contrato, devidamente regularizados, segundo estabelecido no art. 71 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

17.1.12. Manter, durante toda a execução do contrato as obrigações assumidas relativas a todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Processo Licitatório nº 074/2015 - Edital de TOMADA DE PREÇOS nº 005/2015-10430.

17.1.13. Responsabilizar-se pela guarda e manutenção das obras, equipamentos e materiais até o recebimento definitivo pela CONTRATANTE.

17.1.14. Assegurar a realização das obras conforme as especificações constantes na Cláusula Terceira do presente contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA: ALTERAÇÃO CONTRATUAL

18.1. O presente contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

18.1.1. Quando houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos;

18.1.2. Quando conveniente a substituição da garantia de execução;

18.1.3. Quando necessária a modificação do regime de execução da obra ou serviço, bem como do modo de fornecimento, em face de verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originários;

18.1.4. Quando necessária a modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial atualizado, vedada a antecipação do pagamento, com relação ao cronograma financeiro fixado, sem a correspondente contraprestação de fornecimento de bens ou execução de obra ou serviço;

18.1.5. Possíveis supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes;

18.1.6. Para restabelecer a justa remuneração da obra, serviço ou fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na forma da Cláusula Nona do presente contrato.

18.2. A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas obras, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

18.3. No caso de supressão de obras, bens ou serviços, se o contratado já houver adquirido os materiais e posto no local dos trabalhos, estes serão pagos pela Administração pelos custos de aquisição regularmente comprovados.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA: RESCISÃO CONTRATUAL

19.1. Constituem motivo para rescisão do contrato:

19.1.1. Liquidação judicial ou extrajudicial, concordata, falência, protesto, recuperação judicial, concurso de credores, transformações, cisões ou fusões;

19.1.2. Caso o contrato venha a ser objeto de qualquer espécie de transações, tais como transferências, cauções ou outras sem a prévia autorização da CONTRATANTE;

19.1.3. Caso a obra não seja concluída 30 (trinta) dias após o prazo contratual, injustificadamente;

19.1.4. Paralisações dos serviços, atraso na execução das obras ou conclusão fora do prazo previsto;

19.1.5. Imperícia, negligência, imprudência, ou desídia na observância das condições técnicas estabelecidas no contrato e seus anexos, ou na execução das obras.

19.1.6. O não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações e prazos;

19.1.7. O cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações e prazos;

19.1.8. O desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;

19.1.9. O cometimento reiterado de faltas na sua execução;

19.1.10. A decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;

19.1.11. A dissolução da sociedade ou o falecimento do contratado;

19.1.12. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução do contrato;

19.1.13. Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o CONTRATANTE e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato;

19.1.14. A suspensão de sua execução, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenizações pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas, assegurado ao contratado, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;

19.1.15. O atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pelo CONTRATANTE à CONTRATADA pelos produtos já

entregues, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;

19.1.16. A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato.

19.1.17. Descumprimento do disposto no inciso V do art. 27 da Lei Federal nº 8.666/93, em observância do art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal de 1988, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

19.1.18. Acumulação de multas em valor igual ou superior ao previsto no item 20.5 do presente contrato.

19.2. A rescisão do contrato poderá ser:

19.2.1. Determinada por ato unilateral e escrito da CONTRATANTE, nos casos previstos nos itens 19.1.1 à 19.1.14 e 19.1.16 à 19.1.18.

19.2.2. Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para o CONTRATANTE;

19.2.3. Judicial, nos termos da legislação;

19.3. A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

19.4. Quando a rescisão ocorrer com base nos itens 19.1.9 à 19.1.12, desta cláusula, sem que haja culpa da CONTRATADA, será este ressarcido dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido.

19.5. Rescindido o Contrato, tem a CONTRATADA o prazo de 10 (dez) dias, a contar do acerto final de contas, para se retirar do local das obras e deixá-lo inteiramente desimpedido.

19.6. Será assegurado, a parte que tiver dado motivo à rescisão, o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA VIGÉSIMA: DAS SANÇÕES –

20.1. Pela inexecução total ou parcial do contrato, a CONTRATANTE poderá, garantida prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

20.1.1. Advertência, no caso de faltas que não motivem a aplicação de multas, ou notificação prévia para a correção de erros.

20.1.2. Multa, conforme os seguintes critérios:

a) - No valor de 0,1% (um décimo percentual) do valor do contrato, por dia de atraso injustificado.

b) - No valor de 1% (um por cento) do valor do contrato, por acumulação de 03 (três) advertências.

c) - No valor de 2,0% (dois por cento) do valor do contrato por descumprimento dos deveres da CONTRATADA, inseridos na Cláusula Décima Sétima, desde que não previstos em outras cláusulas.

d) - No valor de 2,5% (dois por cento e cinco décimos) do valor do contrato no caso de execução de serviços em desacordo com o projeto sem autorização expressa da CONTRATANTE, ou fora dos padrões da ABNT;

e) - No valor de 3% (três por cento) do valor do contrato por inobservância do item 6.2 do presente contrato.

f) - No valor de 5% (cinco por cento) do valor do contrato no caso de recusa do reparo do serviço mal executado apontado pela Fiscalização;

g) - No valor de 10% (dez por cento) do valor do contrato no caso de apresentar declaração em falso no processo, sem prejuízo de demais processos administrativos e jurídicos;

h) - No valor de 10% (dez por cento) do valor do contrato no caso de abandono do canteiro de obras sem justificativa e aviso prévio à CONTRATANTE.

i) - No valor de 10% (dez por cento) do valor do contrato se der causa à Declaração de Inidoneidade.

20.1.3. Suspensão de Participação em licitações com o Município de Indaial, incluindo a administração direta e indireta, pelo prazo de 02 (dois) anos, no caso das sanções previstas nas alíneas "g" à "i" do item 20.1.2, e item 20.1.4.

20.1.4. Declaração de Inidoneidade, nos seguintes casos:

a) - Se o valor acumulado das multas forem iguais ou superior à 10% (dez por cento) do valor do contrato;

b) - Tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

c) - Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

d) - Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

20.2. As multas serão descontadas dos pagamentos, das garantias apresentadas, ou ainda, quando for o caso, cobradas judicialmente.

20.3. Será assegurada, a parte que tiver dado motivo à sanção, o contraditório e a ampla defesa.

20.4. O valor máximo das multas não poderá exceder, cumulativamente, a 10% (dez por cento) do valor do contrato.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA: DISPOSIÇÕES GERAIS –

21.1. A inadimplência da CONTRATADA, com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato ou restringir a regularização e o uso das obras e edificações, inclusive perante o Registro de Imóveis.

21.2. Fica acordado que, conforme previsão legal, os ensaios, testes e demais provas exigidos por normas técnicas oficiais para a boa execução do objeto do contrato correm por conta da CONTRATADA.

21.3. A CONTRATADA responderá, durante o prazo irredutível de cinco anos, pela solidez e segurança da obra/serviço, assim em razão dos materiais, como do solo, conforme dispõe o art. 618 do Código Civil Brasileiro.

21.4. A responsabilidade técnica pela execução dos serviços objeto deste contrato, será(ão) do(s) profissional(is) indicado(s) como qualificação técnica na licitação.

21.5. Passam a integrar o presente Contrato, independente de transcrição, planilha orçamentária da proposta de preços da CONTRATADA, do Processo Licitatório nº 074/2015 – Edital de TOMADA

DE PREÇOS nº 005/2015-10430.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA: DO FORO

22.1. As partes elegem, em comum acordo, o Foro da Comarca de Indaial – Estado de Santa Catarina, para dirimir quaisquer dúvidas que por ventura persistirem após esgotarem todas as tentativas de composição amigável, renunciando a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA: LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

23.1. Aplica-se ao presente contrato, nas partes omissas, a seguinte legislação:

- a) - Constituição da República Federativa do Brasil de 1988;
- b) - Lei Orgânica do Município de Indaial;
- c) - Lei Federal nº 8.666/93. Lei das Licitações e Contratos Administrativos;
- d) - Lei Federal nº 4.320/64. Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal;
- e) - Lei Federal nº 8.078/90. Código de Defesa do Consumidor;
- f) - Lei Federal nº 10.406/02. Código Civil Brasileiro;
- g) - Decreto-Lei nº 3.689/41. Código de Processo Penal;
- h) - Lei Federal nº 7.210/84. Lei de Execução Penal;
- i) - Lei Complementar Federal nº 101/2000. Lei de Responsabilidade Fiscal;
- j) - Normas Técnicas para Obras e Serviços de Engenharia da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT;
- k) - Lei Federal nº 5.194/66. Regula o exercício das profissões de Engenheiro, Arquiteto e Engenheiro-Agrônomo;
- l) - Lei Federal nº 12.378/10. Regula o exercício de Arquitetura e Urbanismo, cria o Conselho de Arquitetura e Urbanismo no Brasil;
- e,
- m) - Lei Federal nº 6.496/77. Institui a "Anotação de Responsabilidade Técnica" na prestação de serviços de Engenharia, de Arquitetura e Agronomia.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA: AS PARTES

24.1. E, por estarem justos e contratados, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para um único efeito, com as testemunhas abaixo identificadas e assinadas, para que produzam os jurídicos e legais efeitos, por si e seus sucessores.

Indaial/SC, em 08 de junho de 2015.

MUNICÍPIO DE INDAIAL Sérgio Almir dos Santos Contratante	GTA PRESTADORA DE SERVIÇOS LTDA Gilberto Reis Contratada
SECRETARIA DE OBRAS Carlos Henrique Nagel Secretário Municipal	SECRETARIA DE SANEAMENTO E MEIO AMBIENTE Jânio Wilson de Aviz Secretário Municipal

PROCURADORA GERAL DO MUNICÍPIO

Silmara Fruet
OAB/SC nº 13.215

Testemunhas:

Assinatura: _____

Nome Legível: _____

CPF: _____

Assinatura: _____
 Nome Legível: _____
 CPF: _____

DECRETO Nº 1439/15

. DECRETO Nº 1439/15

. De 18 de junho de 2015

Anula e Suplementa no Orçamento Anual da Fundação Indaialense de Cultura Prefeito Victor Petters.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município e demais dispositivos legais em vigor e, considerando a Lei 5.172, de 18/06/2015,

DECRETA

Art. 1º - Fica o Executivo autorizado a anular no valor de R\$ 523,75 (quinhentos e vinte e três reais e setenta e cinco centavos) da Dotação Orçamentária abaixo discriminadas:

Dotação	Vínculo	Valor
41.001.0013.0391.0041.2660.3339000000000000	03000000	523,75

Art. 2º - Para atender o dispositivo no artigo 1º, fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a Suplementar, no Orçamento Fundação Indaialense de Cultura Prefeito Victor Petters a seguinte dotação:

Dotação	Vínculo	Valor
41.001.0013.0391.0041.2656.3339000000000000	03000000	523,75

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 18 de junho de 2015.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS
 Prefeito

Publique-se na Forma da Lei.

JOÃO VICENTE SCHROEDER
 Chefe de Gabinete

LEI Nº 5171

. LEI Nº 5171

. de 18 de junho de 2015

Determina medidas de segurança dos usuários dos estabelecimentos bancários no município de Indaial.
 (Autoria: vereador Osvaldo Metzner).

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município de Indaial. Faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Todos os estabelecimentos bancários ou instituições financeiras responsáveis por caixas eletrônicos instalados ou voltados para vias públicas no município de Indaial ficam obrigados a oferecer, enquanto em funcionamento, corpo de segurança para proteção dos usuários do referido sistema de atendimento.

Art. 2º - É obrigatória a instalação de biombo ou divisórias, em toda a extensão em frente aos caixas de atendimentos aos usuários no interior de todos os estabelecimentos bancários ou instituições financeiras.

§ 1º - O biombo deverá ter altura mínima de 2 m (dois metros) e possuir transparência total para visualização, pelos caixas, da movimentação dos usuários que estejam acomodados a espera de atendimento no outro lado.

§ 2º - É fixado o prazo de 90 (noventa) dias, contados da publicação desta lei, para que os estabelecimentos bancários ou instituições financeiras se adequem ao disposto neste artigo.

Art. 3º - No caso de descumprimento ao disposto desta lei os estabelecimentos bancários ou instituições financeiras sofrerão sanção administrativa na forma de multa de 1.500 (um mil e quinhentas) UFMs (Unidades Fiscais Municipais), e, notificadas para no prazo de 30 (trinta) dias se adequarem à presente lei.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 18 de junho de 2015.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS
 Prefeito

Publique-se na Forma da Lei.

JOÃO VICENTE SCHROEDER
 Chefe de Gabinete

LEI Nº 5172

. LEI Nº 5172

. de 18 de junho de 2015

Autoriza Anulação e Suplementação no Orçamento Anual da Fundação Indaialense de Cultura Prefeito Victor Petters.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município de Indaial. Faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Executivo autorizado a anular no valor de R\$ 523,75 (quinhentos e vinte e três reais e setenta e cinco centavos) da Dotação Orçamentária abaixo discriminadas:

Dotação	Vínculo	Valor
41.001.0013.0391.0041.2660.3339000000000000	03000000	523,75

Art. 2º - Para atender o dispositivo no artigo 1º, fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a Suplementar, no Orçamento Fundação Indaialense de Cultura Prefeito Victor Petters a seguinte dotação:

Dotação	Vínculo	Valor
41.001.0013.0391.0041.2656.3339000000000000	03000000	523,75

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial em 18 de junho de 2015.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS
 Prefeito

Publique-se na Forma da Lei.

JOÃO VICENTE SCHROEDER
 Chefe de Gabinete

ATA Nº 027/2015**ATA DE REGISTRO DE
PREÇOS Nº.27/2015****Processo Licitatório Nº 15/00000071****Pregão Nº 33/2015****ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº.27/2015**

Aos doze dias do mês de junho de dois mil e quinze, de um lado o **MUNICÍPIO DE INDAIAL**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.798/0001-00, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 126, bairro Centro, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. **Sérgio Almir dos Santos**, Prefeito legitimamente eleito para o cargo, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 383.728.439-53 e Cédula de Identidade nº 3/R 1.111.815, residente e domiciliado à Rua 25 de Janeiro, nº 797, Bairro Carijós, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente de **ÓRGÃO GERENCIADOR DO REGISTRO DE PREÇOS – OGRP**; e de outro lado, a(s) empresa(s) adjudicatária(s), doravante denominada simplesmente de **FORNECEDOR**, tem entre si justo e acordado a presente Ata, fundamentado na Lei Federal nº 8.666/93 e o Decreto Municipal nº 654/2014 e vinculada aos termos da proposta apresentada no Processo licitatório 15/00000071 - Pregão Nº 33/2015, observadas as condições do edital, as seguintes condições:

1. FORNECEDOR(ES) REGISTRADO(S):

- 1.1 MILLATUR TURISMO LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 06.075.578/0001-93, estabelecida à RUA SANTA MARIA, nº 375 – Bairro JOÃO PAULO II, no município de Indaial – Santa Catarina.

2. DO OBJETO:

- 2.1. CONTRATAÇÃO DE TRANSPORTE TERRESTRE MUNICIPAL E INTERMUNICIPAL POR VEÍCULOS TIPO ÔNIBUS, MICRO-ÔNIBUS E VAN.
- 2.2. Não é permitida, em hipótese alguma, a entrega de equipamentos ou quaisquer componentes refabricados ou reconicionados.

3. VALORES REGISTRADOS:

- 3.1. Estão registrados, através da presente ata, os seguintes valores para os respectivos itens, para cada FORNECEDOR:

- 3.1.1.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº.27/2015

348244 - MILLATUR TURISMO LTDA

Lote: 1 - LOTE 01 - LOCAÇÃO DE VEÍCULO TIPO VAN.

Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unit.	Valor Total
1	LOCAÇÃO DE VEÍCULO TIPO VAN. PARA TRANSPORTE DE ATLETAS EM EVENTOS ESPORTIVOS.	QUILOMETRO		15.000	R\$2,50	R\$37.500,00
				Total Lote:		R\$37.500,00

Lote: 2 - LOTE 02 - LOCAÇÃO DE VEÍCULO TIPO MICRO ÔNIBUS - FME.

Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unit.	Valor Total
2	LOCAÇÃO DE VEÍCULO TIPO MICRO ÔNIBUS. PARA TRANSPORTE DE ATLETAS EM EVENTOS ESPORTIVOS.	QUILOMETRO		15.000	R\$3,40	R\$51.000,00
				Total Lote:		R\$51.000,00

Lote: 3 - LOTE 03 - LOCAÇÃO DE VEÍCULO TIPO ÔNIBUS - FME.

Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unit.	Valor Total
3	LOCAÇÃO DE VEICULO TIPO ÔNIBUS. PARA TRANSPORTE DE ATLETAS EM EVENTOS ESPORTIVOS.	QUILOMETRO		20.000	R\$4,91	R\$98.200,00
				Total Lote:		R\$98.200,00

Lote: 4 - LOTE 04 - LOCAÇÃO DE VEÍCULO TIPO ÔNIBUS PARA IDOSOS E OUTROS.

Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unit.	Valor Total
4	LOCAÇÃO DE VEICULO TIPO ÔNIBUS. PARA TRANSPORTE DE IDOSO EM EVENTOS DENTRO NO MUNICÍPIO DE INDIAIAL, IDA E VOLTA.	QUILOMETRO		2.835	R\$8,50	R\$24.097,50
5	LOCAÇÃO DE VEICULO TIPO ÔNIBUS. PARA TRANSPORTE DE FUNCIONÁRIOS E GRUPOS ARTÍSTICOS EM EVENTOS DENTRO NO MUNICÍPIO DE INDIAIAL, IDA E VOLTA.	QUILOMETRO		700	R\$8,50	R\$5.950,00
				Total Lote:		R\$30.047,50

Lote: 5 - LOTE 05 - LOCAÇÃO TIPO ÔNIBUS.

Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unit.	Valor Total
6	LOCAÇÃO DE VEICULO TIPO ÔNIBUS. PARA TRANSPORTE DE FUNCIONÁRIOS E GRUPOS ARTÍSTICOS EM EVENTO EM JOINVILLE, IDA E VOLTA.	QUILOMETRO		800	R\$4,01	R\$3.208,00
7	LOCAÇÃO DE VEICULO TIPO ÔNIBUS. PARA TRANSPORTE DE FUNCIONÁRIOS E GRUPOS ARTÍSTICOS EM EVENTO DENTRO DO MUNICÍPIO DE BLUMENAU, IDA E VOLTA.	QUILOMETRO		250	R\$7,30	R\$1.825,00
8	LOCAÇÃO DE VEICULO TIPO ÔNIBUS. PARA TRANSPORTE DE FUNCIONÁRIOS E GRUPOS ARTÍSTICOS EM EVENTO DENTRO	QUILOMETRO		120	R\$9,40	R\$1.128,00

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº.27/2015

	DO MUNICÍPIO DE TIMBÓ, IDA E VOLTA.					
9	LOCAÇÃO DE VEICULO TIPO ÔNIBUS. PARA TRANSPORTE DE FUNCIONÁRIOS E GRUPOS ARTÍSTICOS EM EVENTO DENTRO NO MUNICÍPIO DE IBIRAMA, IDA E VOLTA.	QUILOMETRO		170	R\$6,10	R\$1.037,00
10	LOCAÇÃO DE VEICULO TIPO ÔNIBUS. PARA TRANSPORTE DE FUNCIONÁRIOS E GRUPOS ARTÍSTICOS EM EVENTOS DENTRO NO MUNICÍPIO DE TAIÓ, IDA E VOLTA.	QUILOMETRO		200	R\$6,10	R\$1.220,00
11	LOCAÇÃO DE VEICULO TIPO ÔNIBUS. PARA TRANSPORTE DE FUNCIONÁRIOS E GRUPOS ARTÍSTICOS EM EVENTOS DENTRO NO MUNICÍPIO DE POMERODE, IDA E VOLTA.	QUILOMETRO		120	R\$6,90	R\$828,00
12	LOCAÇÃO DE VEICULO TIPO ÔNIBUS. PARA TRANSPORTE DE FUNCIONÁRIOS E GRUPOS ARTÍSTICOS EM EVENTOS DENTRO NO MUNICÍPIO DE GASPAR, IDA E VOLTA.	QUILOMETRO		120	R\$6,70	R\$804,00
13	LOCAÇÃO DE VEICULO TIPO ÔNIBUS. PARA TRANSPORTE DE FUNCIONÁRIOS E GRUPOS ARTÍSTICOS EM EVENTOS DENTRO NO MUNICÍPIO DE RIO DO SUL, IDA E VOLTA.	QUILOMETRO		200	R\$6,20	R\$1.240,00
					Total Lote:	R\$11.290,00
					Total Fornecedor:	R\$228.037,50
					Total Homologação:	R\$228.037,50

- 3.2. Nos preços unitários estão incluídos todos os custos diretos e indiretos necessários ao perfeito fornecimento dos bens, inclusive as despesas com materiais e/ou equipamentos, mão-de-obra especializada ou não, fretes, mão-de-obra para carga e descarga, seguros em geral, equipamentos auxiliares, ferramentas, encargos da legislação social trabalhista e previdenciária, da infortúnica do trabalho e responsabilidade civil por quaisquer danos causados a terceiros ou dispêndios resultantes de impostos, taxas regulamentos e posturas municipais, estaduais e federais, bem como o lucro.

4. REAJUSTE DE PREÇOS:

- 4.1. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea "d" do inciso II do caput do art. 65 da Lei Federal no 8.666/93.
- 4.2. Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

5. EXECUÇÃO DAS COMPRAS:

- 5.1. As compras dos bens objeto do presente Registro de Preços serão realizadas pelo Departamento de Compras do OGRP, através da comunicação da ordem de compra.

**ATA DE REGISTRO DE
PREÇOS Nº.27/2015**

- 5.1.1. A Ordem de Compra que conterá as informações básicas da discriminação básica e o número do item dos bens, a quantidade a ser adquirida, a unidade compradora, o fornecedor, condições de entrega e pagamento, e a assinatura do responsável.
- 5.1.2. O OGRP, sempre que achar conveniente, poderá substituir a Ordem de Compra por qualquer outro instrumento hábil para a realização das compras.
- 5.2. O OGRP realizará as compras parceladamente.
- 5.3. Fica entendido que o OGRP não terá qualquer obrigação de aquisição dos itens objeto do edital.

6. FISCALIZAÇÃO:

- 6.1. O exercício de fiscalização pelo preposto do OGRP não excluirá nem reduzirá as responsabilidades do FORNECEDOR.
- 6.2. À Fiscalização fica desde já assegurado o direito de:
- 6.2.2. Determinar o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados;
- 6.2.3. 6.2.3. Rejeitar todo e qualquer bem entregue de má qualidade ou em desacordo com o especificado no edital e na proposta, exigindo sua substituição ou correção imediatas;
- 6.2.4. Impugnar todo e qualquer produto em desacordo com as especificações, normas regulamentares, legais e contratuais;
- 6.3. O OGRP, sem prejuízo de suas atribuições de acompanhamento, poderá contratar profissionais consultores ou empresas especializadas, os serviços relativos ao controle qualitativo e quantitativo dos materiais objeto do edital.

7. PRAZO DE VALIDADE:

- 7.1. O prazo de validade da presente Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data de sua assinatura.

8. OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR:

- 8.1. Assegurar o fornecimento do objeto conforme as especificações constantes no item 2 da presente ata, com entrega no prazo e no endereço constante no edital.
- 8.2. Providenciar a imediata correção de todas as deficiências detectadas pelo OGRP, quanto ao fornecimento do objeto;
- 8.3. Garantir o pagamento a todos os prestadores de serviço alocados, bem como despesas extraordinárias, quando for o caso;
- 8.4. Responsabilizar-se por quaisquer danos ou prejuízos, materiais ou pessoais, decorrentes de culpa ou dolo, causados por seus empregados ou prepostos, em decorrência do fornecimento do objeto, assegurado o direito de defesa;
- 8.5. Prestar imediatamente quaisquer esclarecimentos solicitados pelo OGRP, respeitados os casos de complexidade para os quais se fixarão prazos específicos;
- 8.6. Comunicar imediatamente o OGRP, de forma detalhada, toda e qualquer ocorrência de acidentes verificada no curso da execução da ata.
- 8.7. Manter até o termo final desta Ata de Registro de Preços todas as obrigações com os órgãos públicos e fiscais, assim como encargos trabalhistas, previdenciários, securitários, tributários e comerciais, resultantes da execução, devidamente regularizados, segundo estabelecido no art. 71 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.
- 8.8. Manter, durante toda a execução, as obrigações assumidas relativas a todas as condições de

**ATA DE REGISTRO DE
PREÇOS Nº.27/2015**

habilitação e qualificação exigidas no Processo Licitatório nº 033/2015 - Edital de Pregão nº 017/2015-10430.

9. OBRIGAÇÕES DO OGRP:

- 9.1. Cumprir e fazer cumprir todas as determinações constantes nesta ata e a legislação vigente correlata à execução do mesmo.
- 9.2. Efetuar o pagamento devido ao FORNECEDOR, na data e forma estabelecida no edital.
- 9.3. Fiscalizar a entrega dos bens objeto da presente Ata, registrando as ocorrências, bem como atestar o recebimento dos mesmos em conformidade com os demais itens.
- 9.4. Recusar o recebimento dos bens em desacordo com as especificações do item 2 da presente Ata, quanto à sua natureza, quantidade ou qualidade, bem como documentos fiscais em desacordo com os bens adquiridos.

10. SANÇÕES:

- 10.1. Advertência, no caso de falta que não motive a aplicação de multa.
- 10.2. Multa, de acordo com os seguintes critérios:
 - a) No valor de 0,5% (cinco décimos percentuais) do valor contratado, por dia de atraso injustificado na entrega dos materiais/produtos/equipamentos;
 - b) No valor de 2,0% (dois por cento) do valor contratado por inobservância do item 12.4 da presente Ata de Registro de Preços;
 - c) No valor de 2,0% (dois por cento) do valor contratado por descumprimento das OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR, inseridos no item 8, desde que não previstos em outros itens;
 - d) No valor de 3,0 % (três por cento) do valor contratado, por acumulação de 03 (três) advertências;
 - e) Multa de 5% (cinco por cento) do valor contratado no caso de fornecimento de bens em desacordo com as especificações da presente Ata de Registro de Preços, desde que cause prejuízo ao OGRP;
 - f) Multa de 10% (dez por cento) do valor contratado no caso de recusa da entrega dos bens, sem justificativa e aviso prévio ao OGRP;
 - g) No valor de 10% (dez por cento) do valor contratado se der causa à Declaração de Inidoneidade.
- 10.3. Suspensão de Participação em licitações com o Município de Indaial, incluindo a administração direta e indireta, pelo prazo de 05 (cinco) anos, no caso das sanções previstas nas alíneas "e" à "g".
- 10.4. Declaração de Inidoneidade, nos seguintes casos:
 - a) Se o valor acumulado das multas ultrapassarem o 10% (dez por cento) do valor contratado;
 - b) Tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
 - c) Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
 - d) Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
- 10.5. O valor máximo das multas não poderá exceder, cumulativamente, a 10% (dez por cento) do valor contratado.

11. RESCISÃO DA ATA:

**ATA DE REGISTRO DE
PREÇOS Nº.27/2015**

- 11.1. Constituem motivo para rescisão da Ata, além dos motivos previstos no art. 78 da Lei Federal no 8.666/93:
- a) descumprir as condições da ata de registro de preços;
 - b) não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
 - c) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou,
 - d) sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 87 da Lei Federal no 8.666/93, ou no art. 7º da Lei Federal no 10.520/02.

11.2. Será assegurado, a parte que tiver dado motivo à rescisão, o contraditório e a ampla defesa.

12. DISPOSIÇÕES GERAIS:

- 12.1. Todos os prazos previstos na presente Ata de Registro de Preços são contados como dias corridos, salvo disposição em contrário, e terá seu critério de contagem em consonância com o art. 110 da Lei Federal nº 8.666/93.
- 12.2. Não serão aceitos, em hipótese alguma, acordos verbais entre as partes com a finalidade de alteração ou substituição da Ata de Registro de Preços, ou da Ordem de Compra, ou da Nota de Empenho.
- 12.3. A inadimplência do FORNECEDOR, com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento.
- 12.4. O FORNECEDOR está terminantemente proibida de efetuar a transferência à terceiros das obrigações do fornecimento dos bens objeto desta Ata de Registro de Preços.

13. FORO:

- 13.1. O foro competente para dirimir possíveis dúvidas, após se esgotarem todas as tentativas de composição amigável, e/ou litígios pertinentes ao objeto da presente licitação, independente de outro que por mais privilegiado seja, será o da Comarca de Indaial/SC.

14. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL:

- 14.1. Aplica-se à presente Ata, nas partes omissas, a seguinte legislação:
- a) Constituição da República Federativa do Brasil de 1988;
 - b) Lei Orgânica do Município de Indaial;
 - c) Lei Federal nº 8.666/93. Lei das Licitações e Contratos Administrativos;
 - d) Lei Federal nº 4.320/64. Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal;
 - e) Lei Federal nº 8.078/90. Código de Defesa do Consumidor;
 - f) Lei Federal nº 10.406/02. Código Civil Brasileiro;
 - g) Decreto-Lei nº 3.689/41. Código de Processo Penal;
 - h) Lei Federal nº 7.210/84. Lei de Execução Penal;
 - i) Lei Complementar Federal nº 101/2000. Lei de Responsabilidade Fiscal; e,
 - j) Decreto Municipal no 654/2014.

**ATA DE REGISTRO DE
PREÇOS Nº.27/2015**

15. AS PARTES:

- 15.1. Por estarem justas e acordadas, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo assinadas, para que produzam seus efeitos administrativos.

Indaial/SC, em 12 de junho de 2015.

MUNICÍPIO DE INDAIAL

Sérgio Almir dos Santos

Prefeito Municipal

MILLATUR TURISMO LTDA

CARLITO WEGNER
Representante

Testemunhas:

Assinatura:

Nome Legível:

CPF.:

Assinatura:

Nome Legível:

CPF.:

ATA Nº 029/2015**ATA DE REGISTRO DE
PREÇOS Nº.29/2015****Processo Licitatório Nº 15/00000105****Pregão Nº 48/2015****ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº.29/2015**

Aos dezoito dias do mês de junho de dois mil e quinze, de um lado o **MUNICÍPIO DE INDAIAL**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.798/0001-00, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 126, bairro Centro, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. **Sérgio Almir dos Santos**, Prefeito legitimamente eleito para o cargo, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 383.728.439-53 e Cédula de Identidade nº 3/R 1.111.815, residente e domiciliado à Rua 25 de Janeiro, nº 797, Bairro Carijós, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente de **ÓRGÃO GERENCIADOR DO REGISTRO DE PREÇOS – OGRP**; e de outro lado, a(s) empresa(s) adjudicatária(s), doravante denominada simplesmente de **FORNECEDOR**, tem entre si justo e acordado a presente Ata, fundamentado na Lei Federal nº 8.666/93 e o Decreto Municipal nº 654/2014 e vinculada aos termos da proposta apresentada no Processo licitatório 15/00000105 - Pregão Nº 48/2015, observadas as condições do edital, as seguintes condições:

1. FORNECEDOR(ES) REGISTRADO(S):

- 1.1 MAGNUS PROJETOS E CONSTRUCOES E REP COMERCIAL LTDA ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 09.549.705/0001-37, estabelecida à RUA LAURO MULLER, nº 853 – Bairro FAZENDA, no município de Itajaí – Santa Catarina.

2. DO OBJETO:

- 2.1. CONTRATAÇÃO DOS SERVIÇOS DE ELABORAÇÃO DE PROJETOS DE ENGENHARIA DE EDIFICAÇÕES, PREVENTIVO DE INCÊNDIO E INSTALAÇÕES ELÉTRICAS.
- 2.2. Não é permitida, em hipótese alguma, a entrega de equipamentos ou quaisquer componentes refabricados ou reconicionados.

3. VALORES REGISTRADOS:

- 3.1. Estão registrados, através da presente ata, os seguintes valores para os respectivos itens, para cada FORNECEDOR:

3.1.1.

539635 - MAGNUS PROJETOS E CONSTRUCOES E REP COMERCIAL LTDA ME

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº.29/2015

Lote: 1 - LOTE 01.						
Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unit.	Valor Total
1	ELABORAÇÃO DE PROJETO DE EDIFICAÇÃO INDICANDO TODOS OS DADOS NECESSÁRIOS SEGUNDO LEGISLAÇÃO E NORMAS TÉCNICAS EM VIGOR E PERFEITA EXECUÇÃO DA OBRA. AS ESPECIFICAÇÕES DO ITEM MENCIONADO NO QUADRO ACIMA, ESTÃO INSERIDAS NO ANEXO VI - TERMO DE REFERÊNCIA DO OBJETO.	METRO		10.000	R\$16,28	R\$162.800,00
2	ELABORAÇÃO DE PROJETO PREVENTIVO DE INCÊNDIO INDICANDO TODOS OS DADOS NECESSÁRIOS SEGUNDO LEGISLAÇÃO E NORMAS TÉCNICAS EM VIGOR E PERFEITA EXECUÇÃO DA OBRA. AS ESPECIFICAÇÕES DO ITEM MENCIONADO NO QUADRO ACIMA, ESTÃO INSERIDAS NO ANEXO VI - TERMO DE REFERÊNCIA DO OBJETO.	METRO QUADRADO		10.000	R\$2,26	R\$22.600,00
3	ELABORAÇÃO DE PROJETO DE INSTALAÇÕES ELÉTRICAS EM BAIXA E ALTA TENSÃO INDICANDO TODOS OS DADOS NECESSÁRIOS SEGUNDO LEGISLAÇÃO E NORMAS TÉCNICAS EM VIGOR E PERFEITA EXECUÇÃO DA OBRA. AS ESPECIFICAÇÕES DO ITEM MENCIONADO NO QUADRO ACIMA, ESTÃO INSERIDAS NO ANEXO VI - TERMO DE REFERÊNCIA DO OBJETO.	METRO QUADRADO		5.000	R\$2,72	R\$13.600,00
Total Lote:						R\$199.000,00
Total Fornecedor:						R\$199.000,00
Total Homologação:						R\$199.000,00

- 3.2. Nos preços unitários estão incluídos todos os custos diretos e indiretos necessários ao perfeito fornecimento dos bens, inclusive as despesas com materiais e/ou equipamentos, mão-de-obra especializada ou não, fretes, mão-de-obra para carga e descarga, seguros em geral, equipamentos auxiliares, ferramentas, encargos da legislação social trabalhista e previdenciária, da infortunística do trabalho e responsabilidade civil por quaisquer danos causados a terceiros ou dispêndios resultantes de impostos, taxas regulamentos e posturas municipais, estaduais e federais, bem como o lucro.

4. REAJUSTE DE PREÇOS:

- 4.1. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea "d" do inciso II do caput do art. 65 da Lei Federal no 8.666/93.
- 4.2. Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

5. EXECUÇÃO DAS COMPRAS:

- 5.1. As compras dos bens objeto do presente Registro de Preços serão realizadas pelo Departamento de Compras do OGRP, através da comunicação da ordem de compra.
- 5.1.1. A Ordem de Compra que conterá as informações básicas da discriminação básica e o número do item dos bens, a quantidade a ser adquirida, a unidade compradora, o fornecedor, condições de entrega e pagamento, e a assinatura do responsável.

**ATA DE REGISTRO DE
PREÇOS Nº.29/2015**

5.1.2. O OGRP, sempre que achar conveniente, poderá substituir a Ordem de Compra por qualquer outro instrumento hábil para a realização das compras.

5.2. O OGRP realizará as compras parceladamente.

5.3. Fica entendido que o OGRP não terá qualquer obrigação de aquisição dos itens objeto do edital.

6. FISCALIZAÇÃO:

6.1. O exercício de fiscalização pelo preposto do OGRP não excluirá nem reduzirá as responsabilidades do FORNECEDOR.

6.2. À Fiscalização fica desde já assegurado o direito de:

6.2.2. Determinar o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados;

6.2.3. Rejeitar todo e qualquer bem entregue de má qualidade ou em desacordo com o especificado no edital e na proposta, exigindo sua substituição ou correção imediatas;

6.2.4. Impugnar todo e qualquer produto em desacordo com as especificações, normas regulamentares, legais e contratuais;

6.3. O OGRP, sem prejuízo de suas atribuições de acompanhamento, poderá contratar profissionais consultores ou empresas especializadas, os serviços relativos ao controle qualitativo e quantitativo dos materiais objeto do edital.

7. PRAZO DE VALIDADE:

7.1. O prazo de validade da presente Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data de sua assinatura.

8. OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR:

8.1. Assegurar o fornecimento do objeto conforme as especificações constantes no item 2 da presente ata, com entrega no prazo e no endereço constante no edital.

8.2. Providenciar a imediata correção de todas as deficiências detectadas pelo OGRP, quanto ao fornecimento do objeto;

8.3. Garantir o pagamento a todos os prestadores de serviço alocados, bem como despesas extraordinárias, quando for o caso;

8.4. Responsabilizar-se por quaisquer danos ou prejuízos, materiais ou pessoais, decorrentes de culpa ou dolo, causados por seus empregados ou prepostos, em decorrência do fornecimento do objeto, assegurado o direito de defesa;

8.5. Prestar imediatamente quaisquer esclarecimentos solicitados pelo OGRP, respeitados os casos de complexidade para os quais se fixarão prazos específicos;

8.6. Comunicar imediatamente o OGRP, de forma detalhada, toda e qualquer ocorrência de acidentes verificada no curso da execução da ata.

8.7. Manter até o termo final desta Ata de Registro de Preços todas as obrigações com os órgãos públicos e fiscais, assim como encargos trabalhistas, previdenciários, securitários, tributários e comerciais, resultantes da execução, devidamente regularizados, segundo estabelecido no art. 71 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

8.8. Manter, durante toda a execução, as obrigações assumidas relativas a todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Processo Licitatório nº 033/2015 - Edital de Pregão nº 017/2015-10430.

9. OBRIGAÇÕES DO OGRP:

9.1. Cumprir e fazer cumprir todas as determinações constantes nesta ata e a legislação vigente correlata à execução do mesmo.

9.2. Efetuar o pagamento devido ao FORNECEDOR, na data e forma estabelecida no edital.

**ATA DE REGISTRO DE
PREÇOS Nº.29/2015**

9.3. Fiscalizar a entrega dos bens objeto da presente Ata, registrando as ocorrências, bem como atestar o recebimento dos mesmos em conformidade com os demais itens.

9.4. Recusar o recebimento dos bens em desacordo com as especificações do item 2 da presente Ata, quanto à sua natureza, quantidade ou qualidade, bem como documentos fiscais em desacordo com os bens adquiridos.

10. SANÇÕES:

10.1. Advertência, no caso de falta que não motive a aplicação de multa.

10.2. Multa, de acordo com os seguintes critérios:

- a) No valor de 0,5% (cinco décimos percentuais) do valor contratado, por dia de atraso injustificado na entrega dos materiais/produtos/equipamentos;
- b) No valor de 2,0% (dois por cento) do valor contratado por inobservância do item 12.4 da presente Ata de Registro de Preços;
- c) No valor de 2,0% (dois por cento) do valor contratado por descumprimento das OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR, inseridos no item 8, desde que não previstos em outros itens;
- d) No valor de 3,0 % (três por cento) do valor contratado, por acumulação de 03 (três) advertências;
- e) Multa de 5% (cinco por cento) do valor contratado no caso de fornecimento de bens em desacordo com as especificações da presente Ata de Registro de Preços, desde que cause prejuízo ao OGRP;
- f) Multa de 10% (dez por cento) do valor contratado no caso de recusa da entrega dos bens, sem justificativa e aviso prévio ao OGRP;
- g) No valor de 10% (dez por cento) do valor contratado se der causa à Declaração de Inidoneidade.

10.3. Suspensão de Participação em licitações com o Município de Indaial, incluindo a administração direta e indireta, pelo prazo de 05 (cinco) anos, no caso das sanções previstas nas alíneas "e" à "g".

10.4. Declaração de Inidoneidade, nos seguintes casos:

- a) Se o valor acumulado das multas ultrapassarem o 10% (dez por cento) do valor contratado;
- b) Tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- c) Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- d) Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

10.5. O valor máximo das multas não poderá exceder, cumulativamente, a 10% (dez por cento) do valor contratado.

11. RESCISÃO DA ATA:

11.1. Constituem motivo para rescisão da Ata, além dos motivos previstos no art. 78 da Lei Federal no 8.666/93:

- a) descumprir as condições da ata de registro de preços;
- b) não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- c) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou,
- d) sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 87 da Lei Federal no 8.666/93, ou no art. 7º da Lei Federal no 10.520/02.

11.2. Será assegurado, a parte que tiver dado motivo à rescisão, o contraditório e a ampla defesa.

**ATA DE REGISTRO DE
PREÇOS Nº.29/2015****12. DISPOSIÇÕES GERAIS:**

- 12.1. Todos os prazos previstos na presente Ata de Registro de Preços são contados como dias corridos, salvo disposição em contrário, e terá seu critério de contagem em consonância com o art. 110 da Lei Federal nº 8.666/93.
- 12.2. Não serão aceitos, em hipótese alguma, acordos verbais entre as partes com a finalidade de alteração ou substituição da Ata de Registro de Preços, ou da Ordem de Compra, ou da Nota de Empenho.
- 12.3. A inadimplência do FORNECEDOR, com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento.
- 12.4. O FORNECEDOR está terminantemente proibida de efetuar a transferência à terceiros das obrigações do fornecimento dos bens objeto desta Ata de Registro de Preços.

13. FORO:

- 13.1. O foro competente para dirimir possíveis dúvidas, após se esgotarem todas as tentativas de composição amigável, e/ou litígios pertinentes ao objeto da presente licitação, independente de outro que por mais privilegiado seja, será o da Comarca de INDIAIAL/SC.

14. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL:

- 14.1. Aplica-se à presente Ata, nas partes omissas, a seguinte legislação:
- a) Constituição da República Federativa do Brasil de 1988;
 - b) Lei Orgânica do Município de Indaial;
 - c) Lei Federal nº 8.666/93. Lei das Licitações e Contratos Administrativos;
 - d) Lei Federal nº 4.320/64. Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal;
 - e) Lei Federal nº 8.078/90. Código de Defesa do Consumidor;
 - f) Lei Federal nº 10.406/02. Código Civil Brasileiro;
 - g) Decreto-Lei nº 3.689/41. Código de Processo Penal;
 - h) Lei Federal nº 7.210/84. Lei de Execução Penal;
 - i) Lei Complementar Federal nº 101/2000. Lei de Responsabilidade Fiscal; e,
 - j) Decreto Municipal no 654/2014.

15. AS PARTES:

- 15.1. Por estarem justas e acordadas, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo assinadas, para que produzam seus efeitos administrativos.

Indaial/SC, em 18 de junho de 2015.

MUNICÍPIO DE INDIAIAL

Sérgio Almir dos Santos

Prefeito Municipal

**ATA DE REGISTRO DE
PREÇOS Nº.29/2015**

**MAGNUS PROJETOS E CONSTRUÇÕES E REP COMERCIAL
LTDA ME**

DAIANE MADEIRA NASCIMENTO
Representante

Testemunhas:

Assinatura:

Nome Legível:

CPF.:

Assinatura:

Nome Legível:

CPF.:

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 206 1669/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 206 1669/2015

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
ANS2328	55487008E	5479/0	25/02/2015	R\$ 85,12	181 * X
BLE3212	55486940E	5525/0	17/02/2015	R\$ 85,12	181 * XV
CFT4375	55486912E	6327/0	10/02/2015	R\$ 127,69	220 * VII
LWX0310	55486645E	5487/0	15/01/2015	R\$ 127,69	181 * XI
LYB7172	55721656E	6858/0	07/02/2015	R\$ 85,12	231 * VII
LYX2861	55486937E	6564/0	17/02/2015	R\$ 191,53	230 * II
LYX2861	55486938E	6050/2	17/02/2015	R\$ 191,53	208
LYX2861	55486941E	5967/0	17/02/2015	R\$ 957,69	203 * V
MBW2098	55721834E	7307/0	15/02/2015	R\$ 85,12	251 * II
MCO9427	55721805E	7030/1	23/01/2015	R\$ 191,53	244 * I
MCP4015	55041831D	7048/1	30/06/2012	R\$ 191,53	244 * II
MDP7651	55486914E	5193/0	11/02/2015	R\$ 191,53	168
MDQ8384	54430741E	7366/2	19/02/2015	R\$ 85,12	252 * VI
MDT0062	55486882E	5207/0	20/02/2015	R\$ 53,20	169
MDX9486	55722051E	5185/1	19/02/2015	R\$ 127,69	167
MEP5877	55721735E	7048/1	18/02/2015	R\$ 191,53	244 * II
MEP5877	55721736E	5835/0	18/02/2015	R\$ 127,69	195
MEY3447	55486436E	5568/0	23/02/2015	R\$ 127,69	181 * XIX
MFA7811	55721320E	5967/0	08/02/2015	R\$ 957,69	203 * V
MGL7989	55486692E	7366/2	20/01/2015	R\$ 85,12	252 * VI
MGQ8883	55487001E	5410/0	23/02/2015	R\$ 85,12	181 * IV
MGT1818	55486935E	5185/1	14/02/2015	R\$ 127,69	167
MHD4586	55486947E	5185/1	19/02/2015	R\$ 127,69	167
MHT0305	55486951E	5541/1	19/02/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MIJ8284	55720839D	5185/1	05/10/2013	R\$ 127,69	167
MIT9478	55486835E	5185/1	04/02/2015	R\$ 127,69	167

1 / 2

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MIV1744	55486705E	5193/0	20/01/2015	R\$ 191,53	168
MJC0459	55486791E	5568/0	03/02/2015	R\$ 127,69	181 * XIX
MJM8920	55721837E	5185/1	23/02/2015	R\$ 127,69	167
MKT8945	55486931E	5207/0	13/02/2015	R\$ 53,20	169

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

INDAIAL/SC, 17 DE JUNHO DE 2015

MARLI WESTPHAL MENEGAZZI

DIRETORA DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 206 1673/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 206 1673/2015

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AMD0308	55486435E	5541/1	23/02/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
ISN3683	55486711E	5185/1	20/01/2015	R\$ 127,69	167
LZD8806	54430033E	5550/0	01/01/2015	R\$ 85,12	181 * XVIII
MLX1641	55487014E	6041/2	25/02/2015	R\$ 127,69	207
MLX1641	55487015E	5185/1	25/02/2015	R\$ 127,69	167
MLX1641	55487017E	5940/1	25/02/2015	R\$ 957,69	203 * III
MLX1641	55487018E	6050/2	25/02/2015	R\$ 191,53	208

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

INDAIAL/SC, 17 DE JUNHO DE 2015

MARLI WESTPHAL MENEGAZZI

DIRETORA DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 206 1677/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 206 1667/2015

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
CRB8692	55487182E	6122/0	02/04/2015	214 * I
DJC7413	55487364E	7366/2	20/04/2015	252 * VI
DOC6918	55487190E	6033/0	02/04/2015	206 * V
DTX4866	55722253E	5541/5	16/04/2015	181 * XVII
IGM0131	55487130E	7374/0	24/03/2015	253
LWY8487	55487224E	5541/1	01/04/2015	181 * XVII
LXQ7534	55487231E	6050/1	06/04/2015	208
LYA9077	55487134E	5185/1	25/03/2015	167
LZG5418	55487129E	7366/2	24/03/2015	252 * VI
MAA6382	55722502E	6858/0	24/04/2015	231 * VII
MBF1464	55487375E	5541/4	24/04/2015	181 * XVII
MBQ1833	55487357E	5452/1	20/04/2015	181 * VIII
MCK6448	55487115E	7064/0	19/03/2015	244 * IV
MCN7704	55487356E	5452/1	20/04/2015	181 * VIII
MEA4937	55487250E	5185/1	07/04/2015	167
MEC6333	55721230E	7048/1	29/04/2015	244 * II
MEI2219	55487276E	5541/1	09/04/2015	181 * XVII
MFM4984	55487156E	5185/1	19/03/2015	167
MFQ4478	55487172E	5207/0	30/03/2015	169
MFY2217	55487179E	5541/4	01/04/2015	181 * XVII
MHT5019	54430884E	6122/0	25/04/2015	214 * I
MIN7992	55487363E	5185/1	20/04/2015	167
MIP4548	55487285E	5541/4	10/04/2015	181 * XVII
MIW1291	55485637E	5819/2	13/04/2015	193
MJM8920	55487359E	5185/1	20/04/2015	167
MJP1753	55487267E	5541/1	09/04/2015	181 * XVII

1 / 2

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MKB4328	55722212E	5207/0	23/03/2015	169
MMF4072	55487270E	5738/0	09/04/2015	186 * II
QHI8471	55487235E	5185/2	06/04/2015	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

INDAIAL/SC, 17 DE JUNHO DE 2015

MARLI WESTPHAL MENEGAZZI

DIRETORA DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 206 1681/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 206 1681/2015

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AJZ7238	55486779E	5185/1	29/01/2015	R\$ 127,69	167
BOI4583	55486631E	5541/1	13/01/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
CVB4083	54018609N	5002/0	12/01/2015	R\$ 127,69	257 § 8º
CZX8942	55721426E	5550/0	25/01/2015	R\$ 85,12	181 * XVIII
DGD8069	55487071E	7366/2	07/03/2015	R\$ 85,12	252 * VI
DXZ1556	54430180E	5568/0	16/12/2014	R\$ 127,69	181 * XIX
LWW7975	55486773E	5185/1	29/01/2015	R\$ 127,69	167
MAK9870	54430050E	5550/0	01/01/2015	R\$ 85,12	181 * XVIII
MBC0910	55721275E	5550/0	01/01/2015	R\$ 85,12	181 * XVIII
MEL8177	54035203N	5002/0	12/03/2015	R\$ 85,12	257 § 8º
MHA6558	55721622E	5207/0	10/01/2015	R\$ 53,20	169
MIP7704	55721280E	5550/0	01/01/2015	R\$ 85,12	181 * XVIII
MIT6634	54034398N	5002/0	10/03/2015	R\$ 127,69	257 § 8º
QHD4680	55486745E	5967/0	26/01/2015	R\$ 957,69	203 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

INDAIAL/SC, 17 DE JUNHO DE 2015

MARLI WESTPHAL MENEGAZZI

DIRETORA DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 206 1685/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 206 1685/2015

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AHH2380	55486978E	5193/0	04/03/2015	R\$ 191,53	168
AIQ1254	55486816E	5185/1	27/01/2015	R\$ 127,69	167
LXX3406	55486983E	5185/1	04/03/2015	R\$ 127,69	167
LYA8677	55486981E	7064/0	04/03/2015	R\$ 191,53	244 * IV
MBV0596	55487320E	5185/1	09/04/2015	R\$ 127,69	167
MDD0028	55721411E	5550/0	25/01/2015	R\$ 85,12	181 * XVIII
MFH6493	55487089E	5746/1	16/03/2015	R\$ 85,12	187 * I
MFO6138	55721804E	5525/0	23/01/2015	R\$ 85,12	181 * XV
MGG6920	55721427E	5550/0	25/01/2015	R\$ 85,12	181 * XVIII
MGM8690	55487102E	5827/0	07/03/2015	R\$ 127,69	194
MHH8735	55486723E	5541/1	22/01/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MHK5539	55486804E	5185/1	27/01/2015	R\$ 127,69	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

INDAIAL/SC, 17 DE JUNHO DE 2015

MARLI WESTPHAL MENEGAZZI

DIRETORA DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 789 254/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 4

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 789 254/2015

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
ACX3272	8789047870	7463/0	20/02/2015	R\$ 127,69	218 * II
ANB0470	8789045514	7455/0	30/11/2014	R\$ 85,12	218 * I
ARN3876	8789047816	7455/0	15/02/2015	R\$ 85,12	218 * I
BFD0276	8789046091	7455/0	14/12/2014	R\$ 85,12	218 * I
BOA5385	8789046642	7455/0	02/01/2015	R\$ 85,12	218 * I
BPK7212	8789047435	7455/0	26/01/2015	R\$ 85,12	218 * I
CAM4306	8789047878	7455/0	22/02/2015	R\$ 85,12	218 * I
CHO7260	8789047244	7463/0	20/01/2015	R\$ 127,69	218 * II
CHX7276	8789045461	7455/0	29/11/2014	R\$ 85,12	218 * I
CRM8983	8789047576	7455/0	30/01/2015	R\$ 85,12	218 * I
CVB4083	8789047646	7455/0	02/02/2015	R\$ 85,12	218 * I
DMM0650	8789047840	7455/0	17/02/2015	R\$ 85,12	218 * I
DZQ7373	8789045871	7455/0	10/12/2014	R\$ 85,12	218 * I
ETJ0509	8789046532	7455/0	29/12/2014	R\$ 85,12	218 * I
IBB5278	8789046969	7455/0	12/01/2015	R\$ 85,12	218 * I
IBZ5975	8789048786	7463/0	11/03/2015	R\$ 127,69	218 * II
JDW7411	8789045712	7455/0	05/12/2014	R\$ 85,12	218 * I
JDW7411	8789046369	7455/0	24/12/2014	R\$ 85,12	218 * I
JST8389	8789046530	7455/0	29/12/2014	R\$ 85,12	218 * I
KJC7554	8789046265	7455/0	20/12/2014	R\$ 85,12	218 * I
LNH1382	8789045793	7455/0	07/12/2014	R\$ 85,12	218 * I
LNZ9023	8789047469	7455/0	27/01/2015	R\$ 85,12	218 * I
LWW8122	8789048700	7455/0	09/03/2015	R\$ 85,12	218 * I
LXH3320	8789047819	7455/0	15/02/2015	R\$ 85,12	218 * I
LXS5014	8789047801	7455/0	12/02/2015	R\$ 85,12	218 * I
LYD3143	8789047645	7455/0	02/02/2015	R\$ 85,12	218 * I

1 / 4

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
LYR5540	8789047881	7455/0	22/02/2015	R\$ 85,12	218 * I
LYU0180	8789048556	7455/0	06/03/2015	R\$ 85,12	218 * I
LZO6818	8789046560	7455/0	30/12/2014	R\$ 85,12	218 * I
MAI3113	8789047374	7455/0	24/01/2015	R\$ 85,12	218 * I
MAJ8233	8789048851	7455/0	13/03/2015	R\$ 85,12	218 * I
MAL7334	8789047117	7455/0	16/01/2015	R\$ 85,12	218 * I
MAN0081	8789047249	7455/0	20/01/2015	R\$ 85,12	218 * I
MAU6467	8789047852	7455/0	18/02/2015	R\$ 85,12	218 * I
MBI8691	8789047754	7455/0	08/02/2015	R\$ 85,12	218 * I
MBY4372	8789047835	7455/0	17/02/2015	R\$ 85,12	218 * I
MCH0028	8789047000	7455/0	13/01/2015	R\$ 85,12	218 * I
MCL2871	8789045768	7455/0	07/12/2014	R\$ 85,12	218 * I
MCR5007	8789047130	7455/0	16/01/2015	R\$ 85,12	218 * I
MCW8342	8789048560	7455/0	06/03/2015	R\$ 85,12	218 * I
MCX4983	8789045359	7463/0	26/11/2014	R\$ 127,69	218 * II
MCY6965	8789047843	7455/0	17/02/2015	R\$ 85,12	218 * I
MDM4138	8789048696	7455/0	08/03/2015	R\$ 85,12	218 * I
MDS7677	8789041516	7455/0	07/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
MDT7231	8789047141	7455/0	17/01/2015	R\$ 85,12	218 * I
MDW9896	8789047733	7455/0	06/02/2015	R\$ 85,12	218 * I
MEG3275	8789047856	7455/0	19/02/2015	R\$ 85,12	218 * I
MEJ6554	8789047169	7471/0	17/01/2015	R\$ 574,61	218 * III
MET7121	8789047860	7455/0	19/02/2015	R\$ 85,12	218 * I
MEU8156	8789047803	7455/0	13/02/2015	R\$ 85,12	218 * I
MEZ6648	8789047194	7455/0	18/01/2015	R\$ 85,12	218 * I
MFH8191	8789047138	7455/0	16/01/2015	R\$ 85,12	218 * I
MFR7580	8789048583	7463/0	06/03/2015	R\$ 127,69	218 * II
MFY8519	8789047839	7455/0	17/02/2015	R\$ 85,12	218 * I
MGD2379	8789045759	7455/0	07/12/2014	R\$ 85,12	218 * I
MGE9368	54028388N	5002/0	20/02/2015	R\$ 127,69	257 § 8º
MGF0836	8789047502	7463/0	28/01/2015	R\$ 127,69	218 * II
MGI1098	8789047215	7455/0	19/01/2015	R\$ 85,12	218 * I
MGM2909	8789045802	7455/0	07/12/2014	R\$ 85,12	218 * I
MHG6685	54028394N	5002/0	20/02/2015	R\$ 85,12	257 § 8º
MHK8415	8789047445	7455/0	26/01/2015	R\$ 85,12	218 * I
MHP7347	8789047440	7455/0	26/01/2015	R\$ 85,12	218 * I
MHS1726	8789048719	7455/0	09/03/2015	R\$ 85,12	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MHT9985	8789046716	7455/0	04/01/2015	R\$ 85,12	218 * I
MHU4478	54028386N	5002/0	20/02/2015	R\$ 85,12	257 § 8º
MHZ3635	54024396N	5002/0	02/02/2015	R\$ 85,12	257 § 8º
MIB4601	8789047441	7455/0	26/01/2015	R\$ 85,12	218 * I
MIE7511	8789047566	7455/0	30/01/2015	R\$ 85,12	218 * I
MJH2177	54028392N	5002/0	20/02/2015	R\$ 85,12	257 § 8º
MJH2420	8789045853	7455/0	09/12/2014	R\$ 85,12	218 * I
MJJ8052	54028393N	5002/0	20/02/2015	R\$ 85,12	257 § 8º
MJM8920	54017167N	5002/0	06/01/2015	R\$ 85,12	257 § 8º
MJN4212	8789047205	7455/0	18/01/2015	R\$ 85,12	218 * I
MJO3104	8789047868	7463/0	20/02/2015	R\$ 127,69	218 * II
MJP0048	8789045635	7455/0	04/12/2014	R\$ 85,12	218 * I
MJP9001	54028384N	5002/0	20/02/2015	R\$ 85,12	257 § 8º
MJW7792	8789047175	7455/0	18/01/2015	R\$ 85,12	218 * I
MKD1193	8789045796	7463/0	07/12/2014	R\$ 127,69	218 * II
MKE0017	8789048019	7455/0	16/02/2015	R\$ 85,12	218 * I
MKG2527	8789047491	7455/0	27/01/2015	R\$ 85,12	218 * I
MKI4901	8789047693	7455/0	03/02/2015	R\$ 85,12	218 * I
MLN1345	54028387N	5002/0	20/02/2015	R\$ 85,12	257 § 8º
MLO4646	54024403N	5002/0	02/02/2015	R\$ 85,12	257 § 8º
MLV5763	8789048717	7455/0	09/03/2015	R\$ 85,12	218 * I
MMA4721	8789041979	7455/0	20/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
MMA5922	8789046357	7455/0	24/12/2014	R\$ 85,12	218 * I
MMD4680	8789047637	7455/0	01/02/2015	R\$ 85,12	218 * I
MMF1165	8789047665	7455/0	02/02/2015	R\$ 85,12	218 * I
NCM2409	8789047104	7455/0	15/01/2015	R\$ 85,12	218 * I
NCM2409	8789047105	7455/0	15/01/2015	R\$ 85,12	218 * I
ODT3079	8789048512	7463/0	02/03/2015	R\$ 127,69	218 * II
OKH8355	8789047864	7455/0	20/02/2015	R\$ 85,12	218 * I
OKH8355	8789047865	7455/0	20/02/2015	R\$ 85,12	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	-------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

INDAIAL/SC, 17 DE JUNHO DE 2015

MARLI WESTPHAL MENEGAZZI

DIRETORA DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 789 256/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 789 256/2015

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AOI4718	8789046479	7455/0	05/01/2015	R\$ 85,12	218 * I
ASD0706	8789047099	7455/0	14/01/2015	R\$ 85,12	218 * I
ASF1378	8789047092	7455/0	12/01/2015	R\$ 85,12	218 * I
ETL9382	8789049061	7455/0	06/03/2015	R\$ 85,12	218 * I
LOV6717	8789046913	7455/0	11/01/2015	R\$ 85,12	218 * I
LXO8822	8789047059	7455/0	15/01/2015	R\$ 85,12	218 * I
LXV3006	8789047731	7455/0	06/02/2015	R\$ 85,12	218 * I
MAN7524	8789047538	7455/0	29/01/2015	R\$ 85,12	218 * I
MAN8951	8789046657	7455/0	03/01/2015	R\$ 85,12	218 * I
MBM2295	8789047786	7455/0	11/02/2015	R\$ 85,12	218 * I
MDW5901	8789047005	7455/0	13/01/2015	R\$ 85,12	218 * I
MHG3055	8789047732	7455/0	06/02/2015	R\$ 85,12	218 * I
MIC6702	8789047768	7455/0	09/02/2015	R\$ 85,12	218 * I
MII0917	8789048599	7471/0	07/03/2015	R\$ 574,61	218 * III
MII0917	8789048601	7471/0	07/03/2015	R\$ 574,61	218 * III
MIT8656	8789047793	7455/0	12/02/2015	R\$ 85,12	218 * I
MJZ3691	8789048936	7455/0	15/03/2015	R\$ 85,12	218 * I
MKN5696	8789047124	7455/0	16/01/2015	R\$ 85,12	218 * I
MKW6565	8789046962	7455/0	12/01/2015	R\$ 85,12	218 * I
MLL1268	8789046413	7455/0	26/12/2014	R\$ 85,12	218 * I
MML2991	8789047214	7455/0	19/01/2015	R\$ 85,12	218 * I
OKG3026	8789048770	7455/0	10/03/2015	R\$ 85,12	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	-------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

INDAIAL/SC, 17 DE JUNHO DE 2015

MARLI WESTPHAL MENEGAZZI

DIRETORA DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 789 258/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 4

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 789 258/2015

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AFN7100	8789048375	7455/0	01/03/2015	R\$ 85,12	218 * I
AKO5634	8789048459	7463/0	04/03/2015	R\$ 127,69	218 * II
AKW9089	8789045995	7455/0	12/12/2014	R\$ 85,12	218 * I
ALC8456	8789047379	7455/0	24/01/2015	R\$ 85,12	218 * I
ALK0011	8789047964	7455/0	28/02/2015	R\$ 85,12	218 * I
ALY6516	8789048034	7455/0	16/02/2015	R\$ 85,12	218 * I
APA6552	8789048078	7455/0	18/02/2015	R\$ 85,12	218 * I
AUJ1423	8789047921	7455/0	24/02/2015	R\$ 85,12	218 * I
AZA1415	8789047915	7455/0	24/02/2015	R\$ 85,12	218 * I
BGO1816	8789046337	7455/0	23/12/2014	R\$ 85,12	218 * I
BOA5385	8789047579	7455/0	30/01/2015	R\$ 85,12	218 * I
CEJ1818	8789048418	7455/0	02/03/2015	R\$ 85,12	218 * I
CPX2296	8789048081	7463/0	18/02/2015	R\$ 127,69	218 * II
CYT8866	8789047613	7455/0	31/01/2015	R\$ 85,12	218 * I
DAE5335	8789048168	7455/0	21/02/2015	R\$ 85,12	218 * I
DIN8194	8789047527	7455/0	26/01/2015	R\$ 85,12	218 * I
DLB9054	8789048461	7455/0	04/03/2015	R\$ 85,12	218 * I
DMJ7161	8789047670	7455/0	02/02/2015	R\$ 85,12	218 * I
DRM0030	8789048500	7455/0	27/02/2015	R\$ 85,12	218 * I
ETQ6407	8789047883	7455/0	08/02/2015	R\$ 85,12	218 * I
HDJ4624	8789048462	7455/0	04/03/2015	R\$ 85,12	218 * I
HFP0124	8789048259	7455/0	25/02/2015	R\$ 85,12	218 * I
HMC9027	8789047998	7455/0	14/02/2015	R\$ 85,12	218 * I
IGU2236	8789046533	7455/0	29/12/2014	R\$ 85,12	218 * I
INO9128	54035187N	5002/0	12/03/2015	R\$ 85,12	257 § 8º
INR5497	8789046352	7455/0	24/12/2014	R\$ 85,12	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
JRB8579	8789046855	7455/0	09/01/2015	R\$ 85,12	218 * I
LPS5184	8789047467	7455/0	26/01/2015	R\$ 85,12	218 * I
LWT4269	8789046579	7455/0	30/12/2014	R\$ 85,12	218 * I
LXC6921	8789048406	7455/0	02/03/2015	R\$ 85,12	218 * I
LXE1478	8789047935	7455/0	26/02/2015	R\$ 85,12	218 * I
LXO7892	8789047967	7455/0	28/02/2015	R\$ 85,12	218 * I
LXV8345	8789047898	7455/0	21/02/2015	R\$ 85,12	218 * I
LYM2828	8789048351	7455/0	28/02/2015	R\$ 85,12	218 * I
LYR1114	8789047149	7455/0	17/01/2015	R\$ 85,12	218 * I
LYV9742	8789047926	7455/0	25/02/2015	R\$ 85,12	218 * I
LZC2191	8789045975	7455/0	11/12/2014	R\$ 85,12	218 * I
LZC7175	8789047966	7455/0	28/02/2015	R\$ 85,12	218 * I
LZR4609	8789046181	7455/0	18/12/2014	R\$ 85,12	218 * I
LZW6907	8789046660	7455/0	03/01/2015	R\$ 85,12	218 * I
LZX6225	8789047941	7455/0	27/02/2015	R\$ 85,12	218 * I
MAC2229	8789048041	7455/0	16/02/2015	R\$ 85,12	218 * I
MAF3851	8789049080	7455/0	14/03/2015	R\$ 85,12	218 * I
MAJ7960	8789046623	7455/0	01/01/2015	R\$ 85,12	218 * I
MAJ7960	8789047125	7455/0	16/01/2015	R\$ 85,12	218 * I
MAN8951	8789046636	7455/0	02/01/2015	R\$ 85,12	218 * I
MAN8951	8789046774	7463/0	06/01/2015	R\$ 127,69	218 * II
MAN8951	8789046788	7455/0	07/01/2015	R\$ 85,12	218 * I
MAX9181	8789048481	7455/0	04/03/2015	R\$ 85,12	218 * I
MBD1806	8789048209	7463/0	23/02/2015	R\$ 127,69	218 * II
MBE4842	8789047411	7455/0	25/01/2015	R\$ 85,12	218 * I
MBK3736	8789047896	7455/0	21/02/2015	R\$ 85,12	218 * I
MBT9162	8789048098	7455/0	19/02/2015	R\$ 85,12	218 * I
MBV3954	8789048364	7455/0	28/02/2015	R\$ 85,12	218 * I
MCG9326	8789047715	7455/0	04/02/2015	R\$ 85,12	218 * I
MCN3107	8789047661	7463/0	02/02/2015	R\$ 127,69	218 * II
MDI0234	8789048218	7455/0	23/02/2015	R\$ 85,12	218 * I
MDJ2460	8789046317	7455/0	22/12/2014	R\$ 85,12	218 * I
MDS9067	8789046185	7463/0	18/12/2014	R\$ 127,69	218 * II
MDU3173	8789046420	7455/0	26/12/2014	R\$ 85,12	218 * I
MDY4624	8789048226	7455/0	23/02/2015	R\$ 85,12	218 * I
MDZ3175	8789048070	7455/0	17/02/2015	R\$ 85,12	218 * I
MEG6663	8789048293	7455/0	26/02/2015	R\$ 85,12	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MEK5965	54035193N	5002/0	12/03/2015	R\$ 85,12	257 § 8º
MEZ6389	8789048169	7455/0	21/02/2015	R\$ 85,12	218 * I
MFA5374	8789048420	7455/0	02/03/2015	R\$ 85,12	218 * I
MFC8824	8789047506	7455/0	28/01/2015	R\$ 85,12	218 * I
MFG8529	8789048298	7463/0	26/02/2015	R\$ 127,69	218 * II
MFH2059	8789048427	7455/0	03/03/2015	R\$ 85,12	218 * I
MFH4603	8789047536	7455/0	29/01/2015	R\$ 85,12	218 * I
MFP0556	8789048152	7455/0	21/02/2015	R\$ 85,12	218 * I
MFT1479	8789048472	7455/0	04/03/2015	R\$ 85,12	218 * I
MFT2981	8789048025	7455/0	16/02/2015	R\$ 85,12	218 * I
MFZ0741	8789048283	7463/0	26/02/2015	R\$ 127,69	218 * II
MGB8609	8789048103	7455/0	19/02/2015	R\$ 85,12	218 * I
MGH4569	8789048059	7463/0	17/02/2015	R\$ 127,69	218 * II
MGN6447	8789048127	7455/0	20/02/2015	R\$ 85,12	218 * I
MGP6586	8789047996	7463/0	14/02/2015	R\$ 127,69	218 * II
MGS3216	8789048136	7455/0	20/02/2015	R\$ 85,12	218 * I
MGX1378	8789046539	7455/0	29/12/2014	R\$ 85,12	218 * I
MGZ5348	54012562N	5002/0	29/12/2014	R\$ 85,12	257 § 8º
MHB1616	8789047960	7455/0	28/02/2015	R\$ 85,12	218 * I
MHI1440	8789048222	7455/0	23/02/2015	R\$ 85,12	218 * I
MHI6784	8789048455	7463/0	04/03/2015	R\$ 127,69	218 * II
MHN0890	54028380N	5002/0	20/02/2015	R\$ 85,12	257 § 8º
MHO0942	8789047976	7455/0	02/03/2015	R\$ 85,12	218 * I
MHQ4876	8789046625	7455/0	01/01/2015	R\$ 85,12	218 * I
MHW4946	54035188N	5002/0	12/03/2015	R\$ 127,69	257 § 8º
MHY8269	8789048278	7455/0	26/02/2015	R\$ 85,12	218 * I
MID3822	8789048072	7455/0	18/02/2015	R\$ 85,12	218 * I
MIQ2869	8789048044	7455/0	16/02/2015	R\$ 85,12	218 * I
MIR9020	8789047483	7455/0	27/01/2015	R\$ 85,12	218 * I
MIS1699	8789048203	7455/0	23/02/2015	R\$ 85,12	218 * I
MIX7097	8789048382	7455/0	01/03/2015	R\$ 85,12	218 * I
MIZ2798	54035189N	5002/0	12/03/2015	R\$ 85,12	257 § 8º
MJC6703	8789048388	7455/0	01/03/2015	R\$ 85,12	218 * I
MJI5103	8789047407	7455/0	25/01/2015	R\$ 85,12	218 * I
MJK2359	8789048108	7455/0	19/02/2015	R\$ 85,12	218 * I
MJX4417	8789047405	7463/0	25/01/2015	R\$ 127,69	218 * II
MJX4417	8789047562	7463/0	30/01/2015	R\$ 127,69	218 * II

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MJX4417	8789047563	7455/0	30/01/2015	R\$ 85,12	218 * I
MKD0422	8789046667	7455/0	03/01/2015	R\$ 85,12	218 * I
MKF4615	8789047706	7455/0	04/02/2015	R\$ 85,12	218 * I
MKG1216	8789046955	7455/0	12/01/2015	R\$ 85,12	218 * I
MKH1033	8789047772	7455/0	09/02/2015	R\$ 85,12	218 * I
MKI1766	8789046285	7455/0	21/12/2014	R\$ 85,12	218 * I
MKK8896	54035191N	5002/0	12/03/2015	R\$ 85,12	257 § 8º
MKS3756	8789046936	7455/0	11/01/2015	R\$ 85,12	218 * I
MKT3500	8789048148	7455/0	21/02/2015	R\$ 85,12	218 * I
MKX8373	8789046550	7455/0	29/12/2014	R\$ 85,12	218 * I
MLE6966	8789048274	7463/0	26/02/2015	R\$ 127,69	218 * II
MLO4646	54028385N	5002/0	20/02/2015	R\$ 85,12	257 § 8º
MLQ7611	8789045894	7455/0	10/12/2014	R\$ 85,12	218 * I
MLR8877	8789047594	7455/0	31/01/2015	R\$ 85,12	218 * I
MLT7643	8789046347	7455/0	24/12/2014	R\$ 85,12	218 * I
MMC5375	8789047908	7455/0	23/02/2015	R\$ 85,12	218 * I
MMC8756	8789048447	7455/0	03/03/2015	R\$ 85,12	218 * I
MMI3673	8789048020	7463/0	16/02/2015	R\$ 127,69	218 * II
MMK1937	8789046847	7455/0	09/01/2015	R\$ 85,12	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

INDAIAL/SC, 17 DE JUNHO DE 2015

MARLI WESTPHAL MENEGAZZI

DIRETORA DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 789 260/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 4

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 789 260/2015

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
ACX3272	8789048135	7463/0	20/02/2015	R\$ 127,69	218 * II
AIM7181	8789047326	7455/0	23/01/2015	R\$ 85,12	218 * I
AJS3202	8789048381	7455/0	01/03/2015	R\$ 85,12	218 * I
AKM7812	8789046254	7455/0	20/12/2014	R\$ 85,12	218 * I
AKY0070	8789045885	7455/0	10/12/2014	R\$ 85,12	218 * I
ALJ9107	8789046877	7455/0	10/01/2015	R\$ 85,12	218 * I
ARW5429	8789048415	7455/0	02/03/2015	R\$ 85,12	218 * I
BCK4100	8789047045	7455/0	15/01/2015	R\$ 85,12	218 * I
BFL1615	8789048140	7455/0	20/02/2015	R\$ 85,12	218 * I
CSE0209	8789046934	7455/0	11/01/2015	R\$ 85,12	218 * I
CVZ0906	8789047992	7455/0	14/02/2015	R\$ 85,12	218 * I
DII4420	8789046745	7455/0	06/01/2015	R\$ 85,12	218 * I
DML2538	8789048378	7455/0	01/03/2015	R\$ 85,12	218 * I
DVP3377	8789047583	7455/0	31/01/2015	R\$ 85,12	218 * I
DYU9720	8789048213	7455/0	23/02/2015	R\$ 85,12	218 * I
IJW8722	8789047395	7463/0	24/01/2015	R\$ 127,69	218 * II
JDW7411	8789046815	7455/0	07/01/2015	R\$ 85,12	218 * I
JDW7411	8789046817	7455/0	07/01/2015	R\$ 85,12	218 * I
JKE4782	8789046820	7463/0	08/01/2015	R\$ 127,69	218 * II
JNH2117	8789047357	7455/0	24/01/2015	R\$ 85,12	218 * I
LXQ9000	8789046000	7455/0	12/12/2014	R\$ 85,12	218 * I
LYM2802	8789047322	7455/0	23/01/2015	R\$ 85,12	218 * I
LYN5876	8789047140	7455/0	16/01/2015	R\$ 85,12	218 * I
LZF5028	8789046919	7455/0	11/01/2015	R\$ 85,12	218 * I
LZI4958	8789048292	7463/0	26/02/2015	R\$ 127,69	218 * II
LZQ5145	8789048038	7455/0	16/02/2015	R\$ 85,12	218 * I

1 / 4

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
LZR0476	8789046618	7455/0	01/01/2015	R\$ 85,12	218 * I
LZX9749	8789048176	7455/0	22/02/2015	R\$ 85,12	218 * I
MAA6812	8789046126	7463/0	15/12/2014	R\$ 127,69	218 * II
MAW0908	8789047912	7455/0	23/02/2015	R\$ 85,12	218 * I
MBH5569	8789048192	7455/0	22/02/2015	R\$ 85,12	218 * I
MBJ8867	8789047762	7455/0	08/02/2015	R\$ 85,12	218 * I
MBM8051	8789046566	7455/0	30/12/2014	R\$ 85,12	218 * I
MBP2772	8789048064	7455/0	17/02/2015	R\$ 85,12	218 * I
MBS5329	8789048268	7455/0	25/02/2015	R\$ 85,12	218 * I
MCK7694	8789048386	7455/0	01/03/2015	R\$ 85,12	218 * I
MCQ2577	8789047156	7455/0	17/01/2015	R\$ 85,12	218 * I
MCU4099	8789048005	7455/0	15/02/2015	R\$ 85,12	218 * I
MCU8915	8789048002	7455/0	15/02/2015	R\$ 85,12	218 * I
MCY4819	8789046488	7471/0	28/12/2014	R\$ 574,61	218 * III
MDB5232	8789046844	7455/0	09/01/2015	R\$ 85,12	218 * I
MDJ7214	8789048349	7455/0	28/02/2015	R\$ 85,12	218 * I
MDO1143	8789047414	7463/0	25/01/2015	R\$ 127,69	218 * II
MDQ4152	8789048353	7455/0	28/02/2015	R\$ 85,12	218 * I
MDW8521	8789047352	7455/0	24/01/2015	R\$ 85,12	218 * I
MDX6767	8789048151	7463/0	21/02/2015	R\$ 127,69	218 * II
MEB1378	54035194N	5002/0	12/03/2015	R\$ 85,12	257 § 8º
MEV7146	8789047549	7455/0	29/01/2015	R\$ 85,12	218 * I
MEZ8377	8789048012	7455/0	15/02/2015	R\$ 85,12	218 * I
MFE0850	8789048026	7455/0	16/02/2015	R\$ 85,12	218 * I
MFN6219	8789046527	7455/0	28/12/2014	R\$ 85,12	218 * I
MFS6521	8789047622	7455/0	01/02/2015	R\$ 85,12	218 * I
MFT3007	8789048439	7455/0	03/03/2015	R\$ 85,12	218 * I
MGC4248	8789048035	7455/0	16/02/2015	R\$ 85,12	218 * I
MGD0103	8789047041	7455/0	15/01/2015	R\$ 85,12	218 * I
MGD2379	8789046235	7455/0	20/12/2014	R\$ 85,12	218 * I
MGJ0483	8789048421	7455/0	02/03/2015	R\$ 85,12	218 * I
MGT2310	8789046105	7455/0	15/12/2014	R\$ 85,12	218 * I
MGT9191	8789046159	7455/0	17/12/2014	R\$ 85,12	218 * I
MGX4651	8789046036	7455/0	13/12/2014	R\$ 85,12	218 * I
MGY4441	8789047473	7455/0	27/01/2015	R\$ 85,12	218 * I
MHM6548	8789048117	7455/0	19/02/2015	R\$ 85,12	218 * I
MHM9181	8789048694	7455/0	08/03/2015	R\$ 85,12	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MHN0240	8789046208	7455/0	19/12/2014	R\$ 85,12	218 * I
MIB0071	54024395N	5002/0	02/02/2015	R\$ 85,12	257 § 8º
MIN1322	8789047688	7455/0	03/02/2015	R\$ 85,12	218 * I
MIN9170	8789046238	7455/0	20/12/2014	R\$ 85,12	218 * I
MIP6959	8789046970	7455/0	12/01/2015	R\$ 85,12	218 * I
MJA5639	8789048139	7455/0	20/02/2015	R\$ 85,12	218 * I
MJQ7127	8789046605	7455/0	01/01/2015	R\$ 85,12	218 * I
MJW5659	8789046528	7455/0	29/12/2014	R\$ 85,12	218 * I
MKG4488	8789046832	7463/0	09/01/2015	R\$ 127,69	218 * II
MKJ4026	8789046009	7455/0	13/12/2014	R\$ 85,12	218 * I
MKJ5740	8789046874	7455/0	10/01/2015	R\$ 85,12	218 * I
MKP0108	8789048425	7455/0	03/03/2015	R\$ 85,12	218 * I
MKQ3204	8789046675	7463/0	03/01/2015	R\$ 127,69	218 * II
MKQ5772	8789048175	7463/0	22/02/2015	R\$ 127,69	218 * II
MLK1376	8789047344	7455/0	23/01/2015	R\$ 85,12	218 * I
MLM7791	8789048113	7455/0	19/02/2015	R\$ 85,12	218 * I
MLR5876	8789046741	7463/0	05/01/2015	R\$ 127,69	218 * II
MLS6534	8789048369	7455/0	28/02/2015	R\$ 85,12	218 * I
MLZ2708	8789048058	7455/0	17/02/2015	R\$ 85,12	218 * I
MLZ3337	8789047900	7455/0	21/02/2015	R\$ 85,12	218 * I
MLZ3337	8789048295	7455/0	26/02/2015	R\$ 85,12	218 * I
MMA7537	8789048279	7455/0	26/02/2015	R\$ 85,12	218 * I
MMD4861	8789045727	7455/0	06/12/2014	R\$ 85,12	218 * I
MMH0834	8789048120	7455/0	19/02/2015	R\$ 85,12	218 * I
MMI7802	8789046661	7455/0	03/01/2015	R\$ 85,12	218 * I
MMK2142	8789048046	7455/0	16/02/2015	R\$ 85,12	218 * I
MML6780	8789047057	7455/0	15/01/2015	R\$ 85,12	218 * I
OKE0525	8789046309	7455/0	22/12/2014	R\$ 85,12	218 * I
QIQ1404	8789046773	7455/0	06/01/2015	R\$ 85,12	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	-------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

INDAIAL/SC, 17 DE JUNHO DE 2015

MARLI WESTPHAL MENEGAZZI

DIRETORA DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 789 262/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 4

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 789 262/2015

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AEN0181	8789048852	7455/0	13/03/2015	R\$ 85,12	218 * I
AER1368	8789047219	7463/0	19/01/2015	R\$ 127,69	218 * II
AIR2309	8789048568	7455/0	06/03/2015	R\$ 85,12	218 * I
AIY8267	8789048865	7455/0	13/03/2015	R\$ 85,12	218 * I
AJG5727	8789048931	7455/0	15/03/2015	R\$ 85,12	218 * I
AMM3878	8789049024	7455/0	18/03/2015	R\$ 85,12	218 * I
APT1994	8789049067	7455/0	09/03/2015	R\$ 85,12	218 * I
CSN2941	8789048805	7455/0	12/03/2015	R\$ 85,12	218 * I
DCX4892	8789047230	7463/0	19/01/2015	R\$ 127,69	218 * II
EPB9182	8789049093	7455/0	19/03/2015	R\$ 85,12	218 * I
GSE4393	8789047087	7455/0	10/01/2015	R\$ 85,12	218 * I
HFE2897	8789049085	7471/0	15/03/2015	R\$ 574,61	218 * III
HSM0207	8789048810	7455/0	12/03/2015	R\$ 85,12	218 * I
HVV4577	8789047283	7455/0	22/01/2015	R\$ 85,12	218 * I
IHE5728	8789048080	7455/0	18/02/2015	R\$ 85,12	218 * I
JOL6338	8789047050	7455/0	15/01/2015	R\$ 85,12	218 * I
JOL6338	8789047051	7455/0	15/01/2015	R\$ 85,12	218 * I
LWW6435	8789049555	7463/0	03/04/2015	R\$ 127,69	218 * II
LWW6435	8789049563	7455/0	03/04/2015	R\$ 85,12	218 * I
LYK7582	8789046999	7455/0	13/01/2015	R\$ 85,12	218 * I
LYK7582	8789047004	7455/0	13/01/2015	R\$ 85,12	218 * I
LYK7582	8789047158	7455/0	17/01/2015	R\$ 85,12	218 * I
LYW9230	8789049006	7455/0	18/03/2015	R\$ 85,12	218 * I
LZF8000	8789048449	7455/0	04/03/2015	R\$ 85,12	218 * I
LZR8152	8789049053	7455/0	19/03/2015	R\$ 85,12	218 * I
LZX9283	8789048839	7455/0	13/03/2015	R\$ 85,12	218 * I

1 / 4

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
LZX9283	8789049029	7455/0	19/03/2015	R\$ 85,12	218 * I
LZZ0150	8789048385	7463/0	01/03/2015	R\$ 127,69	218 * II
LZZ7951	8789049127	7455/0	20/03/2015	R\$ 85,12	218 * I
MAN0816	8789049014	7455/0	18/03/2015	R\$ 85,12	218 * I
MAR9659	8789049525	7463/0	03/04/2015	R\$ 127,69	218 * II
MAV1275	8789047738	7455/0	07/02/2015	R\$ 85,12	218 * I
MBD0834	8789047127	7455/0	16/01/2015	R\$ 85,12	218 * I
MBH3951	8789047259	7455/0	20/01/2015	R\$ 85,12	218 * I
MBT6728	54024312N	5002/0	29/01/2015	R\$ 85,12	257 § 8º
MBT9162	8789048785	7455/0	11/03/2015	R\$ 85,12	218 * I
MBU6476	8789049550	7455/0	03/04/2015	R\$ 85,12	218 * I
MBW5170	8789048641	7455/0	07/03/2015	R\$ 85,12	218 * I
MCB0864	8789048685	7463/0	08/03/2015	R\$ 127,69	218 * II
MCM1968	8789047113	7455/0	16/01/2015	R\$ 85,12	218 * I
MCQ9909	8789049730	7455/0	30/03/2015	R\$ 85,12	218 * I
MCU7963	8789048571	7455/0	06/03/2015	R\$ 85,12	218 * I
MCV7594	8789048662	7455/0	08/03/2015	R\$ 85,12	218 * I
MDG2676	8789046994	7455/0	13/01/2015	R\$ 85,12	218 * I
MDK2227	8789048774	7455/0	10/03/2015	R\$ 85,12	218 * I
MDK8119	8789048669	7455/0	08/03/2015	R\$ 85,12	218 * I
MDP1154	8789048874	7455/0	14/03/2015	R\$ 85,12	218 * I
MDZ5476	8789048716	7455/0	09/03/2015	R\$ 85,12	218 * I
MEB5862	8789049039	7455/0	19/03/2015	R\$ 85,12	218 * I
MEF4272	8789047313	7455/0	23/01/2015	R\$ 85,12	218 * I
MEP9771	8789048579	7463/0	06/03/2015	R\$ 127,69	218 * II
MFC3190	8789048789	7455/0	11/03/2015	R\$ 85,12	218 * I
MFR4496	8789049535	7455/0	03/04/2015	R\$ 85,12	218 * I
MGE9665	8789048850	7455/0	13/03/2015	R\$ 85,12	218 * I
MGK0857	8789047108	7455/0	15/01/2015	R\$ 85,12	218 * I
MGM4057	8789047724	7455/0	05/02/2015	R\$ 85,12	218 * I
MGS3216	8789049028	7455/0	19/03/2015	R\$ 85,12	218 * I
MGW0196	8789049376	7455/0	28/03/2015	R\$ 85,12	218 * I
MGZ3152	54028381N	5002/0	20/02/2015	R\$ 85,12	257 § 8º
MHA5088	8789045613	7455/0	03/12/2014	R\$ 85,12	218 * I
MHI2231	8789047224	7455/0	19/01/2015	R\$ 85,12	218 * I
MHK2565	8789047256	7455/0	20/01/2015	R\$ 85,12	218 * I
MHV0199	54041011N	5002/0	14/04/2015	R\$ 85,12	257 § 8º

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MHZ6662	8789047331	7455/0	23/01/2015	R\$ 85,12	218 * I
MIG2247	8789048609	7455/0	07/03/2015	R\$ 85,12	218 * I
MIQ0697	8789048667	7455/0	08/03/2015	R\$ 85,12	218 * I
MJA2432	8789049273	7455/0	25/03/2015	R\$ 85,12	218 * I
MBJ9696	54023584N	5002/0	27/01/2015	R\$ 85,12	257 § 8º
MJC1358	8789048857	7455/0	13/03/2015	R\$ 85,12	218 * I
MJH7174	8789049602	7455/0	05/04/2015	R\$ 85,12	218 * I
MJI5181	54041561N	5002/0	16/04/2015	R\$ 85,12	257 § 8º
MJK3807	8789048227	7455/0	23/02/2015	R\$ 85,12	218 * I
MJK6876	8789049042	7455/0	19/03/2015	R\$ 85,12	218 * I
MJL2429	8789046992	7455/0	12/01/2015	R\$ 85,12	218 * I
MJN0119	8789048595	7455/0	07/03/2015	R\$ 85,12	218 * I
MJS9779	8789048895	7455/0	14/03/2015	R\$ 85,12	218 * I
MJW6654	8789048705	7455/0	09/03/2015	R\$ 85,12	218 * I
MKF6348	8789048616	7463/0	07/03/2015	R\$ 127,69	218 * II
MKG1397	8789048824	7455/0	12/03/2015	R\$ 85,12	218 * I
MKG1397	8789048871	7455/0	14/03/2015	R\$ 85,12	218 * I
MKG1397	8789048957	7455/0	15/03/2015	R\$ 85,12	218 * I
MKN5696	8789048990	7455/0	17/03/2015	R\$ 85,12	218 * I
MKQ5150	8789049854	7455/0	10/04/2015	R\$ 85,12	218 * I
MKU4826	8789049044	7455/0	19/03/2015	R\$ 85,12	218 * I
MKX7192	8789049196	7455/0	22/03/2015	R\$ 85,12	218 * I
MKX9153	8789048589	7455/0	07/03/2015	R\$ 85,12	218 * I
MKZ7056	8789048958	7455/0	16/03/2015	R\$ 85,12	218 * I
MLB3964	8789048828	7455/0	12/03/2015	R\$ 85,12	218 * I
MLF1258	8789048881	7455/0	14/03/2015	R\$ 85,12	218 * I
MLV1935	8789048737	7455/0	10/03/2015	R\$ 85,12	218 * I
MLY0466	8789048740	7455/0	10/03/2015	R\$ 85,12	218 * I
MLY0466	8789048741	7455/0	10/03/2015	R\$ 85,12	218 * I
MLY8889	8789048826	7455/0	12/03/2015	R\$ 85,12	218 * I
MMA0899	8789046975	7455/0	12/01/2015	R\$ 85,12	218 * I
MMK1937	8789048557	7471/0	06/03/2015	R\$ 574,61	218 * III
NTE7363	8789049163	7455/0	21/03/2015	R\$ 85,12	218 * I
OKE7696	8789046119	7455/0	15/12/2014	R\$ 85,12	218 * I
OTT4993	8789049717	7463/0	28/03/2015	R\$ 127,69	218 * II

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	-------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

INDAIAL/SC, 17 DE JUNHO DE 2015

MARLI WESTPHAL MENEGAZZI

DIRETORA DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 206 1667/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 206 1667/2015**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
CRB8692	55487182E	6122/0	02/04/2015	214 * I
DJC7413	55487364E	7366/2	20/04/2015	252 * VI
DOC6918	55487190E	6033/0	02/04/2015	206 * V
DTX4866	55722253E	5541/5	16/04/2015	181 * XVII
IGM0131	55487130E	7374/0	24/03/2015	253
LWY8487	55487224E	5541/1	01/04/2015	181 * XVII
LXQ7534	55487231E	6050/1	06/04/2015	208
LYA9077	55487134E	5185/1	25/03/2015	167
LZG5418	55487129E	7366/2	24/03/2015	252 * VI
MAA6382	55722502E	6858/0	24/04/2015	231 * VII
MBF1464	55487375E	5541/4	24/04/2015	181 * XVII
MBQ1833	55487357E	5452/1	20/04/2015	181 * VIII
MCK6448	55487115E	7064/0	19/03/2015	244 * IV
MCN7704	55487356E	5452/1	20/04/2015	181 * VIII
MEA4937	55487250E	5185/1	07/04/2015	167
MEC6333	55721230E	7048/1	29/04/2015	244 * II
MEI2219	55487276E	5541/1	09/04/2015	181 * XVII
MF44984	55487156E	5185/1	19/03/2015	167
MFQ4478	55487172E	5207/0	30/03/2015	169
MFY2217	55487179E	5541/4	01/04/2015	181 * XVII
MHT5019	54430884E	6122/0	25/04/2015	214 * I
MIN7992	55487363E	5185/1	20/04/2015	167
MIP4548	55487285E	5541/4	10/04/2015	181 * XVII
MIW1291	55485637E	5819/2	13/04/2015	193
MJM8920	55487359E	5185/1	20/04/2015	167
MJP1753	55487267E	5541/1	09/04/2015	181 * XVII

1 / 2

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MKB4328	55722212E	5207/0	23/03/2015	169
MMF4072	55487270E	5738/0	09/04/2015	186 * II
QHI8471	55487235E	5185/2	06/04/2015	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

INDAIAL/SC, 17 DE JUNHO DE 2015

MARLI WESTPHAL MENEGAZZI

DIRETORA DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 206 1671/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 206 1671/2015**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AJW5060	55487315E	5410/0	09/04/2015	181 * IV
CSX7217	55485635E	6068/1	12/04/2015	209
DUI6861	55487169E	5541/4	30/03/2015	181 * XVII
JWN9038	55487429E	5541/1	05/05/2015	181 * XVII
KJK4367	55487327E	7366/2	09/04/2015	252 * VI
MBC7422	55722150E	5185/1	04/04/2015	167
MBH3175	55722307E	7366/2	31/03/2015	252 * VI
MBI2320	55486449E	5460/0	27/04/2015	181 * IX
MCF9612	55485642E	5568/0	29/04/2015	181 * XIX
MCY6254	55487393E	5207/0	04/05/2015	169
MCY6254	55487394E	7102/1	04/05/2015	244 * VIII
MDM4089	55487433E	6050/2	06/05/2015	208
MDR6592	55485643E	5185/1	29/04/2015	167
MDX0019	55487449E	5452/1	08/05/2015	181 * VIII
MEP5328	55722219E	5967/0	31/03/2015	203 * V
MFC3052	55487411E	5452/1	24/04/2015	181 * VIII
MGP8163	55487331E	5410/0	13/04/2015	181 * IV
MHQ2589	55485639E	5452/2	27/04/2015	181 * VIII
MIB4016	55487457E	7366/2	06/05/2015	252 * VI
MIC7101	55487428E	5185/1	05/05/2015	167
MIX1371	55487422E	6122/0	05/05/2015	214 * I
MIX1371	55487423E	6050/2	05/05/2015	208
MIX1371	55487425E	5835/0	05/05/2015	195
MJL4132	55487291E	6050/2	13/04/2015	208
MJP0120	55485546E	6068/1	11/04/2015	209
MKH0938	55487436E	5550/0	06/05/2015	181 * XVIII

1 / 2

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

INDAIAL/SC, 17 DE JUNHO DE 2015

MARLI WESTPHAL MENEGAZZI

DIRETORA DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 206 1675/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 206 1675/2015**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ASB3738	55487468E	5568/0	08/05/2015	181 * XIX
LXU5804	55720646E	5720/0	03/05/2015	186 * I
LYC1938	55487477E	5185/1	12/05/2015	167
MDT5390	55722440E	5193/0	02/05/2015	168
MDT5390	55722441E	5827/0	02/05/2015	194
MFP8559	55487474E	5541/1	12/05/2015	181 * XVII
MGA5719	55722237E	5193/0	02/05/2015	168
MGD0103	55487460E	5398/0	08/05/2015	181 * II
MIZ9021	55487583E	5193/0	18/05/2015	168
MLG3511	55487196E	5460/0	06/04/2015	181 * IX

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

INDAIAL/SC, 17 DE JUNHO DE 2015

MARLI WESTPHAL MENEGAZZI

DIRETORA DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 206 1679/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 206 1679/2015**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
BBU4000	55487579E	5444/0	18/05/2015	181 * VII
JVS6925	55487241E	5665/0	07/04/2015	182 * X
LYI9798	55487586E	5452/1	19/05/2015	181 * VIII
MAK5058	55487573E	5410/0	15/05/2015	181 * IV
MDX9486	55487577E	5185/1	15/05/2015	167
MIA4111	55487581E	5541/4	18/05/2015	181 * XVII
MJW8139	55487562E	5967/0	13/05/2015	203 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

INDAIAL/SC, 17 DE JUNHO DE 2015

MARLI WESTPHAL MENEGAZZI

DIRETORA DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 206 1683/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 206 1683/2015**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AJE7752	55722235E	6564/0	24/04/2015	230 * II
BPK9393	55487362E	5185/2	20/04/2015	167
CYG0146	55721523E	5185/1	16/05/2015	167
EBU1367	55722175E	5193/0	25/05/2015	168
IUT4021	55487628E	5452/7	23/05/2015	181 * VIII
LXT8556	55487556E	5541/7	13/05/2015	181 * XVII
LZV7007	55487601E	5967/0	16/05/2015	203 * V
MBK6318	55721527E	5207/0	16/05/2015	169
MCB0149	55722172E	5835/0	22/05/2015	195
MCB0149	55722173E	5720/0	22/05/2015	186 * I
MCB0149	55722174E	5215/2	22/05/2015	170
MCW0466	55487629E	5452/1	23/05/2015	181 * VIII
MDE4487	55487292E	7064/0	14/04/2015	244 * IV
MDQ7661	55487623E	5665/0	22/05/2015	182 * X
MEE1137	55487407E	5185/1	24/04/2015	167
MEG9376	55487505E	5185/1	20/05/2015	167
MET6448	55487376E	5665/0	24/04/2015	182 * X
MEY8909	55487373E	5541/1	24/04/2015	181 * XVII
MFB9368	55487372E	5541/1	24/04/2015	181 * XVII
MFI6964	55487408E	5940/1	24/04/2015	203 * III
MFK1504	55487380E	5398/0	27/04/2015	181 * II
MGS7545	55487295E	5541/1	15/04/2015	181 * XVII
MHG2407	55723032E	5207/0	21/05/2015	169
MHX7694	55722511E	5193/0	23/05/2015	168
MIC6861	55487348E	5452/1	16/04/2015	181 * VIII
MID0338	54048507N	5002/0	26/05/2015	257 § 8º

1 / 2

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MLA2194	55722553E	5967/0	04/05/2015	203 * V
MLC6566	55485644E	6858/0	29/04/2015	231 * VII
MLE1104	55487370E	5967/0	22/04/2015	203 * V
MLU2234	55487413E	5487/0	27/04/2015	181 * XI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

INDAIAL/SC, 17 DE JUNHO DE 2015

MARLI WESTPHAL MENEGAZZI

DIRETORA DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 789 253/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 4

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 789 253/2015**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ANY7623	8789049961	7455/0	13/04/2015	218 * I
CFT4375	8789049980	7455/0	13/04/2015	218 * I
CFT4375	8789049984	7463/0	13/04/2015	218 * II
CVR0658	8789050229	7455/0	26/04/2015	218 * I
DYU9720	8789050001	7455/0	14/04/2015	218 * I
DZF8166	8789050225	7455/0	26/04/2015	218 * I
FUG2633	8789049770	7455/0	04/04/2015	218 * I
INQ9078	8789050213	7455/0	25/04/2015	218 * I
JEW6215	8789049968	7455/0	13/04/2015	218 * I
LWT8440	8789050191	7455/0	25/04/2015	218 * I
LXO4827	8789050234	7455/0	26/04/2015	218 * I
LYI2212	8789049898	7455/0	11/04/2015	218 * I
LYI3362	8789050065	7455/0	18/04/2015	218 * I
LYJ3418	8789050141	7455/0	21/04/2015	218 * I
LYP2014	8789050093	7455/0	19/04/2015	218 * I
LYX5509	8789050150	7455/0	23/04/2015	218 * I
LZA0245	8789050190	7455/0	24/04/2015	218 * I
LZB8077	8789050209	7455/0	25/04/2015	218 * I
LZT3809	8789050116	7463/0	21/04/2015	218 * II
MAA0479	8789050179	7455/0	24/04/2015	218 * I
MAI9018	8789050025	7463/0	16/04/2015	218 * II
MAJ8896	8789050066	7455/0	18/04/2015	218 * I
MAO8162	8789050104	7455/0	19/04/2015	218 * I
MAW2391	8789050242	7455/0	26/04/2015	218 * I
MAY0330	8789050194	7455/0	25/04/2015	218 * I
MBB5365	8789050004	7463/0	14/04/2015	218 * II

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MBI1349	8789049915	7471/0	11/04/2015	218 * III
MCD1198	8789050062	7455/0	18/04/2015	218 * I
MCH7048	8789049963	7455/0	13/04/2015	218 * I
MCN2090	8789049952	7455/0	12/04/2015	218 * I
MCQ2168	8789049558	7463/0	03/04/2015	218 * II
MCU0852	8789050183	7455/0	24/04/2015	218 * I
MCU2941	8789050219	7455/0	25/04/2015	218 * I
MDG4017	8789050075	7455/0	18/04/2015	218 * I
MDI0105	8789049995	7455/0	14/04/2015	218 * I
MDS2646	8789050145	7455/0	22/04/2015	218 * I
MDW9896	8789049988	7455/0	14/04/2015	218 * I
MEC9173	8789049925	7455/0	12/04/2015	218 * I
MEG3713	8789049018	7455/0	18/03/2015	218 * I
MER2474	8789049967	7455/0	13/04/2015	218 * I
MEX9420	8789050220	7455/0	25/04/2015	218 * I
MEZ2393	8789050235	7455/0	26/04/2015	218 * I
MFA1724	8789050196	7455/0	25/04/2015	218 * I
MFA6988	8789050159	7455/0	23/04/2015	218 * I
MFD6041	8789049894	7463/0	11/04/2015	218 * II
MFH4603	8789050021	7455/0	16/04/2015	218 * I
MFI9547	8789050046	7463/0	17/04/2015	218 * II
MFQ0673	8789050064	7455/0	18/04/2015	218 * I
MFR0288	8789050148	7455/0	22/04/2015	218 * I
MFV9784	8789050189	7455/0	24/04/2015	218 * I
MFZ1549	8789049920	7455/0	12/04/2015	218 * I
MFZ8370	8789050108	7463/0	20/04/2015	218 * II
MGC2844	8789050077	7455/0	18/04/2015	218 * I
MGC8716	8789049291	7455/0	26/03/2015	218 * I
MGM6744	8789050137	7455/0	21/04/2015	218 * I
MGN6798	8789050015	7455/0	15/04/2015	218 * I
MGQ9434	8789050048	7455/0	17/04/2015	218 * I
MGT2412	8789050192	7455/0	25/04/2015	218 * I
MGX9094	8789050245	7455/0	26/04/2015	218 * I
MHB0513	8789050152	7455/0	23/04/2015	218 * I
MHB9879	8789050105	7455/0	20/04/2015	218 * I
MHC4094	8789049964	7455/0	13/04/2015	218 * I
MHG0913	8789049316	7455/0	27/03/2015	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MHL0922	8789050074	7455/0	18/04/2015	218 * I
MHN8674	8789049947	7455/0	12/04/2015	218 * I
MHO5853	8789050169	7455/0	24/04/2015	218 * I
MIG6595	8789049518	7455/0	02/04/2015	218 * I
MIH1920	8789050210	7455/0	25/04/2015	218 * I
MIJ1710	8789050023	7455/0	16/04/2015	218 * I
MIX5440	8789049608	7455/0	05/04/2015	218 * I
MJB0409	8789049974	7471/0	13/04/2015	218 * III
MJH8907	8789050123	7455/0	21/04/2015	218 * I
MJI3318	8789049134	7455/0	20/03/2015	218 * I
MJK0016	8789049664	7455/0	08/04/2015	218 * I
MJM8920	8789049919	7455/0	12/04/2015	218 * I
MJX6228	8789050222	7455/0	26/04/2015	218 * I
MJZ3691	54044386N	5002/0	04/05/2015	257 § 8º
MKQ9914	8789049201	7455/0	22/03/2015	218 * I
MKS8993	8789050163	7455/0	24/04/2015	218 * I
MKT2604	8789049486	7455/0	01/04/2015	218 * I
MKY4062	8789049899	7463/0	11/04/2015	218 * II
MKZ0315	8789050028	7455/0	16/04/2015	218 * I
MLC3999	8789050246	7455/0	26/04/2015	218 * I
MLP9033	8789050049	7455/0	17/04/2015	218 * I
MLR4762	8789050176	7455/0	24/04/2015	218 * I
MLR4762	8789050233	7463/0	26/04/2015	218 * II
MLU2282	8789050232	7455/0	26/04/2015	218 * I
MLX4688	8789049674	7455/0	08/04/2015	218 * I
MQA5915	8789049990	7455/0	14/04/2015	218 * I
NPR2744	8789049922	7455/0	12/04/2015	218 * I
OKF2370	8789049643	7463/0	07/04/2015	218 * II
OKH4047	8789049621	7455/0	06/04/2015	218 * I
QHR1720	8789050010	7463/0	15/04/2015	218 * II
QII0077	8789050125	7455/0	21/04/2015	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

INDAIAL/SC, 17 DE JUNHO DE 2015

MARLI WESTPHAL MENEGAZZI

DIRETORA DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 789 255/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 5

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 789 255/2015**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AGQ2454	8789049660	7455/0	08/04/2015	218 * I
AHO1762	8789049157	7455/0	21/03/2015	218 * I
AJU0887	8789049591	7455/0	04/04/2015	218 * I
AKG2824	8789050583	7455/0	01/05/2015	218 * I
AKG3705	8789050360	7455/0	07/05/2015	218 * I
AKI4908	8789050250	7455/0	14/04/2015	218 * I
ANK7749	8789049699	7455/0	26/03/2015	218 * I
AOB0568	54045776N	5002/0	11/05/2015	257 § 8º
AQL5130	8789049314	7455/0	27/03/2015	218 * I
ARW5429	54045785N	5002/0	11/05/2015	257 § 8º
ASW8067	8789050270	7455/0	27/04/2015	218 * I
AVA4172	8789049818	7455/0	09/04/2015	218 * I
BCG2021	8789049830	7455/0	09/04/2015	218 * I
BDI0400	8789050251	7463/0	14/04/2015	218 * II
BJP4448	8789049623	7455/0	06/04/2015	218 * I
DFA5909	8789050653	7455/0	07/05/2015	218 * I
DQL5176	8789049577	7463/0	04/04/2015	218 * II
DXB9959	8789049200	7455/0	22/03/2015	218 * I
DYD6570	8789050496	7455/0	28/04/2015	218 * I
EBL5984	8789049611	7455/0	05/04/2015	218 * I
EEX5484	8789049745	7455/0	31/03/2015	218 * I
GMW7189	8789049191	7463/0	22/03/2015	218 * II
GMW7189	8789049192	7455/0	22/03/2015	218 * I
GMW7189	8789049194	7463/0	22/03/2015	218 * II
GZK4001	8789049188	7455/0	22/03/2015	218 * I
HJW5443	8789049441	7455/0	30/03/2015	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
IBD2138	8789049776	7455/0	04/04/2015	218 * I
IFK4407	8789049065	7455/0	08/03/2015	218 * I
IKE2030	8789049866	7455/0	10/04/2015	218 * I
JAM0033	8789049193	7463/0	22/03/2015	218 * II
JLM8727	8789049575	7455/0	04/04/2015	218 * I
KXA1277	8789049656	7455/0	07/04/2015	218 * I
KZE2378	8789049545	7455/0	03/04/2015	218 * I
LPS5184	54045771N	5002/0	11/05/2015	257 § 8º
LPS5184	8789050409	7455/0	09/05/2015	218 * I
LUX7003	8789049630	7455/0	06/04/2015	218 * I
LWR2283	8789049475	7455/0	01/04/2015	218 * I
LXE7986	8789050392	7455/0	08/05/2015	218 * I
LXN1829	8789049212	7455/0	23/03/2015	218 * I
LXS4796	8789049659	7455/0	07/04/2015	218 * I
LXX2409	8789050525	7455/0	29/04/2015	218 * I
LYH6034	8789049380	7455/0	29/03/2015	218 * I
LYI3147	8789049197	7455/0	22/03/2015	218 * I
LYN2309	8789050429	7455/0	09/05/2015	218 * I
LYX4326	8789049324	7455/0	28/03/2015	218 * I
LZJ5030	8789050295	7455/0	04/05/2015	218 * I
LZR1586	8789049708	7455/0	27/03/2015	218 * I
LZS7294	8789049620	7455/0	06/04/2015	218 * I
LZX6225	8789049311	7455/0	27/03/2015	218 * I
LZX6594	8789050493	7455/0	28/04/2015	218 * I
MAO6267	8789049213	7455/0	23/03/2015	218 * I
MAS8375	8789049402	7455/0	29/03/2015	218 * I
MAS8375	8789049403	7455/0	29/03/2015	218 * I
MAS8375	8789049723	7455/0	29/03/2015	218 * I
MAX1992	8789050556	7455/0	30/04/2015	218 * I
MAY1885	8789050353	7455/0	06/05/2015	218 * I
MBL3815	8789049500	7455/0	02/04/2015	218 * I
MBM1809	8789049179	7455/0	22/03/2015	218 * I
MBW5170	8789050514	7455/0	28/04/2015	218 * I
MCA2288	8789049878	7455/0	11/04/2015	218 * I
MCH3321	8789049529	7455/0	03/04/2015	218 * I
MCI4885	8789049140	7455/0	21/03/2015	218 * I
MCL2871	8789049627	7455/0	06/04/2015	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MCM1968	8789049436	7455/0	30/03/2015	218 * I
MCT5783	8789049661	7455/0	08/04/2015	218 * I
MCX4080	8789049297	7455/0	26/03/2015	218 * I
MCZ8309	8789050518	7455/0	29/04/2015	218 * I
MCZ8517	8789050557	7455/0	30/04/2015	218 * I
MDH1861	8789049271	7455/0	25/03/2015	218 * I
MDO3004	8789049604	7455/0	05/04/2015	218 * I
MDY4624	54045784N	5002/0	11/05/2015	257 § 8º
MEB8556	8789050483	7455/0	28/04/2015	218 * I
MEB9936	8789049491	7455/0	01/04/2015	218 * I
MEF1584	8789049177	7455/0	21/03/2015	218 * I
MEJ4444	8789049369	7455/0	28/03/2015	218 * I
MEK8824	8789049100	7455/0	20/03/2015	218 * I
MEM2887	8789050454	7455/0	27/04/2015	218 * I
MEO9624	8789050414	7455/0	09/05/2015	218 * I
MFA7811	8789050632	7455/0	03/05/2015	218 * I
MFB8462	8789049606	7455/0	05/04/2015	218 * I
MFD0455	8789049269	7455/0	25/03/2015	218 * I
MFD7617	8789049434	7455/0	30/03/2015	218 * I
MFH2059	54045781N	5002/0	11/05/2015	257 § 8º
MFH4265	8789049233	7455/0	24/03/2015	218 * I
MFH4603	54045773N	5002/0	11/05/2015	257 § 8º
MFY8462	8789050609	7455/0	02/05/2015	218 * I
MGB8609	54045779N	5002/0	11/05/2015	257 § 8º
MGF3630	8789049812	7455/0	09/04/2015	218 * I
MGL4300	8789049270	7455/0	25/03/2015	218 * I
MGN6447	54045780N	5002/0	11/05/2015	257 § 8º
MGP8713	8789049429	7455/0	30/03/2015	218 * I
MGS3216	54045788N	5002/0	11/05/2015	257 § 8º
MGT2959	8789049673	7455/0	08/04/2015	218 * I
MGY2353	8789049424	7455/0	30/03/2015	218 * I
MGZ4861	8789049751	7455/0	01/04/2015	218 * I
MHA3449	8789049404	7455/0	29/03/2015	218 * I
MHB1616	54045775N	5002/0	11/05/2015	257 § 8º
MHG0907	8789049390	7455/0	29/03/2015	218 * I
MHG0907	8789049393	7455/0	29/03/2015	218 * I
MHG0907	8789049401	7455/0	29/03/2015	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MHG6406	8789049460	7455/0	31/03/2015	218 * I
MHI6784	54045786N	5002/0	11/05/2015	257 § 8º
MHJ0241	8789049308	7455/0	27/03/2015	218 * I
MHK6256	8789050634	7455/0	03/05/2015	218 * I
MHL7118	8789049567	7455/0	04/04/2015	218 * I
MHM2455	8789049341	7463/0	28/03/2015	218 * II
MHM6548	54045783N	5002/0	11/05/2015	257 § 8º
MHN3260	8789049536	7455/0	03/04/2015	218 * I
MHP2407	8789050339	7455/0	06/05/2015	218 * I
MHQ0077	8789050491	7455/0	28/04/2015	218 * I
MHQ4876	54040997N	5002/0	14/04/2015	257 § 8º
MHT8263	8789050573	7455/0	01/05/2015	218 * I
MIG5498	8789049222	7455/0	23/03/2015	218 * I
MII0917	54045789N	5002/0	23/04/2015	257 § 8º
MII0917	54045790N	5002/0	23/04/2015	257 § 8º
MIK7558	8789049762	7455/0	02/04/2015	218 * I
MIR2210	8789049588	7455/0	04/04/2015	218 * I
MIS1699	54045782N	5002/0	11/05/2015	257 § 8º
MIT0975	8789049651	7455/0	07/04/2015	218 * I
MIT2809	54041005N	5002/0	14/04/2015	257 § 8º
MIZ3383	8789049494	7455/0	02/04/2015	218 * I
MJB1127	8789049855	7455/0	10/04/2015	218 * I
MJB6347	8789049328	7455/0	28/03/2015	218 * I
MJE4033	8789049345	7455/0	28/03/2015	218 * I
MJI5103	54045772N	5002/0	11/05/2015	257 § 8º
MJO4933	8789049152	7455/0	21/03/2015	218 * I
MJO7855	8789049329	7455/0	28/03/2015	218 * I
MJQ5392	8789050297	7455/0	04/05/2015	218 * I
MJS8813	8789050401	7455/0	09/05/2015	218 * I
MJW3100	8789049640	7455/0	06/04/2015	218 * I
MJX5930	8789050550	7455/0	30/04/2015	218 * I
MJZ8407	8789049355	7455/0	28/03/2015	218 * I
MKB0113	8789049755	7455/0	01/04/2015	218 * I
MKH1033	54045774N	5002/0	11/05/2015	257 § 8º
MKJ3466	8789049166	7455/0	21/03/2015	218 * I
MKK8184	8789049342	7455/0	28/03/2015	218 * I
MKN1171	8789050403	7455/0	09/05/2015	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MKN5696	54041004N	5002/0	14/04/2015	257 § 8º
MKP9151	8789049105	7455/0	20/03/2015	218 * I
MKP9151	8789049427	7455/0	30/03/2015	218 * I
MKP9151	8789049851	7455/0	10/04/2015	218 * I
MKQ3204	54040998N	5002/0	14/04/2015	257 § 8º
MKR9843	8789049561	7463/0	03/04/2015	218 * II
MKU8021	8789049277	7455/0	25/03/2015	218 * I
MLG2966	8789049246	7455/0	24/03/2015	218 * I
MLR1793	8789050548	7455/0	30/04/2015	218 * I
MLR7403	8789049624	7455/0	06/04/2015	218 * I
MLV0037	8789049153	7455/0	21/03/2015	218 * I
MLV1362	8789050508	7455/0	28/04/2015	218 * I
MLW5267	8789049612	7455/0	05/04/2015	218 * I
MMA4448	8789050427	7455/0	09/05/2015	218 * I
MMA7537	54045787N	5002/0	11/05/2015	257 § 8º
MMI1795	8789050475	7455/0	27/04/2015	218 * I
MMI7524	8789049585	7455/0	04/04/2015	218 * I
MMI8837	8789049653	7455/0	07/04/2015	218 * I
NAM1036	8789050274	7455/0	01/05/2015	218 * I
OIB1615	8789049079	7455/0	14/03/2015	218 * I
OKE0525	8789049136	7455/0	20/03/2015	218 * I
QIL0008	8789049870	7455/0	10/04/2015	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

INDAIAL/SC, 17 DE JUNHO DE 2015

MARLI WESTPHAL MENEGAZZI

DIRETORA DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 789 257/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 3

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 789 257/2015**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ADZ3116	8789050288	7455/0	04/05/2015	218 * I
AJK5071	8789050624	7455/0	03/05/2015	218 * I
AKJ1720	8789050325	7455/0	05/05/2015	218 * I
AKX3746	8789050498	7455/0	28/04/2015	218 * I
AOV1483	8789050324	7455/0	05/05/2015	218 * I
ASM7742	8789049696	7455/0	24/03/2015	218 * I
AWD0535	8789050622	7455/0	03/05/2015	218 * I
AZZ0195	8789050363	7455/0	07/05/2015	218 * I
CXD4019	8789050539	7455/0	30/04/2015	218 * I
DJE7875	8789050561	7455/0	01/05/2015	218 * I
DPX8674	8789049217	7455/0	23/03/2015	218 * I
EAI2306	8789049070	7455/0	09/03/2015	218 * I
EIJ6768	8789050534	7455/0	29/04/2015	218 * I
HWH6375	8789050629	7455/0	03/05/2015	218 * I
KKD6764	8789050649	7455/0	06/05/2015	218 * I
LWU3222	8789050528	7455/0	29/04/2015	218 * I
LWZ1225	8789050300	7455/0	04/05/2015	218 * I
LYC5620	8789050501	7455/0	28/04/2015	218 * I
LYM2828	8789050603	7455/0	02/05/2015	218 * I
LYW4197	8789050545	7455/0	30/04/2015	218 * I
MAT6160	8789050453	7455/0	10/05/2015	218 * I
MBH0246	8789050439	7455/0	10/05/2015	218 * I
MBQ2346	8789050604	7455/0	02/05/2015	218 * I
MBV8351	8789050395	7455/0	08/05/2015	218 * I
MCK7694	54045777N	5002/0	11/05/2015	257 § 8º
MCL5204	8789050468	7455/0	27/04/2015	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MCQ5832	8789050597	7455/0	02/05/2015	218 * I
MDF9556	8789050323	7455/0	05/05/2015	218 * I
MDO1002	8789050547	7455/0	30/04/2015	218 * I
MDP9402	8789050605	7455/0	02/05/2015	218 * I
MDZ2005	8789050383	7455/0	08/05/2015	218 * I
MDZ3175	8789050312	7455/0	04/05/2015	218 * I
MFT7033	8789049187	7455/0	22/03/2015	218 * I
MFU1369	8789050358	7455/0	06/05/2015	218 * I
MGB4118	8789050533	7455/0	29/04/2015	218 * I
MGH8919	8789050313	7455/0	05/05/2015	218 * I
MGJ3184	8789050417	7455/0	09/05/2015	218 * I
MGJ4958	8789050571	7455/0	01/05/2015	218 * I
MGO6628	8789050621	7455/0	03/05/2015	218 * I
MGQ7017	8789049576	7455/0	04/04/2015	218 * I
MHB3157	8789050489	7455/0	28/04/2015	218 * I
MIG0075	8789050630	7455/0	03/05/2015	218 * I
MII0243	8789050394	7463/0	08/05/2015	218 * II
MIO7680	8789050482	7455/0	27/04/2015	218 * I
MIZ2798	8789050364	7455/0	07/05/2015	218 * I
MJJ2727	8789050308	7455/0	04/05/2015	218 * I
MJM8920	8789050552	7455/0	30/04/2015	218 * I
MJM8920	8789050588	7455/0	01/05/2015	218 * I
MJP5862	8789050520	7455/0	29/04/2015	218 * I
MJP5862	8789050542	7455/0	30/04/2015	218 * I
MJR9297	8789050309	7455/0	04/05/2015	218 * I
MJU9088	8789050431	7471/0	09/05/2015	218 * III
MKG6967	8789050400	7455/0	09/05/2015	218 * I
MLL0675	8789050371	7455/0	07/05/2015	218 * I
MLR6512	8789050438	7455/0	10/05/2015	218 * I
MLY6611	8789050334	7455/0	06/05/2015	218 * I
MLZ9615	8789050586	7455/0	01/05/2015	218 * I
MML2516	8789050445	7463/0	10/05/2015	218 * II
NGN3798	8789050368	7455/0	07/05/2015	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

INDAIAL/SC, 17 DE JUNHO DE 2015

MARLI WESTPHAL MENEGAZZI

DIRETORA DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 789 259/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 789 259/2015**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
EME9689	8789049938	7455/0	12/04/2015	218 * I
MCF5535	8789049930	7455/0	12/04/2015	218 * I
MCF5535	8789049931	7455/0	12/04/2015	218 * I
MFD8408	8789049933	7455/0	12/04/2015	218 * I
MFS0281	8789050495	7455/0	28/04/2015	218 * I
MIE9944	8789050633	7463/0	03/05/2015	218 * II
MIZ7442	8789049891	7455/0	11/04/2015	218 * I
MLV8021	8789049955	7455/0	12/04/2015	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

INDAIAL/SC, 17 DE JUNHO DE 2015

MARLI WESTPHAL MENEGAZZI

DIRETORA DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 789 261/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 4

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 789 261/2015**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AJF5037	8789050139	7455/0	21/04/2015	218 * I
AMM3878	54048501N	5002/0	26/05/2015	257 § 8º
AOM2154	8789050237	7455/0	26/04/2015	218 * I
AOU8945	8789050091	7455/0	18/04/2015	218 * I
AUM9985	8789049921	7463/0	12/04/2015	218 * II
BBC1920	8789050261	7455/0	21/04/2015	218 * I
BRD9731	8789049889	7455/0	11/04/2015	218 * I
COK4064	8789049951	7455/0	12/04/2015	218 * I
CXL5609	8789050098	7455/0	19/04/2015	218 * I
DYU9720	8789050707	7455/0	12/05/2015	218 * I
EOZ6729	8789050757	7455/0	14/05/2015	218 * I
FMQ2658	8789050267	7455/0	25/04/2015	218 * I
FMQ2658	8789050272	7455/0	30/04/2015	218 * I
FUG2633	8789050656	7455/0	08/05/2015	218 * I
GSE4393	8789050068	7455/0	18/04/2015	218 * I
GST8205	8789050202	7455/0	25/04/2015	218 * I
HLN7812	8789050007	7455/0	15/04/2015	218 * I
HVV5146	8789049917	7455/0	12/04/2015	218 * I
IBW5503	8789050223	7455/0	26/04/2015	218 * I
IMB1219	8789050239	7455/0	26/04/2015	218 * I
IQN0392	8789049908	7455/0	11/04/2015	218 * I
JRL6550	8789050022	7455/0	16/04/2015	218 * I
KDI8787	8789050399	7455/0	08/05/2015	218 * I
LXD5365	8789050419	7455/0	09/05/2015	218 * I
LXH4517	8789050085	7463/0	18/04/2015	218 * II
LXI0830	8789050463	7455/0	27/04/2015	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
LXK5583	8789050408	7455/0	09/05/2015	218 * I
LXY6709	8789050529	7455/0	29/04/2015	218 * I
LYU2435	8789050804	7455/0	16/05/2015	218 * I
LYW9230	54048503N	5002/0	26/05/2015	257 § 8º
LZA5200	8789050591	7455/0	01/05/2015	218 * I
LZT8664	8789050432	7455/0	09/05/2015	218 * I
MAP1447	8789050536	7455/0	30/04/2015	218 * I
MAZ1124	8789050428	7455/0	09/05/2015	218 * I
MBH3315	8789050059	7463/0	18/04/2015	218 * II
MBM6184	8789050262	7455/0	22/04/2015	218 * I
MBS3338	8789050101	7455/0	19/04/2015	218 * I
MBS7802	8789050094	7455/0	19/04/2015	218 * I
MCH9414	8789050747	7455/0	13/05/2015	218 * I
MCL2871	8789049957	7455/0	13/04/2015	218 * I
MCM0519	8789050084	7455/0	18/04/2015	218 * I
MCT5436	8789050095	7455/0	19/04/2015	218 * I
MCV6970	8789049981	7455/0	13/04/2015	218 * I
MCV8735	8789050109	7455/0	20/04/2015	218 * I
MCY4218	8789049982	7455/0	13/04/2015	218 * I
MDB8292	8789050079	7455/0	18/04/2015	218 * I
MDG6023	8789050099	7455/0	19/04/2015	218 * I
MDI7498	8789050506	7455/0	28/04/2015	218 * I
MDK3297	8789050106	7455/0	20/04/2015	218 * I
MDO0662	8789049997	7455/0	14/04/2015	218 * I
MDZ0549	8789050184	7455/0	24/04/2015	218 * I
MDZ5476	54048493N	5002/0	26/05/2015	257 § 8º
MEB2984	8789050201	7455/0	25/04/2015	218 * I
MEB3055	8789050847	7463/0	18/05/2015	218 * II
MEI1693	8789049929	7463/0	12/04/2015	218 * II
MEN3747	8789050888	7455/0	20/05/2015	218 * I
MEX1672	8789049906	7455/0	11/04/2015	218 * I
MFG2053	8789051019	7455/0	25/05/2015	218 * I
MFI3627	8789050155	7455/0	23/04/2015	218 * I
MFI6679	8789050356	7455/0	06/05/2015	218 * I
MFM3099	8789048912	7463/0	15/03/2015	218 * II
MFQ8993	8789050969	7455/0	23/05/2015	218 * I
MFW8643	8789049914	7455/0	11/04/2015	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MF3093	8789050912	7455/0	21/05/2015	218 * I
MGA2841	8789050170	7455/0	24/04/2015	218 * I
MGL4291	8789050844	7455/0	18/05/2015	218 * I
MGQ2776	8789050215	7455/0	25/04/2015	218 * I
MGQ4133	8789050156	7455/0	23/04/2015	218 * I
MGS3216	54048500N	5002/0	26/05/2015	257 § 8º
MGT7831	8789049960	7455/0	13/04/2015	218 * I
MGV5018	8789050995	7455/0	24/05/2015	218 * I
MHJ5858	8789050967	7455/0	23/05/2015	218 * I
MHL6610	8789050018	7455/0	16/04/2015	218 * I
MHY4687	8789050144	7455/0	22/04/2015	218 * I
MHZ3284	54048490N	5002/0	26/05/2015	257 § 8º
MIA2528	8789050041	7455/0	16/04/2015	218 * I
MIA2828	8789050114	7455/0	21/04/2015	218 * I
MIL0029	8789049924	7463/0	12/04/2015	218 * II
MIQ0697	54048486N	5002/0	26/05/2015	257 § 8º
MIT7500	8789050671	7463/0	11/05/2015	218 * II
MIT9478	8789050030	7455/0	16/04/2015	218 * I
MIZ2798	54048488N	5002/0	26/05/2015	257 § 8º
MJC1358	54048494N	5002/0	26/05/2015	257 § 8º
MJE6379	8789049994	7455/0	14/04/2015	218 * I
MJG9871	8789050133	7455/0	21/04/2015	218 * I
MJH5131	8789050674	7455/0	11/05/2015	218 * I
MJI4290	8789050956	7455/0	23/05/2015	218 * I
MJR2148	8789050151	7455/0	23/04/2015	218 * I
MJX2080	54048491N	5002/0	26/05/2015	257 § 8º
MJX9594	8789050240	7455/0	26/04/2015	218 * I
MKG1397	54048495N	5002/0	26/05/2015	257 § 8º
MKG1397	54048498N	5002/0	26/05/2015	257 § 8º
MKG1397	54048504N	5002/0	26/05/2015	257 § 8º
MKH7998	54048497N	5002/0	26/05/2015	257 § 8º
MKI4926	8789050611	7455/0	02/05/2015	218 * I
MKP3898	8789049972	7455/0	13/04/2015	218 * I
MKT9932	8789050140	7455/0	21/04/2015	218 * I
MKX2637	54048489N	5002/0	26/05/2015	257 § 8º
MKX2637	54048496N	5002/0	26/05/2015	257 § 8º
MKX9153	54048487N	5002/0	26/05/2015	257 § 8º

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MKZ4309	8789050936	7455/0	22/05/2015	218 * I
MLD1477	8789051023	7455/0	25/05/2015	218 * I
MLD2233	8789050389	7455/0	08/05/2015	218 * I
MLD8997	8789050067	7471/0	18/04/2015	218 * III
MLH5049	8789050014	7455/0	15/04/2015	218 * I
MLH8563	8789050228	7455/0	26/04/2015	218 * I
MLJ2228	8789049989	7463/0	14/04/2015	218 * II
MLK0342	8789050595	7455/0	02/05/2015	218 * I
MLX0167	8789049991	7455/0	14/04/2015	218 * I
MLY1889	8789049923	7455/0	12/04/2015	218 * I
MLY8889	54048499N	5002/0	26/05/2015	257 § 8º
MMF7272	8789050154	7455/0	23/04/2015	218 * I
MMI2900	8789050080	7455/0	18/04/2015	218 * I
NQS5052	8789050012	7455/0	15/04/2015	218 * I
NXZ4683	8789050679	7455/0	11/05/2015	218 * I
OKG3026	54042689N	5002/0	23/04/2015	257 § 8º
OKH4918	8789050110	7455/0	20/04/2015	218 * I
QHA3768	8789051012	7455/0	25/05/2015	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

INDAIAL/SC, 17 DE JUNHO DE 2015

MARLI WESTPHAL MENEGAZZI

DIRETORA DE TRANSITO

Ipumirim

PREFEITURA

PORTARIA Nº. 293/2015 DE 16 DE JUNHO DE 2015

NOMEIA COMISSÃO PARA ANÁLISE DE AMOSTRAS DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA O PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, CONFORME PROCESSO LICITATÓRIO 043/2015 e 018/2015.

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais.

NOMEIA,
Camila Sbardella, Ivanete Siebeneichler Locatelli e Adriana Giombelli Bordinhon, para comporem a Comissão Municipal de Análise de Amostras de Gêneros Alimentícios para o programa nacional de alimentação escolar, conforme processo licitatório nº. 043/2015 e 018/2015.

Revogadas as disposições em contrário, a presente portaria produza efeitos a partir de 16 de Junho de 2015.

Ipumirim, 16 de Junho de 2015.

VALDIR ZANELLA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 294/2015 DE 18 DE JUNHO DE 2015.

CONTRATA EM CARATER TEMPORARIO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PUBLICO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS

Valdir Zanella, Prefeito Municipal de Ipumirim – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei complementar nº 001/2002, que Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, da Administração Direta e Indireta e dá Outras Providências e Lei Complementar 003/2002, que Institui o Plano de Cargos, Vencimentos e Carreira dos profissionais do Magistério Público do Município de Ipumirim, Estado de Santa Catarina e dá outras providências.

CONTRATA

ANGELICA MENDES, sob a Matrícula 2434-1, com domicílio na Cidade e Município de Lindóia do Sul, Carteira de Identidade nº. 5.565.187 e do CPF 084.773.609-10, para ocupar o cargo em caráter temporário de Professora de dança, constante no ANEXO I, Quadro de Pessoal dos Membros do Magistério Público Municipal, auferindo os Vencimentos previstos no NÍVEL INICIAL do ANEXO III, da Lei Complementar nº 03/2002, nível salarial Professor Ensino Superior, no Regime Jurídico estabelecido no artigo 8º da Lei Complementar 04/2002, com carga horária de 20 horas semanais, lotação: Departamento de Esportes, para o período de 15/06/2015 a 14/12/2015. Ou até o preenchimento da vaga por Concurso Público.

Revogadas as disposições em contrário, a presente Portaria produzirá efeito retroativo a partir de 15/06/2015.

Ipumirim - SC, 18 de junho de 2015.

Valdir Zanella
Prefeito de Ipumirim

Irineópolis

PREFEITURA

ATA RP PROC 27/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEOPOLIS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO LICITATORIO Nº. 27/2015

PREGÃO PRESENCIAL 16/2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

VALIDADE 31/12/2015 - RETIFICAÇÃO

Presentes à Sessão Pública para julgamento do(s) envelopes(s) de Proposta de Preços, com o objetivo de adquirir o objeto descrito no Processo Licitatório nº 27/2015, Pregão Presencial nº 16/2015, a Sra. Rosani Rodrigues da Silva Mischka - Pregoeira, Sra. Andressa Bendlin; Sra. Cassiana Lais Brand e Sra. Patricia Fabiane Fronczak - Equipe de Apoio, designadas pela Portaria nº. 540/2014; e Cristiano Back; Sr. Marcos Aurelio Straube - representante da empresa SMI Tecnologia e Serviços Ltda ME; e Odirlei Dozorski - representante da empresa Fenix Informática e Telefonia Ltda.

Inicialmente o Pregoeiro procedeu a leitura do teor do Instrumento Convocatório, bem como prestou esclarecimentos referentes aos procedimentos de julgamento das propostas e habilitações. Após procedeu-se o Credenciamento dos interessados na participação do certame, onde ficou comprovado que os representantes das empresas proponentes possuem poderes para formular propostas e praticar os demais atos inerentes ao certame. Iniciada a fase de julgamento das propostas, o Pregoeiro e equipe de apoio procederam a análise das Propostas, verificando a conformidade com o Instrumento Convocatório. Em seguida foi realizada a classificação das propostas das empresas que se apresentaram para o certame. As empresas SMI Tecnologia e Serviços Ltda ME e Fenix Informática e Telefonia Ltda; seguem classificadas para a fase de lances e julgamento das propostas. Os representantes das empresas proponentes não manifestaram interesse de interposição de recurso, quanto ao julgamento das propostas, encerrando-se o prazo para interposição de recurso nesta data.

Presentes à Sessão Pública para julgamento do(s) envelopes(s) de Documentação, com o objetivo de adquirir o objeto descrito no Processo Licitatório nº 27/2015, Pregão Presencial nº 16/2015, a Sra. Rosani Rodrigues da Silva Mischka - Pregoeira, Sra. Andressa Bendlin; Sra. Cassiana Lais Brand e Sra. Patricia Fabiane Fronczak - Equipe de Apoio, designadas pela Portaria nº. 540/2014; e Cristiano Back; Sr. Marcos Aurelio Straube - representante da empresa SMI Tecnologia e Serviços Ltda ME; e Odirlei Dozorski - representante da empresa Fenix Informática e Telefonia Ltda. Foi realizada a análise dos documentos apresentados pelas empresas: SMI Tecnologia e Serviços Ltda ME e Fenix Informática e Telefonia Ltda e foi constatado que as empresas apresentaram todos os documentos exigidos na fase de habilitação, conforme item 06 do Edital, sendo consideradas HABILITADAS no Processo Licitatório em epígrafe. Os representantes das empresas proponentes não manifestaram interesse de interposição de recurso, quanto ao julgamento dos documentos de habilitação, encerrando-se o prazo para interposição de recurso nesta data.

Nada mais havendo- se a tratar, foi lavrada a presente ata..

Fenix Informática e Telefonia Ltda – ME

Item	Qtd	Descrição	Marca	Valor Unitário R\$	Valor Total R\$
01	11	Microcomputador com configuração: Processador de 3.1 Ghz, 6mb cache, 4 nucleos reais, arquitetura 22nm, DMI 5 GT/s, TDP Maximo de 84w, suporte a SSE4.1/4.2, AVX, 64 bits, 2 canais de memória até 1600, 32gb Max, 25.6 de banda máxima da memória, gráfico embutido com frequência de 350MHz, até 3 displays; Placa Mãe compatível com o processador acima, 2 slots DDR3 dual channel, 1 slot PCI Express 2.0 x16, 2 slots PCI Express x1, vídeo integrado, 2xSata 3Gb/s, 2xSata 6Gb/s, Lan gigabit, áudio de 8 canais em alta definição com suporte a áudio para o painel frontal, 4x USB 2.0 no painel traseiro e 2x USB 3.0 no painel traseiro, modo de bios simplificado e avançado com configuração por mouse USB. Kit gabinete com fonte, teclado, mouse e caixa de som compatível com o equipamento; HD de 500 GB, Interface: SATA 3.0Gbps, Tamanho do Buffer DRAM: 8 MB, Drive de DVD-RW Memória de 4 GB, compatível com o equipamento;	NTC	1.828,00	20.108,00
04	03	Roteador Wireless N 300MBPS sem fio com 3 antenas de 3dbi destacáveis, 4 portas LAN e 1 porta WAN, Botão de configuração rápida com o computador.	TP-LINK	195,00	585,00
05	03	Caixa de Cabo de Rede CAT5e para uso Interno: 4 pares, condutores sólidos de cobre nu, 24AWG, marcação métrica decrescente com 305m.	FURUKAWA	379,00	1.137,00
08	300	Conector de Rede RJ45 para cabo de rede Cat5e, atende FCC 68.5 (EMI).	FURUKAWA	1,00	300,00
09	20	Kit Teclado Multimídia e Mouse Optico USB, teclado com teclas de baixo perfil, oito teclas de atalho para controle de mídia e funções de internet, a prova d'água, mouse com sensor óptico 800dpi e scroll vertical.	GENIUS	73,00	1.460,00
10	04	Hub: com 8 portas Ethernet (10/100).	TP-LINK	49,00	196,00
11	02	Switch: com 16 portas Ethernet (10/100) com suporte para rack.	TP-LINK	111,00	222,00
12	04	Transformador 110/220 1000VA	FORCE LINE	159,00	636,00
14	10	Cabo de força tripolar padrão novo	FORCE LINE	5,00	50,00
15	02	Testador de Cabo de rede: Conexões RJ45 e RJ 11. Acompanha bolsa para transporte e bateria compatível.	NAZDA	47,50	95,00
16	05	Adaptador de Rede sem fio USB padrão N, até 150mbps, acompanhando base e cabo de extensão de 1,5 m para a conexão do adaptador em mesas, antena destacável de 4dbi.	TP-LINK	69,00	345,00
17	02	Cartão de memória Micro SD 32 giga classe 10	SANDISK	115,00	230,00

18	02	Pendrive 16GB	SANDISK	40,00	80,00
19	02	Memória RAM 4GB DDR3 PC3-10600	KINGSTON	212,00	424,00
20	04	Access Point sem fio com 3 antenas de 4dbi destacáveis, padrão N, função de alimentação POE, Botão de configuração rápida com o computador.	TP-LINK	189,00	756,00
TOTAL R\$					26.624,00

SMI Tecnologia e Serviços Ltda – ME

Item	Qtd	Descrição	Marca	Valor Unitário R\$	Valor Total R\$
02	11	Monitor LCD TFT 19.5" Widescreen 16:9: retroiluminação LED, resolução: 1600x900@60Hz, contraste 10.000.000:1, tempo de resposta de 5ms, OSD em Português, bivolt, preto.	AOC	428,80	4.716,80
03	11	Nobreak Potência nominal de 600VA: Entrada Bivolt automática (110V/220V) com saída 110V, com 6 tomadas, função DC Start, recarga automática da bateria (mesmo quando desligado).	-	312,90	3.441,90
07	02	Impressora Multifuncional Laser Colorida Funções: Imprimir, Copiar, Digitalizar Velocidade de Impressão em preto: Até 17 ppm, Velocidade da Impressão Colorida: 4 ppm, Resolução de Impressão ótima para preto e colorido: 600 x 600 dpi. Processador: 600 Mhz, Memória: 128MB, Display LCD informativo Colorido, Ciclo de serviço mensal: Até 20000, Conectividade: Interface USB 2.0, 1 Ethernet 10/100, 1 Sem Fio 802.11b/g/n. Especificação do Scanner: Base plana, alimentador automático de documentos (ADF) com capacidade de 35 folhas, Formatos dos arquivos digitalizados, JPEG, TIF, BMP, PDF, PNG, Resolução de digitalização, óptica: Até 1200 dpi, Configurações de redução/ampliação de cópia de 25 até 400%, Compatível com Windows 8, Windows 7, XP. Acompanhando transformador de 110 para 220 com potência de 1000VA.	-	1.665,00	3.330,00
13	10	Fonte ATX 350W	-	113,90	1.139,00
TOTAL R\$		12.627,70			

Irineópolis, 08 de junho de 2015.

Juliano Pozzi Pereira

Prefeito Municipal

EDITAL 001/2015 SMS

O TESTE SELETIVO PARA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA

EDITAL Nº 001/2015

Secretaria Municipal de Irineópolis

O Município de Irineópolis, através do Excelentíssimo Prefeito Municipal Senhor JULIANO POZZI PEREIRA, torna público que se encontram abertas de 16/06/2015 a 26/06/2015 as inscrições ao Teste Seletivo Simplificado para Contratação Temporária de Profissionais, para o exercício dos anos 2015/2016, com fundamento na Lei Complementar Municipal 064/2013; para as atividades de Agente Comunitário de Saúde o qual se regerá pelas instruções deste Edital:

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES:

1.1. O Teste Seletivo destina-se ao provimento de vagas para as atividades de Agente Comunitário de Saúde, disponíveis na Secretaria Municipal de Saúde, a serem admitidos em Caráter Temporário para os anos de 2015/2016.

1.2. A divulgação oficial das etapas deste Teste Seletivo dar-se-á através de avisos afixados no mural de publicações da Prefeitura Municipal e no site www.irineopolis.sc.gov.br.

2. DAS VAGAS:**2.1.**

Cargos	Vagas	Remuneração	Carga Horária	Requisitos Mínimos
Agente Comunitário de Saúde- São Pascoal	01	R\$ 1.088,02	44 h/sem	Portador do Certificado de Conclusão do Ensino Fundamental

2.2. O preenchimento das vagas dar-se-á, conforme a necessidade da Prefeitura Municipal e na ocorrência de necessitar de substituição de servidores efetivos em afastamento.

2.3. Os candidatos inscritos e aprovados deverão residir na área de São Pascoal (compreendido pelas comunidades de Assentamento Manoel Alves, Assentamento Vale da Conquista, Rio Preto, Colônia Litikoski, São Pascoal, Aparecida dos Pardos, Km 4 ao Km 20)

3. DAS INSCRIÇÕES:

3.1. A inscrição deverá ser feita na Prefeitura Municipal, Rua Paraná nº 200, Centro, Irineópolis. Para efetuar a inscrição candidato deverá:

a) Ler atentamente o Edital de Abertura de Inscrições e o Formulário de Inscrição;

b) Entregar os documentos exigidos para a efetivação da inscrição até o dia 26/06/2015 as 15h00min na Prefeitura Municipal, no departamento de RH, para análise da Comissão do Teste Seletivo.

3.2. É de exclusiva responsabilidade do candidato ou de seu representante legal, o correto preenchimento do requerimento de inscrição e a apresentação da documentação exigida. Ao inscrever-se, o candidato deverá, obrigatoriamente, preencher no Requerimento de Inscrição.

3.3. A inscrição do candidato implica no conhecimento e tácita aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital e das decisões que possam ser tomadas pela Comissão do Teste Seletivo.

3.4. As informações prestadas no Requerimento de Inscrição serão de inteira responsabilidade do candidato ou de seu representante legal. Reserva-se a Comissão do Teste Seletivo o direito de excluir do mesmo aquele que não preencher o respectivo documento de forma completa e correta, bem como fornecer dados inverídicos ou falsos.

3.5. O candidato ou seu representante deverá informar no requerimento número de telefone e/ou endereço eletrônico para contato.

3.6. O descumprimento de qualquer das instruções para inscrição, poderá acarretar o indeferimento do requerimento da inscrição.

3.7. As inscrições deferidas e/ou indeferidas serão publicadas até dia 29/06/2015, no mural de publicações da prefeitura municipal e no site www.irineopolis.sc.gov.br, onde caberá recurso até dia 30/06/2015 dirigido à Comissão do Teste Seletivo.

4. DOS REQUISITOS – DOCUMENTOS:

4.1. O Candidato deverá anexar à ficha de inscrição os seguintes documentos:

- a) Prova de identidade; (Fotocópia RG ou Carteira Profissional);
- b) Certidão de nascimento dos filhos fotocópia;
- c) CPF (fotocópia);
- d) Fotocópia de conclusão do Ensino Fundamental (séries iniciais);
- e) Comprovante de residência na área de São Pascoal.

5. DAS PROVAS:

5.1. Prova Escrita: Esta etapa terá caráter eliminatório e classificatório e consistirá na resolução de 20 (vinte) questões objetivas com 04 (quatro) opções de respostas, (A, B, C, e D), com apenas uma resposta correta, com valor de 0,5 pontos cada resposta certa, sendo: 05 (cinco) questões de português; 05 (cinco) questões de matemática e 10 (dez) questões de conhecimentos específicos as atividades pretendidas

5.2. Serão considerados classificados na prova objetiva os candidatos que obtiverem nota igual ou superior a 05 (cinco) pontos.

5.3. Conteúdo Programático – conforme Anexo I, deste Edital.

6. DA REALIZAÇÃO DA PROVA ESCRITA:

6.1. A prova escrita terá duração máxima de 01h30min e será realizada no dia 10/07/2015, com início às 09h00min, nas dependências do Centro de Uso Múltiplo – Rua Guanabara nº 288, Centro, Irineópolis- SC.

6.2. O candidato deverá comparecer ao local determinado para a realização das provas com antecedência mínima de 15(quinze) minutos, munido de documento de identificação com foto e comprovante de inscrição, caneta esferográfica, de cor azul ou preta, lápis e borracha.

6.3. Não será permitida a realização da prova em data, local e horário diferentes do estabelecido, seja qual for o motivo alegado.

6.4. Durante a realização das provas, não será permitido ao candidato, sob pena de anulação de sua prova:

I - comunicar-se com os demais candidatos ou pessoas estranhas ao teste seletivo;

II- consultar qualquer espécie de livro ou apontamentos;

III - utilizar-se de telefone celular, Pager, fone de ouvido ou de qualquer outro aparelho eletro-eletrônico;

IV - ausentar-se do recinto, a não ser momentaneamente em casos especiais na companhia do fiscal;

V - portar-se inconvenientemente, perturbando, de qualquer forma, o bom andamento dos trabalhos;

VI - tratar com descortesia qualquer dos examinadores, auxiliares ou autoridades presentes.

6.5. Não será permitida a permanência de acompanhante do candidato, ou de pessoas estranhas ao teste seletivo, no local onde será aplicada a prova.

6.6. Os candidatos não poderão sair da sala da aplicação da prova, antes de decorridos 30 (trinta) minutos a partir do início.

6.7. Os três últimos candidatos de cada sala deverão permanecer no local até a conclusão da prova do último candidato, para assinarem o lacre dos envelopes contendo as provas e os cartões resposta, juntamente com o representante da comissão organizadora dos testes.

7. CLASSIFICAÇÃO GERAL:

7.1. Somente serão aceitos recursos da classificação dos candidatos, interpostos até 24 horas após a divulgação da classificação, encaminhados através de requerimentos à Comissão do Teste Seletivo na Prefeitura Municipal, no departamento de RH.

7.2. O resultado final do Teste Seletivo para os cargos estarão disponíveis no Mural Público ou Átrio da Prefeitura Municipal de Irineópolis e no endereço eletrônico: www.irineopolis.sc.gov.br, após concluídas todas as fases do Teste Seletivo Público.

7.3. A apreciação dos recursos será efetuada pela comissão organizadora do processo seletivo e, após a análise de todos os recursos interpostos tempestivamente será divulgada nova lista de classificação até o dia 14/07/2015 às 11h30min;

7.4. A Classificação Geral se dará com o máximo de pontos alcançado pelo (a) candidato (a).

7.5. Os candidatos serão classificados em listas nominais, na ordem decrescente de acordo com a pontuação obtida;

7.6. Em caso de igualdade de pontuação na classificação terá preferência o candidato de maior idade e, persistindo o empate, o candidato com maior número de dependentes.

8. DAS CONDIÇÕES PARA O PROVIMENTO DOS CARGOS:

8.1. No ato da contratação o candidato deverá apresentar os requisitos e documentos abaixo exigidos. A não comprovação dos requisitos e documentos eliminará o candidato do Teste Seletivo.

A) Idade mínima de dezoito anos completos até a data de admissão.

B) Comprovante de escolaridade e/ou habilitação exigida para o cargo.

C) Prova de aptidão física e mental para o exercício do cargo, mediante atestado admissional fornecido por médico do trabalho.

D) Declaração expressa, com firma reconhecida por verdadeira do candidato, que a posse do cargo não implica em acumulação proibida de cargo, emprego ou função pública.

E) Cópia dos seguintes Documentos: - Cédula de Identidade- Certificado de Reservista, para candidatos do sexo masculino; - Cadastro de Pessoa Física - CPF; - Comprovante de escolaridade exigido para o cargo; - Título de eleitor e comprovante de quitação eleitoral; - Comprovar idade mínima de 18(dezoito) anos; - Carteira de Profissional de trabalho; - Certidão de nascimento ou casamento; - Certidão de Nascimento dos filhos menores; - Comprovante de residência atual; - Uma foto 3x4; - ASO - Atestado de Saúde Ocupacional; - Certidão Negativa de Antecedentes Criminais; - Prova de quitação com as obrigações eleitorais; - Apresentar outros documentos que se fizerem necessários a época da admissão.

8.2. Os classificados serão notificados a comparecer no departamento de Recursos Humanos, e terão o prazo de 02 (dois) dias úteis para apresentar a documentação exigida e assumir o cargo. O não comparecimento neste prazo acarretará na desistência automática, sendo convocado o próximo candidato de acordo com a classificação.

8.3. O candidato aprovado deverá manter, durante todo o prazo de validade do Teste Seletivo, seu endereço atualizado junto ao Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal. Caso o candidato não seja localizado por alteração de endereço ou por endereço insuficiente, será considerado como desistente.

9. DO REGIME JURÍDICO:

9.1. Os aprovados e classificados no Teste Seletivo serão admitidos sob o regime Especial Administrativo em Caráter Temporário, nos termos da Lei Complementar Municipal 064/2013, vinculadas ao regime geral de Previdência Social.

10. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

10.1. Todos os casos omissos, problemas ou questões que surgirem e que não estejam expressamente previstos no presente Edital, serão resolvidos pela Comissão Organizadora do Processo Seletivo, já devidamente constituída e nomeada pelo Prefeito Municipal, através de Portaria, tornando pública a decisão, cabendo recurso diretamente à Prefeitura Municipal;

10.2. A habilitação e classificação neste Processo Seletivo não asseguram a (o) candidato (a) o direito de ingresso automático nos quadros de profissionais contratados da Prefeitura Municipal. A contratação deverá ser realizada dentro do interesse e necessidade da Prefeitura Municipal, observada a ordem de classificação dos candidatos;

10.3. O requerimento da inscrição implica no conhecimento e aceitação, pelo candidato, de todos os prazos estabelecidos no presente Edital. O candidato que fizer declaração falsa ou inexata e que não satisfazer às condições exigidas, poderá ter sua inscrição cancelada e declarados nulos todos os atos dela decorrentes.

10.4. A Comissão Organizadora do Processo Seletivo fará divulgar, sempre que necessárias normas complementares ao presente Edital.

10.5. Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Irineópolis (SC), 15 de junho de 2015.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal

TESTE SELETIVO PARA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA

EDITAL Nº 001/2015

Secretaria Municipal de Saúde

ANEXO I

CONHECIMENTOS GERAIS COMUNS PARA O CARGO A NÍVEL DE ENSINO FUNDAMENTAL/SÉRIES INICIAIS

Cargo:

Agente Comunitário de Saúde:

Língua Portuguesa: Vocabulário. Classes de palavras e suas flexões. Ortografia. Pronomes de tratamento e vocativos correspondentes. Concordância verbal e nominal. Regência verbal e nominal. Figuras de palavras, de construção e de pensamento. Matemática: Números Naturais, Sistema de Numeração Decimal e Números Racionais. Operações com Números Naturais e Racionais. Espaço e Forma. Grandezas e Medidas. Conhecimentos Gerais e da Atualidade: Questões sobre fatos da atualidade, nos âmbitos municipal, estadual, federal e Internacional, nas áreas política, social, econômica, histórica e cultural. Conhecimentos específicos do cargo, conhecimentos básicos de informática. Conhecimentos específicos ao cargo pretendido.

TESTE SELETIVO PARA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA

EDITAL Nº 001/2015

Secretaria Municipal da Saúde

ANEXO II

DA DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES DOS CARGOS

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE:

Realizar mapeamento de sua área; Cadastrar as famílias e atualizar permanentemente esse cadastro; Identificar indivíduos e famílias expostos a situações de risco; Identificar área de risco; Orientar as famílias para utilização adequada dos serviços de saúde, encaminhando-as e até agendando consultas, exames e atendimento odontológico, quando necessário; Realizar ações e atividades, no nível de suas competências, nas áreas prioritárias da Atenção Básicas; Realizar, por meio de visita domiciliar, acompanhamento mensal de todas as famílias sob sua responsabilidade; Estar sempre bem informado, e informar aos demais membros da equipe, sobre a situação das famílias acompanhadas, particularmente aquelas em situações de risco; Desenvolver ações de educação e vigilância à saúde, com ênfase na promoção da saúde e na prevenção de doenças; Promover a educação e a mobilização comunitária, visando desenvolver ações coletivas de saneamento e melhoria do meio ambiente, entre outras; Traduzir para a ESF a dinâmica social da comunidade, suas necessidades, potencialidades e limites.

TESTE SELETIVO PARA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA

EDITAL Nº 001/2015 SMS

Secretaria Municipal de Saúde

ANEXO III

	Nº DA INSCRIÇÃO:
NOME:	
CEDULA DE IDENTIDADE Nº	CPF Nº:
ENDEREÇO:	
CIDADE:	ESTADO:
E-MAIL:	
Nº TELEFONE:	Nº TELEFONE CELULAR:

Irineópolis - SC, __/__/____

Assinatura do candidato

Comprovante de Inscrição do Teste Seletivo 001/2014 SMS

Inscrição Nº:	
Responsável Pela Inscrição:	
Data: __/__/____	Ass. Responsável:

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO Nº 29/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEOPOLIS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO LICITATORIO Nº. 29/2015

INEXIGIBILIDADE Nº. 02/2015

Expirado o prazo recursal, torna publico a HOMOLOGAÇÃO do processo licitatório em epigrafe e a adjudicação da empresa: EPAGRI – Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina S.A.

Irineópolis, 16 de junho de 2015.

Juliano Pozzi Pereira

Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 57/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEOPOLIS

ESTADO DE SANTA CATARINA

CONTRATO Nº 57/2015

Contratante: Prefeitura Municipal de Irineópolis.

Contratada: EPAGRI – Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina S.A.

Objeto: Prestação de serviço de Assistência Técnica e Extensão Rural pela CONTRATADA para a CONTRATANTE, ações descritas no Plano Anual de Trabalho – PAT.

Vigência: junho a dezembro de 2015.

Valor: R\$ 53.021,50 (cinquenta e três mil, vinte e um reais e cinquenta centavos).

Base Legal – Processo Licitatório nº 29/2015 – Inexigibilidade nº. 02/2015

Lei 10.520/02 e 8.666/93 consolidada

Juliano Pozzi Pereira

Prefeito Municipal

PORTARIA N º 201/2015

PORTARIA N º. 201/2015.

REVOGA OS EFEITOS DA PORTARIA Nº 319/2013 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência que lhe confere os item VII, do artigo 65, da Lei Orgânica Municipal e no que dispõe o artigo 105, inciso II da Lei Complementar n º 007/2001, de 15/10/2001,

RESOLVE:

Art. 1º REVOGAR a contar desta data, os efeitos da Portaria nº 319/2013, de 27/09/2013, que designou o servidor LUCIO FLAVIO LIMA para exercer a função de responsável pela contabilidade do Fundo Municipal de Saúde – FMS, CNPJ 06.189.125/0001-16.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Irineópolis (SC), 15 de Junho de 2015.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal.

PORTARIA N º 202/2015

PORTARIA N.º 202/2015.

"DESIGNA SERVIDORA PARA RESPONDER PELO SETOR DE CONTABILIDADE DO FMS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência que lhe confere o item VII, do artigo 65, da Lei Orgânica Municipal e amparado no que dispõe o Título II, Capítulo III, Seção I, Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n º. 007/2001 de 15/10/2001,

RESOLVE :

Art. 1º - Designar MARIA EMILIA SCHIESSL ALBERTI, nascida em 16/04/1975, portadora do CPF n º 936.929.279-91, RG n º 3.118.068-0–SESP/SC, servidora pública Municipal no Cargo Comissionado de Contadora Geral, inscrita no CRC/SC nº 023549/0-7/SC, para responder sem ônus para o Município, pelo Setor de Contabilidade do Fundo Municipal de Saúde – FMS, CNPJ sob o nº 06.089.125/0001-16.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação com efeitos retroativos a 15/06/2015.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 16 de Junho de 2015.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal.

PORTARIA N º 203/2015

PORTARIA N º. 203/2015.

PRORROGA EFEITOS DA PORTARIA Nº 187/2015 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência que lhe confere o item VII, do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal e no disposto no Título II – Capítulo III seção I, Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n º 007/2001 de 15/10/2001,

RESOLVE:

Art. 1º. PRORROGAR até a data de 19/07/2015, os efeitos da Portaria 187/2015, que dispõe sobre a concessão de Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família, a servidora efetiva ROSELI DE FÁTIMA FRAGOSO, de acordo com as condições previstas na LC 01/97 de 30/12/1997.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos contar de 20/06/2015.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 17 de Junho de 2015.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal.

PORTARIA N º 204/2015

PORTARIA Nº. 204/2015.

DISPENSA A PEDIDO, SERVIDORA ADMITIDA POR PRAZO DETERMINADO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência que lhe confere os incisos VII e IX, do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE :

Art 1st - Dispensar a pedido, a servidora ADRIELLI CAROLINI FERREIRA DOS SANTOS MARTINS, das atividades de Auxiliar de Serviços Gerais (44 h/sem), para a qual foi admitida em data de 02/12/2014, através da Portaria nº 530/2014.

Art 2nd - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis (SC), 17 de Junho de 2015.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal.

PORTARIA N ° 205/2015

PORTARIA Nº. 205/2015.

EXONERA SERVIDORA EFETIVA A PEDIDO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência que lhe confere os incisos VII e IX, do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE :

Art 1st - Exonerar a pedido, em data de 29/06/2015, a servidora JAQUELINE APARECIDA SCHLEGER nascida em 14/10/1983, portadora do CPF n ° 041.711.709-40 RG. nº 8.398.138-5, SESP/PR, do cargo efetivo de Técnica de Enfermagem (44h/sem), para o qual foi nomeada através da Portaria nº 132/2006 de 25/03/2006.

Art 2nd - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 29/06/2015.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis (SC), 17 de Junho de 2015.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal.

PORTARIA N ° 206/2015

PORTARIA Nº 206/2015 de 18 de Junho de 2015.

DISPÕE SOBRE JULGAMENTO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JULIANO POZZI PEREIRA, Prefeito do Município de Irineópolis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas prerrogativas legais, na forma das disposições contidas da Lei Orgânica do Município;

CONSIDERANDO o processo instaurado pela Portaria nº 474/2014, de 08 de Outubro de 2014;

CONSIDERANDO que no processo administrativo disciplinar, instaurado pela Portaria nº. 474/2014, percebe-se que fora garantida a ampla defesa e o contraditório ao servidor indiciado;

CONSIDERANDO o constatado pela comissão processante nomeada pela referida Portaria;

CONSIDERANDO o parecer jurídico constante do referido processo;

CONSIDERANDO o exercício das atribuições e funções que são inerentes ao cargo de Prefeito Municipal de Irineópolis;

CONSIDERANDO a necessidade, isto é, a obrigação que essa Autoridade Municipal tem no sentido de apresentar uma conclusão para o Procedimento Administrativo Disciplinar instaurado pela Portaria nº. 474/2014;

CONSIDERANDO o julgamento final datado de 26 de Maio de 2015, no qual restou demonstrado, detalhadamente, todos os motivos e fundamentos que levaram o Chefe do Executivo a tomar tal decisão;

CONSIDERANDO os princípios constitucionalmente estipulados, que norteiam a Administração Pública em todas as suas esferas de atuação;

CONSIDERANDO o que mais dos autos consta;

RESOLVE:

Art. 1º - DECLARAR o descumprimento das disposições previstas na CLT – Consolidação das Leis do Trabalho, imputáveis a empregada pública ELAINE KOZOWSKI, CÓDIGO 1784, ocupante do emprego público de Agente Comunitário de Saúde, pela conduta adotada de deixar de desempenhar as atividades inerentes ao seu emprego, assim como também, cometendo infração às alíneas “a”, “b” e “e” do art. 482 da CLT.

Art. 2º. DETERMINAR a aplicação da penalidade de demissão do serviço público Municipal de Irineópolis – SC à servidora ELAINE KOZOWSKI, de acordo com o previsto na legislação trabalhista já citada e em conformidade com o inciso I do art. 6º da Lei Complementar nº 035/2007.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, em 18 de Junho de 2015.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal.

Itá

PREFEITURA

CONTRATOS MÊS JUNHO SAUDE

Aditivo Nº : 4AD 84/2014 - Contrato Nº: 84/2014
Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITA
Contratada....: FUNDAMENTO CONSTRUTORA LTDA
Valor : 0,00 (zero)
Vigência : Início: 03/06/2015 Término: 03/08/2015
Licitação : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 1/2014
Objeto : Aditivo de tempo para vistorias e pareceres.
NÉVIO ANTONIO MORTARI - GESTOR

Contrato Nº.: 80/2015
Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITA
Contratada....: GABRIEL VITORIA DOMINGUES
Valor : 70,00 (setenta reais)
Vigência : Início: 12/06/2015 Término: 23/10/2015
Objeto : Serviços de plantão de sobreaviso em saúde pública com profissionais na área de medicina.
Contratada....: GABRIEL VITORIA DOMINGUES
Vigência : Início: 12/06/2015 Término: 23/10/2015
NÉVIO ANTONIO MORTARI - GESTOR

Contrato Nº.: 81/2015
Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITA
Contratada....: FARMACIA SANTA TEREZA LTDA - ME
Valor : 7.000,00 (sete mil reais)
Vigência : Início: 12/06/2015 Término: 31/12/2015
Objeto : Fornecimento de medicamentos destinados a pacientes em situação de vulnerabilidade, grave ou de urgência, e ainda por ordem judicial.
Contratada....: FARMACIA SANTA TEREZA LTDA - ME
Vigência : Início: 12/06/2015 Término: 31/12/2015
NÉVIO ANTONIO MORTARI - GESTOR

Contrato Nº.: 82/2015
Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITA
Contratada....: MARIA CECILIA ROMAN ME
Valor : 7.000,00 (sete mil reais)
Vigência : Início: 12/06/2015 Término: 31/12/2015
Objeto : Fornecimento de medicamentos destinados a pacientes em situação de vulnerabilidade, grave ou de urgência, e ainda por ordem judicial.
Contratada....: MARIA CECILIA ROMAN ME
Vigência : Início: 12/06/2015 Término: 31/12/2015
NÉVIO ANTONIO MORTARI - GESTOR

DECRETO N. 041/2015

DECRETO Nº. 041/2015, de 16 de junho de 2015.
"DISPÕE SOBRE A CONVOCAÇÃO DA V CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE SAÚDE, INSTITUI COMISSÃO ORGANIZADORA, DEFINE TEMÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

LEIDE MARA BENDER, Prefeita Municipal de Itá, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e, de conformidade com o Inciso VII do art. 69 da Lei Orgânica Municipal, Lei Orgânica de Assistência à Saúde n. 8.142/90 e o Decreto n. 7508/2011;

Considerando a decisão do Conselho Municipal da Saúde em reunião realizada no dia 08 de junho de 2015;

DECRETA:

Art. 1º Fica convocada a V CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITÁ, a realizar-se no dia 30 de junho de 2015, com início às 13:00 horas e término às 17:00 horas, tendo como tema: "SAÚDE PÚBLICA DE QUALIDADE PARA CUIDAR BEM DAS PESSOAS", e como eixo norteador: "DIREITO DO POVO BRASILEIRO".

Art. 2º Para organizar e realizar a V CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE SAÚDE fica constituída a comissão, composta pelos seguintes membros:

- I. Coordenador Geral: Marília Franke
- II. Secretário Geral: Eliane Lazarotto
- III. Relator Geral: Luiza Machado
- IV. Coordenador de Comunicação e Informação: Juliano Alves

Art. 3º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto, correrão por conta do orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde (FMS).

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Itá - SC, 16 de junho de 2015.
LEIDE MARA BENDER
Prefeita Municipal

Certifico que este decreto foi Registrado e publicado nesta secretaria na data supra

JAIR FRANCISCO MOSCHETTA
Secretário Municipal de Administração e Fazenda

Itapiranga

PREFEITURA

DISPENSA Nº 113/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA

Processo Licitatório nº 113/2015
Dispensa de Licitação nº 113/2015
Partes: Município de Itapiranga e Linck Máquinas S.A
Objeto: Contratação de empresa para fornecimento de peças originais para a motoniveladora marca Volvo G 710, a disposição da Secretaria de Transportes desta municipalidade.
Fundamento: Inciso V, artigo 24, da Lei nº 8.666/93.
Valor: R\$ 75.577,21.
Vigência: 90 dias

Itapiranga - SC., 18 de junho de 2015
Milton Simon
Prefeito Municipal

EXTRATO DE ATAS DE REGISTRO DE PREÇO PREFEITURA Nº 173/2015 A 178/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA
ATAS REGISTRO DE PREÇOS – PREFEITURA
ERRATA DO EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 169/2015

Na edição do dia 28/05/2015, onde se lê:
PARTES: Município de Itapiranga e Zoom Indústria e Comércio de Confecções Ltda – EPP.

Leia-se:
PARTES: Município de Itapiranga e Zoom Indústria e Cooperativa de Livre Associação do Município de Itapiranga.

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 173/2015
1º TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 070/2015
PARTES: Município de Itapiranga e Cooperativa A1.
ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preço nº 036/2015.
OBJETO: Reequilíbrio de preços dos itens de nº 46, 72, 161 e 176, do pregão para aquisição de equipamentos e materiais diversos destinados para manutenção das atividades do setor de urbanismo desta municipalidade.
VALOR: R\$ 675,17
VIGÊNCIA: 13 de fevereiro de 2016.
Itapiranga – SC., 08 de junho de 2015.
Milton Simon – Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 174/2015
1º TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 024/2015
PARTES: Município de Itapiranga e Açougue do Vicente Ltda.
ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preço nº 007/2015.
OBJETO: Reequilíbrio de preços do item de nº 10, do pregão para aquisição de gêneros alimentícios e materiais de higiene e limpeza destinados para distribuição a famílias carentes cadastradas nos programas da Secretaria de Assistência Social desta municipalidade.
VALOR: R\$ 2.786,28
VIGÊNCIA: 23 de janeiro de 2016.
Itapiranga – SC., 09 de junho de 2015.
Milton Simon – Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 175/2015
1º TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 015/2015
PARTES: Município de Itapiranga e Açougue do Vicente Ltda.
ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preço nº 003/2015.
OBJETO: Reequilíbrio de preços do item de nº 29, do pregão para aquisição de gêneros alimentícios, para entrega parcelada, destinados para o programa de merenda escolar deste município.
VALOR: R\$ 9.760,00
VIGÊNCIA: 22 de janeiro de 2016.
Itapiranga – SC., 09 de junho de 2015.
Milton Simon – Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 176/2015
PARTES: Município de Itapiranga e Luis Cesar Reis Me.
ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preço nº 102/2015.
OBJETO: Aquisição de moveis para as escolas municipais.
VALOR: R\$ 42.140,00
VIGÊNCIA: 09 de junho de 2016.
Itapiranga – SC., 09 de junho de 2015.
Milton Simon – Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 177/2015
PARTES: Município de Itapiranga e Relojoaria Confiança Ltda - EPP.
ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preço nº 103/2015.
OBJETO: Aquisição de troféus e medalhas destinados para premiação aos participantes das diversas atividades esportivas e culturais desenvolvidas pelo departamento de esporte e cultura desta municipalidade conforme autoriza a lei n. 2.497/2008.
VALOR: R\$ 3.113,31
VIGÊNCIA: 09 de junho de 2016.
Itapiranga – SC., 09 de junho de 2015.
Milton Simon – Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 178/2015
1º TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 072/2015
PARTES: Município de Itapiranga e BW Construções Ltda - ME.
ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preço nº 036/2015.
OBJETO: Reequilíbrio de preços do item de 12, do pregão para aquisição de equipamentos e materiais diversos destinados para manutenção das atividades do setor de urbanismo desta municipalidade.
VALOR: R\$ 3.882,40
VIGÊNCIA: 13 de fevereiro de 2016.

Itapiranga – SC., 17 de junho de 2015.
Milton Simon
Prefeito Municipal

Itapoá

PREFEITURA

TERMO ADITIVO Nº 40/2015 QUE VISA PRORROGAR O CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 123/2014. (1º ADITIVO).

TERMO ADITIVO Nº 40/2015 QUE VISA PRORROGAR O CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 123/2014. (1º Aditivo).

Pelo presente instrumento particular que, entre si celebram, de um lado o MUNICÍPIO DE ITAPOÁ, inscrito no CNPJ/MF sob nº 81.140.303/0001-01, com sede a Rua Mariana Michels Borges (960), nº 201, neste Município, aqui denominada CONTRATANTE, neste ato representado pela Secretária de Educação, a Sra. TEREZINHA FÁVARO DA SILVEIRA, portadora do CNPF/MF nº: 355.669.909-59 e do CI.RG. nº 2090978 SSP/PR e pelo Prefeito Municipal, o Sr. SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR, brasileiro, casado, portador do CI.RG nº 8.739.943 SSP/PR e CNPF/MF nº 230.944.279-87, residente e domiciliado à Estrada Jaguaruna, s/nº, neste Município, neste Município de Itapoá/SC, e, de outro lado a Empresa DOCA OBRAS E SERVIÇOS LTDA EPP, com sede à Manoel de Arzão, nº 97, Bairro São José, na cidade Itapoá/SC, CEP:89.249-000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 82.887.829/0001-12 e Inscrição Estadual nº 255.229.828, representada neste ato por sócio administrador, o Sr. JANUÁRIO LUIZ NUNES, portador do CNPF/MF nº 378.917.319-34 e do CI.RG nº 2/R 82332 SSP/SC, aqui denominada CONTRATADA, ajustam o presente termo aditivo contratual que visa prorrogar a Contratação de empresa de construção civil com serviço de mão de obra especializada e fornecimento de materiais para construção de piso de concreto armado para fixação de parques infantis, nas Escolas da Rede Municipal de Ensino, conforme projetos, memorial descritivo e planilhas orçamentárias, partes integrantes do Edital, e em conformidade com a autorização contida no processo licitatório na modalidade TOMADA DE PREÇO Nº 15/2014 – PROCESSO Nº 146/2014, de acordo com a lei 8.666/93, alterada pela lei 8.883/94 e pelas especificações e condições contidas nas cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO PRAZO

O presente termo prorroga a vigência do Contrato Administrativo nº 123/2014, em 60 (sessenta) dias corridos contados a partir do dia 19/06/2015, podendo ser renovado ou revogado conforme disposições da Lei nº 8.666/93, e de acordo com os interesses da Administração Pública.

CLÁUSULA SEGUNDA: DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Ficam ratificadas as demais cláusulas do Contrato Administrativo nº 123/2014, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

E, por estarem assim, justos e acordados, firmam o presente Termo de Aditivo ao Instrumento de Contrato Administrativo nº 123/2014, em caráter de excepcionalidade, em 02 (duas) vias de igual teor, para que produzam seus jurídicos e legais efeitos, na presença de 02 (duas) testemunhas igualmente subscreita.

Itapoá/SC, 18 de junho de 2015.

CONTRATANTE MUNICÍPIO DE ITAPOÁ/SC SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR PREFEITO MUNICIPAL TEREZINHA FÁVARO DA SILVEIRA SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO	CONTRATADA DOCA OBRAS E SERVIÇOS LTDA EPP JANUÁRIO LUIZ NUNES
Testemunhas:	
NOME: CNPF/MF:	NOME: CNPF/MF:

Ituporanga

PREFEITURA

DECRETO Nº 414, DE 17 DE JUNHO DE 2015

DECRETO Nº414, de 17 de junho de 2015.

"Anula Edital do Processo Licitatório nº 38, de 14 de maio de 2015 na modalidade de Pregão Presencial nº 28/2015".

ARNO ALEX ZIMMERMANN FILHO Prefeito do Município de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pelo Inciso VII do Artigo 65 da Lei Orgânica do Município de Ituporanga-SC, e

Considerando que este processo licitatório visava à contratação de empresas para elaboração, aplicação e correção de processo seletivo do Município de Ituporanga;

Considerando a orientação que dimana das Súmulas 346 e 473 do Colendo SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. Tais súmulas afirmam, respectivamente, de modo explícito e claro que "a Administração Pública pode declarar a nulidade de seus próprios atos" e que "a Administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornem ilegais, porque deles não se originam direitos, ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial."

Considerando que a Lei 8.666/93 ao se referir ao tema em comento, estabelece, *ipsis verbis*, que: "A autoridade competente para a aprovação do procedimento somente poderá revogar a licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado" (art. 49).

DECRETA:

Art. 1º- A NULIDADE do Edital do Processo Licitatório nº 38/2015, modalidade de Pregão Presencial 28/2015, para contratação de empresa para elaboração, aplicação e correção de Processo Seletivo e conseqüentemente todos os atos e efeitos do citado Processo Licitatório.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrario.

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE ITUPORANGA, 17 de junho de 2015.

ARNO ALEX ZIMMERMANN FILHO
Prefeito do Município

ELMO PISETTA
Secretário da Administração

EDITAL DE PREGÃO Nº 34/2015 CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE AUDITORIA NOS CONTRATOS DE ENERGIA ELÉTRICA DOS DIVERSOS SETORES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL E RECUPERAÇÃO DE VALORES PAGOS INDEVIDAMENTE

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE ITUPORANGA/SC

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL nº34/2015

Processo: 51/2015

Objeto CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE AUDITORIA NOS CONTRATOS DE ENERGIA ELÉTRICA DOS DIVERSOS SETORES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL E RECUPERAÇÃO DE VALORES PAGOS INDEVIDAMENTE. FORMA DE JULGAMENTO: Menor Preço Por Item. ENTREGA DOS ENVELOPES: Dia 01 de julho de 2015 até às 09:00 horas. ABERTURA DOS ENVELOPES DAS PROPOSTAS E CREDENCIAMENTO: Dia 01 de julho de 2015 às 09:30 horas no setor de licitações. INICIO PARA ETAPA DE LANCES: Às 10:00 horas do mesmo dia, na sala de Reuniões da Prefeitura. Informações: Esclarecimentos poderão ser obtidos no setor de Licitações da Prefeitura do Município de Ituporanga, situada à Rua Vereador Joaquim Boeing, 40, Centro das 08:00 às 12:00 horas e 14:00 às 17:00 horas e pelo fone (**47) 3533-1211.O Edital completo poderá ser obtido pelos interessados no endereço eletrônico: www.ituporanga.sc.gov.br, no link Prefeitura/Editais/Licitações.

Ituporanga, 19 de junho de 2015
ARNO ALEX ZIMMERMANN FILHO
Prefeito do Município

Joaçaba

PREFEITURA

DECRETO Nº 4.772 DE 16 DE JUNHO DE 2015.

DECRETO Nº 4.772 DE 16 DE JUNHO DE 2015.

NOMEIA SUBCOMISSÃO TÉCNICA PARA AUXILIAR COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO NO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS TÉCNICAS DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 13/2015/FMS, QUE ESPECIFICA.

O Prefeito do Município de Joaçaba (SC), no uso de atribuições que são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art 1º. Ficam nomeados os cidadãos abaixo relacionados para comporem a Subcomissão Técnica para auxiliar Comissão Permanente de Licitação no julgamento das Propostas Técnicas do Processo Licitatório nº 13/2015/FMS – Tomada de Preços 2/2015/FMS, que tem por objeto a contratação de agência de propaganda para prestação de serviços junto ao Fundo Municipal de Saúde:

Jéssica Novello;
Marcelo Santos;
Wagner Lenhardt.

Art. 2º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Joaçaba (SC), 16 de junho de 2015.

RAFAEL LASKE
Prefeito

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO/CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 04/2015 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO/CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 04/2015

“Estabelece normas para a chamada pública de professores e auxiliares de serviços internos destinada a prover vagas temporárias de excepcional interesse público na rede municipal de ensino, e dá outras providências”.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e tendo por base as Leis Complementares nº 80 de 12 de março de 2004, n.º 97 de 18 de março de 2005 e n.º 121 de 26 de junho de 2006, lança este Edital para contratação de Professores na Rede Pública de ensino e auxiliares de serviços internos, em caráter temporário de excepcional interesse público, para o exercício de 2015, podendo ser prorrogado pelo período de até 12 (doze) meses, conforme a necessidade e conveniência do interesse público, e;

Considerando a necessidade temporária de excepcional interesse público na rede municipal de ensino para provimento de vagas no âmbito da Secretaria Municipal da Educação, e;

Considerando que a educação é um direito constitucional, cabendo ao Município garantir a continuidade da prestação desses serviços essenciais à população, e;

Considerando o esgotamento de candidatos aprovados nas vagas nos processos seletivos originados pelos Editais 02/2013 e 01/2014 e Edital de Chamada Pública 03/2015;

Considerando a impossibilidade de paralisação das aulas por

ausência de professores, torna público os procedimentos para a CHAMADA PÚBLICA de professores destinada ao provimento de vagas temporárias para o ano letivo de 2015 na rede municipal de ensino.

I - DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Os candidatos habilitados e classificados neste processo serão regidos pelo regime administrativo e serão filiados ao Regime Geral da Previdência Social – RGPS, como contribuintes obrigatórios do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS; Leis Complementares Municipais nºs 97/2005 e 80/2004.

II - DOS CARGOS, DAS VAGAS, DOS REQUISITOS, DA CARGA HORÁRIA E DO VENCIMENTO MENSAL:

CARGO	REMUNERAÇÃO INICIAL R\$*	CARGA HORÁRIA SEMANAL	VAGAS	REQUISITOS PARA PROVIMENTO
Auxiliar de Serviços Internos	R\$838,61	40h	01	Ensino Fundamental Completo ou cursando.
Professor de Matemática	R\$1.917,78	40h	01	Curso Superior específico, ou cursando a partir da 5ª fase.

* O valor da remuneração é correspondente à carga horária de 40 horas semanais, sendo que em caso de carga horária inferior a remuneração será proporcional.

III - DATA E VAGAS

3.2. A data determinada para a Chamada Pública para os cargos acima referidos será dia 10/07/2015, das 15h00min às 18h00min, na Secretaria Municipal da Educação, sito à Av. XV de Novembro, 378 – Centro/Joaçaba – 2º andar.

3.3. As vagas existentes são para o cargo de Professor na disciplina de Matemática e para Auxiliar de Serviços Internos.

IV - DA CONVOCAÇÃO DOS APROVADOS

4.1. Os candidatos serão convocados por ordem crescente da classificação.

4.2. A convocação para contratação será feita no e-mail indicado pelo candidato e no Diário Oficial do Município.

V – PROCEDIMENTOS

5.1. Os candidatos interessados deverão dirigir-se ao local indicado no item 3.2. deste Edital munidos dos seguintes documentos:

- Ficha de Inscrição devidamente preenchida (Anexo I);
- Documentos pessoais (Cédula de Identidade e CPF);
- Comprovação de habilitação e/ou declaração de frequência em curso de ensino regular;
- Documento expedido pelo setor Pessoal que mencione o tempo de serviço no município de Joaçaba/SC.

VI – CLASSIFICAÇÃO

6.1 Havendo dois ou mais candidatos para a mesma vaga de professor, serão obedecidos os seguintes critérios de classificação:

- Professores com Pós-Graduação na área que pretende atuar;
- Professores com Graduação na área que pretende atuar;
- Professores cursando licenciatura, a partir da 5ª fase, na área que pretende atuar;

- d) Maior tempo de serviço no município de Joaçaba/SC;
e) Maior idade.

6.2 Havendo dois ou mais candidatos para a vaga de auxiliar de serviços internos, serão obedecidos os seguintes critérios de classificação:

- a) Curso na área de atuação;
b) Maior tempo de serviço no município de Joaçaba/SC;
c) Maior idade.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Para efeito da contratação fica o candidato sujeito à aprovação em exame médico admissional segundo a natureza e especificidade da função, respectiva área de atuação e à apresentação, no prazo legal, dos documentos que lhe foram exigidos.

Caberá ao Prefeito Municipal a homologação dos resultados deste Processo.

Para que não se alegue ignorância, faz baixar o presente Edital que será afixado no mural do Paço Municipal, e no site oficial do município <http://www.joacaba.sc.gov.br>.

Joaçaba, em 18 de Junho de 2015.

RAFAEL LASKE

Prefeito Municipal

ANEXO I – FICHA DE INSCRIÇÃO

Dados Pessoais			
Nome:			
Endereço:			
Bairro:	Cidade:	Estado:	
CEP:	Data de Nasc.:	Estado Civil:	
CPF:			
E-mail:			
Telefone Residencial: ()	Telefone Celular: ()		
Formação Acadêmica			
Graduação			
Especialização			
Mestrado/ Doutorado			
Tempo de Serviço na rede municipal de ensino			

Assinatura

RESOLUÇÃO Nº 01 - CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

RESOLUÇÃO Nº 01, de 08 de junho de 2015

Aprova Plano Municipal de Educação.

O PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA-SC, no uso de suas atribuições, de acordo com o art. 3 do Regimento Interno deste Conselho, e o deliberado na Reunião Ordinária do dia 11 de maio de 2015, pelo Parecer nº 02/2015,

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar o Plano Municipal de Educação.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Joaçaba-SC, 08 de junho de 2015.

Ricardo Marcelo de Menezes

Presidente do Conselho Municipal de Educação

RESOLUÇÃO Nº 02, de 08 de junho de 2015

Aprova a Normativa de Matrícula e Rematrícula para os alunos da rede municipal de ensino do município de Joaçaba.

O PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA-SC, no uso de suas atribuições, de acordo com o art. 3 do Regimento Interno deste Conselho, e o deliberado na Reunião ordinária do dia 11 de maio de 2015, pelo Parecer nº 02/2015,

RESOLVE:

Art. 1º A comissão de normatização reunida para análise do procedimento de matrícula na rede municipal pública, e analisando a legislação atinente a matéria, sugere a apreciação do pleno as seguintes diretrizes, que a critério da Secretaria de Educação poderão ser fixadas por meio de portaria própria.

Art. 2º Fixação de cronograma que possa contemplar a rematrícula (renovação) dos alunos já incorporados a rede, recebimento de novos pedidos, homologação da documentação apresentada, matrícula dos novos alunos e chamada para vagas remanescentes se houver;

Art.3º Que o número de estudantes por classe deverá respeitar os limites estabelecidos por oferta, atentando para a capacidade física de cada sala de aula, previamente definida pela Secretaria de Educação;

Art.4º Os documentos mínimos para a rematrícula (renovação) devem ser:

- a) Cartão de vacina atualizado ou a justificativa médica;
b) Comprovante de renda;
c) Comprovante de residência (conta de água ou luz);
d) Se o imóvel não for próprio, apresentar contrato de locação de imóvel, com firma reconhecida.

Art.5º Os documentos mínimos para a nova matrícula devem ser:

- a) Certidão de nascimento da criança;
b) Cartão de vacina atualizada ou a justificativa médica;
c) Comprovante de residência (conta de água ou luz);
d) Se o imóvel não for próprio, apresentar contrato de locação de imóvel, com firma reconhecida.
e) Apresentação de declaração de guarda, para crianças que convivem com responsáveis, emitida pelo Juizado da Vara da Infância e Juventude;
f) Declaração de horário de trabalho dos pais;
g) Laudo médico atualizado em caso de necessidade de segundo professor.
h) Comprovante de renda.

Art. 6º A criança que completar 6 (seis) anos até o dia 31 de março, não poderá inscrever-se nas unidades de Educação Infantil, por consequência devendo ser matriculada no ensino fundamental. (Resolução CNE/CEB nº 6, de 2010). Ficando portanto, as matrículas de acordo com as seguintes faixas:

Pré-Escola	até 4 anos (até 31/03)
Educação infantil	4 e 5 anos
Ensino fundamental	6 anos (até 31/03)

Art. 7º Atender os critérios de zoneamento escolar.

Art. 8º Face às polêmicas no que diz respeito ao local de residência dos pais de alunos, determinar a todos os servidores que analisem detidamente a documentação de comprovação de residência, informando qualquer irregularidade ou dúvida ao setor competente da Secretaria de Educação para solução.

Art. 9º Dar ampla divulgação ao procedimento de rematrícula/matrícula e se necessário esclarecer aos pais a legislação no que diz respeito aos limites de idade fixados na legislação e outros elementos que possam esclarecer os pais a respeito de suas tomadas de decisão.

Art. 10º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Joaçaba-SC, 08 de junho de 2015

Ricardo Marcelo de Menezes

Presidente do Conselho Municipal de Educação

TERMO DE NÃO ATENDIMENTO A CONVOCAÇÃO
TERMO DE NÃO ATENDIMENTO DE CONVOCAÇÃO

Tendo em vista que decorreu o prazo de 30 dias da convocação do candidato(a) Sr(a) JOSIANE SILVA, Cargo de Auxiliar de Serviços Internos, classificado em 76º lugar, referente ao Concurso Público n.º 001/2011, sem que a convocação fosse atendida, fica registrado a perda da vaga pelo referido candidato.

Esta termo entra em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 16 de junho de 2015.
RAFAEL LASKE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

BALANCETE FINANCEIRO MAIO/2015 FMS

Betha Sistemas
Exercício de 2015
Período: Maio
Página: 1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA
Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica - Despesa Liquidada

RECEITA		DESPESA	
TÍTULOS	R\$	TÍTULOS	R\$
ORÇAMENTÁRIAS	675.630,93	ORÇAMENTÁRIAS	1.978.836,55
RECEITA TRIBUTÁRIA	14.326,39	DESPESAS EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	1.901.927,15
RECEITA PATRIMONIAL	24.849,39	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	646.263,88
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	636.455,15	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	730.254,36
		INVESTIMENTOS	525.408,91
		DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	76.909,40
		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	75.717,31
		OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.192,09
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	1.344.440,92		
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	1.344.440,92		
EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	2.146.866,28	EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	2.200.303,18
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	148.739,99	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	150.169,94
CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	1.998.126,29	CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	1.993.875,25
		RP NÃO PROCESSADOS PAGOS	56.257,99
SALDOS ANTERIORES	4.231.995,84	SALDOS ATUAIS	4.219.794,24
BANCO C/ MOVIMENTO	1.099.184,24	BANCO C/ MOVIMENTO	1.016.637,60
BANCOS C/ VINCULADAS	3.132.811,60	BANCOS C/ VINCULADAS	3.203.156,64
TOTAL	8.398.933,97	TOTAL	8.398.933,97

JOACABA, 18/06/2015

ADEMIR LUIZ RIGHI

Ordenador de Despesa - Secretário Saúde

ELIANE AP CERON VIER

Contadora CRC/SC 021520/O-0

ELIZETE MARQUES

Tesouraria

SIMAE - SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JOAÇABA**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS JHL 011/2014 - SIMAE**
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 11/2014

Aos vinte e três dias do mês de dezembro do ano de dois mil e catorze, no Setor de Compras, localizado na Sede Administrativa do SIMAE, no Município de Joaçaba, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial – Registro de Preços nº 0054/2014, na Ata de julgamento de preços, homologada em 23/12/2014, RESOLVE registrar os preços da(s) empresas, nas quantidades estimadas, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s), atendendo as condições previstas no Edital de Licitação e seus Anexos, e em conformidade com as disposições a seguir.

1. DO OBJETO

1.1 A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços de Serviços de Escavadeira Hidráulica, a fim de auxiliar a Autarquia SIMAE, na retirada de rochas e matações de valas onde executar redes de água e esgoto, conforme especificações constantes no Anexo I do Edital Pregão Presencial nº 0054/2014.

1.2 As licitantes registradas para os materiais cotados são as seguintes:

Item 01 – SERVIÇOS DE ESCAVADEIRA HIDRÁULICA - Quantidade – 100 - Unidade de medida - HORAS.

1º. Colocado – Empresa: SECCHI SERVIÇOS DE TERRAPLANAGEM LTDA, no valor de R\$190,00 (Cento e noventa reais);

Item 02 – SERVIÇOS DE ESCAVADEIRA HIDRÁULICA ACOPLADO COM ROMPEDOR HIDRÁULICO – Quantidade: 100 - Unidade de medida - HORAS.

1º. Colocado – Empresa: SECCHI SERVIÇOS DE TERRAPLANAGEM LTDA, no valor de R\$ 345,00 (Trezentos e quarenta e cinco reais);

1.3 Este instrumento não obriga o SIMAE a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a aquisição dos serviços de escavadeira hidráulica, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da lei 8.666/93.

1.4 Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a recomposição no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento.

1.4.1 Os preços registrados que sofrerem recomposição, não ultrapassarão os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

1.4.2 O aumento decorrente de recomposição dos preços unitários em razão de desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato somente poderá ser dado se a sua ocorrência era imprevisível no momento da contratação, e se houver a efetiva comprovação do aumento pela empresa registrada (requerimento, planilha de custos e documentação de suporte).

1.5 Caso o preço registrado se torne superior à média dos preços de mercado, o SIMAE solicitará ao fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo na forma do item 1.4.1.

2. DOCUMENTOS INTEGRANTES

2.1 Para todos os efeitos legais, para melhor caracterização do objeto, bem como, para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, integram esta Ata, como se nela estivesse transcrita, os seguintes documentos:

- a) Edital de Pregão Presencial nº 0054/2014 e seus anexos;
- b) Proposta da(s) Licitante(s).

3. VIGÊNCIA

3.1 A presente Ata vigorará pelo período de 12 (doze) meses, após a homologação da Autoridade Competente, nos termos do art. 15, parágrafo 3º, inciso III da Lei 8.666/93.

4. DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO E RECEBIMENTO

4.1 O Serviço de Escavadeira Hidráulica deverá ser executado conforme a necessidade do SIMAE, que procederá a solicitação do objeto nas quantidades que julgar necessárias, através de Autorização de Fornecimento e /ou Nota de Empenho.

4.2 Após o recebimento da AF - Autorização de Fornecimento e/ou NE-Nota Empenho, por parte do fornecedor, o serviço deverá ser iniciado no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, em horário de expediente, nas condições estipuladas no presente Edital e seus Anexos, nos locais indicados na AF e /ou NE.

4.2.1 Serão solicitados serviços na área urbana ou rural dos municípios de Joaçaba, Herval do Oeste e Luzerna.

4.3 Cada AF e/ou NE deverá conter no mínimo:

- a) Data de Expedição;
- b) Indicação de Local ou dos locais onde serão prestados os serviços;
- c) Tipos de serviços que serão prestados.

4.4 Após a conclusão dos serviços a proponente deverá apresentar Nota Fiscal / Fatura correspondente à quantidade de horas trabalhadas, que será submetida à aprovação do Gerente responsável pela solicitação dos serviços.

4.5 Fica aqui estabelecido que os serviços serão recebidos:

- a) provisoriamente: A recepção provisória dos serviços será feita por responsável, designado pelo SIMAE, sendo que deverá verificar se os serviços foram executados adequadamente "in loco";
- b) definitivamente: A recepção definitiva dos serviços será feita por servidor designado, que será incumbido da fiscalização direta do contrato após vistoria da qualidade dos serviços disponibilizados e assinatura do Comprovante de Inspeção comprovando que a empresa executou os serviços e liberando o pagamento (se for o caso), em um prazo máximo de até 05 (cinco) dias após apresentação da nota fiscal.

4.5.1 Somente será encaminhada a nota fiscal para pagamento após o recebimento definitivo do serviço, cujo pagamento se dará em até 5 (cinco) dias após a liberação do pagamento.

4.6 Os serviços que forem recusados deverão ser refeitos no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, contadas da data de notificação apresentada à fornecedora, por conta e risco da mesma, sem qualquer ônus ao SIMAE.

4.7 Se os serviços não forem realizados no prazo estipulado, a licitante vencedora estará sujeita às sanções previstas no Edital de Pregão Presencial JHL 0054/2014, nesta Ata de Registro de Preços e na Lei.

4.8 A emissão do aceite não exclui a responsabilidade com as especificações técnicas exigidas neste Edital e/ou por ela atribuídas e posteriormente comprovadas pela Administração, sendo facultada à administração submeter os serviços executados à perícia, com objetivo de eliminar qualquer dúvida existente na qualificação e classificação dos mesmos.

5. DA FORMA DE PAGAMENTO E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1 O pagamento será efetivado em até 05(cinco) dias, contados do recebimento definitivo dos serviços pelo Gestor do Contrato, mediante apresentação de nota fiscal.

5.2 Nenhum pagamento será efetuado à empresa, enquanto houver pendência de liquidação de obrigação financeira, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

5.3 Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

5.4 No caso de eventuais atrasos de pagamento das faturas, por culpa do SIMAE, o valor será atualizado monetariamente nos termos do art. 117 da Constituição Estadual de SC, acrescido da multa de 2% (dois por cento) e juros de mora de 6% (seis por cento) ao ano, pro rata die.

5.5 As despesas decorrentes da contratação dos Serviços de Escavadeira Hidráulica, a fim de auxiliar a Autarquia SIMAE, na retirada de rochas e matacões de valas onde executar redes de água e esgoto correrão à conta dos recursos orçamentários, existentes nas dotações:

PROJETO/ATIVIDADE: 1051 e 1052

FUNÇÃO/PROGRAMA: 14.01.

ELEMENTO: 4.4.90.51.99

6. RESPONSABILIDADES

6.1 A fornecedora responde por todos os danos e prejuízos que, na execução das contratações, venha, direta ou indiretamente, a provocar ou causar para o SIMAE ou a terceiros, independentemente da fiscalização exercida pelo SIMAE.

6.2 A empresa fornecedora é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução desta ata, nos termos do artigo 71 da Lei 8.666/93.

6.3. As contribuições sociais e os danos contra terceiros são de responsabilidade da fornecedora.

6.4 A empresa fornecedora é responsável também pela qualidade dos serviços fornecidos, cabendo-lhe verificar o atendimento das especificações, não se admitindo, em nenhuma hipótese, a alegação de que terceiros quaisquer tenham comprometido os mesmos.

6.5 A empresa registrada autoriza o SIMAE a descontar o valor correspondente aos referidos danos ou prejuízos diretamente das faturas pertinentes aos pagamentos que lhe forem devidos, independentemente de qualquer procedimento judicial, assegurada a prévia defesa.

7. OBRIGAÇÕES DAS FORNECEDORAS

7.1 Constituem obrigações das empresas fornecedoras:

- Providenciar, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, o saneamento de qualquer irregularidade constatada nos serviços prestados;
- manter, durante a vigência da Ata, todas as exigências contidas no Edital de Licitação;
- Corrigir, reparar, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o serviço que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, ou, ainda, que estiverem em desacordo com as especificações exigidas;
- Manter, durante toda a vigência da presente Ata, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de Habilitação e Qualificação exigidas na Licitação (art.55, XII da Lei 8.666/93);
- Permitir a fiscalização e o acompanhamento de pessoa indicada pelo SIMAE, na execução dos serviços;
- fornecer equipamentos de proteção individual (EPI's) aos empregados;
- observar as normas de saúde, segurança e medicina do trabalho.

8. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DA FORNECEDORA

8.1 O SIMAE poderá cancelar o Registro de Preços da(s) fornecedora(s) nos casos a seguir especificados:

- quando descumprir as exigências do edital ou da respectiva ata;
- quando a empresa der causa a rescisão administrativa de

contrato decorrente de registro de preços;

- quando não aceitar baixar o preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
 - quando não comparecer ou deixar de fornecer, no prazo estabelecido, os materiais decorrentes da Ata de Registro de Preços e a Administração não aceitar a sua justificativa;
 - em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial dos serviços;
 - perder qualquer condição de habilitação e qualificação técnica exigida no processo licitatório;
 - por razões de interesse público devidamente demonstrado e justificado pela Administração.
- 8.2 Em qualquer das hipóteses acima, concluído o processo, a Administração fará o devido apostilamento na Ata de Registro de Preços e informará aos demais fornecedores a nova ordem de registro.

9. PENALIDADES

9.1 Pela inexecução total ou parcial dos serviços estará a empresa fornecedora sujeita às seguintes penalidades:

- Advertência;
 - Multa:
 - De 0,2% (dois décimos) por dia de atraso, no caso de não cumprimento do prazo de entrega ou de execução do serviço contratado, até o limite de 20% (vinte por cento) do valor global dos objetos registrados nesta Ata (do respectivo fornecedor);
 - De até 20% (vinte por cento) sobre o valor global dos objetos registrados nesta Ata (do respectivo fornecedor), no caso de descumprimento das disposições contidas nesta ata e no edital, ressalvado o disposto no item 1 (um) acima citado;
 - Impedimento de participação em licitação e de contratar com a Administração Pública pelo período de até 05 (cinco) anos consecutivos.
- 9.2 As eventuais multas aplicadas por força do disposto nos subitens precedentes não terão caráter compensatório, mas simplesmente moratório e, portanto, não eximem a fornecedora da reparação de possíveis danos, perdas ou prejuízos que os seus atos venham a acarretar, nem impedem a declaração da rescisão do pacto em apreço.

10. DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1 Elegem as partes contratantes o Foro desta cidade, para dirimir todas e quaisquer controvérsias oriundas desta Ata, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Joaçaba- (SC), em 23 de dezembro de 2014.

Eliane Aparecida Ceron Vier
Pregoeira

Equipe de Apoio
Mônica Saraiva Romani Valdesir Spier

Rodrigo Secchi
SECCHI SERVIÇOS DE TERRAPLANAGEM LTDA

HOMOLOGAÇÃO TP 0005/2015 - SIMAE

ESTADO DE SANTA CATARINA SERVICO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO CNPJ: 84.591.890/0001-43 Rua Tiradentes, 123 C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC	TOMADA DE PREÇO Nr.: 5/2015 - TP
	Processo Administrativo: 23/2015 Processo de Licitação: 23/2015 Data do Processo: 30/04/2015

Folha: 1/2

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Diretora Presidente, ELISABET MARIA ZANELA SARTORI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei Nr. 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 23/2015
b) Licitação Nr.: 5/2015-TP
c) Modalidade: Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia
d) Data Homologação: 18/06/2015
e) Data da Adjudicação: Sequência: 0
f) Objeto da Licitação: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA IMPLANTAÇÃO DE REDE COLETORA DE ESGOTO JUNTO AO LAJEADO ANTINHA E ELEVATÓRIA DE ESGOTO EEJ 011, NO BAIRRO SANTA TEREZA, EM JOAÇABA/SC, DE PROPRIEDADE DO SIMAE.

g) Fornecedores e Itens Vencedores:

	Unid.	Qtidade	Descto (%)	Preço Unitário	Total do Item
--	-------	---------	------------	----------------	---------------

ANDRADE CONSTRUÇOES LTDA (6727)

1 IMPLANTAÇÃO DE REDE COLETORA DE ESGOTO JUNTO AO LAJEADO ANTINHA E ELEVATORIA DE ESGOTO EEJ 011, CONFORME TERMO DE REFERENCIA. - Marca: ANDRADE	SV	1,00	0,0000	548.504,34	548.504,34
Total do Fornecedor:					548.504,34
Total Geral:					548.504,34

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Dotação(ões): 1.052.4.4.90.00.00.00.00.00 (29) Saldo: 2.450.000,00

Elisabet M. Z. Sartori - Diretora Presidente

ESTADO DE SANTA CATARINA
SERVICO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTOCNPJ: 84.591.890/0001-43
Rua Tiradentes, 123
C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC**TOMADA DE PREÇO****Nr.: 5/2015 - TP**Processo Administrativo: 23/2015
Processo de Licitação: 23/2015
Data do Processo: 30/04/2015

Folha: 2/2

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO-----
Elisabet M. Z. Sartori - Diretora Presidente

José Boiteux

PREFEITURA

PROCESSO LICITATORIO 27/2015 MEDICAMENTOS PARA DISTRIBUIÇÃO UNIDADE BASICA SAUDE

MUNICÍPIO DE JOSÉ BOITEUX – SC
PROCESSO LICITATÓRIO 27/2015
PREGÃO Nº 12/2015

O Prefeito Municipal de José Boiteux – SC, de acordo com a Lei Federal nº 8.666/93 de 21 de junho de 1993, e suas alterações e demais legislações aplicáveis, torna se público aos interessados, que fará realizar Processo Licitatório modalidade Pregão Presencial, no dia 02/07/2015, às 09:00 horas, tendo como local, a Prefeitura Municipal de José Boiteux, sito a Rua 16 de Junho, nº13, REFERENTE AO REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA MANUTENÇÃO DA UNIDADE BASICA DE SAUDE DETALHES NO EDITAL.Os interessados poderão obter a íntegra do Edital e demais informações diariamente, das 07:30 às 16:30 horas no Departamento de Licitações da Prefeitura, no endereço acima ou pelo fone/fax (47) 3352-7111.

José Boiteux/SC, em 18 de Junho de 2014.
JONAS PUDEWELL
Prefeito Municipal

PROCESSO LICITATORIO 28/2015 MATERIAL MEDICO HOSPITALAR

MUNICÍPIO DE JOSÉ BOITEUX – SC
PROCESSO LICITATÓRIO 28/2015
PREGÃO PRESENCIAL Nº 13/2015

O Prefeito Municipal de José Boiteux – SC, de acordo com a Lei Federal nº 8.666/93 de 21 de junho de 1993, e suas alterações e demais legislações aplicáveis, torna se público aos interessados, que fará realizar Processo Licitatório modalidade Pregão Presencial, no dia 06/07/2015, às 09:00 horas, tendo como local, a Prefeitura Municipal de José Boiteux, sito a Rua 16 de Junho, nº13, REFERENTE AO REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR PARA MANUTENÇÃO DA UNIDADE BASICA DE SAUDE DETALHES NO EDITAL.Os interessados poderão obter a íntegra do Edital e demais informações diariamente, das 07:30 às 16:30 horas no Departamento de Licitações da Prefeitura, no endereço acima ou pelo fone/fax (47) 3352-7111.

José Boiteux/SC, em 18 de Junho de 2014.
JONAS PUDEWELL
Prefeito Municipal

PROCESSO LICITATORIO 29/2015 MATERIAL HIGIENE E LIMPEZA

MUNICÍPIO DE JOSÉ BOITEUX – SC
PROCESSO LICITATÓRIO 29/2015
PREGÃO PRESENCIAL Nº 14/2015

O Prefeito Municipal de José Boiteux – SC, de acordo com a Lei Federal nº 8.666/93 de 21 de junho de 1993, e suas alterações e demais legislações aplicáveis, torna se público aos interessados, que fará realizar Processo Licitatório modalidade Pregão Presencial, no dia 08/07/2015, às 09:00 horas, tendo como local, a Prefeitura Municipal de José Boiteux, sito a Rua 16 de Junho, nº13, REFERENTE AO REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE HIGIENE E LIMPEZA PARA MANUTENÇÃO DE TODAS AS SECRETARIAS E FUNDOS MAIORES INFORMAÇÕES NO EDITAL.Os interessados poderão obter a íntegra do Edital e demais informações diariamente, das 07:30 às 16:30 horas no Departamento de Licitações da Prefeitura, no endereço acima ou pelo fone/fax (47) 3352-7111.

José Boiteux/SC, em 18 de Junho de 2014.
JONAS PUDEWELL
Prefeito Municipal

Lages

PREFEITURA

DISPENSA DE LICITAÇÃO 71/2015 PML PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO ATO DE DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 71/2015

Autorizo a abertura do processo de Dispensa N.º 71/2015 de através da Secretaria do Meio Ambiente e Serviços Públicos, para a Celebração de um Contrato com a empresa SERRANA ENGENHARIA LTDA, inscrita no CNPJ nº 83.073.536/0001-64, sito a Rua: Ottokar Doerffel, 841, Bairro: Atiradores, Joinville-SC, para realização de Serviços Públicos de Limpeza Urbana do Município de Lages, pelo valor de R\$ 380.692,00(trezentos e oitenta mil e seiscentos e noventa e dois reais) mensais.

Face ao disposto no art. 26, da Lei nº. 8.666/93 submeto o ato à autoridade superior para ratificação e devida publicidade.

Lages, 29 de Maio de 2015.
Mushue Dayan Hampel Vieira
Secretário do Meio Ambiente e Serviços Públicos

RATIFICAÇÃO DO ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Ratifico o ato acima, de autoria de Mushue Dayan Hampel Vieira, Secretário do Meio Ambiente e Serviços Públicos, tudo de conformidade com os documentos que instruem o respectivo processo, uma vez que o mesmo se encontra devidamente instruído.

Publique-se.

Lages, 29 de Maio de 2015.
Antônio Arcanjo Duarte
Prefeito Município em Exercício

EXTRATO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 0101/2014 PML

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:
CONTRATO 0101/2014 PML 2º TERMO ADITIVO.

De acordo com o Parecer nº 009/2015 da Procuradoria Geral do Município de Lages Inclui-se como Contratante a Secretaria Municipal de Águas e Saneamento (SEMASA), sendo:
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC e SECRETARIA MUNICIPAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO (SEMASA) inscrita no CNPJ sob n.º 05.532.421/0001-87, com sede no Município de Lages/SC.

Ainda pela a Inclusão dos Subitens em relação ao Pagamento individual entre a SEMASA e o Município, sendo:
CLÁUSULA QUARTA – DO(S) PAGAMENTO(S)

(...)

4.3. A SEMASA será a responsável pelo pagamento de suas unidades;

4.4. O Município será o responsável pelo pagamento de suas Unidades.

Incluir Dotação Orçamentária, SEMASA

CLÁUSULA SEXTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

(...)

6.2. O objeto desta licitação em relação às unidades da SEMASA será Adquirido com recurso provisionado na conta: Proj/Ativ 2.702 – Manutenção Atividades Secretaria – Dotação nº 08 Elemento de despesa 33.90.00.00 ano Base: 2015.

As demais cláusulas e condições do contrato primitivo permanecem inalteradas.

E por estarem justos e contratados, firmam o presente instrumento em três vias de igual teor e forma, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos.

Lages, 28 de janeiro de 2015.
Antônio Arcanjo Duarte
Prefeito Municipal em Exercício

EXTRATO 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 101/2014 PML

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:
CONTRATO 0101/2014 PML 3º TERMO ADITIVO.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADO: CASVIG – CATARINENSE DE SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA inscrita no CNPJ sob nº 83.719.963/0001-77, estabelecida a Rua Getúlio Vargas, 470 – Centro, CEP 88103-400 – São José/SC.

Termo Aditivo ao Contrato, em decorrência do Processo Licitatório nº 233/2013, correlato ao Pregão Presencial nº 88/2013

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Contratação de Empresa Especializada para Prestação de serviços de vigilância patrimonial e monitoramento eletrônico alarmes e de imagens para segurança predial, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II – Termo de Referência e Anexo III – Quadro de Distribuição e Local da Prestação dos Serviços, integrante do Edital correlato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA VIGÊNCIA/VALIDADE CONTRATUAL

Fica prorrogado até 31/12/2015

CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S)

2.2 De Execução, Fica prorrogado até 31/12/2015.

As demais cláusulas e condições do contrato primitivo permanecem inalteradas.

E por estarem justos e contratados, firmam o presente instrumento em três vias de igual teor e forma, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos

Lages, 30 de abril de 2015.
Antônio Arcanjo Duarte
Prefeito Municipal em Exercício

EXTRATO 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 282/2014 PML

3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 282/2014

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGES, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADA: SOLUÇÃO CONSULTORIA E ENGENHARIA LTDA, inscrita no CNPJ nº 05.091.927/0001-06, com sede a Rua Fritz Spornau, 653 – Bairro Fortaleza – CEP 89055-200 – Blumenau/SC.

O Município de Lages, pessoa jurídica de direito público, neste ato representado pelo seu Prefeito em Exercício, Sr. Antonio Arcanjo Duarte, doravante denominado CONTRATANTE e a Empresa SOLUÇÃO CONSULTORIA E ENGENHARIA LTDA neste ato representada

pelo Sr. Flávio Koji Hayashi, portador do CPF nº 222.382.989-91 de ora em diante denominada CONTRATADA, resolvem celebrar este Contrato, em decorrência do Processo Licitatório nº 167/2014, correlato à Tomada de Preços nº 46/2014, do tipo Menor Preço Global, em regime de empreitada por preço unitário aberta em 23/09/2014 e homologada em 01/10/2014, consoante as cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Contratação de Empresa de Engenharia para Prestação de Serviços de Pavimentação Asfáltica da Rua Portugal nesta cidade, com fornecimento de material, em conformidade com o Projeto, Memorial Descritivo e Planilha de Quantitativos/Orçamentária, copiados em CD, partes integrantes do Edital correlato.

De acordo com solicitação da Empresa, com a Anuência da Secretaria da Fazenda nº 143/2015, com parecer jurídico (PROGEM) nº 1074/2015 favorável ADITA-SE, ao valor inicial do contrato a quantia de 33.238,11 (trinta e três mil duzentos e trinta e oito reais e onze centavos).

As demais cláusulas e condições do contrato primitivo permanecem inalteradas.

E por estarem justos e contratados, firmam o presente instrumento em três vias de igual teor e forma, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos

Lages, 12 de junho de 2015.
Antônio Arcanjo Duarte
Prefeito Municipal em Exercício

Flávio Koji Hayashi
Solução Consultoria e Engenharia LTDA

Mauricio Batalha Machado
Procurador Geral do Município

Álvaro João Mondadori Júnior
Secretário Municipal de Infraestrutura

EXTRATO 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 288/2014 PML

O MUNICÍPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 288/2014 PML

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGES, inscrito no CNPJ sob nº 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADA: SOLUÇÃO CONSULTORIA E ENGENHARIA LTDA, inscrita no CNPJ nº 05.091.927/0001-06, com sede a Rua Fritz Spornau, 653 – Bairro Fortaleza – CEP 89055-200 – Blumenau/SC. Contrato, em decorrência do Processo Licitatório nº 177/2014, correlato à Convite nº 20/2014

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Contratação de Empresa de Engenharia para Execução de Passeios, Meio-Fios, Drenagem e Pavimentação Asfáltica da Rua Querino Magno Garcia (Trecho entre a Rua Vergílio Ramos e Av. Belizário Ramos), com fornecimento de material, em conformidade, Planilha Orçamentária/ Quantitativa e partes integrantes do Edital correlato.

De acordo com solicitação da Secretaria, com a Anuência da Secretaria da Fazenda nº 141/2015, e com parecer jurídico (PROGEM) nº 1073/2015 favorável, SUPRIME-SE a quantia de 272,31 (duzentos e setenta e dois reais e trinta e um centavos).

As demais cláusulas e condições do contrato primitivo permanecem inalteradas.

E por estarem justos e contratados, firmam o presente instrumento em três vias de igual teor e forma, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos

Lages, 12 de junho de 2015
Antônio Arcanjo Duarte
Prefeito Municipal Em Exercício

EXTRATO DE CONTRATO 54/2015 SEMASA

O MUNICÍPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 53/2015 - SEMASA

CONTRATANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO - SEMASA, inscrita no CNPJ sob nº 05.532.421/0001-87, com sede no Município de Lages/SC.

CONTRATADO: TECAUT AUTOMAÇÃO INDUSTRIAL EIRELI inscrita no CNPJ sob nº 02.654.191/0001-30 estabelecida na Av; Nove de Julho, 2.645, – Jardim Novo Stábile – Birigui-SP – CEP. 89.609-000. Contrato em decorrência do Processo Licitatório nº 31/2015, correlato ao Pregão Presencial nº 20/2015

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Aquisição de Inversores de Frequência para uso na ETE, CAÇA E TIRO, ERAT-2, ERAT-6 e ERAB-3, conforme descritivo e planilha de quantitativos no anexo II, parte integrante do Edital.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato decorrente;

2.2 De Execução, a contar da data da assinatura do Contrato decorrente até 31/12/2015.

2.3 De Entrega(s), em até 10(dez) dias das solicitações, na Secretaria Municipal de Águas e Saneamento-SEMASA Av. 1º de Maio, nº 1700, B: Popular;

CLÁUSULA TERCEIRA – DO(S) PREÇO(S)

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA é de R\$ 76.800,00(setenta e seis mil e oitocentos reais)

Lages, 18 de julho de 2015.
Benjamin Schultz
Secretário Municipal (SEMASA)

EXTRATO DE CONTRATO 87/2015 SMS

O MUNICÍPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 87/2015SMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES/ FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS, inscrito no CNPJ sob nº 11.840.546/0001-77, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages/SC.

CONTRATADO: OAL SERRALHERIA - ME, inscrita no CNPJ: 04.009.090/0001-32 com sede a Rua Farias Brito, 37, Fundos – Várzea - CEP 88.526-360 – Lages/SC.

Contrato em decorrência do Processo Licitatório nº 45/2015, correlato ao Pregão Presencial nº 30/2015

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Contratação de Empresa para troca e colocação de vidros, portas e outros materiais, com mão de Obra Inclusa, nas unidades de saúde e ambientes da Secretaria Municipal de Saúde e, em conformidade com as especificações prescritas no anexo II – termo de referência, parte integrante do Edital correlato.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S) E LOCAL

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato, decorrente;

2.2 De Entrega(s), de acordo com a solicitação (ões) do almoxarifado, nos setores da Secretaria Municipal da Saúde;

2.3 De Execução, contar-se-á da data da assinatura do Contrato até 31/12/2015;

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO

O valor a ser pago será de R\$ 32.500,14 (Trinta e dois mil quinhentos reais e quatorze centavos).

Lages 27 de maio de 2015.
Antônio Arcanjo Duarte
Prefeito Municipal em Exercício

EXTRATO ERRATA CONTRATO 57/2015 SMS

O MUNICÍPIO DE LAGES, SC, TORNA PÚBLICO:

ERRATA AO CONTRATO 57/2015 SMS

LOCATÁRIO: MUNICÍPIO DE LAGES/ FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS, inscrito no CNPJ sob n.º 11.840.546/0001-77, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages/SC.

ONDE SE LÊ:

LOCADOR: ANTONIO DE PÁDUA VIEIRA NEVES inscrito no CPF sob nº 348.081.599-53, residente a Rua Henrique Silva Ramos, 383 – Bairro Sagrado Coração de Jesus, Lages/SC, CEP 88508-390. Contrato, em decorrência do Processo Licitatório nº 40/2015

LEIA-SE:

LOCADOR: ANTONIO DE PÁDUA VIEIRA NEVES inscrito no CPF sob nº 348.081.599-53, e EDNA DO CARMO RODRIGUES PUCCI portadora do CPF nº 454.534.629/49 residente a Rua Henrique Silva Ramos, 383 – Bairro Sagrado Coração de Jesus, Lages/SC, CEP 88508-390.

ONDE SE LÊ:

CLÁUSULA TERCEIRA – DO(S) PREÇO(S)

O valor da locação será R\$ 9.505,86 (nove mil, quinhentos e cinco reais e oitenta e seis centavos) mensais.

LEIA-SE:

CLÁUSULA TERCEIRA - VALOR E PAGAMENTO

3.1. O valor da locação será R\$ 9.505,86 (nove mil, quinhentos e cinco reais e oitenta e seis centavos) mensais, durante o prazo do contrato, sendo 400,00 (quatrocentos reais) de taxa administrativa.

Lages, 18 de abril de 2015.

Antônio Arcanjo Duarte

Prefeito Municipal em Exercício

EXTRATO RESCISÃO CONTRATO 134/2012 PML

O MUNICÍPIO DE LAGES, SC, TORNA PÚBLICO:

TERMO DE RESCISÃO AO

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N.º 134/2012

O MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ sob nº 82.777.301/0001-92, representado neste ato pelo seu Prefeito em Exercício o Sr. Antônio Arcanjo Duarte, Resolve, celebrar este Termo Unilateral de Rescisão Contratual, de Acordo com Parecer Jurídico (PROGEM) n. 1138/2015, e com fundamento nos Art. 78, I, XII e XVII; Art.79, I; e Art.80 e incisos, todos da Lei nº 8.666/93 Com o CONSORCIO VIAPAV - ENGEDAL, inscrito no CNPJ sob n.º 15.634.977/0001-38, estabelecido à Rua Pernambuco nº 340, em Balneário Camboriú/SC – Cep: 88.330-000. Decorrente do Processo Licitatório n.º 162/2011, correlato à Concorrência n.º 09/2011.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO DA RESCISÃO

A Contratação de Empresa de Engenharia para Prestação de Serviços de Reurbanização da Av. Duque de Caxias, compreendendo a Execução de Passeios, Meios-fios, Drenagem, Obras de Arte Especial e Pavimentação Asfáltica, com fornecimento de material, em conformidade com os Projetos, Memorial Descritivo, Cronograma Físico-Financeiro e Planilha de Quantitativos/Orçamentária.

0.1- Os serviços, objeto deste contrato, serão realizados pela CONTRATADA, mediante emissão de Ordem de Serviço expedido pela Secretaria de Obras do Município;

0.2- O controle dos serviços e a qualidade ambiental são de inteira responsabilidade da CONTRATADA;

0.3- Os serviços executados fora das normas técnicas da ABNT e dos padrões exigidos pela municipalidade não serão aceitos e pagos.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Lages, Estado de Santa Catarina, Brasil, para as ações que porventura decorram do presente termo de rescisão contratual.

O presente instrumento terá 03 vias de igual teor e forma, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos.

Lages, 18 de junho de 2015.

Antônio Arcanjo Duarte

Prefeito de Lages

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 07/2015 - PML

PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 07/2015 - SEMMASP

ATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Autorizo a abertura do processo de Inexigibilidade de Licitação sob n.º 07/2015, através da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Serviços Públicos, com a empresa PROFUZZY CONSULTORIA E SISTEMAS LTDA, inscrito no CNPJ sob n.º 80.487.606/0001-32, com sede a Av. Primeiro de Maio, 226, Bairro: Universitário – CEP 88509-510, Lages/SC, para Contratação de Empresa especializada para prestação de serviços técnicos de consultoria e assessoria técnica para atualizar o projeto básico do serviço público de transporte coletivo urbano de passageiros, pelo valor de R\$37.546,00(trinta e sete mil quinhentos e quarenta e seis reais).

Face ao disposto no art. 26, da Lei nº. 8.666/93 submeto o ato à autoridade superior para ratificação e devida publicidade.

Lages, 17 de Junho de 2015.

Mushue Dayan Hampel Vieira

Secretario do Meio Ambiente e Serviços Públicos

RATIFICAÇÃO DO ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Ratifico o ato acima, de autoria de Mushue Dayan Hampel Vieira, Secretario do Meio Ambiente e Serviços Públicos, tudo de conformidade com os documentos que instruem o respectivo processo, uma vez que o mesmo se encontra devidamente instruído.

Publique-se.

Lages, 17 de Junho de 2015.

Antônio Arcanjo Duarte

Prefeito Município em Exercício

PP 67-2015 RERRATIFICADO

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PP 67/2015 PML RERRATIFICADO

Objeto: Aquisição de Condicionadores de Ar

Tipo: Menor Preço Por Item

Abertura: 01/07/2015 às 16:00

Valor Estimado: R\$ 164.841,25

A retirada obter-se-á no Executivo de Licitações e Contratos, ao custo de R\$ 10,00, ou pelo site www.lages.sc.gov.br, sem ônus. Maiores informações pelo telefone (49) 3221-1169.

Lages, 18 de junho de 2015.

Pedro Marcos Ortiz

Secretário de Administração

Leoberto Leal

PREFEITURA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 032/2015 - PMLL

MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL

Divisão de Licitações e Compras

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 044/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 032/2015

TIPO: "Menor Preço por Item". OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS para eventuais aquisições parceladas de equipamentos eletroeletrônicos para o Núcleo Escolar Professor João Maria de Souza Júnior, pertencente a Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Desporto de Leoberto Leal, conforme relacionado no Anexo I, que faz parte integrante do Edital de Pregão Presencial nº 032/2015. LEGISLAÇÃO: Lei nº 10.520/02, Decreto Municipal nº 23/2007, Lei nº 8.666/93, Lei Orgânica e o Edital. ABERTURA: Prefeitura Municipal, localizada na Rua Mainolvo Lehmkuhl, nº 20, Leoberto Leal/SC, às 14:00 (quatorze horas), do dia 02 de julho de 2015. Cópia do Edital pode ser obtida no endereço acima citado ou no site www.leobertoleal.sc.gov.br. Informações fone: (48) 3268 1212.

Em 18/06/2015.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA

Prefeita Municipal.

Lindóia do Sul

PREFEITURA

EXTRATO EDITAL DE ESCOLHA DE MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR/ELEIÇÕES UNIFICADAS 2015

MUNICÍPIO DE LINDÓIA DO SUL

Estado de Santa Catarina

Extrato de Edital de Escolha de Membros do Conselho Tutelar/Eleições Unificadas 2015

NELSIRA LOSS FIORENTIN, Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Lindóia do Sul/SC, torna público, que em virtude do não preenchimento do número mínimo de inscrição para o cargo de Conselheiro Tutelar, as inscrições serão reabertas nos dias 22 de junho à 06 de julho de 2015, na Diretoria de Ação Social, Rua Tamandaré, 117. Ficam portanto suspenso os demais atos a partir de 22 de junho de 2015 .O edital pode ser obtido na íntegra pelo site: www.lindoiadosul.sc.gov.br, Demais informações pelo telefone (0xx49) 3446-1177.

Lindóia do Sul, 18 de junho de 2015.

NELSIRA LOSS FIORENTIN

Presidente do CMDCA

Luzerna

PREFEITURA

DECRETO 2053

DECRETO Nº 2053 de 18 de junho de 2015.

“ABRE DOIS CRÉDITOS ADICIONAL SUPLEMENTARES AO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA PARA O EXERCÍCIO DE 2015”.

MOISES DIERSMANN, Prefeito de Luzerna(SC), no uso das atribuições legais que lhe confere o inciso II, do art.19 da Lei nº 1311 de 11 de novembro de 2014,

DECRETA:

Art.1º- Fica aberto um CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, no valor de R\$ 10.008,37 (dez mil e oito reais e trinta e sete centavos), à conta do superávit financeiro do exercício de 2014, apurado na Fonte e Detalhamento abaixo relacionados, criando Fonte, Valor e Detalhamento no Orçamento do Município para 2015, atribuído à Atividade:

UNIDADE GESTORA - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

13 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA

Projeto - 13.01.10.301.0016.1024 - Construção da Unidade Básica de Saúde - UBS São Francisco

Modalidade de Aplicação - 4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas - Investimentos

Fonte de Recursos - 3.38 - S.F. Transferências SUS/União R\$ 10.008,37

Detalhamento de Recursos - 207 Construção UBS

Art.2º- É parte integrante deste Decreto, o Anexo 14 da Lei 4.320/64 - Balanço Patrimonial de 2014.

Art.3º- Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no montante de R\$ 319,26 (trezentos dezenove reais e vinte e seis centavos), em favor do FUNDO MUNICIPAL DE LUZERNA, à conta dos recursos do EXCESSO DE ARRECADAÇÃO apurado até esta data, na Fonte, Detalhamento e rubrica abaixo especificados, na forma do disposto no inciso II, do art. 43 da Lei nº 4.320/64, atribuída à classificação orçamentária abaixo discriminada, criando Fonte, e Valor e Detalhamento no Orçamento do Município para 2015, atribuído à Atividade também abaixo especificada:

Rubrica de arrecadação:

4.13.25.01.03.20 - Rendimentos Requalificação UBS

Detalhamento de Recursos - 207 Construção UBS

UNIDADE GESTORA - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

13 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA

Projeto - 13.01.10.301.0016.1024 - Construção da Unidade Básica de Saúde - UBS São Francisco

Modalidade de Aplicação - 4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas - Investimentos

Fonte de Recursos -38 -Transferências SUS/União R\$ 319,26

Detalhamento de Recursos - 207 Construção UBS

Art.4º - É parte integrante deste Decreto, o Quadro Demonstrativo do Excesso de Arrecadação.

Art.5º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 18 de junho de 2015.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito de Luzerna

DECRETO 2054

DECRETO Nº 2054 de 18 de junho de 2015.

“CRIA GRUPO ESPECIAL DE TRABALHO PARA MODERNIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA MUNICIPAL - GEMAT DISPÕE SOBRE SUAS ATRIBUIÇÕES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito de Luzerna(SC), no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art.1º - Fica criado o GRUPO ESPECIAL DE TRABALHO PARA MODERNIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA MUNICIPAL - GEMAT, com a finalidade de coordenar todas as ações relacionadas ao desenvolvimento de medidas voltadas ao aperfeiçoamento das capacidades normativa, organizacional, operacional e tecnológica da Administração Tributária Municipal, sendo constituído pelos seguintes membros:

I. MAURÍCIO JOSÉ BITTENCOURT - Matrícula 570;

II. CRISTINA KULL - Matrícula 559;

III. KÁTIA IOLANDA DEUERLING - Matrícula 17;
IV. MARIANA DE AZEVEDO RAMOS - Matrícula 896;
V. MURIEL KIRSCH - Matrícula 891;
VI. DREONE FELSKI MENDES - Matrícula 945;
VII. ANGELO BRANDALISE JÚNIOR - Matrícula 112.

Art.2º - O GRUPO ESPECIAL DE TRABALHO, como responsável pela coordenação das ações modernizadoras da área de Administração Tributária, terá as seguintes atribuições específicas:

I - Identificar e selecionar os principais problemas, e suas causas, existentes na Administração Tributária do município e que vêm limitando a exploração eficiente do seu potencial de receita, nas seguintes áreas e interseções:

- a) Organização e gestão;
- b) Legislação tributária;
- c) Cadastros fiscais;
- d) Lançamento e arrecadação dos tributos;
- e) Cobrança amigável e judiciária;
- f) Acompanhar, autorizar e fiscalização a aplicação dos recursos do PMAT;
- g) Anistias e isenções;
- h) Estudos econômico-tributários;
- i) Atendimento ao contribuinte;
- j) Sistema e tecnologia de informação;
- k) Relações intra e interinstitucionais;
- l) Outras áreas correlatas.

II - Propor e detalhar as iniciativas para o enfrentamento e o equacionamento dos problemas identificados, coordenando estudos, levantamentos, a elaboração, implantação e o acompanhamento de medidas internas e de projeto de modernização da administração tributária no BNDES, bem como em outros órgãos oficiais.

Art.3º - Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

Luzerna(SC), 18 de junho de 2015.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito de Luzerna

EXTRATO DE CONVÊNIO 0182015

EXTRATO DE CONVÊNIO

PML 2015

EXTRATO DO TERMO DE CONVÊNIO Nº 018/2015

CONVENIENTE: MUNICÍPIO DE LUZERNA

CONVENIADA : ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DA LINHA GRAFUNDA

VALOR: R\$ 10.000,00 (dez mil reais)

OBJETO: repasse de recursos financeiros pelo Município para a ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DA LINHA GRAFUNDA, a importância de até R\$ 10.000,00 (dez mil reais), a ser aplicada nas atividades desenvolvidas pela entidade, em conformidade com o Plano de Trabalho apresentado.

DOTAÇÃO: Atividade - 02.01.04.122.0004.2002 - Manutenção do Gabinete do Prefeito - Categoria Econômica - 3.3.50.00.00 - Transferências a Instituições Privadas sem fins Lucrativos - Fonte 00 - Recursos Ordinários - Detalhamento de Recursos - 000 - Recursos Ordinários.

VIGÊNCIA: Até 20/11/2015.

Luzerna, 18 de junho de 2015.

MOISES DIERSMANN Prefeito de Luzerna CONVENIENTE	DEOCLIDES PAULO BIANCHI ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DA LINHA GRAFUNDA CONVENIADA	CONVENIADA
--------------------------------------------------------	------------------------------------------------------------------------------------	------------

Mafra

PREFEITURA

LEI MUNICIPAL Nº. 4124

LEI MUNICIPAL Nº. 4124

DE 17 DE JUNHO DE 2015.

APROVA O PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - PME E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito em exercício do Município de Mafra, Abel Bicheski, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica aprovado o Plano Municipal de Educação - PME, com vigência por 10 (dez) anos, a contar da publicação desta Lei, na forma do anexo único, com vistas ao cumprimento do disposto no art. 8º da Lei Federal nº. 13.005, de 25 de junho de 2014.

Art. 2º São diretrizes do PME:

I - erradicação do analfabetismo;

II - universalização do atendimento escolar;

III - superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação;

IV - melhoria da qualidade da educação;

V - formação para o trabalho e para a cidadania, com ênfase nos valores morais e éticos em que se fundamenta a sociedade;

VI - promoção do princípio da gestão democrática da educação pública;

VII - promoção humanística, científica, cultural e tecnológica do País;

VIII - estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do Produto Interno Bruto - PIB que assegure atendimento às necessidades de expansão, com padrão de qualidade e equidade;

IX - valorização dos (as) profissionais da educação;

X - promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental.

Art. 3º As metas previstas no anexo único desta Lei serão cumpridas no prazo de vigência deste PME, desde que não haja prazo inferior definido para metas e estratégias específicas.

Art. 4º As metas previstas no anexo desta Lei tem como referência o Diagnóstico elaborado com base nos dados divulgados por Órgãos Oficiais.

Art. 5º A execução do PME e o cumprimento de suas metas serão objeto de monitoramento contínuo e de avaliações periódicas realizadas pelas seguintes instâncias:

I - Secretaria Municipal de Educação;

II - Comissão de Educação, Ciência, Comunicação, Cultura, Desporto, Saúde Pública e Assistência da Câmara de Vereadores;

III - Conselho Municipal de Educação - CME;

IV - Fórum Municipal de Educação;

§ 1º Compete, ainda, às instâncias referidas no caput:

I - divulgar os resultados do monitoramento e das avaliações nos respectivos sítios institucionais da internet;

II - analisar e propor políticas públicas para assegurar a implementação das estratégias e o cumprimento das metas;

III - analisar e propor a revisão do percentual de investimento público em educação.

§ 2º Ao longo do período de vigência deste PME, observar-se-ão os resultados dos estudos publicados a cada 2 (dois) anos pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

- INEP para aferir a evolução no cumprimento das metas estabelecidas.

§ 3º A meta progressiva do investimento público em educação será avaliada no quarto ano de vigência do PME e poderá ser ampliada por meio de lei para atender às necessidades financeiras do cumprimento das demais metas.

§ 4º O investimento público em educação a que se refere a meta XIX do Anexo desta Lei engloba os recursos aplicados na forma do art. 212 da Constituição Federal, do art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, bem como do art. 213 da Constituição Federal.

§ 5º Será destinada à manutenção e ao desenvolvimento do ensino, em acréscimo aos recursos vinculados nos termos do art. 212 da Constituição Federal, além de outros recursos previstos em lei, a parcela da participação no resultado ou da compensação financeira pela exploração de petróleo e de gás natural, na forma de lei específica, com a finalidade de assegurar o cumprimento da meta prevista no inciso VI do art. 214 da Constituição Federal.

Art. 6º O Município promoverá a realização de pelo menos 2 (duas) conferências municipais de educação até o final do decênio, precedidas de amplo debate e coordenadas pelo Fórum Municipal de Educação.

§ 1º O Fórum Municipal de Educação, além da atribuição referida no caput:

I - acompanhará a execução do PME e o cumprimento de suas metas;

II - promoverá a articulação da conferência municipal com as conferências estadual e nacional de educação.

§ 2º As conferências municipais de educação realizar-se-ão com intervalo de até 4 (quatro) anos entre elas, com o objetivo de avaliar a execução do Plano Nacional de Educação - PNE, do Plano Estadual de Educação - PEE, bem como deste Plano Municipal e subsidiar a elaboração dos planos de educação para o decênio subsequente.

Art. 7º A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios atuarão em regime de colaboração visando ao alcance das metas e à implementação das estratégias objeto deste Plano, na forma da lei.

§ 1º Caberá aos gestores federais, estaduais, municipais e do Distrito Federal a adoção das medidas governamentais necessárias ao alcance das metas previstas neste PME.

§ 2º As estratégias definidas no anexo único desta Lei não elidem a adoção de medidas adicionais em âmbito local ou de instrumentos jurídicos que formalizem a cooperação entre os entes federados, podendo ser complementadas por mecanismos nacionais e locais de coordenação e colaboração recíproca.

§ 3º O sistema de ensino municipal criará mecanismos para o acompanhamento local da consecução das metas do PME.

§ 4º Haverá regime de colaboração específico para a implementação de modalidades de educação escolar que necessitem considerar territórios étnico-educacionais e a utilização de estratégias que levem em conta as identidades e especificidades socioculturais e linguísticas de cada comunidade envolvida, assegurada a consulta prévia e informada a essa comunidade.

§ 5º O fortalecimento do regime de colaboração entre a União, o Estado e o Município incluirá a instituição de instâncias permanentes de negociação, cooperação e pactuação.

§ 6º O fortalecimento do regime de colaboração entre os Municípios dar-se-á, inclusive, mediante a adoção de arranjos de desenvolvimento da educação.

Art. 8º O Município, no prazo de 2 (dois) anos contados da

publicação da Lei Federal nº. 13.005/2014, deverá adequar a legislação local, disciplinando a gestão democrática da educação pública em conformidade com o disposto na referida Lei, bem como neste PME.

Art. 9º O plano plurianual, as diretrizes orçamentárias e o orçamento anual do Município serão formulados de maneira a assegurar a consignação de dotações orçamentárias compatíveis com as diretrizes, metas e estratégias deste PME, a fim de viabilizar sua plena execução.

Art. 10. O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica, coordenado pela União, constituirá fonte de informação para a avaliação da qualidade da educação básica e para a orientação das políticas públicas desse nível de ensino.

Art. 11. Até o final do primeiro semestre do nono ano de vigência deste PME, o Poder Executivo encaminhará à Câmara de Vereadores, sem prejuízo das prerrogativas deste Poder, o projeto de lei referente ao Plano Municipal de Educação a vigorar no período subsequente, que incluirá diagnóstico, diretrizes, metas e estratégias para o próximo decênio.

Art. 12. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Mafra, 17 de junho de 2015.

ABEL BICHESKI

Prefeito em Exercício

NOVA DATA DE ABERTURA - EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 003/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE MAFRA

ESTADO DE SANTA CATARINA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

TOMADA DE PREÇO Nº 003/2015.

(NOVA DATA DE ABERTURA)

O MUNICÍPIO DE MAFRA torna público que realizará no dia 06/07/2015, às 09h05min, na sede da Prefeitura do Município de Mafra, na Praça Desembargador Flávio Tavares, nº 12, licitação na modalidade de Tomada de Preço para contratação de empresa especializada para realizar a execução das rotatórias da UNC, Herkon e Futuragro, arcando com fornecimento de material e mão de obra conforme projetos e memorial descritivo, através da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano. Processo será regido pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, em especial pelo contido neste Edital. Poderão participar da licitação, empresas devidamente cadastradas na Prefeitura e que comprovem a circunstância mediante apresentação do respectivo certificado de Registro Cadas-tral, o qual deverá ser obtido até o terceiro dia anterior à data do recebimento dos envelopes. O inteiro teor deste Ato Convocatório encontra-se a disposição dos interessados no Departamento de Licitações, conforme endereço acima descrito. Último prazo para protocolo dos envelopes é dia 06/07/2015, até às 09:00 horas, no departamento de licitações. O horário de funcionamento da Prefeitura é das 08:00 às 12:00 e das 13:30 às 17:00 horas. Fones: (47) 3641-4003 e 4061.

Mafra, 18 de junho de 2015

Abel Bicheski

Prefeito Municipal em Exercício

TERMO DE CONVOCAÇÃO

TERMO DE CONVOCAÇÃO

O Prefeito Municipal e a Secretária Municipal de Administração, com fundamento na Lei Ordinária Nº 4049, de 07 de outubro de 2014, que dispõe sobre Emprego Público e a Lei Federal Nº 11.350 de 05 de outubro de 2006 regidos pela consolidação das Leis do Trabalho (CLT), e no uso das atribuições legais, convoca os cidadãos a seguir relacionados, aprovados no Processo Seletivo, Edital nº 003/2014 desta Municipalidade, a comparecer no endereço a seguir:

Na Praça Desembargador Flávio Tavares nº 12 - (prédio da Prefeitura Municipal de Mafra - SC), no setor de Recursos Humanos e Qualidade, os CANDIDATOS CONVOCADOS a seguir:

Comparecer até dia 30.06.2015 (para manifestar interesse pela vaga)

Nome	Cargo
Márcia Helena de Souza Pereira	Médico ESF
Juliana Schuster Semmer Krambeck	Médico ESF

Nome	Cargo
Adrielly Renata Rosa	Cirurgião Dentista
Beatriz Maria de Cassias Strobel	Cirurgião Dentista
Charles Alex Rauen	Cirurgião Dentista
Elcio de Oliveira	Cirurgião Dentista

O não comparecimento caracterizará o não interesse pela vaga e implicará na exclusão e desclassificação em caráter irrevogável e irretratável do Processo Seletivo nº 003/2014, facultando-nos a convocar outro (a) candidato (a), conforme Ordem de Classificação.

Ao concluir, aproveita do ensejo para cumprimentá-los pela classificação no Processo Seletivo nº 003/2014 desta Municipalidade.

Mafra, 18 de junho de 2015.

Abel Bicheski - Bello

Prefeito Municipal

Débora Rosieri Scardanzan

Secretária Municipal de Administração

LEI 4124 - PL 050 - ANEXO ÚNICO - PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - MAFRA (FINAL)



Prefeitura Municipal de Mafra
Secretaria Municipal de Educação

Plano Municipal de Educação

Mafra/SC



2015 - 2024



PREFEITURA MUNICIPAL DE MAFRA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Av. Cel. José Severiano Maia, 441
CEP: 89.300-000 - MAFRA – SANTA CATARINA
FONE: 0 XX (47) 3641-4000

PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE MAFRA

ROBERTO AGENOR SCHOLZE

Prefeito Municipal

EUTIDES TAVARES

Secretário Municipal de Educação

SOLANGE LANSKY

Coordenadora Geral do PME



PREFEITURA MUNICIPAL DE MAFRA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Av. Cel. José Severiano Maia, 441
CEP: 89.300-000 - MAFRA – SANTA CATARINA
FONE: 0 XX (47) 3641-4000

PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE MAFRA

COMISSÃO EXECUTIVA DO PME

Mara Maria Kobus

Silvana Margarete Alves da Maia Paim

Estela Maris Bergamini

Jefferson José Bauer

Eroni Terezinha Machado

Maysa Pimentel Dzus

Chirlei Teresinha Ribeiro

Rubiane Aparecida Machado Serger

Giovana Andrea Zanini Kundlatsch

ORGANIZAÇÃO, REDAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Silvana Margarete Alves da Maia Paim

Mara Maria Kobus

Leandro José Santana



PREFEITURA MUNICIPAL DE MAFRA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Av. Cel. José Severiano Maia, 441
CEP: 89.300-000 - MAFRA – SANTA CATARINA
FONE: 0 XX (47) 3641-4000

COLETA DE DADOS

Mara Maria Kobus

Silvana Margarete Alves da Maia Paim

Eroni Terezinha Machado

COLABORAÇÃO

Conselho Municipal de Educação

Conselho Tutelar do Município

Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente-CMDCA

Conselho Municipal de Saúde

Conselho de Alimentação Escolar

Conselho do FUNDEB-Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da
Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação

Polícia Militar de Mafra

Poder Legislativo de Mafra

Sindicato dos Servidores Municipais

Instituição de Ensino Superior



PREFEITURA MUNICIPAL DE MAFRA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Av. Cel. José Severiano Maia, 441
CEP: 89.300-000 - MAFRA – SANTA CATARINA
FONE: 0 XX (47) 3641-4000

Ministério Público

Conselho Municipal de Assistência Social

Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente

Professores, Gestores e Representantes das Unidades de Ensino Público
Municipal

Professores, Gestores e Representantes das Unidades de Ensino Público
Estadual

Professores, Gestores e Representantes das Unidades de Ensino Particular

Secretaria Municipal de Educação

Secretaria Municipal de Administração

Secretaria Municipal da Fazenda e Planejamento

Secretaria Municipal de Governo e Cidadania

Secretaria Municipal da Criança e Ação Social

Secretaria Municipal da Saúde

Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Turismo

Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico

Ordem dos Advogados do Brasil – OAB

Gerencia Regional de Educação

Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional

Sindicato dos Professores da Rede Estadual – SINTE

Associação de Pais e Professores – APP's da rede Pública de Ensino

Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial –SESI/SENAI



PREFEITURA MUNICIPAL DE MAFRA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Av. Cel. José Severiano Maia, 441
CEP: 89.300-000 - MAFRA – SANTA CATARINA
FONE: 0 XX (47) 3641-4000

*“Todo conhecimento começa com o sonho. O sonho nada mais é que a aventura pelo
mar desconhecido, em busca da terra sonhada. Mas sonhar é coisa que não se
ensina, brota das profundezas do corpo, como a alegria brota das profundezas da
terra. Como mestre só posso então lhe dizer uma coisa. Contem-me os seus sonhos
para que sonhemos juntos.”*
Rubem Alves

SUMÁRIO

Conteúdo

APRESENTAÇÃO	11
INTRODUÇÃO	12
HISTÓRICO DO MUNICÍPIO	15
DADOS GERAIS	18
PONTOS TURÍSTICOS DE MAFRA	23
OBJETIVOS E PRIORIDADES	27
DADOS GERAIS DO MUNICÍPIO DE MAFRA	30
ASPECTOS POPULACIONAIS	30
POPULAÇÃO TOTAL DE MAFRA	30
POPULAÇÃO POR COR OU RAÇA NO MUNICÍPIO	33
POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA EM MAFRA, EM 2000 E 2010.	34
PERFIL DA ATIVIDADE PRODUTIVA NO MUNICÍPIO	34
ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO MUNICIPAL (IDH-M)	35
PIB DO MUNICÍPIO	35
DIAGNÓSTICO EDUCACIONAL DE MAFRA	36
POPULAÇÃO POR GRUPO DE IDADE	36
ATENDIMENTO EDUCACIONAL	37
ATENDIMENTO EDUCACIONAL EM MAFRA	37
ESTABELECIMENTOS DE ENSINO, POR DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA, SEGUNDO A ETAPA/MODALIDADE ATENDIDA EM 2013.	37
ESTRUTURA DE ATENDIMENTO EDUCACIONAL – RELAÇÃO DE ESCOLAS	38
RELAÇÃO DA ESCOLAS	38
EDUCAÇÃO INFANTIL	39
CRECHE – 0 a 3 anos	41
PRÉ-ESCOLA – 4 e 5 anos	41
ENSINO FUNDAMENTAL	42
ENSINO FUNDAMENTAL: SÉRIES INICIAIS	44
ENSINO FUNDAMENTAL: SÉRIES FINAIS	44
ENSINO MÉDIO	45
IDEB – ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DE EDUCAÇÃO BÁSICA	47
ENSINO FUNDAMENTAL	48
ANOS INICIAIS	48
ENSINO FUNDAMENTAL ANOS FINAIS	48

ENSINO MÉDIO	48
EVOLUÇÃO DO IDEB NO MUNICÍPIO	48
TAXA DE RENDIMENTO ESCOLAR DO MUNICÍPIO	49
TAXA DE REPROVAÇÃO	49
TAXA DE ABANDONO/EVASÃO	49
TAXA DE APROVAÇÃO	50
TAXA DE DISTORÇÃO IDADE SÉRIE NA REDE PÚBLICA DE MAFRA	50
TAXA DE ESCOLARIZAÇÃO DA POPULAÇÃO NO MUNICÍPIO	51
NÚMERO DE PESSOAS ALFABETIZADAS 1991/2010	52
EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS - EJA	52
DEMONSTRATIVO DE MATRÍCULAS POR ETAPA DE ENSINO	54
TAXA DE ANALFABETISMO	54
EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA	55
DEMONSTRATIVO DE MATRÍCULAS EM CURSOS TÉCNICOS EM MAFRA	56
EDUCAÇÃO ESPECIAL	56
MATRÍCULAS EDUCAÇÃO ESPECIAL	57
ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO	58
IMPLANTAÇÃO DO AEE NO MUNICÍPIO DE MAFRA	58
DEMONSTRATIVO DE ESCOLAS COM SALAS DE AEE	59
EDUCAÇÃO SUPERIOR	60
CURSOS DE GRADUAÇÃO – REGIME REGULAR – MAFRA	61
CURSOS GRADUAÇÃO – BACHARELADO	61
CURSOS MODALIDADE DE EDUCAÇÃO A DISTANCIA	61
CURSOS GRADUAÇÃO - BACHARELADO	61
CURSOS GRADUAÇÃO - LICENCIATURA	62
CURSOS GRADUAÇÃO - TECNÓLOGOS	62
EDUCAÇÃO SUPERIOR EM MAFRA	63
EDUCAÇÃO INTEGRAL	63
EDUCAÇÃO NO CAMPO	65
PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA	67
DOCENTES POR ETAPA DE ENSINO DA EDUCAÇÃO BÁSICA REGULAR	67
FORMAÇÃO DOCENTE	68
FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO	68
INVESTIMENTO EM EDUCAÇÃO	68
ORIGEM DOS RECURSOS	69
INVESTIMENTOS NA EDUCAÇÃO MUNICIPAL (LIMITE CONSTITUCIONAL)	70

INDICADORES DOS RECURSOS DO FUNDEB	71
INDICADORES DE DISPÊNDIO COM PESSOAL – FUNDEB	71
CUSTO ALUNO/ANO	72
GESTÃO DEMOCRÁTICA	73
INSTRUMENTOS DE GESTÃO DEMOCRÁTICA	74
EXISTÊNCIA DE INSTRUMENTO DE GESTÃO DEMOCRÁTICA NO MUNICÍPIO	74
METAS	76
META 01	76
ESTRATÉGIAS	76
META 02	79
ESTRATÉGIAS	79
META 03	83
ESTRATÉGIAS	83
META 04	85
ESTRATÉGIAS	86
META 05	88
ESTRATÉGIAS	88
META 06	89
ESTRATÉGIAS	89
META 07	90
ESTRATÉGIAS	90
META 08	92
ESTRATÉGIAS	92
META 09	93
ESTRATÉGIAS	93
META 10	95
ESTRATÉGIAS	95
META 11	97
ESTRATÉGIAS	97
META 12	100
ESTRATÉGIAS	100
META 13	104
ESTRATÉGIAS	104
META 14	106
ESTRATÉGIAS	106
META 15	109

ESTRATÉGIAS	109
META 16	111
ESTRATÉGIAS	111
META 17	112
ESTRATÉGIAS	113
META 18	114
ESTRATÉGIAS	114
META 19	115
ESTRATÉGIAS	115
REFERÊNCIAS	118



PREFEITURA MUNICIPAL DE MAFRA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Av. Cel. José Severiano Maia, 441
CEP: 89.300-000 - MAFRA – SANTA CATARINA
FONE: 0 XX (47) 3641-4000

APRESENTAÇÃO

A construção do Plano Municipal de Educação – PME, significa um grande avanço, onde sua aprovação pelo poder Legislativo, transformando-o em Lei e sancionada pelo chefe do executivo, trará a superação de uma prática já conhecida na educação brasileira: a descontinuidade. Com um plano com força de Lei, respeitado por todos, resgata-se o direito a continuidade das políticas públicas.

O Plano Municipal de Educação trata-se de um planejamento como prática norteadora da administração pública, cujo objetivo está em assegurar o direito constitucional a uma educação de qualidade a todos os cidadãos nos diferentes níveis e modalidades de ensino, evitando improvisações e desperdícios de recursos.

PME preconiza o que está posto no Plano Nacional de Educação. De forma resumida, os principais aspectos norteadores abordados são: a elevação global do nível de escolaridade da população de Mafra; a melhoria da qualidade do ensino em todos os níveis; a redução das desigualdades sociais e regionais, no tocante ao acesso e à permanência, na educação pública; e a democratização da gestão do ensino público nos estabelecimentos oficiais.

O desafio está em assumir esta questão como uma ação coletiva, de interesse de toda sociedade num esforço de democracia participativa visando a construção de uma sociedade igualitária e justa numa ação conjunta entre o poder pública e a sociedade civil organizada.

Esperamos que o Plano Municipal de Educação de Mafra aponte para uma Educação Plena, que contribua para a formação de cidadãos, com uma nova visão de mundo, em condições para interagir, na contemporaneidade, de forma construtiva, solidária, participativa e sustentável.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MAFRA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Av. Cel. José Severiano Maia, 441
CEP: 89.300-000 - MAFRA – SANTA CATARINA
FONE: 0 XX (47) 3641-4000

INTRODUÇÃO

O município de Mafra dá um grande salto de qualidade educativa ao elaborar, de forma democrática e participativa, o Plano Municipal de Educação – PME, para os próximos dez anos, com objetivo de reiterar o papel da educação como direito de todo cidadão, democratizar a gestão, garantir o acesso, permanência e conclusão com sucesso das crianças, jovens e adultos nas instituições de ensino da cidade de Mafra.

O Plano Municipal de Educação trata do conjunto da educação, no âmbito Municipal, expressando uma política educacional para todos os níveis, bem como as etapas e modalidades de educação e de ensino.

Sua elaboração está preconizada no Plano Nacional de Educação -PNE, aprovado pela Lei nº 13.005/2014, que em seu art. 8º declara: “Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios deverão elaborar seus correspondentes planos de educação, ou adequar os planos já aprovados em lei, em consonância com as diretrizes, metas e estratégias previstas neste PNE, no prazo de 1 (um) ano contado da publicação desta Lei”.

Obedecendo ao princípio constitucional de gestão democrática do ensino público, preconizada na Constituição Federal Art. 206, Inciso VII, observando a gestão democrática de ensino e da educação, a garantia de princípios de transparência e impessoalidade, a autonomia e a participação, a liderança e o trabalho coletivo, a representatividade e a competência, foi construído o presente Plano Municipal de Educação.

Mediante o entendimento da legislação e de que o conhecimento da realidade é a base para a elaboração de um Plano Municipal de Educação consistente e coerente com a realidade em que se insere, exigiu-se de todos que participaram do processo de



PREFEITURA MUNICIPAL DE MAFRA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Av. Cel. José Severiano Maia, 441
CEP: 89.300-000 - MAFRA – SANTA CATARINA
FONE: 0 XX (47) 3641-4000

construção do documento, clareza e objetividade a respeito da educação que queremos.

O Processo de construção e desenvolvimento de qualquer sociedade, a formação da identidade cultural de um povo, a consciência social dos indivíduos, o exercício político da cidadania, intrinsecamente estão relacionados com um aspecto fundamental de nossa vida social: a educação. Portanto, não entendemos sociedade/democracia/educação dissociadas. Elas se entrelaçam e se completam, agem em consonância com as necessidades do mundo atual, preparando seus componentes e dotando-os dos qualitativos essenciais à continuação da humanidade.

O Plano Municipal de Educação de Mafra expressa, em sua composição, os compromissos que todos devem promover para garantir avanços na educação municipal, alicerçados nos princípios norteadores da universalização, da qualidade do ensino, da formação e valorização dos profissionais, bem como da democratização da gestão e o financiamento da educação.

Nesse sentido, o PME, resultado da construção da coletiva, pretende ser uma contribuição ao debate para a construção de uma política de governo para a educação em Mafra, e que, de maneira articulada, discuta os níveis (educação básica ao superior), as etapas e modalidades, em sintonia com os marcos legais e ordenamentos jurídicos (Constituição Federal de 1988, PNE/2001, LDB/1996, diretrizes PNE/2011, dentre outros), que expressam a efetivação do direito social à educação com qualidade para todos.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MAFRA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Av. Cel. José Severiano Maia, 441
CEP: 89.300-000 - MAFRA – SANTA CATARINA
FONE: 0 XX (47) 3641-4000

O presente documento, assim idealizado e executado pela municipalidade, encaminhará as políticas públicas educacionais para o decênio 2015 a 2025. Esperamos que o Plano Municipal de Educação de Mafra aponte para uma Educação Plena, que contribua para a formação de cidadãos, buscando fornecer uma sólida formação acadêmica, preocupando-se em preparar os alunos para a vida, com uma nova visão de mundo, em condições de interagir e transformar sua realidade de forma construtiva, sustentável, solidária e criativa.

Com a conclusão deste trabalho pudemos relacionar os desafios e anseios da comunidade mafrense, na expectativa e no desejo de uma nova escola que assegure a inclusão social, a permanência do educando, oferecendo um ensino de qualidade, na vivência plena de uma gestão democrática e na valorização do educador.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MAFRA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Av. Cel. José Severiano Maia, 441
CEP: 89.300-000 - MAFRA – SANTA CATARINA
FONE: 0 XX (47) 3641-4000

HISTÓRICO DO MUNICÍPIO

Foi sobre o lombo dos cavalos dos tropeiros, que conduziam gado e muares do Rio Grande do Sul às feiras de Sorocaba, que Mafra surgiu em seu elemento inicial. De pedaço de sertão habitado por índios, de caminho das tropas rasgado pela Estrada da Mata e, sob o olhar atento do Barão de Antonina, que a nossa história começou a ser escrita.

Colonizada por imigrantes alemães vindos da cidade de Trier em 1829, este chão, anos depois foi ponto de partida de militares à Guerra dos Farrapos, época em que a “peste” disseminada pelos soldados, ceifou mais de 2.000 vidas em nossa terra, levando a uma desolação só confortada pelas orações e cruzes erguidas por obediência aos conselhos do Monge João Maria, colocadas entre a capela e o rio Negro em 1856.

A exemplo dos alemães, Mafra acolheu colonos da distante Província Bucovina no Império Austro-Húngaro, antes de tremer com o rugir dos canhões de Pica-Paus e Maragatos e, arder sob os tiroteios travados pela disputa pela passagem pela balsa sobre o rio, durante a Revolução Federalista. Sendo na sequencia, tomada pelos revolucionários gaúchos para depois ser marcada pelas degolas promovidas pelo exército republicano.

Esteve em meio a disputa entre Santa Catarina e Paraná na questão do Contestado, viu-se envolvida pela guerra, na qual sofreu a incursão de bandoleiros e colocou-se à disposição das tropas de cerco do General Setembrino de Carvalho, participando inclusive de combates, por meio do batalhão do Coronel Nicolau Bley Netto.

Mas então, a 8 de setembro de 1917, após o acordo de limites que pôs fim à questão do Contestado, que Mafra nasceu como município, passando com isso a dirigir-se e a seguir caminho próprio, agora de forma independente, porém sempre próxima da cidade irmã de Rio Negro.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MAFRA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Av. Cel. José Severiano Maia, 441
CEP: 89.300-000 - MAFRA – SANTA CATARINA
FONE: 0 XX (47) 3641-4000

Em seus 98 anos, Mafra foi marcada pelo cultivo da erva-mate, pela perda do território que forma hoje o município de Itaiópolis, pelo transporte de cargas e passageiros através de embarcações pelo rio Negro, pela participação de vários mafrenses na 2ª Guerra Mundial, integrantes da Força Expedicionária Brasileira, pela construção da estrada de ferro e das rodovias BR 116 e BR 280.



Sempre com uma vida política muito agitada, Mafra acompanhou e participou de muitas das principais mudanças ocorridas no cenário político brasileiro, como toda a movimentação ocasionada por ocasião de Revolução de 1930, que levou Getúlio Vargas ao Poder e que encontrou aqui voluntários que compuseram o Batalhão Patriótico do Coronel José Severiano Maia.

Mafra aos seus 98 anos, compartilha com seus mais de seus 50.000 habitantes e tanto outros que aqui trabalham ou estudam, um passado fascinante, repleto dos mais variados acontecimentos e personagens, história que pertence a cada mafrense, a quem cabe escrever os próximos capítulos dessa trajetória.

Manoel da Silva Mafra

Quem é o Conselheiro que empresta seu nome ao nosso município

Mais do advogar em favor de Santa Catarina na questão do Contestado, Manoel da Silva Mafra, o homem que empresta seu nome a nossa cidade, teve uma trajetória profissional intensa, marcada por sua atuação jurídica e política:

Nascido em 12 de outubro de 1831 em Florianópolis-SC, Manoel era filho de Marco Antônio da Silva Mafra e Maria Rita da Conceição Mafra.

Bacharelou-se em direito pela Faculdade de Direito de São Paulo em 1855, sendo Promotor Público de São José entre 1855 e 1857, Juiz Municipal e dos Órfãos em Florianópolis, advogou no Rio de Janeiro, foi Juiz de Direito em Pernambuco, Paraná e em Minas Gerais;



PREFEITURA MUNICIPAL DE MAFRA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Av. Cel. José Severiano Maia, 441
CEP: 89.300-000 - MAFRA – SANTA CATARINA
FONE: 0 XX (47) 3641-4000

Foi Deputado na Assembleia Legislativa Provincial de Santa Catarina por 05 legislaturas (13ª, 17ª, 19ª, 22ª e 25ª), Presidente da Província do Espírito Santo de 1878 a 1879 e Ministro da Justiça em 1882, quando passou a ser conhecido por “Conselheiro Mafra”;

Foi ainda Juiz do Tribunal Civil e Criminal no Rio de Janeiro, função na qual passou à aposentadoria, ocasião em que voltou à advocacia, sendo nomeado em 1894 pelo Governado Catarinense Hercílio Luz, para defender Santa Catarina na questão de limites com o Estado do Paraná.

Faleceu em 11 de março de 1907, sem assistir ao desfecho da questão Contestada, mas deixando como contribuição, além de uma brilhante atuação nos tribunais, a obra “Exposição Histórico-Jurídica por parte do Estado de Santa Catarina”, base da defesa catarinense e vital para o ganho da causa a que se dedicou.

Não é de hoje que o solo mafrense representa esperança de dias melhores a quem aqui fixa raízes. A busca de progresso pessoal que hoje move nossa população e representa o motor do próprio desenvolvimento do município, também alimentou os sonhos de centenas de pessoas que ao longo do tempo aqui se estabeleceram, buscando fazer daqui a base de um futuro promissor.

Basta lembrar de nossas raízes étnicas, tropeiros, alemães, bucovinos, poloneses, ucranianos e tantos outras pessoas, povos de diferentes origens e culturas que optaram, cada qual por seus motivos, em aqui se estabelecer, aceitando enfrentar os



desafios de sua época, com natural receio e medo, mas com coragem em encará-los e a certeza de que somente seriam superados com muito sacrifícios. Trabalho e esforço, tanto laboral quanto de sua própria capacidade de adaptação à nova realidade, o idioma, o clima, os costumes e com isso a própria aptidão e disposição de sociabilizar-



PREFEITURA MUNICIPAL DE MAFRA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Av. Cel. José Severiano Maia, 441
CEP: 89.300-000 - MAFRA – SANTA CATARINA
FONE: 0 XX (47) 3641-4000

se, integrar-se às demais pessoas, em conviver pacificamente e produtivamente, sabendo que isso era fator básico do próprio progresso e por consequência do município que escolheram.

A herança desses povos, além de refletir-se fisicamente no semblante da nossa população e nas várias tradições cultuadas até hoje, também se reserva ao próprio espírito com que eles aceitaram e enfrentaram o desafio de viver aqui, uma forma de encarar a vida que também nos cabe ter como exemplo.

- **DADOS GERAIS**

A população de Mafra, segundo censo feito pelo IBGE em 2013, era de 54.708 habitantes. Suas principais atividades econômicas são a agropecuária e indústria, além de ser um importante entroncamento rododferroviário na região. Possui uma área de 1.406 km², que representa aproximadamente 1,47% da área total do estado; é o 4º maior município em extensão territorial de Santa Catarina (o 1º é Lages, com 2.645 km², o 2º é São Joaquim, com 1.888 km², e o 3º é Campos Novos, com 1.850 km²).

Mafra é considerada cidade polo do planalto norte de Santa Catarina. Classificada pelo Atlas de Regiões de Influência das Cidades 2007, publicado em 2009 pelo IBGE, como um centro sub-regional B.

> Etnias

Ameríndios: Kaingang e xokleng, Européias: alemã, polonesa, italiana, portuguesa, ucraniana, tcheca, bucovina, Asiática: japonesa. Oriente Médio: libanesa, síria, turca.

> Relevo

O município de Mafra apresenta um relevo de planalto, com colinas de pequena amplitude altimétrica, formando uma superfície regular, quase plana. Mafra possui uma altitude média de 800 metros do nível do mar.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MAFRA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Av. Cel. José Severiano Maia, 441
CEP: 89.300-000 - MAFRA – SANTA CATARINA
FONE: 0 XX (47) 3641-4000

> Vegetação

A vegetação do município é classificada como “Floresta Ombrófito Mista”, mais conhecida como “Mata de Araucárias”, onde predomina o conhecido pinheiro-do-paraná, cuja espécie está desaparecendo diante da expansão de fronteiras agrícolas e a exploração madeireira. Juntamente com o pinheiro-do-paraná, existem outras espécies vegetais, onde se destacam principalmente a canela, a imbuia, a sapopema, a bracatinga e a erva-mate.

> Hidrografia

Mafra localiza-se na Bacia do Iguaçu, cujo principal rio do município é o rio Negro, na divisa de Santa Catarina e Paraná. Outros rios que deságuam no rio Negro são: rio Preto, na divisa com o município de Rio Negrinho, rio da Lança (o maior rio inteiramente mafrense), o rio Negrinho, o rio São Lourenço (onde está instalada a Usina Hidroelétrica São Lourenço, em operação desde 1914, com potência instalada de 0,48 MW), o rio Ribeirãozinho, o rio Butiá e o rio São João, este já na divisa com o município de Três Barras.

> Clima

O clima de Mafra está classificado como “subtropical úmido mesotérmico”. Subtropical porque possui temperaturas com médias entre 15 °C e 30 °C; Máxima temperatura em torno de 32 °C, e a mais baixa em torno de 1 °C, é mesotérmico porque as temperaturas registradas na cidade estão pouco distantes das registradas nas regiões mais quentes e também das registradas nas regiões mais frias do planeta. A umidade relativa normalmente fica acima de 85%, principalmente no vale do Rio Negro, onde a taxa de umidade é bem maior.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MAFRA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Av. Cel. José Severiano Maia, 441
CEP: 89.300-000 - MAFRA – SANTA CATARINA
FONE: 0 XX (47) 3641-4000

> Agropecuária

Mafra destaca-se muito na agricultura, tanto em produção quanto em produtividade, tudo isso devido a grande área do município possui, e à fertilidade do solo. A maior produção ocorre com as culturas de soja, milho, feijão, trigo, cevada e fumo. Há que destacar também, a produção de mel, cuja qualidade é reconhecida internacionalmente. Na pecuária o destaque fica com a avicultura, suinocultura, e o rebanho de gado leiteiro.

A silvicultura também é expressiva no município, sobretudo nas últimas décadas, contribuindo com matéria-prima para a indústria madeireira, diminuindo assim a pressão pela exploração de áreas de mata nativa.

> Indústria

O município possui um parque industrial diversificado, sendo a de maior importância a indústria madeireira. Além deste, há indústrias no setor cerâmico (revestimentos), curtumes, têxtil, metalúrgica, minerais não metálicos e alimentícia.

> Serviços e comércio

Mafra é muito forte neste quesito, como o comércio varejista e a prestação de serviços, sobretudo nos serviços públicos, o qual possui muitos representantes de órgãos do governo federal (Receita Federal, Ministério Público Federal, Justiça Federal, Polícia Federal, INSS, DNIT entre outros) e estadual (receita Estadual, Regionais de Secretaria de Estado, FATMA, CIDASC, Varas da Justiça (Civil, Criminal e do Trabalho), CELESC, CASAN entre outros).

Na cidade existem também 7 agências bancárias (CAIXA, Banco do Brasil, BESC, HSBC, Bradesco, Itaú, Credinorte) que prestam os mais diversos serviços na área financeira. Além destes bancos, Mafra foi uma das primeiras cidades do país a receber



PREFEITURA MUNICIPAL DE MAFRA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
 Av. Cel. José Severiano Maia, 441
 CEP: 89.300-000 - MAFRA – SANTA CATARINA
 FONE: 0 XX (47) 3641-4000

uma Agência do Banco Nacional da Agricultura Familiar – BNAF, que tem como objetivo facilitar o acesso ao pequeno produtor rural à tecnologia no uso de sementes e mudas, à qualificação do plantel pecuário, além de repasse de informações para o gerenciamento de pequenas propriedades.

Infra-estrutura

O município de Mafra é um importante entroncamento rododiferroviário na região, servida pela BR 116, BR 280 e a ferrovia da ALL, antiga RFFSA. Existe também um aeroporto de administração municipal no Bairro do Faxinal, também conhecido como Aeroporto Hugo Werner. Mafra conta ainda com uma universidade (UnC), um hospital (Hospital São Vicente de Paula), e uma maternidade (Maternidade Dona Catarina Kuss) esta, devido ao bom serviço prestado, foi a primeira maternidade do sul do



Brasil a ser reconhecida pela UNICEF com o título de “Amiga da Criança”.

Cidades vizinhas



PREFEITURA MUNICIPAL DE MAFRA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Av. Cel. José Severiano Maia, 441
CEP: 89.300-000 - MAFRA – SANTA CATARINA
FONE: 0 XX (47) 3641-4000

Noroeste: Antonio Olinto (PR)

Norte: Rio Negro (PR)

Nordeste: Rio Negro (PR) e Piên (PR)

Oeste: Três Barras(SC)

Leste: Rio Negrinho (SC)

Sudoeste: Papanduva (SC)

Sul: Itaiópolis (SC)

Sudeste: Rio Negrinho (SC)

Mafra é um município brasileiro do planalto norte do estado de Santa Catarina.

“Localiza-se a uma latitude 26°06’41” sul e a uma longitude 49°48’19” oeste, estando a uma altitude de 793 metros a 310 km da capital Florianópolis e a 105 km de Curitiba, capital do estado do Paraná.



Distância entre cidades

Blumenau (SC): 182 km

Brasília (DF): 1491 km

Criciúma (SC): 458 km

Curitiba (PR): 105 km

Florianópolis (SC): 310 km

Joinville (SC): 135 km

Lages (SC): 252 km

Porto Alegre (RS): 589 km

São Paulo (SP): 519 km



PREFEITURA MUNICIPAL DE MAFRA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Av. Cel. José Severiano Maia, 441
CEP: 89.300-000 - MAFRA – SANTA CATARINA
FONE: 0 XX (47) 3641-4000

PONTOS TURISTICOS DE MAFRA



Centro Paleontológico (CENPÁLEO) – Museu da Terra e da Vida

Expõe fósseis e evidências geológicas sobre o que aconteceu no Sul do Brasil há cerca de 300 milhões de anos. Há acompanhamento de grupos em roteiros de campo, mediante agendamento prévio.



Antiga Estação Ferroviária

Atualmente o prédio abriga a Secretaria de Ação Social de Mafra.



Rádio Nova Era

Com sede em Mafra, a Rádio Nova Era FM (104,5 MHz) completou 26 anos em 2012. Fundada em 30 de agosto de 1986, a emissora atualmente abrange a região sul do Paraná e norte de Santa Catarina.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MAFRA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Av. Cel. José Severiano Maia, 441
CEP: 89.300-000 - MAFRA – SANTA CATARINA
FONE: 0 XX (47) 3641-4000



Usina do São Lourenço

Inaugurada em 1914, esta pequena hidrelétrica ainda está em funcionamento. No local há um lago e cascatas naturais.



2ª Rota de Turismo Rural de Mafra

A 2ª Rota de Turismo Rural surgiu da iniciativa dos membros do COMTUR (Conselho Municipal de Turismo) de Mafra, para levar o turista a um passeio pela história do município, apreciando sua cultura, religiosidade e gastronomia colonial.



Cine Teatro Emacite

Histórico Em 1940, José Rauen idealizou um projeto para a construção de um complexo constituído por Hotel, Cinema e Restaurante na cidade de Mafra, cujo objetivo principal era a exploração do comércio cinematográfico e teatral.



Universidade do Contestado

A Universidade do Contestado tem esta designação em homenagem à sua região de abrangência e à convicção do seu povo. Uma instituição que nasceu nas suas comunidades, para ofertar a educação superior, com o objetivo de contribuir para para o desenvolvimento socioeconômico da região.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MAFRA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Av. Cel. José Severiano Maia, 441
CEP: 89.300-000 - MAFRA – SANTA CATARINA
FONE: 0 XX (47) 3641-4000



Ponte Metálica Dr. Diniz Assis Henning

Inaugurada em 22 de novembro de 1896, ligando as margens do rio Negro que após a Questão do Contestado formou dois municípios, Rio Negro – PR e Mafra – SC. É popularmente conhecida com “Ponte Metálica”.



Estrada Vila Ruthes

Leva até a casa do artesão Meinrad Horn, que trabalhava com palha. Pelo caminho estão a cachoeira da fábrica de papel e uma ponte férrea, utilizada para a prática de rapel.



Igreja Ucraniana

Ressalta as características de um dos grupos colonizadores da região. A Igreja, uma das únicas existentes no país, foi erguida pela comunidade ucraniana da cidade.



Ponte Coronel Rodrigo Ajace

Inaugurada em 21 de fevereiro de 1969, sua construção se deu devido ao aumento de fluxo viário entre as duas cidades facilitando o acesso que se fazia necessário.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MAFRA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Av. Cel. José Severiano Maia, 441
CEP: 89.300-000 - MAFRA – SANTA CATARINA
FONE: 0 XX (47) 3641-4000



Praça Hercílio Luz

Possui entre os atrativos uma árvore canforeira, um relógio de sol, um coreto e a luz do monge José Maria, líder religioso e militar na Guerra do Contestado.



Artesanato

O artesanato mafrense é bastante diferenciado, dos quais destacam-se algumas técnicas de trabalho e matéria primas utilizadas como: palha de milho, juta, entalhe em madeira, bordados pintura em cerâmica, tecido e tela. Algumas obras são conhecidas nacional e internacionalmente, como as peças feitas em palha de milho e réplicas de navios antigos.



Cruz de São João Maria

A cruz foi feita em homenagem e a pedido do monge eremita João Maria que ajudou a cuidar dos doentes da Guerra dos Farrapos no ano de 1851. Muitas lendas cercam esta cruz que em 1926 ganhou uma capelinha para a sua proteção.

Tão à vista de quem dirige-se à Mafra pela ponte Coronel Rodrigo Ajace, a pequena Capela que abriga os restos da cruz do Monge João Maria, na praça Hercílio Luz, é paisagem tão comum que passa despercebida pela maioria das pessoas que transitam por aquele local diariamente. Até hoje local oração, o lenho encerrado no interior da simples e discreta capela é cercado lendas e milagres, figurando como símbolo do passado e da fé de nosso povo, merecendo capítulo à parte na história mafrense.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MAFRA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Av. Cel. José Severiano Maia, 441
CEP: 89.300-000 - MAFRA – SANTA CATARINA
FONE: 0 XX (47) 3641-4000

OBJETIVOS E PRIORIDADES

O Plano Municipal de Educação configura-se um documento que transcende o período governamental. É um plano de cidadania educacional, e por isso, de responsabilidade de toda a sociedade, define-se como objetivos e prioridades, aspectos macroestruturais, que deverão responder às demandas educacionais do município, relacionados aos diferentes níveis e modalidades, independentemente da instância de atuação (estadual, municipal, privada). Assim, é da responsabilização de cada uma delas a atuação e criação de condições para a consecução das metas diretamente a si relacionadas, utilizando como suporte, os aspectos legais definidos pela Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB de 1996 e demais dispositivos legais que regulamentam a educação nacional.

O alcance das metas propostas são de responsabilidade conjunta das instituições governamentais e da sociedade civil, conquanto este Plano vislumbra a transformação qualitativa nos índices educacionais do município.

Portanto, são objetivos e prioridades deste Plano:

- ✓ Aprimoramento do regime de colaboração entre os entes que compõem o Sistema Municipal de Ensino de Mafra, na perspectiva de compartilhar responsabilidades, a partir das funções e especificidades de cada um e pelas metas deste Plano;
- ✓ Erradicação do Analfabetismo;
- ✓ Alfabetizar todas as crianças, no máximo, até os oito anos de idade;
- ✓ Universalizar o ensino fundamental de nove anos para toda a população de seis a 14 anos;
- ✓ Universalizar o atendimento escolar para toda a população de 15 a 17 anos;



PREFEITURA MUNICIPAL DE MAFRA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Av. Cel. José Severiano Maia, 441
CEP: 89.300-000 - MAFRA – SANTA CATARINA
FONE: 0 XX (47) 3641-4000

- ✓ Universalizar, para a população de quatro a 17 anos, o atendimento escolar aos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação na rede regular de ensino;
- ✓ Melhorar a qualidade do ensino em todos os níveis de atuação;
- ✓ Articulação entre os Planos Plurianuais e as metas definidas neste Plano, garantindo o foco da educação no município nos próximos 10 (dez) anos, evitando mudanças bruscas geradas por descontinuidade administrativa;
- ✓ Ampliar o atendimento à Educação Infantil na Rede Municipal de Ensino, priorizando-se para este atendimento os aspectos pedagógicos e aqueles relacionados à infraestrutura e construção de novas unidades, cumprindo-se dispositivo da LDB;
- ✓ Fortalecer a implementação de projetos de Formação Continuada dos professores, da Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio e Educação Superior;
- ✓ Garantir a implementação de uma sólida e eficaz política de Educação Ambiental, utilizando como instrumento as Diretrizes Curriculares de Educação Ambiental, pautada na Lei nº. 9.795/99, garantindo que a Educação Ambiental seja objeto de estudo permanente, numa perspectiva interdisciplinar;
- ✓ Articulação entre saúde e educação como garantia do atendimento global e desenvolvimento integral e integrado das crianças;
- ✓ Garantir a formação do sujeito valorizando a diversidade, racial, sexual e de gênero como partes da condição humana e das construções sociais, incorporando as determinações dos Parâmetros Curriculares Nacionais/1997, na realização de uma política educacional para o combate ao preconceito, à e de outras orientações sexuais, garantindo-lhes o direito pleno à escola e a formação para a cidadania e o exercício dos seus legítimos direitos civis e sociais constitucionais;
- ✓ Elevar a qualidade da educação superior e ampliar a oferta de novos cursos atendendo as ofertas de mercado;



PREFEITURA MUNICIPAL DE MAFRA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Av. Cel. José Severiano Maia, 441
CEP: 89.300-000 - MAFRA – SANTA CATARINA
FONE: 0 XX (47) 3641-4000

- ✓ Valorizar os profissionais do magistério das redes públicas de educação básica, assegurando a existência de planos de carreira condignos, a fim de edificar ainda mais a valorização da carreira do magistério para manter os profissionais com dignidade, como pressuposto da qualidade de ensino;
- ✓ Ampliar oferta dos cursos de educação profissional e tecnológica de forma a atender os anseios da população jovem, assim como, atendendo as exigências do mercado de trabalho.

As prioridades aqui definidas para o conjunto do Município precisam ser desdobradas e adequadas às especificidades do atendimento das diferentes instâncias que compõem o Sistema Municipal de Ensino.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MAFRA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Av. Cel. José Severiano Maia, 441
CEP: 89.300-000 - MAFRA – SANTA CATARINA
FONE: 0 XX (47) 3641-4000

DADOS GERAIS DO MUNICÍPIO DE MAFRA

ASPECTOS POPULACIONAIS

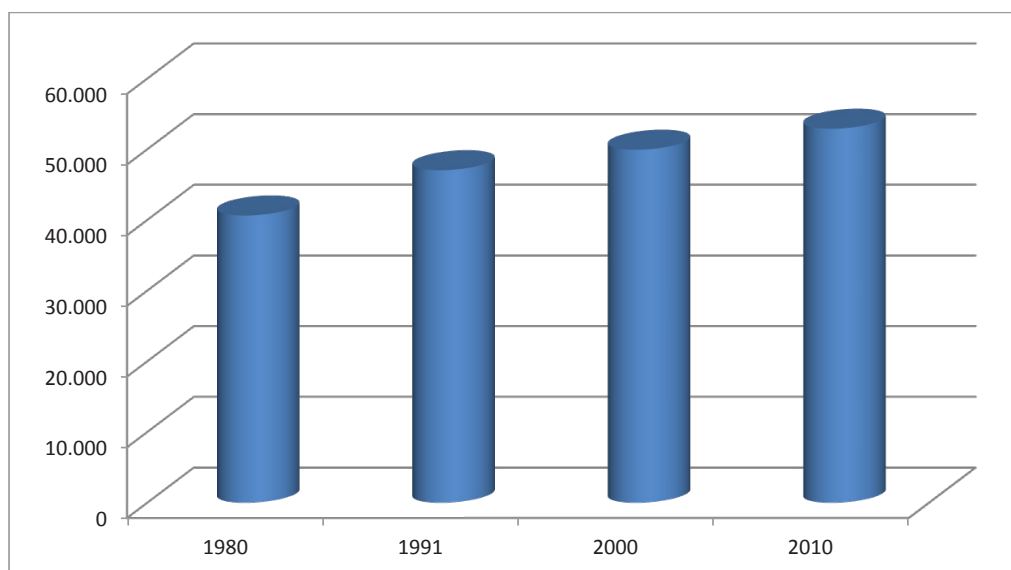
Segundo dados censitários, Mafra está entre os municípios que tiveram maior crescimento populacional no Planalto Norte. Dados de 2000 mostram que Mafra possuía 49.940 habitantes e em 10 anos, o município teve a oportunidade de crescer, aumentando o índice de natalidade e atraindo moradores de cidades vizinhas e de grandes capitais.

A população de Mafra apresentou, no ano de 2010, crescimento de 5,95% desde o Censo Demográfico realizado em 2000. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2010 a população da cidade alcançou 52.912 habitantes, o equivalente 0,85% da população do Estado. O gráfico a seguir demonstra a evolução populacional do município nos últimos Censos.

POPULAÇÃO TOTAL DE MAFRA, NO PERÍODO 1980 A 2010.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MAFRA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Av. Cel. José Severiano Maia, 441
CEP: 89.300-000 - MAFRA – SANTA CATARINA
FONE: 0 XX (47) 3641-4000



Fonte: IBGE, Diretoria de Estatística, Geografia e Cartografia, 2010.
Nota: Censos Demográficos 1980, 1991, 2000 e 2010.

TAXA MÉDIA ANUAL DE CRESCIMENTO DA POPULAÇÃO

O comparativo dos dados dos Censos Demográficos do IBGE demonstrou que Mafra apresentou, entre 2000 e 2010, uma taxa média de crescimento populacional da ordem de 0,60% ao ano, conforme gráfico a seguir.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MAFRA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
 Av. Cel. José Severiano Maia, 441
 CEP: 89.300-000 - MAFRA – SANTA CATARINA
 FONE: 0 XX (47) 3641-4000

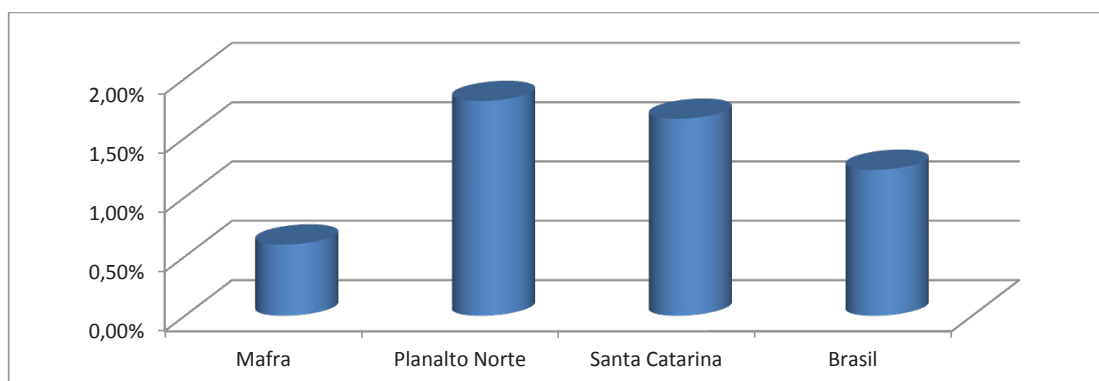


Gráfico 2 – Taxa de crescimento médio anual da população de Mafra, comparativo a Região Norte, Santa Catarina e Brasil, no período 2000 a 2010.

DISTRIBUIÇÃO POPULACIONAL SEGUNDO O GÊNERO E LOCALIZAÇÃO

A distribuição populacional por gênero, segundo dados do IBGE extraídos do Censo Populacional 2010, apontou que, no município, os homens representavam 49,61% da população e as mulheres, 50,39%. A tabela e o gráfico a seguir apresentam a evolução dos dados populacionais do município, segundo gênero e localização do domicílio.

Participação relativa da população residente por localização do domicílio e gênero, em Mafra, no período 1980 a 2010.

Ano	Gênero		Localidade	
	Homens	Mulheres	Urbana	Rural
1980	20.342	20.295	26.804	13.833
1991	23.536	23.506	32.952	14.090
2000	24.978	24.962	37.713	12.227
2010	26.251	26.661	41.318	11.594

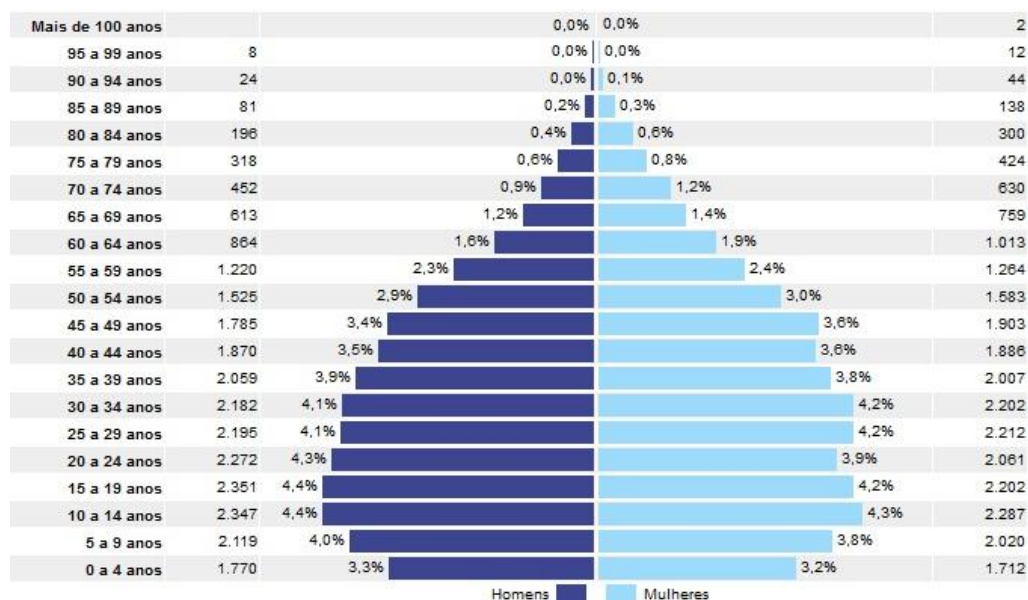
Fonte: IBGE, Diretoria de Estatística, Geografia e Cartografia, 2010.

Nota: Censos Demográficos 1980, 1991, 2000 e 2010.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MAFRA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
 Av. Cel. José Severiano Maia, 441
 CEP: 89.300-000 - MAFRA – SANTA CATARINA
 FONE: 0 XX (47) 3641-4000

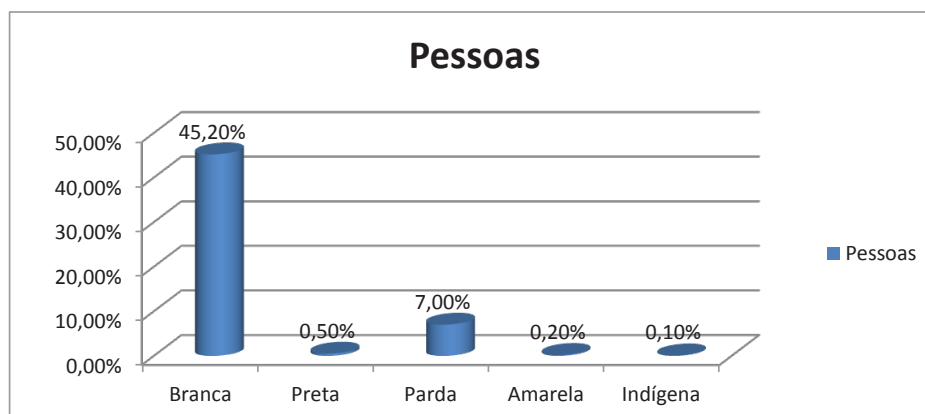
DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO NO MUNICÍPIO, POR SEXO, SEGUNDO OS GRUPOS DE IDADE.



Fonte: IBGE, Diretoria de Estatística, Geografia e Cartografia, 2010.

Nota: Censos Demográficos 1980, 1991, 2000 e 2010

POPULAÇÃO POR COR OU RAÇA NO MUNICÍPIO



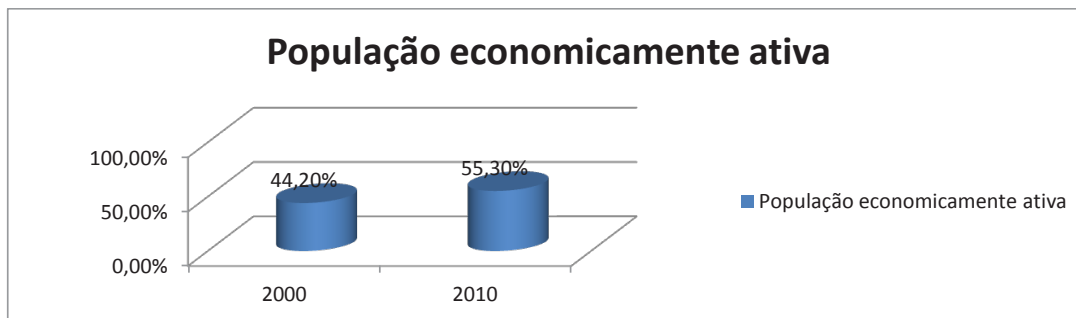
Fonte: IBGE, Diretoria de Estatística, Geografia e Cartografia, 2010.

Nota: Censos Demográficos 1980, 1991, 2000 e 2010



PREFEITURA MUNICIPAL DE MAFRA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Av. Cel. José Severiano Maia, 441
CEP: 89.300-000 - MAFRA – SANTA CATARINA
FONE: 0 XX (47) 3641-4000

POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA EM MAFRA, EM 2000 E 2010.

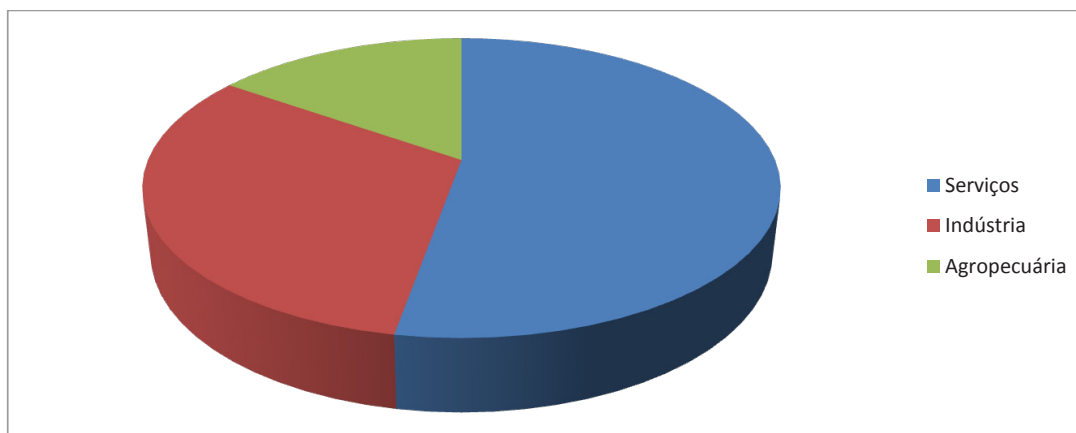


Fonte: IBGE, Diretoria de Estatística, Geografia e Cartografia, 2010.

Nota: Censos Demográficos 1980, 1991, 2000 e 2010

Conforme mostrado, no decorrer de 10 anos entre o censo do IBGE de 2000 e 2010 ocorreu uma evolução positiva de 11,1% no percentual da população economicamente ativa em Mafra.

PERFIL DA ATIVIDADE PRODUTIVA NO MUNICÍPIO



Fonte: IBGE, Diretoria de Estatística, Geografia e Cartografia, 2010.

Nota: Censos Demográficos 1980, 1991, 2000 e 2010.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MAFRA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Av. Cel. José Severiano Maia, 441
CEP: 89.300-000 - MAFRA – SANTA CATARINA
FONE: 0 XX (47) 3641-4000

ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO MUNICIPAL (IDH-M)

No período compreendido entre 1991 e 2010, o IDH-M do município acumulou evolução positiva, apresentado na tabela abaixo.

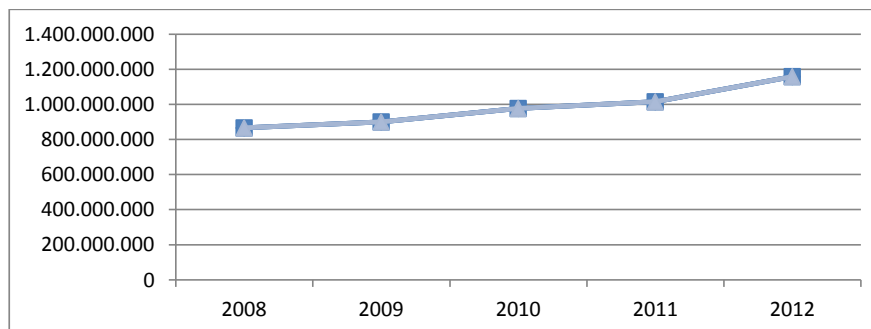
ANO	IDH-M
1991	0,538
2000	0,652
2010	0,777

Fonte: IBGE, Diretoria de Estatística, Geografia e Cartografia, 2010.

Nota: Censos Demográficos 1980, 1991, 2000 e 2010.

PIB DO MUNICÍPIO

Em 2010 o PIB do Município era de R\$ 976.963.000,00 de reais e em 2012 totalizava R\$ 1.158.689.000,00 de reais, o aumento foi de 18.6%. Porém, o PIB do Município é inferior a média do PIB per capita do Brasil.



Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MAFRA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
 Av. Cel. José Severiano Maia, 441
 CEP: 89.300-000 - MAFRA – SANTA CATARINA
 FONE: 0 XX (47) 3641-4000

DIAGNÓSTICO EDUCACIONAL DE MAFRA

A educação baseada numa concepção exata da vida, transformaria a face do mundo. Devemos educar as crianças, esclarecendo sua inteligência, mas antes de tudo, devemos falar ao seu coração, ensinando-o a despojar-se das suas habilidades, criatividade e sentimentos. A Educação em Mafra, não diferente das atuais realidades brasileiras, enfrenta grandes desafios. As escolas e os educadores, conscientes da complexidade das relações entre o sistema de ensino e a sociedade, precisam incorporar ações infundáveis que garantam a permanência e o sucesso escolar de todos os estudantes de modo a contribuir para sua inclusão social e o exercício pleno da cidadania.

O Ensino Fundamental concentra alguns dos principais desafios da Educação brasileira para os próximos anos. A redução das desigualdades sociais passa pela alfabetização de todas as crianças até os 8 anos, bem como pela formação de uma base sólida de aprendizagem em todas as áreas do conhecimento.

Sendo assim, o Município de Mafra, tem um grande desafio para a próxima década. Para isso, faz-se necessário conhecer a realidade educacional existente.

• POPULAÇÃO POR GRUPO DE IDADE

ANO	POPULAÇÃO TOTAL	POPULAÇÃO DE MAFRA				
		0 a 4 anos	5 a 9 anos	10 a 14 anos	15a 19 anos	Mais de 19 anos
2000	49.940	4.542	4.620	4.945	5.038	30.786
2010	52.912	3.482	4.139	4.634	4.638	36.019

Fonte: IBGE, Diretoria de Estatística, Geografia e Cartografia, 2010.

Nota: Censos Demográficos 1980, 1991, 2000e 2010.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MAFRA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
 Av. Cel. José Severiano Maia, 441
 CEP: 89.300-000 - MAFRA – SANTA CATARINA
 FONE: 0 XX (47) 3641-4000

A tabela nos revela que a população total no município, no período de 10 anos, teve alteração, porém, nos revela que a diferença no crescimento populacional da faixa etária com mais de 19 anos foi bastante significativa, mostrando que o aumento populacional não está ligado ao número de nascimento, e sim ao envelhecimento da população, havendo um redução nos grupos de menor idade e aumento nos grupo de maior idade.

- ATENDIMENTO EDUCACIONAL**

ATENDIMENTO EDUCACIONAL EM MAFRA					
	EDUCAÇÃO INFANTIL		ENSINO FUNDAMENTAL	ENSINO MÉDIO	EJA
	0a 3 anos	4 e 5 anos	6 a 14 anos	15 a 17 anos	
Mafra	1.029 alunos	1.359 alunos	7441 alunos	2.549 alunos	424 alunos

Fonte : INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira/ Censo Escolar/ 2013.

- ESTABELECIMENTOS DE ENSINO, POR DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA, SEGUNDO A ETAPA/MODALIDADE ATENDIDA EM 2013.**

Número de Escolas de Educação Básica								Número de IES		
Privadas		Municipais		Estaduais		Total		Pública	Privada	Total
U	R	U	R	U	R	U	R			
03	-	16	13	13		32	13	-	01	01

Fonte : INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira/ Censo Escolar/ 2013.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MAFRA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
 Av. Cel. José Severiano Maia, 441
 CEP: 89.300-000 - MAFRA – SANTA CATARINA
 FONE: 0 XX (47) 3641-4000

• **ESTRUTURA DE ATENDIMENTO EDUCACIONAL – RELAÇÃO DE ESCOLAS**

RELAÇÃO DA ESCOLAS		
Unidades Escolares	Dependência Administrativa	Localização
CEIM Ana Rank	Municipal	Urbana
CEIM Comecinho de Vida "Nathaan Alex Ramos"	Municipal	Urbana
CEIM Vila Olsen	Municipal	Urbana
CEIM Breno Cauan Garcia	Municipal	Urbana
CEM Anjo da Guarda	Municipal	Urbana
CEM Beija Flor	Municipal	Urbana
CEIM Fiorige Bona	Municipal	Urbana
CEIM Faxinal	Municipal	Urbana
CEIM Günther Werner	Municipal	Urbana
CEIM Portão São Lourenço	Municipal	Rural
CEIM Restinga	Municipal	Urbana
CEIM Vila Nova	Municipal	Urbana
CEIM Sara Rosa Rodrigues	Municipal	Urbana
Centro de Educação do Município de Mafra - CEMMA	Municipal	Urbana
Escola Agrícola Municipal Prefeito José Schultz Filho	Municipal	Rural
Pré-Escolar Abelhinha Feliz	Municipal	Urbana
Escola Isolada Passo da Cruz	Municipal	Rural
EMEB Avencal do Saltinho	Municipal	Rural
EMEB Avencal São Sebastião	Municipal	Rural
EMEB Bituvinha	Municipal	Rural
EMEB Ben. Felipe C. Martins	Municipal	Rural
EMEB Augusta Vitória	Municipal	Rural
EMEB Colônia Ruthes	Municipal	Rural
EMEF Evaldo Steidel	Municipal	Rural
EMEB General Osório	Municipal	Urbana
EMEF Amola Flecha	Municipal	Urbana
EMEF Rio da Areia do Meio	Municipal	Rural
EMEF São Lourenço	Municipal	Rural
EEB Barão de Antonina	Estadual	Urbana
EEB Cristo Rei	Estadual	Urbana
EEB Dr. Francisco Izabel	Estadual	Urbana
EEB Prof. Gustavo Friedrich	Estadual	Urbana



PREFEITURA MUNICIPAL DE MAFRA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Av. Cel. José Severiano Maia, 441
CEP: 89.300-000 - MAFRA – SANTA CATARINA
FONE: 0 XX (47) 3641-4000

EEB Hercílio Buch	Estadual	Rural
EEB Jovino Lima	Estadual	Urbana
EEB Prof. Mário de Oliveira Goeldner	Estadual	Urbana
EEB Monteiro Lobato	Estadual	Urbana
EEB Santo Antonio	Estadual	Urbana
EEB Tenente Ary Rauen	Estadual	Urbana
CEJA	Estadual	Urbana
Colégio Excelência	Privada	Urbana
Colégio Mafrense	Privada	Urbana
Escola Pedacinho do Céu	Privada	Urbana
Centro de Atendimento Educacional Especializado “Irmã Inês”	Privada	Urbana

EDUCAÇÃO INFANTIL

A Constituição Federal consiste num marco de redefinição das novas políticas para a infância. Na Carta Magna é estabelecido, pela primeira vez, um patamar de atenção à criança e seus direitos, jamais alcançado na sociedade brasileira. Dentre seus dispositivos legais de grande importância, principalmente a criança é considerada “prioridade absoluta” (art. 227 da Constituição Federal e art. 4º do ECA). “É dever da família, da sociedade, do Estado assegurar à criança e ao adolescente com absoluta prioridade o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e a convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda a forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão”.

É consenso que o maior patrimônio de uma sociedade são seus filhos, em especial, as crianças. Nada tem sequelas mais negativas e cumulativas do que os problemas sofridos na infância. A criança precisa e tem direito à assistência e à educação. Nesse



PREFEITURA MUNICIPAL DE MAFRA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Av. Cel. José Severiano Maia, 441
CEP: 89.300-000 - MAFRA – SANTA CATARINA
FONE: 0 XX (47) 3641-4000

contexto coloca-se o direito à Educação Infantil, com atendimento integral e integrado, na qual assistir deve vir acompanhado do educar, na formação histórica da cidadania da criança, pois aquela que tiver acesso a uma Instituição de Educação Infantil adequada, de qualidade, terá assegurado seu direito fundamental que é o desenvolvimento pleno.

Nessa perspectiva podemos afirmar que nada é mais preventivo do que uma infância bem vivida, onde a criança tenha acesso ao desenvolvimento físico, psíquico, social e cultural adequado. A função fundamental da Instituição de Educação Infantil é oportunizar a ela aquilo que lhe é próprio, a chance de desenvolver em todos os aspectos, ressaltando-se a atividade lúdica como forma de expressão própria. Dessa forma imprime-se o caminho de formação do sujeito capaz, cuja construção é conquista histórica do infante, incentivada, estimulada e desafiada pelos educadores.

Atualmente, a Educação Infantil em Mafra, busca a integração da criança através dos aspectos biológicos, psicológicos, intelectuais e sócio-culturais, preparando-as para a continuidade do processo educacional, bem como, objetivando em suas práticas, o desenvolvimento integral da criança em todos os seus aspectos, seu bem estar, possibilitando a ampliação de seu universo cultural e também o regime de atendimento em tempo integral ou parcial prevendo condições adequadas à formação.

Além de contar com profissionais habilitados para o exercício de sua função, as instituições de Educação Infantil estão adaptadas com equipamentos necessários contando com mobiliário e materiais adequados, instalações com equipamentos para o preparo dos alimentos, instalações sanitárias completas e próprias para o uso das crianças e adultos.

Para o atendimento das crianças de zero a dois anos, as instituições da Rede Municipal de Ensino, dispõem de berços individuais, área livre para movimentação das crianças, local para higienização, espaço para o banho de sol, área coberta para atividades externas e alimentação balanceada e orientada por nutricionista.

Em Mafra, criança é entendida não como um indivíduo inacabado, adulto em miniatura, ou ainda comparado a outras crianças, mas sim, como um ser único em pleno processo



PREFEITURA MUNICIPAL DE MAFRA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
 Av. Cel. José Severiano Maia, 441
 CEP: 89.300-000 - MAFRA – SANTA CATARINA
 FONE: 0 XX (47) 3641-4000

de desenvolvimento, sendo indispensável considerar que em grupo de crianças da mesma faixa etária, mesmo possuindo características semelhantes no desenvolvimento, apresentam peculiaridades, manifestações, conquistas e dificuldades singulares. Por que cada criança reage, sente, pensa de forma própria as interações que realiza as informações que recebe, as construções que faz, atribuindo diferentes significados a partir de sua história e esquemas de pensamentos já elaborados anteriormente.

- **CRECHE – 0 a 3 anos**

Demonstrativo de Matrícula Inicial por Dependência Administrativa – 2010 a 2013

ANO/ DEPENDÊNCIA	ESTADUAL	MUNICIPAL	PRIVADA	TOTAL
2010	-	868	15	883
2011	-	924	16	940
2012	-	983	54	1.037
2013	-	990	39	1.029

Fonte : INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira/ Censo Escolar/ 2013.

- **PRÉ-ESCOLA – 4 e 5 anos**

Demonstrativo de Matrícula Inicial por Dependência Administrativa – 2010 a 2013

ANO/ DEPENDÊNCIA	ESTADUAL	MUNICIPAL	PRIVADA	TOTAL
2010	-	931	63	994
2011	-	1.199	52	1.251
2012	-	1.327	42	1.369
2013	-	1.319	40	1.359

Fonte : INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira/ Censo Escolar/ 2013.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MAFRA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Av. Cel. José Severiano Maia, 441
CEP: 89.300-000 - MAFRA – SANTA CATARINA
FONE: 0 XX (47) 3641-4000

ENSINO FUNDAMENTAL

Com duração de nove anos, o Ensino Fundamental é destinado a crianças e adolescentes com idade entre 6 (seis) e 14(quatorze) anos. O Ensino Fundamental é dividido em duas fases: a primeira vai da primeira a quinta série, incluindo a alfabetização e a consolidação dos conteúdos básicos. A segunda vai da sexta a nona série.

O Ensino Fundamental, principal nível da Educação Básica, tem seu respaldo legal maior na Constituição Federal em seu art. 208, §1º, afirmando: “O acesso ao ensino obrigatório e gratuito é direito público subjetivo”, inclusive para todos os que a ele não tiveram acesso na idade própria.

No município de Mafra, o atendimento no Ensino Fundamental é oferecido por unidades escolares privadas e unidades públicas municipais e estaduais.

O acesso e permanência na escola é dever do município e, para tanto, há de se dar continuidade a esta garantia, proporcionando condições para que o educando obtenha êxito.

Infer-se, portanto, a partir do exposto, a importância que a educação exerce na formação e construção dos indivíduos. A LDB nº 9394/96 também estabelece em seu artigo 2º que “a educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.”

De acordo com a Lei 11.274, de 6 de fevereiro de 2006, Art.5º, “ Os Municípios, os estados e o Distrito Federal terão prazo até 2010 para implantar a obrigatoriedade para o ensino fundamental...”



PREFEITURA MUNICIPAL DE MAFRA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Av. Cel. José Severiano Maia, 441
CEP: 89.300-000 - MAFRA – SANTA CATARINA
FONE: 0 XX (47) 3641-4000

A Prefeitura do Município de Mafra, através da Secretaria Municipal de Educação iniciou no ano de 2005 a implantação do Ensino Fundamental de nove em algumas escolas, e em 2007 concluiu em toda a Rede Municipal de Ensino.

A ampliação do Ensino Fundamental de nove anos em nosso município resultou de vários momentos de discussão, estudo e análise das Equipes Técnicas da Secretaria Municipal de Educação e do Conselho Municipal de Educação, seguindo orientações do Ministério da Educação, pois o cuidado e a sequência do processo de desenvolvimento e aprendizagem das crianças de seis anos de idade implica no conhecimento e na atenção das características etárias, sociais e psicológicas.

Com tudo, percebe-se, durante todo o processo de implantação, que o Ensino Fundamental de 9 anos apenas busca propiciar, a todas as crianças, um tempo mais longo de convívio escolar, maiores oportunidades de aprender e, com isso, uma aprendizagem com qualidade. Este sentido obrigatório multiplica-se, enriquecendo-se de outros sentidos, transformando-se, finalmente, num sentimento obrigatório a todos aqueles que se julgam comprometidos com uma educação de qualidade.

O acesso e permanência na escola é dever do município e, para tanto, há de se dar continuidade a esta garantia, proporcionando condições para que o educando obtenha êxito. Para isso, faz-se necessário que, cada vez mais, se promova a qualificação dos professores e que a formação continuada faça parte do desejo de cada profissional envolvido com a educação bem como, necessita-se de um real comprometimento para que se efetivem ações que o levem a alcançar seu objetivo com uma aprendizagem sólida, abrangente e atua.

Acreditamos que a educação básica é indispensável para a formação do cidadão brasileiro, pois oferece a oportunidade de progressão nos estudos e meios para adentrar no mundo do trabalho e, como o próprio nome diz, é a base para o exercício da cidadania.

Portanto, a preocupação com uma educação integral no município é uma constante diante de conquistar uma prática docente comprometida com o processo ensino-aprendizagem, com a promoção das capacidades psíquicas, fomentando a promoção



PREFEITURA MUNICIPAL DE MAFRA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
 Av. Cel. José Severiano Maia, 441
 CEP: 89.300-000 - MAFRA – SANTA CATARINA
 FONE: 0 XX (47) 3641-4000

humana dos educandos, para que estes rompam com a alienação, colocando-se conscientemente no âmbito social. É necessário que trabalhemos por uma escola que perceba o aluno como aprendiz, como ser em potencial, capaz de construir relações, esquemas e conhecimentos a partir dos desafios que serão atribuídos, que empreende no seu professor o papel de mediador da aprendizagem, não apenas um depositário do conhecimento.

- **ENSINO FUNDAMENTAL: SÉRIES INICIAIS**

Demonstrativo de Matrícula Inicial por Dependência Administrativa – 2010 a 2013

ANO/ DEPENDÊNCIA	ESTADUAL	MUNICIPAL	PRIVADA	TOTAL
2010	2.060	2.373	99	4.532
2011	2.546	2.046	93	4.685
2012	2.018	1.928	107	4.053
2013	1.958	1.888	104	3.950

Fonte : INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira/ Censo Escolar/ 2013.

- **ENSINO FUNDAMENTAL: SÉRIES FINAIS**

Demonstrativo de Matrícula Inicial por Dependência Administrativa – 2010 a 2013

ANO/ DEPENDÊNCIA	ESTADUAL	MUNICIPAL	PRIVADA	TOTAL
2010	2.956	1.263	84	4.303
2011	2.354	1.275	70	3.699
2012	2.521	1.253	65	3.839
2013	2.162	1.208	121	3.491

Fonte : INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira/ Censo Escolar/ 2013.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MAFRA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Av. Cel. José Severiano Maia, 441
CEP: 89.300-000 - MAFRA – SANTA CATARINA
FONE: 0 XX (47) 3641-4000

ENSINO MÉDIO

É dever prioritário dos Estados a oferta do Ensino Médio, última etapa obrigatória da Educação Básica, para todos que demandarem inclusive àqueles que não puderam concluí-lo na idade certa, conforme Artigo 10, Inciso VI, da LDB (redação dada pela Lei nº 12.061/2009). Sua finalidade é:

- I - a consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no Ensino Fundamental, possibilitando o prosseguimento de estudos;
- II - a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando, para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores;
- III - o aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico;
- IV - a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando a teoria com a prática, no ensino de cada disciplina. (Artigo 35 da LDB)

Em 2013, o País registrou 8.312.815 matrículas no Ensino Médio, com redução de 0,76% em relação a 2012, representando 64.037 a menos. Ao contrário do Brasil, neste mesmo período, Santa Catarina apresentou um incremento 6,6% no total de matrículas, registrando 271.429 matrículas, que correspondem a 23,7% da Região Sul e 3,2% do País (gráficos 39 e 40), distribuídas em 975 estabelecimentos escolares (gráficos 41 e 42). Devido as suas responsabilidades legais, a rede pública estadual detém a maior parcela das matrículas nesta etapa de ensino (83,86%).

Com a substituição do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF) pelo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação



PREFEITURA MUNICIPAL DE MAFRA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Av. Cel. José Severiano Maia, 441
CEP: 89.300-000 - MAFRA – SANTA CATARINA
FONE: 0 XX (47) 3641-4000

(FUNDEB) que, a partir 2007, abrange toda a Educação Básica, inclusive o atendimento escolar a jovens e adultos, Santa Catarina conseguiu ampliar os investimentos no Ensino Médio.

Nos últimos anos, em decorrência dos dispositivos legais, diversas políticas públicas para o Ensino Médio foram criadas e aplicadas com o intuito de galgar a universalização desta etapa de ensino à população de 15 a 17 anos de idade. Exemplo disso, foi a criação do Programa Ensino Médio Inovador (ProEMI) e do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC). As informações sobre o PRONATEC serão tratadas na modalidade de Educação Profissional e Tecnológica

Ensino Médio no País e, conseqüentemente, em Santa Catarina se apresenta de forma diversificada, compreendendo cursos como: médio (formação geral), médio integrado à educação profissional e magistério, além de sua oferta na modalidade de Educação de Jovens e Adultos

Universalizar, até 2016, o atendimento escolar para toda a população de 15 a 17 anos de idade será desafiador pelo curto espaço de tempo, exigindo do Estado execução imediata para atingir tal meta.

Em Mafra, por exemplo, são 06 escolas públicas da rede estadual e 02 escolas particulares, atendendo, em 2014, um total de 2.256 alunos nesta etapa de ensino. Assim como no estado de Santa Catarina, universalizar o ensino médio e atingir a meta do PNE em nosso município é desafiador.

• **Demonstrativo de Matrícula Inicial por Dependência Administrativa – 2010 a 2013**

ANO/ DEPENDÊNCIA	ESTADUAL	MUNICIPAL	PRIVADA	TOTAL
2010	2.133	-	123	2.256
2011	2.154	-	159	2.313
2012	2.062	-	210	2.272
2013	2.319	-	230	2.549

Fonte : INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira/ Censo Escolar/ 2013.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MAFRA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Av. Cel. José Severiano Maia, 441
CEP: 89.300-000 - MAFRA – SANTA CATARINA
FONE: 0 XX (47) 3641-4000

IDEB – ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DE EDUCAÇÃO BÁSICA

O IDEB é importante por ser condutor de política pública em prol da qualidade da educação. Ele reúne em um só indicador dois conceitos igualmente importantes para a qualidade da educação: **fluxo escolar e médias de desempenho nas avaliações**. Ele agrega ao enfoque pedagógico dos resultados das avaliações a possibilidade de resultados sintéticos, facilmente assimiláveis, e que permitem traçar metas de qualidade educacional para nosso sistema:

- indicadores de fluxo (promoção, repetência e evasão) e
- pontuações, em exames padronizados, obtidas por estudantes ao final de determinada etapa de ensino (5º e 9º anos do ensino fundamental e 3º ano do ensino médio).

A tabela a seguir, mostra a evolução nos índices do IDEB nas escolas de Mafra, no período de 2007 a 2013.

Observou-se que nos anos iniciais do Ensino Fundamental as médias alcançadas estiveram bem próximas as médias nacionais. Nos anos finais do Ensino Fundamental, durante todo esse período se mantiveram abaixo das médias nacionais. Isso também ocorreu com o Ensino Médio.

Mafra, necessita avançar nos índices do IDEB, para que em 2021 possa alcançar a média nacional de 6.0 para as séries iniciais, 5.5 para as séries finais do Ensino Fundamental e 5.2 para o Ensino Médio, metas projetadas pelo Plano Nacional.



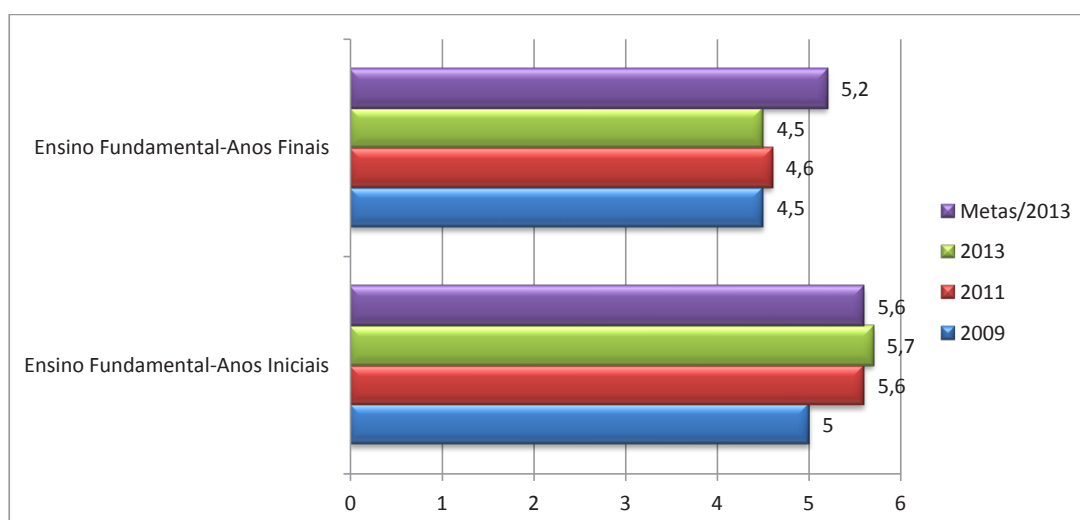
PREFEITURA MUNICIPAL DE MAFRA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
 Av. Cel. José Severiano Maia, 441
 CEP: 89.300-000 - MAFRA – SANTA CATARINA
 FONE: 0 XX (47) 3641-4000

Tabela 13 – ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA NO MUNICÍPIO

ANO	ENSINO FUNDAMENTAL ANOS INICIAIS			ENSINO FUNDAMENTAL ANOS FINAIS			ENSINO MÉDIO	
	Rede Municipal	Rede Estadual	Rede Pública	Rede Municipal	Rede Estadual	Rede Pública	Rede Estadual	Rede Pública
2007	4.0	4.3	4.0	3.4	3.6	3.5	3.2	3.2
2009	4.4	4.9	4.4	3.6	3.8	3.7	3.4	3.4
2011	4.7	5.1	4.7	3.8	3.9	3.9	3.4	3.4
2013	4.9	5.4	4.9	3.8	4.0	4.0	3.4	3.4

Fonte : INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira/ Censo Escolar.

EVOLUÇÃO DO IDEB NO MUNICÍPIO



Fonte : INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira/ Censo Escolar.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MAFRA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
 Av. Cel. José Severiano Maia, 441
 CEP: 89.300-000 - MAFRA – SANTA CATARINA
 FONE: 0 XX (47) 3641-4000

O IDEB nos anos iniciais da rede pública atingiu a meta e cresceu, mas ainda não alcançou 6,0, isto quer dizer que pode melhorar.

Nos anos finais, o IDEB da rede pública não atingiu a meta, teve queda e não alcançou 6,0. Precisa melhorar a sua situação para garantir mais alunos aprendendo e com um fluxo escolar adequado.

TAXA DE RENDIMENTO ESCOLAR DO MUNICÍPIO

TAXA DE REPROVAÇÃO

ANOS	ENSINO FUNDAMENTAL						ENSINO MÉDIO	
	Anos Iniciais			Anos Finais				
	Rede Municipal	Rede Estadual	Rede Privada	Rede Municipal	Rede Estadual	Rede Privada	Rede Estadual	Rede Privada
2010	9.9%	6.4%	2.1%	13.9%	13.3%	5.2%	13.5%	6.0%
2011	8.7%	5.6%	2.0%	13.4%	13.4%	5.3%	14.2%	6.1%
2012	8.4%	4.9%	2.0%	13.6%	12.1%	5.4%	13.2%	6.1%
2013	7.4%	4.4%	2.0%	13.3%	11.3%	5.2%	12.8%	5.7%

TAXA DE ABANDONO/EVASÃO

ANOS	ENSINO FUNDAMENTAL						ENSINO MÉDIO	
	Anos Iniciais			Anos Finais				
	Rede Municipal	Rede Estadual	Rede Privada	Rede Municipal	Rede Estadual	Rede Privada	Rede Estadual	Rede Privada
2010	2.2%	1.5%	0.2%	6.0%	4.7%	0.2%	11.7%	0.5%
2011	1.8%	1.3%	0.3%	5.5%	4.3%	5.2%	10.9%	0.5%
2012	1.7%	1.1%	0.3%	5.3%	4.1%	0.2%	10.5%	0.4%
2013	1.5%	0.9%	0.2%	4.7%	3.5%	0.2%	9.3%	0.5%



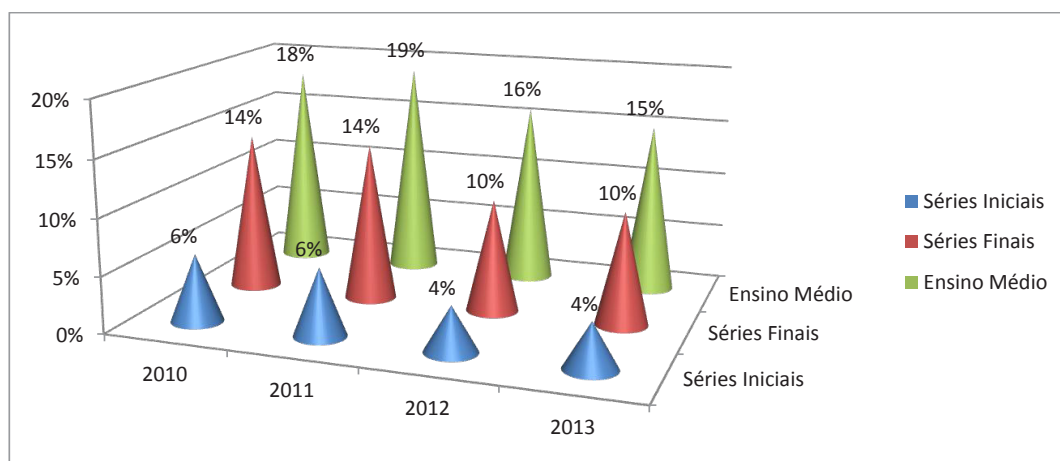
PREFEITURA MUNICIPAL DE MAFRA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
 Av. Cel. José Severiano Maia, 441
 CEP: 89.300-000 - MAFRA – SANTA CATARINA
 FONE: 0 XX (47) 3641-4000

TAXA DE APROVAÇÃO

ANOS	ENSINO FUNDAMENTAL						ENSINO MÉDIO	
	Anos Iniciais			Anos Finais				
	Rede Municipal	Rede Estadual	Rede Privada	Rede Municipal	Rede Estadual	Rede Privada	Rede Estadual	Rede Privada
2010	87.9%	92.1%	97.7%	80.1%	82.0%	94.6%	74.8%	93.5%
2011	89.5%	93.1%	97.7%	81.1%	82.3%	94.5%	74.9%	93.4%
2012	89.8%	94.0%	97.7%	81.1%	83.7%	94.4%	76.2%	93.4%
2013	91.1%	94.7%	97.8%	82.0%	85.2%	94.6%	77.9%	93.8%

TAXA DE DISTORÇÃO IDADE SÉRIE NA REDE PÚBLICA DE MAFRA

Ingresso tardio, repetência e abandono são causas fundamentais do atraso escolar, um problema da Educação brasileira com consequências sobre gerações de estudantes. Como se observa no gráfico, Mafra apresenta taxas significativas de distorção idade-série, principalmente no Ensino Médio.



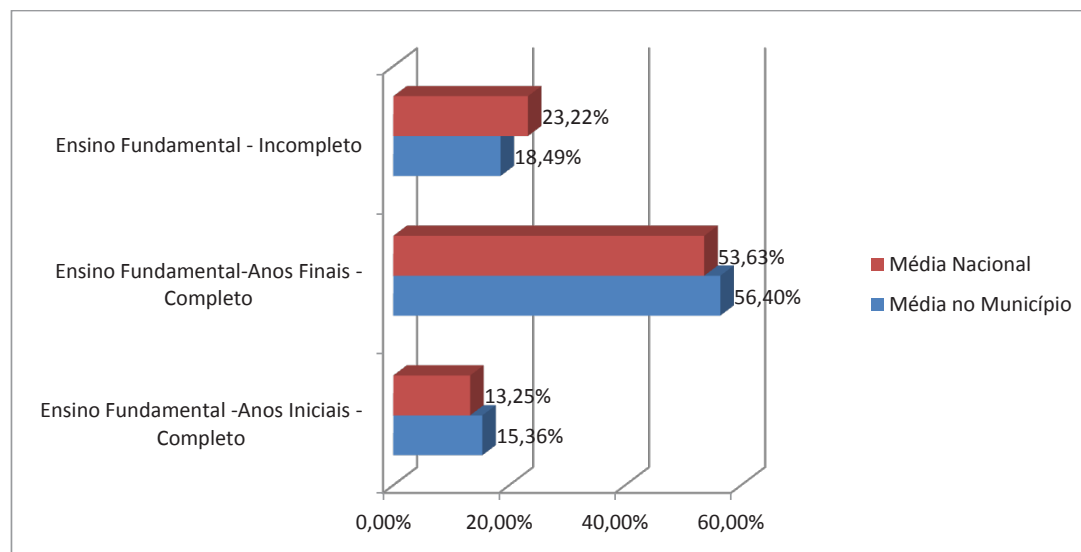
Fonte : INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira/ Censo Escolar.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MAFRA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Av. Cel. José Severiano Maia, 441
CEP: 89.300-000 - MAFRA – SANTA CATARINA
FONE: 0 XX (47) 3641-4000

TAXA DE ESCOLARIZAÇÃO DA POPULAÇÃO NO MUNICÍPIO

Para o censo de 2010, no município de Mafra, a escolaridade declarada da população acima de 15 anos, foi classificada nas seguintes categorias e percentuais: Ensino Fundamental (anos Iniciais) completo 15,39%; Ensino Fundamental (Anos Finais) completo 56,40% e Ensino Fundamental Incompleto 18,49%, o que demonstra que o município está bem próximo da média nacional, demonstrado no gráfico. No entanto, há uma grande preocupação com essa demanda e apontam ações efetivas, não somente de atendimento para essa população, mas de precaução ao fracasso escolar do ensino regular, além de oportunizar que toda população tenham não apenas acesso, mas permanência e sucesso na educação básica, assegurando um direito constitucional de todo cidadão.

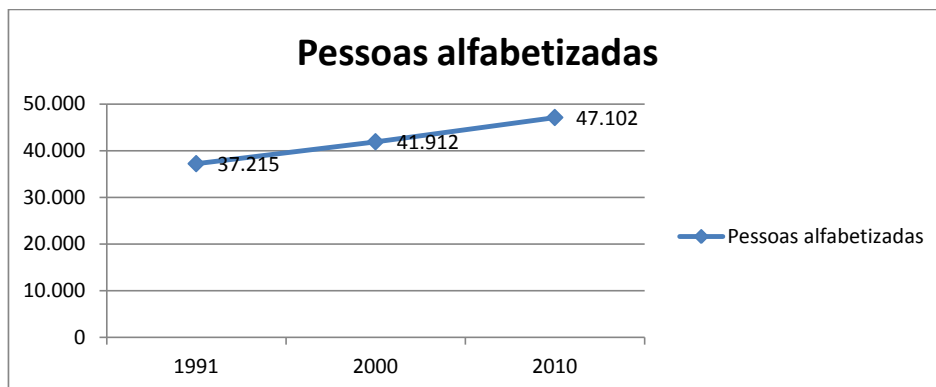


Fonte: IBGE, Diretoria de Estatística, Geografia e Cartografia, 2010.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MAFRA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Av. Cel. José Severiano Maia, 441
CEP: 89.300-000 - MAFRA – SANTA CATARINA
FONE: 0 XX (47) 3641-4000

NÚMERO DE PESSOAS ALFABETIZADAS 1991/2010



Fonte: IBGE, Diretoria de Estatística, Geografia e Cartografia, 2010.

EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS - EJA

Os dados do Ministério da Educação mostram que a oferta de Educação de Jovens e Adultos (EJA) está concentrada na área urbana. No entanto, há uma carência significativa desse tipo de ensino nas zonas rurais.

O Brasil enfrenta enormes desafios com relação à Educação da sua população jovem e adulta. Embora a simples taxa de analfabetismo seja frequentemente o dado que ganhe mais visibilidade, os que são considerados analfabetos (incluindo-se os chamados analfabetos funcionais) somados aos que não concluíram o ensino fundamental formam uma camada que atinge mais da metade da população acima de 15 anos de idade.

Mesmo que se mostrassem apenas estatísticas da EJA escolar, o atendimento atual não passa dos 10% da demanda potencial, prejudicado ainda por índices de abandono



PREFEITURA MUNICIPAL DE MAFRA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Av. Cel. José Severiano Maia, 441
CEP: 89.300-000 - MAFRA – SANTA CATARINA
FONE: 0 XX (47) 3641-4000

e evasão, bem como por questionamentos quanto à existência de quadros profissionais formados para trabalhar com as especificidades desse campo educacional.

Sem um reconhecimento do papel fundamental da EJA nessa perspectiva mais ampla, a capacidade do Brasil crescer e se desenvolver com justiça, igualdade e dignidade para todos e todas será comprometido.

A Prefeitura de Mafra tem parceria com o EJA (Educação de Jovens e Adultos), fornecendo transporte, aos professores que atuam nesta modalidade de ensino, diariamente no período noturno até as localidades interiorana, assim como, disponibiliza a estrutura física para o funcionamento das turmas. Ao governo estadual, fica a responsabilidade da equipe pedagógica e professores, que atendem o Ensino Fundamental e Médio.

Demonstrativo de Matrícula Inicial por Dependência Administrativa – 2010 a 2013

ANO/ DEPENDÊNCIA	ESTADUAL	MUNICIPAL	PRIVADA	TOTAL
2010	1.013	-	-	1.013
2011	904	-	-	904
2012	600	-	-	600
2013	424	-	-	424

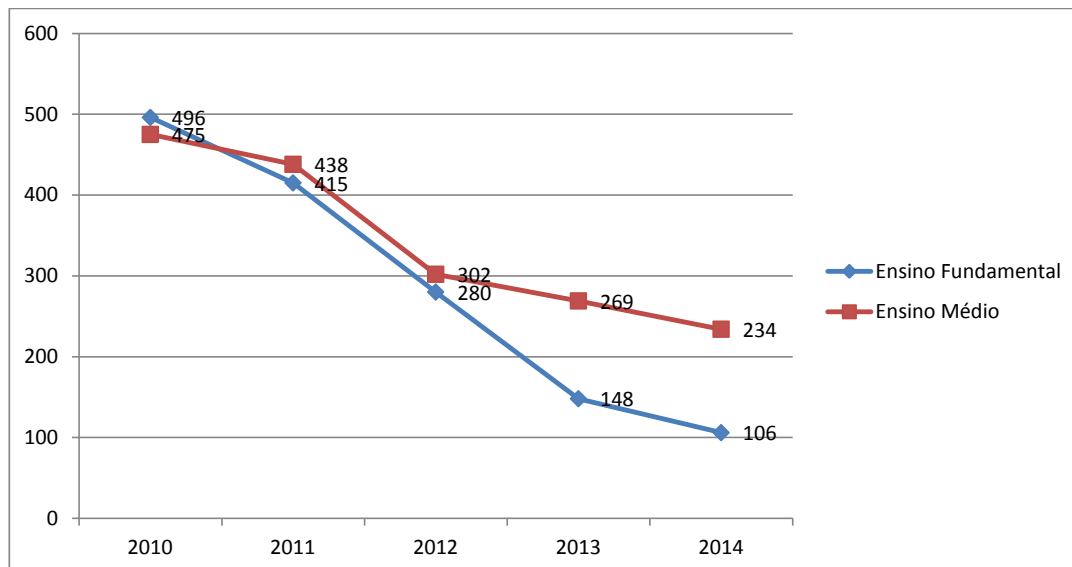
Fonte : INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira/ Censo Escolar/ 2013.

O gráfico a seguir, mostra que em Mafra as matrículas sofreram uma queda de 26% em 4 anos no Ensino Fundamental e 49% no Ensino Médio.



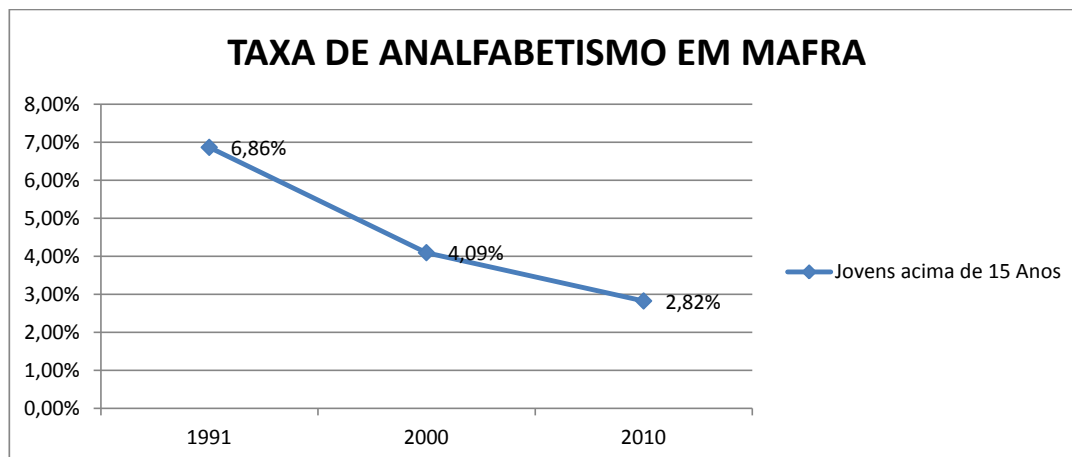
PREFEITURA MUNICIPAL DE MAFRA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
 Av. Cel. José Severiano Maia, 441
 CEP: 89.300-000 - MAFRA – SANTA CATARINA
 FONE: 0 XX (47) 3641-4000

DEMONSTRATIVO DE MATRÍCULAS POR ETAPA DE ENSINO



Fonte : INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira/ Censo Escolar.

TAXA DE ANALFABETISMO



Fonte: IBGE, Diretoria de Estatística, Geografia e Cartografia, 2010.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MAFRA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Av. Cel. José Severiano Maia, 441
CEP: 89.300-000 - MAFRA – SANTA CATARINA
FONE: 0 XX (47) 3641-4000

EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

Os primeiros números do Censo da Educação Básica de 2011, divulgados no início de 2012, confirmam a tendência de crescimento da participação dos cursos técnicos no total de matrículas do Ensino Médio no país. Em Santa Catarina, entre 2010 e 2014, a fatia das matrículas em cursos técnicos também apresentou uma alta considerável de 38% nas matrículas.

Demonstrativo de Matrícula Inicial por Dependência Administrativa – 2010 a 2013

ANO/ DEPENDÊNCIA	ESTADUAL	MUNICIPAL	PRIVADA	TOTAL
2010	-	-	559	559
2011	-	-	957	957
2012	-	-	769	769
2013	-	-	1.263	1.263

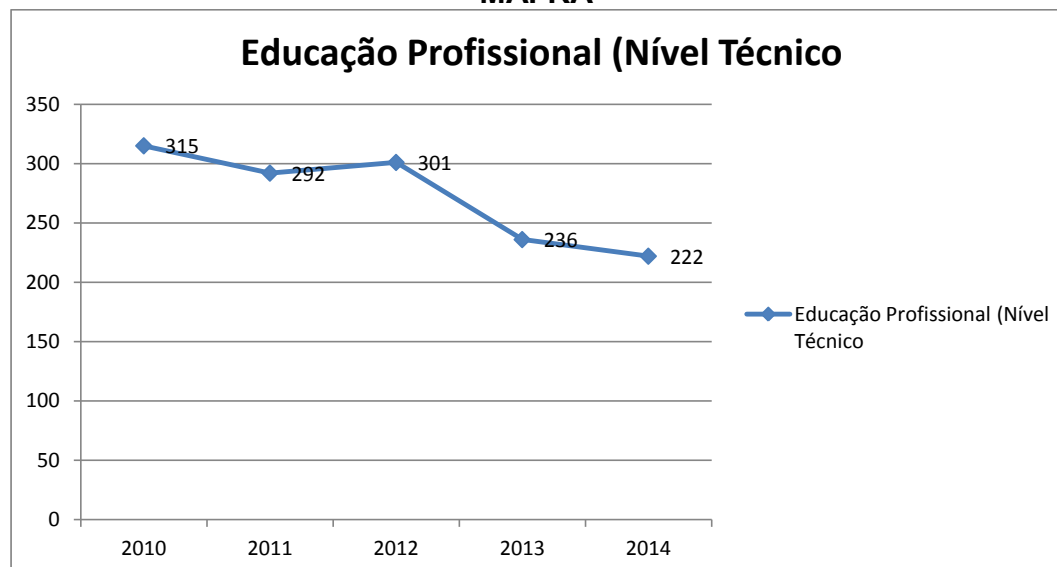
Fonte: IBGE, Diretoria de Estatística, Geografia e Cartografia, 2010.

Mafra, porém, entre 2010 e 2014, o censo indica uma baixa nas matrículas, conforme mostra o gráfico a seguir.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MAFRA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Av. Cel. José Severiano Maia, 441
CEP: 89.300-000 - MAFRA – SANTA CATARINA
FONE: 0 XX (47) 3641-4000

DEMONSTRATIVO DE MATRÍCULAS EM CURSOS TÉCNICOS EM MAFRA



Fonte: IBGE, Diretoria de Estatística, Geografia e Cartografia, 2010.

EDUCAÇÃO ESPECIAL

A capacidade demonstrada pelo país de melhorar seus indicadores educacionais nos permite afirmar que é possível sim universalizar o direito de aprender para todas e cada uma das crianças e adolescentes no Brasil. As estatísticas mostram que 77% dos alunos brasileiros com algum tipo de deficiência estão matriculados na rede pública. Em Santa Catarina foi efetuadas 22.398 matrículas de pessoas com deficiência, transtorno global do desenvolvimento ou altas habilidades/superdotação, na Educação Básica. Destas matrículas, 94,1% estão em classes comuns do ensino regular e/ou da EJA. De



PREFEITURA MUNICIPAL DE MAFRA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
 Av. Cel. José Severiano Maia, 441
 CEP: 89.300-000 - MAFRA – SANTA CATARINA
 FONE: 0 XX (47) 3641-4000

acordo com o censo, o município de Mafra, tem 201 alunos deficientes matriculados no ensino regular. Vários esforços foram realizados para o atendimento especializado a essa clientela, como a implantação de salas multifuncionais para atender os alunos portadores de deficiência matriculados na rede municipal de ensino.

A escola regular, ao abrir suas portas para o acesso dos portadores de necessidades especiais faz a tentativa de superar as dificuldades dos alunos, buscando trabalhar na direção da heterogeneidade. A escola contribuirá significativamente para ruptura, ao proporcionar espaço onde alunos com necessidades educativas especiais possam falar, ouvir, discordar, participar e apropriar-se de seus conhecimentos para exercer com dignidade e responsabilidade a sua cidadania, tendo seus direitos respeitados e suas capacidades valorizadas.

Em Mafra, os alunos que apresentam necessidades especiais estão incluídos nas classes regulares da educação básica, buscando assim, consolidar a educação inclusiva no município. O demonstrativo abaixo registra a matrícula apenas de escola especializada que atende crianças, jovens e adultos do município.

Demonstrativo de Matrícula Inicial por Dependência Administrativa – 2010 a 2013

ANO/ DEPENDÊNCIA	ESTADUAL	MUNICIPAL	PRIVADA	TOTAL
2010	-	-	191	191
2011	-	-	172	172
2012	-	-	160	160
2013	-	-	167	167

Demonstrativo de matrículas de alunos com deficiência física, transtorno globais do desenvolvimento, altas habilidades ou superdotação.

MATRÍCULAS EDUCAÇÃO ESPECIAL						
	Creche	Pré-Escola	Anos Iniciais	Anos Finais	Ensino Médio	EJA



PREFEITURA MUNICIPAL DE MAFRA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Av. Cel. José Severiano Maia, 441
CEP: 89.300-000 - MAFRA – SANTA CATARINA
FONE: 0 XX (47) 3641-4000

Rede Estadual	0	0	41	61	25	7
Rede Municipal	7	13	24	10	0	0
Rede Privada	0	1	4	2	3	3
TOTAL	7	14	69	73	28	10

ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO

O AEE complementa e/ou suplementa a formação do aluno, visando a sua autonomia na escola e fora dela, constituindo oferta obrigatória pelos sistemas de ensino. É realizado, de preferência, nas escolas comuns, em um espaço físico denominado Sala de Recursos Multifuncionais. Portanto, é parte integrante do projeto político pedagógico da escola. São atendidos, nas Salas de Recursos Multifuncionais, alunos público-alvo da educação especial, conforme estabelecido na Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva e no Decreto N.6.571/2008.

Alunos com deficiência: aqueles [...] que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas (ONU, 2006).

Alunos com transtornos globais do desenvolvimento: aqueles que apresentam alterações qualitativas das interações sociais recíprocas e na comunicação, um repertório de interesses e atividades restrito, estereotipado e repetitivo. Incluem-se nesse grupo alunos com autismo, síndromes do espectro do autismo e psicose infantil. (MEC/SEESP, 2008).

Alunos com altas habilidades/superdotação: aqueles que demonstram potencial elevado em qualquer uma das seguintes áreas, isoladas ou combinadas: intelectual, acadêmica, liderança, psicomotricidade e artes, além de apresentar grande criatividade, envolvimento na aprendizagem e realização de tarefas em áreas de seu interesse (MEC/SEESP, 2008).

IMPLANTAÇÃO DO AEE NO MUNICÍPIO DE MAFRA



PREFEITURA MUNICIPAL DE MAFRA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
 Av. Cel. José Severiano Maia, 441
 CEP: 89.300-000 - MAFRA – SANTA CATARINA
 FONE: 0 XX (47) 3641-4000

A prefeitura de Mafra através da secretaria municipal de educação, atendendo as diretrizes nacionais da educação especial estabelecidas pelo MEC, implantou na rede municipal de ensino em junho de 2011 cinco salas de recursos multifuncionais para o Atendimento Educacional Especializado.

Atualmente, na rede pública de ensino de Mafra, estão em funcionamento 16 salas multifuncionais atendendo um total de 214 alunos, conforme descrição na tabela a seguir:

DEMONSTRATIVO DE ESCOLAS COM SALAS DE AEE

Ordem	Unidade Escolar	Dependência Administrativa	Nº de Alunos Atendidos	Condição da Sala
01	CEIM Comecinho de Vida	Municipal	11 alunos	Instalada e Funcionando
02	CEIM Faxinal	Municipal	-	Desativada temporariamente Escola em reforma
03	CEM Beija-Flor	Municipal	10 alunos	Instalada e Funcionando
04	EMEB Avencal São Sebastião	Municipal	03 alunos	Instalada e Funcionando
05	Centro de Educação do Município de Mafra -CEMMA	Municipal	17 alunos	Instalada e Funcionando
06	CEIM Fiorige Bona	Municipal	13 alunos	Instalada e Funcionando
07	EMEB Bituvinha	Municipal	-	Desativada temporariamente por falta de aluno público alvo
08	EMEF São Lourenço	Municipal	-	Desativada temporariamente Escola em reforma
09	EMEB Evaldo Steidel	Municipal	-	Desativada temporariamente Escola em reforma
10	Centro de Educação de jovens e Adultos - CEJA	Estadual	06 alunos inclusos não atendidos	Não Instalada



PREFEITURA MUNICIPAL DE MAFRA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Av. Cel. José Severiano Maia, 441
CEP: 89.300-000 - MAFRA – SANTA CATARINA
FONE: 0 XX (47) 3641-4000

11	EEB Barão de Antonina	Estadual	04 alunos inclusos não atendidos	Não Instalada
12	EEB Cristo Rei	Estadual	04 alunos	Instalada e Funcionando
13	EEB Francisco Izabel	Estadual	09 alunos	Instalada e Funcionando
14	EEB Prof. Gustavo Friedrich	Estadual	31 alunos	02 Salas Instaladas e Funcionando
15	EEB Jovino Lima	Estadual	09 alunos	Instalada e Funcionando
16	EEB Prof. Mário de Oliveira Goeldner	Estadual	10 alunos	Instalada e Funcionando
17	EEB Tenente Ary Rauen	Estadual	14 alunos	Instalada e Funcionando
18	EEB Monteiro Lobato	Estadual	17 alunos	Instalada e Funcionando
19	EEB Profª Maria Paula Feres	Estadual	17 alunos	Instalada e Funcionando
20	EEB Santo Antonio	Estadual	32 alunos	Instalada e Funcionando
21	EEB Hercílio Buch	Estadual	07 alunos	Instalada e Funcionando

EDUCAÇÃO SUPERIOR

O Ensino Superior é a última etapa da Educação. O número de jovens que conseguem chegar a esse ponto de sua formação e daqueles que concluem seu curso de graduação são indicadores importantes das oportunidades educacionais oferecidas à população de um país, do estado e do município.

Em Mafra, são oferecidos os cursos de graduação e bacharelado:

Administração; Ciências Biológicas; Ciências Contábeis; Direito; Educação Física; Enfermagem; Engenharia Civil; Fisioterapia; Psicologia e Sistemas de Informação, além



PREFEITURA MUNICIPAL DE MAFRA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
 Av. Cel. José Severiano Maia, 441
 CEP: 89.300-000 - MAFRA – SANTA CATARINA
 FONE: 0 XX (47) 3641-4000

dos cursos de Licenciatura de Ciências Sociais; Educação Especial; História; Letras e Matemática.

• **CURSOS DE GRADUAÇÃO – REGIME REGULAR – MAFRA**

CURSOS GRADUAÇÃO – BACHARELADO										
Curso	Matrículas 2010		Matrículas 2011		Matrículas 2012		Matrículas 2013		Matrículas 2014	
	1º SEM.	2º SEM.	1º SEM.	2º SEM.	1º SEM.	2º SEM.	1º SEM.	2º SEM.	1º SEM.	2º SEM.
Administração	284	260	309	281	285	266	241	224	216	211
Ciências Biológicas	-	-	-	-	23	21	20	16	15	15
Ciências Contábeis	171	169	181	172	189	165	176	168	179	164
Direito	389	342	396	370	428	390	458	422	460	436
Educação Física	-	-	-	-	70	52	70	65	58	66
Enfermagem	130	127	141	128	137	129	124	105	142	134
Engenharia Civil	-	-	-	-	48	47	91	89	136	134
Fisioterapia	138	122	124	106	136	120	141	139	181	173
Psicologia	132	126	142	127	159	148	178	167	198	189
Sistemas de Informação	117	108	120	84	99	85	106	88	86	78

Fonte: Universidade do Contestado/ Campus Mafra

• **CURSOS MODALIDADE DE EDUCAÇÃO A DISTANCIA**

CURSOS GRADUAÇÃO - BACHARELADO					
Curso	Matriculas Polo Mafra/SC				
	2010	2011	2012	2013	2014
Administração*		12	35	32	30
Ciências Contábeis*	1	9	23	27	16

* Vagas Ofertadas a partir do P. S. de setembro/2010.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MAFRA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
 Av. Cel. José Severiano Maia, 441
 CEP: 89.300-000 - MAFRA – SANTA CATARINA
 FONE: 0 XX (47) 3641-4000

CURSOS GRADUAÇÃO - LICENCIATURA

Curso	Matriculas Polo Mafra/SC				
	2010	2011	2012	2013	2014
Letras Língua Portuguesa, Inglesa e Respectivas Literaturas	-	7	17	-	-
Letras Língua Portuguesa e Respectivas Literaturas	-	-	-	6	8
Pedagogia	1	24	92	39	31

Não estão mais sendo ofertadas vagas para o curso de Letras Língua Portuguesa, Inglesa e Respectivas Literaturas.

CURSOS GRADUAÇÃO - TECNÓLOGOS

Curso	Matriculas Polo Mafra/SC				
	2010	2011	2012	2013	2014
Gestão Financeira	5	3	1	4	2
Gestão de Recursos Humanos	11	12	20	8	5
Logística	5	7	6	6	8
Marketing	4	6	2	4	5
Negócios Imobiliários	1	8	8	8	8
Processos Gerenciais	17	6	6	5	6
Secretariado	2	3	3	1	1

Os dados coletados revelam que as matrículas, em todos os cursos, sofrem uma queda no segundo semestre.

Se os avanços da Educação Superior em Mafra foram grandes nos últimos anos, há muito que fazer quando se trata de acesso e oportunidade a um maior número da

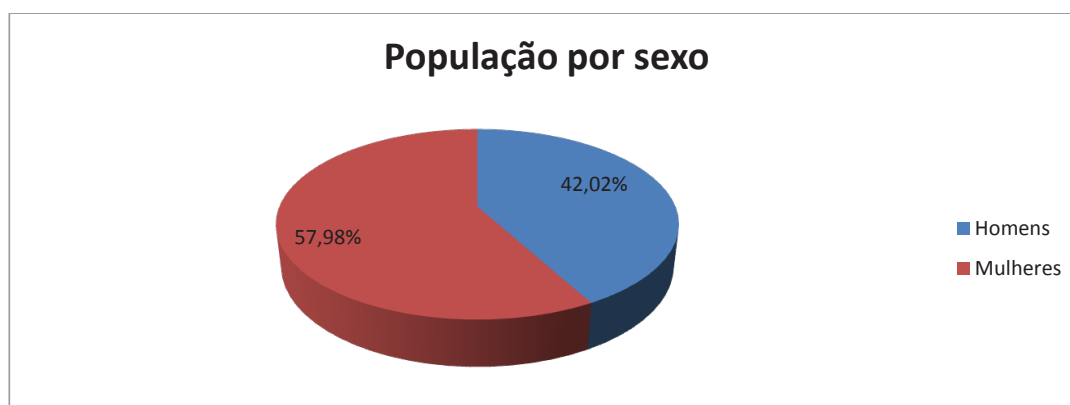


PREFEITURA MUNICIPAL DE MAFRA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Av. Cel. José Severiano Maia, 441
CEP: 89.300-000 - MAFRA – SANTA CATARINA
FONE: 0 XX (47) 3641-4000

população. Atualmente, 9,65% da população de Mafra possui nível superior ou está cursando, estando bem próxima da média no estado de Santa Catarina 12,53% e da Nacional de 11,27%.

- **EDUCAÇÃO SUPERIOR EM MAFRA**

O gráfico a seguir mostra um comparativo por sexo da população de Mafra com idade superior ou igual a 25 anos com curso superior, revelando que há mais mulheres com este nível de ensino que homens.



Fonte: IBGE, Diretoria de Estatística, Geografia e Cartografia, 2010.

EDUCAÇÃO INTEGRAL

Para o Ministério de Educação, a Educação Integral constitui ação estratégica para garantir proteção e desenvolvimento integral às crianças e aos adolescentes que vivem na contemporaneidade marcada por intensas transformações: no acesso e na produção de conhecimentos, nas relações sociais entre diferentes gerações e culturas, nas



PREFEITURA MUNICIPAL DE MAFRA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
 Av. Cel. José Severiano Maia, 441
 CEP: 89.300-000 - MAFRA – SANTA CATARINA
 FONE: 0 XX (47) 3641-4000

formas de comunicação, na maior exposição aos efeitos das mudanças em nível local, regional e internacional.

Em Mafra, precisamos avançar no número de escolas e de atendimentos em tempo integral, para que possamos atingir a meta do PNE de 50% até o final da vigência do Plano. Atualmente o percentual de atendimentos em tempo integral no município é de 13,2%.

Matrículas na rede pública em tempo Integral na Educação Infantil, no Ensino Fundamental e no Ensino Médio.

ETAPA	ANO	REDE	
		Municipal	Estadual
Educação Infantil Creche	2011	908	-
	2012	1045	-
	2013	1001	-
Educação Infantil Pré-escola	2011	335	-
	2012	441	-
	2013	368	-
Ensino Fundamental-Anos Iniciais	2011	-	-
	2012	-	-
	2013	-	-
Ensino Fundamental-Anos Finais	2011	166	-
	2012	165	-
	2013	142	-
Ensino Médio	2011	-	89
	2012	-	145
	2013	-	149

Em 2015, na rede municipal, iniciou atividades em 01 unidade de ensino em tempo integral através do Programa Mais Educação, atendendo 292 alunos do 1º ao 9º ano, conforme demonstrativo abaixo:



PREFEITURA MUNICIPAL DE MAFRA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
 Av. Cel. José Severiano Maia, 441
 CEP: 89.300-000 - MAFRA – SANTA CATARINA
 FONE: 0 XX (47) 3641-4000

PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO – CEM Beija-Flor

2015	ETAPA								
	1º ano	2º ano	3º ano	4º ano	5º ano	6º ano	7º ano	8º ano	9º ano
	35	38	42	26	35	39	34	29	14

EDUCAÇÃO NO CAMPO

O município de Mafra, no que se refere a Educação do Campo, assume o compromisso com uma política específica que possibilite a universalização do acesso dos povos que vivem e trabalham no campo a uma educação que conduza a emancipação deste segmento da população. O foco das ações está no enfrentamento de dificuldades educacionais históricas, no processo de reconhecimento da identidade das escolas e na construção de um currículo que atenda as especificidades dos povos.

Sabe-se que a finalidade da Educação do Campo, é oferecer uma educação escolar específica associada à produção da vida, do conhecimento e da cultura do campo e desenvolver ações coletivas com a comunidade escolar numa perspectiva de qualificar o processo de ensino e aprendizagem.

Na prática, os trabalhadores rurais precisam quebrar os preconceitos, no sentido de mudar a visão que a sociedade brasileira tem em relação a eles próprios e neste contexto, as escolas existentes no campo, poderão auxiliar com a mudança de paradigma, contribuindo com as lutas por melhorias na educação e na vida no campo.

Nesta perspectiva, ao assumir a identidade de escola pública do campo, o trabalho educacional é entendido como do e no campo, portanto, indissociável dessa realidade



PREFEITURA MUNICIPAL DE MAFRA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
 Av. Cel. José Severiano Maia, 441
 CEP: 89.300-000 - MAFRA – SANTA CATARINA
 FONE: 0 XX (47) 3641-4000

na qual discente e comunidade buscam, além do saber, o fortalecimento dos laços culturais relacionados à vida na terra.

Mafra é um município agrícola, tem como base a produção de milho, soja, fumo e feijão. Sendo assim, o princípio educativo é fornecer sua parcela de contribuição para que crianças e jovens, filhos de agricultores, adquiram conhecimentos que contribuam para transformar suas propriedades rurais em locais de exercício de trabalho, reorganizando as suas atividades agropecuárias diante de novas técnicas e tecnologias e conhecimentos da educação básica que os capacite para a auto-sustentação das propriedades rurais numa relação mais harmoniosa com o ambiente.

Demonstrativo das Escolas do Campo em funcionamento no município

ÁREA	ANO	NÚMERO DE ESCOLAS	REDE ADMINISTRATIVA
EDUCAÇÃO DO CAMPO NO MUNICÍPIO	2010	13	Municipal
	2011	11	Municipal
	2012	10	Municipal
	2013	10	Municipal
	2014	10	Municipal

Demonstrativo de matrícula nas Escolas do Campo

ANO	EDUCAÇÃO INFANTIL	ENSINO FUNDAMENTAL		TOTAL
		ANOS INICIAIS	ANOS FINAIS	
2012	273	754	594	1.621
2013	255	733	563	1.551
2014	217	651	533	1.401

Em Mafra, tem-se o propósito de promover uma prática educativa que venha ao encontro das reais necessidades sociais, políticas, econômicas e culturais da sociedade, levando em consideração os interesses dos alunos, promovendo aprendizagens que realmente sejam significativas, e desta forma contribuindo para a formação de cidadãos autônomos, críticos e participativos, capazes de atuar com



PREFEITURA MUNICIPAL DE MAFRA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Av. Cel. José Severiano Maia, 441
CEP: 89.300-000 - MAFRA – SANTA CATARINA
FONE: 0 XX (47) 3641-4000

competência, dignidade e responsabilidade social e ambiental. Esse movimento educativo é imprescindível para assegurar a continuidade dos estudos e viabilizar a inserção dos alunos no mundo do trabalho, uma vez que educação e trabalho são condições essenciais na formação das cidadanias participativas.

Com tudo e mesmo com os avanços em vários aspectos, a exemplo de leis, métodos pedagógicos, materiais didáticos e infraestruturas apropriadas, ainda há muito que se construir para que se tenha uma educação de qualidade também para os cidadãos que vivem no campo.

PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA

De acordo com o último censo, o município de Mafra, registrou 1.396 professores atuando nas três redes de ensino em funcionamento: Estadual, Municipal e Privada, cada qual com seus regimes de trabalho e plano de cargos e remuneração. Na Educação Básica, 83% dos professores são graduados, o que indica que estamos acima do percentual nacional 74,8% em 2012. São pontos a serem trabalhados, pois a meta do PNE para 2015 é de que 100% dos professores tenham graduação e pelo menos 50% concluam a pós-graduação até o seu último ano de vigência.

• DOCENTES POR ETAPA DE ENSINO DA EDUCAÇÃO BÁSICA REGULAR

REDE DE ENSINO	EDUCAÇÃO INFANTIL	ENSINO FUNDAMENTAL		ENSINO MÉDIO
		ANOS INICIAIS	ANOS FINAIS	
Municipal	206	35	108	-
Estadual	-	88	261	201
Privada	06	09	26	36



PREFEITURA MUNICIPAL DE MAFRA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
 Av. Cel. José Severiano Maia, 441
 CEP: 89.300-000 - MAFRA – SANTA CATARINA
 FONE: 0 XX (47) 3641-4000

• FORMAÇÃO DOCENTE

PROFESSORES COM GRADUAÇÃO ATUANDO NA EDUCAÇÃO BÁSICA DE MAFRA						
ANO	ETAPAS E MODALIDADES DE ENSINO					
	Educação Infantil	Ensino Fundamental	Ensino Médio	Ensino Técnico Profissionalizante	EJA	Educação Especial
2011	77,3%	84,5%	92,6%	83,9%	66,7%	53,0%
2012	75,2%	89,0%	88,4%	83,9%	74,2%	40,0%
2013	80,5%	85,1%	90,0%	96,4%	72,4%	37,5%
2014	82,0%	84,5%	83,5%	83,9%	60,0%	30,0%

Fonte: Ministério da Educação, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais - INEP - Censo Educacional 2013.

FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO

O Município de Mafra vem desenvolvendo suas atividades com o objetivo de atender a legislação vigente e garantir a sua população uma educação de qualidade.

A rede municipal de ensino é regida por sistema próprio de ensino legitimado pelas ações organizadas e implantadas, as quais possibilitam ao município determinar, em consonância com as leis vigentes, as políticas para a educação.

Com tudo, para respaldar as definições educacionais, o município conta com os Conselhos ligados a área da educação, como forma de garantir também, um dos princípios constitucionais para a educação, a participação.

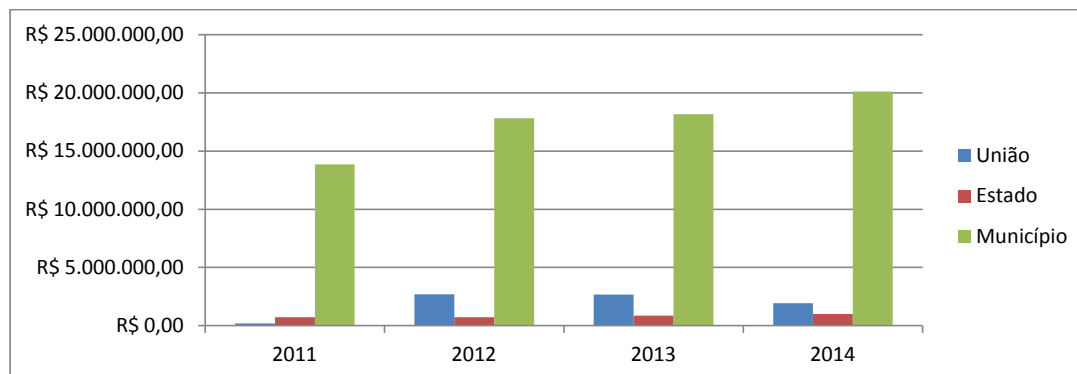
INVESTIMENTO EM EDUCAÇÃO

	2011	2012	2013	2014
União	R\$ 188.489,50	R\$ 2.691.566,94	R\$ 2.681.502,26	R\$ 1.923.492,88
Estado	R\$ 722.549,31	R\$ 733.223,70	R\$ 859.627,78	R\$ 1.016.451,79



PREFEITURA MUNICIPAL DE MAFRA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
 Av. Cel. José Severiano Maia, 441
 CEP: 89.300-000 - MAFRA – SANTA CATARINA
 FONE: 0 XX (47) 3641-4000

Município	R\$ 13.844.849,17	R\$ 17.810.528,37	R\$ 8.162.953,21	R\$ 20.096.181,12
------------------	-------------------	-------------------	------------------	-------------------



ORIGEM DOS RECURSOS

	2011	2012	2013	2014
01. ICMS	R\$ 21.953.108,93	R\$ 21.838.198,00	R\$ 21.733.439,66	R\$ 22.822.688,55
02. IPVA	R\$ 3.333.786,36	R\$ 4.024.012,48	R\$ 4.201.533,04	R\$ 4.804.514,62
03. LC 87/96	R\$ 162.902,33	R\$ 103.711,64	R\$ 98.475,96	R\$ 95.708,04
04. ITR	R\$ 332.259,96	R\$ 353.154,26	R\$ 423.465,81	R\$ 406.370,16
05. FPM	R\$ 18.305.190,51	R\$ 18.834.460,09	R\$ 20.199.368,18	R\$ 21.649.874,89
06. IPI Exp	R\$ 431.328,49	R\$ 362.260,86	R\$ 322.177,19	R\$ 354.443,21
07. IPTU	R\$ 4.403.885,63	R\$ 4.650.648,59	R\$ 4.984.443,87	R\$ 3.190.628,92
08. ISSQN	R\$ 4.503.039,06	R\$ 4.919.292,28	R\$ 5.242.447,67	R\$ 6.210.315,96
09. ITBI	R\$ 981.969,49	R\$ 1.121.436,42	R\$ 1.404.370,04	R\$ 1.047.794,48
10. IRRF SM	R\$ 2.466.639,13	R\$ 2.088.360,62	R\$ 2.481.196,25	R\$ 2.369.632,85
	R\$ 56.711.207,56	R\$ 58.295.535,24	R\$ 61.090.917,67	R\$ 62.951.971,68

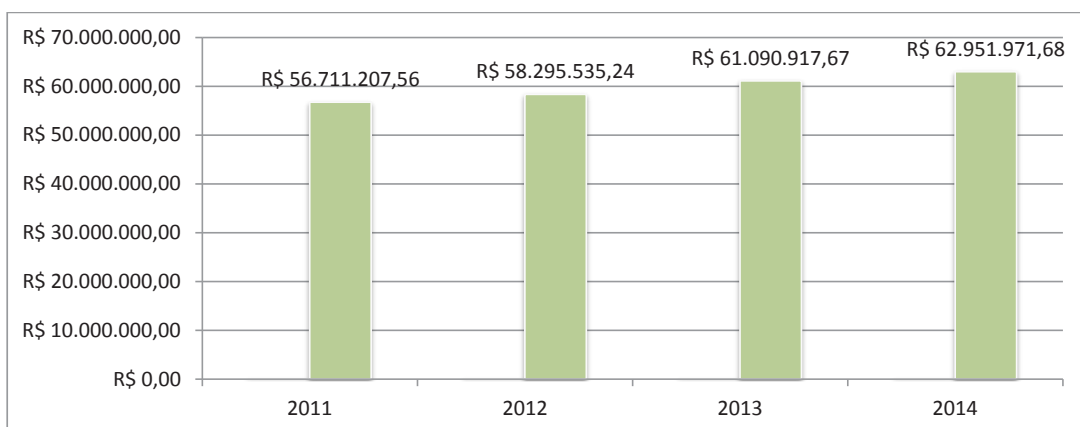


PREFEITURA MUNICIPAL DE MAFRA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Av. Cel. José Severiano Maia, 441

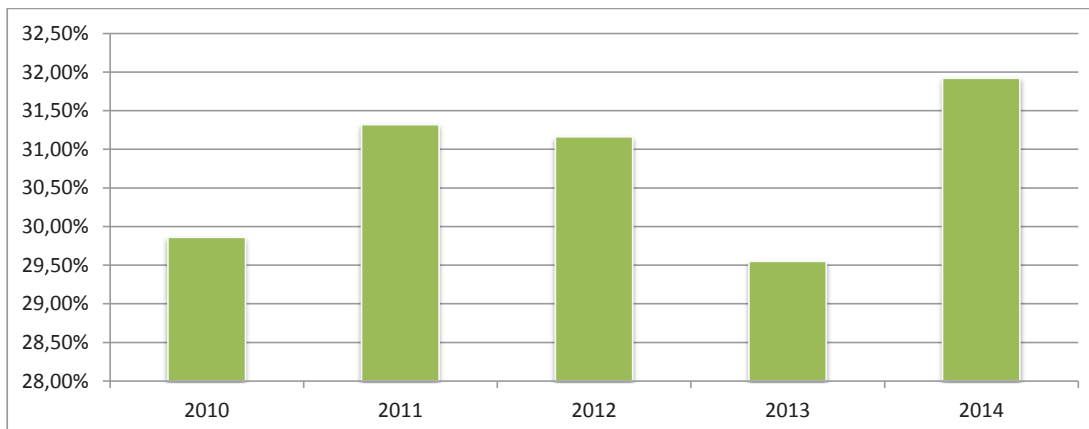
CEP: 89.300-000 - MAFRA – SANTA CATARINA

FONE: 0 XX (47) 3641-4000



INVESTIMENTOS NA EDUCAÇÃO MUNICIPAL (LIMITE CONSTITUCIONAL)

Ano	Valor R\$	Percentual
2010	R\$ 13.844.849,17	29,86%
2011	R\$ 17.810.528,37	31,32%
2012	R\$ 18.162.953,21	31,16%
2013	R\$ 18.053.314,76	29,55%
2014	R\$ 20.096.181,12	31,92%

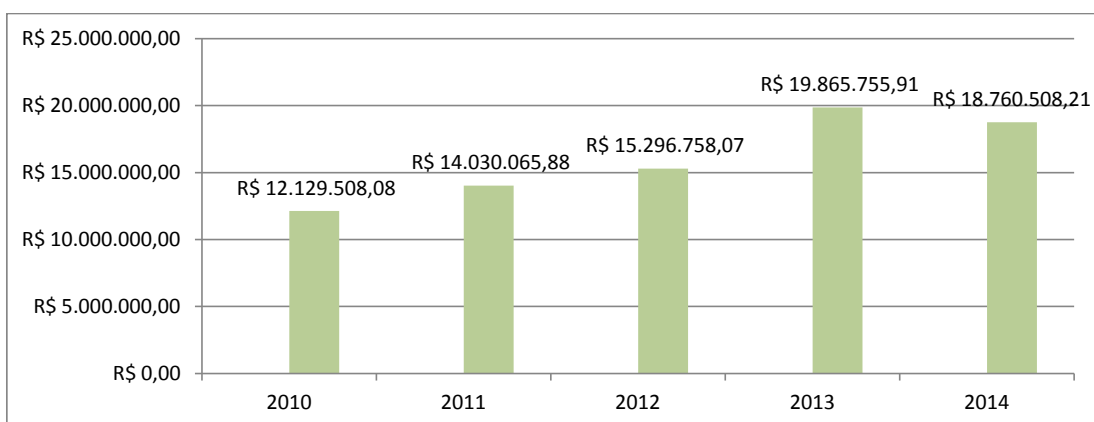




PREFEITURA MUNICIPAL DE MAFRA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
 Av. Cel. José Severiano Maia, 441
 CEP: 89.300-000 - MAFRA – SANTA CATARINA
 FONE: 0 XX (47) 3641-4000

INDICADORES DOS RECURSOS DO FUNDEB

Ano	Estimativa	Receita Recebida
2010	R\$ 10.894.137,97	R\$ 12.129.508,08
2011	R\$ 12.727.110,77	R\$ 14.030.065,88
2012	R\$ 14.664.144,47	R\$ 15.296.758,07
2013	R\$ 16.567.481,75	R\$ 19.865.755,91
2014	R\$ 17.186.434,12	R\$ 18.760.508,21



INDICADORES DE DISPÊNDIO COM PESSOAL – FUNDEB

Ano	Valor	Percentual mínimo 60%	Percentual do 40%	TOTAL 100%
2010	9.617.692,28	63,34%	17,39%	80,73
2011	11.000.090,04	66,60%	11,80%	78,4
2012	13.034.665,84	72,21%	13,01%	85,22
2013	15.066.265,64	74,90%	12,24%	84,14
2014	17.246.261,18	80,43%	11,50%	91,93

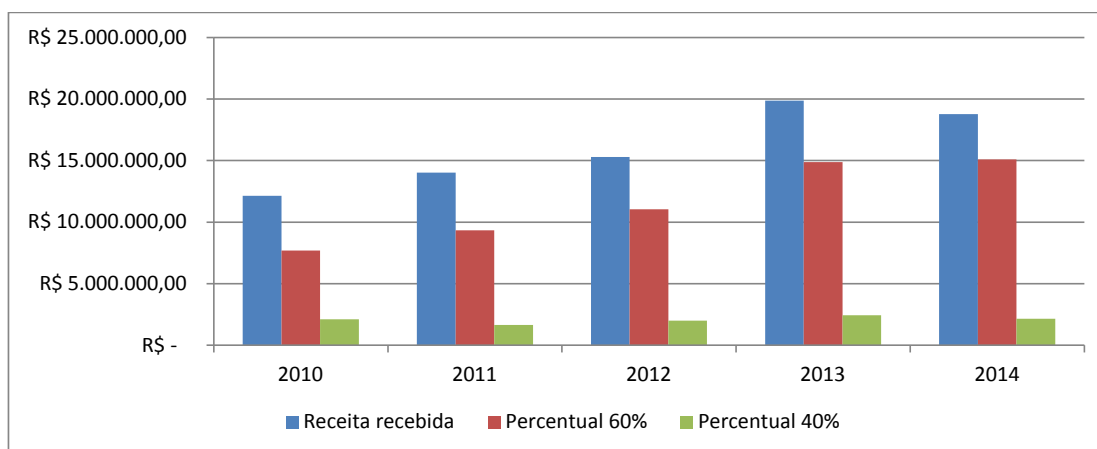


PREFEITURA MUNICIPAL DE MAFRA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Av. Cel. José Severiano Maia, 441

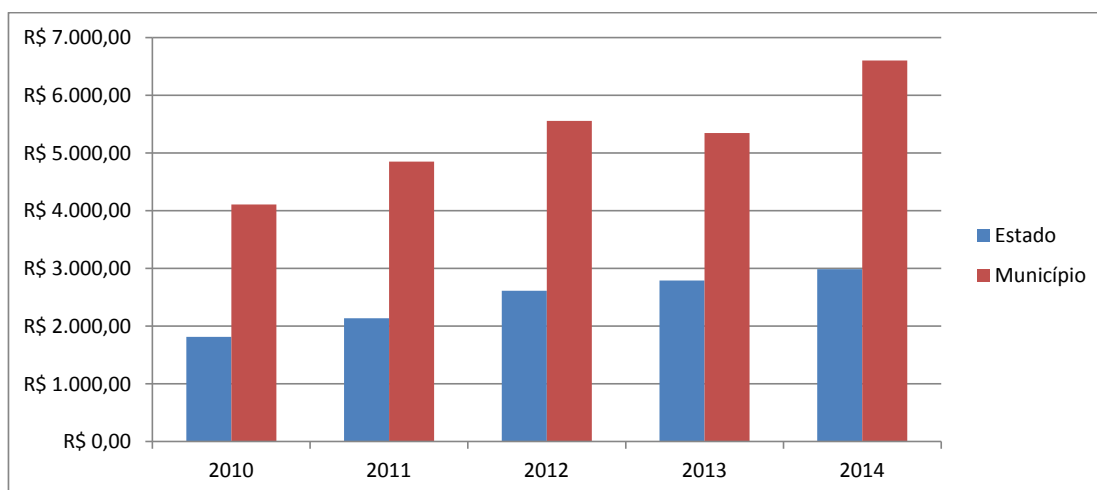
CEP: 89.300-000 - MAFRA – SANTA CATARINA

FONE: 0 XX (47) 3641-4000



CUSTO ALUNO/ANO

	2010	2011	2012	2013	2014
Estado	1.812,56	2.135,31	2.609,79	2.789,28	2.984,80
Município	4.105,06	4.851,09	5.555,84	5.345,06	6.599,47





PREFEITURA MUNICIPAL DE MAFRA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Av. Cel. José Severiano Maia, 441
CEP: 89.300-000 - MAFRA – SANTA CATARINA
FONE: 0 XX (47) 3641-4000

GESTÃO DEMOCRÁTICA

A nova ordem constitucional consagrou a gestão democrática do ensino público como princípio o direito a educação e ganhou detalhamento e amplitude nas constituições e legislações de todas as esferas governamentais.

Nas instituições de ensino os avanços foram a atuação dos conselhos deliberativos, App's, construções de projetos políticos pedagógicos de forma participativa, regimentos em bases democráticas e planejamento participativo.

A gestão democrática da educação está associada ao estabelecimento de mecanismos legais e institucionais e à organização de ações que desencadeiem a participação social: na formulação de políticas educacionais; no planejamento; na tomada de decisões; na definição do uso de recursos e necessidades de investimento; na execução das deliberações coletivas; nos momentos de avaliação da escola e da política educacional. Também a democratização do acesso e estratégias que garantam a permanência na escola, tendo como horizonte a universalização do ensino para toda a população, bem como o debate sobre a qualidade sócia dessa educação universalizada.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MAFRA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
 Av. Cel. José Severiano Maia, 441
 CEP: 89.300-000 - MAFRA – SANTA CATARINA
 FONE: 0 XX (47) 3641-4000

INSTRUMENTOS DE GESTÃO DEMOCRÁTICA

EXISTÊNCIA DE INSTRUMENTO DE GESTÃO DEMOCRÁTICA NO MUNICÍPIO

Ano	Conselho de Educação	Conselho Deliberativo/Rede Estadual	Conselho Escolar	Conselho do FUNDEB	Conselho de Alimentação Escolar-CAE
2011	Sim	Sim	Não	Sim	Sim
2012	Sim	Sim	Não	Sim	Sim
2013	Sim	Sim	Não	Sim	Sim
2014	Sim	Sim	Não	Sim	Sim

CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Ano	Periodicidade das Reuniões
2011	Encontros Bimestrais para reuniões Ordinárias
2012	Encontros Mensais para reuniões Ordinárias
2013	Encontros Mensais para reuniões Ordinárias
2014	Encontros Mensais para reuniões Ordinárias

CARÁTER DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

ANO	Consultivo	Propositiva	Mobilizadora	Deliberativa	Normativa	Acompanhamento e Controle Social
2012	Sim	Não	Não	Sim	Sim	Não
2013	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
2014	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim



PREFEITURA MUNICIPAL DE MAFRA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Av. Cel. José Severiano Maia, 441
CEP: 89.300-000 - MAFRA – SANTA CATARINA
FONE: 0 XX (47) 3641-4000

"A construção de um Plano Municipal de Educação significa um grande avanço por se tratar de um plano de Estado e não somente de um plano de governo... Nesse prisma, traz a superação de uma prática tão comum na educação brasileira: a descontinuidade que acontece em cada governo, recomeçar a história da educação, desconsiderando as boas políticas educacionais por não ser de sua iniciativa. Com um plano com força de lei, respeitado por todos os dirigentes municipais, resgata-se o sentido da continuidade das políticas públicas." (Documento norteador para elaboração de Plano Municipal de Educação, 2005. p. 9)



PREFEITURA MUNICIPAL DE MAFRA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Av. Cel. José Severiano Maia, 441
CEP: 89.300-000 - MAFRA – SANTA CATARINA
FONE: 0 XX (47) 3641-4000

METAS

META 01 - Universalizar o atendimento escolar à clientela dos 4 e 5 anos e ampliar a oferta para a população de até 03 anos.

ESTRATÉGIAS

1.1 - Atender de forma integral, em 2016, todas as crianças dos 4 (quatro) e 5 (cinco) anos e aumentar em 80% o atendimento aos alunos de 0 (zero) a 3 (três) anos;

1.2 - Efetuar no primeiro ano de vigência do Plano Municipal de Educação, uma pesquisa da demanda para atendimento nos Centros de Educação Infantil, por região, para planejamento da oferta nos anos subseqüentes;

1.3 - Estabelecer critérios para atendimento integral na creche, para crianças de 0 (zero) a 3 (três) anos, regulamentados através do Conselho Municipal de Educação;

1.4 - Assegurar que todas as instituições de educação infantil tenham (re)elaborado o Projeto Político Pedagógico e o Regimento Escolar com a participação de toda comunidade escolar no primeiro ano de vigência do Plano Municipal de Educação;

1.5 - Instituir em todas as unidades escolares de educação infantil, no segundo ano de vigência do Plano, os Conselhos Escolares com a participação da comunidade educativa fortalecendo assim a gestão democrática;

1.6 - Construir, reformar, ampliar e regulamentar escolas de educação infantil, com recursos próprios ou em parceria com a União e instituições privadas em conformidade



PREFEITURA MUNICIPAL DE MAFRA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Av. Cel. José Severiano Maia, 441
CEP: 89.300-000 - MAFRA – SANTA CATARINA
FONE: 0 XX (47) 3641-4000

com os padrões arquitetônicos estabelecidos em legislação vigente, respeitando as normas de acessibilidade, ludicidade e os aspectos culturais e regionais;

1.7 - Assegurar que todas as autorizações de funcionamento das instituições de educação infantil, a partir da aprovação do Plano Municipal de Educação, sejam efetivadas, mediante fiscalização de órgãos competentes, se atenderem as especificações determinadas em lei;

1.8 - Manter condições físicas e pedagógicas adequadas garantindo o desenvolvimento cognitivo, social, emocional e físico, a fim de promover e ampliar as experiências e os conhecimentos das crianças;

1.9 - Garantir e ampliar as parcerias com o governo federal e uso de recursos próprios para implantar: construção, ampliação, reformas, aquisição de mobiliário, equipamentos, brinquedos pedagógicos, jogos educativos, biblioteca escolar e outros materiais pedagógicos acessíveis nas escolas da educação infantil, bem como alimentação escolar, considerando as especificidades das faixas etárias e as diversidades em todos os aspectos, com vistas à valorização e efetivação do brincar nas práticas escolares, durante o processo de construção do conhecimento das crianças;

1.10 - Proporcionar para todos os profissionais que atuam na educação infantil, programas de formação continuada, sistema de acompanhamento, controle e supervisão visando a melhoria da qualidade e a garantia da observância dos padrões mínimos estabelecidos na legislação;

1.11 - Promover o atendimento educacional especializado aos alunos com deficiências e transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades ou superdotação a todos os matriculados nas escolas infantis do município;



PREFEITURA MUNICIPAL DE MAFRA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Av. Cel. José Severiano Maia, 441
CEP: 89.300-000 - MAFRA – SANTA CATARINA
FONE: 0 XX (47) 3641-4000

1.12 - O conselho municipal de educação deverá no período de dois anos a partir da aprovação do Plano Municipal de Educação acompanhar os indicadores de qualidade com intuito de verificar a infra estrutura, quadro de pessoal, ações didático pedagógicas, gerenciamento, acessibilidade previstas em lei e outros instrumentos adicionais, junto as escolas vinculadas ao Sistema Municipal de Ensino;

1.13 - A Secretaria Municipal de Educação e as escolas da rede privada promoverão estudos referentes a reestruturação do número de alunos por professor e funcionários na educação infantil tendo por base o per capita aluno/qualidade, sendo regulamentado através da Lei de Sistema;

1.14 - Preservar as especificidades da educação infantil na organização das redes escolares, garantindo o atendimento da criança de 0 a 5 anos em estabelecimentos que atendam a parâmetros nacionais de qualidade, e a articulação com a etapa escolar seguinte, visando ao ingresso do aluno de 6 anos de idade no Ensino Fundamental, tendo como referência a data corte em 31 de março;

1.15 - Garantir a inclusão digital como ferramenta no processo educativo para 100% dos professores em efetivo exercício na educação infantil das unidades escolares vinculadas ao Sistema Municipal de Ensino durante a vigência do Plano;

1.16 - Implementar avaliação institucional e processual de aprendizagem, aperfeiçoando os mecanismos de acompanhamento, planejamento, intervenção e gestão da política educacional através do sistema de ensino;

1.17 - Instituir no prazo de um ano da aprovação deste PME, um programa de formação continuada para todos os profissionais da Educação Infantil, a fim de propor novas



PREFEITURA MUNICIPAL DE MAFRA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Av. Cel. José Severiano Maia, 441
CEP: 89.300-000 - MAFRA – SANTA CATARINA
FONE: 0 XX (47) 3641-4000

estratégias que possibilitem inovar e qualificar o trabalho pedagógico realizado nesta etapa, considerando o desenvolvimento do aluno e suas especificidades;

1.18 - Fortalecer o acompanhamento do acesso e da permanência das crianças na Educação Infantil, em especial dos beneficiários de programas de transferência de renda, em colaboração com as famílias e com os órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância;

1.19 - Implantar a hora atividade dentro dos parâmetros da legislação nacional, para as escolas vinculadas ao sistema municipal de ensino.

1.20 – Promover ações de educação alimentar e nutricional no ambiente escolar;

META 02 – Universalizar toda demanda do ensino fundamental do 1º ao 9º ano para toda população de 06 (seis) a 14 (catorze) anos garantindo que pelo menos 95% (noventa e cinco por cento) dos alunos concluam essa etapa na idade recomendada até o último ano de vigência do Plano Municipal de Educação.

ESTRATÉGIAS

2.1 - Acompanhar e monitorar o acesso, a permanência e o aproveitamento dos alunos, identificando os motivos da ausência e da baixa frequência, bem como das situações de discriminação, preconceito e violência na escola, estabelecendo condições adequadas para o sucesso escolar dos alunos, em colaboração com as famílias e com os órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, adolescência e juventude;



PREFEITURA MUNICIPAL DE MAFRA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Av. Cel. José Severiano Maia, 441
CEP: 89.300-000 - MAFRA – SANTA CATARINA
FONE: 0 XX (47) 3641-4000

2.2 - Assegurar que todas as Instituições de ensino fundamental tenham (re) elaborado o Projeto Político Pedagógico e o Regimento Escolar com a participação da comunidade escolar no primeiro ano de vigência do Plano;

2.3 - Implementar avaliação institucional e processual de aprendizagem, conforme diretrizes de cada rede de ensino, aperfeiçoando os mecanismos de acompanhamento, planejamento, intervenção e gestão da política educacional;

2.4 - Instituir e fortalecer em todas as unidades escolares do ensino fundamental, no primeiro ano de vigência do Plano, os Conselhos Escolares com a participação de toda comunidade educativa, fortalecendo a gestão democrática;

2.5 - Regularizar em um período de dois anos, após a aprovação do Plano, a relação entre o número de estudantes e professores em sala de aula, onde se viabilize a melhor qualidade de desenvolvimento educacional no processo de ensino-aprendizagem, respeitadas as diretrizes legais de cada Sistema de Ensino;

2.6 - Instituir no prazo de um ano da aprovação deste PME, um programa de formação continuada para os profissionais do Ensino Fundamental, a fim de propor novas estratégias que possibilitem inovar e qualificar o trabalho pedagógico realizado nesta etapa, considerando o desenvolvimento do aluno e suas especificidades;

2.7 - Fomentar ações a serem desenvolvidas nos momentos de horas atividades, respeitados as diretrizes legais e pedagógicas de cada rede de ensino;

2.8 - Fomentar o programa nacional, com base em diagnóstico das escolas do município, de reestruturação e aquisição de equipamento para escolas da rede urbana



PREFEITURA MUNICIPAL DE MAFRA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Av. Cel. José Severiano Maia, 441
CEP: 89.300-000 - MAFRA – SANTA CATARINA
FONE: 0 XX (47) 3641-4000

e do campo, bem como, socializar a produção de material didático pedagógico e de formação continuada dos docentes, com especial atenção às classes multisseriadas;

2.9 - Estabelecer trabalho conjunto com outras instituições procurando ofertar atividades extracurriculares de estímulo a práticas voltadas ao esporte, cultura, intelecto, entre outras;

2.10 - Estabelecer programas educacionais que promovam a correção das distorções idade/série com qualidade, redução nas taxas de repetência e evasão, no período de dois anos a partir da aprovação do plano possibilitando condições de inserção e acompanhamento do educando nas séries posteriores;

2.11 - Dispor no contexto do sistema de ensino a organização flexível da dinâmica pedagógica, incluindo a adequação do calendário escolar de acordo com as peculiaridades locais;

2.12 - Ampliar, reformar e construir, sempre que necessário, estabelecimentos de ensino, em parceria com a União e Estado, em conformidade com os padrões arquitetônicos estabelecidos em legislação vigente, respeitando as normas de acessibilidade, aspectos regionais e educação inovadora;

2.13 - O Ensino Fundamental deve efetivar uma proposta que respeite os tempos de aprender, de desenvolvimento dos alunos, mediando a ampliação do seu conhecimento no processo de sua formação humana, bem como promover a integração entre educando, educadores da Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio;

2.14 - Garantir o acesso e permanência dos estudantes na Educação Pública, através da regulação do transporte escolar em regime de colaboração com a União e Estado;



PREFEITURA MUNICIPAL DE MAFRA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Av. Cel. José Severiano Maia, 441
CEP: 89.300-000 - MAFRA – SANTA CATARINA
FONE: 0 XX (47) 3641-4000

2.15 - Promover a relação das escolas com instituições parceiras públicas e privadas e movimentos culturais a fim de garantir a oferta regular de atividades culturais para a livre fruição dos alunos dentro e fora dos espaços escolares, assegurando ainda que as escolas se tornem pólo de criação e difusão cultural;

2.16 - Apoiar e incentivar as organizações estudantis, como espaço de participação e de exercício de cidadania;

2.17 - Promover a reestruturação / manutenção e criação de bibliotecas com equipamentos, acervos, espaços adequados que contribuam com a melhoria da qualidade de ensino;

2.18 - Garantir a inclusão de pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidade ou superdotação, nas instituições escolares do ensino regular, com adaptação dos meios físicos e capacitação dos recursos humanos como forma de assegurar seu pleno desenvolvimento;

2.19 - Garantir condições técnicas necessárias a organização escolar e curricular, bem como estimular o funcionamento nas escolas do campo de turmas formadas por alunos com diferentes idades e graus de conhecimento, particularmente nas séries iniciais do ensino fundamental;

2.20 – Responsabilizar nos termos da lei a participação dos pais ou responsáveis no acompanhamento das atividades escolares dos filhos por meio do estreitamento das relações entre as escolas e as famílias;

2.21 - Estimular a integração pedagógica entre as diferentes redes de ensino;



PREFEITURA MUNICIPAL DE MAFRA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Av. Cel. José Severiano Maia, 441
CEP: 89.300-000 - MAFRA – SANTA CATARINA
FONE: 0 XX (47) 3641-4000

2.22 - Instituir, durante a vigência do Plano, instrumentos de avaliação respeitadas as diretrizes operacionais e pedagógicas de cada rede de ensino, para aferir o nível de aprendizagem de cada série do Ensino Fundamental, aplicados no mínimo uma vez a cada ano, a fim de garantir o sucesso nas séries posteriores;

2.23 - Fortalecer e ampliar as parcerias com o governo federal e uso de recursos próprios para garantir: construção, ampliação, reformas, aquisição de mobiliário, equipamentos, jogos educativos e outros materiais pedagógicos acessíveis nas escolas de Ensino Fundamental, bem como alimentação escolar, considerando as especificidades das faixas etárias e as diversidades em todos os aspectos, com vistas à valorização e efetivação do aprender nas práticas escolares, durante o processo de construção do conhecimento dos alunos.

2.24 – Promover ações de educação alimentar e nutricional no ambiente escolar;

META 03 – Universalizar até 2016, o atendimento para toda população de 15 (quinze) a 17 (dezessete) anos e elevar, até o final da vigência do Plano, as matrículas no Ensino Médio para 90% (noventa por cento).

ESTRATÉGIAS

3.1 - Estabelecer um diálogo permanente com o Estado, para a garantia das vagas para todos os alunos concluintes do Ensino Fundamental para o Médio, garantindo a universalização do acesso;



PREFEITURA MUNICIPAL DE MAFRA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Av. Cel. José Severiano Maia, 441
CEP: 89.300-000 - MAFRA – SANTA CATARINA
FONE: 0 XX (47) 3641-4000

3.2 - Assegurar que todas as Instituições de Ensino Médio tenham (re) elaborado o Projeto Político Pedagógico e o Regimento Escolar com a participação de toda comunidade escolar no primeiro ano de vigência do Plano;

3.3 - Discutir propostas para implementação de educação profissional junto aos governos federais, estaduais e municipais, bem como com a iniciativa privada, Centros de Educação profissional e tecnológica para a formação de nível médio;

3.4 - Propor durante a vigência deste Plano, em regime de colaboração, padrões mínimos de infraestrutura para o ensino médio, conforme legislação, incluindo: espaço, ventilação, iluminação, instalações sanitárias adequadas, bem como espaços para prática de cultura corporal (danças, esportes e outros), espaços para bibliotecas, adaptação para acessibilidade, instalação de laboratórios de ciências, informática e condições para manutenção dos prédios escolares;

3.5 - Fortalecer políticas educacionais para melhorar o aproveitamento dos alunos atingindo níveis satisfatórios de desempenho, definidos e avaliados pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica;

3.6 - Instituir no prazo de dois anos da aprovação deste PME, um programa de formação continuada para os professores do Ensino Médio, a fim de propor novas estratégias que possibilitem inovar e qualificar o trabalho pedagógico realizado nesta etapa, considerando o desenvolvimento do aluno e suas especificidades;

3.7 - Planejar políticas de prevenção a evasão motivada por preconceito ou qualquer forma de discriminação;



PREFEITURA MUNICIPAL DE MAFRA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Av. Cel. José Severiano Maia, 441
CEP: 89.300-000 - MAFRA – SANTA CATARINA
FONE: 0 XX (47) 3641-4000

3.8 - Promover e acompanhar a celebração de convênios entre empresas e escolas de educação básica, profissional e tecnológica para oportunizar estágio, possibilitando acesso ao mundo do trabalho;

3.9 - Promover a busca ativa da população de 15 (quinze) a 17 (dezessete) anos fora da escola, de forma intersetorial com os serviços de assistência social, saúde e proteção à adolescência e juventude;

3.10 - Garantir o acesso e permanência dos estudantes na Educação Pública, através de regulação do transporte escolar em regime de colaboração entre União, Estado e Município;

3.11 - Oportunizar a participação em atividades de incentivo aos estudantes e de estímulos a habilidades, inclusive mediante atividades que desenvolvam a colaboração, competições esportivas e concursos.

3.12 – Articular ações de educação alimentar e nutricional no ambiente escolar;

META 04 – Universalizar para a população dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso a educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede de ensino regular, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MAFRA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Av. Cel. José Severiano Maia, 441
CEP: 89.300-000 - MAFRA – SANTA CATARINA
FONE: 0 XX (47) 3641-4000

ESTRATÉGIAS

4.1 - Organizar parcerias que visem democratizar a oferta e o acesso a estimulação essencial, a oferta de vagas em instituições de educação infantil com necessidades especiais;

4.2 - Oportunizar formação continuada aos trabalhadores em educação, em exercício na educação básica a oferta de cursos sobre as fases de desenvolvimento humano, incluindo conhecimentos básicos sobre as diferentes deficiências;

4.3 - Estabelecer em regime de colaboração com a Saúde e Assistência Social, um sistema de informação completa e fidedigna sobre a população em idade escolar que apresenta alguma deficiência;

4.4 - Garantir testes de acuidade visual e auditiva, a todos os educandos da educação básica de forma a detectar problemas e oferecer apoio adequado a alunos com deficiências;

4.5 - Disponibilizar livros didáticos e literários em Braille para os educandos cegos e para os de visão subnormal;

4.6 - Implantar, quando necessário, em parceria com a União, salas de recursos multifuncionais e ou específicas e fomentar a formação continuada de professores atuantes no atendimento educacional especializado;

4.7 - Garantir a oferta do atendimento educacional especializado em salas de recursos multifuncionais a todos os alunos com deficiências, transtornos globais do



PREFEITURA MUNICIPAL DE MAFRA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Av. Cel. José Severiano Maia, 441
CEP: 89.300-000 - MAFRA – SANTA CATARINA
FONE: 0 XX (47) 3641-4000

desenvolvimento, altas habilidades e ou superdotação matriculados na rede pública, conforme necessidade, identificado por meio de diagnóstico e ouvida à família;

4.8 - Garantir atendimento de educação inclusiva vedada a exclusão do ensino regular alegando deficiência e promover a articulação pedagógica entre o ensino regular e o atendimento especializado;

4.9 - Aprofundar os programas de acessibilidade nas escolas para adequação arquitetônica e oferta de educação bilíngue em Língua Portuguesa e Língua Brasileira de Sinais – Libras;

4.10 - Conscientizar para o preenchimento correto para fins de repasse do Fundo de Manutenção de Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB, as matrículas dos estudantes da educação regular da rede pública que recebem atendimento educacional especializado complementar sem prejuízo do cômputo dessas matrículas na educação básica regular;

4.11 - Reconhecer o direito de todas as crianças a educação, já que a escola é o lugar em que os alunos estão sendo formados para a vida pública, construindo sua identidade a partir dos confrontos com as diferenças e a convivência com o outro;

4.12 - Promover parcerias entre as redes de ensino, visando ampliar as condições de apoio ao atendimento escolar integral dos alunos com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação matriculadas nas redes públicas de ensino;

4.13 - Garantir o acesso e permanência dos estudantes na Educação Pública, através da regulação do transporte escolar adaptado e seguro, em regime de colaboração entre União, Estado e Município.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MAFRA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Av. Cel. José Severiano Maia, 441
CEP: 89.300-000 - MAFRA – SANTA CATARINA
FONE: 0 XX (47) 3641-4000

META 05 – Alfabetizar todas as crianças aos 06 (seis) anos de idade ou, até no máximo aos 8 (oito) anos de idade no ensino fundamental.

ESTRATÉGIAS

5.1 - Promover a estruturação do ensino fundamental focando no ciclo de alfabetização com duração de três anos, garantindo a alfabetização plena de todas as crianças, no máximo, até o final do 3º ano;

5.2 - Aplicar exames periódicos para aferir a alfabetização das crianças aplicados a cada ano, bem como estimular as unidades escolares a criarem instrumentos de avaliação e monitoramento, implementando medidas pedagógicas para alfabetizar todos os alunos até o final do 3º ano do Ensino Fundamental;

5.3 - Promover estratégias de articulação entre educação infantil e ensino fundamental, além da qualificação e valorização dos professores alfabetizadores para garantir o pleno aprendizado dos alunos;

5.4 - Garantir a formação permanente aos professores alfabetizadores;

5.5 - Promover a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem, de modo a atingir as médias nacionais do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB);



PREFEITURA MUNICIPAL DE MAFRA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Av. Cel. José Severiano Maia, 441
CEP: 89.300-000 - MAFRA – SANTA CATARINA
FONE: 0 XX (47) 3641-4000

5.6 - Garantir o uso de tecnologias educacionais de práticas pedagógicas que assegurem a alfabetização e a aprendizagem dos alunos consideradas as diversas abordagens metodológicas;

5.7 - Apoiar a alfabetização das crianças do campo, indígenas, quilombolas e de populações itinerantes com adaptação e uso de materiais didáticos específicos e atualizados, desenvolvendo instrumentos de acompanhamento que considerem o uso da língua materna pela comunidade indígena e a identidade cultural das comunidades quilombolas;

5.8 - Apoiar a alfabetização de pessoas com deficiência considerando suas especificidades, inclusive a alfabetização bilíngue de pessoas surdas sem estabelecimento de terminalidade temporal.

META 06 – Dinamizar educação em tempo integral em 50% (cinquenta por cento) das escolas públicas do município na educação básica que compreende a educação infantil e os ensinos fundamental e médio, de forma a atender 25% (vinte e cinco por cento) dos alunos matriculados.

ESTRATÉGIAS

6.1 - Estudar a implantação, em regime de colaboração ao programa nacional de ampliação e reestruturação das escolas públicas, por meio da instalação de quadras poliesportivas, espaço para atividades culturais, bibliotecas, laboratórios, cozinhas, refeitórios, depósitos adequados para armazenar gêneros alimentícios, banheiros e



PREFEITURA MUNICIPAL DE MAFRA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Av. Cel. José Severiano Maia, 441
CEP: 89.300-000 - MAFRA – SANTA CATARINA
FONE: 0 XX (47) 3641-4000

outros equipamentos, formação de recursos humanos para ampliação de turno em período integral;

6.2 - Analisar medidas para otimizar o tempo de permanência dos alunos na escola, bem como sua qualidade, direcionando a expansão da jornada para um currículo integrado com atividades recreativas, pedagógicas, esportivas e culturais, articulando a escola com os diferentes equipamentos e espaços públicos como: centros comunitários, bibliotecas, parques e praças.

META 07 - Fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem de modo a atingir as seguintes médias nacionais para o IDEB:

IDEB	2015	2017	2019	2021
Anos iniciais do ensino fundamental	5,9	6,2	6,4	6,6
Anos finais do ensino fundamental	5,5	5,8	6,0	6,2
Ensino médio	4,3	4,7	5,0	5,2

ESTRATÉGIAS

7.1 - Instituir programa de formação permanente com foco na capacitação dos professores para uso pedagógico das tecnologias na escola;

7.2 - Instituir processo contínuo de autoavaliação das escolas de educação básica, por meio da constituição de instrumentos de avaliação que orientem as dimensões a serem



PREFEITURA MUNICIPAL DE MAFRA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Av. Cel. José Severiano Maia, 441
CEP: 89.300-000 - MAFRA – SANTA CATARINA
FONE: 0 XX (47) 3641-4000

fortalecidas, destacando-se a elaboração de planejamento estratégico, a melhoria contínua da qualidade educacional, a formação continuada dos profissionais da educação e o aprimoramento da gestão democrática;

7.3 - Formalizar e executar o PAR – Plano de Ações Articuladas ou programas equivalentes, dando cumprimento às metas de qualidade estabelecidas para a educação básica pública e às estratégias de apoio técnico e financeiro voltadas à melhoria da gestão educacional, à formação de professores e profissionais de serviços e apoio escolares, à ampliação e ao desenvolvimento de recursos pedagógicos e à melhoria e expansão da infraestrutura física da rede escolar;

7.4 - Desenvolver nas escolas públicas de ensino as políticas e programas orientados pelo MEC de forma a buscar atingir as metas do IDEB, procurando reduzir a diferença entre as escolas com os menores índices e a média nacional, garantindo equidade da aprendizagem;

7.5 - Selecionar e divulgar tecnologias educacionais para a educação básica e incentivar práticas pedagógicas que assegurem a melhoria do fluxo escolar e a aprendizagem, assegurada a diversidade de métodos e propostas pedagógicas;

7.6 - Garantir políticas de combate a violência na escola, em articulação intersetorial, inclusive pelo desenvolvimento de ações destinadas à capacitação de educadores para detecção dos sinais de suas causas, como a violência doméstica sexual e social em consonância com o fortalecimento das redes sócio assistenciais favorecendo a adoção das providências adequadas que promovam a construção de cultura de paz em ambiente escolar dotado de segurança para a comunidade;

7.7 - Desenvolver propostas pedagógicas específicas para as escolas do campo, incluindo os conteúdos culturais correspondentes as respectivas comunidades e



PREFEITURA MUNICIPAL DE MAFRA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Av. Cel. José Severiano Maia, 441
CEP: 89.300-000 - MAFRA – SANTA CATARINA
FONE: 0 XX (47) 3641-4000

considerando o fortalecimento das práticas sócio culturais, produzindo e disponibilizando materiais didáticos, inclusive para os estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades ou superdotação;

7.8 - Implementar um programa de apoio pedagógico para os alunos com defasagem na aprendizagem tendo em vista a redução da desigualdade educacional proporcionando condições dos educandos avançarem nos estudos.

META 08 – Elevar a escolaridade média da população de 18 (dezoito) anos a 29 (vinte e nove) anos, de modo a alcançar, no mínimo, 12 (doze) anos de estudo no último ano de vigência do Plano, para as populações do campo, da região de menor escolaridade no país e dos 25% (vinte e cinco por cento) mais pobres, e igualar a escolaridade média entre negros e não negros declarados a Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

ESTRATÉGIAS

8.1 - Institucionalizar e ou aderir a programas que contemplem o desenvolvimento de tecnologias para correção de fluxo, acompanhamento pedagógico, recuperação e progressão parcial, priorizando estudantes com rendimento escolar defasado;

8.2 - Garantir certificação do ensino fundamental nos anos iniciais para os estudantes da educação de jovens e adultos;

8.3 - Fomentar a oferta da educação de jovens e adultos com qualificação profissional aos segmentos sociais considerados, que estejam fora da escola, associada a outras



PREFEITURA MUNICIPAL DE MAFRA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Av. Cel. José Severiano Maia, 441
CEP: 89.300-000 - MAFRA – SANTA CATARINA
FONE: 0 XX (47) 3641-4000

estratégias que garantam a continuidade da escolarização, após a conclusão dos anos iniciais;

8.4 - Promover a busca ativa de jovens fora das escolas, em parceria com as áreas de assistência social e saúde, e encaminhar para continuidade da escolarização;

8.5 - Estimular a diversificação curricular, integrando a formação à preparação para o mundo do trabalho estabelecendo a relação entre teoria e prática, nos eixos da ciência, do trabalho, da tecnologia e da cultura, adequando à organização do tempo e do espaço pedagógico;

8.6 - Promover em parceria com as áreas de saúde, assistência social e o programa bolsa família, o acompanhamento e o monitoramento de acesso à escola, identificando motivos de ausência e baixa frequência, estabelecendo em regime de colaboração com o estado, a garantia de frequência e apoio à aprendizagem de maneira a promover a ampliação do atendimento.

META 09 – Elevar a taxa de alfabetização da população com 15 (quinze) anos ou mais para 93,5% até 2015 e, até o final da vigência deste Plano erradicar o analfabetismo absoluto e reduzir em 50% a taxa de analfabetismo funcional.

ESTRATÉGIAS

9.1 - Assegurar a oferta gratuita de educação de jovens e adultos a todos os que não tiveram acesso à educação básica na idade própria;



PREFEITURA MUNICIPAL DE MAFRA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Av. Cel. José Severiano Maia, 441
CEP: 89.300-000 - MAFRA – SANTA CATARINA
FONE: 0 XX (47) 3641-4000

9.2 - Promover chamadas públicas regulares para a EJA e avaliação de alfabetização, por meio de exames específicos, que permitam aferição do grau de analfabetismo de jovens e adultos com mais de 15 (quinze) anos de idade;

9.3 - Implantar em regime de colaboração com a união e estado, ações de atendimento ao estudante da EJA por meio de programas suplementares de transporte, alimentação e saúde em articulação com a área da saúde;

9.4 - Assegurar a oferta de EJA na etapa de ensino fundamental e ensino médio às pessoas privadas de liberdade em estabelecimentos penais e medidas sócio educativas, assegurando-se formação específica dos professores e implementação de diretrizes nacionais em regime de colaboração;

9.5 - Estabelecer mecanismos e incentivos que integrem os segmentos empregadores, públicos e privados, e os sistemas de ensino, para promover a compatibilização da jornada de trabalho dos empregadores com oferta das ações de alfabetização e de educação de jovens e adultos;

9.6 - Implementar o processo de formação continuada de professores da EJA;

9.7 - Ampliar, produzir e garantir a distribuição de material didático e ou desenvolvimento de metodologias específicas, bem como garantir o acesso dos estudantes da EJA aos diferentes espaços da escola;

9.8 - Implementar currículos adequados às especificidades da EJA para promover a inserção no mundo do trabalho, inclusão digital e tecnológica e a participação social.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MAFRA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Av. Cel. José Severiano Maia, 441
CEP: 89.300-000 - MAFRA – SANTA CATARINA
FONE: 0 XX (47) 3641-4000

META 10 – Oferecer, no mínimo, 10% (dez por cento) das matrículas de educação de jovens e adultos nos ensino fundamental e médio, na forma integrada à educação profissional.

ESTRATÉGIAS

10.1 - Aderir e participar de Programa Nacional de Integração da Educação Básica à Educação Profissional na modalidade de educação de jovens e adultos, na perspectiva da educação inclusiva;

10.2 - Expandir as matrículas na educação de jovens e adultos, de modo a articular a formação inicial e continuada de trabalhadores com a educação profissional, objetivando a elevação do nível de escolaridade do trabalhador e da trabalhadora;

10.3 - Fomentar a integração da educação de jovens e adultos com a educação profissional, em cursos planejados, de acordo com as características do público da educação de jovens e adultos e considerando as especificidades das populações itinerantes e do campo e das comunidades indígenas e quilombolas, inclusive na modalidade de educação a distância;

10.4 - Ampliar as oportunidades profissionais dos jovens e adultos com deficiência e baixo nível de escolaridade, por meio do acesso à educação de jovens e adultos articulada à educação profissional;

10.5 - Aderir programa nacional de reestruturação e aquisição de equipamentos voltados à expansão e à melhoria da rede física de escolas públicas que atuam na educação de jovens e adultos integrada à educação profissional, garantindo acessibilidade à pessoa com deficiência;



PREFEITURA MUNICIPAL DE MAFRA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Av. Cel. José Severiano Maia, 441
CEP: 89.300-000 - MAFRA – SANTA CATARINA
FONE: 0 XX (47) 3641-4000

10.6 - Diversificar o currículo da educação de jovens e adultos, articulando a formação básica e a preparação para o mundo do trabalho e estabelecendo inter-relações entre teoria e prática, nos eixos da ciência, do trabalho, da tecnologia e da cultura e cidadania, de forma a organizar o tempo e o espaço pedagógico adequando-os às características desses estudantes;

10.7 - Fomentar a produção de material didático, o desenvolvimento de metodologias específicas, bem como os instrumentos de avaliação, garantindo o acesso a equipamentos, laboratórios e aos diferentes espaços da escola;

10.8 - Garantir a formação continuada e tecnológica digital de docentes das escolas públicas que atuam na educação de jovens e adultos articulada à educação profissional;

10.9 - Fomentar a oferta pública de formação inicial e continuada para trabalhadores, articulada à educação de jovens e adultos, em regime de colaboração e com apoio de entidades privadas de formação profissional vinculadas ao sistema sindical e de entidades sem fins lucrativos de atendimento à pessoa com deficiência, com atuação exclusiva na modalidade;

10.10 - Aderir ao Programa Nacional de Assistência ao Estudante, desenvolvendo ações de assistência social, financeira e de apoio psicopedagógico que contribuam para garantir o acesso, a permanência, a aprendizagem e a conclusão com êxito da educação de jovens e adultos articulada à educação profissional;

10.11 – Garantir, em parceria com a União e Estado, alimentação saudável e adequada e transporte para os estudantes da educação de jovens e adultos integrado à educação profissional;



PREFEITURA MUNICIPAL DE MAFRA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Av. Cel. José Severiano Maia, 441
CEP: 89.300-000 - MAFRA – SANTA CATARINA
FONE: 0 XX (47) 3641-4000

10.12 - Garantir e efetivar com qualidade a expansão da oferta da educação de jovens e adultos integrada à educação profissional, de modo a atender as pessoas privadas de liberdade nos estabelecimentos penais e instituições socioeducativas;

10.13 - Instituir e implementar programas e mecanismos de reconhecimento de saberes dos jovens e adultos trabalhadores, a serem considerados na articulação curricular dos cursos de formação inicial e continuada e dos cursos técnicos de nível médio;

10.14 - Expandir as matrículas na modalidade de educação de jovens e adultos, de modo a articular a formação inicial e continuada de trabalhadores com a educação profissional, objetivando a elevação do nível de escolaridade do trabalhador.

META 11 - Triplicar as matrículas da educação profissional técnica de nível médio, assegurando a qualidade da oferta e pelo menos 50% (cinquenta por cento) da expansão no segmento público.

ESTRATÉGIAS

11.1 - Participar da política de expansão das matrículas de educação profissional técnica de nível médio da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, levando em consideração a responsabilidade dos Institutos na ordenação territorial, sua vinculação com arranjos produtivos, sociais e culturais locais e regionais, bem como a interiorização da educação profissional;

11.2 - Expandir a oferta de educação profissional técnica de nível médio na rede pública estadual de ensino, com o apoio da União;



PREFEITURA MUNICIPAL DE MAFRA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Av. Cel. José Severiano Maia, 441
CEP: 89.300-000 - MAFRA – SANTA CATARINA
FONE: 0 XX (47) 3641-4000

11.3 - Expandir a oferta de educação profissional técnica de nível médio na modalidade de educação a distância, assegurado padrão de qualidade;

11.4 - Reestruturar as escolas de educação profissional levando-se em consideração as especificidades de cada curso, a necessidade de máquinas e equipamentos, implementos didáticos e tecnológicos, bem como a capacitação dos profissionais envolvidos;

11.5 - Promover a expansão do estágio na educação profissional técnica de nível médio e do ensino médio regular, preservando-se seu caráter pedagógico integrado ao itinerário formativo do estudante, visando à formação de qualificações próprias da atividade profissional, à contextualização curricular e ao desenvolvimento da juventude;

11.6 - Ofertar programas de reconhecimento de saberes para fins de certificação profissional em nível técnico nas instituições credenciadas;

11.7 - Cooperar na institucionalização de sistema nacional de avaliação da qualidade da educação profissional técnica de nível médio das redes pública e privada;

11.8 - Expandir o atendimento do ensino médio gratuito integrado à formação profissional para as populações do campo e para as comunidades indígenas e quilombolas, de acordo com os seus interesses e necessidades;

11.9 - Expandir a oferta de educação profissional técnica de nível médio para o público da educação especial;

11.10 - Elevar gradualmente a taxa de conclusão média dos cursos técnicos de nível médio na rede pública federal e estadual para 90% (noventa por cento) e elevar, nos



PREFEITURA MUNICIPAL DE MAFRA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Av. Cel. José Severiano Maia, 441
CEP: 89.300-000 - MAFRA – SANTA CATARINA
FONE: 0 XX (47) 3641-4000

cursos presenciais, a relação de estudantes por professor para no mínimo 20 (vinte) alunos;

11.11 - Desenvolver programas de assistência estudantil e mecanismos de mobilidade acadêmica, visando a garantir as condições necessárias à permanência dos estudantes e à conclusão dos cursos técnicos de nível médio;

11.12 - Adotar medidas para ampliar a oferta diurna e manter a oferta noturna, suficiente para garantir o atendimento dos alunos que trabalham;

11.13 - Proceder uma revisão da organização didático pedagógica e administrativa do ensino noturno, de forma a adequá-lo às necessidade do aluno trabalhador, sem prejuízo da qualidade de ensino;

11.14 - Expandir a oferta de educação profissional técnica de nível médio para o público da educação especial;

11.15 - Oferecer oportunidade de formação continuada para todos os professores que atuam no ensino médio profissionalizante;

11.16 - Garantir acompanhamento pedagógico para professores e alunos de modo que o ensino médio cumpra sua função de formação para o pleno exercício da cidadania e da inserção produtiva do indivíduo;

11.17 - Mobilizar, articular e ampliar a capacidade instalada na rede de instituições de educação profissional, de modo a triplicar a oferta de formação de nível técnico aos alunos nelas matriculados ou egressos do ensino médio;



PREFEITURA MUNICIPAL DE MAFRA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Av. Cel. José Severiano Maia, 441
CEP: 89.300-000 - MAFRA – SANTA CATARINA
FONE: 0 XX (47) 3641-4000

11.18 - Adotar políticas afirmativas para reduzir as desigualdades étnico-raciais e regionais no acesso e permanência na educação profissional técnica de nível médio;

11.19 - Utilizar os dados do Sistema Nacional de Informação Profissional e as consultas promovidas junto a entidades empresariais de trabalhadores para ofertar formação nas instituições especializadas em educação profissional;

11.20 - Fomentar e garantir estudos e pesquisas sobre a articulação entre formação, currículo, pesquisa e mundo do trabalho, considerando as necessidades econômicas, sociais e culturais do Estado.

META 12 - Apoiar a elevação da taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% (cinquenta por cento) e a taxa líquida para 33% (trinta e três por cento) da população de 18 (dezoito) a 24 (vinte e quatro) anos, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% (quarenta por cento) das novas matrículas, no segmento público.

ESTRATÉGIAS

12.1 – Estabelecer parcerias entre União, Estado e município, para otimizar a capacidade instalada da estrutura física e de recursos humanos das instituições públicas de educação superior, mediante ações planejadas e coordenadas, de forma a ampliar e interiorizar o acesso à graduação;

12.2 – Estabelecer parcerias para apoiar a ampliação da oferta de vagas, por meio da expansão e interiorização da rede federal de educação superior, da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e do sistema Universidade Aberta do



PREFEITURA MUNICIPAL DE MAFRA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Av. Cel. José Severiano Maia, 441
CEP: 89.300-000 - MAFRA – SANTA CATARINA
FONE: 0 XX (47) 3641-4000

Brasil, considerando a densidade populacional, a oferta de vagas públicas em relação à população na idade de referência e observadas as características regionais das micro e mesorregiões definidas pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, uniformizando a expansão no território nacional;

12.3 – Apoiar iniciativas que venham a contribuir na elevação gradual da taxa de conclusão média dos cursos de graduação presenciais nas universidades públicas para 90% (noventa por cento); ofertar, no mínimo, um terço das vagas em cursos noturnos e elevar a relação de estudantes por professor(a) para 18 (dezoito), mediante estratégias de aproveitamento de créditos e inovações acadêmicas que valorizem a aquisição de competências de nível superior;

12.4 – Mapear a demanda a fim de fomentar a oferta de educação superior pública e gratuita prioritariamente para a formação de professores, para reduzir ao déficit de profissionais nas áreas de conhecimento;

12.5 - Divulgar a oferta de bolsas de estudos para graduação, aos professores e demais profissionais que atuam na educação básica;

12.6 - Divulgar as políticas de inclusão e de assistência estudantil dirigidas aos(às) estudantes de instituições públicas, bolsistas de instituições privadas de educação superior e beneficiários do Fundo de Financiamento Estudantil – FIES, de que trata a Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, na educação superior, de modo a reduzir as desigualdades étnico-raciais e ampliar as taxas de acesso e permanência na educação superior de estudantes egressos da escola pública, afrodescendentes e indígenas e de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, de forma a apoiar seu sucesso acadêmico;



PREFEITURA MUNICIPAL DE MAFRA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Av. Cel. José Severiano Maia, 441
CEP: 89.300-000 - MAFRA – SANTA CATARINA
FONE: 0 XX (47) 3641-4000

12.7 - Apoiar Programas e projetos de extensão universitária, orientando sua ação, prioritariamente, para áreas de grande pertinência social;

12.8 - Ampliar, por meio de parcerias, a oferta de estágio como parte da formação na Educação Superior;

12.9 - Colaborar com a ampliação da participação proporcional de grupos historicamente desfavorecidos na Educação Superior, inclusive mediante a adoção de políticas afirmativas, na forma da Lei;

12.10 - Assegurar condições de acessibilidade nas instituições de Educação Superior, na forma da Lei;

12.11 - Fomentar estudos e pesquisas que analisem a necessidade de articulação entre formação, currículo, pesquisa e mundo do trabalho, considerando as necessidades econômicas, sociais e culturais do Município, Estado e País, em parceria com a Secretaria Municipal de Educação (SME), Secretaria Estadual de Educação (SED), Instituição de Ensino Superior (IES) pública, comunitária ou privada;

12.12 - Promover e apoiar a divulgação da participação em Programas e ações de incentivo à mobilidade estudantil e docente em cursos de graduação e pós-graduação, em âmbito nacional e internacional, tendo em vista o enriquecimento da formação de nível superior;

12.13 - Contribuir em regime de colaboração entre União, estado e município, com a expansão do atendimento específico a populações do campo e comunidades indígenas e quilombolas, em relação ao acesso, permanência, conclusão e formação de profissionais para atuação nessas populações;



PREFEITURA MUNICIPAL DE MAFRA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Av. Cel. José Severiano Maia, 441
CEP: 89.300-000 - MAFRA – SANTA CATARINA
FONE: 0 XX (47) 3641-4000

12.14 - Colaborar com o mapeamento da demanda para a oferta de formação de pessoal de nível superior, destacadamente a que se refere à formação nas diferentes áreas do conhecimento, considerando as necessidades do desenvolvimento do Município, a inovação tecnológica e a melhoria da qualidade da Educação Básica;

12.15 – Apoiar em regime de parcerias a institucionalização de programa nacional de composição de acervo digital de referências bibliográficas e audiovisuais para os cursos de graduação, assegurada a acessibilidade às pessoas com deficiência;

12.16 - Apoiar a consolidação de processos seletivos nacionais e regionais para acesso à educação superior como forma de superar exames vestibulares isolados;

12.17 – Apoiar mecanismos para ocupar as vagas ociosas em cada período letivo na educação superior pública;

12.18 – Apoiar a expansão e reestruturação das instituições de educação superior federais/estaduais cujo ensino seja gratuito, por meio de apoio técnico e financeiro do Governo Federal, mediante termo de adesão a programa de reestruturação, na forma de regulamento, que considere a sua contribuição para a ampliação de vagas, a capacidade fiscal e as necessidades dos sistemas de ensino dos entes mantenedores na oferta e qualidade da educação básica;

12.19 - Apoiar a reestruturação com ênfase na melhoria de prazos e qualidade da decisão, no prazo de 2 (dois) anos, os procedimentos adotados na área de avaliação, regulação e supervisão, em relação aos processos de autorização de cursos e instituições, de reconhecimento ou renovação de reconhecimento de cursos superiores e de credenciamento ou credenciamento de instituições, no âmbito do sistema federal/estadual de ensino;



PREFEITURA MUNICIPAL DE MAFRA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Av. Cel. José Severiano Maia, 441
CEP: 89.300-000 - MAFRA – SANTA CATARINA
FONE: 0 XX (47) 3641-4000

12.20 - Apoiar e incentivar a ampliação, no âmbito do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior – FIES, de que trata a Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, e do Programa Universidade para Todos – PROUNI, de que trata a Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005, os benefícios destinados à concessão de financiamento a estudantes regularmente matriculados em cursos superiores presenciais ou a distância, com avaliação positiva, de acordo com regulamentação própria, nos processos conduzidos pelo Ministério da Educação;

12.21 - Apoiar o fortalecimento, em regime de parceria com a União, Governo do Estado, secretarias do município e iniciativa privada, das redes físicas de laboratórios multifuncionais das IES e ICTs nas áreas estratégicas definidas pela política e estratégias nacionais de ciência, tecnologia e inovação.

META 13 – Apoiar iniciativas e articular, em regime de colaboração entre União e Estado, ações que venham a elevar a qualidade da educação superior no município, ampliando a proporção de mestres e doutores do corpo docente em efetivo exercício no conjunto do sistema de educação superior para 75% (setenta e cinco por cento), sendo, do total, no mínimo, 35% (trinta e cinco por cento) doutores.

ESTRATÉGIAS

13.1 - Colaborar com o aperfeiçoamento do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES, de que trata a Lei nº10.861, de 14 de abril de 2004, fortalecendo as ações de avaliação, regulação e supervisão;



PREFEITURA MUNICIPAL DE MAFRA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Av. Cel. José Severiano Maia, 441
CEP: 89.300-000 - MAFRA – SANTA CATARINA
FONE: 0 XX (47) 3641-4000

13.2 - Acompanhar a implementação das Diretrizes Curriculares dos cursos de Graduação, nas instituições de ensino superior, em consonância com o resultado do processo avaliativo, apoiando a cobertura do Exame Nacional de Desempenho de Estudantes – ENADE, de modo a ampliar o quantitativo de estudantes e de áreas avaliadas no que diz respeito à aprendizagem resultante da graduação;

13.3 - Apoiar o processo de auto avaliação das instituições de ensino superior, bem como aplicação de instrumentos de avaliação que orientem as dimensões a serem fortalecidas, destacando-se a qualificação do corpo docente;

13.4 – Colaborar e apoiar ações visando melhoria da qualidade dos cursos de licenciatura, contribuindo com a aquisição das qualificações necessárias a conduzir o processo pedagógico de seus futuros alunos(as), aliando formação geral e específica com a prática docente, incluindo em seus estudos as relações étnico-raciais, a diversidade e as necessidades das pessoas com deficiência, agregando mais qualidade à educação pública municipal;

13.5 - Apoiar ações das universidades para elevar o padrão de qualidade, direcionando as práticas, de modo que realizem, efetivamente, pesquisa institucionalizada, articulada a programas de pós-graduação stricto sensu;

13.6 - Estabelecer parcerias com instituições de educação superior, buscando potencializar a atuação regional, inclusive por meio de plano de desenvolvimento institucional integrado, proporcionando acesso aos municípios conforme necessidade local;

13.7- Apoiar ações que permitam elevar gradualmente a taxa de conclusão média dos cursos de graduação nas universidades;



PREFEITURA MUNICIPAL DE MAFRA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Av. Cel. José Severiano Maia, 441
CEP: 89.300-000 - MAFRA – SANTA CATARINA
FONE: 0 XX (47) 3641-4000

13.8 – Apoiar a articulação entre Estado e União, buscando promover a formação inicial e continuada dos profissionais técnico-administrativos da educação superior, bem como a formação continuada dos docentes formadores.

META 14 – Contribuir, em articulação com a União e Estado, para o aumento gradual do número de matrículas na Pós-Graduação Stricto Sensu, a fim de obter qualidade no ensino tanto na Educação Básica quanto na Educação Superior.

ESTRATÉGIAS

14.1- Incentivar e acompanhar a expansão do financiamento da Pós-Graduação Stricto Sensu na área da Educação, por meio das agências de fomento oficiais e outras, incentivando a participação de professores/as;

14.2 - Estimular a integração e a atuação articulada entre a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e às agências de fomento à pesquisa federal e estadual;

14.3 – Apoiar e monitorar a expansão do financiamento estudantil, por meio do FIES, à Pós-Graduação Stricto Sensu relativo ao município;

14.4 – Apoiar a divulgação de ações que venham a expandir a oferta de cursos de pós-graduação stricto sensu, utilizando inclusive metodologias, recursos e tecnologias de educação a distância;



PREFEITURA MUNICIPAL DE MAFRA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Av. Cel. José Severiano Maia, 441
CEP: 89.300-000 - MAFRA – SANTA CATARINA
FONE: 0 XX (47) 3641-4000

14.5 – Incentivar a implementação de ações para reduzir as desigualdades étnico-raciais e regionais, favorecendo o acesso das populações do campo e das comunidades indígenas e quilombolas a Programas de mestrado e doutorado;

14.6 – Apoiar a ampliação da oferta de programas de pós-graduação stricto sensu, especialmente os de doutorado, nos *Campi* novos abertos em decorrência dos programas de expansão e interiorização das instituições superiores públicas;

14.7 - Acompanhar a manutenção e expansão do Programa de acervo digital de referências bibliográficas para os cursos de Pós-Graduação, assegurada a acessibilidade às pessoas com deficiência;

14.8 - Estimular a pesquisa científica e de inovação e promover a formação de recursos humanos que valorizem a diversidade regional e a biodiversidade no município;

14.9 – Apoiar parcerias com os órgãos e agências oficiais de fomento nos diversos programas, projetos e ações que objetivem a internacionalização da pesquisa e da pós-graduação catarinense, incentivando a atuação em rede, o fortalecimento de grupos de pesquisa e o intercâmbio científico e tecnológico;

14.10 - Apoiar o estabelecimento de parcerias entre união, estado, município e iniciativa privada, buscando ampliar o investimento em pesquisas focando desenvolvimento, estímulo à inovação, a formação de recursos humanos para a inovação, o aumento da competitividade das empresas de base tecnológica e a formação de mestres e doutores;

14.11 – Apoiar o aumento qualitativo e quantitativo do desempenho científico e tecnológico do País e a competitividade internacional da pesquisa brasileira, a



PREFEITURA MUNICIPAL DE MAFRA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Av. Cel. José Severiano Maia, 441
CEP: 89.300-000 - MAFRA – SANTA CATARINA
FONE: 0 XX (47) 3641-4000

cooperação científica com empresas, Instituições de Educação Superior – IES e demais Instituições Científicas e Tecnológicas – ICTs;

14.12 – Divulgar ações de estímulo a pesquisa científica, de inovação, o registro de patentes promovendo a formação de recursos humanos que valorize a diversidade regional, a biodiversidade, a gestão de recursos hídricos e geração de emprego e renda na região;

14.13 - Apoiar o fortalecimento de políticas de acesso e permanência, para inclusão nos programas de pós-graduação de estudantes em vulnerabilidade socioeconômica, egressos da escola pública, afrodescendentes, comunidades tradicionais, povos do campo, indígenas, quilombolas, para pessoas público da educação especial, em situação de privação de liberdade e outros estratos sociais historicamente excluídos;

14.14 – Estimular em regime de parcerias com entes federativos e universidades, estudos e pesquisas em direitos humanos e inclusão, sobre gênero, orientação sexual e identidade de gênero, diversidade religiosa, relações étnico-raciais, educação ambiental, tecnologia assistiva, pedagogia da alternância, quilombola, indígena, povos do campo, comunidades tradicionais, políticas inovadoras para educação especial;

14.15 - Estimular em regime de parcerias com entes federativos e universidades, a articulação entre graduação, pós-graduação e núcleos de pesquisas, para estudos e elaboração de currículos/propostas pedagógicas que incorporem os avanços de pesquisas ligadas ao processo de ensino-aprendizagem e as teorias educacionais, questões sobre educação especial, relações étnico-raciais, o enfrentamento à todas as formas de discriminação, a educação ambiental, quilombola, indígena, dos povos do campo e comunidades tradicionais;



PREFEITURA MUNICIPAL DE MAFRA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Av. Cel. José Severiano Maia, 441
CEP: 89.300-000 - MAFRA – SANTA CATARINA
FONE: 0 XX (47) 3641-4000

14.16 - Estimular em regime de parceria com entes federativos e universidades pesquisas voltadas para o desenvolvimento de metodologias, materiais didáticos, paradidáticos, equipamentos e recursos de tecnologia assistiva, com vistas à promoção do ensino e da aprendizagem, bem como das condições de acessibilidade dos estudantes com deficiência, transtorno do espectro autista, transtorno de déficit de atenção e hiperatividade/impulsividade e altas habilidades ou superdotação, e criar programas que promovam a socialização dos resultados das pesquisas.

META 15 – Garantir em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, no prazo de 01 ano (um) na de vigência do PNE, política nacional de formação dos profissionais da educação de que tratam os incisos I, II e III do caput do art. 61 da lei nº 9.394, de 20/12/96, assegurando que todos os professores e as professoras da educação básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam.

ESTRATÉGIAS

15.1 - Promover, em regime de cooperação entre União, Estado e Município, ações conjuntas a fim de organizar a demanda de cursos de formação inicial diante do diagnóstico das necessidades de formação dos profissionais da educação, envolvendo as instituições de ensino superior,

15.2 - Articular, no primeiro ano de vigência do Plano, política pública de formação inicial e continuada para os profissionais da educação básica;



PREFEITURA MUNICIPAL DE MAFRA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Av. Cel. José Severiano Maia, 441
CEP: 89.300-000 - MAFRA – SANTA CATARINA
FONE: 0 XX (47) 3641-4000

15.3 - Consolidar e ampliar parcerias, a fim de oferecer formação inicial e continuada para docentes de acordo com a necessidade observada na rede;

15.4 - Estimular os docentes licenciados, conforme sua área de atuação e formação, participar de cursos de formação complementar e/ou pós graduação;

15.5 - Promover a todos os profissionais da educação básica formação continuada em serviço, em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualizações dos sistemas de ensino;

15.6 - Propor as instituições de nível superior, a oferta de cursos de especialização voltadas para a formação de professores para as diferentes áreas de ensino;

15.7 - Propor na vigência deste plano que todos os professores da educação básica (em todas as modalidades e etapas) possuam formação específica de nível superior, de licenciatura plena em instituições credenciadas;

15.8 - Divulgar acesso a plataforma eletrônica para organizar a oferta e as matrículas em cursos de formação inicial e continuada de profissionais da educação, bem como para divulgação e atualização dos currículos eletrônicos dos docentes;

15.9 - Fomentar e divulgar programas específicos para formação inicial e continuada de professores da educação básica para as escolas do campo e para educação especial;

15.10 - Instituir o Fórum Municipal Permanente de Formação Docente, com representação de profissionais da educação de Unidades de Ensino, SME, GERED, IES locais, com a finalidade de fortalecer os debates relacionados a formação de professores.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MAFRA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Av. Cel. José Severiano Maia, 441
CEP: 89.300-000 - MAFRA – SANTA CATARINA
FONE: 0 XX (47) 3641-4000

META 16 – Formar, em nível de pós graduação, 50% (cinquenta por cento) dos professores da educação básica, até o último ano de vigência deste PME, e garantir a todos (as) os (as) profissionais da educação básica formação continuada em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualizações dos sistemas de ensino.

ESTRATÉGIAS

16.1 - Realizar em regime de colaboração, o planejamento estratégico para o dimensionamento da demanda por formação em curso de pós graduação, para fomentar a respectiva oferta por parte das instituições de educação superior, de forma e articulada com as políticas de formação da União, do Estado e do Município;

16.2 - Estimular a articulação entre a pós-graduação, núcleos de pesquisa e cursos de formação para profissionais da educação, de modo a garantir a elaboração de propostas pedagógicas capazes de incorporar os avanços de pesquisas ligadas ao processo de alfabetização no atendimento da população de até oito anos;

16.3 – Consolidar, em regime de colaboração, política de formação, em nível de pós-graduação, de professores da educação básica, definindo diretrizes estaduais e municipais em áreas prioritárias;

16.4 – Apoiar ações efetivas em parceria com União, estado e iniciativa privada, visando expandir programa de composição de acervo de obras didáticas, paradidáticas e de literatura e de dicionários, e programa específico de acesso a bens culturais, incluindo obras e materiais produzidos em Libras e em Braille, sem prejuízo de outros, a



PREFEITURA MUNICIPAL DE MAFRA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Av. Cel. José Severiano Maia, 441
CEP: 89.300-000 - MAFRA – SANTA CATARINA
FONE: 0 XX (47) 3641-4000

serem disponibilizados para os professores da rede pública de educação básica, favorecendo a construção do conhecimento e a valorização da cultura da investigação;

16.5 – Estimular a formação dos professores das escolas públicas de educação básica, por meio da implementação das ações do Plano Nacional do Livro e Leitura e da instituição de programa nacional de disponibilização de recursos para acesso a bens culturais pelo magistério público;

16.6 - fortalecer a formação dos professores e das professoras das escolas públicas de educação básica, por meio da implementação das ações do Plano Nacional do Livro e Leitura e da instituição de programa nacional de disponibilização de recursos para acesso a bens culturais pelo magistério público.

16.7 – Apoiar em regime de parcerias, políticas públicas que atendam efetivamente as demandas específicas de pós-graduação, em nível de especialização, mestrado e doutorado aos professores que lecionam nas escolas do campo, indígenas e quilombolas;

16.8 – Atuar na divulgação do Programa Estadual de Formação de Professores e profissionais da educação básica e suas modalidades a oferta de cursos de pós-graduação – lato sensu e stricto sensu.

META 17 – Assegurar no prazo de 2 (dois) anos, a existência de Planos de Carreira para os profissionais da educação básica de todos os sistemas de ensino e, para o plano de carreira dos profissionais da educação básica pública, tomar como referência o piso salarial nacional profissional, definido em lei federal, nos termos



PREFEITURA MUNICIPAL DE MAFRA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Av. Cel. José Severiano Maia, 441
CEP: 89.300-000 - MAFRA – SANTA CATARINA
FONE: 0 XX (47) 3641-4000

do inciso VIII do artigo 206 da Constituição Federal. – junção das metas 17 e 18 do PNE

ESTRATÉGIAS

17.1 - Estimular a existência de comissões permanentes de profissionais da educação para subsidiar os órgãos competentes na elaboração, reestruturação, implementação e revisão dos planos de carreira;

17.2 - Assegurar o ingresso do funcionário do magistério, através de concurso público;

17.3 - Fomentar os sistemas de ensino buscando atingir, em seu quadro de profissionais do magistério e de profissionais não docentes, 90% (noventa por cento) de servidores nomeados em cargos de provimento efetivo, e estejam em efetivo exercício na rede pública de educação básica;

17.4 - Implantar acompanhamento dos profissionais iniciantes, supervisionados por equipe de profissionais com experiência comprovada de efetivo exercício na rede de educação básica, a fim de fundamentar, com base em avaliação semestral documentada, a decisão pela efetivação ou não após o estágio probatório;

17.5 - Apoiar a constituição, até o final do primeiro ano de vigência deste Plano, de fórum permanente, com representações da sociedade civil e dos trabalhadores da educação do Município, para acompanhamento da atualização progressiva do valor do piso salarial nacional para os profissionais do magistério público da educação básica;

17.6 - Manter a política de reposição anual do índice inflacionário, respeitadas as diretrizes das respectivas mantenedoras das redes de ensino;



PREFEITURA MUNICIPAL DE MAFRA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Av. Cel. José Severiano Maia, 441
CEP: 89.300-000 - MAFRA – SANTA CATARINA
FONE: 0 XX (47) 3641-4000

17.7 - Proporcionar condições de trabalho, valorização dos profissionais da educação e concretização das políticas de formação, como forma de agregar qualidade à educação.

17.8 - Atualizar o plano de carreira, em acordo com as diretrizes definidas na base nacional comum de valorização dos profissionais da educação.

17.9 - Garantir a atualização e o cumprimento de todas as diretrizes do Estatuto Estadual e dos Estatutos Municipais do Magistério da rede pública de ensino.

17.10 - Assegurar, na forma da lei, recursos financeiros para valorização dos profissionais da educação da rede pública.

17.11 - Garantir o cumprimento da legislação nacional quanto a jornada de trabalho dos profissionais do magistério da rede pública de ensino.

META 18 - Assegurar condições, no prazo de 2 (dois) anos, para efetivação da gestão democrática da educação, associada a critérios técnicos de mérito e desempenho e à consulta pública à comunidade escolar, no âmbito das escolas públicas prevendo recursos e apoio técnico da União para tanto.

ESTRATÉGIAS

18.1 - Definir critérios objetivos para o provimento dos cargos de gestores escolares, respeitando a autonomia de cada rede de ensino;



PREFEITURA MUNICIPAL DE MAFRA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Av. Cel. José Severiano Maia, 441
CEP: 89.300-000 - MAFRA – SANTA CATARINA
FONE: 0 XX (47) 3641-4000

18.2 - Criar comissões para estimular a constituição e o fortalecimento de Conselhos Escolares, Grêmios Estudantis, Associações de Pais e Mestres, assegurando-se, inclusive, espaço adequado e condições de funcionamento na Instituição Escolar;

18.3 - Estimular a participação na formulação dos projetos políticos pedagógicos, currículos escolares, planos de gestão escolar e regimentos escolares por profissionais da educação, estudantes e familiares;

18.4 - Favorecer processos de autonomia pedagógica administrativa e de gestão financeira nos estabelecimentos de ensino;

18.5 - Garantir em regime de colaboração programa de formação continuada para gestores das escolas públicas;

18.6 - Criar comissões de acompanhamento do Plano de Ações Articuladas – PAR, para monitorar e dar visibilidade as ações planejadas em suas respectivas esferas.

META 19 – Ampliar o investimento público em educação pública de forma a atingir, no mínimo, o patamar de 7% (sete) do Produto Interno Bruto - PIB do país no 5º ano de vigência desta lei e, no mínimo, o equivalente a 10% (dez por cento) do PIB ao final do decênio.

ESTRATÉGIAS

19.1 - Cumprir a lei de responsabilidade educacional, após a sua promulgação pela Presidência da República, assegurando padrão de qualidade na educação básica, na



PREFEITURA MUNICIPAL DE MAFRA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Av. Cel. José Severiano Maia, 441
CEP: 89.300-000 - MAFRA – SANTA CATARINA
FONE: 0 XX (47) 3641-4000

Rede Municipal de Ensino, aferida pelo processo de metas de qualidade por institutos oficiais de avaliação educacional;

19.2 - Garantir mecanismos e instrumentos que assegure a transparência e o controle social na utilização dos recursos públicos aplicados em educação;

19.3 - Proporcionar formação para professores e gestores sobre a aplicabilidade dos recursos e verbas;

19.4 - Aperfeiçoar e ampliar mecanismos de acompanhamento da arrecadação e de contribuição do salário educação, possibilitando que os conselhos municipais da educação possam exercer sua função de fiscalização e de controle social na aplicação adequada dos recursos destinados a educação;

19.5 - Implementar políticas de financiamento, em regime de colaboração com a União e Estado para ações do transporte escolar, enfrentados pelo Município em relação ao gerenciamento e pagamento de despesas;

19.6 - Elaborar no prazo do primeiro ano de vigência do PME, em regime de colaboração entre os entes federados, plano de investimentos relativos aos percentuais do PIB do município, com objetivo de aportar os recursos necessários para composição da meta nacional;

19.7 - Assegurar os recursos públicos da União, Estado e Município destinados à construção, expansão e melhoria das instituições públicas de educação básica, fortalecendo seu caráter público, gratuito e com qualidade socialmente referenciável;

19.8 - Zelar pela transparência da gestão pública na área da educação, garantindo o funcionamento efetivo, autônomo e articulado dos conselhos de controle social;



PREFEITURA MUNICIPAL DE MAFRA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Av. Cel. José Severiano Maia, 441
CEP: 89.300-000 - MAFRA – SANTA CATARINA
FONE: 0 XX (47) 3641-4000

19.9 - Garantir a aplicação dos recursos financeiros que devem ser destinados à melhoria da qualidade e gratuidade do ensino, na formação e valorização do magistério, na organização escolar das escolas públicas;

19.10 - Adotar o custo aluno qualidade (CAQi), durante a vigência deste Plano, com indicador prioritário para o financiamento de todas as etapas e modalidades da educação

19.11 - Fomentar junto a União, na forma da lei a complementação dos recursos financeiros, quando Estado e Município não conseguirem atingir o (CAQi);



PREFEITURA MUNICIPAL DE MAFRA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Av. Cel. José Severiano Maia, 441
CEP: 89.300-000 - MAFRA – SANTA CATARINA
FONE: 0 XX (47) 3641-4000

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. 35ª ed. São Paulo: Saraiva, 2005.

_____. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**. 1999.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394**. 9ª. ed. – Brasília : Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2014.

_____. **Plano Nacional de Educação**. Câmara dos Deputados. Brasília, 2000.

_____. **Plano Nacional de Educação**. Lei Nº 13.005, de 25 junho de 2014.

_____. **Política Nacional de Educação Infantil**, 2006.

_____. Presidência da República. **Constituição Federal da República Federativa do Brasil, 1988**. Disponível em: <http://www.presidencia.gov.br/legislacao/constituicao>. Acesso em: 07 de abril DE 2015.

_____. **Sinopses Estatísticas, 2000 a 2012**. Disponível em: <<http://www.portal.mec.gov.br/arquivos/pdf>>. Acesso em: 09 de abril de 2015.

_____. Presidência da República. **Emenda Constitucional nº 59 de 11/11/2009**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc/emc59.htm. Acesso em 17 de abril de 2015.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MAFRA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Av. Cel. José Severiano Maia, 441
CEP: 89.300-000 - MAFRA – SANTA CATARINA
FONE: 0 XX (47) 3641-4000

_____. Censo Escolar. Disponível em: <http://www.portal.inep.gov.br/basica-censo-escolar>. Acesso em: 05 de maio de 2015.

_____. Dados Estatísticos. <http://www.portal.mec.gov.br/arquivos/pdf>. Acesso em: 05 de maio de 2015.

_____, Ministério da Educação. **Avaliação do Plano Nacional de Educação**. Brasília: Inep, 2010.

_____. Portal do Simec: <http://simec.mec.gov.br/pde/graficopne.php>.

_____. Portal MEC/PNE: <http://pne.mec.gov.br/conhecendo-o-pne>. Acesso em: 07 de maio de 2015.

<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/uf.php?lang=&coduf=42&search=santa-catarina>. Acesso em: 06 de maio de 2015.

<http://matricula.educacenso.inep.gov.br>. Acesso em: 07 de maio de 2015.

<http://www.gedu.org.br/brasil/censo-escolar>. Acesso em: 07 de maio de 2015.

<http://www.todospelaeducacao.org.br>. Acesso em: 07 de maio de 2015.

Santa Catarina. **Plano Estadual de Educação**.

<http://www.sed.sc.gov.br/secretaria/plano-estadual-de-educacaosc-versao-preliminar>. Acesso em 11 de maio de 2015.

DOURADO, Luiz F. (Org.). **Plano Nacional de Educação (2011-2020): avaliação e perspectivas**. Goiânia: Editora da UFG/Autêntica, 2011.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MAFRA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Av. Cel. José Severiano Maia, 441

CEP: 89.300-000 - MAFRA – SANTA CATARINA

FONE: 0 XX (47) 3641-4000

Maracajá

PREFEITURA

AVISO DA LICITAÇÃO 11/2015_FMS PP

Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Maracajá
Fundo Municipal de Saúde

Processo Licitatório nº 11/2015 - Pregão Presencial –
Menor Preço por Item

Objeto: fornecimento de solução de tecnologia da informação para gestão de saúde pública, compreendendo licenças de uso de software temporárias e não exclusivas, prestação de serviços de planejamento, instalação, implantação e customização do software, migração de dados oriundos de software legado, treinamento, suporte técnico especializado, manutenção corretiva e evolutiva do software, conforme especificação do edital, Entrega dos envelopes: até as 09:45 horas do dia 01/07/2015 Abertura da Sessão: a partir das 10:00 horas do dia 01/07/2015. Local e cópia do Edital: Prefeitura Municipal de Maracajá, sito a Avenida Getúlio Vargas, 530, no centro do município, CEP 88915-000, Maracajá/SC, no horário das 08:30 hs as 12:00 h e das 13:30 hs as 17:00 hs, em dias úteis ou no site www.maracaja.sc.gov.br . Fone/fax (48) 3523-1111; e-mail: licitacao@maracaja.sc.gov.br.

Maracajá, 18 de junho de 2015.

VILMAR LEANDRO
Gestor do FMS

AVISO DA LICITAÇÃO 32/2015 - PP

Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Maracajá

Processo Licitatório nº 32/2015 - Pregão Presencial –
Menor Preço por Item

Objeto: Aquisição parcelada de leites especiais e complemento alimentar para atender as pessoas carentes do município, prescrito por profissional competente, conforme especificações constantes do anexo I que integra este edital, Entrega dos envelopes: até as 09:45 horas do dia 02/07/2015 Abertura da Sessão: a partir das 10:00 horas do dia 02/07/2015. Local e cópia do Edital: Prefeitura Municipal de Maracajá, sito a Avenida Getúlio Vargas, 530, no centro do município, CEP 88915-000, Maracajá/SC, no horário das 08:30 hs as 12:00 h e das 13:30 hs as 17:00 hs, em dias úteis ou no site www.maracaja.sc.gov.br . Fone/fax (48) 3523-1111; e-mail: licitacao@maracaja.sc.gov.br.

Maracajá, 18 de junho de 2015.

Wagner da Rosa
Prefeito Municipal

Marema

PREFEITURA

CONTRATO Nº: 062/2015

MINUTA

Contrato nº: 062/2015

Contratante: MUNICÍPIO DE MAREMA

Contratado: PROJETARC ENGENHARIA LTDA - ME

Objeto: Manutenção da Rede de Iluminação Pública.

Valor Total: R\$ 7.600,00 (reais).

Prazo: Até 30 de dezembro de 2015

Foro: Comarca de Xaxim – SC

Marema, 22 de Maio de 2015.

MARCOS PEDRO BATISTEL

PREFEITO

Marema, 26 de Maio de 2015.

MARCOS PEDRO BATISTEL

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATO Nº:063/2015

MINUTA

Contrato nº: 063/2015

Contratante: MUNICÍPIO DE MAREMA

Contratado: INOVA ASSESSORIA EM TELECOMUNICAÇÕES LTDA -ME

Objeto: Prestação de serviços e assessoria em consultoria comercial em telecomunicações com o objetivo específico de reduzir os gastos com telefonia fixa.

Valor Total: R\$ 2.100,00 (reais).

Prazo: Até 31 de dezembro de 2015

Foro: Comarca de Xaxim – SC

Marema, 26 de Maio de 2015.

MARCOS PEDRO BATISTEL

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATO Nº:066/2015

MINUTA

Contrato nº: 066/2015

Contratante: MUNICÍPIO DE MAREMA

Contratado: IVONIR MATIASO ME

Vinculação: Proc. Adm. Licitatório nº 034/2015 - CV nº 008/2015

Objeto: Aquisição de Material de Higiene e Limpeza.

Valor Total: R\$ 10.161,00 (reais).

Prazo: até 31/12/2015.

Foro: Comarca de Xaxim – SC

Marema, 27 de Maio de 2015.

MARCOS PEDRO BATISTEL

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATO Nº:067/2015

MINUTA

Contrato nº: 067/2015

Contratante: MUNICÍPIO DE MAREMA

Contratado: MARIZETE C. CORIOLETTI ME

Vinculação: Proc. Adm. Licitatório nº 034/2015 - CV nº 008/2015

Objeto: Aquisição de Material de Higiene e Limpeza.

Valor Total: R\$ 9.919,85 (reais).

Prazo: até 31/12/2015.

Foro: Comarca de Xaxim – SC

Marema, 27 de Maio de 2015.

MARCOS PEDRO BATISTEL

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATO Nº:064/2015

MINUTA

Contrato nº: 064/2015

Contratante: MUNICÍPIO DE MAREMA

Contratado: WYN COMUNICAÇÃO LTDA ME

Objeto: de veiculação de programação exclusiva da I EXPO MAREMA, através da OPENBOX TV afiliados na cidade de Xaxim-SC e afiliados da cidade de Xanxerê SC.

Valor Total: R\$ 735,00 (reais).

Prazo: 04/06/2015 á 19/06/2015.

Foro: Comarca de Xaxim – SC

Marema, 26 de Maio de 2015.

MARCOS PEDRO BATISTEL

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATO Nº:068/2015

MINUTA

Contrato nº: 068/2015

Contratante: MUNICÍPIO DE MAREMA

Contratado: SUPERMERCADO MAREMA LTDA ME

Vinculação: Proc. Adm. Licitatório nº 034/2015 - CV nº 008/2015

Objeto: Aquisição de Material de Higiene e Limpeza.

Valor Total: R\$ 10.001,35 (reais).

Prazo: até 31/12/2015.

Foro: Comarca de Xaxim – SC

Marema, 27 de Maio de 2015.

MARCOS PEDRO BATISTEL

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATO Nº:065/2015

MINUTA

Contrato nº: 065/2015

Contratante: MUNICÍPIO DE MAREMA

Contratado: ELIVAR LUIS BACKES 053.313.519-21

Objeto: VEICULAÇÃO DE PROGRAMAÇÃO DA I EXPO MAREMA, através do site <http://www.clickxaxim.com.br/>

Valor Total: R\$ 1.500,00 (reais).

Prazo: 26/05/2015 á 21/06/2015.

Foro: Comarca de Xaxim – SC

CONTRATO Nº:069/2015

MINUTA

Contrato nº: 069/2015

Contratante: MUNICÍPIO DE MAREMA

Contratado: CLICK OESTE COMUNICACAO E EVENTOS LTDA - ME

Objeto: VEICULAÇÃO DE PROGRAMAÇÃO DA I EXPO MAREMA,
através do site <http://www.clicoeste.com.br/>

Valor Total: R\$ 1.500,00 (reais).

Prazo: 29/05/2015 á 21/06/2015.

Foro: Comarca de Xaxim – SC

Marema, 29 de Maio de 2015.

MARCOS PEDRO BATISTEL

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATO Nº:070/2015

MINUTA

Contrato nº: 070/2015

Contratante: MUNICÍPIO DE MAREMA

Contratado: JOLEMAQUINAS COM. DE PEÇAS E SERVIÇOS MECA-
NICOS LTDA

Objeto: Aquisição de Material de Higiene e Limpeza.

Valor Total: R\$ 31.886,10 (reais).

Prazo: até 31/12/2015.

Foro: Comarca de Xaxim – SC

Marema, 29 de Maio de 2015.

MARCOS PEDRO BATISTEL

PREFEITO MUNICIPAL

Massaranduba

PREFEITURA

ATA 15.2015 - AQUISIÇÃO DE PNEUS E DIVERSOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 15/2015

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 34/2015

PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. 26/2015 - PMM

VALIDADE: 12 (doze) meses (15-06-2015 a 15-06-2016)

Aos quinze dias do mês de Junho do ano de 2015, a PREFEITURA DE MASSARANDUBA, pessoa jurídica de direito público, situado na Rua 11 de Novembro, 2765, Centro, Município de Massaranduba, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.102.483/0001-62, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. MÁRIO FERNANDO REINKE, CPF nº. 399.964.099-53, brasileiro, casado, residente e domiciliado neste Município, o FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE DE MASSARANDUBA, pessoa jurídica de direito público, situado na Rua 11 de Novembro, 3025, Centro, Município de Massaranduba, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob o nº. 11.231.203/0001-05 e representado pela Sra. SUZANE ELISA FROELICH REINKE, brasileira, casada, CPF nº. 468.882.339-87 e o FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE MASSARANDUBA, pessoa jurídica de direito público, situado na Rua 11 de Novembro, 3025, Centro, Município de Massaranduba, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob o nº. 01.743.462/0001-61 e representado pela Sra. ANNA KARINE REINKE FRANZ, brasileira, casada, CPF nº. 005.246.769-41, doravantes denominados simplesmente de CONTRATANTES, nos termos do artigo 15 da Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações, Decreto Municipal nº. 2051/2010 e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Processo Licitatório Nº. 34/2015 - Pregão Presencial Nº. 26/2015 - SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, homologado pelo Prefeito Municipal, abaixo assinado, RESOLVE registrar os valores oferecidos para aquisição de diversos pneus, câmaras, disco tacógrafo e protetores, novos, de primeira linha e em conformidade com as normas técnicas do INMETRO, destinados a frota veicular municipal (Veículos leves e pesados), ao longo de 12 (doze) meses, conforme consta no Anexo II do Edital de Pregão Presencial que passa a fazer parte desta Ata, tendo sido, os referidos valores, oferecidos pelas empresas cujas propostas foram classificadas no certame. Presentes às empresas e seus representantes:

Participantes Presentes	CNPJ
MODELO PNEUS LTDA, neste ato representado por JOESLEY DE OLIVEIRA MUCHOLOWSKI	94.510.682/0001-26
SPEED RACER PNEUS LTDA - EPP, neste ato representado por RICARDO CESAR CARMACIO	05.235.301/0003-80
TURBO AUTO PEÇAS E ACESSORIOS LTDA, neste ato representado por LEANDRO DA SILVEIRA MARQUES	93.988.921/0001-95
COPAL COM. DE PNEUS E ACESSORIOS LTDA, neste ato representado por LUCAS RECH	88.197.330/0001-60
JOACABA PNEUS LTDA, neste ato representado por MAURO EDUARDO RODRIGUES DOS SANTOS	84.587.245/0010-48
CANTU COM DE PNEUMATICOS LTDA, neste ato representado por DOUGLAS CANSAN	08.888.040/0009-80
BBW DO BRASIL COM. DE PNEUMATICOS LTDA EPP, neste ato representado por LEONARDO VENDRUSCOLO TONIELLO	17.450.564/0001-29
GF PNEUS COMERCIAL E DISTRIBUIDORA LTDA, neste ato representado por EDUARDO RIBEIRO	93.894.954/0005-08

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. Aquisição de diversos pneus, câmaras, disco tacógrafo e protetores, novos, de primeira linha e em conformidade com as normas técnicas do INMETRO, destinados a frota veicular municipal (Veículos leves e pesados), ao longo de 12 (doze) meses a partir da assinatura da presente ata, através do Sistema de Registro de Preços, de acordo com as especificações e quantitativos estimados no Edital e seus anexos.

Item	Nome Empresa	Descrição Produto	Unid.	Marca	Quantidade	Valor Unit.	Valor Total
06	TURBO AUTO PEÇAS E ACESSORIOS LTDA	PENU 175/65 ARO 14 NORMAL; DIMENSOES 175/65R14, CAPACIDADE DE CARGA IC82; NOVO, CERTIFICADO PELO INMETRO.	UNID	RUNWAY ENDURO 816	8	R\$ 173,00	R\$ 1.384,00
07	TURBO AUTO PEÇAS E ACESSORIOS LTDA	Pneu Liso 750 X16 - 12 lonas, construção diagonal, novo, certificados pelo INMETRO.	UNID	AX SS200	10	R\$ 350,00	R\$ 3.500,00
18	TURBO AUTO PEÇAS E ACESSORIOS LTDA	Pneu 225/70 Aro 15 para automóvel leve; construção radial; reforçado; dimensões 225/70; aro 15; capacidade de carga 112/110; novo, certificados pelo INMETRO.	UNID	BRILAND BRL902	14	R\$ 340,00	R\$ 4.760,00
36	TURBO AUTO PEÇAS E ACESSORIOS LTDA	PNEU RADIAL 195/65 - ARO 15 - NOVO, CERTIFICADO PELO INMETRO.	UNID	BRILAND BRP606	16	R\$ 210,00	R\$ 3.360,00
Total do Fornecedor:						R\$ 13.004,00	
14	COPAL COM. DE PNEUS E ACESSORIOS LTDA	PNEU 19.5X24, BORRACHUDO 12 LONAS, NOVO, PARA RETRO ESCAVADEIRA R4, CERTIFICADOS PELO INMETRO.	UNID	CONDOR	04	R\$ 1.785,00	R\$ 7.140,00
25	COPAL COM. DE PNEUS E ACESSORIOS LTDA	PROTETOR DE CAMARA DE AR; DE BORRACHA; PARA CAMARA DE AR; 1300X24.	UNID	ZCRUBBER	20	R\$ 40,00	R\$ 800,00
26	COPAL COM. DE PNEUS E ACESSORIOS LTDA	PROTETOR DE CAMARA DE AR; DE BORRACHA; PARA CAMARA DE AR; 1400X24.	UNID	ZCRUBBER	20	R\$ 40,00	R\$ 800,00
30	COPAL COM. DE PNEUS E ACESSORIOS LTDA	CAMARA DE AR 17.5/25, NOVA, CERTIFICADA PELO INMETRO.	UNID	QBOM	04	R\$ 190,00	R\$ 760,00
32	COPAL COM. DE PNEUS E ACESSORIOS LTDA	CAMARA TRASEIRA 19.5X24, NOVA, CERTIFICADA PELO INMETRO.	UNID	FLEXEM	08	R\$ 185,00	R\$ 1.480,00
Total do Fornecedor:						R\$ 10.980,00	



09	JOACABA PNEUS LTDA	PNEU NOVO, 1000 X 20 RADIAL, 16 LONAS, BORRACHUDO/MISTO, SULCO MÍNIMO DE 19 MM, ESTRUTURA PNEU CAMINHÃO TRAÇADO CERTIFICADOS PELO INMETRO.	UNID	TG85 PIRELLI	100	R\$ 1.195,00	R\$ 119.500,00
11	JOACABA PNEUS LTDA	PNEU NOVO, 900X20 RADIAL, 14 LONAS, BORRACHUDO/MISTO, SULCO NO MINIMO 19MM, ESTRUTURA PARA CAMINHÃO TRAÇADO, CERTIFICADO PELO INMETRO.	UNID	TG85 PIRELLI -18,5mm	20	R\$ 1.055,00	R\$ 21.100,00
12	JOACABA PNEUS LTDA	PNEU NOVO, 900X20 RADIAL, 14 LONAS, LISO/MISTO, SULCO NO MINIMO 14MM, ESTRUTURA PNEU CAMINHÃO TRAÇADO, CERTIFICADO PELO INMETRO.	UNID	FG85 PIRELLI	10	R\$ 1.000,00	R\$ 10.000,00
28	JOACABA PNEUS LTDA	CAMARA DE AR 1400 x 24 NOVA, CERTIFICADO PELO INMETRO	UNID	KM24 TR218 BBW	36	R\$ 139,00	R\$ 5.004,00
29	JOACABA PNEUS LTDA	CAMARA 7,50 ARO 16, NOVA, CERTIFICADA PELO INMETRO.	UNID	HE415 TR441 PIRELLI	10	R\$ 38,00	R\$ 380,00
31	JOACABA PNEUS LTDA	CAMARA DIANTEIRA ARO 18 10.5 801, NOVA, CERTIFICADA PELO INMETRO.	UNID	TR15 BBW -10.5/80-18	08	R\$ 68,00	R\$ 544,00
34	JOACABA PNEUS LTDA	PNEU NOVO, 275/80 22.5, 16 LONAS, LISO/MISTO, RADIAL PROFUNDIDADE DE SULCO MÍNIMO 17,5 MM, EXCLUSIVO PARA SERVIÇO MISTO, CERTIFICADOS PELO INMETRO.	UNID	FG85 PIRELLI	16	R\$ 1.230,00	R\$ 19.680,00
35	JOACABA PNEUS LTDA	PROTETOR 1000X20, novo, certificado pelo INMETRO.	UNID	20L SBN	100	R\$ 20,00	R\$ 2.000,00
37	JOACABA PNEUS LTDA	PNEU E CAMARA DE AR PARA CARINHO DE MÃO	UNID	P7 PIRELLI	01	R\$ 960,00	R\$ 960,00
37.1	JOACABA PNEUS LTDA	CAMARA DE AR 3.25 X 8 PARA CARINHO DE MÃO CERTIFICADO INMETRO.	UNID	pirelli	30	R\$ 16,00	R\$ 480,00
37.2	JOACABA PNEUS LTDA	PNEU NOVO, PARA ARO COM CAMARA DE AR 3.25 X 8 PARA CARINHO DE MÃO	UNID	pirelli	20	R\$ 24,00	R\$ 480,00
Total do Fornecedor:						R\$ 179.168,00	
04	CANTU COM DE PNEUMATICOS LTDA	PNEU 185/60 ARO 14 NOVO, CERTIFICADO PELO INMETRO.	UNID	AH01 AEOLUS 82H	08	R\$ 178,00	R\$ 1.424,00
15	CANTU COM DE PNEUMATICOS LTDA	PNEU 12.5/80-18 BORRACHUDO 10 LONAS, NOVO PARA RETROESCAVADEIRA, CERTIFICADO PELO INMETRO.	UNID	LANDE 12PR IMP600 TL	04	R\$ 790,00	R\$ 3.160,00
17	CANTU COM DE PNEUMATICOS LTDA	PNEU 12.5/80 BORRACHUDO 10 LONAS, NOVO, PARA RETROESCAVADEIRA JCB, CERTIFICADO PELO INMETRO.	UNID	LANDE 12PR IMP600 TL	02	R\$ 790,00	R\$ 1.580,00
23	CANTU COM DE PNEUMATICOS LTDA	Pneu para automóvel leve de construção radial; normal, sem câmara; dimensões 205/55 r16; aro 16; capacidade de carga ic88; novo, certificados pelo INMETRO.	UNID	AH02 AEOLUS 91V	04	R\$ 223,00	R\$ 892,00
Total do Fornecedor:						R\$ 7.056,00	
01	BBW DO BRASIL COM. DE PNEUMATICOS LTDA EPP	PNEU 175/70 R14 88T CAPACIDADE DE CARGA PARA MONTANA, NOVO, CERTIFICADOS PELO INMETRO.	UNID	linglong greenmax	08	R\$ 218,00	R\$ 1.744,00
08	BBW DO BRASIL COM. DE PNEUMATICOS LTDA EPP	PNEU BORRACHUDO 750 x 16, 12 LONAS, CONSTRUÇÃO DIAGONAL CERTIFICADO PELO INMETRO.	UNID	linglong I159	10	R\$ 400,00	R\$ 4.000,00
10	BBW DO BRASIL COM. DE PNEUMATICOS LTDA EPP	PNEU NOVO, 1000 X 20 RADIAL , 16 LONAS, LISO/MISTO, PROFUNDIDADE DE SULCO MÍNIMO 12 MM, ESTRUTURA PNEU CAMINHÃO TRAÇADO, CERTIFICADO PELO INMETRO.	UNID	jk jetway 14mm	40	R\$ 1.077,00	R\$ 43.080,00
16	BBW DO BRASIL COM. DE PNEUMATICOS LTDA EPP	PNEU 17.5/25 12 LONAS BORRACHUDO, NOVO, PARA RETROESCAVADEIRA JCB, CERTIFICADO PELO INMETRO.	UNID	superguider g2	02	R\$ 1.947,00	R\$ 3.894,00
24	BBW DO BRASIL COM. DE PNEUMATICOS LTDA EPP	Pneu 205/75 Aro16, Construção RADIAL, reforçado, dimensões 205/75 r16; aro 16; capacidade de carga 110/108 r, novo, certificados pelo INMETRO.	UNID	linglong r666	12	R\$ 357,00	R\$ 4.284,00
Total do Fornecedor:						R\$ 57.002,00	
02	GF PNEUS COMERCIAL E DISTRIBUIDORA LTDA	PNEU 175/70 R13 PARA AUTOMOVEL LEVE, NOVO, CERTIFICADO PELO INMETRO.	UNID	SAILUN/ ATREZZO	52	R\$ 137,00	R\$ 7.124,00
03	GF PNEUS COMERCIAL E DISTRIBUIDORA LTDA	PNEU 185 ARO 14, 102/100, 8 LONAS PARA KOMBI, NOVO, RADIAL, CERTIFICADO PELO INMETRO.	UNID	TRIANGLE/ TR645	16	R\$ 230,00	R\$ 3.680,00
13	GF PNEUS COMERCIAL E DISTRIBUIDORA LTDA	PNEU 205/65 ARO 15 REFORÇADO; DIMENSÕES 205/65 R15; ARO 15; CAPACIDADE 94T NOVO, CERTIFICADO PELO INMETRO.	UNID	TRIANGLE/ TR928	04	R\$ 225,00	R\$ 900,00
19	GF PNEUS COMERCIAL E DISTRIBUIDORA LTDA	PNEU 14.9-24 6PR, GARRA ALTA, PARA TRATOR DE PNEU, NOVO, CERTIFICADO PELO INMETRO.	UNID	ROADGUIDER/R2	02	R\$ 1.495,00	R\$ 2.990,00
20	GF PNEUS COMERCIAL E DISTRIBUIDORA LTDA	Pneu 23,1/26 10 P.R para trator de pneu, garra alta novo, certificados pelo INMETRO.	UNID	ROADGUIDER/R2	02	R\$ 2.960,00	R\$ 5.920,00
21	GF PNEUS COMERCIAL E DISTRIBUIDORA LTDA	Pneu 18,4/15-30 8 lonas, para trator agrícola Garra alta, novo, certificados pelo INMETRO.	UNID	ROADGUIDER/R2	02	R\$ 2.170,00	R\$ 4.340,00
22	GF PNEUS COMERCIAL E DISTRIBUIDORA LTDA	Pneu Dianteiro Trator, Novo 750 X 16, 8 lonas com3 frisos, certificados pelo INMETRO.	UNID	ROADGUIDER/F2	02	R\$ 350,00	R\$ 700,00

33	GF PNEUS COMERCIAL E DISTRIBUIDORA LTDA	PNEU 14.9-24 6PR, GARRA ALTA, PARA TRATOR DE PNEU, NOVO, CERTIFICADO PELO INMETRO.	UNID	ROADGUI- DER/R2	02	R\$ 1.400,00	R\$ 2.800,00
Total do Fornecedor:						R\$ 28.454,00	
Total Geral dos Itens:						R\$ 295.664,00	

1.2. O valor estimado para a citada aquisição pelo período de 12 (doze) meses é de R\$ 295.664,00 (duzentos e noventa e cinco mil e seiscentos e sessenta e quatro reais.).

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VALIDADE DOS PREÇOS

2.1. A presente Ata de Registro de Preços terá validade até 12 (doze) meses, a partir da sua assinatura, não podendo ser prorrogada.

2.2. Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município não será obrigado a contratar o objeto referido na Cláusula I exclusivamente pelo Sistema de Registro de Preços, podendo fazê-lo através de outra licitação quando julgar conveniente, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie às empresas detentoras, ou, cancelar a Ata, na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas para tanto, garantidos à detentora, neste caso, o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. A presente Ata de Registro de Preços será usada pela Secretaria de Administração e Finanças, que será o Órgão Gerenciador da presente Ata de Registro de Preços.

3.2. O valor ofertado pelas empresas signatárias da presente Ata de Registro de Preços é o relacionado na Cláusula Primeira, de acordo com a respectiva classificação no Processo Licitatório Nº. 34/2015 - Pregão Presencial Nº. 26/2015.

3.3. Em cada fornecimento de materiais decorrente desta Ata, serão observadas as cláusulas e condições constantes do Edital de Processo Licitatório Nº. 34/2015 - Pregão Presencial Nº. 26/2015 e seus Anexos, que a precederam e integram o presente instrumento de compromisso.

CLÁUSULA QUARTA – DO PAGAMENTO

4.1. O pagamento será efetuado da seguinte forma: nota fiscal emitida na 1ª quinzena do mês em vigor será paga no dia 10 (dez) do mês subsequente; nota fiscal emitida na 2ª quinzena do mês em vigor será paga no dia 25 (vinte cinco) do mês subsequente. Para a efetivação do pagamento o objeto/prestação de serviço deverá ser aceito juntamente com a documentação fiscal atestada pela Administração;. Na nota fiscal deverá constar o número da licitação, da Ata de Registro de Preços e ainda serão observados os seguintes requisitos:

a) Nenhum pagamento será efetuado à empresa, enquanto houver pendência de liquidação de obrigação financeira, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

b) Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

4.2. As despesas decorrentes da presente ata de registro de preços serão efetuadas a conta dos recursos financeiros do ano corrente.

CLÁUSULA QUINTA – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA.

5.1. O prazo de entrega será de no máximo 10 (dez) dias consecutivos após o recebimento da Ordem de Compra ou Nota de Empenho que será fornecida pelo Órgão Gerenciador da Ata de Registro de Preços.

5.2. Local de entrega: Garagem da Prefeitura Municipal, situada na Rua 11 de Novembro, 2765, Centro, na cidade de Massaranduba/SC.

5.3. A Empresa deverá entregar o objeto contratado dentro do prazo estipulado previamente em instrumento convocatório, independente de quantidade solicitada, distância da contratada do local de entrega, ou do valor do frete, pois o preço deverá ser elaborado prevendo estes custos.

CLÁUSULA SEXTA – DAS PENALIDADES

6.1. A recusa da empresa com proposta classificada na licitação e indicada para registro dos respectivos preços ensejará a aplicação das penalidades enunciadas no artigo 87 da Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações e no Decreto Municipal nº. 2051/2010, a critério da Administração.

6.2. Aos proponentes que ensejarem o retardamento da execução do certame, não mantiverem a proposta e não assinarem a Ata de Registro de Preços, comportarem-se de modo inidôneo, fizerem declaração falsa ou cometerem fraude fiscal, poderão ser aplicadas, conforme o caso, resguardados os procedimentos legais, as seguintes sanções, a critério da Administração, isolada ou cumulativamente, sem prejuízo da reparação dos danos causados à Administração Municipal pelo infrator:

6.2.1. Impedimento para registro na Ata, se concluída a fase licitatória;

6.2.2. Cancelamento do registro na Ata;

6.2.3. Advertência e anotação restritiva no Cadastro de Fornecedores;

6.2.4. Multa de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação.

6.2.5. Suspensão temporária do direito de licitar ou de contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 02 (dois) anos ou enquanto

perdurarem os motivos determinantes da punição ou, ainda, até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que aplicou a penalidade.

6.2.6. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

6.3. A aplicação das penalidades ocorrerá depois de defesa prévia do interessado, no prazo estabelecido na Lei de Licitações, a contar da intimação do ato.

6.4. Não será aplicada multa se, comprovadamente, o atraso do atendimento, advir de caso fortuito ou motivo de força maior.

6.5. O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pelo fornecedor no momento da execução da Ata de Registro de Preços, sem justificativa aceita pelo órgão ou entidade usuária, resguardados os procedimentos legais pertinentes, poderá acarretar, isolada ou cumulativamente, nas seguintes sanções:

6.5.1. Advertência;

6.5.2. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado total do contrato, em caso de recusa do 1.º colocado de cada item em assinar a Ata de Registro de Preços.

6.5.3. Multa de 10% (dez por cento) por dia de inadimplência, até o trigésimo dia de fornecimento incompleto ou em atraso, incidentes sobre o valor estimado mensal da contratação, além do desconto do valor correspondente ao serviço não realizado pela detentora da Ata.

6.6. Suspensão temporária do direito de participar de licitação e de fornecer à Administração Pública, por prazo de até 02 (dois) anos;

6.7 Em qualquer hipótese de aplicação de penalidades será assegurado ao fornecedor o contraditório e ampla defesa.

6.8. A aplicação das sanções previstas nesta Ata não exclui a possibilidade de aplicação de outras, previstas em Lei, inclusive responsabilização do fornecedor por eventuais perdas e danos causados à Administração.

6.9. As importâncias relativas a multas serão descontadas dos pagamentos a serem efetuados à detentora da Ata, podendo, entretanto, conforme o caso, processar-se a cobrança judicialmente.

6.10. As penalidades serão aplicadas sem prejuízo das demais sanções cabíveis, sejam estas administrativas ou penais, previstas na Lei nº. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

7.1. O objeto licitado poderá sofrer reajuste depois de expirado o prazo de 90 dias contados da homologação, desde que atendidas as prerrogativas da lei e mediante a efetiva comprovação do aumento por parte do fornecedor e aprovação da administração, devendo ser utilizado o mesmo percentual.

7.2. Se no decorrer dos fornecimentos oriundos da Ata de Registro de Preços, ficar comprovado que os preços registrados são incompatíveis com os fixados por órgãos oficiais ou com os praticados no mercado, a Administração reserva-se o direito de aplicar o disposto no artigo 24, inciso VII da Lei nº. 8.666/93 e alterações, efetuando a compra direta, por valor não superior ao constante da Ata de Registro de Preços. Tal comprovação será feita através de tabelas oficiais e/ou cotações de mercado.

CLÁUSULA OITAVA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, de pleno direito:

8.2. Pela Administração Municipal, quando:

8.2.1. A detentora não cumprir as obrigações constantes desta Ata de Registro de Preços;

8.2.2. A detentora não retirar a Nota de Empenho no prazo estabelecido e a Administração não aceitar sua justificativa;

8.2.3. A detentora der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços;

8.2.4. Em qualquer das hipóteses de recusa na entrega total ou parcial de contrato decorrente de registro de preços;

8.2.5. Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

8.2.6. Por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração;

8.3. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação na Imprensa Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado após 01(um) dia da publicação.

8.4. Pelas detentoras, quando, mediante solicitação por escrito, comprovarem estar impossibilitadas de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços.

8.5. A solicitação das detentoras para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com a antecedência de 30 (trinta) dias, cabendo a Administração a aplicação das penalidades previstas em lei.

CLÁUSULA NONA – DA AUTORIZAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO E EMISSÃO DAS NOTAS DE EMPENHO

9.1. O fornecimento do objeto da presente Ata de Registro de Preços será autorizado, caso a caso, pela Secretaria de Administração e Finanças, que é o órgão gerenciador da mesma e também pela unidade financeira competente para os pagamentos.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

10.1. Compete ao Órgão Gerenciador:

10.2. Efetuar o pagamento nas condições pactuadas.

10.3. Notificar a Contratada relativamente a qualquer irregularidade encontrada no fornecimento dos materiais.

10.4. O Município não será responsável por quaisquer ônus, direitos ou obrigações vinculadas à legislação trabalhista, tributárias ou securitárias decorrentes da execução do presente contrato, cujo cumprimento e responsabilidade caberão, exclusivamente, à Contratada.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

11.1. A empresa vencedora obriga-se a:

11.1.1. Aceitar acréscimos ou supressões que o MUNICÍPIO solicitar, até o limite permitido pelo parágrafo 1º. do artigo 65 da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores;

11.1.2. Entregar o objeto da licitação, dentro do prazo máximo de 10 (dez) dias consecutivos, após o recebimento da ordem de compra, respeitadas as quantidades e especificações contidas no Anexo II.

11.1.3. Pagar todos os tributos fiscais e parafiscais que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os serviços prestados, bem como eventual custo de frete na retirada e entrega do objeto;

11.1.4. Assumir inteira responsabilidade pela entrega e pelo seguro dos produtos até o local determinado pela Prefeitura;

11.1.5. Responder por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação fiscal, social e tributária, bem como pelos danos e prejuízos que a qualquer título causar a Prefeitura Municipal de Massaranduba e/ou a terceiros, em decorrência do objeto desta licitação, respondendo por si e seus sucessores.

11.1.6. Aceitar as condições de pagamento, previstas no edital.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. Integram esta Ata, o Edital de Pregão Presencial nº. 26/2015, e as propostas das empresas classificadas no certame supra numerado.

12.2. Fica eleito o Foro da Comarca de Guaramirim (SC), para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente Ata.

12.3. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações, e demais normas aplicáveis.

Massaranduba - SC	15	de	Junho	de	2015
-------------------	----	----	-------	----	------

MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	FUNDO MUNICIPAL DE ASS. SOCIAL
MARIO FERNANDO REINKE	SUZANE E. F. REINKE	ANNA K. R. FRANZ
Prefeito	Sec./Gestora Fundo Mun. Saúde	Sec./Gestora Fundo Ass. Social
Contratante	Contratante	Contratante

BBW DO BRASIL COM. DE PNEUMATICOS LTDA EPP LEONARDO VENDRUSCOLO TONIELLO Contratada	CANTU COM DE PNEUMATICOS LTDA DOUGLAS CANSAN Contratada
-------------------------------------------------------------------------------------------	---------------------------------------------------------------

COPAL COM. DE PNEUS E ACESSORIOS LTDA LUCAS RECH Contratada	GF PNEUS COMERCIAL E DISTRIBUIDORA LTDA EDUARDO RIBEIRO Contratada
-------------------------------------------------------------------	--------------------------------------------------------------------------

JOACABA PNEUS LTDA MAURO EDUARDO RODRIGUES DOS SANTOS Contratada	TURBO AUTO PEÇAS E ACESSORIOS LTDA LEANDRO DA SILVEIRA MARQUES Contratada
------------------------------------------------------------------------	---------------------------------------------------------------------------------

CO 20.2015 - TELEFONIA MOVEL - VIVO

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº. 20/2015

MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA - SC

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 36/2015 - PMM

T. PREÇOS SERV. ENGº. Nº 28/2015

CONTRATANTE: PREFEITURA DE MASSARANDUBA

CONTRATADO: TELEFONICA BRASIL S.A

OBJETO: contratação de serviço de telefonia móvel para a Administração Pública Municipal, pelo período de 12 (doze) meses.

VIGENCIA: 15.06.2015 a 15.06.2016

VALOR: R\$ 12.492,00 (doze mil, quatrocentos e noventa e dois reais).

Massaranduba, 15 de Julho de 2015.

MÁRIO FERNANDO REINKE

Prefeito

CÂMARA MUNICIPAL

ADITIVO Nº 12/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

CÂMARA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA

Contrato Aditivo Nº: 12/2015

Licitação: Carta Convite Nº.005/2015

Objeto: Primeiro termo aditivo referente prorrogação de prazo do contrato nº. 009/2015 e inclusão de elaboração de projeto de climatização para construção da sede da Câmara de Vereadores de Massaranduba.

Fornecedor: FGM URBANA ARQUITETURA S/S LTDA ME

Valor: R\$ 9.350,00 (Nove mil, trezentos e cinquenta reais)

Data de Assinatura: 03/06/2015

Termino da Vigência: 14/08/2015.

Meleiro

PREFEITURA

PORTARIA N.º 228/2015

PORTARIA nº 228/2015

TRATA DA CONCESSÃO DE LICENÇA SAÚDE AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e artigos 96 e seguintes da Lei nº 809/2000, de 03 de abril de 2000 e suas alterações, e Lei Complementar nº 034/2011, de 26 de dezembro de 2011, resolve:

CONCEDER

Art. 1.º Licença saúde, ao servidor ALCIDES CARRADORE, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, conforme atestado médico, em virtude de encaminhamento de benefício junto à Previdência Social.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir de 17/06/2015.

Art 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 16 de Junho de 2015.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

Modelo

PREFEITURA

EXTRATO DE CONTRATO 67/2015

Extrato de Contrato nº 67/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE MODELO

Processo Licitatório n. 273/2015

Contrato n. 67/2015

Contratada: COMÉRCIO DE BEBIDAS FRANDOLOSO LTDA - EPP

Valor: R\$ 6.985,00

O Prefeito de Modelo, SC, RICARDO LUIS MALDANER, juntamente com a Comissão de Licitações, torna público para conhecimento dos interessados, que realizou contrato com COMÉRCIO DE BEBIDAS FRANDOLOSO LTDA - EPP OBJETIVANDO A AQUISIÇÃO DE ITENS DE CONSUMO PARA DAR CONTINUIDADE ÀS ATIVIDADES DA ADMINISTRAÇÃO EM GERAL DO MUNICÍPIO DE MODELO – SC.

ADMINISTRAÇÃO:

Item	Descrição	Marca	Und.	Qdt.	Vlr unit.	Vlr total
01	GÁS P13		Un.	15	48,00	720,00
02	Bombonas Água - 20 Litros		Un.	50	9,50	475,00
03	Água Mineral embalagem de 500ml Caixa c/ 12 unidades		cx.	25	12,00	300,00
1.495,00						

DMER:

Item	Descrição	Marca	Und.	Qdt.	Vlr unit.	Vlr total
01	GÁS P13		Un.	05	48,00	240,00
03	Água Mineral embalagem de 500ml Caixa c/ 12 unidades		cx.	10	12,00	120,00
360,00						

EDUCAÇÃO:

Item	Descrição	Marca	Und.	Qdt.	Vlr unit.	Vlr total
01	GÁS P13		Un.	70	48,00	3.360,00
02	Bombonas Água - 20 Litros		Un.	60	9,50	570,00
03	Água Mineral embalagem de 500ml Caixa c/ 12 unidades		cx.	10	12,00	120,00
4.050,00						

SOCIAL:

Item	Descrição	Marca	Und.	Qdt.	Vlr unit.	Vlr total
01	GÁS P13		Un.	20	48,00	960,00
03	Água Mineral embalagem de 500ml Caixa c/ 12 unidades		cx.	10	12,00	120,00
1.080,00						

Modelo (SC), 16 de Junho de 2015.

RICARDO LUIS MALDANER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 077/2015

PORTARIA Nº 077/2015 de 18.06.2015.

DISPÕE SOBRE A CONVOCAÇÃO DE APROVADO NO CONCURSO PÚBLICO EDITAL 001/2015, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial de conformidade com a Lei 1.513/2002 e Edital de Concurso Público 001/2015 do Município de Modelo – SC homologado pelo Decreto nº 110/2015 em 06.04.2015, e demais normas legais que dispõe sobre a matéria,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica convocado para nomeação e posse no cargo de Motorista, o Sr. MAURICIO HENRIQUE RAUBER, aprovado no Concurso Público nº 001/2015 neste município de Modelo/SC, para desempenhar as atribuições do cargo com a respectiva carga horária de 40 Horas Semanais, observadas as determinações legais do cargo.

Art. 2º - O aprovado citado nesta Portaria e obedecida a ordem de classificação, deverá apresentar-se, no prazo de 10 (dez) dias a contar desta data, para apresentação dos documentos e posse, conforme estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art. 3º - Não havendo interesse, o membro convocado deve manifestar-se por escrito, dentro do prazo citado no Art. 2º, sendo que este poderá solicitar a colocação ao final da lista dos aprovados ou manifestar a desistência da vaga.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo (SC),
aos 18 de junho de 2015.
RICARDO LUIS MALDANER
PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e publicado na data supra:

FRANCIELI PAVALICINI
CHEFE DE SETOR

Ciente em: ____ / ____ / ____ .

MAURICIO HENRIQUE RAUBER

PORTARIA Nº 078/2015

PORTARIA Nº 078/2015 de 18.06.2015.

DISPÕE SOBRE A CONVOCAÇÃO DE APROVADO NO CONCURSO PÚBLICO EDITAL 001/2015, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial de conformidade com a Lei 1.513/2002 e Edital de Concurso Público 001/2015 do Município de Modelo – SC homologado pelo Decreto nº 110/2015 em 06.04.2015, e demais normas legais que dispõe sobre a matéria,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica convocado para nomeação e posse no cargo de Motorista, o Sr. GELSON SIMÃO, aprovado no Concurso Público nº 001/2015 neste município de Modelo/SC, para desempenhar as atribuições do cargo com a respectiva carga horária de 40 Horas Semanais, observadas as determinações legais do cargo.

Art. 2º - O aprovado citado nesta Portaria e obedecida a ordem de classificação, deverá apresentar-se, no prazo de 10 (dez) dias a contar desta data, para apresentação dos documentos e posse, conforme estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art. 3º - Não havendo interesse, o membro convocado deve manifestar-se por escrito, dentro do prazo citado no Art. 2º, sendo que este poderá solicitar a colocação ao final da lista dos aprovados ou manifestar a desistência da vaga.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo (SC),
aos 18 de junho de 2015.
RICARDO LUIS MALDANER
PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e publicado na data supra:

FRANCIELI PAVALICINI
CHEFE DE SETOR

Ciente em: ____ / ____ / ____ .

GELSON SIMÃO

RESOLUÇÃO Nº 011/2015 CMDCA MODELO/SC

Estado de Santa Catarina

Município de Modelo

Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

RESOLUÇÃO Nº 11/2015

Valter Rubens Cesco, Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Modelo, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Tornar público a relação das inscrições deferidas ou indeferidas para o processo de Escolha dos novos membros do Conselho Tutelar, para o período de mandato de 10 de janeiro do ano de 2016 a 09 de janeiro do ano de 2020:

Inscrição Nº	NOME	SITUAÇÃO
01	Lésia Salete Centa Bortolin	Deferida
02	Joceani Maria BortolamediRambo	Deferida
03	Edinéia Kelly Kath	Deferida
04	Sandra Maura da Silva Braun	Deferida
05	GracieliBosing	Deferida
06	Silvana Albani	Deferida
07	CleilamarBiazebeti	Deferida
08	Antônio dos Santos	Deferida
09	Solange Reinheimer	Deferida
10	Adriane Edineia Jung Tesche	Deferida
11	Carine Bruneto	Deferida
12	Talita Vitória Rosa Farfus	Deferida

Art. 2º - Esta resolução entra em vigor a partir desta data.

Modelo, SC 18 de junho de 2015.

Valter Rubens Cesco

Presidente do CMDCA

Modelo-SC

Morro da Fumaça

PREFEITURA

DECRETO Nº 065/2015

DECRETO Nº 065/2015, em 15 de Junho de 2015.

“CONVOCA A 6ª CONFERÊNCIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

O senhor AGNALDO DAVID MACCARI, Prefeito Municipal de Morro da Fumaça no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 69, inciso IX, da Lei Orgânica Municipal;

CONSIDERANDO que a Conferência Municipal de Saúde é o fórum máximo de deliberação da Política de Saúde conforme Lei Federal nº 8.142/1990;

CONSIDERANDO a solicitação da Secretaria Municipal de Saúde;

DECRETA:

Art. 1º - A Conferência Municipal de Saúde é o fórum máximo de deliberação da Política de Saúde conforme dispõe a Lei Federal 8.142/90.

Art. 2º - Conforme decisão do Conselho Municipal de Saúde, fica convocada a 6ª Conferência Municipal de Saúde de Morro da Fumaça, a ser realizada no dia 24 de Junho de 2015.

Art. 3º - O tema central da Conferência será "Saúde Pública de Qualidade para Cuidar Bem das Pessoas: Direito do Povo Brasileiro".

Art. 4º - A Conferência de Saúde será realizada no Centro de Eventos Morro da Fumaça, sito à Av. Inocente Pagnan, s/n, Linha Frasson, Morro da Fumaça/SC, das 13h as 21h.

Art. 5º - A Conferência será presidida pela Comissão designada, sendo representada pelo Presidente, Cristina P. Maccari, Vice- Presidente, Ilson Luciano e Secretária, Gabriela Larroyd, sob a coordenação destes.

Art. 6º - As normas de organização e funcionamento da Conferência serão expedidas em Portaria deliberadas pelo Conselho Municipal de Saúde e publicadas pela Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 7º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º - Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal Prefeito Auzílio Frasson, em 15 de Junho de 2015.

AGNALDO DAVID MACCARI

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

ADILSON PEDRO MACCARI

Secretário de Administração, Planejamento e Finanças

Registrado e publicado no mural de atos da Prefeitura Municipal na data supra.

DECRETO Nº 066/2015

DECRETO Nº 066/2015, em 18 de Junho de 2015.

“Convoca a VIII Conferência Municipal de Assistência Social.”

O senhor AGNALDO DAVID MACCARI, Prefeito Municipal de Morro da Fumaça no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 69, inciso IX, da Lei Orgânica Municipal;

CONSIDERANDO a necessidade de avaliar e propor diretrizes para a implementação da Política de Assistência Social no Município;

DECRETA:

Art. 1º Fica convocada a VIII Conferência Municipal de Assistência Social, a ser realizada no dia 1º de julho de 2015, tendo como tema central: “CONSOLIDAR O SUAS DE VEZ RUMO A 2026”.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto, correrão por conta de dotação própria do orçamento do órgão gestor municipal de assistência social.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Prefeito Auzílio Frasson, em 18 de Junho de 2015.

AGNALDO DAVID MACCARI

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

ADILSON PEDRO MACCARI

Secretário de Administração, Planejamento e Finanças

Registrado e publicado no mural de atos da Prefeitura Municipal na data supra.

PROCESSO SELETIVO Nº 009/2015

MUNICÍPIO DE MORRO DA FUMAÇA					
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE					
PROCESSO SELETIVO Nº 009/2015					
RESULTADO FINAL					
O resultado preliminar do processo seletivo nº 009/2015 do Fundo Municipal de Saúde de Morro da Fumaça segue a classificação abaixo:					
Cozinheiro					
COLOCAÇÃO	CANDIDATO	PORTUGUÊS	C. ESPECÍFICO	TOTAL	RESULTADO
1	Gizéli Napoleão	5	5	15	Classificado
2	Lea Jose de Souza Medeiros	3	5	13	Classificado
3	Rosimeri Dagostin G. Correa	2	4	10	Classificado
4	Irene da Silva Martins	0	1	2	Classificado
Zelador					
COLOCAÇÃO	CANDIDATO	PORTUGUÊS	C. ESPECÍFICO	TOTAL	RESULTADO
1	Simoni Alano Apolinario	9	9	27	Aprovado
2	Letícia Maurici	8	8	24	Aprovado
3	Maria Terma Oliveira	6	6	18	Classificado
4	Albertina Francisco da Silva	5	6	17	Classificado
5	Josiane de Freitas Machado	4	6	16	Classificado
6	Tamires Medeiros da Cruz	3	6	15	Classificado
7	Tanara Serafim Américo	3	6	15	Classificado
8	Elenilza da Rosa Sampaio	5	4	13	Classificado
9	Luciana Sachetti	2	5	12	Classificado
10	Luzia da Silva Nazário	4	4	12	Classificado
11	Cristine Antônio Nazário	1	5	11	Classificado
12	Melissa Máximo	4	3	10	Classificado
13	Isabel Maciel	4	3	10	Classificado
14	Raquel Oliveira	3	2	7	Classificado
15	Geruzia Vargas de Souza Ronsani	2	1	4	Classificado
Agente Comunitário de Saúde - PERPÉtua ZEFERINO MARTINS (CENTRAL)					
COLOCAÇÃO	CANDIDATO	PORTUGUÊS	C. ESPECÍFICO	TOTAL	RESULTADO
1	Maria Regina dos Santos Daniel	6	7	20	Classificado
2	Gracia Terezinha Nandi Serafim	3	8	19	Classificado
3	Jorge Sebastião Rodrigues	5	6	17	Classificado
4	Drieli da Silva Cardoso	3	6	15	Classificado
5	Micheli Madeira de Costa	3	5	13	Classificado
6	Letícia Ângelo Esmeraldino Luiz	5	3	11	Classificado
7	Gabriela Dias Sotero	2	4	10	Classificado
8	Rafael Pavei Severino	6	2	10	Classificado
9	Cleuza Cardoso Henfrain	2	3	8	Classificado
Agente Comunitário de Saúde - ANTÔNIO MAURICIO GOMES (NASPOLINI)					
COLOCAÇÃO	CANDIDATO	PORTUGUÊS	C. ESPECÍFICO	TOTAL	RESULTADO
1	Maria das Dores F. Rocha Viana	5	7	19	Classificado

Navegantes

PREFEITURA

ATA ABERTURA HABILITAÇÃO - CONCURSO 03/2015 FMC

ATA ENVELOPE DE HABILITAÇÃO - CONCURSO 03/2015 FMC ABERTO O CERTAME COM A PARTICIPAÇÃO DA SUPERINTENDENTE SRA REGINA CELIA CORREIA, A QUAL HAVIA SIDO RESPONSÁVEL PELO RECEBIMENTO DOS ENVELOPES DE INSCRIÇÃO E QUE NESTA OCASIÃO NOS FORNECEU OS MESMOS PARA ESTA COMISSÃO VERIFICAR A HABILITAÇÃO, FOI VERIFICADO A HABILITAÇÃO DOS PARTICIPANTES: JEAN CARLOS KNETSCHIK (HABILITADO) , ANDRE FELIPE MARCELINO MEI (INABILITADO ENCAMINHOU INSCRIÇÃO COMO PESSOA FISICA, MAS AS CERTIDOES ERAM PESSOA JURIDICA-FINS LUCRATIVOS), ISRAEL RODRIGUES FURTADO (HABILITADO), MAISA BERNARDI HEGELE (INABILITADO ENCAMINHOU INSCRIÇÃO COMO PESSOA FISICA, MAS AS CERTIDOES ERAM PESSOA JURIDICA-FINS LUCRATIVOS), CIA EXPERIMENTUS TEATRAIS (HABILITADO), POCHYUA ANDRADE DOS SANTOS SILVA (HABILITADO) , CASSIO FERNANDO CORREIA ME 2X (INABILITADO ENCAMINHOU INSCRIÇÃO COMO PESSOA FISICA, MAS AS CERTIDOES ERAM PESSOA JURIDICA-FINS LUCRATIVOS , FALTOU DECL. DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA), ANCHIETA ARTE CENICA ASSOCIAÇÃO / VALENTIM SCHMOELER (HABILITADO). APÓS A VERIFICAÇÃO FOI FORNECIDO À SUPERINTENDENTE OS ENVELOPES DE PROPOSTAS (TECNICAS) DAS HABILITADAS INFORMANDO QUE SERIA ABERTO O PRAZO RECURSAL DE 05 DIAS UTEIS PREVISTO NA LEI 8666/93 PARA QUEM SE SENTIU PREJUDICADO, SENDO QUE TAIS RECURSOS DEVERÃO SER PROTOCOLADOS DENTRO DO PRAZO NA PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, SETOR DE COMPRAS ATÉ O DIA 26/06/2015, E QUE APÓS O PRAZO DO RECURSO , DIA 30/06/2015 SERÃO ABERTOS OS ENVELOPES DAS PROPOSTAS TECNICAS PELA COMISSÃO RESPONSÁVEL, ESTA COMISSÃO SOLICITA QUE APÓS SEJAM INFORMADAS DA PONTUAÇÃO DOS HABILITADOS PARA A DEVIDA PUBLICAÇÃO.

NAVEGANTES , 18 DE JUNHO DE 2015.

ATA DE RETIFICAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 07/2015 FUMREBOM

ATA PREGÃO 07/2015 FUMREBOM

Ao(s) 18 de Junho de 2015, às 09:00 horas, na sede da(o) FUNDO MUNIC.REEQUIP.CORPO DE BOMB. DE NAVEGANTES , reuniram-se o Pregoeiro e sua Equipe de Apoio, designada pela(o) Portaria nº 918, para dar continuidade no Processo Licitatório nº 7/2015 FUMREBOM.

Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das mesmas com os esclarecimentos e análise necessários, por ordem de entrada e, rubricadas toda a documentação atinente, tendo o seguinte parecer da comissão:

- Retificação de Ata - Pregão 07/2015 - FUNREBOM O Município de Navegantes informa aos interessados que após o encerramento da Sessão do Pregão 07/2015, verificou-se que ocorreu um equívoco. Sendo que o envelope da Empresa 3 A Comércio, não foi aberto e consequentemente a Licitante não participou do referido Certame. Informa-se que o mesmo envelope ficará lacrado e anexo ao Processo e que caso queira participar do Processo Licitatório que ocorrerá no dia 01/07 /2015 às 09h00min, deverá enviar novos envelopes com documentos e Propostas visto que o Pregão 07/2015 que teve sua sessão no dia 01/06/2015 foi dado por fracassado. Fica desde já intimada a Empresa 3 A comercio caso queira participar da sessão do Certame 07/2015.

COMISSÃO:

Nada mais havendo a constar, lavrou-se o presente termo que será assinado pelos presentes.

DOUGLAS LEMOS - - Pregoeiro(a)
MARIA BENEDITA CORREA - - PREGOEIRA SUBSTITUTA
JOZESITE DOS SANTOS - - EQUIPE DE APOIO
FERNANDA HASSMANN CONSTANCIO - - EQUIPE DE APOIO
CARLA CLAUDINO - - EQUIPE DE APOIO

Navegantes, 22 de Junho de 2015.

ATA PREGÃO 221/2014 PMN

ATA PREGÃO 221/2014 PMN

Ao(s) 26 de Maio de 2015, às 09:00 horas, na sede da(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES , reuniram-se o Pregoeiro e sua Equipe de Apoio, designada pela(o) Portaria nº 71, para dar continuidade no Processo Licitatório nº 221/2014.

PREGÃO PRESENCIAL VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SISTEMA DE MONITORAMENTO ELETRÔNICO OSTENSIVO 24 (VINTE E QUATRO) HORAS EM PRÉDIOS DO PATRIMÔNIO E ESPAÇOS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO, ESTANDO INCLUSO INSTALAÇÕES, LOCAÇÕES DE CENTRAIS DE ALARMES, SENSORES, TECLADOS, SIRENES E CAINETA PONTO UTILIZADOS PELAS SECRETARIAS, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS DE NAVEGANTES/SC

ATA DE RECEBIMENTO E ABERTURA DE DOCUMENTAÇÃO Nr. 20/2015 (Sequência: 4)

Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das mesmas com os esclarecimentos e análise necessários, por ordem de entrada e, rubricadas toda a documentação atinente, tendo o seguinte parecer da comissão:

- No dia 10/06/2015 as 17h00min reuniu-se Pregoeiro e equipe de apoio em sessão pública para proceder a Abertura da sessão referente à envelope de Habilitação Complementar da licitante Minister, conforme agendado anteriormente. Após a abertura do envelope de Habilitação Complementar foi verificado pelo Contador Sidney Milani que os documentos relativos ao balanço estavam corretos e que a proposta foi adequada conforme solicitada em sessão anterior e para que se proceda a Habilitação da Licitante. Pregoeiro e Equipe de Apoio baseados nos documentos apresentados Habilitam a Empresa Miniister no Processo Licitatório - Pregão 221/2014. Sem mais para o momento encerra-se a presente sessão e encaminha-se a autoridade competente.

COMISSÃO:

Nada mais havendo a constar, lavrou-se o presente termo que será assinado pelos presentes.

DOUGLAS LEMOS - - Pregoeiro(a)
MARIA BENEDITA CORREA - - MEMBRO
PEDRO PAULO DA COSTA - - MEMBRO
CARLA CLAUDINO - - MEMBRO

Navegantes, 26 de Maio de 2015.

ATA PREGÃO 84/2015 PMN

PARECER DA COMISSÃO JULGADORA PREGÃO PRESENCIAL 84/2015. P.M.N

ATA PREGÃO 84/2015 P.M.N

RESUMO DA ATA

(PREGÃO PRESENCIAL Nº. 84/2015)

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE NAVEGANTES

AO(S) 17 DE JUNHO DE 2015, ÀS 14:00 HORAS, NA SEDE DA(O) PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, REUNIRAM-SE O PREGOEIRO E SUA EQUIPE DE APOIO, DESIGNADA PELA(O) PORTARIA Nº 71 DE 29 DE JANEIRO DE 2015.

ESTIVERAM PRESENTES NO ATO DE ABERTURA, O PREGOEIRO A EQUIPE DE APOIO E REPRESENTANTE(S) DA(S) EMPRESA(S) ABAIXO:

FAFES COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA (310), TECNOAL COMERCIAL DISTRIBUIDORA LTDA - EPP (2862), COMERCIAL STORINNY LTDA - EPP (9710), DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA - EPP (9929), WRS SOLUÇÕES EM SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO LTDA ME (11332), ASSOCIAÇÃO DE PROD. ORGANICOS DO PLANALTO VALE DO (13417), LICISUL COMERCIAL LTDA - ME. (14343), DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS OLIVEIRA LTDA - ME (14634). INICIALMENTE PROCEDEU-SE A LEITURA DO TEOR DAS MESMAS COM OS ESCLARECIMENTOS E ANÁLISE NECESSÁRIOS, POR ORDEM DE ENTRADA E, RUBRICADAS TODA A DOCUMENTAÇÃO ATINENTE, TENDO O SEGUINTE PARECER DA COMISSÃO:

ABERTO O CERTAME COM A PARTICIPAÇÃO DAS EMPRESAS NOVA ESPERANÇA, WRS, LICISUL, ASSOCIAÇÃO DE PRODUTORES, TECNOAL, COM. STORINNY, DIST. ALIM. OLIVEIRA, FAFES COM, INTEGRA TODOS DEVIDAMENTE CREDENCIADOS, ENTRETANTO ESTAVA AUSENTE O REPRESENTANTE DA INTEGRA, NA OCASIÃO FOI MENCIONANDO QUE NÃO ERAM ME/EPP ASSOCIAÇÃO DE PRODUTORES, COM. STORINNY, FAFES COM., INTEGRA. APÓS AS CONSIDERAÇÕES DE PRAXE, FORAM ABERTOS OS ENVELOPES DE PROPOSTAS EM SEGUIDA PASSOU-SE PARA ETAPA DE LANCES, E APÓS FORAM ABERTOS OS ENVELOPES DE HABILITAÇÃO DAS LICITANTES VENCEDORAS, CONSTATOU-SE QUE ELAS ATENDERAM AO SOLICITADO NO EDITAL, MOMENTO EM QUE ENCERRA-SE A PRESENTE E ENCAMINHA-SE OS AUTOS À AUTORIDADE COMPETENTE.

OBS, NÃO HOUE MENÇÕES DE RECURSOS.

OBS.; CORROBORA-SE QUE O PRAZO DE ENTREGA DAS AMOSTRAS É DE 24 HORAS, ENTREGAR NO DEPARTAMENTO DE COMPRAS NA PMN.

DOUGLAS LEMOS - - PREGOEIRO

MARIA BENEDITA CORREA -- PREGOEIRA SUBSTITUTA

CARLA CLAUDINO - - EQUIPE DE APOIO.

FRANCIELA JUSTINO - - EQUIPE DE APOIO.

PEDRO PAULO DA COSTA - - EQUIPE DE APOIO.

JOSEZITE DOS SANTOS --EQUIPE DE APOIO.

NAVEGANTES SC, 17 DE JUNHODE 2015.

ATA PREGÃO PRESENCIAL 85/2015 PMN

ATA PREGÃO 85/2015 P.M.N

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE NAVEGANTES

AO(S) 15 DE JUNHO DE 2015, ÀS 09:00 HORAS, NA SEDE DA(O) PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, REUNIRAM-SE O PREGOEIRO E SUA EQUIPE DE APOIO, DESIGNADA PELA(O) PORTARIA Nº 71 DE 29 DE JANEIRO DE 2015.

ESTIVERAM PRESENTES NO ATO DE ABERTURA, O PREGOEIRO A EQUIPE DE APOIO E REPRESENTANTE(S) DA(S) EMPRESA(S) ABAIXO:

FAFES, PJ, VENCEDORA, BLU, LIMP LIMP, TAYU, MAXIMA, L MOHR, BLUNAC, VENCOLI, JP DE LIMA, ASTROGILDO (OJEDA), BAGATOLI, COMERCIALIZZA, MULTI VILLE, ELO COMERCIAL, NEW WAY, DISTR NOVA ESPERANÇA, PKB, COM.,. ESTORINNYU, CELIA REGINA, LIMPEXCEL. INICIALMENTE PROCEDEU-SE A LEITURA DO TEOR DAS MESMAS COM OS ESCLARECIMENTOS E ANÁLISE NECESSÁRIOS, POR ORDEM DE ENTRADA E, RUBRICADAS TODA A DOCUMENTAÇÃO ATINENTE, TENDO O SEGUINTE PARECER DA COMISSÃO:

ABERTO O CERTAME COM A PARTICIPAÇÃO DOS LICITANTES VENCOLI, COM. MULTIVILLE, COMERCIALIZZA, MAXIMA, PKB, NOVA ESPERANÇA, BLUNAC, BLU, PJ SERVIÇOS, TAYU, NEW WAY, FORNECEDORA COM. TEXTIL, ELO, JP DE LIMA, COMERCIAL STORINNY, LIMP LIMP, L. MOHR, ASTROGILDO, BAGATOLI, CÉLIA REGINA, FAFES, LIMPEXCEL. TODAS AS EMPRESAS POSSUEM BENEFÍCIO DE ME/EPP COM EXCEÇÃO DA FAFES, ASTROGILDO, COMERCIAL STORINNY E MAXIMA PAPELARIA TODAS DEVIDAMENTE CREDENCIADAS. A EMPRESA TECNOAL NÃO APRESENTOU O CREDENCIAMENTO E A EMPRESA FORNECEDORA TEXTIL NÃO APRESENTOU REPRESENTANTE. APÓS O CREDENCIAMENTO E AS CONSIDERAÇÕES DE PRAXE OS REPRESENTANTES PRESENTES VISTARAM OS DOCUMENTOS RELATIVOS AO CREDENCIAMENTO. NA DOCUMENTAÇÃO DA EMPRESA FAFES FOI VERIFICADO QUE A AUTORIZAÇÃO DE CREDENCIAMENTO NÃO ESTAVA COM FIRMA RECONHECIDA, SENDO PORTANTO A MESMA CREDENCIADA SEM REPRESENTANTE. A SESSÃO FOI SUPENSA E MARCADA PARA RETORNAR AS 13:30 PARA CONCLUSÃO DE PRÓXIMAS ETAPAS.

PJ, L MOHR, BLUNAC, VENCOLI, JP DE LIMA, COMERCIALIZZA, MULTI VILLE, ELO COMERCIAL, DISTR NOVA ESPERANÇA, PKB, COM, ESTORINNY, LIMPEXCEL

REABERTO O CERTAME COM A PRESENÇA DAS EMPRESAS JÁ CREDENCIADAS ABRIU-SE AS PROPOSTAS ONDE AS EMPRESAS LIMPEXCEL PEDIU DESCLASSIFICAÇÃO DO ITEM 05, A EMPRESA COMERCIALIZZA NOS ITENS 11 E 19 E A EMPRESA MULTIVILLE SOLICITOU A DESCLASSIFICAÇÃO DO ITEM 11, CONFORME REQUERIMENTO.

APÓS OS LANCES ABRIU-SE OS ENVELOPES RELATIVOS A HABILITAÇÃO ONDE CONSTATOU QUE A EMPRESA COMERCIALIZZA FOI DESCLASSIFICADA POR NÃO APRESENTAR PROVA DE REGULARIDADE DO FGTS.

NÃO HOUE INTENÇÃO DE INTERPOR RECURSO.

SEM MAIS PARA O MOMENTO, ENCERRA-SE A SESSÃO E ENCAMINHA-SE A AUTORIDADE COMPETENTE PARA POSTERIOR HOMOLOGAÇÃO, APÓS APROVAÇÃO DE AMOSTRAS.

DOUGLAS LEMOS - - PREGOEIRO

MARIA BENEDITA CORREA -- PREGOEIRA SUBSTITUTA

CARLA CLAUDINO - - EQUIPE DE APOIO.

FRANCIELA JUSTINO - - EQUIPE DE APOIO.

PEDRO PAULO DA COSTA - - EQUIPE DE APOIO.

JOSEZITE DOS SANTOS --EQUIPE DE APOIO.

NAVEGANTES SC, 15 DE JUNHO DE 2015.

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 07/2015 FUMREBOM ---RETIFICADO IV---

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES
PREGÃO PRESENCIAL Nº 7/2015 FUMREBOM
----- RETIFICADO IV -----

Comunica na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório para: OBJETO: REGISTRO DE PREÇO VISANDO A AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE HIGIENE E PRODUTOS DE LIMPEZA PARA ATENDIMENTO AO QUARTEL DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC. Data da entrega dos envelopes: 01/07/2015 até às 08:50 hs. Abertura envelopes: 01/07/2015 às 09:00 hs. O Edital na íntegra se encontra à disposição na Rua João Emílio nº.100 em Navegantes/SC ou no site: www.navegantes.sc.gov.br link fornecedor.

Navegantes, 18 de junho de 2015.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito.

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 92/2015 PMN

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES
PREGÃO PRESENCIAL Nº 92/2015 PMN

Comunica na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório para: OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE LOCAÇÃO, MONTAGEM, ASSISTENCIA E DESMONTAGEM DOS BRINQUEDOS RECREATIVOS (CAMA ELASTICA, PISCINA DE BOLINHAS, TOBOGÃ INFLAVEL), PARA ATENDER AS AÇÕES COMUNITÁRIAS MEDIANTE O PROGRAMA "SABADO FELIZ", ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DA CRIANÇA, DO ADOLESCENTE E DA JUVENTUDE DE NAVEGANTES/SC. Data da entrega dos envelopes: 01/07/2015 até às 13:50 hs. Abertura envelopes: 01/07/2015 às 14:00 hs. O Edital na íntegra se encontra à disposição na Rua João Emílio nº.100 em Navegantes/SC ou no site: www.navegantes.sc.gov.br link fornecedor.

Navegantes, 18 de junho de 2015.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito.

CARTA DE CONVOCAÇÃO

Navegantes, 16 de junho de 2015.

Ilmo Sr.
JOÃO MARTINS
NESTA

Pelo presente instrumento, fica Vossa senhoria CONVOCADO para comparecer junto a Secretaria de ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA da Prefeitura Municipal de Navegantes, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas para tratar da NOMEAÇÃO através do CONCURSO PÚBLICO de nº 001/2014, para o cargo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS.

Salientamos que com o não comparecimento no prazo determinado implicará na perda automática da vaga do Concurso Público.

Sendo o que se apresenta para o momento, firmamos.

Cordialmente
Alessandra Muller
Diretoria de Gestão em RH

PORTARIA 1772 COMISSÃO DE ESTUDOS DE PROPOSTAS SINDICAIS

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
Rua João Emílio nº 100 – Centro – Telefone (47) 3342-9500
CEP 88370-446 – Navegantes - SC
CNPJ 83.102.855/0001-50
www.navegantes.sc.gov.br

PORTARIA Nº 1772 DE 18 DE JUNHO DE 2015
INSTITUI COMISSÃO PARA ANÁLISE DAS PROPOSTAS TRABALHISTAS APRESENTADAS PELO SINDICATO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DA REGIÃO DA FOZ DO RIO ITAJAÍ

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município em seu art. 60, III,

RESOLVE:

I INSTITUIR a Comissão que procederá à análise das propostas trabalhistas apresentadas pelo Sindicato dos Servidores Públicos Municipais da Região da Foz do Rio Itajaí, cujos componentes são os seguintes:

- a) Fernando Sedrez Silva – Secretário de Gestão e Controle – Presidente;
- b) Silvana Maria Mendes Francisco – Secretária de Administração e Logística – Membro;
- c) Nerozilda Pinheiro Ferreira – Secretária da Educação – Membro;
- d) Jeferson Belotto – Secretário da Saúde – Membro;
- e) Gracy Kelly Lucindo – Procuradora Geral – Membro.

II A Comissão ora composta terá o prazo de 60 (sessenta) dias para apresentar ao Gabinete do Prefeito o Relatório contendo as considerações pertinentes.

III Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 18 DE JUNHO DE 2015.
Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 18 de junho de 2015.
Silvana Maria Mendes Francisco
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA INTERINA

RESULTADO AMOSTRAS DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 19 2015 - F M S

Avaliação do Processo Licitatório/Nº 19/2015 – F.M.S.
CI 0486/2015
Navegantes, 17 de junho de 2015.

Avaliação da Comissão Técnica do Compras.

Venho através desta informar, que o material Álcool líquido 1 litro 92,8% referente ao item 2 do Pregão 19/2015, da Empresa JP de Lima, atende ao descritivo.

Jeferson Belotto
Secretário da Saúde

Nova Trento

PREFEITURA

PORTARIA Nº 267/2015 "A"

PORTARIA Nº 267/ 2015 "A"

Conversão em Dinheiro de 1/3 de Férias

Josemar Guilherme Franzoi, Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, em exercício, usando das atribuições que lhe confere os itens I, VII e XII, do artigo 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/1990 e de acordo com o que determina o artigo 75, da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 1992 (Estatuto do Servidor Público Municipal),

RESOLVE:

CONCEDER 1/3 de férias convertidas em dinheiro, no mês de Fevereiro/2015, ao Servidor Público Municipal, EDER MARQUATO, matrícula nº 2098, ocupante do cargo de Motorista - SAMU, com 40 (quarenta) horas semanais, atuante no SAMU (Serviço de Atendimento Móvel de Urgência), do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, relativo ao período aquisitivo de 01/04/2013 a 31/03/2014.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 27 de fevereiro de 2015.

Josemar Guilherme Franzoi

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria, em 27 de fevereiro de 2015.

Vilson Dalbosco

Secretário M. de Saúde e D. Comunitário, em exercício.

PORTARIA Nº 425/2015 (CORRETO)

PORTARIA Nº 425/ 2015

Prorroga Portaria

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe confere art. 94, VIII, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90, de acordo com o que determina o art. 37, IX, da CRFB/88 e amparado na Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro 2014,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria nº 927/2014, que Prorroga a Admissão em Caráter Temporário dos ocupantes dos cargos de Auxiliar de Manutenção e Conservação, Operador de Máquina e Psicólogo CRAS, atuantes nas Secretarias Municipais de Transporte, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento e de Bem Estar Social e Habitação, deste Órgão Público Municipal, Município de Nova Trento, em virtude da Prorrogação do Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta firmado entre o Ministério Público do Estado de Santa Catarina e o Município de Nova Trento, a contar de 26 de abril de 2015 até a nomeação do Concurso Público nº 002/2015, conforme especificações do quadro abaixo:

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 27 de abril de 2015.

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria, em 27 de abril de 2015.

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 440/2015 "A"

PORTARIA Nº 440/ 2015 "A"

Dispõe sobre a Nomeação de Cargo Comissionado

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere os incisos I, VIII e XII do art. 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90 e de conformidade com o art. 17, inciso II, da Lei nº 1.207 de 30/08/92 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

NOMEAR a Servidora Pública Municipal JANETE KRISCINSKI KNISS, matrícula nº 6695, para exercer o cargo de Provimento em Comissão de Chefe de Serviços de Saúde, com 40 (quarenta) horas semanais, atuante na Unidade Sanitária Madre Paulina, Secretaria de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, pertencente ao Quadro de Pessoal Comissionado desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, a partir de 04 de maio de 2015.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 04 de maio de 2015.

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria, 04 de maio de 2015.

Maxiliano de Oliveira

Secretário M. de Saúde e Desenvolvimento Comunitário

PORTARIA Nº 464/2015

PORTARIA Nº 464/ 2015

Conversão em Dinheiro de 1/3 de Férias

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere os itens I, VII e XII, do artigo 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/1990 e de acordo com o que determina o artigo 75, da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 1992 (Estatuto do Servidor Público Municipal),

RESOLVE:

CONCEDER 1/3 de férias convertidas em dinheiro, no mês de Maio/2015, a Servidora Pública Municipal ROSIMERI TRIDAPALLI MONTIBELLER, matrícula nº 20195, ocupante do cargo de Conselheira Tutelar, com 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, do Quadro de Servidores desta Prefeitura, Município de Nova Trento, relativo ao período aquisitivo de 01/01/2014 a 31/12/2014.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 11 de maio de 2015.

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria em 11 de maio de 2015.

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 469/2015

PORTARIA Nº 469/ 2015

Exonera Servidor

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal do Município de Nova Trento, em exercício, usando das atribuições que lhe confere o inciso VIII, do art. 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90, e de acordo com o art. 64, da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 1992 (Estatuto do Servidor Público Municipal),

RESOLVE:

EXONERAR a Servidora Pública Municipal, SALETE MARIA DUTRA MARCHI, matrícula nº 6294, para exercer o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com 40 (quarenta) horas semanais, atuante na Unidade Sanitária Lageado, na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, a partir do dia 04 de maio de 2015.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 11 de maio de 2015.

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria, em 11 de maio de 2015.

Maxiliani de Oliveira

Secretário M. de Saúde e Desenvolvimento Comunitário

PORTARIA Nº 470/2015

PORTARIA Nº 470/ 2015

Exonera Servidor

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal do Município de Nova Trento, em exercício, usando das atribuições que lhe confere o inciso VIII, do art. 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90, e de acordo com o art. 64, da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 1992 (Estatuto do Servidor Público Municipal),

RESOLVE:

EXONERAR a Servidora Pública Municipal, AIDE PRADO ALVARES, matrícula nº 6492, para exercer o cargo de Técnico de Enfermagem, com 40 (quarenta) horas semanais, atuante no Hospital Nossa Senhora da Imaculada Conceição, Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, do quadro de pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, Município de Nova Trento, a partir do dia 05 de maio de 2015.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 11 de maio de 2015.

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria, em 11 de maio de 2015.

Maxiliani de Oliveira

Secretário M. de Saúde e Desenvolvimento Comunitário

PORTARIA Nº 479/2015

PORTARIA Nº 479/ 2015

Exonera Servidor

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal do Município de Nova Trento, em exercício, usando das atribuições que lhe confere o inciso VIII, do art. 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90, e de acordo com o art. 64, da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 1992

(Estatuto do Servidor Público Municipal),

RESOLVE:

EXONERAR a Servidora Pública Municipal, CRISTIANE MARIA ESCHER HUNSCHKE, matrícula nº 6540, ocupante do cargo de Médico Ginecologista NASF, com 20 (vinte) horas semanais, atuante na Unidade Sanitária Madre Paulina, Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, do quadro de pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, Município de Nova Trento, a partir do dia 11 de maio de 2015.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 15 de maio de 2015.

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria, em 15 de maio de 2015.

Maxiliani de Oliveira

Secretário M. de Saúde e Desenvolvimento Comunitário

PORTARIA Nº 500/2015

PORTARIA Nº 500/ 2015

Conversão em Dinheiro de 1/3 de Férias

Josemar Guilherme Franzoi, Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, em exercício, usando das atribuições que lhe confere os itens I, VII e XII, do artigo 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/1990 e de acordo com o que determina o artigo 75, da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 1992 (Estatuto do Servidor Público Municipal),

RESOLVE:

CONCEDER 1/3 de férias convertidas em dinheiro, no mês de Maio/2015, ao Servidor Público Municipal, EDER MARQUATO, matrícula nº 2098, ocupante do cargo de Motorista - SAMU, com 40 (quarenta) horas semanais, atuante no SAMU (Serviço de Atendimento Móvel de Urgência), do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, relativo ao período aquisitivo de 01/04/2014 a 31/03/2015.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 25 de maio de 2015.

Josemar Guilherme Franzoi

Prefeito Municipal, em exercício.

Registrada e publicada a presente Portaria em 25 de maio de 2015.

Maxiliano de Oliveira

Secretário M. de Saúde e Desenvolvimento Comunitário

PORTARIA Nº 507/2015

PORTARIA Nº 507/ 2015

Prorroga Portaria

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere o art. 94, XII, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90, e de acordo com o que determina o art. 37, IX, da CRFB/88 e amparado na Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria nº 998/2014, que Admitiu em Caráter Temporário, através do Processo Seletivo, conforme Edital nº 09/2014, de 18/09/2014, Decreto de Convocação nº 222/2014, NEUSA MARIA MARIANN GUARNIERI, matrícula nº 6501, para exercer o cargo de Agente Comunitário de Saúde ESF, com 40 (quarenta)

horas semanais, atuante na Unidade Sanitária Claraíba, Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, do quadro de pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, Município de Nova Trento, a contar de 30 de maio de 2015 até 24 de junho de 2015, ou até a realização de Concurso Público, por motivo de vaga excedente bem como por motivo de excepcional interesse público, consoante o art. 2º, da Lei Municipal nº 2.553/2014.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 01 de junho de 2015.

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria em 01 de junho de 2015.

Maxiliano de Oliveira

Secretário M. de Saúde e Desenvolvimento Comunitário

CONTRATO SP//2015

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, nº 126, Bairro Centro, na Cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, GIAN FRANCESCO VOLTOLINI, brasileiro, casado, portador do CPF nº 032.953.809-88, RG nº 3573471, residente e domiciliado na Rua Santo Inácio, nº 202, Bairro Centro, na Cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014, e a Senhora NEUSA MARIA MARIANN GUARNIERI, brasileira, casada, residente e domiciliada na Rua Geral Espraiado, s/nº, Bairro Espraiado, Município de Nova Trento, portadora do CPF nº 010.183.479-92, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto na Lei acima mencionada e o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições no cargo de Agente Comunitário de Saúde ESF, com 40 (quarenta) horas semanais, atuante na Unidade Sanitária Claraíba, Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, do quadro de pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, Município de Nova Trento.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 1.014,00 (hum mil e quatorze reais), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na cláusula Segunda deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado para o período de 30 de maio de 2015 até 24 de junho de 2015, ou até a realização de Concurso Público.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

Este contrato poderá ser rescindido:

I – por acordo entre as partes;

II – pelo Município sem prévio aviso, com justa causa, se praticar qualquer ato de desobediência, bem como desrespeitar as normas estabelecidas pelo Secretário ao qual está subordinado;

III – violar cláusula contratual ou qualquer dispositivo legal;

IV – pelo contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta) dias, sob pena de multa equivalente a 1/3 (um terço) da remuneração mensal;

V – em caso de comprovada insuficiência de desempenho, o servidor será exonerado do cargo e admitido o próximo classificado na lista do processo seletivo.

CLÁUSULA SEXTA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do contratado são as determinadas pela Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 08 (oito) horas diárias, totalizando 40 (quarenta) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e término fixados pelo Secretário Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário.

CLÁUSULA OITAVA – DA CONTRATAÇÃO

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

CLÁUSULA NONA – DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja. Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 30 de maio de 2015.

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal

Neusa Maria Mariann Guarnieri

Contratada

Registrado e publicado o presente contrato, em 30 de maio de 2015.

Maxiliano de Oliveira

Secretário M. de Saúde e Desenvolvimento Comunitário

TESTEMUNHA:

Miliani Piffer Mazzola

Diretora do Departamento de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 508/2015

PORTARIA Nº 508/ 2015

Prorroga Portaria

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere o art. 94, XII, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90, e de acordo com o que determina o art. 37, IX, da CRFB/88 e amparado na Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria nº 1.007/2014, que Admitiu em Caráter Temporário, através do Processo Seletivo, conforme Edital nº 09/2014, de 18/09/2014, Decreto de Convocação nº 222/2014, VANDERLITA TRAINOTTI, matrícula nº 6504, para exercer o cargo de Enfermeiro HIC, com 40 (quarenta) horas semanais, atuante no Hospital Nossa Senhora da Imaculada Conceição, Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, do quadro de pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, Município de

Nova Trento, a contar de 01 de junho de 2015 até a nomeação do Concurso Público nº 002/2015, por motivo de vaga excedente bem como por motivo de excepcional interesse público, consoante o art. 2º, da Lei Municipal nº 2.553/2014.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 01 de junho de 2015.
Gian Francesco Voltolini
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria em 01 de junho de 2015.

Maxiliano de Oliveira
Secretário M. de Saúde e Desenvolvimento Comunitário

CONTRATO SP//2015

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, nº 126, Bairro Centro, na Cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, GIAN FRANCESCO VOLTOLINI, brasileiro, casado, portador do CPF nº 032.953.809-88, RG nº 3573471, residente e domiciliado na Rua Santo Inácio, nº 202, Bairro Centro, na Cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014, e a Senhora VANDERLITA TRAINOTTI, brasileira, solteira, residente e domiciliada na Rua Florianópolis, nº 1213, Bairro Ponta Fina Norte, Município de Nova Trento, portadora do CPF nº 716.271.119-72, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto na Lei acima mencionada e o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições no cargo de Enfermeiro HIC, com 40 (quarenta) horas semanais, atuante no Hospital Nossa Senhora da Imaculada Conceição, Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, do quadro de pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, Município de Nova Trento.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 2.400,00 (dois mil reais), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na cláusula Segunda deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado para o período de 01 de junho de 2015 até a nomeação do Concurso Público nº 002/2015.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

Este contrato poderá ser rescindido:

- I – por acordo entre as partes;
- II – pelo Município sem prévio aviso, com justa causa, se praticar qualquer ato de desobediência, bem como desrespeitar as normas estabelecidas pelo Secretário ao qual está subordinado;
- III – violar cláusula contratual ou qualquer dispositivo legal;
- IV – pelo contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta) dias, sob pena de multa equivalente a 1/3 (um terço) da remuneração

mensal;

V – em caso de comprovada insuficiência de desempenho, o servidor será exonerado do cargo e admitido o próximo classificado na lista do processo seletivo.

CLÁUSULA SEXTA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do contratado são as determinadas pela Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 08 (oito) horas diárias, totalizando 40 (quarenta) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e término fixados pelo Secretário Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário.

CLÁUSULA OITAVA – DA CONTRATAÇÃO

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

CLÁUSULA NONA – DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja. Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 01 de junho de 2015.

Gian Francesco Voltolini
Prefeito Municipal

Vanderlita Trainotti
Contratada

Registrado e publicado o presente contrato, em 01 de junho de 2015.

Maxiliano de Oliveira
Secretário M. de Saúde e Desenvolvimento Comunitário

TESTEMUNHA:

Miliani Piffer Mazzola
Diretora do Departamento de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 509/2015

PORTARIA Nº 509/ 2015

Conversão em Dinheiro de 1/3 de Férias

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere os incisos I, VII e XII, do artigo 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/1990 e de acordo com o que determina o artigo 75, da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 1992 (Estatuto do Servidor Público Municipal),

RESOLVE:

CONCEDER 1/3 de férias convertidas em dinheiro, no mês de Junho/2015, à Servidora Pública Municipal MARIA CRISTINA ADAMI DA SILVA, matrícula nº 262, concursada, ocupante do cargo de Assistente Administrativo, com 40 (quarenta) horas semanais, em exercício na Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, pertencente ao Quadro de Pessoal Efetivo desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, relativo ao período aquisitivo de 27/04/2014 a 26/04/2015.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 01 de junho de 2015.

Gian Francesco Voltolini
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria em 01 de junho de 2015.

Valdemir Luiz Quaiatto
Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 510/2015

PORTARIA Nº 510/ 2015
Exonera Servidor

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe confere o inciso VIII, do art. 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90, e de acordo com o art. 64, da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 1992 (Estatuto do Servidor Público Municipal),

RESOLVE:

EXONERAR o Servidor Público Municipal, WAGNER SABADANI FERREIRA, matrícula nº 6353, ocupante do cargo de Enfermeiro, com 40 (quarenta) horas semanais, atuante no Hospital Nossa Senhora da Imaculada Conceição, na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, a partir do dia 03 de junho de 2015.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 03 de junho de 2015.
Gian Francesco Voltolini
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria, em 03 de junho de 2015.

Maxiliani de Oliveira
Secretário M. de Saúde e Desenvolvimento Comunitário

PORTARIA Nº 515/2015

PORTARIA Nº 515/ 2015
Exonera Servidor

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe confere o inciso VIII, do art. 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90, e de acordo com o art. 64, da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 1992 (Estatuto do Servidor Público Municipal),

RESOLVE:

EXONERAR a Servidora Pública Municipal, JESSICA DIAS GONÇALVES, matrícula nº 6332, ocupante do cargo de Farmacêutico - NASF, com 40 (quarenta) horas semanais, atuante na Unidade Sanitária Madre Paulina, na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, a partir do dia 03 de junho de 2015.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 09 de junho de 2015.
Gian Francesco Voltolini
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria, em 09 de junho de 2015.

Maxiliani de Oliveira
Secretário M. de Saúde e Desenvolvimento Comunitário

PORTARIA Nº 517/2015

PORTARIA Nº 517/ 2015
Prorroga Portaria

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, em exercício, usando das atribuições que lhe confere os incisos I, VII e XII do art. 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/1990, e de acordo com o que determina o art. 81, da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 1992,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria nº 892/2014, que Prorrogou a Concessão de Licença Tratamento de Saúde a Servidora Pública Municipal NERLEI APARECIDA LACERDA MONTIBELLER, matrícula nº 2082, ocupante do cargo de Agente Comunitária de Saúde, com 40 (quarenta) horas semanais, na Unidade Sanitária Madre Paulina - Centro, Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, deste Órgão Público Municipal, Município de Nova Trento, pelo período de 209 (duzentos e nove) dias, a contar de 24 de janeiro de 2015 a 20 de agosto de 2015, conforme resultado pericial datado de 20/05/2015.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 09 de junho de 2015.
Gian Francesco Voltolini
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria em 09 de junho de 2015.

Maxiliani de Oliveira
Secretário M. de Saúde e Desenvolvimento Comunitário

PORTARIA Nº 519/2015

PORTARIA Nº 519/ 2015
Conversão em Dinheiro de 1/3 de Licença Prêmio

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere os incisos I, VII e XII do art. 94 da Lei Orgânica Municipal de 04/04/1990, e de acordo com o que determina o art. 102 e 103, da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 1992 (Estatuto do Funcionário Público Municipal),

RESOLVE:

CONCEDER 1/3 de Licença Prêmio em dinheiro, no mês de Junho/2015, à Servidora Pública Municipal DEJANILA CIPRIANI MOTTA, matrícula nº 223, concursada no cargo de Agente de Saúde Pública, com 40 (quarenta) horas semanais, em exercício na Unidade Sanitária Claraíba, pertencente ao Quadro de Pessoal Efetivo desta Prefeitura, Município de Nova Trento, relativo ao período aquisitivo de 01/03/2008 a 28/02/2013.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 10 de junho de 2015.
Gian Francesco Voltolini
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria, em 10 de junho de 2015.

Maxiliano de Oliveira
Secretário M. de Saúde e Desenvolvimento Comunitário

PORTARIA Nº 534/2015

PORTARIA Nº 534/ 2015

Prorroga Portaria

O Secretário Municipal de Educação, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 026/2013, de 07 de janeiro de 2013, e de acordo com o que determina o art. 81, da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 1992 (Estatuto do Servidor Público Municipal),

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria nº 498/2015, que Prorrogou a Concessão de Licença Tratamento de Saúde, a Servidora Pública Municipal CATARINA POSTAI DA SILVA, matrícula nº 191, atuante no cargo de Auxiliar de Manutenção e Conservação, com 40 (quarenta) horas semanais, atuante na Secretaria Municipal de Educação, do quadro de pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, Município de Nova Trento, pelo período de 33 (trinta e três) dias, a contar de 14 de maio de 2015 a 15 de junho de 2015, conforme resultado pericial datado de 15/06/2015.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 15 de junho de 2015.

Luiz Carlos Orsi

Secretário Municipal de Educação

Registrada e publicada a presente Portaria em 15 de junho de 2015.

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 536/2015

PORTARIA Nº 536/ 2015

Exonera Servidor

O Secretário Municipal de Educação, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 026/2013, de 07 de janeiro de 2013, e de acordo com o art. 63, I, da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 1992 (Estatuto do Servidor Público Municipal),

RESOLVE:

EXONERAR a pedido a Servidora Pública Municipal JUCIANE SILVA-NO ZANDONAI, matrícula nº 6600, ocupante do cargo de Professor Nível III, Referência A, com 20 (vinte) horas semanais (Ensino Fundamental – Anos Iniciais), na Escola Municipal de Educação Básica João Bayer Sobrinho – Claraíba, Município de Nova Trento a partir do dia 17 de junho de 2015.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 17 de junho de 2015.

Luiz Carlos Orsi

Secretário Municipal de Educação

Registrada e publicada a presente Portaria em 17 de junho de 2015.

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário Municipal de Administração e Finanças

PROCESSO 067/2015 - PREGÃO PRESENCIAL 043/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE NOVA TRENTO

Processo Licitatório nº 067/2015 – Pregão Presencial nº 043/2015
Objeto: Contratação de empresa para fornecimento e instalação de PARQUE INFANTIL em eucalipto tratado e manutenção dos equipamentos já existentes, para a revitalização da Praça Getúlio Vargas no Município de Nova Trento, conforme especificações constantes do anexo I, parte integrante deste edital.

Julgamento: Menor Preço por Lote. Entrega dos envelopes e Abertura das Propostas: 02/07/2015 às 09:30 horas.

Retirada do Edital e demais informações: Praça del Comune, 126, Centro, Fone: 48.3267 3213 / 48 3267.3211 – e-mail: compras@novatrento.sc.gov.br Site: www.novatrento.sc.gov.br

Gian Francesco Voltolini

Prefeito

PROCESSO 068/2015 - PREGÃO PRESENCIAL 044/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE NOVA TRENTO

Processo Licitatório nº 068/2015 – Pregão Presencial nº 044/2015 - SRP019

Objeto: Registro de Preços para a contratação de serviços de ESCAVADEIRA HIDRÁULICA, CAÇAMBA, TRATOR DE ESTEIRA e RETROESCAVADEIRA, para atender as necessidades da Secretaria de Transportes, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento, com a prestação de serviço no Município de Nova Trento, em distância não superior a 30 KM da sede do Município de Nova Trento, conforme quantidades, necessidades e especificações constantes do anexo I, que integra este edital.

Julgamento: Menor Preço por Item. Entrega dos envelopes e Abertura das Propostas: 03/07/2015 às 09:30 horas.

Retirada do Edital e demais informações: Praça del Comune, 126, Centro, Fone: 48.3267 3213 / 48 3267.3211 – e-mail: compras@novatrento.sc.gov.br Site: www.novatrento.sc.gov.br

Gian Francesco Voltolini

Prefeito

Novo Horizonte

PREFEITURA

AVISO DO RESULTADO DO PL Nº 039/2015-PREGÃO PRESENCIAL Nº 015/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE

AVISO DE RESULTADO DO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 039/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 015/2015

O Município de Novo Horizonte/SC, por meio de sua Pregoeira, torna público aos interessados o resultado do Pregão Presencial nº 015/2015 – que tem como objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAIS E MÃO DE OBRA VISANDO REESTABELECER O ABASTECIMENTO DE ÁGUA NAS INSTALAÇÕES DA ESCOLA DE ENSINO FUNDAMENTAL ARCHANGELO MEZZARI DA COMUNIDADE DE SANTO AGOSTINHO – NOVO HORIZONTE/SC, conforme termo de referência do edital e seus anexos. Que na data de sua realização: Dia 18/06/2015 às 14:00 hs, que teve como única participante a empresa LEÃO POÇOS ARTESIANOS LTDA (1755), sendo que foi vencedora com o valor global de R\$ 8.099,85 (Oito mil noventa e nove reais e oitenta e cinco centavos). Concluídos os procedimentos legais, considerando que: a proposta da empresa vencedora satisfaz as exigências do edital; a empresa vencedora encontra-se devidamente habilitada quanto à documentação exigida; os preços cotados estão dentro dos limites estabelecidos no edital. Declaro a empresa LEÃO POÇOS ARTESIANOS LTDA (1755), como Vencedora do Pregão Presencial Nº 015/2015.

Novo Horizonte/SC, em 18 de Junho de 2015.

IDINARA CRISTINA MASSUCCO

Pregoeira

EXTRATO CONTRATUAL Nº 057/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 057/2015

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE

Contratada.: LEÃO POÇOS ARTESIANOS LTDA

Valor : 8.099,85 (oito mil e noventa e nove reais e oitenta e cinco centavos)

Vigência : Início: 18/06/2015 Término: 17/07/2015

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 15/2015

Recursos : Dotação: 2.011.3.3.90.00.00.00.00 (39) Saldo: 31.064,22

Objeto : Constitui objeto do presente contrato a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAIS E MÃO DE OBRA VISANDO REESTABELECER O ABASTECIMENTO DE ÁGUA NAS INSTALAÇÕES DA ESCOLA DE ENSINO FUNDAMENTAL ARCHANGELO MEZZARI DA COMUNIDADE DE SANTO AGOSTINHO - NOVO HORIZONTE/SC, e as especificações técnicas constantes da proposta da CONTRATADA, que faz parte integrante deste instrumento independentemente de transcrição.

Novo Horizonte/SC, em 18 de Junho de 2015

EXTRATO DE CONTRATO - CONTRATO ADMINISTRATIVO 02/2015 CÂMARA

Município de Novo Horizonte

Câmara Municipal de Vereadores de Novo Horizonte

Extrato de contrato - Contrato administrativo 02/2015 Câmara

Contratante: Câmara Municipal de Vereadores de Novo Horizonte

Contratado: MPA Engenharia Ltda

Objeto: O objeto do presente contrato consiste na contratação de empresa especializada para prestação de serviço de engenharia sendo:

a) Elaboração dos projetos, memorial descritivo, planilha de orçamento, cronograma físico-financeiro, planilha de composição do BDI, necessários para a execução de projeto paisagístico, muros e acessos no entorno da edificação da Câmara de Vereadores de Novo Horizonte/SC.

b) Fiscalização da execução do projeto paisagístico, muros e acessos no entorno da edificação da Câmara de Vereadores de Novo Horizonte/SC.

Valor R\$ 5.300,00 (cinco mil e trezentos reais)

Dotação orçamentária: 01.031.0001.2.001- 4.4.90

Novo Horizonte-SC, 19 de junho de 2015

José Ivanir Dallanora

Presidente

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO PL Nº 039/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 039/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 015/2015

HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DIA: 18/06/2015

CONTRATADO: LEÃO POÇOS ARTESIANOS LTDA

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE

OBJETO: A presente licitação tem como objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAIS E MÃO DE OBRA VISANDO REESTABELECER O ABASTECIMENTO DE ÁGUA NAS INSTALAÇÕES DA ESCOLA DE ENSINO FUNDAMENTAL ARCHANGELO MEZZARI DA COMUNIDADE DE SANTO AGOSTINHO - NOVO HORIZONTE/SC, conforme termo de referência do edital e seus anexos.

VALOR DA DESPESA: R\$ 8.099,85 (oito mil e noventa e nove reais e oitenta e cinco centavos)

DATA: 18/06/2015

ELI MARIOTT

Prefeito Municipal.

EXTRATO LICITATÓRIO - PROCESSO LICITATÓRIO 02/2015 CÂMARA

Município de Novo Horizonte

Câmara Municipal de Vereadores de Novo Horizonte

Extrato Licitatório - Processo Licitatório 02/2015

Modalidade: Dispensa de Licitação 02/2015

Objeto: O objeto do presente contrato consiste na contratação de empresa especializada para prestação de serviço de engenharia sendo:

a) Elaboração dos projetos, memorial descritivo, planilha de orçamento, cronograma físico-financeiro, planilha de composição do BDI, necessários para a execução de projeto paisagístico, muros e acessos no entorno da edificação da Câmara de Vereadores de Novo Horizonte/SC.

b) Fiscalização da execução do projeto paisagístico, muros e acessos no entorno da edificação da Câmara de Vereadores de Novo Horizonte/SC.

Valor R\$ 5.300,00 (cinco mil e trezentos reais)

Fornecedor: MPA Engenharia Ltda

Dotação orçamentária: 01.031.0001.2.001 - 4.4.90

Novo Horizonte-SC, 19 de junho de 2015

José Ivanir Dallanora

Presidente

Ouro

PREFEITURA

RETIFICAÇÃO DE EDITAL - PREGÃO PRESENCIAL N 0023/2015

RETIFICAÇÃO DE EDITAL
MUNICÍPIO DE OURO / SC
PREGÃO PRESENCIAL N 0023/2015

Objeto: Contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços em assessoria e consultoria em gestão de saúde pública à Secretaria Municipal de Saúde, compreendendo os serviços descritos no anexo I do edital. ALTERAÇÃO DA DATA DE ABERTURA DO PROCESSO: O Prefeito Municipal de Ouro comunica aos interessados que o item 6.3, "a" passou por alteração. A data de abertura do Processo Licitatório n.0040/2015, na modalidade Pregão Presencial nº. 0023/2015 dar-se-á no dia 02/07/2015, às 14hs, na Sala de Licitações, da Prefeitura Municipal de Ouro. Ratificam-se as demais especificações e condições previstas no edital. Pedidos do edital: licitacoes@ouro.sc.gov.br. Informações: (49) 3555-1300.

Município de Ouro, SC, 27/05/2015.
Vitor João Faccin
Prefeito Municipal.

Ouro Verde

PREFEITURA

EXTRATO CONTRATO 0058

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE OURO VERDE

EXTRATO CONTRATO Nº0058/2015

firmada entre o Município de Ouro Verde e CLAUDINEI JOÃO DARTORA Objeto: Exploração de cascalho do imóvel rural de propriedade da CONTRATADA localizada na Linha Serra São José, interior do Município de Ouro Verde/SC, o perímetro a ser explorado é de 4.000m². Valor total registrado R\$:7.980,00.Data da assinatura:18/06/2015.Prazo de vigência até 31/12/2015.

Ouro Verde, 18 de junho de 2015.

Rosane Minetto Selig

Prefeita Municipal

Palhoça

PREFEITURA

DECRETO Nº 1.835, DE 11 DE JUNHO DE 2015.

DECRETO Nº 1.835, DE 11 DE JUNHO DE 2015.

ASSISTÊNCIA SOCIAL. Dispõe sobre a convocação da X Conferência Municipal de Assistência Social e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina.

No uso de suas atribuições legais, juntamente com o Conselho Municipal de Assistência Social, amparados pela Lei de Criação do Conselho Municipal de Assistência Social nº. 522/96, de 29 de agosto de 1996, RESOLVE DECRETAR:

Art. 1º Convocar a X Conferência Municipal de Assistência Social, cujo, a temática é Consolidar o SUAS de vez rumo a 2026.

§ 1º A X Conferência Municipal de Assistência Social realizar-se, no dia 08 de julho de 2015, no Salão de Eventos da Paróquia Senhor Bom Jesus de Nazaré – Localizado na Av. Barão do Rio Branco, nº203 - Centro – Palhoça/SC.

§ 2º A X Conferência Municipal de Assistência Social terá como tema geral "Consolidar o SUAS de vez rumo a 2026", subtemas específicos e Dimensões que expressam e orientam a discussão do temário:

I – Subtema 1: O enfrentamento das situações de desproteções sociais e a cobertura dos serviços, programas, projetos, benefícios e transferência de renda nos territórios;

II – Subtema 2: O Pacto Federativo e a consolidação do SUAS;

III – Subtema 3: Fortalecimento da participação e do controle social para a gestão democrática;

IV – Dimensão 1: Dignidade Humana e Justiça Social: princípios fundamentais para a consolidação do SUAS no pacto federativo;

V – Dimensão 2: Participação social como fundamento do pacto federativo no SUAS;

VI – Dimensão 3: Primazia da responsabilidade do Estado: por um SUAS Público, Universal, Republicano e Federativo;

VII – Dimensão 4: Qualificação do Trabalho no SUAS na consolidação do Pacto federativo;

VIII – Dimensão 5: Assistência Social é direito no âmbito do pacto federativo.

§ 3º Fica estabelecida a constituição de Comissão Organizadora da X Conferência Municipal de Assistência Social que organizará: Temática e Programação; Infra-estrutura, acessibilidade e credenciamento; Regimento Interno e Relatoria os nomes a seguir:

I – Neulci Terezinha Gonçalves;

II – Mirian de Lurdes Fonseca;

III – Roberto de Souza Chenk;

IV – Ana Cristina Faber;

V – Carin Fabiana Gisela Becker;

VI – Irene Hoepers Zanella;

VII – Flávia Regina Gomes Theisen.

Art. 3º O Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS/SC, e a Secretaria de Municipal Assistência Social ficam encarregadas de tomar as providências necessárias para o cumprimento do objeto desta Resolução.

Art. 4º As despesas decorrentes da aplicação deste decreto, correrão por conta de dotação própria do orçamento do órgão gestor municipal de Assistência Social.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Palhoça, 11 de junho de 2015.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 1.838, DE 15 DE JUNHO DE 2015.

DECRETO Nº 1.838, DE 15 DE JUNHO DE 2015.

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE. Dispõe sobre a convocação da 7ª Conferência Municipal de Saúde e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina.

No uso de suas atribuições legais, RESOLVE DECRETAR:

Art. 1º A Conferência Municipal de Saúde é o Fórum máximo de deliberação das Políticas de Saúde conforme dispõe a Lei Federal 8.142/90 de 28 de dezembro de 1990.

Art. 2º Conforme decisão do Conselho Municipal de Saúde em 11 de junho de 2015, em reunião ordinária, que fica convocada a 7ª Conferência Municipal de Saúde de Palhoça para os dias 14 e 15 de julho de 2015 das 13:30 às 19 horas.

Art. 3º O tema central da 7ª Conferência Municipal de Saúde de Palhoça consiste em abordar a "Saúde pública de qualidade para cuidar bem das pessoas: direito do povo brasileiro".

Art. 4º A 7ª Conferência Municipal de Saúde de Palhoça será realizada na Faculdade Municipal de Palhoça, situada na Rua João Pereira dos Santos, 305, Ponte do Imaruim – Palhoça.

Art. 5º A 7ª Conferência será presidida pelo Secretário Municipal de Saúde e Coordenada pela Presidente do Conselho Municipal de Saúde de Palhoça.

Art. 6º As normas de organização e funcionamento da 7ª Conferência Municipal de Saúde de Palhoça serão expedidas em Portaria deliberada pelo Conselho Municipal de Saúde e publicadas pela Secretaria Municipal de Saúde de Palhoça.

Art. 7º O regimento interno da 7ª Conferência Municipal de Saúde de Palhoça será aprovado pelo Conselho Municipal de Saúde e editado conforme portaria do Secretário Municipal de Saúde.

Art. 8º As despesas para a realização da 7ª Conferência Municipal de Saúde de Palhoça correrão por conta do orçamento da Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 9º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Palhoça, 15 de junho de 2015.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 1.839, DE 17 DE JUNHO DE 2015.

DECRETO Nº 1.839, DE 17 DE JUNHO DE 2015.

PROGRAMA CRIANÇA COM VISÃO. Institui no âmbito do Município de Palhoça o Programa e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina, No uso das atribuições legais, RESOLVE
DECRETAR:

Art. 1º Fica instituído no Município de Palhoça o Programa Criança com Visão, que visa promover a capacitação de professores do magistério público para identificar a acuidade visual de crianças de 06 a 14 anos na rede de ensino de Palhoça, bem como prestar atendimento aos casos identificados.

Art. 2º Os professores do magistério público receberão capacitação para promover exames de acuidade visual, que será realizado de forma preliminar.

Art. 3º Identificada a necessidade de utilização de óculos através de exame preliminar, os alunos serão encaminhados à rede de saúde municipal pelo, para realização de novos exames e constatação definitiva, mediante requerimento próprio.

Parágrafo Único. A Secretaria Municipal de Saúde deverá providenciar a consulta oftalmológica para a criança encaminhada.

Art. 4º Após a realização dos exames finais e constatada, de forma definitiva, a necessidade utilização de óculos pela criança, o Município de Palhoça, através da Secretaria de Saúde, fará encaminhando para estabelecimento comercial, previamente habilitado, que fornecerá o óculos para a criança.

§ 1º Para dar cumprimento ao disposto neste artigo, fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, através da Secretaria de Saúde, autorizado a promover Convênio com estabelecimento, visando o fornecimento de óculos para o Programa Criança com Visão;

§ 2º Aos servidores detentores de cargo efetivo, comissionado e contratado por tempo determinado poderão ser instituídos descontos em folha de pagamento para custeio dos óculos não previstos no padrão deste Programa.

Art. 5º O fornecimento dos óculos deste Programa não acarretará ônus aos responsáveis legais da criança atendida.

§ 1º O óculos a ser fornecido será padronizado, de acordo com o Convênio, não podendo ser alterado o padrão ou modelo;

§ 2º Na hipótese da família e/ou a criança não quiser receber o óculos padronizado, deverá arcar com as despesas do modelo escolhido, devendo preencher e assinar o termo de abdicação, declarando expressamente a renúncia ao direito deste Programa.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Palhoça, 17 de junho de 2015.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS

Prefeito Municipal

LEI COMPLEMENTAR Nº 194, DE 03 DE JUNHO DE 2015.

LEI COMPLEMENTAR Nº 194, DE 03 DE JUNHO DE 2015.

ALTERA A LEI COMPLEMENTAR Nº 148, DE 06 DE NOVEMBRO DE 2013. Dispõe sobre Estrutura Administrativa do Poder Legislativo de Palhoça Estado de Santa Catarina.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - O Anexo I da Lei Complementar nº 148, de 06 de novembro de 2013, passará a vigorar com a seguinte redação:

Cargo	Vagas	Código
Consultar Jurídico da Presidência	01	CMP/CJP
Diretor Geral	01	CMP/DIG
Diretor Adjunto	01	CMP/DAD
Assessor Cultural e Histórico	01	CMP/ACH
Diretor Administrativo	01	CMP/DIA
Diretor de Assuntos Legislativos	01	CMP/DAL
Assessor Jurídico	02	CMP/AJU
Diretor de Controle Interno	01	CMP/DCI
Gerente de Informática	01	CMP/GEI
Subgerente de Informática	01	CMP/SGI
Gerente de Patrimônio	01	CMP/GPA
Coordenador de Comunicação	01	CMP/COC
Secretário Executivo da Presidência	02	CMP/SEP
Coordenador de Processamento e Comissões	05	CMP/CPC
Assessor de Plenário	08	CMP/APL
Assessor de Comissões	11	CMP/ASC
Chefe de Seção de Almoxarifado	01	CMP/CSA
Chefe de Serviços Gerais	01	CMP/CSG

Art. 2º A função gratificada de Gerente Legislativo, constante do Anexo III da Lei Complementar nº 145, de 18 de outubro de 2013, passará a vigorar com o valor de R\$ 2.800,00 (dois mil e oitocentos reais).

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Palhoça, 03 de junho de 2015.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS

Prefeito Municipal

LEI Nº 4.255, DE 18 DE JUNHO DE 2015.

LEI Nº 4.255, DE 18 DE JUNHO DE 2015.

UTILIDADE PÚBLICA. Declara de Utilidade Pública o Centro Comunitário Bela Vista – C.C.B.V.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica declarado de Utilidade Pública o Centro Comunitário Bela Vista – C.C.B.V., associação privada, inscrita no CNPJ sob nº 22.218.345/0001-59, com sede à Rua Duílio José Pizani, s/n, Bela Vista, Município de Palhoça, Santa Catarina, CEP 88.132-720.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palhoça, 18 de junho de 2015.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS

Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL**ERRATA Nº 01/2015 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 04/2015**

ERRATA Nº 001/2014

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 011/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº004/2015

A Câmara Municipal de Palhoça através da Comissão de Licitação Permanente comunica que foi alterado o Anexo I, conforme nova especificação.

Onde se lia:

ANEXO I

PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2015.

PLANILHA DISCRIMINATIVA

2. DESCRIÇÃO DO OBJETO

Nº	QUANT.	UNID.	DESCRIÇÃO
01	02	un	<p>Notebook com as seguintes configurações:</p> <p>Processador com 2 núcleos, com cachê inteligente de 3 MB, DMI 5GT/s, frequência turbo Max 2.7 GHz, numero de theades: 4 , instruções 64 bit</p> <p>Tela 14" tipo LED com resolução de 1366X768</p> <p>Placa de rede onboard 10/100/1000Mbs</p> <p>Placa de rede sem fio</p> <p>2 USB 3.0</p> <p>1 USB 2.0</p> <p>Adaptador Bluetooth integrado</p> <p>Placa de Video integrada</p> <p>Memória RAM 8gb DDR3 1333mhz expansível até 16GB</p> <p>Disco rígido de 1TB 16 MB cachê – SATA 3</p> <p>Leitor de cartão de memória</p> <p>DVD/RW</p> <p>Webcam Integrada</p> <p>Alto-falantes integrados</p> <p>Teclado padrão ABNT</p> <p>Mouse óptico sem fio</p> <p>Cor preto</p> <p>Fonte de Alimentação externa</p> <p>Tensão/Voltagem: Bivolt</p>

Agora se lê:

ANEXO I

PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2015.

PLANILHA DISCRIMINATIVA

2. DESCRIÇÃO DO OBJETO

Nº	QUANT.	UNID.	DESCRIÇÃO
01	02	un	<p>Notebook com as seguintes configurações:</p> <p>Processador com 2 núcleos, com cachê inteligente de 3 MB, DMI 5GT/s, frequência turbo Max 2.7 GHz, numero de theades: 4 , instruções 64 bit</p> <p>Tela 14" tipo LED com resolução de 1366X768</p> <p>Placa de rede onboard 10/100Mbs</p> <p>Placa de rede sem fio</p> <p>2 USB 3.0</p> <p>1 USB 2.0</p> <p>Adaptador Bluetooth integrado</p> <p>Placa de Video integrada</p> <p>Memória RAM 8gb DDR3 1333mhz expansível até 16GB</p> <p>Disco rígido de 1TB 16 MB cachê – SATA 3</p> <p>Leitor de cartão de memória</p> <p>DVD/RW</p> <p>Webcam Integrada</p> <p>Alto-falantes integrados</p> <p>Teclado padrão ABNT</p> <p>Mouse óptico sem fio</p> <p>Cor preto</p> <p>Fonte de Alimentação externa</p> <p>Tensão/Voltagem: Bivolt</p>

Palhoça, 18 de Junho de 2015.

CRISTIANE A. DA SILVA

Pregoeira

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DE PALHOÇA - IPPA**PORTARIA Nº 035/2015**

PORTARIA Nº 035/2015

Concede aposentadoria por Invalidez em caráter Integral, nos termos da Emenda Constitucional nº 70/2012 e declara a vacância do cargo público do servidor Mário Cesar Pereira.

Camilo Nazareno Pagani Martins, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

Art. 1º Aposentar, por invalidez, em caráter Integral, nos termos da Emenda Constitucional nº 70/2012 e do art. 27, inciso I da Lei Municipal nº 1320/01, o servidor Mário Cesar Pereira, detentor da matrícula funcional nº 190030-01, inscrito no CPF sob o Nº 481.814.209-34 e no PIS/PASEP sob o nº 107.850.586-53, lotado na Secretaria Municipal da Educação, ocupante do cargo de provimento efetivo de Vigia, do Quadro de Pessoal desta prefeitura Municipal.

Art. 2º Autorizar o pagamento dos proventos de aposentadoria por Invalidez em caráter integral, nos termos da Emenda Constitucional nº 70/2012 e do art. 27, inciso I da Lei Municipal nº 1320/2001, correspondente a 100,00% (cem por cento) da remuneração-de-contribuição, que serão pagos mensalmente pelo IPPA.

Parágrafo único A revisão dos proventos obedecerá ao contido na Emenda Constitucional nº 70/2012, havendo paridade com os servidores ativos.

Art. 3º Declarar a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no inciso V do art. 85, da Lei Complementar nº 096/2010 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a contar de 30/06/2015, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 1.304/2011.

Palhoça (SC), em 15 de junho de 2015.

Camilo Nazareno Pagani Martins
Prefeito Municipal

Milton Luiz Espíndola
Presidente do IPPA

Andréa Mara Harger Luckmann Pléticos
Assistente administrativo
Matrícula 300010-01

PORTARIA Nº 036/2015

PORTARIA Nº 036/2015

Concede a aposentadoria por invalidez, em caráter integral, nos termos do inciso I do §1º do art. 40 da Constituição da República, observada a modificação determinada pela Emenda Constitucional nº 41/2003, do art. 27, inciso II da Lei Municipal nº 1320/01 e do art. 1º da Lei Federal nº 10887/04 e declara a vacância do cargo público da servidora Ana Lucia do Nascimento.

Camilo Nazareno Pagani Martins, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

Art. 1º Aposentar, por invalidez, em caráter integral, nos termos do art. 40, §1º inciso I da Constituição da República, observada a modificação determinada pela Emenda Constitucional nº 41/2003, do art. 27, inciso II da Lei Municipal nº 1.320/01, a servidora Ana Lucia do Nascimento, detentora da matrícula funcional nº 802258-02, inscrita no CPF sob o Nº 947.084.109-30 e no PIS/PASEP sob o nº 123.205.765-19, lotada na Secretaria da Educação, ocupante do cargo de provimento efetivo de Merendeira, do Quadro de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º Autorizar o pagamento dos proventos de aposentadoria em caráter integral ao tempo de contribuição, nos termos do art. 27, inciso II da Lei Municipal nº 1.320/01, correspondente a 100,00% (cem por cento) da remuneração-de-contribuição calculada, em conformidade com o disposto no art. 1º e seus parágrafos da Lei Federal Nº 10.887/04, que serão pagos mensalmente pelo IPPA.

Parágrafo único. A revisão dos proventos obedecerá o contido na Emenda Constitucional nº 41/2003, não havendo paridade com os servidores ativos.

Art. 3º Declarar a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no inciso V do art. 85, da Lei Complementar nº 096/2010 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a contar de 30/06/2015, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 1.304/2011.

Palhoça (SC), em 15 de junho de 2015.

Camilo Nazareno Pagani Martins
Prefeito Municipal

Milton Luiz Espíndola
Presidente do IPPA

Ariana Vera da Rosa Tavares
Técnico Previdenciário
Matrícula 900048

Palmitos

PREFEITURA

DECRETO 073/15

DECRETO Nº 073/2015. De 10 de junho de 2015.	AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO DE PALMITOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. Norberto Paulo Gonzatti, Prefeito de Palmitos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e que lhe são conferidas pela Lei nº 3.852/2015, de 10 de junho de 2015.
-------------------------------------------------	----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

DECRETA

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal devidamente autorizado a inserir um novo elemento orçamentário no PPA (Lei 3.830 de 19/12/2014), na LDO (Lei 3.831 de 19/12/2014) e na LOA (Lei 3.832 de 19/12/2014) no valor de até R\$ 27.000,00 (vinte e sete mil reais), segundo classificações abaixo discriminadas:

ÓRGÃO: 03 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E PLANEJAMENTO
UNIDADE: 03.01 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS EM PLANEJAMENTO
PROJ/ATIV: 2005 – Manutenção das Atividades da Administração Geral
Modalidade de Aplicação: 4.4.50.00.00.00.00.00.0.1.0000.0(xx) R\$ 27.000,00
TOTAL R\$ 27.000,00

Art. 2º Para dar cobertura ao valor de até R\$ 27.000,00 (vinte e sete mil reais), de que trata o art. 1º desta Lei, ficam reduzidas as dotações orçamentárias conforme discriminação a seguir:

ÓRGÃO: 03 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E PLANEJAMENTO
UNIDADE: 03.01 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS EM PLANEJAMENTO
PROJ/ATIV: 2005 – Manutenção das Atividades da Administração Geral
Modalidade de Aplicação: 3.3.50.00.00.00.00.00.0.1.0000.0(09) R\$ 27.000,00
TOTAL R\$ 27.000,00

Art. 3º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto correrão à conta do Orçamento Municipal vigente.

Art. 4º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário

Município de Palmitos/SC, em 10 de junho de 2015.

NORBERTO PAULO GONZATTI

Prefeito de Palmitos

Registrado e Publicado em Local de costume

Ricardo Rodrigues
Chefe de Gabinete

DECRETO 074/15

DECRETO Nº 074/2015. De 10 de junho de 2015.	AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO DE PALMITOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. Norberto Paulo Gonzatti, Prefeito de Palmitos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e que lhe são conferidas pela Lei nº 3.854/2015, de 10 de junho de 2015.
-------------------------------------------------	-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

DECRETA

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um Crédito Adicional Suplementar no valor de até R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), destinados a reforçar as dotações orçamentárias constante no Orçamento Vigente do Município de Palmitos, conforme discriminação a seguir:

ÓRGÃO: 08 – SECRETARIA DE TRANSPORTE, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS
UNIDADE: 08.01 – DEPARTAMENTO DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS
PROJETO: 1.018 – Obras de Saneamento Básico
MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0013.0 (xx)
R\$ 200.000,00
TOTAL GERAL
R\$ 200.000,00

Art. 2º Para dar cobertura ao valor de até R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), de que trata o art. 1º desta Lei, fica autorizada a utilização do

provável excesso de arrecadação na fonte de recursos 0013 – recursos vinculados ao Governo Estadual, nos termos do art. 43, § 1º, inciso II, da Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1964.

Art. 3º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto correrão à conta do Orçamento Municipal vigente.

Art. 4º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário

Município de Palmitos/SC, em 10 de junho de 2015.

NORBERTO PAULO GONZATTI

Prefeito de Palmitos

Registrado e Publicado em Local de costume

Ricardo Rodrigues

Chefe de Gabinete

DECRETO 075/15

DECRETO Nº 075/2015. De 10 de junho de 2015.	AUTORIZA A ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E INCLUSÃO DE MODALIDADE DE APLICAÇÃO NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. Norberto Paulo Gonzatti, Prefeito de Palmitos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e que lhe são conferidas pela Lei nº 3.855/2015, de 10 de junho de 2015.
-------------------------------------------------	------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

DECRETA

Art. 1º Fica autorizada a abertura de um Crédito Adicional Suplementar, por conta do Superávit Financeiro do Exercício de 2014, no valor de até R\$ 71.000,00 (setenta e um mil reais), na dotação orçamentária constante no Orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde de Palmitos, conforme discriminação a seguir:

ÓRGÃO: 05 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

UNIDADE: 05.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PROJ/ATIV: 1024– Construção/Ampliação e reforma da Unidade de Saúde

Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00.0.3.0002.0(xx) R\$ 71.000,00

TOTAL R\$ 71.000,00

Art. 2º Os recursos a serem utilizados, para atendimento ao que determina o artigo 1º desta Lei no valor de até R\$ 71.000,00 (setenta e um mil reais), são os provenientes do Superávit Financeiro do Exercício de 2014 do Município de Palmitos na fonte de recursos 0000 – recursos ordinários, demonstrados no Balanço Patrimonial de 2014, nos termos do art. 43, § 1º, inciso I e § 2º, da Lei 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 3º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto correrão à conta do Orçamento Municipal vigente.

Art. 4º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário

Município de Palmitos/SC, em 10 de junho de 2015.

NORBERTO PAULO GONZATTI

Prefeito de Palmitos

Registrado e Publicado em Local de costume

Ricardo Rodrigues

Chefe de Gabinete

Papanduva

CÂMARA MUNICIPAL

EXTRATO DE CONTRATO Nº 07/2015

EXTRATO DE CONTRATO Nº 07/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAPANDUVA
CÂMARA MUNICIPAL DE PAPANDUVA

CONTRATO Nº: 003/2015

Nº DO TERMO ADITIVO: -----

CONTRATADO: CONSTRUTORA SAN REMO LTDA

CNPJ: 10.771.614/0001-20

OBJETO: FISCALIZAÇÃO E ATESTAMENTO DAS FUTURAS MEDIÇÕES DA OBRA DA SEDE DA CÂMARA MUNICIPAL DE PAPANDUVA, BEM COMO A EMISSÃO DE PARECERES E DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA, QUE POR VENTURA VIERAM A SER NECESSÁRIOS SE HOVER ADITIVO DE AMPLIAÇÃO OU ADIÇÃO DE ITENS NA OBRA JÁ CONTRATADA POR INTERMÉDIO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 002/2014.

DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO: 01/06/2015

DATA DE ASSINATURA DO ADITIVO DO CONTRATO: -----

VIGÊNCIA: 01/06/2015 À 31/12/2015

VALOR: R\$ 14.984,00 (QUATORZE MIL, NOVECENTOS E OITENTA E QUATRO REAIS).

CÂMARA MUNICIPAL DE PAPANDUVA, 16 DE JUNHO DE 2015.
GIRSELIANO MOREIRA DA SILVA
PRESIDENTE

VISTO E APROVADO PELA PROCURADORIA JURÍDICA

LUIZ EDUARDO SALIBA
PROCURADOR JURÍDICO
OAB/SC 33.396

Passos Maia

PREFEITURA

EDITAL N.0038/2015

MUNICIPIO DE PASSOS MAIA

PROCESSO LICITATÓRIO N. 0038/2015

PREGÃO PRESENCIAL N. 0025/2015

O MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA, Estado de Santa Catarina, com sede na Avenida Padre João Botero, n. 485, centro, torna público, nos termos da Lei Federal n. 8.666/93, que se encontra aberto o EDITAL DO PROCESSO LICITATÓRIO n. 0038/2015, MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL N. 0025/2015, cujo objeto é a contratação de profissional para prestação de serviços de instrutor de cursos de bordados, tricô, coche e culinária; instrutor de Aulas de Violão e Artesanato, junto à Secretaria Municipal de Assistência Social do Município de Passos Maia – SC, conforme especificações, valor e carga horária descrita no Anexo I deste Edital. Os envelopes contendo documentação e propostas serão recebidas até às 14:00 horas, do dia 02 de JULHO de 2015, iniciando-se a sessão pública às 14:15 horas do mesmo dia e local. Retirada do Edital junto a Secretaria Municipal de Administração e Fazenda das 09:00hs às 17:00hs. Maiores Informações pelo telefone (49) 3437-0010.

Passos Maia, 18 de junho de 2015.

IVANDRE BOCALON

PREFEITO MUNICIPAL

Paulo Lopes

PREFEITURA

DECRETO Nº16/2015

DECRETO Nº 16/2015.

Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Fiscal vigente e dá outras providências.

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o artigo 6º da Lei 1.632/2014 – LOA,

DECRETA:

Art. 1º - Ficam suplementadas, no orçamento fiscal vigente, as dotações abaixo, no limite de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), de acordo com as especificações seguintes:

1301 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE R\$ 100.000,00

10.301.0013.1.065 – Aquisição de Veículos e Equipamentos para a Saúde R\$ 100.000,00

4.4.90.00.00.00.00.00.0.2.33.002500 – Aplicações Diretas R\$ 100.000,00

Art. 2º - O disposto no artigo 1º deste Decreto será atendido pelo excesso de arrecadação da fonte 0.2.33.002500 – Construção de Academias Ar Livre – no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais).

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no Diário Oficial dos Municípios, em 19 de junho de 2015.

ALMERY ALCIDES VIEIRA
Sec. Mun. de Administração

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 11/2015

Extrato de Ata de Registro de Preços Nº. 11/2015

Ata nº 11/2015; Processo nº 026/2015; Objeto: Registro de preço para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde no suprimento de materiais e equipamentos odontológicos para abastecer os consultórios da Rede Municipal de Saúde. Contratante: MUNICÍPIO DE PAULO LOPES; Contratadas: OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA, valor contratado: R\$ 8.986,56 (oito mil novecentos e oitenta e seis reais e cinquenta e seis centavos); DENTAL MED SUL ARTIGOS ODONTOLÓGICOS LTDA, valor contratado: R\$ 19.456,30 (dezenove mil quatrocentos e cinquenta e seis reais e trinta centavos); SILMES COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA ME, valor contratado: R\$ 2.777,43 (dois mil setecentos e setenta e sete reais e quarenta e três centavos); CIRÚRGICA BELA VISTA COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA-ME, valor contratado: R\$ 4.648,06 (quatro mil seiscentos e quarenta e oito reais e seis centavos); DENTAL MED EQUIPAMENTOS E MATERIAIS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES LTDA, valor contratado: R\$ 16.975,99 (dezesseis mil novecentos e setenta e cinco reais e noventa e nove centavos); DALBEX COMERCIO DE MEDICAMENTOS EIRELI ME, valor contrato: R\$ 824,15 (oitocentos e vinte quatro reais e quinze centavos); L. M. LADEIRA & CIA LTDA,

valor contrato: R\$ 13.676,78 (treze mil seiscentos e setenta e seis reais e setenta e oito centavos); ROSSATO & BERTHOLD LTDA, valor contratado: R\$1.213,80 (um mil duzentos e treze reais e oitenta centavos); FARMÁCIA MILÊNIO EIRELI ME, valor contratado: R\$ 959,20 (novecentos e cinquenta nove reais e vinte centavos); T.D. & V. COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES LTDA - ME, valor contratado: R\$ 790,25 (setecentos e noventa reais e vinte cinco centavos); POLIDERM COMERCIAL E DISTRIBUIDORA LTDA ME, valor contratado: R\$ 175,65 (cento e setenta e cinco reais e sessenta e cinco centavos); LITORAL COMERCIO DE PRODUTOS MÉDICOS EIRELI ME valor contratado: R\$ 1.547,31 (um mil quinhentos e quarenta e sete reais e trinta e um centavos); MED EQUIPA LTDA EPP, valor contratado: R\$ 328,00 (trezentos e vinte oito reais); COMEPI PRODUTOS COMERCIAIS EIRELI - ME, valor contratado: R\$ 5.618,00 (cinco mil seiscentos e dezoito reais); MEDIS COMERCIAL ODONTO MEDICA LTDA - EPP, valor contratado: R\$ 1.118,76 (um mil cento e dezoito reais e setenta e seis centavos); Data da Assinatura: 10 de junho de 2015.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 18/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES

EXTRATO DO CONTRATO Nº 18/2015

Contrato nº 18/2015. Processo nº 036/2015; CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES. CONTRATADO: ADWWEN-NCY CONSULTORIA E ASSESSORIA LTDA; Objeto: Contratação de consultoria em gestão tributária para a execução dos serviços de revisão das declarações de dados informativos necessários a apuração do índice de participação do município no produto de arrecadação de ICMS, preparar a declaração dos contribuintes omissos e demais serviços pertinentes para o exercício de 2015, ano base 2014, índice de participação a ser aplicado em 2016. Valor: R\$ 15.000,00 (quinze mil reais). Vigência: 31/12/2015.

Penha

PREFEITURA

AVISO DE ERRATA PP17/2015 - PMP

AVISO DE ERRATA

REGISTRO DE PREÇO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 17/2015 - PMP

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 28/2015 - PMP

REGISTRO DE PREÇO REFERENTE À CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE ESCAVADEIRA HIDRÁULICA PARA UTILIZAÇÃO NAS VIAS PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DE PENHA/SC.

Tipo de Licitação: Menor preço.

Forma de Julgamento: Menor Preço POR ITEM

Forma de Fornecimento: Parcelada.

Tipo de Execução: Direta.

Regência: Lei 8.666/93, Lei 10520/02 e Lei Complementar nº 123/2006, Decreto Municipal nº 56/1999, Decreto Federal nº 7.892/2013, com alterações posteriores.

Onde se Lê:

Data final de apresentação dos envelopes até: 18/06/2015

Horário final de apresentação dos envelopes até: 17:00 horas.

Data de abertura dos envelopes: 19/06/2015

Horário de abertura dos envelopes: 09:00 horas.

Leia-se:

Data final de apresentação dos envelopes até: 01/07/2015

Horário final de apresentação dos envelopes até: 17:00 horas.

Data de abertura dos envelopes: 02/07/2015

Horário de abertura dos envelopes: 09:00 horas.

Onde se lê:

5.1.3 - Qualificação Técnica:

5.1.3.1 - Apresentação da Declaração ou do Atestado de Capacidade Técnica: tal documento poderá ser emitido por Pessoa Jurídica de Direito Público ou Privado. Tal Declaração ou Atestado de Capacidade Técnica se for emitido por Pessoa Jurídica de Direito Privado deverá ser apresentado com a assinatura do emitente devidamente reconhecida firma em cartório.

5.1.3.2 - A declaração emitida por Pessoa Jurídica de Direito Público ficará dispensada de reconhecimento em Cartório, visto que meio a dúvidas em sua autenticidade, o Pregoeiro ou qualquer outro membro da equipe de apoio por ele designado poderá efetuar diligência para dirimir quaisquer dúvidas sobre tal documento.

5.1.3.3 - O licitante que não atender às exigências legais previstas neste capítulo será considerado inabilitado para o presente processo licitatório.

Leia-se:

5.1.3.1 - Apresentação da Declaração ou do Atestado de Capacidade Técnica: tal documento poderá ser emitido por Pessoa Jurídica de Direito Público ou Privado.

5.1.3.2 - O Pregoeiro ou qualquer outro membro da equipe de apoio por ele designado em meio a dúvidas na autenticidade do documento poderá efetuar diligência para dirimir quaisquer dúvidas.

5.1.3.4 - O licitante que não atender às exigências legais previstas neste capítulo será considerado inabilitado para o presente processo licitatório.

Das Informações, do Local de apresentação e abertura: A íntegra do Edital e esclarecimentos e abertura poderão ser obtidas nos seguintes endereços: SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO, Av. Nereu Ramos, nº 08 – Centro - Penha – SC. Por telefone: (47) 3345-4649, ramal 23 - ou através dos emails: leandro@penha.

sc.gov.br e gabrielastrelow@hotmail.com

Penha 18 de junho de 2015.

DANIELE S. DE S. LUNGE

Secretária de Administração

CONTRATO Nº 358/2015 PMP

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

PROCESSO SELETIVO Nº 01/2014

CONTRATO Nº 358/2015 – RH/PMP

Contratado (A): CRISTIANE DE BORBA, na função de Professor I, início em 18/06/2015 e término em 11/12/2015, com carga horária de 20 horas semanais, para atuar junto a Secretaria da Educação e Cultura.

Penha/SC, 18 de Junho de 2015.

Evandro Eredes dos Navegantes

Prefeito Municipal

CONTRATO Nº 359/2015 PMP

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

PROCESSO SELETIVO Nº 01/2014

CONTRATO Nº 359/2015 – RH/PMP

Contratado (A): CRISTIANE DE BORBA, na função de Professor I, início em 18/06/2015 e término em 11/12/2015, com carga horária de 20 horas semanais, para atuar junto a Secretaria da Educação e Cultura.

Penha/SC, 18 de Junho de 2015.

Evandro Eredes dos Navegantes

Prefeito Municipal

Pinheiro Preto

PREFEITURA

CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 186/2015

(Ementa)

CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 186/2015

OBJETO: Constitui objeto do presente Contrato de SERVIÇOS ELÉTRICOS PRESTADOS NA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTES

DISPENSA DE LICITAÇÃO: 094/2015.

EMPRESA CONTRATADA: JEFFERSON PEDRO HETZLER

VALOR DO CONTRATO: A CONTRATADA obriga-se a fornecer os serviços no valor de R\$ 1600,00 (um mil e seiscentos reais).

DATA DO CONTRATO: 10 DE JUNHO DE 2015.

PREFEITO: Euzebio Calisto Viecele

CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 189/2015

(Ementa)

CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 189/2015

OBJETO: Constitui objeto do presente contrato REFERENTE A MANUTENÇÃO E MÃO DE OBRA VEICULOS- SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

DISPENSA DE LICITAÇÃO: 096/2015.

EMPRESA CONTRATADA: CHAPEAÇÃO E PINTURA CHICO-ME

VALOR DO CONTRATO: A CONTRATADA obriga-se a fornecer os serviços de conserto, no valor de R\$ 955,00 (novecentos e cinquenta e cinco reais.)

DATA DO CONTRATO: 15 DE JUNHO DE 2015.

PREFEITO: Euzebio Calisto Viecele

CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 190/2015

(Ementa)

CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 190/2015

OBJETO: REFERENTE MANUTENÇÃO E MÃO DE OBRA VEICULOS SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS

DISPENSA DE LICITAÇÃO: 097/2015.

EMPRESA CONTRATADA: CHAPEAÇÃO E PINTURA CHICO-ME

VALOR DO CONTRATO: A CONTRATADA obriga-se a fornecer os serviços de conserto, no valor de R\$ 7.023,91 (sete mil e vinte e três reais e noventa e um centavos.)

DATA DO CONTRATO: 15 DE JUNHO DE 2015.

PREFEITO: Euzebio Calisto Viecele

CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 191/2015

(Ementa)

CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 191/2015

OBJETO: Constitui objeto do presente contrato de REFERENTE MANUTENÇÃO E MAO DE OBRA-SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

DISPENSA DE LICITAÇÃO: 098/2015.

EMPRESA CONTRATADA: CHAPEAÇÃO E PINTURA CHICO-ME

VALOR DO CONTRATO: A CONTRATADA obriga-se a fornecer os serviços de conserto, no valor de R\$ 5.607,10 (cinco mil seiscentos e sete reais e dez centavos.)

DATA DO CONTRATO: 15 DE JUNHO DE 2015.

PREFEITO: Euzebio Calisto Viecele

CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 192/2015

(Ementa)

CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 192/2015

OBJETO: Constitui objeto do presente contrato REFERENTE A MANUTENÇÃO E MÃO DE OBRA VEICULOS DA SECRETARIA DE SAUDE E BEM ESTAR SOCIAL

DISPENSA DE LICITAÇÃO: 099/2015.

EMPRESA CONTRATADA: CHAPEAÇÃO E PINTURA CHICO-ME

VALOR DO CONTRATO: A CONTRATADA obriga-se a fornecer os serviços de manutenção, no valor de R\$ 1.325,00 (um mil trezentos e vinte e cinco reais.)

DATA DO CONTRATO: 15 DE JUNHO DE 2015.

PREFEITO: Euzebio Calisto Viecele

CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 193/2015

(Ementa)

CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 193/2015

OBJETO: Constitui objeto do presente contrato LICENÇA DE USO DO SISTEMA PARA CÁLCULO DE APOSENTADORIAS E PENSÕES-SICAP WEB.

DISPENSA DE LICITAÇÃO: 100/2015.

EMPRESA CONTRATADA: COPPINI & CIA LTDA – EPP

VALOR DO CONTRATO: A CONTRATADA obriga-se a fornecer os serviços no valor de R\$ 3.200,00 (três mil e duzentos reais).

DATA DO CONTRATO: 18 de junho de 2015.

PREFEITO: Euzebio Calisto Viecele

DECRETO Nº 4.243, DE 15 DE JUNHO DE 2015

DECRETO Nº 4.243, DE 15 DE JUNHO DE 2015

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR PELO SUPÉRÁVIT FINANCEIRO NA PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHEIRO PRETO

EUZEBIO CALISTO VIECELE, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, I, da Lei Orgânica do Município e conforme art. 5º, da Lei Municipal nº 1.798 de 18 de novembro de 2014.

DECRETA

Art. 1º Fica o departamento de contabilidade da Prefeitura Municipal de Pinheiro Preto, autorizado a proceder suplementação com Iduso, Fonte e detalhamento de recursos no valor de R\$ 1.655,00 (Um mil seiscentos e cinquenta e cinco reais), nas dotações orçamentárias a seguir:

Unidade Orçamentária: 2002 – Secretaria de Administração e Finanças

Função: 27 – Desporto e lazer

Subfunção: 812 – Desporto Comunitário

Programa: 24 – Esporte é Vida

Atividade: 1.17 – Ampliação da Rede Física Esportiva

Modalidade de Aplicação: 4490-0000

Fonte: 03.00

Total Suplementado R\$ 1.655,00

Art. 2º Para suporte do crédito adicional suplementar de que trata o artigo 1º deste decreto, fica utilizado o Superávit Financeiro do Balanço da Prefeitura Municipal de Pinheiro Preto de 2014, conforme demonstrativo do anexo 14 da lei 4.320/64 – Balanço Patrimonial. (Conta Icms).

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO, EM 15 DE JUNHO DE 2015.

EUZEBIO CALISTO VIECELI

PREFEITO MUNICIPAL

TERMO ADITIVO 030/2015

(Ementa)

TERMO ADITIVO 030/2015

CONTRATO N.º: 122/2014

OBJETO: Contrato Administrativo, Licitação nº 005/2014, MODALIDADE TOMADA DE PREÇOS, contrato nº 122/2014, cujo objeto visa a construção de escola de educação de ensino fundamental-espaço educativo urbano II do Município de Pinheiro Preto.

LICITAÇÃO: TOMADA DE PREÇOS nº 005/2014

EMPRESA CONTRATADA: LUHEMA CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA

VALOR ADITADO Considerando a não liberação/efetivação do pagamento, por parte do FNDE, referente a 4º parcela de repasse da obra.

As partes acima epigrafadas acordam PRORROGAR O PRAZO do Contrato de Prestação de Serviços nº 122/2014, onde seu término será para 07/12/2015..

DATA DO CONTRATO: 18 de Junho de 2015.

PREFEITO: Euzébio Vieceli

TERMO DE COMPROMISSO Nº 021/2015/CMO

TERMO DE COMPROMISSO Nº 021/2015/CMO

Pelo presente instrumento, denominado de Termo de Compromisso, a Fundação do Meio Ambiente do Estado de Santa Catarina - FATMA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica/CNPJ sob nº. 83.256.545/0001-90, com sede a Rua Felipe Schmidt, nº. 485, Centro, Florianópolis-SC, neste ato representada pelo seu Presidente, Sr. Alexandre Waltrick Rates (RG nº 2.080.286 e CPF nº 092.072.468-05), doravante denominada FATMA, e pela outra parte o MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, representado neste ato, pelo seu Prefeito Municipal, o Sr. Euzébio Calisto Viecelli, RG nº 580.604 SSP/SC e CPF 219.837.479-04, com endereço comercial na Avenida Marechal Costa e Silva, Nº 111, Centro, município de Pinheiro Preto/SC, ora designada compromissário, autorizados pelo § 6º do artigo 5º da Lei nº 7.347/85 e artigo 89 da Lei Complementar Estadual nº 197/2000, e

Considerando ser a FATMA a responsável pelo licenciamento de atividades potencialmente poluidoras e pela proteção e conservação do Meio Ambiente;

Considerando a função sócio-ambiental da propriedade prevista nos Artigos 5º, inciso XXIII, 170, inciso VI, 182, § 2º, 186, inciso II e 225, todos da Constituição da República;

Considerando que o direito de propriedade será exercido com as limitações que a legislação estabelece, ficando o proprietário, possessor ou utilizador dos recursos naturais obrigados a respeitar as normas e regulamentos administrativos;

Considerando que em caso de descumprimento do presente Termo de Compromisso pelo compromissário, caberá o ajuizamento de ação de execução para busca da satisfação das obrigações

previstas no Termo;

Considerando que o dano ambiental, na sua dimensão material, é a degradação ambiental que causa desequilíbrio ecológico com perda ou diminuição relevante nas características do ecossistema; Considerando, enfim, as funções institucionais da FATMA, dentre as quais se encontra a legitimação ativa para a defesa judicial e extrajudicial dos interesses relacionados à preservação do meio ambiente, podendo subscrever, para tanto, com os interessados, Termos de Compromisso de Ajustamento de Condutas;

Considerando o dever legal do proprietário, do possuidor do imóvel ou dos próprios utilizadores dos recursos naturais, providenciarem os licenciamentos ambientais das jazidas de cascalho e de recuperá-las após sua utilização, tudo conforme previsto na Resolução Consema 13/2012 e constante na própria Instrução Normativa da FATMA de nº 07, que diz respeito aos procedimentos e requisitos para licenciamento em processos de mineração;

Considerando a relevância econômica e social das atividades desenvolvidas pelos Municípios, demandando por parte das Prefeituras Municipais a necessidade permanente de manutenção das malhas viárias através de revestimento primário com cascalho; Considerando, a grande demanda de processos de licenciamento existentes na pauta de atendimento por parte da Fundação do Meio Ambiente;

Considerando a necessidade de atendimento prioritário nas demandas de licenciamento para as atividades de Mineração, pretendidas pelos Municípios, frente à demanda de manutenção de suas malhas viárias para viabilizar economicamente os municípios, tanto no escoamento de suas produções agrícolas, quanto na viabilização dos transportes dos insumos para o plantio e manutenção do potencial das atividades econômicas do setor primário dentro da esfera municipal;

Considerando, a necessidade de formalização de PROGRAMA DE REGULARIZAÇÃO AMBIENTAL DE EXPLORAÇÃO DE JAZIDAS por ser atividade potencialmente causadora de degradação ambiental, e acima de tudo, por ser atividade de extremo interesse dos municípios para a manutenção de sua malha viária;

Considerando a existência de inúmeras cascalheiras disponíveis no município, passíveis de licenciamento ambiental para exploração da matéria prima para aplicação direta na malha viária do município;

Considerando os custos do próprio licenciamento ambiental previstos em lei (Lei Estadual nº 15.940/2012 e Portarias 33/2011, 123/2011 e 74/2012);

Considerando a exigência de licenciamento através da formalização dos processos para obtenção de Licença Ambiental de Operação Corretiva (LAO CORRETIVA), prevista no Rito de Licenciamento Ambiental definido pelo Decreto Estadual 2955/2010, prevendo neste caso, autuação pelo uso dos recursos naturais sem o devido licenciamento;

Considerando que dentre as cascalheiras disponíveis para utilização pelo município, poderá ser permitida a utilização das mesmas mediante formalização do presente Termo de Compromisso, desde que as áreas de mineração não apresentem cobertura vegetal nativa arbórea e sejam respeitadas as Áreas de Preservação Permanente definidas pela Lei Federal 12.651/12;

Considerando que a atividade de exploração das jazidas de cascalho não será na forma de comercialização dos produtos oriundos de tal exploração, mas de uso pelo município para a manutenção da malha viária;

RESOLVEM, as partes, firmar o presente Termo de Compromisso, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA

DAS RESPONSABILIDADES DO MUNICÍPIO:

1.1 Requerer o licenciamento ambiental corretivo, individualmente,

para cada jazida, tudo conforme prevê a legislação em vigor, nos casos de jazidas com atividade já iniciada em tempo passado (exploração parcial e paralisada);

1.2 Requerer o licenciamento ambiental normal com LAP, LAI e posteriormente LAO, para cada jazida a ser explorada, tudo conforme o previsto na Instrução Normativa nº 7 da FATMA, nos casos de jazidas novas;

1.3 Atender as condicionantes das licenças ambientais que forem emitidas, apresentando a documentação pertinente nos prazos ali previstos;

1.4 Efetuar a recuperação ambiental das jazidas, conforme projeto de recuperação aprovado;

1.5 Efetuar a publicação no Diário Oficial do Estado do objeto do presente TC, conforme minuta descrita abaixo, num prazo máximo de 30 dias após assinatura:

“Termo de Compromisso Extrajudicial nº 013/2015/CMO que fazem entre si a FUNDAÇÃO DO MEIO AMBIENTE - FATMA e o Município de PINHEIRO PRETO, na data de 20/05/2015, referente ao PROGRAMA DE REGULARIZAÇÃO AMBIENTAL DE EXPLORAÇÃO DE JAZIDAS, por meio do qual a Prefeitura Municipal se compromete a implementar ações de regularização e melhoria nos controles ambientais para exploração de cascalheiras”.

DA FATMA:

1.6 Caberá à FATMA, no âmbito de suas competências administrativas, a responsabilidade pelo licenciamento e pela fiscalização das obrigações pactuadas, podendo contar, no que couber, com o apoio dos demais signatários, em tudo visando o integral cumprimento das condicionantes previstas neste Termo de Compromisso.

1.7 Outras ações de fiscalização poderão ocorrer a qualquer tempo em caso de denúncia de irregularidades ou outras motivações pertinentes à regularização da exploração de jazidas de cascalho.

1.8 Deixar de atuar os municípios que aderiram ao presente PROGRAMA DE REGULARIZAÇÃO AMBIENTAL DE EXPLORAÇÃO DE JAZIDAS através da assinatura do presente Termo de Compromisso nos casos de licenciamento das jazidas com emissão de LAO CORRETIVA, tendo em vista o interesse Social e Econômico para o desenvolvimento dos Municípios, bem como o fato de estarem efetuando a regularização ambiental de atividade de grande impacto ambiental, com previsão de sua recuperação integral após encerramento da capacidade produtiva ou quando o Município não mais tiver interesse na renovação da Licença Ambiental de Operação.

1.9 As licenças de operação terão a validade de 48 (quarenta e oito) meses e sua renovação dar-se-á somente se forem cumpridas as exigências constantes deste termo e das próprias condicionantes individuais de cada licença ambiental, podendo ainda tais licenças serem canceladas caso seja comprovado o descumprimento das obrigações nos prazos pactuados.

1.10 Analisar o Programa de Recuperação Ambiental apresentado pelos Municípios signatários tendo em vista o cumprimento das atividades e prazos estabelecidos neste instrumento, compatíveis com os prazos de cada licenciamento ambiental.

CLÁUSULA SEGUNDA DA RECUPERAÇÃO AMBIENTAL

2.1 As jazidas deverão ser integralmente recuperadas, quando do encerramento de suas atividades explorativas, conforme plano de recuperação devidamente aprovado por ocasião do primeiro licenciamento da jazida.

2.2 As propriedades rurais que possuem jazidas deverão estar

devidamente regularizadas junto ao CAR – Cadastro Ambiental Rural, independente do titular para exploração da jazida;

CLÁUSULA TERCEIRA DAS PENALIDADES

3.1 O descumprimento injustificável dos compromissos assumidos neste termo sujeitará ao Município Signatário, na medida de suas responsabilidades, ao pagamento de multa diária equivalente a R\$ 100,00 (cem reais), até que a empresa dê cumprimento às obrigações que justificaram a aplicação da penalidade.

3.2 Persistindo o descumprimento do estabelecido neste termo por mais de 120(cento e vinte) dias, poderá acarretar o indeferimento ou a suspensão do processo de licenciamento ou suspensão da própria licença ambiental.

CLÁUSULA QUARTA DA VIGÊNCIA DO TERMO DE COMPROMISSO

4.1 O presente Termo de Compromisso terá vigência pelo prazo de 04 (quatro) anos, contados da data da sua assinatura, tendo como prazo máximo o ano de 2019.

PARÁGRAFO ÚNICO:

A FATMA poderá suspender os efeitos do presente termo em caso fortuito, força maior ou por determinação judicial.

CLÁUSULA QUINTA DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

5.1 Para os Municípios signatários do presente Termo de Compromisso e que tenham requerido o licenciamento ambiental de uma jazida, poderão iniciar imediatamente sua exploração, valendo o presente Termo de Compromisso como Licença Ambiental de Operação até que a Fatma se manifeste e/ou emita as Licenças definitivas, podendo com o presente instrumento o Município requerer a Autorização de Lavra, junto ao DNPM (Departamento Nacional de Produção Mineral);

5.2 Os Municípios que, na oportunidade da assinatura do presente TC já tiverem realizado o protocolo de licenciamento para alguma jazida junto a FATMA, poderão ser considerados integrantes do presente programa de regularização ambiental, decorrendo com isso a possibilidade das vantagens e das responsabilidades advindas em função do presente compromisso;

5.3 Em caso de inexecução dos compromissos, a FATMA, após vencidos os prazos pactuados, providenciará a imediata notificação e suspensão das Licenças de Operação das Jazidas requeridas e que motivaram o descumprimento das obrigações, podendo promover execução judicial do presente título ou o manejo de Ação Civil Pública, a seu critério, sem prejuízo das sanções administrativas e penais a serem aplicadas.

5.4 Fica eleito o Foro da Comarca de Florianópolis para dirimir questões oriundas deste Termo de Compromisso.

Assim, por acharem justo e acertado, firmam as partes o presente Termo de Compromisso, em 4 (quatro) vias de igual teor, com eficácia de título executivo extrajudicial, para que surta seus jurídicos e legais efeitos.

Florianópolis, 20 de maio de 2015.
Alexandre Waltrick Rates
Presidente da Fundação do Meio ambiente

Euzébio Calisto Viecelli
Prefeito Municipal

Testemunhas:

Pomerode

PREFEITURA

DECRETO Nº 2.947, DE 17 DE JUNHO DE 2015.

DECRETO Nº 2.947, DE 17 DE JUNHO DE 2015.

ANULA DECRETO

ROLF NICOLODELLI, Prefeito Municipal de Pomerode no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 74, inciso I, da Lei Orgânica do Município:

CONSIDERANDO o Decreto nº 2.944, de 11 de junho de 2015 que, "ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DO SUPERÁVIT FINANCEIRO DE 2014, NA UNIDADE GESTORA PREFEITURA, POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS";

CONSIDERANDO o Decreto nº 2.945, de 12 de junho de 2015 que "APROVA A REVISÃO DO PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DO MUNICÍPIO DE POMERODE E DÁ PROVIDÊNCIAS";

CONSIDERANDO o Decreto nº 2.945, de 12 de junho de 2015 que, "ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DO SUPERÁVIT FINANCEIRO DE 2014, NA UNIDADE GESTORA PREFEITURA, POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS".

DECRETA:

Art. 1º. Fica anulado o Decreto nº 2.945, de 12 de junho de 2015 que, "ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DO SUPERÁVIT FINANCEIRO DE 2014, NA UNIDADE GESTORA PREFEITURA, POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS".

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Município de Pomerode, 17 de junho de 2015.

ROLF NICOLODELLI

Prefeito Municipal

DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 006 / 2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE POMERODE

SECRETARIA DE OBRAS - SEOB

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 006 / 2015

Processo Administrativo n.º 053/2015.

Locador: MUNICÍPIO DE POMERODE.

Locadores: VALMOR RAHN e LANDI RAHN.

Objeto: EXPLORAÇÃO DE JAZIDA DE MACADAME PARA A EXTRAÇÃO DE SAIBRO COM OBJETIVO DE UTILIZAÇÃO PARA MANUTENÇÃO DE OBRAS MUNICIPAIS, VIAS PÚBLICAS NÃO PAVIMENTADAS E BASE PARA PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA, EM CONFORMIDADE COM A LEI MUNICIPAL n.º 2.619, DE 17/02/2014 E LEI MUNICIPAL n.º 2.705, DE 10/04/2015.

DA COMPENSAÇÃO:

EM CONFORMIDADE COM O DISPOSTO NO PARÁGRAFO ÚNICO DO ARTIGO 1º DA LEI MUNICIPAL N.º 2.705, DE 10/04/2015, OS VALORES ESTABELECIDOS NO PRESENTE PROCESSO LICITATÓRIO SERÃO DEVIDAMENTE COMPENSADOS, VEZ QUE, O PROPRIETÁRIO DO IMÓVEL SR. VALMOR RAHN POSSUI DÍVIDA ATIVA PERANTE O MUNICÍPIO DE POMERODE/SC.

Valor total a ser compensado: R\$18.928,06 (dezoito mil, novecentos

e vinte e oito reais e seis centavos).

Prazo de vigência: 31/12/2015.

Pomerode/SC, 18 de Junho de 2015.

ROLF NICOLODELLI

Prefeito Municipal de Pomerode

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 028 / 2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE POMERODE

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 028 / 2015

Processo Administrativo n.º 035/2015.

Pregão Presencial n.º 017/2015.

Contratante: MUNICÍPIO DE POMERODE.

Contratada: ACIPRASC CONTROLE SANITÁRIO LTDA ME.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE DESINSETIZAÇÃO, DESRATIZAÇÃO E LIMPEZA DAS CAIXAS D'ÁGUA DAS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE POMERODE/SC, CONFORME QUANTIDADES E ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO EDITAL DE LICITAÇÃO E SEUS ANEXOS.

Valor total contratado: R\$18.940,00 (dezoito mil e novecentos e quarenta reais).

Prazo de vigência – 12 meses – Prazo final: 31/05/2016.

Pomerode/SC, 22 de Maio de 2015.

ROLF NICOLODELLI

Prefeito Municipal de Pomerode

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 029 / 2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE POMERODE

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 029 / 2015

Processo Administrativo n.º 045/2015.

Dispensa de Licitação n.º 005/2015.

Contratante: MUNICÍPIO DE POMERODE.

Contratada: EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS – ECT.

ECT DR DE SANTA CATARINA.

Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POSTAIS DE RECEBIMENTO, EXPEDIÇÃO, TRANSPORTE E ENTREGA DE OBJETOS DE CORRESPONDÊNCIA, VALORES E ENCOMENDAS PELA EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT PARA O MUNICÍPIO DE POMERODE/SC, EM CONFORMIDADE COM O DISPOSTO NO ARTIGO 24, VIII DA LEI FEDERAL N.º 8.666/93.

Valor total contratado estimado – 12 meses: R\$80.000,00 (oitenta mil reais).

Prazo de vigência – 12 meses – Prazo final: 31/05/2016.

Pomerode/SC, 01 de Junho de 2015.

ROLF NICOLODELLI

Prefeito Municipal de Pomerode

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 030 / 2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE
SECRETARIA DE TURISMO, CULTURA E ESPORTE
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 030 / 2015

Processo Administrativo n.º 046/2015.
Inexigibilidade de Licitação n.º 010/2015.
Contratante: MUNICÍPIO DE POMERODE.
Contratada: ASSOCIAÇÃO DOS MÚSICOS PROFISSIONAIS DE POMERODE – AMUSPE.
Objeto: CONTRATAÇÃO DE APRESENTAÇÕES MUSICAIS PARA PRESERVAÇÃO DAS TRADIÇÕES CULTURAIS, ATRAVÉS DE BANDAS COM REPORTÓRIO DE MÚSICAS ALEMÃS PARA AS FESTAS DE REI E RAINHA REALIZADAS PELOS CLUBES DE CAÇA E TIRO DO MUNICÍPIO DE POMERODE/SC.
Valor total contratado: R\$150.000,00 (cento e cinquenta mil reais).
Prazo de vigência – 07 meses – Prazo final: 31/12/2015.

Pomerode/SC, 01 de Junho de 2015.
ROLF NICOLODELLI
Prefeito Municipal de Pomerode

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N.º 011/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO EMPREENDEDORA
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N.º 011/2015

Processo Administrativo n.º 052/2015.
Contratante: MUNICÍPIO DE POMERODE.
Contratado: EMPRESA DE TRANSPORTES COLETIVO VOLKMANN LTDA.
Objeto: AQUISIÇÃO DE PASSES ESCOLARES PARA TRANSPORTE COLETIVO DE ALUNOS DA REDE ESTADUAL DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE POMERODE/SC, EM CONFORMIDADE COM OS CRITÉRIOS DEFINIDOS NA LEI MUNICIPAL N.º 2.337/2011.
Valor Unitário p/ passe – R\$1,55 (um real e cinquenta e cinco centavos).
Valor total contratado: R\$267.627,65 (duzentos e sessenta e sete mil, seiscentos e vinte e sete reais e sessenta e cinco centavos).
Prazo de vigência: 31/12/2015.
Base Legal: Artigo 25, I da Lei Federal n.º 8.666/93 e Lei Municipal n.º 2.337/2011.

Pomerode/SC, 18 de Junho de 2015.
ROLF NICOLODELLI
Prefeito Municipal de Pomerode

Ponte Serrada

PREFEITURA

DECRETO 520/2015

DECRETO Nº 520/2015, DE 15 DE JUNHO DE 2015.

“DISPÕE SOBRE A DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIA PARA EMISSÃO E ASSINATURA DE CARTA DE ANUÊNCIA PARA CONTRIBUINTES EM DÉBITO COM O MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

DECRETA:

Art. 1º - Fica delegada a competência aos servidores ROSELI APARECIDA FORNARI ROCHA RAUBER, Matrícula 18, ocupante do cargo de AGENTE DE TRIBUTAÇÃO e RONIVALDO DE OLIVEIRA, Matrícula 1178 ocupante do cargo de FISCAL FAZENDARIO para emitir e assinar as Cartas de Anuência aos contribuintes em débito com o Município que efetuem o parcelamento do débito ou saldem as dívidas.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 15 DE JUNHO DE 2015.

EDUARDO COPPINI
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

EXTRATO 055/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA
PROCESSO LICITATÓRIO N.º 055/2015 PREGÃO PRESENCIAL N.º 036/2015

O Município de

Ponte Serrada torna público, que fará Licitação na modalidade Pregão Presencial objetivando Contratação de empresa para prestação de serviços de mecânica pesada e serviços de funilaria, lataria e chapeação em geral para a manutenção dos ônibus da Secretaria de Educação.

Recebimento de Envelopes: até as 08:20MIN do dia 30/06/2015.

Abertura: às 08h30min horas do dia 30/06/2015.

Informações Complementares: Edital em inteiro teor e demais informações poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Setor de Licitações, na Prefeitura Municipal de Ponte Serrada, Rua Madre Maria Theodora, n.º 264, Bairro Centro, no horário das 07h30min às 11h30min e das 13h00min as 17h00min e pelo site www.ponteserrada.sc.gov.br, ou pelo telefone (0XX49) 34350122 e pelo e-mail: comprasps01@gmail.com.

Ponte Serrada, 18 de junho de 2015.

EDUARDO COPPINI
PREFEITO MUNICIPAL

LEI 177/2015

LEI COMPLEMENTAR Nº 177/2015, DE 12 DE JUNHO DE 2015.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A PROMOVER CONCESSÃO DE IMÓVEL ATRAVÉS DE DIREITO REAL DE USO, MEDIANTE PROCESSO DE LICITAÇÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhes são conferidas no art. 18 da Lei Orgânica do Município, faz saber aos habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e sancionou e promulga a seguinte Lei.

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado nos termos desta Lei, realizar concessão de direito real de uso, a quem se interessar, a título gratuito das seguintes áreas de terra:

a) uma área de terra com 1.222,21m2, localizado no distrito industrial do município, registrados junto ao Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Ponte Serrada, SC, sob a matrícula nº 5755.

b) uma área de terra com 909,24 m2, localizado no distrito industrial do município, registrados junto ao Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Ponte Serrada, SC, sob a matrícula nº 5755.

c) uma área de terra com 745,36 m2, localizado no distrito industrial do município, registrados junto ao Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Ponte Serrada, SC, sob a matrícula nº 5755.

Art. 2º - Para a seleção do interessado será realizado processo licitatório através de Concorrência Pública, nos termos da Lei de Licitações e Contratos, onde serão consignados detalhadamente às obrigações, os encargos, situações de reversão e prazo.

Parágrafo único – A empresa interessada vencedora da licitação terá que comprovar anualmente, durante o período que perdurar a concessão, o cumprimento dos encargos mínimos estabelecidos nesta Lei e os que se dispôs suportar, com período de carência de 12 (doze) meses.

Art. 3º - A alienação será efetuada respeitando o disposto no Art. 17, da Lei Federal nº 8.666/93 e demais disposições pertinentes à matéria, atendendo o interesse público de incremento da receita do Município.

Art. 4º - Fica igualmente o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado conceder juntamente com a área a execução de infraestrutura necessária sobre a área concedida, compreendendo ter-
raplenagem do imóvel e acesso.

Art. 5º - Fica vedado ao vencedor da licitação transferir o direito real de uso do imóvel concedido no todo ou em parte, a qualquer título.

Art. 6º - Após a realização da licitação deverá o Chefe do Poder Executivo a promover a inscrição da concessão de direito real de uso, nos termos da Lei e do Contrato Administrativo a ser firmado com a empresa vencedora da licitação.

Parágrafo único - As despesas decorrentes do registro e averbação à margem da matrícula do imóvel desta Concessão de Direito Real de Uso correrão por conta da licitante vencedora.

Art. 7º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 12 DE JUNHO DE 2015.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra na forma da Lei

LEI 2239/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE SERRADA

Rua Madre Maria Theodora, 264 – Centro – Cep: 89683-000 - Caixa Postal 31 - CNPJ: 82.777.236/0001-01 – Fone: (49) 3435-0122 –

LEI Nº 2.239/2015, DE 12 DE JUNHO 2015.

APROVA O PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – PME E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e fica sancionada a seguinte Lei:

Art. 1º Fica aprovado o Plano Municipal de Educação – PME, com vigência por 10 (dez) anos, a contar da publicação desta Lei, na forma dos Anexos I e II, com vistas ao cumprimento do disposto no art. 8º da Lei n. 13.005, de 25 de junho de 2014.

Art. 2º São diretrizes do PME:

I - erradicação do analfabetismo;

II - universalização do atendimento escolar;

III - superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação;

IV - melhoria da qualidade da educação;

V - formação para o trabalho e para a cidadania, com ênfase nos valores morais e éticos em que se fundamenta a sociedade;

VI - promoção do princípio da gestão democrática da educação pública;

VII - promoção humanística, científica, cultural e tecnológica do País;

VIII - estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do Produto Interno Bruto - PIB que assegure atendimento às necessidades de expansão, com padrão de qualidade e equidade;

IX - valorização dos (as) profissionais da educação;

X - promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental.

Art. 3º As metas previstas no Anexo II desta Lei serão cumpridas no prazo de vigência deste PME, desde que não haja prazo inferior definido para metas e estratégias específicas.

Art. 4º As metas previstas no Anexo II desta Lei deverão ter como referência o Anexo I – Diagnóstico elaborado pela Equipe Técnica com base nos dados divulgados por Órgãos Oficiais.

Art. 5º A execução do PME e o cumprimento de suas metas serão objeto de monitoramento contínuo e de avaliações periódicas realizados pelas seguintes instâncias:

I - Secretaria Municipal de Educação;

II – Conselho Municipal de Educação – CME;

III - Conselho do FUNDEB;

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE SERRADA

Rua Madre Maria Theodora, 264 – Centro – Cep: 89683-000 - Caixa Postal 31 - CNPJ: 82.777.236/0001-01 – Fone: (49) 3435-0122 –

§ 1º Compete, ainda, às instâncias referidas no caput:

I - divulgar os resultados do monitoramento e das avaliações nos

respectivos sítios institucionais da internet;

II - analisar e propor políticas públicas para assegurar a implementação das estratégias e o cumprimento das metas;

III - analisar e propor a revisão do percentual de investimento público em educação.

§ 2º Ao longo do período de vigência deste PME, observar-se-ão os resultados dos estudos publicados a cada 2 (dois) anos pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP para aferir a evolução no cumprimento das metas estabelecidas no Anexo II.

§ 3º A meta progressiva do investimento público em educação será avaliada no quarto ano de vigência do PME e poderá ser ampliada por meio de lei para atender às necessidades financeiras do cumprimento das demais metas.

§ 4º O investimento público em educação a que se refere a meta XX do Anexo II desta Lei engloba os recursos aplicados na forma do art. 212 da Constituição Federal, do art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, bem como do art. 213 da Constituição Federal.

§ 5º Será destinada à manutenção e ao desenvolvimento do ensino, em acréscimo aos recursos vinculados nos termos do art. 212 da Constituição Federal, além de outros recursos previstos em lei, a parcela da participação no resultado ou da compensação financeira pela exploração de petróleo e de gás natural, na forma de lei específica, com a finalidade de assegurar o cumprimento da meta prevista no inciso VI do art. 214 da Constituição Federal.

Art. 6º O Município promoverá a realização de pelo menos 2 (duas) conferências municipais de educação até o final do decênio, precedidas de amplo debate e coordenadas pelas Instâncias referidas no Art. 5º.

§ 1º As Instâncias referidas no Art. 5º, além da atribuição referida no caput:

I - acompanhará a execução do PME e o cumprimento de suas metas;

II - promoverá a articulação da conferência municipal com as conferências estadual e nacional de educação.

§ 2º As conferências municipais de educação realizar-se-ão com intervalo de até 4 (quatro) anos entre elas, com o objetivo de avaliar a execução do Plano Nacional de Educação – PNE, do Plano Estadual de Educação – PEE, bem como deste Plano Municipal e subsidiar a elaboração dos planos de educação para o decênio subsequente.

Art. 7º A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios atuarão em regime de colaboração visando ao alcance das metas e à implementação das estratégias objeto deste Plano, na forma da lei.

§ 1º Caberá aos gestores federais, estaduais, municipais e do Distrito Federal a adoção das medidas governamentais necessárias ao alcance das metas previstas neste PME.

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE SERRADA

Rua Madre Maria Theodora, 264 – Centro – Cep: 89683-000 - Caixa Postal 31 - CNPJ: 82.777.236/0001-01 – Fone: (49) 3435-0122 –

§ 2º As estratégias definidas no Anexo II desta Lei não elidem a adoção de medidas adicionais em âmbito local ou de instrumentos jurídicos que formalizem a cooperação entre os entes federados, podendo ser complementadas por mecanismos nacionais e locais de coordenação e colaboração recíproca.

§ 3º O sistema de ensino municipal criará mecanismos para o acompanhamento local da consecução das metas do PME.

§ 4º Haverá regime de colaboração específico para a implementação de modalidades de educação escolar que necessitem considerar territórios étnico-educacionais e a utilização de estratégias que levem em conta as identidades e especificidades socioculturais e linguísticas de cada comunidade envolvida, assegurada a consulta prévia e informada a essa comunidade.

§ 5º O fortalecimento do regime de colaboração entre a União, o Estado e o Município incluirá a instituição de instâncias permanentes de negociação, cooperação e pactuação.

§ 6o O fortalecimento do regime de colaboração entre os Municípios dar-se-á, inclusive, mediante a adoção de arranjos de desenvolvimento da educação.

Art. 8o O Município, no prazo de 2 (dois) anos contados da publicação da Lei n. 13.005, de 25 de junho de 2014, deverá adequar a legislação local, disciplinando a gestão democrática da educação pública em conformidade com o disposto na referida Lei, bem como neste PME.

Art. 9o O plano plurianual, as diretrizes orçamentárias e o orçamento anual do Município serão formulados de maneira a assegurar a consignação de dotações orçamentárias compatíveis com as diretrizes, metas e estratégias deste PME, a fim de viabilizar sua plena execução.

Art. 10. O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica, coordenado pela União, constituirá fonte de informação para a avaliação da qualidade da educação básica e para a orientação das políticas públicas desse nível de ensino.

Art. 11. Até o final do primeiro semestre do nono ano de vigência deste PME, o Poder Executivo encaminhará à Câmara de Vereadores, sem prejuízo das prerrogativas deste Poder, o projeto de lei referente ao Plano Municipal de Educação a vigorar no período subsequente, que incluirá diagnóstico, diretrizes, metas e estratégias para o próximo decênio.

Art. 12. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 12 DE JUNHO 2015.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

LEI 2240/2015

LEI Nº 2.240/2015

"DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO EXERCÍCIO DE 2015 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes que a Câmara de Vereadores votou e aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir Crédito Adicional espécie Suplementar no orçamento do exercício de 2015 no valor de R\$ 45.000,00 (Quarenta e Cinco Mil Reais) destinados a suplementar a seguintes dotações orçamentárias:

03.00 – Secretaria de Educação, Cultura e Esportes

03.01 – Departamento de Educação

12.367.1201.2.018 – Apoio a Educação Especial

Modalidade de Aplicação: 33500000 – 51 – R\$ 30.000.00

Fonte de Recursos: 01.0000

Órgão: 05 Secretaria da Agricultura e Meio Ambiente

05.01 – Secretaria da Agricultura e Meio Ambiente

20.606.2001.2.021 – Manutenção da Secretaria da Agricultura e Meio Ambiente

Modalidade de Aplicação: 33500000 – 69 – R\$ 15.000,00

Fonte de Recursos: 01.0000

Art. 2º. Para abertura do crédito de que trata o artigo anterior, serão utilizados recursos da anulação da seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 03 – Secretaria de Educação, Cultura e Esporte

03.01 – Departamento de Educação

12.367.1201.2.018 – Apoio ao Ensino Superior

Modalidade de Aplicação: 33500000 – 38 – R\$ 30.000.00

Fonte de Recursos: 01.0000

Órgão: 05 - Secretaria da Agricultura e Meio Ambiente

05.01 – Secretaria da Agricultura e Meio Ambiente

20.606.2001.2.021 – Manutenção da Secretaria da Agricultura e Meio Ambiente

Modalidade de Aplicação: 33500000 – 73 – R\$ 15.000,00

Fonte de Recursos: 01.0000

Art. 3º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA – SC, EM 16 de junho de 2015

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

Porto Belo

PREFEITURA

LEI MUNICIPAL Nº 2.283, DE 08 DE JUNHO DE 2015

LEI MUNICIPAL Nº 2.283, DE 08 DE JUNHO DE 2015.

“DÁ DENOMINAÇÃO À RUA” Autor: Vereador Joel Orlando Lucinda.

GIOVANNI PAOLO VOLTOLINI, Prefeito em exercício do Município de Porto Belo, no uso de suas atribuições conferidas por Lei, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º Fica denominada “VALMOR VOLTOLINI”, a rua que tem seu início na Rua Bento João Silvino e tem seu término em terras de propriedade do Sr. Sérgio Luiz Biehler, no Bairro Sertão de Santa Luzia, neste Município.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Porto Belo – SC, aos 08 dias do mês de junho de 2015.

GIOVANNI PAOLO VOLTOLINI

PREFEITO EM EXERCÍCIO

LEI MUNICIPAL Nº 2.284, DE 08 DE JUNHO DE 2015.

LEI MUNICIPAL Nº 2.284, DE 08 DE JUNHO DE 2015.

“Autoriza o Poder Executivo a divulgação e publicidade em espaços públicos de festas religiosas e demais eventos de entidades sem fins lucrativos e dá outras providências” Autor: Vereador Estevão B. Guerreiro - Maninho

GIOVANNI PAOLO VOLTOLINI, Prefeito em exercício do Município de Porto Belo, no uso de suas atribuições conferidas por Lei, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a divulgação e publicidade em espaços públicos as festas religiosas e demais eventos de entidades sem fins lucrativos que aconteçam no Município de Porto Belo.

Art. 2º Os Espaços Públicos a que faz jus esta lei serão considerados praças, rótulas de trânsito, áreas de lazer.

Parágrafo Único: não poderão haver divulgações e propagandas em academias populares, passeios públicos e postes de iluminação pública ou telefonia.

Art. 3º Entende-se por entidades sem fins lucrativos as associações de direito privado, dotada de personalidade jurídica e caracterizada pelo agrupamento de pessoas para a realização e consecução de objetivos e ideais comuns, sem finalidade lucrativa.

§1º Fazem jus a essa lei as associações de classe ou de representação de categoria profissional ou econômica, instituições religiosas ou voltadas para a disseminação de credos, cultos, etc., associações de bairro, moradores, associações com objetivos sociais que observam o princípio da universalização dos serviços, como promoção da assistência social, promoção da cultura, patrimônio histórico e artístico, promoção gratuita da saúde e educação; preservação e conservação do meio ambiente; promoção dos direitos humanos, etc.

Art. 4º As propagandas e divulgações de eventos a que faz jus o caput da lei poderão ser feitas com faixas, cartazes e banners, nunca superiores a 3m de comprimento e 0,5m altura.

Art. 5º As entidades poderão realizar as divulgações, mediante requerimento apresentado a Secretaria de Gabinete do Prefeito com antecedência de 15 dias do evento.

§1º É de única responsabilidade das entidades a colocação e retirada das devidas propagandas.

§2º A retirada das propagandas deve acontecer no prazo máximo

de 15 dias após o evento, sob pena de nulidade do direito de divulgação para o ano subsequente.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Porto Belo – SC, aos 08 dias do mês de junho de 2015.

GIOVANNI PAOLO VOLTOLINI

PREFEITO EM EXERCÍCIO

TOMADA DE PREÇO 003/2015 FMEDUCA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade de licitação: Tomada de Preço – 003/2015 FMEDUCA

Tipo de licitação: Menor preço global;

Objeto: Contratação de empresa para execução de obras e serviços especializados para a construção da Escola Municipal Augusto Bayer sendo 312,47m², localizada no bairro Santa Luzia no Município de Porto Belo, conforme especificações e quantitativos descritos no Anexo I do Edital.

Recebimento das Propostas: Até as 14:00 horas do dia 07/07/2015, no Departamento de Compras da Prefeitura Municipal de Porto Belo.

Abertura das Propostas: Às 14:01 horas do dia 07/07/2015, no Departamento de Compras da Prefeitura Municipal de Porto Belo.

O edital na íntegra e todos os seus anexos, estão a disposição no departamento de Compras e Licitações da PMPB – End. Av. Governador Celso Ramos, 2.500 – Centro–Porto Belo – SC.

Maiores informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Porto Belo, no Setor de Compras e Licitações, pelo telefone (47) 3369-4111 ou pelo e-mail licitacao@portobelo.sc.gov.br

Porto Belo, 18 de Junho de 2015.

Giovanni Paolo Voltolini

Vice Prefeito Municipal

Porto União

PREFEITURA

DECRETO Nº 727/2015

DECRETO Nº 727, de 11 de junho de 2015.

Dispõe sobre a Conferência de Saúde do Município de Porto União.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º A Conferência Municipal de Saúde é o fórum máximo de deliberação da Política de Saúde, conforme dispõe a Lei Federal 8.142/90.

Art. 2º Acatando a convocação da Presidência da República e do Conselho Municipal de Saúde, fica convocada a IV Conferência de Saúde do Município de Porto União, que acontecerá no dia 30 de junho de 2015, sendo esta a etapa municipal da 15ª Conferência Nacional de Saúde.

Art. 3º O tema central da Conferência será "SAÚDE PÚBLICA DE QUALIDADE PARA CUIDAR BEM DAS PESSOAS. DIREITO DO POVO BRASILEIRO", abordando os seguintes eixos:

I- Direito à Saúde, Garantia de Acesso e Atenção de Qualidade;

II- Participação Social;

III- Valorização do Trabalho e da Educação em Saúde;

IV- Financiamento do SUS e Relação Público-Privado;

V- Gestão do SUS e Modelos de Atenção à Saúde;

VI- Informação, Educação e Política de Comunicação do SUS;

VII- Ciência, Tecnologia e Inovação no SUS; e

VIII- Reformas Democráticas e Populares do Estado.

§ 1º O eixo será discutido em painéis centrais/mesas redondas, com coordenação da Secretaria Municipal de Saúde, e a participação de expositores, indicados pela Comissão Organizadora, assegurando o debate com os delegados e convidados.

§ 2º Serão elaboradas ementas que orientarão as apresentações dos expositores nos painéis centrais.

Art. 4º A Conferência Municipal de Saúde será realizada no Centro Cultural 25 Julho, sito na Rua Antiocho Pereira, nº 208 – Centro – Porto União – SC.

Art. 5º A Conferência será presidida pelo Secretário Municipal de Saúde e coordenada pela Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 6º As normas de organização e funcionamento da Conferência serão expedidas em Portaria deliberada pelo Conselho Municipal de Saúde e publicada pela Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 26 de maio de 2015.

Porto União (SC), 11 de junho de 2015.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

JAIR GIRALDI

Secretário Municipal de Saúde

DECRETO Nº 729/2015

DECRETO Nº 729, de 11 de junho de 2015.

Dispõe sobre crédito suplementar, e contém outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município, e autorizado pelas Leis Municipais nºs 4.262, de 07 de julho de 2014 (LDO) e 4.291, de 04 de dezembro de 2014 (LOA),

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito suplementar no orçamento do Fundo Municipal de Saúde, nas dotações orçamentárias a seguir especificadas, no valor de R\$ 489.600,00 (Quatrocentos e oitenta e nove mil e seiscentos reais):

ÓRGÃO ORGÃO	0900 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
UNIDADE	0901 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
PROJETO	1051 – Construção/Ampliação/Reforma de Unidade de Saúde		
MODALIDADE	4490 – 450 – Aplicações Diretas	1	489.600,00
	TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO		489.600,00

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito acima citado serão utilizados recursos provenientes de excesso de arrecadação, na Fonte 450.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Porto União (SC), 11 de junho de 2015.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

RICARDO DRAGONI

Secretário Municipal de Finanças

JAIR GIRALDI

Secretário Municipal de Saúde e Contabilidade

DECRETO Nº 730/2015

DECRETO Nº 730, de 18 de junho de 2015.

Dispõe sobre delegação de competência para movimentação de conta bancária, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Porto União, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o item IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Delega competência ao Coordenador de Pagadoria da Saúde, Sr. Jeferson José da Cruz, CPF nº 065.343.729-32, que fica autorizado a movimentar as contas bancárias conjuntamente com o Secretário Municipal de Saúde, Sr. Jair Giraldi, CPF nº 139.805.809-20, junto ao Banco do Brasil, para todas as contas do Fundo Municipal de Saúde de Porto União.

Art. 2º Os mesmos estarão investidos conjuntamente nos seguintes poderes:

- 1- emitir cheques;
- 2- abrir contas de depósito;
- 3- autorizar cobrança;
- 4- receber, passar recibo e dar quitação;
- 5- requisitar talonários de cheques;
- 6- autorizar débito em conta relativo a operações;
- 7- efetuar transferências/pagamentos, exceto por meio eletrônico;
- 8- sustar/contrar – ordenar cheques;
- 9- efetuar resgates/aplicações financeiras;
- 10- efetuar saques – conta corrente;
- 11- efetuar pagamentos por meio eletrônico;
- 12- efetuar transferências por meio eletrônico;
- 13- efetuar pagamentos, exceto por meio eletrônico;
- 14- efetuar transferências, exceto por meio eletrônico;
- 15- liberar arquivos de pagamentos no Ger. Financeiro /AASP;
- 16- emitir comprovantes;
- 17- efetuar transferência para mesma titularidade – meio eletrônico;
- 18- encerrar contas de depósito;

Art. 3º Os mesmos estarão investidos isoladamente nos seguintes poderes:

- 1- solicitar saldos e extratos;
- 2- retirar cheques devolvidos;
- 3- cancelar cheques;
- 4- baixar cheques;
- 5- cadastrar, alterar e desbloquear senhas;
- 6- consultar contas/aplicações programas repasse recursos federais - RPG;
- 7- solicitar saldos/extratos, exceto investimento e operações de crédito;
- 8- solicitar saldos/extratos de investimentos;
- 9- solicitar saldos/extratos de operações de crédito;

Paragrafo único. Ficam ratificados os efeitos do Decreto Municipal nº 095, de 1º de fevereiro de 2013.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 18 de junho de 2015.

ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

DECRETO Nº 731/2015

DECRETO Nº 731, de 18 de junho de 2015.

Dispõe sobre delegação de competência para movimentação de conta bancária, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Porto União, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o item IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Delega competência ao Coordenador de Pagadoria da Saúde, Sr. Jeferson José da Cruz, CPF nº 065.343.729-32, que fica autorizado a movimentar as contas bancárias conjuntamente com o Secretário Municipal de Saúde, Sr. Jair Giraldo, CPF nº 139.805.809-20, junto à Caixa Econômica Federal, para todas as contas do Fundo Municipal de Saúde de Porto União.

Art. 2º Os mesmos estarão investidos conjuntamente nos seguintes poderes:

- 1- emitir cheques;
- 2- abrir contas de depósito;
- 3- autorizar cobrança;
- 4- receber, passar recibo e dar quitação;
- 5- requisitar talonários de cheques;
- 6- autorizar débito em conta relativo a operações;
- 7- efetuar transferências/pagamentos;
- 8- sustar/contrar – ordenar cheques;
- 9- efetuar resgates/aplicações financeiras;
- 10- efetuar saques – conta corrente;
- 11- liberar arquivos de pagamentos no Ger. Financeiro;
- 12- emitir comprovantes;
- 13- efetuar transferência para mesma titularidade;
- 14- encerrar contas de depósito.

Art. 3º Os mesmos estarão investidos isoladamente nos seguintes poderes:

- 1- solicitar saldos e extratos;
- 2- retirar cheques devolvidos;
- 3- cancelar cheques;
- 4- baixar cheques;
- 5- cadastrar, alterar e desbloquear senhas;
- 6- consultar contas/aplicações programas repasse recursos federais;
- 7- solicitar saldos/extratos, investimento e operações de crédito.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Porto União (SC), 18 de junho de 2015.

ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

EXTRATO DE CONTRATO 041/2015 - EDUCAÇÃO

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Extrato de Contrato 041/2015 - EDUCAÇÃO

Partes: Município de Porto União e Bello & Machado Ltda - ME.

Objeto: Fornecimento de material para manutenção dos Ginásios de Esportes das Escolas da Rede Municipal de Ensino.

Valor Total: R\$ 7.750,00 (sete mil setecentos e cinquenta reais).

Vigência: 12 (doze) meses.

Base legal: Pregão Presencial 035/2015 - CARONA, Lei 8.666/93.

Porto União SC, 02 de junho de 2015.

Anízio de Souza.

Prefeito Municipal

Bello & Machado Ltda - ME.

Contratada

EXTRATO DE CONTRATO 042/2015 - EDUCAÇÃO

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Extrato de Contrato 042/2015 - EDUCAÇÃO

Partes: Município de Porto União e Delvalle Materiais Elétricos Ltda – ME.

Objeto: Fornecimento de material para manutenção dos Ginásios de Esportes das Escolas da Rede Municipal de Ensino.

Valor Total: R\$ 14.975,00 (quatorze mil novecentos e setenta e cinco reais).

Vigência: 12 (doze) meses.

Base legal: Pregão Presencial 035/2015 - CARONA, Lei 8.666/93.

Porto União SC, 02 de junho de 2015.
Anízio de Souza.
Prefeito Municipal

Delvalle Materiais Elétricos Ltda – ME.
Contratada

EXTRATO DE CONTRATO 096/2015

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato 096/2015 - PREFEITURA
Partes: Município de Porto União e Bello & Machado Ltda - ME.
Objeto: Fornecimento de material para manutenção da Iluminação Pública.
Valor Total: R\$ 63.028,00 (sessenta e três mil e vinte e oito reais).
Vigência: 12 (doze) meses.
Base legal: Pregão Presencial 035/2015 - CARONA, Lei 8.666/93.

Porto União SC, 02 de junho de 2015.
Anízio de Souza.
Prefeito Municipal

Bello & Machado Ltda - ME.
Contratada

EXTRATO DE CONTRATO 097/2015

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato 097/2015 - PREFEITURA
Partes: Município de Porto União e Delvalle Materiais Elétricos Ltda – ME.
Objeto: Fornecimento de material para manutenção da Iluminação Pública.
Valor Total: R\$ 828,40 (oitocentos e vinte e oito reais e quarenta centavos).
Vigência: 12 (doze) meses.
Base legal: Pregão Presencial 035/2015 - CARONA, Lei 8.666/93.

Porto União SC, 02 de junho de 2015.
Anízio de Souza.
Prefeito Municipal

Delvalle Materiais Elétricos Ltda – ME.
Contratada

EXTRATO DE CONTRATO 100/2015

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato 100/2015 - Prefeitura
Partes: Município de Porto União e GL – Lismotor Retífica de Motores Eireli – EPP.
Objeto: Fornecimento de peças e prestação de serviços para retífica de motor de equipamento Retroescavadeira Massey Ferguson 86HS, motor Perkins e motor do veículo caminhão Chevrolet 13000, Placa LZX-1024, motor MWM D225/229/6, ambos de propriedade do Município de Porto União.
Valor Total: R\$ 15.500,00 (quinze mil e quinhentos reais).
Vigência: 12 (doze) meses.
Base legal: Pregão Presencial 036/2015 - Prefeitura, Lei 8.666/93.

Porto União SC, 03 de junho de 2015.
Anízio de Souza.
Prefeito Municipal

GL – Lismotor Retífica de Motores Eireli – EPP.
Contratada

EXTRATO DE CONTRATO ADITIVO 104/2015

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato aditivo 104/2015 – PREFEITURA
Aditivo ao Contrato de Fornecimento 112/2014 - Prefeitura.
Partes: Município de Porto União e Fabiano Gonçalves EME - ME.

CLAÚSULA SEGUNDA – VALOR CONTRATUAL

Adita-se em R\$ 5.937,50 (cinco mil novecentos e trinta e sete reais e cinquenta centavos) o aludido contrato superior, equivalente a 25 % (vinte e cinco por cento).

CLAÚSULA DÉCIMA SEGUNDA – VIGÊNCIA

Prorroga-se por 60 (sessenta) dias o aludido contrato superior, a contar de 05/06/2015.
Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato que a este deu origem.

Porto União SC, 03 de junho de 2015.
Anízio de Souza
Prefeito Municipal

EXTRATO DE EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL 046/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO
ESTADO DE SANTA CATARINA
Processo Licitatório 084/2015 – PREFEITURA - Registro de Preços
Extrato de Edital de Pregão Presencial 046/2015

O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições, torna público que fará realizar processo licitatório na modalidade de Pregão, com adjudicação por lote, do tipo presencial, para Registro de Preços para aquisição de peças e acessórios, destinada à manutenção da frota de Máquinas Pesadas do Município. O recebimento dos envelopes se dará até as 14h00min do dia 02 de julho de 2015 na Prefeitura Municipal, com início da sessão pública às 14h15min, no mesmo local e dia. O Edital e Arquivos encontram-se disponíveis no site da Prefeitura Municipal de Porto União www.portouniao.sc.gov.br. Maiores informações podem ser retiradas na Rua Padre Anchieta, 126, e-mail liciteportouniao@yahoo.com.br, licitacao@portouniao.sc.gov.br e, fone (42) 3523-1155.

Porto União - SC, 18 de junho de 2015.
Anízio de Souza
Prefeito Municipal

EXTRATO DE EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL 047/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO
ESTADO DE SANTA CATARINA
Processo Licitatório 085/2015 – PREFEITURA - Registro de Preços
Extrato de Edital de Pregão Presencial 047/2015

O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições, torna público que fará realizar processo licitatório na modalidade de Pregão, com adjudicação por item, do tipo presencial, para Registro de Preços para aquisição de filtros destinados à manutenção da frota do município. O recebimento dos envelopes se dará até as 14h00min do dia 03 de julho de 2015 na Prefeitura Municipal, com início da sessão pública às 14h15min, no mesmo local e dia. O Edital e Arquivos encontram-se disponíveis no site da Prefeitura Municipal de Porto União www.portouniao.sc.gov.br. Maiores informações podem ser retiradas na Rua Padre Anchieta, 126, e-mail liciteportouniao@yahoo.com.br, licitacao@portouniao.sc.gov.br e, fone (42) 3523-1155.

Porto União - SC, 18 de junho de 2015.
Anízio de Souza
Prefeito Municipal

EXTRATO DE EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL 048/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA

Processo Licitatório 086/2015 – PREFEITURA - Registro de Preços
Extrato de Edital de Pregão Presencial 048/2015

O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições, torna público que fará realizar processo licitatório na modalidade de Pregão, com adjudicação por lote, do tipo presencial, para Registro de Preços para aquisição de peças originais novas para os veículos do Município (caminhões, ônibus e toyotas). O recebimento dos envelopes se dará até as 09h00min do dia 06 de julho de 2015 na Prefeitura Municipal, com início da sessão pública às 09h15min, no mesmo local e dia. O Edital e Arquivos encontram-se disponíveis no site da Prefeitura Municipal de Porto União www.portouniao.sc.gov.br. Maiores informações podem ser retiradas na Rua Padre Anchieta, 126, e-mail licitportouniao@yahoo.com.br, licitacao@portouniao.sc.gov.br e, fone (42) 3523-1155.

Porto União - SC, 18 de junho de 2015.

Anízio de Souza

Prefeito Municipal

LEI Nº 4.329/2015

LEI Nº 4.329, de 17 de junho de 2015.

Dá nova redação à Lei Municipal nº 3.113, de 24 de outubro de 2005, que dispõe sobre a Legislação Municipal que versa sobre a Política Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, criada pela Lei Municipal nº 1.816, de 1º de junho de 1992, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º A Lei Municipal nº 3.113, de 24 de outubro de 2005, que dispõe sobre a Legislação Municipal que versa sobre a Política Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, criada pela Lei Municipal nº 1.816, de 1º de junho de 1992, passa a vigorar com a seguinte redação:

“TÍTULO I – Das Disposições Gerais

Art. 1º Esta Lei consolida todas as disposições referentes à Política Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e as normas gerais para a sua adequada aplicação.

Art. 2º O atendimento dos direitos da criança e do adolescente no Município de Porto União dar-se-á através de Políticas Sociais Básicas de Educação, Saúde, Recreação, Esportes, Cultura, Lazer, Profissionalização, Proteção e outras que assegurem desenvolvimento físico, mental, moral e social da criança e do adolescente em condições de liberdade e dignidade e respeito à convivência familiar e comunitária (artigo 4º da Lei 8.069/90 – Estatuto da Criança e do Adolescente).

Art. 3º Aos que dela necessitem será prestada assistência social, em caráter supletivo.

§ 1º É vedada a criação de programas de caráter compensatório da ausência ou insuficiência das políticas públicas sociais básicas no Município, sem a prévia manifestação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

§ 2º O Município destinará recursos e espaços públicos para programações culturais, esportivas e de lazer, voltadas ao atendimento de crianças e adolescentes, como medida de proteção.

Art. 4º Fica criado no Município o Serviço Especial de Prevenção e Atendimento Médico e Psicossocial às vítimas de negligência, maus tratos, exploração, abuso, crueldade e opressão.

Art. 5º O Município propiciará a proteção jurídico-social aos que dela necessitarem, por meio de entidades de defesa dos direitos da criança e do adolescente.

Art. 6º Caberá ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente expedir normas para a organização e funcionamento dos serviços criados, nos termos dos artigos 4º e 5º.

Art. 7º Os Membros do CMDCA não possuirão vínculo empregatício com o Município, bem como não terão direito a férias, terço constitucional de férias, 13º salário, FGTS, horas extras, ou qualquer outra verba de natureza trabalhista.

TÍTULO II – Da Política de Atendimento**CAPÍTULO I****Das Disposições Preliminares**

Art. 8º A política de atendimento dos Direitos da Criança e do Adolescente será garantida através dos seguintes órgãos:

I- Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA;

II- Fundo Municipal da Criança e do Adolescente;

III- Conselho Tutelar.

CAPÍTULO II**Do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente****SEÇÃO I****Da Criação e Natureza do Conselho**

Art. 9º O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, criado pela Lei Municipal nº 1.816, de 1º de junho de 1992, é órgão consultivo, deliberativo e controlador da Política de Atendimento à criança e ao adolescente, para mandato de 04 (quatro) anos, permitida uma recondução.

SEÇÃO II**Dos Membros do Conselho**

Art. 10. O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente terá a seguinte composição:

I- representantes de Órgãos Governamentais no Município:

a) Representantes das Secretarias Municipais de Educação, Assistência Social e Saúde, sendo:

1. 01 representante da Educação – Área Pedagógica e Infantil;
2. 01 representante da Assistência Social – Proteção Social Básica e Especial;
3. 01 representante da Saúde.

b) 01 representante do Poder Executivo Municipal;

c) 01 representante da Polícia Militar;

d) 01 representante da Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente.

II- representantes da Sociedade Civil Organizada:

a) 01 representante de Entidade de atendimento à Criança e ao Adolescente;

b) 01 representante dos Sindicatos e Entidades dos Trabalhadores;

c) 01 representante da OAB – Ordem dos Advogados do Brasil – Subseção de Porto União;

d) 01 representante das Associações de Moradores e/ou Conselhos Comunitários.

III- 01 representante de entidade de atendimento à Criança e ao Adolescente com deficiência, que será decidido mediante fórum.

IV- 01 representante das Escolas Particulares de atendimento à Criança e ao Adolescente no Município, a ser decidido em fórum.

§ 1º Cada titular do CMDCA terá um suplente oriundo da mesma entidade ou órgão representativo.

§ 2º Somente será admitida a participação no Conselho, de entidades ou órgãos constituídos, e em regular funcionamento.

§ 3º Não poderá compor o Conselho, representantes que estiverem em desacordo com a legislação e regimentos próprios de sua organização.

§ 4º Em caso de faltas injustificadas a 03 (três) reuniões consecutivas, ou 05 (cinco) reuniões intercaladas no período de 01 (um) ano, o Conselheiro será excluído e substituído pelo suplente.

§ 5º Conselheiros e suplentes participarão das reuniões, porém em caso de deliberações, contará apenas um voto por entidade.

§ 6º Os membros efetivos e suplentes do CMDCA serão nomeados pelo Prefeito Municipal, mediante indicação dos Órgãos e entidades representativas da Sociedade Civil Organizada.

§ 7º Os representantes do Governo Municipal serão de livre escolha do Prefeito.

§ 8º O CMDCA manterá uma Secretaria Executiva destinada ao suporte administrativo necessário ao seu funcionamento, utilizando-se de instalações e funcionários efetivos cedidos pela Prefeitura Municipal.

Art. 11. A função do membro do CMDCA é considerada de interesse público relevante e não será remunerada.

SEÇÃO III

Da Competência do CMDCA

Art. 12. Compete ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente:

I- formular a Política Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, definindo prioridade para a consecução das ações, a captação e a aplicação de recursos, conforme os artigos 87 e 88 da Lei 8.069/90;

II- zelar pela execução dessa política, atendidas as peculiaridades das crianças e dos adolescentes, de suas famílias, de seus grupos de vizinhança e dos bairros ou da zona urbana ou rural em que se localizem;

III- formular as prioridades a serem incluídas no planejamento do Município, em que se refira ou possa afetar as condições de vida das crianças e dos adolescentes;

IV- estabelecer critérios, formas e meios de fiscalização de tudo quanto se execute no Município, que possa afetar as suas deliberações;

V- desenvolver um trabalho preventivo com a sociedade, no intuito de propagar e difundir os direitos da criança e do adolescente;

VI- registrar, fazendo cumprir as normas previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei Federal nº 8.069/90), as entidades não-governamentais de atendimento dos direitos da criança e do adolescente que mantenham serviços, programas e projetos em consonância com a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais;

VII- registrar os programas a que se refere o inciso VI, dos órgãos governamentais que operem no Município, fazendo cumprir as normas constantes do mesmo Estatuto;

VIII- regulamentar, organizar, coordenar, bem como adotar todas

as providências que julgar cabíveis para a eleição e a posse dos membros do CMDCA ou Conselhos Tutelares do Município;

IX- propor sobre a destinação de recursos e espaços públicos para programações culturais, esportivas e de lazer voltadas para a infância e adolescência;

X- dar posse aos membros do Conselho Tutelar, através de Decreto Municipal, juntamente com o Prefeito.

CAPÍTULO III

Do Fundo Municipal da Criança e do Adolescente

SEÇÃO I

Da Criação e Natureza do Fundo

Art. 13. Fica criado o Fundo Municipal da Infância e Adolescência, como captador e aplicador de recursos, a serem utilizados segundo as deliberações do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, ao qual é órgão vinculado.

Art. 14. O Fundo será regulamentado por Resolução expedida pelo CMDCA.

SEÇÃO II

Da Competência do Fundo

Art. 15. Compete ao Fundo Municipal:

I- registrar os recursos orçamentários próprios do Município ou a ele transferidos em benefício das crianças e dos adolescentes pelo Estado ou pela União;

II- manter o controle escritural das aplicações financeiras levadas a efeito no Município, nos termos das resoluções do Conselho Municipal dos Direitos;

III- liberar os recursos a serem aplicados em benefícios de crianças e adolescentes, nos termos das resoluções do Conselho Municipal dos Direitos;

IV- administrar os recursos específicos para os programas de atendimento dos direitos da criança e do adolescente, segundo as resoluções do Conselho Municipal dos Direitos.

Art. 16. São Fontes de Recursos para o Fundo da Infância e Adolescência:

I- contribuições ao Fundo Municipal da Infância e Adolescência, referidas no artigo 260 da Lei Federal nº 8.242, de 12 de outubro de 1991;

II- contribuições dos governos e organismos internacionais e estrangeiros;

III- recursos destinados ao Fundo Municipal no orçamento do Município;

IV- doações, auxílio, contribuições e legados que lhe venham a ser destinados;

V- resultado de aplicações no mercado financeiro, observada a legislação pertinente;

VI- os valores provenientes de multas decorrentes de condenações em ações civis ou de imposição de penalidades administrativas previstas na Lei Federal nº 8.069/90;

VII- outros recursos que lhe forem destinados.

CAPÍTULO IV

Dos Conselhos Tutelares

SEÇÃO I

Da Criação e Natureza e Competência dos Conselhos

Art. 17. O Conselho Tutelar, criado pela Lei Municipal nº 1.816, de 1º de junho de 1992, órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, é integrado por 5 (cinco) membros eleitos, sendo que para cada membro haverá 01(um) suplente, para o mandato de 4 (quatro) anos, permitida uma recondução, e que exercerão as atividades de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do

adolescente.

§ 1º Ocorrendo vacância ou afastamento de qualquer de seus membros titulares, independente das razões, deve ser procedida à imediata convocação do suplente para o preenchimento da vaga e consequente regularização de sua composição.

§ 2º Nos termos do que dispõe o art. 134 da Lei nº 8.069/90, define-se que a sede do Conselho Tutelar será situada na Rua Jorge Lacerda, nº 18, Bairro Santa Rosa, funcionará das 8 às 18 horas, com 02 (duas) horas de intervalo para almoço, sendo que deverão ser feitos plantões pelos Conselheiros, de forma que mesmo fora do horário acima mencionado tenha atendimento 24 (vinte e quatro) horas por dia, inclusive finais de semana e feriados, obedecida a escala de rodízio entre seus membros.

§ 3º Os Conselheiros Tutelares terão uma coordenação representativa, que será exercida por qualquer dos conselheiros, eleito por maioria simples.

§ 4º Os Conselheiros serão escolhidos mediante voto direto, secreto e facultativo de todos os cidadãos maiores de dezesesseis anos, inscritos como eleitores, do Município.

§ 5º O Conselho Tutelar estará vinculado administrativamente à Secretaria Municipal de Administração e Esporte, que dotará recursos para manutenção, funcionamento, bem como, concederá licença, estabelecendo o período de férias de 30 (trinta) dias corridos, remuneradas, e capacitação de conselheiros.

§ 6º As férias somente serão concedidas para um conselheiro de cada vez, para não prejudicar o andamento do trabalho.

§ 7º Os Conselheiros Tutelares terão direito a diárias ou ajuda de custo para assegurar a indenização de suas despesas pessoais quando, fora do Município, participarem de eventos de formação, seminários, conferências, encontros e outras atividades semelhantes, e quando nas situações de representação do CMDCA.

Art. 18. A atuação do Conselho Tutelar deve ser voltada à solução efetiva e definitiva dos casos atendidos, com o objetivo de desjudicializar, desburocratizar e agilizar o atendimento das crianças e dos adolescentes, ressalvado as disposições previstas na Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.

Parágrafo único. O caráter resolutivo da intervenção do Conselho Tutelar não impede que o Poder Judiciário seja informado das providências tomadas ou acionado, sempre que necessário.

Art. 19. As decisões do Conselho Tutelar proferidas no âmbito de suas atribuições e obedecidas às formalidades legais têm eficácia plena e são passíveis de execução imediata.

§ 1º Cabe ao destinatário da decisão, em caso de discordância, ou a qualquer interessado, requerer ao Poder Judiciário sua revisão, na forma prevista pelo art. 137, da Lei nº 8.069/1990.

§ 2º Enquanto não suspensa ou revista pelo Poder Judiciário, a decisão proferida pelo Conselho Tutelar deve ser imediata e integralmente cumprida pelo seu destinatário, sob pena da prática da infração administrativa prevista no art. 249, da Lei nº 8.069/1990.

Art. 20. O Conselho Tutelar articulará ações para o estrito cumprimento de suas atribuições, de modo a agilizar o atendimento junto aos órgãos governamentais e não governamentais, encarregados da execução das políticas de atendimento de crianças, adolescentes e suas respectivas famílias.

Parágrafo único. Articulação similar será também efetuada junto às Polícias Civil e Militar, Ministério Público, Judiciário e Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente, de modo que seu acionamento seja efetuado com o máximo de urgência, sempre que necessário.

Art. 21. No exercício de suas atribuições, o Conselho Tutelar não se subordina ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, com o qual deve manter uma relação de parceria, essencial ao trabalho conjunto dessas duas instâncias de promoção, proteção, defesa e garantia dos direitos das crianças e dos adolescentes.

§ 1º Na hipótese de atentado à autonomia do Conselho Tutelar, deverá o órgão noticiar às autoridades responsáveis para apuração da conduta do agente violador, para conhecimento e adoção das medidas cabíveis.

§ 2º Os Conselhos Estadual, Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente também serão comunicados na hipótese de atentado à autonomia do Conselho Tutelar, para acompanhar a apuração dos fatos.

Art. 22. O exercício da autonomia do Conselho Tutelar não isenta seu membro de responder pelas obrigações funcionais e administrativas junto ao órgão ao qual está vinculado, conforme previsão legal.

SEÇÃO II

DO FUNCIONAMENTO DO CONSELHO TUTELAR

Art. 23. O Conselho Tutelar funcionará em local de fácil acesso, preferencialmente já constituído como referência de atendimento à população.

§ 1º A sede do Conselho Tutelar deverá oferecer espaço físico e instalações que permitam o adequado desempenho das atribuições e competências dos conselheiros e o acolhimento digno ao público, contendo, no mínimo:

- I- placa indicativa da sede do Conselho;
- II- sala reservada para o atendimento e recepção ao público;
- III- sala reservada para o atendimento dos casos;
- IV- sala reservada para os serviços administrativos; e
- V- sala reservada para os Conselheiros Tutelares.

§ 2º O número de salas deverá atender à demanda, de modo a possibilitar atendimentos simultâneos, evitando prejuízos à imagem e à intimidade das crianças e adolescentes atendidos.

Art. 24. Observados os parâmetros e normas definidas pela Lei nº 8.069/1990 e pela legislação local, compete ao Conselho Tutelar a elaboração e aprovação do seu Regimento.

§ 1º A proposta do Regimento Interno deverá ser encaminhada ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente para apreciação, sendo-lhes facultado, o envio de propostas de alteração.

§ 2º Uma vez aprovado, o Regimento Interno do Conselho Tutelar será publicado, afixado em local visível, na sede do órgão, e encaminhado ao Poder Judiciário e ao Ministério Público.

Art. 25. As decisões do Conselho Tutelar serão tomadas pelo seu colegiado, conforme dispuser o Regimento Interno.

§ 1º As medidas de caráter emergencial, tomadas durante os plantões, serão comunicadas ao colegiado no primeiro dia útil subsequente, para ratificação ou retificação.

§ 2º As decisões serão motivadas e comunicadas formalmente aos interessados, mediante documento escrito, no prazo máximo de quarenta e oito horas, sem prejuízo de seu registro em arquivo próprio, na sede do Conselho.

§ 3º Se não localizado, o interessado será intimado através de publicação do extrato da decisão na sede do Conselho Tutelar, admitindo-se outras formas de publicação, de acordo com o disposto na legislação local.

§ 4º É garantido ao Ministério Público e à autoridade judiciária o acesso irrestrito aos registros do Conselho Tutelar, resguardado o sigilo perante terceiros.

§ 5º Os demais interessados ou procuradores legalmente constituídos terão acesso às atas das sessões deliberativas e registros do Conselho Tutelar que lhes digam respeito, ressalvadas as informações que coloquem em risco a imagem ou a integridade física ou psíquica da criança ou adolescente, bem como a segurança de terceiros.

§ 6º Para os efeitos deste artigo, são considerados interessados os pais ou responsável legal da criança ou adolescente atendido, bem como os destinatários das medidas aplicadas e das requisições de serviço efetuadas.

Art. 26. É vedado ao Conselho Tutelar executar serviços e programas de atendimento, os quais devem ser requisitados aos órgãos encarregados da execução de políticas públicas.

Art. 27. Cabe ao Poder Executivo Municipal fornecer ao Conselho Tutelar os meios necessários para sistematização de informações relativas às demandas e deficiências na estrutura de atendimento à população de crianças e adolescentes, tendo como base o Sistema de Informação para a Infância e Adolescência – SIPIA, ou sistema equivalente.

§ 1º O Conselho Tutelar encaminhará relatório trimestral ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente, ou do Distrito Federal, ao Ministério Público, e ao juiz da Vara da Infância e da Juventude, contendo a síntese dos dados referentes ao exercício de suas atribuições, bem como as demandas e deficiências na implementação das políticas públicas, de modo que sejam definidas estratégias e deliberadas providências necessárias para solucionar os problemas existentes.

§ 2º Cabe aos órgãos públicos responsáveis pelo atendimento de crianças e adolescentes com atuação no município, auxiliar o Conselho Tutelar na coleta de dados e no encaminhamento das informações relativas às demandas e deficiências das políticas públicas ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

§ 3º Cabe ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente a definição do plano de implantação do SIPIA para o Conselho Tutelar.

SEÇÃO III

Da Escolha dos Conselheiros

Art. 28. O processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar deverá, preferencialmente, observar as seguintes diretrizes:

I- o processo de escolha será por sufrágio universal e direto, pelo voto facultativo e secreto dos eleitores do município de Porto União, realizado em data unificada em todo território nacional, a cada 04 (quatro) anos, no primeiro domingo do mês de outubro do ano subsequente ao da eleição presidencial, sob a responsabilidade do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA;

II- são impedidos de servir no mesmo Conselho Tutelar os cônjuges,

companheiros, mesmo que em união homoafetiva, ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau inclusive, sogro e genro ou nora, irmãos, cunhados, durante o cunhadil, tio e sobrinho, padrasto ou madrasta e enteado;

III- candidatura individual, não sendo admitida a composição de chapas;

IV- A posse dos conselheiros tutelares ocorrerá no dia 10 de janeiro do ano subsequente ao processo de escolha;

V- Serão considerados eleitos os 10 (dez) candidatos mais votados, dos quais os 5 (cinco) que obtiverem o maior número de votos, assumirão a titularidade e os outros 5 (cinco) a suplência, respectivamente.

Parágrafo único. Estende-se o impedimento do Conselheiro Tutelar, na forma do Inciso II, em relação à autoridade judiciária e ao representante do Ministério Público com atuação na Justiça da Infância e da Juventude, em exercício na comarca, foro regional ou distrito local.

Art. 29. São requisitos indispensáveis para candidatar-se e exercer as funções de membro do Conselho Tutelar:

I- reconhecida idoneidade moral;

II- idade superior a 21 anos;

III- residir no Município de Porto União;

IV- diploma de nível superior ou Declaração de Conclusão;

V- reconhecida experiência na promoção, proteção e defesa dos direitos da criança e do adolescente, de no mínimo 01 (um) ano, no trato com crianças ou adolescentes, mediante comprovação através de declaração de experiência, expedida pelo empregador com reconhecimento de firma, contendo a função que desempenhou, a data de início e data de saída, acompanhada de relatório das atividades desenvolvidas na área da criança e do adolescente no período, e fotocópia do alvará profissional autônomo, se for o caso;

VI- apresentação de termo de trabalho voluntário ou declaração de estágio, com experiência de no mínimo dois anos no trato com crianças ou adolescentes, ambos expedidos pela Instituição, em papel timbrado, assinado por no mínimo dois representantes da diretoria, com reconhecimento de firma, contendo a função que desempenhou, a data de início e data de saída, acompanhada de relatório das atividades desenvolvidas na área da criança e do adolescente no período, também com assinatura do responsável pela Instituição;

VII- participação, com frequência de 100% (cem por cento), em curso prévio, promovido pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, sobre Política de Atendimento à criança e ao adolescente, a partir do pleito de 2008;

VIII- não exercer função cumulativa, pública ou privada, comprometendo-se a trabalhar única e exclusivamente como Conselheiro Tutelar;

IX- ser habilitado para conduzir automóvel, categoria B;

X- ser eleitor no Município de Porto União;

XI- se do sexo masculino, estar quites com o serviço militar.

Art. 30. Os candidatos farão a inscrição mediante requerimento, a ser fornecido no local das inscrições, e deverão levar para anexar à inscrição, os seguintes documentos (fotocópias autenticadas):

I- curriculum vitae;

II- diploma, declaração ou certificado de conclusão de curso superior;

III- comprovante de residência (talão de luz, água ou telefone);

IV- fotocópias da carteira de identidade, do CPF e do título de eleitor;

V- declaração de reconhecida experiência de, no mínimo 01 (um) ano, no trato com crianças e/ou adolescentes, firmada por entidade pública ou privada;

VI- fotocópia da CNH, categoria B;

VII- certidão de antecedentes criminais da Comarca;

VIII- atestado de saúde física e mental.

Art. 31. Os pré-candidatos a Conselheiros Tutelares inscritos deverão prestar prova específica sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, a qual conterá questões de múltipla escolha, devendo também serem considerados aptos em avaliação psicológica.

§ 1º A prova objetiva terá duração de 04 (quatro) horas, tendo caráter eliminatório de múltipla escolha com 40 (quarenta) questões, valendo 0,25 (zero vinte e cinco avos) cada, no total de 10 (dez) pontos.

§ 2º Serão aprovados os candidatos que atingirem a nota mínima 05 (cinco).

§ 3º Após o resultado da prova e divulgação dos candidatos aprovados abrir-se-á o prazo de 48 (quarenta e oito) horas para impugnação de recursos junto ao CMDCA.

Art. 32. Depois de aprovados nos exames constantes do artigo anterior, o CMDCA homologará as inscrições, abrindo prazo de 05 (cinco) dias para a impugnação das mesmas, por qualquer munícipe que tiver interesse, desde que apresente provas contundentes, que serão apreciadas pelo CMDCA, também no prazo de 48 (quarenta e oito) horas.

Art. 33. Os Conselheiros Tutelares serão eleitos pelo voto secreto e facultativo, dos cidadãos eleitores do Município de Porto União, em eleição regulamentada pelo CMDCA, coordenada por comissão especialmente designada pelo mesmo Conselho, em local e horário a serem divulgados na imprensa local.

Art. 34. O processo eleitoral da escolha dos membros do Conselho Tutelar será fiscalizado pela Promotoria da Infância e Juventude de Porto União, ou por quem esta designar.

Art. 35. Serão considerados eleitos os 10 (dez) candidatos mais votados, dos quais os 05 (cinco) que obtiverem o maior número de votos assumirão a titularidade, e os outros 05 (cinco) a suplência, respectivamente.

Parágrafo único. Em caso de empate será considerado classificado o mais idoso.

Art. 36. Os Conselheiros eleitos, titulares e suplentes passarão por processo de capacitação, que será promovido pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, e custeado pelo Executivo Municipal.

Art. 37. Os candidatos eleitos não poderão exercer função paralela, devendo cumprir o horário de 08 (oito) horas diárias, mais os plantões, conforme escala a ser elaborada pelos novos conselheiros em conjunto com o CMDCA.

SEÇÃO IV

Do Exercício da Função e do Subsídio dos Conselheiros Tutelares

Art. 38. O exercício efetivo da função de Conselheiro constituirá serviço relevante, estabelecerá presunção de idoneidade moral e assegurará prisão especial, em caso de crime comum, até julgamento definitivo, conforme artigo 135 da Lei Federal 8.069/90.

§ 1º Em caso de cometimento de conduta irregular, falta, não cumprimento dos deveres, os Conselheiros serão punidos pelo Conselho de Direitos e em última instância pelo Chefe do Poder Executivo Municipal, na forma estabelecida pelo Estatuto dos Servidores Municipais (Lei 2.055/94) mediante sindicância e ou processo administrativo, disciplinar, garantida ampla defesa e o contraditório.

§ 2º Caso se comprove que os Conselheiros Tutelares foram responsáveis por danos e prejuízos ao erário, serão obrigados promover

a restituição integral.

Art. 39. Os Conselheiros Tutelares, no exercício de sua função, deverão encaminhar relatórios mensais para a Administração Municipal e ao CMDCA, discriminando os atendimentos realizados.

Art. 40. Os Conselheiros Tutelares deverão elaborar uma planilha de uso do veículo, contendo a quilometragem rodada e os locais visitados.

Art. 41. Na qualidade de membros eleitos por mandato, os Conselheiros não serão funcionários dos quadros da Administração Municipal, mas terão direito à percepção de subsídio.

§ 1º O subsídio de que trata o artigo será equiparado aos servidores públicos municipais de nível superior, devendo ser percebidos até o 5º dia útil do mês subsequente.

§ 2º A Revisão Geral dos Subsídios dos Conselheiros Tutelares ocorrerá na mesma data e nos mesmos índices que forem aplicados aos servidores municipais.

Art. 42. Os Conselheiros Tutelares serão remunerados mensalmente através de subsídio, pago em parcela única, vedado o acréscimo de qualquer gratificação, adicional, abono, prêmio, horas extras, verba de representação ou outra espécie remuneratória, com exceção do décimo terceiro salário.

Parágrafo único. Os valores recebidos a título de subsídio serão revisados sempre na mesma data e de acordo com os mesmos índices e percentuais aplicados aos demais funcionários públicos municipais.

Art. 43. Os recursos necessários ao pagamento do subsídio devido aos Conselheiros Tutelares deverão constar da Lei Orçamentária Municipal.

Parágrafo único. É obrigatório ao Conselheiro Tutelar a filiação ao RGPS (Regime Geral da Previdência Social), devendo ser retida e recolhida a contribuição previdenciária total devida ao INSS, pela Prefeitura Municipal.

SEÇÃO V

Da Perda do Mandato e dos Impedimentos dos Conselheiros

Art. 44. O Conselheiro Tutelar, a qualquer tempo pode ter seu mandato suspenso ou cassado, no caso de comprovado descumprimento de suas atribuições, prática de atos considerados ilícitos, ou comprovada conduta incompatível com a confiança outorgada pela comunidade.

Art. 45. Incorre ainda nas sanções previstas no artigo anterior o Conselheiro que:

I- usar da função em benefício próprio;

II- romper sigilo em relação aos casos analisados pelo Conselho Tutelar que integre;

III- manter conduta incompatível com o cargo que ocupa ou exceder-se no exercício da função, de modo a exorbitar sua atribuição, abusando da autoridade que lhe foi conferida;

IV- recusar-se a prestar atendimento ou omitir-se a isso quanto ao exercício de suas atribuições, quando em expediente de funcionamento do Conselho Tutelar;

V- aplicar medida de proteção, contrariando a decisão colegiada do Conselho Tutelar;

VI- deixar de comparecer no plantão e no horário estabelecido;

VII- exercer outra atividade, incompatível com o exercício do cargo, nos termos desta Lei;

VIII- receber, em razão do cargo, honorários, gratificações, custas, emolumentos, diligências.

Parágrafo único. Verificada a hipótese prevista neste artigo, o Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente declarará vago o posto de Conselheiro, dando posse imediata ao primeiro suplente.

TÍTULO III

Das Disposições Finais e Transitórias

Art. 46. Revogam-se as Leis Municipais nºs 3.228, de 13 de outubro de 2006; 3.257, de 13 de dezembro de 2006, 3.385, de 14 de dezembro de 2007, 4.088, de 22 de fevereiro de 2013, e as demais disposições em contrário.

Art. 47. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Porto União (SC), 17 de junho de 2015.

ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA N.º 503/2015 - RH

PORTARIA Nº 503, de 08 de junho de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea “e”, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO, de 25 de maio a 03 de junho de 2015, sob o Regime Jurídico Especial, com contribuição para o Regime Geral de Previdência, conforme estabelecido na Lei Municipal 2.621, de 28 de maio de 2001, Evelise Barbosa Viana, para exercer as funções do cargo de Professor Docente Educação Infantil, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, com vencimentos na Classe “B”, referência “01”, previsto nos Anexos I e III, da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011 e alterações, em substituição à servidora efetiva Ana Lúcia de Freitas Andrekowicz que se encontra afastada para tratamento de saúde.

Art. 2º Será concedido GRATIFICAÇÃO COMPENSATORIA de 10% do vencimento, de acordo com o Art. 50 da Lei Municipal nº. 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração para o Magistério do Município.

Art. 3º A servidora acima mencionada exercerá suas atividades, junto ao Núcleo de Educação Infantil Arco Íris e Núcleo de Educação Infantil Castelo Encantado, vinculada à Secretaria Municipal de Educação do município.

Art. 4º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 25 de maio de 2015.

Porto União - SC, em 08 de junho de 2015.

ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA N.º 504/2015 - RH

PORTARIA Nº 504, de 08 de junho de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea “e”, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO, de 22 de maio a 17 de dezembro de 2015, sob o Regime Jurídico Especial, com contribuição para o Regime Geral de Previdência, conforme estabelecido na Lei Municipal 2.621, de 28 de maio de 2001, Jeane Patrícia Reali Unterstell, para exercer as funções do cargo de Professor Docente 1º ao 5º anos iniciais, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, com vencimentos na Classe “B”, referência “01”, previsto nos Anexos I e III, da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011 e alterações, para atuar junto ao Núcleo Educacional do Legru com atividades pedagógicas com os alunos que permanecem no período integral.

Art. 2º Será concedido GRATIFICAÇÃO COMPENSATORIA de 10% do vencimento, de acordo com o Art. 50 da Lei Municipal nº. 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração para o Magistério do Município.

Art. 3º A servidora acima mencionada exercerá suas atividades vinculada à Secretaria Municipal de Educação do município.

Art. 4º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 22 de maio de 2015.

Porto União - SC, em 08 de junho de 2015.

ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA N.º 505/2015 - RH

PORTARIA Nº 505, de 08 de junho de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea “a”, da Lei Orgânica do Município, de conformidade com a Seção I da Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011 e seus anexos;

RESOLVE:

Art. 1º PROMOVER POR TITULAÇÃO a servidora efetiva Michele Alessandra Pattene Konart, ocupante do cargo de Professor Docente Educação Infantil, para a Classe “C”, Referência “01”, conforme previsto na Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011 e seus anexos, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração para o Magistério do Município de Porto União.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 01 de junho de 2015.

Porto União - SC, em 08 de junho de 2015.

ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA N.º 506/2015 - RH

PORTARIA Nº 506, de 08 de junho de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º ALTERAR, de 01 a 26 de junho de 2015, a carga horária do professor contratado Marcos Baron (Professor 6º ao 9º anos finais - Matemática), para mais 20 (vinte) horas semanais, com vencimentos na Classe "B", referência "001", previsto nos Anexos I e III, da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011 e suas alterações, em substituição à servidora efetiva Soraya Bakri que continua afastada para tratamento de saúde.

Art. 2º O servidor acima mencionado exercerá suas atividades junto ao Núcleo Educacional João Fernando Sobral vinculado à Secretaria Municipal de Educação, deste município.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 01 de junho de 2015.

Porto União, SC em 08 de junho de 2015.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA N.º 507/2015 - RH

PORTARIA Nº 507, de 08 de junho de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º ALTERAR, de 01 de junho a 17 de dezembro de 2015, a carga horária da professora contratada Janete Ribas da Silva Godoy (Professor 1º ao 5º anos iniciais), para mais 10 (dez) horas semanais, com vencimentos na Classe "B", referência "001", previsto nos Anexos I e III, da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011 e suas alterações, para atuar no desenvolvimento de atividades pedagógicas com os alunos que permanecem em período integral no Núcleo Educacional São Pedro do Timbó.

Art. 2º Será concedido GRATIFICAÇÃO COMPENSATORIA de 10% do vencimento, sobre a alteração de carga horária, de acordo com o Art. 50 da Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração para o Magistério do Município.

Art. 3º A servidora acima mencionada exercerá suas atividades vinculada à Secretaria Municipal de Educação, deste Município.

Art. 4º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 01 de junho de 2015.

Porto União, SC em 08 de junho de 2015.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA N.º 508/2015 - RH

PORTARIA Nº 508, de 08 de junho de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º ALTERAR, de 01 de junho a 17 de dezembro de 2015, a carga horária da professora contratada Itala Mara de Camargo (Professor 1º ao 5º anos iniciais), para mais 20 (vinte) horas semanais, com vencimentos na Classe "B", referência "001", previsto nos Anexos I e III, da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011 e suas alterações, para atuar no desenvolvimento de atividades pedagógicas com os alunos que permanecem em período integral no Núcleo Educacional da Lança.

Art. 2º Será concedido GRATIFICAÇÃO COMPENSATORIA de 10% do vencimento, sobre a alteração de carga horária, de acordo com o Art. 50 da Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração para o Magistério do Município.

Art. 3º A servidora acima mencionada exercerá suas atividades vinculada à Secretaria Municipal de Educação, deste município.

Art. 4º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 01 de junho de 2015.

Porto União, SC em 08 de junho de 2015.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA N.º 509/2015 - RH

PORTARIA Nº 509, de 08 de junho de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO, de 21 de maio a 17 de julho de 2015, sob o Regime Jurídico Especial, com contribuição para o Regime Geral de Previdência, conforme estabelecido na Lei Municipal 2.621, de 28 de maio de 2001, Fernanda Cristina Kowalczyk Gassmann, para exercer as funções do cargo de Professor Docente 1º ao 5º anos iniciais, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, com vencimentos na Classe "A", referência "01", previsto nos Anexos I e III, da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011 e alterações, para atuar como professora auxiliar nas turmas de 4º e 5º anos com alunos de inclusão.

Art. 2º Será concedido GRATIFICAÇÃO COMPENSATORIA de 10% do vencimento, de acordo com o Art. 50 da Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração para o Magistério do Município.

Art. 3º A servidora acima mencionada exercerá suas atividades junto ao Núcleo Educacional Jornalista Hermínio Milis, vinculada à Secretaria Municipal de Educação do município,

Art. 4º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 21 de maio de 2015.

Porto União - SC, em 08 de junho de 2015.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA N.º 510/2015 - RH

PORTARIA Nº 510, de 08 de junho de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município:

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO, de 25 de maio a 31 de agosto de 2015, sob o Regime Jurídico Especial, com contribuição para o Regime Geral de Previdência, conforme estabelecido na Lei Municipal 2.621, de 28 de maio de 2001, Pedro Antunes da Silva, para exercer as funções do cargo de Agente de Serviços Públicos Nível 02, com vencimentos na Classe "01", referência "A" previstos nos Anexos I e II, da Lei Municipal nº 3.934, de 21 de novembro de 2011, em razão de haver esgotado a lista de candidatos aprovados em concurso público para o cargo.

Art. 2º O servidor acima mencionado exercerá suas atividades junto à Secretaria Municipal de Educação, deste Município.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 25 de maio de 2015.

Porto União - SC, em 08 de junho de 2015.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA N.º 511/2015 - RH

PORTARIA Nº 511, de 08 de junho de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, em Exercício, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º RESCINDIR, o contrato de trabalho de Evelise Barbosa Viana, das funções do cargo de Professor Docente Educação Infantil, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, em razão do término do prazo.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 03 de junho de 2015.

Porto União - SC, em 08 de junho de 2015.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA N.º 512/2015 - RH

PORTARIA Nº 512, de 08 de junho de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, em Exercício, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º RESCINDIR, o contrato de trabalho de Thyarles Nilo Ribeiro de Deus, das funções do cargo de Agente de Serviços Públicos Nível 02, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, em razão do término do prazo.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 08 de junho de 2015.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA N.º 513/2015 - RH

PORTARIA Nº 513, de 09 de junho de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER Licença Para Tratar de Interesses Particulares, a partir de 09 de junho de 2015, pelo período de 04 (quatro) meses, sem remuneração, de acordo com o Art. 127 da Lei Municipal 2055/94, que instituiu o Regime Jurídico Único para os servidores públicos do Município, ao servidor Deividson Luiz Okopnik, ocupante do cargo de provimento efetivo de Técnico em Informática.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 09 de junho de 2015.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA N.º 514/2015 - RH

PORTARIA Nº 514, de 09 de junho de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município:

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO, de 25 de maio a 31 de agosto de 2015, sob o Regime Jurídico Especial, com contribuição para o Regime Geral de Previdência, conforme estabelecido na Lei Municipal 2.621, de 28 de maio de 2001, Ivo Kuchinski, para exercer as funções do cargo de Agente de Serviços Públicos Nível 02, com vencimentos na Classe "01", referência "A" previstos nos Anexos I e II, da Lei Municipal nº 3.934, de 21 de novembro de 2011, em razão de haver esgotado a lista de candidatos aprovados em concurso público para o cargo.

Art. 2º O servidor acima mencionado exercerá suas atividades junto ao Núcleo Educacional João Fernando Sobral, vinculado à Secretaria Municipal de Educação, deste Município.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 25 de maio de 2015.

Porto União - SC, em 09 de junho de 2015.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA N.º 515/2015 - RH

PORTARIA Nº 515, de 09 de junho de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município, de conformidade com a Seção I da Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011 e seus anexos;

RESOLVE:

Art. 1º PROMOVER POR TITULAÇÃO a servidora efetiva Josiane Paula Cordeiro, ocupante do cargo de Professor Docente Educação Infantil, para a Classe "C", Referência "01", conforme previsto na Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011 e seus anexos, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração para o Magistério do Município de Porto União.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 01 de junho de 2015.

Porto União - SC, em 09 de junho de 2015.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA N.º 516/2015 - RH

PORTARIA Nº 516, de 09 de junho de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER LICENÇA PREMIO a partir de 09 de junho de 2015, referente ao período aquisitivo de outubro de 2009 a outubro de 2014, de 60 (sessenta) dias consecutivos, com todos os direitos e vantagens de seu cargo efetivo, de acordo com o Art. 132 e seu § único, da Lei Municipal 2055/94, que instituiu o Regime Jurídico Único para os servidores Públicos do Município, à servidora Gice-li Aparecida Gonçalves, ocupante do cargo de Professor Docente Educação Infantil, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 09 de junho de 2015.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA N.º 517/2015 - RH

PORTARIA Nº 517, de 09 de junho de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º REVOGAR a Portaria nº 030, de 20 de janeiro de 2014, que nomeia a servidora efetiva Isabela de Fátima Machado, para desempenhar as funções de Diretora de Unidade Escolar.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 08 de junho de 2015.

Porto União, SC em 09 de junho de 2015.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA N.º 518/2015 - RH

PORTARIA Nº 518, de 09 de junho de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º REVOGAR a Portaria nº 031, de 20 de janeiro de 2014, que altera a carga horária da servidora efetiva Isabela de Fátima Machado.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 08 de junho de 2015.

Porto União, SC em 09 de junho de 2015.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA N.º 519/2015 - RH

PORTARIA Nº 519, de 09 de junho de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO o Artigo 14 da Resolução 003/2013, do Conselho Municipal de Educação de Porto União, que regulamenta o processo eleitoral para escolha de Diretor das Unidades Escolares do Sistema Municipal de Ensino;

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR de 08 de junho a 03 de agosto de 2015, a

servidora efetiva Ivone Oroski de Souza Kuritza, para desempenhar as funções de DIRETORA DE UNIDADE ESCOLAR – Núcleo de Educação Infantil Pingo de Gente, deste município.

Art. 2º CONCEDER GRATIFICAÇÃO DE FUNÇÃO DE GESTÃO de Diretor de Escola, à servidora acima mencionada, de acordo com o Art. 49 da Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração para o Magistério, alterado pela Lei Municipal nº 3.929 de 18 de novembro de 2011.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 08 de junho de 2015.

Porto União, SC em 09 de junho de 2015.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA N.º 520/2015 - RH

PORTARIA Nº 520, de 09 de junho de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º PRORROGAR de 09 de junho a 07 de agosto de 2015, o Contrato de Trabalho nº 085/2015, de Emmanuela de Cássia Freitas Schumann, que exerce as funções do cargo de Professor Docente Educação Infantil, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, conforme Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011, em substituição à servidora efetiva Giceli Aparecida Gonçalves que se encontra em Licença Prêmio.

Art. 2º A servidora mencionada no artigo anterior exercerá suas atividades junto ao Núcleo de Educação Infantil Trem da Alegria, vinculada à Secretaria Municipal de Educação, deste município.

Art. 3º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 09 de junho de 2015.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA N.º 521/2015 - RH

PORTARIA Nº 521, de 09 de junho de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º ALTERAR, de 09 de junho a 07 de agosto de 2015, a carga horária da professora efetiva Yara Pinto Ferreira Kurutz, para mais 20 (vinte) horas semanais, com vencimentos na Classe "B", referência "001", previsto nos Anexos I e III, da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011 e suas alterações, para atuar no Núcleo de Educação Infantil Trem da Alegria em substituição à servidora efetiva Giceli Aparecida Gonçalves que se encontra em Licença Prêmio.

Art. 2º Será concedido GRATIFICAÇÃO COMPENSATORIA de 10% do vencimento, sobre a alteração de carga horária, de acordo com o Art. 50 da Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração para o Magistério do Município.

Art. 3º A servidora acima mencionada exercerá suas atividades vinculada à Secretaria Municipal de Educação, deste município.

Art. 4º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União, SC em 09 de junho de 2015.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA N.º 522/2015 - RH

PORTARIA Nº 522, de 10 de junho de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município:

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO, de 10 de junho a 07 de agosto de 2015, sob o Regime Jurídico Especial, com contribuição para o Regime Geral de Previdência, conforme estabelecido na Lei Municipal 2.621, de 28 de maio de 2001, Andreia Lourenço dos Santos, para exercer as funções do cargo de Agente de Serviços Públicos Nível 01, com vencimentos na Classe "01", referência "A" previstos nos Anexos I e II, da Lei Municipal nº 3.934, de 21 de novembro de 2011, em substituição à servidora efetiva Suzan Cristiane de Castro Faustino que se encontra afastada para tratamento de saúde.

Art. 2º A servidora acima mencionada exercerá suas atividades vinculada à Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Públicos, deste Município.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 10 de junho de 2015.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA Nº 030/2015

PORTARIA Nº 030, de 11 de junho de 2015.

Convoca a IV Conferência Municipal de Saúde de Porto União, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, no uso de suas prerrogativas legais, na forma das disposições contidas no Artigo 84, Inciso II da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Convocar a IV Conferência Municipal de Saúde de Porto União – SC.

Art. 2º A Conferência Municipal de Saúde será presidida pelo Secretário Municipal de Saúde, Senhor Jair Giraldi.

Art. 3º A Conferência será realizada no Centro Cultural 25 de Julho, situado na Rua Antiocho Pereira, nº 208 – Centro – Porto União – SC.

Art. 4º A Conferência terá uma Comissão Organizadora que se responsabilizará por toda a atividade de sua execução.

Art. 5º A Comissão Organizadora terá a seguinte composição:
Presidente de Honra: Anízio de Souza
Presidente: Jair Giraldi
Coordenadora Geral: Dra. Fernanda Rech Gomes Gregol
Coordenadores Adjuntos: Beatriz Rotta Schena
Marcia Maria Baggio Caus
Ilse Aparecida Simione
Neilor Grabovski
Alice Christiane do Nascimento
Adriano Baran
Secretárias Executivas: Sabrina Budal e Tatiane Ferreira dos Santos
Tesorero: Carlos Henrique Serrer
Secretárias de Credenciamento: Nilza Custódio Michellotto
Jaqueline Bugay
Araci Smykaluk
Marcelli Neris
Secretários de Divulgação e Comunicação: Camila Schmidt Godoi e Juliano Crespo
Relator Geral: Daniel Benoni
Relator Adjunto: Gustavo Lorenzine.

Art. 6º As diversas subdivisões da referida Comissão terão as seguintes funções:

Coordenador geral: Assumir a responsabilidade oficial pela Conferência, assinar documentos oficiais, deliberar sobre assuntos técnicos, administrativos e financeiros sobre a realização da mesma.
Coordenadores Adjuntos: Auxiliar os coordenadores e se responsabilizar pela estrutura organizativa da Conferência: local da realização, alimentação, hospedagem e locomoção dos palestrantes, e suporte necessário à organização, antes e durante a realização do evento.

Secretários Executivos: Encaminhar as solicitações das diversas subseções e acompanhar a execução dos diversos trabalhos junto com o Coordenador Geral.

Tesorero: Ordenar a receita e a despesas da conferência.

Relator Geral e Adjunto: Elaborar documentos, ofícios convocando palestrantes, convidados e delegados da conferência, e elaborar o relatório final da conferência.

Secretários de credenciamento: Se responsabilizar pelo credenciamento dos delegados da conferência e ficar à disposição no dia 30 de junho, no Centro Cultural 25 de Julho, e até o dia 03 de julho de 2015, depois da Conferência, na sede da Secretaria Municipal de Saúde, para atender aos delegados.

Secretários de Comunicação e Divulgação: Se encarregar de divulgar a Conferência, dar entrevistas nas rádios e apoiar os palestrantes e demais participantes na apresentação e divulgação de informações durante a Conferência.

Art. 7º A Pré-Conferência será realizada nos territórios Estratégia Saúde da Família.

Art. 8º Os relatórios da Pré-Conferência farão parte do Plano Municipal e do Relatório final da Conferência.

Art. 9º Os demais delegados serão indicados pelas entidades legalmente constituídas no Município.

Art. 10. A Secretaria Municipal de Saúde dará o apoio necessário ao desenvolvimento das atividades da Comissão.

Art. 11. Publique-se, divulgue-se e cumpra-se.

Porto União (SC), 11 de junho 2015.

ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

JAIR GIRALDI
Secretário Municipal de Saúde

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PREGÃO PRESENCIAL 035/2015 - CARONA

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Processo Licitatório 060/2015 – CARONA
Pregão Presencial 035/2015
Termo de Homologação
Homologo o aludido processo licitatório e adjudico as empresas Bello & Machado Ltda – ME e Delvalle Materiais Elétricos Ltda – ME.

Porto União SC, 01 de junho de 2015.

Anízio de Souza
Prefeito Municipal

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PREGÃO PRESENCIAL 036/2015

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Processo Licitatório 062/2015 – Prefeitura
Pregão Presencial 036/2015
Termo de Homologação
Homologo o aludido processo licitatório e adjudico a empresa GL – Lismotor Retífica de Motores Eireli – EPP.

Porto União SC, 02 de junho de 2015.

Anízio de Souza
Prefeito Municipal

Pouso Redondo

PREFEITURA

LEI 2608

PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO REDONDO

CNPJ 83.102.681/0001-26

Rua Antonio Carlos Thiesen, 74 – Fone 47 3545-1133

www.pousoredondo.sc.gov.br

89.172-000 — Pouso Redondo — Santa Catarina

LEI Nº 2.608/2015 de 09/06/2015

CONCEDE REVISÃO SALARIAL ANUAL AOS SERVIDORES DO QUADRO FUNCIONAL DA CÂMARA MUNICIPAL E DÁ PROVIDÊNCIAS.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica concedida revisão salarial relativa ao ano de 2014 a todos os Servidores do Quadro Funcional efetivos e comissionados da Câmara Municipal de Pouso Redondo, na ordem de 8,34%(oito virgula trinta e quatro por cento).

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação da presente Lei correrão a conta de dotações próprias vigentes consignadas no Orçamento da Câmara de Vereadores de Pouso Redondo.

Art. 3º. Esta Lei entrará em vigor a partir da data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 09 de junho de 2015.

NAIR GOULART

Prefeita Municipal

LEI 2609

PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO REDONDO

CNPJ 83.102.681/0001-26

Rua Antonio Carlos Thiesen, 74

89.172-000 — Pouso Redondo — Santa Catarina

LEI Nº 2.609/2015 de 18/06/2015.

APROVA O PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – PME E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica aprovado o Plano Municipal de Educação – PME, com vigência por 10 (dez) anos, a contar da publicação desta Lei, na forma dos Anexos I e II, com vistas ao cumprimento do disposto no art. 8º da Lei n. 13.005, de 25 de junho de 2014.

Art. 2º São diretrizes do PME:

I - erradicação do analfabetismo;

II - universalização do atendimento escolar;

III - superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação;

IV - melhoria da qualidade da educação;

V - formação para o trabalho e para a cidadania, com ênfase nos valores morais e éticos em que se fundamenta a sociedade;

VI - promoção do princípio da gestão democrática da educação pública;

VII - promoção humanística, científica, cultural e tecnológica do País;

VIII - estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do Produto Interno Bruto - PIB que assegure atendimento às necessidades de expansão, com padrão de qualidade e equidade;

IX - valorização dos (as) profissionais da educação;

X - promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental.

Art. 3º As metas previstas no Anexo I desta Lei serão cumpridas no prazo de vigência deste PME, desde que não haja prazo inferior definido para metas e estratégias específicas.

Art. 4º As metas previstas no Anexo I desta Lei deverão ter como referência o Anexo II – Diagnóstico elaborado pela Equipe Técnica com base nos dados divulgados por Órgãos Oficiais.

Art. 5º A execução do PME e o cumprimento de suas metas serão objeto de monitoramento contínuo e de avaliações periódicas realizados pelas seguintes instâncias:

I - Secretaria Municipal de Educação;

II – Conselho Municipal de Educação;

III - Fórum Municipal de Educação.

§ 1º Compete, ainda, às instâncias referidas no caput:

- I - divulgar os resultados do monitoramento e das avaliações nos respectivos sítios institucionais da internet;
- II - analisar e propor políticas públicas para assegurar a implementação das estratégias e o cumprimento das metas;
- III - analisar e propor a revisão do percentual de investimento público em educação.

§ 2º Ao longo do período de vigência deste PME, observar-se-ão os resultados dos estudos publicados a cada 2 (dois) anos pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP para aferir a evolução no cumprimento das metas estabelecidas no Anexo I.

§ 3º A meta progressiva do investimento público em educação será avaliada no quarto ano de vigência do PME e poderá ser ampliada por meio de lei para atender às necessidades financeiras do cumprimento das demais metas.

§ 4º O investimento público em educação a que se refere a meta XVII do Anexo I desta Lei engloba os recursos aplicados na forma do art. 212 da Constituição Federal, do art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, bem como do art. 213 da Constituição Federal.

§ 5º Será destinada à manutenção e ao desenvolvimento do ensino, em acréscimo aos recursos vinculados nos termos do art. 212 da Constituição Federal, além de outros recursos previstos em lei, a parcela da participação no resultado ou da compensação financeira pela exploração de petróleo e de gás natural, na forma de lei específica, com a finalidade de assegurar o cumprimento da meta prevista no inciso VI do art. 214 da Constituição Federal.

Art. 6º O Município promoverá a realização de pelo menos 2 (duas) conferências municipais de educação até o final do decênio, precedidas de amplo debate e coordenadas pelo Fórum Municipal de Educação.

§ 1º O Fórum Municipal de Educação, além da atribuição referida no caput:

- I - acompanhará a execução do PME e o cumprimento de suas metas;
- II - promoverá a articulação da conferência municipal com as conferências estadual e nacional de educação.

§ 2º As conferências municipais de educação realizar-se-ão com intervalo de até 4 (quatro) anos entre elas, com o objetivo de avaliar a execução do Plano Nacional de Educação – PNE, do Plano Estadual de Educação – PEE, bem como deste Plano Municipal e subsidiar a elaboração dos planos de educação para o decênio subsequente.

Art. 7º A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios atuarão em regime de colaboração visando ao alcance das metas e à implementação das estratégias objeto deste Plano, na forma da lei.

§ 1º Caberá aos gestores federais, estaduais, municipais e do Distrito Federal a adoção das medidas governamentais necessárias ao alcance das metas previstas neste PME.

§ 2º As estratégias definidas no Anexo I desta Lei não elidem a adoção de medidas adicionais em âmbito local ou de instrumentos jurídicos que formalizem a cooperação entre os entes federados, podendo ser complementadas por mecanismos nacionais e locais de coordenação e colaboração recíproca.

§ 3º O sistema de ensino municipal criará mecanismos para o acompanhamento local da consecução das metas do PME.

§ 4º Haverá regime de colaboração específico para a implementação de modalidades de educação escolar que necessitem considerar territórios étnico-educacionais e a utilização de estratégias que levem em conta as identidades e especificidades socioculturais e linguísticas de cada comunidade envolvida, assegurada a consulta prévia e informada a essa comunidade.

§ 5º O fortalecimento do regime de colaboração entre a União, o Estado e o Município incluirá a instituição de instâncias permanentes de negociação, cooperação e pactuação.

§ 6º O fortalecimento do regime de colaboração entre os Municípios dar-se-á, inclusive, mediante a adoção de arranjos de desenvolvimento da educação.

Art. 8º O Município, no prazo de 2 (dois) anos contados da publicação da Lei n. 13.005, de 25 de junho de 2014, deverá adequar a legislação local, disciplinando a gestão democrática da educação pública em conformidade com o disposto na referida Lei, bem como neste PME.

Art. 9º O plano plurianual, as diretrizes orçamentárias e o orçamento anual do Município serão formulados de maneira a assegurar a consignação de dotações orçamentárias compatíveis com as diretrizes, metas e estratégias deste PME, a fim de viabilizar sua plena execução.

Art. 10. O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica, coordenado pela União, constituirá fonte de informação para a avaliação da qualidade da educação básica e para a orientação das políticas públicas desse nível de ensino.

Art. 11. Até o final do primeiro semestre do nono ano de vigência deste PME, o Poder Executivo encaminhará à Câmara de Vereadores, sem prejuízo das prerrogativas deste Poder, o projeto de lei referente ao Plano Municipal de Educação a vigorar no período subsequente, que incluirá diagnóstico, diretrizes, metas e estratégias para o próximo decênio.

Art. 12. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Pouso Redondo, 18 de junho de 2015.

NAIR GOULART

Prefeita Municipal

Departamento Municipal de Educação

Plano Municipal de Educação

Pouso Redondo/SC

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO REDONDO

Departamento Municipal de Educação

2015

SUMÁRIO

Sumário

APRESENTAÇÃO

Após mais de três anos em tramitação no Congresso Nacional, o texto do Plano Nacional de Educação foi sancionado no dia 26 de junho de 2014 pela Presidente Dilma Rousseff, por meio da Lei nº 13.005 e dá prazo de um ano para que Estados e Municípios façam os seus ou,

onde já existem como é o caso de Pouso Redondo, adequem às novas metas.

Seguindo as orientações para elaboração ou adequação do Plano Municipal de Educação, partimos da constituição de uma equipe de trabalho, encabeçada pela Secretaria de Educação e complementada por representantes de diversos setores da sociedade civil. Assim, pelo Decreto Nº 011/2015 de 09 de fevereiro de 2015, assinado pela Prefeita Nair Goulart, foi nomeada a COMISSÃO PARA ADEQUAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

Embora se trate de adequação, o novo plano trás em sua estrutura uma nova configuração, principalmente na exposição das metas que não virão acompanhadas individualmente de cada diagnóstico. Estes estarão elencados anteriormente e, as Metas, virão seguidas pelas estratégias a serem desenvolvidas para que sejam atingidas.

A equipe da Secretaria Municipal de Educação, inicialmente, realizou uma coleta de dados, principalmente os relacionados aos índices escolares, uma vez que tais dados se encontram armazenados no Sistema Educacional – EducaCim. E a Equipe da Secretaria da Saúde repassou os dados Demográficos disponíveis em seu Sistema e abastecidos periodicamente com as informações trazidas pelas Agentes Comunitárias de Saúde. O mesmo se deu com a Secretaria da Agricultura e Pecuária, que disponibilizou os dados relacionados à produção agrícola e pecuária de Pouso Redondo.

O desafio maior, porém, era traçar as Metas e as respectivas estratégias. Em posse dos dados levantados, a Comissão chamou um grupo maior de participantes, envolvendo todos os setores e todas as instâncias da educação, bem como membros de instituições públicas e privadas, como vereadores, sindicatos, saúde, assistência social etc. e, divididos em grupos menores, passaram a estudar, discutir e redigir metas e estratégias.

Planejar e avaliar a educação devem ser responsabilidade de todo cidadão. Por isso a realização de uma Audiência Pública para discutir a educação que queremos para o próximo decênio aos Pouso Redondenses. Uma vez reunidas todas as anotações, metas e estratégias, marcamos este encontro mais amplo, com a participação de toda sociedade onde apresentamos o que tínhamos pronto, discutimos, coletamos sugestões para elaborar o Documento Final. Importante notar que muitos dos que serão objetos dessa discussão ainda não nasceram. Estamos decidindo o futuro de nossas crianças e de nossa sociedade.

Tanto o Plano Nacional, como o Plano Estadual e o Plano Municipal de Educação terão validade para 10 anos. O primeiro, aprovado em 2014, contempla as metas da educação nacional até 2024; os dois últimos, aprovados em 2015, terão validade até 2025.

O Plano Municipal de Educação de Pouso Redondo dará atenção maior às ações do Poder Público Municipal à educação de sua Rede de Ensino, função Constitucional de fazer acontecer a Educação Infantil e o Ensino Fundamental, etapas da Educação Básica que vai de zero aos 17 anos de idade. As demais modalidades de ensino – Médio, Superior, Educação de Jovens e Adultos, etc. responsabilidade do Estado e da União, estão detalhadas em seus respectivos Planos, porém, elencamos aqui, de que forma o Poder Público Municipal poderá e deverá contribuir para que aconteça e se expanda com maior acessibilidade e qualidade.

Apresentaremos um diagnóstico socioeconômico e demográfico de nosso Município para, a partir daí, traçarmos nossas Metas para a Educação de Pouso Redondo para os 10 próximos anos. São metas gerais, porém não acabadas. Com a dinâmica dos diversos setores da sociedade, fica temeroso detalhar prioridades para um período longo. É, portanto, salutar que deixemos aberto espaços para que sejam inseridas metas e prioridades no decorrer desse período.

Há algumas urgências, porém. Daremos atenção especial na expansão de oferta da Educação Infantil com qualidade e a melhora da qualidade do Ensino Fundamental, contempladas nas Metas 1 e 2. Sabemos que para isso temos que dar atenção às Metas 15, 16, 17 e 18 que tratam da formação inicial do professor, capacitação permanente, valorização contemplada num sólido Plano de Carreira.

São desafios. Mas estamos tranquilos porque já temos uma caminhada avançada em todos os setores. Poderíamos citar ainda as Metas 4 e 6, que tratam da educação de crianças com deficiências e/ou distúrbios de aprendizagem e a educação em tempo integral. Já estamos vivendo essas experiências. Só queremos ampliar e ampliar com qualidade.

FUNDAMENTOS LEGAIS

Com a aprovação pelo Congresso Nacional e a Sanção da Presidente da República, Dilma Rousseff em 26 de junho de 2014, passa a vigorar no Brasil o PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, em forma da Lei 13.005. Uma vez aprovado, designou-se que Estados e Municípios também elaborassem seus respectivos Planos.

Trata-se de um programa educacional voltado ao planejamento de ações para fazer acontecer uma educação de qualidade em todas as instâncias administrativas.

A exigência de que o Município tenha seu próprio Plano de Educação está prevista na Constituição Federal de 1988, no seu Art. 214 e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB – Lei 9.396/96, no seu Art. 11, além do Art. 189 da Lei Orgânica Municipal.

1. ASPECTOS GERAIS DO MUNICÍPIO

1.1 ASPECTOS HISTÓRICOS

O nome de Pouso Redondo deu-se pelo fato de no século XIX ter sido um local de passagem de tropas de gado conduzida por tropeiros que saíam da região dos Campos de Lages, Curitiba e do Rio Grande do Sul, dirigindo-se descendo a serra para Ibirama, Blumenau e Itajaí. O lugar acabou tornando-se parada obrigatória para esses viajantes, pelo fato de estar a meio caminho dos campos serranos e da região litorânea, pois o descanso das tropas era levado muito a sério, e durante a viagem as paradas deveriam ser feitas a uma distância regular para não comprometer a tropilha.

Enquanto o gado descansava, os tropeiros organizavam o lugar de pouso, tomavam chimarrão, preparavam o arroz de carreteiro, o churrasco e o revirado que traziam para alimentação. Desse local de pouso, de forma arredondada, surgiu o topônimo de Pouso Redondo.

A pequena vila que ali se formou com esse nome estava a aproximadamente 2,5 Km da atual cidade. Onde hoje está a cidade, formou-se uma pequena vila que levou o nome de "Barreira", pois na segunda metade da década de 20, o Governo do Estado ordenou que ali fosse criada uma barreira para arrecadação de tributos, pois consistia uma passagem obrigatória para quem tomasse direção à Serra ou ao Litoral. Com o passar dos anos, o crescimento habitacional foi maior na barreira, atraindo para ali a sede do distrito criado em 1933 com o nome de Pouso Redondo.

Visitado por tropeiros desde 1850, somente em 1894 Hermann Blumenau teve a ideia de colonizá-lo, para tanto enviou para a região a família do pioneiro Alemão Augusto Peters com a missão de construir uma linha telegráfica até o planalto de Lages que se estabeleceu em Pouso Redondo e construiu a primeira casa e tornou-se dono de algumas terras. Em 1902 vieram vizinhar as famílias dos senhores Leopoldo Knoblauch e Gottlieb Reif, que já era dono de parte das terras desde o ano de 1885 por empreiteiras ao governo Estadual, mais tarde outras

famílias chegaram e fizeram a história do município, dentre essas os húngaros, os poloneses e mais tarde os italianos.

A sede do Município teve início com estalagens que davam apoio logístico aos tropeiros. Como entreposto comercial o lugar foi crescendo até que o Governo Estadual percebeu a importância, e criou no local em 1928 uma barreira para arrecadação de tributos. A primeira Escola Pública de Pouso Redondo é da sede do Distrito Criada em 1º março de 1932, hoje Escola de Educação Básica Arno Siewerdt.

Em 9 de Abril de 1933 pelo Decreto nº 332/33 é feita a instalação do Distrito de Pouso Redondo pertencente a Rio do Sul. No ano de 1958 pela LEI Nº 348 Pouso Redondo passa a condição de Município no dia 23 de Julho do corrente ano.

O primeiro Prefeito, Senhor Artur Claudino dos Santos, no ano de 1958, foi nomeado pelo Governador do Estado, Heriberto Hulse, já em 1959 tomou posse o Primeiro Prefeito eleito, na pessoa do senhor Querino Ferrari.

Em 22 de novembro de 1963, é criado o distrito de Aterrado Torto e anexado ao Município de Pouso Redondo pela Lei Estadual nº 939.

Pela Lei Estadual nº 525, de 05 de maio de 1981, o distrito de Aterrado Torto passou a denominar-se Aterrado.

Atualmente a Administração do Município é composta por:

Prefeita: Nair Goulart

Vice-Prefeito: Paulo César Voltolini

Presidente da Câmara: Jardel Fronza

1.2 ASPECTOS GEOGRAFICOS

Pouso Redondo Localiza-se a uma latitude 27°15'39"Sul e a uma longitude 49°55'57" Oeste, estando a uma altitude de 361,43 metros. Sua população está em torno de 16.000 habitantes. Possui uma área de 359,52 km². Pouso Redondo foi eleito a melhor produtora de tijolos do Brasil. Fica localizado na Microrregião de Rio do Sul, no Alto Vale da bacia hidrográfica do Rio Itajaí-Açu, a 264 km de Florianópolis, próxima às cidades de Taió, Trombudo Central, Braço do Trombudo, Agrônômica, Agrolândia, Rio do Sul e Rio do Oeste. Tem como principais atividades econômicas a agricultura (arroz e pecuária leiteira) e indústria cerâmica. Colonização de maior representação na região tem origem entre alemães e italianos. (fonte: Secretaria de Planejamento)

1.3 ASPECTOS DEMOGRÁFICOS

Diferentemente de alguns Municípios que veem sua população estacionada ou até mesmo em decréscimo, Pouso Redondo tem vivenciado um crescimento acima da média regional, recebendo migrantes de todas as regiões do Estado e até dos Estados vizinhos. Atribui-se isso a sua localização, sendo corredor que liga o Planalto Serrano e o Oeste catarinense ao litoral, facilitado pela BR 470 que corta o Município. A diversidade econômica do município e a oferta de emprego contribuem para a atração humana.

A população de Pouso Redondo ainda está dividida em rural e urbana. Durante muito tempo a economia do Município girava em torno das atividades agrícolas desenvolvidas por mão de obra familiar. A inexistência de tecnologia exigia maior número de pessoas para produzir. Por isso a população rural era maior que a urbana. Com o passar do tempo, o desenvolvimento de novas técnicas de cultivo e a crescente oferta de empregos urbanos provocou a saída das pessoas do campo, principalmente os mais jovens, fazendo com que a população urbana fosse maior que a rural. Não significa que o crescimento da população urbana se deu somente com a saída dos moradores do campo para a cidade. Muitos moradores de Pouso Redondo foram buscar alternativas de vida em cidades maiores, como Joinville, Blumenau, Jaraguá do Sul, enquanto o Município recebia gente vinda de outras regiões do Estado.

De acordo com dados do IBGE de 2010, aproximadamente 64% da população do Município se encontra na área urbana e 36% na área rural. Os dados abaixo são de 2014, levantados pela Secretaria de Saúde do Município, assim distribuídos por faixa etária.

POPULAÇÃO RESIDENTE POR FAIXA ETÁRIA, 2014.	
Menor de 1 (um) ano	199
1 a 4	980
5 a 6	472
10 a 14	1.316
15 a 19	1.473
20 a 39	5.755
40 a 49	2.126
50 a 59	1.839
Maior de 60 (sessenta) anos	2.180
Total	17.050
Masculino	8.557
Feminino	8.493

(fonte: Secretaria Municipal de Saúde, 2014).

1.4 ASPECTOS ECONÔMICOS

Pouso Redondo é um Município ainda muito ligado às atividades agrícolas, onde se destacam as culturas de arroz, fumo, mandioca, milho e feijão, porém, vem se diversificando. No setor industrial destaca-se o extrativismo representado pelas inúmeras cerâmicas que fabricam os melhores tijolos do Brasil e indústrias do ramo madeireiro e moveleiro que atendem o mercado nacional. No ano de 2015 encontrava-se no Município o número de 15 cerâmicas, 24 fabricas de móveis, 82 facções e 25 madeireiras. Nas atividades comerciais destacam-se o setor de vestuário com 62 lojas, alimentícios com 10 mercados e minimercados e 18 lojas de móveis e eletrodomésticos. Na área de serviços encontra-se disponível 3 advogados, 8 farmácias, 14 médicos e 5 contabilidades. (fonte: Secretaria de Planejamento, 2015).

O Município obteve através de Levantamento Sistemático da Produção Agrícola/Prognóstico de Safras os seguintes valores econômicos nos anos de 2013/2014/2015:

LAVOURAS PERMANENTES

Espécie	Safra 2013/2014	Safra 2014/2015				
	Produção (t) ¹	Área (ha) ²	Valor (R\$)	Produção (t)	Área (ha)	Valor (R\$)
Laranja	40	2	24.000,00	40	2	60.000,00
Limão ⁵	20	2	17.000,00	0	0	0
Tangerina	20	2	30.000,00	30	2	60.000,00
Uva	105	7	158.000,00	75	5	150.000,00

(fonte: Prefeitura Municipal, Secretaria Municipal de Agricultura e IBGE, 2013/2014/2015).

LAVOURAS TEMPORÁRIAS

Espécie	Safra 2013/2014	Safra 2014/2015				
	Produção (t)	Área (ha)	Valor (R\$)	Produção (t)	Área (ha)	Valor (R\$)
Alface (hidrop.)	-	-	-	65 mil unidades	1	54.493,60
Arroz irrigado	15.000	2.000	8.880.000,00	15.000	2.000	9.900.000,00
Batata doce ⁴	200	10	130.000,00	200	10	-
Batata inglesa ⁵	30	10	18.000,00	0	0	0
Cana-de-açúcar ⁴	300	10	36.000,00	300	10	-
Cebola ⁵	36	3	7.000,00	0	0	0
Couve-flor ⁴	-	-	-	160 mil unidades	4	288.000,00
Feijão	45	36	107.000,00	26	19	69.160,00
Fumo	4.560	1.900	33.288.000,00	4.180	1.900	29.260.000,00
Mandioca	4.000	200	1.376.000,00	2.800	140	504.000,00
Melancia	150	10	83.000,00	60	4	36.000,00
Milho ³	2.520	700	1.008.000,00	3.360	800	1.344.000,00
Pepino ⁴	-	-	-	375	15	600.000,00
Repolho ⁴	-	-	-	320 mil unidades	4	352.000,00
Soja	450	250	405.000,00	360	120	370.800,00
Tomate	35	1	35.000,00	70	2	140.000,00
Trigo ⁵	180	100	131.000,00	0	0	0

(fonte: Prefeitura Municipal, Secretaria Municipal de Agricultura e IBGE, 2013/2014/2015).

PECUÁRIA

Produto	Safra 2013/2014	Safra 2014/2015		
	Produção	Valor (R\$)	Produção	Valor (R\$)
Leite ⁴	6.650.000 litros	5.985.000,00	-	-
Ovos ⁴	1.480.000 dúzias.	2.220.000,00	-	-
Aquicultura – Carpas ⁴	30.500 quilos	98.000,00	-	-
Aquicultura - Tilápias ⁴	205.962 quilos	659.000,00	-	-

(fonte: Prefeitura Municipal, Secretaria Municipal de Agricultura e IBGE, 2013/2014/2015).

SILVICULTURA

Produto	Safra 2013/2014	Safra 2014/2015		
	Produção	Valor (R\$)	Produção	Valor (R\$)
Lenha ⁴	21.000 m ³	630.000,00	-	-
Toras Eucalipto ⁴	95.000 m ³	6.350.000,00	-	-
Toras Pinus ⁴	80.000 m ³	5.600.000,00	-	-
Toras Pinus papel/celulose ⁴	15.000 m ³	750.000,00	-	-
Erva Mate	21 t	32.000,00	40 t	40.000,00

(fonte: Prefeitura Municipal, Secretaria Municipal de Agricultura e IBGE, 2013/2014/2015).

Notas: 1: toneladas ou mil unidades

2: hectares

3: somente área destinada à produção de grãos, não inclui área para silagem

4: Sem dados disponíveis para a safra em questão

5: safra sem cultivo comercial

1.5 ASPECTOS CULTURAIS

Entre os vários pontos turísticos de Pouso Redondo, destaca-se a Pousada Arco-Íris. O local oferece aos visitantes pernoites em chalés típicos, rodeados por mata nativa e com toda a infraestrutura necessária. A pousada possui também um casarão para eventos, com hospedagem para quarenta pessoas. O ambiente é equipado com lareiras, churrasqueiras, cozinha e auditório. A pousada possui ainda restaurante a base de peixes (trutas) e pesque-pague com tanques modernos, de água cristalina, onde o turista pode observar os peixes durante a pescaria. Além de toda a estrutura física, os visitantes podem também usufruir de passeios por trilhas ecológicas, cachoeiras e bonitas vistas

das paisagens. A Pousada Arco-Íris fica na BR-470, Km 192, na Serra de Ilhéus. Destaca-se também o Camping Salto Pombinhas que está situado a cerca de 3 km da margem da BR-470, Km 187 e a 16 km do Centro de Pouso Redondo. Possuem trilhas ecológicas com lindas cachoeiras, áreas para camping, áreas arborizadas, piscina para crianças, quiosques com churrasqueira e completo serviço de bar. Outra atividade turística do Município é a imagem de Nossa Senhora de Salete, trazida em 1973 foi colocada às margens da BR-470, no Km 194. A localidade ficou conhecida como Serra da Santa. Muitos fiéis costumam visitar o lugar na Sexta-Feira Santa para pagar promessas. Quem trouxe a imagem foi o Padre Eduardo Summermatter. Ele era devoto de Nossa Senhora de Salete e espalhou imagens por todo o Brasil. Padre Eduardo tinha devoção também pelas almas do purgatório e pela Eucaristia. Ele escolheu a Serra do Ilhéus para colocar a imagem da Santa porque é uma região muito perigosa, onde acontecem muitos acidentes. É comum ver no altar construído para a imagem várias fotos, documentos, flores e velas, que são deixadas por quem alcançou alguma graça ou por quem perdeu entes queridos na rodovia. Pouso Redondo tem sua história ligada às atividades dos tropeiros. Por isso, no dia 12 de janeiro de 2007, o então Governador de Santa Catarina, Luis Henrique da Silveira, sancionou a Lei nº 13.935/2007, nomeando Pouso Redondo como CAPITAL ESTADUAL DO TROPEIRO. Em função disso, o Município realiza a cada dois anos a FESTA ESTADUAL DO TROPEIRO, com diversas atividades relacionadas ao tema e outras atrações musicais, culturais e esportivas para todas as idades, recebendo grande público das diversas regiões do Estado de Santa Catarina. A preocupação em oferecer atrações culturais aos estudantes e à população de Pouso Redondo, a Prefeitura e a Secretaria de Educação e Cultura firmaram parceria com o SESC de Rio do Sul e, durante todo o ano, acontecem apresentações teatrais, shows musicais, contações de histórias e oficinas de formação com grupos de renome nacional, ofertado de forma gratuita aos munícipes.

1.6 ASPECTOS EDUCACIONAIS

1.6.1 HISTÓRIA

A história registra que a educação formal de Pouso Redondo teve seu primeiro professor no início do século XX (1908). O trabalho inicialmente era feito junto às famílias e às crianças e, também teve forte influência o ensino da língua alemã associado ao ensino da língua portuguesa. 1932 marca o registro da primeira escola pública e daí para adiante as escolas administradas pelo poder público foram se proliferando para atender aos munícipes de todos os bairros e comunidades.

Até meados do século XX, o magistério era exercido por profissionais de habilitação que ministravam aulas para os alunos até a 3ª série do Ensino Fundamental; Para 4ª série do Ensino Fundamental, veio uma professora habilitada que trouxe inúmeros outros profissionais para Pouso Redondo.

No início da segunda metade do século XX a rede de ensino de Pouso Redondo começou a se expandir com a criação de escolas, grupos escolares e escolas multisseriadas pertencentes às redes municipais e estaduais de ensino. Só em 1966, iniciaram-se atividades junto às séries finais do Ensino Fundamental que primeiramente se instala no centro da cidade e logo em seguida, se expande para os bairros e localidades de Pouso Redondo.

Somente em 1986 o ensino médio vem para o município sob administração da rede estadual de ensino; unidade escolar que dividiu as funções de atendimento para esse nível de ensino com uma escola particular que existia na cidade desde 1978.

A educação de jovens e adultos foi oferecida através do Mobral desde 1970 e a Educação Infantil começou a ser oferecida no período compreendido entre os anos de 1977 e 1978, nos espaços da igreja local através de convenio entre a Prefeitura Municipal e a FUCABEM. Logo houve a expansão da oferta desse nível de ensino sob administração do poder público municipal.

Um marco da história da educação de Pouso Redondo aconteceu através do programa de nucleação de escolas multisseriadas que objetivava reunir em espaços melhor estruturados, alunos de inúmeras comunidades que, em escolas "isoladas" não podiam dispor de variedade de recursos e estratégias que aprimoraram a qualidade de ensino.

Outro fator que merece destaque na história da educação de Pouso Redondo, desde 1996 é a instalação do Ensino Supletivo que pretendia subsidiar a oferta de acesso aos munícipes que não tiveram a oportunidade de estudar na faixa etária obrigatória para o ensino fundamental. Atualmente, o município oferece desde a Educação Infantil até o ensino superior; conta com a atuação de várias instituições das redes municipal e estadual de ensino, além da rede federal instalada na cidade em 2006. A educação se sustenta na legislação que nos últimos anos, criou o Sistema Municipal de Ensino, os Conselhos da Educação, o Plano de Cargos e Salários do Magistério Público Municipal, as Diretrizes Curriculares Municipais, a reestruturação dos Projetos Políticos Pedagógicos e o Regimento Escolar das unidades, além dos programas de formação continuada e os concursos públicos para a efetivação de profissionais qualificados para trabalhar na educação básica.

1.6.2 EDUCAÇÃO INFANTIL

Conforme disposto na Constituição Federal (art. 208) e na LDBEN/1996 (art. 21 e 29 a 31), a Educação Infantil é a primeira etapa da educação básica, ofertada em estabelecimentos educacionais públicos ou privados que, de forma indissociável, educam e cuidam de crianças na faixa etária de 0 a 5 anos, no período diurno, em jornada integral ou parcial, sendo: de 0 a 03 anos de idade em creches e de 4 a 5 anos em pré-escolas. É bom ressaltar que a matrícula na pré-escola é obrigatória e deve ser universalizada até 2016; na creche ainda é uma opção das famílias, contudo, é um direito e deve ser ofertada para os interessados. No ano de 2013 foram matriculadas na Rede Municipal de Ensino 392 crianças de 4 e 5 anos, ou seja, na pré-escola. (fonte: QEDu).

A Educação Infantil tem como a finalidade de educar e cuidar de crianças de 0 a 5 anos de idade, no período diurno, garantindo o seu desenvolvimento integral em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade. A Rede Municipal possui 8 centros de Educação Infantil e 1 centro integrado ao Centro Educacional Padre José Balistieri.

CRIANÇAS DE 0 A 3 ANOS QUE FREQUENTARAM A ESCOLA NO ANO DE 2014:

Total de crianças de 0 a 3 anos no Município	934
Frequenciam a escola	458

(fonte: Secretaria de Saúde e Secretaria de Educação, 2014).

1.6.3 ENSINO FUNDAMENTAL

O Ensino Fundamental, assim como as demais modalidades, é, no atual sistema de ensino brasileiro, de grande importância para a formação de cidadãos críticos e participativos. É durante essa etapa de ensino que o educando passa boa parte 45 de sua vida escolar. Como afirma a Constituição Federal de 1988, em seu Artigo 205, a educação é:

[...] direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988).

No Município de Pouso Redondo o Ensino Fundamental é oferecido nas 3 Escolas Estaduais de Educação Básica: EEB Prefeito Arno Siewerdt, EEB Professora Anair Margarida Voltolini e EEB Letícia Possamai; e nos 4 Centros Educacionais Municipais: CE Pe. José Balestieri, CE Pe. Dionísio Peluso, CE Pombinhas e CE Máximo Nardelli, sendo esta última Escola Urbana e as 3 primeiras Escolas do Campo. Ainda no Município acontece a Educação de Jovens e Adultos (EJA) ofertado pelo Estado em Convenio com o Município.

CRIANÇAS DE 6 A 14 ANOS QUE FREQUENTARAM A ESCOLA NO ANO DE 2014:

Total de crianças de 6 a 14 anos no Município	2.262
Frequenta a escola	2.193

(fonte: Secretaria de Saúde Secretaria de Educação, 2014).

TOTAL DE MATRÍCULAS DO ENSINO FUNDAMENTAL MUNICIPAL E ESTADUAL NO ANO DE 2013

Matrículas anos iniciais	1.138
Matrículas anos finais	892

(fonte: Educacenso, 2013).

TAXAS DE RENDIMENTO ESCOLAR NO ENSINO FUNDAMENTAL ESTADUAL E MUNICIPAL NO ANO DE 2013

Etapa escolar	Reprovação	Abandono	Aprovação
Anos Iniciais	2,7% 31 reprovações	0,1% 2 abandonos	97,2% 1.105 aprovações
Anos Finais	7,2% 65 reprovações	0,5% 5 abandonos	92,4% 822 aprovações

(fonte: Educacenso, 2013).

1.6.4 ENSINO MÉDIO

A população de Pouso Redondo caracteriza o Ensino Médio como atividade de boa qualidade com professores qualificados e com bom ambiente físico, oferecendo cursos nos três turnos, com transporte escolar. A proposta metodológica se apoia nas atividades em grupos e com projetos interdisciplinares o que tem registrado maior envolvimento dos jovens com a escola. O Ensino Médio no Município de Pouso Redondo é oferecido pela Rede Estadual. O Município de Pouso Redondo participa no funcionamento do Ensino Médio com o Convênio do Transporte Escolar. O Ensino Médio é ofertado em dois turnos na Escola de Educação Básica Professora Anair Margarida Voltolini, em turno único na Escola de Educação Básica Letícia Possamai e em 3 Turnos na Escola de Educação Básica Prefeito Arno Siewerdt. Em forma de Convênio com o Estado, é ofertado o Ensino Médio na modalidade de Jovens e Adultos. No ano de 2013 foram matriculados na Rede Estadual de Ensino 619 estudantes no Ensino Médio. (fonte: Educacenso, 2013).

ADOLESCENTES DE 15 A 17 ANOS QUE FREQUENTARAM A ESCOLA NO ANO DE 2013

Total de adolescentes de 15 a 17 anos no Município	884
Frequentaram a escola	620

(fonte: Secretaria de Saúde e Secretaria de Educação, 2014).

TAXAS DE RENDIMENTO ESCOLAR NO ENSINO MÉDIO ESTADUAL E MUNICIPAL NO ANO DE 2013

Etapa escolar	Reprovação	Abandono	Aprovação
Ensino médio	10,3% 64 reprovações	10,1% 63 abandonos	79,6% 493 aprovações

(fonte: Educacenso 2013).

1.6.5 EDUCAÇÃO ESPECIAL

No Brasil, nas últimas décadas registram-se consideráveis avanços, ressignificando a função da escola especial, que visa oferecer atendimento especializado restritamente a alunos que não apresentem nenhuma condição de frequentar o sistema do ensino comum, conforme cita a lei nº 9.397/96, no capítulo V da Educação Especial no §2º:

O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular (BRASIL, 1996).

No momento a APAE oferece este serviço, onde os alunos atendidos contam com atendimento especializado como: Fisioterapeuta e Psicólogo. A Legislação Federal, Estadual e Municipal já asseguram a inclusão e já existe o trabalho de inclusão nas escolas Estaduais e Municipais, disponibilizando o Segundo Professor para atender os educandos com necessidades educacionais especiais, assim como a sala de atendimento especializado (SAED), disponibiliza um acervo de materiais didáticos e pedagógicos para melhor atender os alunos com deficiência visual e auditiva, espaços físicos adequados para acessibilidade de cadeirantes, onde apenas 3 unidades do Município, sendo elas de Educação Infantil, não estão adaptadas para a acessibilidade.

De 3.360 alunos matriculados na Rede Estadual e Municipal de Pouso Redondo, 37 tem atendimento especializado sendo um total de 1,1% dos alunos, desses 0,86% são de Rede Estadual e 0,25% da Municipal. Na Educação Especial nenhum aluno foi matriculado no ano de 2013. (fonte: Educacenso, 2013).

1.6.6 EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

A Educação de Jovens e Adultos é oferecida àqueles que não tiveram acesso à educação na idade devida, mas esse direito está garantido a essa clientela na LDB e na Constituição de 1988, Art. 208, inciso I, que determina o acesso ao Ensino Fundamental gratuito, inclusive àqueles que não tiveram acesso na idade própria. A grande contribuição da Educação de Jovens e Adultos é a oportunidade que muitas pessoas têm de concluir os estudos mesmo fora do período próprio de escolaridade. Entre os fatos que provocam o gradativo aumento das matrículas nessa modalidade de ensino estão a repetência, o abandono à escola devido à necessidade de trabalho para ajudar a família financeiramente, que provoca o retorno a ela somente na idade adulta para melhorar o currículo escolar para assim ser inserido no mercado de trabalho, ou para realização pessoal.

O Município oferece espaço físico e manutenção dos mesmos e material pedagógico. Em regime de colaboração com o governo do Estado de Santa Catarina oferecem as quatro séries iniciais do Ensino Fundamental na modalidade EJA e participa em regime de colaboração com o Estado na formação das séries finais do Ensino Fundamental. No ano de 2013 foram matriculados no EJA 38 estudantes. (fonte: Educacenso, 2013).

1.6.7 EDUCAÇÃO ESCOLAR DO CAMPO/RURAL

A Legislação Educacional Brasileira apresenta uma ampla base legal para a instituição de políticas diferenciadas para o atendimento escolar das pessoas que vivem no campo. De acordo com a LDB, as especificidades do atendimento escolar no campo são referenciadas em seu artigo 28, segundo o qual para a oferta de educação básica para a população rural, os sistemas de ensino removerão as adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região.

Em 2015 o Município de Pouso Redondo possui 3 Escolas do Campo, onde estão situadas nas localidades de Alto Pombinhas: Centro Educacional Padre Dionísio Peluso; Pombinhas: Centro Educacional Pombinhas; Corruchel: Centro Educacional Padre José Balistieri. No ano de 2015 foi matriculado nessas escolas o número de 464 alunos, incluindo o pré-escolar. A Escola Padre José Balistieri possui uma sala de Educação infantil de 0 a 3 anos integrada à escola, onde atendeu 20 crianças desta localidade no referente ano. As Escolas do Campo do Município contam com o programa MAIS EDUCAÇÃO, programa que oferece atividades em TEMPO INTEGRAL voltadas ao reforço escolar, aulas de música, atividades esportivas e artesanais, entre outras, sempre visando a realidade local.

1.6.8 EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL

A Constituição Federal, em seu artigo 227 estabelece que a educação possua ação supletiva a família e não substitutiva, pois na segunda opção assume muito mais a função assistencial do que propriamente educativa. Tais considerações não perdem de vista que, de qualquer forma, com atual configuração social que vivemos as escolas podem ser a segunda e, às vezes, a última chance de proporcionar aos alunos um espaço propício e saudável para o seu desenvolvimento.

Na educação infantil, o atendimento integral já acontece, com exceção do Pré II, que tem atendimento parcial. No ano de 2015 estão sendo atendidas de forma integral (7 horas ou mais), 453 crianças, nas 8 unidades.

O Município iniciou no ano de 2015 através do Programa Mais Educação o atendimento em Tempo Integral em 4 escolas do Ensino Fundamental, o programa oferece atividades voltadas ao reforço escolar, aulas de música, atividades esportivas e artesanais, entre outras, sempre visando a realidade local, atendendo 258 crianças no total.

Escolas Estaduais: A Escola de Educação Básica Anair Margarida Voltoline possui o Programa Mais Educação que atende 538 alunos do 1º ao 9º ano, o programa oferece acompanhamento pedagógico, aulas de violão, teatro, pintura, dança e fanfarra, todos os dias da semana com turmas intercaladas. A Escola de Educação Básica Leticia Possamai possui o Programa de Educação Integrada (IPI) que atende 280 alunos do 1º ao 9º ano, com frequência obrigatória nas terças e quintas-feiras da semana, onde são trabalhadas todas as disciplinas do currículo escolar. Também possui o Programa Mais Educação para os alunos do 1º ao 9º ano nas segundas, quartas e sextas-feiras que oferece oficinas em geral.

ATENDIMENTO EM TEMPO INTEGRAL MUNICIPAL E ESTADUAL DO ANO DE 2015

Total sendo atendido	1529
453 matrículas na Educação Infantil da Rede Municipal	29,6 %
258 matrículas no Ensino Fundamental da Rede Municipal	16,8 %
818 matriculados no Ensino Fundamental e Médio da Rede Estadual	53,6%

(fonte: Secretaria de Educação, 2015)

1.6.9 EDUCAÇÃO SUPERIOR

A Educação Superior tem por finalidades primeiras de acordo a LDB nº 9.394/96 cap.: IV, art.: 43, inciso: I e II:

[...] I - estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo e II - formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, e colaborar na sua formação contínua (BRASIL, 1996).

O Município de Pouso Redondo possui Instituições de Ensino Superior sediadas na cidade, tendo como principal o Polo da Universidade Aberta do Brasil (UAB) que possui convenio com a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC) onde os principais cursos oferecidos estão na área de Licenciatura e Pós-Graduação, o Município oferece espaço físico e manutenção dos mesmos, e profissionais administrativos como forma de apoiar este serviço.

1.6.10 PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO

A Educação Básica do Município está dividida em:

- a) Educação Infantil – Atende crianças de zero a 5 anos, subdivido em: zero a 3 anos – Creche (berçário e maternal); 4 e 5 anos – Pré Escolar I e II;
 - b) Ensino Fundamental – Atende crianças de 6 a 14 anos. - Anos Iniciais,: 1º ao 3º anos (alfabetização), 4º e 5º anos; Anos Finais: 6º ao 9º anos.
 - c) Ensino Médio – Atende alunos de 15 a 17 anos - 1º ao 3º anos. Ofertado pelas Escolas do Estado;
 - d) Educação de Jovens e Adultos – atende jovens que por alguma razão não frequentaram todas as etapas na educação normal, de 14 anos ou mais para o Ensino Fundamental e 18 anos ou mais para o Ensino Médio, ofertado pelo Estado conveniado com o Município.
- Entende-se por profissionais da educação todos os membros envolvidos nas atividades educacionais nas escolas e creches, direta ou indiretamente, divididos em:

- a) Profissionais do Magistério – que trabalham com docência e suporte pedagógico;
- b) Funcionários da Educação – que desenvolvem atividades de limpeza, conservação, preparo de alimentos, administradores, secretários, motoristas, vigias.

O quadro dos Profissionais do Magistério na Rede Municipal de Ensino está assim formado:

- a) 1 Professora com Magistério (Ensino Médio – em extinção);
- b) 44 Professores (as) cursando 3ª fase ou mais do Ensino Superior;
- c) 31 Professores (as) com licenciatura em Curso Superior;
- d) 51 Professores (as) com Pós-Graduação.

O quadro dos Profissionais do Magistério na Rede Estadual de Ensino está assim formado:

- a) 62 professores (as) nos anos Iniciais;
- b) 70 professores (as) nos anos Finais e médio;

1.6.11 GESTÃO DEMOCRÁTICA

A educação não pode mais ser concentrada administrativamente, pedagogicamente e financeiramente nas mãos de um ou de poucos. Pensando assim, surgiram os Conselhos que vieram para deliberar, julgar, acompanhar, fiscalizar os atos da educação. Na educação do Município de Pouso Redondo está atuando o CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, por onde passam todas as decisões ligas as práticas educacionais e administrativas; o CACSFUNDEB, que se reúne regularmente para analisar os recursos recebidos e seu destino correto à Educação Infantil, ao Ensino Fundamental, Ao Transporte Escolar Próprio e Terceirizado, com parecer anual enviado ao FNDE; O Conselho de Alimentação Escolar, que atuam na tomada de preço, chamada pública, fiscalização da quantidade e qualidade da merenda escolar, cumprimento da aplicação de 30% dos recursos do PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar) na Agricultura Familiar, analise e parecer conclusivo junto ao PNAE.

As Escolas e Creches possuem as Associações de Pais e Professores (APP) que como órgão executor contribui nos cuidados físicos e de materiais pedagógicos, reunindo-se periodicamente para analisas as necessidades e correto uso dos recursos repassados às Unidades. Os Conselhos Deliberativos, com poderes consultivo, normativo e deliberativo formado por pais, alunos e professores, com objetivo de democratizar as decisões escolares, também estão presentes nas escolas.

As direções de escolas e coordenações de creches ainda foram feitas por indicação. Porém, será estabelecido neste Plano prazo para criar mecanismos de escolha democrática desses profissionais.

1.6.12 FONTE DE RECURSOS

Por determinação constitucional no mínimo 25% da arrecadação municipal deve ser aplicada na educação. Este recurso é assim formado:

- 1) RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS:
 - 1.a. Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU)
 - 1.b. Imposto Sobre Transmissão Inter Vivos (ITBI)
 - 1.c. Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS)
 - 1.d. Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF)
 - 1.e. Imposto Territorial Rural (ITR)
 - 2) RECEITAS DE TRANSFERENCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS:
 - 2.a. Cota-parte, Fundo de participação dos Municípios (FPM).
 - 2.b. Cota-parte, Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS)
 - 2.c. Lei CANDIR nº 87/96
 - 2.d. Cota-parte Imposto Sobre o Produto Industrializado-exportação (IPI)
 - 2.e. Cota-parte Imposto Territorial Rural (ITR)
 - 2.f. Cota-parte Imposto Sobre Veículos Automotores (IPVA)
 - 3) RECEITAS ADICIONAIS:
 - 3.a. Salário Educação
 - 3.b. Programa Dinheiro Direto da Escola (PDDE)
 - 3.c. Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)
 - 3.d. Programa Nacional de Transporte Escolar (PNATE)
 - 4) CONVÊNIOS:
 - 4.a. Convenio Transporte Escolar Estado
2. METAS E ESTRATÉGIAS

2.1 META 01

Universalizar, até 2016, a Educação Infantil na pré-escola para as crianças de 04 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade e ampliar a oferta de

Educação Infantil em creches de forma a atender, no mínimo 60% (sessenta por cento) das crianças de até 03 (três) anos até o final da vigência deste Plano.

ESTRATÉGIAS:

- 1) Definir, em regime de colaboração entre a União o Estado e os municípios, metas de expansão das respectivas redes públicas de educação infantil segundo padrão nacional de qualidade, considerando as peculiaridades locais.
- 2) Manter atualizada e unificada a lista de espera, da demanda por creche para a população do município de até 3 (três) anos de idade.
- 3) Manter e ampliar, em regime de colaboração, programa de construção e reestruturação de escolas, bem como de aquisição de equipamentos, visando à expansão e a melhoria da rede física de escolas públicas de educação infantil, respeitando, inclusive, as normas de acessibilidade.
- 4) Implantar, até o segundo ano de vigência do plano, avaliação da educação infantil articulada entre os setores da educação, a ser realizada a cada 2 (dois) anos, com base em parâmetro nacionais de qualidade, a fim de aferir a infraestrutura física, o quadro de pessoal, as condições de gestão, os recursos pedagógicos, a situação de acessibilidade, entre outros indicadores relevantes.
- 5) Promover a formação inicial e continuada dos (as) profissionais da educação infantil, garantindo, progressivamente, o atendimento por profissionais com formação superior.
- 6) Priorizar o acesso à educação infantil e fomentar a oferta do atendimento educacional especializado complementar e suplementar aos estudantes com deficiência, transtornos do espectro do autismo, transtorno do déficit de atenção com hiperatividade e altas habilidades/superdotação, assegurando a educação bilíngue para crianças surdas e a transversalidade da educação especial nessa etapa da educação básica.
- 7) Fomentar o atendimento as populações do campo na educação infantil nas respectivas comunidades, por meio do redimensionamento da distribuição territorial da oferta, limitando a nucleação de escolas e o deslocamento de crianças, de forma a tender as especificidades dessas comunidades, garantindo consulta previa e informada.
- 8) Implementar, em caráter complementar, programas de orientação e apoio as famílias, por meio da articulação das áreas de educação, saúde e assistência social, com foco no desenvolvimento integral das crianças de até 3 (três) anos de idade.
- 9) Preservar as especificidades da educação infantil na organização das redes escolares, garantindo o atendimento da criança de 0 (zero) a 5 (cinco) anos em estabelecimentos que atendem a parâmetros nacionais de qualidade e a articulação com a etapa escolar.
- 10) Fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso e da permanência das crianças na educação infantil, em especial beneficiárias de programas de transferência de renda, em colaboração com as famílias e com os órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância.
- 11) Implementar espaços lúdicos de interatividade considerando a diversidade étnica, de gênero e sociocultural, tais como: brinquedoteca, ludoteca, biblioteca infantil, parque infantil, aulas de artes e aulas de educação física.
- 12) O Município com parceria da Secretaria Municipal de Saúde, manter cadastro atualizado das crianças por faixa etária, como forma de planejar a oferta.
- 13) Atender em tempo integral as crianças que frequentam a creche.

2.2 META 02

Universalizar o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos para toda a população de 6 (seis) a 14 (quatorze) anos de idade e garantir que pelo menos 95% (noventa e cinco por cento) dos estudantes concluam essa etapa na idade recomendada, até o último ano de vigência deste Plano.

ESTRATÉGIAS:

- 1) Pactuar entre a União, o Estado e os Municípios, no âmbito da instância permanente de que trata o § 5º do Art. 7º, da Lei no 13.005/2014, a implantação dos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento que configurarão a base nacional comum curricular do ensino fundamental.
- 2) Fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso, da permanência e do aproveitamento escolar dos beneficiários de programas de transferência de renda, bem como o controle das situações de discriminação, preconceito e violência na escola, visando ao estabelecimento de condições adequadas para o sucesso escolar dos estudantes, em colaboração com as famílias e com os órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, adolescência e juventude.
- 3) Promover a busca ativa de crianças e adolescentes fora da escola, o acompanhamento e o monitoramento de acesso e permanência na escola, em parceria com as áreas de saúde e assistência social. Programa APOIA
- 4) Desenvolver tecnologias pedagógicas que combinem, de maneira articulada, à organização do tempo e das atividades didáticas entre a escola e o ambiente comunitário, considerando as especificidades da educação especial, das escolas do campo.
- 5) Disciplinar, no âmbito dos sistemas de ensino, a organização flexível do trabalho pedagógico, incluindo adequação do calendário escolar de acordo com a realidade local, a identidade cultural e as condições climáticas da região.
- 6) Promover o relacionamento das escolas com instituições e movimentos culturais, a fim de garantir a oferta regular de atividades culturais para a livre fruição dos estudantes dentro e fora dos espaços escolares, assegurando, ainda, que as escolas se tornem polos de criação e difusão cultural.
- 7) Incentivar a participação dos pais ou responsáveis no acompanhamento das atividades escolares dos filhos por meio do estreitamento das relações entre as escolas e as famílias. Dia da família na escola, entrega de boletins, assinatura de pais.
- 8) Oferecer atividades extracurriculares aos estudantes de incentivo e de estímulo a habilidades, promovendo, inclusive, certames e concursos de âmbito estadual e nacional. Priorizando a saúde física, o gosto pelo esporte e a solidariedades nas ações. Educação em tempo integral.
- 9) Efetivar, com as áreas de saúde, ação social e cidadania, rede de apoio ao sistema municipal de ensino para atender o público da educação especial.
- 10) Garantir o acesso e permanência dos estudantes na educação pública, viabilizando transporte escolar acessível com segurança, material escolar, laboratórios didáticos e biblioteca informatizada com acervo atualizado, visando à inclusão das diferentes etnias.
- 11) Garantir a oferta da alimentação escolar, com segurança alimentar e nutricional, preferencialmente com produtos da região.

12) Assegurar a renovação, manutenção e criação das bibliotecas, inclusive a biblioteca virtual com equipamentos, espaços, acervos bibliográficos, bem como profissionais especializados, como condição para a melhoria do processo ensino/aprendizagem.

13) Estabelecer programas educacionais que, efetivamente, promovam a correção das distorções idade/série com qualidade, promovendo ao educando condições de inserção e acompanhamento nas séries posteriores. Reforço escolar.

14) Garantir a inclusão de pessoas com deficiência nas instituições escolares do ensino regular, com adaptação dos meios físicos e capacitação dos recursos humanos, assegurando o desenvolvimento de seu potencial cognitivo, emocional e social.

2.3 META 03

Contribuir em forma de cooperação e convenio para a universalização do acesso e permanência dos jovens de 15 (quinze) a 17 (dezessete) anos nos cursos de Ensino Médio.

ESTRATÉGIAS:

1) Manter transporte escolar por meio de convenio entre município e estado nos 200 (Duzentos) dias letivos em conformidade com a lei do transporte escolar.

2) Oferecer aos alunos das escolas estaduais acesso aos projetos culturais desenvolvidos pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

3) Oferecer transporte aos alunos do Ensino Médio que necessitam de deslocamento e outros municípios para realização do ENEN.

4) Realizar junto aos anos finais do Ensino Fundamental das escolas da rede municipal de ensino campanha para que todos os egressos curssem o Ensino Médio.

5) Promover a busca ativa da população de 15 (quinze) a 17 (dezessete) anos fora da escola, de forma Inter setorial com os serviços de assistência social, saúde e proteção à adolescência e a juventude.

6) Criar parceria com o Estado quando for de interesse deste, para oferecer cursos profissionalizantes voltados à necessidade do mercado de trabalho local.

7) Estimular a participação dos adolescentes nos cursos das áreas tecnológicas e científicas, quando oferecido pelo Estado.

8) Promover e acompanhar a celebração de convênios entre empresas e escolas de educação básica, profissional e tecnológica para oportunizar estagio, possibilitando o acesso ao mundo do trabalho.

2.4 META 04

Universalizar, para a população de 4 a 17 anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo de salas de recursos multifuncionais, classes, ou serviços especializados ou conveniados.

ESTRATÉGIAS:

1) Garantir a oferta de educação inclusiva, vedada a exclusão do ensino regular sob alegação de deficiência e promovida à articulação pedagógica entre o ensino regular e o atendimento educacional especializado.

2) Promover, no prazo de vigência deste plano, a universalização do atendimento escolar a demanda manifesta pelas famílias de crianças de 0 (zero) a 3 (três) anos de idade com deficiência, transtorno do espectro autista, transtorno de déficit de atenção e hiperatividade/impulsividade e altas habilidades ou superdotação, observado o que dispõe a lei nº 9,394/1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

3) Implantar sala de recurso multifuncional para atendimento de crianças com necessidades educacionais especiais.

4) Garantir atendimento educacional especializado em salas de recursos multifuncionais, preferencialmente em escolas da rede regular de ensino ou em instituições especializadas, públicas ou conveniadas, nas formas complementar ou suplementar, a todos os estudantes com deficiência, transtorno do espectro autista, transtorno de déficit de atenção e hiperatividade/impulsividade e altas habilidades ou superdotação, matriculados em escolas de educação básica, conforme necessidade identificada por meio de avaliação, ouvidos a família e o estudante.

5) Estimular o estabelecimento de parcerias entre a rede pública e o terceiro setor (convênios, transporte, etc.).

6) Manter e ampliar programas suplementares que promovam a acessibilidade nas instituições públicas, para garantir o acesso e a permanência dos estudantes com deficiência, transtorno do espectro autista, transtorno de déficit de atenção e hiperatividade/impulsividade e altas habilidades ou superdotação, por meio da adequação arquitetônica da oferta de transporte acessível, da disponibilização de material didático próprio e de recursos de tecnologia assistiva, da alimentação escolar adequada a necessidade do estudante, garantindo a segurança alimentar e nutricional, assegurando, ainda, no contexto escolar, em todas as etapas, níveis e modalidades de ensino, a identificação dos estudantes com altas habilidades ou superdotação.

7) Fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso à escola e ao atendimento educacional especializado, bem como da permanência e do desenvolvimento escolar dos estudantes com deficiência, transtorno do espectro autista, transtorno de déficit de atenção e hiperatividade/impulsividade e altas habilidades ou superdotação beneficiários de programas de transferência de renda, juntamente com o combate as situações de discriminação, preconceito e violência, com vistas ao estabelecimento de condições adequadas para o sucesso educacional, aplicando o Programa de Combate ao Bullying LEI Nº 14,651, de 12 de janeiro de 2009, nas escolas em colaboração com as famílias e com órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, à adolescência e à juventude.

8) Apoiar a ampliação das equipes de profissionais da educação para atender a demanda do processo de escolarização dos estudantes com deficiência, transtorno do espectro autista, transtorno de déficit de atenção e hiperatividade/impulsividade e altas habilidades ou superdotação, garantindo a oferta de professores do atendimento educacional especializado, segundo professor de turma, cuidadores, professores de artes específicas, tradutores e interpretes de Libras, guias-intérpretes para surdo-cegos, professores de Libras e professores bilíngues.

9) Definir, no segundo ano de vigência deste Plano, indicadores de qualidade e política de avaliação e supervisão para o funcionamento de instituições públicas e privadas que prestam atendimento educacional a estudantes com deficiência, transtorno do espectro autista, transtorno de déficit de atenção e hiperatividade/impulsividade e altas habilidades ou superdotação.

10) Promover parcerias com instituições especializadas, conveniadas com o poder público, visando à ampliação da oferta de formação continuada e a produção de material didático acessível, assim como os serviços de acessibilidade necessários ao pleno acesso, participação e aprendizagem dos estudantes com deficiência, transtorno do espectro autista, transtorno de déficit de atenção e hiperatividade/

impulsividade e altas habilidades ou superdotação, matriculados na rede pública de ensino.

- 11) Promover parcerias com instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas com o poder público, visando a ampliar a oferta de formação continuada.
- 12) Garantir que as escolas de educação fundamental promovam espaços para participação das famílias na elaboração do projeto político pedagógico na perspectiva da educação inclusiva.
- 13) Disponibilizar recursos de tecnologia assistiva, serviços de acessibilidade e formação continuada de professores, para o atendimento educacional especializado complementar nas escolas.

2.5 META 05

Alfabetizar todas as crianças aos 6 (seis) anos de idade ou, ate no máximo, aos 8 (oito) anos de idade no Ensino Fundamental.

ESTRATÉGIAS:

- 1) Estruturar os processos pedagógicos a fim de garantir a alfabetização plena a todas as crianças ate o final do terceiro ano do ensino fundamental.
- 2) Criar política de alfabetização que garanta a permanência dos professores alfabetizados para os três primeiros anos do ensino fundamental, explorando maior capacitação ao professor e garantindo a permanência na classe de alfabetização.
- 3) Criar uma forma de avaliação no município para acompanhamento, verificando o nível de aprendizagem dentro do mesmo (1º, 2º, 3º ano).
- 4) Selecionar, certificar e divulgar em todos os Centros Educacionais, tecnologias educacionais para a alfabetização de crianças, asseguradas a diversidade de métodos e propostas pedagógicas, bem como o acompanhamento dos resultados nos sistemas de ensino em que forem aplicadas, devendo ser disponibilizadas, preferencialmente, como recursos educacionais abertos.
- 5) Fomentar o desenvolvimento de tecnologias educacionais e de práticas pedagógicas inovadoras assegurem a alfabetização e favoreçam a melhoria do fluxo escolar e a aprendizagem dos estudantes, consideradas as diversas abordagens metodológicas e sua efetividade.
- 6) Estimular programa de formação inicial e continuada de professores para a alfabetização de crianças, com o conhecimento de novas tecnologias educacionais e práticas pedagógicas inovadoras.
- 7) Apoiar alfabetização de crianças do campo, com a produção e aquisição de materiais didáticos específicos.
- 8) Implementar a inclusão de alunos com deficiência, acompanhado do segundo professor, quando for o caso, complementando com sala de atendimento especializado (SAED).
- 9) Desenvolver nos centros de Educação Infantil e Centros Educacionais Programas de Incentivo a Leitura, incluindo as famílias das crianças e alunos.

2.6 META 06

Oferecer Educação em Tempo Integral em todas as unidades de ensino público municipal, atendendo, pelo menos, 50% (cinquenta por cento) dos estudantes da Educação Básica, até o final da vigência deste Plano.

ESTRATÉGIAS:

- 1) Promover, com o apoio da União, a oferta de educação básica pública em tempo integral, por meio de atividades de acompanhamento pedagógico e multidisciplinares, inclusive culturais e esportivas, de forma que o tempo de permanência dos estudantes na escola, ou sob sua responsabilidade, passe a ser igual ou superior a 7 (sete) horas diárias durante todo o ano letivo, com a ampliação progressiva da jornada de professores em uma única escola.
- 2) Adequar as escolas com espaços destinados ao atendimento em tempo integral.
- 3) Ampliar, em regime de colaboração, os espaços para atividades culturais esportivas, artísticas, tecnológicas, educacionais, bem como cozinhas e refeitórios, almoxarifados, dispensa, sanitários para atendimento em tempo integral.
- 4) Fomentar a articulação da escola com os diferentes espaços educativos, culturais e esportivos e com equipamentos públicos, oferecendo transporte e profissionais para acompanhar essas atividades.
- 5) Atender as escolas do campo, com oferta de educação em tempo integral baseada em consulta previa, considerando-se as peculiaridades locais.
- 6) Promover, com o apoio da União, a oferta de educação básica pública em tempo integral, por meio de atividades de acompanhamento pedagógico e multidisciplinares, inclusive culturais e esportivas, de forma que o tempo de permanência dos estudantes na escola, ou sob sua responsabilidade, passe a ser igual ou superior a 7 (sete) horas diárias durante todo o ano letivo, com a ampliação progressiva da jornada de professores em uma única escola.
- 7) Adotar medidas para otimizar o tempo de permanência dos estudantes na escola, direcionando a expansão da jornada para o efetivo trabalho escolar, combinado com atividades recreativas, esportivas, culturais e ações de educação nutricional.
- 8) Assegurar alimentação escolar que contemple a necessidade nutricional diária dos estudantes que permanecem na escola em tempo integral, conforme legislação específica.

2.7 META 07

Fomentar a qualidade da Educação Básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem, de modo a atingir as seguintes medias municipais no IDEB:

PLANO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO – Metas Projetadas				
IDEB	2015	2017	2019	2021
Anos iniciais do ensino fundamental	5,8	6,0	6,3	6,5
Anos finais do ensino fundamental	5,5	5,7	6,0	6,2
Ensino médio	4,7	5,2	5,4	5,6

PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – Metas Projetadas				
IDEB	2015	2017	2019	22021
Anos iniciais do ensino fundamental	4,8	5,2	5,6	6,0
Anos finais do ensino fundamental	4,5	5,0	5,4	5,8

ESTRATÉGIAS:

- 1) Estabelecer e implantar, mediante pactuação Inter Federativa, diretrizes pedagógicas para a educação básica e a base nacional comum dos currículos, com direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento dos estudantes para cada ano do ensino fundamental, respeitando-se a diversidade estadual, regional e local.
- 2) Assegurar que no ultimo ano de vigência deste Plano, todos os estudantes do ensino fundamental tenham alcançado nível suficiente de aprendizado em relação aos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento de seu ano de estudo, e 80% (oitenta por cento), pelo menos o nível desejável.
- 3) Instituir, em colaboração entre União, o Estado e os Municípios, um conjunto municipal de indicadores de avaliação institucional com base no perfil do estudante e dos profissionais da educação, nas condições de infraestrutura das escolas, nos recursos pedagógicos disponíveis, nas características da gestão e em outras dimensões relevantes, considerando as especificidades das modalidades de ensino, de modo a oferecer condições para ensino de qualidade.
- 4) Formalizar e executar os planos de ações articuladas (PAR) dando cumprimento às metas de qualidade estabelecidas para a educação básica pública e às estratégias de apoio técnico e financeiro voltadas à melhoria da gestão educacional, à formação de professores e profissionais de serviços e apoio escolares, à ampliação e ao desenvolvimento de recursos pedagógicos e à melhoria e expansão da infraestrutura física da rede escolar.
- 5) Colaborar no desenvolvimento de indicadores específicos de avaliação da qualidade da educação especial, bem como da qualidade da educação bilíngue para surdos e cegos.
- 6) Ampliar os resultados do IDEB das escolas municipais analisando as diferenças entre elas, buscando identificar as coerências e os sucessos a fim de saná-las e aplicá-las em todas as unidades escolares.
- 7) Fixar, acompanhar e divulgar bianualmente os resultados pedagógicos dos indicadores do sistema nacional de avaliação da educação básica e do IDEB, relativos às escolas, às redes públicas de educação básica e aos sistemas de ensino da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, assegurando a contextualização desses resultados, com relação a indicadores sociais relevantes, como os de nível socioeconômico das famílias dos (as) alunos (as), e a transparência e o acesso público às informações técnicas de concepção e operação do sistema de avaliação.
- 8) Garantir transporte gratuito, por meio de convênio entre as Secretarias Municipais de Educação e Secretaria de Estado da Educação com acessibilidade para todos os estudantes da educação do campo na faixa etária da educação escolar obrigatória, mediante renovação e financiamento compartilhado, com participação da União proporcional às necessidades dos entes federados, visando a reduzir a evasão escolar e o tempo médio de deslocamento a partir de cada situação local.
- 9) Adotar modelos alternativos de atendimento escolar para a população do campo que considerem tanto as especificidades locais quanto as boas práticas nacionais e internacionais.
- 10) Ampliar a oferta e o acesso à rede mundial de computadores em banda larga de alta velocidade e triplicar, até o final da década, a relação computador/estudante nas escolas da rede pública de educação básica, promovendo a utilização pedagógica das tecnologias da informação e da comunicação.
- 11) Ampliar a oferta de equipamentos e recursos tecnológicos e digitais, em regime colaboração de entre União, Estado e Municípios, para a utilização pedagógica no ambiente escolar a todas as escolas públicas da educação básica, criando, inclusive, mecanismos para implementação das condições necessárias para a universalização das bibliotecas, nas instituições educacionais, com acesso as redes digitais de computadores, inclusive a internet.
- 12) Aderir aos parâmetros mínimos de qualidade dos serviços de educação básica, a serem utilizados como referência para a infraestrutura das escolas e para recursos pedagógicos, entre outros insumos relevantes, e como instrumento para adoção de medidas para a melhoria da qualidade do ensino, adequando à realidade do município.
- 13) Ampliar em colaboração com a União a informatização da Rede Municipal de Educação.
- 14) Garantir políticas de prevenção à violência na escola, inclusive pelo desenvolvimento de ações destinadas à capacitação de educadores para detecção dos sinais e de suas causas, como a violência doméstica e sexual, favorecendo a adoção das providências adequadas para promover a construção da cultura de paz e um ambiente escolar dotado de segurança para a comunidade.
- 15) Garantir nos currículos escolares conteúdos sobre a história e as culturas afro-brasileira, indígena, colonização europeia.
- 16) Mobilizar as famílias e setores da sociedade civil, com o propósito de que a educação seja assumida como responsabilidade de todos e de ampliar o controle social sobre o cumprimento das políticas públicas educacionais.
- 17) Promover a articulação dos programas da área da educação, de âmbito local e nacional, com os de outras áreas, como saúde, trabalho e emprego, assistência social, esporte e cultura, possibilitando a criação de rede de apoio integral às famílias, como condição para a melhoria da qualidade educacional.
- 18) Universalizar, mediante articulação entre os órgãos responsáveis pelas áreas da saúde e da educação, o atendimento aos estudantes da rede escolar pública de educação básica por meio de ações de prevenção, promoção e atenção à saúde.
- 19) Estabelecer ações efetivas especificamente voltadas para a promoção, prevenção, atenção e atendimento à saúde e à integridade física, mental e emocional dos profissionais da educação, como condição para a melhoria da qualidade educacional.
- 20) Aderir, com a colaboração técnica e financeira da União, em articulação com o sistema nacional de avaliação, o sistema estadual de avaliação da educação básica, com participação, por adesão, das redes municipais de ensino, para orientar as políticas públicas e as práticas pedagógicas, com o fornecimento das informações às escolas e à sociedade.
- 21) Estabelecer políticas de acompanhamento às escolas com relação ao desempenho no IDEB.
- 22) Orientar as políticas das redes e sistemas de ensino, de forma a buscar atingir as metas do IDEB, diminuindo a diferença entre as escolas com os menores índices e a média estadual, garantindo equidade da aprendizagem e reduzindo pela metade, até o último ano de vigência deste Plano, as diferenças entre as médias dos índices do Estado e dos Municípios.
- 23) Assegurar a todas as escolas públicas de educação básica acessibilidade física, bem como energia elétrica, abastecimento de água,

saneamento básico e manejo dos resíduos sólidos, garantindo aos estudantes, espaços para a prática esportiva, acesso a bens culturais e artísticos, equipamentos e laboratórios de ciências.

24) Institucionalizar programas e desenvolver metodologias para acompanhamento pedagógico, recuperação paralela e progressão, priorizando estudantes com rendimento escolar defasado.

25) Assegurar a renovação, manutenção e criação das bibliotecas com todos os materiais e infraestrutura necessária à boa aprendizagem dos estudantes, inclusive biblioteca virtual com equipamentos, espaços, acervos bibliográficos, bem como profissionais especializados e capacitados para a formação de leitores.

26) Reconhecer as práticas culturais e sociais dos estudantes e da comunidade local, como dimensões formadoras, articuladas à educação, nos projetos políticos-pedagógico e no Plano de Desenvolvimento Institucional, na organização e gestão dos currículos, nas instâncias de participação das escolas e na produção cotidiana da cultura e do trabalho escolar.

27) Apoiar, técnica e financeiramente, a gestão escolar mediante transferência direta de recursos financeiros à escola, garantindo a participação da comunidade escolar no planejamento e na aplicação dos recursos, visando à ampliação da transparência e ao efetivo desenvolvimento da gestão democrática.

2.8 META 08

Elevar a escolaridade média das populações de 18 (dezoito) a 29 (vinte e nove) anos de idade, de modo a alcançar, no mínimo, 12 (doze) anos de estudo no último ano de vigência deste Plano.

ESTRATÉGIAS:

1) Institucionalizar programas e desenvolver tecnologias para correção de fluxo, para acompanhamento pedagógico individualizado e para recuperação e progressão parcial, priorizando estudantes com rendimento escolar defasado, atendendo as especificidades dos segmentos populacionais aqui considerados.

2) Implementar programas de educação de jovens e adultos para os segmentos populacionais aqui considerados, que estejam fora da escola e com defasagem idade-série, associados a outras estratégias que garantam a continuidade da escolarização, após a alfabetização inicial, sendo uma delas a parceria com as empresas do município.

3) Incentivo logístico para que o estado possa oferecer este programa.

4) Promover entre órgãos governamentais, de forma Inter setorial, o acompanhamento e o monitoramento do acesso à escola, específico para os segmentos populacionais considerados nesta meta, identificando motivos de absenteísmo e colaborando com os Municípios para a garantia de frequência e apoio a aprendizagem, de maneira a estimular a ampliação do atendimento desses estudantes na rede pública regular de ensino.

5) Promover o envolvimento de órgãos governamentais, de forma Inter setorial, na busca ativa de jovens fora da escola, pertencentes aos segmentos populacionais aqui considerados (Conselho Tutelar, Assistência Social, Ministério Público).

6) Efetivar políticas de educação do campo que garantam a universalização da educação básica com acesso e permanência no próprio campo.

7) Fomentar a produção de material didático, bem como o desenvolvimento de currículos, conteúdos e metodologias específicas para o desenvolvimento da educação da população considerada nessa meta.

2.9 META 09

Elevar a taxa de alfabetização da população com 15 (quinze) anos ou mais de idade para 98% (noventa e oito por cento) até 2017 e, até o final da vigência deste Plano, reduzir em 75% (setenta e cinco por cento) a taxa de analfabetismo funcional.

ESTRATÉGIAS:

1) Colaborar com os programas de jovens e adultos através de convenio com o estado, fornecendo profissionais e condições mínimas de funcionamento.

2) Realizar campanhas para identificar a demanda por educação de jovens e adultos e matriculas a retornarem em sala de aula.

3) Apoiar, logisticamente, projetos inovadores na educação de jovens e adultos, que visem ao desenvolvimento de modelos adequados às necessidades específicas desses estudantes.

4) Estabelecer mecanismos e incentivos que integrem os segmentos empregadores, públicos e privados, e os sistemas de ensino, para promover a compatibilização da jornada de trabalho dos empregados com a oferta das ações de alfabetização e de educação de jovens e adultos.

5) Colaborar com programas de capacitação tecnológica da população de jovens e adultos, direcionados para os segmentos com baixos níveis de escolarização formal.

6) Colaborar com reprodução de materiais didáticos e fornecimento de materiais de expediente a fim de garantir educação de qualidade.

7) Favorecer o acesso a tecnologias educacionais e atividades recreativas, culturais e esportivas, à implementação de programas de valorização e compartilhamento dos conhecimentos e experiência dos idosos e à inclusão dos temas do envelhecimento e da velhice nas escolas.

8) Criar programa de atendimento domiciliar para erradicar o analfabetismo entre a população de maior idade.

2.10 META 10

Participar em regime de colaboração na Educação de Jovens e Adultos, integrada a Educação Profissional.

ESTRATÉGIAS:

1) Contribuir com transporte escolar, espaço adequado fornecimento de material didático, pedagógico, humano na concretização de programas voltados a educação profissional de jovens e adultos oferecidos pelo estado ou pela união.

2.11 Meta 11

Participar em regime de colaboração com estado e união, na formação profissional técnica de nível médio.

ESTRATÉGIAS:

1) Ofertar apoio através do transporte escolar, espaço físico e humano para concretizar a formação técnica profissional aos alunos do ensino médio.

2.12 META 12

Participar em forma de colaboração, para elevar a porcentagem na formação superior entre jovens de 18 (dezoito) a 24 (vinte quatro) anos de idade.

ESTRATÉGIAS:

1) Manter em colaboração com a união e o estado o funcionamento de cursos superiores voltados à necessidade de licenciatura e demanda profissional do município e região.

2) Contribuir com acedência de espaço físico acessível, transporte e profissionais para coordenação de cursos superiores de interesse do município.

3) Mapear a demanda e fomentar a oferta de educação superior pública e gratuita prioritariamente para a formação de professores, para atender ao déficit de profissionais em todas as áreas de conhecimento e modalidades da educação básica.

4) Participar das despesas de transporte escolar dos alunos do ensino superior que buscam cursos fora do município, de acordo com a lei Nº 2.570/2013 de 13/09/2013.

5) Conveniar com assistência de ensino superior estágio obrigatório aos formandos de licenciatura.

2.13 META 13

Estimular a formação acadêmica e especialização dos professores de educação básica para que até o final de vigência deste Plano 95 % (noventa e cinco por cento) dos professores tenham formação na área.

ESTRATÉGIAS:

1) Conveniar em regime de colaboração entre União ou Estado, curso superior para atender a demanda de formação de profissionais da Educação.

2) Favorecer a prática de estágio obrigatório supervisionado aos formandos do curso de Licenciatura.

3) Assegurar a todos os profissionais da educação básica formação continuada em serviços, e sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualizações dos respectivos sistemas de ensino.

4) Estimular os profissionais da educação básica a se especializarem na área de atuação.

5) Contribuir financeiramente conforme previsto no estatuto do servidor público do Município para a formação especializada dos profissionais da educação na área de atuação.

2.14 META 14

Criar ate o segundo ano de vigência deste Plano, Programa de Educação Continuada a todos os profissionais da rede Municipal de Ensino, de acordo com sua aérea de atuação.

ESTRATÉGIAS:

1) Fazer anualmente levantamento das coerências na atuação didática e pedagógica para formular plano de capacitação e/ou atualização para o período.

2) Destinar um profissional da Secretaria Municipal da Educação para gerenciar as capacitações.

3) Oferecer anualmente, através da Secretaria Municipal da Educação, pelo menos 40 (quarenta) horas de curso a todos os profissionais da educação.

4) Exigir que cada profissional da educação faça pelo menos 20 (vinte) horas de capacitação anual por iniciativa própria.

2.15 META 15

Reformular no primeiro ano de vigência deste Plano o Plano de Carreira do Magistério Público Municipal, tendo como referencia a lei do piso Nacional, garantindo 1/3 h/a e a diferença entre níveis.

ESTRATÉGIAS:

1) Proporcionar condições de trabalho, valorização dos profissionais da educação e concretização das politicas de formação, como forma de garantia da qualidade na educação.

2) Assegurar a realização periódica de concurso público para provimento de vagas, comprovadamente, excedentes e permanentes.

3) O servidor em estágio probatório devera ser avaliado pela equipe de avaliação do Estagio acompanhada pelo seu superior imediato (Diretor, Coordenador de Centro Educação Infantil).

4) Atualizar periodicamente ou quando houver necessidade o Plano de Carreira.

5) O profissional da educação que receber ajuda de incentivo para mestrado e doutorado, deverá desenvolver um projeto no Município ou atuar na sua área de formação durante um tempo equivalente ao recurso investido.

2.16 META 16

Garantir a formação de conselhos destinados a deliberar, normatizar, acompanhar e emitir pareceres nas diferentes instâncias da Educação Básica.

ESTRATÉGIAS:

1) Articular com o conselho municipal de educação legislação e normas para o funcionamento da educação básica na rede municipal de ensino.

- 2) Reunir periodicamente o conselho do FUNDEB para analisar o cumprimento das metas constitucionais e traçar planos de ações para educação básica.
- 3) Manter ativo o conselho da alimentação escolar para analisar, fiscalizar e avaliar a aquisição, preparo e fornecimento da merenda escolar.
- 4) Assegurar a participação dos diferentes segmentos da comunidade escolar na formação dos conselhos.
- 5) Capacitar os membros dos conselhos para que possam desempenhar suas funções com conhecimento de causa.
- 6) Estimular, em todas as redes de educação básica, a constituição e o fortalecimento de grêmios estudantis e associações de pais, assegurando-se lhes, inclusive, espaços adequados e condições de funcionamento nas escolas e fomentando a sua articulação orgânica com os conselhos escolares, por meio das respectivas representações.
- 7) Garantir a participação efetiva da comunidade escolar e local na formulação e acompanhamento dos projetos políticos-pedagógicos, currículos escolares, planos de gestão escolar e regimentos escolares, possibilitando as condições objetivas necessárias à operacionalização desta participação.
- 8) Garantir, em regime de colaboração, programa de formação continuada para gestores das escolas públicas.
- 9) Criar comissões de acompanhamento do Plano de Ações Articuladas (PAR), para monitorar e dar visibilidade às ações planejadas em suas respectivas esferas.
- 10) Implantar avaliação institucional com a participação efetiva da comunidade escolar incorporando os resultados no Plano de Desenvolvimento da Escola, no Projeto Político Pedagógico e no Plano de Gestão.
- 11) Definir critérios técnicos para o provimento dos cargos comissionados, objetivando chegar ao mínimo necessário e que estes sejam ocupados por profissionais habilitados na área da educação.
- 12) Criar, até o 3º ano de vigência desse Plano, mecanismo democrático para escolha de diretores de escolas e coordenadores de centros de educação infantil.

2.17 META 17

Aplicar 25% (vinte e cinco por cento) da arrecadação Municipal na Educação Básica.

ESTRATÉGIAS:

- 1) Fortalecer os mecanismos e os instrumentos que assegurem, nos termos do Parágrafo Único, do Art. 48, da Lei Complementar nº 101/2000, com a redação dada pela Lei Complementar nº 131/2009, a transparência e o controle social na utilização dos recursos públicos aplicados em educação, especialmente a realização de audiências públicas, a criação de portais eletrônicos de transparência e a capacitação dos membros de conselhos de acompanhamento e controle social do FUNDEB.
- 2) Desenvolver com o apoio da contabilidade da Prefeitura Municipal, estudos e acompanhamento regular dos investimentos e custos por estudantes da educação, em todos os níveis, etapas e modalidades.
- 3) Adotar o Custo Aluno Qualidade (CAQ) como indicador prioritário para o financiamento de todas as etapas e modalidades da educação básica.
- 4) Acompanhar a elaboração da Lei de Responsabilidade Educacional, a ser amplamente discutida com os diversos setores da sociedade, com os gestores da educação e com a comunidade educacional, sendo agente de implementação.
- 5) Buscar junto a União, a complementação de recursos financeiros quando o Município comprovadamente não atingir o valor Custo Aluno Qualidade inicial (CAQi) e, posteriormente, do CAQ.
- 6) Estabelecer, garantir e efetivar a articulação entre as metas deste Plano e demais instrumentos orçamentários do Município e os respectivos PPAs, LDOs, LOAs, em todos os níveis, modalidades de ensino.
- 7) Fortalecer os conselhos de acompanhamento e fiscalização dos recursos da educação.
- 8) Garantir a aplicação dos recursos financeiros que devem ser destinados à melhoria da qualidade e gratuidade do ensino, na formação e valorização do magistério, na organização escolar.
- 9) Garantir aplicação dos recursos destinados à manutenção reforma e construção de escolas públicas com infraestrutura adequada às etapas e modalidades de ensino.
- 10) Fixar um cronograma de recursos financeiros mensal para as escolas públicas municipais com finalidade de aquisição, manutenção e reparos do patrimônio permanente e materiais de expediente, bem como ampliar os valores dos recursos financeiros.

REFERÊNCIAS

- 1 – Constituição Federal
- 2 – Lei 9394/96 – Leis de Diretrizes Nacionais de Educação
- 3 – Lei 11.005/2014 – Plano Nacional de Educação
- 4 – Plano Estadual de educação
- 5 – Lei Orgânica do Município
- 6 – Educacenso – Censo Escolar 2014
- 7 – EducaCim – Sistema Educacional Consórcio Inter- Municipal Associação dos Municípios do Alto Vale do Itajaí
- 8 – Qedu – Qualidade Educacional – Instituto Leman
- 9 – IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- 10 – INEP – Instituto Nacional de Estatísticas e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

SIGLAS

- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INEP – Instituto Nacional de Estatísticas e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
C.E. – Centro Educacional
C.E.I. – Centro de Educação Infantil
IDEB – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
IPTU – Imposto Predial e Territorial Urbano
ITBI – Imposto Sobre Transmissão Inter Vivos

ISS - Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza
 IRRF - Imposto de Renda Retido na Fonte
 ITR - Imposto Territorial Rural
 FPM - Cota-parte, Fundo de participação dos Municípios
 ICMS - Cota-parte, Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
 LC - Lei CANDIR
 IPI - Cota-parte Imposto Sobre o Produto Industrializado-exportação
 ITR - Cota-parte Imposto Territorial Rural
 IPVA - Cota-parte Imposto Sobre Veículos Automotores
 PDDE - Programa Dinheiro Direto da Escola
 PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar
 PNATE - Programa Nacional de Transporte Escolar
 EducaCIM – Consórcio Inter municipal - Sistema Educacional
 LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação
 LDBEN – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
 FUCABEM – Fundação Catarinense de Bem Estar do Menor
 EJA – Educação de Jovens e Adultos
 APOIA – Aviso por Infrequência do Aluno
 ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio
 APAE – Associação de Pais e Amigos do Excepcional
 SAED – Serviço de Atendimento de Educação Especial
 UAB – Universidade Aberta do Brasil
 UDESC – Universidade do Estado de Santa Catarina
 UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina
 FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
 PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar
 PNATE – Programa Nacional de Transporte Escolar
 FUNDEB – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Básica
 CAQ – Custo Aluno Qualidade
 CAQI – Custo Aluno Qualidade Inicial
 PPA – Plano Pluri Anual
 LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias
 LOA – Lei Orçamentária Anual
 APP – Associação de Pais e Professores
 CACSFUNDEB – Conselho de Acompanhamento e Controle Social do Fundo Nacional de Educação Básica

LISTA DE INSCRIÇÕES

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADO-
 LESCENTE
 POUSO REDONDO – SC

RELAÇÃO DAS INSCRIÇÕES DEFERIDAS PARA O PROCESSO DE
 ESCOLHA DE CONSELHEIRO TUTELAR
 DE POUSO REDONDO/SC

Nome	Número da Inscrição
Adriana Aparecida Bento Farias	05
Adriane Giselle Baasch	03
Alvacir Pacheco	08
Daniela Tatiane Beatriz do Nascimento Lehmkuhl	07
Débora Palhano Bento	04
Elza Nichelatti	01
Luana Lopes de Souza	13
Rafael Alegri	06
Vilson Cesar da Luz	09
Volnei Debacher	11

Pouso Redondo, 17 de junho de 2015
 Jaqueline Kraemer
 Presidente do CMDCA

Presidente Castello Branco

PREFEITURA

CONTRATO NR. 100/2015

EXTRATO DE CONTRATO

Nr. 100/2015

CONTRATANTE:	MUNICÍPIO DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC
CONTRATADO:	ULISSES DONIZETE RAMOS
OBJETO:	Credenciamento de Leiloeiros Oficiais para elaboração, assessoria e realização de leilão para alienação de bens inservíveis de propriedade deste Município.
VIGÊNCIA:	15/06/2015 a 31/12/2015.

Rio do Sul

PREFEITURA

LEI 5.607

LEI Nº 5.607, de 09 de junho de 2015.

"INSTITUI O PROGRAMA MUNICIPAL DE INCENTIVO E APOIO AOS PRODUTORES RURAIS, AGRICULTORES FAMILIARES E APOSENTADOS RURAIS, E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito de Rio do Sul faz saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara de Vereadores decretou e eu sanciono a seguinte Lei;

Art. 1º-	Fica instituído o Programa Municipal de Incentivo e Apoio aos Produtores Rurais, Agricultores Familiares e Aposentados Rurais, com objetivo de incentivar o desenvolvimento das atividades agropecuárias, através de ações direcionadas e proporcionar, direta ou indiretamente, o aumento da renda familiar, a geração de empregos, o escoamento da produção e a melhoria da qualidade de vida.
	§ 1º- Para os efeitos desta Lei, considera-se produtor rural todo aquele que, no âmbito territorial do município, exercer atividade agropecuária, comprovada pela emissão de nota de produtor rural.
	§ 2º- Considera-se agricultor familiar, aquele detentor da Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP).
	§ 3º- Considera-se aposentado rural, aquele que apresenta declaração de benefício do Instituto do Seguro Social (INSS), onde conste a origem da aposentadoria.
Art. 2º-	O Poder Executivo Municipal, sem prejuízo de suas demais atribuições, possibilitará aos produtores rurais, agricultores familiares e aposentados rurais, manutenção das estradas e outros serviços relacionados as atividades agropecuárias, dentro de suas propriedades, respeitando os ditames conferidos na presente Lei.
	§ 1º- Para consecução dos serviços de que trata o caput deste artigo, o Poder Executivo Municipal disponibilizará a utilização das máquinas: motoniveladora, retroescavadeira, esteira, trator de pneus, caçamba, escavadeira hidráulica e implementos relacionados, além da cessão de carga transportada, condicionando à disponibilidade de pessoal e maquinário da Secretaria Municipal de Agricultura e com base na tabela de preços constante no Anexo I da presente Lei.
	§ 2º- O limite máximo para utilização dos serviços de motoniveladora, retroescavadeira, esteira, trator de pneus, caçamba, escavadeira hidráulica e implementos relacionados, bem como de carga transportada está previsto no Anexo II da presente Lei, sendo intransferível e não cumulativo.
	§ 3º- O pagamento dos serviços realizados deverá ser efetuado em até 30 dias, contados da data do término da prestação do referido serviço.
Art. 3º-	Os interessados em participar do programa instituído pela presente Lei, deverão realizar inscrição prévia junto a Secretaria Municipal de Agricultura, comprovando sua condição de produtor rural, agricultor familiar e/ou aposentado rural, acompanhado dos seguintes documentos:
	I - requerimento assinado pelo interessado, expondo e descrevendo os serviços solicitados, conforme modelo oferecido pela Secretaria Municipal de Agricultura;
	II - especificação das máquinas e/ou implementos a serem utilizados, bem como o valor estimado da quantidade de horas para prestação de cada um dos serviços;
	III - estimativa quanto a quantidade de revestimento primário (macadame/saibro), necessários para execução dos serviços.

	Parágrafo único - Para definir as estimativas constantes nos incisos II e III, a Secretaria Municipal de Agricultura disponibilizará técnico habilitado para orientar os requerentes.
Art. 4º-	Visando a economicidade, racionalização e celeridade dos serviços, os atendimentos serão realizados mediante prévia programação estabelecida por bairros e/ou localidades, fixada pela Secretaria Municipal de Agricultura, respeitando, sempre que possível, as ordens de inscrição.
	Parágrafo único - No acesso aos serviços mencionados no caput deste artigo, terão prioridade de atendimento os agricultores familiares e os aposentados rurais.
Art. 5º-	Serão concedidos, a título de incentivo para os agricultores familiares e aposentados rurais, descontos de 50% sobre os preços previstos no Anexo I da presente Lei.
	§ 1º- Os serviços somente serão realizados para aqueles que comprovadamente estão em dia com as obrigações fazendárias perante o município, bem como para aqueles que não demonstrem débitos pendentes perante a Secretaria Municipal de Agricultura.
	§ 2º- Os produtores rurais, detentores da nota de produtor rural, terão desconto de 20% sobre os serviços previstos no Anexo I da presente Lei.
	§ 3º- Aqueles produtores rurais, que não se enquadram no Pronaf para emissão da DAP e detentores de nota de produtor rural que comprovadamente demonstrarem ter emitido valor superior a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) nos últimos 12 meses, terão desconto de 35% sobre os preços previstos no Anexo I da presente Lei.
Art. 6º-	As máquinas e equipamentos sob responsabilidade das associações, conforme Termo de Cessão de Uso firmado com o município, terão de respeitar os mesmos critérios da Secretaria Municipal de Agricultura estabelecidos na presente Lei.
Art. 7º-	Compete ao Poder Executivo Municipal mediante publicação de Decreto, promover o reajuste dos valores mencionados no Anexo I da presente Lei, anualmente, sempre no mês de janeiro.
Art. 8º-	Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 9º-	Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Lei nº 4.178, de 17 de maio de 2005.

GABINETE DO PREFEITO

09 de junho de 2015.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

ANEXO I

DO VALOR DAS HORAS ESTABELECIDAS, DE QUE TRATA O ART. 2º, §1º

Tabela de Preços

Equipamento/Máquina/Material	Valor (R\$) à hora/km
Motoniveladora	R\$ 160,00/hora
Retroescavadeira	R\$ 100,00/hora
Esteira	R\$ 147,00/hora
Trator de Pneus	R\$ 90,00/hora
Escavadeira Hidráulica (PC)	R\$ 165,00/hora
Carga Transportada	R\$ 3,57/km

ANEXO II
DA QUANTIDADE DE HORAS, DE QUE TRATA O ART. 2º, § 2º
Limite das Horas de Maquinários

Equipamento/Máquina/Material	Quantidade de horas/km
Motoniveladora	15 horas
Retroescavadeira	15 horas
Esteira	15 horas
Trator de Pneus (será cobrado no mínimo de 01 hora de serviço)	Sem limite
Escavadeira Hidráulica (PC)	15 horas
Carga de macadame/saibro	5 cargas

LEI 5.609

LEI Nº 5.609, de 10 de junho de 2015.

"DISPÕE SOBRE A DISTRIBUIÇÃO DE PANFLETOS NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE RIO DO SUL".

O Prefeito de Rio do Sul faz saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara de Vereadores decretou e eu sanciono a seguinte Lei;

Art. 1º-	É proibida a distribuição de panfletos, prospectos ou qualquer tipo de propaganda de material impresso em veículos localizados em vias públicas.
	§1º- Considera-se panfleto publicitário toda e qualquer publicação para fins comerciais e institucionais.
	§2º- A distribuição de panfletos será restrita ao ambiente interno de instituições em geral, empresas, comércio e residências.
Art. 2º-	O descumprimento da presente Lei acarretará nas seguintes penalidades para as empresas ou pessoas físicas autoras dos materiais distribuídos:
	I - advertência;
	II - multa de 500UFM's, no caso de reincidência;
	III - suspensão do alvará de localização e funcionamento expedido pelo município, no caso de segunda reincidência.
Art. 3º-	Revogado
	§1º- Os recursos financeiros provenientes da arrecadação com as multas aplicadas nesta Lei serão destinados 50% à Guarda Municipal de Rio do Sul e 50% ao setor de Meio Ambiente da Prefeitura de Rio do Sul, ou Fundação do Meio Ambiente, que poderá utilizar tais verbas para campanhas publicitárias de conscientização e educação sobre a importância da limpeza urbana nesta cidade.
Art. 4º-	O Poder Executivo adotará todas as medidas necessárias para regulamentar a presente Lei, designando os órgãos responsáveis pela fiscalização e sua execução.
	Parágrafo único - Entre as ações de regulamentação, deverá haver a criação de um cadastro interno de controle informatizado das multas aplicadas e suas reincidências, observando os procedimentos previstos nesta Lei.
Art. 5º-	Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, cabendo ao Poder Executivo regulamentá-la no prazo de 60 dias.

GABINETE DO PREFEITO
10 de junho de 2015
GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO
Prefeito de Rio do Sul

Portaria Nº 0407/2015

PORTARIA Nº. 0407/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder Licença para Casamento, de acordo com o Inciso II do Art. 473, do Decreto-Lei nº. 5.452, de 01/05/1943 – Consolidação das Leis do Trabalho, à servidora contratada em caráter temporário no cargo de Professor, SUSANA MARIA FERREIRA, matrícula nº 110604-11, 15/06/2015 até 17/06/2015.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 15 de junho de 2015.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Vf

RESUMO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 036/2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS NR. 036/2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 036/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 027/2015

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 027/2015

INTERESSADO: CORPO DE BOMBEIROS DE RIO DO SUL

Aos dois (02) dias do mês de abril (04) do ano de dois mil e quinze (2015), na cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no prédio da Prefeitura, localizado na Praça 25 de Julho, Centro, o Município de Rio do Sul, devidamente representado e assistido, e a empresa JK Pneus Ltda., por seu representante legal, acordam proceder, nos termos do Decreto Municipal nº 4.646/2015 e, do edital de Pregão Presencial em epígrafe, ao Registro de Preços para aquisição de pneus com certificação do INMETRO para reposição nos veículos do Corpo de Bombeiros de Rio do Sul, conforme os itens abaixo discriminados:

Fornecedor: 317462 - JK PNEUS LTDA						
Item	Descrição	Un.	Marca	Qtde.	R\$ Un.	R\$ Total
14	Pneus novos	U	FIRESTONE	10	R\$550,45	R\$5.504,50
10	Pneu 275/80 R 22,5 16 lonas, radial, liso	U	FIRESTONE	10	R\$1.180,50	R\$11.805,00
6	Pneu 185/70 R14.	U	FIRESTONE	16	R\$214,21	R\$3.427,36
1	Pneus 1000x20 radial liso	U	FIRESTONE	16	R\$1.093,99	R\$17.503,84
Total do Fornecedor:						
R\$38.240,70						
Total Geral dos Itens:						
R\$38.240,70						

Fica declarado que o preço registrado na presente Ata é válido pelo prazo de 12 (doze) meses, contado da data de sua assinatura, ficando automaticamente prorrogado o prazo de validade da proposta apresentada na Licitação em epígrafe.

Nada mais havendo a ser declarado, foi encerrada a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelas partes.

Rio do Sul, 22 de abril de 2015.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO

Prefeito de Rio do Sul

TAISE DUARTE

Procuradora

RESUMO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 037/2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS NR. 037/2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 037/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 027/2015

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 027/2015

INTERESSADO: CORPO DE BOMBEIROS DE RIO DO SUL

Aos dois (02) dias do mês de abril (04) do ano de dois mil e quinze (2015), na cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no prédio da Prefeitura, localizado na Praça 25 de Julho, Centro, o Município de Rio do Sul, devidamente representado e assistido, e a empresa Auto Elite Ltda., por seu representante legal, acordam proceder, nos termos do Decreto Municipal nº 4.646/2015 e, do edital de Pregão Presencial em epígrafe, ao Registro de Preços para aquisição de pneus com certificação do INMETRO para reposição nos veículos do Corpo de Bombeiros de Rio do Sul, conforme os itens abaixo discriminados:

Fornecedor: 347876 - AUTO ELITE LTDA						
Item	Descrição	Un.	Marca	Qtde.	R\$ Un.	R\$ Total
5	Pneus novos 175/70 aro 14, sem camara.	U	CONTINENTAL	12	R\$205,00	R\$2.460,00
Total do Fornecedor:						
R\$2.460,00						
Total Geral dos Itens:						
R\$2.460,00						

Fica declarado que o preço registrado na presente Ata é válido pelo prazo de 12 (doze) meses, contado da data de sua assinatura, ficando automaticamente prorrogado o prazo de validade da proposta apresentada na Licitação em epígrafe.

Nada mais havendo a ser declarado, foi encerrada a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelas partes.

Rio do Sul, 22 de abril de 2015.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO

Prefeito de Rio do Sul

AMARILDO JOSÉ DUARTE

Procurador

RESUMO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 038/2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS NR. 038/2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 038/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 027/2015

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 027/2015

INTERESSADO: CORPO DE BOMBEIROS DE RIO DO SUL

Aos dois (02) dias do mês de abril (04) do ano de dois mil e quinze (2015), na cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no prédio da Prefeitura, localizado na Praça 25 de Julho, Centro, o Município de Rio do Sul, devidamente representado e assistido, e a empresa Cantu Comércio de Pneumáticos Ltda., por seu representante legal, acordam proceder, nos termos do Decreto Municipal nº 4.646/2015 e, do edital de Pregão Presencial em epígrafe, ao Registro de Preços para aquisição de pneus com certificação do INMETRO para reposição nos veículos do Corpo de Bombeiros de Rio do Sul, conforme os itens abaixo discriminados:

Fornecedor: 31532233 - CANTU COMÉRCIO DE PNEUMÁTICOS LTDA						
Item	Descrição	Un.	Marca	Qtde.	R\$ Un.	R\$ Total
13	Pneus novos.	U	KUMHO	18	R\$440,00	R\$7.920,00
12	Pneus novos.	U	KUMHO	14	R\$290,00	R\$4.060,00
11	Pneus novos.	U	AEOLUS	10	R\$265,00	R\$2.650,00
9	Pneu 275/80 R 22,5 16 lonas, radial, borrachudo.	U	AEOLUS	16	R\$1.225,00	R\$19.600,00
8	Pneu 235/75 R15	U	AEOLUS	10	R\$340,00	R\$3.400,00
7	Pneus 205/175R16 radial.	U	AEOLUS	10	R\$305,00	R\$3.050,00
4	Pneus novos 175x70 R13 sem camara.	U	CONTINENTAL	12	R\$146,00	R\$1.752,00
3	Pneu 165/70 R13, sem camara.	U	CONTINENTAL	12	R\$142,00	R\$1.704,00
2	Pneu 1000x20 borrachudo convencional.	U	CEAT	12	R\$1.055,00	R\$12.660,00
Total do Fornecedor:						
Total Geral dos Itens:						

Fica declarado que o preço registrado na presente Ata é válido pelo prazo de 12 (doze) meses, contado da data de sua assinatura, ficando automaticamente prorrogado o prazo de validade da proposta apresentada na Licitação em epígrafe.

Nada mais havendo a ser declarado, foi encerrada a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelas partes.

Rio do Sul, 22 de abril de 2015.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO

Prefeito de Rio do Sul

DOUGLAS CANSAN

Procurador

Rio dos Cedros

PREFEITURA

LEI COMPLEMENTAR Nº265, DE 03 DE JUNHO DE 2015. - ALTERA A LEI COMPLEMENTAR Nº 027, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2002, QUE INSTITUI O CÓDIGO TRIBUTÁRIO DO MUNICÍPIO DE RIO DOS CEDROS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LEI COMPLEMENTAR Nº265, DE 03 DE JUNHO DE 2015.

ALTERA A LEI COMPLEMENTAR Nº 027, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2002, QUE INSTITUI O CÓDIGO TRIBUTÁRIO DO MUNICÍPIO DE RIO DOS CEDROS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

FERNANDO TOMASELLI, Prefeito de Rio dos Cedros, Estado de Santa Catarina,
Faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Ordinária:

Art.1º. O item 03 do art.362, da Lei Complementar nº027, de 19 de dezembro de 2002, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art.362. (...)

ITEM	DISCRIMINAÇÃO	UFM DIA	UFM MÊS	UFM ANO
03	Atividade Eventual: Entidade promotora de evento de feiras ou similares de cunho comercial.	50,00		
	Para cada participante de feiras ou eventos de cunho comercial (Por feirante)	20,00		
	Circo, parques e similares;	1,00		
	Espectáculos e apresentações artísticas, musicais, esportivas, shows.	1,00		
	Espectáculos e apresentações artísticas, musicais, esportivas, shows, exposições, feiras e similares de cunho beneficente;	0,50		
		1,00		
	Carrinho de lanches, pipoca, picolé e similares;	1,00		
	Outras não incluídas nos itens acima			

Art.2º. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em sentido contrário, em especial a Lei Complementar nº254 de 05 de dezembro de 2014.

Rio dos Cedros/SC, 03 de Junho 2015.

FERNANDO TOMASELLI
Prefeito de Rio dos Cedros

A presente Lei Complementar foi devidamente registrada e publicada na forma regulamentar em 03 de Junho de 2015.

Margaret Silvia Gretter
Diretora de Gabinete

LEI COMPLEMENTAR Nº266, DE 17 DE JUNHO DE 2015. - ALTERA A LEI COMPLEMENTAR Nº 027, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2002, QUE INSTITUI O CÓDIGO TRIBUTÁRIO DO MUNICÍPIO DE RIO DOS CEDROS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LEI COMPLEMENTAR Nº266, DE 17 DE JUNHO DE 2015.

ALTERA A LEI COMPLEMENTAR Nº 027, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2002, QUE INSTITUI O CÓDIGO TRIBUTÁRIO DO MUNICÍPIO DE RIO DOS CEDROS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

FERNANDO TOMASELLI, Prefeito de Rio dos Cedros, Estado de Santa Catarina,
Faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Ordinária:

Art.1º. O item 06 do §1º do art.369, da Lei Complementar nº027, de 19 de dezembro de 2002, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art.369. [...]

§1º.

TAXA DE LICENÇA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS PARTICULARES		
ITEM	DISCRIMINAÇÃO	UFM
6	Certificado de vistoria de conclusão de obra: - De prédios novos, reformados e ampliados, por metro quadrado.	0,0200

Art.2º. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em sentido contrário, convalidados os atos até então praticados.

Rio dos Cedros/SC, 17 de Junho 2015.
FERNANDO TOMASELLI
Prefeito de Rio dos Cedros

A presente Lei Complementar foi devidamente registrada e publicada na forma regulamentar em 17 de Junho de 2015.
Margaret Silvia Gretter
Diretora de Gabinete

LEI ORDINÁRIA Nº1.862, DE 17 DE JUNHO DE 2015. - ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÕES

LEI ORDINÁRIA Nº1.862, DE 17 DE JUNHO DE 2015.
ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÕES

FERNANDO TOMASELLI, Prefeito Municipal de Rio dos Cedros, Estado de Santa Catarina,
Faço saber a todos os habitantes deste município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art.1º. Fica anulada no orçamento vigente, a dotação orçamentária a seguir demonstrada até o limite de:

Unidade Gestora: Prefeitura Municipal de Rio dos Cedros
04.001 – Serviços Urbanos
015.452.0030.2006 – Manutenção dos Serviços Urbanos
33900000000000 – Aplicações Diretas (1.000.000 – Rec. Ordinários) 13.000,00
Total 13.000,00

Art.2º. Com a soma da anulação do artigo anterior, fica suplementada a dotação orçamentária a seguir demonstrada até o limite de:

Unidade Gestora: Prefeitura Municipal de Rio dos Cedros
04.001 – Serviços Urbanos
015.452.0030.2047 – Revitalização do Centro da Cidade
44900000000000 – Aplicações Diretas (1.000.000 – Rec. Ordinários) 13.000,00
Total 13.000,00

Art.3º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Rio dos Cedros, 17 de Junho de 2015.
FERNANDO TOMASELLI
Prefeito de Rio dos Cedros

A presente Lei foi devidamente registrada e publicada na forma regulamentar em 17 de Junho de 2015.
MARGARET SILVIA GRETTTER
Diretora de Gabinete

LEI ORDINÁRIA Nº1.863, DE 17 DE JUNHO DE 2015 - PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE RIO DOS CEDROS**LEI ORDINÁRIA Nº1.863, DE 17 DE JUNHO DE 2015.**

“Institui o Plano Municipal de Educação do Município de Rio dos Cedros em consonância com a Lei nº 13.005/2014 que trata do Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências”.

FERNANDO TOMASELLI, Prefeito do Município de Rio dos Cedros/SC faço saber que a Câmara Municipal aprova e eu sanciono a seguinte Lei:

Artigo 1º - Fica aprovado o Plano Municipal de Educação, constante do documento anexo, com duração de dez anos.

Artigo 2º - A partir da vigência desta Lei, as Instituições educacionais públicas deverão, com base no Plano Municipal de Educação, elaborar seus Projetos Pedagógicos de acordo com os objetivos e metas estabelecidos.

Artigo 3º - O Município, em articulação com o Fórum Permanente de Educação e a sociedade civil, procederá a avaliações periódicas da implementação do Plano Municipal de Educação, através de Conferências Municipais de Educação que ocorrerão a cada cinco anos.

§ 1º - O Poder Legislativo Municipal, por intermédio das comissões de educação, acompanhará a execução do Plano Municipal de Educação.

§ 2º - A primeira avaliação realizar-se-á no quinto ano de vigência desta Lei, cabendo à Câmara Municipal aprovar as medidas legais decorrentes, com vistas à correção de deficiências e distorções.

Artigo 4º - O Município instituirá Sistema Municipal de Avaliação coordenado pela Secretaria Municipal de Educação que estabelecerá mecanismos necessários ao acompanhamento das metas constantes no Plano Municipal de Educação.

Artigo 5º - O Plano Plurianual (PPA) do Município será elaborado de modo a dar suporte às metas constantes no Plano Municipal de Educação.

Parágrafo Primeiro – Na forma como dispõe a Lei Nacional nº 12.858, de 9 de setembro de 2013, especialmente em seu artigo 2º, respectivos incisos e parágrafos, o Município de Rio dos Cedros, quando houver repasse das verbas de que trata mencionado dispositivo, efetuará a sua aplicação com a mesma destinação exclusiva ali prevista e nos mesmos percentuais.

Artigo 6º - Os Poderes, Executivo e Legislativo, do Município empenhar-se-ão na divulgação deste Plano e da progressiva realização de seus objetivos e metas, para que a sociedade o conheça amplamente sua implementação.

Artigo 7º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Rio dos Cedros, 17 de Junho de 2015.

FERNANDO TOMASELLI
Prefeito de Rio dos Cedros

A presente Lei foi devidamente registrada e publicada na forma regulamentar em 17 de Junho de 2015.

MARGARET SILVIA GRETTTER
Diretora de Gabinete

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DOS CEDROS
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**

**PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
2015 – 2024**



**PREFEITURA DE
RIO DOS CEDROS**

"A utopia está lá no horizonte. Aproximo-me dois passos, ela se afasta dois passos. Caminho dez passos e o horizonte corre dez passos. Por mais que eu caminhe, jamais alcançarei. Para que serve a utopia? Serve para isso: para que eu não deixe de caminhar."

Eduardo Galeano

**PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
2015 - 2024**



PREFEITURA DE RIO DOS CEDROS

2015 PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO RIO DOS CEDROS

Fernando Tomaselli
Prefeito Municipal

Marildo Domingos Felipi
Vice-Prefeito Municipal

Plauto Nercy Camargo Mendes
Secretário Municipal de Educação e
Secretario Executivo para Elaboração do PME

Giovana Borges de Lima Lenzi
Coordenadora para Sistematização do PME

COMISSÃO DE AVALIAÇÃO E REVISÃO DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Representante dos Conselhos Escolares

Titular: Karina Teresa Felipi Schramm.

Suplente: Marina Rosa Gica.

Representante do Conselho Municipal de Educação

Titular: Avalcir Bona

Suplente: Jaciele Bárbara da Veiga

Representante dos Professores Municipais

Titular: Marina Carla Bertoldi Bona

Suplente: Betânia Regina Agostini Culpa

Representante dos Professores Estaduais

Titular: Daniela Klitzke Busarello

Suplente: Lílian Menestrina Dorigatti

Representante dos Alunos

Titular: Carlos Andreazza

Suplente: Roseli Samagaia

Representante de Alunos do Ensino Superior

Titular: Jociane Miranda

Suplente: Roseane Bertram Klemz

Representante do Ensino de Jovens e Adultos

Titular: Jovenir Fagunda

Suplente: Denilsa Franco dos Santos

Representante do Conselho de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB

Titular: Joanita Odorizzi Grande

Suplente: Silmara da Silva

Representante da Câmara de Vereadores

Titular: Anilda Busarello Moser

Suplente: Cassio Luiz Berri

Representante do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

Titular: Marineusa Hoffmann

Suplente: Angela Aparecida Barbosa

GRUPOS DE TRABALHOS E PESQUISA:**EDUCAÇÃO INFANTIL**

Giovana Borges de Lima Lenzi

Rejane Nardelli

Roseana Bertram Klemz

Mirtes Diones Patricio Dalcanale

ENSINO FUNDAMENTAL: ANOS INICIAIS

Joanita Odorizzi Grande

Silmara Da Silva

ENSINO FUNDAMENTAL: ANOS FINAIS

Rafael Marcos Busarello

Daniela Klitzke Busarello

EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Giovana Borges De Lima Lenzi

EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Roseli Samagaia

Cláudia Mossmann

Jociane Miranda

Tania Marisa Jansen de Cordova

EDUCAÇÃO DO CAMPO

Joanita Odorizzi Grande

Silmara da Silva

**GESTÃO E VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DO
MAGISTÉRIO**

Plauto Nercy Camargo Mendes

Karina Teresa Felipi Schramm

RECURSOS E FINANÇAS

Edson André Lenzi

Plauto Nercy Camargo Mendes

Rejane Sommer

SISTEMATIZAÇÃO

Plauto Nercy Camargo Mendes

Avalcir Bona

APOIO TÉCNICO

Avalcir Bona

Silmara da Silva

Giovana Borges de Lima Lenzi

INSTITUIÇÕES QUE COMPÕEM O FÓRUM MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CME – CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CMDCA – CONSELHO MUNICIPAL DIREITO DA CRIANÇA E ADOLESCENTE
CMI – CÂMARA MUNICIPAL DE RIO DOS CEDROS
CONSELHO DO FUNDEB – FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA
SEMED – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

GRUPO GESTOR DO FÓRUM MUNICIPAL DE RIO DOS CEDROS– FMI

(Gestão fevereiro de 2014 a fevereiro de 2016)
Plauto Nercy Camargo Mendes – Coordenador
Giovana Borges de Lima – Coordenadora Adjunta
Lílian Menestrina Dorigatti – Secretária Adjunta
Avalcir Bona – Coordenador da Comissão de Mobilização e Divulgação
Plauto Nercy Camargo Mendes – Coordenador da Comissão de Monitoramento e Sistematização

SUMÁRIO

01. DIRETRIZES DO PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO – PNE	
.11	
02. OBJETIVOS DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – PME.....	
.12	
03. SITUAÇÃO DO MUNICÍPIO DE RIO DOS CEDROS.....	
.14	
04. ASPECTOS MERCADOLÓGICOS.....	
.24	
05. ASPECTOS SOCIAIS.....	
.26	

06. DIAGNÓSTICO DA EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE RIO DOS CEDROS.....	.33
07. EDUCAÇÃO INFANTIL.....	.33
08. ENSINO FUNDAMENTAL.....	.38
09. ENSINO MÉDIO.....	.56
10. EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA EM CONSONÂNCIA PLANO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO.....	.61
11. EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTO.....	.68
12. EDUCAÇÃO ESCOLAR DO CAMPO.....	.72
13. EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA.....	.78
14. DIVERSIDADE E TEMAS SOCIAIS.....	.87
15. GESTÃO E VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO.....	.92
16. RECURSOS E GESTÃO FINANCEIRA.....	.98
17. AVALIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO.....	103
18. METAS E ESTRATÉGIAS DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE RIO DOS CEDROS.....	104
REFERÊNCIAS.....	160

LISTA DE SIGLAS

AEE – Atendimento Educacional Especializado

APAE – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais

CD – Conforme Diretrizes

CEB – Câmara de Educação Básica

CF – Constituição Federal

CMAS – Conselho Municipal de Assistência Social

CMDCA – Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

CME – Conselho Municipal de Educação

CNE – Conselho Nacional de Educação

COMMAM – Conselho Municipal do Meio Ambiente

DCNEDH – Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação em Direitos Humanos

DCNEI – Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Infantil

EF – Ensino Fundamental

EJA – Educação de Jovens e Adultos

FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

FUNDEB – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDEB – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica

IES – Instituição de Ensino Superior

CAQi – Custo Aluno Qualidade Inicial.

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

LDB – Lei de Diretrizes e Bases

LDBEN – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

LIBRAS – Língua Brasileira de Sinais

SC – Estado de Santa Catarina

MEC – Ministério da Educação

OMS – Organização Mundial da Saúde

PAR – Plano de Ações Articuladas

PDDE – Programa Dinheiro Direto na Escola

PETI – Programa de Erradicação do Trabalho Infantil

PIB – Produto Interno Bruto

PME – Plano Municipal de Educação

PNAD – Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílio

PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar

PNE – Plano Nacional de Educação

PPP – Projeto Político Pedagógico

PROINFÂNCIA – Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pública de Educação Infantil

PRONATEC – Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego

RCNEI – Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil

SAEB – Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica

SEMED – Secretaria Municipal de Educação

SEMUS – Secretaria Municipal de Saúde

SENAC – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial

SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

SISVAN – Sistema de Vigilância Alimentar Nutricional

SPE – Saúde e Prevenção na Escola

UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina

FURB – Unidade Regional de Blumenau

1. DIRETRIZES DO PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO – (PNE LEI Nº 13.005, DE 25 JUNHO DE 2014.)

Conforme a Lei as Diretrizes aprovadas

Art. 1º (...) É aprovado o Plano Nacional de Educação - PNE, com vigência por 10 (dez) anos, a contar da publicação desta Lei, na forma do Anexo, com vistas ao cumprimento do disposto no art. 214 da Constituição Federal.

Art. 2º São diretrizes do PNE:

I - erradicação do analfabetismo;

II - universalização do atendimento escolar;

III - superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação;

IV - melhoria da qualidade da educação;

V - formação para o trabalho e para a cidadania, com ênfase nos valores morais e éticos em que se fundamenta a sociedade;

VI - promoção do princípio da gestão democrática da educação pública;

VII - promoção humanística, científica, cultural e tecnológica do País;

VIII - estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do Produto Interno Bruto - PIB, que assegure atendimento às necessidades de expansão, com padrão de qualidade e equidade;

IX - valorização dos profissionais da educação;

X - promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade e a sustentabilidade socioambiental.

2. OBJETIVOS DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – PME

I. Garantir às crianças, à juventude e a pessoas adultas e idosas, condições de acesso e permanência com qualidade de ensino nas etapas e modalidades da Educação Infantil e do Ensino Fundamental;

- II. Melhorar a qualidade da educação, especialmente da Rede Municipal de Ensino, investindo-se prioritariamente na formação continuada dos educadores e educadoras;
- III. Assegurar a efetiva aprendizagem dos estudantes envolvendo o domínio dos aspectos sócio-cognitivo-afetivo e cultural; e dos instrumentos culturais e científicos;
- IV. Promover a atuação de uma gestão escolar democrática e participativa;
- V. Fortalecer uma proposta curricular unificada para toda a rede de ensino, adequando o currículo escolar às especificidades locais, contemplando novos paradigmas e saberes da sociedade atual;
- VI. Efetivar ações continuadas em prol do desenvolvimento equilibrado para uma sociedade sustentável e saudável;
- VII. Valorizar o profissional da educação da Rede Municipal de Ensino, investindo na sua formação continuada, com melhoria nas condições de serviço e salário;
- VIII. Estreitar o relacionamento entre escola e família, mediante aprimoramento de mecanismos de participação e envolvimento nas ações curriculares da escola;
- IX. Valorizar a educação do campo com incentivos de melhoria do acesso e permanência na escola, favorecendo oportunidades de ascensão social no próprio meio;
- X. Fortalecer, na Secretaria Municipal de Educação, setor ou equipe técnica especializada e multidisciplinar, que trabalha com a diversidade, com o objetivo de realizar, acompanhar, avaliar e monitorar as atividades referentes à educação em direitos humanos, à educação para as relações Étnico-Raciais, para as relações de gênero, identidade de gênero e diversidade sexual, educação ambiental, educação fiscal, cultura na escola, fortalecendo parcerias entre organismos públicos, não governamentais e com os movimentos sociais (direitos humanos, ecológicos, justiça fiscal, negros, de mulheres, feministas, tendo como meta alcançar uma educação não discriminatória;
- XI. Assegurar o atendimento escolar aos estudantes público-alvo da Educação Especial desde a Educação Infantil até o Ensino Médio, inclusive a Educação de Jovens Adultos, respeitando as suas necessidades e especificidades, considerando a responsabilidade de cada ente federado.

3. SITUAÇÃO DO MUNICÍPIO DE RIO DOS CEDROS

3.1 Aspectos Gerais do Município

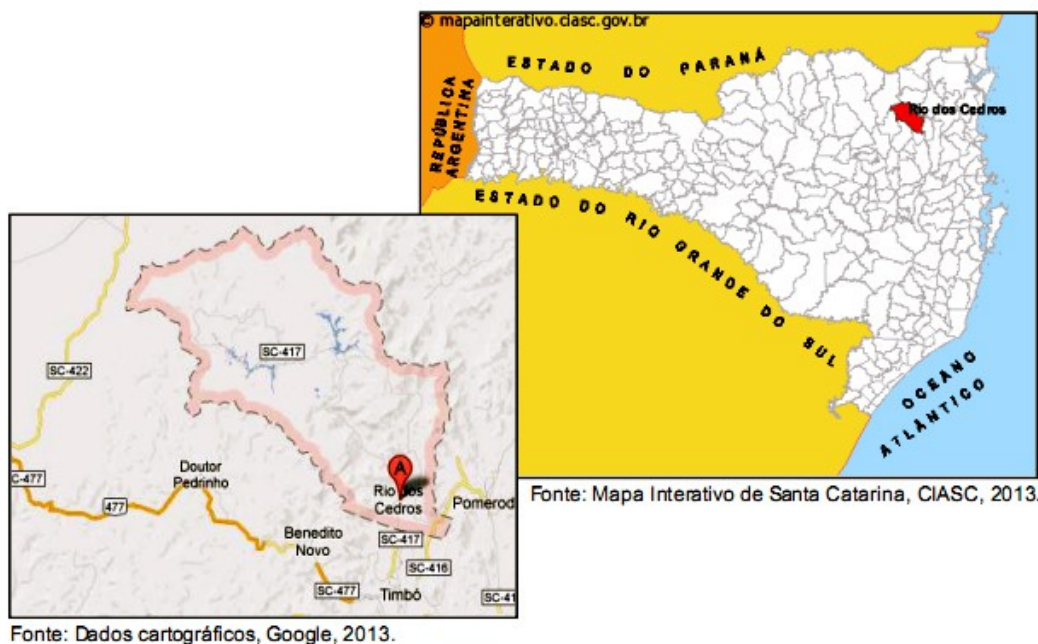
A História do município de Rio dos Cedros começa em 1875, com a chegada dos primeiros imigrantes italianos, vindos da região de Trento, no norte da Itália. Tornou-se distrito de Timbó em 1938 e emancipou-se em 1961, mantendo o nome que homenageia o cedro, árvore muito comum na localidade à época da colonização.

Quadro 01 – Aspectos gerais e históricos do município de Rio dos Cedros

Aspectos Gerais e Históricos	
Localização – Mesorregião IBGE	Vale do Itajaí
Coordenadoria Regional do SEBRAE/SC	Vale do Itajaí
Associação dos Municípios	AMMVI – Associação dos Municípios do Médio vale do Itajaí
Secretaria de Desenvolvimento Regional de SC	SDR - Timbó
Área Territorial (km ²)	556
Distância da Capital (km)	159
Altitude (metros)	85
População Total em 2010	10.284
Densidade Demográfica	18,51
Data de Fundação	19/12/1961
Colonização	Italiana e Austríaca
Gentílico	Riocedrense
Número de Eleitores	7.495

Fontes: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2012 – Governo do Estado de Santa Catarina, Secretaria de Estado do Planejamento, 2012. – Unidade de Gestão Estratégica do SEBRAE/SC (UGE), Estrutura Organizacional das Coordenadorias Regionais – Federação Catarinense de Municípios (FECAM) – Santa Catarina Turismo S/A (SANTUR).

Figura 01 - Mapas do Município de Rio dos Cedros – SC.



3.2 Aspectos Popacionais

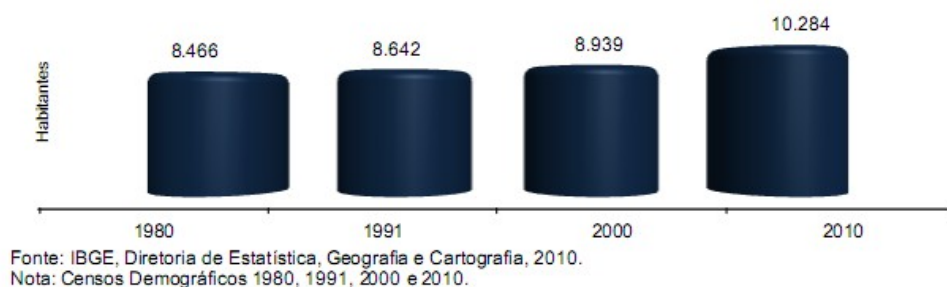
No decorrer desta seção, são apresentados dados populacionais de Rio dos Cedros, como a evolução populacional, taxa média de crescimento, população economicamente ativa, densidade demográfica e sua distribuição segundo gênero, localização e faixa etária.

3.3 População Total

A população de Rio dos Cedros apresentou, no ano de 2010, crescimento de 15,05% desde o Censo Demográfico realizado em 2000. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2010 a população da cidade alcançou 10.284 habitantes, o equivalente a 0,16% da população do Estado.

O gráfico a seguir demonstra a evolução populacional do município nos últimos Censos.

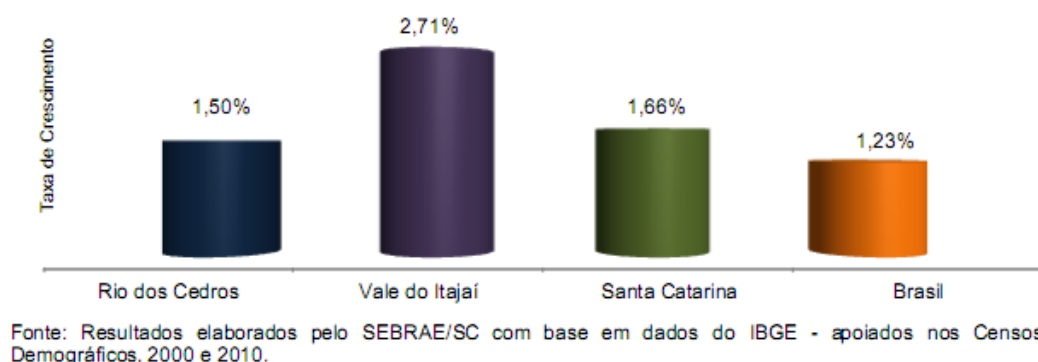
Gráfico 01 – População Total de Rio dos Cedros, no período de 1980 a 2010



3.4 Taxa Média Anual De Crescimento Da População

O comparativo dos dados dos Censos Demográficos do IBGE demonstrou que Rio dos Cedros apresentou, entre 2000 e 2010, uma taxa média de crescimento populacional da ordem de 1,5% ao ano, conforme gráfico a seguir.

Gráfico 02 – Taxa de crescimento médio anual da população, segundo Rio dos Cedros, Região do Vale do Itajaí, Santa Catarina, no período de 2000 a 2010



3.5 Densidade Demográfica

Baseado no Censo Populacional (IBGE) de 2010, Rio dos Cedros possuía uma densidade demográfica 18,5 hab./km², conforme demonstra o gráfico a seguir.

Gráfico 03 – Densidade demográfica de Rio dos Cedros, no período 1980 a 2010



3.6 Distribuições Popacionais Segundo o Gênero e Localização

A distribuição populacional por gênero, segundo dados do IBGE extraídos do Censo Populacional 2010, apontam que, no município, os homens representavam 51,23% da população e as mulheres, 48,77%. A tabela e o gráfico a seguir apresentam a evolução dos dados populacionais do município, segundo gênero e localização do domicílio.

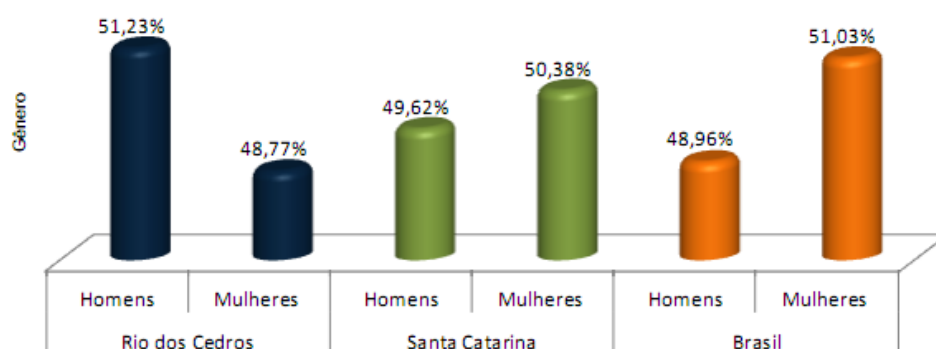
Tabela 01 – Participação da população residente por localização do domicílio e gênero, em Rio dos Cedros 1980 a 2010.

Ano	Gênero		Localidade	
	Homens	Mulheres	Urbana	Rural
1980	4.335	4.131	1.869	6.597
1991	4.442	4.200	2.504	6.138
2000	4.592	4.347	3.758	5.181
2010	5.268	5.016	5.110	5.174

Fonte: IBGE, Diretoria de Estatística, Geografia e Cartografia, 2010.

Nota: Censos Demográficos 1980, 1991, 2000 e 2010.

Gráfico 04 – Participação relativa da população por gênero em Rio dos Cedros, Santa Catarina e Brasil, em 2010.



Fonte: Resultados elaborados pelo SEBRAE/SC com base em dados do IBGE, 2010.

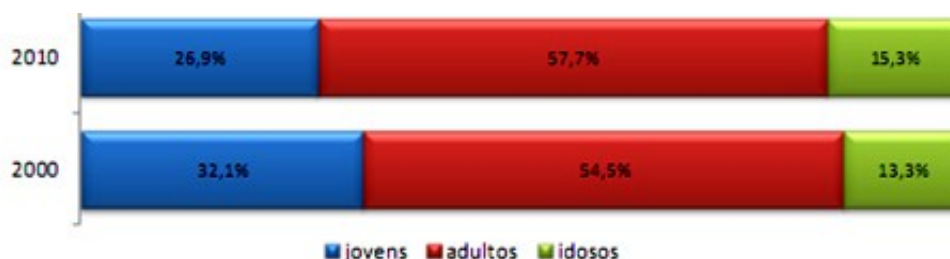
Conforme aponta o gráfico anterior, em 2010, o número de mulheres do município estava abaixo da média estadual em 1,61% e o de homens, 1,61% acima.

3.7 Faixa Etária Da População

A estrutura etária de uma população, habitualmente, é dividida em três faixas: os jovens, que compreendem do nascimento até 19 anos; os adultos, dos 20 anos até 59 anos; e os idosos, dos 60 anos em diante. Segundo esta organização, no município, em 2010, os jovens representavam 26,9% da população, os adultos 57,7% e os idosos 15,3%.

O gráfico a seguir apresenta a evolução das três faixas etárias, sendo que a maior variação é atribuída aos jovens, entre os anos de 2000 e 2010.

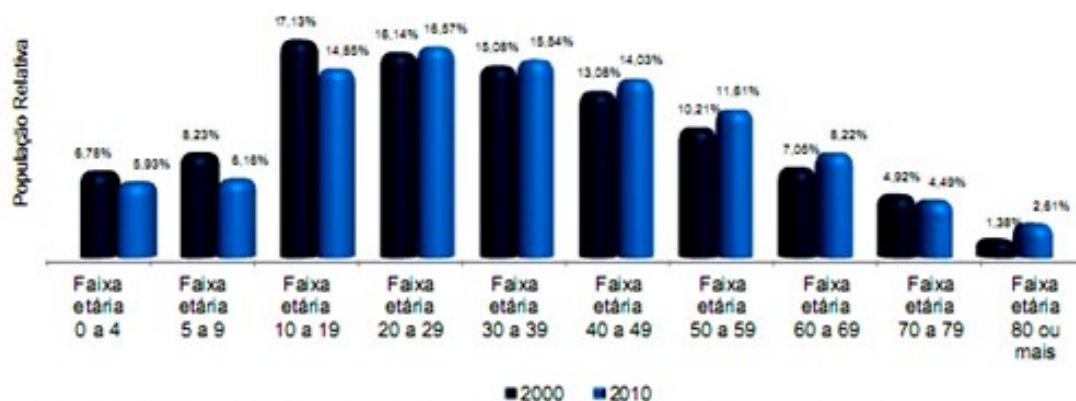
Gráfico 05 – Evolução da distribuição relativa por faixa etária da população em Rio dos Cedros, em 2000 e 2010.



Fonte: Resultados elaborados pelo SEBRAE/SC com base em dados do IBGE, 2000 e 2010.

Ao detalhar as faixas etárias, é possível verificar, através do gráfico abaixo, a evolução da distribuição relativa entre os anos de 2000 e 2010.

Gráfico 06 – Distribuição relativa da faixa etária da população em Rio dos Cedros, em 2000 e 2010.



Fonte: Resultados elaborados pelo SEBRAE/SC com base em dados do IBGE, 2000 e 2010.

3.8 População

Entre 2000 e 2010, a população de Rio dos Cedros teve uma taxa média de crescimento anual de 1,41%. Na década anterior, de 1991 a 2000, a taxa média de crescimento anual foi de 0,80%. No Estado, estas taxas foram de 1,02% entre 2000 e 2010 e 1,02% entre 1991 e 2000.

No país, foram de 1,01% entre 2000 e 2010 e 1,02% entre 1991 e 2000. Nas últimas duas décadas, a taxa de urbanização cresceu 65,08%. (Tabela 2)

Tabela 02 - Taxa de Urbanização
~~População Total, por Gênero, Rural/Urba e Taxa de Urbanização - Rio dos Cedros - SC~~

População	População (1991)	% do Total (1991)	População (2000)	% do Total (2000)	População (2010)	% do Total (2010)
População total	8.319	100,00	8.939	100,00	10.284	100,00
População residente masculina	4.284	51,50	4.592	51,37	5.268	51,23
População residente feminina	4.035	48,50	4.347	48,63	5.016	48,77
População urbana	2.504	30,10	3.758	42,04	5.110	49,69
População rural	5.815	69,90	5.181	57,96	5.174	50,31
Taxa de Urbanização	-	30,10	-	42,04	-	49,69

Fonte: Pnud, Ipea e FJP

3.9 Estruturas Etárias

Entre 2000 e 2010, a razão de dependência de Rio dos Cedros passou de 49,46% para 42,24% e a taxa de envelhecimento evoluiu de 9,13% para 10,68%. Entre 1991 e 2000, a razão de dependência foi de 55,91% para 49,46%, enquanto a taxa de envelhecimento evoluiu de 8,08% para 9,13%.

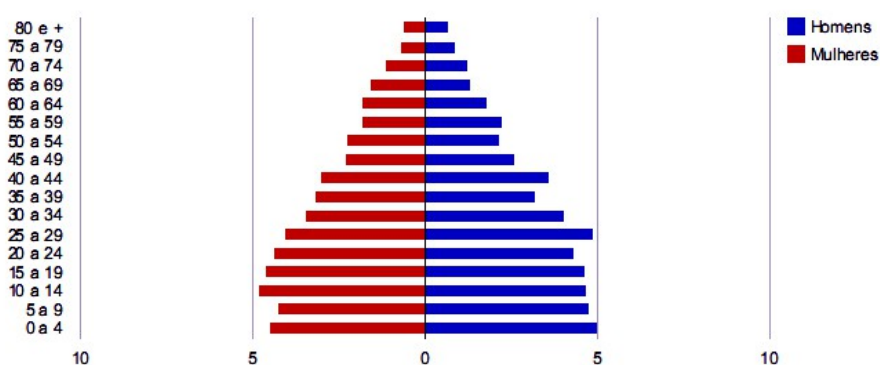
A razão de dependência é o percentual da população de menos de 15 anos e da população de 65 anos e mais (população dependente), em relação à população de 15 a 64 anos (população potencialmente ativa). Em contrapartida define-se taxa de envelhecimento a Razão entre a população de 65 anos ou mais de idade em relação à população total. (Tabela 3) Taxa de envelhecimento.

Tabela 03 – Estrutura Etária da População - Rio dos Cedros – SC.

Estrutura Etária	População (1991)	% do Total (1991)	População (2000)	% do Total (2000)	População (2010)	% do Total (2010)
Menos de 15 anos	2.311	27,78	2.420	27,07	1.956	19,02
15 a 64 anos	5.336	64,14	5.703	63,80	7.230	70,30
População de 65 anos ou mais	672	8,08	816	9,13	1.098	10,68
Razão de dependência	55,91	0,67	49,46	0,55	42,24	0,41
Taxa de envelhecimento	-	8,08	-	9,13	-	10,68

Fonte: Pnud, Ipea e FJP

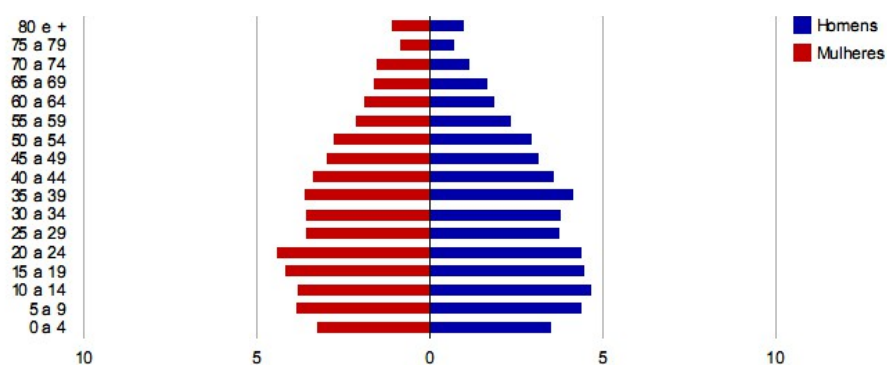
Gráfico 07 – Pirâmide etária – Rio dos Cedros – SC, Distribuição por sexo, segundo os grupos de idade – 1991.



Fonte: Pnud, Ipea e FJP.

0

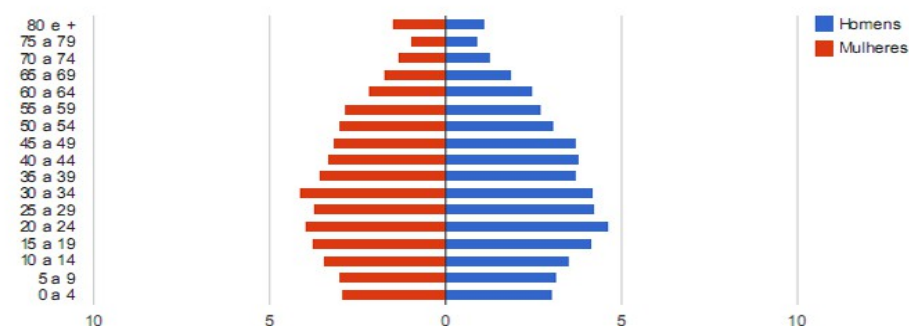
os grupos de idade – 2000.



Fonte: Pnud, Ipea e FJP.

0

os grupos de idade – 2010.



Fonte: Pnud, Ipea e FJP.

3.10 Longevidade, Mortalidade E Fecundidade

A mortalidade infantil (mortalidade de crianças com menos de um ano) em Rio dos Cedros reduziu 28%, passando de 19,6 por mil nascidos vivos em 2000 para 14,1 por mil nascidos vivos em 2010. Segundo os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio das Nações Unidas, a mortalidade infantil para o Brasil deve estar abaixo de 17,9 óbitos por mil em 2015. Em 2010, as taxas de mortalidade infantil do Estado e do País eram 11,5 e 16,7 por mil nascidos vivos, respectivamente.

Longevidade, Mortalidade e Fecundidade - Rio dos Cedros - SC

Tabela 04 – Longevidade, Mortalidade e Fecundidade – Rio dos Cedros – SC.			
	1991	2000	2010
Mortalidade até 1 ano de idade (por mil nascidos vivos)	30,0	19,6	14,1
Mortalidade até 5 anos de idade (por mil nascidos vivos)	34,7	22,6	16,5
Taxa de fecundidade total (filhos por mulher)	2,3	2,2	1,5

Fonte: Pnud, Ipea e FJP

A esperança de vida ao nascer é o indicador utilizado para compor a dimensão Longevidade do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM). Em Rio dos Cedros, a esperança de vida ao nascer aumentou 6,4 anos nas últimas duas décadas, passando de 68,2 anos em 1991 para 73,8 anos em 2000, e para 74,6 anos em 2010. Em 2010, a esperança de vida ao nascer média para o estado é de 76,6 anos e, para o país, de 73,9 anos.

3.11 População Economicamente Ativa

Ainda relacionado à faixa etária da população, compete mencionar a questão da população economicamente ativa (PEA), que se caracteriza por abranger todos os indivíduos de um lugar que, em tese, estariam legalmente aptos ao trabalho, ou seja, todos os indivíduos ocupados e desempregados.

No Brasil, o IBGE calcula a PEA como o conjunto de pessoas que estão trabalhando ou procurando emprego. Apesar do trabalho de crianças ser ilegal no Brasil, o IBGE calcula a PEA considerando pessoas a partir dos 10 anos de idade, uma vez que a realidade no país, por vezes, mostra situações diferentes do que prega a lei.

O gráfico a seguir apresenta a PEA do município para os anos de 2000 e 2010, tomando por base a metodologia do IBGE.

Gráfico 10 – População economicamente ativa em Rio dos Cedros, em 2000 e 2010.



Fonte: IBGE, Diretoria de Estatística, Geografia e Cartografia, 2010

Conforme mostrado, no decorrer dos 10 anos entre os censos do IBGE de 2000 e 2010 ocorreu uma evolução positiva de 9,0% no percentual da população economicamente ativa, passando de 50,3% no ano 2000, para 59,3% em 2010.

4. ASPECTOS MERCADOLÓGICOS

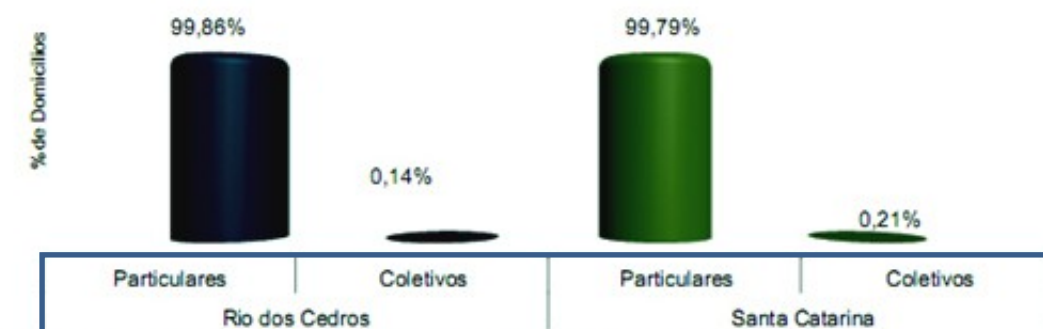
Esta seção apresenta uma visão geral do município sob o ponto de vista mercadológico. Neste tópico são apresentadas informações sobre os domicílios existentes, o consumo per capita anual e o Índice de Potencial de Consumo.

4.1 Números De Domicílios Particulares E Coletivos

Domicílio é considerado um local estruturalmente separado e independente que se destina a servir de habitação a uma ou mais pessoas, podendo ser particular ou coletivo. Neste aspecto, o município de Rio dos Cedros possuía, em 2010, 4.352 domicílios registrados, sendo 4.346 particulares e 6 coletivos.

O gráfico abaixo, apresenta a proporção relativa entre domicílios particulares e coletivos do município e do estado de Santa Catarina.

Gráfico 11 – Distribuição relativa de domicílios particulares e coletivos em Rio dos Cedros e Santa Catarina, em 2010.



Fonte: Resultados elaborados pelo SEBRAE/SC com base em dados do IBGE, 2010.

Importante ressaltar que, neste caso, os domicílios particulares, de acordo com o IBGE, são caracterizados quando o relacionamento entre seus ocupantes é ditado por laços de parentesco, de dependência doméstica ou por normas de convivência.

4.2 Domicílios Por Tipologia

Com base em dados do Censo Demográfico, em 2010, o município possuía 3.227 domicílios, deste total, eram 82,8% próprios, 11,4% alugados, 5,8% cedidos e nenhum em outra condição.

Vale denotar na tabela abaixo que, diferentemente da seção anterior, aqui são considerados apenas os domicílios particulares permanentes que, segundo o IBGE, são construídos para servir exclusivamente à habitação e que, na data de referência, tinham a finalidade de servir de moradia a uma ou mais pessoas.

Tabela 05 – Condição de ocupação dos domicílios de Rio dos Cedros, Região do Vale do Itajaí, Santa Catarina e Brasil, em 2010.

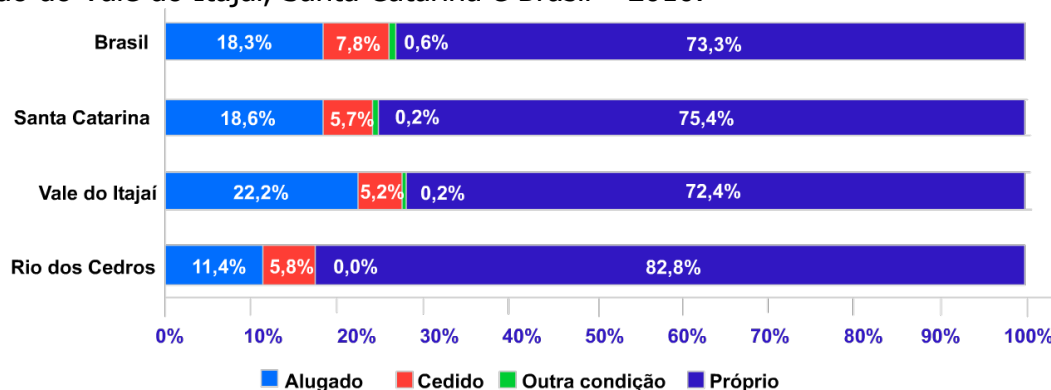
	Rio dos Cedros	Vale do Itajaí	Santa Catarina	Brasil
Alugado	11,4%	22,2%	18,6%	18,3%
Cedido	5,8%	5,2%	5,7%	7,8%
Outra condição	0,0%	0,2%	0,2%	0,6%
Próprio	82,8%	72,4%	75,4%	73,3%
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: IBGE, Diretoria de Estatística, Geografia e Cartografia, Censo Demográfico, 2010.

Nota: Dados referentes a domicílios particulares permanentes.

O gráfico a seguir ilustra comparativos da condição de ocupação dos domicílios no município, na Região, no Estado e no País.

Gráfico 12 – Condição de ocupação dos domicílios, segundo Rio dos Cedros, Região do Vale do Itajaí, Santa Catarina e Brasil – 2010.



Fonte: IBGE. Diretoria de Estatística Geografia e Cartografia. Censo Demográfico. 2010. Nota: Dados referente a domicílios particulares permanentes.

5. ASPECTOS SOCIAIS

Esta seção apresenta uma visão geral de Rio dos Cedros sob o ponto de vista de seus aspectos sociais. Deste modo, realizou-se um estudo do desempenho do município nos últimos anos, frente à evolução de seus

indicadores de desenvolvimento humano, suas ações no campo da saúde e da educação, além da segurança pública.

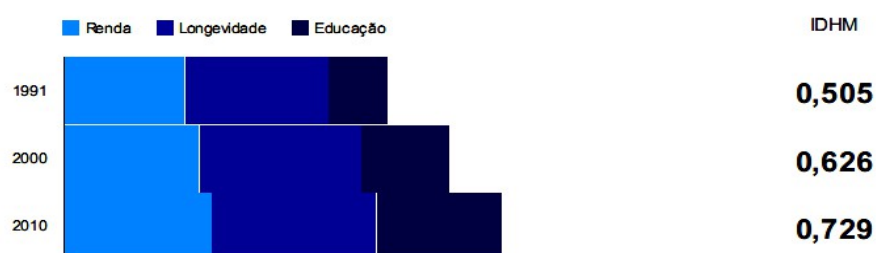
5.1 Indicadores de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M)

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), segundo o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), é uma medida resumida do progresso em longo prazo, em três dimensões básicas do desenvolvimento humano: renda, educação e saúde.

Considerando o período de 1970 a 2000, o IDH-M do município acumulou uma evolução de 68,5%. O maior avanço foi determinado pela dimensão renda, que no mesmo período evoluíram 220,8%.

Gráfico 13 – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal, segundo Brasil, Santa Catarina e Rio dos Cedros - 1991/2010 Apresentou um crescimento de 69,27%.

IDHM



Fonte: Pnud, Upea e FJP

5.2 Componentes

O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de Rio dos Cedros é 0,729, em 2010. O município está situado na faixa de Desenvolvimento Humano Alto IDHM entre 0,7 e 0,799). Entre 2000 e 2010, a dimensão que mais cresceu em termos absolutos foi a Educação (com crescimento de 0,189), seguida por Renda e por Longevidade. Entre 1991 e 2000, a dimensão que mais cresceu em termos absolutos foi Educação (com crescimento de 0,152), seguida por Longevidade e por Renda. (Tabela 6).

Tabela 06 - Longevidade e por Renda Índice de Desenvolvimento Humano Municipal e seus componentes – Rio dos Cedro – SC.

IDHM Educação	0,293	0,445	0,634
% de 18 anos ou mais com ensino fundamental completo	20,15	27,38	43,35
% de 5 a 6 anos na escola	41,12	63,40	96,22
% de 11 a 13 anos nos anos finais do fundamental ou com fundamental completo	53,36	74,90	98,56
% de 15 a 17 anos com fundamental completo	25,56	56,58	79,22
% de 18 a 20 anos com médio completo	21,31	31,91	32,68
IDHM Longevidade	0,721	0,814	0,827
Esperança de vida ao nascer (em anos)	68,24	73,81	74,61
IDHM Renda	0,608	0,676	0,739
Renda per capita	352,74	537,99	795,95

Fonte: Pnud, Upea e FJP.

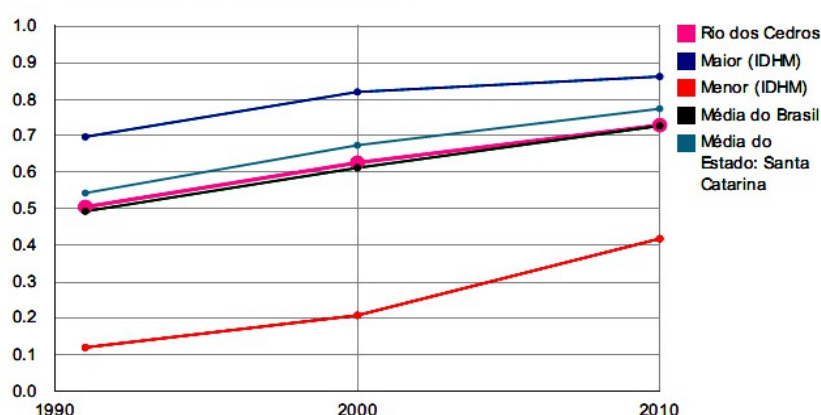
5.3 Evolução

Entre 2000 e 2010 o IDHM passou de 0,626 em 2000 para 0,729 em 2010 - uma taxa de crescimento de 16,45%. O hiato de desenvolvimento humano, ou seja, a distância entre o IDHM do município e o limite máximo do índice, que é 1, foi reduzido em 27,54% entre 2000 e 2010.

Entre 1991 e 2000 O IDHM passou de 0,505 em 1991 para 0,626 em 2000 - uma taxa de crescimento de 23,96%. O hiato de desenvolvimento humano, ou seja, a distância entre o IDHM do município e o limite máximo do índice, que é 1, foi reduzido em 24,44% entre 1991 e 2000.

Entre 1991 e 2010 Rio dos Cedros teve um incremento no seu IDHM de 44,36% nas últimas duas décadas, abaixo da média de crescimento nacional (47%) e acima da média de crescimento estadual (42%). O hiato de desenvolvimento humano, ou seja, a distância entre o IDHM do município e o limite máximo do índice, que é 1, foi reduzido em 45,25% entre 1991 e 2010. Gráfico 14 abaixo.

Gráfico 14 – Evolução do IDH – Rio dos Cedros – SC.



Fonte: Pnud, Ipea e FJP

Tabela 07 – Crescimento e Desenvolvimento.

	Crescimento	Desenvolvimento
Entre 1991 e 2000	+ 23,96%	+ 24,44%
Entre 2000 e 2010	+ 16,45%	+ 27,54%
Entre 1991 e 2010	+ 44,36%	+ 45,25%

Fonte: Pnud, Ipea e FJP

5.4 Ranking

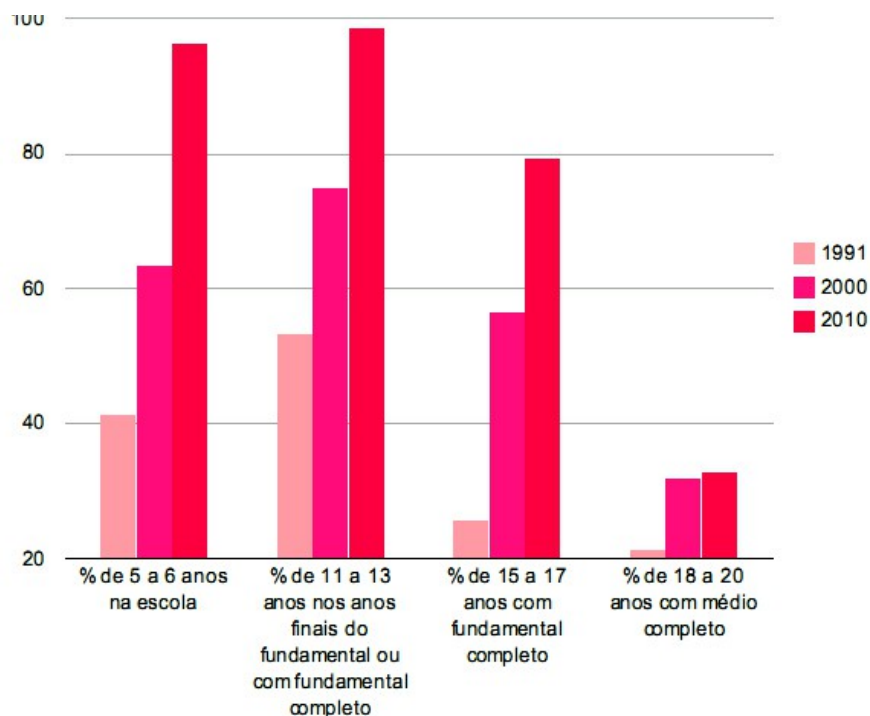
Rio dos Cedros ocupa a 1052ª posição, em 2010, em relação aos 5.565 municípios do Brasil, sendo que 1051 (18,89%) municípios estão em situação melhor e 4.514 (81,11%) municípios estão em situação igual ou pior. Em relação aos 293 outros municípios de Santa Catarina, Rio dos Cedros ocupa a 160ª posição, sendo que 159 (54,27%) municípios estão em situação melhor e 134 (45,73%) municípios estão em situação pior ou igual.

É possível perceber um conjunto de mudanças no perfil da educação municipal que se reflete em seus indicadores e resultados, apresentando uma posição superior à média do conjunto do Estado, e bem superior a média geral dos índices alcançados no Brasil.

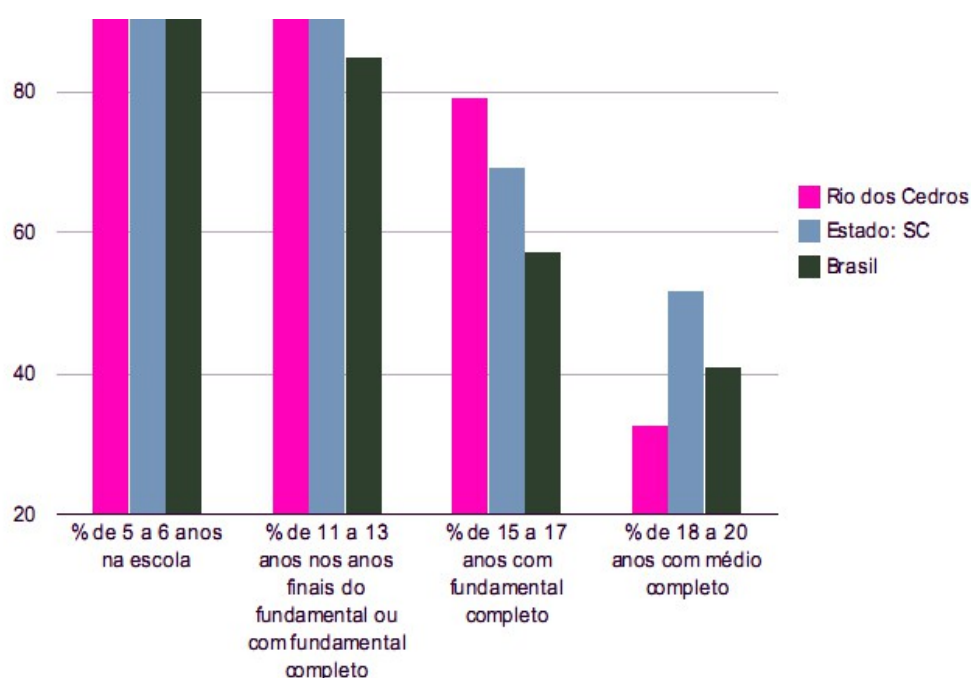
Conforme Atlas do PNUD/IPEA/2013, o município apresentou uma variação positiva para Educação. No período de 2000 a 2010, a proporção de crianças de 5 a 6 anos na escola cresceu 51,77% e no de período 1991 e 2000, 54,18%. A proporção de crianças de 11 a 13 anos frequentando os anos finais do ensino fundamental cresceu 31,59% entre 2000 e 2010 e 40,37% entre 1991 e 2000.

A proporção de jovens entre 15 e 17 anos com ensino fundamental completo cresceu 40,01% no período de 2000 a 2010 e 121,36% no período de 1991 a 2000. E a proporção de jovens entre 18 e 20 anos com ensino médio completo cresceu 2,41% entre 2000 e 2010 e 49,74% entre 1991 e 2000.

Gráfico 15 – Fluxo Escolar por Faixa Etária – Rio dos Cedros – SC, entre 1991 - 2000.



Fonte: Pnud, Ipea e FJP

Gráfico 16 – Fluxo Escolar por Faixa Etária – Rio dos Cedros - SC - 2010.

Fonte: Pnud, Ipea e FJP

Em 2010, 67,67% dos alunos entre 6 e 14 anos de Rio dos Cedros estavam cursando o ensino fundamental regular na série correta para a idade. Em 2000 eram 70,29% e, em 1991, 51,55%. Entre os jovens de 15 a 17 anos, 41,45% estavam cursando o ensino médio regular sem atraso. Em 2000 eram 30,28% e, em 1991, 11,96%. Entre os alunos de 18 a 24 anos, 14,20% estavam cursando o ensino superior em 2010, 6,77% em 2000 e 4,38% em 1991. Nota-se que, em 2010, 3,55% das crianças de 6 a 14 anos não frequentavam a escola, percentual que, entre os jovens de 15 a 17 anos atingia 27,88%.

Em relação ao ensino superior, segundo e último nível da educação brasileira, percebe-se que é tradicionalmente excludente e elitista, refletindo as desigualdades sociais, econômicas e políticas do país. Não é difícil perceber que no cenário educacional o Brasil ainda não se democratizou, pois em todos os níveis ainda há pessoas excluídas e quanto mais elevado é o nível de escolaridade, maior é a sua capacidade de excluir. Todavia, o texto da carta magna, em seu artigo 208, assegura que o acesso aos níveis mais elevados do ensino deverá ser de acordo com a capacidade de cada um.

E ainda, segundo a LDB em seu artigo 43, a Educação Superior tem por finalidade: estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo; formar pessoas diplomadas nas diferentes áreas de conhecimento, aptas para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira; incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando o desenvolvimento da

ciência e da tecnologia e da criação e difusão da cultura; promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos; suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização; e estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente.

É pertinente lembrar também que o ensino superior não se refere apenas aos cursos de graduações, mas abrange além destes, os cursos sequenciais por campo de saber: a pós-graduação, compreendendo programas de mestrado e doutorado, cursos de especialização, aperfeiçoamento e outros; e cursos de extensão que são abertos a candidatos que atendam aos requisitos estabelecidos em cada caso pelas instituições de ensino. Como demonstra a tabela 8 abaixo:

Tabela 08 – Níveis de escolaridade.

Indicador	Ano 1991	Ano 2000	Evolução do indicador 1991/2000
Média de anos de estudo das pessoas de 25 anos ou mais de idade	4,5	5,1	14,8%
Percentual de pessoas de 25 anos ou mais analfabetas	5,1%	4,3%	-15,6%
Percentual de pessoas de 25 anos ou mais com menos de quatro anos de estudo	31,7%	21,7%	-31,4%
Percentual de pessoas de 25 anos ou mais com menos de oito anos de estudo	85,8%	78,1%	-9,0%
Percentual de pessoas de 25 anos ou mais de idade com doze anos ou mais de estudo	2,0%	3,2%	63,1%
Percentual de pessoas de 25 anos ou mais frequentando curso superior	0,3%	0,3%	0,0%

Fonte: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil.

Vale ressaltar ainda que na cidade não existem Instituições de Ensino Superior. Todavia nas cidades próximas entre elas Indaial. Existem Universidades que oferecem educação à distância – EAD, com encontros presenciais em finais de semana etc., tais como: UNIASSELVI o que permitiu o acesso ao nível superior Entre os alunos de 18 a 24 anos, 14,20% estavam cursando o ensino superior em 2010, 6,77% em 2000 e 4,38% em 1991.

6. DIAGNOSTICO DA EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE RIO DOS CEDROS

7. EDUCAÇÃO INFANTIL

A Educação Infantil como se encontra no cenário brasileiro atual, é fruto de um longo e permanente processo de transformações. Em seus primórdios, representa a articulação de interesses jurídicos, políticos, médicos, empresariais, religiosos e pedagógicos e, mais recentemente, somam-se os esforços coletivos de inúmeros movimentos e classes da sociedade civil organizada, na busca por um atendimento de qualidade às crianças pequenas.

A partir da década de 1970, as creches e pré-escolas passam a viver um amplo processo de expansão, sobretudo quantitativo, marcado pela busca das definições que orientam as práticas que não devem ser “escolarizadas”, mas que também não podem abrir mão do profissionalismo e qualidade necessários ao desenvolvimento pleno das crianças.

No sentido de tais transformações, pode-se perceber que até mesmo a expressão “Educação Infantil” foi adotada há bem pouco tempo no Brasil e se consagra nas disposições da Constituição Federal de 1988 e posteriormente na LDB, para designar as instituições pré-escolares que passam a atender crianças de 0 a 6 anos de idade (KUHLMANN JR., 2011).

É bem verdade que anterior à Constituição de 1988, a Lei nº 5.692/71, de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), em seu artigo 19, traz uma importante contribuição ao recomendar o atendimento das crianças de 0 a 6 anos: “Os sistemas velarão para que as crianças de idade inferior a sete anos recebam educação em escolas maternas, jardins-de-infância ou instituições equivalentes” (BRASIL, 1971). Todavia, a Constituição Federal (Art. 208) serve de base para outros marcos normativos da política nacional de Educação Infantil, ao garantir às crianças de até 6 anos o direito inalienável à educação: “O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de educação infantil, em creche e pré-escola, às crianças de até 6 (seis) anos de idade” (BRASIL, 1988).

Assim, oito anos após a promulgação da carta magna, é aprovada a LDB 9.394/96 que institui a Educação Infantil como primeira etapa da Educação Básica prestando atendimento às crianças com até três anos de idade em Creches, e as de quatro a seis – agora cinco – anos em Pré-Escolas.

É nesse contexto de transformações que a Secretaria Municipal de Educação assume no ano de 2006 a responsabilidade pela educação de crianças de 0 a 5 anos de idade em creches e pré-escolas. De acordo com o

Censo Demográfico de 2010, a população infantil da cidade de Rio dos Cedros era de aproximadamente 739 crianças de 0 a 5 anos de idade, como pode ser observado no quadro a seguir:

O Censo Demográfico de 2010, indica que as crianças com idade entre 0 e 3 anos totalizavam 508, isto é, 68,74% da população infantil de 0 a 5 anos, enquanto as de 4 e 5 anos eram 231, ou seja, 31,23%.

Do total de crianças na faixa etária em questão, comparando-se com o Censo Escolar 2013, percebe-se que menos da metade da população (47,50%) dessa faixa etária esteve matriculada em instituições de Educação Infantil, sejam elas públicas ou privadas.

Tabela 09 – Número de crianças matriculadas na educação infantil no município de Rio dos Cedros SC – 2014.

Município de Rio dos Cedros		Número de Crianças efetivamente Matriculadas/ Censo 2014		
Estimativa (1,5%) P/ Ano 2014		Dependência	Educação Infantil	
			Creche	%
População residente - 0 a 3 anos	561	Municipal	205	36,54
População residente - 4 anos	134		Pré Escola	82,7
População residente - 5 anos	121		104	
	255	Total de matrículas	211	
Fonte Censo 2010 IBGE				
Educacenso 2014				

Fonte: Censo 2010 IBGE, Educacenso 2014.

Embora a população de 0 a 3 anos (561) seja de aproximadamente o dobro da população de 4 a 5 anos (255), observado o percentual de 82,7 5 da matrícula em pré-escolas é consideravelmente maior que a matrícula em creches. O município de Rio dos Cedros SC encontra-se próximo da universalização do ensino em pré-escolas e precisa ampliar de forma substancial as matrículas em creches.

O quadro de matrícula mostra ainda, que o atendimento na creche para atender as metas de 50% das crianças nesta faixa etária o município necessita atender ainda 13,60%, ou seja, inserir o equivalente a 74 novas matrículas e para pré-infância 45 novas matrículas. Observando que nesta meta já ultrapassou a meta Brasil de 81,4%.

A Emenda Constitucional nº 59 de 11/11/2009 torna obrigatória a educação das crianças de 4 e 5 anos. Decorrente disso, a Lei federal nº 12.796 de 04/04/2013, altera a LDB e, além de sancionar a educação obrigatória na pré-escola, define a frequência mínima que deve ser igual ou superior a 60% (sessenta por cento) do total de 800 (oitocentas) horas distribuídas por um mínimo de 200 (duzentos) dias de trabalho educacional, sem que haja antecipação de conteúdos que serão trabalhados em etapas posteriores.

A Resolução nº 05 de 17/12/2009 que fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI), preconiza que a ação educativa deve se fundamentar em dois "eixos norteadores: as interações e a brincadeira" (BRASIL, 2010, p. 25).

Algumas ações são imprescindíveis para que se efetive uma Educação Infantil de qualidade. Sem dúvida, uma dessas ações diz respeito à formação contínua e em serviço de professores e demais trabalhadores que atendem diariamente as crianças pequenas. Nesse sentido, o município tem empenhado esforços na formação de professores, gestores e coordenadores para uma prática mais direcionada e que respeite as peculiaridades infantis e ajude na construção das concepções de criança, de ensino e de aprendizagem.

Para a Centros de Educação Infantil a visão é de que, a criança é vista como centro do planejamento curricular e entendida como:

Sujeito histórico e de direitos que, nas interações, relações e práticas cotidianas que vivencia, constrói sua identidade pessoal e coletiva, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentidos sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura (BRASIL, 2010, p. 13).

Embora as ações junto a professores, gestores e coordenadores tenham alcançado êxito na melhoria do atendimento às crianças, é necessário avançar no sentido de ampliar a formação a todos trabalhadores (administrativos, equipe de apoio e alimentação). Outra ação importante está relacionada à organização de espaços, tempos e materiais que viabilizem um trabalho mais direcionado ao público infantil e aos trabalhadores desta etapa. Hoje, uma das grandes dificuldades da rede (administrativos, equipe de apoio e alimentação).

Outra ação importante está relacionada à organização de espaços, tempos e materiais que viabilizem um trabalho mais direcionado ao público infantil e aos trabalhadores desta etapa. Hoje, uma das grandes dificuldades da rede pública municipal, e em todo o país, no atendimento às crianças pequenas é a construção destes espaços. Portanto, o município tem buscado articular-se à União na busca de recursos que permitam a construção e aparelhamento de prédios escolar e pensados especialmente para essa faixa etária, como é o caso do Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pública de Educação Infantil – Proinfância. Importante frisar que as adesões já efetivadas para a construção de 13 (treze) unidades suprem apenas a necessidade de parte das crianças que já se encontram matriculadas em espaços adaptados.

O projeto padrão Proinfância contemplado é do tipo C com capacidade para atender até 120 crianças em dois turnos (matutino e vespertino) e 60 crianças em turno integral. Ao multiplicarmos a quantidade de unidades vezes a quantidade de matrículas, temos o seguinte cálculo. Com a Nucleação da Educação Infantil na região central e a transformação do CEI Isabel longo como unidade de atendimento para a faixa etária de 0 a 3 anos e a construção de unidade na Comunidade de Rio Rosina o cálculo final resulta em 840 vagas se considerarmos o atendimento em jornada parcial ou 1600 vagas em tempo integral.

A ampliação na busca pela universalização da Pré-Escola, ainda se configura num desafio a ser superado. Os desafios da Educação Infantil em Rio dos Cedros se inserem em um contexto mais amplo, que precisam ser superados também em grande parte do território nacional. Diante disso, elege-se a necessidade de reconhecer os direitos desta faixa etária. Ofertar educação que respeite-os e considere suas necessidades de acordo com o seu desenvolvimento sem, de maneira nenhuma, antecipar o processo de escolarização que é próprio do Ensino Fundamental.

8. ENSINO FUNDAMENTAL

De acordo com a Constituição Federal de 1988, os artigos 6º e 208 §§ 1º e 2º, respectivamente, preconizam que:

Art. 6º - São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.

Art. 208 - §1º O acesso ao ensino obrigatório e gratuito é direito público subjetivo. §2º O não oferecimento do ensino obrigatório pelo Poder Público ou sua oferta irregular, importa responsabilidade da autoridade competente (Grifo nosso).

Infere-se, portanto, a partir do exposto, a importância que a educação exerce na formação e construção dos indivíduos. A LDB nº 9394/96 também estabelece em seu artigo 2º que "a educação, é **dever da família e do Estado** inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho".

O artigo 6º da mesma lei preconiza que “é dever dos pais ou responsáveis efetuar a matrícula dos menores, a partir dos sete anos de idade, no Ensino Fundamental”. Porém, em 2005, a Lei nº 11.114 torna obrigatória a matrícula das crianças de seis anos de idade no Ensino Fundamental, mas somente a Lei nº 11.274/06, estabelece prazo de implantação do Ensino Fundamental de 9 (nove) anos de duração, com a inclusão das crianças de 6 (seis) anos de idade pelos sistemas de ensino até 2010. A cidade de Rio dos Cedros, iniciou o processo de ampliação para o Ensino Fundamental para 9 (nove) anos, a partir de 2008,

Obedecendo as determinações do Ministério da Educação – MEC, que regulam a implantação do Ensino Fundamental de nove anos e seguindo orientações do Plano Nacional de Educação - PNE, cabe ao município assegurar a todas as crianças um tempo mais longo no convívio escolar, o que configura mais oportunidades de aprendizagem. Assim, contemplando os princípios educacionais, busca-se garantir a efetiva universalização do Ensino Fundamental promovendo acesso à educação, proporcionando condições adequadas para que possa apresentar resultados positivos garantindo a permanência e êxito na aprendizagem dos estudantes.

De acordo com as orientações para a inclusão da criança de 6 (seis) anos de idade, é importante ressaltar que a aprendizagem não depende apenas do aumento do tempo de permanência na escola, mas também do emprego mais eficaz desse tempo, pois a associação de ambos pode contribuir significativamente para que os estudantes aprendam mais e de maneira mais prazerosa.

Nessa perspectiva, as Resoluções nº 04 de 13/07/2010 e nº 07 de 14/12/2010, documentos recentes que fixam as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica e para o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos, reiteram os princípios que possibilitam o desenvolvimento integral dos indivíduos nos seus múltiplos aspectos, os fundamentos e procedimentos definidos para orientar as políticas públicas educacionais no âmbito do Ensino Fundamental, explicitando claramente a responsabilidade do Estado Brasileiro, da família e da sociedade. “O Ensino Fundamental se traduz como um direito público subjetivo de cada um e como dever do Estado e da família na sua oferta a todos” (Art. 3º Resolução nº 07 de 14/12/2010).

A Rede Pública de Ensino de Rio dos Cedros, no que diz respeito ao desenvolvimento de políticas da oferta de matrículas no Ensino Fundamental de 9 (nove) anos para toda a população de 6(seis) a 14 (quatorze) anos atingiu 96,4 % de cobertura deste nível de ensino o que demonstra predominância significativa da atuação municipal nesse compromisso social, conforme disposto nas tabelas abaixo.

Tabela 10 - Matrícula do Ensino Fundamental por dependência administrativa 2003 a 2014 no município de Rio dos Cedros.

[illegible]

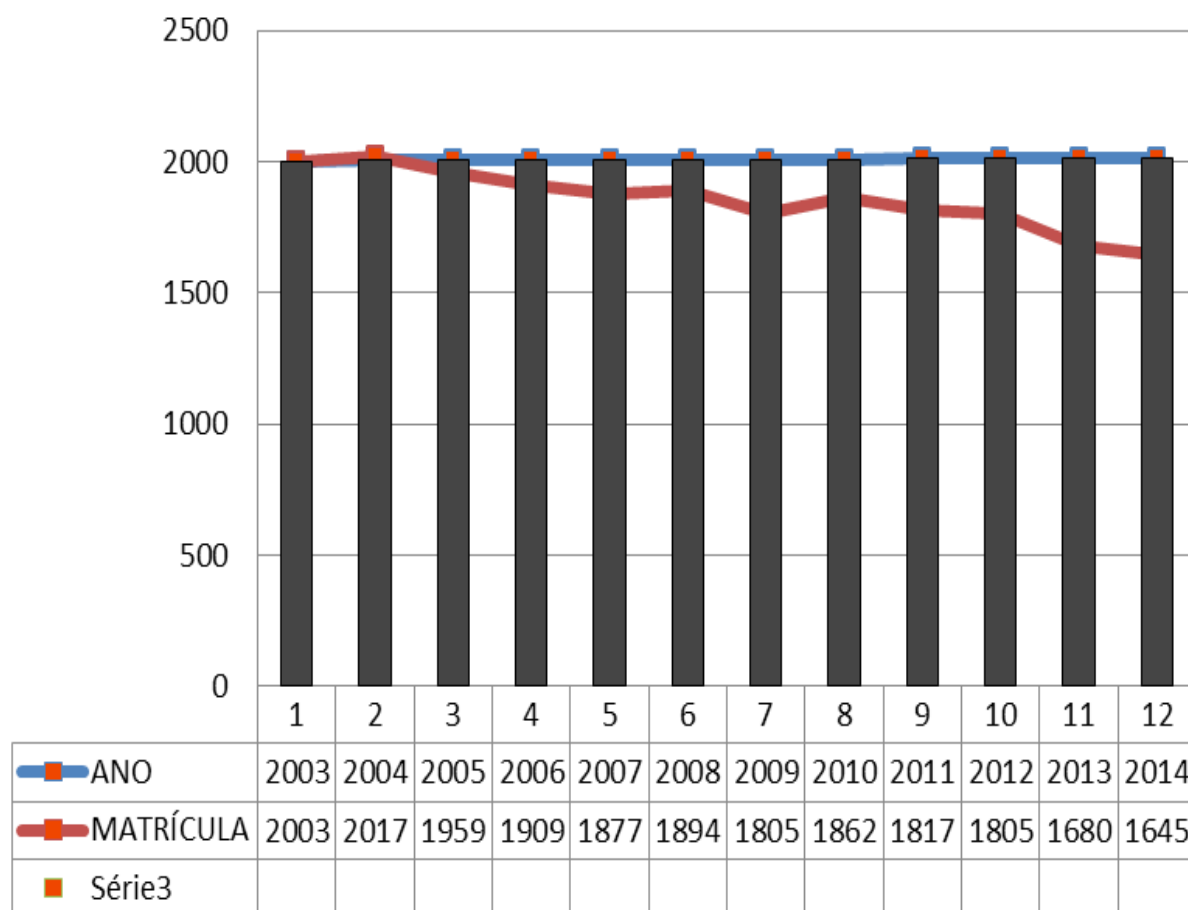
Fontes: <http://www.qedu.org.br/cidade/998-rio-dos-cedros/censo-escolar>; Ministério da Educação, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira (INEP), Sistema de Estatísticas Educacionais (Edudata), Censo Escolar e Secretaria de Educação de Santa Catarina, 2012.

O Ensino Fundamental conjuntamente com a Educação Infantil e o Ensino Médio, passaram a compor a Educação Básica, condição essa alterada pela Emenda Constitucional nº 59/2009, que amplia o dever do Estado em relação à educação ao modificar a faixa de escolarização obrigatória que passa a ser dos 4 (quatro) aos 17 (dezesete) anos.

No Brasil, a busca da universalização do ensino obrigatório tem favorecido, nas últimas décadas, políticas educacionais no sentido de garantir a democratização da educação pública e de qualidade para todos, onde 98,3% das crianças de 6 a 14 anos estão frequentando a escola conforme dados do PNAD/IBGE – Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílio/IBGE. Quanto à universalização em Rio dos Cedros, os resultados têm apontado uma taxa de atendimento escolar que chega, segundo o Censo Demográfico de 2010, a 96,4% do total de crianças de 6 (seis) a 14 (quatorze) anos.

Essa universalização no Ensino Fundamental ocorreu gradativamente nos anos compreendidos entre 2003 e 2006, entretanto nos anos subsequentes houve uma queda considerável no número de matrículas. Essa análise pode ser observada no tocante ao número total de estudantes matriculados nas redes públicas de Ensino quando, nesses últimos dez anos, ocorreu uma oscilação no número de matrículas conforme demonstra o gráfico 17 abaixo:

Gráfico 17 – Número de matrículas de 2003 a 2014 no município de Rio dos Cedros.



Fontes: <http://www.qedu.org.br/cidade/998-rio-dos-cedros/censo-escolar>, Ministério da Educação, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira (INEP), Sistema de Estatísticas Educacionais (Edudata), Censo Escolar e Secretaria de Educação de Santa Catarina, 2012.

De acordo com o Censo do IBGE 2010, a demanda de crianças na faixa etária de 6 (seis) a 14 (quatorze) anos totalizava 1236 para o Ensino Fundamental conforme **tabela 11** abaixo. Ao estabelecer análise comparativa com as matrículas efetivadas no mesmo ano observa-se que essa demanda não foi totalmente atendida, significando que ainda se tem crianças fora da escola.

Tabela 11 - Matrículas Efetivadas.

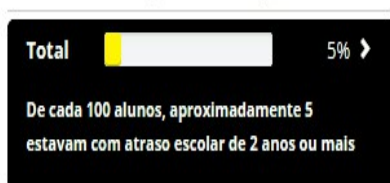
	97		
	426		
	713		
	1236		

Fonte: IBGE.

Ao estabelecer análise comparativa com as matrículas efetivadas em 2014 observa-se o atendimento de mais de 100% nos Anos Iniciais. Desse modo, pode-se inferir que o quantitativo excedente evidencia a distorção idade-série, decorrente principalmente do não desenvolvimento das competências e habilidades na idade certa e da reprovação.

Gráfico 18 - Taxa de Distorção idade x etapa de ensino Anos Iniciais na rede municipal em Rio dos Cedros.

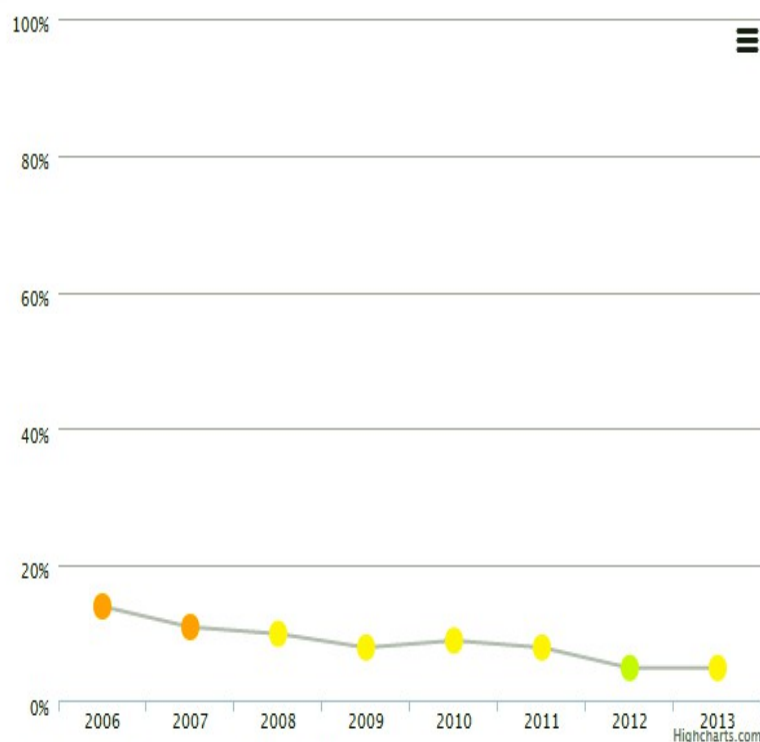
ANOS INICIAIS (1º AO 5º ANO)



ANOS FINAIS (6º AO 9º ANO)



Distorção Idade-Série, Rio Dos Cedros, 2006 até 2013



Fonte: Inep, 2013. Organizado por Meritt, 2014

ANO	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Taxa de Distorção	14%	11%	10%	8%	9%	8%	5%	5%

Fonte: qedu.org.br.

É válido destacar que a distorção idade/série nos Anos Finais do Ensino Fundamental revela outro problema além da reprovação, que é a evasão

escolar, pois os estudantes acabam repetindo o ano e/ou retornando ao ensino regular, já que não podem ingressar na EJA devido à idade, pois a mesma só atende estudantes a partir dos 15 (quinze) anos.

Diante dessa realidade, faz-se necessário projetar ações que visem a correção da distorção idade/série na Rede Municipal de Ensino nos Anos Finais. Em se tratando da aprendizagem dos estudantes, percebe-se crescimento nos indicadores, mas os resultados ainda não são expressivos, conforme demonstrado nas tabelas a seguir:

Tabela 12 - Matrícula e situação final no Ensino Fundamental.

Nome da escola: EEB PROFº GIOVANI TRENTINI				
Dependência Administrativa: ESTADUAL				
Aprovados	Reprovados	Concluintes	Transferidos	Deixaram de frequentar
560	92	117	29	3
Nome da escola: ESC MUN EXPEDICIONARIO SERVINO MENGARDA				
Dependência Administrativa: MUNICIPAL				
427	2	0	9	0
Nome da escola: EMEF PREF JOAO FLORIANI				
Dependência Administrativa: MUNICIPAL				
190	11	0	6	0
Total de alunos Aprovados: 1177				
Total de alunos Reprovados: 105				
Total de alunos Concluintes: 117				
Total de alunos Transferidos: 49				
Total de alunos que Deixaram de frequentar: 3				
Total de alunos Falecidos: 0				
Total de alunos curso em andamento/sem movimentação: 389				

Fonte: Educasenso - 2014.

Em Rio dos Cedros, o número de matrículas no Ensino Fundamental é maior no início da etapa, além disso, há uma queda considerável entre os dois últimos anos (8º e 9º), o que demonstra a necessidade de intervenção mais significativa ao longo do Ensino Fundamental, a fim de assegurar um maior número de concluintes.

O Brasil verifica o índice de aprendizagem e estabelece metas para a educação através do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - IDEB, criado em 2007, pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). O IDEB funciona como um indicador nacional que possibilita o monitoramento da qualidade da educação pela população por meio de dados, com os quais a sociedade pode se mobilizar em busca de melhorias.

Ao analisar o IDEB da Rede Pública de Ensino de Rio dos Cedros observa-se que, de modo geral, o município tem buscado alcançar as metas estabelecidas pelo Ministério da Educação, conforme Tabela 13 abaixo:

Tabela 13 – Metas do IDEB do Ensino Fundamental de Rio dos Cedros.

IDEB SÉRIES FINAIS					
RIO DOS CEDROS	2007	2009	2011	2013	2015
IDEB OBSERVADO	4,7	4,6	4,8	4,5	
METAS PROJETADAS	3,8	3,9	4,2	4,6	5,0

IDEB SERIES INICIAIS					
RIO DOS CEDROS	2007	2009	2011	2013	2015
IDEB OBSERVADO	5,3	4,9	6,1	6,55	
METAS PROJETADAS	4,6	4,9	5,3	5,6	5,8

*** No ano de 2013 por erro do INEP não foi computada as notas das duas Escolas Municipais EMEF João Floriani (6,8) e EMEF Exp. Servino Mengarda (6,3). Sendo assim para efeito de estudo foi feito a média das duas escolas

Fonte: <http://ideb.inep.gov.br>

Para analisar o nível de proficiência dos estudantes, o Ministério da Educação, por intermédio do Inep aplica a Prova Brasil no 5º e 9º anos do Ensino Fundamental e avalia o desempenho dos mesmos nas disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática, utilizando uma escala que varia de acordo com as competências e habilidades em cada disciplina.

O nível de proficiência é considerado adequado quando o estudante engloba os níveis proficiente e avançado, sendo que no nível avançado apresenta-se aprendizado além da expectativa e recomenda-se atividades desafiadoras, enquanto no proficiente, o estudante encontra-se preparado para continuar os estudos e sugere-se atividades de aprofundamento. Dos 117 estudantes do 5º ano que realizaram a prova em 2013 em Rio dos Cedros, apenas 65% em Língua Portuguesa e 61% em Matemática encontravam-se nos níveis avançado e proficiente.

Já no 9º ano, dos 165 estudantes que realizaram a prova em 2013, apenas 31% em Língua Portuguesa e 17 % em Matemática estavam nos níveis avançado e proficiente, enquanto os demais se encontravam nos níveis básico e insuficiente. Esse resultado é preocupante, pois os estudantes avaliados nos níveis básico e insuficiente apresentam pouco e/ou quase nenhum aprendizado.

Gráfico 19 – Distribuição dos estudantes por nível de proficiência – Língua Portuguesa – 5º ano em Rio dos Cedros.

Fonte: qedu.org.br.

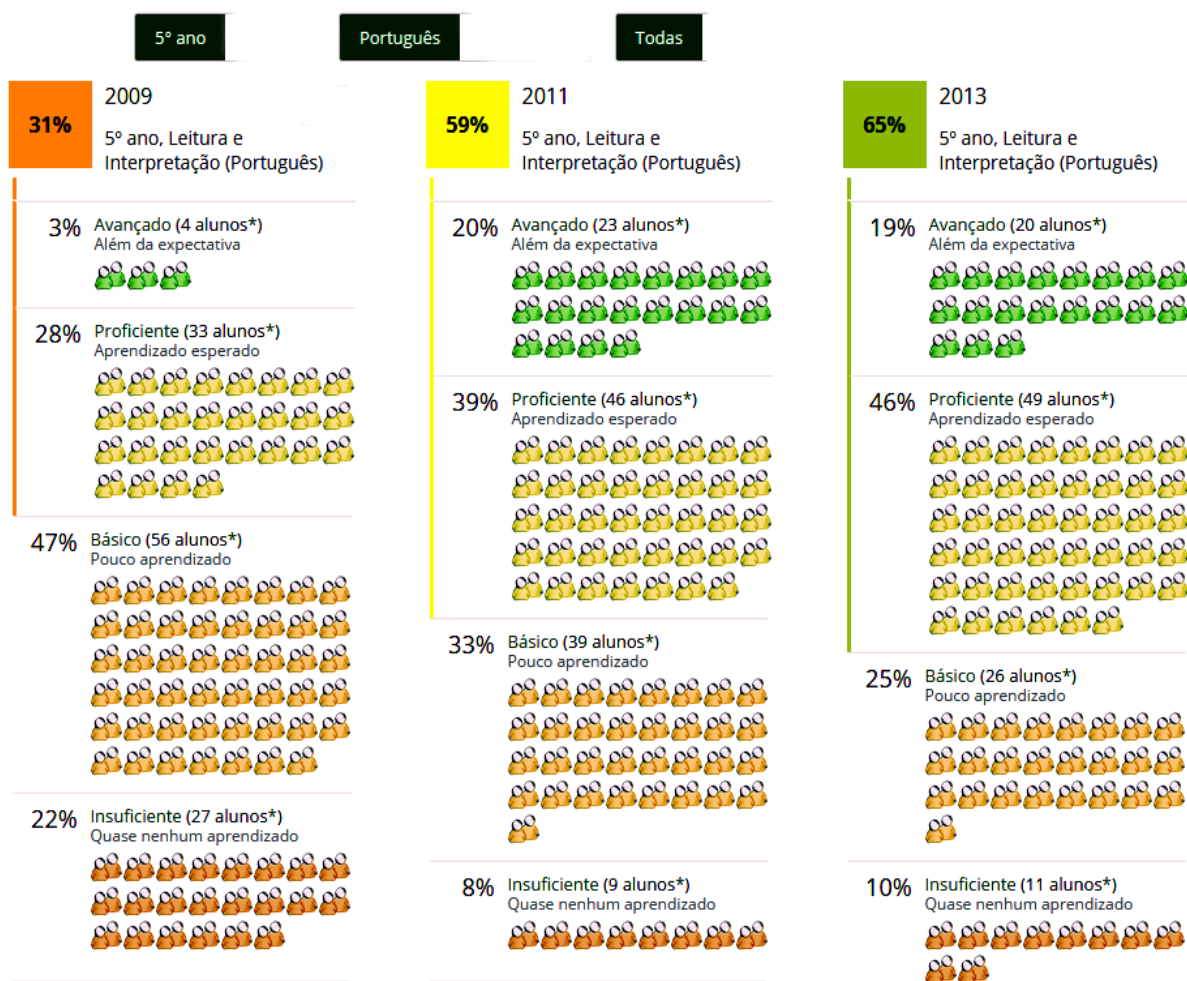


Gráfico 20 – Distribuição dos estudantes por nível de proficiência – Matemática – 5º ano em Rio dos Cedros.

Fonte: qedu.org.br

Informações sobre:

5º ano

Matemática

Todas

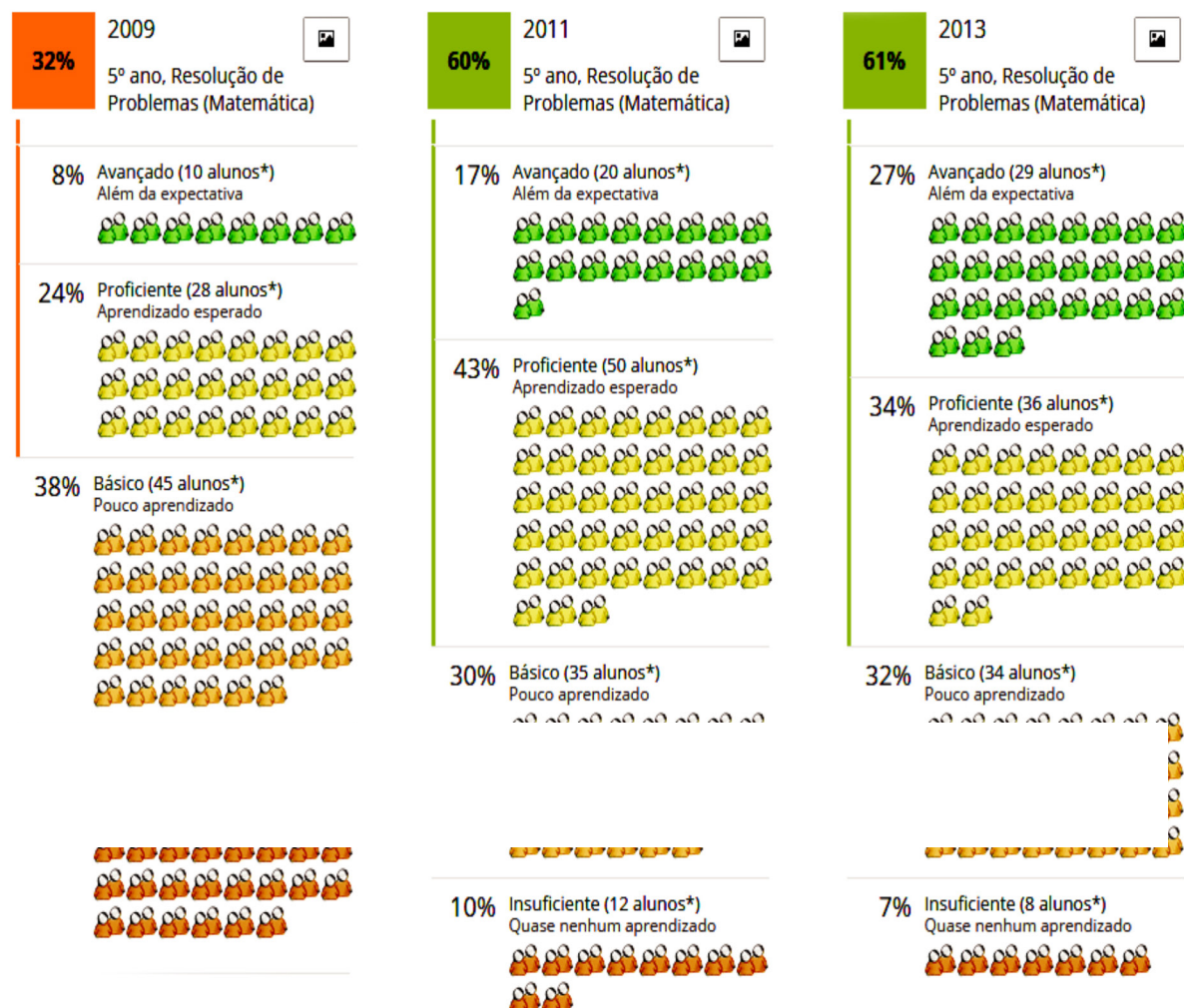


Gráfico 21 – Distribuição dos estudantes por nível de proficiência – Língua Portuguesa – 9º ano em Rio dos Cedros.

Fonte: qedu.org.br.



Gráfico 22 – Distribuição dos estudantes por nível de proficiência – Matemática – 9º ano em Rio dos Cedros.

Fonte: gedu.org.br.



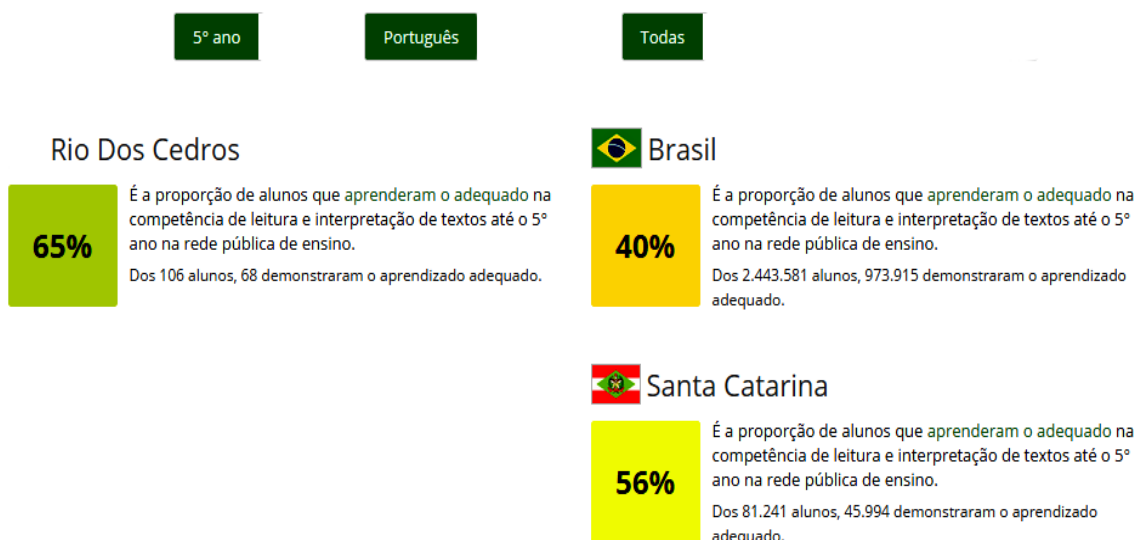
Ao analisar o desempenho dos estudantes dos Anos Iniciais na Prova Brasil de 2013, observa-se que o nível de proficiência em Rio dos Cedros ultrapassou as médias do Estado e do Brasil em Língua Portuguesa e Matemática foram expressivos em relação às médias Internacionais. Todavia, os resultados desperta preocupação com a qualidade do ensino e da aprendizagem, conforme quadro abaixo:

Quadro 02 – Desempenho dos estudantes nos Anos Iniciais – Matemática Prova Brasil /2013.



Fonte: gedu.org.br.

Quadro 03 – Desempenho dos estudantes nos Anos Iniciais – Português Prova Brasil / 2013.



Fonte: gedu.org.br.

Quando comparamos o desempenho dos estudantes de Rio dos Cedros na Prova Brasil nos Anos Finais com os resultados do Estado, observa-se que em Língua Portuguesa e Matemática o nível de proficiência ultrapassou as médias do Estado. E em relação à média nacional, Rio dos Cedros apresenta um resultado aproximado tanto em Língua Portuguesa quanto em Matemática.

Quadro 04 – Desempenho dos estudantes nos Anos Finais Português – Prova Brasil /2013 -Anos finais EF - Língua Portuguesa e Matemática: níveis proficiente e adequado.

Fonte: qedu.org.br.



Apesar da cidade de Rio dos Cedros ter melhorado nos índices do IDEB, o resultado da Prova Brasil mostra que há necessidade de melhorias no âmbito do Ensino.

Quadro 05 – Desempenho dos estudantes nos Anos Finais Matemática – Prova Brasil/2013



Fonte: qedu.com.br.

Todavia cabe ressaltar que nesta avaliação aparece a soma das duas redes. Quando se avalia a rede estadual de forma isolada percebe-se a fragilidade do ensino e a necessidade premente de medidas de correção. Verificadas a tabela 14 abaixo:

Tabela 14 – Comparação de Aprendizagem – 2013.

Fonte:	Português	Comparação de Aprendizagem - Ano 2013		
	Séries Finais	Rio dos Cedros	Santa Catarina	Brasil
	Escola Estadual	26%	24%	25%
	Escola Municipal	38%	31%	21%
	TODAS	31%	27%	23%
	Matemática	Comparação de Aprendizagem - Ano 2013		
	Séries Finais	Rio dos Cedros	Santa Catarina	Brasil
	Escola Estadual	12%	11%	12%
	Escola Municipal	24%	17%	10%
	TODAS	17%	14%	11%

qedu.org.br.

Ressalta-se ainda, que os resultados obtidos também servem de base para a promoção de ações voltadas à correção dos pontos mais críticos demonstrados nas avaliações.

Também em busca de possibilidades para solucionar este problema, dentre outras ações, o município aderiu em 2012 ao Pacto Nacional da Alfabetização na Idade Certa (PNAIC), em que as ações "são um conjunto integrado de programas, materiais e referências curriculares e pedagógicas que serão disponibilizados pelo Ministério da Educação e que contribuem para a alfabetização e o letramento, tendo como eixo principal a formação continuada dos professores alfabetizadores" (BRASIL, 2012b, p.11). Além disso, participa desde 2006 do Pró-letramento, um programa de formação continuada de professores para a melhoria da qualidade de aprendizagem da leitura/escrita e matemática nos anos/séries iniciais do Ensino Fundamental.

Na perspectiva de traçar metas para o melhor desempenho dos estudantes, o município de Rio dos Cedros fez adesão ao Programa Mais Educação, instituído pela Portaria Interministerial nº 17/2007 e pelo Decreto nº 7.083, de 27 de janeiro de 2010, que integra as ações do Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE, como uma estratégia do Governo Federal para induzir a ampliação da jornada escolar e a organização curricular, na perspectiva da Educação Integral. Este Programa trata-se da construção de uma ação intersetorial entre as políticas públicas educacionais e sociais,

contribuindo desse modo, tanto para a diminuição das desigualdades educacionais, quanto para a valorização da diversidade cultural brasileira.

Dele fazem parte os Ministérios da Educação, Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Ciência e Tecnologia, Esporte, Meio Ambiente, Cultura, Defesa e a Controladoria Geral da União. Uma vez que a Educação Integral, associada ao processo de escolarização, pressupõe a aprendizagem conectada à vida e ao universo de interesses e de possibilidades das crianças, adolescentes e jovens, tal estratégia promove a ampliação de tempos, espaços, oportunidades educativas e o compartilhamento da tarefa de educar entre os profissionais da educação e de outras áreas, as famílias e diferentes atores sociais, sob a coordenação da escola e dos professores.

O município de Rio dos Cedros desenvolve ações pelo Programa Mais Educação desde 2010, atendendo inicialmente no referido ano, um público de 200 estudantes distribuídos entre 02 escolas da Rede Municipal de Ensino. Público este que foi ampliado nos anos subsequentes chegando à quantidade de 2013. Apesar das ações já desenvolvidas, são muitos os desafios a serem vencidos, ainda na década de vigência do presente plano, constatadas pelas avaliações abaixo:

- Nível insatisfatório de aprendizagem dos estudantes;
- Fragilidade na qualificação técnico-pedagógica do corpo docente;
- Ampliar o número de profissionais da área de psicopedagogia que atuem efetivamente orientando o corpo docente e as famílias, no tocante ao redirecionamento de atividades que impulsionem a vida escolar dos estudantes;
- Quantitativo insuficiente de profissionais voltados ao diagnóstico e tratamento de estudantes e professores que apresentem comprometimentos psicológicos e situações de vulnerabilidade social; (neuropediatras)
- Alheação de grande parte das famílias no sentido de não se portarem como sujeitos responsáveis também pela aprendizagem dos filhos,
- Dificuldade, por parte da escola, de aproximar as famílias das questões relacionadas à vida escolar dos filhos, conselho escolar e também nas demais questões que permeiam o ambiente educacional.

9. ENSINO MÉDIO

A LDB nº 9394/96 ao situar o Ensino Médio é dever prioritário dos Estados a oferta do Ensino Médio, última etapa obrigatória da Educação Básica, para todos que demandarem inclusive àqueles que não puderam concluí-lo na idade certa, conforme Artigo 10, Inciso VI, da LDB (redação dada pela Lei nº 12.061/2009). Sua finalidade é:

I - a consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no Ensino Fundamental, possibilitando o prosseguimento de estudos;

II - a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando, para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores;

III - o aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico;

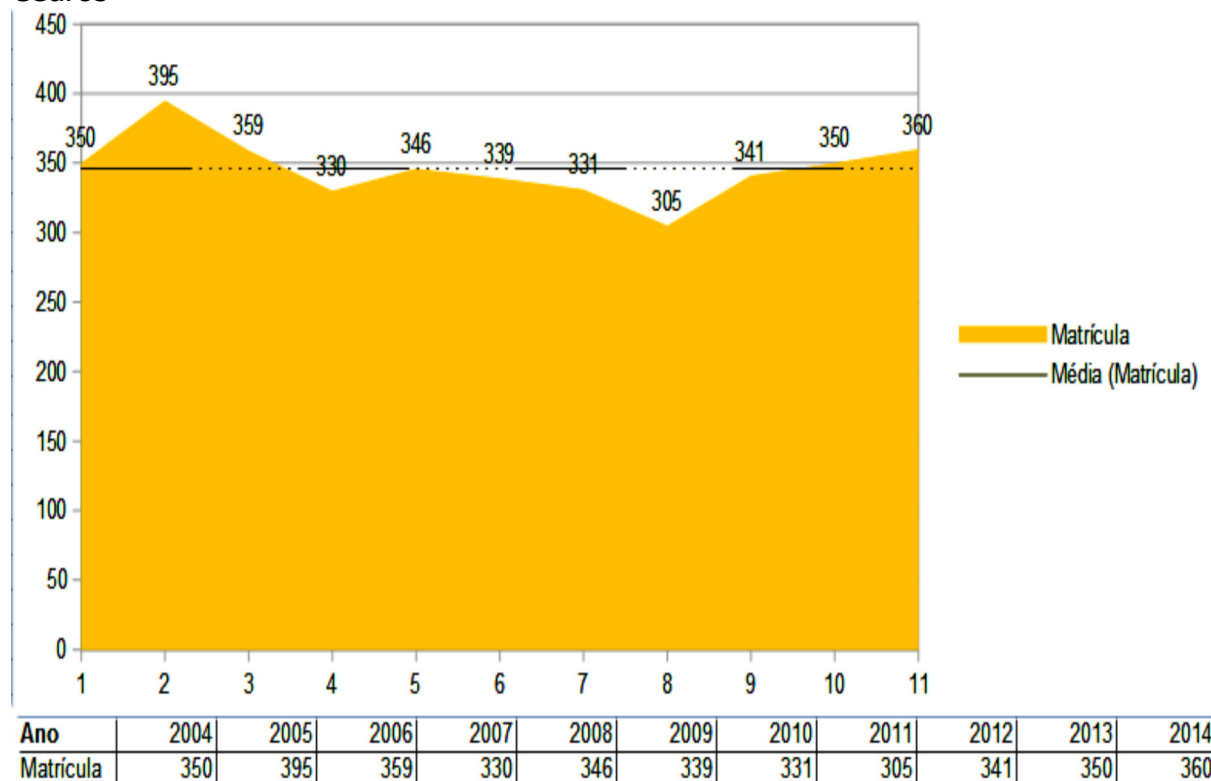
IV - a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando a teoria com a prática, no ensino de cada disciplina. (Artigo 35 da LDB).

Assim como etapa final da Educação Básica, define-a como conclusão de um período de estudos de caráter geral. Neste sentido, reconhece-o como parte de uma etapa da escolarização que tem por objetivo o desenvolvimento do indivíduo, assegurando-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania, fornecendo-lhe os meios para prosperar no trabalho e em estudos posteriores.

Segundo a mesma lei, os Estados são responsáveis por progressivamente, tornar o Ensino Médio obrigatório. Para tanto, devem aumentar o número de vagas disponíveis de forma a atender a todos os concluintes do Ensino Fundamental. Paralelamente à expansão do atendimento, as políticas públicas educacionais devem também se concentrar em aspectos relacionados à permanência do estudante na escola e à oferta de educação de qualidade. O currículo do Ensino Médio deve, portanto, de acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais do Ensino Médio, "organizar-se de modo a assegurar a integração entre os seus sujeitos, o trabalho, a ciência, a tecnologia e a cultura, tendo o trabalho como princípio educativo".

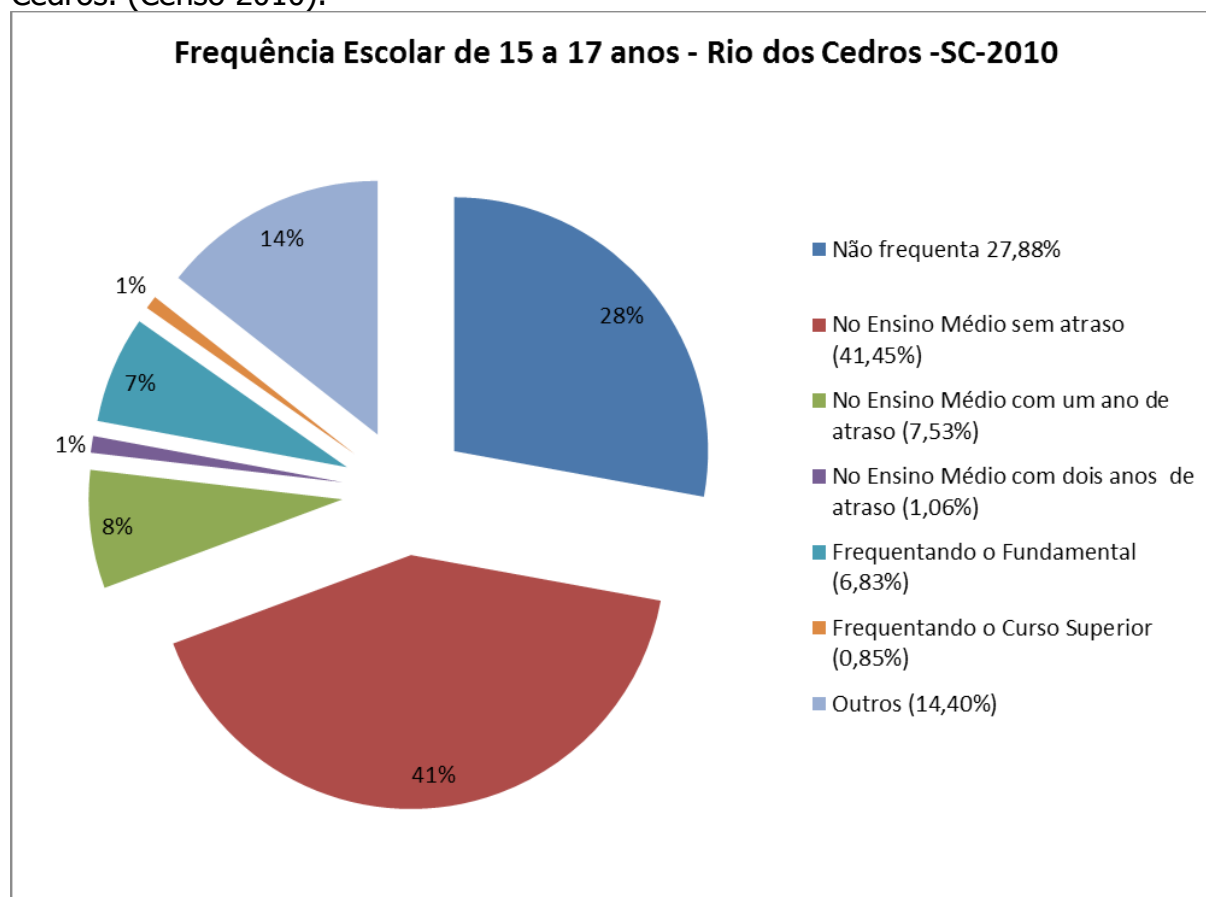
Em relação ao número de matrículas no município de Rio dos Cedros, no período de 2004 a 2014, observa-se na rede pública estadual, há uma oscilação entre aumento e diminuição das matrículas, conforme tabela e gráfico abaixo:

Gráfico 23 – Matrícula do Ensino Médio, 2004 a 2014 no município de Rio dos Cedros



Fonte: Educasenso/2011.

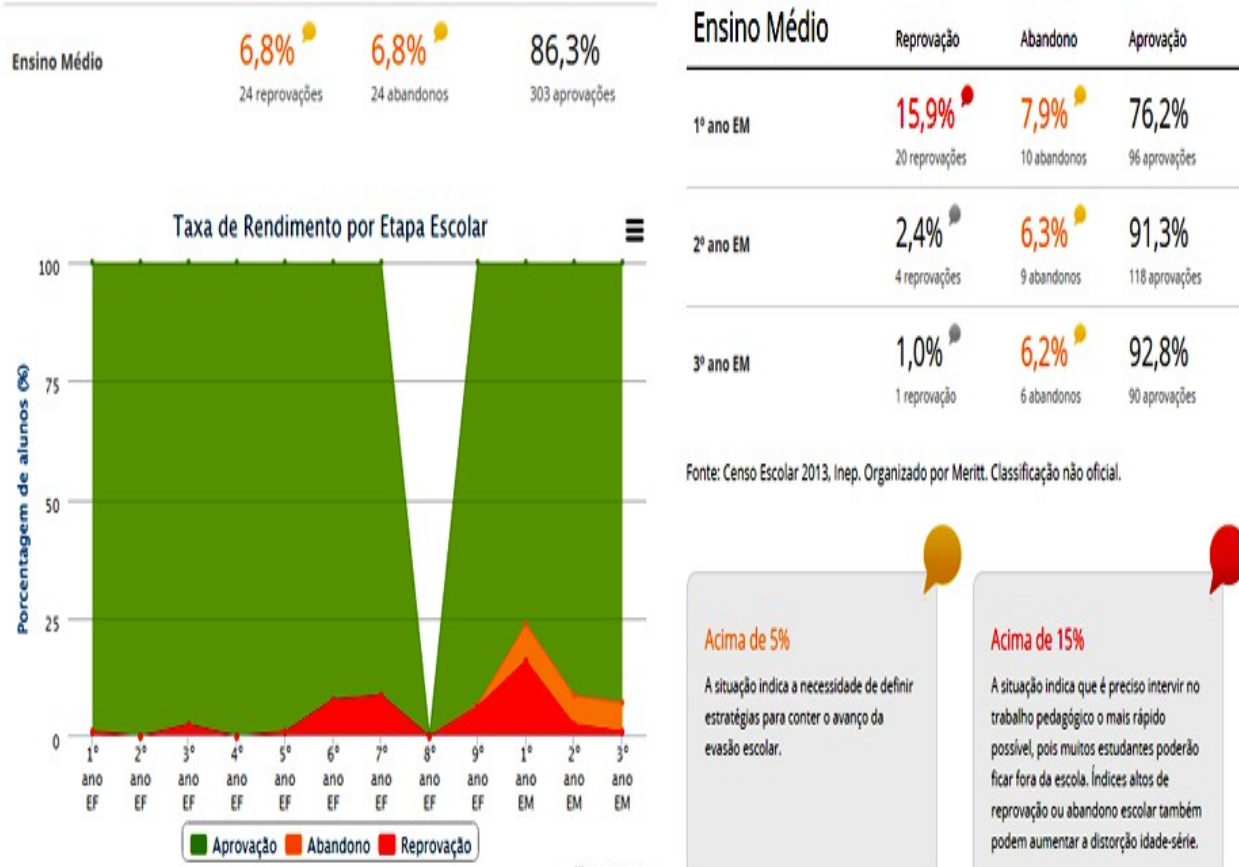
Gráfico 24 – Frequência escolar de 15 a 17 anos no município de Rio dos Cedros. (Censo 2010).



Fonte: atlasbrasil.org.br/PNUD, IPEA E FJP.

Ressalta-se que apenas ampliar a oferta do Ensino Médio de forma expressiva, sem garantir democraticamente a permanência e, principalmente, um currículo capaz de promover uma aprendizagem que faça sentido para os adolescentes e jovens, continuará deixando uma lacuna provocada pela falta de programas consistentes no âmbito curricular para essa etapa intermediária entre o Ensino Fundamental e Superior. Quando analisamos esse déficit no **Gráfico 25** abaixo ([qedu.org.br/cidade/998-rio-dos-cedros / taxas-rendimento](http://qedu.org.br/cidade/998-rio-dos-cedros/taxas-rendimento)) observamos um número significativo de jovens evadidos, em atraso escolar ou que sequer frequentam o Ensino Médio.

Gráfico 25 – Taxa de rendimento por etapa escolar Ensino Fundamental ao Médio.



Fonte: <http://www.qedu.org.br/cidade/998-rio-dos-cedros/taxas-rendimento>.

Quanto à questão do desempenho dos estudantes desta etapa, os dados do Sistema de Avaliação da Educação Básica - SAEB/INEP em 2011 despertam uma preocupação com a qualidade do ensino evidenciado na pouca aprendizagem dos estudantes. O Programa Todos Pela Educação demarca uma pontuação mínima na escala do SAEB para o terceiro ano do Ensino Médio para Santa Catarina. Estes dados apontam uma média das proficiências. Em Língua Portuguesa apresentaram o índice de 271,99 e de matemática 285,16.

Considerando este parâmetro, apenas 3,30% dos estudantes Riocedrense alcançaram o nível desejado em Matemática e 15,30% em Língua Portuguesa. Logo, qualificar o ensino e a aprendizagem torna-se urgente no quadro educacional do município (PEE/SC – 2014).

De acordo com o MEC, o Programa Ensino Médio Inovador (ProEMI), instituído pela Portaria nº 971/2009, que integra as ações do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), é uma estratégia do Governo Federal para induzir a reestruturação dos currículos do Ensino Médio. Este Programa tem como objetivo oportunizar ao adolescente e ao jovem a ampliação do tempo escolar, integrando à sua formação, atividades de aprendizagem voltadas à cultura, à arte, ao esporte, ao empreendedorismo, à sustentabilidade e à tecnologia, com

conteúdo curriculares organizados a partir de um planejamento interdisciplinar construído coletivamente.

Santa Catarina aderiu ao ProEMI a partir de 2009 o Programa Ensino Médio Inovador – ProEMI, que integra as ações do PDE, como estratégias do Governo Federal para induzir a reestruturação dos currículos do Ensino Médio, que poderá promover:

- Superação das desigualdades de oportunidades educacionais;
- Universalização do acesso e permanência dos adolescentes de 15 (quinze) a 17 (dezessete) anos no Ensino Médio;
- Consolidação da identidade desta etapa educacional, considerando a diversidade de sujeitos;
- Oferta de aprendizagem significativa para jovens e adultos, reconhecimento e priorização da interlocução com as culturas juvenis.

Nos últimos anos, em decorrência dos dispositivos legais, diversas políticas públicas para o Ensino Médio foram criadas e aplicadas com o intuito de galgar a universalização desta etapa de ensino à população de 15 (quinze) a 17 (dezessete) anos de idade. Exemplo disso, foi a criação do Programa Ensino Médio Inovador (ProEMI) e do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC). As informações sobre o PRONATEC serão tratadas na modalidade de Educação Profissional e Tecnológica.

10. EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA EM CONSONÂNCIA PLANO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO - ENTE RESPONSÁVEL

A Educação Profissional e Tecnológica integra-se aos diferentes níveis e modalidades de educação e às dimensões do trabalho, da ciência e da tecnologia, abrangendo os cursos de formação inicial e continuada ou qualificação profissional, de educação profissional técnica de nível médio e de educação profissional tecnológica de graduação e pós-graduação (Artigo 39 da LDB, redação dada pela Lei nº 11.741/2008).

Segundo a Resolução CNE/CEB nº 04/2010, a Educação Profissional e Tecnológica articula-se com o ensino regular e com outras modalidades educacionais: Educação de Jovens e Adultos(EJA), Educação Especial e Educação a Distância.

Na Educação Básica, especificamente, a modalidade de Educação Profissional e Tecnológica ocorre por meio dos cursos de formação inicial e continuada ou qualificação profissional e dos cursos de educação profissional técnica de nível médio.

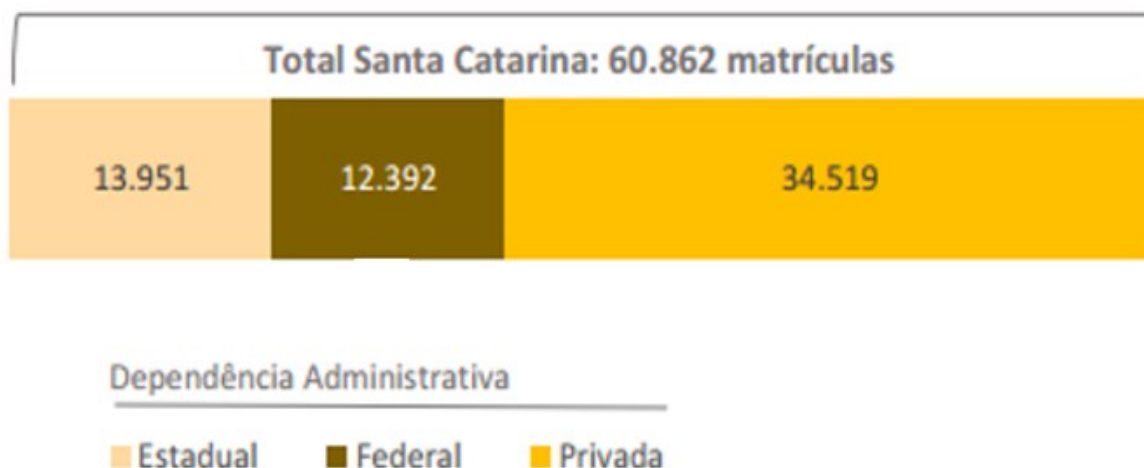
Em Santa Catarina, a Educação Profissional Técnica de Nível Médio é oferecida em todas as suas formas: articulada com o Ensino Médio (integrada e concomitante) e subsequente, em cursos destinados a quem já tenha concluído o Ensino Médio. Aqui serão apresentados e analisados somente os indicadores referentes ao ensino regular. De acordo com o censo escolar de 2013, na Educação Profissional Técnica de Nível Médio, cerca de 4,2% da matrícula nacional e 25,4% da matrícula da Região Sul foram registradas em Santa Catarina, representando 60.862 matrículas (gráficos 26 e 27), distribuídas nas redes pública e privada.

Outras 12.200 matrículas no Ensino Médio Integrado à Educação Profissional, 20.017 matrículas na Educação Profissional Concomitante ao Ensino Médio e 28.645 matrículas na Educação Profissional Subsequente ao Ensino Médio (gráfico 30).

É o Estado da Região Sul com menor número de matrículas nesta modalidade. A rede privada é detentora de 56,7% do total de matrículas.

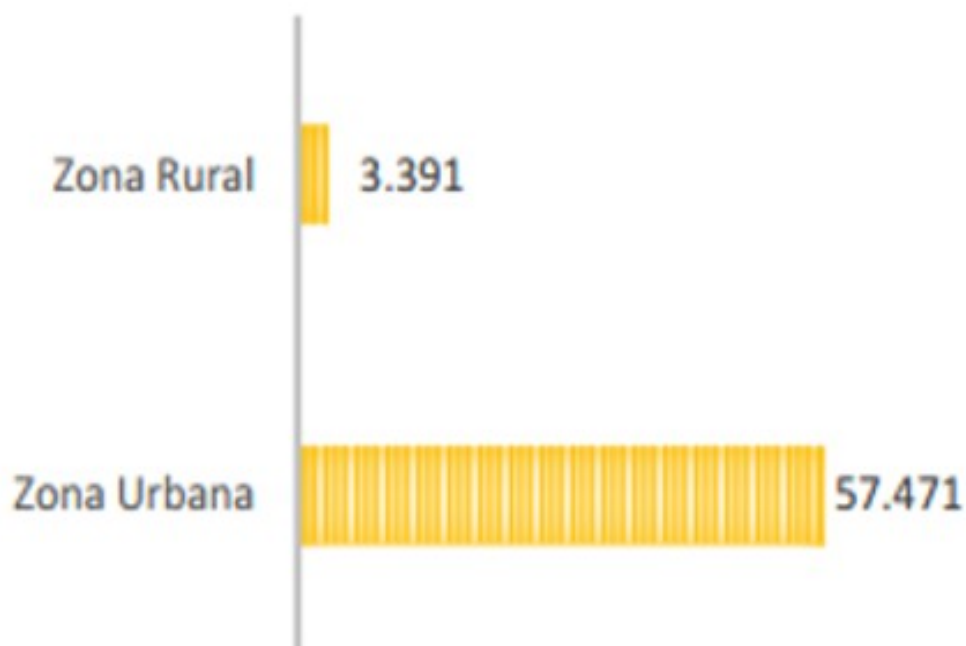
Nos últimos anos, o número de matrículas na Educação Profissional Técnica de Nível Médio vem aumentando significativamente. No comparativo de 2013 com 2007, houve aumento de 87,6% no total de matrículas nesta modalidade de ensino, em Santa Catarina (gráfico 31).

Gráfico 26 - Educação Profissional: total de matrículas por dependência administrativa – 2013.



Fonte: MEC/INEP/Censo Escolar.

Gráfico 27 - Educação Profissional: Total de matrículas por zona de localização – SC – 2013.



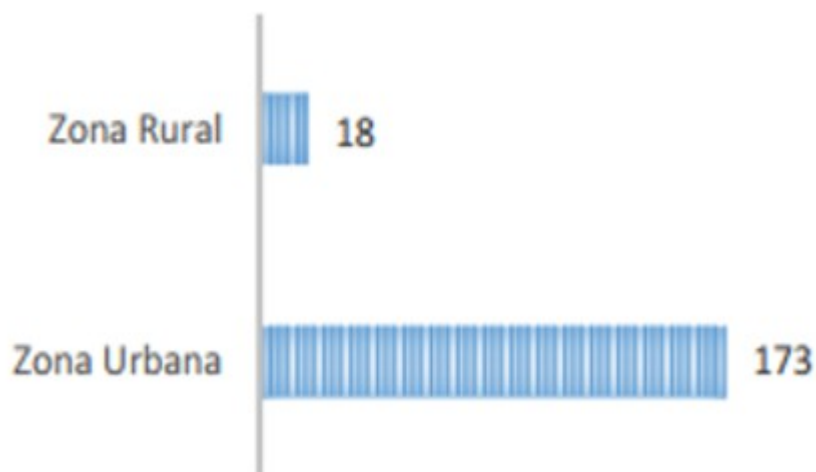
Fonte: MEC/INEP/Censo Escolar.

Gráfico 28 – Educação Profissional: total de estabelecimentos escolares por dependência administrativa – 2013.



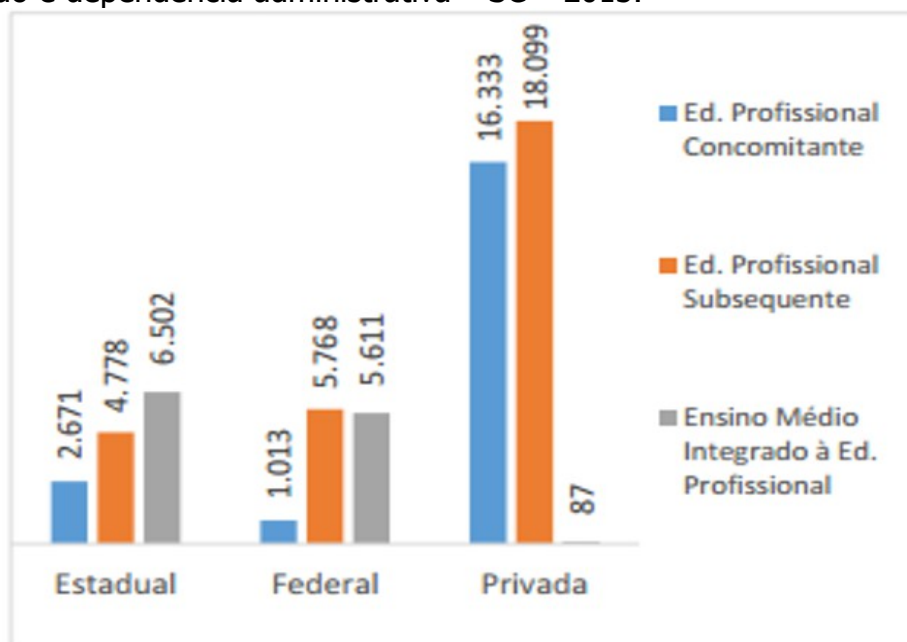
Fonte: MEC/INEP/Censo Escolar.

Gráfico 29 – Educação Profissional: total de estabelecimentos escolares por zona de localização – SC – 2013.



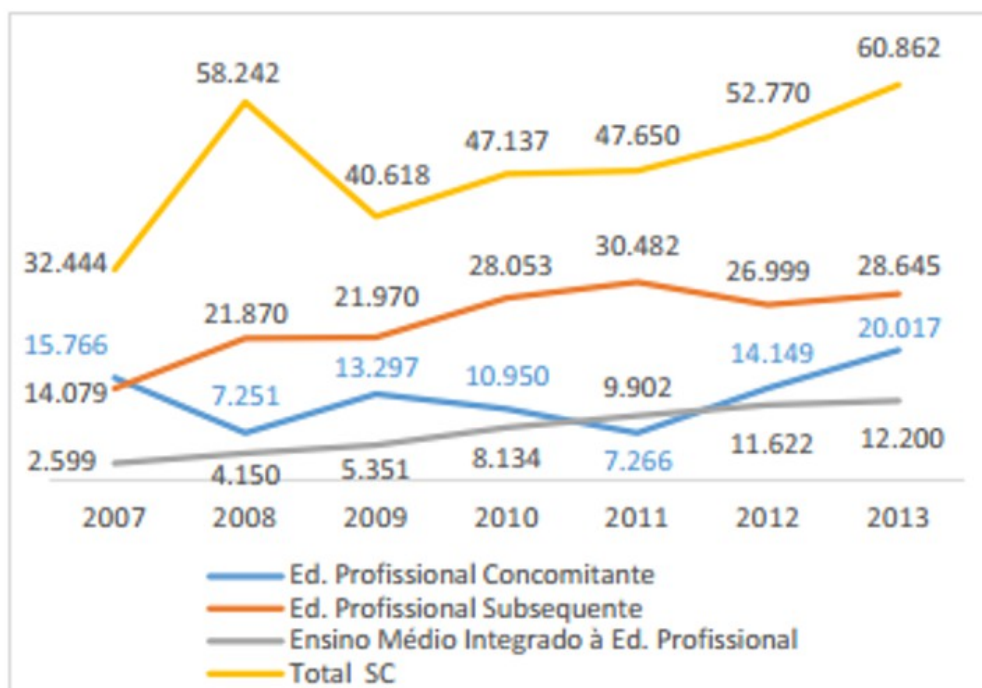
Fonte: MEC/INEP/Censo Escolar.

Gráfico 30 - Educação Profissional: total de matrículas por forma de articulação e dependência administrativa – SC – 2013.



Fonte: MEC/INEP/Censo Escolar.

Gráfico 31 - Educação Profissional: evolução do total de matrículas por forma de articulação – SC – 2007 a 2013.



Fonte: MEC/INEP/Censo Escolar.

Quando analisado por forma de articulação com o Ensino Médio, observa-se que a forma integrada foi a que teve maior aumento em valores relativos (369%) para este período. Já em valores absolutos, a forma subsequente teve o maior aumento, 14.566 matrículas a mais, mesmo que tenha havido oscilações no percurso.

Na rede pública, o total de matrículas na Educação Profissional tem aumentado (tabela 15), contudo, quando analisado por forma de articulação e dependência administrativa, constata-se oscilações entre os anos observados (tabela 16). O mesmo ocorre com a rede privada de 2012 para 2013, apresentou um crescimento significativo, bem superior ao da rede pública, entende-se que isto tenha relação, em parte, pela parceria do poder público (federal e estadual) com o Sistema S e Escolas Privadas. Isto é resultado de um programa nacional em que são oferecidas matrículas gratuitas para o estudante devidamente matriculado no ensino médio da rede pública.

Tabela 15 – Educação Profissional: evolução total de matrículas por rede de ensino – SC – 2007 a 2013.

Rede	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Rede Pública	15.604	16.862	20.104	22.916	24.357	26.771	26.343
Rede Privada	16.840	16.409	20.514	24.204	23.293	25.999	34.519

Fonte: MEC/INEP/Censo Escolar.

Tabela 16 - Educação Profissional: evolução do total de matrículas por forma de articulação e dependência administrativa – SC – 2007 a 2013.

Ano	Ed. Profissional Concomitante				Ed. Profissional Subsequente			Ensino Médio Integrado à Ed. Profissional		
	Municipal	Estadual	Federal	Privada	Estadual	Federal	Privada	Estadual	Federal	Privada
2007		2.382	1.243	12.141	7.154	2.251	4.674	1.751	823	25
2008		3.266	600	3.385	5.915	2.931	13.024	2.725	1.425	
2009		5.612	885	6.800	3.930	4.326	13.714	3.686	1.665	
2010	17	4.000	952	5.981	5.342	4.488	18.223	5.560	2.574	
2011		2.426	618	4.222	6.181	5.230	19.071	6.413	3.489	
2012		3.345	1.246	9.558	4.466	6.166	16.367	6.821	4.727	74
2013		2.671	1.013	16.333	4.778	5.768	18.099	6.502	5.611	87

Fonte: MEC/INEP/Censo Escolar.

No geral, o aumento no total de matrículas é reflexo de políticas públicas que foram desenvolvidas e aplicadas, nos últimos anos, pelo governo federal, com objetivo de induzir ações de âmbito federal, estadual e municipal para a ampliação da oferta da educação profissional pública, por meio de programas como:

- a) Programa de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional, iniciado em 2005, que definiu a expansão da Rede Federal de Educação Profissional em todo o País;
- b) Programa Brasil Profissionalizado, lançado em 2007, visando fortalecer as redes estaduais de Educação Profissional e Tecnológica;
- c) Sistema Rede e-Tec Brasil, lançado em 2007, tendo como princípio a oferta de Educação Profissional e Tecnológica a distância, cujo propósito é ampliar o acesso a cursos técnicos de nível médio, públicos e gratuitos, em regime de colaboração entre União, Estados, Distrito Federal e Municípios;
- d) Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC), lançado em 2011, é um programa instituído para ser executado pela União, com a finalidade de ampliar a oferta de educação profissional e tecnológica, por meio de programas, projetos e ações de assistência técnica e financeira, envolvendo uma série de iniciativas: expansão da rede federal, Brasil profissionalizado, Gratuidade dos cursos promovidos pelo Sistema S, Rede e-Tec Brasil, FIES Técnico e Empresa, e Bolsa Formação.

Num período de 7 anos, o total de matrículas na Educação Profissional Técnica de Nível Médio quase que dobrou em Santa Catarina. Esta informação explicita o grande esforço que deverá ser empregado para atingir a meta de triplicar as matrículas em cursos técnicos de nível médio, assegurando a qualidade na sua oferta e alcançando, ainda, 80% da expansão no segmento público. Sob esse panorama e de acordo com os números de 2013, Santa Catarina precisará alcançar 182.586 matrículas, ao final da vigência deste Plano.

A sustentação para que ações sejam tomadas nesta direção, tanto de expansão quanto da melhoria da qualidade da Educação Profissional pelo Estado, estão fortemente ancoradas no Documento da CONAE 2014 que referenda a busca da garantia da expansão da Educação Profissional pública de

qualidade, tese esta corroborada pela Etapa Preparatória Estadual, em Santa Catarina, no ano de 2013:

"expansão da educação profissional pública de qualidade, em diferentes modalidades e níveis, na perspectiva do trabalho como princípio educativo, com financiamento público permanente, que atenda às demandas produtivas e sociais locais, regionais e nacionais, em consonância com a sustentabilidade socioambiental, com a gestão territorial e com a inclusão social, as diversidades étnico-raciais de modo a dar suporte aos arranjos produtivos locais e regionais, contribuindo com o desenvolvimento econômico-social (BRASIL, 2014a, p.72)"

Outro documento que vem sendo utilizado pela gestão pública estadual, na área de planejamento educacional, é o Relatório da OCDE (2010), que afirma que a Educação Profissional necessita se constituir como política pública em Santa Catarina, para tanto, necessita de financiamento próprio para ampliação de vagas, infraestrutura adequada, formação de professores, valorização profissional, entre outros. Isso deve ser compromisso para com a sociedade, oferecendo formação integral sustentada num currículo que se fundamenta nos conceitos de ciência, tecnologia, cultura e trabalho. Currículo este compreendido como a base para a melhoria da qualidade do ensino técnico, considerando uma prática pedagógica significativa decorrente de uma reflexão sobre o mundo do trabalho, da cultura deste trabalho, das correlações de forças existentes e dos saberes construídos a partir do trabalho e das relações que se estabelecem nessa produção.

Assim, a expansão de vagas de formação técnica de nível médio estará pautada não só no aumento de sua oferta, mas principalmente, na proposição de cursos que fazem parte de um movimento de reafirmação do trabalho como princípio educativo que não se restringe a "aprender trabalhando" ou a "trabalhar aprendendo".

Diante do exposto, justifica-se estabelecimento de metas e estratégias para a Educação Profissional em Santa Catarina, exige-se esforços conjugados entre União, Estado para atender as demandas dos Municípios, e as diferentes redes de ensino para sua execução.

11. EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

A LDB 9.394/96, no artigo 37, enfatiza a garantia ao jovem e a pessoa adulta do direito legal à educação: "A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou oportunidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria". Tal afirmação esclarece o potencial de educação inclusiva e compensatória que essa modalidade de ensino possui.

É importante destacar que a educação para todos, em termo de legalidade é uma garantia, porém uma educação que perceba as diferenças entre as modalidades de ensino, tratando cada uma com especificidade continua sendo um desafio. Mesmo o município traçando o seu plano de trabalho de acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de

Jovens e Adultos e tendo como referência a Proposta Curricular – 1º e 2º segmentos, ainda se percebem aspectos que no âmbito local carecem de uma elaboração mais contextualizada, como grade disciplinar flexível, compreensão de que a EJA é parte integrante do projeto educativo da escola em que se insere e metodologia adequada à realidade do estudante. Esses fatores podem contribuir para que seja efetivada uma educação que realmente contemple jovens e adultos que se encontram à margem dessa “regularidade” educacional.

Com a promulgação da Lei 494/2007 que cria o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB, uma conquista importante, pois se compreende nesse momento que começaria a ser “saldada” a dívida social com milhões de brasileiros que não tiveram assegurado o seu direito a educação fundamental, como expresso na CF nos artigos 205 e 208.

Segundo dados do IBGE (Censo 2010) publicados em abril de 2011, o Brasil tem uma população de 56,2 milhões de pessoas com mais de 15 anos que não frequentam a escola e não têm o Ensino Fundamental completo. Destes, o percentual de analfabetos ainda é fator alarmante em nível de país, região, estado e município.

Tabela 17 - Taxa de analfabetismo - Pessoas de 15 anos ou mais anos de idade.

Índice	%
Taxa de analfabetismo da população de 15 anos ou mais de idade - 2010 - total	2,51
Taxa de analfabetismo da população de 15 anos ou mais de idade - grupos de idade 15 a 24 anos - ano 2000	1,9
Taxa de analfabetismo da população de 15 anos ou mais de idade - grupos de idade 15 a 24 anos - ano 2010	0,9
Taxa de analfabetismo da população de 15 anos ou mais de idade - grupos de idade 24 a 59 anos - ano 2000	3,5
Taxa de analfabetismo da população de 15 anos ou mais de idade - grupos de idade 24 a 59 anos - ano 2010	3
Taxa de analfabetismo da população de 15 anos ou mais de idade - grupos de idade 60 anos ou mais - ano 2000	8,2
Taxa de analfabetismo da população de 15 anos ou mais de idade - grupos de idade 60 anos ou mais - ano 2010	5,4

Fonte: IBGE - Censo 2010.

Com base na tabela acima se percebe que o número de pessoas jovens e adultas fora da escola constitui uma demanda significativa, sendo este contingente uma clientela potencial a ser atendida pela EJA. Pesquisas apontam que a cidade de Rio dos Cedros com seus previstos 11.255 (previsão 2015) mil habitantes, reflete as consequências dessa realidade educacional, pois seu índice de analfabetismo é considerado baixo em relação a 2,51% média nacional representando uma faixa pequena da população.

A escolaridade da população adulta é importante indicador de acesso a conhecimento e também compõe o IDHM Educação. Entretanto como aponta o (Quadro 6) abaixo conforme dados do Censo de 2010, o município de Rio dos Cedros apresenta ainda uma grande parcela da população com nível de formação abaixo do esperado. O resultado da amostra apresentava um total de 2480 pessoas na faixa etária de 25 anos ou mais sem instrução e fundamental e médio incompleto. E atendidas desta população somente 4% (123) pessoas.

Quadro 06 – Comparação de Aprendizagem – 2013.

Censo Demográfico 2010 – Resultado da Amostra – Educação	Pessoas
Pessoas de 25 anos ou mais de idade, residentes, sem instrução e fundamental incompleto, pessoal responsável - Total	2.002
Pessoas de 25 anos ou mais de idade, residentes, fundamental completo, pessoal responsável - Total	478
Total	2.480
Pessoas que frequentavam educação de jovens e adultos do ensino médio - Pública	72
Pessoas que frequentavam educação de jovens e adultos do ensino médio - Particular	5
Pessoas que frequentavam educação de jovens e adultos do ensino fundamental - Total	46
Pessoas que frequentavam educação de jovens e adultos do ensino médio – Total	77
Pessoas de 25 anos ou mais de idade, residentes sem instrução e fundamental médio incompleto – ano 2015 Total	2.793
Meta 25%	698
Pessoas que frequentavam educação de jovens e adultos	123

Fonte: IBGE - Censo 2010.

Este contexto ratifica a necessidade de se trabalhar essa modalidade de ensino no município e conseqüentemente, fazer maiores investimentos em iniciativas mais significativas que seduzam estas pessoas a ingressarem e/ou retornarem à escola e que sejam motivadas a concluírem a etapa de estudo em que estiverem inseridas. Com o objetivo de minimizar o índice de analfabetismo o município desde o ano de 2006 tem assinado o termo de adesão ao Programa Brasil Alfabetizado, cujo objetivo é promover a superação do analfabetismo entre jovens com 15 anos ou mais, adultos e idosos e contribuir para a universalização do ensino fundamental no Brasil. Sua concepção reconhece a educação como direito humano e a oferta pública da alfabetização como porta de entrada para a educação e a escolarização das pessoas ao longo de toda a vida.

Em busca de atender às pessoas que não tiveram acesso à escolaridade na idade própria, o município tem ofertado a referida modalidade no ensino fundamental por intermédio da SEMED; em nível médio, prioritariamente pela e, no âmbito privado, nas etapas de ensino fundamental e médio, pelas seguintes instituições: Escola de Educação Básica Professor Giovani Trentini (EJA) e SEMED via contratação de Serviço Privado. Todavia para atender a meta de 25% o que em uma estimativa obedecendo a uma taxa de crescimento

de 2% da população apontado por aquele censo. Hoje equivaleria um universo de 575 pessoas com um grande esforço de investimento que só será possível com o investimento dos outros entes federativos.

No âmbito das escolas da rede municipal, esta modalidade abrange dois segmentos. O 1º segmento compreende 03 etapas: 1ª etapa (1º ano), 2ª etapa (2º e 3º ano) e 3ª etapa (4º e 5º ano), enquanto que o 2º corresponde a 1ª etapa (6º e 7º ano) e 2ª etapa (8º e 9º ano). Para o atendimento à demanda citada, a Secretaria Municipal de Educação pretende implantar o programa já no ano de 2015 para atender esta demanda.

12. EDUCAÇÃO ESCOLAR DO CAMPO

A Educação Escolar do Campo assegurada no Artigo 28, da LDB, deve ser oferecida pelos sistemas de ensino de modo que atenda às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente: quanto aos conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos estudantes da zona rural; quanto a organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às **condições climáticas** e; quanto a adequação à natureza do trabalho na zona rural. Os debates sobre Educação Escolar do Campo se fortaleceram em espaços de reflexões e deliberações, com os diferentes sujeitos coletivos, a partir da I e II Conferência Nacional "Por uma Educação Básica do Campo", ocorridas em 1998 e 2004, respectivamente.

Em 2004, o MEC cria a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD), entre suas ações, pode-se destacar a realização de Seminários Estaduais de Educação do Campo. Os Seminários foram organizados no sentido de ampliar o debate sobre as políticas do campo e da Educação do Campo.

A partir das mobilizações nacionais, estaduais e municipais, por meio de Fóruns, Conferências e Seminários, foram estabelecidas determinações legais e normativas acerca da Educação do Campo: Parecer CNE/CEB nº 36/2001; a

Resolução CNE/CEB nº 1/2002, que instituiu as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo; o Parecer CNE/CEB nº 3/2008; a Resolução CNE/CEB nº 2/2008, que estabelece diretrizes complementares, normas e princípios para o desenvolvimento de políticas públicas de atendimento da Educação Básica do Campo; Decreto nº 7.352/2010, que dispõe sobre a política de Educação do Campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA); Lei nº 12.960/2014 que altera a LDB, sobre o fechamento de escolas do campo, indígena e quilombola.

Rio dos Cedros apresenta uma diversidade de sujeitos que compõem o que hoje se entende por população do campo: uma representativa agricultura familiar, os extrativistas, com um assentamento, os trabalhadores assalariados rurais, e outros que produzem suas condições materiais de existência a partir do trabalho no meio rural.

Estudos chamam atenção para o êxodo rural, a masculinização e o envelhecimento no campo. O êxodo rural nas regiões de predomínio da agricultura familiar atinge hoje as populações jovens com muito mais ênfase que em momentos anteriores. Ao envelhecimento acopla-se, mais recentemente, um severo processo de masculinização da juventude. As moças deixam o campo antes e numa proporção muito maior que os rapazes.

De acordo com o último censo demográfico, somente 16% da população catarinense vivem no campo, percentual que tem diminuído a cada ano (gráfico 1). Dos 1.00. 523 habitantes da zona rural, 52,2% são homens. Outro dado alarmante é a redução da população em idade escolar e economicamente ativa, só houve aumento da população na faixa etária de 60 anos ou mais de idade, de acordo com os censos demográficos de 2000 e 2010 (tabela 18).

Tabela 18 – Comparativo da população rural, por faixa etária – SC – 2000-2010.

Ano	0 a 3 anos	4 a 5 anos	6 a 10 anos	11 a 14 anos	15 a 17 anos	18 a 24 anos	25 a 29 anos	30 a 59 anos	60 a 79 anos	80 anos ou mais	Total
2000	81.426	45.306	114.794	94.573	70.079	131.713	83.758	408.351	97.230	11.199	1.138.429
2010	49.535	28.231	78.066	72.459	56.890	110.398	73.672	403.310	112.139	15.823	1.000.523
Variação (%) 2010/2000	-39,17	-37,69	-31,99	-23,38	-18,82	-16,18	-12,04	-1,23	15,33	41,29	-12,11

Fonte: IBGE/Censos Demográficos.

Essa realidade demonstra a necessidade de forte investimento na elevação da escolaridade, associada a uma qualificação técnica profissional da população rural e pesqueira em Santa Catarina, que permita assegurar a permanência destas famílias na atividade, com renda e qualidade de vida.

Considerando o universo dos sujeitos que vivem no campo, pergunta-se quem sucederá a atual geração de agricultores. Tal questionamento fez parte do documento debatido e produzido no II Seminário Catarinense de Educação do Campo (2010), promovido pelo Fórum Catarinense de Educação do Campo (FOCEC).

Nesse sentido, a educação do campo não pode ser pensada isoladamente, precisa estar vinculada ao desenvolvimento do campo.

O campo precisa ser pensado a partir dos valores do campo e não do meio urbano. Arroyo & Fernandes (1999) afirmam que não basta ter escolas no campo, é necessário construir escolas do campo, ou seja, escolas com um projeto político pedagógico vinculado às causas, aos desafios, aos sonhos, à história, e à cultura do povo trabalhador do campo.

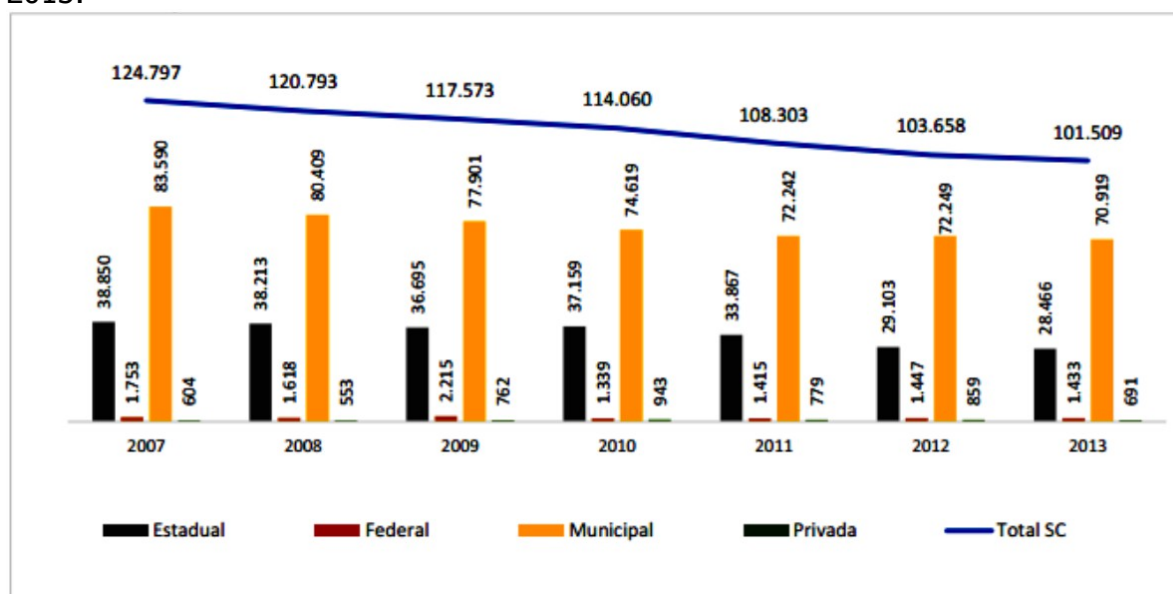
O total de matrículas na zona rural de Santa Catarina segue a tendência decrescente do total de habitantes na faixa etária de escolarização. No comparativo de 2013 com 2007, o total de matrículas da Educação Básica, na zona rural, diminuiu cerca de 18,7%, representando 23.288 matrículas a menos (tabela 19 e gráfico 32).

Tabela 19 – Evolução do total de matrículas por etapa e modalidade de ensino, na zona rural – SC – 2007 a 2013.

Educação Infantil - Creche	3.705	3.785	4.152	4.714	4.535	4.741	5.161
Educação Infantil - Pré-escola	16.098	16.246	16.329	16.548	15.590	14.867	14.626
Anos Iniciais Ensino Fundamental	59.979	56.151	52.087	47.394	51.073	48.247	46.776
Anos Finais Ensino Fundamental	34.966	34.924	33.856	34.792	26.613	26.500	24.684
Ensino Médio (Formação Geral)	4.597	4.812	6.152	6.177	5.962	5.535	6.444
Ensino Médio Integrado à Educação Profissional	477	1.269	1.147	1.447	1.620	1.823	1.673
Educação de Jovens e Adultos - Ensino Fundamental	2.003	1.524	1.109	908	752	483	340
Educação de Jovens e Adultos - Ensino Médio	444	393	547	346	403	60	83
Educação Profissional Concomitante e Subsequente ao Ensino Médio	2.368	1.562	2.192	1.732	1.731	1.373	1.718
Educação Especial - Classes Exclusivas	160	127	2	2	24	29	4
Total SC	124.797	120.793	117.573	114.060	108.303	103.658	101.509

Fonte: MEC/INEP/Censo Escolar

Gráfico 32 – Educação Básica: total de matrículas na zona rural – SC – 2007 a 2013.



Fonte: MEC/INAP/Censo Escola.

Uma política pública adequada à Educação do Campo necessita a adoção de ações conjuntas de colaboração e cooperação entre as três esferas do Poder Público – União, Estados e Municípios, com a finalidade de se expandir a oferta de Educação Básica que viabilize a permanência das populações rurais no

campo. Por isso, e diante do cenário atual, justifica-se o estabelecimento de estratégias, em todas as metas deste Plano, que contemplam a Educação do Campo.

Inicialmente, um dos fatores que favoreceram a desatenção para com a Educação do Campo, foi a percepção de que a formação da força de trabalho para a agricultura monocultura, não dependia da educação escolar. Os saberes necessários para a realização das tarefas no campo eram aprendidos por meio da prática. Dessa forma, as gerações mais jovens observavam as mais experientes para tornarem-se aptas ao trabalho.

Historicamente, o meio rural brasileiro tem sido marcado por lutas pela posse da terra, muitas vezes de forma violenta, ocasionando uma difícil sobrevivência. Esse fato levou e tem levado os camponeses a sentirem-se ameaçados, a ponto de deixarem suas origens rurais em busca de melhores condições de vida na cidade, onde, na maioria das vezes, passam a viver marginalizados e a figurar nas estatísticas negativas do país.

Embora a escola do campo já tenha percorrido um longo percurso e alcançado algumas melhorias, e até existam algumas políticas específicas para o setor, ainda há muito a ser alcançado. É essencial que a educação possa possibilitar, no seu processo, uma formação humanística, solidária e cooperativa, para a intervenção na realidade dos sujeitos, no sentido de uma possível reversão o quadro social vigente, tendo como referência experiências inovadoras de educação formal e informal. Sendo a educação um processo reconstrutivo de formação humana, essa formação deve levar em consideração as condições culturais, econômicas, sociais e geográficas em que se encontra a pessoa. Ser desenvolvida em uma perspectiva universal, mas, ao mesmo tempo, valorizando as características próprias de cada realidade. Essa orientação é de fundamental importância para o crescimento da qualidade da educação, enquanto meio de emancipação social e conquista da cidadania.

Tabela 20 - Participação relativa da população residente por localização do domicílio e gênero, em Rio dos Cedros, no período 1980 a 2010.

Ano	Gênero		Localidade	
	Homens	Mulheres	Urbana	Rural
1980	4.335	4.131	1.869	6.597
1991	4.442	4.200	2.504	6.138
2000	4.592	4.347	3.758	5.181
2010	5.268	5.016	5.110	5.174

Fonte: IBGE, Diretoria de Estatística, Geografia e Cartografia, 2010. Nota: Censos Demográficos 1980, 1991, 2000 e 2010.

O município de Rio dos Cedros também se encontra em situação desfavorável pois apresenta uma grande extensão territorial. Onde 51,31% de sua população residem na área rural. Desta forma os grandes deslocamentos realizados pelas crianças prejudicam o rendimento escolar.

Outro componente a ser destacado relaciona-se ao fato de parcela desta população estar localizada em áreas isoladas. Não permitindo pela baixa densidade demográfica construir escolas do campo nos diversos pontos do município.

Outra singularidade demonstrada pelo censo é o grande número de residências estabelecidas em um raio de até 2 km do centro urbanos considerados rurais. Levando em conta isso foi centralizado em núcleos para que se possa ofertar ensino de qualidade. Dividindo-se em cinco núcleos, organizados por residência e faixa etária conforme exposto no quadro abaixo:

Quadro 07 – Demonstrativo de núcleos e número de estudantes.

Núcleo	Entidade	Modalidade de Ensino	Nº de Alunos
Serra	EMEF Prefeito João Floriani	Ensino Fundamental Ie II Infantil	300
Centro	EMEF EXP. Servino Mengarda	Ensino Fundamental I	500
Centro	EEB Professor Giovani Trentini	Ensino Fundamental/Médio	670
Centro	CEI Isabel Longo	Educação Infantil (4/5anos	134
Centro	CEI Criança Feliz	Educação Infantil (0 à 3 anos)	195

Fonte: Educasenso – INEP.

É válido ressaltar que alguns dos locais onde se encontram essas escolas são tão próximos da sede do município, que acabam se integrando e participando mais de atividades urbanas, enquanto outros apresentam características rurais, mas todos mantêm vínculos diretos com a cidade. Das cinco entidades, todas funcionam em prédios próprios e conforme o Censo Escolar de 2013, as mesmas são consideradas funcionais e estão em bom estado de conservação.

Em relação aos professores do município, por nível de formação, a Educação do Campo conta com (167) professores, sendo 82 com graduação em Pedagogia, e 85 em outras licenciaturas. Vale ressaltar que há uma grande rotatividade no quadro de professores que atuam nas turmas das séries regulares, sendo preponderante o fator da carência de profissionais habilitados que residam próximas as escolas.

13. EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Compreende-se por educação inclusiva, uma proposta que objetiva igualdade de acesso e permanência a todos que dela fizerem uso, desenvolvida com suporte técnico, pedagógico, didático, metodológico necessários ao fortalecimento e garantias que assegurem esta permanência bem como o sucesso escolar.

Tais direitos encontram-se definidos nos documentos oficiais de modo que a Constituição Federal (CF) no Art. 205, afirma: "a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho".

Posteriormente, o Brasil ratifica a Declaração Mundial sobre Educação para Todos, assegurando aos grupos sociais os direitos negados ao longo do processo histórico de organização da sociedade brasileira.

Um compromisso efetivo para superar as disparidades educacionais deve ser assumido. Os grupos excluídos – os pobres; os meninos e meninas de rua ou trabalhadores; as populações das periferias urbanas e zonas rurais; os nômades e os trabalhadores migrantes; os povos indígenas; as minorias étnicas, raciais e linguísticas; os refugiados; os deslocados pela guerra; e os povos submetidos a um regime de ocupação – não devem sofrer qualquer tipo de discriminação no acesso. Deste modo, cabe a União, aos Estados e municípios o desenvolvimento de políticas públicas que contemplem a todas as pessoas envolvidas, antes marginalizadas: mulheres, crianças, pessoa idosa, afrodescendentes, indígenas e 44 pessoas com deficiência, pessoas que vivem em situação de itinerância como os povos ciganos ou como os profissionais circenses, entre outros.

Nesta perspectiva, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº 9394/96, responsabiliza o Estado em ofertar educação em diversas modalidades e acrescenta a família como copartícipe na educação das crianças e adolescentes, através da obrigatoriedade da matrícula. Segundo o art. 3º do mesmo documento, o ensino será ministrado com base na: "Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola" (Brasil, 1988).

Neste âmbito, o tecido social precisa ser reconhecido a partir das variadas manifestações e formas de organização cultural presentes em todo o território brasileiro e que definem as várias possibilidades de identidades que se revelam no universo da escola.

Compreende-se que o compromisso de assegurar o desenvolvimento de um sistema educacional que contemple a todos os cidadãos e cidadãs brasileiros deve pautar-se no princípio da igualdade de direitos, com o devido respeito às singularidades dos sujeitos, conforme Boaventura Santos (2013, p.56):

"Temos o direito de ser iguais quando a nossa diferença nos inferioriza; e temos o direito de ser diferentes quando a nossa igualdade nos descaracteriza. Daí a necessidade de uma igualdade que reconheça as diferenças e de uma diferença que não produza, alimente ou reproduza as desigualdades."

Tais singularidades defendidas estendem-se ao campo dos Direitos Humanos de modo que haja clareza do compromisso institucionalizado por meio de uma proposta pautada nos documentos legais, quais sejam CF, Estatuto da Criança e do Adolescente, Estatuto do Idoso, LDB, Leis 10.639/03 e 11.645/08, bem como a Declaração de Jomtien e Salamanca, em cujos textos se assegura o direito à participação que independe de cor, etnia/raça, identidade sexual, origem, gênero, entre outras variações, cabendo às escolas, o desenvolvimento de práticas e processos que incluam todos os grupos. A CF brasileira de 1988 é clara ao eleger como fundamentos da República a cidadania e a dignidade do ser humano (art. 1º, incisos II e III), e como um dos seus objetivos fundamentais, a promoção do bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação (art. 3º, inciso IV). Ela ainda garante o direito à igualdade (art. 5º), e trata no art. 205, dentre outros, do direito de todos à educação.

A Constituição é, pois, um marco na defesa da inclusão escolar. Ela institui como um dos princípios do ensino a igualdade de condições de acesso e permanência na escola (art. 206, inciso I), acrescentando que "o dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de [...] acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um" (art. 208, inciso V).

No que tange à Educação Especial, a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Pessoa com Deficiência, documento celebrado na Guatemala em 05/1999, e do qual o Brasil é signatário, foi aprovado pelo Congresso Nacional, por meio do Decreto Legislativo nº 198, de 13/06/01 e promulgado pelo Decreto nº 3.956, de 08/10/01, da Presidência da República.

A importância da Convenção no entendimento e na defesa da inclusão está no fato de que deixa clara a impossibilidade de diferenciação com base na deficiência, definindo a discriminação contra a pessoa com deficiência como:

"[...] toda diferenciação, exclusão ou restrição baseada em deficiência, antecedente de deficiência, consequência de deficiência anterior ou percepção de deficiência presente ou passada, que tenha o efeito ou propósito de impedir ou anular o reconhecimento, gozo ou exercício por parte das pessoas com deficiência de seus direitos humanos e suas liberdades fundamentais" (art. I, nº 2 "a").

O texto da Convenção (art. I, nº 2, "b") esclarece que não constitui discriminação:

"[...] a diferenciação ou preferência adotada para promover a integração social ou o desenvolvimento pessoal dos portadores de deficiência, desde que a diferenciação ou preferência não limite em si mesma o direito à igualdade dessas pessoas e que elas não sejam obrigadas a aceitar tal diferenciação ou preferência".

Como a educação deve visar ao pleno desenvolvimento humano e ao preparo para o exercício da cidadania, qualquer restrição ao acesso a um ambiente, que reflita a sociedade em suas diferenças/diversidade como meio de preparar a pessoa para a cidadania, seria uma "diferenciação ou preferência" que limitaria, "em si mesma o direito à igualdade dessas pessoas".

Conforme documento editado pelo Ministério Público Federal por meio da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, denominado a acesso de alunos com deficiência às classes e escolas comuns da rede regular de ensino, e de acordo com o novo parâmetro relacionado ao princípio da não-discriminação trazido pela convenção da Guatemala, só se admite as diferenciações com base na deficiência para permitir o acesso das pessoas com deficiências aos seus direitos, e não para negar-lhes o exercício deles.

No Capítulo III, Da Educação, da Cultura e do Desporto, da Constituição brasileira pode se perceber a ressignificação da Educação Especial, quando o mesmo diz em seu art. 208 que o dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: "atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino".

Uma das inovações trazidas pela Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva é o Atendimento Educacional Especializado - AEE, que é um serviço da educação especial que "[...] identifica, elabora e organiza recursos pedagógicos e de acessibilidade, que eliminem as barreiras para a plena participação dos estudantes, considerando suas necessidades específicas" (SEESP/MEC, 2008). O AEE complementa e/ou suplementa a formação do estudante, visando a sua autonomia na escola e fora dela, constituindo oferta obrigatória pelos sistemas de ensino.

Esse atendimento é um serviço complementar e necessariamente diferente do ensino escolar e se destina a atender às especificidades dos estudantes com deficiência, abrangendo principalmente instrumentos necessários à eliminação das barreiras que as pessoas com deficiência naturalmente têm para relacionarem-se com o ambiente externo, tais como: ensino da Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS; ensino de Língua Portuguesa para surdos; Sistema Braille; orientação e mobilidade para pessoas cegas; Soroban; ajudas técnicas, incluindo informática; mobilidade e comunicação alternativa/aumentativa; tecnologia assistiva, educação física especializada; enriquecimento e aprofundamento curricular; atividades da vida autônoma e social. O direito ao atendimento educacional especializado está igualmente previsto na LDB, art. 58, parágrafo 1º que determina: "haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial".

Compreende-se uma nova interpretação, pois a Educação Especial sempre foi vista como a modalidade de ensino que substituíria a escolaridade regular para estudantes com deficiência. Porém, na nova concepção, perpassa e complementa as etapas da Educação Básica e Superior. Por esse motivo, os estudantes com deficiência, especialmente os

que estão em idade de cursar o Ensino Fundamental e Médio (dos 06 aos 17 anos de idade), não podem frequentar unicamente os serviços de Educação Especial (classes especiais, salas de recursos e outros), devendo estar matriculados e frequentando regularmente as turmas de sua faixa etária, nas escolas comuns.

No que concerne à Educação Infantil a LDB institui que “a oferta de educação especial, dever constitucional do Estado, tem início na faixa etária de zero a seis anos, durante a educação infantil” (art. 58, § 3º). Trata-se de cumprir uma prerrogativa legal, que diz respeito ao direito indispensável de toda e qualquer pessoa à educação e que, não sendo acatada, pode acarretar às famílias penalidades decorrentes do crime de abandono intelectual de seus filhos (Código Penal, artigo 246).

Todos os seres humanos são capazes de aprender. Tal premissa sugere ser a aprendizagem um processo permeado pelas relações. Pode-se dizer que são os seres humanos processuais e relacionais. Nesta perspectiva, deve-se segundo a CF e demais documentos norteadores, assegurar a todos, as condições para a plena participação na vida social.

Embora existam pessoas com deficiências bastante significativas, deve-se lembrar de que, como estudantes, elas têm o mesmo direito de acesso à educação que as demais, com ou sem deficiência, em ambiente escolar não segregado. Como propósito de assegurar a todos o direito que lhes assiste ao processo de construção do conhecimento, o município de Rio dos Cedros oferece as seguintes etapas e modalidades abaixo descritas no quadro abaixo:

Quadro 08 - Demonstrativo por redes, níveis, etapas e modalidades:

R e d e	Rede	Níveis		
	M u n i c i p i	E n s i n o		

Fonte: Senso Escolar – SEMED.

Segundo dados de pesquisa realizada pela Organização Mundial de Saúde – OMS em 22/04/13, cerca de 12 a 14% da população mundial é composta por pessoas com deficiência. Compreende-se por deficiência as situações em que os sujeitos, mesmo fazendo uso de órtese e/ou prótese, permanecem com limitação sensório-motora.

Em Rio dos Cedros, existem segundo o censo educacional de 2014, **1701** estudantes, sendo que destes, **somente 22 alunos** encontram-se em processo de inclusão o equivalente a **0,01%**, possuem algum tipo de deficiência, o que mostra ser imprescindível o trabalho preventivo de construção de redes de inclusão capazes de encontrar caminhos para desburocratização de serviços de modo que as crianças e adolescentes com deficiência ou outras limitações, tenham acesso aos meios favoráveis ao desenvolvimento da aprendizagem.

Tabela 21 – Censo Educacional 2014.

Censo Educacional 2	
Matrículas	
Alunos em Inclusão	
%	

Fonte: Senso Escolar – SEMED.

O município apresenta uma estrutura dual de oferta e permanência (rede pública e APAE). Escolas regulares onde estão matriculados estudantes com e sem deficiência; e, em parceria com a Secretaria Municipal de Educação, e a APAE (Associação de Pais e Amigos de Excepcionais).

Para o estudante com deficiência inserido na rede regular municipal é ofertado o atendimento educacional especializado em SRM (Salas de Recursos Multifuncionais) cujos serviços devem ser oferecidos em contra turno, conforme art. 5º da Resolução CNE/CEB 4/2009, sendo a matrícula no AEE condicionada à matrícula no ensino regular. Tal atendimento tem como objetivo auxiliar o estudante, na construção/desenvolvimento das habilidades e competências para sua inserção no mundo social e do trabalho, assegurando assim a sua autonomia.

Na Escola Municipal Expedicionário Servino Mengarda foi inaugurada uma sala de AEE que visa atender todas as escolas da rede municipal especificamente.

Nesse contexto, evidencia-se ser um desafio ao município, e principalmente, à rede estadual a integralização desse atendimento, com a real implantação dos espaços necessários.

Consta, segundo o Educacenso-2014, que não existe nenhuma escola da rede privada que ofereça este serviço, com exceção da APAE, que é instituição privada sem fins lucrativos.

Para atuar no AEE, os professores devem ter formação específica que atenda aos objetivos da Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva e formação continuada, em cursos de aperfeiçoamento ou de especialização, enquanto que os professores do ensino regular devem ser capacitados para a integração desses estudantes nas classes comuns (LDB, art. 59, inciso III). Como já acima citado, o AEE tem como objetivo atender de modo a complementar e/ou suplementar as necessidades de estudantes com as seguintes características:

- Estudantes com deficiência: aqueles [...] que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais em interação com diversas barreiras podem obstruir sua participação plena e

efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas (ONU, 2006).

- Estudantes com transtornos globais do desenvolvimento: aqueles que apresentam alterações qualitativas das interações sociais recíprocas e, na comunicação, um repertório de interesses e atividades restrito, estereotipado e repetitivo. Incluem-se nesse grupo alunos com autismo, síndromes do espectro do autismo e psicose infantil. (MEC/SEESP, 2008).

- Estudantes com altas habilidades/superdotação: aqueles que demonstram potencial elevado em qualquer uma das seguintes áreas, isoladas ou combinadas: intelectual, acadêmica, liderança, psicomotricidade e artes, além de apresentar grande criatividade, envolvimento na aprendizagem e realização de tarefas em áreas de seu interesse (MEC/SEESP, 2008).

Esse atendimento também poderá ser oferecido em Centros de Atendimento Educacional Especializado da rede pública ou privada, sem fins lucrativos. Tais centros, contudo, devem estar de acordo com as orientações da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) e com as Diretrizes Operacionais da Educação Especial para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica (MEC/SEESP, 2009).

Na perspectiva da Educação Inclusiva, o processo de reorientação de escolas especiais e centros especializados requer a construção de uma proposta pedagógica que institua nestes espaços, principalmente serviços de apoio às escolas para a organização das salas de recursos multifuncionais e para a formação continuada dos professores do AEE.

Os conselhos de educação têm atuação primordial no credenciamento, autorização de funcionamento e organização destes centros de AEE, zelando para que atuem dentro do que a legislação, as políticas públicas e as Diretrizes orientam. No entanto, a preferência pela escola comum como o local do serviço de AEE, já definida no texto constitucional de 1988, foi reafirmada e existem razões para que esse atendimento ocorra na escola comum.

O motivo principal de o AEE ser realizado na própria escola do estudante está na possibilidade de que suas necessidades educacionais específicas possam ser atendidas e discutidas no dia a dia escolar e com todos que atuam no ensino regular e/ou na educação especial, aproximando os estudantes dos ambientes de formação comum a todos. Para as famílias, quando o AEE ocorre nessas circunstâncias, propicia-lhes viver uma experiência inclusiva de desenvolvimento e de escolarização de seus filhos, sem ter de recorrer a atendimentos exteriores à escola.

14. DIVERSIDADE E TEMAS SOCIAIS

As sociedades contemporâneas, dentre elas a brasileira, passam por um período de transformações sociais, políticas e econômicas, de certo modo complexas e específicas do modelo de desenvolvimento adotado e desenvolvido por país.

Dessa forma, cabe salientar, que tendo em vista a importância do trabalho e das relações que se constituem a partir do mesmo, a compreensão da política econômica, onde conceitos como empreendedorismo, livre iniciativa e desburocratização dos serviços públicos, assim como esvaziamento das responsabilidades do Estado, no tocante a economia e as políticas públicas, vem sendo a cada dia mais estimulados.

A falta de perspectiva para a juventude, a fome, o trabalho escravo e infantil, as diferenças salariais causadas por gênero e/ou cor, o analfabetismo, a ineficiência das políticas públicas. Internamente destacam-se ainda a violência contra a mulher, a criança e a pessoa idosa; as situações de homofobia que independem do gênero; a intolerância e o desrespeito religiosos; o preconceito e a discriminação contra os povos indígenas e afrodescendentes, bem como contra a pessoa com deficiência.

Por outro lado, existem problemas de ordem ambiental que demandam preocupações e acertos de posturas e condutas, tendo em vista que a vida no planeta encontra-se cada vez mais comprometida, sendo urgente a necessidade de rever posicionamentos em relação a ocupação do espaço, bem como a exploração predatória dos recursos naturais, sejam eles de natureza animal, vegetal ou mineral e, ao mesmo tempo, o excessivo e descontrolado uso de agrotóxicos, combustíveis e demais substâncias químicas que poluem o planeta associados a outros poluentes não menos agressivos.

Em meio a tantas mudanças, não se pode desconsiderar que também surgem fatores que estimulam e/ou impulsionam, de maneira dialética, o surgimento de diversos movimentos, tais como de mulheres, mulheres negras, pessoa idosa, pessoas com deficiência, entre outros, que organizados pela conquista e garantia plena de seus direitos de cidadania e humanidade, estabelecem lutas perpassando o campo do Direito, com o intuito de favorecer o reconhecimento das singularidades dos sujeitos que a constituem.

Trata-se aqui não apenas do reconhecimento de tais sujeitos como seres humanos, mas, sobretudo da legalização e efetivação das garantias de igualdade de direitos, a partir dos quais revelam-se as mudanças paradigmáticas concernentes a uma concepção de homogeneidade para outra, na perspectiva da heterogeneidade onde se reconhecem os sujeitos como seres coletivos e individuais.

Por serem coletivos, tais sujeitos vão se identificando uns aos outros e assim, associados a partir das diversas dimensões que os compõem e que fazem com que os mesmos se agrupem, ora a um, ora a outro grupo, vão os mesmos em um processo dialético, definindo as subjetividades e individualidades que passam a compor-lhes criando assim, um ser cuja identidade se fortalece, ou não, no contexto de suas organizações.

Nesta perspectiva, diversos documentos têm sido elaborados, frutos de grandes conferências internacionais, visando discutir as problemáticas anteriormente descritas, a fim de assegurar a esses grupos o direito que até então lhes foi negado, de pertencimento e de vivenciamento de suas vidas em coletividade. Tais documentos, como a Declaração de Jomtien (1990), entre outros, contribuíram de forma significativa para a construção de políticas afirmativas, tendo sido ratificadas pela Constituição Federal.

No entanto, novas configurações surgidas mediante vivências dentro dos movimentos ampliam olhares, reorganizando estruturas e provocando alterações através de leis e decretos que buscam contemplar maiores possibilidades de abrangência. A instituição de leis que atendam a especificidade de cada grupo social demonstra a importância da participação popular dentro dos movimentos sociais como fator imprescindível para a conquista do direito de ser a partir de suas identidades, tais como: Lei nº 10.639/2003 (História e Cultura Afro-Brasileira), Lei nº 11.645/2008 (História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena), Lei nº 7.716/1989 (Preconceito/Racismo), Lei nº 11.340/2006 (Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher), Decreto nº 3.956/2001 (Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência); Decreto 7.611/2011 (Educação Especial, o Atendimento Educacional Especializado), Decreto nº 7.037/2009 (Programa Nacional de Direitos Humanos – PNDH-3/), entre outras.

Consideram-se também instrumentos desenvolvidos a partir das discussões internacionais que perpassam pelas questões acerca dos Direitos Humanos, a criação de vários estatutos, que trazem em linhas gerais, as especificidades dos grupos para os quais legislam, tais como: Estatuto da Criança e do Adolescente (1990) e Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741/2003).

Ressalta-se ainda a importância das Conferências Nacionais dos Direitos Humanos e das Diretrizes Curriculares Nacionais (Educação Escolar Indígena; Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana; Educação Ambiental; para o atendimento de educação escolar de crianças, adolescentes e jovens em situação de itinerância); Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos e o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos

(PNEDH/2006). Com o intuito de fomentar o crescimento da participação popular, os movimentos sociais reivindicam ao Estado a instituição dos Conselhos de Direitos, cuja paridade da composição dos membros, representando a sociedade civil e o poder público, constitui-se em exercício da cidadania, objetivando propor resoluções e acompanhar a implementação das leis, garantindo que as mesmas sejam efetivadas, além de fiscalizar a sua aplicabilidade.

Vale ressaltar que são, portanto, essas singularidades, não reconhecidas no passado e ainda em um processo incipiente na contemporaneidade – cujos atores e atrizes agora e aos poucos identificam-se e agregam-se – que precisam ser aceitas e respeitadas nos espaços sociais, onde anteriormente nem se cogitava abrir tais possibilidades. Não se pode negar, portanto, que através das lutas dos grupos acima citados, percebe-se uma mudança significativa de efeito legal.

Mediante toda essa conjuntura, o município de Rio dos Cedros, em face dos índices de crescimento cujas comprovações estão presentes nos gráficos e tabelas demonstrados em outros textos deste documento, apresenta a necessidade urgente de ver sistematizadas em suas escolas, práticas e referenciais que possibilitem um diálogo aberto com as questões contemporâneas tratadas hoje como temas sociais, por serem de extrema relevância para a construção de uma cultura de paz que seja capaz de extrapolar os muros das instituições de ensino e passem a refletir sobre toda a cidade.

Cabe salientar que os temas sociais precisam ser identificados, reconhecidos e abordados na transversalidade de um currículo aberto e em constante movimento a partir das dinâmicas sociais – elementos formadores do tecido social das comunidades que compõem o município – e cujos elementos culturais (raça/etnia, gênero, identidade sexual, deficiência, orientação religiosa, entre outros) sejam discutidos sem que os sujeitos sofram situações de perda de suas identidades.

Considera-se perda de identidade, as situações causadas através da prática da intolerância oficializada nos espaços escolares, quando nos mesmos ocorrem a imposição e a defesa de um currículo que na maioria das vezes adota como somente válidos os saberes e conhecimentos instituídos sem a participação popular.

O município conta hoje com Conselhos de Direitos, quais sejam: Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), Conselho Municipal do Meio Ambiente (COMMAM), e Conselho Municipal de Educação (CME) e Conselho Municipal de Saúde (CMS); pastorais da mulher, da criança, da juventude; Associações de moradores; e Conselho Tutelar.

Ademais, apesar da ampliação no número de entidades organizadas que representam a sociedade civil, observada na última década, pode-se dizer que não há efetiva participação da mesma nos conselhos e/ou associações. Percebe-se, portanto duas possibilidades de interpretação: a primeira diz respeito à concepção de trabalho e do seu valor, já que os conselheiros não são

remunerados; a segunda trata da ausência do conhecimento formal e político capaz de ressignificar conceitos impulsionando ao exercício da cidadania e participação.

Nesta perspectiva, cabe às instituições de ensino reavaliar suas práticas à luz de referenciais teóricos que possam reconstruir o olhar sobre os grupos sociais e sobre suas identidades, diversamente constituídas, pois a educação tem papel primordial de estimular a equidade social, exercendo sua função sociopedagógica.

Portanto, a promoção da diversidade é fundamental para a igualdade de direitos e oportunidades a todas as pessoas, tendo em vista que vivemos em uma sociedade plural e desigual.

Nessa perspectiva as redes públicas de ensino. Tem procurado desenvolver projetos de formação continuada cujos temas abordados focam na diversidade e temas sociais, entre os quais: educação inclusiva, educação ambiental, direitos humanos, deficiências com a finalidade de promover o fortalecimento de práticas sociais e pedagógicas que buscam respeitar a pluralidade dos sujeitos e as singularidades dos diversos grupos sociais que compõem a comunidade escolar.

Dentre as ações desenvolvidas destaca-se a formação para professores e coordenadores pedagógicas, palestras e oficinas para famílias e estudantes com a finalidade de enfrentar/combater a violência sexual contra crianças e adolescentes; orientação à equipe escolar na prevenção e enfrentamento à violência dentro das escolas, que muitas vezes é materializada por meio do bullying e homofobia; abordagem das temáticas sobre sexualidade, saúde sexual e saúde reprodutiva, doenças sexualmente transmissíveis, relações de gênero, dentre outras, com estudantes, famílias e equipe escolar; formação continuada de professores com disponibilização de material didático de apoio às escolas, visando à sensibilização e inclusão curricular da temática História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena.

No tocante à Educação Ambiental, obedecendo às recomendações da Lei 9.795/99, tem sido oferecidos às escolas, momentos de reflexão, envolvendo toda a comunidade escolar, pais, mães e/ou responsáveis, por meio de palestras que abordam temas socioambientais relevantes, entre os quais, o uso responsável dos recursos naturais, reciclagem, consumismo e desperdício, alimentação saudável e importância da escola como organização social capaz de promover o desenvolvimento intelectual e cultural.

Desse modo, compreende-se o trabalho com os temas sociais como um desafio constante que deve nortear o processo educativo na busca do respeito à diversidade e sustentabilidade social e ambiental, mediante ações que se encaminhem para a redução de desigualdades sociais e melhoria da qualidade de vida.

15. GESTÃO E VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO

A luta pela qualidade da educação pública não é algo recente. Na década de 1920, com a fundação da Associação Brasileira de Educação (ABE), o tema adquiriu visibilidade com o lançamento do "Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova", em 1932. Já em meados da década de 1950, foi lançada a Campanha em Defesa da Escola Pública.

Entre esses momentos de visibilidade da questão, também é importante citar as Conferências de Educação da década de 1980 e o Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública, movimentos sociais que no bojo do processo de redemocratização do país, contribuíram com o processo político que desaguou na Constituição Federal (CF) de 1988 e na nova LDB nº 9394 de 1996. Estes documentos oficiais tornaram obrigatório o processo de elaboração de um Plano Nacional de Educação (PNE). Os Congressos Nacionais de Educação de 1996 e 1997 propuseram uma proposta alternativa de PNE, encaminhado como projeto de lei (PL) nº 4.155, concorrendo com um segundo projeto de lei encaminhado pelo Poder Executivo, PL nº 4.173.

Estes projetos, no processo de tramitação nos anos de 1998 a 2000, entre a Câmara de Deputados e Senado, tornaram-se o projeto de lei que instituiu o PNE nº 10.172 que vigorou nos anos 2001 – 2011. Todo esse processo retrata os esforços para a construção de uma política educacional que favoreceu a redemocratização da educação pública, valorizando os profissionais que dela fazem parte, dando obrigatoriedade às outras instâncias (estados e municípios) a também elaborarem suas políticas de educação.

Nesse contexto, a LDB nº 9.394/96, em seus artigos 61 a 67, dá destaque ao que estava previsto no inciso V do art. 206 da CF, no que diz respeito à valorização do profissional da educação. Nesses artigos são estabelecidas diretrizes para a formação dos profissionais da educação básica, para o exercício das funções de docência e de suporte pedagógico à docência, e para a elaboração dos estatutos e planos de carreiras para o magistério público, prevendo a progressão funcional com base na titulação ou habilitação e na avaliação de desempenho.

A valorização dos profissionais da educação perpassa três eixos interligados entre si: GESTÃO – FORMAÇÃO – CARREIRA. Cada eixo desdobra-se em outras vias também interligadas. Para situar e estabelecer os pontos prioritários desta política apresenta-se o contexto geral e os fundamentos da valorização destes trabalhadores. Sendo o foco deste documento a política inerente aos profissionais da educação do Município de Rio dos Cedros, este estudo pautou-se em análise documental e revisão da literatura, especialmente: CF, LDB nº 9.394/96, PNE e Plano Estadual de Educação (PEE) de 2013, Plano Municipal de Educação (PME) de 2008, com objetivo de contribuir para uma política de reconhecimento e valorização destes profissionais, apontando os elementos imprescindíveis a este processo. Outro dos objetivos centrais da elaboração deste PME é a melhoria dos indicadores de desenvolvimento educacional, através do oferecimento de

uma educação de qualidade, que assegure o acesso para todos na devida faixa etária, propiciando sua permanência na escola e conduzindo o cidadão e a cidadã ao aperfeiçoamento contínuo.

Observa-se que ao longo dos anos, o município vem perfazendo uma caminhada significativa em incentivos que contribuem para a melhor da qualidade do ensino. Um deles é a participação dos profissionais em cursos de formação continuada ocasionando em promoções progressões regulares na carreira profissional. No entanto, faz-se necessário a elaboração e implantação de um plano que dê continuidade e garantia da valorização do grupo do magistério e demais trabalhadores da Educação Básica.

Dados estatísticos demonstram que a situação socioeconômica do professor com salário digno, plano de carreira, formação e acompanhamento pedagógico, boas condições de trabalho, cuidados de prevenção à saúde no exercício da função, influenciam na qualidade do seu trabalho e, consequentemente, na aprendizagem dos estudantes. Para tanto, há que se formularem políticas para que os professores possam vislumbrar perspectivas de crescimento profissional e de continuidade de seu processo de formação.

A coerência entre o diagnóstico e o Plano proposto, é de fundamental importância estabelecendo-se metas, visando à continuidade da melhoria nas escolas, no tocante ao aspecto físico, infraestrutura, instrumentos e materiais pedagógicos e de apoio aos meios tecnológicos. Assim, acredita-se que a elaboração do PME, viabilizando condições que mantenham o entusiasmo, estimulando todos à dedicação ao trabalho e à confiança quanto à valorização, trará aos municípios resultados ainda mais significativos.

Em razão da autonomia constitucional, as entidades estaduais, municipais têm competência para organizar e manter seus servidores, criando e extinguindo cargos, funções e empregos, instituindo carreiras e classes, estabelecendo a remuneração, delimitando deveres e direitos e fixando regras disciplinares. Nesse sentido, o Município de Rio dos Cedros procurou construir o seu Sistema Municipal de Ensino, adequado às novas demandas e ao Regime de Colaboração estabelecido a partir do novo ordenamento jurídico emanado do Governo Federal. Para tanto, vem elaborando instrumentos e normas do município, em relação à educação a partir da CF/88, LDB/96, PNE/2001 e as Leis de Criação do FUNDEF e FUNDEB, conforme quadro abaixo:

Quadro 09 – Demonstrativo de leis municipais que regulamentam o sistema municipal de ensino em Rio dos Cedros-SC.

Instrumentos		
Lei Orgânica Municipal. 1990	(
Lei Complementar nº 040/ 2003		

Fonte: PROGEM (Procuradoria Geral do Município) – Prefeitura Municipal de Rio dos Cedros – SC.

As disposições legais devem obedecer a CF/88, e posteriores emendas, como normas gerais de observância da eficiência, impessoalidade, moralidade, equidade e publicidade na formulação de políticas públicas de recursos humanos.

Os preceitos reguladores para a formulação de uma política pública de formação inicial e continuada e valorização dos profissionais do magistério devem observar, obrigatoriamente, todas as disposições legais vigentes, dentre as quais cabe destacar: CF/88; Lei Orgânica Municipal/1990; LDB 9.394/96; Lei 9.424/96 –FUNDEF; Lei Nº 11.494/07 – FUNDEB; Lei Complementar nº 101/2001 – Lei de Responsabilidade Fiscal; PNE 2014 – 2023; Lei Nº 11.783/2008 – Piso Salarial Profissional Nacional; Lei nº 1.227/2007 – Planos de Carreira dos Profissionais da Educação. Considerando o exposto, apresenta-se a seguir os quadros que demonstram o nível de formação e remuneração do grupo do magistério:

Quadro 10 – Funções docentes, segundo dados de pesquisa realizada pela comissão de gestão e valorização dos profissionais da educação / 2014.

Fonte: Setor de Recursos Humanos da Prefeitura de Rio dos Cedros – SC.

Esta formação deve ser responsabilidade principalmente das instituições de ensino superior, nos termos do art. 62 da LDB, onde as funções de pesquisa, ensino e extensão e a relação entre teoria e prática podem garantir o patamar de qualidade social, política e pedagógica, que se considera necessário, cabendo ao município adotar mecanismos facilitadores de acesso e permanência em cursos de formação inicial, bem como de extensão e especialização para docentes que atuam na educação básica pública.

A formação continuada do magistério é a parte essencial da estratégia de melhoria permanente da qualidade da educação e visará à abertura de novos horizontes na atuação profissional. Essa formação terá como finalidade a reflexão sobre a prática educacional e a busca de seu aperfeiçoamento técnico, ético e político. Deverá ser garantida pela Secretaria Municipal de Educação, cuja atuação incluirá a coordenação, o financiamento, a manutenção dos programas existentes e a implementação de novos, tais como programas de formação específica em áreas de formação/atuação, na busca de ações permanentes de forma direta ou por meio de parceria com universidade e instituições de ensino superior, visando uma atualização permanente e conectada com o mundo contemporâneo e seus desafios/oportunidades.

É imprescindível implantar procedimentos de avaliação institucional que contemple a execução do programa de avaliação de desempenho do profissional do magistério, de forma sistemática e contínua, como condição de melhoria da qualidade de ensino e como retroalimentação do desenvolvimento profissional.

Faz-se necessário ainda uma nova organização administrativa no magistério público municipal com perspectivas na atualização/adequação do Plano de Carreira e Remuneração, oferecendo um salário condigno, competitivo no mercado de trabalho, elevando a valorização destes profissionais, à formação inicial e continuada, à busca constante de melhoria de sua qualidade de vida, a fim de que o profissional da educação tenha claro seu dever, sinta-se contemplado em seus direitos e seguro em relação ao futuro.

Na realização deste diagnóstico foi percebido:

- A necessidade de promover a adequação da formação com lotação e carga horária na área específica, salvo quando não houver o profissional para atender a demanda;
- A alta rotatividade de professores na escola do campo, havendo a necessidade de capacitação dos profissionais em área específica na perspectiva da educação do campo;
- Necessidade de reelaboração de lei específica de liberação dos professores para a realização de mestrados e doutorados;
- Déficit de formação específica nas áreas de Arte, Ensino Religioso, Música, Matemática, Ciências, Inglês;
- Ampliação dos cursos de formação continuada sistematizado pela Secretaria Municipal de Educação, o que já, acontece de forma pontual e são apenas de programas federais e/ou de parceiros;
- Falta de aplicabilidade dos cursos realizados pelos profissionais na prática cotidiana da ação pedagógica;
- Correção dos agravantes da situação de profissionais ou contrato temporário.
- A necessidade de adequação das leis de criação de funcionamento do Sistema Municipal de Educação, e Estatuto dos Servidores.

16. RECURSOS E GESTÃO FINANCEIRA

Para cumprimento constitucional do direito a educação é necessária especial atenção à gestão de recursos, que deve ser eficaz, eficiente, relevante e pertinente, a fim de atender aos inúmeros desafios inerentes ao processo de desenvolvimento sustentável da região. O diagnóstico, diretrizes, objetivos e metas para a educação exige definição de custos e identificação dos recursos atualmente disponíveis, e das estratégias para sua ampliação, seja por meio de criação de novas fontes, seja por uma utilização mais racionalizada, seja pela constatação da necessidade de maior investimento.

Os percentuais constitucionalmente vinculados à manutenção e ao desenvolvimento do ensino devem se constituir em referência e ponto de partida para a formulação e implementação de metas educacionais. A reforma tributária embutida na Constituição de 1988 reforçou a arrecadação de impostos em geral, mas também sua destinação ou disponibilização para os Estados e Municípios. A vinculação de recursos ao financiamento do ensino contribui para assegurar o cumprimento das obrigações do Estado e das responsabilidades das autoridades, no que se refere à educação. Uma primeira medida fundamental foi a vinculação de recursos à Manutenção e Desenvolvimento do Ensino.

O art. 68 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB lista as fontes de recursos públicos para a educação e o art. 69, baseado no art. 212 da CF, estabelece que os municípios devam aplicar 25% (ou o que constar na Lei Orgânica do Município) de sua receita própria na manutenção e desenvolvimento do ensino público.

A Emenda Constitucional nº 14/1996 criou o FUNDEF, por meio do qual os recursos também são redistribuídos entre o estado e os municípios, de forma proporcional ao número de estudantes matriculados no Ensino Fundamental, de acordo com o valor anual por aluno, definido pelo MEC.

Em 2007, criou-se o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, com vigência até o ano de 2020. Desta forma, ampliou-se o escopo do financiamento, passando a abranger toda a Educação Básica, contemplando Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio e as modalidades Educação Especial e Educação de Jovens e Adultos.

Na LDB a mudança constituiu-se na proibição da inclusão nos 25% de gastos com merenda escolar, assistência médica, odontológica e social, além de medicamentos, o que não significa que não se podem realizar despesas desta

natureza. Porém, se realizadas, não serão computadas dentro do percentual de 25% destinados à manutenção e ao desenvolvimento do ensino.

Lei Orgânica Municipal. 1990 no seu artigo Art.123. O Município aplicará, anualmente, nunca menos de 25% (vinte e cinco por cento), no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida e proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino.

Visando subsidiar a análise da realidade educacional do município, bem como das perspectivas e do ritmo de busca da transformação da mesma, os quadros que seguem apresentam os recursos aplicados em educação no município de Rio dos Cedros SC a partir de 2009.

Tabela 22 – Demonstrativa das receitas por fonte de recursos (2009-2014).

RECURSOS						
FUNDEB						
PNAE						
PNAT						
SÁLARIO EDUCAÇÃO						
PDDE						

FONTE: <http://receitas.fecam.org.br>; www3.tesouro.fazenda.org.br.

O Quadro 10, relativo ao período de 2009 a 2014, apresenta o volume de recursos capitados pelo município através das vias disponíveis, sendo elas: repasses constitucionais, repasses de programas financiados pelo FNDE, repasses de convênios com a união e o estado e repasses de tributos municipais, vinculados à manutenção e ao desenvolvimento do ensino. Com relação ao FUNDEB verificaram-se aproximadamente as seguintes variações de crescimento: de 19,4% em 2010, de 18,5% em 2011, de 10,9% em 2012 e de 17,01% em 2013.

Os recursos provenientes do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE, PDE, Educação Integral, são repassados diretamente às contas correntes do Conselho Escolar de cada estabelecimento de ensino visando a melhoria da infraestrutura física e pedagógica das escolas e o reforço da autogestão escolar nos planos financeiro, administrativo e didático, contribuindo para elevar os índices de desempenho da Educação Básica.

Quadro 10 - Volume de recursos capitados pelo município.

ANO	VALOR BRUTO	DESCONTO	LIQUIDO	VARIAÇÃO
2009	1.180.024.934,50		1.180.024.934,50	19,7 %

2010	1.408.488.272,29	0,00	1.408.488.272,29	19,4 %
2011	1.669.216.296,69	0,00	1.669.216.296,69	18,5 %
2012	1.850.505.288,37	0,00	1.850.505.288,37	10,9 %
2013	2.167.397.302,49	0,00	2.167.397.302,49	17,1 %
2014	2.415.616.596,82	0,00	2.415.616.596,82	11,5 %

Fonte: <http://receitas.fecam.org.br/estado/FUNDEB/analises/analise/anual>

Gráfico 33 – Crescimento dos recursos do município de Rio dos Cedros-SC (2009 – 2014).



Fonte: https://www.contaspublicas.caixa.gov.br/sistncon_internet/index.js

O **quadro 12** demonstra o crescimento do valor investido na manutenção e desenvolvimento da Educação Básica. Em 2009 o município de Rio dos Cedros-SC investiu R\$ 3.884.046,41 (Três milhões oitocentos e oitenta e quatro mil, quarenta e seis reais e quarenta e um centavos), já em 2014 R\$ 7.670.378,07 (Sete milhões, Seiscentos e setenta mil, trezentos e setenta e oito reais e sete centavos). Entre os anos de 2009 a 2014 houve um crescimento do investimento na educação de Rio dos Cedros-SC em 97,5%, que corresponde ao valor de R\$ 3.786.331,66 (Três milhões, setecentos e oitenta e seis mil e trezentos e trinta e um reais e sessenta e seis centavos), conforme Quadro 11– Recursos aplicados em educação (2009-2013).

Quadro 11 - Recursos aplicados em educação (2009-2013).

	R\$ 2.009,00	2010	2011	2012	2013	2014
RECEITA EDUCAÇÃO	R\$ 3.884.046,41	R\$ 4.359.252,14	R\$ 5.131.444,61	R\$ 6.523.061,25	R\$ 7.143.291,02	R\$ 7.670.378,07
Ensino Fundamental	R\$ 2.356.013,34	R\$ 2.649.848,45	R\$ 3.353.156,70	R\$ 4.192.527,85	R\$ 4.811.519,18	R\$ 5.236.160,91
Ensino Médio	R\$ 152.533,84	R\$ 161.895,61	R\$ 197.671,38	R\$ 238.184,01	R\$ 193.825,61	R\$ 146.031,97
Ensino Superior	R\$ 39.600,00	R\$ 44.000,00	R\$ 40.500,00	R\$ 45.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 50.000,00
Educação Infantil	R\$ 1.245.899,23	R\$ 1.452.683,08	R\$ 1.482.111,53	R\$ 1.698.525,39	R\$ 2.022.610,58	R\$ 2.162.529,84
Educação de Jovens e Adultos	R\$ -	R\$ 825,00	R\$ 8.005,00	R\$ 12.150,00	R\$ 15.335,65	R\$ 15.655,35
Educação Especial	R\$ 50.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 60.000,00

Fonte: <http://portaldocidadao.tce.sc.gov.br>, www.contaspublicas.caixa.gov.br.

O desafio para implementação do Plano Municipal de Educação perpassa por equacionar um pacto entre os entes federativos para atingir os 10% do PIB". Pelo plano aprovado, a fatia que cabe à União deverá aumentar. De acordo com o FINEDUCA, atualmente a União contribui com 1% do PIB, enquanto os estados contribuem com 2,2% e os municípios com 2,3%, tomando por base os valores de 2012.

O PNE estabelece meta mínima de investimento em educação de **7%** no quinto ano de vigência e de 10% no décimo ano. Quando se observa o gasto total no quadro abaixo nota-se um avanço significativo de 2000 a 2012 (último dado disponível): de **4,7%** para **6,4%** do PIB. Entretanto, esse aumento foi alavancado por investimentos em atividades relacionadas à educação, mas não necessariamente em educação pública.

Tabela 23 – Gastos com educação.

Gasto total com educação (**)				
Ano	Todos os níveis	União	Estados	Cidades
2000	4,7	0,9	2	1,8
2001	4,7	0,9	2	1,8
2002	4,8	0,9	2,1	1,8
2003	4,6	0,9	1,9	1,8
2004	4,5	0,8	1,8	1,9
2005	4,5	0,8	1,8	1,9
2006	5	0,9	2,1	2
2007	5,1	1	2,1	2
2008	5,4	1	2,3	2,1
2009	5,7	1,2	2,3	2,2
2010	5,8	1,2	2,3	2,3
2011	6,1	1,3	2,5	2,3
2012	6,4	1,3	2,5	2,5

(**) **Gasto total:** inclui todos os gastos estatais em educação, pública ou privada. Esse dado considera o **investimento direto** (definição acima) e também bolsas de estudo concedidas pelo Estado, renúncia fiscal para escolas e universidades e despesas para a aposentadoria futura de profissionais de educação que ainda estão na ativa.

Fonte: MEC

Fonte: MEC. Os gastos totais incluem todos os investimentos estatais em educação, pública ou privada, bolsas de estudo concedidas pelo Estado a quem se matricula num curso privado. Também inclui em renúncia fiscal para escolas e universidades privadas que aceitam estudantes a preços subsidiados ou de graça. Considera também as despesas para a aposentadoria futura de profissionais de educação que ainda estão na ativa.

Somente com o Custo Aluno Qualidade Inicial (CAQi), o complemento da União aos demais entes federativos para educação básica deverá passar do equivalente a **0,2%** para **1%** do total. Todavia o gasto principal é o salário. Para ganhar o que ganha um profissional de nível equivalente, o salário do professor terá de subir entre 60% à 70%.

Para o cumprimento somente da Meta 1: Para universalização da pré-escola (4 a 5) anos de idade. Haverá a necessidade de investimento em valores atuais de R\$ 849.072,55 somente em salários, levando-se em consideração que para fazer a equivalência do salário, teríamos o valor final de R\$ 1.443.423,34 o equivalente a um acréscimo de 18,82% no orçamento. Comprovando que, somente com o aumento do repasse financeiro por parte do ente federal e implementação do CAQi, será possível atender todas metas em sua totalidade.

17. AVALIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO

A avaliação é um processo contínuo na medida em que contribui intimamente para o alcance de resultados, portanto será imprescindível para a legitimação e continuidade das políticas definidas neste documento.

O Plano Municipal de Educação – PME será acompanhado e avaliado em sua implantação e implementação por meio de monitoramento contínuo e de avaliações periódicas, realizados pelas seguintes instâncias: Fórum Municipal de Educação – FME; Conselho Municipal de Educação - CME; Secretaria Municipal de Educação - SEMED; e Comissão de Educação da Câmara Municipal de Rio dos Cedros-SC Faz parte deste acompanhamento: a divulgação dos resultados nos respectivos sites institucionais da internet, em jornais e outros; a análise e proposição de políticas públicas para assegurar a implementação das estratégias e o cumprimento das metas; bem como a análise e proposição da revisão do percentual de investimento público em educação.

O município realizará conferências municipais de educação com intervalo de até 3 (três) anos entre elas, objetivando avaliar a execução deste PME e subsidiar a elaboração do plano municipal de educação para o decênio subsequente. As conferências serão coordenadas pelo FME, em articulação com as conferências estaduais e nacionais. O Fórum, constituído pelos diversos segmentos da sociedade civil e poder público, atuou no processo de discussão e elaboração deste documento, que tem como foco a qualidade da Educação Básica no município de Rio dos Cedros-SC e, conseqüentemente, no estado e país. É um grupo criado para atuar em caráter permanente, devendo estabelecer uma agenda de trabalho que possibilite o alcance de suas finalidades.

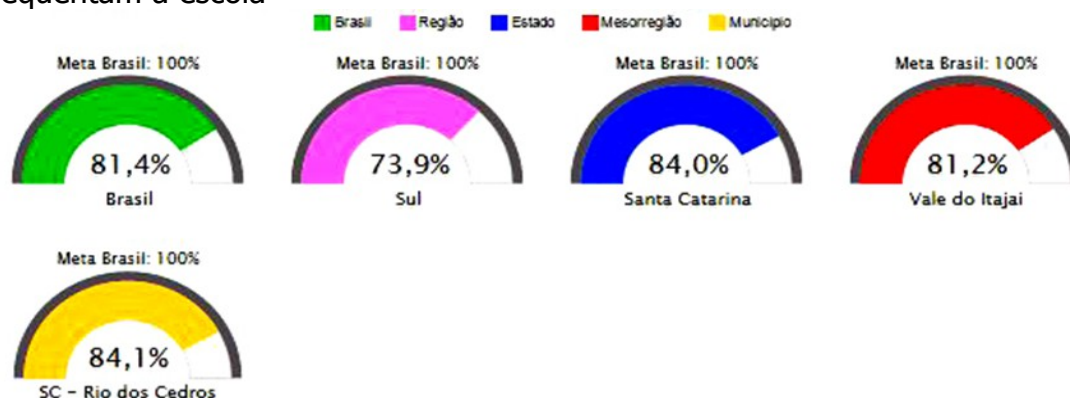
O município atuará em regime de colaboração com a União e o Estado visando ao alcance das metas e à implementação das estratégias objeto deste Plano, cabendo aos gestores municipais a adoção das medidas governamentais necessárias ao alcance das metas previstas neste PME.

18. METAS E ESTRATÉGIAS DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE RIO DOS CEDROS - SC.

META 1:

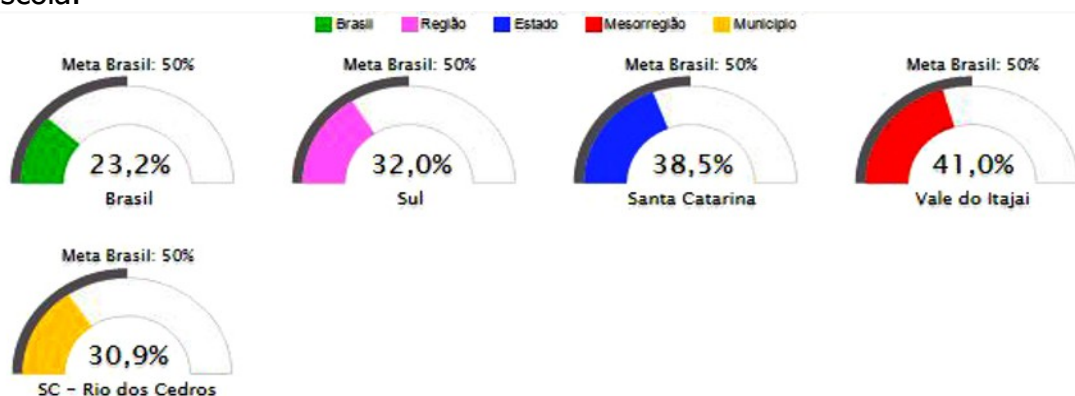
Universalizar até 2016, o atendimento a Educação Infantil na pré-escola para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade e ampliar a oferta de educação infantil em creches de forma a atender no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das crianças de até 3 (três) anos até o fim da vigência deste Plano Municipal de Educação (PME).

Gráfico 34 – Indicador 1A – Percentual da população de 4 e 5 anos que frequentam a escola



Fonte: Estado, Região e Brasil – IBGE/Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) – 2013, Município e Mesorregião – IBGE/Censo Populacional – 2010.

Gráfico 35 – 1B Percentual da população de 0 a 3 anos que frequentam a escola.



Fonte: Estado, Região e Brasil – IBGE/Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) – 2013, Município e Mesorregião – IBGE/Censo Populacional – 2010.

Estratégias:

1.1 Construir e instrumentalizar, em regime de colaboração com a União, centros de Educação Infantil, segundo o padrão nacional de qualidade, a partir de recursos provenientes do Proinfância e/ou outros recursos disponíveis, que visem a expansão e melhoria do atendimento à população infantil de 0 a 5 anos de idade e gradativa retirada de salas de Educação Infantil das Escolas de Ensino Fundamental;

- 1.2 Garantir que cada sala de atividades da Educação Infantil, tanto na zona urbana quanto no campo, se configure em um espaço privilegiado para as brincadeiras e as interações;
- 1.3 Garantir que, ao final da vigência deste PME, seja inferior a 10% (dez por cento), a diferença entre as taxas de frequência à Educação Infantil das crianças de até 3 (três) anos, oriundas do quinto de renda familiar per capita mais elevado e a do quinto da renda familiar per capita mais baixo;
- 1.4 Incentivar e articular a participação das famílias no processo educativo de suas crianças por meio de ações direcionadas e específicas em cada instituição, respeitando as peculiaridades culturais, produzindo trocas de saberes, sobretudo dos processos de educação, valores éticos e culturais, necessidades e expectativas de aprendizagens das crianças;
- 1.5 Realizar e publicar, a cada ano, com a colaboração da União e do Estado, levantamento da demanda manifesta por Educação Infantil em creches e pré-escolas, como forma de planejar e verificar o atendimento;
- 1.6 Aderir, no segundo ano de vigência do PME às normas, procedimentos e prazos estabelecidos pelo MEC para definição de mecanismos de consulta pública da demanda das famílias por creches;
- 1.7 Promover a busca ativa de crianças em idade correspondente à Educação Infantil, em parceria com órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, preservando o direito de opção da família em relação às crianças de até 3 (três) anos;
- 1.8 Apoiar e articular-se às creches e pré-escolas certificadas como entidades filantrópicas/beneficentes de assistência social, formas de incentivo à expansão da oferta de matrículas gratuitas às famílias das crianças pequenas, sem que, com isso, se perca de vista a expansão da oferta na rede escolar pública;
- 1.9 Garantir que, a partir da aprovação do PME, todas as creches e pré-escolas reformulem seus Projetos Político-Pedagógicos, estabelecendo metas de aprendizagem, em conformidade com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil;
- 1.10 Implantar, até o segundo ano da vigência deste PME, avaliação anual da Educação Infantil, com base em parâmetros nacionais de qualidade, a fim de aferir a infraestrutura física, o quadro de pessoal, as condições de gestão, os recursos pedagógicos, a situação de acessibilidade, entre outros indicadores relevantes;
- 1.11 Criar, no âmbito do município, um fórum de Educação Infantil que vise o debate sobre as especificidades e demandas da etapa bem como das políticas públicas sociais e programas setoriais para a primeira infância;
- 1.12 Promover a formação continuada dos profissionais que atuam na Educação Infantil, inclusive de quem atua nas escolas do campo, incentivando a pesquisa da própria prática como meio de garantir uma ação pedagógica mais reflexiva;
- 1.13 Garantir condições para a formação inicial dos profissionais que atuam na Educação Infantil em creches e/ou escolas do campo, em regime de colaboração com a União e o Estado;

1.14 Promover formação continuada em serviço aos demais trabalhadores que atuam na Educação Infantil, desde as equipes de apoio, manutenção e alimentação até às equipes administrativas, fortalecendo o reconhecimento de que suas atividades contribuem substancialmente para a qualidade do atendimento às crianças;

1.15 Estimular a articulação com as Instituições de Ensino Superior de modo a garantir a elaboração de currículo e propostas pedagógicas capazes de incorporar os avanços de pesquisas ligadas ao processo de ensino e aprendizagem e teorias educacionais no atendimento da população de até 5 (cinco) anos;

1.16 Garantir o atendimento das populações do campo na Educação Infantil, por meio do redimensionamento da distribuição territorial da oferta, limitando a nucleação de escolas e/ou deslocamento das crianças, de forma a atender às especificidades dessas comunidades, garantindo consulta prévia e informada;

1.17 Ampliar a oferta de Educação Infantil no campo, em creches de forma a atender as crianças de até 3 (três) anos, durante a vigência deste PME; respeitando demanda mínima, localizados em regiões que reúnam maiores números de concentração de crianças.

1.18 Articular, junto aos órgãos competentes, a melhoria dos acessos às escolas do campo que oferecem Educação Infantil, no prazo de vigência deste Plano;

1.19 Fomentar o acesso à Educação Infantil e a oferta do atendimento educacional especializado complementar e suplementar às crianças com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, assegurando a educação bilíngue para crianças surdas e a transversalidade da Educação Especial nessa etapa de educação básica;

1.20 Implementar em caráter complementar, programas de orientação e apoio às famílias, por meio da articulação das áreas da educação, saúde e assistência social, com foco no desenvolvimento integral das crianças de até 3 (três) anos de idade;

1.21 Fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso e da permanência das crianças na Educação Infantil, em especial dos beneficiários de programas de transferência de renda, em colaboração com as famílias e os órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância;

1.22 Promover, gradativamente, o acesso à Educação Infantil em tempo integral para as crianças de até cinco (05) anos, conforme estabelecido nas Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Infantil (DCNEI);

1.23 Selecionar e divulgar tecnologias educacionais para a Educação Infantil e incentivar práticas pedagógicas inovadoras que assegurem a melhoria do fluxo escolar e a aprendizagem, assegurada a diversidade de métodos e propostas pedagógicas, com preferência para softwares livres e recursos educacionais abertos, bem como o acompanhamento dos resultados nas creches e pré-escolas em que forem aplicadas;

1.24 Preservar as especificidades da Educação Infantil na organização das redes escolares, garantindo o atendimento da criança de até 5

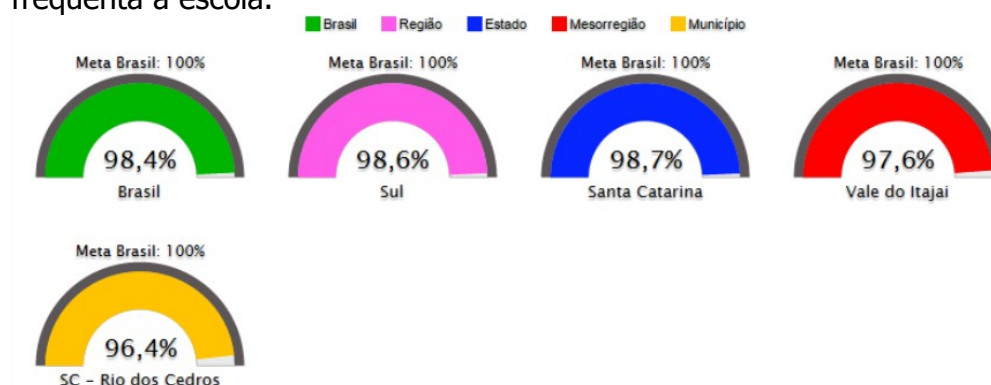
(cinco) anos em estabelecimentos que atendam a parâmetros nacionais de qualidade, e a articulação com a etapa escolar seguinte, visando o ingresso da criança de 6 (seis) anos de idade no Ensino Fundamental.

1.25 Garantir e ofertar o ensino da música (musicalização) para as crianças matriculadas na educação infantil na rede municipal de ensino.

META 2:

Universalizar o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos para toda população de 6 a 14 anos e garantir que pelo menos 95% dos estudantes concluam essa etapa na idade recomendada, até o último ano da vigência deste PME.

Gráfico 36 – Indicador 2ª – Percentual da população de 6 a 14 anos que frequenta a escola.



Fonte: Estado, Região e Brasil – IBGE/Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) – 2013, Município e Mesorregião – IBGE/Censo Populacional – 2010.

Estratégias:

- 2.1 Implantar e implementar progressivamente programa de acompanhamento que possibilite a melhoria do nível de aprendizagem dos estudantes em toda a Rede de Ensino;
- 2.2 Fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso, da permanência e do aproveitamento escolar dos beneficiários de programas de transferência de renda, bem como das situações de discriminação, preconceitos e violências na escola, visando ao estabelecimento de condições

adequadas para o sucesso escolar dos estudantes, em colaboração com as famílias e com órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, adolescência e juventude;

2.3 Fazer chamada pública e promover a busca ativa de crianças e adolescentes fora da escola, em parceria com órgãos públicos de assistência social, saúde e de proteção à infância, adolescência e juventude;

2.4 Adotar tecnologias pedagógicas que combinem, de maneira articulada, a organização do tempo e das atividades didáticas entre a escola e o ambiente comunitário, considerando as especificidades da Educação Especial e das escolas do campo

2.5 Garantir a oferta do Ensino Fundamental, em especial dos Anos Iniciais, para as populações do campo;

2.6 Disciplinar, no âmbito do sistema de ensino municipal, a organização do trabalho pedagógico incluindo, se necessário, a adequação do calendário escolar de acordo com a realidade local e identidade cultural;

2.7 Promover a relação das escolas com instituições e movimentos culturais, a fim de garantir a oferta regular de atividades culturais para a livre fruição dos estudantes dentro e fora dos espaços escolares, assegurando ainda que as escolas se tornem polos de criação e difusão cultural;

2.8 Incentivar a participação das famílias no acompanhamento das atividades escolares das crianças por meio do estreitamento das relações entre as escolas e as famílias;

2.9 Aderir, em articulação e colaboração com o Estado e a União, até o final do 4º (quarto) ano de vigência deste PME, à proposta de direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento para os estudantes do Ensino Fundamental e informar ao Conselho Municipal de Educação;

2.10 Desenvolver formas alternativas de oferta do Ensino Fundamental para atender às crianças e adolescentes de famílias de profissionais que se dedicam a atividades de caráter itinerante;

2.11 Oferecer atividades extracurriculares de incentivo aos estudantes e de estímulo a habilidades artísticas, culturais e científicas, inclusive mediante a promoção de concursos, festivais, feiras, entre outros, bem como incentivando a participação em certames e concursos nacionais;

2.12 Garantir que, a partir da aprovação do PME, todas as escolas de Ensino Fundamental reformulem seus Projetos Político-Pedagógicos, estabelecendo metas de aprendizagem, em conformidade com as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental;

2.13 Ajustar segundo o Sistema Municipal de Ensino a relação entre o número de estudantes e professores, garantindo a qualidade do processo ensino e aprendizagem;

2.14 Acompanhar e monitorar o desenvolvimento das ações planejadas e executadas pelo Plano de Ações Articuladas – PAR, mediante as responsabilidades estabelecidas;

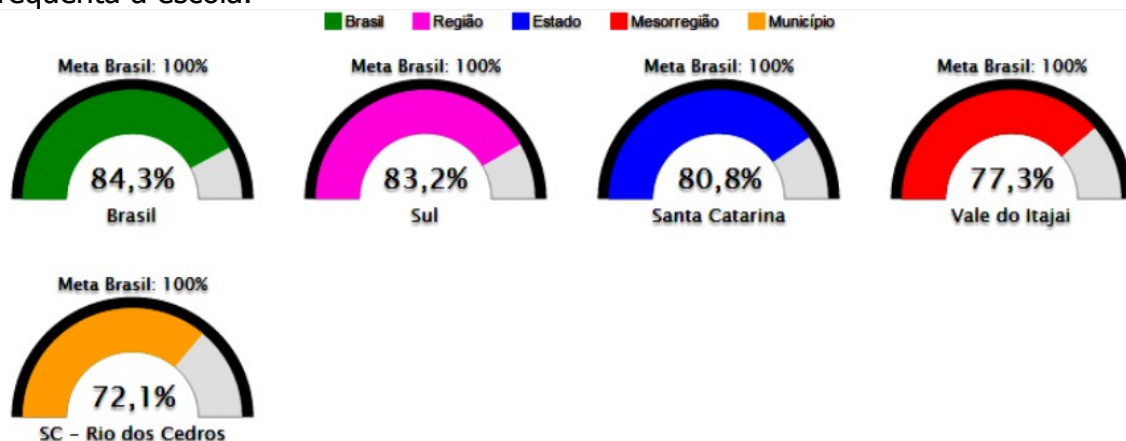
2.15 Implementar as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica, de maneira a assegurar a formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos no Ensino Fundamental;

- 2.16 Implantar e implementar a Proposta Curricular Municipal, de maneira a assegurar a formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos no Ensino Fundamental;
- 2.17 Estimular e apoiar os estudantes do campo por meio de projetos pedagógicos diversos, objetivando elevar a participação destes no processo de ensino e aprendizagem nos espaços extraclasse.

META 3:

Universalizar, até 2016, o atendimento escolar para toda a população de 15 (quinze) a 17 (dezessete) anos e elevar, até o final do período de vigência deste PME, a taxa líquida de matrículas no ensino médio para 85% (oitenta e cinco por cento).

Gráfico 37 – Indicador 3 A – Percentual da população de 15 a 17 anos que frequenta a escola.



Fonte: Estado, Região e Brasil – IBGE/Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) – 2013, Município e Mesorregião – IBGE/Censo Populacional – 2010.

Meta do Plano Nacional De Educação à ser cumprida pelas redes federal e estadual de ensino. O Plano Municipal de Educação utilizará como estratégias as estipuladas pelo Plano Estadual de Educação;

Estratégias:

3.1 Institucionalizar política e programa estadual para o ensino médio articulado aos programas nacionais, com garantia dos recursos financeiros, para incentivar práticas pedagógicas com abordagens interdisciplinares estruturadas pela relação entre teoria e prática, por meio de currículos escolares que organizem, de maneira flexível e diversificada, conteúdos obrigatórios e eletivos articulados

em dimensões como ciência, trabalho, linguagens, tecnologia, cultura e esporte, garantindo-se a aquisição de equipamentos e laboratórios, a produção de material didático específico, a formação continuada em serviço de professores e a articulação com instituições acadêmicas, esportivas e culturais.

3.2 Pactuar, entre União, Estado e Municípios, no âmbito da instância permanente de negociação e cooperação, de que trata o § 5º do Art. 7º, da Lei no 13.005/2014, a implantação dos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento que configurarão a base nacional comum curricular do ensino médio.

3.3 Promover a relação das escolas com instituições e movimentos culturais, a fim de garantir a oferta regular de atividades culturais para a livre fruição dos estudantes dentro e fora dos espaços escolares, assegurando ainda que as escolas se tornem polos de criação e difusão cultural e prática desportiva, integrada ao currículo escolar.

3.4 Contribuir com a universalização do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), fundamentado em matriz de referência do conteúdo curricular do ensino médio e em técnicas estatísticas e psicométricas que permitam comparabilidade de resultados, articulando-o com o Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), e promover sua utilização como instrumento de avaliação sistêmica, para subsidiar políticas públicas para a educação básica, de avaliação certificadora, possibilitando aferição de conhecimentos e habilidades adquiridos dentro e fora da escola, e de avaliação classificatória, como critério de acesso à educação superior.

3.5 Fomentar a expansão das matrículas gratuitas de ensino médio integrado à educação profissional, observando-se as peculiaridades das populações do campo, e das pessoas público da educação especial.

3.6 Fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso, da permanência e do aproveitamento escolar dos jovens beneficiários de programas de transferência de renda, bem como dos sujeitos em situações de discriminação, preconceito e violência, práticas irregulares de exploração do trabalho, consumo de drogas, gravidez precoce, buscando a colaboração com as famílias, de forma intersetorial.

3.7 Promover a busca ativa da população de 15 (quinze) a 17 (dezessete) anos fora da escola, de forma intersetorial com os serviços de assistência social, saúde e proteção à adolescência e à juventude.

3.8 Fomentar programas de educação e de cultura para a população urbana e do campo, de jovens, na faixa etária de 15 (quinze) a 17 (dezessete) anos, e de adultos, visando à qualificação social e profissional para aqueles que estejam fora da escola e com defasagem no fluxo escolar.

3.9 Redimensionar a oferta de ensino médio nos turnos diurno e noturno, bem como a distribuição territorial das escolas de ensino médio, de forma a atender a toda a demanda, de acordo com as necessidades específicas dos estudantes.

3.10 Desenvolver formas alternativas de oferta do ensino médio, garantindo a qualidade, para atender aos filhos de profissionais que se dedicam a atividades de caráter itinerante.

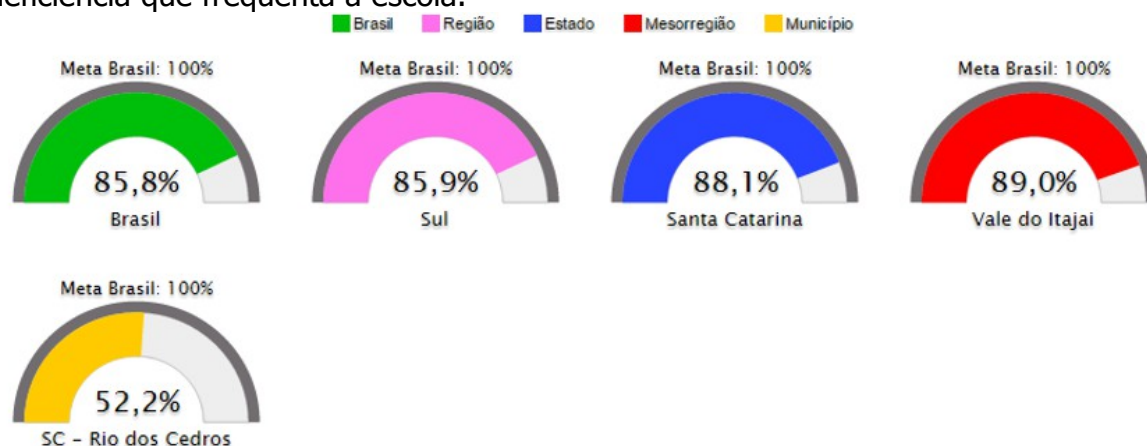
3.11 Implementar políticas de prevenção à evasão motivada por preconceito ou por quaisquer formas de discriminação, criando rede de proteção contra formas associadas à exclusão.

3.12 Estimular a participação dos adolescentes nos cursos das áreas tecnológicas e científicas.

META 4:

Universalizar, para a população de 4 (quatro) a 17 (dezessete) anos, o atendimento escolar aos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, preferencialmente na rede regular de ensino, garantindo o atendimento educacional especializado em salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou comunitários, nas formas complementar e suplementar, em escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados.

Gráfico 38 – Indicador 4 – Percentual da população de 4 a 7 anos com deficiência que frequenta a escola.



Fonte: IBGE/Censo Populacional – 2010.

Estratégias

4.1 Garantir o cumprimento dos dispositivos legais constantes na Convenção dos Direitos da Pessoa com Deficiência (ONU 2006), ratificada no Brasil pelos Decretos 186/2008 e 6949/2009, na Política de Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva (MEC 2008) e nos marcos legais políticos e pedagógicos da educação inclusiva;

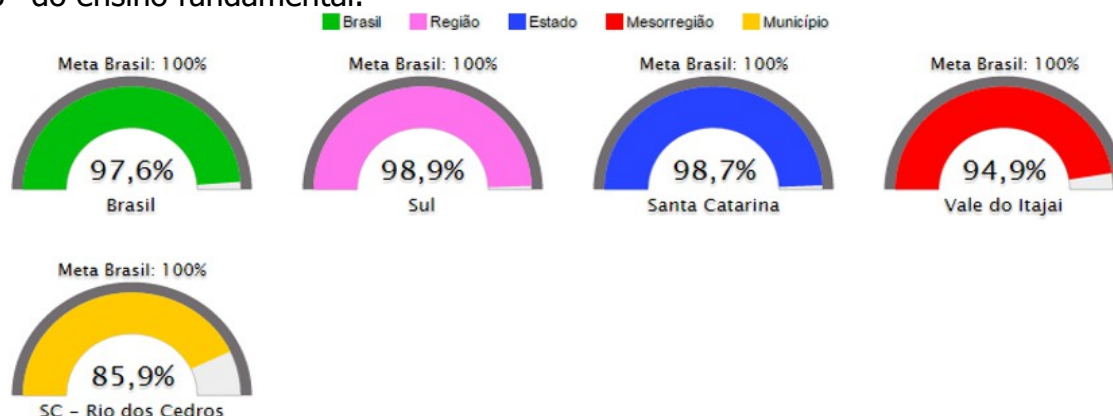
- 4.2 Desenvolver ações para garantir o processo de inclusão e do atendimento educacional especializado a fim de assegurar as condições de acesso, participação e aprendizagem aos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.
- 4.3 Garantir a universalização de matrículas dos estudantes público-alvo da Educação Especial, preferencialmente, nas escolas da rede regular de ensino, na perspectiva da educação inclusiva;
- 4.4 Assegurar o atendimento escolar dos estudantes público-alvo da Educação Especial desde a Educação Infantil até o Ensino Médio, inclusive a Educação de Jovens, Adultos e Idosos, respeitando as suas necessidades e especificidades, considerando a responsabilidade de cada ente federado;
- 4.5 Garantir a oferta de EJA no turno diurno na perspectiva de educação inclusiva;
- 4.6 Estabelecer parcerias com outras secretarias (saúde, esporte e lazer, assistência social, mulher, meio ambiente, cultura) para o desenvolvimento de políticas públicas voltadas à juventude, a adultos e a pessoas idosas, público alvo da Educação Especial;
- 4.7 Estabelecer parceria com o Sistema S e instituições governamentais e não governamentais para garantir a oferta de qualificação profissional para a juventude, adultos e para pessoas idosas, público-alvo da Educação Especial, para sua posterior inclusão no mercado de trabalho;
- 4.8 Realizar, em parceria com o serviço de saúde, a aplicação de testes de acuidade visual e do teste de audiometria. Com o objetivo de encaminhar e acompanhar os estudantes que apresentam problemas visuais e auditivos; atender as necessidades educacionais específicas entre elas a neurologia Infantil.
- 4.9 Garantir o atendimento educacional especializado nas salas de recursos multifuncionais em escolas da rede regular de ensino;
- 4.10 Implantar salas de recursos multifuncionais nas escolas do campo que apresentarem demanda garantindo o atendimento educacional especializado;
- 4.11 Implantar e implementar uma sistemática de acompanhamento e monitoramento das salas de recursos multifuncionais, no que diz respeito à segurança e manutenção dos equipamentos, adequação do espaço físico, utilização apropriada dos recursos e formação continuada de professores, incluindo na composição da equipe os conselhos de direito, tais como Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, o Conselho Municipal da Criança e do Adolescente – CMDCA.
- 4.12 Institucionalizar o atendimento educacional especializado nos Projetos Político Pedagógicos das escolas da rede regular de ensino;
- 4.13 Garantir recursos financeiros para a oferta de cursos de formação continuada em Braille, Libras, Soroban, Deficiência Intelectual, Transtornos Globais do Desenvolvimento e Altas Habilidades ou Superdotação aos servidores da rede, com abertura de vagas à comunidade, considerando os pré-requisitos de cada curso;

- 4.14 Adaptar os prédios escolares já existentes para atender as normas de acessibilidade, constantes nos dispositivos legais;
- 4.15 Buscar parcerias com núcleos de tecnologia da rede estadual de ensino e Instituições de Ensino Superior bem como organizações da sociedade civil para o desenvolvimento de projetos que estimulem a criação e o uso de metodologias, materiais didáticos e recursos de tecnologia assistiva;
- 4.16 Assegurar o transporte escolar acessível aos estudantes com deficiência que tenham o acesso e a frequência à escola impedidos por falta deste;
- 4.17 Garantir a assistência técnico-pedagógica ao professor em cuja sala tenha estudantes com deficiência;
- 4.18 Garantir a oferta de formação continuada em serviço para os professores que possuem estudantes público-alvo da Educação Especial nas salas de ensino regular, bem como para os que atendem nas salas de AEE, considerando especialmente os professores da educação do campo;
- 4.19 Articular e oficializar parcerias com Instituições de Ensino Superior e instituições voltadas para o desenvolvimento da pesquisa, das artes, dos esportes, dentre outros, para oportunizar a execução de projetos que atendam aos estudantes com altas habilidades ou superdotação em suas necessidades educacionais específicas;
- 4.20 Criar e garantir a efetivação das categorias profissionais a seguir descritas:
- a) Professor do Atendimento Educacional Especializado – AEE - o profissional habilitado para atuar em salas de recursos multifuncionais;
 - b) Professor Mediador para AEE de Altas Habilidades ou Superdotação – Aquele que interage visando adaptar o estudante com altas habilidades ou Superdotação, com os saberes que são capazes de desenvolver.
- 4.21 Realizar concurso público para suprir as necessidades de profissionais especializados para atuarem nos setores de Atendimento Educacional Especializado (locais de pesquisa e desenvolvimento de metodologias e recursos), e nas salas de recursos multifuncionais nas escolas da rede regular de ensino;
- 4.22 Propor às Instituições de Ensino Superior a implantação do Curso de Licenciatura Plena em Letras/Libras e Pedagogia Bilíngue. Também licenciaturas em Pedagogia voltadas para Educação Especial e Pós graduação na perspectiva inclusiva.

META 5:

Alfabetizar todas as crianças, no máximo, até o final do 3º (terceiro) ano do Ensino Fundamental, idade de 8(oito) anos.

Gráfico 39 – Indicador 5 – Taxa de alfabetização de crianças que concluíram o 3º do ensino fundamental.



Fonte: Estado, Região e Brasil – IBGE/Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) – 2013, Município e Mesorregião – IBGE/Censo Populacional – 2010.

Estratégias:

- 5.1 Estruturar os processos pedagógicos de alfabetização nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental articulados com estratégias desenvolvidas na pré-escola, com qualificação e valorização dos professores alfabetizadores e com apoio pedagógico específico, a fim de garantir a alfabetização plena de todas as crianças, no máximo, até o final do 3º ano;
- 5.2 Aderir aos instrumentos de avaliação nacional, periódicos e específicos, para aferir a alfabetização das crianças, aplicados a cada ano, bem como juntamente com as escolas, fortalecer os instrumentos de avaliação e monitoramento, implementando medidas pedagógicas para alfabetizar todos os estudantes até o final do 3º (terceiro) ano do Ensino Fundamental;
- 5.3 Implementar mecanismos de avaliação de professores dos três primeiros anos do Ensino Fundamental, de forma a detectar e corrigir as eventuais falhas no decorrer do processo de ensino e aprendizagem;
- 5.4 Selecionar, divulgar e orientar o uso de tecnologias educacionais para alfabetização de crianças, assegurada a diversidade de métodos e propostas pedagógicas, bem como o acompanhamento dos resultados nos estabelecimentos de ensino quando forem aplicadas;
- 5.5 Incentivar o uso de tecnologias educacionais e de inovação das práticas pedagógicas nos estabelecimentos de ensino que assegurem a alfabetização e favoreçam a melhoria do fluxo escolar e a aprendizagem dos estudantes, consideradas as diversas abordagens metodológicas e sua efetividade;
- 5.6 Assegurar a alfabetização de crianças do campo, e de populações itinerantes, e desenvolver instrumentos de acompanhamento que

considerem o uso da língua materna pelas comunidades indígenas, quando for o caso;

5.7 Apoiar a alfabetização das pessoas com deficiência, considerando as suas especificidades, inclusive a alfabetização bilíngue de pessoas deficiência auditiva, sem estabelecimento de terminalidade temporal;

5.8 Promover e estimular a formação continuada de professores para a alfabetização de crianças, com o conhecimento de novas tecnologias educacionais e práticas pedagógicas inovadoras;

5.9 Promover a formação continuada em serviço de modo a instrumentalizar os profissionais que atuam no Ensino Fundamental, inclusive daqueles que atuam nas escolas do campo, para que se tornem mais habilitados técnica e pedagogicamente;

5.10 Promover formação continuada em serviço aos demais trabalhadores que atuam no Ensino Fundamental, desde as equipes de auxiliares de serviço de manutenção e alimentação até às equipes administrativas, fortalecendo o reconhecimento de que suas atividades contribuem para a qualidade do atendimento às crianças e adolescentes;

5.11 Ampliar o quadro técnico de funcionários da Secretaria Municipal de Educação, ofertando por meio de concurso público, vagas para psicopedagogo, psicólogo educacional, fonoaudiólogo, entre outros com o objetivo de suprir as dificuldades encontradas no processo de ensino e aprendizagem;

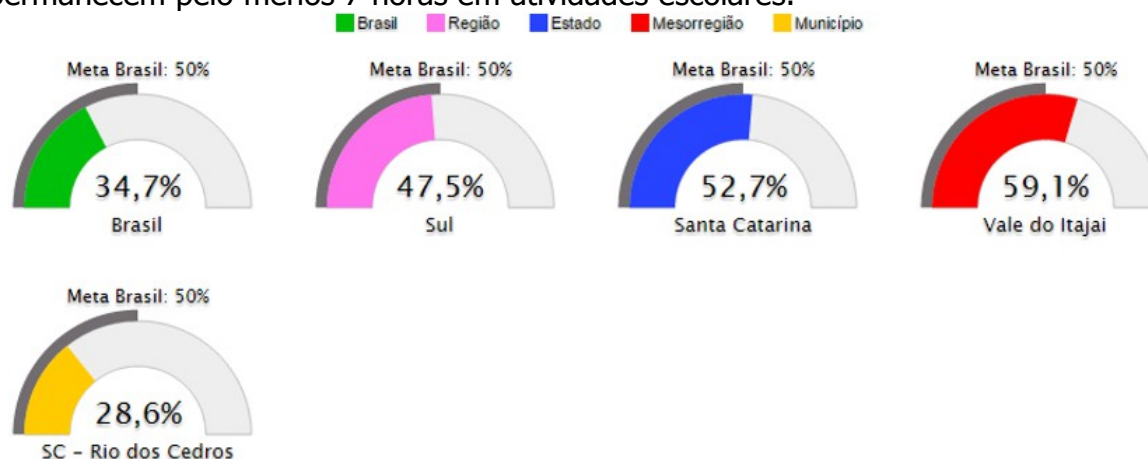
5.12 Divulgar e incentivar a formação continuada de professores dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental em cursos de especialização em alfabetização, presenciais e à distância;

META 6:

Oferecer educação em tempo integral em, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das escolas públicas, de forma a atender,

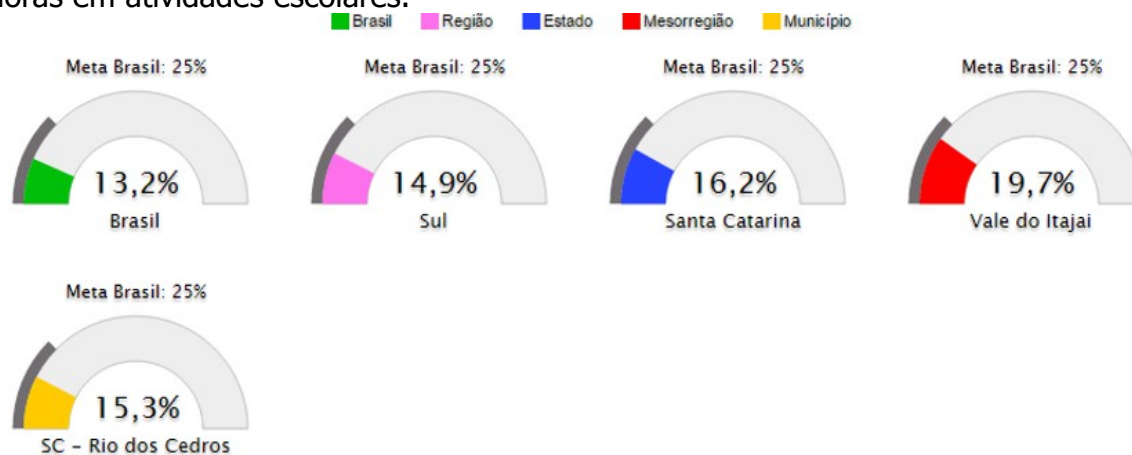
pelo menos, 25% (vinte e cinco por cento) dos estudantes da educação básica.

Gráfico 40 – Indicador 6A Percentual de alunos de escolas Públicas que permanecem pelo menos 7 horas em atividades escolares.



Fonte: IBGE/Censo Escolar da Educação Básica – 2013.

Gráfico 41 – Indicador 6B Percentual de alunos permanecem pelo menos 7 horas em atividades escolares.



Fonte: IBGE/Censo Escolar da Educação Básica – 2013

Estratégias: INEP/Censo Escolar da Educação Básica -2013.

6.1 Promover, com o apoio da União, a oferta de educação básica pública em tempo integral, por meio de atividades de acompanhamento pedagógico e multidisciplinares, inclusive culturais e esportivas, de forma que o tempo de permanência dos estudantes na escola, ou sob sua responsabilidade, passe a ser igual ou superior a 7 (sete) horas diárias durante todo o ano letivo;

6.2 Construir, no período de vigência deste Plano, em regime de colaboração com a União e/ou outros recursos disponíveis, com base em levantamento de demanda, escolas com padrão arquitetônico e de mobiliário adequado para atendimento em tempo integral, prioritariamente em comunidades pobres ou com crianças em situação de vulnerabilidade social;

6.3 Aderir e manter, em regime de colaboração, programas de ampliação e reestruturação das escolas públicas por meio da instalação de quadras poliesportivas, laboratórios, espaços para atividades culturais, bibliotecas, auditórios, cozinhas, refeitórios, banheiros e outros equipamentos, bem como de produção de material didático e de formação de recursos humanos para a educação em tempo integral;

6.4 Construir, no prazo de vigência do PME, escola de tempo integral no campo, na localidade de maior concentração populacional, com base em proposta pedagógica tendo como referência, as experiências exitosas nesta área;

6.5 Atender às escolas do campo, na oferta de educação em tempo integral, com base em consulta prévia e informada, considerando-se as peculiaridades locais;

6.6 Fomentar a articulação da escola com os diferentes espaços educativos e equipamentos públicos como centros comunitários, bibliotecas, praças, parques, museus, teatros e cinema;

6.7 Fortalecer parcerias entre as secretarias de Educação; Cultura; Esporte e Lazer; Planejamento Urbano e Meio Ambiente; e voltadas à oferta de atividades artísticas, culturais, esportivas e ambientais para atender no contra turno escolar, prioritariamente estudantes que residem em comunidades pobres ou crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social, em espaços educativos destinados para essa finalidade;

6.8 Garantir a educação em tempo integral para pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, na faixa etária de 4 (quatro) a 17 (dezesete) anos, assegurando atendimento educacional especializado complementar e suplementar ofertado em salas de recursos multifuncionais da própria escola ou em instituições especializadas;

6.9 Assegurar espaços lúdicos de interatividade considerando a diversidade étnica, de gênero e sociocultural, tais como: brinquedoteca, parques infantis e biblioteca;

6.10 Realizar experiências agropecuárias com projetos pedagógicos alternativos no programa de estudo regular das escolas do campo buscando parceria com instituições de Ensino Superior (IES) que ofereçam cursos na área; experiências educativas fomentando o turismo rural de inverno e verão, a agropecuária, os processos artesanais de produção de alimentos com projetos pedagógicos alternativos.

6.11 Criar, durante o período de vigência desse Plano, espaços de aulas práticas (campos agropecuários, Disseminação da cultura do empreendedorismo, culinária experimentais), para os estudantes das escolas do campo realizarem atividades em regime de alternância;

6.12 Reorganizar o tempo escolar de modo a garantir no mínimo em 7 horas diárias de permanência dos estudantes nos estabelecimentos de ensino, preferencialmente com a ampliação do turno matutino, na oferta de

atividades artísticas, culturais, esportivas, científicas, de leitura, produção textual e matemática;

6.13 Viabilizar atendimento diferenciado a grupos de estudantes com altas habilidades ou dificuldades específicas de aprendizagem.

META 7:

Fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem de modo a atingir as seguintes médias nacionais para o IDEB: 6,0 nos anos iniciais do ensino fundamental; 5,5 nos anos finais do ensino fundamental; 5,2 no ensino médio.

Tabela 24 - Metas

Metas Mun				
	2015			
Séries Iniciais	5.8			
Séries Finais	5.0			

Fonte: ideb.inep.gov.br.

Estratégias:

7.1 Assegurar que:

a) no quinto ano de vigência deste PME, pelo menos 75% (setenta e cinco por cento) dos estudantes do Ensino Básico tenham alcançado nível suficiente de aprendizado em relação aos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento de seu ano de estudo e 50% (cinquenta por cento), pelo menos, o nível desejável;

b) no último ano de vigência deste PME, todos os estudantes do Ensino Fundamental tenham alcançado nível suficiente de aprendizado em relação aos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento de seu ano de estudo e 80% (oitenta por cento), pelo menos, o nível desejável;

7.2 Instituir processo contínuo de autoavaliação das escolas de educação básica, por meio da constituição de instrumentos de avaliação que orientem as dimensões a serem fortalecidas, destacando-se a elaboração de planejamento estratégico, a melhoria contínua da qualidade educacional, a formação continuada dos profissionais da educação e o aprimoramento da gestão democrática;

7.3 Assegurar no Planos de Ações Articuladas(PAR) do município, o cumprimento das metas de qualidade estabelecidas para a educação básica pública e às estratégias de apoio técnico e financeiro voltadas à melhoria da gestão educacional, à formação de professores e profissionais de serviços e apoio escolares, à ampliação e ao desenvolvimento de recursos pedagógicos e à melhoria e expansão da infraestrutura física da rede escolar;

7.4 Aderir por meio de ações dos órgãos gestores, aos indicadores específicos de avaliação da qualidade da Educação Especial bem como da qualidade da educação bilíngue para pessoas surdas, estabelecidos pelo MEC;

7.5 Desenvolver nas escolas da rede municipal de ensino as políticas e programas orientados pelo MEC de forma a buscar atingir as metas do IDEB, procurando reduzir a diferença entre as escolas com os menores índices e a média nacional, garantindo equidade da aprendizagem;

7.6 Fixar, acompanhar e divulgar bienalmente os resultados pedagógicos dos indicadores do sistema nacional de avaliação da educação básica e do IDEB, relativos às escolas municipais, assegurando a contextualização desses resultados, com relação a indicadores sociais relevantes, como os de nível socioeconômico das famílias dos estudantes, e a transparência e o acesso público às informações técnicas de concepção e operação do sistema de avaliação;

7.7 Selecionar e divulgar tecnologias educacionais para o Ensino Fundamental e incentivar práticas pedagógicas inovadoras que assegurem a melhoria do fluxo escolar e a aprendizagem, assegurada a diversidade de métodos e propostas pedagógicas, com preferência para softwares livres e recursos educacionais abertos, bem como o acompanhamento dos resultados nas escolas em que forem aplicadas;

7.8 Garantir transporte gratuito para todos os estudantes da educação do campo na faixa etária da educação escolar obrigatória, mediante renovação e padronização integral da frota de veículos, de acordo com especificações definidas pelo Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - INMETRO, e financiamento compartilhado, com participação da União proporcional às necessidades locais, visando reduzir a evasão escolar e o tempo médio de deslocamento a partir de cada situação específica;

7.9 Universalizar em regime de colaboração com a União e o Estado, até o quinto ano de vigência deste PME, o acesso à rede mundial de computadores em banda larga de alta velocidade e triplicar, até o final da década, a relação computador-estudante nas escolas da rede pública municipal, promovendo a utilização pedagógica das tecnologias da informação e da comunicação;

7.10 Executar programas e aprofundar ações de atendimento à criança da Educação Infantil e do Ensino Básico, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde;

7.11 Assegurar a todas as escolas públicas de educação básica o acesso a energia elétrica, abastecimento de água tratada, esgotamento sanitário e manejo dos resíduos sólidos;

7.12 Garantir o acesso dos estudantes a espaços para a prática esportiva, a bens culturais e artísticos e a equipamentos e laboratórios de ciências e, em cada edifício escolar, garantir a acessibilidade às pessoas com deficiência;

7.13 Aderir, em regime de colaboração com a União e o Estado, no prazo de 5 (cinco) anos contados da publicação desta Lei, aos parâmetros mínimos de qualidade dos serviços da educação básica, a serem utilizados como referência para infraestrutura das escolas, recursos pedagógicos, entre outros insumos relevantes, bem como instrumento para adoção de medidas para a melhoria da qualidade do ensino;

7.14 Garantir políticas de combate à violência na escola inclusive pelo desenvolvimento de ações destinadas à capacitação de educadores para detecção dos sinais de suas causas, como a violência doméstica, sexual e social (álcool, crack e outras drogas) em consonância com o fortalecimento das redes (Rede de Atenção Psicossocial – RAPS e Rede Socioassistencial), favorecendo a adoção das providências adequadas que promovam a construção de cultura de paz e ambiente escolar dotado de segurança para a comunidade;

7.15 Implementar políticas de inclusão e permanência na escola para adolescentes e jovens que se encontram em regime de liberdade assistida e em situação de rua, assegurando os princípios da Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente;

7.16 Garantir nos currículos escolares a aplicação dos conteúdos sobre a história e as culturas afro-brasileira e indígenas e implementar ações educacionais, nos termos das Leis nos 10.639, de 9 de janeiro de 2003, e 11.645, de 10 de março de 2008, assegurando-se a implementação das respectivas diretrizes curriculares nacionais, por meio de ações colaborativas com fóruns de educação para a diversidade Étnico-Racial, conselhos escolares, equipes pedagógicas e a sociedade civil;

7.17 Desenvolver currículos e propostas pedagógicas específicas para as escolas do campo, incluindo os conteúdos culturais correspondentes às respectivas comunidades e considerando o fortalecimento das práticas socioculturais, produzindo e disponibilizando materiais didáticos específicos, inclusive para os estudantes com deficiência;

7.18 Mobilizar as famílias e setores da sociedade civil, articulando a educação formal com experiências de educação popular e cidadã, com os propósitos de que a educação seja assumida como responsabilidade de todos e de ampliar o controle social sobre o cumprimento das políticas públicas educacionais;

7.19 Promover a articulação dos programas da área da educação, de âmbito local e nacional, com os de outras áreas como saúde, trabalho e emprego, assistência social, esporte, cultura, possibilitando a criação de rede de apoio integral às famílias, como condição para a melhoria da qualidade educacional;

7.20 Universalizar, mediante articulação entre os órgãos responsáveis pelas áreas da saúde e da educação, o atendimento aos estudantes da rede escolar pública de educação básica por meio de ações de prevenção, promoção e atenção à saúde;

7.21 Estabelecer ações efetivas especificamente voltadas para a prevenção, atenção e atendimento à saúde e à integridade física, mental e emocional dos profissionais da educação, como condição para a melhoria da qualidade educacional;

7.22 Aderir ao sistema nacional de avaliação da educação básica, para receber orientações das políticas públicas e das práticas pedagógicas, para o fornecimento das informações às escolas e à sociedade;

7.23 Promover, em regime de colaboração com a União, de forma contínua e com especial ênfase, em consonância com as diretrizes do Plano Nacional do Livro; e da Leitura, a formação de leitores e a capacitação de professores, bibliotecários e agentes da comunidade para atuar como mediadores da leitura, de acordo com a especificidade das diferentes etapas do desenvolvimento e da aprendizagem;

7.24 Aderir ao programa nacional de formação de professores e de estudantes para promover e consolidar política de preservação da memória nacional;

7.25 Adequar ou reestruturar, no prazo de 5 anos, todas as escolas do campo de modo a garantir espaços de estudo, pesquisa e laboratórios de informática com acesso a internet;

7.26 Garantir serviços de apoio e orientação aos estudantes, com fortalecimento de políticas intersetoriais de saúde, assistência e outros, para que, de forma articulada, assegurem à comunidade escolar, direitos e serviços da rede de proteção;

7.27 Fortalecer, em regime de colaboração, Programas de Correção de Fluxo Escolar, reduzindo as taxas de repetência, evasão e distorção idade série, em toda as redes de ensino;

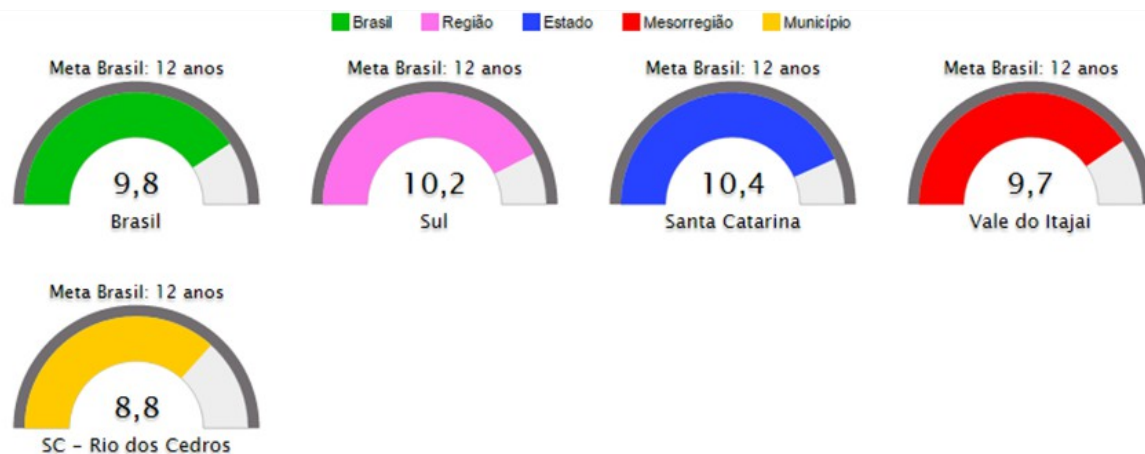
7.28 Assegurar às escolas, com especial atenção às do campo, o cumprimento da carga horária estabelecida, garantindo a presença do professor na sala de aula;

7.29 Incluir no currículo escolar da Educação do Campo, como temas transversais, as questões agrárias, da estrutura fundiária, e da agricultura familiar, do empreendedorismo focando o comércio dos produtos advindos das atividades agrícolas, do artesanato comunitário e do turismo rural.

Meta 8:

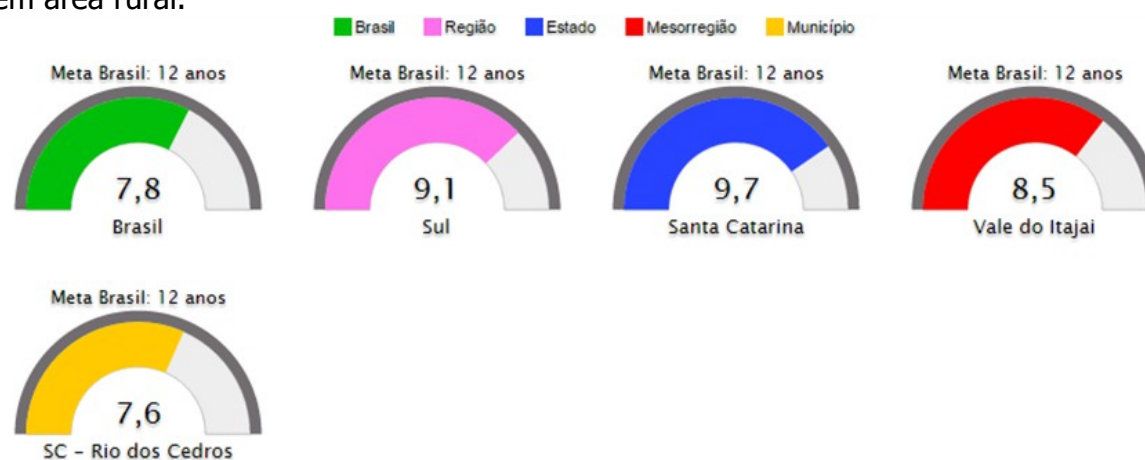
Elevar a escolaridade média da população de 18 a 29 anos de modo a alcançar no mínimo de 12 anos de estudo no último ano, para as populações do campo, da região de menor escolaridade no país e dos 25% mais pobres, e igualar a escolaridade média entre negros e não negros declarados à Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

Gráfico 42 – Indicador 8 A Indicador de escolaridade média de 18 a 29 anos.



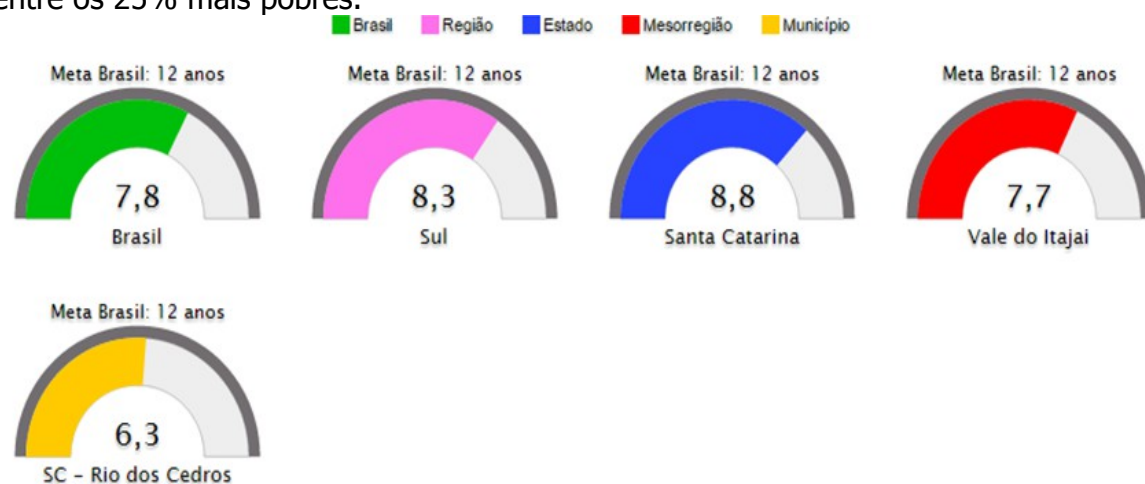
Fonte: Estado, Região e Brasil – IBGE/Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) – 2013, Município e Mesorregião – IBGE/Censo Populacional – 2010.

Gráfico 43 – Indicador 8 B Indicador de escolaridade média de 18 a 29 anos em área rural.

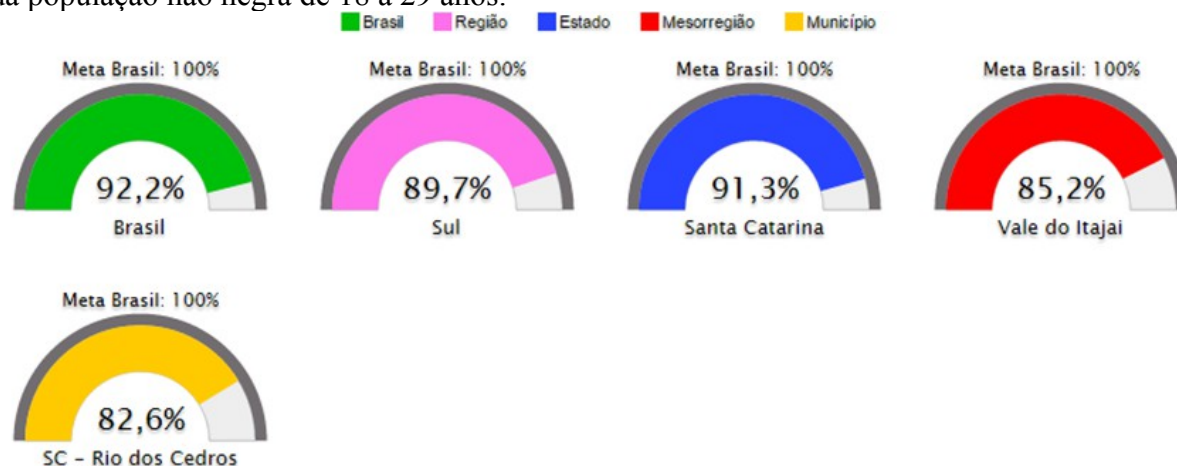


Fonte: Estado, Região e Brasil – IBGE/Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) – 2013, Município e Mesorregião – IBGE/Censo Populacional – 2010.

Gráfico 44 – Indicador 8 C Indicador de escolaridade média de 18 a 29 anos entre os 25% mais pobres.



Fonte: Estado, Região e Brasil – IBGE/Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) – 2013, Município e Mesorregião – IBGE/Censo Populacional – 2010.

Gráfico 45 – Indicador 8D - Razão entre a escolaridade média da população negra e da população não negra de 18 a 29 anos.

Fonte: Estado, Região e Brasil – IBGE/Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) – 2013, Município e Mesorregião – IBGE/Censo Populacional – 2010.

Estratégias:

- 8.1 Institucionalizar ou aderir a programas que contemplem o desenvolvimento de tecnologias para correção de fluxo, acompanhamento pedagógico individualizado, recuperação e progressão parcial, priorizando estudantes com rendimento escolar defasado, e a produção de materiais didáticos adequados às características e realidade sociocultural dos segmentos populacionais considerados;
- 8.2 Garantir, em articulação com o Conselho Municipal de Educação, certificação do ensino fundamental nos anos iniciais para os estudantes da educação de jovens e adultos;
- 8.3 Ampliar a oferta da Educação de Jovens e Adultos com qualificação profissional aos segmentos sociais considerados, que estejam fora da escola, associada a outras estratégias que garantam a continuidade da escolarização, após a alfabetização inicial;
- 8.4 Estimular a diversificação curricular, integrando a formação à preparação para o mundo do trabalho e estabelecendo a relação entre teoria e prática, nos eixos da ciência, do trabalho, da tecnologia e da cultura, adequando à organização do tempo e do espaço pedagógico;
- 8.5 Implantar a oferta gratuita de Educação Profissional por meio de parcerias com os entes federados e de formação profissional vinculada aos sistemas S, de forma concomitante ao ensino ofertado na rede escolar pública, para os segmentos populacionais considerados;
- 8.6 Promover, em parceria com as áreas de saúde, assistência social e o programa Bolsa Família, o acompanhamento e monitoramento de acesso à escola, identificando motivos de ausência e baixa frequência, estabelecendo em regime de colaboração com a União e o Estado, a garantia de frequência e apoio à aprendizagem, de maneira a estimular

a ampliação do atendimento para os segmentos populacionais considerados na rede regular de ensino;

8.7 Institucionalizar programas e desenvolver tecnologias para correção de fluxo, para acompanhamento pedagógico individualizado e para recuperação e progressão parcial, priorizando estudantes com rendimento escolar defasado, atendendo as especificidades dos segmentos populacionais aqui considerados.

8.8 Implantar programas de educação de jovens e adultos para os segmentos populacionais aqui considerados, que estejam fora da escola e com defasagem idade-série, associados a outras estratégias que garantam a continuidade da escolarização, após a alfabetização inicial.

8.9 Estimular a participação em exames de certificação e conclusão dos ensinos fundamental e médio e garantir acesso gratuito a esses exames.

8.10 Expandir a oferta gratuita de educação profissional por parte das entidades públicas, para os segmentos populacionais aqui considerados.

8.11 Promover o envolvimento de órgãos governamentais, de forma intersetorial, na busca ativa de jovens fora da escola, pertencentes aos segmentos populacionais aqui considerados.

8.12 Garantir a oferta pública de ensino médio e EJA, integrada à formação profissional aos jovens do campo, assegurando condições de acesso e permanência na sua própria comunidade.

8.13 Reduzir as desigualdades regionais e étnico-raciais, garantindo o acesso igualitário e a permanência na educação profissional técnica de nível médio e superior, inclusive mediante a adoção de políticas afirmativas, na forma da lei.

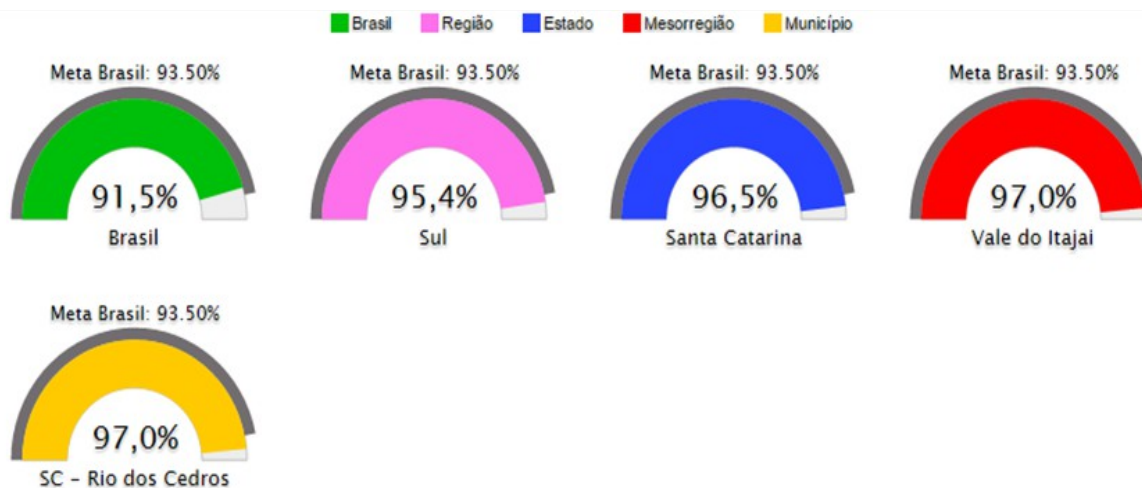
8.14 Efetivar políticas de educação do campo que garantam a universalização da educação básica com acesso e permanência no próprio campo.

8.15 Fomentar a produção de material didático, bem como o desenvolvimento de currículos, conteúdos e metodologias específicas para o desenvolvimento da educação da população considerada nessa meta.

Meta 9:

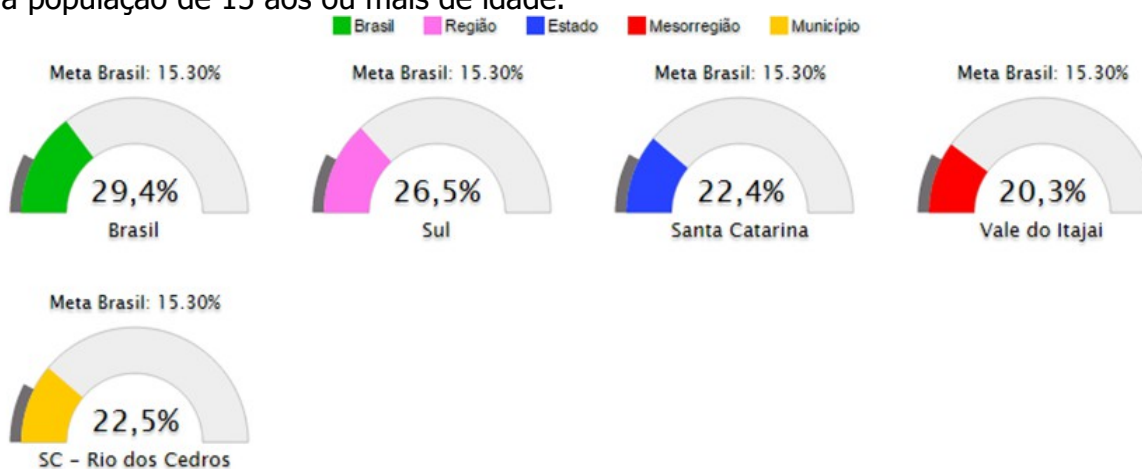
Elevar a taxa de alfabetização da população com 15 anos ou mais para 93,5% até 2015 e erradicar, até o final da vigência deste PME, o analfabetismo absoluto e reduzir em 50% a taxa de analfabetismo funcional.

Gráfico 46 – Indicador 9 A – Indicador da Taxa de alfabetização da população de 15 anos ou mais de idade.



Fonte: Estado, Região e Brasil – IBGE/Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) – 2013, Município e Mesorregião – IBGE/Censo Populacional – 2010.

Gráfico 47 – Indicador 9 B – Indicador da Taxa de analfabetização funcional da população de 15 anos ou mais de idade.



Fonte: Estado, Região e Brasil – IBGE/Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) – 2013, Município e Mesorregião – IBGE/Censo Populacional – 2010.

Estratégias:

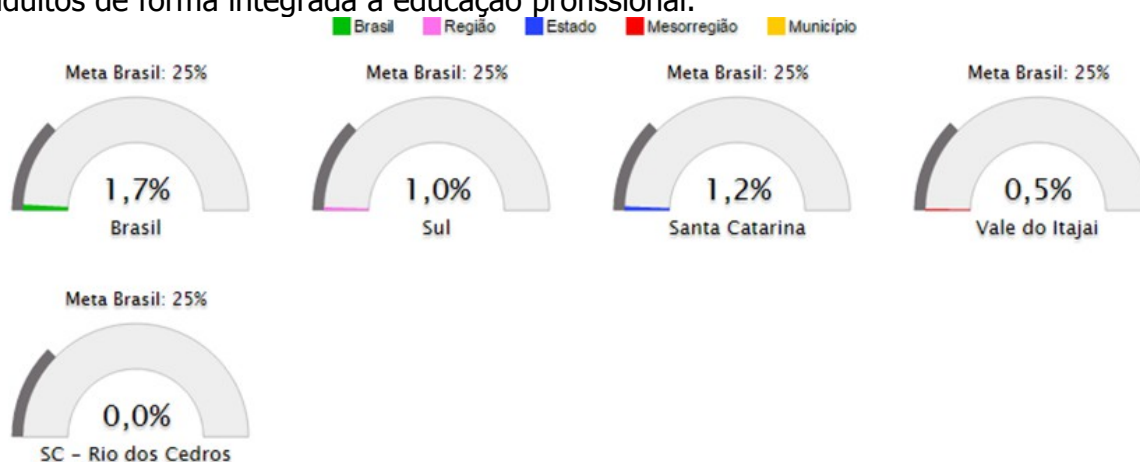
- 9.1 Assegurar a oferta gratuita de Educação de Jovens e Adultos a todos os que não tiveram acesso à educação básica na idade própria;
- 9.2 Promover chamadas públicas regulares para a EJA e avaliação de alfabetização, por meio de exames específicos, que permitam aferição do grau de analfabetismo de jovens e adultos com mais de 15 anos de idade;
- 9.3 Manter ações de alfabetização de jovens e adultos com garantia de continuidade da escolarização básica;
- 9.4 Implantar, em regime de colaboração com a União e Estado, ações de atendimento ao estudante da EJA por meio de programas suplementares de transporte, alimentação e saúde, incluindo atendimento oftalmológico, em articulação com a área da saúde;
- 9.5 Implementar o processo de formação continuada de professores da EJA;
- 9.6 Contemplar na estrutura da proposta curricular da rede municipal estratégias que atendam estudantes e professores da EJA;

9.7 Viabilizar parceria público/privada para que se possa ofertar EJA, também no ambiente de trabalho do estudante.

Meta 10:

Oferecer, no mínimo, 25% das matrículas de Educação de Jovens e Adultos – EJA na forma integrada à educação profissional nos anos finais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio.

Gráfico 48 – Indicador 10 – Porcentual de matrículas de educação de jovens e adultos de forma integrada a educação profissional.



Fonte: INEP/Censo Escolar da Educação – 2013.

Estratégias:

- 10.1 Manter programa nacional de EJA voltado à conclusão do Ensino Fundamental e à formação profissional inicial, de forma a estimular a conclusão da educação básica, considerando igualmente zona urbana e zona rural;
- 10.2 Expandir as matrículas na EJA de forma a articular a formação inicial e continuada de trabalhadores e a educação profissional objetivando a elevação do nível de escolaridade do trabalhador, inclusive considerando as especificidades do trabalhador do campo;
- 10.3 Considerar, nas políticas públicas de EJA, as necessidades específicas da pessoa idosa e das pessoas com deficiência;
- 10.4 Viabilizar, em parceria com o SENAI, SENAC e SENAR, e empresários, capacitação profissional para estudantes da EJA;
- 10.5 Fomentar a integração da EJA com a educação profissional, por meio de adesão do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – PRONATEC;
- 10.6 Implantar mecanismos de reconhecimento de saberes de jovens e adultos trabalhadores do campo, a serem considerados na articulação curricular dos

curso de formação inicial e continuada de professores, integrando os saberes do campo aos conhecimentos formais;

10.7 Ampliar as oportunidades de jovens e adultos do campo com baixo nível de escolaridade, por meio do acesso à EJA buscando parcerias com associações e cooperativas, visando fortalecer o empreendedorismo na população do campo.

10.8 Manter e aprimorar o programa de Educação Profissional integrada à Educação de Jovens e Adultos (PROEPI/EJA).

10.9 Viabilizar, em parceria com o SENAI, SENAC e SEST/SENAT e universidades o fortalecimento do ecoturismo na região campestre como alternativa econômica, bem como um potencial multiplicador significativo, em termos de geração de emprego e renda aos moradores rurais.

Meta 11: Do Plano Estadual

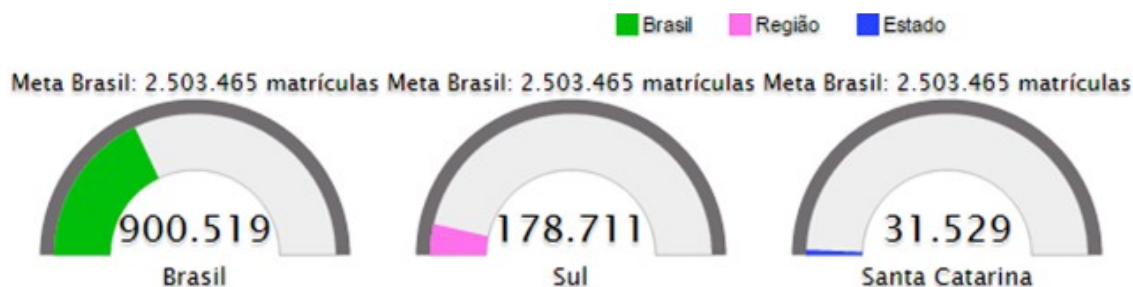
Triplicar as matrículas da educação profissional técnica de nível médio, assegurando a qualidade da oferta e pelo menos 50% (cinquenta por cento) da expansão no segmento público. Meta a ser trabalhada considerando o sistema estadual ente responsável por este nível.

Gráfico 49 – Indicador 11 A – Matrículas em educação profissional técnica de nível médio.



Fonte: INEP/Censo Escolar da Educação Básica – 2013.

Gráfico 50 – Indicador 11 B – Matrículas em educação profissional técnica de nível médio na rede pública.



Fonte: INEP/Censo Escolar da Educação Básica – 2013.

Estratégias:

- 11.1 Participar da política de expansão das matrículas de educação profissional técnica de nível médio da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, levando em consideração a responsabilidade dos Institutos na ordenação territorial, sua vinculação com arranjos produtivos, sociais e culturais locais e regionais, bem como a interiorização da educação profissional.
- 11.2 Expandir a oferta de educação profissional técnica de nível médio na rede pública estadual de ensino, com o apoio da União.
- 11.3 Expandir a oferta de educação profissional técnica de nível médio na modalidade de educação a distância, assegurado padrão de qualidade.
- 11.4 Reestruturar as escolas de educação profissional levando-se em consideração as especificidades de cada curso, a necessidade de máquinas e equipamentos, implementos didáticos e tecnológicos, bem como a capacitação dos profissionais envolvidos.
- 11.5 Promover a expansão do estágio na educação profissional técnica de nível médio e do ensino médio regular, preservando-se seu caráter pedagógico integrado ao itinerário formativo do estudante, visando à formação de qualificações próprias da atividade profissional, à contextualização curricular e ao desenvolvimento da juventude.
- 11.6 Ofertar programas de reconhecimento de saberes para fins de certificação profissional em nível técnico nas instituições credenciadas.
- 11.7 Cooperar na institucionalização de sistema nacional de avaliação da qualidade da educação profissional técnica de nível médio das redes pública e privada.
- 11.8 Expandir o atendimento do ensino médio gratuito integrado à formação profissional para as populações do campo de acordo com os seus interesses e necessidades.
- 11.9 Expandir a oferta de educação profissional técnica de nível 7 médio para o público da educação especial.
- 11.10 Elevar gradualmente a taxa de conclusão média dos cursos técnicos de nível médio na rede pública federal e estadual para 90% (noventa por cento) e elevar, nos cursos presenciais, a relação de estudantes por professor para 20 (vinte).
- 11.11 Desenvolver programas de assistência estudantil e mecanismos de mobilidade acadêmica, visando a garantir as condições necessárias à permanência dos estudantes e à conclusão dos cursos técnicos de nível médio.

11.12 Adotar políticas afirmativas para reduzir as desigualdades étnico-raciais e regionais no acesso e permanência na educação profissional técnica de nível médio.

11.13 Utilizar os dados do Sistema Nacional de Informação Profissional e as consultas promovidas junto a entidades empresariais de trabalhadores para ofertar formação nas instituições especializadas em educação profissional.

11.14 Fomentar e garantir estudos e pesquisas sobre a articulação entre formação, currículo, pesquisa e mundo do trabalho, considerando as necessidades econômicas, sociais e culturais do Estado e município.

11.15 programas de capacitação para pessoas com deficiências especiais, visando estimular o ingresso mercado de trabalho.

Meta 12:

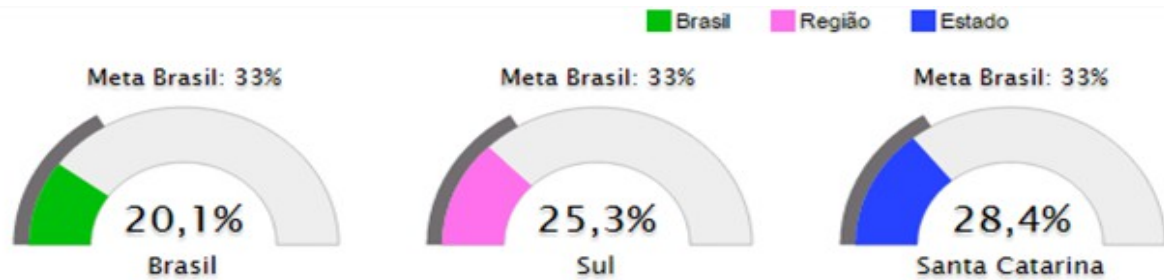
Educação Superior: Articular, com a União, a elevação da taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% (cinquenta por cento) e a taxa líquida para 40% (quarenta por cento) da população de 18 (dezoito) a 24 (vinte e quatro) anos de idade, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% (quarenta por cento) das novas matrículas, nas instituições de ensino superior públicas e comunitárias. Do Plano Nacional

Gráfico 51 – Indicador 12 A – Taxa de escolarização bruta na educação superior da população de 18 a 24 anos.



Fonte: Estado, Região e Brasil – IBGE/Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) – 2013, Município e Mesorregião – IBGE/Censo Populacional – 2010.

Gráfico 52 – Indicador 12 B – Taxa de escolarização líquida ajustada na educação superior da população de 18 a 24 anos.



Fonte: Estado, Região e Brasil – IBGE/Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) – 2013, Município e Mesorregião – IBGE/Censo Populacional – 2010.

Em consonância com os entes federal (MEC) e Sistema Estadual .

12.1 Otimizar, com a participação da União, estrutura física e a disponibilização dos recursos humanos das instituições públicas e comunitárias de educação superior, mediante ações planejadas e coordenadas, de forma a ampliar e interiorizar o acesso à graduação.

12.2 Mapear a demanda e fomentar a oferta de educação superior pública e gratuita prioritariamente para a formação de professores, para atender ao déficit de profissionais em todas as áreas de conhecimento e modalidades da educação básica.

12.3 Ampliar e garantir a oferta de bolsas de estudos para graduação, aos professores e demais profissionais que atuam na educação básica.

12.4 Adotar políticas de assistência estudantil para assegurar à população considerada economicamente carente, bolsa de estudos de graduação, de modo a reduzir as desigualdades étnico-raciais e ampliar as taxas de acesso e permanência na educação superior de estudantes egressos da escola pública, afrodescendentes e indígenas e de estudantes com deficiência, transtorno do espectro autista, transtorno de déficit de atenção e hiperatividade/impulsividade e altas habilidades ou superdotação, de forma a apoiar seu sucesso acadêmico.

12.5 Incentivar as instituições de educação superior a aderir e participar dos programas de apoio financeiro do Governo Federal.

12.6 Apoiar e implementar, no âmbito de sua competência, ações que visem assegurar, no mínimo, 10% (dez por cento) do total de créditos curriculares exigidos para a graduação em programas e projetos de extensão universitária, orientando sua ação, prioritariamente, para áreas de grande pertinência social.

12.7 Adotar e supervisionar, com a participação da União, políticas de inclusão e de ação afirmativa na forma da lei, para o acesso e permanência nos cursos de graduação, de estudantes em vulnerabilidade socioeconômica, egressos da escola pública, afrodescendentes, comunidades tradicionais, povos do campo, público da educação especial, e outros extratos sociais historicamente excluídos.

12.8 Assegurar, na forma da lei, condições de acessibilidade às pessoas da educação especial, nas instituições de ensino superior.

12.9 Fomentar estudos e pesquisas que analisem a necessidade de articulação entre formação, currículo, pesquisa e mundo do trabalho, considerando as necessidades econômicas, sociais e culturais do Estado.

12.10 Participar da consolidação e ampliação de programas e ações de incentivo à mobilidade estudantil e docente em cursos de graduação e pós-graduação, em âmbito nacional e internacional.

12.11 Articular, com a União, a expansão e a descentralização da oferta de educação superior pública e gratuita, atendendo a todas as regiões do Estado, considerando as especificidades das populações do campo, comunidades indígenas e quilombolas.

12.12 Colaborar na institucionalização de programa nacional de composição de acervo digital de referências bibliográficas e audiovisuais para os cursos de graduação, assegurada a acessibilidade às pessoas com deficiência.

12.13 Participar, com a União, da consolidação de processos seletivos nacional e estadual para acesso à educação superior como forma de superar exames vestibulares isolados.

12.14 Estimular mecanismos para ocupar as vagas ociosas em cada período letivo, na educação superior pública.

12.15 Considerar as informações e orientações advindas dos órgãos reguladores nacional da educação superior quanto aos procedimentos adotados na área de avaliação, regulação e supervisão, em relação aos processos de autorização de cursos e instituições, de reconhecimento para credenciamento de nova instituição, no âmbito do sistema estadual de ensino, com sede no município.

Meta 13:

Garantir a 100% das escolas da Educação Básica, etapas e modalidades, condições de transversalidade para o desenvolvimento de práticas pedagógicas voltadas para a diversidade e temas sociais (direitos socioeducacionais).

Estratégias:

13.1 Implantar, em toda a Rede Municipal de Ensino, as Diretrizes Curriculares Nacionais de Educação em Direitos Humanos - DCNEDH (Resolução CNE/CP 01/2012. Diário Oficial da União, Brasília, 31/05/12, seção 1 – p. 48) e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental (Resolução nº 02, de 15/06/12);

13.2 Estabelecer parcerias e/ou interfaces, em regime de colaboração, atividades com os entes federal e estadual e conselhos responsáveis pelas políticas públicas da diversidade.

13.3 Elaborar os Planos de Ação Anuais, tendo em vista a gestão compartilhada dos programas (Educação Ambiental, Educação para o Trânsito e Educação Fiscal) no município.

13.4 Efetivar parcerias com a sociedade civil organizada, Instituições de Ensino Superior – IES e com as organizações não governamentais, para

o desenvolvimento de programas e projetos locais e específicos, que estimulem a aplicabilidade das políticas públicas para a diversidade e temas sociais;

13.5 Garantir dotação orçamentária para as políticas da diversidade no âmbito de toda a rede municipal de educação;

13.6 Institucionalizar na Secretaria Municipal de Educação, o grupo de estudo para inclusão e atenção à diversidade com o objetivo de realizar, acompanhar, avaliar e monitorar as atividades referentes à educação em direitos humanos, à educação para as relações étnico-raciais, para as relações de gênero, identidade de gênero e diversidade sexual, educação ambiental, educação fiscal, cultura na escola, fortalecendo parcerias entre organismos públicos, não governamentais e com os movimentos sociais (direitos humanos, ecológicos, justiça fiscal, negros, de mulheres, feministas,) objetivando alcançar uma educação não discriminatória, não sexista, não machista, não racista, não homofóbica, não lesbofóbica, não transfóbica;

13.7 Institucionalizar todas as políticas públicas da diversidade (garantia de direitos aos negros, indígenas, mulheres, pessoas do segmento LGBTQTT e outros), direito ambientais, justiça fiscal e arte, e cultura na escola nos Projetos Político-pedagógicos das escolas do Sistema Municipal de Educação;

13.8 Realizar e incentivar formação continuada, presencial e/ou à distância, para os profissionais do magistério da rede municipal, em todos os níveis, etapas e modalidades de ensino, à luz dos Direitos Humanos, Educação Ambiental, Educação para o Trânsito e Educação Fiscal que reconheçam e valorizem a diversidade e a democracia participativa;

13.9 Fortalecer apoio técnico-pedagógico a toda a rede municipal de ensino para realizar, acompanhar, avaliar e monitorar as ações voltadas para a educação na perspectiva da inclusão, da diversidade e dos temas sociais;

13.10 Produzir e/ou adquirir e distribuir materiais didáticos e paradidáticos específicos e regionais, referentes à educação em direitos humanos, às relações de gênero, étnico-raciais e à diversidade sexual, educação ambiental, cultura na escola, educação fiscal para todas as escolas municipais;

13.11 Fomentar produção de materiais pedagógicos específicos e diferenciados de referência, contextualizados às realidades socioculturais para professores e estudantes, contemplando a educação para as relações étnico-raciais, educação em direitos humanos, gênero e diversidade sexual, educação ambiental, educação para o trânsito, educação fiscal, arte e cultura nas escolas para a Educação Básica, respeitando os interesses dos povos afrodescendentes, indígenas e do campo;

13.12 Assessorar, acompanhar e monitorar os planos de trabalho sobre a diversidade e temas sociais propostos pelos estabelecimentos escolares da rede municipal de ensino;

13.13 Estimular projetos de intervenção nos estabelecimentos escolares, na dimensão da gestão, do currículo e do espaço físico para a promoção da sustentabilidade socioambiental;

- 13.14 Incentivar o trabalho com uma pedagogia centrada na concepção de desenvolvimento sustentável, primando por uma relação harmoniosa entre o ser humano e o meio ambiente;
- 13.15 Ampliar o Programa de Educação Profissional Integrado à Educação de Jovens e Adultos, na perspectiva de gênero, considerando as mulheres na sua diversidade, nos meios urbano e rural, com ênfase no empreendedorismo e desenvolvimento local sustentável, fortalecendo a economia solidária e popular;
- 13.16 Garantir a efetivação de políticas públicas educacionais que valorizem o homem e a mulher do campo, em seus aspectos políticos, econômicos, sociais e culturais, de forma que sejam mantidos e/ou resgatados a identidade e os valores dos povos camponeses;
- 13.17 Fortalecer as ações coletivas, valorizando as relações de caráter comunitário em associativismo;
- 13.18 Implementar programas que fortaleçam a integração entre campo e cidade, para que sejam garantidos, de forma igualitária, os direitos dos povos do campo;
- 13.19 Valorizar a diversidade etnicorracial, desenvolvendo ações que valorizem a contribuição histórica da população do campo;
- 13.20 Articular políticas públicas envolvendo a comunidade escolar, as organizações e lideranças comunitárias em prol de uma consciência sustentável, democrática, participativa e solidária no campo.

Meta 14:

Garantir, em regime de colaboração entre a União, o Estado, e o Município, no prazo de 05 (cinco) anos de vigência deste PME política municipal de formação e valorização dos profissionais da educação, assegurando que todos os professores da educação básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam.

Estratégias:

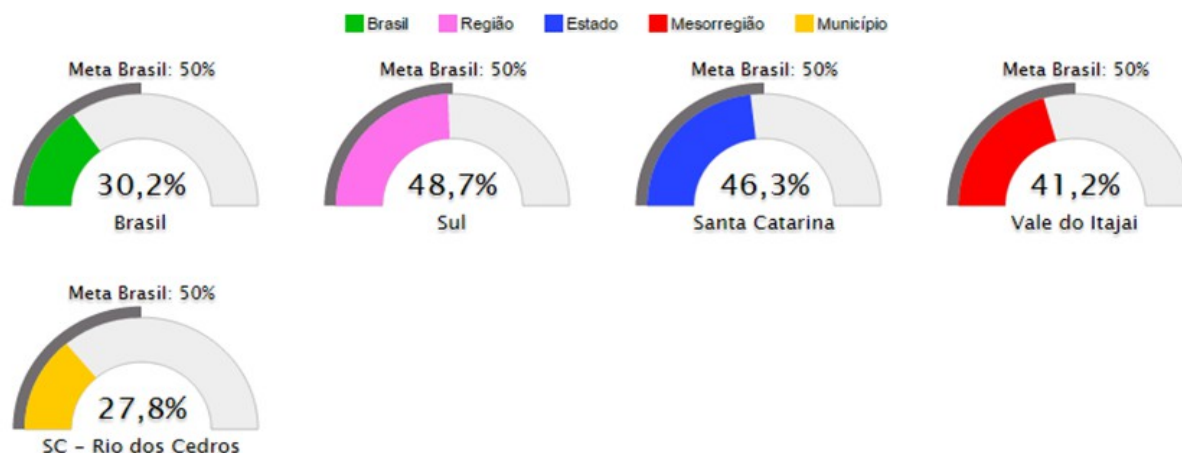
- 14.1 Atuar, conjuntamente, com base em plano estratégico que apresente diagnóstico das necessidades de formação de profissionais do magistério e da capacidade de atendimento por parte de instituições públicas de educação superior existentes no Estado e Município, definindo obrigações recíprocas entre os partícipes;
- 14.2 Assegurar aos docentes, com formação de nível médio na modalidade normal, não licenciados ou licenciados em área diversa da atuação docente, em efetivo exercício, a efetivar cursos e programas especiais que lhes assegurem formação específica de nível superior, nas respectivas áreas de atuação;

- 14.3 Viabilizar acesso a plataforma eletrônica para organizar a oferta e as matrículas em cursos de formação inicial e continuada de profissionais da educação, bem como para divulgação e atualização dos currículos eletrônicos dos docentes;
- 14.4 Fortalecer, no prazo de 02 (dois) anos de vigência do PME – 2015/2024, política municipal de formação e valorização dos profissionais da educação, de forma a ampliar as possibilidades de formação em serviço;
- 14.5 Implementar programas específicos para formação de professores da Educação Básica para as escolas do campo e para a educação especial;
- 14.6 Implantar programa permanente de formação à docência a estudantes de cursos de licenciatura, a fim de incentivar a formação de profissionais para atuar no magistério da Educação Básica, por meio de bolsas-estágio;
- 14.7 Valorizar o estágio dos cursos de licenciatura, visando o trabalho sistemático de conexão entre a formação acadêmica dos graduandos e as demandas da educação básica por meio de parcerias com Instituições de Ensino Superior;
- 14.8 Fomentar a oferta de cursos técnicos de nível médio, nas respectivas áreas de atuação, dos profissionais da Educação Básica de outros segmentos que não os do magistério;
- 14.9 Implementar, no prazo de um ano de vigência desta Lei, política municipal de formação continuada para profissionais da educação de outros segmentos que não os do magistério, construído em regime de colaboração com os sistemas de ensino.

Meta 15:

Formar, em nível de pós-graduação, 50% (cinquenta por cento) dos professores da educação básica, até o último ano de vigência deste PME, e garantir a todos os profissionais da educação básica formação continuada em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualizações dos sistemas de ensino.

Gráfico 53 – Indicador 15 – Percentual de professores da educação básica com pós-graduação lato sensu ou stricto sensu.



Fonte: INEP/Censo Escolar da Educação Básica – 2013.

Estratégias:

15.1 Realizar, em regime de colaboração, o planejamento estratégico para dimensionamento da demanda por formação continuada em nível de pós-graduação e fomentar a respectiva oferta por parte das instituições públicas de educação superior, de forma orgânica e articulada às políticas de formação da União, do Estado e do Município, de modo a atender também os professores da educação do campo, atentando para a especificidade desta modalidade de ensino;

15.2 Implementar política municipal de formação dos profissionais do grupo do magistério da Educação Básica, definindo diretrizes municipais, áreas prioritárias, instituições formadoras e processos de certificação das atividades formativas;

15.3 Assegurar adesão a programa nacional de composição de acervo de obras didáticas, paradidáticas, de literatura e de dicionários, e programa específico de acesso a bens culturais, incluindo obras e materiais produzidos em Libras e em Braille, sem prejuízo de outros, a serem disponibilizados para os professores da rede pública de Educação Básica em cada estabelecimento escolar, favorecendo a construção do conhecimento e a valorização da cultura da investigação;

15.4 Criar e consolidar portal eletrônico para subsidiar a atuação dos profissionais do magistério da educação básica, disponibilizando gratuitamente materiais didáticos e pedagógicos suplementares, inclusive aqueles com formato acessível;

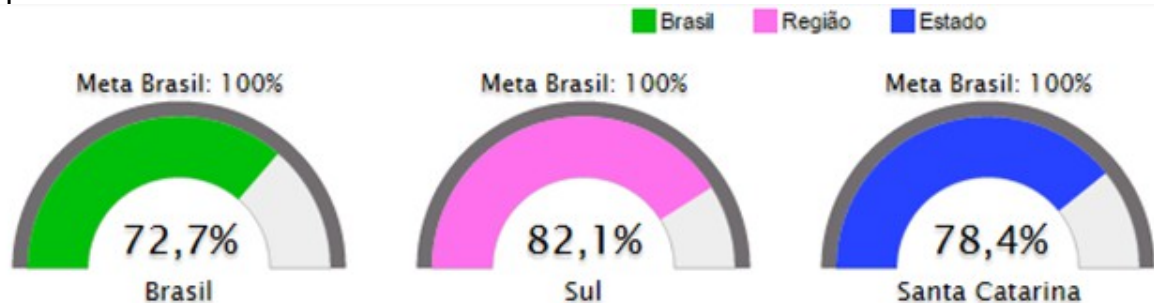
15.5 Criar no Plano de Carreira dos Profissionais do Magistério da Educação Municipal, licenças para qualificação profissional em nível de pós-graduação em stricto sensu que sejam de interesse da administração pública.

15.6 Determinar quantidade de vagas para licença para qualificação em nível de pós-graduação em stricto sensu, com ofertas anuais, visando assegurar o cumprimento da meta.

Meta 16:

Valorizar os profissionais do magistério das redes públicas da Educação Básica, a fim de equiparar o rendimento médio dos demais profissionais com escolaridade equivalente, até o final do 6º (sexto) ano da vigência deste PME.

Gráfico 54 – Indicador 16 – Razão entre salários dos professores da educação básica, na rede pública (não federal), e não professores, com escolaridade equivalente.



Fonte: Estado, Região e Brasil. IBGE/Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) – 2013.

Estratégias:

16.1 Constituir Fórum permanente com representação do Município, dos Trabalhadores em Educação e da Sociedade Civil, para acompanhamento da atualização progressiva do valor do piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da Educação Básica;

16.2 Acompanhar a evolução salarial por meio de indicadores obtidos a partir da Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios – PNAD, periodicamente divulgados pelo IBGE;

16.3 Aperfeiçoamento constante no âmbito do Município, do Plano de Carreira para os profissionais do magistério das redes públicas de Educação Básica, adequando aos critérios estabelecidos na Lei nº 11.738, de 16 de julho de 2008, Lei do Piso Salarial Profissional Nacional para os Profissionais do Magistério Público da Educação Básica com implantação gradual do cumprimento da jornada de trabalho em um único estabelecimento escolar.

Meta 17:

Assegurar e adequar no prazo de 02 (dois) anos, a existência de planos de Carreira para os profissionais da Educação Básica pública em todo o sistema de ensino e, para o plano de Carreira dos profissionais da educação básica pública, tomar como referência o piso salarial nacional profissional, definido em lei federal, nos termos do inciso VIII do art. 206 da Constituição Federal.

Estratégias:**17.1 O Município já cumpriu esta meta**

17.2 implantar, nas redes públicas de educação básica e superior, acompanhamento dos profissionais iniciantes, supervisionados por equipe de profissionais experientes, a fim de fundamentar, com base em avaliação documentada, a decisão pela efetivação após o estágio probatório e oferecer, durante esse período, curso de aprofundamento de estudos na área de atuação do (a) professor (a), com destaque para os conteúdos a serem ensinados e as metodologias de ensino de cada disciplina;

Meta 18:

Assegurar condições, no prazo de 02 (dois) anos, para a efetivação da gestão democrática da educação, associada a critérios técnicos de mérito e desempenho e à consulta pública à comunidade escolar, no âmbito das escolas públicas, prevendo recursos e apoio técnico do município para tanto.

Estratégias:

18.1 Adequar a legislação municipal, a fim de assegurar respeitando-se a legislação nacional, e que considere, conjuntamente, para a nomeação dos gestores de escola, critérios técnicos de mérito e desempenho, bem como a participação da comunidade escolar

18.2 Assegurar a continuidade programas de apoio e formação aos membros dos conselhos de acompanhamento e controle social do FUNDEB, dos conselhos de alimentação escolar (CAE), e de outros e aos representantes educacionais em demais conselhos de acompanhamento de políticas públicas;

18.3 Criar comissão para estimular a constituição e o fortalecimento de grêmios estudantis e de associações de pais/mães e mestres, assegurando-se, inclusive, espaço adequado e condições de funcionamento na instituição escolar;

18.4 Estimular o fortalecimento de conselhos escolares e conselho municipal de educação, como instrumentos de participação e fiscalização na gestão escolar e educacional, inclusive por meio de programas de formação de conselheiros, assegurando-se condições de funcionamento autônomo;

18.5 Estimular a participação na formulação dos projetos político-pedagógicos, currículos escolares, planos de gestão escolar e regimentos escolares por profissionais da educação, estudantes e familiares;

18.6 Favorecer processos de autonomia pedagógica, administrativa e de gestão financeira das escolas, para a manutenção e desenvolvimento do ensino;

18.7 Priorizar para a equipe de gestão e coordenação pedagógica, profissionais com especialização em Educação do Campo, favorecendo a oferta desta no prazo de cinco anos em regime de colaboração com a União e o Estado.

18.8 Desenvolver políticas de formação de diretores e gestores escolares a fim de qualificar sua atuação na dimensão político-pedagógica, administrativa e financeira da instituição, por intermédio de colaboração e ações próprias de cada ente federados.

Meta 19:

Compartilhar responsabilidades, a partir das funções constitucionais entre os entes federados, visando alcançar as metas estabelecidas no PNE / PME, buscando o aperfeiçoamento permanente da gestão na educação, tornando-a um meio para garantir uma educação de qualidade;

Estratégias:

19.1 Definir o custo aluno-qualidade da Educação Básica do município à luz da ampliação do investimento público em educação e acompanhamento pelo Fórum Municipal de Educação – FME e pelo Conselho Municipal de Educação – CME;

19.2 Cumprir a Lei de Responsabilidade Educacional, após a sua promulgação pela

Presidência da República, assegurando padrão de qualidade na Educação Básica, na rede municipal de ensino, aferida pelo processo de metas de qualidades aferidas por institutos oficiais de avaliação educacionais;

- 19.3 Aperfeiçoar e ampliar os mecanismos de acompanhamento da arrecadação dos tributos municipais;
- 19.4 Aplicar os recursos legalmente vinculados à Educação, de competência do poder público municipal, e buscar fontes complementares de financiamento;
- 19.5 Fortalecer os mecanismos e os instrumentos que promovam a transparência e o controle social na utilização dos recursos públicos aplicados em educação;
- 19.6 Assegurar recursos para a implantação do PME nos planos plurianuais do Município;
- 19.7 Elaborar a proposta orçamentária anual da Secretaria Municipal da Educação com base em levantamento das principais necessidades da rede escolar;
- 19.8 Ampliar os investimentos em educação, proporcional ao aumento progressivo dos percentuais do PIB destinados a este setor;
- 19.9 Implementar política de financiamento, em regime de colaboração com a União e Estado para ações de solução de problemas do transporte escolar, enfrentados pelo município em relação ao gerenciamento e pagamento de despesas;
- 19.10 Assegurar os recursos públicos destinados à construção, expansão e melhoria das instituições públicas de Educação Infantil (creches e pré-escolas) e de Ensino Fundamental, fortalecendo seu caráter público, gratuito e com qualidade socialmente referenciada;
- 19.11 Assegurar o repasse de verbas para os estabelecimentos escolares, levando-se em conta o número de estudantes do Censo Escolar do ano anterior;
- 19.12 Potencializar a utilização dos recursos repassados aos estabelecimentos escolares com qualificação das pessoas envolvidas em: orçamento, gestão, cotação de preços, licitação, contratação e execução;
- 19.13 Garantir ambiente informatizado em 100% dos estabelecimentos escolares até o quinto ano de vigência do PME;
- 19.14 Zelar pela transparência da gestão pública na área da educação, garantindo o funcionamento efetivo, autônomo e articulado dos conselhos de controle social;
- 19.15 Fomentar e apoiar os conselhos escolares, envolvendo as famílias dos estudantes, com as atribuições, dentre outras, de zelar pela manutenção da escola e pelo monitoramento das ações e consecução das metas dos compromissos estabelecidos;
- 19.16 Assegurar o cumprimento dos Artigos 70 e 71 da LDB 9.394/96 , os quais definem os gastos admitidos como de manutenção e desenvolvimento do ensino e aqueles que não são incluídos nessa rubrica;
- 19.17 Mobilizar Ministério Público, entidades da sociedade civil organizada, representantes da educação, entre outros setores sociais, para fiscalização e acompanhamento da implementação do PME.

Meta 20:

Financiamento da Educação ampliar o investimento público em educação pública de forma a atingir, no mínimo, o patamar de 7% (sete por cento) do Produto Interno Bruto - PIB do País no 5º (quinto) ano de vigência desta Lei e, no mínimo, o equivalente a 10% (dez por cento) do PIB ao final do decênio.

20.1 Garantir fontes de financiamento permanentes e sustentáveis para todos os níveis, etapas e modalidades da Educação Pública Municipal, destinando os recursos prioritariamente para a Educação Infantil, Ensino Fundamental e Programa de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA).

20.2 Acompanhar o aperfeiçoamento e a ampliação dos mecanismos previstos no PNE, referentes à arrecadação da contribuição social do salário-educação.

20.3 Mobilizar a sociedade civil organizada para garantir a destinação correta dos recursos previstos nas Estratégias 20.4, 20.6, 20.7, 20.8, 20.9, 20.10, 20.11 e 20.12 do PNE.

20.4 Contribuir para o fortalecimento dos mecanismos e dos instrumentos que assegurem, nos termos do parágrafo único do art. 48 da Lei Complementar no101, de 4 de maio de 2000, a transparência e o controle social na utilização dos recursos públicos aplicados em Educação, especialmente a realização de audiências públicas, a criação de portais eletrônicos de transparência e a capacitação dos membros de Conselhos de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB, com a colaboração entre o MEC, as Secretarias de Educação dos Estados e dos Municípios e os Tribunais de Contas da União, dos Estados e dos Municípios.

20.5 Criar mecanismos de acompanhamento regular dos investimentos e custos por estudante da Educação Pública Municipal, em todas as suas etapas e modalidades.

20.6 Mobilizar a sociedade civil organizada e os representantes políticos regionais para garantir, no prazo de 02 (dois) anos da vigência do PNE, que prevê a implantação do Custo Aluno-Qualidade Inicial (CAQi), referenciado no conjunto de padrões mínimos estabelecidos na legislação educacional e cujo financiamento será calculado com base nos respectivos insumos indispensáveis ao processo de ensino-aprendizagem e será progressivamente reajustado até a implementação plena do Custo Aluno Qualidade (CAQ).

20.7 Mobilizar a sociedade civil organizada e os representantes políticos regionais para garantir a implementação do Custo Aluno Qualidade (CAQ), como parâmetro para o financiamento da educação de todas etapas e modalidades da Educação Básica, a partir do cálculo e do acompanhamento regular dos indicadores de gastos educacionais com investimentos em qualificação e remuneração de professores e dos demais profissionais da Educação pública, em aquisição, manutenção, construção, conservação de instalações, equipamentos necessários ao ensino e em aquisição de material didático-escolar, alimentação e transporte escolar.

20.8 Mobilizar a sociedade civil organizada e os representantes políticos regionais para garantir que o CAQ seja definido no prazo de 3 (três) anos de publicação do PNE e seja continuamente ajustado, com base em metodologia

formulada pelo MEC, e acompanhado pelo Fórum Nacional de Educação (FNE), pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) e pelas Comissões de Educação da Câmara dos Deputados e de Educação, Cultura e Esportes do Senado Federal.

20.9 Mobilizar a sociedade civil organizada e os representantes políticos regionais para garantir a regulamentação do parágrafo único do art. 23 e o art. 211 da Constituição Federal, no prazo de 02 (dois) anos, por Lei Complementar, de forma a estabelecer as normas de cooperação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, em matéria educacional, e a articulação do sistema nacional de educação em regime de colaboração, com equilíbrio na repartição das responsabilidades e dos recursos, o efetivo cumprimento das funções redistributiva e supletiva da União no combate às desigualdades educacionais regionais.

20.10 Mobilizar a sociedade civil organizada e os representantes políticos regionais para garantir que a União, na forma da lei, complemente os recursos financeiros a todos os Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios que não conseguirem atingir o valor do CAQi e, posteriormente, do CAQ;

20.11 Mobilizar a sociedade civil organizada e os representantes políticos regionais para garantir a aprovação, no prazo de 01 (um) ano após a publicação do PNE, da Lei de Responsabilidade Educacional, assegurando padrão de qualidade na Educação Básica, em cada sistema e rede de ensino, aferida pelo processo de metas de qualidade aferidas por institutos oficiais de avaliação educacionais.

20.12 Mobilizar a sociedade civil organizada e os representantes políticos regionais para garantir a definição de critérios para distribuição dos recursos adicionais dirigidos à Educação ao longo do decênio, que considerem a equalização das oportunidades educacionais, a vulnerabilidade socioeconômica e o compromisso técnico e de gestão do sistema de ensino, a serem pactuados na instância prevista no § 5º do art. 7º do PNE.

REFERÊNCIAS

Ação Educativa. Disponível em:

http://www.acaoeducativa.org.br/portal/index.php?option=com_content&task=view&id=2126&Itemid=2tio. Acessado em 21 de abr. de 2015.

BRASIL. Sinopses Estatísticas, 2000 a 2012. Disponível em:

<http://www.portal.mec.gov.br/arquivos/pdf>. Acesso em: 02 de jun. de 2014.

BRASIL. Presidência da República. EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 59, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2009. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc/emc59.htm.

Acesso em: 30 de jun. de 2014

BRASIL. Ministério da Educação. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

BRASIL. Presidência da República. Constituição Federal da República Federativa do Brasil.

Portal Legislação Federal. Brasil, 1988. Disponível em:

<http://www.presidencia.gov.br/legislacao/constituicao>. Acesso em: 02 de jun. de 2014.

IBGE. Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/painel/populacao.php>.

Acessado em: 10 de julho de 2014.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em:

www.ibge.gov.br/bancodedados/cid@des. Acessado em 18 abr. de 2015.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira.

<http://www.portal.inep.gov.br/basica-censo-escolar>. Acesso em: 06 set. 2014.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira.

Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/>. Acessado em: 05 de jun. de 2014.

KUHLMANN JR. Moysés. Infância e Educação Infantil: uma abordagem histórica. Porto Alegre: Editora Mediação, 2011.

LDB. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em:

<http://www.portal.mec.gov.br/arquivos/pdf>. Acesso em: 02 de set. de 2013.

Sistema de Consulta a Matrícula do Censo Escolar. Disponível em:

<http://matricula.educacenso.inep.gov.br>. Acessado em 10 de jul. de 2014.

Sistema IBGE de Recuperação Automática – SIDRA. Disponível em:

<http://sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/protabl.asp?c=i378&z=cd&o=7&i=P>;

Acessado em: 05 de jul. de 2014.

_____. (2008) PLANO Decenal de Educação do Município de Rio dos Cedros.

LEI Nº 1.592, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2008.

Plano Nacional de Educação. Disponível em:

<http://pne.mec.gov.br/construindo-as-metas>. Acessado em 10 de mar. de 2015.

PLANO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO – SC 2014. VERSÃO PRELIMINAR.

PLANO Nacional de Educação – PNE. Lei Nº 13.005, de 25 junho de 2014.

Plano Nacional de Educação. Disponível em: [http://pne.mec.gov.br/?](http://pne.mec.gov.br/?pagina=inicial)

[pagina=inicial](http://pne.mec.gov.br/?pagina=inicial). Acessado em: Acessado em 02 de jul. de 2014.

PNUD/IPEA – Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013: Perfil do Município de Rio dos Cedros, SC. Disponível em:

[Http://www.pnud.org.br/IDH/Atlas2013.aspx?](Http://www.pnud.org.br/IDH/Atlas2013.aspx?indiceAccordion=1&li=li_Atlas2013)

[indiceAccordion=1&li=li_Atlas2013](Http://www.pnud.org.br/IDH/Atlas2013.aspx?indiceAccordion=1&li=li_Atlas2013); Acessado em 05 de mai. de 2014.

Portal do Cidadão. <http://portaldocidadao.tce.sc.gov.br/homesic.php?id=421470&idmenu=municipio&menu=despesaeducacao>. Acessado em 18 abr. de 2015.

Portal das Transferências Constitucionais – SC. Disponível em: <http://receitas.fecam.org.br>. Acessado em: 16 de março de 2015;

QEDu. Disponível em: <http://www.qedu.org.br/cidade/998-rio-dos-cedros/aprendizado>. Acessado em 23 de mar. de 20145.

RONSONI, Marcelo Luis. **O ENSINO FUNDAMENTAL DE NOVE ANOS:** Uma Análise Da Implantação No Sistema Municipal De Ensino De Santa Maria/RS. IX Congresso Nacional de Educação – EDUCERE 26 – 29 de outubro de 2009.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Reconhecer para libertar:** os caminhos do cosmopolitismo multicultural. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

Sistema de Coleta de Dados Contábeis – SISTN. Disponível em: https://www.contaspublicas.caixa.gov.br/sistncon_internet/index.jsp. Acessado em 18 de abr. de 2015.

Sistema Instituto Ayrton Senna de Informação Gestão de Programas. siasi.redevenecer.org.br/fraPrincipalEscolaCampea.aspx. Acessado em 02 de ago. de 2014.

SIMEC. Situação de estados e municípios em relação à meta nacional. Disponível em: <http://simec.mec.gov.br/pde/graficopne.php>. Acessado em 10 de mar. de 2015.

Sistema de Consulta a Matrícula do Censo Escolar - 1997/2014. <http://matricula.educacenso.inep.gov.br/controller.php>

Tesouro Nacional. Disponível em: www3.tesouro.fazenda.org.br. Acessado em 10 de mar de 2015.

Todos Pela Educação. Disponível em: <http://www.todospelaeducacao.org.br>. Acessado em 02 de julho de 2014.

Salto Veloso

PREFEITURA

DECRETO MUNICIPAL N. 036/2015

DECRETO Nº 036/2015 - DE 03 DE JUNHO DE 2015.
ABRE CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA DO EX-
CESSO DE ARRECADAÇÃO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal de Salto Veloso, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e de conformidade com a Lei Municipal 01.526/2014 de 19/12/2014;

Decreta:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um crédito suplementar no valor de R\$ 7.850,83 (SETE MIL, OITOCENTOS E CINQUENTA REAIS E OITENTA E TRÊS CENTAVOS), conforme discriminação abaixo:

Órgão: 02 CHEFIA DO EXECUTIVO

Projeto/Atividade: 1010 – OBRAS DE INFRA ESTRUTURA URBANA

Modalidade de Aplicação: 4490.00. - APLICAÇÕES DIRETAS

Valor: R\$ 7.850,83

Fonte: 1134.00000

RED: 96

Art. 2º. Este Decreto entre em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito.

Salto Veloso - SC, 03 de Junho de 2015.

CLAUDEMIR CESCA

Prefeito Municipal

DECRETO MUNICIPAL N. 037/2015

DECRETO Nº 037/2015 - DE 03 DE JUNHO DE 2015.
ABRE CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA DO EX-
CESSO DE ARRECADAÇÃO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal de Salto Veloso, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e de conformidade com a Lei Municipal 01.526/2014 de 19/12/2014;

Decreta:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um crédito suplementar no valor de R\$ 9.498,40 (Nove Mil Quatrocentos e Noventa e Oito Reais e Quarenta Centavos), conforme discriminação abaixo:

Órgão: 02 CHEFIA DO EXECUTIVO

Projeto/Atividade: 1010 – OBRAS DE INFRA ESTRUTURA URBANA

Modalidade de Aplicação: 4490.00. - APLICAÇÕES DIRETAS

Valor: R\$ 9.498,40

Fonte: 1100.00000

RED: 95

Art. 2º. Este Decreto entre em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito.

Salto Veloso - SC, 03 de Junho de 2015.

CLAUDEMIR CESCA

Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL

RESOLUÇÃO LEGISLATIVA N. 013/2015

RESOLUÇÃO LEGISLATIVA N. 013, de 16 de junho de 2015.

Dispõe sobre a concessão de licença ao vereador Eduardo Daniel Conte, para afastamento do cargo pelo prazo de 30 (trinta) dias.

VALDENIR JOSÉ ZAMBONI, PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SALTO VELOSO - ESTADO DE SANTA CATARINA, Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu promulgo a seguinte Resolução:

Art. 1º - Fica o Vereador Eduardo Daniel Conte, autorizado a licenciar-se do cargo por 30 (trinta) dias, a partir do dia 16 de junho de 2015 até o dia 15 de julho de 2015, em conformidade com o inciso II do artigo 56 da Lei Orgânica Municipal.

Art. 2º - Esta Resolução entre em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 16 de junho de 2015.

VALDENIR JOSÉ ZAMBONI

PRESIDENTE

Santa Terezinha do Progresso

PREFEITURA

ERRATA N.º 01 AO EDITAL DE ELEIÇÃO DO CONSELHO TUTELAR N.º 001/2015

ERRATA N.º 01

AO EDITAL DE ELEIÇÃO DO CONSELHO TUTELAR N.º 001/2015

A Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, Sra. Diles Demartini Kepsele, no uso de suas atribuições legais, TORNA PÚBLICO, para o conhecimento dos interessados, a Errata N.º 01 ao Edital de Eleição do Conselho Tutelar N.º 001/2015:

1 – Ficam sem efeitos as exigências constantes nos itens 3.1.2.10; 3.2.1.5 e 3.2.1.8.

2 – O item 3.2.3 passa a vigorar com a seguinte redação: Os Conselheiros Titulares e Suplentes do Conselho Municipal da Criança e do Adolescente de Santa Terezinha do Progresso, poderão candidatar-se desde que afastem-se de suas funções, até a data de registro de candidatura;

3 - O Edital será republicado de acordo com as alterações previstas na presente e divulgados nos Murais Oficiais e site do Município (www.staterezhaprogresso.sc.gov.br).

Município de Santa Terezinha do Progresso (SC), 10 de Junho de 2015.

DILES DEMARTINI KEPSELE

Presidente do CMDCA

TERMO DE POSSE 102/2015 KELI JOHNER

TERMO DE POSSE

Aos 18 dias do mês de Junho de 2015, na Prefeitura Municipal de Santa Terezinha do Progresso, no Departamento de Administração e Fazenda, perante o Prefeito Municipal Sr. JACOB GILMAR JUNGES, compareceu a Sra KELI JOHNER, admitido pela portaria nº 097/2015 de 08/06/2015, para exercer a função efetiva de FARMACETICA conforme concurso publico 002/2015 publicado no Mural Publico Municipal e Diário Oficial dos Município, o que satisfaz as exigências do estatuto dos Servidores Públicos Municipais e prestou o seguinte compromisso: "Por minha honra e pela Pátria, juro cumprir com exatidão e escrupulos, os deveres inerentes ao cargo, aceitando as atribuições, responsabilidades e proibições relativas ao exercício pertinente, prometendo cumpri-los com dedicação e zelo, em respeito a lei, ao bem do Município e dos meus cidadãos , declarando , que não exerço outra função publica e que não existe incompatibilidade legal para o exercício do cargo"

E para constar foi lavrado e assinado o presente pelo Senhor Prefeito Municipal e o interessado.

JACOB GILMAR JUNGES
Prefeito Municipal

KELI JOHNER
Farmacêutica

São Bento do Sul

PREFEITURA

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO PREGÃO 147/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 147/2015

A Secretaria de Administração torna público a homologação do EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 147/2015, tendo como objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS PARA MINISTRAR CURSOS DE CAPACITAÇÃO SOBRE O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA, NA MODALIDADE 100% PRESENCIAL E CURSO DE LIBRAS 100% PRESENCIAL. DE ACORDO COM O PROJETO DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA APROVADO PELA SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, MEDIANTE PROPOSTA Nº 37602/2014 E CONVÊNIO Nº 802633/14 - SDH/PR CONFORME CONVENIO E DESCRIÇÃO ANEXA, para a empresa: SÃO BRAZ EDUCACIONAL LTDA ME; OS LOTES 01 E 02 TOTALIZANDO EM R\$ 37.520,00.

São Bento do Sul, 12 de junho de 2015.

ALCIONEI FRANÇA DA SILVA

Autoridade Competente - Secretário de Administração

DECRETO Nº 994/2015

DECRETO Nº 0994, DE 18 DE JUNHO DE 2015.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DA FUNDAÇÃO CULTURAL DE SÃO BENTO DO SUL.

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais,

Considerando, o art. 7º, I da Lei nº 4320/64, que dispõe que a Lei do Orçamento poderá conter autorização ao Poder Executivo;

Considerando, o art. 4º, da Lei Municipal 3.459/2014 que autoriza a abertura de crédito adicional suplementar:

DECRETA

Art. 1º Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) no orçamento vigente da Fundação Cultural de São Bento do Sul e suplementará a seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 18 – FUNDAÇÃO CULTURAL DE SÃO BENTO DO SUL

Unidade: 01 – Fundação Cultural de São Bento do Sul

Atividade: 2.060 – Manutenção da Fundação Cultural e suas Atividades

(16) 3.3.90.47.00.00.00 100 - Obrigações Trib. e Contributivas.... R\$ 5.000,00

Art. 2º Para dar cobertura ao Crédito Adicional aberto, será utilizado recurso proveniente da anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 18 – FUNDAÇÃO CULTURAL DE SÃO BENTO DO SUL

Unidade: 01 – Fundação Cultural de São Bento do Sul

Atividade: 2.060 – Manutenção da Fundação Cultural e suas Atividades

(14) 3.3.90.39.00.00.00 100 - Outros Serv. Terc. PJ.... R\$ 5.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 18 de junho de 2015.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 01/2015 - SEFIN

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 01/2015

A Secretária Municipal de Finanças, no uso de suas atribuições legais conforme Art. 163 do Regulamento do Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza (RISS), instituído pelo Decreto 1212/2005, visando agilizar o procedimento de inscrição e alteração no Cadastro Mobiliário Fiscal (CMF) e da solicitação de baixa da Inscrição Municipal:

RESOLVE:

1 – O registro de abertura de empresa, bem como qualquer alteração contratual de pessoa jurídica, independente do porte da empresa, deverá ser precedido de solicitação via REGIN conforme Resolução 05/2010 da Junta Comercial do Estado de Santa Catarina, denominada Consulta de Viabilidade.

2 - A liberação do Alvará de Licença para Localização e Funcionamento, ficará condicionada a apresentação de toda documentação apontada na resposta à Consulta de Viabilidade do sistema gerenciador do REGIN sob pena de indeferimento na análise da solicitação.

3 – O Micro Empreendedor Individual (MEI) inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) que não proceder à solicitação de Inscrição Municipal no prazo de 180 (cento e oitenta) dias terá sua inscrição informada como irregular à Receita Federal e Estadual, via REGIN. Não será aceita Consulta Prévia em formulário de preenchimento manual, exceto a efetuada para análise de atividade eventual.

4 – A solicitação de baixa da inscrição municipal deverá estar acompanhada dos seguintes documentos e informações:

Originais:

- Requerimento de baixa;

- Alvará;

Cópia:

- Cartão CNPJ;

- Distrato e ou alteração contratual de endereço para outro município;

- Comprovante de residência nominal dos sócios.

Informações:

- Informação do contador ou responsável pela empresa contendo nome completo, número de telefone, e-mail.

O protocolo da solicitação não será aceito sem o acompanhamento das documentações e informações requeridas acima.

5 – Esta Instrução Normativa passa a vigorar na data de sua publicação

São Bento do Sul, 18 de junho de 2015.

Auriene Roepke

Secretaria de Finanças

LEI Nº 3557/2015

LEI Nº 3557, DE 17 DE JUNHO DE 2015.

DENOMINA SERVIDÃO DE PASSAGEM LATERAL DA RUA LADISLAU JELINSKI

A Câmara Municipal de Vereadores de São Bento do Sul aprovou e eu, Fernando Tureck, Prefeito Municipal, sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica denominada Servidão de Passagem TEREZA BIOBOCK JELINSKI, área localizada no Bairro Brasília, sendo uma lateral da Rua Ladislau Jelinski, com extensão de 86 metros e com 12 metros de largura, conforme croqui em anexo.

Art. 2º. Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação.

São Bento do Sul, 17 de junho de 2015.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

LEI Nº 3558/2015

LEI Nº 3558 DE 17 DE JUNHO DE 2015.

DENOMINA RUA ALEXANDRE RANK LATERAL DA RUA DAS NEVES

A Câmara Municipal de Vereadores de São Bento do Sul aprovou e eu, Fernando Tureck, Prefeito Municipal, sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica denominada Rua ALEXANDRE RANK, área localizada no Bairro de Serra Alta, sendo uma lateral da Estrada das Neves, com extensão de 50 metros e com 5 metros de largura, conforme croqui em anexo.

Art. 2º. Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação.

São Bento do Sul, 17 de junho de 2015.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

LEI Nº 3559/2015

LEI Nº 3559, DE 18 DE JUNHO DE 2015.

APROVA O PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO 2015 – 2025 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O PREFEITO MUNICIPAL

Faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica aprovado o Plano Municipal de Educação (PME), com vigência por 10 anos, a contar da data de sua publicação, na forma do Anexo Único desta Lei, com vistas ao cumprimento do disposto no Art. 214 da Constituição Federal e do Art. 3º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

Art. 2º São diretrizes do PME:

I – Erradicação do analfabetismo;

II – Universalização do atendimento escolar;

III – Superação das desigualdades educacionais e promoção da cidadania;

IV – Melhoria da qualidade da educação;

V - Formação para o trabalho e para a cidadania;

- VI – Promoção do princípio da gestão democrática;
 VII – Estabelecimento de metas de aplicação de recursos públicos em educação;
 VIII – Valorização dos profissionais da educação;
 IX – Promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade e a sustentabilidade.

Art. 3º As metas previstas no Anexo desta Lei serão cumpridas no prazo de vigência deste PME, desde que não haja prazo inferior definido para metas e estratégias específicas.

Art. 4º A execução do PME e o cumprimento de suas metas serão objetos de monitoramento contínuo e avaliação, a cada dois anos, realizadas por:

- I – Secretaria Municipal de Educação e Gerência Regional de Educação;
 II – Câmara de Vereadores;
 III – Conselho Municipal de Educação;
 IV – Fórum Municipal de Educação (Comissão Permanente);

Parágrafo Único. Compete a essas instâncias:

- I - Fiscalizar e avaliar a execução do PME;
 II – Analisar e propor políticas públicas para assegurar a implementação das estratégias e o cumprimento das metas;
 III – Analisar e propor a revisão de percentuais de investimentos públicos em educação;
 IV – Divulgar os resultados do monitoramento e das avaliações efetuadas.

Art. 5º O Município atuará em regime de colaboração com o Estado e com a União visando ao alcance das metas e implementação das estratégias, objetos deste Plano.

Parágrafo Único. A Secretaria Municipal de Educação e as demais instituições educacionais do Município participantes da elaboração deste Plano, empenhar-se-ão na sua divulgação e na progressiva realização das suas metas e estratégias, para que a sociedade o conheça amplamente e acompanhe sua implementação.

Art. 6º Caberá aos gestores municipais a adoção de medidas governamentais necessárias ao alcance das metas previstas neste PME;

Art. 7º O plano plurianual, as diretrizes orçamentárias e os orçamentos anuais do Município serão formulados de maneira a assegurar a consignação de dotações orçamentárias compatíveis com as diretrizes, metas e estratégias deste PME a fim de viabilizar sua plena execução.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogada a Lei nº 2890, de 05 de outubro de 2011.

São Bento do Sul, 18 de junho de 2015.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

ANEXO ÚNICO
 PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
 2015/2025

DIAGNÓSTICO EDUCACIONAL

Tabela 1 - Evolução da População

ANO	POPULAÇÃO
2011	75.520
2012	76.215
2013	78.998
2014	79.340*

Fonte: Perfil socioeconômico de São Bento do Sul – 2014

* Projeção IBGE

Observa-se que a população de São Bento do Sul apresentou, entre 2011 e 2014 um crescimento de 4,81%, portanto, é possível concluir que não há aumento significativo de fluxo migratório e taxa de natalidade.

Tabela 2 - IDH – IDI

IDH	IDI
782 (25º – estado) – (113º - nacional)	0,78

Fonte: Perfil Socioeconômico de São Bento do Sul – 2014

Tabela 3 - Analfabetismo Funcional e Analfabetismo

Ano	Analf. Funcional	%	Analfabetismo	%
2011	1967	2,59	583	0,77
2012	1952	2,56	575	0,75

2013	1903	2,40	561	0,71
2014	1901	2,39	558	0,70

Fonte: Perfil socioeconômico de São Bento do Sul – 2014

Tabela 4 - População com menos de 12 anos de escolaridade

Ano	População total	Escolaridade inferior	%
2012	58.107	9.656	16,62
2013	58.755	9.794	16,67
2014	59.519	9.862	16,56

Fonte: Perfil socioeconômico de São Bento do Sul - 2014

Tabela 5 - Estabelecimentos de Ensino

	Estadual	Municipal	Privada	Total
Educação Infantil (0-3)	0	20	8	28
Educação Infantil (4 e 5)	0	22	8	30
Ensino Fundamental	7	25	6	38
EJA	1	1	2	4
Ensino Médio	3	-	4	7
Ensino Superior	1	0	7	8
Educação Especial	0	1	1*	2
Profissional/tecnológica	0	0	3	3

Fonte: Perfil Socioeconômico de São Bento do Sul - 2014

* Filantrópica

Tabela 6 - Matrículas na Educação Profissional e Tecnológica

Estadual	Municipal	Privada	Total
0	0	6288	6588

Fonte: Pesquisa de campo - 2015

Tabela 7 - Matrículas Educação Infantil (0 a 3 anos)

Ano/Dependência Adm.	Estadual	Municipal	Privada	Total
2012	0	1720	388	2108
2013	0	1772	388	2160
2014	0	1958	422	2380
2015	0	1998	399	2397

Fonte: SEMED – São Bento do Sul

Tabela 8 - Matrículas Educação Infantil (4 a 5 anos)

Ano/Dependência Adm.	Estadual	Municipal	Privada	Total
2012	0	1724	331	2055
2013	0	1691	343	2034
2014	0	1736	369	2105
2015	0	1723	331	2054

Fonte: SEMED – São Bento do Sul

Tabela 9 - Alunos da Educação Infantil Atendidos em 2014

Idade	Total existente	Privada	Municipal	% Priv.	% Mun.	% Total
0 – 3 anos	4371	422	1958	9,65	44,79	54,44
4 e 5 anos	2115	369	1736	17,44	82,08	99,52

Fonte: Secretaria Municipal de Saúde, Pesquisa de Campo, INEP 2014

Tabela 10 - Matrículas Ensino Fundamental – 1º ao 5º

Ano/Dependência Adm.	Estadual	Municipal	Privada	Total
2012	1427	3461	544	5341
2013	1428	3506	565	5407
2014	1428	3697	572	5616
2015	1316	3841	432	5589

Fonte: SEMED – São Bento do Sul

Tabela 11 - Matrículas Ensino Fundamental – 6º ao 9º

Ano/Dependência Adm.	Estadual	Municipal	Privada	Total
2012	1597	3204	351	5152
2013	1372	3031	358	4761
2014	1169	2744	352	4265
2015	1506	2677	382	4565

Fonte: SEMED – São Bento do Sul

Tabela 12 - Matrículas Ensino Médio

Ano/Dependência Adm.	Estadual	Municipal	Privada	Total
2012	2826	0	350	3176
2013	2990	0	350	3340
2014	3011	0	386	3397
2015	2909	0	346	3255

Fonte: Governo do Estado de Santa Catarina – GERED – São Bento do Sul

Tabela 13 - Matrículas Educação de Jovens e Adultos

Ano/Dependência Adm.	Estadual	Municipal	Privada	Total
2012	91	123	-	214
2013	174	162	0	336
2014	246	187	1243	1676
2015	408	205	1072	1685

Fonte: INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

Tabela 14 - Matrículas Ensino Superior

Ano/Dependência Adm.	Estadual	Municipal	Privada	Total
2012	479	0	2280	2759
2013	544	0	2205	2749
2014	582	0	2661	3243
2015	587	0	2620	3207

Fonte: INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

Tabela 15 - Matrículas Educação Especial

Ano/Dependência Adm.	Estadual	Municipal	Privada	Total
2012	51	127	2	180
2013	51	133	12	196
2014	48	135	14	197
2015	182	143	0	325

Fonte: INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

Tabela 16 - Escolas com AEE/SAEDE

Ano/Dep. Administrativa	Estadual	Municipal	Total
2012	01	13	14
2013	01	13	14
2014	01	13	14
2015	01	13	14

Fonte: Pesquisa de campo 2015 - Semed

Tabela 17 - Matrículas Educação Profissional e Tecnológica

Ano/Dependência Adm.	Estadual	Municipal	Privada	Total
2012	0	0	513	513
2013	0	0	815	815
2014	0	0	801	801
2015	0	0	6288	6288

Fonte: Pesquisa de campo – Semed – 2015

Tabela 18 - Alunos atendidos em período Integral Ensino Médio – Estado

Ano	Nº escolas	Nº alunos		
	Nº	%	Nº	%
2012	2	50	159	5,6
2013	2	50	187	6,2
2014	2	50	167	5,5
2015	2	50	134	4,6

Fonte: Minicenso 2015 - Semed

Tabela 19 - Alunos Atendidos em Período Integral – Município – escolarização obrigatória

Ano	Pré-escola	Ensino Funda- mental						
	Escolas	Alunos	Escolas	Alunos				
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
2012	16	50	652	37,8	1	4	77	1,1
2013	18	60	689	40,7	7	28	533	8,1
2014	18	62,1	842	48,5	8	32	628	9,7
2015	17	56,6	711	41,2	8	32	660	10,1

Fonte: Minicenso 2015 - Semed

Tabela 20 - Escolaridade dos Profissionais da Educação
Administração

	Diretor	Coordenador	Especialista/ ATP	Secretário	Aux. de Biblio- teca	Serviços Gerais						
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
E. F.	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	143	57,2
E. M.	0	0	0	0	0	0	8	34,8	13	68,5	100	40
Magistério	0	0	0	0	0	0	2	8,7	0	0	6	2,4
Graduação	4	10,3	3	4,9	5	15,1	11	47,9	2	10,5	1	0,4
Lato Sensu	35	89,7	58	95,1	26	78,8	1	4,3	4	21	0	0
Mestrado	0	0	0	0	2	6,1	0	0	0	0	0	0
Doutorado	0	0	0	0	0	0	1	4,3	0	0	0	0
TOTAL	39	61	33	23	19	250						

Fonte: Pesquisa de campo Semed

Tabela 21 - Escolaridade dos Profissionais da Educação Pública Pedagógico

	Atendente	Profº Educa- ção Infantil	Profº Anos Iniciais	Profº Anos Finais/ Médio	Profº Apoio Pedagógico (Travessia)	Profº AEE	Profº Oficinas							
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
E. M.	216	56,2	0	0	0	0	12	4	0	0	0	0	11	19,6
Magistério	67	17,4	5	1,8	3	2	12	4	0	0	0	0	0	0
Graduação	73	19	90	32,6	51	35	122	40,5	2	10	3	25	32	57,1
L. Sensu	28	7,4	181	65,6	92	63	147	48,8	18	90	9	75	13	23,3
Mestrado	0	0	0	0	0	0	7	2,3	0	0	0	0	0	0
Doutorado	0	0	0	0	0	0	1	0,4	0	0	0	0	0	0
TOTAL	384	276	146	301	20	12	56							

Fonte: Pesquisa de campo Semed

Tabela 22 - Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB

Ano	Estadual – Iniciais	Estadual - Finais	Municipal – Iniciais	Municipal - Finais	Médio
2011	6,2	5,5	5,7	5,1	4,0
2013	6,2	4,8	6,2	4,8	3,6

Fonte: INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

Tabela 23 - IDEB – 5º ano - por escola – Município

UNIDADES	IDEB observado	Metas projetadas					
	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
EBM Alexandre Pfeiffer	4,8	5,9	5,2	6,4	6,6	6,8	7
EBM Baselisse C. R. Virmond	5,9	5,7	6,9	5,4	5,7	6	6,2
EBM Cel. Osny Vasconcellos	5,9	6,1	7	5,9	6,2	6,4	6,6

EBM Dalmir Pedro Cubas	5,4	5,7	6,5	5,8	6	6,3	6,5
EBM Denise C. Harms	5,2	6,2	6,3	5,6	5,9	6,1	6,4
EBM Dr. Hercílio Malinowsky	5,9	5,8	6,2	6	6,3	6,5	6,7
EBM Emilio Engel	5,3	6,1	-	5,7	6	6,2	6,5
EBM Pref. Antonio Tremi	5	5,6	5,3	5	5,2	5,5	5,8
EBM Pref. Henrique Schwarz	5,8	-	-	6,5	6,7	6,9	7,1
EBM Pres. Castelo Branco	5,7	5,7	6,1	6	6,2	6,5	6,7
EBM Proª Adélia Lutz	5,2	5,7	5,7	5,3	5,5	5,8	6,1
EBM Profª Aracy Hansen	4,7	-	-	5,7	6	6,2	6,5
EBM Profª Lúcia Tschoeke	5,3	5,6	6	5,2	5,4	5,7	6
EBM Profº Newton Mendes	4,4	5,4	5,8	5,4	5,6	5,9	6,2
EBM Maria W. Kruger	4,8	5,2	-	5,4	5,7	6	6,2
EBM Rodolfo Berti	5,8	5,8	6	5,9	6,1	6,4	6,6
EBM Sophia Schwedler	5,6	5,7	7,1	5,5	5,8	6	6,3

Fonte: INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

Tabela 24 - IDEB – 5º ano - por escola – Ensino Fundamental – Estado

Unidades	IDEB Observado	Metas Projetadas					
	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
EEB Frederico Frendrich	5,2	5,9	6,1	5,6	5,9	6,1	6,4
EEB Orestes Guimarães	5,6	6,4	6	5,9	6,1	6,4	6,6
EEB Pref. Carlos Z. Sobrinho	4,4	5,6	3,9	5	5,3	5,6	5,8
EEB São Bento	6,7	7,4	7,4	6,4	6,7	6,9	7,1
EEF Engelberto Grossl	4,7	5,4	-	4,8	5,1	5,4	5,7
EEF João Ropelato	5,1	5,1	5,3	5	5,3	5,6	5,9
EEF Osmarina Betkowski	5,7	6,2	6,5	5,8	6,1	6,3	6,5

Fonte: INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

Tabela 25 - IDEB – 9º ano - por escola – Município

UNIDADES	IDEB observado	Metas projetadas					
	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
EBM Alexandre Pfeiffer	5,4	-	5	5,2	5,5	5,7	6
EBM Baselisse C. R. Virmond	5,1	5,2	3,9	5,2	5,4	5,7	5,9
EBM Cel. Osny Vasconcellos	4,4	5,6	6,3	6,2	6,4	6,6	6,8
EBM Dalmir Pedro Cubas	5,0	4,4	5,2	5,7	5,9	6,1	6,3
EBM Denise C. Harms	4,4	5,1	3,2	5,0	5,2	5,5	5,7
EBM Dr. Hercílio Malinowsky	5,1	5,5	5,7	6,3	6,5	6,7	6,9
EBM Emílio Engel	4,6	5,1	4,9	5	5,3	5,5	5,8
EBM Pref. Antonio Tremi	4,9	5,1	4,1	5,6	5,9	6,1	6,3
EBM Pref. Henrique Schwarz	5,0	5,2	5,3	5,9	6,1	6,3	6,6
EBM Pres. Castelo Branco	4,7	6,2	5,5	5,6	5,9	6,1	6,3
EBM Profª Adélia Lutz	4,6	5,6	4,5	5,2	5,4	5,7	5,9
EBM Profª Aracy Hansen	4,3	-	4,8	5,0	5,3	5,5	5,8
EBM Profª Lúcia Tschoeke	4,1	5,0	5,2	4,7	4,9	5,2	5,4
EBM Profº Newton Mendes	4,6	5,2	4,8	4,6	4,9	5,1	5,4
EBM Maria W. Kruger	4,2	4,1	4,3	5,3	5,5	5,8	6,0
EBM Rodolfo Berti	4,3	4,4	4,1	5,7	5,9	6,2	6,4
EBM Sophia Schwedler	5,1	5,1	4,9	5,2	5,5	5,7	5,9

Fonte: INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

Tabela 26 - IDEB – 9º ano - por escola – Ensino Fundamental - Estado

UNIDADES	IDEB Observado	Metas Projetadas					
	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
EEB Frederico Fendrich	4,2	4,2	3,4	4,8	5,1	5,3	5,6
EEB Orestes Guimarães	4,3	5,8	5,2	6,3	6,5	6,7	6,9
EEB Pref. Carlos Z. Sobrinho	3,7	5,2	3,5	5,6	5,8	6,0	6,3
EEB São Bento	5,4	6,2	6,1	6,0	6,2	6,4	6,6
EEF Engelberto Grossl	4,6	-	4,2	5,8	6,0	6,2	6,5
EEF João Ropelato	4,3	5,0	4,4	5,4	5,6	5,8	6,1
EEF Osmarina Betkowski	4,6	5,2	4,7	5,2	5,5	5,7	6,0

Fonte: INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

Tabela 27 - Taxa de Aprovação – Fundamental Anos Iniciais (1º ao 5º ano)

Ano	Estadual	Municipal	Privada
2011	98,4	96,4	99,6
2012	96,8	96,9	99,6
2013	95,9	98,5	99,8
2014	97,3*	96,3	99,6*

Fonte: INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

* Projeção

Tabela 28 - Taxa de aprovação – Fundamental Anos Finais (6º ao 9º ano)

Ano	Estadual	Municipal	Privada
2011	96,8	92,1	99,4
2012	94,1	92,9	99,1
2013	91,9	92,3	99,7
2014	94,2*	96,3	99,4*

Fonte: INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

* Projeção.

Tabela 29 - Taxa de Aprovação Ensino Médio

Ano	Estadual	Privada
2011	77,9	95,2
2012	76,8	97,7
2013	76,7	96,8
2014	77,1*	95,5*

Fonte: INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

* Projeção

Tabela 30 - Distorção Idade/Série – 1º ao 5º ano

Ano	Estadual	Municipal	Privada
2011	7,2	6,0	0,4
2012	3,3	5,6	1,1
2013	4,6	5,6	0,6
2014	4,5	4,5	0,6

Fonte: INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

Tabela 31 - Distorção Idade/Série – 6º ao 9º ano

Ano	Estadual	Municipal	Privada
2011	13,3	14,8	0,3
2012	10,2	14,7	0,6
2013	9,3	13,2	0,6
2014	12,5	14	0,8

Fonte: INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

Tabela 32 - Distorção Idade/Série – Ensino Médio

Ano	Estadual	Privada
2011	13,2	1,9
2012	12,8	0,9
2013	14,5	1,7
2014	12,9	1,8

Fonte: INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

Tabela 33 - Resultados ANA 2013

	Município	Estado						
Temas	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Nível 4	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Nível 4
Leitura	2,46	22,99	54,84	20,71	9,42	28,08	45,94	16,56
Escrita	4,53	8,67	31,23	55,58	8,82	12,24	23,59	44,99
Matemática	3,05	27,49	25,17	44,3	8,04	28,46	22,99	40,52

Fonte: INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

Tabela 34 - Acompanhamento do FUNDEB

Ano	Retorno	Incremento	Retenção	%
2012	28.682.585,28	13.303.140,50	13.379.444,78	114,38
2013	33.004.158,55	18.843.756,57	14.160.401,98	133,07
2014	35.952.345,83	20.332.127,11	15.620.218,72	130,16

Fonte: Secretaria Municipal de Finanças

Tabela 35 - Vencimento Médio dos Professores – 40 horas semanais

Ano	Estado	Município		
	Não habilitado	Habilitado	Não habilitado	Habilitado
2012	1281,86	1450,87	1451,00	1864,6
2013	1567,00	1581,00	1468,56	1886,82
2014	1697,37	1672,63	1665,59	2139,96
2015	1917,78	2028,04	1917,78*	2300,35**

Fonte: Secretaria Municipal de Finanças e GERED

* Piso salarial profissional nacional.

** Projeção orçamentária para 2015.

Tabela 36 - Gastos com Educação 2014 – CAQ

Modalidade	Nº alunos	Valor Ano	Valor Mês	Total
Educação Infantil	3813	5.308,64	437,00	20.241.881,29
Ensino Fundamental	6708	4.520,19	376,68	30.316.926,60

Fonte: Secretaria Municipal de Finanças

META 1 – EDUCAÇÃO INFANTIL: Universalizar, até 2016, a Educação Infantil na Pré-escola para as crianças de 4 (quatro) e 5 (cinco) anos de idade e ampliar a oferta de Educação Infantil em creches de forma a atender, no mínimo, 70% (setenta por cento) das crianças de até 3 (três) anos até o final da vigência deste Plano Municipal de Educação (PME).

ESTRATÉGIAS

- 1.1 Definir, em parceria com a União, metas de expansão das redes de Educação Infantil, de acordo com os padrões nacionais de qualidade e considerando as peculiaridades infantis locais;
- 1.2 Assegurar, em parceria com a União, a construção, ampliação, reforma, readequação e equipamentos necessários aos centros de educação infantil, os quais deverão ser acessíveis e de boa qualidade, para atender crianças de até 5 (cinco) anos, mantendo e ampliando programas de construção e reestruturação;
- 1.3 Garantir consulta à equipe pedagógica, para conhecimento das reais necessidades e possibilidades de cada ambiente, durante a elaboração do projeto de reforma, ampliação, readequação e aquisição de equipamentos;
- 1.4 Garantir o acesso e permanência dos estudantes na educação pública, viabilizando material escolar de qualidade, alimentação saudável em espaço adequado, seguro e equipado, biblioteca com acervo atualizado, brinquedoteca diversificada, miniquadras, parque devidamente instalado em local adequado e seguro;
- 1.5 Assegurar a autorização, fiscalização para o devido funcionamento das instituições de Educação Infantil, públicas e privadas, com base nos parâmetros estabelecidos pelo município e na legislação vigente;
- 1.6 Articular, com outras redes, a oferta de vagas para a expansão da rede escolar pública, quando necessário, sem sobrecarregar as turmas envolvidas;
- 1.7 Garantir o direito à educação infantil sem qualquer tipo de discriminação às crianças domiciliadas em São Bento do Sul;
- 1.8 Realizar periodicamente o levantamento da demanda de crianças para Educação Infantil, visando o planejamento da oferta e efetivação dos direitos;
- 1.9 Estabelecer normas e procedimentos para consulta pública a fim de mensurar a demanda de crianças até 3 (três) anos de idade para Educação Infantil;
- 1.10 Implantar a avaliação da Educação Infantil, com base nas diretrizes nacionais, aferindo a estrutura física, o quadro de pessoal, a gestão, os recursos pedagógicos, a acessibilidade e indicadores relevantes, até o terceiro ano de vigência deste PME;
- 1.11 Promover a formação continuada dos profissionais que atuam na Educação Infantil, priorizando o nível superior para contratação, com ênfase na Educação Infantil;
- 1.12 Fomentar a incorporação aos currículos de cursos de formação para professores em nível de graduação, pós-graduação e formação continuada que contemplem propostas pedagógicas, tecnologias educacionais e pesquisas ligadas ao processo ensino-aprendizagem no atendimento à população de até 5 (cinco) anos de idade;
- 1.13 Garantir o acesso à educação infantil e implantar a oferta, no contraturno, do Atendimento Educacional Especializado (AEE) aos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, Transtorno de Espectro Autista (TEA) e altas habilidades;
- 1.14 Assegurar a educação bilíngue para as crianças surdas, a transversalidade da educação especial, por meio de parcerias e processos que agilizem o acesso ao diagnóstico para atendimento com equipe multidisciplinar e especialista (fonoaudiólogo, psicólogo, nutricionista, enfermeiro e psicopedagogo), na primeira etapa da educação básica;
- 1.15 Assegurar a contratação de especialistas em assuntos educacionais e secretárias/secretários para atuarem nas unidades de Educação Infantil, de acordo com o porte da Unidade;

- 1.16 Implantar e implementar programas de desenvolvimento integral das crianças até 5 (cinco) anos de idade;
- 1.17 Assegurar atualização e avaliação permanente do Projeto Político Pedagógico (PPP) das unidades escolares do município, alinhado ao da Secretaria Municipal de Educação (Semed);
- 1.18 Garantir a atualização das Diretrizes Curriculares Municipais, de modo que isso ocorra a cada 2 (dois) anos à Pré-escola e a cada 3 (três) anos à Educação Infantil, compreendendo crianças de até 3 (três) anos de idade, a fim de assegurar um ensino de qualidade;
- 1.19 Fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso, permanência e sucesso das crianças da Educação Infantil, por meio de registro do desenvolvimento integral, sem caráter de promoção para o Ensino Fundamental;
- 1.20 Assegurar que a política de Educação Infantil seja articulada entre níveis e modalidades de ensino;
- 1.21 Promover a busca ativa de crianças em idade correspondente à Educação Infantil, em parceria com as demais secretarias, preservando o direito de opção da família em relação às crianças de até 3 (três) anos de idade e a obrigatoriedade para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos;
- 1.22 Promover o acesso gradativo à Educação Infantil em tempo integral, atendendo 50% (cinquenta por cento) da demanda até 3 (três) anos de idade e 30% (trinta por cento) de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos, até o final da vigência deste PME;
- 1.23 Estimular a oferta da Educação Infantil, para as populações do campo, nas próprias comunidades, desenvolvendo formas alternativas para a sua oferta;
- 1.24 Garantir atendimento aos filhos de profissionais que se dedicam a atividades de caráter itinerante, às crianças que se encontram com famílias de apoio, às crianças em sistema de acolhimento e às crianças em situação de direitos violados;
- 1.25 Assegurar que, no processo da Educação Infantil, as crianças sejam consideradas de forma integral, observando suas especificidades e garantindo-lhes o direito: a brincadeira, atenção individual, higiene, saúde, alimentação saudável, bem como ambiente aconchegante, seguro e estimulante;
- 1.26 Promover a diversificação do currículo da pré-escola de período integral, acrescentando oficinas;
- 1.27 Garantir que o processo pedagógico da Educação Infantil respeite os princípios de autonomia, adaptação/inserção, responsabilidade, afetividade, solidariedade, respeito e bem comum, direitos, deveres, cidadania, sensibilidade, criatividade, ludicidade, diversidade, manifestações culturais e artísticas;
- 1.28 Incentivar a participação dos pais ou responsáveis no acompanhamento das atividades escolares dos filhos por meio do estreitamento das relações entre escola e família;
- 1.29 Assegurar a implementação de políticas, articuladas às políticas de saúde, assistência social, justiça, direitos humanos, cultura e diversidade, bem como aos fóruns de Educação Infantil, às organizações da sociedade civil, viabilizando a qualidade na primeira etapa da educação básica;
- 1.30 Assegurar encontros pedagógicos para troca de experiências entre profissionais da Educação Infantil;
- 1.31 Promover formação continuada com especialistas, por área, para os profissionais da Educação Infantil, respeitando as peculiaridades de cada rede de ensino;
- 1.32 Assegurar a realização de Paradas Pedagógicas e Conselhos de Classe, garantidos em calendário escolar, para as unidades de Educação Infantil;
- 1.33 Garantir e fiscalizar, conforme legislação vigente, o número de alunos por professor, respeitando o espaço físico, de acordo com a Lei do Sistema Municipal de Educação nº 2893/11 e Decreto Estadual nº 30436/86, possibilitando assim atendimento de qualidade;
- 1.34 Promover, em parceria com a União, a aquisição e a atualização de equipamentos tecnológicos, a todos os Centros Municipais de Educação Infantil;
- 1.35 Garantir aos profissionais da Educação Infantil, que trabalham com crianças de até 3 (três) anos, Equipamento de Proteção Individual (EPI), devido ao risco de contaminação por agentes biológicos.

META 2 – ENSINO FUNDAMENTAL: Universalizar o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos para toda a população de 6 (seis) a 14 (quatorze) anos e garantir que 95% (noventa e cinco por cento) dos alunos conclua essa etapa na idade recomendada, até o último ano de vigência deste Plano (2025).

ESTRATÉGIAS

- 2.1 Garantir o acesso, permanência e sucesso dos alunos no Ensino Fundamental nas redes públicas e privadas;
- 2.2 Incentivar o diálogo entre professores, viabilizando a superação da ruptura na transição entre a Educação Infantil, anos iniciais e finais do Ensino Fundamental;
- 2.3 Assegurar a organização do tempo e espaços escolares que privilegiem a construção de conhecimento crítico, autônomo e solidário;
- 2.4 Fomentar a revisão da excessiva burocratização, respeitada a particularidade de cada rede de ensino, na contratação de profissionais da educação;
- 2.5 Assegurar, como pré-requisito, formação mínima na área de atuação para a docência no Ensino Fundamental;
- 2.6 Elaborar, até o 2º (segundo) ano de vigência deste, proposta de direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento para os alunos do Ensino Fundamental, que estarão de acordo com a base nacional comum curricular;
- 2.7 Garantir ações para alfabetização na idade certa integrando programas, materiais, Referências Curriculares e Pedagógicas;
- 2.8 Assegurar indicadores nacionais e criar indicadores municipais de qualidade que ofereçam subsídios para a avaliação do Ensino Fundamental da rede pública e privada;
- 2.9 Assegurar, na proposta pedagógica, a garantia da qualidade do Ensino Fundamental;
- 2.10 Garantir que se cumpra a Legislação vigente, em cada sistema de ensino, quanto ao número de alunos em sala de aula, respeitando o espaço físico e mobiliário adequado às necessidades dos alunos;
- 2.11 Assegurar estratégias de articulação entre escola e família, promovendo a complementação entre a educação familiar e escolar, incentivando o acompanhamento das atividades, produzindo aprendizagens coerentes;
- 2.12 Fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso, permanência e aproveitamento escolar de todos os alunos, com ênfase nos beneficiários de transferência de renda, adequando as condições para o sucesso escolar, em colaboração com a família, assistência social e órgão de defesa e proteção à infância, adolescência e juventude;
- 2.13 Promover a busca ativa de crianças e adolescentes fora da escola, em parceria com a família, assistência social e órgão de defesa e proteção à infância, adolescência e juventude;

- 2.14 Adaptar e divulgar tecnologias educacionais que contribuam para a organização do tempo e atividades didáticas, considerando as especificidades escolares, locais e regionais;
- 2.15 Promover a interação das escolas com instituições e movimentos culturais, a fim de garantir a oferta regular de atividades culturais para a livre fruição dos alunos dentro e fora dos espaços escolares, buscando torná-las polos de criação e difusão cultural;
- 2.16 Estimular a oferta do Ensino Fundamental, em especial dos anos iniciais, para as populações do campo, nas próprias comunidades, desenvolvendo formas alternativas para atender esta demanda;
- 2.17 Garantir atendimento aos filhos de profissionais que se dedicam a atividades de caráter itinerante, famílias de apoio, em serviço de acolhimento, crianças e adolescentes que se encontram com algum tipo de violação de direitos ou que cumprem medidas socioeducativas;
- 2.18 Oferecer atividades extracurriculares de caráter esportivo, interligadas a um plano de disseminação do desporto educacional, visando o incentivo e estímulo aos estudantes;
- 2.19 Garantir o acesso e permanência dos estudantes na educação pública, em regime de colaboração com a União e o Estado, viabilizando material escolar de qualidade, alimentação saudável em espaço adequado, acessível, seguro e equipado, biblioteca com acervo atualizado, laboratórios didáticos e pessoal habilitado, quadras poliesportivas, preferencialmente cobertas, considerando padrões necessários de infraestrutura para o Ensino Fundamental;
- 2.20 Assegurar manutenção do padrão de qualidade na seleção, adoção de livros e demais materiais didáticos indicados pelos docentes nas diferentes áreas;
- 2.21 Promover a ampliação do número de aulas semanais de língua estrangeira nos anos iniciais do Ensino Fundamental, respeitada as particularidades de cada rede de ensino;
- 2.22 Garantir a implementação das Diretrizes Curriculares de cada rede de ensino, de maneira a assegurar a formação básica comum, respeitando os valores culturais e artísticos nas diferentes etapas e modalidades da educação;
- 2.23 Garantir a inclusão de pessoas com deficiência nas instituições escolares de ensino regular, com adaptação dos meios físicos, adequações curriculares e capacitação dos recursos humanos, assegurando desenvolvimento do potencial cognitivo, emocional e social;
- 2.24 Ampliar gradativamente a oferta do ensino em tempo integral, em parceria com a União, com condições adequadas para o pleno desenvolvimento dos alunos;
- 2.25 Garantir a ampliação de ações que contemplem os Temas Transversais previstos nas Diretrizes Curriculares Nacionais, Estaduais e Municipais;
- 2.26 Garantir apoio à formação de leitores e escritores proficientes no Ensino Fundamental, de maneira sistemática a ser implementada e desenvolvida pelos sistemas de ensino;
- 2.27 Assegurar recursos pedagógicos e financeiros por meio das iniciativas públicas e privadas para as atividades educacionais primando pela qualidade;
- 2.28 Assegurar a implantação, manutenção e atualização de laboratórios de Ciências, Idiomas, Artes e Informática, com equipamentos adequados e a devida qualificação dos profissionais envolvidos em sua utilização;
- 2.29 Assegurar a avaliação e atualização permanente do Projeto Político Pedagógico (PPP) das unidades escolares do município, alinhado ao da Secretaria Municipal de Educação (Semed) e ou Secretaria de Estado de Educação;
- 2.30 Assegurar o atendimento aos alunos, cuja aprendizagem não se realiza de maneira satisfatória no Ensino Fundamental, por meio de apoio pedagógico, no contra turno escolar;
- 2.31 Assegurar Equipe de Apoio Técnico Pedagógico (saúde, assistência social e educacional) efetiva na Semed para apoiar a rede de ensino municipal;
- 2.32 Garantir a atualização a cada 2(dois) anos das Diretrizes Curriculares Municipais, a fim de assegurar um ensino efetivo que mantenha e eleve o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB);
- 2.33 Assegurar avaliação contínua e cumulativa do aluno, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e os resultados obtidos ao longo do ano letivo sobre as eventuais provas finais;
- 2.34 Assegurar aos alunos que não atingirem o mínimo necessário dos objetivos estabelecidos para o período, o direito à recuperação paralela que deverá ser aplicada por todos os professores do Ensino Fundamental e registrada em diário de classe;
- 2.35 Assegurar o cumprimento da legislação vigente, no que diz respeito a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira, Africana e Indígena;
- 2.36 Assegurar, em calendário escolar, encontros dos profissionais para planejamento, avaliação da ação docente e troca de experiências entre profissionais de Ensino Fundamental;
- 2.37 Garantir formação continuada de qualidade, com especialistas, por área, para os profissionais do Ensino Fundamental, de acordo com as especificidades de cada rede;
- 2.38 Assegurar a realização de Paradas Pedagógicas e Conselhos de Classe no Ensino Fundamental.

META 3 – ENSINO MÉDIO: Universalizar, até 2016, o atendimento escolar para toda a população de 15 (quinze) a 17 (dezessete) anos e elevar, até o final do período de vigência deste PME, a taxa líquida de matrículas no Ensino Médio para 90% (noventa por cento).

ESTRATÉGIAS

- 3.1 Colaborar na institucionalização de política e programa estadual para o Ensino Médio articulado aos programas nacionais, que garantam recursos financeiros para incentivar práticas pedagógicas com abordagens interdisciplinares estruturadas pela relação entre teoria e prática, por meio de currículos escolares que organizem, de maneira flexível e diversificada, conteúdos obrigatórios e eletivos articulados em dimensões como ciência, trabalho, linguagens, tecnologia, cultura e esporte, garantindo-se a aquisição e atualização de equipamentos e laboratórios, a produção de material didático específico, a formação continuada em serviço de professores e a articulação com instituições acadêmicas, esportivas e culturais;
- 3.2 Garantir o acesso e permanência dos estudantes, viabilizando material escolar de qualidade, alimentação saudável em espaço adequado, seguro e equipado, biblioteca com acervo atualizado, laboratórios didáticos com profissionais qualificados para a utilização destes espaços e quadras poliesportivas, preferencialmente cobertas;
- 3.3 Garantir a utilização do Programa de Combate à Evasão Escolar (APOIA) objetivando a permanência na escola dos adolescentes de 15 (quinze) a 17 (dezessete) anos para que concluam todas as etapas da Educação Básica;
- 3.4 Pactuar, entre União, Estado e Município, no âmbito da instância permanente de negociação e cooperação, de que trata o § 5º do Art.

- 7º, da Lei no 13.005/2014, a implantação dos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento que configurarão a base nacional comum curricular do Ensino Médio;
- 3.5 Promover a relação das escolas com instituições e movimentos culturais, a fim de garantir a oferta regular de atividades culturais para a livre fruição dos estudantes dentro e fora dos espaços escolares, incentivando ainda as escolas a se tornarem polos de criação e difusão cultural, bem como práticas desportivas integradas ao currículo escolar;
- 3.6 Contribuir com a universalização do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), fundamentado em matriz de referência do conteúdo curricular do Ensino Médio e em técnicas estatísticas e psicométricas, que permitam comparabilidade de resultados, articulando-o com o Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), promovendo sua utilização como instrumento de avaliação sistêmica, subsidiando políticas públicas à educação básica, de avaliação certificadora, possibilitando aferição de conhecimentos e habilidades adquiridos dentro e fora da escola, e de avaliação classificatória, como critério de acesso à educação superior;
- 3.7 Fomentar a expansão das matrículas gratuitas de Ensino Médio integrado à educação profissional, observando-se as peculiaridades das populações do campo e da educação especial, bem como a necessidade da oferta de ensino em tempo integral;
- 3.8 Fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso, da permanência e do aproveitamento escolar para todos os estudantes, com ênfase nos jovens beneficiários de programas de transferência de renda, bem como dos sujeitos em situações de discriminação, preconceito e violência, práticas de exploração do trabalho, consumo de drogas, gravidez precoce, jovens em privação de liberdade, em cumprimento de medidas socioeducativas, buscando a colaboração com as famílias e de forma intersetorial (saúde, assistência social, educação e proteção à adolescência e à juventude);
- 3.9 Promover a busca ativa da população de 15 (quinze) a 17 (dezessete) anos fora da escola, de forma intersetorial com os serviços de assistência social, saúde e proteção à adolescência e à juventude;
- 3.10 Fomentar programas de educação e de cultura para a população na faixa etária de 15 (quinze) a 17 (dezessete) anos, visando à qualificação social e profissional para aqueles que estejam fora da escola e com defasagem no fluxo escolar;
- 3.11 Redimensionar a oferta de Ensino Médio nos turnos diurno e noturno, bem como a distribuição territorial das escolas, de forma a atender toda a demanda, de acordo com as necessidades dos estudantes;
- 3.12 Desenvolver formas alternativas de oferta do Ensino Médio, para atender aos filhos de profissionais que se dedicam a atividades de caráter itinerante, jovens privados de liberdade e adolescentes que cumprem medidas socioeducativas;
- 3.13 Implementar políticas de prevenção à evasão motivada por preconceito ou por quaisquer formas de discriminação, criando rede de proteção contra formas associadas à exclusão;
- 3.14 Estimular a participação dos adolescentes nos cursos das áreas tecnológicas, científicas e idiomas;
- 3.15 Assegurar o desenvolvimento de ações com objetivo de aproximar o Ensino Médio e a Educação Superior, fomentando maior diversificação de cursos superiores por meio das Universidades Federais, Estaduais, Privadas e Comunitárias;
- 3.16 Assegurar o desenvolvimento de ações com o objetivo de aproximar o Ensino Médio da Educação Profissional, possibilitando a profissionalização do aluno no Ensino Médio;
- 3.17 Fomentar projetos com instituições públicas e privadas que disponibilizem campo de trabalho e estágio supervisionado aos alunos do Ensino Médio, para ação conjunta com a educação no sentido de maximizar o desempenho dos alunos minimizando a evasão e aumentando o índice de escolaridade dos cidadãos trabalhadores;
- 3.18 Fomentar, em regime de colaboração, atendimento de apoio especializado nas áreas de fonoaudiologia, psicologia, psicopedagogia e assistência social;
- 3.19 Assegurar, em calendário escolar, encontros dos profissionais do Ensino Médio para planejamento, avaliação da ação docente e troca de experiências;
- 3.20 Garantir formação continuada com especialistas, por área, para os profissionais do Ensino Médio;
- 3.21 Assegurar a realização de Paradas Pedagógicas e Conselhos de Classe para o Ensino Médio;
- 3.22 Incentivar a implementação de formação de professores nas áreas deficitárias;
- 3.23 Promover e acompanhar a celebração de convênios entre empresas e escolas de educação básica, profissional e tecnológica para oportunizar estágio supervisionado, possibilitando o acesso ao trabalho;
- 3.24 Avaliar, até o 5º (quinto) ano de vigência desse Plano, o dispositivo da Lei Complementar nº 170/1998 e Decreto Estadual nº 30436/86, que tratam do número de estudantes por turma, respeitando o espaço físico adequado;
- 3.25 Garantir ações sociais e culturais que objetivem a aproximação da família com a escola;
- 3.26 Assegurar a promoção de ações educacionais, que garantam a aproximação da comunidade com a escola, mobilizando os pais e a sociedade a comprometerem-se com a aprendizagem, melhorando a qualidade, o convívio e a interação dos alunos desenvolvendo assim o senso de responsabilidade;
- 3.27 Fomentar a revisão da excessiva burocratização, respeitada a particularidade de cada rede de ensino, na contratação de profissionais da educação;
- 3.28 Assegurar a contratação e a permanência de professores/profissionais habilitados para trabalhar disciplinas específicas à habilitação;
- 3.29 Incentivar a realização de concurso público, visando atender a demanda das escolas públicas;
- 3.30 Assegurar projetos e programas que contemplem os Temas Transversais previstos para o Ensino Médio.

META 4 – EDUCAÇÃO ESPECIAL/INCLUSIVA: Universalizar, para a população de 4 (quatro) a 17 (dezessete) anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, Transtorno de Espectro Autista (TEA) e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao Atendimento Educacional Especializado (AEE), preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos, privados ou conveniados.

ESTRATÉGIAS

- 4.1 Garantir, em parceria com a União e o Estado, a educação como direito de todos;
- 4.2 Garantir, em parceria com a União e o Estado, a oferta de educação inclusiva, vedada a exclusão do ensino regular sob a alegação de deficiência e promovida a articulação pedagógica entre o ensino regular e o AEE, com acompanhamento de especialista;
- 4.3 Garantir, em parceria com a União e o Estado, a educação especial destinada aos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, TEA e altas habilidades ou superdotação;
- 4.4 Garantir, em parceria com a União e o Estado, AEE com a função de identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de

acessibilidade, considerando as necessidades específicas de cada aluno;

4.5 Assegurar a vinculação entre o AEE e a acessibilidade curricular para atender as peculiaridades da aprendizagem por meio de serviço de intervenção precoce;

4.6 Assegurar o AEE, no contra turno, desenvolvido preferencialmente por professor especializado, de cargo efetivo, com formação continuada e conhecimentos específicos na área;

4.7 Garantir, em parceria com a União e o Estado, a disponibilização de livros didáticos em braile, em formato digital, em audiolivro, caracteres ampliados e profissionais capacitados para mediar sua utilização;

4.8 Assegurar, em parceria com a União e o Estado, acessibilidade nos mobiliários escolares, nos materiais pedagógicos e na comunicação para os estudantes com deficiência;

4.9 Assegurar, em parceria com a União e o Estado, a instituição de serviços de educação especial no ensino superior para promover o aumento do nível de escolaridade;

4.10 Assegurar, em parceria com a União e o Estado, a contratação de atendente educativo, segundo professor e/ou equivalente, conforme a particularidade de cada rede de ensino e a legislação vigente, para os estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, TEA e altas habilidades ou superdotação, para cada um ou para pequenos grupos com necessidades afins, considerando carga horária necessária para cada Unidade;

4.11 Promover, em parceria com a União e o Estado, formação continuada/capacitação a todos os profissionais que atuam com alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, TEA e altas habilidades ou superdotação;

4.12 Assegurar o AEE no PPP da unidade escolar para institucionalizar tal segmento na escola regular;

4.13 Assegurar, em parceria com a União e o Estado, a implantação, aprimoramento, manutenção e ampliação de salas de recursos multifuncionais para a realização do AEE, em escolas, de forma a atender 100% (cem por cento) da demanda das redes pública e privada de educação especial;

4.14 Garantir, em parceria com a União e o Estado, o acesso, permanência e a continuidade nos estudos na educação básica, superior e demais modalidades de ensino aos estudantes com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento, TEA, altas habilidades – superdotação;

4.15 Promover a flexibilização e adaptação do currículo escolar;

4.16 Garantir, em parceria com a União e o Estado, acessibilidade mediante a eliminação de barreiras arquitetônicas, urbanísticas, na edificação, nas instalações, nos equipamentos, nos mobiliários, nos transportes escolares e nas comunicações;

4.17 Garantir o apoio do docente no enriquecimento curricular, visando as especificidades de cada deficiência, ofertando também educação bilíngue aos surdos e cegos e a aceleração de estudo aos superdotados;

4.18 Contribuir, em parceria com a União e o Estado, na contabilização, para fins do repasse do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, das matrículas dos estudantes da educação regular da rede pública que recebam AEE complementar e suplementar, sem prejuízo do cômputo dessas matrículas na educação básica regular, e as matrículas efetivadas, conforme o censo escolar mais atualizado, na educação especial oferecida nas instituições conveniadas com o poder público e com atuação exclusiva na modalidade, nos termos da Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007;

4.19 Promover, no prazo de vigência deste PME, a priorização do atendimento escolar à demanda manifesta pelas famílias de crianças de até 3 (três) anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, TEA e altas habilidades ou superdotação, observado o que dispõe a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional;

4.20 Implantar, implementar e manter, em parceria com a União e o Estado, ao longo deste PME, salas de recursos multifuncionais e garantir a formação continuada de professores para o AEE nas escolas regulares, nas instituições públicas, privadas e conveniadas;

4.21 Garantir AEE em salas de recursos multifuncionais, em regime de colaboração, preferencialmente em todas as Unidades de Educação Básica da rede regular de ensino ou serviços especializados, públicos, privados ou conveniados, nas formas complementar e suplementar, a todos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, TEA e altas habilidades ou superdotação, conforme necessidade;

4.22 Estimular, em parceria com a União e o Estado, a criação de centros multidisciplinares de apoio, pesquisa e assessoria, articulados com instituições acadêmicas e integrados por profissionais das áreas de saúde, assistência social, pedagogia e psicologia, para apoiar o trabalho dos professores e prestar apoio profissional aos pais da educação básica inclusiva;

4.23 Manter, ampliar e assegurar, em parceria com a União e o Estado, programas suplementares que promovam a acessibilidade nas instituições públicas, garantindo o acesso e a permanência dos alunos com deficiência, por meio da adequação arquitetônica, da oferta de transporte acessível e da disponibilização de material didático próprio e de recursos de tecnologia assistiva, em todas as etapas, níveis e modalidades de ensino;

4.24 Capacitar profissionais visando a garantia da oferta de educação bilíngue, em Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) como primeira língua e na modalidade escrita da Língua Portuguesa como segunda língua, aos alunos surdos e com deficiência auditiva de até 17 (dezesete) anos, em escolas inclusivas, nos termos do art. 22 do Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, e dos arts. 24 e 30 da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, bem como a adoção do Sistema Braille de leitura para cegos e surdocegos;

4.25 Fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso, da permanência no ensino regular e a frequência no AEE, para todos os alunos, com ênfase aos beneficiários de programas de transferência de renda, com vistas ao estabelecimento de condições adequadas para o sucesso educacional, em colaboração com as famílias e com os órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, à adolescência e à juventude;

4.26 Promover a articulação intersetorial entre órgãos e políticas públicas de saúde, assistência social e direitos humanos, em parceria com as famílias, com a finalidade de desenvolver modelos de atendimento, voltados à continuidade do atendimento escolar, além da educação básica, para pessoas com deficiência e transtornos globais do desenvolvimento, TEA, de forma a assegurar a atenção integral;

4.27 Ampliar, em parceria com a União e o Estado, as equipes de profissionais da educação para apoiar no processo de escolarização dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, TEA e altas habilidades ou superdotação;

4.28 Apoiar políticas que visem a formação e a contratação de professores do AEE, profissionais de apoio ou auxiliares, tradutores e intérpretes de Libras, guias intérpretes para surdocegos, professores de Libras, prioritariamente surdos, e professores bilíngues;

4.29 Definir, de acordo com a base nacional, no terceiro ano de vigência deste PME, indicadores de qualidade e política de avaliação e supervisão para o funcionamento de instituições públicas e privadas, que prestam atendimento a alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, TEA e altas habilidades ou superdotação;

4.30 Promover, por meio de órgãos de pesquisa, a obtenção de informações detalhadas sobre o perfil das pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, TEA e altas habilidades ou superdotação de até 17 (dezesete) anos;

- 4.31 Incentivar, em parceria com a União e o Estado, a inclusão dos referenciais teóricos, das teorias de aprendizagem e dos processos de ensino-aprendizagem relacionados ao atendimento educacional de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, TEA e altas habilidades ou superdotação, nos cursos de licenciatura e nos demais cursos de formação para profissionais da educação, inclusive em nível de pós-graduação, observado o disposto no caput do art. 207 da Constituição Federal;
- 4.32 Promover parcerias visando a ampliação das condições de apoio ao atendimento escolar integral das pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, TEA e altas habilidades ou superdotação matriculadas nas redes públicas de ensino;
- 4.33 Promover parcerias visando a participação e aprendizagem dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, TEA e altas habilidades ou superdotação, matriculados na rede pública e privada de ensino, ampliando a oferta de formação continuada, produção de material didático acessível e serviços de acessibilidade;
- 4.34 Garantir que as escolas de educação básica promovam espaços para participação das famílias na elaboração do PPP na perspectiva da educação inclusiva;
- 4.35 Promover o avanço ou reclassificação aos estudantes com altas habilidades ou superdotação, de acordo com avaliação de equipe especializada, conforme a legislação vigente;
- 4.36 Garantir que se cumpra a Legislação vigente quanto ao número de alunos em sala de aula, respeitando o espaço físico adequado, os recursos humanos, priorizando a aprendizagem;
- 4.37 Assegurar, em parceria com a União e o Estado, a criação, renovação e manutenção das bibliotecas com materiais e infraestrutura necessária, inclusive biblioteca virtual com equipamentos, espaços, acervos bibliográficos e profissionais especializados e capacitados para a formação de leitores;
- 4.38 Incentivar a inclusão no currículo dos cursos de licenciatura, a formação básica necessária para atuação nas salas de AEE.

META 5 – ALFABETIZAÇÃO: Alfabetizar todas as crianças, no máximo, até o final do 3º (terceiro) ano do Ensino Fundamental.

ESTRATÉGIAS

- 5.1 Estruturar os processos pedagógicos visando garantir a alfabetização na perspectiva do letramento, de todas as crianças até o final do 3º (terceiro) ano;
- 5.2 Criar políticas de alfabetização que incentivem e valorizem a permanência do professor alfabetizador durante o ciclo de alfabetização;
- 5.3 Instituir instrumentos periódicos e específicos de avaliação, para aferir a alfabetização, aplicados a cada ano, bem como assessorar as escolas na criação de seus respectivos instrumentos de avaliação e monitoramento, implementando medidas pedagógicas, objetivando alfabetizar todas as crianças até o final do terceiro ano do Ensino Fundamental;
- 5.4 Selecionar e divulgar tecnologias educacionais para a alfabetização de crianças, assegurando a diversidade de métodos e propostas pedagógicas, bem como o acompanhamento dos resultados, os quais devem ser disponibilizados, preferencialmente, como recurso educacional gratuito;
- 5.5 Fomentar a integração de tecnologias educacionais às práticas pedagógicas integradoras e inovadoras, que contribuam com a alfabetização e favoreçam a melhoria do fluxo escolar e a aprendizagem, consideradas as diversas abordagens metodológicas e sua efetividade;
- 5.6 Apoiar a alfabetização de crianças do campo, populações itinerantes, em famílias de apoio ou em sistema de acolhimento;
- 5.7 Estimular a formação inicial e continuada de professores para a alfabetização, com o conhecimento de tecnologias educacionais e práticas pedagógicas integradoras e inovadoras;
- 5.8 Estimular a articulação entre programas de pós-graduação e ações de formação continuada de professores para a alfabetização;
- 5.9 Apoiar a alfabetização das crianças com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, TEA e altas habilidades ou superdotação, considerando as suas especificidades, inclusive a alfabetização bilíngue para surdos, sem estabelecimento de terminalidade temporal;
- 5.10 Promover, em consonância com as Diretrizes do Plano Nacional do Livro e da Leitura (PNLL), a formação de leitores e a capacitação de professores, bibliotecários (auxiliares de biblioteca) e agentes da comunidade local para atuarem como mediadores da leitura;
- 5.11 Implantar programas de incentivo à leitura e escrita;
- 5.12 Promover diversos concursos para incentivar o uso do Sistema de Escrita Alfabética (SEA), leitura e interpretação;
- 5.13 Promover ações que desenvolvam o letramento matemático;
- 5.14 Ampliar as reflexões das práticas e das experiências, propiciando a conquista da Alfabetização Matemática, na perspectiva do letramento, de todas as crianças;
- 5.15 Assegurar encontros de reflexões pedagógicas e trocas de experiências entre os alfabetizadores;
- 5.16 Assegurar materiais pedagógicos de qualidade e oferecer capacitação aos profissionais para maior aproveitamento desses recursos.

META 6 – EDUCAÇÃO INTEGRAL: Oferecer, em colaboração com a União, educação em tempo integral para, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 25% (vinte e cinco por cento) dos alunos da educação básica, até o final da vigência deste PME.

ESTRATÉGIAS:

- 6.1 Promover, com o apoio da União, a oferta de educação básica pública em tempo integral, pautada em atividades de acompanhamento pedagógico e multidisciplinares, inclusive culturais e esportivas, de forma que o tempo de permanência dos alunos na escola, ou sob sua responsabilidade, passe a ser igual ou superior a 7 (sete) horas diárias durante todo o ano letivo;
- 6.2 Ampliar progressivamente a jornada de professores que atuam em tempo integral, em uma única escola;
- 6.3 Instituir, em regime de colaboração com a União, programa de construção e/ou adequação de escolas com acessibilidade e mobiliário adequado para atendimento em tempo integral, prioritariamente em comunidades pobres ou com crianças em situação de vulnerabilidade social;
- 6.4 Aderir e manter, em regime de colaboração com a União, programa nacional de ampliação e reestruturação das escolas públicas, por meio da instalação de salas de aula, quadras poliesportivas, laboratórios didáticos, espaços para atividades culturais, bibliotecas, auditórios, cozinhas, refeitórios, banheiros e outros equipamentos, bem como da produção de material didático e da formação de recursos humanos para a educação em tempo integral;
- 6.5 Fomentar a articulação da escola com os diferentes espaços educativos, culturais, esportivos e com equipamentos públicos, como:

centros comunitários, bibliotecas, praças, parques, museus, teatros, cinemas, zoológicos e planetários;

6.6 Orientar a aplicação da gratuidade de que trata o art. 13 da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, em atividades de ampliação da jornada escolar de alunos das escolas da rede pública de educação básica, de forma concomitante e em articulação com a rede pública de ensino;

6.7 Atender às escolas do campo, populações itinerantes e de comunidades tradicionais com oferta de educação em tempo integral, com base em consulta prévia considerando-se as peculiaridades locais;

6.8 Garantir a educação em tempo integral para pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, TEA e altas habilidades ou superdotação na faixa etária de 4 (quatro) a 17 (dezesete) anos, assegurando AEE ofertado em salas de recursos multifuncionais da própria escola ou em instituições especializadas e profissionais habilitados;

6.9 Adotar medidas para otimizar o tempo de permanência dos alunos na escola, direcionando a expansão da jornada para o efetivo trabalho escolar, combinado com atividades recreativas, esportivas, culturais e ações de educação nutricional;

6.10 Assegurar, em parceria com a União, alimentação escolar que contemple a necessidade nutricional diária dos estudantes que permanecem na escola em tempo integral, conforme legislação específica;

6.11 Assegurar a ampliação de tempos, espaços, oportunidades educativas e o compartilhamento da tarefa de educar entre os profissionais da educação e de outras áreas, as famílias e diferentes atores sociais, sob a coordenação da escola e dos professores;

6.12 Assegurar encontros para reflexões pedagógicas e trocas de experiências entre os profissionais envolvidos com a educação em tempo integral;

6.13 Promover a integração entre o ensino regular e a educação integral, valorizando assim os profissionais;

6.14 Adotar processo de escolarização conectado à vida e ao universo de interesses e de possibilidades das crianças, adolescentes e jovens;

6.15 Adequar espaços, estrutura para o trabalho com alunos em período integral, reorganizando conteúdos e orientando os profissionais.

META 7 – APRENDIZADO ADEQUADO NA IDADE CERTA: Fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem de modo a atingir as seguintes médias para o IDEB:

IDEB	2015	2017	2019	2021
Anos Iniciais	6,5	6,8	7,1	7,5
Anos Finais	5,1	5,6	6,0	6,3
Ensino Médio	4,7	5,2	5,4	5,6

ESTRATÉGIAS

7.1 Estabelecer e implantar diretrizes pedagógicas para a educação básica, considerando a base nacional comum dos currículos, com direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento dos alunos para cada ano do Ensino Fundamental e Médio, respeitando a diversidade regional, estadual e local;

7.2 Assegurar que:

a) no quinto ano de vigência deste PME, pelo menos 80% (oitenta por cento) dos alunos do Ensino Fundamental e do Ensino Médio tenham alcançado nível suficiente de aprendizado em relação aos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento no seu ano de estudo;

b) no último ano de vigência deste PME, todos os estudantes do Ensino Fundamental e do Ensino Médio tenham alcançado nível suficiente de aprendizado em relação aos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento no seu ano de estudo;

7.3 Instituir, em colaboração entre União, Estado e Município um conjunto municipal de indicadores de avaliação institucional, com base no perfil do alunado e do corpo de profissionais da educação, nas condições de infraestrutura das escolas, nos recursos pedagógicos disponíveis, nas características da gestão e em outras dimensões relevantes, considerando as especificidades das modalidades de ensino;

7.4 Fomentar processo contínuo de autoavaliação das escolas de educação básica, por meio da constituição de instrumentos de avaliação, que orientem as dimensões a serem fortalecidas, destacando-se a elaboração e execução de planejamento estratégico, a melhoria contínua da qualidade educacional, a formação continuada dos profissionais da educação e o aprimoramento da gestão democrática;

7.5 Formalizar e executar os planos de ações articuladas, cumprindo as metas de qualidade estabelecidas para a educação básica e as estratégias de apoio técnico e financeiro, voltadas ao aprimoramento da gestão educacional, à formação de professores e profissionais de serviços de apoio e à melhoria da infraestrutura física e recursos pedagógicos da rede escolar;

7.6 Associar a fixação de metas intermediárias, conforme pactuação entre entes, à prestação de assistência técnica e financeira, priorizando escolas com IDEB abaixo da média estabelecida neste PME;

7.7 Orientar as políticas da rede e sistemas de ensino, buscando atingir as metas do IDEB, reduzindo as diferenças entre os índices das Unidades Escolares;

7.8 Acompanhar e divulgar bianualmente os resultados pedagógicos relativos às escolas, assegurando a contextualização desses resultados, com relação a indicadores sociais relevantes, concepção e operação do sistema de avaliação;

7.9 Contribuir na melhoria do desempenho dos alunos da educação básica nas avaliações da aprendizagem no Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (PISA);

7.10 Incentivar o desenvolvimento, selecionar e divulgar tecnologias educacionais para a Educação Infantil, o Ensino Fundamental e o Ensino Médio visando práticas pedagógicas inovadoras que assegurem a melhoria do fluxo escolar e a aprendizagem;

7.11 Assegurar a diversidade de métodos e propostas pedagógicas, com preferência para softwares livres e recursos educacionais gratuitos, acompanhando os resultados nos sistemas de ensino;

7.12 Garantir transporte escolar gratuito, em parceria com o Estado e União, para estudantes que residem a uma distância mínima de 3 (três) quilômetros, ou 2 (dois) quilômetros ou mais, no caso de alunos residentes em bairros que não possuam Unidades Escolares no entorno de sua comunidade ou que possuam unidades, mas não ofereçam vagas para determinadas séries/anos, na faixa etária da educação escolar obrigatória, visando reduzir a evasão escolar;

7.13 Fomentar modelos alternativos de atendimento escolar para a população do campo, que objetivem boas práticas e educação de qualidade;

7.14 Universalizar, até o quinto ano de vigência deste PME, o acesso à internet banda larga de alta velocidade e triplicar, até o final da década, a relação recursos tecnológicos/aluno nas escolas da rede pública de educação básica, promovendo a utilização pedagógica das tecnologias digitais de informação e comunicação;

- 7.15 Prover equipamentos e recursos tecnológicos digitais, em regime de colaboração entre União, Estado e Município, para a utilização pedagógica no ambiente escolar, a todas as escolas da educação básica, criando, inclusive, mecanismos para implementação das condições necessárias para a universalização das bibliotecas, nas instituições educacionais, com acesso à internet;
- 7.16 Aprofundar ações de atendimento aos alunos, ampliando programas de material didático-escolar, transporte escolar, alimentação escolar e assistência à saúde escolar, em todas as etapas da educação básica;
- 7.17 Assegurar o acesso dos alunos a espaços para a prática esportiva, a bens culturais, artísticos, equipamentos, laboratórios de ciências, línguas e informática e, em cada edifício escolar, garantindo também a acessibilidade às pessoas com deficiência;
- 7.18 Aderir e participar, em regime de colaboração, de programa nacional de reestruturação e aquisição de equipamentos para escolas públicas, visando à equalização regional das oportunidades educacionais;
- 7.19 Colaborar e participar, em acordo com a União e o Estado, na elaboração dos parâmetros mínimos de qualidade dos serviços da educação básica, a serem utilizados como referência na infraestrutura escolar, recursos pedagógicos, entre outros insumos relevantes, bem como instrumento para adoção de medidas que visem melhoria da qualidade do ensino;
- 7.20 Informatizar integralmente a gestão das escolas públicas, bem como manter programa de formação continuada para esses profissionais;
- 7.21 Garantir políticas de combate à violência na escola, por meio do desenvolvimento de ações destinadas à capacitação de educadores para detecção dos sinais de suas causas, como a violência doméstica e sexual, favorecendo a adoção das providências adequadas em busca de soluções;
- 7.22 Implementar políticas de inclusão e permanência na escola para adolescentes e jovens que se encontram em regime de cumprimento de medidas socioeducativas e em situação de rua, assegurando os princípios da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA);
- 7.23 Garantir nos currículos escolares conteúdos sobre a história e as culturas afro-brasileira e indígenas e implementar ações educacionais, nos termos das Leis nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, e 11.645, de 10 de março de 2008, assegurando assim a implementação das respectivas diretrizes curriculares nacionais, por meio de ações colaborativas com fóruns de educação para a diversidade étnico-racial, conselhos escolares, equipes pedagógicas e a sociedade civil;
- 7.24 Mobilizar as famílias e setores da sociedade civil, para que a educação seja assumida como responsabilidade de todos e ampliar o controle social sobre o cumprimento das políticas públicas educacionais;
- 7.25 Promover a articulação dos programas da área da educação, de âmbito local e nacional, com os de outras áreas, como saúde, trabalho e emprego, assistência social, esporte e cultura, possibilitando a criação de rede de apoio integral às famílias, como condição para a melhoria da qualidade educacional;
- 7.26 Universalizar o atendimento aos estudantes da rede escolar pública de educação básica, mediante articulação entre os órgãos responsáveis pelas áreas da saúde e da educação, por meio de ações de prevenção, promoção e atenção à saúde;
- 7.27 Estabelecer ações efetivas especificamente voltadas para a promoção, prevenção, atenção e atendimento à saúde e à integridade física, mental e emocional dos profissionais da educação, como condição para a melhoria da qualidade educacional;
- 7.28 Criar o sistema municipal de avaliação da educação básica, com a colaboração técnica e financeira da União e do Estado, em articulação com o sistema nacional e estadual de avaliação da educação básica, para orientar as políticas públicas e as práticas pedagógicas, com o fornecimento das informações às escolas e à sociedade;
- 7.29 Promover a formação de leitores e a capacitação de professores, bibliotecários, auxiliares de biblioteca e agentes da comunidade, para atuar como mediadores da leitura, de acordo com a especificidade das etapas do desenvolvimento e da aprendizagem, em consonância com as diretrizes do PNLL;
- 7.30 Instituir, em articulação com a União e o Estado, programa de formação de professores e de alunos para promover e consolidar política de preservação da memória nacional;
- 7.31 Promover a regulação da oferta da educação básica pela iniciativa privada, de forma a garantir a qualidade e o cumprimento da função social da educação;
- 7.32 Estabelecer políticas de estímulo às escolas que apresentem melhorias no IDEB, de modo a valorizar o mérito do corpo docente, da direção e da comunidade escolar;
- 7.33 Estabelecer políticas de acompanhamento às escolas com relação ao desempenho no IDEB;
- 7.34 Institucionalizar programas e desenvolver metodologias para acompanhamento pedagógico, recuperação paralela e progressão, devidamente registrado, priorizando estudantes com rendimento escolar defasado;
- 7.35 Promover a oferta de AEE aos alunos com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento, TEA e altas habilidades ou superdotação, bem como aulas de reforço escolar por meio de apoio pedagógico, àqueles que apresentam rendimento escolar defasado;
- 7.36 Estimular a articulação entre pós-graduação, núcleos de pesquisa e cursos de formação para profissionais da educação básica, de modo a garantir a elaboração de currículos e propostas pedagógicas que incorporem os avanços de pesquisas ligadas ao processo de ensino e de aprendizagem às teorias educacionais;
- 7.37 Garantir encaminhamento para avaliação com equipe de apoio técnico pedagógico (saúde, assistência social e educacional) de alunos que se encontrem em defasagem de idade/ano, apresentando contínuo rendimento escolar insuficiente, visando alcançar o nível suficiente de aprendizado em relação aos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento em seu ano de estudo.

META 8 – ESCOLARIDADE MÉDIA: Elevar a escolaridade média da população acima de 18 (dezoito) anos, de modo a alcançar, no mínimo, 12 (doze) anos de estudo no último ano de vigência deste Plano.

ESTRATÉGIAS

- 8.1 Institucionalizar programas e desenvolver tecnologias de correção de fluxo, para acompanhamento pedagógico individualizado, recuperação e progressão parcial, priorizando estudantes com rendimento escolar defasado, considerando as especificidades do segmento;
- 8.2 Implementar programas de Educação de Jovens e Adultos (EJA), associados a outras estratégias que garantam a continuidade da escolarização, após a alfabetização inicial, para o público que esteja fora da escola e com defasagem idade/ano;
- 8.3 Garantir acesso gratuito estimulando a participação em exames de certificação da conclusão dos Ensinos Fundamental e Médio;
- 8.4 Expandir a oferta gratuita de educação profissional técnica por parte das entidades públicas à população maior de 18 (dezoito) anos;
- 8.5 Promover o acompanhamento e o monitoramento do acesso à escola, entre órgãos governamentais e não governamentais, de forma

- intersetorial, específicos para a população acima de 18 (dezoito) anos, identificando motivos de absenteísmo, estimulando a frequência e oferecendo apoio à aprendizagem, para a ampliação do atendimento na rede pública regular de ensino;
- 8.6 Promover busca ativa de jovens fora da escola em parceria com órgãos governamentais e não governamentais, de forma intersectorial;
- 8.7 Garantir a oferta pública de ensino fundamental e médio, EJA integrados à formação profissional, assegurando condições de acesso, estimulando a permanência e o sucesso;
- 8.8 Efetivar políticas de educação que garantam a universalização da educação básica, com acesso e permanência, respeitando as peculiaridades locais;
- 8.9 Estimular a produção de materiais didáticos e o desenvolvimento de currículos, conteúdos e metodologias específicas para o desenvolvimento da educação da população considerada nesta meta;
- 8.10 Garantir a organização do tempo, a reestruturação e aquisição de equipamentos, a oferta de programas para a formação inicial e continuada da população acima de 18 (dezoito) anos, incluindo o AEE para os que dele necessitarem;
- 8.11 Estimular políticas de incentivo à população com faixa etária mais elevada para ingresso, permanência e sucesso escolar.

META 9 – ALFABETIZAÇÃO E ALFABETISMO FUNCIONAL DE JOVENS E ADULTOS: Elevar a taxa de alfabetização da população com 15 (quinze) anos ou mais para 95% (noventa e cinco por cento) até 2020 e, até o final da vigência deste PME, reduzir em 50% (cinquenta por cento) a taxa de analfabetismo funcional.

ESTRATÉGIAS:

- 9.1 Assegurar a oferta gratuita da EJA a todos os que não tiveram acesso à educação básica na idade própria;
- 9.2 Aumentar o número de Polos EJA com turmas específicas, adaptando as realidades de cada comunidade, com horários diferenciados de acordo com as necessidades dos educandos e de acordo com cada rede de ensino;
- 9.3 Garantir a descentralização do sistema de ensino e conceder autonomia às unidades de EJA para que formulem seus PPPs pertinentes às necessidades educativas das comunidades nas quais estão inseridas;
- 9.4 Assegurar a ampliação da oferta da EJA, em núcleos, nos períodos diurno e noturno, conforme demandas;
- 9.5 Incentivar a integração e articulação de políticas públicas de diferentes setores que tenham relação com a promoção da educação profissional, do respeito à diversidade, da geração de emprego e renda;
- 9.6 Assegurar o aperfeiçoamento dos mecanismos de avaliação, levando em consideração as aprendizagens adquiridas nas experiências pessoais e profissionais, ou por meio de ensinamentos não formais, diversificando e flexibilizando os meios de acesso a níveis de escolaridade mais elevados;
- 9.7 Promover a flexibilização e adaptação de recursos como: material pedagógico, equipamentos, currículos, profissionais, assegurando a certificação equivalente para percursos formativos diversos;
- 9.8 Expandir as matrículas de EJA de forma a articular a formação inicial e continuada de trabalhadores com a educação profissional, elevando assim o nível de escolaridade do trabalhador;
- 9.9 Assegurar múltiplas ofertas de meios de ensino-aprendizagem, presenciais ou à distância, escolares e extraescolares, facultando a circulação e o aproveitamento de estudos, nas diferentes modalidades e meios utilizados em cada segmento;
- 9.10 Realizar diagnóstico dos jovens e adultos com ensino fundamental e médio incompletos, para identificar a demanda por vagas na EJA;
- 9.11 Incentivar o fortalecimento e a participação solidária de toda a comunidade com o envolvimento das organizações da sociedade civil, realizando chamadas públicas regulares para a EJA;
- 9.12 Implementar ações de alfabetização de jovens e adultos como incentivo à continuidade da escolarização básica;
- 9.13 Executar ações de atendimento educacional ao estudante da EJA, por meio de programas suplementares de transporte, alimentação e saúde escolares;
- 9.14 Assegurar a oferta de EJA nas etapas de Ensino Fundamental e Médio à população privada de liberdade, aos que cumprem medida socioeducativa, aos idosos, aos adoecidos e gestantes, com implementação de metodologias e tecnologias educacionais adequadas;
- 9.15 Apoiar técnica e financeiramente projetos inovadores na EJA, que visem o desenvolvimento de modelos adequados às necessidades específicas desses estudantes;
- 9.16 Estabelecer mecanismos e incentivos que integrem os segmentos empregadores, públicos e privados, e os sistemas de ensino, para promover a compatibilização da jornada de trabalho dos empregados, com a oferta de ações de alfabetização e de EJA;
- 9.17 Implementar programas de capacitação tecnológica da população jovem e adulta, direcionados para os segmentos com baixos níveis de escolarização formal e para os alunos portadores de deficiência, com tecnologias assistivas que favoreçam a efetiva inclusão social e produtiva dessa população;
- 9.18 Garantir e ampliar a distribuição de material didático, o desenvolvimento de metodologias específicas e o acesso dos estudantes da EJA aos diferentes espaços da escola;
- 9.19 Implementar currículos adequados às especificidades da EJA promovendo a inserção ao mercado de trabalho, inclusão digital e tecnológica e a participação social;
- 9.20 Incentivar a realização de avaliação, por meio de exames específicos, que permita aferir o grau de alfabetização de jovens e adultos com mais de 15 (quinze) anos de idade e encaminhamento para a turma adequada ao seu grau de instrução;
- 9.21 Instituir e implementar programas de reforço escolar e o AEE para esses estudantes;
- 9.22 Garantir formação continuada aos profissionais da educação visando o aperfeiçoamento e a qualidade do ensino;
- 9.23 Assegurar recursos humanos, financeiros, espaço físico adequado e acessível, tempo, materiais adequados e equipamentos específicos, para atender a parcela da população a partir dos 15 (quinze) anos, com políticas e programas que contribuam para o seu acesso, permanência e sucesso nos estudos.

META 10 – EJA INTEGRADA À EDUCAÇÃO PROFISSIONAL: Oferecer matrículas de Educação de Jovens e Adultos (EJA), nos Ensinos Fundamental e Médio, na forma integrada à educação profissional.

ESTRATÉGIAS

- 10.1 Aderir e participar do Programa Nacional de Integração de Educação Básica à Educação Profissional (Proeja), na perspectiva da

educação inclusiva;

- 10.2 Ampliar a oferta de matrículas na EJA criando parcerias com entidades privadas e públicas, de modo a articular a formação inicial à continuada, objetivando a elevação do nível de escolaridade do trabalhador e àqueles que não concluíram a escolarização na idade certa;
- 10.3 Fomentar a oferta pública de formação inicial e continuada para trabalhadores, articulada à EJA, em regime de parceria com entidades privadas, sem fins lucrativos, e de atendimento à pessoa com deficiência, com atuação exclusiva na modalidade;
- 10.4 Fomentar a integração da educação de jovens e adultos com a educação profissional, em cursos planejados, de acordo com as especificidades deste público, inclusive na modalidade de Educação a Distância (EaD);
- 10.5 Ampliar as oportunidades profissionais dos jovens e adultos com deficiência e baixo nível de escolaridade, por meio do acesso à EJA, articulada à educação profissional;
- 10.6 Aderir ao programa nacional de reestruturação e aquisição de equipamentos voltados à expansão e à melhoria da rede física de escolas públicas que atuam na EJA, integrada à educação profissional, garantindo o aperfeiçoamento deste programa e a acessibilidade à pessoa com deficiência;
- 10.7 Diversificar o currículo da EJA, articulando a formação básica e a preparação para o trabalho, desenvolvendo oficinas de empreendedorismo, estabelecendo inter-relações entre teoria e prática de forma a organizar o tempo e o espaço pedagógicos, adequados às características desses estudantes;
- 10.8 Incentivar a produção de material didático, de instrumentos de avaliação, desenvolvimento de currículos e metodologias específicas, acesso a equipamentos e laboratórios, articulados à educação profissional;
- 10.9 Incentivar a adesão, por parte do Estado, ao Programa Brasil Profissionalizado, criado pelo Decreto 6.302 de 12/12/2007, fomentando a oferta de educação profissional no Município;
- 10.10 Ampliar a oferta de vagas na modalidade de EJA integrada à educação profissional;
- 10.11 Incentivar a participação dos estudantes da EJA nos programas desenvolvidos pelo Telecentro, visando o aperfeiçoamento do ensino profissionalizante no Município;
- 10.12 Incentivar a adesão ao Programa Nacional de Assistência ao Estudante (PNAE), conforme decreto 7.234 de 19 de julho de 2010, desenvolvendo ações de assistência social, financeira e de apoio psicopedagógico que contribuam para garantir o acesso, a permanência, a aprendizagem e a conclusão da EJA;
- 10.13 Garantir e efetivar a expansão da oferta de EJA articulada à educação profissional, de modo a atender às pessoas privadas de liberdade nos estabelecimentos penais e instituições socioeducativas;
- 10.14 Assegurar formação específica e continuada aos professores da EJA e implementar as diretrizes curriculares, em regime de colaboração entre entes;
- 10.15 Elaborar currículos considerando o saber prévio de jovens e adultos trabalhadores, para cursos específicos em níveis Técnico e Médio;
- 10.16 Incentivar e definir parcerias com entidades públicas e privadas do município para inclusão de estudantes da EJA em programas de emprego e renda, para a inserção no mercado de trabalho e/ou estágios, incluindo educandos com necessidades especiais.

META 11 – EDUCAÇÃO PROFISSIONAL: Triplicar as matrículas da educação profissional técnica de nível médio, assegurando a qualidade da oferta em pelo menos 80% (oitenta por cento) da expansão no segmento público.

ESTRATÉGIAS:

- 11.1 Participar da política de expansão das matrículas de educação profissional técnica de nível médio da Rede Federal e estadual, da Educação Profissional, Científica e Tecnológica, levando em consideração a responsabilidade dos Institutos na ordenação territorial, sua vinculação com arranjos produtivos, sociais e culturais, locais e regionais, bem como a interiorização da educação profissional;
- 11.2 Assegurar ações que possibilitem a orientação aos alunos sobre as possibilidades de inserção na Educação Profissional;
- 11.3 Assegurar a articulação dos docentes do Ensino Médio com entidades de Educação Profissional;
- 11.4 Apoiar a expansão da oferta de educação profissional técnica de nível médio nas redes públicas estaduais de ensino, em parceria com a União;
- 11.5 Apoiar a expansão da oferta de educação profissional técnica de nível médio na modalidade de educação a distância, com a finalidade de ampliar a oferta e democratizar o acesso à educação profissional pública e gratuita, assegurando padrão de qualidade;
- 11.6 Colaborar na reestruturação das escolas de educação profissional, levando-se em consideração as especificidades de cada curso, a necessidade de máquinas e equipamentos, implementos didáticos e tecnológicos, bem como a capacitação dos profissionais envolvidos;
- 11.7 Promover a expansão do estágio supervisionado na educação profissional técnica de nível médio e do ensino médio regular, considerando os saberes do aluno, visando à formação de qualificações próprias da atividade profissional, à contextualização curricular e ao desenvolvimento dos jovens;
- 11.8 Assegurar a realização de parcerias com o Sistema Nacional de Emprego (Sine), empresas de recursos humanos, entre outras, gerando banco de dados para verificação, com o objetivo de divulgar as possibilidades de inserção no mercado de trabalho;
- 11.9 Assegurar o estabelecimento de parcerias, em nível gerencial e operacional, com a Associação Comercial e Industrial (ACISBS), Câmara dos Dirigentes Lojistas (CDL) e Sindicatos, objetivando atender as necessidades de qualificação profissional nas empresas;
- 11.10 Ampliar a oferta de programas de reconhecimento de saberes, para fins de certificação profissional em nível técnico, em instituições credenciadas;
- 11.11 Estimular a ampliação da oferta de matrículas gratuitas de educação profissional técnica de nível médio pelas entidades privadas e sem fins lucrativos de formação profissional, vinculadas ao sistema sindical e entidades de atendimento à pessoa com deficiência.
- 11.12 Fomentar a expansão da oferta de financiamento estudantil à educação profissional técnica de nível médio, oferecida em instituições privadas de educação superior;
- 11.13 Cooperar na institucionalização de sistema nacional de avaliação da qualidade da educação profissional técnica de nível médio das redes escolares públicas e privadas;
- 11.14 Colaborar na elaboração, expansão e reestruturação do atendimento no Ensino Médio integrado à formação profissional, de acordo com os interesses e necessidades do Município, dando ênfase ao Magistério;
- 11.15 Cooperar na expansão da oferta de educação profissional técnica de nível médio para as pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, TEA e altas habilidades ou superdotação;
- 11.16 Garantir o acesso, a permanência, o aprendizado, o desenvolvimento de habilidades e competências dos alunos por meio de políticas

de educação profissional;

11.17 Contribuir na elevação gradual da taxa de conclusão média dos cursos técnicos de nível médio na Rede Federal e estadual, da Educação Profissional, Científica e Tecnológica para 90% (noventa por cento) e elevar, nos cursos presenciais, o número de alunos por professor para 20 (vinte);

11.18 Garantir a elevação gradual de investimento em programas de assistência estudantil e mecanismos de mobilidade acadêmica, visando melhorar as condições necessárias à permanência dos estudantes e à conclusão dos cursos técnicos de nível médio;

11.19 Adotar políticas para fortalecer as igualdades de direito no acesso e permanência na educação profissional técnica de nível médio;

11.20 Fomentar estudos e pesquisas sobre a articulação entre formação, currículo, pesquisa e trabalho, considerando as necessidades econômicas, sociais e culturais do Município.

META 12 – EDUCAÇÃO SUPERIOR: Articular com a União e o Estado, a elevação da taxa bruta de matrícula na educação superior para 55% (cinquenta e cinco por cento) e a taxa líquida para 40% (quarenta por cento) da população de 18 (dezoito) a 24 (vinte e quatro) anos, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% (quarenta por cento) das novas matrículas, no segmento público e comunitário.

ESTRATÉGIAS:

12.1 Otimizar, com a participação da União e do Estado a capacidade instalada da estrutura física e a disponibilização de recursos humanos das instituições públicas e comunitárias de educação superior, mediante ações planejadas e coordenadas, de forma a ampliar e interiorizar o acesso à graduação;

12.2 Aderir aos programas federais e estaduais que visam a ampliação da oferta de vagas, por meio da expansão e interiorização da Rede Federal de Educação Superior, da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e do sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB), considerando as necessidades e características regionais do Município;

12.3 Elevar gradualmente a taxa de conclusão média dos cursos de graduação presenciais nas universidades para 90% (noventa por cento), ofertar, no mínimo, um terço das vagas em cursos noturnos e elevar o número de estudantes por professor para 18 (dezoito), mediante estratégias de aproveitamento de créditos e inovações acadêmicas que valorizem a aquisição de competências de nível superior, até o 7º (sétimo) ano de vigência deste PME;

12.4 Mapear a demanda e fomentar a oferta de educação superior pública e gratuita prioritariamente na formação de professores para a educação básica, reduzindo o déficit de profissionais em áreas específicas;

12.5 Assegurar a criação de plano de incentivo aos estudantes dos cursos de licenciatura;

12.6 Apoiar a articulação entre órgãos de classe e a sociedade, considerando a demanda regional para diversificar a oferta de cursos superiores no município;

12.7 Incentivar as políticas de inclusão e de assistência estudantil dirigidas aos estudantes de instituições públicas, bolsistas de instituições privadas de educação superior e beneficiários do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies), conforme a Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, de modo a reduzir as desigualdades étnico-raciais e ampliar as taxas de acesso e permanência na educação superior de estudantes egressos da escola pública e de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, TEA e altas habilidades ou superdotação;

12.8 Incentivar a criação de uma comissão para estudar a viabilidade da ampliação de vagas nas Instituições de Ensino Superior (IESs);

12.9 Ampliar a oferta de cursos de pós-graduação nas instituições de Ensino Superior, públicas e privadas;

12.10 Assegurar a formação de fórum para discussão do acesso e permanência, da flexibilização curricular e a melhoria do Ensino Superior no município;

12.11 Apoiar e divulgar a oferta de bolsas de estudos para a graduação;

12.12 Incentivar as IESs a aderir e participar dos programas de apoio financeiro da União;

12.13 Apoiar a divulgação de cursos disponíveis no Ensino Superior e suas possibilidades, diretamente aos concluintes do Ensino Médio, ressaltando as facilidades oferecidas por meio de bolsas de estudos ou similares;

12.14 Apoiar e implementar, com apoio da União, ações que visem assegurar, no mínimo, 10% (dez por cento) do total de créditos curriculares exigidos para a graduação em programas e projetos de extensão universitária, orientando sua ação, prioritariamente, para áreas de grande pertinência social;

12.15 Ampliar a oferta de estágio como parte da formação na educação superior, facilitando o acesso do aluno;

12.16 Consolidar e ampliar programas e ações de incentivo à mobilidade estudantil e docente em cursos de graduação e pós-graduação, em âmbito nacional e internacional, tendo em vista o enriquecimento da formação de nível superior;

12.17 Adotar e supervisionar, com a participação da União, políticas de inclusão e de ação afirmativa, na forma da lei, para o acesso e permanência nos cursos de graduação de estudantes em vulnerabilidade socioeconômica e público da educação especial;

12.18 Assegurar condições de acessibilidade nas instituições de educação superior, na forma da legislação;

12.19 Fomentar estudos e pesquisas que analisem a necessidade de articulação entre formação, currículo, pesquisa e trabalho, considerando as carências nas áreas econômicas, sociais e culturais do Município;

12.20 Estimular a institucionalização de programas para composição de acervo digital de referências bibliográficas e audiovisuais para os cursos de graduação, assegurada a acessibilidade às pessoas com deficiência;

12.21 Participar, com a União e o Estado, da consolidação de processos seletivos nacionais e regionais, para acesso à educação superior como forma de qualificar exames vestibulares isolados;

12.22 Estimular a criação de mecanismos para ocupação das vagas ociosas em cada período letivo na educação superior pública;

12.23 Considerar as informações e orientações advindas dos órgãos reguladores nacionais da educação superior, quanto aos procedimentos adotados na área de avaliação, regulação e supervisão, em relação aos processos de autorização de cursos e instituições, de reconhecimento ou renovação de reconhecimento de cursos superiores e de credenciamento ou credenciamento de instituições, no âmbito do sistema federal, estadual e privado de ensino;

12.24 Assegurar a implantação de uma base de dados socioeconômica/cultural e discutir possíveis estratégias para interagir efetivamente com a comunidade rural na região para uma análise de tendências e deliberações;

12.25 Assegurar a proposição de uma política de formação continuada para os profissionais da Educação Superior.

META 13 – TITULAÇÃO DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO SUPERIOR: Articular, com a União e Estado, a elevação da qualidade da educação superior e ampliar a proporção de mestres e doutores do corpo docente em efetivo exercício no conjunto do sistema de educação superior para 80% (oitenta por cento), sendo, do total, no mínimo, 40% (quarenta por cento) doutores, até ao final da vigência do Plano.

ESTRATÉGIAS

13.1 Considerar as informações advindas dos órgãos/sistemas de avaliação da educação superior nacional, na avaliação das instituições de ensino superior que ofertam cursos presenciais e a distância, no âmbito do sistema federal, estadual e privado de ensino, para os processos de autorização de cursos, de reconhecimento ou renovação de reconhecimento de cursos superiores e de credenciamento ou recredenciamento de instituições;

13.2 Acompanhar a realização das avaliações externas in loco, considerando os processos de regulação que compreendem os Atos Autorizativos e Regulatórios de cursos e instituições de ensino superior que ofertam cursos presenciais e a distância, no âmbito do sistema federal, estadual e privado de ensino;

13.3 Acompanhar a implementação das respectivas Diretrizes Curriculares dos cursos de licenciatura e bacharelado, nas instituições de ensino superior, em consonância com o resultado do processo avaliativo;

13.4 Fomentar, em articulação com a União e Estado, a formação de consórcios entre instituições de educação superior, com vistas a potencializar a atuação regional, inclusive por meio de plano de desenvolvimento institucional integrado, assegurando maior visibilidade nacional e internacional às atividades de ensino, pesquisa e extensão;

13.5 Incentivar, de forma articulada com a União e Estado, a oferta de programas de pós-graduação stricto sensu;

13.6 Incentivar, de forma articulada com a União e Estado, a formação inicial e continuada dos profissionais técnico-administrativos da educação superior, bem como a formação continuada dos docentes formadores;

13.7 Apoiar ações que visem a descentralização do oferecimento de pós-graduação lato sensu e stricto sensu em instituições de ensino superior, públicas e privadas, para atender as necessidades do município, com ênfase na educação;

13.8 Incentivar o processo contínuo de autoavaliação das instituições de educação superior, fortalecendo a participação das comissões próprias de avaliação;

13.9 Estimular a continuidade dos processos de avaliação de acordo com os parâmetros do Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior (SINAES);

13.10 Apoiar políticas de mobilidade estudantil no ensino superior;

13.11 Fomentar políticas para captação de pesquisa científica e acadêmica;

13.12 Ampliar políticas de incentivo no intuito de elevar o nível de escolaridade dos profissionais da educação do município.

META 14 – PÓS-GRADUAÇÃO: Fomentar, em articulação com a União e Estado, a elevação gradual do número de matrículas na pós-graduação stricto sensu, de modo a ampliar a titulação em 80% (oitenta por cento) para mestres e 50% (cinquenta por cento) para doutores, até ao final da vigência do Plano.

ESTRATÉGIAS

14.1 Estimular a integração e a atuação articulada entre a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e às agências de fomento à pesquisa federal e estadual;

14.2 Colaborar, em articulação com a União e Estado, na implementação de políticas de inclusão e de ação afirmativa na forma da lei, incluindo financiamento público e específico para o acesso e permanência nos cursos de pós-graduação, stricto sensu;

14.3 Colaborar na institucionalização de programas de composição de acervo digital de referências bibliográficas e audiovisuais para os cursos de pós-graduação, assegurada a acessibilidade às pessoas com deficiência;

14.4 Estabelecer parcerias com os órgãos e agências oficiais de fomento nos diversos programas, projetos e ações que objetivem a internacionalização da pesquisa e da pós-graduação são-bentense, incentivando a atuação na rede de ensino e o fortalecimento de grupos de pesquisa;

14.5 Apoiar a publicização, transparência, autonomia e desburocratização da pesquisa científica desenvolvida com recursos públicos;

14.6 Disponibilizar bolsas de estudos de pós-graduação aos professores e demais profissionais da educação básica das redes públicas de ensino;

14.7 Priorizar a articulação entre graduação, pós-graduação e núcleos de pesquisas, para estudos e elaboração de currículos/propostas pedagógicas que incorporem ao processo de ensino-aprendizagem, questões sobre educação especial, relações étnico-raciais, o enfrentamento a todas as formas de discriminação, a educação ambiental, quilombola, indígena, dos povos do campo e comunidades tradicionais;

14.8 Incentivar a implementação de estudos e pesquisas nas áreas científica e tecnológica, conforme a demanda;

14.9 Estimular a articulação entre pós-graduação, núcleos de pesquisa e cursos de formação para profissionais da educação básica, de modo a garantir a elaboração de currículos e propostas pedagógicas que incorporem os avanços de pesquisas ligadas ao processo de ensino-aprendizagem e às teorias educacionais;

14.10 Fomentar, em articulação com a União e Estado, pesquisas voltadas para o desenvolvimento de metodologias, materiais didáticos, paradidáticos, equipamentos e recursos de tecnologia assistiva, com vistas à promoção do ensino e da aprendizagem, bem como das condições de acessibilidade dos estudantes com deficiência, TEA, transtorno de déficit de atenção e hiperatividade/impulsividade e altas habilidades ou superdotação, e criar programas que promovam a socialização dos resultados das pesquisas;

14.11 Incentivar a expansão de programas de financiamento da pós-graduação stricto sensu por meio das agências oficiais de fomento;

14.12 Estimular a expansão da oferta de cursos de pós-graduação stricto sensu, utilizando inclusive metodologias, recursos e tecnologias de EaD;

14.13 Apoiar a promoção de intercâmbio científico e tecnológico, nacional e internacional, entre as instituições de ensino, pesquisa e extensão;

14.14 Colaborar para o aumento qualitativo e quantitativo do desempenho científico e tecnológico do País e a competitividade internacional da pesquisa brasileira, ampliando a cooperação científica com empresas, IES e demais Instituições Científicas e Tecnológicas (ICTs).

META 15 – FORMAÇÃO DE PROFESSORES: Garantir, em regime de colaboração entre a União, o Estado e o Município, no prazo de 2 (dois)

anos da vigência deste Plano, política municipal de formação inicial e continuada, com vistas à valorização dos profissionais da educação, assegurando que todos os professores da educação básica e suas modalidades possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam, bem como a oportunidade de periódica participação em cursos de formação continuada oferecida pelo poder público.

ESTRATÉGIAS:

- 15.1 Promover ações conjuntas, a fim de organizar a oferta de cursos de formação inicial, diante do diagnóstico das necessidades de formação dos profissionais da educação, envolvendo as instituições públicas, comunitárias e privadas de nível superior, sincronizando a oferta e a demanda, em regime de cooperação entre União, o Estado e o Município;
- 15.2 Apoiar a ampliação da oferta de programas de iniciação à docência aos estudantes matriculados em cursos de graduação, a fim de aprimorar a formação dos profissionais para atuarem no magistério da Educação Básica, por área de conhecimento, de acordo com a necessidade;
- 15.3 Apoiar o acesso ao financiamento estudantil a estudantes matriculados em cursos de licenciatura com avaliação positiva pelo SINAES, na forma da Lei nº 10.861/04, inclusive a amortização do saldo devedor pela docência efetiva na rede pública de educação básica;
- 15.4 Instituir e consolidar uma plataforma eletrônica em âmbito municipal, com dados de formação de todos os professores da rede pública, para organizar a demanda/oferta de matrículas em cursos de formação inicial e continuada dos profissionais da educação em São Bento do Sul – SC, bem como para divulgar e atualizar seus currículos eletronicamente;
- 15.5 Articular com as instituições de nível superior, formadoras de profissionais para educação básica, promovendo a reforma curricular dos cursos de licenciatura, garantindo a renovação pedagógica, com foco na prática pedagógica e na aprendizagem do estudante;
- 15.6 Valorizar as práticas de ensino e os estágios nos cursos de formação superior dos profissionais da educação, visando articular a formação acadêmica às demandas da educação básica, em sintonia com as recomendações legais e as Diretrizes Curriculares Nacionais;
- 15.7 Incentivar a participação em programas de formação superior para docentes não habilitados na área de atuação, em efetivo exercício na rede pública;
- 15.8 Assegurar a todos os profissionais da educação básica, formação continuada em serviço, em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualizações dos respectivos sistemas de ensino;
- 15.9 Garantir formação continuada fundamentada numa concepção político-pedagógica que assegure a articulação teórica e prática, a pesquisa e a extensão, com especialistas, por área, para os profissionais da rede educacional;
- 15.10 Fomentar a produção de material didático, a criação de metodologias específicas e a elaboração de instrumentos de avaliação, garantindo o acesso a equipamentos e laboratórios didáticos e a formação inicial e continuada de docentes da rede pública;
- 15.11 Instituir forma de registro e divulgação de projetos desenvolvidos nas escolas, com o objetivo de validar e valorizar as produções do profissional na ascensão funcional, em regime de colaboração entre o Estado e o Município;
- 15.12 Fomentar a oferta de cursos técnicos e tecnológicos de nível superior, destinados à formação nas respectivas áreas de atuação, dos profissionais da educação de outros segmentos presentes no ambiente escolar, que não os do magistério;
- 15.13 Estimular programas de formação docente, para educação profissional, voltados à complementação didático-pedagógica dos profissionais sem habilitação para o magistério, que atuam na rede pública;
- 15.14 Ampliar as políticas e programas de formação inicial e continuada dos profissionais da educação sobre todas as formas de discriminação, para a promoção dos direitos sociais;
- 15.15 Ampliar o uso das tecnologias digitais e conteúdos multimidiáticos para todos os atores envolvidos no processo educativo, garantindo a devida qualificação dos profissionais envolvidos em sua utilização;
- 15.16 Possibilitar a participação em programa federal de concessão de bolsas de estudos para que os professores de idiomas das escolas públicas de educação básica realizem estudos de imersão e aperfeiçoamento nos países que tenham como idioma nativo as línguas que lecionam;
- 15.17 Colaborar na expansão de programas de composição de acervo de obras didáticas, paradidáticas, literárias, dicionários, obras e materiais produzidos em Libras e em Braille, e ainda, programas específicos de acesso a bens culturais, favorecendo a construção do conhecimento e a valorização da cultura da investigação para os profissionais da educação básica;
- 15.18 Contribuir na criação e consolidação de portal eletrônico, para subsidiar a atuação dos profissionais da educação básica, disponibilizando gratuitamente materiais didáticos e pedagógicos suplementares, inclusive aqueles com formato acessível;
- 15.19 Contribuir para a reformulação curricular dos cursos de licenciatura e a renovação pedagógica, de forma a assegurar o foco no aprendizado do aluno, dividindo a carga horária em formação geral, formação na área do saber e didática específica e incorporando as tecnologias digitais de informação e comunicação, em articulação com a base nacional comum dos currículos da educação básica.

META 16 – FORMAÇÃO CONTINUADA E PÓS-GRADUAÇÃO DE PROFESSORES: Formar 80% (oitenta por cento) dos professores da educação básica, em nível de pós-graduação, até o último ano de vigência deste PME, e garantir a todos os profissionais da educação básica formação continuada em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualizações dos sistemas de ensino.

ESTRATÉGIAS

- 16.1 Realizar o planejamento estratégico para dimensionamento da demanda por formação continuada e fomentar a respectiva oferta por parte das instituições públicas de educação superior, de forma orgânica e articulada às políticas de formação do Estado e Município;
- 16.2 Criar e consolidar política municipal de formação de professores da educação básica, definindo diretrizes municipais, áreas prioritárias e instituições formadoras;
- 16.3 Consolidar programa permanente de afastamento remunerado dos professores e profissionais da educação básica, para cursar pós-graduação stricto sensu, considerando as necessidades mais urgentes e autorização do Poder Executivo conforme previsto no parágrafo único do Art. 25 da Lei nº 228 de 28 de dezembro de 2001;
- 16.4 Formular, divulgar e efetivar política pública que amplie a mobilidade docente em cursos de graduação e pós-graduação em âmbito nacional e internacional, tendo em vista a qualificação da formação superior;
- 16.5 Formular e efetivar política pública de oferta de bolsas de estudo para pós-graduação dos professores e demais profissionais da educação básica;

- 16.6 Fortalecer a formação dos professores das escolas públicas de educação básica, por meio da implementação das ações do PNLL e da instituição de programa municipal de disponibilização de recursos para acesso aos bens culturais pelo magistério público;
- 16.7 Diagnosticar e garantir políticas públicas que atendam efetivamente as demandas específicas de pós-graduação lato sensu e stricto sensu aos professores da educação básica;
- 16.8 Promover a articulação entre a pós-graduação, núcleo de pesquisa e curso de formação para profissionais da educação de modo a garantir a elaboração de propostas pedagógicas capazes de incorporar os avanços de pesquisas ligados ao processo de alfabetização no atendimento da população de até 8 (oito) anos.

META 17 – VALORIZAÇÃO DO PROFESSOR E PLANO DE CARREIRA: Valorizar os profissionais da Educação da rede pública de ensino, assegurando no prazo de 2 (dois) anos a reestruturação do plano de carreira, que tenha como referência o piso nacional, definido em Lei Federal, nos termos do Inciso VIII, do Artigo 206, da Constituição Federal, a fim de equiparar o rendimento médio dos docentes aos dos demais profissionais com escolaridade equivalente, até o final do 6º (sexto) ano da vigência deste Plano.

ESTRATÉGIAS

- 17.1 Realizar, no prazo de 2 (dois) anos, a atualização do plano de carreira e remuneração para o magistério, tendo como referência o Piso Salarial Nacional Profissional, remodelando também estes aos demais profissionais da educação básica;
- 17.2 Valorizar os profissionais do magistério da rede pública da educação básica, a fim de equiparar a 80% (oitenta por cento) ao final do 6º (sexto) ano, e a igualar, no último ano de vigência deste Plano, o seu rendimento médio ao rendimento médio dos demais profissionais com escolaridade equivalente;
- 17.3 Proporcionar condições de trabalho, valorizando os profissionais da educação e concretizando políticas de formação, buscando qualidade na educação;
- 17.4 Assegurar o estabelecimento de políticas especificamente voltadas para a promoção, prevenção, atenção e atendimento à saúde e integridade física, mental e emocional dos profissionais do magistério e demais profissionais da educação, como condição para a melhoria da qualidade educacional, nos três primeiros anos de vigência deste Plano;
- 17.5 Estruturar as redes públicas de educação básica, de modo que pelo menos 80% (oitenta por cento) dos profissionais do magistério e 50% (cinquenta por cento) dos profissionais da educação não docentes, sejam ocupantes de cargos de provimento efetivo e estejam em exercício nas redes escolares a que se encontram vinculados;
- 17.6 Assegurar a realização periódica de concurso público para provimento de vagas, comprovadamente, excedentes e permanentes, nas redes públicas;
- 17.7 Estabelecer critérios médicos que fundamentem a aptidão para o pleno desempenho da função para a qual está sendo designado;
- 17.8 Implantar, nas redes públicas de educação básica, acompanhamento dos profissionais do magistério e demais profissionais da educação, aprovados em concurso público, os quais deverão ser supervisionados por equipe de profissionais, nomeada por portaria específica para esse fim, com objetivo de fundamentar, com base nos programas de acompanhamento, por meio de avaliação documentada, a decisão pela efetivação após o estágio probatório, além de oferecer durante este período curso de aprofundamento de estudos na área de atuação;
- 17.9 Assegurar a existência de comissões e fóruns permanentes de profissionais da educação, atuando em todas as instâncias do município, para subsidiar os órgãos na atualização dos planos de carreira;
- 17.10 Implementar plano de carreira para os profissionais da educação básica das redes públicas, com implantação gradual do cumprimento da jornada de trabalho em um único estabelecimento escolar, conforme a demanda;
- 17.11 Garantir, no plano de carreira, que todas as unidades escolares de educação básica ofereçam serviços de orientação educacional, supervisão e administração escolar, realizado por profissionais habilitados na área de atuação;
- 17.12 Garantir a atualização e o cumprimento das diretrizes do Estatuto do Magistério e do Servidor Público da rede pública de ensino;
- 17.13 Assegurar, na forma da lei, recursos financeiros para valorização dos profissionais da educação da rede pública;
- 17.14 Garantir o cumprimento da Lei 11.738 de 16 de julho de 2008 que trata da jornada de trabalho dos profissionais do magistério da rede pública de ensino;
- 17.15 Assegurar a revisão e a ampliação dos critérios para a concessão da regência de classe na educação básica;
- 17.16 Garantir a revisão, ampliação e concessão de benefícios como vale-transporte local, vale-alimentação e plano de saúde aos trabalhadores efetivos na educação do município, em pleno exercício, até o terceiro ano de vigência deste;
- 17.17 Garantir a manutenção de percentuais, acrescidos e incorporados ao salário-base, em função do tempo de magistério e à qualificação (lato sensu e stricto sensu), até o 5º (quinto) ano de vigência deste PME;
- 17.18 Assegurar programa de valorização financeira, acrescida ao salário do profissional do magistério e demais profissionais da educação, pelos cursos de capacitação presenciais e/ou semipresenciais que comprovadamente participar, além das horas oferecidas pelo sistema, cuja certificação será avaliada e validada por equipe de profissionais, nomeada por portaria específica para esse fim até o 5º (quinto) ano de vigência deste PME;
- 17.19 Garantir formação continuada com padrões de qualidade;
- 17.20 Formular e efetivar política pública de oferta de bolsas de estudo para pós-graduação dos professores e demais profissionais da educação básica;
- 17.21 Consolidar programa permanente de afastamento remunerado dos professores e profissionais da educação básica, para cursar pós-graduação stricto sensu, considerando as necessidades mais urgentes e autorização do Poder Executivo, conforme previsto no parágrafo único do Art. 25 da Lei nº 228 de 28 de dezembro de 2001;
- 17.22 Realizar avaliação contínua e a análise de desempenho como critérios para a continuidade de atuação dos Admitidos em Caráter Temporários (ACTs), conforme legislação;
- 17.23 Assegurar políticas que possibilitem iniciar o ano letivo com o quadro completo de profissionais para atender a demanda das unidades escolares;
- 17.24 Aderir a iniciativa do Ministério da Educação (MEC), sobre a realização de concursos públicos de admissão de profissionais do magistério da educação básica pública, mediante prova nacional;
- 17.25 Realizar anualmente, a partir do terceiro ano de vigência deste PME, em regime de colaboração, o censo dos profissionais do magistério e demais profissionais da educação básica;
- 17.26 Considerar as especificidades socioculturais das escolas do campo no provimento de cargos efetivos para essas escolas;

- 17.27 Fomentar a discussão para a criação de um programa de meritocracia para os profissionais do magistério e demais profissionais da educação;
- 17.28 Garantir a criação do cargo de cozinheira, com valorização e capacitação desse profissional, objetivando melhoria da qualidade da alimentação escolar, até o terceiro ano de vigência deste PME;
- 17.29 Assegurar critérios, para atuar na direção de unidades escolares da rede pública de ensino como: formação em educação pós-graduação e/ou capacitação em gestão educacional, ocupar cargo efetivo, contar com experiência de, no mínimo 3 (três) anos de efetivo exercício no nível de atuação, apresentação de um plano de ação e eleição;
- 17.30 Assegurar a revisão da Lei nº 228 de 28 de dezembro de 2001, Art. 105, possibilitando que o profissional opte por gozo ou pecúnia da licença prêmio, independente da data de admissão, nos três primeiros anos de vigência deste PME;
- 17.31 Assegurar o cumprimento do artigo 10 da Resolução CFN nº 465/2010, bem como e seu parágrafo único.
- 17.32 Assegurar a revisão do processo de Progressão Funcional para que este seja realizado imediatamente após a comprovação da conclusão do curso de Graduação, Pós-graduação, Mestrado e Doutorado; tempo de serviço e títulos no
- 17.33 Promover a adequação da legislação no que diz respeito a Licença sem Remuneração para que o servidor afastado por período de 12 (doze) meses ou tempo superior, ao reingressar, possa escolher entre as vagas disponíveis na rede municipal e não necessariamente na unidade escolar na qual tinha sua lotação anteriormente à licença;
- 17.34 Executar o programa de avaliação da qualidade profissional dos professores no que diz respeito à prática em sala de aula, domínio de classe, didática, planejamento, criatividade, conduta, responsabilidade pedagógica.

META 18 – GESTÃO DEMOCRÁTICA: Garantir condições para a efetivação da gestão democrática, na educação básica e superior públicas, que evidenciem o compromisso com o acesso, a permanência e o êxito na aprendizagem do estudante no prazo de 2 (dois) anos após a aprovação deste PME.

ESTRATÉGIAS

- 18.1 Considerar a legislação nacional e critérios pontuados neste PME, para a nomeação dos diretores de unidades escolares, conforme critérios técnicos de mérito, desempenho e participação da comunidade escolar;
- 18.2 Ampliar os programas de apoio à formação dos membros de conselhos mediante recursos financeiros, espaço físico adequado, equipamentos e meios de transporte para visitas à rede escolar, assegurando o bom desempenho de suas funções;
- 18.3 Colaborar na consolidação do Fórum Permanente de Educação/Comissão Permanente da Educação envolvendo gestores públicos, trabalhadores da educação e organizações da sociedade civil, incentivando e oferecendo suporte técnico para constituir-lo, com o intuito de:
- a) coordenar conferência intermunicipal e municipal, bem como acompanhar e avaliar o processo de implementação de suas deliberações;
 - b) acompanhar a adequação, execução e avaliação da aplicabilidade do PME;
 - c) debater o financiamento da educação e as diretrizes curriculares do sistema municipal;
 - d) promover as articulações necessárias entre o Fórum Nacional, o Estadual e o Municipal de Educação;
 - e) acompanhar, junto a Câmara de Vereadores, a tramitação de projetos legislativos relativos à Política Municipal de Educação;
- 18.4 Implementar conselhos escolares, em todas as redes de educação básica;
- 18.5 Ampliar os programas de apoio e formação aos (às) conselheiros (as) do Conselho Municipal de Educação, dos conselhos de acompanhamento e controle social do Fundeb, dos conselhos de alimentação escolar, e de outros e aos (às) representantes educacionais em demais conselhos de acompanhamento de políticas públicas, garantindo a esses colegiados recursos financeiros, espaço físico adequado, equipamentos e meios de transporte para visitas à rede escolar, com vistas ao bom desempenho de suas funções;
- 18.6 Garantir a participação efetiva da comunidade escolar e local na formulação, implementação, acompanhamento e avaliação dos PPPs, currículos escolares, planos de gestão escolar e regimentos escolares, possibilitando as condições necessárias à operacionalização desta participação;
- 18.7 Garantir programa de formação continuada para gestores das escolas públicas, em regime de colaboração, para implementação do plano de ação e projeto de gestão;
- 18.8 Estabelecer diretrizes para a gestão democrática da educação, no prazo de dois anos contados da aprovação deste Plano, assegurando condições para sua implementação;
- 18.9 Aprovar dispositivo legal que dispõe sobre a gestão escolar democrática da educação básica e profissional da rede pública, em relação a sua implantação, execução e avaliação, no prazo de dois anos após a publicação deste Plano;
- 18.10 Fortalecer os mecanismos e os instrumentos que assegurem a transparência e o controle social na utilização dos recursos públicos aplicados em educação, especialmente a realização de audiências públicas e a criação de portais eletrônicos de transparência;
- 18.11 Consolidar fóruns decisórios de políticas públicas educacionais, Conselho Municipal de Educação, Conselhos Escolares ou equivalentes, Conselhos de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB e Conselho da Alimentação Escolar (CAE), conselho de controle social envolvendo gestores públicos, trabalhadores da educação e organizações da sociedade civil, com representação paritária dos setores envolvidos com a educação e com as instituições educativas;
- 18.12 Estimular a criação e o fortalecimento de conselhos superiores nas instituições de ensino superior, do qual participam todos os segmentos da comunidade universitária;
- 18.13 Estimular a constituição e fortalecimento de diretórios acadêmicos, assegurando-lhes espaços adequados para o bom funcionamento, em todas as instituições de ensino superior;
- 18.14 Estimular a gestão democrática da educação, por meio da participação da comunidade escolar e local, no âmbito das instituições de ensino superior e escolas de educação básica, prevendo recursos e apoio técnico;
- 18.15 Ampliar os programas de apoio e formação aos (às) conselheiros (as) do Conselho Municipal de Educação, dos conselhos de acompanhamento e controle social do Fundeb, dos conselhos de alimentação escolar, e de outros e aos (às) representantes educacionais em demais conselhos de acompanhamento de políticas públicas, garantindo a esses colegiados recursos financeiros, espaço físico adequado, equipamentos e meios de transporte para visitas à rede escolar, com vistas ao bom desempenho de suas funções;
- 18.16 Aperfeiçoar a ação do Conselho Escolar ou órgãos equivalentes, com base nos princípios democráticos, mediante:
- a) realização de Seminário anual para Conselho Escolar articulado com Associação de Pais e Professores (APPs) e Grêmios Estudantis e organizações afins;
 - b) realização de programa de formação continuada destinada aos membros das APPs, Conselhos Escolares e Grêmios Estudantis, visando

qualificá-los para atuação no âmbito da unidade escolar;

c) fomento à integração entre os Conselhos Escolares em nível municipal;

18.17 Consolidar comissão de acompanhamento do Plano de Ações Articuladas (PAR), para monitorar e dar visibilidade às ações planejadas para o município;

18.18 Aprimorar mecanismos utilizados pela sociedade, pelos Conselhos Escolares e APPs para acompanhar, fiscalizar e avaliar os gastos com educação, viabilizando ou promovendo ampla divulgação do orçamento público, efetiva transparência nas rubricas orçamentárias e o estabelecimento de ações de controle e articulação entre os órgãos responsáveis, assegurando-lhes o gerenciamento e fiscalização dos recursos públicos destinados às escolas;

18.19 Implantar avaliação institucional com a participação efetiva da comunidade escolar, incorporando os resultados no Plano de Desenvolvimento da Escola (PDE), no PPP e no Plano de Gestão, visando garantir a execução das metas e objetivos estabelecidos nestes;

18.20 Consolidar critérios técnicos transparentes para o provimento dos cargos comissionados, objetivando chegar ao mínimo necessário e que estes sejam ocupados por profissionais habilitados;

18.21 Utilizar amplamente os veículos de comunicação de massa, objetivando a participação da sociedade na definição das prioridades educacionais e na divulgação das experiências emancipadoras de participação, em âmbito municipal;

18.22 Assegurar a participação de professores, servidores e estudantes no processo de escolha de gestores das instituições de ensino superior;

18.23 Favorecer processos de autonomia pedagógica, administrativa e de gestão financeira aos estabelecimentos de ensino, na forma da lei;

18.24 Aderir aos programas do MEC, de formação de diretores e gestores escolares, bem como aplicação de prova nacional específica, a fim de subsidiar a definição de critérios objetivos para o provimento dos cargos;

18.25 Garantir a implantação, implementação, acompanhamento e avaliação, a cada dois anos, do PME de São Bento do Sul;

18.26 Garantir parceria entre Semed, Gered e outras Instituições Educacionais, públicas e privadas, para a implementação do PME de São Bento do Sul;

18.27 Assegurar a criação de projetos em parceria com a saúde e instituições que promovam assistência ao aluno;

18.28 Assegurar a reestruturação anual do PPP das unidades escolares;

18.29 Assegurar a atualização do Regimento Escolar das unidades escolares;

18.30 Assegurar oferta de cursos e ajuda de custo aos auxiliares de serviços gerais, como incentivo para buscarem formação, obtendo valorização depois da conclusão.

META 19 – FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO: Cooperar para ampliação do investimento público em educação pública, de forma a atingir, no mínimo, o patamar de 7% (sete por cento) do Produto Interno Bruto - PIB do País no 5º (quinto) ano de vigência desta Lei e, no mínimo, o equivalente a 10% (dez por cento) do PIB ao final do decênio, em regime de colaboração com a União e o Estado.

ESTRATÉGIAS

19.1 Garantir fontes de financiamento permanentes e sustentáveis para todos os níveis, etapas e modalidades da educação básica, observando-se as políticas de colaboração entre os entes federados, que tratam da capacidade de atendimento e do esforço fiscal de cada um deles, com vistas a atender suas demandas educacionais à luz do padrão de qualidade nacional, em especial as decorrentes do art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e do § 1º do art. 75 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996;

19.2 Cooperar, com a União, no aperfeiçoamento e ampliação dos mecanismos de acompanhamento da arrecadação da contribuição social do salário educação;

19.3 Otimizar a destinação de recursos à manutenção e o desenvolvimento do ensino, em acréscimo aos recursos vinculados nos termos do Art. 212, da Constituição Federal e garantir aplicação dos recursos destinados à manutenção, reforma e construção de escolas públicas com infraestrutura adequada às etapas e modalidades de ensino;

19.4 Aplicar, na forma de lei específica, a parcela da participação no resultado ou da compensação financeira pela exploração de petróleo e gás natural e outros recursos, com a finalidade de cumprimento da meta prevista no Inciso VI, do caput do Art. 214, da Constituição Federal;

19.5 Fortalecer os mecanismos e os instrumentos que assegurem a transparência e o controle social na utilização dos recursos públicos aplicados em educação, especialmente a realização de audiências públicas, a criação de portais eletrônicos de transparência e a capacitação dos membros de Conselhos de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB, com a colaboração entre as Secretarias de Educação do Estado e dos Municípios, os Tribunais de Contas do Estado e dos Municípios e o Ministério Público, fortalecendo os conselhos de acompanhamento e fiscalização dos recursos da educação, nos termos do Parágrafo Único, do Art. 48, da Lei Complementar nº 101/2000, com a redação dada pela Lei Complementar nº 131/2009;

19.6 Desenvolver, com apoio da contabilidade geral da Prefeitura, estudos e acompanhamento regular dos investimentos e custos por estudante da educação, em todos os níveis, etapas e modalidades;

19.7 Adotar o Custo Aluno Qualidade (CAQ) como indicador prioritário para o financiamento da educação básica;

19.8 Acompanhar a regulamentação do § 4, do Art. 164, da Constituição Estadual, no prazo de 2 (dois) anos, de forma a estabelecer as normas de cooperação entre o Estado e o Município, sobre o equilíbrio na repartição das responsabilidades, dos recursos e efetivo cumprimento das funções redistributiva e supletiva da União no combate às desigualdades educacionais regionais, promovendo a adequação da legislação;

19.9 Acompanhar a elaboração da Lei de Responsabilidade Educacional, a ser amplamente discutida com os diversos setores da sociedade, com os gestores da educação e com a comunidade educacional, sendo agente de implementação;

19.10 Apoiar e defender a prorrogação do FUNDEB, que aprofunde o regime de colaboração e a participação financeira da União para garantir equalização de oportunidades educacionais e padrão de qualidade do ensino, nos termos do Art. 211, da Constituição Federal;

19.11 Definir critérios para distribuição dos recursos adicionais dirigidos à educação ao longo do decênio, que considerem a equalização das oportunidades educacionais, a vulnerabilidade socioeconômica e o compromisso técnico e de gestão do sistema de ensino, a serem pactuados na instância prevista no Art. 7º, da Lei nº 13.005/2014;

19.12 Buscar, junto à União, a complementação de recursos financeiros para o Município quando comprovadamente não atingir o valor do Custo Aluno Qualidade inicial (CAQi) e, posteriormente, do CAQ;

19.13 Estabelecer, garantir e efetivar a articulação entre as metas deste Plano e demais instrumentos orçamentários da União, do Estado e do Município e os respectivos: Plano Plurianual (PPA), Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA), em todos os

níveis, etapas e modalidades de ensino;

19.14 Cooperar na definição de recursos provenientes da receita estadual e municipal para o financiamento público permanente da educação profissional pública, com o objetivo de expandi-la;

19.15 Fortalecer os conselhos de acompanhamento e fiscalização dos recursos da educação;

19.16 Garantir a aplicação dos recursos financeiros que devem ser destinados à melhoria da qualidade e gratuidade do ensino, na formação e valorização do magistério, na organização escolar, prioritariamente, em escolas públicas;

19.17 Assegurar o aumento gradativo do repasse mínimo dos impostos arrecadados pelo município de 25% (vinte e cinco por cento) para 30% (trinta por cento) no que diz respeito à Manutenção e Desenvolvimento do ensino;

19.18 Implementar o aperfeiçoamento do regime de colaboração entre os sistemas de ensino;

19.19 Assegurar a implementação do repasse de recursos às APPs, incluindo valores específicos para a educação especial;

19.20 Garantir o cumprimento das orientações estabelecidas pelo PDE na destinação dos recursos da Rede Pública de Ensino;

19.21 Assegurar políticas e critérios de investimentos dos recursos federais, estaduais e municipais, de forma a reduzir as desigualdades dos sistemas de ensino e das escolas públicas;

19.22 Integrar as ações e recursos técnicos, administrativos e financeiros entre as diversas secretarias que compõem a administração municipal e atuam em áreas afins, para otimizar os recursos e investimentos na área educacional.

META 20 – APRIMORAMENTO DE AÇÕES: Garantir a continuidade dos programas, projetos e ações já existentes nas diferentes redes de educação básica e superior, que respeitem a diversidade de contextos e visem a melhoria da qualidade da educação no município.

ESTRATÉGIAS

20.1 Aprimorar ações de Educação Ambiental tendo em vista:

a) Assegurar a elaboração de projetos interdisciplinares de Educação Ambiental, que contemplem a execução de palestras, visitas a campo, experiências práticas, atividades lúdicas, apresentações artísticas em parceria entre escola, comunidade, órgãos públicos e privados, Organizações Não Governamentais (ONGs), objetivando a sensibilização dos alunos, dos pais e da comunidade sobre a importância da preservação do meio ambiente;

b) Garantir a promoção de uma Educação Ambiental crítica e emancipatória, com objetivo de sensibilizar quanto à necessidade da sustentabilidade ambiental para repensar as relações e o modo de vida humana no meio ambiente;

c) Assegurar maior divulgação por parte do município, dos resultados obtidos com os trabalhos desenvolvidos, referentes a preservação do meio ambiente, pelo Departamento do Meio Ambiente, empresas e instituições municipais;

d) Garantir a expansão e incentivo à separação seletiva dos resíduos;

e) Garantir o cumprimento da Lei da Política Nacional de Educação Ambiental (Lei nº. 9795/1999);

f) Garantir a participação da comunidade escolar nos projetos pedagógicos e nos planos de desenvolvimento institucionais, contemplando as Diretrizes da Educação Ambiental;

g) Garantir a capacitação e o aperfeiçoamento dos educadores na área de Educação Ambiental para o desenvolvimento de projetos interdisciplinares;

h) Assegurar a construção e adaptações das Unidades Escolares de forma a utilizar melhor os recursos naturais, como iluminação, água e localização das escolas para evitar ao máximo, os impactos ambientais;

i) Desenvolver plano de ação com ênfase nos eixos temáticos: horta escolar, plantio de árvores nativas, plantas medicinais e nutraceuticas, alimentação saudável, reciclagem, saneamento e sustentabilidade, em parceria com profissionais e/ou instituições especializadas;

20.2 Garantir ações que assegurem o cumprimento da Lei nº 3367 de 30 de abril de 2014, que institui o programa criança adoecida, por meio de:

a) projetos que estabeleçam parcerias com a Secretaria Municipal de Saúde (Semus), objetivando atendimento com profissionais de oftalmologia, odontologia, psicologia, neurologia, terapia ocupacional, fisioterapia e fonoaudiologia para o município;

b) condições técnicas e humanas para o atendimento pedagógico no ambiente hospitalar e domiciliar;

c) construção e melhorias do espaço físico para atendimento, no hospital/clínicas, aos educandos hospitalizados, em parceria com órgãos competentes;

d) criação/acompanhamento de Programa de Atendimento Voluntário na Educação Hospitalar, bem como definição dos critérios de participação;

e) promoção de atividades que aproximem as famílias da escola, no sentido de estimular a corresponsabilidade familiar no processo de aprendizagem do educando hospitalizado e em convalescença domiciliar;

f) da garantia de continuidade do processo de ensino-aprendizagem aos educandos em fase de internação hospitalar e convalescença;

g) de programas de formação continuada focado em ações educativas nas temáticas transversais: sexualidade, drogas lícitas e ilícitas, alimentação saudável, primeiros socorros;

20.3 Aprimorar ações em consonância com as equipes responsáveis pelos recursos tecnológicos, promovendo:

a) o uso pedagógico das mídias no processo de ensino-aprendizagem, enfatizando a importância de o educador conhecer e se apropriar dos recursos tecnológicos;

b) o oferecimento de programas que objetivem a inclusão e a educação digital;

c) a adesão aos programas oferecidos pelo Governo Federal, voltados às Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC), a exemplo do Proinfo;

d) a democratização do acesso e o uso da informação e comunicação;

e) a garantia da disponibilização de profissionais capacitados para orientação e suporte às escolas da rede pública;

f) a manutenção periódica das salas informatizadas e demais tecnologias digitais nas unidades escolares, bem como a ampliação de acordo com o número de alunos;

g) salas de aula equipadas com recursos multimídias, objetivando a melhoria da qualidade do ensino no município;

h) a utilização de diários eletrônicos nas escolas;

i) a contratação de instrutores de informática, com formação inicial e continuada, na área de atuação;

j) a disponibilidade e aumento da capacidade da internet para bom funcionamento em todas as escolas do município;

k) a permanência das aulas de informática, em caráter extracurricular, como uma forma de educação digital;

- l) ações que orientem os pais/responsáveis sobre o uso consciente das tecnologias;
m) o uso de dispositivos móveis para fins pedagógicos.

LISTA DE SIGLAS

ACISBS: Associação Comercial e Industrial
ACT: Admitidos em Caráter Temporários
AEE: Atendimento Educacional Especializado
APOIA: Programa de Combate à Evasão Escolar
APP: Associação de Pais e Professores
CAE: Conselho de Alimentação Escolar
Capes: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CAQ: Custo Aluno Qualidade
CDL: Câmara dos Dirigentes Lojistas
EaD: Educação à Distância
ECA: Estatuto da Criança e do Adolescente
EJA: Educação de Jovens e Adultos
ENEM: Exame Nacional do Ensino Médio
EPI: Equipamento de Proteção Individual
Fies: Fundo de Financiamento Estudantil
FUNDEB: Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação
Gered: Gerência de Educação
ICT: Instituição Científica e Tecnológica
IDEB: Índice de Desenvolvimento de Educação Básica
IDH: Índice de Desenvolvimento Humano
IDI: Índice de Desenvolvimento Infantil
IES: Instituições de Ensino Superior
LDO: Lei de Diretrizes Orçamentárias
Libras: Língua Brasileira de Sinais
LOA: Lei Orçamentária Anual
MEC: Ministério de Educação
ONG: Organização Não Governamental
PAR: Plano de Ações Articuladas
PDE: Plano de Desenvolvimento da Escola
PME: Plano Municipal de Educação
PIB: Produto Interno Bruto
PISA: Programa Internacional de Avaliação de Estudantes
PNAE: Programa Nacional de Assistência ao Estudante
PNLL: Plano Nacional do Livro e da Leitura
PNOA: Programa de Novas Oportunidades de Aprendizagem
PPA: Plano Plurianual
PPP: Projeto Político Pedagógico
Proeja: Programa Nacional de Integração de Educação Básica à Educação Profissional
SAEB: Sistema de Avaliação da Educação Básica
SEA: Sistema de Escrita Alfabética
Semed: Secretaria Municipal de Educação
Semus: Secretaria Municipal de Saúde
SINAES: Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior
Sine: Sistema Nacional de Emprego
TDIC: Tecnologia de Digital de Informação e Comunicação
TEA: Transtorno do Espectro Autista
UAB: Universidade Aberta do Brasil

REFERÊNCIAS

CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DE SANTA CATARINA -2012. Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina.

Decreto nº 6.949/2009 – Convenção Internacional sobre Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo.

Decreto nº 5.626 de 22 de dezembro de 2005 (LIBRAS).

Diretrizes Curriculares Municipais para a Educação Infantil.

Diretrizes Curriculares Municipais para a Educação Fundamental.

Diretrizes Curriculares Municipais para as oficinas Pedagógicas.

Lei complementar nº 170/1998/SC.

Lei nº 11.494/2007. FUNDEB.

Lei nº 8069/1990. Estatuto da Criança e do Adolescente.

Lei nº 3.367 de 30 de abril de 2014.

Lei nº 9.394/96. Diretrizes e Bases da Educação (LDB).

Lei nº 11.645 de 10 de março de 2011.

Lei nº 8.080/1990. Lei Orgânica de Saúde.

Lei nº 288/2001. Estatuto dos Servidores Públicos de São Bento do Sul.

Lei nº 945/2004. Plano de Carreira e Remuneração para o Magistério Público de São Bento do Sul.

Lei nº 2.893/11. Lei do Sistema Municipal de Ensino.

Lei nº 12.101/2009 - A certificação das entidades beneficentes.

Lei nº 10.260/2001 - FIES.

Lei nº 10.861/2004 - Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES.

Lei nº 11.738/2008 – Piso Salarial Profissional Nacional para profissionais do Magistério.

Ministério da Educação. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil.

Ministério da Educação. Diretrizes Curriculares Nacionais para Ensino Fundamental.

Ministério da Educação. Diretrizes Curriculares Nacionais para Ensino Médio.

Ministério da Educação. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos.

Plano Nacional de Educação. Lei nº 13.005/2014.

Plano Estadual de Educação – Versão Preliminar -2014.

Plano Municipal de Educação. Prefeitura de São Bento do Sul. Lei nº 2890 de 05 de outubro de 2011.

Plano Nacional do Livro e da Leitura. Decreto nº 7.559/2011.

Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. MEC/SEESP/2008.

Política Nacional de Educação Infantil.

Política Nacional de Educação Ambiental – Lei nº 9.795/99.

Política Nacional do Meio Ambiente – Lei nº 6.938/81.

Resolução CFN nº 465/2001 – nº de nutricionistas.

SENADO FEDERAL – CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. Brasília, 2013.

RESULTADO DE JULGAMENTO PREGÃO 147/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL

RESULTADO DE JULGAMENTO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 147/2015

A Secretaria de Administração torna público o Resultado da Licitação do EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 147/2015, tendo como objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS PARA MINISTRAR CURSOS DE CAPACITAÇÃO SOBRE O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA, NA MODALIDADE 100% PRESENCIAL E CURSO DE LIBRAS 100% PRESENCIAL. DE ACORDO COM O PROJETO DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA APROVADO PELA SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, MEDIANTE PROPOSTA Nº 37602/2014 E CONVÊNIO Nº 802633/14 - SDH/PR CONFORME CONVENIO E DESCRIÇÃO ANEXA. O qual a Comissão após analisarem detalhadamente as propostas julgaram vencedora a empresa: SÃO BRAZ EDUCACIONAL LTDA ME.

São Bento do Sul, 12 de junho de 2015.

ALCIONEI FRANÇA DA SILVA

Autoridade Competente - Secretário de Administração

IPRESBS**PORTARIA IPRESBS Nº 168/2015**

PORTARIA IPRESBS Nº. 168/2015

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul – IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006,

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar o AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, pelo período de 02/06/2015 a 10/07/2015, concedido ao servidor GEOLIVIO FERREIRA DE FRANÇA ocupante do cargo de provimento efetivo de Técnico de Segurança do Trabalho, lotado na Secretaria Municipal de Administração, através da Portaria IPRESBS nº. 039/2015, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 02/06/2015.

São Bento do Sul, 11/06/2015.

PAULO ROBERTO SCHEIDE

Diretor Presidente

PORTARIA IPRESBS Nº 169/2015

PORTARIA IPRESBS Nº. 169/2015

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul – IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006,

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar o AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, pelo período de 30/05/2015 a 15/07/2015, concedido a servidora TERESINHA CARVALHO ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Operações, lotada na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, através da Portaria IPRESBS nº. 143/2015, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 30/05/2015.

São Bento do Sul, 11/06/2015.

PAULO ROBERTO SCHEIDE

Diretor Presidente

PORTARIA IPRESBS Nº 170/2015

PORTARIA IPRESBS Nº. 170/2015

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul – IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006,

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar o AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, pelo período de 06/06/2015 a 03/07/2015, concedido a servidora REGINA MARIA DE SENA SANTANA ocupante do cargo de provimento efetivo de Professora Anos Finais, lotada na Secretaria

Municipal de Educação, através da Portaria IPRESBS nº. 130/2015, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 06/06/2015.

São Bento do Sul, 11/06/2015.

PAULO ROBERTO SCHEIDE

Diretor Presidente

PORTARIA IPRESBS Nº 171/2015

PORTARIA IPRESBS Nº 171/2015

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul – IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006.

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, nos períodos de 09/06/2015 a 20/07/2015, a servidora KELLY MYUCHA MOES MESSIAS ocupante do cargo de provimento efetivo de Professora Anos Finais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. O pagamento dos 15 (quinze) primeiros dias de afastamento, referente ao período 25/05/2015 a 08/06/2015 competem a Prefeitura.

3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 09/06/2015.

São Bento do Sul, 11/06/2015.

PAULO ROBERTO SCHEIDE

Diretor Presidente

PORTARIA IPRESBS Nº 172/2015

PORTARIA IPRESBS Nº. 172/2015

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul – IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006,

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar o AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, pelo período de 13/06/2015 a 16/10/2015, concedido ao servidor CELESTINO LUDWINSKI ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços, lotado na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, através da Portaria IPRESBS nº. 189/2014, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 13/06/2015.

São Bento do Sul, 11/06/2015.

PAULO ROBERTO SCHEIDE

Diretor Presidente

PORTARIA IPRESBS Nº 173/2015

PORTARIA IPRESBS Nº 173/2015

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul – IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006.

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, nos períodos de 23/06/2015 a 07/07/2015, a servidora SILMARA BELARMINO ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços, lotada na Secretaria Municipal de Educação, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. O pagamento dos 15 (quinze) primeiros dias de afastamento, referente ao período 08/06/2015 a 22/06/2015 competem a Prefeitura.

3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 23/06/2015.

São Bento do Sul, 12/06/2015.

PAULO ROBERTO SCHEIDE

Diretor Presidente

PORTARIA IPRESBS Nº 174/2015

PORTARIA IPRESBS Nº 174/2015

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul – IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006.

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, nos períodos de 16/06/2015 a 01/07/2015, a servidora TAILINE QUANDT ocupante do cargo de provimento efetivo de Atendente Educativo, lotada na Secretaria Municipal de Educação, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. O pagamento dos 15 (quinze) primeiros dias de afastamento, referente ao período 01/06/2015 a 15/06/2015 competem a Prefeitura.

3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 16/06/2015.

São Bento do Sul, 12/06/2015.

PAULO ROBERTO SCHEIDE

Diretor Presidente

PORTARIA IPRESBS Nº 175/2015

PORTARIA IPRESBS Nº. 175/2015

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul – IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006,

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar o AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, pelo período de 13/06/2015 a 18/09/2015, concedido a servidora ROSELI SOUZA XAVIER DA COSTA ocupante do cargo de

provimento efetivo de Auxiliar de Serviços, lotada na Secretaria Municipal de Educação, através da Portaria IPRESBS nº. 167/2014, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 13/06/2015.

São Bento do Sul, 12/06/2015.

PAULO ROBERTO SCHEIDE

Diretor Presidente

PORTARIA IPRESBS Nº 176/2015

PORTARIA IPRESBS Nº. 176/2015

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul – IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006,

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar o AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, pelo período de 13/06/2015 a 05/09/2015, concedido a servidora IVANILDE GROSSKOPF BASSANI ocupante do cargo de provimento efetivo de Instrutor de Recriação, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social, através da Portaria IPRESBS nº. 067/2015, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 13/06/2015.

São Bento do Sul, 12/06/2015.

PAULO ROBERTO SCHEIDE

Diretor Presidente

PORTARIA IPRESBS Nº 177/2015

PORTARIA IPRESBS Nº 177/2015

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul – IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006.

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, nos períodos de 09/06/2015 a 26/06/2015, a servidora ROSANGELA MARTINS DE OLIVEIRA MAFFIOLETTI, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços, lotada na Secretaria Municipal de Educação, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. O pagamento dos 15 (quinze) primeiros dias de afastamento, referente ao período 25/05/2015 a 08/06/2015 competem a Prefeitura.

3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 09/06/2015.

São Bento do Sul, 12/06/2015.

PAULO ROBERTO SCHEIDE

Diretor Presidente

PORTARIA IPRESBS Nº 178/2015

PORTARIA IPRESBS Nº 178/2015

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul – IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006.

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, nos períodos de 23/06/2015 a 26/10/2015, a servidora MARLETE TEIXEIRA DA SILVA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Operações, lotada na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. O pagamento dos 15 (quinze) primeiros dias de afastamento, referente ao período 08/06/2015 a 22/06/2015 competem a Prefeitura.

3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 23/06/2015.

São Bento do Sul, 12/06/2015.

PAULO ROBERTO SCHEIDE

Diretor Presidente

PORTARIA IPRESBS Nº 179/2015

PORTARIA IPRESBS Nº 179/2015

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul – IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006.

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, nos períodos de 11/06/2015 a 25/06/2015, a servidora LEILA REGINA APARECIDA BASTOS TISCHNER, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professora Anos Iniciais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. O pagamento dos 15 (quinze) primeiros dias de afastamento, referente ao período 27/05/2015 a 10/06/2015 competem a Prefeitura.

3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 11/06/2015.

São Bento do Sul, 12/06/2015.

PAULO ROBERTO SCHEIDE

Diretor Presidente

São Carlos

PREFEITURA

AVISO N.66/2015 - PREGÃO

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS
Processo Adm. Nº66/2015
Edital:PREGÃO PRESENCIAL- N.66/2015.
Tipo : Menor preço
Objeto:AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS -MANUT
PROGRAMA MERENDA ESCOLAR
Entrega dos Envelopes:08:00 horas -dia 02 de julho de 2015
Abertura dos Envelopes 08:00 horas- dia 02 de julho de 2015
O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: RUA DEMETRIO LORENZ, 747, nos dias úteis, das Segunda à Sexta, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:30 horas, ou pelo fone 014 493325 3000
SAO CARLOS, 18 de junho de 2015.
CLEOMAR WEBER KUHN
Prefeito Municipal

AVISO N.67/2015 - PREGÃO

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS
Processo Adm. Nº67/2015
Edital:PREGÃO PRESENCIAL- N.67/2015.
Tipo : Menor preço
Objeto:AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA P/EDUCAÇÃO
Entrega dos Envelopes:09:00 horas -dia 02 de julho de 2015
Abertura dos Envelopes 09:00 horas- dia 02 de julho de 2015
O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: RUA DEMETRIO LORENZ, 747, nos dias úteis, das Segunda à Sexta, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:30 horas, ou pelo fone 014 493325 3000
SAO CARLOS, 18 de junho de 2015.
CLEOMAR WEBER KUHN
Prefeito Municipal

EXTRATO TA LSW - CONT N.40/2014

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS
EXTRATO TERMO DE ADITIVO
Contrato Nº.:040/2014 – PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE PRAZO
Contratante.:PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS
Contratada.:LSW SERVIÇOS LTDA
Objeto :EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO COM PEDRAS IR-REGULARES
PROCESSO TOMADA DE PREÇOS P/OBRAS E SERVIÇOS ENG.
N.:087/2014
Vigência : 31.12.2015
SAO CARLOS, 17 DE JUNHO DE 2015
CLEOMAR WEBER KUHN
PREFEITO MUNICIPAL

RESUMO DE CONTRATO N.27-28-29-2015

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS
EXTRATO CONTRATUAL
Contrato Nº.:027/2015
Contratante.:PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS
Contratada.: TRANSPORTES COLETIVOS SÃO CARLOS LTDA
Objeto :PASSAGEM P/IDOSOS
Valor :R\$11.505,00
Vigência : 31.12.2015
Licitação :INEXIGIBILIDADE N.063/2015
SAO CARLOS, 17 de junho 2015
CLEOMAR WEBER KUHN
PREFEITO MUNICIPAL

EEstado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS
EXTRATO CONTRATUAL
Contrato Nº.:28/2015
Contratante.:PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS
Contratada.:TRANSPORTES A I R LTDA
Objeto :PASSAGEM P/IDOSOS
Valor :R\$10.555,00
Vigência : 31.12.2015
Licitação :INEXIGIBILIDADE N.064/2015
SAO CARLOS, 17 de junho de 2015
CLEOMAR WEBER KUHN
PREFEITO MUNICIPAL

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS
EXTRATO CONTRATUAL
Contrato Nº.:029/2015
Contratante.:PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS
Contratada.:SÃO CARLOS TUR VIAGEM E TURISMO LTDA
Objeto :PASSAGEM P/IDOSOS
Valor :R\$7.185,00(sete mil cento e oitenta e cinco reais)
Vigência : 31.12.2015
Licitação :INEXIGIBILIDADE N.65/2015
SAO CARLOS, 17 de junho de 2015
CLEOMAR WEBER KUHN
PREFEITO MUNICIPAL

São Joaquim

PREFEITURA

DECRETO Nº 189/2015

DECRET O Nº 189/2015

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

DECRETA:

Art. 1º - De acordo com o requerimento protocolado sob o nº 271/2015, de 12/06/2015; Fica TRANSFERIDO o funcionário; - VIRGILIO CARLOS LIRA DE BRITO, ocupante do Cargo de Técnico Administrativo, na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, para a partir desta data desempenhar suas funções na Secretaria Municipal de Controle Interno.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 15 de Junho de 2015.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

DECRETO Nº 191/2015

DECRET O Nº 191/2015

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º - Fica NOMEADO o senhor ULADIMIR DEMECIANO, para ocupar o Cargo Comissionado de Secretário Municipal da Fazenda, a referida nomeação é a conta do dia 01/06/2015.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, e os seus efeitos retroagem ao dia 01 de Junho de 2015, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 16 de Junho de 2015.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

DECRETO Nº 190/2015

DECRETO Nº 190/2015

"ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO CONFERIDAS, ART 5º DA LEI MUNICIPAL Nº 4.280/2014."

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito para a seguinte dotação orçamentária:

03 – PODER EXECUTIVO

03.10– SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO

(4)4.4.90.00.00.00.00.2.014–0024– Aplicações Diretas 5.100,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO

..... 5.100,00

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes do excesso de arrecadação verificado até esta data.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 16 de Junho de 2015.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

São José

PREFEITURA

ABERTURA DA TOMADA DE PREÇOS Nº 012/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

ABERTURA DA TOMADA DE PREÇOS Nº 012/2015 - Processo nº 207/2015. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EFETUAR OS PROCEDIMENTOS NECESSÁRIOS À REGULARIZAÇÃO, PERANTE O PROCESSO DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL; DA ATUAL ÁREA EM OPERAÇÃO E DA SUA FUTURA AMPLIAÇÃO A FIM DE AUMENTAR A SUA CAPACIDADE DE USO, COM O PROPÓSITO DE SERVIR DE LOCAL DE DESTINO E PROCESSAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS DA CONSTRUÇÃO CIVIL - RSCC QUE SÃO GERADOS NA SEDE DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ/SC. ENTREGA DOS ENVELOPES: Até as 14h00min do dia 07 de julho de 2015. ABERTURA DOS ENVELOPES: Às 14h30min do dia 07 de julho de 2015, no setor de Protocolo da Diretoria Geral de Compras do Município de São José, localizado na Av. Acioni Souza Filho, s/n, Praia Comprida, São José/SC, 3º andar. Retirada do edital no link: <http://wbc.pmsj.sc.gov.br/>. Maiores informações: Setor de Licitações, 3º andar das 13h00min às 18h00min. Fone: (48) 33810100.

ABERTURA DA TOMADA DE PREÇOS Nº 017/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

ABERTURA DA TOMADA DE PREÇOS Nº 017/2015 - Processo nº 236/2015. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA/ARQUITETURA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE ELABORAÇÃO DO PROJETO DE URBANIZAÇÃO, EQUIPAMENTOS URBANOS E TRAPICHES, NA PRAIA DE GUARAREMA (PONTA DE BAIXO), E ORLA FUNDOS DA CÂMARA DOS VEREADORES (CENTRO/SJ). ENTREGA DOS ENVELOPES: Até as 14h00min do dia 08 de julho de 2015. ABERTURA DOS ENVELOPES: Às 14h30min do dia 08 de julho de 2015, no setor de Protocolo da Diretoria Geral de Compras do Município de São José, localizado na Av. Acioni Souza Filho, s/n, Praia Comprida, São José/SC, 3º andar. Retirada do edital no link: <http://wbc.pmsj.sc.gov.br/>. Maiores informações: Setor de Licitações, 3º andar das 13h00min às 18h00min. Fone: (48) 33810100.

AUTO DE INFRAÇÃO E NOTIFICAÇÃO N. 2888

AUTO DE INFRAÇÃO E NOTIFICAÇÃO N. 2888

Considerando, que o Departamento de Fiscalização de Obras efetuou diligência ao local indicado, notificando o autuado a apresentar o projeto da obra aprovado em tempo hábil;

Considerando, que o autuado não apresentou o projeto da obra aprovado ao agente fiscal no prazo estipulado;

Considerando, que o autuado ignorou toda a recomendação do agente fiscal, dando continuidade a obra contestada;

Considerando, que a obra fora devidamente embargada pelo agente fiscal;

Considerando, que o agente fiscal detectou que o embargo administrativo fora desobedecido pelo autuado;

Considerando, que o agente fiscal efetuou 04 (quatro) visitas à residência do autuado, objetivando autuá-lo pela irregularidade da obra e desobediência ao embargo realizado;

Considerando, que o Departamento de Fiscalização, não obtendo êxito na autuação de infração e notificação na pessoa do autuado, recorreu a Carta Registrada (AR n. JH 66690597 5 BR), obtendo a informação que o autuado "mudou-se", em 07 de maio de 2015; e Considerando, que a mesma dificuldade de contato com o autuado foi observada pela Defesa Civil do Município, devidamente registrada na Ficha de Ocorrência n. 145/2015;

Destarte, reitera-se o auto de infração e notificação n. 2888, nos seguintes termos:

Aos 04 dias do mês de maio do ano de 2015, às 17h20 foi lavrado auto de infração e notificação para o Sr. César Derner Beckhauser, residente na Rua Domingos Caldas Barbosa, 1511, devido o mesmo ter infringido o art. 1.º, alíneas "c" e "h" da Lei n. 3123, de 10 de dezembro de 1997.

O infrator notificado terá um prazo de 15 (quinze) dias para efetuar o pagamento da multa de 12 (doze) URM ou no mesmo prazo ser apresentada defesa que tiver, como também regularizar a falta que originou a presente infração, sob pena de nova autuação e conseqüentemente aplicações das sanções previstas na lei, ou seja, inscrição em dívida ativa.

IDENTIFICAÇÃO DA OBRA OU SERVIÇO

Endereço: Rua Domingos Caldas Barbosa, 1511 – 88113.780 – bairro Areias, São José/SC.

Natureza: construção; acréscimo.

Ocupação: residencial

Área aproximada: 45m²

Observação da obra ou serviço: fez execução da obra sem a devida licença e desobediência ao embargo administrativo n. 3676, de 22 de abril de 2015.

Inscrição imobiliária n. 02.03.107.0062.001

Cláudio Darós
Fiscal de Obras

DECRETO Nº 4626/2015

DECRETO Nº 4626/2015

NOMEIA COMISSÃO PERMANENTE DE CADASTRO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.62, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º – Ficam nomeados para compor a Comissão Permanente de Cadastro deste Município, para o exercício de 2015, os seguintes servidores, todos efetivos, sob a presidência do primeiro:

I. IZAURO PINTO;

II. VERA SUELY DE ANDRADE;

III. PAULO DUTRA;

Parágrafo único - Como Membro Suplente, ELIZABETE HILLESHEIM DOS SANTOS, ocupante de cargo efetivo.

Art. 2º – Fica concedido à Comissão Permanente de Cadastro, poderes para receber documentos e examiná-los, bem como exercer todos os atos à Lei Licitatória, e que forem de competência da Comissão.

Art. 3º – Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, retroagindo seus efeitos a 02 de janeiro de 2015, ficando revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 18 de junho de 2015.

JOSÉ NATAL PEREIRA

Prefeito Municipal e.e.

RESULTADO DE HABILITAÇÃO NO CREDENCIAMENTO Nº 003/2013/SMS/PMSJ – SERVIÇO DE FISIOTERAPIA**RESULTADO DE HABILITAÇÃO NO CREDENCIAMENTO Nº 003/2013/SMS/PMSJ – SERVIÇO DE FISIOTERAPIA.**

A comissão de credenciamento vem pela presente publicação informar que a Clínica de Reabilitação Nossa Senhora Aparecida, inscrita no CNPJ sob o nº 81.571.473/0001-40, restou inabilitada no processo de Credenciamento de nº 003/2013, por não cumprimento ao que determina o inciso III, do art. 9º, da Lei 8666/93. Fica aberto o prazo de recurso, conforme preceitua o art. 109, letra a, da Lei 8666/93 e alterações. Local e data: São José(SC), 18 de junho de 2015.

Claudete Cazonatti

Presidente da Comissão de Contratualização - Secretaria Municipal de Saúde

RESULTADO DE HABILITAÇÃO NO CREDENCIAMENTO Nº 006/2012/SMS/PMSJ – SERVIÇO DE DIAGNÓSTICO POR RADIOLOGIA.

A comissão de credenciamento vem pela presente publicação informar que a Empresa Radiologia Continente Eireli ME, inscrita no CNPJ sob o nº 18.427.084/0001-00, restou inabilitada no processo de Credenciamento de nº 006/2012, por ter descumprido o item 4, que trata das condições de participação, letra b, do Edital. Fica aberto o prazo de recurso, conforme preceitua o art. 109, letra a, da Lei 8666/93 e alterações. Local e data: São José(SC), 18 de junho de 2015.

Claudete Cazonatti

Presidente da Comissão de Contratualização - Secretaria Municipal de Saúde

CÂMARA MUNICIPAL**PORTARIA N.137 DE 2015**

PORTARIA Nº 137/2015

O Presidente da Câmara Municipal de São José, no uso de suas atribuições legais, previstas no regimento interno.

RESOLVE:

I – Fica revogada a Portaria nº 123/2015, publicada em 03/06/2015, que exonerou o servidor GILMAR BRITO.

II – Ficam restituídos, para todas as finalidades legais, os efeitos da portaria nº 059/2015.

III – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

IV - Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Câmara Municipal de São José, 18 de junho de 2015.

ORVINO COELHO DE ÁVILA

PRESIDENTE

Registrada em ____/____/____

Publicada em ____/____/____

São Lourenço do Oeste

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 014/2015 - SRP - PR Nº 012/2015 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE – SC

AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE–SC – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, ATRAVÉS DO SR. GESTOR, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará Sessão de Licitação no dia 02/07/2015, às 08:30 horas, no Centro Administrativo no endereço, Rua Duque de Caxias, 789, conforme especificado no PROCESSO LICITATÓRIO Nº 014/2015, MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 012/2015, SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, OBJETO: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA DISTRIBUIÇÃO AOS USUARIOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE, UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE E POLICLINICA MUNICIPAL DE SAÚDE. Informações e/ou cópia da íntegra deste Edital: fone (49) 3344-8500 – ramais 8564/8588. Site www.saolourenco.sc.gov.br.

GERALDINO CARDOSO

PREFEITO MUNICIPAL

GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

São Miguel do Oeste

PREFEITURA

DECRETO Nº 8.355/2015, REVOGA DECRETO Nº 8.320/2015 - 1º FICA APROVADO O DESDOBRAMENTO, DO LOTE URBANO Nº16 COM A ÁREA TOTAL DE 600,00 M2, SITUADO NO LOTEAMENTO RENÚNCIO PELEGRINI, NA CIDADE DE SÃO MIGUEL DO OESTE - SC, DE PROPRIEDADE DE DOMINGOS TOFFOLO,
DECRETO Nº 8.355/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o inciso VI, do art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990,

DECRETA:

Art. 1º Fica aprovado o Desdobramento, do Lote urbano nº16 com a área total de 600,00 m2, situado no Loteamento Renúncio Pelegrini, na cidade de São Miguel do Oeste - SC, de propriedade de DOMINGOS TOFFOLO, Inscrito na matrícula nº 3.597, passam a ter as seguintes confrontações:

Desdobramento:

Lote Urbano n.16-B, com área de 300 m², sendo, área edificável de 225,00m² e área não edificável de 75,00m², confrontando: Ao noroeste: com a Rua Osvaldo Aranha por linha seca de 3 metros, ao nordeste: com o lote urbano n. 17, por linha seca de 40,00 metros, Ao Sudeste: com parte do lote urbano n. 13, por linha seca de 15,00 metros, Ao Sudoeste: com parte do lote urbano n. 15, por linha seca de 15,00 metros, Novamente ao noroeste: com lote urbano n. 16-A, por linha seca de 12,00 metros, Novamente ao sudoeste: com lote urbano n. 16-A, por linha seca de 25,00 metros.

REMANESCENTE

Lote Urbano n. 16-A com área de 300,00 m², confrontando: Ao Noroeste: com a Rua Osvaldo Aranha, por linha seca de 12,00 metros. Ao nordeste: com lote urbano n. 16- B, por linha seca de 25,00 metros. Ao sudeste: com lote urbano n. 16-B, por linha seca de 12,00 metros. Ao Sudoeste: com lote urbano n. 15, por linha seca de 25,00 metros.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se em especial o Decreto nº 8.320 de 07 de maio de 2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE- SC.

Em, 15 de junho de 2015.

JOÃO CARLOS VALAR

Prefeito Municipal

PEDRO JOSÉ DE CONTO

Secretário da Fazenda e Administração

Este Decreto foi publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

ELIANE TEIXEIRA DA ROSA

Técnico Administrativo

São Pedro de Alcântara

PREFEITURA

AVISO DE SUSPENSÃO DE SESSÃO- TOMADA DE PREÇOS 47.2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 – Fone: 48-32770122 – R-202

www.pmspa.sc.gov.br – licitacoes@pmspa.sc.gov.br

AVISO DE SUSPENSÃO DE SESSÃO

Tomada de Preços n.º 47/2015, que tem como objeto A drenagem e pavimentação da Rua Frei Ático no bairro de Santa Tereza, neste município, conforme memorial descritivo, orçamento e projetos dispostos no Anexo I deste Edital.

CONSIDERANDO o poder discricionário que é o poder concedido, explícita ou implicitamente, à administração para a prática de determinado ato com liberdade de escolha da sua conveniência ou oportunidade públicas;

RESOLVE o PREFEITO MUNICIPAL, SUSPENDER a sessão pública de licitação que se realizaria no dia 22 de junho de 2015, às 09:00 horas.

A nova data da sessão pública para recebimento da documentação de habilitação e a proposta de preços será oportunamente divulgada.

Publique-se; registre-se; cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 17 de junho de 2015.

MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

Schroeder

PREFEITURA

CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO Nº. 004/2014-SECEL/PMS

Convocação Processo Seletivo nº. 004/2014-SECEL/PMS

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR a Sra. DIOGO LUIS LOMBARDI, inscrita no CPF sob nº. 039.003.329-40, aprovada em 3º lugar no Processo Seletivo nº. 004/2014-SECEL/PMS, para o cargo de PROFESSOR B – ED. FÍSICA, para assumir o respectivo cargo.

A convocada deve comparecer a Prefeitura Municipal de Schroeder, no Setor de Recursos Humanos (47 3374-6509), até as 17:00h do dia 30 de junho de 2015, na Rua Marechal Castelo Branco, 3201, Centro, Schroeder, a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, sob pena de reclassificação, conforme preveem os itens 15.1 e 15.2, passando a ocupar o último lugar da listagem de classificação para uma eventual 2ª chamada.

Schroeder (SC), 18 de junho de 2015.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Maykel Roberto Laube
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO Nº. 004/2014-SECEL/PMS

Convocação Processo Seletivo nº. 004/2014-SECEL/PMS

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR a Sra. VANESSA APARECIDA PRESTES, inscrita no CPF sob nº. 320.952.578-12, aprovada em 5º lugar no Processo Seletivo nº. 004/2014-SECEL/PMS, para o cargo de AUX. DE SERVIÇOS GERAIS I, para assumir o respectivo cargo.

A convocada deve comparecer a Prefeitura Municipal de Schroeder, no Setor de Recursos Humanos (47 3374-6509), até as 17:00h do dia 30 de junho de 2015, na Rua Marechal Castelo Branco, 3201, Centro, Schroeder, a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, sob pena de reclassificação, conforme preveem os itens 15.1 e 15.2, passando a ocupar o último lugar da listagem de classificação para uma eventual 2ª chamada.

Schroeder (SC), 18 de junho de 2015.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Maykel Roberto Laube
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

EXTRATO DO CONTRATO Nº. 66/2015 - FMS

CONTRATO

Contrato nº. 66/2015 - FMS

Processo de licitação nº. 41/2015 - FMS

Modalidade Pregão Presencial Registro de Preço nº. 19/2015 – FMS

Termo de contrato que entre si celebram o Município de Schroeder/SC, e a empresa MARCENARIA E ESTRUTURAS METÁLICAS RIEGER LTDA., visando a aquisição e instalação de plataforma elevatória de carga veicular para vans, para portadores de deficiência física, a ser instalada na parte trazeira do veículo, com comando através de botoeira ou controle remoto, com acionamento eletro-hidráulico. Capacidade de carga de 150 a 400kg, elevação de 12 VDC, com moto bomba inclusa, possuindo uma área plana de 1000mm de comprimento. O modelo de veículo a ser adaptado é I/M BENS 313 CDI Sprinter, ano 2005, modelo 2006 da Secretaria de Saúde do Município de Schroeder/SC.

Pelo presente instrumento contratual que firmam o MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, Município de Schroeder, Estado de Santa Catarina, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, o Senhor Osvaldo Jurck, no uso da atribuição que lhe confere poderes, e do outro lado, a empresa MARCENARIA E ESTRUTURAS METÁLICAS RIEGER LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº 07.582.520/0001-07, estabelecida na Rua Eugenio Albrecht, nº 493, Centro, na cidade de Schroeder, Estado de Santa Catarina, CEP: 89275-000, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, neste ato representada pelo Senhor Luiz Carlos Rieger, inscrito no CPF sob o nº 902.818.969-68, resolvem celebrar o presente contrato, decorrente do processo de licitação, modalidade Pregão Presencial no 19/2015-FMS, regido pela Lei

Federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei Federal nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores, e mediante cláusulas e condições a seguir enunciadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO DO CONTRATO, E DESCRIÇÃO:

1.1 Constitui o objeto do presente contrato a aquisição e instalação de plataforma elevatória de carga veicular para vans, para portadores de deficiência física, a ser instalada na parte trazeira do veículo, com comando através de botoeira ou controle remoto, com acionamento eletro-hidráulico. Capacidade de carga de 150 a 400kg, elevação de 12 VDC, com moto bomba inclusa, possuindo uma área plana de 1000mm de comprimento. O modelo de veículo a ser adaptado é I/M BENS 313 CDI Sprinter, ano 2005, modelo 2006 da Secretaria de Saúde do Município de Schroeder/SC, conforme ANEXO IX - Termo de Referência do instrumento, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse:

ITEM	DESCRIÇÕES	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
01	Aquisição e instalação de plataforma elevatória de carga veicular para vans, para portadores de deficiência física, a ser instalada na parte trazeira do veículo, com comando através de botoeira ou controle remoto, com acionamento eletro-hidráulico. Capacidade de carga de 150 a 400 kg, elevação de 12 VDC, com moto bomba inclusa, possuindo uma área plana de 1000mm de comprimento. O modelo de veículo a ser adaptado é I/M BENS 313 CDI Sprinter, ano 2005, modelo 2006.	1	Unidade	17.500,00	17.500,00
TOTAL R\$	17.500,00				

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PRAZO DE ENTREGA E DO LOCAL:

2.1 A CONTRATADA compromete-se, com relação ao disposto na cláusula primeira, Entregar/instalar o objeto licitado, rigorosamente dentro do prazo de no máximo 45 (quarenta e cinco) dias consecutivos, após solicitação através de ordem de compra, com Lilian Tietz, na Secretaria de Saúde e Assistência Social, localizada na Rua Paulo Jahn, nº 147, centro no município de Schroeder, devendo ser expedida a nota fiscal;

CLÁUSULA TERCEIRA – DA DOCUMENTAÇÃO CONTRATUAL:

3.1. Fazem parte deste contrato, os seguintes documentos, cujo teor é de conhecimento das partes contratantes: Proposta da Contratada, Edital de Pregão Presencial no 19/2015-FMS, Homologação, além das normas e instruções legais vigentes no país, que lhe forem atinentes.

CLÁUSULA QUARTA – DO VALOR DO CONTRATO:

4.1. O preço do contrato tem como certo e ajustado o valor Total da proposta de R\$ 17.500,00 (dezessete mil e quinhentos reais), correspondente ao objeto total descrito e caracterizado na cláusula primeira do presente instrumento.

CLÁUSULA QUINTA – DO PAGAMENTO:

5.1. O pagamento será efetuado através da Secretaria Municipal de Planejamento, Gestão e Finanças da Prefeitura Municipal de Schroeder, a crédito do beneficiário no prazo de até 15 (quinze) dias corridos da data de aceitação do bem, pela CONTRATANTE, acompanhado dos documentos fiscais.

5.1.1 - Em caso de devolução de documentação fiscal para correção, o prazo para pagamento fluirá a partir de sua reapresentação.

5.1.2 O pagamento será efetuado na conta bancária especificada pela licitante na proposta comercial, que deverá ser expressa no corpo da nota fiscal ou outro documento anexo a esta.

CLÁUSULA SEXTA – DAS DESPESAS E RECURSOS:

6.1. Os recursos orçamentários destinados ao objeto em questão, provirão da dotação orçamentária de 2015, fonte 49 - 4.4.90.52.57.00.00.00.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS MULTAS E PENALIDADES:

7.1. Pelo não cumprimento das condições estabelecidas no presente contrato, a Contratada fica sujeita, a critério da Administração e, garantida a defesa prévia, às penalidades previstas no art. 87, incisos e parágrafos, da Lei Federal nº. 8.666/93.

Parágrafo primeiro - Pela falta injustificada do fornecimento do objeto, ficará a Contratada sujeita a multa de 1% (um por cento) ao dia sobre o valor total da obrigação.

Parágrafo segundo - Se a falta do objeto for superior a 10 (dez) dias, a multa será em dobro.

Parágrafo terceiro - Após o 10º (décimo) dia de inadimplência, a administração terá direito a recusar a execução da contratação, de acordo com sua conveniência e oportunidade, comunicando à adjudicatária a perda de interesse no recebimento da nota fiscal/fatura para pagamento do objeto deste edital, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas neste instrumento.

Parágrafo quarto - Pela inexecução total ou parcial do contrato, Administração poderá, garantida defesa prévia, aplicar à Contratada as sanções previstas nos incisos I, III e IV do artigo 87 da Lei Federal que rege este instrumento e multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total contratado.

Parágrafo quinto - Ocorrendo multas, estas são autônomas e a aplicação de uma não exclui a outra.

Parágrafo sexto - A aplicação da multa fica condicionada à prévia defesa da Contratada, que deverá ser apresentada no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados da respectiva notificação.

CLÁUSULA OITAVA – DA FORÇA MAIOR:

8.1. No caso de impossibilidade de cumprimento por parte da CONTRATADA do previsto neste contrato, devido à força maior, conforme definido legalmente, for temporariamente impedida de cumprir total ou parcialmente suas obrigações, deverá comunicar o fato ao CONTRATANTE e ratificar por escrito em até 05 (cinco) dias essa comunicação, descrevendo as ocorrências.

Parágrafo primeiro - As obrigações contratuais da CONTRATADA serão suspensas enquanto perdurar a situação.

Parágrafo segundo - O CONTRATANTE e a CONTRATADA, reciprocamente não serão responsáveis, por atrasos de qualquer natureza, causados por motivos de força maior.

CLÁUSULA NONA – DA RESCISÃO:

9.1. A rescisão contratual poderá ser:

- 9.1.1 - Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores;
- 9.1.2 - A inexecução total ou parcial do presente enseja sua rescisão pela Administração, com as consequências previstas nos itens de penalidades deste Edital;
- 9.1.3 - Amigável, por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, reduzida a termo no processo licitatório, desde que haja conveniência da Administração;
- 9.1.4 - Em caso de rescisão prevista nos incisos XII a XVII do artigo 78 da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores, sem que haja culpa da proponente vencedora, será esta ressarcida dos prejuízos regulamentares comprovados, quando os houver sofrido.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA EMPRESA VENCEDORA:**10.1. A empresa vencedora obriga-se a:**

- 10.1.1 - aceitar acréscimos ou supressões que o MUNICÍPIO solicitar, até o limite permitido pelo parágrafo 1º do artigo 65 da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores;
- 10.1.2- Responder por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação principalmente fiscal, social e tributária, bem como pelos danos e prejuízos que a qualquer título causar à Prefeitura Municipal de Schroeder e/ou a terceiros, em decorrência do objeto desta licitação, respondendo por si e seus sucessores.
- 10.1.3 – Entregar/instalar o objeto licitado, rigorosamente dentro do prazo de no máximo 45 (quarenta e cinco) dias consecutivos, após solicitação através de ordem de compra, com Lilian Tietz, na Secretaria de Saúde e Assistência Social, localizada na Rua Paulo Jahn, nº 147, centro no município de Schroeder, devendo ser expedida a nota fiscal;
- 10.1.4- Reparar, corrigir, remover ou substituir às suas expensas, no todo ou em parte, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer material (is) em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da fabricação, sem acarretar ônus para a CONTRATANTE;
- 10.1.5 - Será recusado o material, imprestável, defeituoso, que não atender as especificações constantes neste edital e/ou que não estejam adequados para o uso;
- 10.1.6 - Arcar com quaisquer despesas com frete para transporte do objeto licitado até o endereço da CONTRATANTE;
- 10.1.7 – Os materiais entregues com características diferentes da especificação técnica, ou em excesso ao encomendado, serão devolvidos, correndo os tributos, fretes e demais despesas decorrentes da devolução por conta da fornecedora.
- 10.1.8 - Não transferir, total ou parcialmente, o objeto desta licitação, sem a autorização expressa pela administração;
- 10.1.9 - Durante toda a execução do contrato, a empresa será responsável pelas manutenções preventivas e corretivas do sistema, incluindo-se avarias advindas de caso fortuito, imprevistos e/ou força maior.
- 10.1.10 – A empresa vencedora deverá entregar o objeto licitado rigorosamente de acordo com o Anexo X –Termo Referência.
- 10.1.11 - Manter durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação exigidas na licitação;

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO:

- 11.1. Reservar-se do direito de rejeitar as propostas que julgar contrárias aos seus interesses, anular ou revogar em todo ou em parte a presente licitação.
- 11.2. Efetuar os pagamentos de acordo com o especificado na cláusula “5” deste Contrato.
- 11.3. Exigir que a CONTRATADA cumpra com o exposto neste Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

- 12.1. Este contrato e o Edital de Pregão Presencial nº. 19/2015-FMS e seus anexos são complementares entre si; qualquer detalhe mencionado num e omitido no outro será considerado especificado e válido.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO:

- 13.1. As partes contratantes elegem o Foro da Comarca de Guaramirim, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir questões resultantes da ou relativas à aplicação deste Contrato ou execução do ajuste, não resolvidos na esfera administrativa.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA VIGÊNCIA:

- 14.1. O objeto do presente contrato tem vigência até 31 de dezembro de 2015, a contar da assinatura do termo contratual.

E, por estarem acordes, declaram as partes aceitarem todas as disposições estabelecidas nas cláusulas do presente CONTRATO, bem como observar fielmente outras disposições legais e regulamentares pertinentes, firmando-o em 02 (duas) vias de igual teor e forma

Schroeder (SC), 18 de junho de 2015.

CONTRATADA:

MARCENARIA E ESTRUTURAS METÁLICAS RIEGER LTDA.

Luiz Carlos Rieger

CPF nº 902.818.969-68

CONTRATANTE:

MUNICÍPIO DE SCHROEDER

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

T E S T E M U N H A S:

1ª

Nome: Daniela Samulescki

CPF nº. 053.350.739-18

2ª

Nome: Ivandra de Souza

CPF nº. 047.563.299-00

PORTARIA Nº 6.094/2015, DE 17 DE JUNHO DE 2015.
PORTARIA Nº 6.094/2015, DE 17 DE JUNHO DE 2015.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

Considerando o pedido de demissão da servidora Sra. Odete Aparecida Silveira em 09 de junho de 2015;

Considerando a realização do Processo Seletivo nº. 004/2014-SE-CEL/PMS;

Considerando o Decreto nº. 3.172/2014, de 24 de novembro de 2014, que homologa a lista dos classificados no referido Processo Seletivo;

RESOLVE:

Art. 1º ADMITIR, a Sra. Ireni Gomes da Silva para exercer o cargo de Servente, percebendo o nível salarial nº 07 (Administração), conforme tabela salarial da Lei Complementar nº 004/1998, de 19/05/1998, e alterações, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, em virtude de sua aprovação no Processo Seletivo nº 004/2014/SECEL/PMS, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 17 de junho de 2015.
OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

MAYKEL ROBERTO LAUBE
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

PORTARIA Nº 6.095/2015, DE 17 DE JUNHO DE 2015
PORTARIA Nº 6.095/2015, de 17 de junho de 2015**REESTRUTURA O CONSELHO MUNICIPAL DE TRÂNSITO.**

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE :

Art. 1º Nomear os membros abaixo relacionados para comporem o Conselho Municipal de Trânsito, de acordo com Art. 2º, da Lei Municipal nº 1.659/2008, a saber:

I – MEMBRO PERMANENTE – SECRETÁRIO MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS:
· Rudibert Tank

II – REPRESENTANTE DA PREFEITURA MUNICIPAL:
· Milton Trapp Junior

III – REPRESENTANTES DOS CENTROS DE FORMAÇÃO DE

CONDUTORES:

· Cleiton Nelso Custódio
· Ezequiel Rodrigo do Nascimento

IV – REPRESENTANTES DA ASSOCIAÇÃO EMPRESARIAL DE SCHROEDER - ACIAS:

· Jonas Romeo Pasold
· Leandro Bauer

V – REPRESENTANTES DA POLÍCIA MILITAR:

· Adenilson Petry
· Sívio Lemes Padilha

VI – REPRESENTANTE DA POLÍCIA CIVIL:

· Luiz Carlos Leite Soares Junior

VII – REPRESENTANTE DOS PERMISSIONÁRIOS DOS SERVIÇOS DE TÁXI:

· Marino Manske

VIII – REPRESENTANTE DA CONCESSIONÁRIA DO TRANSPORTE COLETIVO NO MUNICÍPIO:

· Sívio Zem

IX – REPRESENTANTE DAS ASSOCIAÇÕES DE MORADORES:

· Giovane Fodi

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/6/2008.

PUBLIQUE-SE, COMUNIQUE-SE E CUMpra-SE.

Schroeder, 17 de junho de 2015.
OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

PORTARIA Nº 6.096/2015, DE 18 DE JUNHO DE 2015.
PORTARIA Nº. 6.096/2015, DE 18 DE JUNHO DE 2015.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

Considerando a exoneração do cargo comissionado de Diretora de Unidade de Ensino, da servidora, Sra. Andréia Viana Bilck em 1º de junho de 2015;

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR, a servidora Sra. Amanda Risso dos Santos, para exercer o Cargo Comissionado de Diretora de Unidade de Ensino, percebendo nível salarial nº 002 – Comissionados, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 18 de junho de 2015.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

MAYKEL ROBERTO LAUBE

Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY

Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

PORTARIA Nº 6.097/2015, DE 18 DE JUNHO DE 2015.

PORTARIA Nº 6.097/2015, DE 18 DE JUNHO DE 2015.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º ACEITAR o pedido de demissão do contrato de trabalho por prazo determinado do servidor Sr. Adolfo Harmel Alves, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 18 de junho de 2015.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

MAYKEL ROBERTO LAUBE

Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY

Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

ATA CONCORRÊNCIA 02/2015-PMS (SEQUÊNCIA 02)

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE SCHROEDER CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC	CONCORRÊNCIA Nr.: 2/2015 - CC
	Processo Administrativo: Processo de Licitação: 87/2015 Data do Processo: 30/04/2015

Folha: 1/1

ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO**Número da ATA: 78/2015 (Sequência: 2)****OBJETO DA LICITAÇÃO:**

contratação de empresa especializada para execução (com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos necessários) de Projeto Espaço Educativo Urbano 12 salas de aula, sendo área total construída com 3.228,08m² no Município de Schroeder/SC, de acordo com o Termo de Compromisso PAR nº. 31365/2014, com o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, projetos, memoriais descritivos, planilhas de quantitativos e demais anexos que fazem parte integrante deste instrumento convocatório.

A comissão reuniu-se após recebimento de recurso impetrado por empresa participante do certame. Diante do recurso impetrado, cancela-se a abertura da proposta comercial marcada para dia 23 de junho de 2015, às 09h. Posteriormente, será enviada ata com nova data para continuação do certame. Encerra-se a sessão e pede-se para ser enviada cópia da ata às empresas participantes.

Schroeder, 18 de Junho de 2015

COMISSÃO:

Ivandra de Souza	- - Presidente da Comissão de Licitação
Gelson Stein	- - Membro
Andreia Nass Friedemann	- - Membro
Cezar Santos de Jesus	- - Membro
Daniela Samulescki	- - Secretária
Eloir José Wendt	- - Membro Suplente
Walter Egidio Mukai	- - Membro Suplente

Serra Alta

PREFEITURA

EXTRATO PREGÃO PRESENCIAL Nº 27/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SERRA ALTA

AVISO DE LICITAÇÃO:

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 27/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 27/2015 – SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS

Tipo: Menor Preço/Por item.

OBJETO: Aquisição de Placas de Sinalização de trânsito e Placas indicativas de Ruas, objetivando indicar, orientar e dar a localização aos condutores que trafegam pelo Município de Serra Alta, bem como tem a finalidade de sinalizar os locais onde não foram sinalizados, haja visto o crescimento da cidade com a implantação de novos loteamentos urbanos.

Entrega dos Envelopes: 08:30 horas do dia 03 de julho de 2015.

Abertura dos Envelopes: 09:00 horas do dia 03 de julho de 2015.

O Edital se encontra disponível na Prefeitura e no site <http://www.serraalta.sc.gov.br/>

ou maiores informações no seguinte endereço e horário: Av.Dom Pedro II, nº 830,

nos dias úteis, de Segunda à Sexta, das 07:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:30horas.

SERRA ALTA/SC, 19 de junho de 2015.

FRANCISCO ARTUR BOTH

PREFEITO MUNICIPAL

Siderópolis

PREFEITURA

28 2015 FMS DISPENSA AQUISIÇÃO DE SOROS

MUNICÍPIO DE SIDERÓPOLIS

Fundo Municipal de Saúde

DISPENSA DE LICITAÇÃO FMS Nº. 04/2015

PROCESSO FMS 28/2015

O Município de Siderópolis, através da Comissão Permanente de Licitação, torna público que estará realizando Dispensa de licitação em conformidade com o art. 24, inciso IV da Lei 8.666/93 para:

OBJETO: Fornecimento de soros fisiológicos em caráter emergencial, até a conclusão do processo licitatório correspondente, em virtude da rescisão prematura do contrato com a vencedora da licitação.

Contratado: AMBROFARMA COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA ME

VALOR GLOBAL: até R\$ R\$ 11.969,60 (onze mil novecentos e sessenta e nove reais e sessenta centavos).

VIGÊNCIA: da assinatura do contrato até a finalização do processo licitatório correspondente.

Siderópolis, 18 de junho de 2015.

HÉLIO ROBERTO CESA.

Prefeito Municipal.

Sombrio

PREFEITURA

DECRETO Nº. 095/2015

DECRETO Nº 095, DE 01 DE JUNHO DE 2015.

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO FISCAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SOMBRIO – SC.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO, Senhor Zênio Cardoso, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Sombrio, de 06 de abril de 1990 e o artigo 6º, da Lei nº 2189 de 04 de Dezembro de 2014, (Lei Orçamentária)

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto ao orçamento fiscal da Prefeitura Municipal de Sombrio, crédito suplementar no valor de R\$ 3.596,19 (três mil, quinhentos e noventa e seis reais e dezenove centavos). nas seguintes dotações orçamentária:

08.01 - DIRETORIA DE AGRICULTURA E PESCA

1.028 - Aquisição de Máquinas e Implementos Agrícolas

4.4.90.00.00.00.00.0508 - Aplicações Diretas R\$ 42,51

4.4.90.00.00.00.00.3508 - Aplicações Diretas R\$ 3.553,68

Art. 2º - A abertura de crédito de que trata o art. 1º, correrá a conta do superávit financeiro da fonte 3508 e por conta do excesso da fonte 508.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Município de Sombrio – SC, 01 junho de 2015.

Zênio Cardoso

Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta secretaria em data supracitada

José Sidnei Januário

Secretário Municipal de Finanças, Administração e Planejamento

LEI Nº. 2219/2015

LEI Nº. 2219, DE 18 DE JUNHO DE 2015.

APROVA O PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO-SC, em exercício, Senhor Valmir Daminelli, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei.

Art. 1o Fica aprovado o Plano Municipal de Educação – PME, com vigência por 10 (dez) anos, a contar da publicação desta Lei, na forma dos Anexos I e II, com vistas ao cumprimento do disposto no art. 8º da Lei n. 13.005, de 25 de junho de 2014.

Art. 2o São diretrizes do PME:

I - erradicação do analfabetismo;

II - universalização do atendimento escolar;

III - superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação;

IV - melhoria da qualidade da educação;

V - formação para o trabalho e para a cidadania, com ênfase nos valores morais e éticos em que se fundamenta a sociedade;

VI - promoção do princípio da gestão democrática da educação pública;

VII - promoção humanística, científica, cultural e tecnológica do País;

VIII - estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do Produto Interno Bruto - PIB que assegure atendimento às necessidades de expansão, com padrão de qualidade e equidade;

IX - valorização dos (as) profissionais da educação;

X - promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental.

Art. 3o As metas previstas no Anexo I desta Lei serão cumpridas no prazo de vigência deste PME, desde que não haja prazo inferior definido para metas e estratégias específicas.

Art. 4o As metas previstas no Anexo I desta Lei deverão ter como referência o Anexo II – Diagnóstico elaborado pela Equipe Técnica com base nos dados divulgados por Órgãos Oficiais.

Art. 5o A execução do PME e o cumprimento de suas metas serão objeto de monitoramento contínuo e de avaliações periódicas realizados pelas seguintes instâncias:

I - Secretaria Municipal de Educação;

II - Comissão de Educação da Câmara de Vereadores;

III - Conselho Municipal de Educação – CME;

IV - Fórum Municipal de Educação;

§ 1º Compete, ainda, às instâncias referidas no caput:

I - divulgar os resultados do monitoramento e das avaliações nos respectivos sítios institucionais da internet;

II - analisar e propor políticas públicas para assegurar a implementação das estratégias e o cumprimento das metas;

III - analisar e propor a revisão do percentual de investimento público em educação.

§ 2º Ao longo do período de vigência deste PME, observar-se-ão os resultados dos estudos publicados a cada 2 (dois) anos pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP para aferir a evolução no cumprimento das metas estabelecidas no Anexo I.

§ 3º A meta progressiva do investimento público em educação será avaliada no quarto ano de vigência do PME e poderá ser ampliada por meio de lei para atender às necessidades financeiras do cumprimento das demais metas.

§ 4º O investimento público em educação a que se refere a meta IXX do Anexo I desta Lei engloba os recursos aplicados na forma do art. 212 da Constituição Federal, do art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, bem como do art. 213 da Constituição Federal.

§ 5º Será destinada à manutenção e ao desenvolvimento do ensino, em acréscimo aos recursos vinculados nos termos do art. 212 da Constituição Federal, além de outros recursos previstos em lei, a parcela da participação no resultado ou da compensação financeira pela exploração de petróleo e de gás natural, na forma de lei específica, com a finalidade de assegurar o cumprimento da meta prevista no inciso VI do art. 214 da Constituição Federal.

Art. 6º O Município promoverá a realização de pelo menos 2 (duas) conferências municipais de educação até o final do decênio, precedidas de amplo debate e coordenadas pelo Fórum Municipal de Educação.

§ 1º O Fórum Municipal de Educação, além da atribuição referida no caput:

I - acompanhará a execução do PME e o cumprimento de suas metas;

II - promoverá a articulação da conferência municipal com as conferências estadual e nacional de educação.

§ 2º As conferências municipais de educação realizar-se-ão com intervalo de até 4 (quatro) anos entre elas, com o objetivo de avaliar a execução do Plano Nacional de Educação – PNE, do Plano Estadual de Educação – PEE, bem como deste Plano Municipal e subsidiar a elaboração dos planos de educação para o decênio subsequente.

Art. 7º A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios atuarão em regime de colaboração visando ao alcance das metas e à implementação das estratégias objeto deste Plano, na forma da lei.

§ 1º Caberá aos gestores federais, estaduais, municipais e do Distrito Federal a adoção das medidas governamentais necessárias ao alcance das metas previstas neste PME.

§ 2º As estratégias definidas no Anexo I desta Lei não elidem a adoção de medidas adicionais em âmbito local ou de instrumentos jurídicos que formalizem a cooperação entre os entes federados, podendo ser complementadas por mecanismos nacionais e locais de coordenação e colaboração recíproca.

§ 3º O sistema de ensino municipal criará mecanismos para o acompanhamento local da consecução das metas do PME.

§ 4º Haverá regime de colaboração específico para a implementação de modalidades de educação escolar que necessitem considerar territórios étnico-educacionais e a utilização de estratégias que levem em conta as identidades e especificidades socioculturais e linguísticas de cada comunidade envolvida, assegurada a consulta prévia e informada a essa comunidade.

§ 5º O fortalecimento do regime de colaboração entre a União, o Estado e o Município incluirá a instituição de instâncias permanentes de negociação, cooperação e pactuação.

§ 6º O fortalecimento do regime de colaboração entre os Municípios dar-se-á, inclusive, mediante a adoção de arranjos de desenvolvimento da educação.

Art. 8º O Município, no prazo de 2 (dois) anos contados da publicação da Lei n. 13.005, de 25 de junho de 2014, deverá adequar a legislação local, disciplinando a gestão democrática da educação pública em conformidade com o disposto na referida Lei, bem como neste PME.

Art. 9º O plano plurianual, as diretrizes orçamentárias e o orçamento anual do Município serão formulados de maneira a assegurar a consignação de dotações orçamentárias compatíveis com as diretrizes, metas e estratégias deste PME, a fim de viabilizar sua plena execução.

Art. 10. O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica, coordenado pela União, constituirá fonte de informação para a avaliação da qualidade da educação básica e para a orientação das políticas públicas desse nível de ensino.

Art. 11. Até o final do primeiro semestre do nono ano de vigência deste PME, o Poder Executivo encaminhará à Câmara de Vereadores, sem prejuízo das prerrogativas deste Poder, o projeto de lei referente ao Plano Municipal de Educação a vigorar no período subsequente, que incluirá diagnóstico, diretrizes, metas e estratégias para o próximo decênio.

Art. 12. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Sombrio – SC, 18 de junho de 2015.

Valmir Daminelli

Prefeito Municipal e.e

Registrado e publicado nesta Secretaria em data supracitada

José Sidinei Januário

Secretário Municipal de Finanças, Administração e Planejamento

ANEXO I

Metas e Estratégias

Meta 1: Universalizar, até 2016, a educação infantil na pré-escola para as crianças de 04 (quatro) a 05 (cinco) anos de idade e ampliar a oferta de educação infantil em creches de forma a atender, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das crianças de até 03 (três) anos até o final da vigência deste Plano.

Estratégias:

- 1.1 Definir, em regime de colaboração entre a União, o Estado e os Municípios, metas de expansão das respectivas redes públicas de educação infantil segundo padrão nacional de qualidade, considerando as peculiaridades locais.
- 1.2 Garantir que, ao final da vigência deste Plano, a diferença entre as taxas de frequência à educação infantil das crianças de até 3 (três) anos oriundas do quinto de renda familiar per capita mais elevado e as do quinto de renda familiar per capita mais baixa, seja inferior a 10% (dez por cento).
- 1.3 Realizar, periodicamente, em regime de colaboração, levantamento da demanda por creche para a população de até 3 (três) anos de idade, como forma de planejar a oferta e verificar o atendimento da demanda manifesta no município.
- 1.4 Estabelecer, no primeiro ano de vigência do Plano, normas, procedimentos e prazos para definição de mecanismos de consulta pública da demanda das famílias por creches.
- 1.5 Manter e ampliar, em regime de colaboração, programa de construção e reestruturação de escolas, bem como de aquisição de equipamentos, visando à expansão e à melhoria da rede física de escolas públicas de educação infantil, respeitando, inclusive, as normas de acessibilidade.
- 1.6 Implantar, até o segundo ano de vigência do Plano, avaliação da educação infantil a ser realizada a cada 2 (dois) anos, com base em parâmetros nacionais de qualidade, a fim de aferir a infraestrutura física, o quadro de pessoal, as condições de gestão, os recursos pedagógicos, a situação de acessibilidade, entre outros indicadores relevantes.
- 1.7 Ampliar a oferta de matrículas gratuitas em creches, com a expansão da oferta na rede pública até 2016.
- 1.8 Promover a formação inicial e continuada dos/as profissionais da educação infantil, garantindo, progressivamente, o atendimento por profissionais com nível superior;
- 1.9 Fomentar o atendimento às populações do campo na educação infantil nas respectivas comunidades, por meio do redimensionamento da distribuição territorial da oferta, limitando a nucleação de escolas e o deslocamento de crianças, de forma a atender às especificidades dessas comunidades, garantido consulta prévia e informada.
- 1.10 Priorizar o acesso à educação infantil e fomentar a oferta do atendimento educacional especializado complementar e suplementar aos estudantes com deficiência, transtornos do espectro do autismo, transtorno do déficit de atenção com hiperatividade e altas habilidades/superdotação, cegos ou deficiência visual, assegurando a educação bilíngue para crianças surdas e a transversalidade da educação especial nessa etapa da educação básica.
- 1.11 Implementar, em caráter complementar, programas de orientação e apoio às famílias, por meio da articulação das áreas de educação, saúde e assistência social, com foco no desenvolvimento integral das crianças de até 3 (três) anos de idade.
- 1.12 Preservar as especificidades da educação infantil na organização das redes escolares, garantindo o atendimento da criança de 0 (zero) a 5 (cinco) anos em estabelecimentos que atendam a parâmetros nacionais de qualidade e a articulação com a etapa escolar seguinte, visando ao ingresso do(a) de 6 (seis) anos de idade no ensino fundamental.
- 1.13 Fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso e da permanência das crianças na educação infantil, em especial dos beneficiários de programas de transferência de renda, em colaboração com as famílias e com os órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância.
- 1.14 Promover a busca ativa de crianças em idade correspondente à educação infantil, em parceria com órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, preservando o direito de opção da família em relação às crianças de até 3 (três) anos de idade.
- 1.15 O Município, com a colaboração da União e do Estado, realizará e publicará, a cada ano, levantamento da demanda manifesta por educação infantil em creches e pré-escolas, como forma de planejar e verificar o atendimento.
- 1.16 Estimular o acesso à educação infantil em tempo integral, para todas as crianças de 0 (zero) a 5 (cinco) anos, conforme estabelecido nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil.
- 1.17 Implementar espaços lúdicos de interatividade considerando a diversidade étnica, de gênero e sociocultural, tais como: brinquedoteca, ludoteca, biblioteca infantil e parque infantil.
- 1.18 Avaliar e fazer cumprir até o 5º (quinto) ano de vigência desse Plano, o dispositivo da Resolução Municipal 007/2011 que trata do número de estudantes por turma.

Meta 2: Universalizar o ensino fundamental de 9 (nove) anos para toda a população de 6 (seis) a 14 (quatorze) anos de idade e garantir que pelo menos 95% (noventa e cinco por cento) dos estudantes concluam essa etapa na idade recomendada, até o último ano de vigência deste Plano.

Estratégias:

- 2.1 Pactuar entre a União, o Estado e os Municípios, no âmbito da instância permanente de que trata o § 5º do Art. 7º, da Lei no 13.005/2014, a implantação dos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento que configurarão a base nacional comum curricular do ensino fundamental.
- 2.2 Fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso, da permanência e do aproveitamento escolar dos beneficiários de programas de transferência de renda, bem como o controle das situações de discriminação, preconceito e violência na escola, visando ao estabelecimento de condições adequadas para o sucesso escolar dos estudantes, em colaboração com as famílias e com os órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, adolescência e juventude.
- 2.3 Promover a busca ativa de crianças e adolescentes fora da escola, o acompanhamento e o monitoramento de acesso e permanência na escola, em parceria com as áreas de saúde, assistência social, conselho tutelar e curadoria da infância e da juventude.
- 2.4 Desenvolver tecnologias pedagógicas que combinem, de maneira articulada, à organização do tempo e das atividades didáticas entre a escola e o ambiente comunitário, considerando as especificidades da educação especial e das escolas do campo.
- 2.5 Disciplinar, no âmbito dos sistemas de ensino, a organização flexível do trabalho pedagógico, incluindo adequação do calendário escolar de acordo com a realidade local, a identidade cultural e as condições climáticas da região.
- 2.6 Promover o relacionamento das escolas com instituições e movimentos culturais, a fim de garantir a oferta regular de atividades culturais

para a livre fruição dos estudantes dentro e fora dos espaços escolares, assegurando, ainda, que as escolas se tornem polos de criação e difusão cultural.

2.7 Incentivar a participação dos pais ou responsáveis no acompanhamento das atividades escolares dos filhos por meio do estreitamento das relações entre as escolas e as famílias.

2.8 Expandir o atendimento específico às populações do campo, povos nômades e das comunidades tradicionais garantindo o acesso, permanência, conclusão, bem como a formação de profissionais para atuação junto a essas populações.

2.9 Desenvolver formas alternativas de oferta do ensino fundamental, garantindo a qualidade, para atender aos filhos de profissionais que se dedicam a atividades de caráter itinerante.

2.10 Oferecer atividades extracurriculares aos estudantes de incentivo e de estímulo a habilidades, promovendo, inclusive, certames e concursos de âmbito municipal, estadual e nacional.

2.11 Promover atividades de desenvolvimento e estímulo a habilidades esportivas nas escolas, interligando-as a um plano de disseminação do desporto educacional e de desenvolvimento esportivo nacional.

2.12 Efetivar, com as áreas de saúde, ação social e cidadania, rede de apoio ao sistema municipal de ensino para atender o público da educação especial.

2.13 Garantir o acesso e permanência dos estudantes na educação pública, viabilizando transporte escolar acessível com segurança, material escolar, laboratórios didáticos e biblioteca informatizada com acervo atualizado, visando a inclusão das diferentes etnias.

2.14 Garantir a oferta da alimentação escolar, com segurança alimentar e nutricional, preferencialmente com produtos da região.

2.15 Fomentar as tecnologias educacionais inovadoras das práticas pedagógicas que assegurem a alfabetização, a partir de realidades linguísticas diferenciadas em comunidades bilíngues ou multilíngues, favorecendo a melhoria do fluxo escolar e a aprendizagem dos estudantes, segundo as diversas abordagens metodológicas.

2.16 Assegurar a renovação, manutenção e criação das bibliotecas, inclusive a biblioteca virtual com equipamentos, espaços, acervos bibliográficos, bem como profissionais especializados, como condição para a melhoria do processo ensino/aprendizagem.

2.17 Criar mecanismos que garantam a organização pedagógica, o currículo e as práticas pedagógicas, evitando o transporte de crianças dos anos iniciais do ensino fundamental do campo, para escolas nucleadas ou para a cidade.

2.18 Estabelecer programas educacionais que, efetivamente, promovam a correção das distorções idade/série com qualidade, promovendo ao educando condições de inserção e acompanhamento nas séries posteriores.

2.19 Definir e garantir padrões de qualidade, em regime de colaboração com os sistemas de ensino, dando a igualdade de condições para acesso e permanência no ensino fundamental.

2.20 Garantir a implementação da Proposta Curricular do Município de maneira a assegurar a formação básica comum respeitando os valores culturais e artísticos nas diferentes etapas e modalidades da educação.

2.21 Garantir a inclusão de pessoas com deficiência nas instituições escolares do ensino regular, com adaptação dos meios físicos e capacitação dos recursos humanos, assegurando o desenvolvimento de seu potencial cognitivo, emocional e social.

2.22 Avaliar e fazer cumprir até o 5º (quinto) ano de vigência desse Plano, o dispositivo da resolução Municipal 006/2010, que trata do número de estudantes por turma.

Meta 3: Contribuir na Universalização, até 2016, o atendimento escolar para toda a população de 15 (quinze) a 17 (dezessete) anos de idade e elevar, até o final do período de vigência deste Plano, a taxa líquida de matrículas no ensino médio para 85% (oitenta e cinco por cento).

Estratégias:

3.1 Colaborar com as políticas e programas estadual e nacional para o ensino médio, incentivando práticas pedagógicas com abordagens interdisciplinares.

3.2 Pactuar, entre União, Estado e Municípios, no âmbito da instância permanente de negociação e cooperação, de que trata o § 5º do Art. 7º, da Lei no 13.005/2014, a implantação dos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento que configurarão a base nacional comum curricular do ensino médio.

3.3 Promover a relação das escolas com instituições e movimentos culturais, a fim de garantir a oferta regular de atividades culturais para a livre fruição dos estudantes dentro e fora dos espaços escolares, assegurando ainda que as escolas se tornem polos de criação e difusão cultural e prática desportiva, integrada ao currículo escolar.

3.4 Contribuir com a universalização do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), fundamentado em matriz de referência do conteúdo curricular do ensino médio e em técnicas estatísticas e psicométricas que permitam comparabilidade de resultados, articulando-o com o

Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), e promover sua utilização como instrumento de avaliação sistêmica, para subsidiar políticas públicas para a educação básica, de avaliação certificadora, possibilitando aferição de conhecimentos e habilidades adquiridos dentro e fora da escola, e de avaliação classificatória, como critério de acesso à educação superior.

3.5 Contribuir com a expansão das matrículas gratuitas de ensino médio integrado à educação profissional, observando-se as peculiaridades das populações do campo e das pessoas público da educação especial.

3.6 Colaborar no acompanhamento e monitoramento do acesso, da permanência e do aproveitamento escolar dos jovens beneficiários de programas de transferência de renda, bem como dos sujeitos em situações de discriminação, preconceito e violência, práticas irregulares de exploração do trabalho, consumo de drogas, gravidez precoce, buscando a colaboração com as famílias, de forma intersetorial.

3.7 Contribuir na busca ativa da população de 15 (quinze) a 17 (dezesete) anos fora da escola, de forma intersetorial com os serviços de assistência social, saúde e proteção à adolescência e à juventude.

3.8 Fomentar programas de educação e de cultura para a população urbana e do campo, de jovens, na faixa etária de 15 (quinze) a 17 (dezesete) anos, e de adultos, visando à qualificação social e profissional para aqueles que estejam fora da escola e com defasagem no fluxo escolar.

3.9 Auxiliar na implementação de políticas de prevenção à evasão motivada por preconceito ou por quaisquer formas de discriminação, criando rede de proteção contra formas associadas à exclusão.

3.10 Estimular a participação dos adolescentes nos cursos das áreas tecnológicas e científicas.

3.11 Contribuir e acompanhar a celebração de convênios entre empresas e escolas de educação básica, profissional e tecnológica para oportunizar estágio, possibilitando o acesso ao mundo do trabalho.

Meta 4: Universalizar, para a população de 4 (quatro) a 17 (dezesete) anos de idade com deficiência, transtorno do espectro autista, transtorno de déficit de atenção e hiperatividade/impulsividade e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de núcleos de recursos multifuncionais e serviços especializados, públicos ou conveniados, nos termos do Art. 208, inciso III, da Constituição Federal, do Art. 163 da Constituição Estadual e do Art. 24 da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, aprovada por meio do Decreto Legislativo nº 186/2008, com status de emenda constitucional, e promulgada pelo Decreto nº 6.949/2009, e nos termos do Art. 8º do Decreto nº 7.611/2011, e nos termos da resolução municipal 005/2009 que dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências, até o último dia de vigência desse Plano.

Estratégias:

4.1 Garantir a oferta de educação inclusiva, vedada a exclusão do ensino regular sob alegação de deficiência e promovida a articulação pedagógica entre o ensino regular e o atendimento educacional especializado.

4.2 Contribuir na contabilização, para fins do repasse do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), as matrículas dos estudantes da educação regular da rede pública que recebam atendimento educacional especializado complementar e suplementar, sem prejuízo do cômputo dessas matrículas na educação básica regular, e as matrículas efetivadas, conforme o censo escolar mais atualizado, na educação especial oferecida em instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas com o Poder Público e com atuação exclusiva na modalidade, nos termos da Lei nº 11.494/2007.

4.3 Promover, no prazo de vigência deste Plano, a universalização do atendimento escolar à demanda manifesta pelas famílias de crianças de 0 (zero) a 3 (três) anos de idade com deficiência, transtorno do espectro autista, transtorno de déficit de atenção e hiperatividade/impulsividade e altas habilidades ou superdotação, observado o que dispõe a Lei nº 9.394/1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

4.4 Implantar, implementar e manter ao longo deste Plano, núcleos de recursos multifuncionais e fomentar a formação continuada de professores para o ensino regular e para o atendimento educacional especializado nas escolas regulares e nas instituições especializadas públicas e conveniadas.

4.5 Garantir atendimento educacional especializado em núcleos de recursos multifuncionais, preferencialmente em escolas da rede regular de ensino ou em instituições especializadas, públicas ou conveniadas, nas formas complementar ou suplementar, a todos os estudantes com deficiência, transtorno do espectro autista, transtorno de déficit de atenção e hiperatividade/impulsividade e altas habilidades ou superdotação, matriculados em escolas de educação básica, conforme necessidade identificada por meio de avaliação, ouvidos a família e o estudante e estudo da demanda.

4.6 Estimular a criação de centros multidisciplinares de apoio, pesquisa e assessoria, articulados com instituições acadêmicas, conveniados com a Fundação Catarinense de Educação Especial (FCEE) e integrados por profissionais das áreas de saúde, assistência social, pedagogia e psicologia, para apoiar o trabalho dos professores da educação básica com estudantes com deficiência, transtorno do espectro autista, transtorno de déficit de atenção e hiperatividade/impulsividade e altas habilidades ou superdotação.

4.7 Manter e ampliar programas suplementares que promovam a acessibilidade nas instituições públicas, para garantir o acesso e a permanência dos estudantes com deficiência, transtorno do espectro autista, transtorno de déficit de atenção e hiperatividade/impulsividade e altas habilidades ou superdotação, por meio da adequação arquitetônica, da oferta de transporte acessível, da disponibilização de material

didático próprio e de recursos de tecnologia assistiva, assegurando, ainda, no contexto escolar, em todas as etapas, níveis e modalidades de ensino, a identificação dos estudantes com altas habilidades ou superdotação.

4.8 Garantir a oferta de educação bilíngue, em Língua Brasileira de Sinais (Libras) como primeira língua e na modalidade escrita da Língua Portuguesa como segunda língua, aos estudantes surdos e com deficiência auditiva de 0 (zero) a 17 (dezessete) anos, em escolas inclusivas, nos termos do Art. 22 do Decreto nº 5.626/2005, e dos Arts. 24, da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, bem como a adoção do Sistema Braille para cegos e surdo cegos.

4.9 Fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso à escola e ao atendimento educacional especializado, bem como da permanência e do desenvolvimento escolar dos estudantes com deficiência, transtorno do espectro autista, transtorno de déficit de atenção e hiperatividade/impulsividade e altas habilidades ou superdotação beneficiários de programas de transferência de renda, juntamente com o combate às situações de discriminação, preconceito e violência, com vistas ao estabelecimento de condições adequadas para o sucesso educacional, em colaboração com as famílias e com os órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, à adolescência e à juventude.

4.10 Fomentar pesquisas voltadas para o desenvolvimento de metodologias, materiais didáticos, equipamentos e recursos de tecnologia assistiva, com vistas à promoção do ensino e da aprendizagem, bem como das condições de acessibilidade dos estudantes com deficiência, transtorno do espectro autista, transtorno de déficit de atenção e hiperatividade/impulsividade e altas habilidades ou superdotação.

4.11 Promover o desenvolvimento de pesquisas interdisciplinares para subsidiar a formulação de políticas públicas intersetoriais que atendam as especificidades educacionais de estudantes com deficiência, transtorno do espectro autista, transtorno de déficit de atenção e hiperatividade/impulsividade e altas habilidades ou superdotação que requeiram medidas de atendimento especializado.

4.12 Promover a articulação intersetorial entre órgãos e políticas públicas de saúde, assistência social e direitos humanos, em parceria com as famílias, com o fim de desenvolver modelos de atendimento voltados à continuidade do atendimento escolar na educação de jovens e adultos das pessoas com deficiência, transtorno do espectro autista, transtorno de déficit de atenção e hiperatividade/impulsividade, com idade superior à faixa etária de escolarização obrigatória, de forma a assegurar a atenção integral ao longo da vida.

4.13 Apoiar a ampliação das equipes de profissionais da educação para atender à demanda do processo de escolarização dos estudantes com deficiência, transtorno do espectro autista, transtorno de déficit de atenção e hiperatividade/impulsividade e altas habilidades ou superdotação, garantindo a oferta de profissionais do atendimento educacional especializado (fonoaudiólogo, psicólogo, psicopedagogo, fisioterapeuta e outros) auxiliar de educação especial, professores de áreas específicas, tradutores e intérpretes de Libras, guias-intérpretes para surdocegos, professores de Libras e professores bilíngues.

4.14 Definir, no segundo ano de vigência deste Plano, indicadores de qualidade e política de avaliação e supervisão para o funcionamento de instituições públicas e privadas que prestam atendimento educacional a estudantes com deficiência, transtorno do espectro autista, transtorno de déficit de atenção e hiperatividade/impulsividade e altas habilidades ou superdotação.

4.15 Promover, em parceria com o Ministério da Educação, Secretaria de Estado da Educação, Fundação Catarinense de Educação Especial, junto aos órgãos de pesquisa, demografia e estatística competentes, a obtenção de informação detalhada sobre o perfil das pessoas com deficiência, transtorno do espectro autista, transtorno de déficit de atenção e hiperatividade/impulsividade e altas habilidades ou superdotação de 0 (zero) a 17 (dezessete) anos.

4.16 Incentivar a inclusão nos cursos de licenciatura e nos demais cursos de formação para profissionais da educação, inclusive em nível de pós-graduação, observado o disposto no caput do Art. 207 da Constituição Federal, dos referenciais teóricos, das teorias de aprendizagem e dos processos de ensino-aprendizagem relacionados ao atendimento educacional de estudantes com deficiência, transtorno do espectro autista, transtorno de déficit de atenção por hiperatividade/impulsividade e altas habilidades/superdotação.

4.17 Promover parcerias com instituições especializadas, conveniadas ou não, visando à ampliação da oferta de formação continuada e a produção de material didático acessível, assim como os serviços de acessibilidade necessários ao pleno acesso, participação e aprendizagem dos estudantes com deficiência, transtorno do espectro autista, transtorno de déficit de atenção e hiperatividade/impulsividade e altas habilidades ou superdotação, matriculados na rede pública de ensino.

4.18 Garantir que as escolas de educação básica promovam espaços para participação das famílias na elaboração do projeto político pedagógico na perspectiva da educação inclusiva.

4.19 Disponibilizar recursos de tecnologia assistiva, serviços de acessibilidade e formação continuada de professores, para o atendimento educacional especializado complementar nas escolas.

4.20 Incentivar na rede municipal de educação a criação de uma coordenação pedagógica especializada, voltada a educação especial, articulando os segmentos envolvidos.

Meta 5: Alfabetizar todas as crianças no máximo até o terceiro ano do ensino fundamental.

Estratégias:

5.1 Estruturar os processos pedagógicos a fim de garantir a alfabetização plena a todas as crianças até o final do terceiro ano do ensino fundamental.

5.2 Criar política de alfabetização que incentive a permanência dos professores alfabetizadores para os três primeiros anos do ensino fundamental.

5.3 Instituir instrumentos de avaliação sistêmica, periódica e específica, para aferir a alfabetização das crianças, bem como estimular os sistemas de ensino e as escolas a criar os respectivos instrumentos de avaliação e monitoramento.

5.4 Selecionar, certificar e divulgar tecnologias educacionais para a alfabetização de crianças, asseguradas a diversidade de métodos e propostas pedagógicas, bem como o acompanhamento dos resultados nos sistemas de ensino em que forem aplicadas, devendo ser disponibilizadas, preferencialmente, como recursos educacionais abertos.

5.5 Fomentar o desenvolvimento de tecnologias educacionais e de práticas pedagógicas inovadoras que assegurem a alfabetização e favoreçam a melhoria do fluxo escolar e a aprendizagem dos estudantes, consideradas as diversas abordagens metodológicas e sua efetividade.

5.6 Garantir a alfabetização de crianças do campo e de populações itinerantes, com a produção de materiais didáticos específicos, e desenvolver instrumentos de acompanhamento que considerem a cultura destas populações.

5.7 Promover e estimular a formação inicial e continuada de professores para a alfabetização de crianças, com o conhecimento de novas tecnologias educacionais e práticas pedagógicas inovadoras, estimulando a articulação entre programas de pós-graduação stricto sensu e ações de formação continuada de professores para a alfabetização.

5.8 Criar políticas para a alfabetização das pessoas com deficiência, considerando as suas especificidades, inclusive a alfabetização bilíngue de pessoas surdas e braille para pessoas cegas sem estabelecimento de terminalidade temporal.

5.9 Promover, em consonância com as Diretrizes do Plano Nacional do Livro e da Leitura, a formação de leitores e a capacitação de professores, bibliotecários e agentes da comunidade para atuarem como mediadores da leitura.

5.10 Implantar, até o segundo ano de vigência do Plano, programas de incentivo à leitura.

Meta 6: Oferecer educação em tempo integral em, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) nas escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 25% (vinte e cinco por cento) dos estudantes da educação básica, até o final da vigência do Plano.

Estratégias:

6.1 Promover, com o apoio da União, a oferta de educação básica pública em tempo integral, por meio de atividades de acompanhamento pedagógico e multidisciplinares, inclusive culturais e esportivas, de forma que o tempo de permanência dos estudantes na escola, ou sob sua responsabilidade, passe a ser igual ou superior a 7 (sete) horas diárias durante todo o ano letivo, com a ampliação progressiva da jornada de professores em uma única escola.

6.2 Instituir, em regime de colaboração, programa de construção e/ou adequação de escolas com padrão arquitetônico e de mobiliário adequado para atendimento em tempo integral, prioritariamente em comunidades pobres ou com crianças em situação de vulnerabilidade social.

6.3 Aderir, em regime de colaboração, ao programa nacional de ampliação e reestruturação das escolas públicas, por meio da instalação de quadras poliesportivas, laboratórios, inclusive de informática, espaços para atividades culturais, bibliotecas, auditórios, cozinhas, refeitórios cobertos, depósitos adequados para armazenar gêneros alimentícios, banheiros e outros equipamentos, bem como da produção de material didático e da formação de recursos humanos para a educação em tempo integral.

6.4 Fomentar a articulação da escola com os diferentes espaços educativos, culturais e esportivos e com equipamentos públicos, como centros comunitários, bibliotecas, praças, parques, museus, teatros, cinemas, planetários e zoológico.

6.5 Estimular a oferta de atividades para a ampliação da jornada escolar dos estudantes matriculados nas escolas de educação básica da rede pública, por parte das entidades privadas de serviço social vinculadas ao sistema sindical, de forma concomitante e em articulação com a rede pública de ensino.

6.6 Atender às escolas do campo, dos povos nômades e de comunidades tradicionais, com oferta de educação em tempo integral baseada em consulta prévia, considerando-se as peculiaridades locais.

6.7 Garantir a educação em tempo integral para pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação na faixa etária de 4 (quatro) a 17 (dezessete) anos idade, assegurando atendimento educacional especializado complementar e suplementar ofertado em salas recursos de multifuncionais da própria escola ou em instituições especializadas, bem como profissionais habilitados.

6.8 Adotar medidas para otimizar o tempo de permanência dos estudantes na escola, direcionando a expansão da jornada para o efetivo trabalho escolar, combinado com atividades recreativas, esportivas, culturais e ações de educação nutricional.

6.9 Assegurar alimentação escolar que contemple a necessidade nutricional diária dos estudantes que permanecem na escola em tempo integral, conforme legislação específica.

Meta 7: Fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem,

de modo a atingir as seguintes médias municipais no IDEB:

IDEB	2015	2017	2019	2021
Anos Iniciais do ensino fundamental	5.8	6.0	6.3	6.5
Anos finais do ensino fundamental	5.0	5.3	5.5	5.8
Ensino Médio	4.7	5.2	5.4	5.6

Estratégias:

7.1 Estabelecer e implantar, mediante pactuação Inter federativa, diretrizes pedagógicas para a educação básica e a base nacional comum dos currículos, com direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento dos estudantes para cada ano do ensino fundamental e médio, respeitando-se a diversidade estadual, regional e local.

7.2 Assegurar que: a) no quinto ano de vigência deste Plano, pelo menos, 70% (setenta por cento) dos estudantes do ensino fundamental e do ensino médio tenham alcançado nível suficiente de aprendizado em relação aos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento de seu ano de estudo, e 50% (cinquenta por cento), pelo menos, o nível desejável; b) no último ano de vigência deste Plano, todos os estudantes do ensino fundamental e do ensino médio tenham alcançado nível suficiente de aprendizado em relação aos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento de seu ano de estudo, e 80% (oitenta por cento), pelo menos, o nível desejável.

7.3 Colaborar com a União e o Estado na instituição de um conjunto de indicadores de avaliação institucional com base no perfil do estudante e dos profissionais da educação, nas condições de infraestrutura das escolas, nos recursos pedagógicos disponíveis, nas características da gestão e em outras dimensões relevantes, considerando as especificidades das modalidades de ensino.

7.4 Induzir processo contínuo de autoavaliação das escolas de educação básica, por meio da constituição de instrumentos de avaliação que orientem as dimensões a serem fortalecidas, destacando-se a elaboração de planejamento estratégico, a melhoria contínua da qualidade educacional, a formação continuada dos profissionais da educação e o aprimoramento da gestão democrática.

7.5 Formalizar e executar os planos de ações articuladas dando cumprimento às metas de qualidade estabelecidas para a educação básica pública e às estratégias de apoio técnico e financeiro voltadas à melhoria da gestão educacional, à formação de professores e profissionais de serviços e apoio escolares, à ampliação e ao desenvolvimento de recursos pedagógicos e à melhoria e expansão da infraestrutura física da rede escolar.

7.6 Colaborar no desenvolvimento de indicadores específicos de avaliação da qualidade da educação especial, bem como da qualidade da educação bilíngue para surdos e braille para cegos.

7.7 Contribuir para a melhoria do desempenho dos estudantes da educação básica nas avaliações da aprendizagem no Programa Internacional de Avaliação de Estudantes – PISA.

PISA	2015	2016	2021
Média dos resultados em matemática, leitura e ciências	438	455	473

7.8 Incentivar o desenvolvimento, selecionar, referendar e divulgar tecnologias educacionais para o ensino fundamental e médio e incentivar práticas pedagógicas inovadoras que assegurem a melhoria do fluxo escolar e a aprendizagem, assegurada a diversidade de métodos e propostas pedagógicas, com preferência para softwares livres e recursos educacionais abertos, bem como o acompanhamento dos resultados nos sistemas de ensino em que forem aplicadas.

7.9 Garantir transporte gratuito, por meio de convênio entre as Secretarias Municipais de Educação e Secretaria de Estado da Educação com acessibilidade para todos os estudantes da educação do campo na faixa etária da educação escolar obrigatória, mediante renovação e financiamento compartilhado, com participação da União proporcional às necessidades dos entes federados, visando a reduzir a evasão escolar e o tempo médio de deslocamento a partir de cada situação local.

7.10 Participar do desenvolvimento de pesquisas de modelos alternativos de atendimento escolar para a população do campo que considerem tanto as especificidades locais quanto as boas práticas nacionais e internacionais.

7.11 Universalizar, em colaboração com a União, Estado e Municípios até o quinto ano de vigência deste Plano, o acesso à rede mundial de computadores em banda larga de alta velocidade e triplicar, até o final da década, a relação computador/estudante nas escolas da rede pública de educação básica, promovendo a utilização pedagógica das tecnologias da informação e da comunicação.

7.12 Prover equipamentos e recursos tecnológicos digitais, em regime de colaboração entre União, Estado e Municípios, para a utilização pedagógica no ambiente escolar a todas as escolas públicas da educação básica, criando, inclusive, mecanismos para implementação das condições necessárias para a universalização das bibliotecas, nas instituições educacionais, com acesso as redes digitais de computadores, inclusive a internet.

7.13 Ampliar programas e aprofundar ações de atendimento ao estudante, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde.

7.14 Assegurar a todas as escolas públicas de educação básica o acesso à energia elétrica, abastecimento de água tratada, esgotamento sanitário e manejo dos resíduos sólidos, garantir o acesso dos estudantes a espaços para a prática esportiva, a bens culturais e artísticos e

a equipamentos e laboratórios de ciências e, em cada edifício escolar, garantir a acessibilidade às pessoas com deficiência.

7.15 Aderir e participar, em regime de colaboração, de programa nacional de reestruturação e aquisição de equipamentos para escolas públicas, visando à equalização regional das oportunidades educacionais.

7.16 Aderir e participar em regime de colaboração com a União, o Estado e os Municípios, na elaboração dos parâmetros mínimos de qualidade dos serviços da educação básica, a serem utilizados como referência para infraestrutura das escolas e para recursos pedagógicos, entre outros insumos relevantes, e como instrumento para adoção de medidas para a melhoria da qualidade do ensino.

7.17 Informatizar a gestão das escolas públicas e das secretarias de educação, bem como manter programa de formação continuada para o pessoal técnico.

7.18 Garantir políticas de prevenção à violência na escola, inclusive pelo desenvolvimento de ações destinadas à capacitação de educadores para detecção dos sinais e de suas causas, como a violência doméstica e sexual, favorecendo a adoção das providências adequadas para promover a construção da cultura de paz e um ambiente escolar dotado de segurança para a comunidade.

7.19 Implementar políticas de inclusão e permanência na escola para adolescentes e jovens que se encontram em regime de liberdade assistida e em situação de rua, assegurando os princípios da Lei nº 8.069/1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente.

7.20 Garantir nos currículos escolares conteúdos sobre a história e as culturas afro-brasileira e indígenas e implementar ações educacionais, nos termos das Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008, assegurando-se a implementação das respectivas diretrizes curriculares nacionais, por meio de ações colaborativas com fóruns de educação para a diversidade étnico-racial, conselhos escolares, equipes pedagógicas e a sociedade civil.

7.21 Consolidar a educação escolar no campo de populações tradicionais, de populações itinerantes, respeitando a articulação entre os ambientes escolares e comunitários e garantindo: o desenvolvimento sustentável e a preservação da identidade cultural; a participação da comunidade na definição do modelo de organização pedagógica e de gestão das instituições, consideradas as práticas socioculturais, e as formas particulares de organização do tempo; a reestruturação e a aquisição de equipamentos; a oferta de programa para a formação inicial e continuada de profissionais da educação; e o atendimento em educação especial.

7.22 Desenvolver currículos e propostas pedagógicas nas escolas do campo, incluindo os conteúdos culturais correspondentes às respectivas comunidades e considerando o fortalecimento das práticas socioculturais, produzindo e disponibilizando materiais didáticos específicos, inclusive para os estudantes com deficiência.

7.23 Mobilizar as famílias e setores da sociedade civil, com o propósito de que a educação seja assumida como responsabilidade de todos e de ampliar o controle social sobre o cumprimento das políticas públicas educacionais.

7.24 Promover a articulação dos programas da área da educação, de âmbito local e nacional, com os de outras áreas, como saúde, trabalho e emprego, assistência social, esporte e cultura, possibilitando a criação de rede de apoio integral às famílias, como condição para a melhoria da qualidade educacional.

7.25 Universalizar, mediante articulação entre os órgãos responsáveis pelas áreas da saúde e da educação, o atendimento aos estudantes da rede escolar pública de educação básica por meio de ações de prevenção, promoção e atenção à saúde.

7.26 Estabelecer ações efetivas especificamente voltadas para a promoção, prevenção, atenção e atendimento à saúde e à integridade física, mental e emocional dos profissionais da educação, como condição para a melhoria da qualidade educacional.

7.27 Aderir, com a colaboração técnica e financeira da União, em articulação com o sistema nacional de avaliação, o sistema estadual de avaliação da educação básica, para orientar as políticas públicas e as práticas pedagógicas, com o fornecimento das informações às escolas e à sociedade.

7.28 Promover, com especial ênfase, em consonância com as diretrizes do Plano Nacional do Livro e da Leitura, a formação de leitores e a capacitação de professores, bibliotecários e agentes da comunidade para atuar como mediadores da leitura, de acordo com a especificidade das diferentes etapas do desenvolvimento e da aprendizagem.

7.29 Estabelecer políticas de acompanhamento às escolas com relação ao desempenho no IDEB.

7.30 Orientar as unidades escolares municipais, de forma a buscar atingir as metas do IDEB, diminuindo a diferença entre as escolas com os menores índices e a média municipal, garantindo equidade da aprendizagem e reduzindo pela metade, até o último ano de vigência deste Plano, as diferenças entre as médias dos índices Federais e dos Municípios.

7.31 Institucionalizar programas e desenvolver metodologias para acompanhamento pedagógico, recuperação paralela e progressão, priorizando estudantes com rendimento escolar defasado.

7.32 Assegurar a renovação, manutenção e criação das bibliotecas com todos os materiais e infraestrutura necessária à boa aprendizagem dos estudantes, inclusive biblioteca virtual com equipamentos, espaços, acervos bibliográficos, bem como profissionais especializados e capacitados para a formação de leitores.

7.33 Instituir, em regime de colaboração entre os entes federados, política de preservação da memória municipal.

7.34 Promover a regulação e supervisão da oferta da educação básica nas redes pública e privada, de forma a garantir a qualidade e o cumprimento da função social da educação.

7.35 Reconhecer as práticas culturais e sociais dos estudantes e da comunidade local, como dimensões formadoras, articuladas à educação, nos projetos políticos-pedagógico e no Plano de Desenvolvimento Institucional, na organização e gestão dos currículos, nas instâncias de participação das escolas e na produção cotidiana da cultura e do trabalho escolar.

7.36 Reestruturar e aprimorar o ensino fundamental, incentivando práticas pedagógicas com abordagens interdisciplinares, estruturadas pela relação entre teoria e prática, por meio de currículos escolares com conteúdos obrigatórios e eletivos, em dimensões como ciência, trabalho, linguagens, tecnologia, cultura e esporte.

7.37 Estimular a articulação entre pós-graduação, núcleos de pesquisa e cursos de formação para profissionais da educação básica, de modo a garantir a elaboração de currículos e propostas pedagógicas que incorporem os avanços de pesquisas ligadas ao processo de ensino-aprendizagem e às teorias educacionais.

7.38 Apoiar, técnica e financeiramente, a gestão escolar mediante transferência direta de recursos financeiros à escola, garantindo a participação da comunidade escolar no planejamento e na aplicação dos recursos, visando à ampliação da transparência e ao efetivo desenvolvimento da gestão democrática.

Meta 8: Colaborar na elevação da escolaridade média da população de 18 (dezoito) a 29 (vinte e nove) anos de idade, de modo a alcançar, no mínimo, 12 (doze) anos de estudo no último ano de vigência deste Plano, para as populações do campo e comunidades tradicionais e dos 25% (vinte e cinco por cento) mais pobres, igualando a escolaridade média entre negros e não negros declarados à Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Estratégias:

8.1 Aderir a programas e tecnologias para correção de fluxo, para acompanhamento pedagógico individualizado e para recuperação e progressão parcial, priorizando estudantes com rendimento escolar defasado, atendendo as especificidades dos segmentos populacionais aqui considerados.

8.2 Implementar programas de educação de jovens e adultos para os segmentos populacionais aqui considerados, que estejam fora da escola e com defasagem idade-série, associados a outras estratégias que garantam a continuidade da escolarização, após a alfabetização inicial.

8.3 Estimular a participação em exames de certificação e conclusão dos ensinos fundamental e médio.

8.4 Colaborar com a expansão de ofertas gratuitas de educação profissional por parte das entidades públicas, para os segmentos populacionais aqui considerados.

8.5 Colaborar com órgãos governamentais, de forma intersetorial, no acompanhamento e monitoramento do acesso à escola, específico para os segmentos populacionais considerados nesta meta, identificando motivos de absenteísmo e colaborando com as instituições para a garantia de frequência e apoio à aprendizagem, de maneira a estimular a ampliação do atendimento desses estudantes na rede pública regular de ensino.

8.6 Colaborar com órgãos governamentais, de forma intersetorial, na busca ativa de jovens fora da escola, pertencentes aos segmentos populacionais aqui considerados.

8.7 Colaborar com a oferta pública de ensino médio e EJA, integrada à formação profissional aos jovens do campo, assegurando condições de acesso e permanência na sua própria comunidade.

8.8 Reduzir as desigualdades regionais e étnico-raciais, participando de políticas governamentais que promovam o acesso igualitário e a permanência na educação profissional técnica de nível médio e superior, na forma da lei.

8.9 Colaborar com políticas de educação do campo que garantam a universalização da educação básica com acesso e permanência no próprio campo.

8.10 Fomentar a produção de material didático, bem como o desenvolvimento de currículos, conteúdos e metodologias específicas para o desenvolvimento da educação da população considerada nessa meta.

8.11 Contribuir com a educação escolar no campo para populações tradicionais, populações itinerantes, respeitando a articulação entre os ambientes escolares e comunitários e garantindo: o desenvolvimento sustentável e preservação da identidade cultural; a participação da comunidade na definição do modelo de organização pedagógica e de gestão das instituições, consideradas as práticas socioculturais e as formas particulares de organização do tempo; a reestruturação e a aquisição de equipamentos; a oferta de programa para a formação inicial e continuada de profissionais da educação.

Meta 9: Colaborar com a elevação da taxa de alfabetização da população com 15 (quinze) anos ou mais de idade para 98% (noventa e oito por cento) até 2017 e, até o final da vigência deste Plano, erradicar o analfabetismo e reduzir em 50% (cinquenta por cento) a taxa de analfabetismo funcional.

Estratégias:

- 9.1 Colaborar com a oferta gratuita da educação de jovens e adultos, a todos que não tiveram acesso à educação básica na idade própria.
- 9.2 Realizar diagnóstico dos jovens e adultos com ensino fundamental e médio incompletos, para identificar a demanda ativa por vagas na educação de jovens e adultos.
- 9.3 Apoiar chamadas públicas regulares para educação de jovens e adultos, promovendo busca ativa em regime de colaboração entre o Estado e os Municípios em parceria com organizações da sociedade civil.
- 9.4 Apoiar ações de alfabetização de jovens e adultos com garantia de continuidade da escolarização básica.
- 9.5 Apoiar ações de atendimento ao estudante da educação de Jovens e Adultos por meio de programas suplementares de transporte, alimentação e saúde.
- 9.6 Apoiar projetos inovadores na educação de jovens e adultos, que visem ao desenvolvimento de modelos adequados às necessidades específicas desses estudantes.
- 9.7 Incentivar a integração dos segmentos empregadores, públicos e privados, e os sistemas de ensino, para promover a compatibilização da jornada de trabalho dos empregados com a oferta das ações de alfabetização e de educação de jovens e adultos.
- 9.8 Colaborar com programas de capacitação tecnológica da população de jovens e adultos, direcionados para os segmentos com baixos níveis de escolarização formal.
- 9.9 Colaborar com o levantamento de dados sobre a demanda por EJA, na cidade e no campo, para subsidiar a formulação de política pública que garanta o acesso e a permanência a jovens, adultos e idosos a esta modalidade da educação básica.

Meta 10: Colaborar com a oferta, no mínimo 10%(dez por cento) das matrículas de educação de jovens e adultos, nos ensinos fundamental e médio, na forma integrada à educação profissional, até ao final da vigência do Plano.

Estratégias:

- 10.1 Aderir e participar de Programa Nacional de Integração da Educação Básica à Educação Profissional na modalidade de educação de jovens e adultos, na perspectiva da educação inclusiva.
- 10.2 Colaborar com a expansão das matrículas na educação de jovens e adultos, de modo a articular a formação inicial e continuada de trabalhadores com a educação profissional, objetivando a elevação do nível de escolaridade do trabalhador e da trabalhadora.
- 10.3 Fomentar a integração da educação de jovens e adultos com a educação profissional, em cursos planejados, de acordo com as características do público da educação de jovens e adultos e considerando as especificidades das populações itinerantes e do campo, inclusive na modalidade de educação a distância.
- 10.4 Colaborar com a ampliação das oportunidades profissionais dos jovens e adultos com deficiência e baixo nível de escolaridade, por meio do acesso à educação de jovens e adultos articulada à educação profissional.
- 10.5 Aderir a programas nacionais de reestruturação e aquisição de equipamentos voltados à expansão e à melhoria da rede física de escolas públicas que atuam na educação de jovens e adultos integrada à educação profissional, garantindo acessibilidade à pessoa com deficiência.
- 10.6 Contribuir com a formação continuada e tecnológica digital de docentes das escolas públicas que atuam na educação de jovens e adultos articulada à educação profissional.
- 10.7 Fomentar a oferta pública de formação inicial e continuada para trabalhadores articulada à educação de jovens e adultos, em regime de colaboração e com apoio de entidades privadas de formação profissional vinculadas ao sistema sindical e de entidades sem fins lucrativos de atendimento à pessoa com deficiência, com atuação exclusiva na modalidade.
- 10.8 Aderir ao Programa Nacional de Assistência ao Estudante, desenvolvendo ações de assistência social, financeira e de apoio psicopedagógico que contribuam para garantir o acesso, a permanência, a aprendizagem e a conclusão com êxito da educação de jovens e adultos articulada à educação profissional.
- 10.9 Contribuir com a expansão das matrículas na modalidade de educação de jovens e adultos, de modo a articular a formação inicial e continuada de trabalhadores com a educação profissional, objetivando a elevação do nível de escolaridade do trabalhador.

Meta 11: Contribuir com o aumento das matrículas da educação profissional técnica de nível médio, assegurando a qualidade da oferta e, pelo menos, 50% (cinquenta por cento) da expansão no segmento público.

Estratégias:

- 11.1 Participar da política de expansão das matrículas de educação profissional técnica de nível médio da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, levando em consideração a responsabilidade dos Institutos na ordenação territorial, sua vinculação com

arranjos produtivos, sociais e culturais locais e regionais, bem como a interiorização da educação profissional.

11.2 Participar da expansão de oferta de educação profissional técnica de nível médio, nas modalidades presencial e à distância, com o apoio da União.

11.3 Contribuir com a expansão do estágio na educação profissional técnica de nível médio e do ensino médio regular, preservando-se seu caráter pedagógico integrado ao itinerário formativo do estudante, visando à formação de qualificações próprias da atividade profissional, à contextualização curricular e ao desenvolvimento da juventude.

11.4 Cooperar na institucionalização de sistema nacional de avaliação da qualidade da educação profissional técnica de nível médio das redes pública e privada.

11.5 Colaborar com a expansão do atendimento do ensino médio gratuito integrado à formação profissional para a população do campo de acordo com os seus interesses e necessidades.

11.6 Contribuir na expansão da oferta de educação profissional técnica de nível médio para o público da educação especial.

11.7 Colaborar com a elevação da taxa de conclusão média dos cursos técnicos de nível médio na rede pública.

11.8 Participar de programas de assistência estudantil e mecanismos de mobilidade acadêmica, visando a garantir as condições necessárias à permanência dos estudantes e à conclusão dos cursos técnicos de nível médio.

11.9 Adotar políticas afirmativas para reduzir as desigualdades étnico-raciais e regionais no acesso e permanência na educação profissional técnica de nível médio.

11.10 Utilizar os dados do Sistema Nacional de Informação Profissional e as consultas promovidas junto a entidades empresariais de trabalhadores para participar da oferta de formação nas instituições especializadas em educação profissional.

11.11 Fomentar estudos e pesquisas sobre a articulação entre formação, currículo, pesquisa e mundo do trabalho, considerando as necessidades econômicas, sociais e culturais do Município.

Meta 12: Articular, com Estado e União, a elevação da taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% (cinquenta por cento) e a taxa líquida para 33% (trinta e três por cento) da população de 18 (dezoito) a 24 (vinte e quatro) anos de idade, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% (quarenta por cento) das novas matrículas, nas instituições de ensino superior públicas e comunitárias.

Estratégias:

12.1 Otimizar, com a participação da União, a capacidade instalada da estrutura física e a disponibilização dos recursos humanos das instituições públicas e comunitárias de educação superior, mediante ações planejadas e coordenadas, de forma a ampliar e interiorizar o acesso à graduação.

12.2 Contribuir com a elevação da taxa de conclusão média dos cursos de graduação presenciais nas universidades públicas.

12.3 Mapear a demanda e fomentar a oferta de educação superior pública e gratuita prioritariamente para a formação de professores, para atender ao déficit de profissionais em todas as áreas de conhecimento e modalidades da educação básica.

12.4 Ampliar e garantir a oferta de bolsas de estudos para graduação, aos professores e demais profissionais que atuam na educação básica.

12.5 Adotar políticas de assistência estudantil para assegurar à população considerada economicamente carente, bolsa de estudos de graduação, de modo a reduzir as desigualdades étnico-raciais e ampliar as taxas de acesso e permanência na educação superior de estudantes egressos da escola pública, afrodescendentes e indígenas e de estudantes com deficiência, transtorno do espectro autista, transtorno de déficit de atenção e hiperatividade/impulsividade e altas habilidades ou superdotação, de forma a apoiar seu sucesso acadêmico.

12.6 Adotar políticas de inclusão e de ação afirmativa na forma da lei, para o acesso e permanência nos cursos de graduação, de estudantes em vulnerabilidade socioeconômica, egressos da escola pública, afrodescendentes, comunidades tradicionais, povos do campo, indígenas, quilombola, público da educação especial, e outros extratos sociais historicamente excluídos.

12.7 Fomentar estudos e pesquisas que analisem a necessidade de articulação entre formação, currículo, pesquisa e mundo do trabalho, considerando as necessidades econômicas, sociais e culturais do Município.

12.8 Participar da consolidação e ampliação de programas e ações de incentivo à mobilidade estudantil e docente em cursos de graduação e pós-graduação, em âmbito nacional e internacional.

12.9 Colaborar na institucionalização de programa nacional de composição de acervo digital de referências bibliográficas e audiovisuais para os cursos de graduação, assegurada a acessibilidade às pessoas com deficiência.

12.10 Participar, com a União, da consolidação de processos seletivos nacional e estadual para acesso à educação superior como forma de superar exames vestibulares isolados.

12.11 Incentivar as instituições de educação superior a aderir e participar dos programas de apoio financeiro do Governo Federal.

12.12 Apoiar e implementar, no âmbito de sua competência, ações que visem assegurar, no mínimo, 10% (dez por cento) do total de créditos curriculares exigidos para a graduação em programas e projetos de extensão universitária, orientando sua ação, prioritariamente, para áreas de grande pertinência social.

Meta 13: Articular, com a União, a elevação da qualidade da educação superior.

Estratégias:

13.1 Acompanhar a realização das avaliações externas, em relação aos processos de regulação que compreendem os Atos Autorizativos e Regulatórios de cursos e instituições de ensino superior que ofertam cursos presenciais e a distância.

13.2 Fomentar, em articulação com a União, a formação de consórcios entre instituições de educação superior, com vistas a potencializar a atuação regional.

13.3 Participar, de forma articulada com a União, a oferta de programas de pós-graduação lato e stricto sensu.

13.4 Considerar, na avaliação das instituições de ensino superior que ofertam cursos presenciais e a distância, no âmbito do sistema estadual de ensino, as informações advindas dos órgãos/sistemas de avaliação da educação superior nacional, para os processos de autorização de cursos, de reconhecimento ou renovação de reconhecimento de cursos superiores e de credenciamento ou recredenciamento de instituições.

13.5 Acompanhar a implementação das respectivas Diretrizes Curriculares dos cursos de licenciatura e bacharelado, nas instituições de ensino superior, em consonância com o resultado do processo avaliativo.

Meta 14: Fomentar, em articulação com a União, a elevação gradual do número de matrículas na pós-graduação lato e stricto sensu.

Estratégias:

14.1 Estimular a integração e a atuação articulada entre a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e às agências de fomento à pesquisa federal e estadual.

14.2 Colaborar, em articulação com a União, na implementação de políticas de inclusão e de ação afirmativa na forma da lei, para o acesso e permanência nos cursos de pós-graduação, lato e stricto sensu, para estudantes em vulnerabilidade socioeconômica, egressos da escola pública, afrodescendentes, comunidades tradicionais, povos do campo, indígenas, quilombolas e para pessoas, público da educação especial, e outros extratos sociais historicamente excluídos.

14.3 Colaborar na institucionalização de programa nacional de composição de acervo digital de referências bibliográficas e audiovisuais para os cursos de pós-graduação, assegurada a acessibilidade às pessoas com deficiência.

14.4 Estabelecer parcerias com os órgãos e agências oficiais de fomento nos diversos programas, projetos e ações que objetivem a internacionalização da pesquisa e da pós-graduação, incentivando a atuação em rede e o fortalecimento de grupos de pesquisa.

14.5 Adotar, em parceria com a União, políticas de assistência estudantil para assegurar aos estudantes considerados economicamente carentes, bolsas de estudos de pós-graduação.

14.6 Fomentar, em articulação com a União, pesquisas voltadas para o desenvolvimento de metodologias, materiais didáticos, paradidáticos, equipamentos e recursos de tecnologia assistiva, com vistas à promoção do ensino e da aprendizagem, bem como das condições de acessibilidade dos estudantes com deficiência, transtorno do espectro autista, transtorno de déficit de atenção e hiperatividade/impulsividade e altas habilidades ou superdotação, e criar programas que promovam a socialização dos resultados das pesquisas.

14.7 Estimular a articulação entre graduação, pós-graduação e núcleos de pesquisas, para estudos e elaboração de currículos/propostas pedagógicas que incorporem ao processo de ensino-aprendizagem, questões sobre educação especial, relações étnico-raciais, o enfrentamento à todas as formas de discriminação, a educação ambiental, quilombola, indígena, dos povos do campo e comunidades tradicionais.

14.8 Estimular a articulação entre pós-graduação, núcleos de pesquisa e cursos de formação para profissionais da educação básica, de modo a garantir a elaboração de currículos e propostas pedagógicas que incorporem os avanços de pesquisas ligadas ao processo de ensino-aprendizagem e às teorias educacionais.

Meta 15: Garantir, em regime de colaboração entre a União, o Estado e os Municípios, no prazo de um ano de vigência deste Plano, política municipal de formação inicial e continuada, com vistas à valorização dos profissionais da educação, assegurando que todos os professores da educação básica e suas modalidades possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam, bem como a oportunização, pelo poder público, de periódica participação em cursos de formação continuada.

Estratégias:

15.1 Promover, em regime de cooperação entre União, o Estado e os Municípios, ações conjuntas a fim de organizar a oferta de cursos de formação inicial diante do diagnóstico das necessidades de formação dos profissionais da educação, envolvendo as instituições públicas de

nível superior, sincronizando a oferta e a demanda de formação de profissionais da Educação.

15.2 Participar de programas de iniciação à docência a estudantes matriculados em cursos de graduação, a fim de aprimorar a formação dos profissionais para atuarem no magistério da Educação Básica de acordo com a necessidade por área de conhecimento.

15.3 Apoiar o acesso ao financiamento estudantil a estudantes matriculados em cursos de licenciatura com avaliação positiva pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), na forma da Lei nº 10.861/2004.

15.4 Aderir e ampliar em regime de colaboração com a União a plataforma eletrônica com dados de formação de todos os professores da rede pública, para organizar a demanda/oferta de matrículas em cursos de formação inicial e continuada dos profissionais da educação.

15.5 Incentivar a participação em programas específicos de formação, a nível de licenciatura, para profissionais que atuam nas escolas do campo, educação especial e, extratos historicamente excluídos.

15.6 Articular com as instituições de nível superior, formadoras de profissionais para educação básica, de forma a promover a reforma curricular dos cursos de licenciatura, garantindo a renovação pedagógica, com foco no aprendizado do estudante.

15.7 Valorizar as práticas de ensino e os estágios nos cursos de formação de nível médio e superior dos profissionais da educação, visando ao trabalho sistemático de articulação entre a formação acadêmica e as demandas da educação básica, em sintonia com as recomendações legais e as diretrizes curriculares nacionais.

15.8 Participar de programas de formação superior para docentes não habilitados na área de atuação em efetivo exercício nas redes públicas.

15.9 Assegurar a todos os profissionais da educação básica formação continuada em serviços, em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualizações dos respectivos sistemas de ensino.

15.10 Incentivar a oferta de cursos técnicos de nível médio e tecnológicos de nível superior destinados à formação, nas respectivas áreas de atuação, dos profissionais da educação de outros segmentos que não os do magistério.

15.11 Consolidar política de formação continuada prevista para o município.

15.12 Garantir oferta de formação continuada a todos os profissionais da educação básica, fundamentada numa concepção político-pedagógica que assegure a articulação teórica e prática, a pesquisa e a extensão.

15.13 Fomentar a produção de material didático, a criação de metodologias específicas e a elaboração de instrumentos de avaliação, garantindo o acesso a equipamentos e laboratórios e a formação inicial e continuada de docentes da rede pública.

15.14 Apoiar programas de formação docente, para educação profissional, voltados à complementação didático-pedagógica dos profissionais sem habilitação para o magistério, que atuam na rede pública.

15.15 Instituir, em regime de colaboração entre União e Estado e Município, forma de registro e divulgação de projetos desenvolvidos nas escolas com o objetivo de validar e valorizar as produções do profissional na ascensão funcional.

15.16 Oportunizar a formação continuada sobre gênero, diversidade e orientação sexual, para a promoção dos direitos sociais.

15.17 Ampliar o uso das tecnologias e conteúdos, multididáticos para todos os atores envolvidos no processo educativo, garantindo formação específica para esse fim.

15.18 Possibilitar a participação em programa federal de concessão de bolsas de estudos para que os professores de idiomas das escolas públicas de educação básica realizem estudos de imersão e aperfeiçoamento nos países que tenham como idioma nativo as línguas que lecionam.

15.19 Participar de programa de composição de acervo de obras didáticas, paradidáticas, literárias, dicionários, obras e materiais produzidos em Libras e em Braille, e ainda, programas específicos de acesso a bens culturais, favorecendo a construção do conhecimento e a valorização da cultura da investigação para os profissionais da educação básica.

15.20 Incentivar a participação em portal eletrônico para subsidiar a atuação dos profissionais da educação básica, disponibilizando gratuitamente materiais didáticos e pedagógicos suplementares, inclusive aqueles com formato acessível.

META 16:Incentivar a formação em 80%(oitenta por cento) dos professores da educação básica em nível de pós-graduação até o último ano de vigência deste Plano, e garantir a todos os profissionais da educação básica formação continuada em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualização dos sistemas de ensino.

Estratégias:

16.1 Realizar, em regime de colaboração, o planejamento estratégico para o dimensionamento da demanda por formação em cursos de pós-graduação, para fomentar a respectiva oferta por parte das instituições públicas de educação superior, de forma orgânica e articulada às políticas de formação do Estado e Municípios.

16.2 Participar de política de formação, em nível de pós-graduação, de professores da educação básica, definindo diretrizes municipais, áreas prioritárias, instituições formadoras.

16.3 Criar e/ou consolidar um permanente programa, definido em legislação, de afastamento remunerado dos professores e profissionais da educação básica, para cursar pós-graduação stricto sensu, considerando as necessidades mais urgentes.

16.4 Garantir e consolidar a formulação e efetividade de políticas públicas que ampliem a mobilidade docente em cursos de graduação e pós-graduação, em âmbito nacional e internacional, com licença remunerada durante o período em que estiver cursando, tendo em vista a qualificação da formação de nível superior.

16.5 Buscar parcerias na oferta de bolsas de estudo integral de pós-graduação dos professores e demais profissionais da educação básica.

16.6 Buscar parceiras em programas de formação de professores e profissionais da educação básica e suas modalidades a oferta de cursos de pós-graduação – lato sensu e stricto sensu – vagas, acesso e condições de permanência nas instituições de ensino superior públicas.

Metas 17: Valorizar os profissionais do Magistério da rede pública de educação básica, assegurando no prazo de 2 (dois) anos a existência de plano de carreira, assim como a sua reestruturação, que tem como referência o piso nacional, definido em lei federal, nos termos do Inciso VIII, do Artigo 206, da Constituição Federal, a fim de equiparar o rendimento médio dos demais profissionais com escolaridade equivalente, até o final do 6º (sexto) ano da vigência deste Plano.

Estratégia:

17.1 Realizar, no prazo de um ano, a atualização do plano de carreira para os profissionais da educação básica pública em todos os sistemas de ensino, tendo como referência o Piso Salarial Nacional Profissional, definido em lei federal, nos termos do Inciso VIII, do Art. 206, da Constituição Federal.

17.2 Valorizar os profissionais do magistério da rede pública da educação básica, a fim de equiparar a 80% (oitenta por cento) ao final do 6º (sexto) ano, e a igualar, no último ano de vigência do Plano, o seu rendimento médio ao rendimento médio dos demais profissionais com escolaridade equivalente.

17.3 Proporcionar condições de trabalho, valorização dos profissionais da educação e concretização das políticas de formação, como forma de garantia da qualidade na educação.

17.4 Estabelecer ações especificamente voltadas para a promoção, prevenção, atenção e atendimento à saúde e integridade física, mental e emocional dos profissionais da educação, como condição para a melhoria da qualidade educacional.

17.5 Assegurar Programa de Promoção à Saúde do Profissional em Educação, com uma equipe de profissionais específicos da área e garantia de recursos que subsidiem vacinas (gripe A, Hepatite e outras), assim como, a implementação de ações permanentes, voltadas à prevenção da saúde física, mental e emocional visando a prevenção dos males que acometem o profissional da educação.

17.6 Estruturar as redes públicas de educação básica, de modo a que pelo menos 80% (oitenta por cento) dos profissionais do magistério e 50% (cinquenta por cento) dos profissionais da educação não docentes sejam ocupantes de cargos de provimento efetivo e estejam em exercício nas redes escolares a que se encontram vinculados.

17.7 Manter a realização de concursos públicos para o magistério, respeitando a legislação e proceder a imediata chamada de trabalhadores em educação para ocupar as vagas em excedência nas redes públicas de ensino.

17.8 Implantar, nas redes públicas de educação básica, acompanhamento dos profissionais iniciantes, supervisionados por equipe de profissionais experientes, a fim de fundamentar, com base nos programas de acompanhamento, por meio de avaliação documentada, a decisão pela efetivação após o estágio probatório e oferecer, durante este período, curso de aprofundamento de estudos na área de atuação do professor, com destaque para os conteúdos a serem ensinados e as metodologias de ensino de cada disciplina.

17.9 Atualizar o plano de carreira, em acordo com as diretrizes definidas na base nacional comum de valorização dos profissionais da educação.

17.10 Estimular a existência de comissões e fóruns permanentes de profissionais da educação de todos os sistemas públicos de ensino atuando em todas as instâncias do município, para subsidiar os órgãos, na atualização dos planos de carreira.

17.11 Implementar, no âmbito municipal, plano de carreira para os profissionais do magistério das redes públicas de educação básica, com implantação gradual do cumprimento da jornada de trabalho em um único estabelecimento escolar.

17.12 Garantir, nos planos de carreira, que as escolas de educação básica ofereçam serviços de gestão pedagógica e administração escolar realizados por profissionais habilitados na área de atuação.

17.13 Garantir a atualização e o cumprimento de todas as diretrizes do Estatuto Municipal do Magistério da rede pública de ensino.

17.14 Assegurar, na forma da lei, recursos financeiros para valorização dos profissionais da educação da rede pública.

17.15 Garantir o cumprimento da legislação nacional quanto a jornada de trabalho dos profissionais do magistério da rede pública de ensino.

17.16 Revisar e adequar o regime previdenciário do magistério público municipal, de acordo com a legislação vigente e no prazo de 02 (dois) anos, com a efetiva participação dos profissionais da educação.

17.17 Incentivar todos os profissionais que atuam como auxiliares de ensino na educação infantil, à formação em curso de pedagogia.

Meta 18: Garantir em legislação específica, aprovadas no âmbito do Estado e dos Municípios, condições para a efetivação da gestão democrática, na educação básica e superior públicas que evidencie o compromisso com o acesso, a permanência e o êxito na aprendizagem do estudante do Sistema Municipal de Ensino, no prazo de 1 (um) ano após a aprovação deste Plano.

Estratégias:

18.1 Participar dos programas de apoio e formação aos conselheiros dos conselhos inerentes aos assuntos colegiados, recursos financeiros, espaço físico adequado, equipamentos e meios de transporte para visitas à rede escolar, com vistas ao bom desempenho de suas funções.

18.2 Consolidar o Fórum Permanente de Educação do Município envolvendo gestores públicos, trabalhadores da educação e organizações da sociedade civil, com o intuito de: a) coordenar a conferência municipal, bem como acompanhar e avaliar o processo de implementação de suas deliberações; b) efetuar o acompanhamento da execução do plano municipal de educação; c) debater o financiamento da educação e as diretrizes curriculares do sistema municipal; d) promover as articulações necessárias entre os correspondentes do Fórum Nacional de Educação, do Fórum Estadual de Educação e dos Fóruns de Educação dos Municípios; e) acompanhar, junto a Câmara de vereadores, a tramitação de projetos legislativos relativos à Política Municipal de Educação.

18.3 Garantir, no prazo de um ano, a aprovação de lei municipal de criação de conselhos escolares, e no prazo de dois anos, lei municipal de eleição para diretor escolar e coordenador de centro de educação infantil, na rede municipal de ensino.

18.4 Estimular, na rede municipal, a constituição e o fortalecimento de grêmios estudantis e associações de pais, assegurando-se-lhes, inclusive, espaços adequados e condições de funcionamento nas escolas e fomentando a sua articulação orgânica com os conselhos escolares, por meio das respectivas representações.

18.5 Incentivar a participação efetiva da comunidade escolar e local na formulação e acompanhamento dos projetos políticos-pedagógicos, currículos escolares, planos de gestão escolar e regimentos escolares, possibilitando as condições objetivas necessárias à operacionalização desta participação.

18.6 Estabelecer diretrizes para a gestão democrática da educação, no prazo de um ano, contado da aprovação deste Plano e assegurar condições para sua implementação.

18.7 Aprovar dispositivo legal que dispõe sobre a implantação, execução e avaliação da gestão escolar da educação básica e profissional da rede pública, no prazo de um ano após a publicação deste Plano.

18.8 Fortalecer os mecanismos e os instrumentos que assegurem a transparência e o controle social na utilização dos recursos públicos aplicados em educação, bem como a publicação de documentos oficiais, realização de audiências públicas e a criação de portais eletrônicos de transparência.

18.9 Criar e/ou consolidar fóruns decisórios de políticas públicas educacionais, conselhos municipais de educação, conselhos escolares ou equivalentes, conselhos de acompanhamento e controle social do FUNDEB e da alimentação escolar (CAE), conselho de controle social envolvendo gestores públicos, trabalhadores da educação e organizações da sociedade civil, com representação paritária dos setores envolvidos com a educação e com as instituições educativas.

18.10 Consolidar e fortalecer os conselhos municipais de educação como órgãos autônomos (com dotação orçamentária e autonomia financeira e de gestão), plurais (constituído de forma paritária, com ampla representação social) e com funções deliberativas, normativas e fiscalizadoras.

18.11 Aperfeiçoar a ação do Conselho Escolar ou órgãos equivalentes, com base nos princípios democráticos, mediante: realização de Seminário anual para Conselho Escolar articulado com Associação de Pais e Professores (APPs) e Grêmios Estudantis e organizações afins; realização de cursos para pais, professores, funcionários e estudantes; e, fomento à integração entre os Conselhos Escolares em nível municipal, regional e estadual.

18.12 Criar comissões de acompanhamento do Plano de Ações Articuladas (PAR), para monitorar e dar visibilidade às ações planejadas em suas respectivas esferas.

18.13 Aprimorar os mecanismos de acompanhamento, fiscalização e avaliação dos gastos com educação pela sociedade, pelos Conselhos Escolares e Associação de Pais e Professores, viabilizando ou promovendo ampla divulgação do orçamento público, efetiva transparência nas rubricas orçamentárias e o estabelecimento de ações de controle e articulação entre os órgãos responsáveis, assegurando o gerenciamento e fiscalização dos recursos públicos destinados à escola.

18.14 Implantar avaliação institucional com a participação efetiva da comunidade escolar incorporando os resultados no Plano de Desenvolvimento da Escola, no Projeto Político Pedagógico e no Plano de Gestão.

18.15 Definir critérios técnicos para o provimento dos cargos comissionados, objetivando chegar ao mínimo necessário e que estes sejam ocupados por profissionais habilitados na área da educação.

18.16 Utilizar, amplamente, os veículos de comunicação de massa objetivando a participação da sociedade na definição das prioridades educacionais e na divulgação das experiências emancipadoras de participação, no âmbito municipal.

18.17 Garantir, em regime de colaboração programa de formação continuada para gestores das escolas públicas.

Meta 19: Ampliar o investimento público em educação pública de forma a atingir, no mínimo, o patamar de 7% (sete por cento) do Produto Interno Bruto (PIB) do País no 5º (quinto) ano de vigência deste Plano e, no mínimo, o equivalente a 10% (dez por cento) do PIB ao final do decênio.

Estratégias:

19.1 Garantir fontes de financiamento permanentes e sustentáveis para todos os níveis, etapas e modalidades da educação básica, observando-se as políticas de colaboração entre os entes federados, em especial as decorrentes do Art. 60, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, e do § 1º, do Art. 75, da Lei nº 9.394/1996, que tratam da capacidade de atendimento e do esforço fiscal de cada ente federado, com vistas a atender suas demandas educacionais à luz do padrão de qualidade nacional.

19.2 Cooperar, com a União, no aperfeiçoamento e ampliação dos mecanismos de acompanhamento da arrecadação da contribuição social do salário-educação.

19.3 Acompanhar a contribuição para o Fundo de Apoio a Manutenção e ao Desenvolvimento da Educação Superior no Estado de Santa Catarina, nos termos do Art. 171, da Constituição Estadual.

19.4 Otimizar a destinação de recursos à manutenção e o desenvolvimento do ensino, em acréscimo aos recursos vinculados nos termos do Art. 212, da Constituição Federal.

19.5 Aplicar, na forma de lei específica, a parcela da participação no resultado ou da compensação financeira pela exploração de petróleo e gás natural e outros recursos, com a finalidade de cumprimento da meta prevista no Inciso VI, do caput do Art. 214, da Constituição Federal.

19.6 Fortalecer os mecanismos e os instrumentos que assegurem, nos termos do Parágrafo Único, do Art. 48, da Lei Complementar nº 101/2000, com a redação dada pela Lei Complementar nº 131/2009, a transparência e o controle social na utilização dos recursos públicos aplicados em educação, especialmente a realização de audiências públicas, a criação de portais eletrônicos de transparência e a capacitação dos membros de conselhos de acompanhamento e controle social do FUNDEB, com a colaboração entre as Secretarias de Educação do Estado e dos Municípios, os Tribunais de Contas do Estado e dos Municípios e o Ministério Público.

19.7 Desenvolver, com apoio da contabilidade geral da Secretaria de Finanças Municipal, estudos e acompanhamento regular dos investimentos e custos por estudante da educação, em todos os níveis, etapas e modalidades.

19.8 Adotar o Custo Aluno Qualidade (CAQ) como indicador prioritário para o financiamento de todas as etapas e modalidades da educação básica.

19.9 Acompanhar a regulamentação do parágrafo único do Art. 23 e art. 211 da Constituição Federal, no prazo de 2 (dois) anos, por lei complementar, de forma a estabelecer as normas de cooperação entre o Distrito Federal, Estado e os Municípios, em material educacional, e a articulação do sistema estadual de educação em regime de colaboração, com o equilíbrio na repartição das responsabilidades e dos recursos e efetivo cumprimento das funções redistributiva e supletiva da União no combate às desigualdades educacionais regionais, promovendo a adequação da legislação municipal.

19.10 Acompanhar a elaboração da Lei de Responsabilidade Educacional, a ser amplamente discutida com os diversos setores da sociedade, com os gestores da educação e com a comunidade educacional, sendo agente de implementação.

19.11 Apoiar e defender a prorrogação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, com aperfeiçoamento que aprofundem o regime de colaboração e a participação financeira da União para garantir equalização de oportunidades educacionais e padrão mínimo de qualidade do ensino, nos termos do Art. 211, da Constituição Federal.

19.12 Definir critérios para distribuição dos recursos adicionais dirigidos à educação ao longo do decênio, que considerem a equalização das oportunidades educacionais, a vulnerabilidade socioeconômica e o compromisso técnico e de gestão do sistema de ensino, a serem pactuados na instância prevista no Art. 7º, da Lei nº 13.005/2014.

19.13 Buscar, junto à União, a complementação de recursos financeiros para o Estado e os Municípios que comprovadamente não atingirem o valor do Custo Aluno Qualidade inicial (CAQi) e, posteriormente, do CAQ.

19.14 Estabelecer, garantir e efetivar a articulação entre as metas deste Plano e demais instrumentos orçamentários da União, do Estado e dos Municípios, dos planos municipais de educação e os respectivos PPAs, LDOs e LOAs, em todos os níveis, etapas e modalidades de ensino.

19.15 Fortalecer os conselhos de acompanhamento e fiscalização dos recursos da educação, respeitando normas e legislação vigente.

19.16 Garantir a aplicação dos recursos financeiros que devem ser destinados à melhoria da qualidade e gratuidade do ensino, na formação e valorização do magistério, na organização escolar, prioritariamente, em escolas públicas.

19.17 Garantir aplicação dos recursos destinados à manutenção, reforma e construção de escolas públicas com infraestrutura adequada às etapas e modalidades de ensino. Bem como ampliar os valores destes recursos.

Sul Brasil

PREFEITURA

DECRETO Nº.131/2015

DECRETO Nº.131 DE 17 DE JUNHO DE 2015

CONCEDE FUNÇÃO DE CONFIANÇA AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EDER IVAN MARMITT, Prefeito Municipal de Sul Brasil, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial ao disposto nos artigos 15º e 16 da Lei Municipal nº. 385, de 01 de junho de 2001 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º. Fica concedida Função de Confiança ao Servidor Público Municipal de Sul Brasil-SC, TIAGO MARTINS, inscrito sob CPF nº 080.058.039-74, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, com Lotação na Secretaria Municipal de Agricultura, Obras e Transportes e para fins fica responsável pelo Departamento Municipal de Agricultura, Obras e Transportes.

Art. 2º. Para realização das Atividades elencadas no artigo 1º fica concedido Função de Confiança FC-2 correspondente a 50% do vencimento base do município.

Art. 3º. As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta de dotação própria prevista no orçamento.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, e esta vinculada a Lei 1.027 de 06 de abril de 2015 que institui o DOM - Diário Oficial dos Municípios.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Sul Brasil,

17 de junho de 2015.

EDER IVAN MARMITT

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO NA DATA SUPRA:

VALDECIR TOSETTO

Diretor do Departamento

Tigrinhos

PREFEITURA

PORTARIA 127/2015

PORTARIA Nº. 127/2015. CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RUDIMAR FRANCISCO GUTH, Prefeito Municipal de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o contido no inciso VI, do artigo 68, da Lei Orgânica Municipal e Lei Municipal nº. 012/1997.

RESOLVE:

Art. 1º Fica concedida Licença para tratamento de saúde ao servidor Público Municipal Sr. LEANDRO DA SILVA, pelo período de 21 (vinte e um) dias, a partir 16 de Junho de 2015, nos termos do art. 107 da Lei Municipal nº. 012 de 06 de janeiro de 1997 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais), conforme Atestado Médico apresentado e deferido, nesta data.

Lei Municipal nº 12/1997

Art. 107. Ao servidor que, por motivo de saúde, esteja impossibilitado de exercer seu cargo, será concedida licença remunerada a pedido ou de ofício, mediante inspeção do órgão médico oficial, até 24 (vinte e quatro) meses, prorrogáveis por igual período. Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS,
ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 18 DE JUNHO DE 2015.

RUDIMAR FRANCISCO GUTH

Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria em dezoito de junho de dois mil e quinze.

Maicon Bruxel

Secretário Municipal de

Administração e Fazenda.

Timbé do Sul

PREFEITURA

DECRETO 109/2015

DECRETO Nº 109, DE 17 DE JUNHO DE 2015.

“CRIA NOVA CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA – MODALIDADE DE APLICAÇÃO E FONTE DE RECURSOS, ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO, POR CONTA DO SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

ECLAIR ALVES COELHO, Prefeito Municipal de Timbé do Sul/SC, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei Orgânica e dispositivos da Lei Municipal nº 1.737, de 02 de dezembro de 2014, e

Considerando os dispositivos contidos na LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias do exercício de 2015 - Lei Municipal Nº 1.731/2014;

Considerando os termos dos parágrafos 1, 2 e 3, do Prejulgado Nº 1794, resultante da Decisão Plenária Nº 1087/2006, do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina;

Considerando que a inclusão no Orçamento Anual de Modalidade de Aplicação e Fonte de Recurso na classificação orçamentária, não caracteriza alteração orçamentária do tipo abertura de crédito adicional especial,

DECRETA:

Art. 1º - Fica incluído no Orçamento Municipal a classificação orçamentária (modalidade de aplicação e fonte de recurso), a qual passa integrar o Orçamento Municipal com a seguinte estrutura orçamentária:

Órgão 03: Secretaria de Administração e Finanças
Projeto 2.003: Manutenção da Secretária de Administração e Finanças
Modalidade: 3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas
Fonte de Recurso: 151 – Recursos Ordinários - Superávit
Código reduzido da despesa: 171

Órgão 04: Secretaria de Educação Cultura e Esporte
Projeto 2.006: Manutenção do Ensino Básico
Modalidade: 3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas
Fonte de Recurso: 387 – Recursos de Impostos P/MDE - Superávit
Código reduzido da despesa: 172

Órgão 04: Secretaria de Educação Cultura e Esporte
Projeto 2.008: Manutenção do Transporte Escolar
Modalidade: 3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas
Fonte de Recurso: 387 – Recursos de Impostos P/MDE - Superávit

Código reduzido da despesa: 173

Órgão 07: Secretaria de Obras e Transportes
Projeto 2.024: Manutenção da Rede Viária do Município
Modalidade: 3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas
Fonte de Recurso: 151 – Recursos Ordinários - Superávit
Código reduzido da despesa: 174

Art. 2º - Fica aberto crédito adicional suplementar ao Orçamento da Unidade Prefeitura Municipal de Timbé do Sul, por conta do superávit financeiro do exercício anterior, na forma do artigo 43 da Lei Federal 4.320/64, no valor de R\$ 192.360,00 (cento e noventa e dois mil e trezentos e sessenta reais), conforme abaixo

especificado:

Órgão 03: Secretaria de Administração e Finanças
Projeto 2.003: Manutenção da Secretária de Administração e Finanças
Modalidade: 3.3.90.00.00 (171) – Aplicações Diretas R\$ 90.360,00

Órgão 04: Secretaria de Educação Cultura e Esporte
Projeto 2.006: Manutenção do Ensino Básico
Modalidade: 3.3.90.00.00 (172) – Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

Órgão 04: Secretaria de Educação Cultura e Esporte
Projeto 2.008: Manutenção do Transporte Escolar
Modalidade: 3.3.90.00.00 (173) – Aplicações DiretasR\$ 35.000,00

Órgão 07: Secretaria de Obras e Transportes
Projeto 2.024: Manutenção da Rede Viária do Município
Modalidade: 3.3.90.00.00 (174) – Aplicações DiretasR\$ 57.000,00

Art. 3º - Os recursos financeiros para suprir as despesas por conta da suplementação de que trata o artigo 2º estão creditados em contas corrente bancária específicas remanescente do exercício anterior.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

TIMBÉ DO SUL – SC, 17 de Junho de 2015.
ECLAIR ALVES COELHO
Prefeito Municipal

Publicado e registrado o presente Decreto nesta Secretaria na data supra.

HELDER PESSETTI
Secretário de Administração e Finanças

DECRETO 110/2015

DECRETO Nº 110, DE 17 DE JUNHO DE 2015.

ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul - SC, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica e em conformidade com a Lei Municipal n. 1.114/2002;

DECRETA:

Art. 1º. - Fica admitida no Quadro de Pessoal Temporário do Município de Timbé do Sul, Jardilene Polli Feghera, CPF nº 078.331.769-74 e RG nº 4.275.150, no Cargo Professor Magistério 40 hs/Semanais.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

TIMBÉ DO SUL – SC, 17 de Junho de 2015.

ECLAIR ALVES COELHO

Prefeito Municipal

Publicado e registrado o presente Decreto nesta Secretaria na data supra.

HELDER PESSETTI

Secretário de Administração e Finanças

ERRATA DECRETO 105/2015

ERRATA: DECRETO Nº 105, DE 09 DE JUNHO DE 2015.

ONDE SE LIA:

Art. 1º. - Fica admitida no Quadro de Pessoal Temporário do Município de Timbé do Sul, Elinor Maria Manganelli Burigo, CPF nº 339.653.580-49 e RG nº 2.395.373, no Cargo Professor Supletivo 20 hs/Semanais.

LEIA-SE:

Art. 1º. - Fica admitida no Quadro de Pessoal Temporário do Município de Timbé do Sul, Elinor Maria Manganelli Burigo, CPF nº 339.653.580-49 e RG nº 2.395.373, no Cargo Professor Magistério 20 hs/Semanais.

Helder Pessetti

Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA 30/2015

PORTARIA Nº 30, DE 16 DE JUNHO DE 2015.

Concede Adicional de Graduação e Adicional de Especialização

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul - SC, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei nº 1.176, Art. 2º;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a Servidora Vanessa Aléssio, Matrícula nº 3042, ocupante do cargo de Professor Magistério 40 hs/semanais, adicional de graduação e adicional de especialização, correspondentes a 25% sobre seu vencimento base:

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Timbé do Sul/SC, 16 de junho de 2015.

ECLAIR ALVES COELHO

Prefeito Municipal

Publicada e Registrada a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

HELDER PESSETTI

Secretário de Administração e Finanças

Timbó

PREFEITURA

ATA CREDENCIAMENTO N.º 23 2015 PMT - FLORIANO COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DO MUNICÍPIO DE TIMBÓ

ATA DE CREDENCIAMENTO Nº. 23/2015 - PMT

Às dez horas e trinta, do décimo oitavo dia, do mês de junho de dois mil e quinze (18/06/2015), na sala de licitações da PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBÓ, SC reuniram-se os membros da Comissão de Licitações, designada pela Portaria 1451/2015 (alterada pela Portaria 1479/2015), sob a presidência da Sra. Pamela A. Campregher Floriano, estando presentes os membros Andrea Taise Franz, Bárbara Luíza Poffo de Azevedo e Priscila Macedo (designada pela Portaria nº 1554, de 10/03/2015), para abertura do envelope de Habilitação/Credenciamento do processo licitatório nº. 23/2015 – PMT.

Entregou tempestivamente o envelope de Habilitação a seguinte empresa: FLORIANO CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA EPP.

A Senhora Presidente solicitou aos presentes que rubricassem o envelope e que conferissem sua inviolabilidade.

Na sequência, a senhora presidente iniciou a abertura do envelope, colocando à disposição dos presentes, para exame e rubrica, de todos os documentos nele contidos.

Da análise contábil, realizada pela contadora Sra. Carla Moser, em relação ao item 4.2.4 (Qualificação econômico-financeira), verificou-se que a empresa atendeu todos os requisitos do Edital.

Nesse sentido, analisada toda documentação juntada aos autos, aliado com o parecer contábil e, atendendo ao princípio da legalidade, impessoalidade, interesse público, economicidade e vinculação ao instrumento convocatório, decidimos pela habilitação da empresa FLORIANO CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA EPP, estando, portanto, credenciada para executar serviços de pavimentação das vias públicas, por sistema de mutirão, através do tipo de pavimentação lajota (tipo tijolão).

Nada mais havendo, a Senhora Presidente encerrou a sessão, lavrando-se a presente ata, que lida e achada conforme, vai assinada pelos Membros da Comissão.

Registre-se, publique-se, intímese.

PAMELA A. CAMPREGHER FLORIANO
Presidente

BARBARA L. POFFO DE AZEVEDO
Membro

ANDREA TAISE FRANZ
Secretária

PRISCILA MACEDO
Membro

ATA HABILITAÇÃO CREDENCIAMENTO N.º 46 2015 PMT - NOVOS DOCUMENTOS

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DO MUNICÍPIO DE TIMBÓ

ATA DE ABERTURA DOS NOVOS ENVELOPES DE HABILITAÇÃO DO CREDENCIAMENTO Nº. 46/2015 - PMT

Às nove horas, do décimo oitavo dia, do mês de junho de dois mil e quinze, no setor de licitações da PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBÓ, SC, reuniram-se os membros da Comissão de Licitações, designada pela Portaria 1451/2015 (alterada pela Portaria 1479/2015), sob a presidência da Sra. Pamela A. Campregher Floriano, estando presentes os membros Andrea Taise Franz, Bárbara Luíza Poffo de Azevedo e Priscila Macedo (designada pela Portaria nº 1554, de 10/03/2015), para abertura dos novos envelopes de Habilitação dos profissionais participantes (CLAYTON ASSIS LOPES FONTOURA - CPF nº 924.880.139-00 e GIZELA LEITE - CPF nº 838.596.676-53) do Credenciamento nº 46/2015 – PMT, conforme segue:

A Senhora Presidente solicitou aos presentes que rubricassem os envelopes e que conferissem sua inviolabilidade. Em prosseguimento, passou à abertura dos envelopes de Habilitação/Credenciamento, colocando à disposição dos presentes, para exame e rubrica, de todos os documentos neles contidos.

Na sequência, a Presidente suspendeu a sessão para análise dos documentos e, encaminhamento dos mesmos à Secretaria de Educação, tendo em vista a necessidade de análise e parecer destes documentos, em especial do item 4.3.5 - Qualificação Técnica.

Nada mais havendo, a Senhora Presidente encerrou a sessão, lavrando-se a presente ata, que lida e achada conforme, vai assinada pelos Membros da Comissão.

Registre-se, publique-se, intímese.

PAMELA A. CAMPREGHER FLORIANO
Presidente

ANDREA TAISE FRANZ
Secretária

PRISCILA MACEDO
Membro

BARBARA L. POFFO DE AZEVEDO
Membro

AVISO PREGÃO PRESENCIAL N.º 15 2015 FCT - AQUISIÇÃO DE TNT, TOALHA PLÁSTICA, MADEIRAS DIVERSAS

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ
AVISO DE Pregão PRESENCIAL (SRp) Nº 15/2015

OBJETO: aquisição de tnt, toalha plástica, madeiras diversas, madeirite e compensado naval destinados ao emprego em eventos, demais ações e aplicações realizadas pela Fundação Cultural de Timbó. ENTREGA DOS ENVELOPES: contendo os documentos de Habilitação e a Proposta de Preços até as 09h00min do dia 06 de julho de 2015. ABERTURA: dia 06 de julho de 2015 as 09h10min. Os interessados poderão obter a íntegra do edital diariamente no horário de expediente da Central de Licitações localizada na Av. Getúlio Vargas, 700, Centro – Timbó/SC, ou no site: www.timbo.sc.gov.br

TIMBO (SC), 18/06/2015
Jorge R. Ferreira
Presidente da Fundação Cultural

EXTRATO CONTRATO 2015.86 - PMT

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 2015/86

CONTRATANTE: Município de Timbó através da Secretaria Municipal de Educação

CONTRATADO: Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB

OBJETO: Execução de atividades de formação continuada aos profissionais de educação da Rede Municipal de Ensino de Timbó, em consonância com a Política de Formação da Secretaria Municipal de Educação de Timbó e em parceria com o "Programa de Formação Continuada de Profissionais da Educação", de acordo com os itens abaixo, tudo de conformidade com a Inexigibilidade Licitação nº. 43/2015.

VALOR ESTIMADO: R\$ 169.884,00 (cento e sessenta e nove, oitocentos e oitenta e quatro reais)

PRAZO DE VIGÊNCIA: 31/12/2015

Data da Assinatura: 01/06/2015

SERGI FREDERICO MENGARDA
Secretário Municipal de Educação

SEGUNDA REPUBLICAÇÃO EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 161 2014 PMT - EMISSÃO DE PASSAGENS AÉREAS

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 161/2014 PMT

ÓRGÃO GESTOR: Município de Timbó

OBJETO: Registro de preços para contratação de empresa para a prestação de serviços de emissão de passagens aéreas, conforme especificação do Anexo I (termo de referência) em atendimento às necessidades das diversas secretarias e unidades diretas e indiretas da administração municipal do poder executivo.

EMPRESA FORNECEDORA: Elysee Viagens e Turismo Ltda.

TOTAL ESTIMADO: R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais).

PERCENTUAL OFERTADO: 100% (cem por cento).

MODALIDADE: Pregão Presencial

VALIDADE DA ATA: 18/12/2015

Timbó, 09/02/2015

MARIA RAMOS GONZAGA PELLIN

Secretária Municipal de Articulação Política e Institucional

CÂMARA MUNICIPAL**PARECER DA COMISSÃO DE MÉRITO AO PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 16/2015**
COMISSÃO DE MÉRITO

Projeto de Lei Ordinária nº 16/2015 - Dispõe sobre a realização do evento comemorativo ao "Dia do Colono", que integra o Programa de Desenvolvimento Rural.

Iniciativa do Projeto: Prefeito Laércio Demerval Schuster Júnior
Relator: Vereador Waldemar Gebauer

I – RELATÓRIO

Trata-se de Projeto de Lei de iniciativa do Poder Executivo, que dispõe sobre a realização do evento comemorativo do "Dia do Colono". Respectivo projeto foi protocolizado nesta Casa Legislativa no dia 18 de maio corrente e encaminhado a esta Comissão no dia 16 junho pelo Presidente da Mesa Diretora em Sessão Ordinária, conforme §1º do art. 122 do Regimento Interno, para apreciação dos aspectos legais e constitucionais.

No dia 11 de junho esta Comissão teve como pauta o projeto em sua reunião ordinária, exarando seu parecer que ora segue. Esse é o relatório.

II – FUNDAMENTAÇÃO

As comemorações alusivas ao "Dia do Colono" têm a finalidade de homenagear os agricultores deste Município, os homens e mulheres do campo de hoje e aos antigos imigrantes que da terra se sustentaram.

Servem como um estímulo para a permanência dos homens e mulheres no campo, proporcionando ainda o aperfeiçoamento técnico destes na produção dos alimentos que chegam a nossas mesas.

Esta iniciativa reflete o reconhecimento ao trabalho desenvolvido pela categoria do produtor rural há tantos anos no Município de Timbó, assim como mantém a cultura da colonização do Município.

O evento comemorativo do Dia do Colono é de fato o reconhecimento ao homem e mulher do campo em que proporcionará integração de todos que da terra buscam sua sobrevivência.

No aspecto econômico, é sabido que a atividade rural no Município de Timbó também é responsável por gerar riquezas à sua economia e que de forma complementar agrega valores à economia familiar.

A festividade do "DIA DO COLONO" é, sem dúvida, a exaltação da importância desta atividade econômica exercida no município através de trabalhadores incansáveis, sujeitos as ações do clima e as variações da economia global.

III – CONCLUSÃO**VOTO DO RELATOR**

Diante do exposto, o Relator desta Comissão se manifesta de forma favorável neste Parecer para que o Projeto de Lei nº 16/2015 seja aprovado em Plenário.

Esse é o voto.

DELIBERAÇÃO DA COMISSÃO

Votaram com o Relator, aprovando o Parecer:

Vereador Guilherme Voigt Júnior

Vereador Fabricio Dalcastagné

Sala das Comissões, em 18 de Junho de 2015.

Guilherme Voigt Júnior	
Presidente	
Fabricio Dalcastagné	Waldemar Gebauer
Membro	Relator

RESOLUÇÃO MD Nº 09/2015

Resolução MD Nº 9/2015

Constitui Comissão Parlamentar Especial e nomeia os vereadores para integrá-la.

A Mesa da Câmara Municipal de Timbó, de acordo com o disposto no art. 18, Parágrafo único, da Lei Orgânica e no uso da atribuição conferida pelo §3.º do art. 88, do Regimento Interno;

Considerando o requerimento subscrito pelos líderes de bancada de todos os partidos com representação nesta Casa, bem como a indicação dos seis vereadores para compô-la (art. 88 caput RI), também realizada pelos líderes referidos, Resolve:

Art. 1º Constituir Comissão Parlamentar Especial para estudar a reforma da Lei Orgânica Municipal e do Regimento Interno da Câmara Municipal.

Art. 2º Nomear os vereadores Fabricio Dalcastagné – PMDB, Guilherme Voigt Júnior – PSDB, John Adriano Schwartz – PSD, Rubens Borchardt – PT, Douglas Emanuel Marchetti – PP e Jorge Augusto Krüger - PP, indicados pelos líderes das respectivas bancadas, para compor a Comissão Parlamentar Especial – CPE, constituída neste ato.

Art. 3º A Comissão Parlamentar Especial - CPE terá prazo de noventa dias, prorrogável por igual período, por deliberação do Plenário, para conclusão dos seus trabalhos.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor a partir da sua publicação.

Timbó, 18 de Junho de 2015.

Marcelo Luiz Ferrari	
Presidente	
Reimar Raddatz	Rubens Borchardt
Vice-Presidente	Secretário

Três Barras

PREFEITURA

PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº. 61/2015

“AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL”.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS – SC.

Procedimento Licitatório nº. 61/2015 - Edital Pregão nº. 52/2015.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS - SC torna publico para conhecimento dos interessados, que sob a regência da Lei Federal nº 10.520/2002, Decreto Municipal nº 2.851 de 07/03/2005 e Decreto Municipal nº. 3.016/2006, e, da Lei de Licitações nº 8.666/93 com as alterações da 8.883/94, recebera ate as 08h. e 30 min. do dia 02 de julho de 2015, Propostas para a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de realização de concurso publico (com a realização de todos os procedimentos e serviços necessários) .

Abertura / Sessão de disputa: em reunião pública, na Prefeitura Municipal, às 08 h e 30 min. do dia 02 de julho de 2015.

Informações e cópias do Edital poderão ser obtidas na Coordenadoria de Licitações, na Avenida Santa Catarina, nº. 616 Centro – Fone/Fax: 47 3623-0121 ou pelo e-mail editais@tresbarras.sc.gov.br - Três Barras - SC.

Três Barras - SC, 15 de junho de 2015.

ELOI JOSE QUEGE – PREFEITO MUNICIPAL

NILTON AVANIR HURMUS - PREGOEIRO

PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº. 62/2015

“AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL”.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TRES BARRAS

Procedimento Licitatório nº. 62/2015 - Edital Pregão nº. 53/2015.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE TRES BARRAS - SC torna publico para conhecimento dos interessados, que sob a regência da Lei Federal nº 10.520/2002, Decreto Municipal nº 2.851 de 07/03/2005 e Decreto Municipal nº. 3.016/2006, e, da Lei de Licitações nº 8.666/93 com as alterações da 8.883/94, receberá até as 10 h e 00 min. do dia 02 de julho de 2015, Propostas para “REGISTRO DE PREÇOS PARA DE: Pedra Tipo Rachão; Pedra Graduada; Pedra Brita Tipo Bica Corrida; Pedra Brita nº. 01 e 02 Pó de Pedra; e Areia Para Construção” destinados a suprir as previsões de compra do Município pelo prazo de um ano.

Sistema de entrega: mediante solicitação do contratante, independente de quantidade mínima a ser solicitada.

Abertura / Sessão de disputa: em reunião pública, na Prefeitura Municipal, às 10 h e 00 min. do dia 02 de julho de 2015.

Informações e cópias do Edital poderão ser obtidas na Coordenadoria de Licitações, na Avenida Santa Catarina, nº. 616, Centro – Fone/Fax: 47 3623-0121 ou pelo e-mail licitacao@tresbarras.sc.gov.br – Três Barras – SC.

Três Barras - SC, 15 de junho de 2015.

ELOI JOSE QUEGE – PREFEITO MUNICIPAL.

NILTON AVANIR HURMUS – PREGOEIRO.

PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº. 63/2015

“AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL”.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS – SC.

Procedimento Licitatório nº. 63/2015 - Edital Pregão nº. 54/2015.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS - SC torna publico para conhecimento dos interessados, que sob a regência da Lei Federal nº 10.520/2002, Decreto Municipal nº 2.851 de 07/03/2005 e da Lei de Licitações nº 8.666/93 com as alterações da 8.883/94, recebera ate as 15 h e 00 min. do dia 02 de julho de 2015, Propostas para REGISTRO DE PREÇOS de INSTRUMENTOS MUSICAIS destinados a Fanfarra da E. B. Guita Federmann de acordo com as disposições contidas no edital.

Sistema de entrega: mediante solicitação do contratante, independente de quantidade mínima a ser solicitada ou quantidade de entregas que serão realizadas.

Abertura / Sessão de disputa: em reunião pública, na Prefeitura Municipal, às 15 h e 00 min. do dia 02 de julho de 2015.

Informações e cópias do Edital poderão ser obtidas na Coordenadoria de Licitações, na Avenida Santa Catarina, nº. 616, Centro – Fone / Fax: 47 3623-0121 ou 9151-8357 – Três Barras – SC.

Três Barras - SC, 15 de junho de 2015.

ELOI JOSE QUEGE – PREFEITO MUNICIPAL

NILTON AVANIR HURMUS - PREGOEIRO

Treze Tílias

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO TP 52-2015

ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE TREZE TÍLIAS

Processo Licitatório nº 52/2015 – PREGÃO PRESENCIAL

Objeto: A presente licitação tem por objeto a contratação de serviços especializados para a elaboração, organização e aplicação de Concurso Público e Processo Seletivo para a admissão de servidores destinados ao preenchimento de vagas para as diversas secretarias da Prefeitura de Treze Tílias, Conforme relação de cargos compreendidos nos anexos I e VI do edital.

O recebimento dos envelopes contendo a “proposta” e “documentação” será até as 09h00 min do dia 01/07/2015, sendo que a abertura e o julgamento do processo licitatório serão no mesmo dia e horário, na Sala de Reuniões da Prefeitura de Treze Tílias, situada na Praça Ministro Andreas Thaler, 25, Centro, Treze Tílias, CEP 89650-000. Mesmo local onde pode ser obtido o edital na íntegra. Maiores informações no telefone (49) 35370166.

MAURO DRESCH
Prefeito

Tunápolis

PREFEITURA

PROCESSO ADMINISTRATIVO 78/2015 DESERTA

A Comissão Permanente de Licitação - CPL, instituída pelo Decreto nº 1691/2015, através das atribuições legais, torna público que foi deserto o certame denominado como PREGÃO PRESENCIAL Nº 59/2015, referente ao Processo administrativo 78/2015, cujo objeto é a aquisição de 4(quatro) pneus 245/70, aro 16 destinados para a Viatura MMF 6007 da Polícia Militar/Convenio Rádio Patrulha, conforme quantitativos, forma e condições estabelecidas no presente ato convocatório e seus anexos. Ressalta-se que a data de abertura do dia 17 de junho de 2015, as 14h não houve nenhum interessado para o certame em questão, motivo pela qual a Pregoeira declara DESERTA a licitação e será avaliada e posteriormente relançada.

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 20/2015 EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 18/2015

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 20/2015

Edital de Pregão Presencial nº 18/2015

O Município de Tunápolis, através do Fundo Municipal da Saúde torna público, para o conhecimento dos interessados, que na forma da Lei 8.666, de 21/06/93 e especialmente da Lei 10.520, de 17/07/2002, se acha aberto o Processo de Licitação, na modalidade de Pregão Presencial, tem por objeto a " Contratação de serviços laboratoriais para a realização de exames de análises clínicas para o atendimento das atividades das Unidades de Saúde. Entrega dos envelopes até às 14h do dia 02/07/2015. Informações do Edital, no Setor de Compras do Município de Tunápolis, ou pelo telefone(0xx493)632-11-22. Email: compras@tunapolis.sc.gov.br.

Bruno José Heberle
Gestor do Fundo

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 80/2015 EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 60/2015

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 80/2015

Edital de Pregão Presencial nº 60/2015

O Município de Tunápolis, torna público, para o conhecimento dos interessados, que na forma da Lei 8.666, de 21/06/93 e especialmente da Lei 10.520, de 17/07/2002, se acha aberto o Processo de Licitação, na modalidade de Pregão Presencial, pelo seu julgamento por item, que tem por objeto a AQUISIÇÃO DE MATERIAL DIDÁTICO-PEDAGÓGICO PARA ATENDER PARA ATENDER AS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, conforme quantitativos prazos e condições estabelecidas neste ato convocatório e seus anexos. Entrega das propostas até às 8h do dia 6 de julho de 2015. Informações do Edital, no Setor de Compras do Município de Tunápolis, ou pelo telefone(0xx493)632-11-22. Email: compras@tunapolis.sc.gov.br.

Tunápolis,Sc., 19 de junho de 2015.
Enoi Scherer
Prefeito Municipal

União do Oeste

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO N.º 42/2015

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNIC. DE UNIÃO DO OESTE
AVISO DE LICITAÇÃO
Processo Adm. Nº.: 42/2015
Edital: CONVITE PARA COMPRAS E SERVIÇOS Nº.: 42/2015
Tipo : Menor Preço/Por Item
Objeto: AQUISIÇÃO DE ARTIGOS ESPORTIVOS, PARA ESCOLAS MUNICIPAIS E PARA O DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ESPORTES.
Entrega dos Envelopes : 09:00 horas do dia 26 de Junho de 2015.
Abertura dos Envelopes : 09:15 horas do dia 26 de Junho de 2015.
O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Avenida São Luiz - 531, nos dias úteis, das Segunda à Sexta, das 7:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:30 horas, pelo fone (049) 3348 1202, ou através do e-mail: administracao@uniaodoeste.sc.gov.br .
União do Oeste - SC, 18 de junho de 2015.
EVERALDO LUIS CASONATTO
PREFEITO MUNICIPAL

Urussanga

PREFEITURA

TERMO DE RESCISÃO PARCIAL N. 92/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE URUSSANGA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO E JULGAMENTO - CPLJ

Extrato do Termo de Rescisão Parcial Contrato 92/2015

Data de assinatura: 17/06/2015

Contratante: MUNICÍPIO DE URUSSANGA

Contratado: TRANSPORTE E BORRACHARIA ALEXSANDRO E ELISANDRO LTDA ME

CNPJ/CPF: 08.117.797/0001-13

Processo de Licitação n.º 01/2015

Objeto: prestação de serviços de transporte escolar municipal.

Item 09 – rescindido.

Vargeão

PREFEITURA

EXTRATOS DE CONTRATOS Nº 121, 122 E 123/2015.

EXTRATOS DE CONTRATOS nº 121, 122 e 123/2015.

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VARGEÃO

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGEÃO - SC

CONTRATADA: CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

OBJETO: Aquisição parcelada de medicamentos.

VALOR: R\$ 2.437,40 (dois mil quatrocentos e trinta e sete reais e quarenta centavos).

AMPARO LEGAL: LEI 8.666/93, suas alterações, Pregão nº 32/2015 e processo licitatório 49/2015,. Contrato nº 121/2015.

Vargeão, SC, 18 de junho de 2015.

Amarildo Paglia

Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VARGEÃO

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGEÃO - SC

CONTRATADA: MAURO MARCIANO COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA.

OBJETO: Aquisição parcelada de medicamentos.

VALOR: R\$ 1.256,00 (Hum mil duzentos e cinquenta e seis reais).

AMPARO LEGAL: LEI 8.666/93, suas alterações, Pregão nº 32/2015 e processo licitatório 49/2015. Contrato nº 122/2015.

Vargeão, SC, 18 de Junho de 2015.

Amarildo Paglia

Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VARGEÃO

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGEÃO - SC

CONTRATADA: S&R DISTRIBUIDORA LTDA.

OBJETO: Aquisição parcelada de medicamentos.

VALOR: R\$ 2.725,00 (Dois mil setecentos e vinte e cinco reais).

AMPARO LEGAL: LEI 8.666/93, suas alterações, Pregão nº 32/2015 e processo licitatório 49/2015. Contrato nº 123/2015.

Vargeão, SC, 18 de Junho de 2015.

Amarildo Paglia

Prefeito Municipal

EXTRATOS DE CONTRATOS Nº 124/2015 E Nº 125/2015.

EXTRATOS DE CONTRATOS nº 124/2015 e nº 125/2015.

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VARGEÃO

FUNDO MUNICIPAL DE ASSSITENCIA SOCIAL

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGEÃO - SC

CONTRATADA: HARMONIZE INDUSTRIA E COMERCIO TEXTIL LTDA EPP.

OBJETO: Aquisição de uniformes destinadas ao SCFV.

VALOR: R\$ 7.750,00 (sete mil setecentos e cinquenta reais).

AMPARO LEGAL: LEI 8.666/93, suas alterações, modalidade pregão nº 33/2015 e processo licitatório 50/2015, Contrato nº 124/2015.

Vargeão, SC, 18 de Junho de 2015.

Amarildo Paglia

Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VARGEÃO

FUNDO MUNICIPAL DE ASSSITENCIA SOCIAL

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGEÃO - SC

CONTRATADA: JANDIRA CAPPELLARO RODRIGUES E CIA LTDA - ME.

OBJETO: Aquisição de uniformes destinadas ao SCFV.

VALOR: R\$ 1.629,00 (Hum mil seiscentos e vinte e nove reais).

AMPARO LEGAL: LEI 8.666/93, suas alterações, modalidade pregão nº 33/2015 e processo licitatório 50/2015, Contrato nº 125/2015.

Vargeão, SC, 18 de Junho de 2015.

Amarildo Paglia

Prefeito Municipal

Vargem Bonita

PREFEITURA

DECRETO N.043/2015

DECRETO Nº 043/2015, DE 11 DE JUNHO DE 2015.

“DISPÕE SOBRE A REALIZAÇÃO DA 5ª CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE SAÚDE”

MELÂNIA APARECIDA ROMAN MENEZHINI, Prefeita Municipal de Vargem Bonita (SC), no uso da atribuição que lhe confere o artigo 103, inciso VIII da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º - A Conferência Municipal de Saúde é o fórum Máximo de deliberações da Política de Saúde conforme dispõe da Lei federal 8.142/90.

Art. 2º - Conforme decisão do Conselho Municipal de Saúde, 20 de Fevereiro de 2015 fica convocada a 5ª Conferência Municipal de Saúde para o dia 02 de Julho 2015.

Art. 3º - O tema central da Conferência será, “Saúde Pública de Qualidade para Cuidar Bem das Pessoas: Direito do Povo Brasileiro”.

Art. 4º - A Conferência de Saúde será realizada no Centro de Convivência Elvira Cazella Roman.

Art. 5º - A Conferência será presidida pela Prefeita Municipal e coordenada pela Secretaria Municipal de Saúde e Conselho Municipal de Saúde.

Art. 6º - As normas de organização e funcionamento da Conferência serão expedidas em Portaria deliberadas pelo Conselho Municipal de Saúde e publicadas pela Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 7º - Publique-se, divulgue-se, cumpra-se.

Vargem Bonita, 11 de junho de 2015.

Melânia Aparecida Roman Meneghini

Prefeita Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto no Site Oficial dos Municípios – DOM em 19/06/2015, de acordo com a Lei Municipal nº 937/2013 de 03 de abril de 2013.

Suêlen Favretto

Secretária Municipal de Administração e Finanças

Vidal Ramos

PREFEITURA

PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº. 06/2015 - EVENTUAL AQUISIÇÃO MATERIAL ODONTOLÓGICO

Prefeitura de Vidal Ramos

Fundo Municipal da Saúde de Vidal Ramos

Setor de Compras

PREGÃO Nº. 06/2015

PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº. 06/2015

OBJETO: Constitui objeto do presente certame a AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA A MANUTENÇÃO DA UNIDADE ODONTOLÓGICA PARA O DEPARTAMENTO DA SAÚDE DE VIDAL RAMOS. A ser utilizado no transcurso do exercício de 2015. Quantidade apurada por estimativa com previsão de entrega fragmentada de acordo com o consumo, mediante requisição prévia.

REGIMENTO: O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE VIDAL RAMOS, doravante denominada ENTIDADE DE LICITAÇÃO, seu pregoeiro designado pela PORTARIA Nº. 14/2013 de 03 de janeiro de 2013, torna público aos interessados, que estará reunida no dia, hora e local abaixo discriminado, a fim de receber, abrir e examinar documentação e propostas de empresas que pretendam participar do PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS nº. 06/2015, do tipo MENOR LANCE POR LOTE, tudo de conformidade com as regras estipuladas na Lei nº. 10.520, de 17/07/2002, Decreto nº. 3.555, de 08/08/2000, Decreto nº. 3.693 de 20/12/2000, Decreto nº. 3.784 de 06/04/01, Lei nº. 6.474, de 06/08/2002, Decreto nº. 0199, de 09/06/2003, Decreto nº. 7.892 de 23/01/2013 e legislação correlata aplicando-se, subsidiariamente, a Lei 8.666, de 21/06/93 e Lei complementar 123/06,

Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação, no Setor de Compras e Licitações na prefeitura municipal até as 11h30min horas do dia 30/06/2015.

A sessão pública para acolhimento dos lances verbais do pregão, será realizada a partir das 08h30min horas do dia 02/07/2015 com as propostas previamente classificadas, no setor de licitações da Prefeitura Municipal.

INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital, o Decreto que regulamenta a modalidade e esclarecimentos poderá ser obtido no seguinte endereço: Prefeitura Municipal de Vidal Ramos, Avenida Jorge Lacerda nº. 1180, centro, Setor de Compras nos seguintes horários, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00 HRS, telefone (47) 3356-2300, email: compras@prefeituravidalramos.com.br.

VIDAL RAMOS, 18 DE JUNHO DE 2015.

LAERCIO DA CRUZ – Prefeito Municipal

Videira

PREFEITURA

ATA Nº 199

ATA – 199–Aos quinzédias do mês de junho de dois mil e quinze, às treze horas e trinta minutos, nas dependências do Departamento de Ação Social, situado na Rua Lauro Muller 288 (duzentos e oitenta e oito), bairro Alvorada, cidade de Videira, Santa Catarina, reuniram-se os membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, em reunião extraordinária para deliberar sobre os seguintes assuntos de pauta: 1) Apresentação da Relação de Candidatos para o processo Seletivo para Eleições Unificadas, 2) Regulamentação do Ato de posse, 3) Férias dos Conselheiros Tutelares, 4) Edital de Convocação, 5) Convocação de equipe para auxiliar na prova escrita. O Presidente do CMDCA, Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, Sr. Alvaír Lirio Barzotto iniciou os trabalhos cumprimentando os membros do Conselho, e prosseguiu apresentando a relação dos candidatos inscritos para o cargo de Conselheiro Tutelar ressaltou que houve uma impugnação por falta de documentação, mas o candidato apresentou defesa, e o Conselho por unanimidade deferiu favorável sua candidatura. O Sr. Alvaír comentou sobre a importância de regulamentar o Ato de Posse para os Conselheiros Tutelares e apresentou junto ao CMDCA o modelo com onze artigos:

Art. 1º As regras aqui definidas aplicam-se, exclusivamente, aos membros conselho tutelar, de acordo com o estatuto da criança e do adolescente, lei 8.069/90 e lei municipal 3.215/2015. Art. 2º O cargo de conselheiro tutelar para ser provido será precedido de processo de eleição como prevê o estatuto da criança e do adolescente, lei 8.069/90 e legislação municipal. Art. 3º Os 5 (cinco) candidatos mais votados serão nomeados Conselheiros Tutelares titulares e tomarão posse, iniciando suas atividades no dia 10 de janeiro do ano subsequente ao processo de escolha, os demais serão considerados suplentes, pela ordem decrescente de votação. Art. 4º O resultado do processo de eleição terá validade até o processo subsequente ou quando esgotar a lista de suplentes, não podendo ser prorrogado. Art. 5º Os eleitos como suplentes deverão, obrigatoriamente, manter seu endereço atualizado para fins de uma provável nomeação, junto ao CMDCA. Art. 6º Para a realização dos procedimentos de posse será o interessado notificado, a comparecer perante o CMDCA para manifestar seu interesse de ingressar no conselho tutelar, em até 10 (dez) dias, a contar do recebimento do ofício de convocação. §1º O prazo indicado no caput deste artigo poderá ser prorrogado por 10 (dez) dias a pedido do interessado, mediante justa motivação. §2º Não será concedido prorrogação além do prazo previsto neste artigo. Art. 7º Findo o prazo estabelecido no artigo anterior, o nomeado tomará posse, manifestando, pessoal e expressamente, sua vontade de aceitar as atribuições, os deveres, as responsabilidades e as retribuições inerentes ao cargo de conselheiro tutelar, por meio de assinatura do respectivo Termo de Posse, pela autoridade competente e pelo conselheiro tutelar empossado. O conselheiro tutelar iniciará o exercício de suas atividades no dia útil seguinte ao da assinatura do Termo de Posse. Art. 8º No caso de renúncia ou de ausência de interesse pelo cargo de conselheiro tutelar, o interessado deverá assinar o termo de desistência, devendo ser convocado o suplente seguinte obedecendo a ordem subsequente ao sufrágio. Art. 9º Os Conselheiros Tutelares eleitos serão nomeados por ato do prefeito e posteriormente empossados pelo Presidente do Conselho Municipal da Criança e do Adolescente e tomarão posse perante o CMDCA, em reunião devidamente convocada. Art. 10º O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente registrará a posse na respectiva Ata. Art. 11º Ocorrendo vacância no cargo, assumirá o suplente que houver recebido o maior número de votos. Os suplentes serão convocados por ordem de classificação, nos casos de

licenças temporárias a que fazem jus os titulares, inclusive férias. O documento foi analisado pelos conselheiros e aprovado sem nenhuma ressalva. Os membros do CMDCA após debater sobre as férias dos conselheiros tutelares chegaram ao consenso que é necessário convocar o suplente seguinte obedecendo a ordem subsequente para realizar o período de férias dos Conselheiros Tutelares. O Presidente do CMDCA Sr. Alvaír falou sobre o Edital de Convocação do 3º lugar, Sr. Lairton Jose Bolico Joaquim classificado no processo seletivo das eleições suplementares do Conselho Tutelar, o qual havia sido convocado para realizar seus trabalhos somente no período de férias dos conselheiros tutelares, porém após a vacância no cargo de conselheiro por desistência, o Sr. Lairton sugeriu a revogação do Edital de Convocação para o período de férias, e propôs assumir como Conselheiro Tutelar realizando seus trabalhos diários, os membros do CMDCA decidiram por unanimidade que seja elaborada a revogação do Edital de Convocação de férias e que o Sr. Lairton seja convocado para assumir como Conselheiro Tutelar. O Presidente do CMDCA convidou os membros do conselho para auxiliarem no dia da realização da prova escrita do processo seletivo das eleições unificadas do Conselho Tutelar que se realizará no próximo dia vinte e oito de junho de quinze nas dependências da escola municipal Paulo Penso, a equipe ficou assim composta: Sr. Alvaír Lirio Barzotto, Sra. Sonia Rita Gheller, Sr. Fernando Farias, Sra. Marilda, Sra. Seloir, Sra. Tania e Sr. Marcos. Nada mais havendo a tratar, o Presidente, Senhor Alvaír Lirio Barzotto, agradeceu a presença de todos e declarou encerrada a reunião, da qual eu, Sônia, lavrei a presente ata que será assinada por mim e pelos demais presentes, conforme o livro de assinaturas.

DECRETO Nº 12.096/15

DECRETO Nº 12.096/15 DE 16 DE JUNHO DE 2015.

Abre Crédito Adicional para Suplementação das Dotações que Especifica o Orçamento Vigente e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, considerando o disposto na Lei nº 3.220/2015 de 08 de abril de 2015.

DECRETA

Art. 1º Fica aberto, no Orçamento da Prefeitura Municipal de Videira, crédito adicional no valor de R\$ 175.000,00 (Cento e setenta e cinco mil reais), à suplementação das seguintes dotações orçamentárias:

07 – Secretaria Municipal de Educação
01 – Departamento de Educação
2.031 – Manutenção da Secretaria de Educação
3.1.90.00.00.00.00.00.01.0001 Aplicações Diretas 150.000,00
3.1.91.00.00.00.00.00.01.0001 Aplicações Diretas 25.000,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO 175.000,00

Art. 2º A suplementação, a que se refere o artigo anterior, correrá por conta da anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

07 – Secretaria Municipal de Educação
01 – Departamento de Educação
2.031 – Manutenção da Secretaria de Educação
3.1.90.00.00.00.00.00.01.0000 Aplicações Diretas 150.000,00

3.1.91.00.00.00.00.00.01.0000 Aplicações Diretas 25.000,00

TOTAL DA ANULAÇÃO 175.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 16 de junho de 2015.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 16 dias do mês de junho de 2015.
VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração

DECRETO Nº 12.097/15

DECRETO Nº 12.097/15, DE 17 DE JUNHO DE 2015.

Exonera Servidor Público.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 2.100/09 e suas alterações,

RESOLVE

Art. 1º Exonerar, a partir de 15 de junho de 2015, RICARDO BURATTO, Assessor do Setor de Pessoal, símbolo DAS-6, com exercício na Secretaria Municipal de Saúde, nomeado pelo Decreto nº 11.102/14.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 15 de junho de 2015.

Videira, 17 de junho de 2015.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 17 dias do mês de junho de 2015.
VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração

DECRETO Nº 12.099/15

DECRETO Nº 12.099/15, DE 17 DE JUNHO DE 2015.

Nomeia Assistente Social

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Complementar nº 129/12 e alterações, bem como na Lei Complementar nº 118/11 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Nomear, GRACIELA WEIMER, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público referente ao Edital nº 002/2014, homologado em 13 de fevereiro de 2015, para exercer o cargo de provimento efetivo de Assistente Social, criado pela Lei Complementar nº

118/11 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 17 de junho de 2015.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 17 dias do mês de junho de 2015.
VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração

DECRETO Nº 12.100/15

DECRETO Nº 12.100/15, DE 17 DE JUNHO DE 2015.

Nomeia Psicólogo

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Complementar nº 129/12 e alterações, bem como na Lei Complementar nº 118/11 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Nomear, SAMANTHA VANIN FELCHILCHER, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público referente ao Edital nº 002/2014, homologado em 13 de fevereiro de 2015, para exercer o cargo de provimento efetivo de Psicóloga, criado pela Lei Complementar nº 118/11 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 17 de junho de 2015.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 17 dias do mês de junho de 2015.
VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração

DECRETO Nº 12.101/15

DECRETO Nº 12.101/15, DE 17 DE JUNHO DE 2015.

Nomeia Auxiliar de Serviços Gerais

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Complementar nº 129/12 e alterações, bem como na Lei Complementar nº 118/11 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Nomear, CLEUSA ZANOTTI, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público referente ao Edital nº 002/2014, homologado em 13 de fevereiro de 2015, para exercer o cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, criado pela Lei Complementar nº 118/11 e alterações, com carga horária de 40 horas

semanais e remuneração de Lei.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 17 de junho de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 17 dias do mês de junho de 2015.

VALMOR LUIZ DALL ´AGNOL

Secretário de Administração

DECRETO Nº 12.102/15

DECRETO Nº 12.102/15, DE 17 DE JUNHO DE 2015.

Nomeia Auxiliar de Serviços Gerais

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Complementar nº 129/12 e alterações, bem como na Lei Complementar nº 118/11 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Nomear, MARILENE APARECIDA DA SILVA, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público referente ao Edital nº 002/2014, homologado em 13 de fevereiro de 2015, para exercer o cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, criado pela Lei Complementar nº 118/11 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 17 de junho de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 17 dias do mês de junho de 2015.

VALMOR LUIZ DALL ´AGNOL

Secretário de Administração

DECRETO Nº 12.103/15

DECRETO Nº 12.103/15, DE 17 DE JUNHO DE 2015.

Nomeia Auxiliar de Serviços Gerais

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Complementar nº 129/12 e alterações, bem como na Lei Complementar nº 118/11 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Nomear, SIMONE CAON TURMINA, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público referente ao Edital nº 002/2014, homologado em 13 de fevereiro de 2015, para exercer o cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, criado pela Lei Complementar nº 118/11 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 17 de junho de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 17 dias do mês de junho de 2015.

VALMOR LUIZ DALL ´AGNOL

Secretário de Administração

DECRETO Nº 12.104/15

DECRETO Nº 12.104/15, DE 17 DE JUNHO DE 2015.

Nomeia Auxiliar de Serviços Gerais

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Complementar nº 129/12 e alterações, bem como na Lei Complementar nº 118/11 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Nomear, LOIRI DE FATIMA DE OLIVEIRA SALGADO, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público referente ao Edital nº 002/2014, homologado em 13 de fevereiro de 2015, para exercer o cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, criado pela Lei Complementar nº 118/11 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 17 de junho de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 17 dias do mês de junho de 2015.

VALMOR LUIZ DALL ´AGNOL

Secretário de Administração

DECRETO Nº 12.105/15

DECRETO Nº 12.105/15, DE 17 DE JUNHO DE 2015.

Nomeia Auxiliar de Serviços Gerais

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Complementar nº 129/12 e alterações, bem como na Lei Complementar nº 118/11 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Nomear, DEJANIR CAMPOLIM DE JESUS, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público referente ao Edital nº 002/2014, homologado em 13 de fevereiro de 2015, para exercer o cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, criado pela Lei Complementar nº 118/11 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura,

condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 17 de junho de 2015.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 17 dias do mês de junho de 2015.
VALMOR LUIZ DALL ´AGNOL
Secretário de Administração

DECRETO Nº 12.106/15

DECRETO Nº 12.106/15, DE 17 DE JUNHO DE 2015.

Nomeia Auxiliar de Serviços Gerais

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Complementar nº 129/12 e alterações, bem como na Lei Complementar nº 118/11 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Nomear, JOELMA FERNANDA PAZ DE OLIVEIRA, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público referente ao Edital nº 002/2014, homologado em 13 de fevereiro de 2015, para exercer o cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, criado pela Lei Complementar nº 118/11 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 17 de junho de 2015.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 17 dias do mês de junho de 2015.
VALMOR LUIZ DALL ´AGNOL
Secretário de Administração

DECRETO Nº 12.107/15

DECRETO Nº 12.107/15, DE 17 DE JUNHO DE 2015.

Nomeia Auxiliar de Serviços Gerais

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Complementar nº 129/12 e alterações, bem como na Lei Complementar nº 118/11 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Nomear, SIMIONE DOS REIS BAZZAN, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público referente ao Edital nº 002/2014, homologado em 13 de fevereiro de 2015, para exercer o cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, criado pela Lei Complementar nº 118/11 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos

da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 17 de junho de 2015.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 17 dias do mês de junho de 2015.
VALMOR LUIZ DALL ´AGNOL
Secretário de Administração

DECRETO Nº 12.108/15

DECRETO Nº 12.108/15, DE 17 DE JUNHO DE 2015.

Nomeia Auxiliar de Serviços Gerais

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Complementar nº 129/12 e alterações, bem como na Lei Complementar nº 118/11 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Nomear, VITORINA VIECELI, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público referente ao Edital nº 002/2014, homologado em 13 de fevereiro de 2015, para exercer o cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, criado pela Lei Complementar nº 118/11 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 17 de junho de 2015.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 17 dias do mês de junho de 2015.
VALMOR LUIZ DALL ´AGNOL
Secretário de Administração

DECRETO Nº 12.109/15

DECRETO Nº 12.109/15, DE 17 DE JUNHO DE 2015.

Torna sem efeito o Decreto nº 11.983/15.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com base no Processo Administrativo nº 10273/2015,

RESOLVE

Art. 1º Tornar sem efeito o Decreto nº 11.983/15, que nomeou SIDEMAR ALESANDRO BORGES, para exercer o cargo de Motorista I – Veículos de Passeio, Vans e Utilitários Pequenos, criado pela Lei Complementar nº 118/11 e alterações.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 17 de junho de 2015.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 17 dias do mês de junho de 2015.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração

DECRETO Nº 12.110/15

DECRETO Nº 12.110/15, DE 17 DE JUNHO DE 2015.

Nomeia Motorista I – Veículos de Passeio, Vans e Utilitários Pequenos

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Complementar nº 129/12 e alterações, bem como na Lei Complementar nº 118/11 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Nomear, CLAUDINO DE OLIVEIRA DO CAMPO, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público referente ao Edital nº 002/2014, homologado em 13 de fevereiro de 2015, para exercer o cargo de provimento efetivo de Motorista I – Veículos de Passeio, Vans e Utilitários Pequenos, criado pela Lei Complementar nº 118/11 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 17 de junho de 2015.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 17 dias do mês de junho de 2015.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração

DECRETO Nº 12.111/15

DECRETO Nº 12.111/15, DE 17 DE JUNHO DE 2015.

Nomeia Professor – Área de Atuação: Educação Infantil

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Complementar nº 130/12 e alterações, bem como na Lei Complementar nº 122/12 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Nomear, ADRIANA FERLIN, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público referente ao Edital nº 003/2014, homologado em 17 de dezembro de 2014, para exercer o cargo de provimento efetivo de Professor – Área de Atuação: Educação Infantil, criado pela Lei Complementar nº 122/12 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 17 de junho de 2015.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 17 dias do mês de junho de 2015.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração

DECRETO Nº 12.112/15

DECRETO Nº 12.112/15, DE 17 DE JUNHO DE 2015.

Nomeia Professor – Área de Atuação: Educação Infantil

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Complementar nº 130/12 e alterações, bem como na Lei Complementar nº 122/12 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Nomear, FLAVIANE MARAFON BALEM CANONICA, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público referente ao Edital nº 003/2014, homologado em 17 de dezembro de 2014, para exercer o cargo de provimento efetivo de Professor – Área de Atuação: Educação Infantil, criado pela Lei Complementar nº 122/12 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei,

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 17 de junho de 2015.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 17 dias do mês de junho de 2015.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Alvair Lirio Barzotto, Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Videira, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal 3215/15, leva ao conhecimento de todos que o presente edital virem, ou dele conhecimento tiverem;

CONSIDERANDO que a Sra. Kely Regina Danielli Suzin aprovada em 2º lugar no processo eleitoral suplementar do Conselho Tutelar renunciou seu cargo, vem convocar Sr. Lairton Jose Bolico Joaquim, tendo em vista sua aprovação em 3º lugar, no processo eleitoral suplementar para o cargo de Conselheiro Tutelar, para assumir como Conselheiro Tutelar, comprometendo-se a desempenhar suas funções com zelo e responsabilidade.

CONSIDERANDO, que o Conselho de Direitos da Criança e do Adolescente em reunião extraordinária no dia quinze de junho de dois mil e quinze, reuniram-se e deliberou seu parecer favorável à substituição, conforme Ata cento e noventa e nove (199) do Conselho de Direitos da Criança e do Adolescente, haja vista que o Sr. Lairton Jose Bolico Joaquim havia sido convocado para assumir como Conselheiro no período de férias dos Conselheiros Tutelares, sendo

assim revoga-se o Edital de convocação anterior.
O presente será publicado no Diário Oficial do Município de Videira.

Videira, 18 de junho de 2015.
Alvair Lirio Barzotto
Presidente do CMDCA

KATIANII GUARACI DE MORAIS
Presidente do CMDCA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N. 040/2015 EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 040/15

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, torna público que ficam convocados os candidatos abaixo relacionados para, no prazo de 30 (trinta) dias contados do recebimento da convocação, comparecer no Departamento de Pessoal, no Paço Municipal, à Avenida Manoel Roque, nº 188, no Município de Videira/SC, a fim de assumir o cargo para o qual foram nomeados, em razão de aprovação no Concurso Público - Edital nº 002/2014:

CONVOCADO	CARGO	DECRETO NOMEAÇÃO
1. OTAVIO AUGUSTO BARROS PADILHA DOS SANTOS	FISCAL DE POSTURAS	12.065/15, DE 01/06/2015
2. MARLENE SALETE DALL-POSSO	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	12.066/15, DE 01/06/2015
3. SANDRA ROBERTI DEMICIANO	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	12.069/15, DE 03/06/2015
4. LEANDRO LUIZ MICHELON	OPERADOR DE RETRO-ESCAVADEIRA, ESCAVADEIRA HIDRÁULICA E PÁ CARREGADEIRA	12.070/15, DE 03/06/2015
5. RENAN SCUCIATO	OPERADOR DE RETRO-ESCAVADEIRA, ESCAVADEIRA HIDRÁULICA E PÁ CARREGADEIRA	12.077/15, DE 09/06/2015
6. MARCOS PAULO CASA-GRANDE	OPERADOR DE RETRO-ESCAVADEIRA, ESCAVADEIRA HIDRÁULICA E PÁ CARREGADEIRA	12.078/15, DE 09/06/2015
7. RAFAEL RODRIGUES DE JESUS	OPERADOR DE RETRO-ESCAVADEIRA, ESCAVADEIRA HIDRÁULICA E PÁ CARREGADEIRA	12.079/15, DE 09/06/2015
8. GILMAR PIRES	OPERADOR DE RETRO-ESCAVADEIRA, ESCAVADEIRA HIDRÁULICA E PÁ CARREGADEIRA	12.080/15, DE 09/06/2015
9. RODRIGO TELES DE OLIVEIRA	AGENTE ADMINISTRATIVO II	12.081/15, DE 09/06/2015
10. CARLA MARLENE GASPARELLO RIZZOLLI	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	12.083/15, DE 09/06/2015
11. MARINA BASEGGIO CANDIAGO	AGENTE SOCIAL	12.085/15, DE 09/06/2015

Os convocados deverão apresentar no Departamento de Pessoal na Prefeitura Municipal de Videira, dentro do prazo supramencionado, os seguintes documentos:

- Carteira de Trabalho;
- PIS/PASEP;
- 1 (uma) foto 3x4;
- Comprovante de Residência;

- Declaração de dependentes para Imposto de Renda;
- Cópias: Carteira de Identidade, CPF, Título de Eleitor, Certificado de Reservista, Grupo Sanguíneo, Certidão de Casamento ou Nascimento, Certidão de Nascimento de filhos menores de 14 (quatorze) anos;
- Certidão Negativa de Antecedentes Criminais (Fórum);
- Comprovante de Escolaridade e requisitos (conforme exigido no Edital de Concurso);
- Comprovante de inscrição no órgão de classe (quando exigido no Edital de Concurso).

Apresentar os seguintes exames, para inspeção médica oficial.

- Avaliação Cardiológica;
- Avaliação Neurológica;
- RX Tórax;
- RX coluna lombo sacra ap.p. oblíquas;
- Hemograma;
- VDRL;
- ABO RH;
- Glicemia;
- Ex. Quant. Urina;
- EPF;
- Avaliação Audiométrica;
- Apresentar comprovante de vacina antitetânica;
- Exame Anti-HBS.

Os exames médicos e laboratoriais deverão ser providenciados com a necessária antecedência para possibilitar a realização da perícia médica dentro do prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da convocação.

O não atendimento a presente convocação importará na perda do direito à nomeação e no desfazimento do respectivo ato.

Videira, 16 de Junho de 2015.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N. 041/2015 EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 041/15

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, torna público que fica convocada a candidata abaixo relacionada para, no prazo de 30 (trinta) dias contados do recebimento da convocação, comparecer no Departamento de Pessoal, no Paço Municipal, à Avenida Manoel Roque, nº 188, no Município de Videira/SC, a fim de assumir o cargo para o qual foi nomeada, em razão de aprovação no Concurso Público - Edital nº 003/2014:

CONVOCADA	CARGO	DECRETO NOMEAÇÃO
1. LUEINE MARIELI DE OLIVEIRA	PROFESSOR – ÁREA DE ATUAÇÃO: EDUCAÇÃO INFANTIL	12.062/15, DE 01/06/2015

A convocada deverá apresentar no Departamento de Pessoal na Prefeitura Municipal de Videira, dentro do prazo supramencionado, os seguintes documentos:

- Carteira de Trabalho;
- PIS/PASEP;
- 1 (uma) foto 3x4;
- Comprovante de Residência;
- Declaração de dependentes para Imposto de Renda;
- Cópias: Carteira de Identidade, CPF, Título de Eleitor, Certificado de Reservista, Grupo Sanguíneo, Certidão de Casamento ou Nascimento, Certidão de Nascimento de filhos menores de 14 (quatorze) anos;

- g) Certidão Negativa de Antecedentes Criminais (Fórum);
- h) Comprovante de Escolaridade e requisitos (conforme exigido no Edital de Concurso);
- i) Comprovante de inscrição no órgão de classe (quando exigido no Edital de Concurso).

Apresentar os seguintes exames, para inspeção médica oficial.

- a) Avaliação Cardiológica;
- b) Avaliação Neurológica;
- c) RX Tórax;
- d) RX coluna lombo sacra ap.p. oblíquas;
- e) Hemograma;
- f) VDRL;
- g) ABO RH;
- h) Glicemia;
- i) Ex. Quant. Urina;
- j) EPF;
- k) Avaliação Audiométrica;
- l) Apresentar comprovante de vacina antitetânica;
- m) Exame Anti-HBS.

Os exames médicos e laboratoriais deverão ser providenciados com a necessária antecedência para possibilitar a realização da perícia médica dentro do prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da convocação.

O não atendimento a presente convocação importará na perda do direito à nomeação e no desfazimento do respectivo ato.

Videira, 16 de Junho de 2015.

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N. 042/2015

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 042/15

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, torna público que ficam convocados os candidatos abaixo relacionados para, no prazo de 30 (trinta) dias contados do recebimento da convocação, comparecer no Departamento de Pessoal, no Paço Municipal, à Avenida Manoel Roque, nº 188, no Município de Videira/SC, a fim de assumir o cargo para o qual foram nomeados, em razão de aprovação no Concurso Público- Edital nº 002/2014:

CONVOCADO	CARGO	DECRETO NOMEAÇÃO
1. LAIS DOS SANTOS	AGENTE ADMINISTRATIVO II	12.088/15, DE 10/06/2015
2. TIAGO LUDWIG	AGENTE ADMINISTRATIVO II	12.089/15, DE 10/06/2015
3. MAIARA DREHER SCORTEGAGNA	AGENTE ADMINISTRATIVO II	12.090/15, DE 10/06/2015
4. VINICIUS ANDRE CORREA DE SIQUEIRA	MOTORISTA IV – CAMINHÕES E CAMINHONETES	12.092/15, DE 11/06/2015

Os convocados deverão apresentar no Departamento de Pessoal na Prefeitura Municipal de Videira, dentro do prazo supramencionado, os seguintes documentos:

- a) Carteira de Trabalho;
- b) PIS/PASEP;
- c) 1 (uma) foto 3x4;
- d) Comprovante de Residência;
- e) Declaração de dependentes para Imposto de Renda;
- f) Cópias: Carteira de Identidade, CPF, Título de Eleitor, Certificado de Reservista, Grupo Sanguíneo, Certidão de Casamento ou Nascimento, Certidão de Nascimento de filhos menores de 14 (quatorze)

anos;

- g) Certidão Negativa de Antecedentes Criminais (Fórum);
- h) Comprovante de Escolaridade e requisitos (conforme exigido no Edital de Concurso);
- i) Comprovante de inscrição no órgão de classe (quando exigido no Edital de Concurso).

Apresentar os seguintes exames, para inspeção médica oficial.

- a) Avaliação Cardiológica;
- b) Avaliação Neurológica;
- c) RX Tórax;
- d) RX coluna lombo sacra ap.p. oblíquas;
- e) Hemograma;
- f) VDRL;
- g) ABO RH;
- h) Glicemia;
- i) Ex. Quant. Urina;
- j) EPF;
- k) Avaliação Audiométrica;
- l) Apresentar comprovante de vacina antitetânica;
- m) Exame Anti-HBS.

Os exames médicos e laboratoriais deverão ser providenciados com a necessária antecedência para possibilitar a realização da perícia médica dentro do prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da convocação.

O não atendimento a presente convocação importará na perda do direito à nomeação e no desfazimento do respectivo ato.

Videira, 17 de Junho de 2015.

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 002/15

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA/SC

PROCESSO SELETIVO Nº. 002/2015

EDITAL Nº 002/2015 – ABERTURA E INSCRIÇÕES

WILMAR CARELLI, Prefeito Municipal de Videira/SC, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, torna público que estarão abertas, no período de 22/06/2015 a 21/07/2015, as inscrições para a prestação de PROCESSO SELETIVO destinado ao provimento de empregos públicos, em conformidade com a Lei Municipal n.º 1942, de 14 de dezembro de 2007, e alterações posteriores, sob o regime celetista, certame que observará os regramentos pertinentes, em especial, o Decreto-Lei N.º 5.452, de 1º de Maio de 1943, a Consolidação das Leis do Trabalho, além do Estatuído neste edital de abertura e inscrições, tudo sob a coordenação técnico-administrativa da empresa Legalle Concursos e Soluções Integradas Ltda.

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

O Processo Seletivo será composto das seguintes etapas:

- Prova teórico-objetiva, de caráter eliminatório e classificatório, para todos os cargos.

1.1 DO QUADRO DE VAGAS

Cargo/Bairro	Nº de vagas	Carga Horária	Vencimento Inicial – R\$	Nível de Escolaridade
Agente Comunitário de Saúde: Água Verde	01 + CR	40h	1.077,17	Ensino Fundamental Completo
Agente Comunitário de Saúde: Amarante	CR	40h	1.077,17	Ensino Fundamental Completo
Agente Comunitário de Saúde: Campo Experimental	CR	40h	1.077,17	Ensino Fundamental Completo
Agente Comunitário de Saúde: Carboni	01 + CR	40h	1.077,17	Ensino Fundamental Completo
Agente Comunitário de Saúde: Carelli	01 + CR	40h	1.077,17	Ensino Fundamental Completo
Agente Comunitário de Saúde: Cibrazen	CR	40h	1.077,17	Ensino Fundamental Completo
Agente Comunitário de Saúde: Cidade Alta	01 + CR	40h	1.077,17	Ensino Fundamental Completo
Agente Comunitário de Saúde: De Carli	01 + CR	40h	1.077,17	Ensino Fundamental Completo
Agente Comunitário de Saúde: Farroupilha	01 + CR	40h	1.077,17	Ensino Fundamental Completo
Agente Comunitário de Saúde: Floresta	CR	40h	1.077,17	Ensino Fundamental Completo
Agente Comunitário de Saúde: Oficina	01 + CR	40h	1.077,17	Ensino Fundamental Completo
Agente Comunitário de Saúde: Panazzolo	CR	40h	1.077,17	Ensino Fundamental Completo
Agente Comunitário de Saúde: Rio das Pedras	01 + CR	40h	1.077,17	Ensino Fundamental Completo
Agente Comunitário de Saúde: Santa Gema	01 + CR	40h	1.077,17	Ensino Fundamental Completo
Agente Comunitário de Saúde: Santos Dumont	01 + CR	40h	1.077,17	Ensino Fundamental Completo
Agente Comunitário de Saúde: SESI	CR	40h	1.077,17	Ensino Fundamental Completo
Agente Comunitário de Saúde: Universitário	01 + CR	40h	1.077,17	Ensino Fundamental Completo
Agente Comunitário de Saúde: Vila verde	CR	40h	1.077,17	Ensino Fundamental Completo

CARGO	Nº de vagas	Carga Horária Semanal	Vencimento Inicial – R\$	Nível de Escolaridade
Agente de Combate as Endemias	CR	40h	1.077,17	Ensino Fundamental Completo

*CR significa Cadastro Reserva.

1.1.1 Para o exercício da atividade, o Agente Comunitário de Saúde deverá haver concluído, com aproveitamento, curso introdutório de formação inicial e continuada, que será oferecido pelo município.

1.1.2 O candidato ao emprego público de Agente Comunitário de Saúde, deverá residir no local para a qual se inscrever, de acordo com a Lei Federal nº. 11.350, ficando responsável, ao fazer a inscrição, pelo cumprimento da mesma.

1.1.3 No ato da Posse, o candidato ao emprego público de Agente Comunitário de Saúde deverá comprovar residência na área para a qual se inscreveu, sob pena de desclassificação do Processo Seletivo.

1.2 CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO

PROCEDIMENTO	DATA
Publicação do Edital do Processo Seletivo	19/06/2015
Período de Inscrições pela internet, através do site: www.legalleconcursos.com.br	22/06/2015 a 21/07/2015
Último dia para efetuar o Pagamento do Boleto Bancário	21/07/2015
Edital de Publicação das Inscrições Homologadas – Lista preliminar de Inscritos, Edital de Deferimento de Condições Especiais para o dia da Prova e Edital de Convocação para a realização da Prova Prática	23/07/2015

Período de Recursos – Homologação das Inscrições	24 a 27/07/2015
Resultado da Homologação das Inscrições – Lista Oficial dos Inscritos	30/07/2015
Edital de Data, Hora e Locais das Provas Teórico-Objetivas e Divulgação da Densidade de Inscritos por Cargo	30/07/2015
Aplicação da Prova Teórico-Objetivas	09/08/2015
Divulgação dos Gabaritos Preliminares	10/08/2015
Recebimento de Recursos dos Gabaritos Preliminares	11 a 14/08/2015
Divulgação dos Gabaritos Oficiais	20/08/2015
Divulgação das Notas Preliminares da Prova Teórico-Objetiva	26/08/2015
Período de Recursos das Notas Preliminares da Prova Teórico-Objetiva	27 a 28/08/2015
Divulgação das Notas Oficiais da Prova Teórico-Objetiva	02/09/2015
Lista de Homologação Final para Homologação dos Cargos em ordem de classificação	03/09/2015

1.3 Todas as publicações serão divulgadas até as 23h59min, nas datas estipuladas neste cronograma, no site www.legalleconcursos.com.br e no diário oficial dos municípios site www.diariomunicipal.sc.gov.br.

1.4 O cronograma de execução do Processo Seletivo poderá ser alterado pela Legalle Concursos em decisão conjunta com a Comissão de Fiscalização e Acompanhamento do Processo Seletivo nº. 02/2015 do Município de Videira/SC, a qualquer momento, havendo justificadas razões, sem que caiba aos interessados qualquer direito de se opor ou algo a reivindicar em razão de alguma alteração, sendo dada publicidade caso venha ocorrer.

2. DOS REQUISITOS PARA INVESTIDURA

2.1 São requisitos básicos para ingresso nos empregos públicos de que trata a Lei nº 1942, de 14 de dezembro de 2007, além dos previstos na Lei Federal nº 11.350, de 05 de outubro de 2006:

- I ser brasileiro nato ou naturalizado;
- II ter completado dezoito anos;
- III estar no gozo dos direitos políticos;
- IV ser portador de certificado de reservista ou de dispensa de incorporação e estar quite com as obrigações eleitorais;
- V possuir os requisitos de escolaridade exigidos para o seu exercício;
- VI atender às exigências especiais para seu provimento, previstos na legislação específica de âmbito municipal;
- VII não ter sido demitido de serviço público Federal, Estadual ou Municipal, com impedimento de exercer função pública;
- VIII apresentar os seguintes documentos:
 - a) Carteira de Trabalho;
 - b) PIS/PASEP;
 - c) 1 (uma) foto 3x4;
 - d) Comprovante de Residência;
 - e) Declaração de dependentes para Imposto de Renda;
 - f) Cópias: Carteira de Identidade, CPF, Título de Eleitor, Certificado de Reservista, Grupo Sanguíneo, Certidão de Casamento ou Nascimento, Certidão de Nascimento de filhos menores de 14 (quatorze) anos;
 - g) Certidão Negativa de Antecedentes Criminais (Fórum);
 - h) Comprovante de Escolaridade e requisitos (conforme exigido no Edital);
 - i) Comprovante de inscrição no órgão de classe (quando exigido no Edital);
- IX apresentar os seguintes exames, para inspeção médica oficial.

- a) Avaliação Cardiológica;
- b) Avaliação Neurológica;
- c) RX Tórax;
- d) RX coluna lombo sacra ap.p. oblíquas;
- e) Hemograma;
- f) VDRL;
- g) ABO RH;
- h) Glicemia;
- i) Ex. Quant. Urina;
- j) EPF;
- k) Avaliação Audiométrica;
- l) Apresentar comprovante de vacina antitetânica;
- m) Exame AntiHBS.

3. DAS INSCRIÇÕES

3.1 Os candidatos poderão se inscrever para um cargo apenas, efetuando o pagamento referente a taxa de inscrição do respectivo cargo.

3.1.1 A data provável para realização da Prova Teórico-Objetiva é o dia 09 de agosto de 2015 (data sujeita à alteração), com início às 8h30min e término às 11h30min (horário oficial de Brasília, DF), em local a ser definido e publicado por meio de Edital, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias da realização, nos sites www.legalleconcursos.com.br e www.videira.sc.gov.br e afixado no mural do Paço Municipal.

3.2 O valor referente a taxa de inscrição será de R\$ 20,00 (vinte reais).

3.3 As inscrições serão realizadas no período determinado no cronograma de execução, pela internet, no endereço www.legalleconcursos.com.br, e os candidatos sem acesso à internet poderão dispor de equipamentos e ter ajuda de pessoal treinado para orientar a sua inscrição na Biblioteca Municipal Euclides da Cunha, no horário das 8h30min às 11h30min e 14h às 16h30min, localizada na Rua Campos Novos, nº 135, Bairro Matriz, Videira, SC.

3.4 Procedimentos para Inscrições: Acessar o endereço www.legalleconcursos.com.br, a partir da data de início das inscrições determinada no cronograma e acessar "Processo Seletivo – Município de Videira/SC". O candidato encontrará o Edital nº. 01/2015 - Abertura e Inscrições. Deverá ler o Edital de Abertura e Inscrições para conhecimento das normas reguladoras do presente Processo Seletivo.

3.5 As inscrições serão submetidas ao sistema até às 20 horas do último dia determinado no cronograma de execução. Durante o processo de inscrição, será emitido o boleto bancário com a taxa de inscrição, sendo que o pagamento poderá ser feito em qualquer agência bancária do território nacional, até o dia do vencimento indicado no boleto, observados os horários de funcionamento das mesmas ou via internet até às 23h59min, até o dia do vencimento indicado no boleto.

3.5.1 O candidato deverá ficar atento ao dia de vencimento do boleto bancário, que será indicado no boleto, sendo o mesmo dia para todos os candidatos. Não serão aceitos pagamentos efetuados posteriormente a esta data.

3.5.2 Não serão aceitos pagamentos com taxas inferiores às estipuladas.

3.5.2.1 Será cancelada a inscrição com pagamento efetuado por valor menor do que o estabelecido e as solicitações de inscrições cujo pagamento forem efetuados após a data do último dia do pagamento, não sendo devido ao candidato qualquer ressarcimento da importância paga.

3.6 Não serão considerados os pedidos de inscrição via internet que deixarem de serem concretizados por falhas de computadores, congestionamento de linhas ou outros fatores de ordem técnica. O candidato assume qualquer e total responsabilidade se não conseguir efetivar a inscrição dentro do período previsto, sendo recomendável não deixar para o último dia a efetivação da inscrição, devido ao congestionamento de tráfego de dados do site que receberá as inscrições.

3.7 Para efetuar a inscrição, é imprescindível o número do Cadastro de Pessoa Física (CPF).

3.7.1 Poderá ter a sua inscrição cancelada e eliminada do Processo Seletivo o candidato que usar o CPF de terceiro para realizar a sua inscrição.

3.7.2 Após efetiva a inscrição não será permitido a troca de cargos.

3.8 O candidato inscrito terá exclusiva responsabilidade sobre as informações cadastrais fornecidas, sob as penas da lei.

3.9 A Legalle Concursos encaminha ao candidato e-mail meramente informativo, ao endereço eletrônico fornecido na ficha de inscrição, não isentando o candidato de buscar as informações nos locais informados no Edital. O site da Legalle Concursos, www.legalleconcursos.com.br, será fonte permanente de comunicação de avisos e editais, além das publicações em jornal local dos extratos do Edital de Abertura.

3.10 O candidato poderá inscrever-se para o Processo Seletivo do Município de Videira/SC, mediante a inscrição pela internet e o pagamento do valor correspondente, desde que atenda às exigências do cargo, conforme especificado neste Edital e seus anexos.

3.11 Não serão aceitas inscrições por via postal ou fac-símile, nem em caráter condicional.

3.12 O candidato é responsável pelas informações prestadas na ficha de inscrição, arcando com as consequências de eventuais erros de preenchimento daquele documento. A opção de cargo não poderá ser trocada após a efetivação/término da inscrição.

3.13 O candidato deverá identificar claramente na ficha de inscrição o nome do cargo para o qual concorre, sendo de sua inteira responsabilidade o preenchimento correto.

3.14 Não serão restituídos valores de inscrição pagos a maior.

3.15 Pagamentos em duplicidade (mesmo nº de boleto) não serão devolvidos.

3.16 A opção pelo cargo deve ser efetivada no momento da inscrição, sendo vedada ao candidato qualquer alteração posterior ao envio/término da inscrição.

3.16.1 Serão canceladas as inscrições pagas com cheque, agendamentos bancários e outros meios, sem a devida provisão de fundos. Não serão homologadas as inscrições cujos boletos não forem pagos.

3.17 É vedada a transferência do valor pago a título da taxa para terceiros, assim como a transferência da inscrição para outrem.

3.18 Caso necessite de condições especiais para a realização da prova, o candidato deverá formalizar o pedido por escrito pela ficha eletrônica de inscrição e entregar o laudo médico que deverá ser encaminhado, juntamente com o Formulário de Requerimento – Pessoas com Deficiência ou Necessidades Especiais, conforme Anexo II, até o último dia do período de pagamento das inscrições, remetê-lo por SEDEX para a Legalle Concursos, Caixa Postal 135, Santa Maria/RS, CEP 97010-970. Se houver necessidade de tempo adicional, a justificativa deverá conter parecer emitido por especialista da área de deficiência. A Comissão de Concursos examinará a possibilidade operacional de atendimento à solicitação.

3.19 Não será homologado o pedido de necessidades especiais para a realização da prova do candidato que descumprir quaisquer das exigências aqui apresentadas. Os laudos médicos terão valor somente para este Processo Seletivo, não sendo devolvidos aos candidatos.

3.20 A candidata que tiver necessidade de amamentar deverá entregar o atestado de amamentação, juntamente com o requerimento do Anexo II, remetê-lo por SEDEX para a Legalle Concursos, Caixa Postal 135, Santa Maria/RS, CEP 97010-970. Durante a realização da prova, deverá levar acompanhante, maior de 18 anos, que ficará em sala reservada para essa finalidade e que será responsável pela guarda da criança. A candidata que não levar acompanhante não realizará a prova. A Legalle Concursos e o Município de Videira/SC não se responsabilizarão por acompanhantes menores de idade durante a realização das provas.

3.21 Caso haja algum erro ou omissão detectada (nome, número de documento de identidade, sexo, data de nascimento e endereço etc.) ou mesmo ausência na listagem oficial de inscritos, o candidato terá o prazo de 48 horas após a divulgação para entrar em contato com a Legalle Concursos, mediante contatos disponíveis no site.

3.22 A área do candidato é local onde o candidato pode acompanhar previamente o deferimento de sua inscrição, sendo que qualquer informação lá contida, é meramente informativa. O candidato deve atentar-se para as publicações que serão divulgadas conforme o cronograma de execução do presente Processo Seletivo.

4. ISENÇÃO DE TAXA DE INSCRIÇÃO

4.1 Não haverá isenção da taxa de inscrição.

5. DAS VAGAS PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

5.1 As pessoas com deficiência, é assegurado o direito de inscrição no presente Processo Seletivo, para os cargos cujas atribuições sejam compatíveis com a deficiência de que são portadores, num percentual de 5% (cinco por cento) do total das vagas oferecidas para cada cargo, de acordo com o art. 37, inciso VIII da Constituição Federal.

5.2 Em qualquer hipótese será assegurada uma vaga aos deficientes, após 4 (quatro) preenchidas por não deficientes.

5.3 Para concorrer nas vagas destinadas aos deficientes, o candidato deverá encaminhar o pedido por escrito pela ficha eletrônica de inscrição e entregar o laudo médico que deverá ser encaminhado, juntamente com o Formulário de Requerimento – Pessoas com Deficiência ou Necessidades Especiais, conforme Anexo II, até o último dia do período de pagamento das inscrições, remetê-lo por SEDEX para a Legalle Concursos, Caixa Postal 135, Santa Maria/RS, CEP 97010-970.

5.4 Caso o candidato não encaminhe o laudo médico e o respectivo requerimento até o prazo determinado, não será considerado como pessoa com deficiência para concorrer às vagas reservadas, não tendo direito à vaga especial, seja qual for o motivo alegado, mesmo que tenha assinalado tal opção na Ficha de Inscrição.

5.5 Não serão considerados como deficiência os distúrbios de acuidade visual passíveis de correção simples do tipo miopia, astigmatismo, estrabismo e congêneres.

5.6. Os candidatos inscritos nessa condição participarão do Processo Seletivo em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere às provas aplicadas, ao conteúdo das mesmas, à avaliação, aos critérios de aprovação, ao horário e local de aplicação das provas e à nota mínima exigida para todos os demais candidatos, resguardadas as condições especiais previstas na legislação própria.

5.7 Os candidatos aprovados no Processo Seletivo serão submetidos a exames médicos e complementares, que irão avaliar a sua condição física e mental.

5.8 Na falta de candidatos aprovados para as vagas reservadas, estas serão preenchidas pelos demais candidatos com estrita observância da ordem classificatória.

6. DA PROVA OBJETIVA

6.1 A Prova Teórico-objetiva de cada cargo será classificatória, constituída de 40 (quarenta) questões. Todas as questões serão elaboradas com base nos Programas de Provas (Anexo I). O candidato terá 03 (três) horas para a resolução da prova e preenchimento do cartão resposta.

6.2 As questões da Prova Teórico-objetiva serão de múltipla escolha, com 05 (cinco) alternativas cada (A, B, C, D e E) e 1 (uma) única resposta correta.

6.3 O local da prova escrita será divulgado na data definida no cronograma de execução.

6.4 O ingresso na sala de provas será permitido somente ao candidato que apresentar documento de identidade: Cédula de Identidade ou Carteira expedida pelos Comandos Militares ou pelas Secretarias de Segurança Pública; pelos Institutos de Identificação e pelos Corpos de Bombeiros Militares; Órgãos fiscalizadores de exercício profissional ou Conselho de Classe; Carteira de Trabalho e Previdência Social ou Carteira Nacional de Habilitação - modelo novo (no prazo de validade); Passaporte (no prazo de validade); Carteira Funcional do Ministério Público.

6.4.1 O documento de identidade deverá estar em perfeitas condições de uso, inviolado e com foto que permita o reconhecimento do candidato.

6.4.2 Não serão aceitos como documentos de identidade: certidões de nascimento, CPF, títulos eleitorais, carteira de motorista (modelo antigo), carteiras de estudante, carteiras funcionais sem valor de identidade. Não será aceito cópia do documento de identidade, ainda que autenticada, nem protocolo do documento.

6.4.3 Identificação especial: Caso o candidato esteja impossibilitado de apresentar, no dia de realização das provas, documento de identidade original, por motivo de perda, roubo ou furto, deverá ser apresentado documento que ateste o registro da ocorrência em órgão policial, expedido há, no máximo, trinta (30) dias, ocasião em que será submetido à identificação especial, compreendendo coleta de dados, de assinaturas e de impressão digital em formulário próprio, assim como apresentação de outro documento com foto e assinatura.

6.4.3.1 A identificação especial será exigida, também, ao candidato cujo documento de identificação apresente dúvidas relativas à fisionomia ou à assinatura do portador.

6.4.3.2 A identificação especial será exigida também no caso do documento de identidade que estiver violado ou com sinais de violação.

6.4.3.3 A identificação especial será julgada pela Comissão do Concurso. Se, a qualquer tempo, for constatado, por meio eletrônico, estatístico, visual, grafológico ou por investigação policial, ter o candidato se utilizado de processo ilícito, suas provas serão anuladas e ele será automaticamente eliminado do Processo Seletivo.

6.5 Por ocasião da realização das provas, o candidato que não apresentar documento de identificação original e/ou a identificação especial não for favorável pela Comissão do Concurso, poderá ser eliminado automaticamente do Processo Seletivo em qualquer etapa.

6.6 O candidato deverá comparecer ao local designado, com antecedência mínima de trinta minutos, munido de documento de identidade, caneta tipo esferográfica de material transparente, com tinta azul ou preta de ponta grossa.

6.7 Não será permitida a entrada no prédio da realização das provas do candidato que se apresentar após dado o sinal sonoro indicativo de fechamento dos portões.

6.8 Ao entrar na sala de realização de prova, o candidato não poderá manusear e consultar nenhum tipo de material.

6.9 Não haverá, por qualquer motivo, prorrogação do tempo previsto para a aplicação das provas em razão de afastamento do candidato da sala de provas.

6.10 Em hipótese alguma haverá segunda chamada, seja qual for o motivo alegado, tampouco será aplicada prova fora do local e horário designado.

6.11 Nas salas de prova e durante a realização desta, não será permitido ao candidato: manter em seu poder relógios, armas (de fogo e/ou brancas) e aparelhos eletrônicos (BIP, telefone celular, calculadora, agenda eletrônica, MP3, tablets, etc.), devendo acomodá-los no saco plástico fornecido pelo aplicador para este fim. O candidato que estiver portando qualquer desses instrumentos durante a realização da prova será eliminado do Processo Seletivo.

6.11.1 O candidato que necessitar utilizar prótese auditiva deverá solicitar previamente o atendimento de sua necessidade especial conforme o previsto neste Edital. O candidato utilizará a prótese somente quando for necessário, sendo avisado pelo fiscal.

6.11.2 Todo e qualquer pertence pessoal deverá ser depositado pelos candidatos em local indicado pelo fiscal do Concurso.

6.11.3 A Legalle Concursos ou o Município de Videira/SC não se responsabilizam por perdas, extravios ou danos que ocorrerem.

6.11.4 O controle e o aviso do horário são de responsabilidade do fiscal de sala.

6.12 O candidato receberá o caderno de provas com o número de questões no total de 40 (quarenta). Detectado qualquer divergência, deverá comunicar ao fiscal e solicitar novo documento, sendo de sua responsabilidade esta confirmação.

6.13 Ao candidato, durante a realização da prova, não será permitido utilizar óculos escuros, boné, boina, chapéu, gorro, touca, lenço ou qualquer outro acessório que lhe cubram a cabeça, ou parte desta.

6.13.1 Não será permitido o uso de lápis, borracha, lapiseiras, marca-textos, rótulo de garrafas, squeeze, latas e garrafas térmicas, sendo permitido somente garrafas transparentes, sem rótulo.

6.14 Em cima da carteira o candidato deverá ter somente caneta esferográfica de material transparente de cor azul ou preta e documento de identidade.

6.15 O candidato só poderá retirar-se do recinto da prova após 1 (uma) hora do início da mesma. Somente poderá levar consigo o Caderno de Provas, o candidato que permanecer no recinto de provas após 2 (duas) horas do início da mesma.

6.16 Ao término da prova, o candidato entregará ao fiscal da sala a Grade de Respostas devidamente preenchida. A não entrega da Cartão resposta implicará em automática eliminação do candidato do certame. A falta de assinatura no Cartão Resposta implicará em eliminação do candidato do certame. Tendo em vista o processo eletrônico de correção, não será utilizado processo de desidentificação de provas.

6.17 O candidato deverá assinalar suas respostas na Cartão Resposta com caneta esferográfica de material transparente de tinta azul ou preta de ponta grossa. O preenchimento da Cartão Resposta é de inteira responsabilidade do candidato, que deverá proceder de acordo com as instruções específicas contidas neste edital, na prova e na grade de respostas.

6.18 Em hipótese alguma haverá substituição da Cartão Resposta por erro ou desatenção do candidato.

6.18.1 Não serão computadas as questões não assinaladas na Cartão Resposta e nem as questões que contiverem mais de uma resposta, emenda ou rasura, ainda que legível.

6.18.2 É vedado ao candidato amassar, molhar, dobrar, rasgar ou, de qualquer modo, danificar a sua Cartão Resposta, sob pena de arcar com os prejuízos decorrentes da impossibilidade de realização da leitura digital.

6.18.3 É responsabilidade do candidato a conferência de seus dados pessoais, em especial o nome, o número de inscrição, o número de seu documento de identificação e o cargo de sua opção impressos na Cartão Resposta.

6.19 Não será permitida a permanência de acompanhante do candidato ou de pessoas estranhas ao Processo Seletivo nas dependências do local onde for aplicada a prova, exceto nos casos do item 3.18.

6.20 Ao final da prova, os 03 (três) últimos candidatos deverão permanecer na sala até que o último candidato termine sua prova, devendo todos assinar a Ata de Prova, atestando a idoneidade da fiscalização da mesma, retirando-se todos da sala ao mesmo tempo.

6.21 Será excluído do Processo Seletivo o candidato que:

- a) Tornar-se culpado por incorreção ou descortesia para com qualquer dos examinadores, executores, fiscais ou autoridades presentes;
- b) For surpreendido, em ato flagrante, durante a realização da prova, comunicando-se com outro candidato, bem como utilizando-se de consultas não permitidas, de celular ou de outro equipamento de qualquer natureza;
- c) Utilizar-se de quaisquer recursos ilícitos ou fraudulentos, em qualquer etapa de sua realização;
- d) Ausentar-se da sala sem o acompanhamento do fiscal, antes de ter concluído a prova e entregue a grade de respostas;
- e) Recusar-se a entregar ou continuar a preencher o material das provas ao término do tempo destinado para a sua realização;
- f) Descumprir as instruções contidas no caderno de provas e na folha de respostas;
- g) Não permitir ser submetido ao detector de metal (quando aplicável);
- h) Não permitir a coleta de sua assinatura e/ou se recusar a realizar qualquer procedimento que tenha por objetivo comprovar a autenticidade de identidade e/ou de dados;
- i) Fumar no ambiente de realização das provas;
- j) Manter em seu poder relógios, armas e aparelhos eletrônicos (BIP, telefone celular, calculadora, agenda eletrônica, MP3, tablets, etc.);
- k) For surpreendido com materiais com conteúdo de prova;
- l) Descumprir o item anterior (6.20).

6.22 Para a segurança dos candidatos e a garantia da lisura do Processo Seletivo, a Legalle Concursos poderá proceder, como forma de identificação, à coleta da impressão digital de todos os candidatos no dia de realização das provas, bem como usar detector de metais.

6.23 No dia de realização das provas, não serão fornecidas, por qualquer membro da equipe de aplicação das provas, informações referentes ao conteúdo das provas e/ou a critérios de avaliação/classificação.

6.24 O Cronograma de Execução aponta a data de execução das provas, que poderá ser adiada por imperiosa necessidade, decidida pela Comissão de Concurso da Legalle Concursos, bem como a Comissão do Processo Seletivo do Município de Videira/SC.

6.25 As questões da prova teórico objetiva versarão sobre as seguintes áreas de conhecimento: Língua Portuguesa, Matemática, Informática, Conhecimentos Gerais e Conhecimentos Específicos.

6.26 A prova teórico-objetiva será realizada no dia definido no cronograma de execução.

6.27 A Prova teórico objetiva consistirá em 40 (quarenta) questões objetivas, cada uma delas com 5 (cinco) alternativas, das quais uma única será correta, conforme o quadro abaixo:

ÁREA DO CONHECIMENTOS	Nº DE QUESTÕES	PESO
Língua Portuguesa	10	2,50
Matemática	5	1,25
Informática	5	1,25
Conhecimentos Gerais	5	1,25
Conhecimentos Específicos	15	3,75
TOTAIS	40	10

6.28 As questões objetivas de múltipla escolha terão o mesmo valor.

7. DOS RECURSOS

7.1 Haverá recurso da homologação das inscrições, do gabarito preliminar e notas preliminares da Prova Teórico-objetiva que terão o prazo previsto no cronograma de execução.

7.2 Os recursos e pedidos de revisão deverão ser dirigidos por Formulário Eletrônico que será disponibilizado na área do candidato no site www.legalleconcursos.com.br, obedecendo aos mesmos regramentos contidos neste Edital, devendo o candidato utilizar-se do número do CPF e senha cadastrada no momento da inscrição para acessar a área do candidato.

7.2.1 Para interpor recursos eletrônicos, o candidato deverá ter endereço eletrônico, e-mail, para confirmar o protocolo de recebimento, sendo este e-mail, meramente informativo.

7.2.2 Não serão considerados os recursos eletrônicos que deixarem de ser concretizados por falhas de computadores, congestionamento de linhas ou outros fatores de ordem técnica.

7.3 Recursos e argumentações apresentados fora das especificações e do prazo estabelecidos neste edital serão indeferidos.

7.3.1 O candidato deverá ser claro, consistente e objetivo em seu recurso.

7.3.2 Recursos com teor idêntico/assemelhado ou ofensivo serão preliminarmente indeferidos.

7.3.3 Recurso sem fundamentação teórica ou sem consistência argumentativa será indeferido.

7.3.4 O candidato deve procurar basear-se na bibliografia indicada para fundamentar seu recurso.

7.3.5 O simples recurso por discordância do gabarito preliminar sem a devida justificativa será indeferido.

7.3.6 Os recursos que não forem recebidos na forma prevista neste edital serão indeferidos, não sendo aceito nenhum recurso por e-mail.

7.4 Em hipótese alguma serão aceitos pedidos de revisão de recursos, recursos de recursos e/ou recurso de publicação definitiva ou oficial.

7.5 Os pontos relativos à questão eventualmente anulada da Prova Teórico-objetiva serão atribuídos a todos os candidatos que realizaram a prova.

7.6 Provido o pedido de alteração do gabarito, não serão mantidos os pontos obtidos dos candidatos que tiverem respondido a questão conforme alternativa divulgada no gabarito preliminar.

7.7 Se houver alteração do gabarito preliminar da Prova Teórico-objetiva, por força de impugnações ou correção, as provas serão corrigidas de acordo com o gabarito oficial definitivo, salvo quando aplicados os critérios do item anterior.

7.8 Todos os recursos serão analisados e as justificativas da manutenção/alteração não serão encaminhadas individualmente aos candidatos.

7.9 Não serão aceitos recursos administrativos de revisão de gabarito e notas interpostos por fac-símile, telex, telegrama, e-mail ou outro meio que não o especificado neste Edital.

7.10 Em caso de alteração de gabarito oficial preliminar de questão de prova, em virtude dos recursos interpostos, essa alteração valerá para todos os candidatos, independentemente de terem ou não recorrido.

7.11 A Legalle Concursos se reserva no direito de anular questões ou de alterar gabarito, independentemente de recurso, visto ocorrência de equívoco na formulação de questões ou respostas.

7.12 Os recursos serão recebidos das 10 horas do primeiro dia previsto no cronograma de execução até às 18 horas do último dia previsto no cronograma de execução.

7.13 Somente haverá anulação de questão da prova teórico-objetiva se comprovadamente implicar em prejuízo aos candidatos, sendo qualquer decisão da Banca Examinadora em relação a anulação de questão devidamente fundamentada.

8. DO RESULTADO FINAL

8.1 Os candidatos serão classificados em ordem decrescente, de acordo com a pontuação final obtida.

8.2 Será considerado aprovado no presente Processo Seletivo, o candidato que atingir nota igual ou superior a 50 pontos, ou seja, 50% da nota máxima da prova teórico-objetiva.

8.2 Em caso de empate na classificação dos candidatos, serão observados, sucessivamente, os seguintes critérios:

8.2.1 idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, até o último dia de inscrição neste concurso, em conformidade com o art. 27, parágrafo único, da Lei 10.741/2003 – Estatuto do Idoso;

8.2.2 que obtiver melhor nota nas questões de Conhecimentos Específicos;

8.2.3 que obtiver melhor nota nas questões de Língua Portuguesa;

8.2.4 que obtiver melhor nota nas questões de Conhecimentos Gerais;

8.2.5 que obtiver melhor nota nas questões de Matemática

8.2.6 com maior idade (contada na data de abertura das inscrições).

9. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

9.1 Será excluído do concurso o candidato que:

a) apresentar, em qualquer fase ou documento, declaração falsa ou inexata;

b) ser autor e/ ou de qualquer forma responsável por agressões ou descortesias para com quaisquer membros da equipe encarregada de realização das provas;

c) for surpreendido, durante a aplicação das provas, em comunicação com outro candidato, verbalmente, por escrito ou por qualquer outra forma;

d) for flagrado, utilizando-se de qualquer meio, visando burlar a prova, ou que apresentar falsa identificação pessoal;

e) ausentar-se da sala de prova durante a sua realização, sem estar acompanhado de um fiscal;

f) faltar ou chegar com atraso a qualquer das etapas previstas no presente edital.

9.2 Este edital poderá sofrer alterações, retificações, emendas ou erratas.

9.3 As demais dúvidas e a não previsão de ocorrências relativas a este Edital, deverão ser revistas pelo Município de Videira/SC, que fará o acompanhamento de todos os atos.

9.4 O Processo Seletivo terá validade de até 2 (dois) anos, podendo ser prorrogado apenas uma vez, por igual período.

9.5 A Legalle Concursos fornecerá Certificado de Aprovação, Classificação ou Participação aos candidatos que solicitarem, mediante o recolhimento da respectiva taxa.

9.6 O presente Edital poderá ser livremente impugnado quanto aos seus regramentos, no período destinado ao recebimento das inscrições conforme cronograma de execução, por qualquer cidadão, devendo fazê-lo por meio de correspondência escrita remetida à Legalle Concursos, a qual responderá em até 72h por meio de publicação oficial.

9.7 A Legalle Concursos disponibiliza o e-mail contato@legalleconcursos.com.br para suporte ao candidato.

10. O FORO JUDICIAL

10.1 O foro para dirimir qualquer questão relacionada com o concurso e que trata este edital é da Comarca de Videira/SC.

Wilmar Carelli

Prefeito Municipal de Videira/SC ANEXO I

PROGRAMAS DE PROVAS

LÍNGUA PORTUGUESA

Interpretação de texto(s). Sílabas e divisão silábica. Classes gramaticais: Substantivo, gênero (masculino e feminino), número (singular e plural) e grau (diminutivo e aumentativo). Classificação do substantivo (próprio, comum e coletivo). Adjetivo (número e gênero).

MATEMÁTICA

Conjuntos numéricos. Números inteiros (pares e ímpares). Ordem crescente e decrescente. Noções de dobro e triplo. Problemas com as 4 operações (adição, multiplicação, subtração e divisão). Medidas (dúzias, dezena e centena). Calendário (semana, mês e ano).

CONHECIMENTOS GERAIS

Aspectos históricos, geográficos, políticos, administrativos, econômicos, sociais e atuais do Município de Videira (SC). Atualidades econômicas e políticas, em nível local e nacional.

INFORMÁTICA

Sistema Operacional – Características da interface gráfica: manipulação de janelas, acesso a menus, uso do mouse, área de trabalho, barra de tarefas e de inicialização rápida. Botão Iniciar: programas, documentos recentes, painel de controle, impressoras, desligar. Utilização do Explorer: operações com arquivos e pastas, atalhos, modos de visualização, unidades de rede, lixeira. Acessórios do Windows: calculadora, bloco de notas, paint. Editores de Textos - Manipulação de documentos: novo, salvar, abrir, imprimir, proteger com senha, propriedades. Formatação de documentos: fonte, espaçamento, parágrafo, tabulação, maiúsculas e minúsculas, marcadores e numeração. Edição de documentos: localizar e substituir texto, selecionar, recortar, copiar, colar, numerar páginas, trabalhar com cabeçalho e rodapé, inserir figuras, quebrar páginas. Exibição de documentos: modo normal, layout de impressão, zoom, tela inteira. Configuração de documentos: margens, tamanho do papel, orientação para impressão. Tabelas: criar tabela, selecionar, inserir e eliminar células, formatar tabela, classificar. Ferramentas adicionais: verificar ortografia, corrigir palavras automaticamente, definir idioma, trabalhar com mala direta. Planilhas Eletrônicas – Área de trabalho: células, linhas e colunas, deslocamento do cursor na planilha, área de impressão, barra de edição, pastas de trabalho. Células: selecionar, copiar, recortar, colar, transpor, limpar, eliminar, proteger, inserir dados. Formatação de células e planilhas: formatar números, textos, datas e moedas, alinhamento, borda, fonte, padrões, formatação condicional.

Versões dos softwares utilizados no programa: Sistema operacional Windows 98 e XP; Editores de textos e planilhas eletrônicas Microsoft Office XP e BR Office 2.0

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Lei Municipal n.º 1.942/2007;

Portaria n.º 648 de 28 de março de 2006;

Lei Federal nº 11.350 de 05 de outubro de 2006;

Lei Orgânica do Município de Videira.

ANEXO II

FORMULÁRIO DE REQUERIMENTO – PESSOAS COM DEFICIÊNCIA OU NECESSIDADES ESPECIAIS

Nome do candidato: _____

Nº da inscrição: _____ Cargo: _____

() Venho por meio deste solicitar condições especiais para o dia de prova.

() Venho por meio deste solicitar inscrição em vaga destinada à deficientes, conforme legislação.

Necessidades de Condições Especiais para o Dia de Prova:

() Acesso facilitado

() Auxílio para preenchimento da grade de respostas

() Caderno de Prova ampliado (ampliação padrão A3)

() Caderno de Prova ampliado (Fonte 24)

() Guia intérprete

() Intérprete de Libras

- () Ledor
() Leitura labial
() Mesa para Cadeirante/Adaptada
() Sala climatizada
() Sala para Amamentação
() Sala próxima ao banheiro
() Sala térrea ou acesso com uso de elevador
() Sistema de Leitura de Texto (JAWS)
() Tempo adicional de 1 hora
() Uso de cadeira acolchoada ou uso de almofada
() Uso de computador - prova eletrônica: possibilidade de ampliação da fonte ou uso da lupa eletrônica para a leitura do caderno de prova.
() Uso de prótese auditiva
() Outra adaptação: Qual? _____

Motivo/Justificativa: _____

Código correspondente da Classificação Internacional de Doença – CID _____

Nome do Médico Responsável pelo laudo: _____

É obrigatória a apresentação de LAUDO MÉDICO com CID, junto a esse requerimento.

_____, ____ de _____ de 20__.

Assinatura do Candidato

ANEXO III

ATRIBUIÇÃO DOS CARGOS

AGENTE DE COMBATE ÀS ENDEMIAS

I Preencher boletins do Programa de Controle Da Febre Amarela e Dengue PCFAD;

II Efetuar pesquisa de campo em: Armadilhas, Pesquisa Pontos Estratégicos e Levantamento de Índice por Amostragem;

III Efetuar visitas domiciliares, orientando sobre métodos de prevenção contra a Dengue;

IV Organizar dados, registros e arquivar documentos, classificando os por matérias, ordem alfabética ou outro sistema de classificação para possibilitar um controle sistemático do mesmo;

V Colaborar na elaboração de relatórios, atendendo as normas ou exigências na área;

VI Participar de cursos, seminários, treinamentos, atualizações, entre outros;

VII Executar outras atividades correlatas.

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE

I Cadastrar as famílias de sua área de atuação (+/250 famílias);

II Estimular a participação comunitária;

III Analisar junto com os demais membros da equipe de saúde, as necessidades da comunidade;

IV Registrar nascimentos e óbitos;

V Participar das ações de saneamento básico e melhoria do meio ambiente;

VI Acompanhar gestantes, orientando sobre o pré natal;

VII Acompanhar crianças de 05 anos em relação ao crescimento e desenvolvimento;

VIII Controlar o cartão de vacinas;

IX Estimular o aleitamento materno;

X Controlar as doenças diarreicas, estimulando a terapia de reidratação oral.

XI Descobrir precocemente as crianças com infecções respiratórias;

XII Orientar sobre os cuidados higiênicos com o corpo, a água, o preparo de alimentos;

XIII Orientar sobre o correto destino do lixo;

XIV Identificar situações de risco, como por exemplo: crianças com idade inferior a quatro meses que não estão sendo amamentadas ao peito, bebês com peso inferior a 2500g ao nascer, crianças desnutridas, filhos de mães alcoólatras, fumantes entre outras, gestantes que não iniciaram pré natal, gestantes desnutridas, com pressão alta, menor de 18 anos e mulheres que engravidam após os 40 anos.

LEI Nº 3.253/15

LEI Nº 3.253/15, DE 17 DE JUNHO DE 2015.

Autoriza o Chefe do Poder Executivo a conceder Incentivos Econômicos a BRAMBILA'S LANCHES LTDA-ME, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA,

Faço saber a todos os Municípios que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a conceder, nos termos da Lei nº 3.073/14, de 09 de abril de 2014, o seguinte Incentivo Econômico a Brambila's Lanches Ltda-ME, para a viabilização de empreendimento, conforme descrito no Processo Administrativo nº 19646/14:

I – Até 16 (dezesseis) horas dos serviços de 01 (um) trator de esteira.

Art. 2º As despesas decorrentes da presente Lei correrão à conta de dotação específica do orçamento vigente.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 17 de junho de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei nesta Secretaria de Administração aos 17 dias do mês de junho de 2015.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL

Secretário de Administração

PORTARIA Nº 0437/15

PORTARIA nº 0437/15

Concede licença para tratar de assuntos particulares

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 194 e seguintes da Lei Complementar nº 129/12, à vista do que consta no Processo Administrativo nº 9661/2015,

RESOLVE

Art. 1º Conceder, a pedido, licença para tratar de assuntos particulares, pelo prazo de 24 (vinte e quatro) meses, a JULIANE PAZ, Auxiliar de Serviços Gerais, a partir de 08 de junho de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 08 de junho de 2015.

Videira, 11 de junho de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 11 dias do mês de junho de 2015.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL

Secretário de Administração

PORTARIA Nº 0439/15

PORTARIA nº 0439/15

Revoga a Portaria nº 0825/10

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei nº 2.100/09 e alterações, bem como no Processo Administrativo nº 9862/15;

RESOLVE

Revogar, a Portaria nº 0825/10, que autorizou a averbação, nos assentamentos funcionais do servidor ALEXANDRE BERTO NETO, detentor da matrícula nº 2113 e do cargo de provimento efetivo de Agente de Serviços de Manutenção, da Certidão de Tempo de Contribuição expedida pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS sob o nº 20022080.1.00017/10-0, para fins de concessão de aposentadoria.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 15 de junho de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 15 dias do mês de junho de 2015.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL

Secretário de Administração

PORTARIA Nº 0440/15

PORTARIA nº 0440/15

Prorroga Prazo da Comissão de Sindicância para Apurar os Fatos Referidos no Processo Administrativo nº 8.392/2015, nomeada pela Portaria nº 0378/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, IX da Lei Orgânica do Município, bem como no parágrafo único do art. 278, da Lei Complementar nº 129/12, e do despacho da presidente da Comissão de Sindicância;

RESOLVE

Art. 1º Prorrogar, por 30 (trinta) dias, a partir de 16 de junho de 2015, o prazo de conclusão do Processo Administrativo nº 8.392/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 16 de junho de 2015.

Videira, 15 de junho de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 15 dias do mês de junho de 2015.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL

Secretário de Administração

PORTARIA Nº 0442/15

PORTARIA nº 0442/15

Concede Licença Maternidade

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 8º, I, da Lei nº 2369/10, e a vista do que consta no Memorando do Departamento Pessoal nº 062/15, datado de 16 de junho de 2015;

RESOLVE

Conceder Licença Maternidade de 120 (cento e vinte) dias à servidora JUCIELE MEZZARI, Auxiliar de Serviços Gerais, a partir do dia 03 de junho de 2015 até 03 de setembro de 2015.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 03 de junho de 2015.

Videira, 17 de junho de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 17 dias do mês de junho de 2015.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL

Secretário de Administração

PORTARIA Nº 0443/15

PORTARIA nº 0443/15

Concede Licença Maternidade

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 8º, I, da Lei nº 2369/10, e a vista do que consta no Memorando do Departamento Pessoal nº 063/15, datado de 16 de junho de 2015;

RESOLVE

Conceder Licença Maternidade de 120 (cento e vinte) dias à servidora ISABELA GAMBATO, Auxiliar de Serviços Gerais, a partir do dia 02 de junho de 2015 até 29 de setembro de 2015.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 02 de junho de 2015.

Videira, 17 de junho de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 17 dias do mês de junho de 2015.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL

Secretário de Administração

PORTARIA Nº 0444/15

PORTARIA nº 0444/15

Interrompe gozo de férias de servidor que especifica

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no art. 173 da Lei Complementar nº 129/12, e à vista do que consta na Comunicação Interna da Secretaria Municipal de Administração,

RESOLVE

Interromper, para fins de interesse público, pelo período de 1º de junho de 2015 a 30 de junho de 2015, o gozo de férias do servidor ARNALDO POSANSKE, ocupante do cargo efetivo de Técnico de Cadastro, referente ao período aquisitivo de 02 de fevereiro de 2013 até 01 de fevereiro de 2014.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo os seus efeitos a 1º de junho de 2015.

Videira, 17 de junho de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 17 dias do mês de junho de 2015.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL

Secretário de Administração

PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/2015 - FME

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES

PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/2015 – FME

O Prefeito Municipal, através da Fundação Municipal de Esportes, torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº 03/2015 - FME. 1. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAR SERVIÇO DE ARBITRAGEM NOS CAMPEONATOS MUNICIPAIS DE FUTSAL, FUTEBOL DE CAMPO E OLIMPÍADAS DO INTERIOR, PARA A FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES. 2. TIPO: MENOR PREÇO UNITÁRIO. 3. ENTREGA/PROTOCOLO DOS ENVELOPES E CREDENCIAMENTO: até as 14:00 horas do dia 02/07/2015. Abertura da sessão no mesmo dia às 14:00 horas. 4. OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados no site: www.videira.sc.gov.br. 5. INFORMAÇÕES: Através dos telefones (49) 3566-9026/ 9034.

Videira/SC, 18 de Junho de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

RESOLUÇÃO Nº 001/15

RESOLUÇÃO Nº 001/2015

Dispõe sobre as diretrizes para a avaliação do processo ensino-aprendizagem, nos estabelecimentos de ensino de Educação Infantil e Ensino Fundamental, integrantes do Sistema Municipal de Educação.

O Presidente do Conselho Municipal de Educação, usando de suas competências que lhe confere o Art. 1º e 3º da Lei nº 163/91, Art. 23, Inciso XIII do Sistema Municipal de Ensino e Lei nº 048 de 8 de Agosto de 2007 do Regimento Interno.

RESOLVE

Art. 1º - A avaliação do processo ensino-aprendizagem ficará, obedecido ao disposto nesta Resolução, a cargo dos estabelecimentos de ensino, compreendendo a avaliação do rendimento, preponderando os aspectos qualitativos sobre os quantitativos, e a apuração da assiduidade.

Art. 2º - A avaliação deverá ter como fins o processo de ensino aprendizagem e não a mera classificação do aluno. Deve evitar os juízos de valor, principalmente, quando compilarem para com o insucesso do aluno e exclusão social.

Art. 3º - A avaliação do processo ensino-aprendizagem considerará, no seu exercício, os seguintes princípios.

I – Diagnosticar avanços e dificuldades na aprendizagem dos alunos para estabelecer os objetivos que nortearão o planejamento da ação pedagógica.

II - Aperfeiçoamento do processo ensino-aprendizagem.

III - Aferição do desempenho do aluno quanto à apropriação de conhecimentos em cada área de estudos e o desenvolvimento de competências e habilidades.

IV – Possibilitar aos professores, equipe diretiva e famílias tomada de consciência dos avanços e dificuldades dos alunos, visando o envolvimento de todos no processo de ensino aprendizagem.

V – Possibilitar aos professores reflexão sobre as suas práticas pedagógicas, com vista a aperfeiçoar o processo de ensino aprendizagem.

Art. 4º - Os estabelecimentos de ensino integrantes do Sistema Municipal de Educação serão organizados por séries anuais.

Art. 5º - A avaliação do rendimento do aluno será contínua e cumulativa, mediante verificação de aprendizagem de conhecimentos e do desenvolvimento de competências e habilidades em atividades de classe e extraclasse, incluídas os procedimentos próprios de recuperação paralela.

Art. 6º - A verificação do rendimento escolar basear-se-á em avaliação contínua e cumulativa, a ser expresso em notas e parecer descritivo, quando necessário, desde que constante no Projeto Político Pedagógico, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e os resultados obtidos durante o ano letivo preponderarão sobre os de exames finais.

§ 1º Os aspectos qualitativos a que se trata este artigo, não podem ser tratados apenas como notas, mas sim como todos os registros de acompanhamento do processo de ensino aprendizagem.

§ 2º O Projeto Político-Pedagógico atenderá às diretrizes emanadas desta Resolução, no tocante a critérios de avaliação e percentual mínimo para aprovação ou obtenção do conceito de competência desenvolvida;

§ 3º Na apreciação dos aspectos qualitativos deverão ser considerados a compreensão e o discernimento dos fatos e a percepção de suas relações; a aplicabilidade dos conhecimentos; as atitudes e os valores, a capacidade de análise e de síntese, além de outras competências comportamentais e intelectivas, e habilidades para atividades práticas;

§ 4º O cálculo da média final do aluno submetido a Prova Final

obedecerá a seguinte fórmula.

$$MF = MB \times 7 + PF \times 3 = 5,0 / 10$$

MF – Média Final

MB – Média Bimestral

PF – Prova Final

Art. 7º - A avaliação da aprendizagem é realizada pelo professor mediante utilização de instrumentos e estratégias diversificadas, tais como observação, exercícios, provas, pesquisas, trabalhos individuais e em grupos, atividades práticas e outras de cunho pedagógico.

§ 1º O aluno será avaliado bimestralmente e os resultados do rendimento escolar dos alunos serão expressos no sistema de números de 3 (três) a 10 (dez).

§ 2º O professor no decorrer do bimestre deverá proporcionar ao aluno no mínimo 3 (três) instrumentos e/ou estratégias diversificadas de avaliação, sendo estes transformados em no mínimo 3 (três) notas ao bimestre.

§ 3º Os instrumentos e/ou estratégias de avaliação, bem como as notas deverão ser, devidamente, registrados em Diário de Classe.

§ 4º O professor deve proporcionar ao aluno estratégias de participação na avaliação do processo de ensino aprendizagem.

§ 5º Consideram-se as provas e testes, apenas, como instrumentos utilizados no processo ensino aprendizagem, não devendo ser entendidos como processo único da prática avaliativa

Art. 8º - Ter-se-ão como aprovados quanto ao rendimento no Ensino Fundamental:

I - os alunos que alcançarem os níveis de apropriação de conhecimento e de desenvolvimento de competências, em conformidade com o art. 6º, § 4º desta Resolução, que no seu registro em notas ou conceito, não seja inferior a 70% (setenta por cento) dos conteúdos efetivamente trabalhados por disciplina;

II - os alunos com rendimento igual ou superior a nota 3,0 (30% de aproveitamento) na média anual dos bimestres, e inferior ao previsto no inciso anterior e que, depois de submetidos a exame final, na forma estabelecida pela Unidade de Ensino, alcançar a pontuação necessária, conforme art. 6º, § 4º.

§ 1º Considerar-se-á não aprovado, quanto ao rendimento, o aluno que não alcançar os mínimos estabelecidos por esta Resolução.

§ 2º Nenhum aluno que apresente frequência escolar igual ou superior a 75% poderá ser retido mais que uma vez na mesma série/ano nas instituições de ensino municipais.

§ 3º O registro das notas, no Boletim ou equivalente, bem como no Histórico Escolar, deverá especificar a média dos bimestres e a pontuação obtida no Exame Final de acordo com o art. 6º, § 4º, juntamente com a observação quanto à situação de aprovado ou reprovado.

Art. 9º - Ter-se-ão como aprovados, quanto à assiduidade, os alunos com frequência igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento) das horas de efetivo trabalho escolar.

Art. 10º - O aluno não poderá ser retido no 1º ano do ensino fundamental, sendo sua progressão automática para a série subsequente.

§ 1º A avaliação no 1º ano do ensino fundamental far-se-á por meio de parecer descritivo.

§ 2º A não aprovação poderá ocorrer a partir do 2º ano do ensino fundamental, desde que se tenha comprovado que foram oferecidas aos alunos diferentes estratégias para que a relação de ensino aprendizagem se efetivasse.

§ 3º Ao decidir pela não aprovação do aluno, o professor juntamente com a equipe escolar deverão estar munidos de todos os registros de acompanhamento do processo de ensino aprendizagem.

Art. 11º - Cabe a cada instituição de ensino expedir históricos escolares, declarações de conclusão de série/ano, diplomas e

certificados de conclusão de curso.

Da Avaliação Na Educação Infantil

Art. 12º - Na educação infantil, a avaliação será realizada mediante acompanhamento e registro do desenvolvimento das crianças, sem o objetivo de promoção, mesmo para o acesso ao ensino fundamental.

§ 1º A avaliação será semestral e realizada mediante parecer descritivo.

§ 2º Cabe a cada instituição de educação pré-escolar o controle de frequência, exigida a frequência mínima, para esta etapa de escolaridade, de 60% (sessenta por cento) do total de horas.

§ 3º A expedição de documentação que permita atestar os processos de desenvolvimento e aprendizagem da criança.

§ 4º O Conselho de classe tomar-se-á por via desta resolução obrigatório e deverá ser realizado semestralmente.

§ 5º Das reuniões do Conselho de Classe deverá ser lavrada ata, em livro próprio, com assinatura de todos os presentes.

§ 6º O Projeto Político-Pedagógico atenderá às diretrizes emanadas desta Resolução, no tocante ao acompanhamento e registro do desenvolvimento das crianças na educação infantil.

Da Recuperação dos Estudos (Apoio Contínuo da Aprendizagem)

Art. 13º - Entende-se por recuperação de estudos o processo didático-pedagógico que visa oferecer novas oportunidades de aprendizagem ao aluno para superar possíveis dificuldades ao longo do processo ensino-aprendizagem.

§ 1º A recuperação deverá ser contínua, ou seja, uma ação de intervenção imediata, a ocorrer durante as aulas regulares do Ensino Fundamental, voltada para as dificuldades específicas do aluno, abrangendo não só os conceitos, mas também as habilidades, procedimentos e atitudes, sendo desenvolvida pelo próprio professor da classe ou da disciplina, conforme o caso, com apoio complementar, quando necessário.

Art. 14º - A recuperação de estudos será oferecida a todos os alunos que desejarem recuperar as suas notas e, obrigatoriamente, aos que forem diagnosticados com rendimento insuficiente ou com dificuldades no processo ensino-aprendizagem.

§ 1º Entende-se por insuficiência ou dificuldades, rendimento inferior a 70%.

§ 2º As atividades de recuperação deverão ser diferentes das aplicadas anteriormente;

§ 3º O resultado obtido na avaliação, após estudos de recuperação, em que o aluno demonstre ter superado as dificuldades, substituirá o anterior, quando maior, referente aos mesmos objetivos;

§ 4º Para atribuição de nota resultante da avaliação das atividades de recuperação paralela de estudos, previsto no parágrafo anterior, deverá ser utilizado o mesmo peso da que originou a necessidade de recuperação, prevalecendo o resultado maior obtido;

§ 5º As atividades de recuperação deverão ser planejadas pelos professores, juntamente com a equipe pedagógica da escola;

§ 6º O professor deverá registrar no diário de classe, além das atividades regulares, as atividades de recuperação de estudos, e seus resultados, bem com, a frequência dos alunos;

§ 7º O Projeto Político Pedagógico disporá sobre aspectos complementares da recuperação paralela, que deve ser oferecida de forma concomitante aos estudos ministrados no cotidiano da escola.

Do Conselho de Classe

Art. 15º - O Conselho de Classe é instância deliberativa integrante da estrutura das unidades escolares e tem sob sua responsabilidade:

I - a avaliação do processo ensino-aprendizagem desenvolvido pela escola e a proposição de ações para a sua melhoria;

II - a avaliação da prática docente, no que se refere à metodologia, aos conteúdos programáticos e à totalidade das atividades pedagógicas realizadas.

III - a avaliação dos envolvidos no trabalho educativo e a proposição de ações para a superação das dificuldades;

IV - a avaliação das condições físicas, materiais e de gestão dos estabelecimentos de ensino que substanciam o processo ensino aprendizagem, ou seja, uma avaliação institucional;

V - a definição de critérios para a avaliação e sua revisão, quando necessária;

VI - apreciar, em caráter deliberativo, os resultados das avaliações dos alunos apresentados individualmente pelos professores;

VII - decidir pela aprovação ou não aprovação dos alunos no coletivo.

Art. 16º - O Conselho de Classe será composto:

I - pelos professores da turma;

II - pela direção do estabelecimento ou seu representante;

III - pela equipe pedagógica da escola;

IV - por alunos, quando for o caso.

V - por pais ou responsáveis, quando for o caso.

Parágrafo único. O funcionamento e a composição da representação prevista nos incisos IV e V do Conselho de Classe deverá estar previsto no Projeto Político-Pedagógico.

Art. 17º - O Conselho de Classe será realizado, ordinariamente, por turma, bimestralmente, nos períodos que antecedem ao registro definitivo do rendimento dos alunos no processo de apropriação de conhecimento e desenvolvimento de competências.

Art. 18º - O Conselho de Classe poderá reunir-se extraordinariamente, convocado pela direção do estabelecimento, por 1/3 (um terço) dos professores ou dos pais, quando for o caso, ou dos alunos da turma.

Art. 19º - Das reuniões do Conselho de Classe deverá ser lavrada ata, em livro próprio, com assinatura de todos os presentes.

Da Classificação e Reclassificação

Art. 20º - Entende-se por classificação/ reclassificação, o posicionamento/reposicionamento do aluno que permita sua matrícula na série/ano adequada, considerando a relação idade-série/ano.

§ 1º Deverá ser realizada mediante avaliação escrita feita pela escola.

§ 2º O resultado da avaliação deverá ser arquivado na escola e lavrado em ata.

§ 3º Só poderá ser efetuado a partir do 2º ano/série do ensino fundamental.

§ 4º Deverá constar no histórico escolar que o aluno foi classificado/ reclassificado ou posicionado/reposicionado.

§ 5º Para qualquer série/ano, além dos critérios de promoção e transferência, poderá ser efetuada a classificação ou reclassificação do aluno, independente de escolarização anterior, tomando por base sua experiência e grau de desenvolvimento pessoal.

§ 6º A reclassificação tomará como base as normas curriculares gerais, cuja sequência deve ser preservada, e se constatar apropriação de conhecimento por parte do aluno, superior a 70% dos respectivos conteúdos, a escola deverá proceder de conformidade com a normatização estabelecida no Capítulo IV.

§ 7º A classificação/reclassificação e/ou posicionamento/reposicionamento do aluno deverão estar previstos no Projeto Político Pedagógico.

Artigo 21- Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Videira, 15 de Junho de 2015.
Marco André Serighelli
Presidente do Conselho Municipal de Educação

RESOLUÇÃO Nº 002/15

RESOLUÇÃO 002/2015

Dispõe sobre as diretrizes para a concessão de vagas e matrículas, nos Centros de Educação Infantil, integrantes do Sistema Municipal de Educação.

O Presidente do Conselho Municipal de Educação, usando de suas competências que lhe confere o Art. 1º e 3º da Lei nº 163/91, Art. 23, Inciso XIII do Sistema Municipal de Ensino e Lei nº 048 de 8 de Agosto de 2007 do Regimento Interno.

RESOLVE

No ano de 1996 a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, lei nº 9.394 definiu a educação infantil como primeira etapa da Educação Básica, sendo oferecida em creches para crianças de 0 a 3 anos de idade e em pré-escolas para crianças de 4 a 5 anos de idade. Em consonância com o Art. 208 da Constituição Federal e o 4º, I, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, nº 9.394 de 1996, a educação obrigatória no Brasil, ou seja, a obrigatoriedade em atender 100% das crianças e universalizar a educação básica trata-se em conformidade com estas legislações apenas para crianças entre 4 (quatro) e 17 (dezesete) anos, ou seja, para o atendimento de crianças que estejam matriculadas da pré-escola ao ensino médio.

Art. 1º - Diante da não obrigatoriedade no atendimento as crianças de 0 a 3 anos de idade em creches, serão concedidas matrículas nas salas de berçários e maternais, preferencialmente para:
§ 1º Filhos(as) de mães que possuem vínculo empregatício.
§ 2º Crianças em situação de vulnerabilidade social e/ou econômica.

§ 3º Filhos(as) de mães adolescentes que estejam devidamente matriculadas em uma instituição de ensino.

Art. 2º - No caso da oferta de vaga em algum dos Centros de Educação Infantil e os pais e/ou responsáveis não aceitarem, os mesmos deverão assinar um termo de desistência da vaga.

Art. 3º - A partir do ano de 2016 para a faixa etária de 4 e 5 anos, ou seja, para os alunos que frequentam a pré-escola não serão

mais admitidas matrículas em mais de uma instituição de ensino.

Art. 4º - As crianças matriculadas na creche, ou seja, da faixa etária de 0 a 3 anos perderão as suas respectivas vagas se apresentarem 15 dias de faltas consecutivas e/ou alternadas, sem justificativa.

Art. 5º - As crianças que frequentam a pré-escola, ou seja, da faixa etária de 4 a 5 anos seguem as recomendações da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Para tanto, a frequência mínima, para esta etapa de escolaridade de 60% (sessenta por cento) do total de horas.

Art. 6º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Videira, 11 de Junho de 2015.
Marco André Serighelli
Presidente do Conselho Municipal de Educação

RESULTADO DO JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO DA TP Nº 11/2015 – PMV

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

RESULTADO DO JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO DO EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 11/2015 – PMV

A Comissão Permanente de Licitações, em cumprimento ao disposto no art. 109, §1º da Lei nº 8.666/93, torna público o resultado do julgamento da fase de habilitação do processo licitatório em epígrafe, cujo objeto é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAR REFORMA E AMPLIAÇÃO NO C.E.M.E.I. (CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL) O FERROVIÁRIO, DE ACORDO COM MEMORIAL E PROJETOS, restando HABILITADAS as empresas Palazzo Construtora Ltda ME, Femaks Construtora e Incorporadora Ltda, Mendes e Suckow Engenharia e Construções Ltda EPP, Chave Certa Casa e Construção Ltda e Ampliar Construções e Pre Moldados Ltda. Fica designada a data para abertura das propostas para o dia 30/06/2015, às 09:00 hrs, desde que não haja interposição de recursos.

Videira, 18 de Junho de 2015.
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

INPREVID

COMISSÃO CONCURSO 01/2015

PORTARIA INPREVID Nº 002/2015, DE 18 DE JUNHO DE 2015.
NOMEIA SERVIDORES PARA COMPOREM A COMISSÃO DO CONCURSO PÚBLICO INPREVID Nº 001/2015 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Presidente do INPREVID no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar municipal nº 023/2002,
RESOLVE:

Art. 1º Nomear os seguintes servidores detentores da condição de servidores efetivos e segurados do INPREVID para comporem a Comissão do Concurso Público INPREVID nº 001/2015, nos termos do Art. 18 da Lei Complementar nº 129/12:

ü MARIO PEDRO FONTANELLA – Indicado pela Administração Municipal;
ü EZEQUIEL WAGNER - Indicado pela Administração Municipal;

ü SONIA REICHARD – Indicada pela Administração Municipal;
ü JULIANA WARTHA COLLE – Indicada pelo INPREVID;
ü LEONISE CROTI TESTOLIN – Indicada pelo SISMUVI;

Art. 2º A Comissão do Concurso caberá a coordenação integral dos trabalhos para promoção do CONCURSO PÚBLICO INPREVID nº 001/2015, sendo as atividades de ordem técnica e operacional realizadas por pessoa jurídica, devidamente contratada nos termos da Lei federal nº 8.666/93.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Videira/SC, 18 de Fevereiro de 2015.
VILSO VANZ
Presidente do INPREVID

Vitor Meireles**PREFEITURA****4º TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 014/2014****4º TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 014/2014**

Ao décimo oitavo dia do mês de junho do ano de 2015, a Prefeitura Municipal de Vitor Meireles, celebra o 4º Termo Aditivo à Ata de Registro de Preço nos termos Lei Federal 8.666/93 e Lei 10.520/02 e demais normas aplicáveis, decorrentes do processo licitatório nº 040/2014 homologada em 10/12/2014, cujo objeto fora a formalização de registro de preço para futuras aquisições de merenda escolar, processado nos termos do processo administrativo nº 040/2014.

CLÁUSULA PRIMEIRA DO OBJETO

O presente Termo aditivo tem por objeto o reajuste de preços em 7,10% para o item 76, repassado pelos fornecedores conforme documentação apresentada, no item nº "00001" passando a vigorar conforme especificações abaixo;

3992.6 - ELETROMOVEIS E MERCADO LUIZINHO LTDA EPP						
Item	Uni	Produto	Marca	Quantidade	Prç Unit.	Prç Tot.
00076	PACOTE	QUEIJO PRATO FATIADO DE PRIMEIRA QUALIDADE 500G	SCHOTTEN/LACTO VALE	500,00	9,26	4.630,00

As demais cláusulas a Ata de Registro de Preços permanecem inalteradas.

E por estarem às partes de pleno acordo com cláusulas e condições estabelecidas neste instrumento, assinam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que possam surtir os efeitos jurídicos e legais.

Vitor Meireles, em 18 de junho de 2015.

VALDELI JOSÉ SEBASTIÃO – Pregoeiro

JAIR WIPPEL – Equipe de Apoio

LUIS CARLOS BOING – Equipe de Apoio

LOURIVAL LUNELLI
Prefeito Municipal

ELETROMOVEIS E MERCADO LUIZINHO LTDA EPP
Empresa

HOMOLOGAÇÃO DE LICITAÇÃO 021/2015**DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS****TERMO DE HOMOLOGAÇÃO**

01 - Convite p/ Compras e Serviços: 5/2015

Tendo em vista a decisão proferida pela comissão de abertura e julgamento de licitações, designada através do decreto ou portaria No. 002/2015,

Homologo:

Nesta data a referida decisão é constante da ata anexa, considerando vencedor (es) da licitação, objeto da(o) 01 - Convite p/ Compras e Serviços numero 5/2015, com a finalidade de AQUISIÇÃO DE PEÇAS E SERVIÇOS PARA RECUPERAÇÃO DE VEÍCULOS DA FROTA MUNICIPAL. o(s) participante(s):

Vencedores(Valores expressos em R\$)	
Fornecedor	Valor
AUTO MECANICA WITMARSUM LTDA ME	11.743,60
MARCELO DO CANTO - ME	6.979,00

Vitor Meireles (SC), em 18 de junho de 2015.
LOURIVAL LUNELLI
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 109/2015

PORTARIANº 109/2015

LOURIVAL LUNELLI, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve

EXONERAR:

de acordo com o Artigo 30, da Lei Complementar Municipal nº 007/2003, de 13 de maio de 2003,

Nome: ELENICE LUDVINSKI
Cargo: PROFESSOR NÍVEL I ACT

Do Quadro de Pessoal admitida em caráter temporário, por término de contrato, da Prefeitura Municipal de Vitor Meireles/SC, na Secretaria de Educação, contratada pela Portaria nº 099/2015, de 01 de junho de 2015, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, exonerada a partir de 15 de junho de 2015.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a partir de 15 de junho de 2015, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES (SC), 18 DE JUNHO DE 2015.
LOURIVAL LUNELLI
Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA
VITOR MEIRELES/SC, ____/____/____

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/11.

Xanxerê

PREFEITURA

DECRETO Nº AJG 120/2015

DECRETO Nº AJG 120/2015

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI, Prefeito Municipal, de Xanxerê SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelos incisos III e VII do Artigo 69 da Lei Orgânica Municipal e Lei Municipal nº AJG 3.713/2014 de 08.12.2014.

DECRETA

Art. 1º - Fica pelo presente decreto aberto crédito adicional suplementar no orçamento geral do Município, no valor de R\$ 10.000,00 (Dez Mil reais) para a suplementação das seguintes programações de despesas:

17 – FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO

17.1701.16.481.1601.1010 – Apoio ao Sistema Habitacional

17.1701.16.481.1601.1010. 44900000.0100– Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

Art. 2º - Para satisfazer a abertura do crédito adicional suplementar de que trata o artigo anterior será anulada parcialmente a seguinte programação de despesa:

17 – FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO

17.1701.16.481.1601.1010 – Apoio ao Sistema Habitacional

17.1701.16.481.1601.1010. 45900000.0100– Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário.

Xanxerê, SC, 12 de junho de 2015.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI

Prefeito Municipal

DECRETO Nº AJG 121/2015

DECRETO Nº AJG 121/2015

NOMEIA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI, Prefeito do Município de Xanxerê, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e com fundamento no artigo 69, incisos III e VII, da Lei Orgânica Municipal, e na Lei Complementar nº AM 2907/06, de 12 de julho de 2006, que dispõe sobre a Estrutura Administrativa do Município, e Considerando a ordem de classificação dos candidatos ao cargo de auxiliar de serviços gerais no Concurso Público Municipal, edital nº 001/2015, homologado pelo Decreto Municipal n.º AJG 078/2015, de 08/04/2015;

DECRETA:

Art. 1º. Fica nomeada a senhora Priscila Farias Ferreira, brasileira, solteira, residente e domiciliada na cidade de Xanxerê, SC, inscrita no CPF sob nº 086.705.809-9*3, portadora da Cédula de Identidade 5.540.478 expedida pela SSP/SC, para o cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais e vencimento previsto no Anexo I, da Lei Complementar nº BLB 3376/11 de 23 de novembro de 2011, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º. Os recursos para atendimento às despesas correrão à conta da dotação orçamentária própria.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Xanxerê/SC, 17 de junho de 2015.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI

Prefeito Municipal

Xavantina

PREFEITURA

DECRETO 062/2015

DECRETO Nº 062/2015

NOMEIA OS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL – COMSEA DO MUNICÍPIO DE XAVANTINA, ESTADO DE SANTA CATARINA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MAURO JUNES POLETTTO, Prefeito Municipal de Xavantina, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere o art. 101, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, combinado com o art. 4º da Lei nº 866, de 27 de maio de 2004;

Considerando o ofício da Secretaria Municipal de Educação, o qual indica a nova nominata de conselheiros para comporem o Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional - COMSEA;

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados os membros para comporem o Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional – COMSEA do Município de Xavantina, Estado de Santa Catarina, a saber:

Representantes Governamentais, sendo:

a) Representante do Gabinete do Prefeito Municipal
Titular: Keila Renata Olkowski
Suplente: Clancelise Buratti Dal Bello

b) Representante da Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social
Titular: Gicelle Parisotto
Suplente: Celso Motta Pereira

c) Representante da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes
Titular: Juliana Canton
Suplente: Edinéia Fátima Paludo

d) Representante da Secretaria Municipal de Agricultura, Indústria e Comércio
Titular: João Mauricio Gabiatti
Suplente: Saionara Caus

Representantes não governamentais da sociedade civil organizada, sendo:

a) Representante das Igrejas
Titular: Tanismara Brandelero Paludo
Suplente: Sérgio Parastchuk

b) Representante dos Sindicatos
Titular: Neri Trevisan
Suplente: Onei Polli
Titular: Davi Cenci
Suplente: Rodrigo Gandolfi

c) Representante dos Grupos de Idosos
Titular: Zuleide Oliva Fiorese
Suplente: Cecília de Oliveira Fiorese

d) Representante dos Clubes de Mães
Titular: Ana Guerini Gabiatti

Suplente: Terezinha Girotto

e) Representante das Associações
Titular: Givanildo Rizzi
Suplente: Maria Eduarda Canesso

f) Representante das Associações de Pais e Professores
Titular: Cleomar Trevisan
Suplente: Laércio Gasparin

Art. 2º A participação no COMSEA é considerada serviço público relevante, não remunerado.

Art. 3º O mandato dos conselheiros ora nomeados será de 02 (dois) anos, admitidas duas reconduções consecutivas.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Xavantina (SC), em 15 de Junho de 2015.
MAURO JUNES POLETTTO
Prefeito Municipal

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

Tiago Brandelero
Assessor de Planejamento e Gestão Administrativa

DECRETO 063/2015

DECRETO Nº 063/2015

NOMEIA OS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE SOCIAL DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO – FUNDEB E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MAURO JUNES POLETTTO, Prefeito Municipal de Xavantina, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere o art. 101, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, combinado com o art. 1º da Lei Municipal nº 1.203, de 21 de Setembro de 2011, atualizada;

Considerando o ofício da Secretaria Municipal de Educação, o qual solicita alteração de membro(s) para compor o Conselho Municipal do FUNDEB;

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados os membros para comporem o Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, a saber:

I- Representantes do Poder Executivo Municipal e da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes:

a) Titular: Keila Renata Olkowski
b) Suplente: Clancelise Buratti Dal Bello
c) Titular: Elianice Battiston
d) Suplente: Thuane Gandolfi

II- Representantes dos Professores da Educação Básica Municipal:

a) Titular: Thais Luana Triaca
b) Suplente: Cleide Seghetto

III- Representantes dos Diretores das Escolas Públicas:

- a) Titular: Juliane Moretto Tedesco
b) Suplente: Lenice Bicigo Marangoni

IV- Representantes dos Servidores Técnicos- Administrativos das Escolas Públicas Municipais:

- a) Titular: Katiane Marafon Bertan
b) Suplente: Ivanir Teresinha Grolli Dellazzari

V- Representantes dos Pais de Alunos das Escolas Públicas Municipais:

- a) Titular: Catia Mara Cosmann Boff
b) Suplente: Francieli Padova Cenci
c) Titular: Elizandro Campagnolo
d) Suplente: Valdenir José Marchioro

VI- Representantes dos Estudantes da Educação Básica Pública:

- a) Titular: Lucivane Nogueira Pavan
b) Suplente: Clovis Antonio Telo

VII- Representantes do Conselho Tutelar:

- a) Titular: Maira Lucia Altenhofen
b) Suplente: Maria Eduarda Canesso

VIII- Representantes do Conselho Municipal de Educação:

- a) Titular: Tanismara Brandelero Paludo
b) Suplente: Fernando Borges

Art. 2º A participação no conselho é considerada serviço público relevante, não remunerado.

Art. 3º O mandato dos conselheiros ora nomeados será de 02 (dois) anos, permitida uma recondução.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário, em especial o Decreto Municipal nº 060/2015.

Xavantina (SC), em 15 de Junho de 2015.

MAURO JUNES POLETTO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

Tiago Brandelero

Assessor de Planejamento e Gestão Administrativa

DECRETO 064/2015

DECRETO Nº 064/2015

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O PREFEITO MUNICIPAL DE XAVANTINA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de conformidade com o que determina a Lei Municipal nº 1.450, de 16 de Junho de 2015.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar no valor total de até R\$ 36.000,00 (trinta e seis mil reais), na(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Órgão: 06 – SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO	
Unidade Orçamentária: 06.01 – Departamento de Agricultura	
Projeto Atividade: 1.004 – Investimentos na Agricultura, Agropecuária e Saneamento Rural	
Elem. Despesa: 4.4.90.00.00.00.00.01.0089 CR (113)	

R\$	36.000,00
TOTAL	36.000,00

Art. 2º Para atender as suplementações do artigo anterior, serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Órgão: 06 – SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO	
Unidade Orçamentária: 06.02 – Departamento de Comércio, Indústria, Turismo e Serviços	
Projeto Atividade: 1.005 – Incentivos Econômicos	
Elem. Despesa: 4.4.90.00.00.00.00.01.0089 CR (68)	
R\$	36.000,00
TOTAL	36.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Xavantina (SC), 16 de Junho de 2015.

MAURO JUNES POLETTO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

Tiago Brandelero

Assessor de Planejamento e Gestão Administrativa

DECRETO 065/2015

DECRETO Nº 065/2015

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O PREFEITO MUNICIPAL DE XAVANTINA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de conformidade com o que determina a Lei Municipal nº 1.451, de 16 de Junho de 2015.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar no valor total de até R\$ 29.127,85 (vinte e nove mil cento e vinte e sete reais e oitenta e cinco centavos), na(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Órgão: 05 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL	
Unidade Orçamentária: 05.04 – Fundo Municipal de Assistência Social	
Projeto Atividade: 2.018 – Proteção Social Básica - CRAS	
Elem. Despesa: 3.3.90.00.00.00.00.00.0.3.0052 – CR 100	
R\$	10.081,74
Unidade Orçamentária: 05.04 – Fundo Municipal de Assistência Social	
Projeto Atividade: 2.018 – Proteção Social Básica - CRAS	
Elem. Despesa: 3.3.90.00.00.00.00.00.0.3.1152 – CR 105	
R\$	16.899,74
Unidade Orçamentária: 05.04 – Fundo Municipal de Assistência Social	
Projeto Atividade: 2.025 – Índice de Gestão Descentralizada – PBF E SUAS	
Elem. Despesa: 4.4.90.00.00.00.00.00.0.3.0063 – CR 104	
R\$	2.146,37

TOTAL	29.127,85
.....	

Art. 2º Para atender as suplementações do artigo anterior, serão utilizados recursos provenientes do superávit financeiro do exercício anterior na fonte de recursos:

03.0052 – Outras Transferências - FNAS, no valor de R\$: 10.081,74.
03.1152 – FNAS – Co-Financiamento, no valor de R\$: 16.899,74.
03.0063 – Bolsa Família, no valor de R\$: 2.146,37.

TOTAL	29.127,85
.....	

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Xavantina (SC), 16 de Junho de 2015.

MAURO JUNES POLETTTO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

Tiago Brandelero

Assessor de Planejamento e Gestão Administrativa

DECRETO 066/2015

DECRETO Nº 066/2015

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O PREFEITO MUNICIPAL DE XAVANTINA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de conformidade com o que determina a Lei Municipal nº 1.452, de 16 de Junho de 2015.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar no valor total de até R\$ 37.883,82 (trinta e sete mil, oitocentos e oitenta e três reais e oitenta e dois centavos), na(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Órgão: 10 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
Unidade Orçamentária: 10.01 – Departamento de Saúde	
Projeto Atividade: 2.028 – Manter o Programa Saúde da Família	
Elem. Despesa: 3.1.90.00.00.00.00.00.0.3.1164 – CR 35	
R\$	2.010,50
.....	
Unidade Orçamentária: 10.01 – Departamento de Saúde	
Projeto Atividade: 2.028 – Manter o Programa Saúde da Família	
Elem. Despesa: 3.1.90.00.00.00.00.00.0.3.1264 – CR 36	
R\$	13.081,94
.....	
Unidade Orçamentária: 10.01 – Departamento de Saúde	
Projeto Atividade: 2.021 – Manter os Programas de Saúde Básica	
Elem. Despesa: 3.3.90.00.00.00.00.00.0.3.0064 – CR 34	
R\$	14.253,72
.....	
Unidade Orçamentária: 10.01 – Departamento de Saúde	
Projeto Atividade: 2.021 – Manter os Programas de Saúde Básica	
Elem. Despesa: 3.3.90.00.00.00.00.00.0.3.0067 – CR 37	
R\$	3.793,67
.....	
Unidade Orçamentária: 10.01 – Departamento de Saúde	
Projeto Atividade: 2.021 – Manter os Programas de Saúde Básica	

Elem. Despesa: 3.3.90.00.00.00.00.00.0.3.1067 – CR 38	
R\$	4.743,99
.....	
TOTAL	37.883,82
.....	

Art. 2º Para atender as suplementações do artigo primeiro, serão utilizados recursos provenientes do superávit financeiro do exercício anterior na fonte de recursos:

0.3.1164 – Agente Comunitário de Saúde, no valor de R\$: 2.010,50.
0.3.1264 – PMAQ, no valor de R\$: 13.081,94.
0.3.0064 – Atenção Básica, no valor de R\$: 14.253,72.
0.3.0067 – Assistência Farmacêutica Básica - União, no valor de R\$: 3.793,67.
0.3.1067 – Assistência Farmacêutica Básica - Estado, no valor de R\$: 4.743,99.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Xavantina (SC), 16 de Junho de 2015.

MAURO JUNES POLETTTO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

Tiago Brandelero

Assessor de Planejamento e Gestão Administrativa

DECRETO 067/2015

DECRETO Nº 067/2015

NOMEIA OS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL DE XAVANTINA – CMDR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MAURO JUNES POLETTTO, Prefeito Municipal de Xavantina, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere o art. 101, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, combinado com o art. 4º da Lei nº 1.174, de 28 de abril de 2011;

Considerando o ofício do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural de Xavantina (CMDR), a qual expressa à relação de membros que formaram o respectivo conselho pelo prazo de 02 (dois) anos, bem como presidente e secretário;

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados os membros para comporem o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural de Xavantina (CMDR), a saber:

I – O Chefe do Poder Executivo Municipal

Titular: Mauro Junes Poletto

Suplente: Jose Dalbosco

II – Representante da Secretaria Municipal de Agricultura, Indústria e Comércio

Titular: João Mauricio Gabiatti

Suplente: Rosiani Pelisson

III – Representante da Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social

Titular: Mari Dreon

Suplente: Flademir Aduino da Silva

IV – Representante da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes

Titular: Elianice Battiston

Suplente: Sandra Palacio

V – Representante da Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Urbanismo

Titular: Gilmar Luiz Batistella

Suplente: Ari Parisotto

VI – Representante do Poder Legislativo Municipal

Titular: Elizandro Scalco

Suplente: Antoninho Brandelero

VII – Representante do SINTRAF – Xavantina

Titular: Neri Trevisan

Suplente: Andressa Triaca

VIII – Representante da EPAGRI

Titular: Viviana Bittencourt da Silva

Suplente: Rafael Antônio Presotto

IX – Representante da CIDASC

Titular: Gonzaga Ribeiro Pires

Suplente: Vanessa Ribeiros

X – Representante das Instituições Financeiras do Município

Titular: Hermando Tossatti

Suplente: Vanessa Cristina de Cezare

XI – Representante das Cooperativas de Crédito do Município

Titular: Alexandro Juliano Pontal

Suplente: Nilclésio Gabiatti

XII – Representante da ACIX – Associação Comercial e Industrial de Xavantina

Titular: Givanildo Rizzi

Suplente: Maria Eduarda Canesso

XIII – Representante da ACSX – Associação dos Criadores de Suínos de Xavantina

Titular: Eliseo Pinsetta

Suplente: Gilberto Pavan

XIV – Representante da Copérdia

Titular: Alcedir Corso

Suplente: Julio Fernando Holz

XV – Representante de agricultores ou agroindústrias familiares

Titular: Maicon Pozzer

Suplente: Davi Cenci

XVI – Representante dos Clubes de Mães

Titular: Luciane Caviglion

Suplente: Eliane Geremias

XVII – Representante dos Grupos de Jovens

Titular: Onei Polli

Suplente: Thuane Gandolfi

XVIII – Representante dos Grupos da Terceira Idade

Titular: Alceu Testa

Suplente: Milton Triaca

XIX – Representante da Comunidade de Medianeira

Titular: Alfrindo da Veiga

Suplente: Maritania da Veiga Reck

XX – Representante da Comunidade de Divisa das Águas

Titular: Edvin Scalco

Suplente: Cristiano Gazola

XXI – Representante da Comunidade de São Miguel

Titular: Elío Pinzetta

Suplente: Diego Pinzetta

XXII – Representante da Comunidade de Quatro Irmãos

Titular: Rodrigo Gandolfi

Suplente: Miguel Gandolfi

XXIII – Representante da Comunidade de Alto Irani

Titular: Vanderlei Babinski

Suplente: Eleandro Balen

XXIV – Representante da Comunidade de Tiradentes

Titular: Neudi Benetti

Suplente: Itamar Chiossi

XXV – Representante da Comunidade de Plano Alto

Titular: Cidimar Demartini

Suplente: Ademir Carpes

XXVI – Representante da Comunidade de Passo das Antas

Titular: Roberto Chiossi

Suplente: Amilcar Fantin

XXVII – Representante da Comunidade de Guararapes

Titular: Paulo Caron

Suplente: Danimar Cenci

XXVIII – Representante da Comunidade de Reduto

Titular: Sadi Garbin

Suplente: Alexandro Fávero

XXIX – Representante da Sede do Município

Titular: Ana Gandolfi Caon

Suplente: Neudi Busnello

XXX – Representante da Comunidade de Pinhal Preto

Titular: Jacir Canesso

Suplente: Ademir Lovatto

XXXI – Representante da Comunidade de Sete de Setembro

Titular: Cristian Scalco

Suplente: Izete Peretti

XXXII – Representante do Distrito de Linha das Palmeiras

Titular: Claudio Guerini

Suplente: Leonir Triaca

XXXIII – Representante da Comunidade de Rio Claro

Titular: Gabriel Parisotto

Suplente: Leonir Marostega

XXXIV – Representante da Comunidade de Santa Terezinha

Titular: Jovenir Buratti

Suplente: Edis Buratti

Art. 2º O Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural de Xavantina (CMDR), terá como Presidente o Senhor Claudio Guerini e Secretária Senhora Viviana Bittencourt da Silva.

Art. 3º A participação no conselho é considerada serviço público relevante, não remunerado.

Art. 4º O mandato dos conselheiros ora nomeados será de 02 (dois) anos.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Xavantina (SC), 16 de Junho de 2015.

MAURO JUNES POLETTTO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

Tiago Brandelero

Assessor de Planejamento e Gestão Administrativa

LEI 1449

LEI Nº 1449, DE 16 DE JUNHO DE 2015

AUTORIZA REPASSE DE RECURSOS FINANCEIROS PARA ENTIDADES, MEDIANTE CELEBRAÇÃO DE CONVÊNIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE XAVANTINA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições conferidas pelo art. 101, inc. V da Lei Orgânica Municipal, faz saber a todos os habitantes que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte:

LEI:

Art. 1º Fica o Município autorizado a repassar recursos financeiros, mediante celebração de convênios para as seguintes entidades abaixo:

I - SINDICATO DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA FAMILIAR DE SEARA E REGIÃO SR – SINTRAF SR, pessoa jurídica de direito privado, com sede na cidade de Seara, SC, na Rua do Comércio nº 156 - Centro, devidamente inscrito no CNPJ nº 82.814.898/0001-04, do valor de até R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), objetivando melhoria nas ações e serviços essenciais e indispensáveis na área do sindicalismo, prestar assistência Técnica aos agricultores e as famílias Xavantinenses.

II - ASSOCIAÇÃO COMERCIALEINDUSTRIAL DE XAVANTINA - ACIX, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Rua Praça Rio Branco, s/nº, na cidade de Xavantina, SC, devidamente inscrita no CNPJ nº 02.216.238/0001-84, do valor de até R\$ 18.000,00 (dezoito mil reais), para estabelecimento de convênio e realização das campanhas anuais da instituição, com objetivo de incentivar e valorizar o comércio local.

Art. 2º A autorização pressupõe a homologação prevista no art. 20 da Lei Orgânica Municipal e o disposto no § 2º do art. 116 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Art. 3º Os recursos necessários à execução desta Lei correrão por conta de dotações próprias dos orçamentos do Município do Exercício de 2015.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Xavantina (SC), 16 de Junho de 2015.

MAURO JUNES POLETTTO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

Tiago Brandelero

Assessor de Planejamento e Gestão Administrativa

LEI 1450

LEI Nº 1450, DE 16 DE JUNHO DE 2015

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O PREFEITO MUNICIPAL DE XAVANTINA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições conferidas pelo art. 101, inc. V da Lei Orgânica Municipal, faz saber a todos os habitantes que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte:

LEI:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional suplementar no valor total de até R\$ 36.000,00 (trinta e seis mil reais), na(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Órgão: 06 – SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO	
Unidade Orçamentária: 06.01 – Departamento de Agricultura	
Projeto Atividade: 1.004 – Investimentos na Agricultura, Agropecuária e Saneamento Rural	
Elem. Despesa: 4.4.90.00.00.00.00.01.0089 CR (113)	
R\$	36.000,00
TOTAL	36.000,00

Art. 2º Para atender as suplementações do artigo anterior, serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Órgão: 06 – SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO	
Unidade Orçamentária: 06.02 – Departamento de Comércio, Indústria, Turismo e Serviços	
Projeto Atividade: 1.005 – Incentivos Econômicos	
Elem. Despesa: 4.4.90.00.00.00.00.01.0089 CR (68)	
R\$	36.000,00
TOTAL	36.000,00

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Xavantina (SC), 16 de Junho de 2015.

MAURO JUNES POLETTTO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

Tiago Brandelero

Assessor de Planejamento e Gestão Administrativa

LEI 1451

LEI Nº 1451, DE 16 DE JUNHO DE 2015

ABRE CRÉDITO ADICIONAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O PREFEITO MUNICIPAL DE XAVANTINA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições conferidas pelo art. 101, inc. V da Lei Orgânica Municipal, faz saber a todos os habitantes que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte:

LEI:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional no valor total de até R\$ 29.127,85 (vinte e nove mil cento e vinte e sete reais e oitenta e cinco centavos), na(s) seguinte(s)

dotação(ões) orçamentária(s):

Órgão: 05 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL	
Unidade Orçamentária: 05.04 – Fundo Municipal de Assistência Social	
Projeto Atividade: 2.018 – Proteção Social Básica - CRAS	
Elem. Despesa: 3.3.90.00.00.00.00.00.0.3.0052 – CR 100	
R\$	10.081,74
Unidade Orçamentária: 05.04 – Fundo Municipal de Assistência Social	
Projeto Atividade: 2.018 – Proteção Social Básica - CRAS	
Elem. Despesa: 3.3.90.00.00.00.00.00.0.3.1152 – CR 105	
R\$	16.899,74
Unidade Orçamentária: 05.04 – Fundo Municipal de Assistência Social	
Projeto Atividade: 2.025 – Índice de Gestão Descentralizada – PBF E SUAS	
Elem. Despesa: 4.4.90.00.00.00.00.00.0.3.0063 – CR 104	
R\$	2.146,37
TOTAL	29.127,85

Art. 2º Para atender as suplementações do artigo anterior, serão utilizados recursos provenientes do superávit financeiro do exercício anterior na fonte de recursos:

03.0052 – Outras Transferências - FNAS, no valor de R\$: 10.081,74.

03.1152 – FNAS – Co-Financiamento, no valor de R\$: 16.899,74.

03.0063 – Bolsa Família, no valor de R\$: 2.146,37.

TOTAL	29.127,85
-------------	-----------

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Xavantina (SC), 16 de Junho de 2015.

MAURO JUNES POLETTTO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

Tiago Brandelero

Assessor de Planejamento e Gestão Administrativa

LEI 1452

LEI Nº 1452, DE 16 DE JUNHO DE 2015

ABRE CRÉDITO ADICIONAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O PREFEITO MUNICIPAL DE XAVANTINA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições conferidas pelo art. 101, inc. V da Lei Orgânica Municipal, faz saber a todos os habitantes que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte:

LEI:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional no valor total de até R\$ 37.883,82 (trinta e sete mil, oitocentos e oitenta e três reais e dois centavos), na(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Órgão: 10 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
Unidade Orçamentária: 10.01 – Departamento de Saúde	
Projeto Atividade: 2.028 – Manter o Programa Saúde da Família	

Elem. Despesa: 3.1.90.00.00.00.00.00.0.3.1164 – CR 35	
R\$	2.010,50
Unidade Orçamentária: 10.01 – Departamento de Saúde	
Projeto Atividade: 2.028 – Manter o Programa Saúde da Família	
Elem. Despesa: 3.1.90.00.00.00.00.00.0.3.1264 – CR 36	
R\$	13.081,94
Unidade Orçamentária: 10.01 – Departamento de Saúde	
Projeto Atividade: 2.021 – Manter os Programas de Saúde Básica	
Elem. Despesa: 3.3.90.00.00.00.00.00.0.3.0064 – CR 34	
R\$	14.253,72
Unidade Orçamentária: 10.01 – Departamento de Saúde	
Projeto Atividade: 2.021 – Manter os Programas de Saúde Básica	
Elem. Despesa: 3.3.90.00.00.00.00.00.0.3.0067 – CR 37	
R\$	3.793,67
Unidade Orçamentária: 10.01 – Departamento de Saúde	
Projeto Atividade: 2.021 – Manter os Programas de Saúde Básica	
Elem. Despesa: 3.3.90.00.00.00.00.00.0.3.1067 – CR 38	
R\$	4.743,99
TOTAL	37.883,82

Art. 2º Para atender as suplementações do artigo primeiro, serão utilizados recursos provenientes do superávit financeiro do exercício anterior na fonte de recursos:

0.3.1164 – Agente Comunitário de Saúde, no valor de R\$: 2.010,50.

0.3.1264 – PMAQ, no valor de R\$: 13.081,94.

0.3.0064 – Atenção Básica, no valor de R\$: 14.253,72.

0.3.0067 – Assistência Farmacêutica Básica - União, no valor de R\$: 3.793,67.

0.3.1067 – Assistência Farmacêutica Básica - Estado, no valor de R\$: 4.743,99.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Xavantina (SC), 16 de Junho de 2015.

MAURO JUNES POLETTTO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

Tiago Brandelero

Assessor de Planejamento e Gestão Administrativa

PORTARIA 134/2015

PORTARIA Nº 134/2015

CONCEDE LICENÇA MATERNIDADE A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MAURO JUNES POLETTTO, Prefeito Municipal de Xavantina, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere o art. 101, inciso VIII, combinado com o art. 23, § 2º, inciso X da Lei Orgânica Municipal, bem como Lei Complementar nº 002/2000, atualizada;

Considerando o atestado médico apresentado;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder 120 (cento e vinte) dias de licença maternidade à Servidora Pública Municipal, Sra. Daniela Solange Ribeiros, ocupante do cargo efeito de Professor, com efeitos a contar de 05 de Junho de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Xavantina (SC), 08 de Junho de 2015.

MAURO JUNES POLETTO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

Tiago Brandelero

Assessor de Planejamento e Gestão Administrativa

PORTARIA 135/2015

PORTARIA Nº 135/2015

DISPÕE SOBRE A CONTRATAÇÃO DE PESSOAL TEMPORÁRIO PARA PREENCHIMENTO DE VAGA NO QUADRO DE PESSOAL DO EXECUTIVO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MAURO JUNES POLETTO, Prefeito Municipal de Xavantina, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere o art. 101, inciso VIII, da Lei Orgânica Municipal, combinado com a Lei nº782/02, e,

Considerando o resultado do Processo Seletivo nº 003/2014;

Considerando a Portaria nº 134/2015, o qual Concedeu 120 (cento e vinte) dias de licença maternidade à Servidora Pública Municipal, Sra. Daniela Solange Ribeiros, ocupante do cargo efeito de Professor;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar em caráter temporário a Sra. SAMARA SIQUEIRA, para ocupar a função de Professor Normalista, Período Matutino, com carga de 20 horas/semanais, com efeitos a contar de 09 de Junho de 2015, tendo como local de trabalho o CEMEI PALMEIRINHA (Linha das Palmeiras).

Parágrafo único. O prazo de vigência do Contrato de Trabalho está condicionado ao disposto na Lei nº 782/2002 e ao Contrato de Trabalho.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Xavantina (SC), 08 de Junho de 2015.

MAURO JUNES POLETTO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

Tiago Brandelero

Assessor de Planejamento e Gestão Administrativa

SUSPENDE PP 21/2015 PMXV

SUSPENDE PROCESSO LICITATÓRIO Nº 43/2015 PMXV, MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 21/2015 PMXV

O Município de Xavantina, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 163, Centro deste Município, através do Prefeito Municipal, Sr. Mauro Junes Poletto, TORNA PÚBLICO, que por meio deste SUSPENDE o PROCESSO LICITATÓRIO Nº 43/2015 PMXV, MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 21/2015 PMXV, por interesse público, em razão da necessidade de se reavaliar o descrito do edital em questão, determino a SUSPENSÃO do processo em epígrafe. Assim a errata será devidamente publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC, informando novos prazos para recebimento de propostas e realização da sessão pública de licitação, em conformidade com os ditames impostos na Lei 10.520/2002 e 8.666/1993.

Xavantina/SC, em 18 de julho de 2015.

MAURO JUNES POLETTO,

Prefeito Municipal.

Xaxim

PREFEITURA

AVISO DE DISPENSA 031/2015

Aviso de Dispensa de Licitação

O Município de Xaxim através de seu Prefeito comunica a presente dispensa, a saber:

Dispensa de licitação n. 031/2015 – Processo licitatório n. 122/2015

Homologação: 18/06/2015

Contratado: DRJ – Radio Comunicação Ltda – CNPJ: 83.159.087/0001-71

Contratante: Município de Xaxim

Objeto: Aquisição de estação portátil – rádio HT para uso da Patrulha Militar de Xaxim SC

Valor da despesa: R\$ 5.120,00 (cinco mil cento e vinte reais)

Vigência: 30 (trinta) dias

Fundamento: art. 24, inciso II da Lei 8.666/93.

Xaxim – SC, 18 de junho de 2015.

Idacir Antônio Orso

Prefeito Municipal

Decreto 208

DECRETO Nº 208/2015

DISPÕE SOBRE A DEFINIÇÃO DA ALÍQUOTA DO RAT- RISCO AMBIENTAL DE TRABALHO E DO FAP - FATOR ACIDENTÁRIO DE PREVENÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

IDACIR ANTONIO ORSO, Prefeito Municipal de Xaxim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e conforme dispõe a Lei Orgânica, Lei Federal nº 8.212/91, Decreto Federal nº 3.048/1999, e:

Considerando o Decreto Federal nº 6.957, de 09 de setembro de 2009, acerca da contribuição do empregador para financiar os benefícios previdenciários decorrentes do grau de incidência de incapacidade laborativa;

Considerando o disposto na alínea 'a', do inciso II, do art. 22 da Lei 8.212/1991, no qual possui a seguinte redação:

“II - para o financiamento do benefício previsto nos arts. 57 e 58 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, e daqueles concedidos em razão do grau de incidência de incapacidade laborativa decorrente dos riscos ambientais do trabalho, sobre o total das remunerações pagas ou creditadas, no decorrer do mês, aos segurados empregados e trabalhadores avulsos: a) 1% (um por cento) para as empresas em cuja atividade preponderante o risco de acidentes do trabalho seja considerado leve;”

Considerando que a alíquota da contribuição para o seguro de acidentes do trabalho deve ser estabelecida em função da atividade preponderante da empresa, possuidora de um único CNPJ, considerada esta a que ocupa, em cada estabelecimento, o maior número de segurados empregados e trabalhadores avulsos, conforme previsto no § 3º, do art. 202 do Decreto nº 3.048/1999;

Considerando o disposto no que é pertinente, da Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil, sob o nº 971/2009:

“Art. 72. [...] I - o enquadramento nos correspondentes graus de risco é de responsabilidade da empresa, e deve ser feito mensalmente, de acordo com a sua atividade econômica preponderante, conforme a Relação de Atividades Preponderantes e Correspondentes

Graus de Risco, elaborada com base na CNAE, prevista no Anexo V do RPS, que foi reproduzida no Anexo I desta Instrução Normativa, obedecendo às seguintes disposições: (Nova redação dada pela INSTRUÇÃO NORMATIVA RFB Nº 1.080, DE 03/11/2010); c) a empresa com mais de 1 (um) estabelecimento e com mais de 1 (uma) atividade econômica deverá somar o número de segurados alocados na mesma atividade em toda a empresa e considerar preponderante aquela atividade que ocupar o maior número de segurados empregados e trabalhadores avulsos, aplicando o correspondente grau de risco a todos os estabelecimentos da empresa, exceto às obras de construção civil, para as quais será observado o inciso III deste parágrafo. (Nova redação dada pela IN RFB Nº 1.238, DE 11/01/2012); d) os órgãos da Administração Pública Direta, tais como Prefeituras, Câmaras, Assembleias Legislativas, Secretarias e Tribunais, identificados com inscrição no CNPJ, enquadrar-se-ão na respectiva atividade, observado o disposto no § 9º; e (Incluído pela INSTRUÇÃO NORMATIVA RFB Nº 1.080, DE 03/11/2010); § 9º Na hipótese de um órgão da Administração Pública Direta com inscrição própria no CNPJ ter a ele vinculados órgãos sem inscrição no CNPJ, aplicar-se-á o disposto na alínea "c" do inciso I do § 1º.”

Considerando que, embora conste no CNPJ do município o CNAE 8411600 - Administração Pública em Geral, restou evidenciado que a atividade preponderante na Prefeitura Municipal de Xaxim é o "Ensino Fundamental", cujo CNAE Preponderante corresponde ao Código 8513900;

DECRETA:

Art. 1º. Fica determinado que o Município de Xaxim - SC, na elaboração de sua GFIP - Guia de Recolhimento do FGTS e de Informações à Previdência Social, informará no campo do CNAE PREPONDERANTE, o código correspondente à atividade 8513900 que corresponde a atividade "Ensino Fundamental", cuja alíquota do RAT - Risco Ambiental De Trabalho é de 1% (um por cento)".

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Xaxim, 11 de junho de 2015.

IDACIR ANTONIO ORSO

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

Fabio José Dal Magro

OAB/SC 20.041 – Procurador-geral

Decreto 211

DECRETO Nº 211/2015.

Prorroga prazo de validade do Processo Seletivo 003/2013 e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Xaxim – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Inciso VI do Artigo 66 da Lei Orgânica Municipal, Lei Nº. 1729, de 26 de dezembro de 1994 e suas alterações e considerando parecer jurídico de 16 de junho de 2015 em anexo:

DECRETA:

Art. 1º Fica prorrogado o prazo de validade do processo seletivo

003/2013, da Secretaria Municipal de Esportes e Lazer, por mais 90 (noventa) dias, ou seja, até a data de 15 de setembro de 2015.

Art. 2º Ficam revogadas disposições em contrário.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 17 de junho de 2015.

Idacir Antonio Orso

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra

Fabio Jose Dal Magro

Procurado Geral do Município

Decreto 212

DECRETO Nº 212/2015.

Prorroga prazo de validade do Processo Seletivo 002/2013 e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Xaxim – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Inciso VI do Artigo 66 da Lei Orgânica Municipal, Lei Nº. 1729, de 26 de dezembro de 1994 e suas alterações e considerando parecer jurídico, de 16 de junho de 2015 em anexo:

DECRETA:

Art. 1º Fica prorrogado o prazo de validade do processo seletivo 002/2013, para monitores do Ceaca, por mais 45 (quarenta e cinco) dias, ou seja, até a data de 31 de julho de 2015.

Art. 2º Ficam revogadas disposições em contrário.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 17 de julho de 2015.

Idacir Antonio Orso

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra

Fabio Jose Dal Magro

Procurado Geral do Município

Decreto 213

DECRETO Nº. 213/2015.

Prorroga contrato de engenharia civil em caráter emergencial e dá outras providências

O Prefeito Municipal de Xaxim – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Inciso VI do Artigo 66 da Lei Orgânica Municipal, Lei Nº. 1729, de 26 de dezembro de 1994 e suas alterações e Leis Complementares Nº. 037 e 038, de 01 de junho de 2007 e posteriores alterações e considerando:

CONSIDERANDO que, o Arquiteto, Sr. Ricardo Guizzi, realizou a solicitação de exoneração do cargo em que ocupava neste Município, em meados do mês de julho de 2014, além do fato da Contratada subsequente, Sra. Laura Fiabane também ter solicitado sua desvinculação à Administração;

CONSIDERANDO que, o então Arquiteto, estava no acompanhamento e fiscalização de boa parcela das obras que eram realizadas pela Administração Municipal;

CONSIDERANDO que, o concurso público para provimento de cargos desta administração, autuado sob o nº 001/2015 está em fase final de tramitação;

CONSIDERANDO, as diversas obras inacabadas de convênios ou não, as quais já se encontram com os referidos pagamentos agendados, apenas aguardando a indicação de Anotação de Responsabilidade Técnica - ART de um Responsável para a liberação de recursos às empresas;

CONSIDERANDO que, não havendo as respectivas “medições” e consequente liberação de recursos, nenhuma empresa irá colocar funcionárias nas mesmas e trabalhar de forma voluntária;

CONSIDERANDO, a necessidade de fiscalização na execução das obras desta municipalidade;

CONSIDERANDO, que as obras tem grande importância para a população do Município, dos quais em parte, se utilizam recursos próprios, e aguardam apenas análise/fiscalização do Responsável;

CONSIDERANDO, a urgência no andamento dos projetos idealizados por este Município em ver seu povo bem e ter avanço no crescimento na educação, moradia, saúde, abrigo, creches dentre outros;

E Principalmente, Considerando, que todos os projetos tem o intuito de melhorar a vida dos moradores de Xaxim, assegurando assim, as garantias constitucionais previstas na Nossa Carta Magna.

DECRETA:

Art. 1º Fica prorrogado, em caráter emergencial, a partir de 25 de junho de 2015, o contrato da servidora municipal SIMONE MICHELON, matrícula 6883, na função de ENGENHEIRA CIVIL, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Infraestrutura, até 25 de julho de 2015, quando encerra este contrato.

Art. 2º Os vencimentos do referido servidor são aqueles constantes em lei vigente.

Art. 3º Ficam revogadas disposições em contrário.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 18 de junho de 2015.

Idacir Antonio Orso

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra

Fabio Jose Dal Magro

Procurador Geral do Município

Decreto 214

DECRETO Nº 214/2015

DISPÕE SOBRE A CONVOCAÇÃO DA 5ª CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE SAÚDE, INSTITUI COMISSÃO ORGANIZADORA, DEFINE TEMÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O Prefeito Municipal de Xaxim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo inciso VI e IX do artigo 66 da Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

Art. 1º – Ficam convocados todos os servidores pertencentes à Secretaria Municipal de Saúde para participarem da 5ª CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE XAXIM – SC, a realizar-se no dia 25 de junho de 2015, das 08h45min às 17h00min, no Salão Paroquial da Igreja Matriz São Luiz Gonzaga, tendo como tema “SAÚDE PÚBLICA DE QUALIDADE PARA CUIDAR BEM DAS PESSOAS”, e como eixo norteador: “DIREITO DO POVO BRASILEIRO”.

Art. 2º – Para organizar e realizar a 5ª CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE SAÚDE fica constituída a comissão, composta pelos seguintes membros:

- I. Presidente: Joseane Sampaio
- Osvaldo Trujillo (Vice-Presidente do Cons. Mun de Saúde)
- II. Coordenadora Geral: Estela Marisa Specht
- III. Secretária Executiva: Marli Cerutti Machado
- IV. Secretárias de Credenciamento: Leandra Cavichioli e Leandra Brandelero Boff
- V. Secretárias de Comunicação e Divulgação: Joseane Sampaio e Marli Cerutti Machado
- VI. Relatores: Estela Marisa Specht, Leandra Brandelero Boff, Leandra Cavichioli e Eloi Trevisan (Conferencista).

Art. 3º – As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto, correrão por conta do orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde (FMS).

Art. 4º – A Secretaria Municipal de Saúde e todas as suas unidades não terão atendimento neste dia 25 de junho de 2015, em decorrência da realização desta 5ª Conferência Municipal de Saúde.

Art. 5º – Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º – Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Xaxim – SC,
em 18 de junho de 2015.

Idacir Antonio Orso
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra:

Leonardo Scherer de Oliveira
Diretor Geral de Administração e RH

INEXIGIBILIDADE 018/2015 PROCESSO 121/2015

AVISO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE XAXIM ATRAVÉS DE SEU PREFEITO COMUNICA A PRESENTE INEXIGIBILIDADE, A SABER:
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 0018/2015
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0121/2015
HOMOLOGAÇÃO: 18/06/2015
CONTRATADO: MARCIO ROBERTO THOMÉ
CNPJ: 12.595.417/0001-23
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE XAXIM ATRAVÉS DA SECRETARIA DE SAÚDE
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAL ATRAVÉS DE CREDENCIAMENTO PARA PRESTAR SERVIÇOS/ATENDIMENTO EM FISIOTERAPIA CONVENCIONAL.
VALOR DA DESPESA: R\$ 30.420,00 (TRINTA MIL QUATROCENTOS E VINTE REAIS)
VIGÊNCIA: 31/12/2015
FUNDAMENTO: CAPUT Art. 25, Lei de 8.666/93.

XAXIM, 18/06/2015
IDACIR ANTONIO ORSO
Prefeito Municipal

Associações

AMAI

EDITAL DE CONVOCAÇÃO 04/2015

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 004, de 17 de junho de 2015
Convoca a 1ª Conferência Regional dos Direitos da Criança e do Adolescente do Alto Irani (1ª CRDCA – Alto Irani), e dá outras providências.

Considerando o disposto na Resolução nº 166 do Conselho Nacional da Criança e Adolescente (Conanda), publicada em 5 de junho de 2014, a qual convoca a 10ª Conferência Nacional da Criança e Adolescente, bem como a Resolução nº 1, do Conselho Estadual da Criança e do Adolescente, publicada em 19 de março de 2015, que convoca a 10ª Conferência Estadual da Criança e Adolescente, o Presidente da Associação dos Municípios do Alto Irani (AMAI), juntamente com o Secretário de Estado do Desenvolvimento Regional de Xanxerê (SDR), no uso de suas atribuições, resolvem:

Art. 1º. CONVOCAR a 1ª Conferência Regional dos Direitos da Criança e do Adolescente do Alto Irani (1ª CRDCA – Alto Irani), envolvendo os municípios de Abelardo Luz, Bom Jesus, Entre Rios, Faxinal dos Guedes, Ipuçu, Lajeado Grande, Marema, Passos Maia, Ouro Verde, Ponte Serrada, São Domingos, Vargeão, Xanxerê e Xaxim, a realizar-se no dia 17 de julho de 2015, no Município de Xanxerê, Santa Catarina, nas dependências da Universidade do Oeste de Santa Catarina (UNOESC).

Parágrafo Único: A 1ª Conferência Regional dos Direitos da Criança e do Adolescente do Alto Irani (CRDCA/Alto Irani) será coordenada pela AMAI, SDR e uma Comissão Preparatória Regional, observando, no que se refere ao seu funcionamento, as normativas expedidas pelos Conselhos Estadual e Nacional da Criança e Adolescente.

Art. 2º. A 1ª Conferência Regional dos Direitos da Criança e do Adolescente do Alto Irani (CRDCA/Alto Irani) desenvolverá seus trabalhos a partir do TEMA "Política e o Plano Decenal de Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes fortalecendo os Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente".

Art. 3º. A 1ª Conferência Regional dos Direitos da Criança e do Adolescente do Alto Irani têm por objetivo garantir a implementação da Política e do Plano Decenal de Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes, a partir do fortalecimento dos Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente.

Art. 4º. Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Xanxerê, SC, 17 de junho de 2015.

Alcimar de Oliveira Prefeito Municipal de São Domingos Presidente da AMAI	Enioivan Marques Secretário de Desenvolvimento Regional de Xanxerê
---------------------------------------------------------------------------------	--------------------------------------------------------------------------

RESOLUÇÃO CRDCA Nº1

Resolução CRDCA/Alto Irani Nº 01 de 17 de junho de 2015.

CRIA E NOMEIA A COMISSÃO ORGANIZADORA DA 1ª CONFERÊNCIA REGIONAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DO ALTO IRANI (CRDCA/Alto Irani), E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Presidente da Associação dos Municípios do Alto Irani (AMAI), juntamente com o Secretário de Estado do Desenvolvimento Regional de Xanxerê (SDR), no uso de suas atribuições,

RESOLVEM:

Art. 1º - Fica criada e nomeada a Comissão Organizadora da 1ª Conferência Regional dos Direitos da Criança e do Adolescente do Alto Irani (CRDCA/Alto Irani), composta pelos seguintes membros:

Representantes da Sociedade Civil

- 1) Fernanda Bertotto – ONG Laços de Afeto;
- 2) Ataíde Piccini – Presidente da APP do Colégio La Salle de Xanxerê;
- 3) Keila Foresti – Integrante do Conselho Municipal da Criança e Adolescente de Xanxerê;
- 4) Taynara Capeletti – Estudante do 9º ano da Escola de Educação Básica Professora Corália Gevaerd Olinnger de Passos Maia.

Representantes do Governo

- 5) Rosane Gusso – Gerente Regional de Assistência Social da SDR Xanxerê;
- 6) Sandra Fiorese – Secretária Municipal de Assistência Social de São Domingos;
- 7) Ingrid Piovesan – Secretária Executiva da Associação dos Municípios do Alto Irani;
- 8) Giovana Zandoná – Secretária Executiva dos Conselhos Municipais de Xanxerê.

Art. 2º - A Comissão deverá eleger entre seus membros um coordenador e terá como competência:

- I – Coordenar, orientar e acompanhar os trabalhos da 1ª Conferência Regional dos Direitos da Criança e do Adolescente do Alto Irani (CRDCA/Alto Irani);
- II - Propor a aprovação do Regimento Interno, metodologia, divulgação, organização, composição, materiais a serem utilizados durante a conferência;
- III - Dar suporte técnico-operacional durante o evento;
- IV - Elaborar e encaminhar o relatório final.

Art. 3º - A Comissão Organizadora poderá contar com colaboradores eventuais para auxiliar na organização da Conferência Regional.

Parágrafo Único: Consideram-se colaboradores eventuais: conselheiros, instituições e organizações governamentais ou da sociedade civil, da Administração Pública ou da iniciativa privada, prestadoras de serviços, bem como, consultores e convidados.

Art. 4º - Aos integrantes da Comissão não serão atribuídas remunerações, sendo os serviços prestados considerados de relevante interesse público a comunidade.

Art. 5º - Esta Resolução entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Xanxerê, SC, 17 de junho de 2015.

Alcimar de Oliveira
Prefeito Municipal de São Domingos
Presidente da AMAI

Enioivan Marques
Secretário de Estado de Desenvolvimento
Regional de Xanxerê

Enioivan Marques
Secretário de Estado de Desenvolvimento
Regional de Xanxerê

FECAM

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 03/2015 3º ENCONTRO DOS SECRETÁRIOS EXECUTIVOS DAS ASSOCIAÇÕES DE MUNICÍPIOS

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 03/2015

O Presidente do Colegiado de Executivos das Associações de Municípios de Santa Catarina, Célio José Bernardino, no uso de suas atribuições,

CONVOCA:

Os (as) Senhores (as) Executivos (as) das Associações de Municípios de Santa Catarina a participarem da 3.ª Reunião do Colegiado de Executivos, com a seguinte programação:

Data: 02 e 03 de julho de 2015 - Horário de Início: 08h30 (02/07).
Horário de Término: 12h (03/07).
Local: Associação dos Municípios do Médio Vale do Itajaí - AMMVI.
Rua Alberto Stein nº 466 Bairro: Velha, Blumenau - SC, CEP: 89036-200.

Programação dia 02/07/2015 – encontro dos Secretários Executivos:

09h – Regiões Metropolitanas e a autonomia municipal – Magnus Caramori (Coordenador Jurídico – ARIS);
10h30 – Marco Regulatório das Entidades – Lei 13.019/2014 – Alexandre Alves (Diretor Geral da EGEM) e José Rafael Correia (Secretário Executivo da AMMVI);
14h – Atuação e integração dos colegiados regionais e estaduais – agenda e avaliação dos resultados. Proposta de formação específica dos executivos das entidades;
15h30 – Gestão Tributária: apresentação de iniciativas da AMURC – Rui Braun (Secretário Executivo da AMURC);
16h30 – Informações, propostas e moções dos participantes e assuntos gerais;
18h – Encerramento das atividades do dia.

Programação dia 03/07/2015

08h30 – Reunião Conselho Político da FECAM, Secretários Executivos e Presidentes das entidades do Sistema FECAM (conforme Edital nº 09/2015);
12h – Almoço de encerramento comemorativo aos 36 anos da FECAM.

Itajaí/SC, 17 de junho de 2015.
CÉLIO JOSÉ BERNARDINO
Secretário Executivo da AMFRI
Presidente do Colegiado

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 09/2015 REUNIÃO CONSELHO POLÍTICO DA FECAM

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 09/2015

O Presidente da Federação Catarinense de Municípios – FECAM, Senhor JOSÉ CLAUDIO CARAMORI, Prefeito de Chapecó, no uso de suas atribuições,

CONVIDA:

Os senhores prefeitos membros do Conselho Executivo e Deliberativo da FECAM, Presidentes e Diretores da Escola de Gestão Pública Municipal – EGEM, Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal – CIGA e Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento – ARIS e Secretários Executivos das Associações de Municípios para reunião com a seguinte ordem do dia:

Data: 03 de julho de 2015 - Horário: 08h30
Local: Associação dos Municípios do Médio Vale do Itajaí - AMMVI.
Rua Alberto Stein nº 466 Bairro: Velha, Blumenau - SC, CEP: 89036-200.

Ordem do Dia:

08h30 – Assuntos internos:

- Plano de trabalho da FECAM e entidades – alinhamento da atuação das entidades do Sistema FECAM com as Associações Municipais e Consórcios Públicos Intermunicipais;
- Proposta de integração das ações das entidades do sistema FECAM com os Prefeitos municipais – avaliação, debate e formação de agenda – coordenação dos trabalhos: Presidentes da FECAM, EGEM, CIGA e ARIS;
- FECAM 36 anos – assinatura de contrato de aquisição da Sede Administrativa das entidades que compõem o Sistema FECAM.

10h30 – Criação e funcionamento dos Conselhos Municipais de Entorpecentes (COMENS) – Procurador Alexandre Herculano Abreu (MP/SC), Dr. Ildo Rosa (Presidente do CONEN), Marcos Mey (Conselheiro do CONEN) e Jairo Brincas (Conselheiro do CONEN);

11h15 – Projeto “Lar Legal” (regularização fundiária) – Desembargador Lédio Rosa de Andrade (TJ-SC);

12h – Almoço comemorativo aos 36 anos da FECAM.

Florianópolis/SC, 17 de junho de 2015.
JOSÉ CLAUDIO CARAMORI
Prefeito de Chapecó
Presidente da FECAM

GRANFPOLIS

PORTARIA Nº 04/2015

PORTARIA Nº 04/2015

O Presidente da Associação dos Municípios da Região da Grande Florianópolis, no uso das suas atribuições estatutárias e de conformidade com o disposto na Resolução nº 002/2001 de 29 de junho de 2001 e com o item 7 da Portaria nº 001/2002,

RESOLVE,

1. Corrigir em 8,76 % (oito vírgula setenta e seis por cento) correspondente ao INPC dos últimos 12 meses, o valor da diária fixada através da Portaria nº 003/2010.
2. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Florianópolis, 17 de junho de 2015.

ANTÔNIO DA SILVA

Prefeito Municipal de Canelinha

PRESIDENTE

Consórcios

CIGA

EXTRATO CONTRATO - 369 - PGT - PENHA

Extrato de Contrato nº 369/2015

Contrato de Prestação de Serviços – Programa de Gestão Tributária – Penha

CONTRATANTE: Município de Penha

CNPJ: 83.102.327/0001-00

CONTRATO MUNICIPAL Nº: 95/2015

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: Contrato de prestação de serviços de tecnologia da informação, no âmbito do Programa de Gestão Tributária aprovado pelo CIGA, gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional com acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NFe-C). PREVISÃO LEGAL: Artigo 2º, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 11.107/05; artigo 18, do Decreto Federal nº 6017/07; e o artigo 24, inciso XXVI, da Lei Federal nº 8.666/93.

VALOR: 7 parcelas mensais de R\$ 797,15 (Setecentos e noventa e sete reais e quinze centavos)

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará no período de 01 de janeiro de 2015 a 31 de dezembro de 2015.

Florianópolis, 08 junho de 2015.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

EXTRATO CONTRATO - 370 - PGT - FAXINAL DOS GUEDES

Extrato de Contrato nº 370/2015

Contrato de Prestação de Serviços – Programa de Gestão Tributária – Faxinal dos Guedes

CONTRATANTE: Município de Faxinal dos Guedes

CNPJ: 83.009.910/0001-62

CONTRATO MUNICIPAL Nº: 59/2014

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: Contrato de prestação de serviços de tecnologia da informação, no âmbito do Programa de Gestão Tributária aprovado pelo CIGA

PREVISÃO LEGAL: Artigo 2º, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 11.107/05; artigo 18, do Decreto Federal nº 6017/07; e o artigo 24, inciso XXVI, da Lei Federal nº 8.666/93.

VALOR: 8 parcelas mensais de R\$ 990,00 (Novecentos e noventa reais)

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará no período de 01 de janeiro de 2015 a 31 de dezembro de 2015.

Florianópolis, 20 maio de 2015.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

EXTRATO CONTRATO - 371 - PGT -RIO NEGRINHO-RETIFICAÇÃO

Extrato de Contrato nº 371/2015

RETIFICANDO O Extrato de Contrato nº 294/2015

Contrato de Prestação de Serviços – Programa de Gestão Tributária – Rio Negrinho

CONTRATANTE: Município de Rio Negrinho

CNPJ: 83.102.756/0001-79

CONTRATO MUNICIPAL Nº: 037/2015

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

VALOR: 10 PARCELAS R\$ 1.398,00 (Hum mil trezentos e noventa e oito reais) por mês.

Florianópolis, 10 de março de 2015.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

EXTRATO CONTRATO 368 - DOM - PENHA

Extrato de Contrato nº 368/2015

Contrato de Prestação de Serviços – Diário Oficial dos Municípios – Penha

CONTRATANTE: Município de Penha

CNPJ: 83.102.327/0001-00

CONTRATO MUNICIPAL Nº: 094/2015

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: Prestação de serviços de publicação de atos oficiais expedidos pelos órgãos públicos do Município de Penha no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC), administrado pelo CIGA.

PREVISÃO LEGAL: Artigo 2º, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 11.107/05; artigo 18, do Decreto Federal nº 6017/07; e o artigo 24, inciso XXVI, da Lei Federal nº 8.666/93.

VALOR: 7 parcelas de R\$ 994,29 (Novecentos e noventa e quatro reais e vinte e nove centavos) por mês.

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará no período de 01 de janeiro de 2015 a 31 de dezembro de 2015.

Florianópolis, 08 de junho de 2015.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

CIMCATARINA**DECISÃO CHAMADA PÚBLICA Nº 0006_2015 - DIMACI SC****DECISÃO****PRÉ-QUALIFICAÇÃO DE BENS**

Trata-se do resultado da proposta de pré-qualificação de bens apresentada pela empresa DIMACI SC MATERIAL CIRURGICO LTDA, pessoa jurídica de direito privado, situada na Avenida Ary Miguel Da Silveira, nº 391, Bairro Jardim Eldorado, na cidade de Palhoça – SC, CEP: 88.133-531, inscrita no CNPJ sob o nº 05.531.725/0001-20, conforme bens a pré-qualificar constante do Edital Nº 0006/2015-CIMCATARINA, Processo Administrativo Nº 0042/2015, Chamada Pública para Pré-Qualificação de Bens.

BENS SUBMETIDOS À AVALIAÇÃO QUE FORAM APROVADOS

Item	Unidade	Especificações Básicas e Requisitos Mínimos	Marca	Modelo
104	PAR	LUVA CIRÚRGICA TAM. 6,5 - ESTERILIZADA POR RAIOS GAMA (COBALTO), COR NATURAL, SUPERFÍCIE TEXTURIZADA, LUBRIFICADA COM PÓ BIO-ABSORVÍVEL. ESPESSURA MÍNIMA DE 0,17MM E COMPRIMENTO MÍNIMO DE 280MM, COM PUNHO REFORÇADO LISO.	MUCAMBO	DIAL
105	PAR	LUVA CIRÚRGICA TAM. 7,0 - ESTERILIZADA POR RAIOS GAMA (COBALTO), COR NATURAL, SUPERFÍCIE TEXTURIZADA, LUBRIFICADA COM PÓ BIO-ABSORVÍVEL. ESPESSURA MÍNIMA DE 0,17MM E COMPRIMENTO MÍNIMO DE 280MM, COM PUNHO REFORÇADO LISO.	MUCAMBO	DIAL
106	PAR	LUVA CIRÚRGICA TAM. 7,5 - ESTERILIZADA POR RAIOS GAMA (COBALTO), COR NATURAL, SUPERFÍCIE TEXTURIZADA, LUBRIFICADA COM PÓ BIO-ABSORVÍVEL. ESPESSURA MÍNIMA DE 0,17MM E COMPRIMENTO MÍNIMO DE 280MM, COM PUNHO REFORÇADO LISO.	MUCAMBO	DIAL
107	PAR	LUVA CIRÚRGICA TAM. 8,0 - ESTERILIZADA POR RAIOS GAMA (COBALTO), COR NATURAL, SUPERFÍCIE TEXTURIZADA, LUBRIFICADA COM PÓ BIO-ABSORVÍVEL. ESPESSURA MÍNIMA DE 0,17MM E COMPRIMENTO MÍNIMO DE 280MM, COM PUNHO REFORÇADO LISO.	MUCAMBO	DIAL
108	PAR	LUVA CIRÚRGICA TAM. 8,5 - ESTERILIZADA POR RAIOS GAMA (COBALTO), COR NATURAL, SUPERFÍCIE TEXTURIZADA, LUBRIFICADA COM PÓ BIO-ABSORVÍVEL. ESPESSURA MÍNIMA DE 0,17MM E COMPRIMENTO MÍNIMO DE 280MM, COM PUNHO REFORÇADO LISO.	MUCAMBO	DIAL

Justificativa: O proponente cumpriu os requisitos formais da Chamada Pública. As amostras para avaliação foram apresentadas através de amostras físicas, prospectos, ficha técnica e demais documentos, contendo informações do atendimento das especificações básicas e requisitos mínimos do bem, e demais exigências conforme item 4 do Projeto Básico.

Diante ao exposto, decido que os bens submetidos à avaliação e que foram aprovados, apresentam qualidade e requisitos mínimos satisfatórios para atender as necessidades administrativas, portanto serão incluídos no "Cadastro de Bens Pré-Qualificados do CIMCATARINA", contendo a marca e o modelo pelo prazo de 1 (um) ano.

Intime-se a referida empresa acerca desta Decisão, bem como, cientifique-a que o prazo de recurso é de até 05 (cinco) dias úteis da publicação desta decisão no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina, exclusivamente mediante instrumento escrito e protocolizado em horário de expediente na sede do Consórcio Intermunicipal Catarinense - CIMCATARINA, Rua Nereu Ramos, nº 761, Centro, Município de Fraiburgo, SC, CEP: 89.580-000; será admitida, no entanto, aquele encaminhado pelo correio com aviso de recebimento, considerando-se como protocolo a data de postagem.

Não serão conhecidos os recursos apresentados por intermédio de fac-símile ou via e-mail e/ou apresentados fora do prazo legal e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pelo proponente.

Publique-se,

Fraiburgo, 18 de junho de 2015.

Camila Strapazon

Presidente Comissão Especial

Resolução nº 0011/2015

**DECISÃO CHAMADA PÚBLICA Nº 0006_2015 -
PRODUVALE****DECISÃO
PRÉ-QUALIFICAÇÃO DE BENS**

Trata-se do resultado da proposta de pré-qualificação de bens apresentada pela empresa PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, pessoa jurídica de direito privado, situada na Rua Colibri, nº 425, Bairro Salto Weissbach, na cidade de Blumenau – SC, CEP: 89.032-235, inscrita no CNPJ sob o nº 03.505.263/0001-40, conforme bens a pré-qualificar constante do Edital Nº 0006/2015-CIMCATARINA, Processo Administrativo Nº 0042/2015, Chamada Pública para Pré-Qualificação de Bens.

BENS SUBMETIDOS À AVALIAÇÃO QUE FORAM APROVADOS

Item	Unidade	Especificações Básicas e Requisitos Mínimos	Marca	Modelo
130	UNIDADE	SERINGA 1ML (INSULINA), STOPPER FINO, ÊMBOLO COM ANEL DE RETENÇÃO, SEM ESPAÇO MORTO, CAPACIDADE PARA 100 UNIDADES DE INSULINA COM GRADUAÇÃO DE 1 EM 1 UNIDADE, COM AGULHA DE 8MM X 0,3MM DE CALIBRE.	SOLIDOR	SOLIDOR
140	UNIDADE	SERINGA DESCARTÁVEL 1ML PARA INSULINA, COM AGULHA DE 13 X 3,8.	SR	SR
142	UNIDADE	SERINGA DESCARTÁVEL DE 03ML, SEM AGULHA, BICO COM ROSCA DUPLA, STOPPER FINO, EMBÔLO COM ANEL DE RETENÇÃO.	SR	SR
143	UNIDADE	SERINGA DESCARTÁVEL DE 05ML, SEM AGULHA, BICO COM ROSCA DUPLA, STOPPER FINO, EMBÔLO COM ANEL DE RETENÇÃO.	SR	SR
144	UNIDADE	SERINGA DESCARTÁVEL DE 10ML, SEM AGULHA, BICO COM ROSCA DUPLA, STOPPER FINO, EMBÔLO COM ANEL DE RETENÇÃO.	SR	SR
145	UNIDADE	SERINGA DESCARTÁVEL DE 20ML, SEM AGULHA, BICO COM ROSCA DUPLA, STOPPER FINO, EMBÔLO COM ANEL DE RETENÇÃO.	SR	SR
147	UNIDADE	TERMÔMETRO COM AFERIÇÃO DIGITAL, DE TEMPERATURA CORPORAL, CONN- FECCIONADO EM TERMOPLÁSTICO, COM AVISO SONORO, VISOR DIGITAL DE FÁCIL VISUALIZAÇÃO, RESISTENTE À ÁGUA, DEVERÁ POSSUIR SELO DE QUALIDADE DO INMETRO.	MEDEQCO	MEDEQCO

Justificativa: O proponente cumpriu os requisitos formais da Chamada Pública. As amostras para avaliação foram apresentadas através de amostras físicas, prospectos, ficha técnica e demais documentos, contendo informações do atendimento das especificações básicas e requisitos mínimos do bem, e demais exigências conforme item 4 do Projeto Básico.

Diante ao exposto, decido que os bens submetidos à avaliação e que foram aprovados, apresentam qualidade e requisitos mínimos satisfatórios para atender as necessidades administrativas, portanto serão incluídos no "Cadastro de Bens Pré-Qualificados do CIMCATARINA", contendo a marca e o modelo pelo prazo de 1 (um) ano.

Intime-se a referida empresa acerca desta Decisão, bem como, cientifique-a que o prazo de recurso é de até 05 (cinco) dias úteis da publicação desta decisão no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina, exclusivamente mediante instrumento escrito e protocolizado em horário de expediente na sede do Consórcio Intermunicipal Catarinense - CIMCATARINA, Rua Nereu Ramos, nº 761, Centro, Município de Fraiburgo, SC, CEP: 89.580-000; será admitida, no entanto, aquele encaminhado pelo correio com aviso de recebimento, considerando-se como protocolo a data de postagem.

Não serão conhecidos os recursos apresentado por intermédio de fac-símile ou via e-mail e/ou apresentados fora do prazo legal e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pelo proponente.

Publique-se,

Fraiburgo, 18 de junho de 2015.

Camila Strapazzon

Presidente Comissão Especial

Resolução nº 0011/2015

CIS NORDESTE**EXTRATO DAS ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002 2015**

EXTRATO DAS ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 003/2015 - CISONORDESTE/SC					
REGISTRO DE PREÇOS E PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2015 - CISONORDESTE/SC					
Ata	Órgão	Fornecedor	Vigência Inicial	Vigência Final	Valor
0017/2015	HOSPITAL MUNICIPAL SÃO JOSÉ	ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA	01/05/2015	31/10/2015	R\$ 139.147,67
0033/2015	HOSPITAL MUNICIPAL SÃO JOSÉ	ANDRETTA MEDICAMENTOS LTDA - EPP	01/05/2015	31/10/2015	R\$ 323.718,00
0047/2015	HOSPITAL MUNICIPAL SÃO JOSÉ	ANDROMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA ME	01/05/2015	31/10/2015	R\$ 8.802,50
0063/2015	HOSPITAL MUNICIPAL SÃO JOSÉ	CENTERMEDI - COM. DE PROD. HOSP. LTDA	01/05/2015	31/10/2015	R\$ 34.335,10
0079/2015	HOSPITAL MUNICIPAL SÃO JOSÉ	CIAMED - DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	01/05/2015	31/10/2015	R\$ 546.443,00
0095/2015	HOSPITAL MUNICIPAL SÃO JOSÉ	CIRURGICA JAW COMÉRCIO DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA	01/05/2015	31/10/2015	R\$ 690.126,60
0098/2015	HOSPITAL MUNICIPAL SÃO JOSÉ	COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA	01/05/2015	31/10/2015	R\$ 1.208.743,62
0114/2015	HOSPITAL MUNICIPAL SÃO JOSÉ	DIMASTER-COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	01/05/2015	31/10/2015	R\$ 40.825,31
0130/2015	HOSPITAL MUNICIPAL SÃO JOSÉ	DIMEVA DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA LTDA - EPP	01/05/2015	31/10/2015	R\$ 1.622,50
0145/2015	HOSPITAL MUNICIPAL SÃO JOSÉ	DMC DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E CORRELATOS LTDA - ME	01/05/2015	31/10/2015	R\$ 13.354,00
0160/2015	HOSPITAL MUNICIPAL SÃO JOSÉ	EXTRA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES	01/05/2015	31/10/2015	R\$ 33.273,50
0176/2015	HOSPITAL MUNICIPAL SÃO JOSÉ	GRAMS & GRAMS LTDA ME	01/05/2015	31/10/2015	R\$ 330.580,90
0192/2015	HOSPITAL MUNICIPAL SÃO JOSÉ	HOSPFAR IND E COM DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (FILIAL)	01/05/2015	31/10/2015	R\$ 305.990,47
0208/2015	HOSPITAL MUNICIPAL SÃO JOSÉ	INOVAMED COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - ME	01/05/2015	31/10/2015	R\$ 60.099,17
0224/2015	HOSPITAL MUNICIPAL SÃO JOSÉ	LICIMED DIST.MED.CORRELATOS E PROD.MED E HOSPIT.L	01/05/2015	31/10/2015	R\$ 287.318,00
0235/2015	HOSPITAL MUNICIPAL SÃO JOSÉ	MARCOFARMA DIST. DE PROD. FARMACÊUTICOS LTDA	01/05/2015	31/10/2015	R\$ 7.462,10
0251/2015	HOSPITAL MUNICIPAL SÃO JOSÉ	PRESTOMEDI DIST. DE PRODUTOS PARA A SAÚDE LTDA EPP	01/05/2015	31/10/2015	R\$ 144.765,50
0267/2015	HOSPITAL MUNICIPAL SÃO JOSÉ	PRINCIPAL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP	01/05/2015	31/10/2015	R\$ 320,00
0282/2015	HOSPITAL MUNICIPAL SÃO JOSÉ	PROHOSP DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	01/05/2015	31/10/2015	R\$ 46.552,50
0295/2015	HOSPITAL MUNICIPAL SÃO JOSÉ	PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA	01/05/2015	31/10/2015	R\$ 219.563,65
0311/2015	HOSPITAL MUNICIPAL SÃO JOSÉ	SULMEDIC COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA	01/05/2015	31/10/2015	R\$ 333.266,00
0327/2015	HOSPITAL MUNICIPAL SÃO JOSÉ	VETERINARIA SUL CATARINENSE LTDA - EPP	01/05/2015	31/10/2015	R\$ 45.344,00
0328/2015	HOSPITAL MUNICIPAL SÃO JOSÉ	WINCORP FARMACEUTICA COMERCIAL LTDA	01/05/2015	31/10/2015	R\$ 434.337,00
Total Hospital Municipal São José	R\$ 5.255.991,09				
0018/2015	MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO BARRA DO SUL	ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA	01/05/2015	31/10/2015	R\$ 15.267,86
0034/2015	MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO BARRA DO SUL	ANDRETTA MEDICAMENTOS LTDA - EPP	01/05/2015	31/10/2015	R\$ 6.800,00
0048/2015	MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO BARRA DO SUL	ANDROMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA ME	01/05/2015	31/10/2015	R\$ 4.195,05
0064/2015	MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO BARRA DO SUL	CENTERMEDI - COM. DE PROD. HOSP. LTDA	01/05/2015	31/10/2015	R\$ 20.778,10
0080/2015	MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO BARRA DO SUL	CIAMED - DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	01/05/2015	31/10/2015	R\$ 17.573,50
0099/2015	MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO BARRA DO SUL	COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA	01/05/2015	31/10/2015	R\$ 41.568,86

0115/2015	MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO BARRA DO SUL	DIMASTER-COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	01/05/2015	31/10/2015	R\$ 42.566,40
0131/2015	MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO BARRA DO SUL	DIMEVA DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA LTDA - EPP	01/05/2015	31/10/2015	R\$ 1.490,30
0146/2015	MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO BARRA DO SUL	DMC DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E CORRELATOS LTDA - ME	01/05/2015	31/10/2015	R\$ 3.624,49
0161/2015	MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO BARRA DO SUL	EXTRA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES	01/05/2015	31/10/2015	R\$ 6.680,50
0177/2015	MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO BARRA DO SUL	GRAMS & GRAMS LTDA ME	01/05/2015	31/10/2015	R\$ 8.386,39
0193/2015	MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO BARRA DO SUL	HOSPFAR IND E COM DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (FILIAL)	01/05/2015	31/10/2015	R\$ 2.307,57
0209/2015	MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO BARRA DO SUL	INOVAMED COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - ME	01/05/2015	31/10/2015	R\$ 21.565,05
0236/2015	MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO BARRA DO SUL	MARCOFARMA DIST. DE PROD. FARMACÊUTICOS LTDA	01/05/2015	31/10/2015	R\$ 35.349,20
0252/2015	MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO BARRA DO SUL	PRESTOMEDI DIST. DE PRODUTOS PARA A SAÚDE LTDA EPP	01/05/2015	31/10/2015	R\$ 2.000,50
0268/2015	MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO BARRA DO SUL	PRINCIPAL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP	01/05/2015	31/10/2015	R\$ 12.507,50
0283/2015	MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO BARRA DO SUL	PROHOSP DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	01/05/2015	31/10/2015	R\$ 1.380,00
0296/2015	MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO BARRA DO SUL	PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA	01/05/2015	31/10/2015	R\$ 31.031,14
0312/2015	MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO BARRA DO SUL	SULMEDIC COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA	01/05/2015	31/10/2015	R\$ 11.176,10
Total Município de Balneário Barra do Sul	R\$ 286.248,51				
0019/2015	MUNICÍPIO DE BARRA VELHA	ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA	01/05/2015	31/10/2015	R\$ 84.622,26
0049/2015	MUNICÍPIO DE BARRA VELHA	ANDROMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA ME	01/05/2015	31/10/2015	R\$ 25.827,00
0065/2015	MUNICÍPIO DE BARRA VELHA	CENTERMEDI - COM. DE PROD. HOSP. LTDA	01/05/2015	31/10/2015	R\$ 51.796,00
0081/2015	MUNICÍPIO DE BARRA VELHA	CIAMED - DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	01/05/2015	31/10/2015	R\$ 141.308,00
0100/2015	MUNICÍPIO DE BARRA VELHA	COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA	01/05/2015	31/10/2015	R\$ 117.204,31
0116/2015	MUNICÍPIO DE BARRA VELHA	DIMASTER-COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	01/05/2015	31/10/2015	R\$ 163.268,90
0132/2015	MUNICÍPIO DE BARRA VELHA	DIMEVA DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA LTDA - EPP	01/05/2015	31/10/2015	R\$ 377,00
0162/2015	MUNICÍPIO DE BARRA VELHA	EXTRA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES	01/05/2015	31/10/2015	R\$ 28.233,00
0178/2015	MUNICÍPIO DE BARRA VELHA	GRAMS & GRAMS LTDA ME	01/05/2015	31/10/2015	R\$ 437,44
0194/2015	MUNICÍPIO DE BARRA VELHA	HOSPFAR IND E COM DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (FILIAL)	01/05/2015	31/10/2015	R\$ 75.240,00
0210/2015	MUNICÍPIO DE BARRA VELHA	INOVAMED COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - ME	01/05/2015	31/10/2015	R\$ 16.680,00
0237/2015	MUNICÍPIO DE BARRA VELHA	MARCOFARMA DIST. DE PROD. FARMACÊUTICOS LTDA	01/05/2015	31/10/2015	R\$ 49.549,60
0253/2015	MUNICÍPIO DE BARRA VELHA	PRESTOMEDI DIST. DE PRODUTOS PARA A SAÚDE LTDA EPP	01/05/2015	31/10/2015	R\$ 1.575,00
0269/2015	MUNICÍPIO DE BARRA VELHA	PRINCIPAL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP	01/05/2015	31/10/2015	R\$ 10.183,00
0284/2015	MUNICÍPIO DE BARRA VELHA	PROHOSP DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	01/05/2015	31/10/2015	R\$ 37.343,00
0297/2015	MUNICÍPIO DE BARRA VELHA	PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA	01/05/2015	31/10/2015	R\$ 231.534,16
0313/2015	MUNICÍPIO DE BARRA VELHA	SULMEDIC COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA	01/05/2015	31/10/2015	R\$ 46.280,20
Total Município de Barra Velha	R\$ 1.081.458,87				
0020/2015	MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE	ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA	01/05/2015	31/10/2015	R\$ 34.232,89

0035/2015	MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE	ANDRETTA MEDICAMENTOS LTDA - EPP	01/05/2015	31/10/2015	R\$ 17.000,00
0050/2015	MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE	ANDROMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA ME	01/05/2015	31/10/2015	R\$ 15.351,95
0066/2015	MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE	CENTERMEDI - COM. DE PROD. HOSP. LTDA	01/05/2015	31/10/2015	R\$ 12.118,90
0082/2015	MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE	CIAMED - DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	01/05/2015	31/10/2015	R\$ 14.694,00
0101/2015	MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE	COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA	01/05/2015	31/10/2015	R\$ 100.987,31
0117/2015	MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE	DIMASTER-COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	01/05/2015	31/10/2015	R\$ 131.279,60
0147/2015	MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE	DMC DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E CORRELATOS LTDA - ME	01/05/2015	31/10/2015	R\$ 444,85
0163/2015	MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE	EXTRA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES	01/05/2015	31/10/2015	R\$ 21.226,70
0179/2015	MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE	GRAMS & GRAMS LTDA ME	01/05/2015	31/10/2015	R\$ 9.967,00
0195/2015	MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE	HOSPFAR IND E COM DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (FILIAL)	01/05/2015	31/10/2015	R\$ 40.178,00
0211/2015	MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE	INOVAMED COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - ME	01/05/2015	31/10/2015	R\$ 9.184,20
0238/2015	MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE	MARCOFARMA DIST. DE PROD. FARMACÊUTICOS LTDA	01/05/2015	31/10/2015	R\$ 64.336,00
0254/2015	MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE	PRESTOMEDI DIST. DE PRODUTOS PARA A SAÚDE LTDA EPP	01/05/2015	31/10/2015	R\$ 5.121,00
0270/2015	MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE	PRINCIPAL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP	01/05/2015	31/10/2015	R\$ 800,00
0298/2015	MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE	PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA	01/05/2015	31/10/2015	R\$ 87.219,37
0314/2015	MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE	SULMEDIC COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA	01/05/2015	31/10/2015	R\$ 11.084,70
Total Município de Campo Alegre	R\$ 575.226,47				
0021/2015	MUNICÍPIO DE CORUPÁ	ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA	01/05/2015	31/10/2015	R\$ 53.304,25
0036/2015	MUNICÍPIO DE CORUPÁ	ANDRETTA MEDICAMENTOS LTDA - EPP	01/05/2015	31/10/2015	R\$ 8.500,00
0051/2015	MUNICÍPIO DE CORUPÁ	ANDROMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA ME	01/05/2015	31/10/2015	R\$ 21.475,80
0067/2015	MUNICÍPIO DE CORUPÁ	CENTERMEDI - COM. DE PROD. HOSP. LTDA	01/05/2015	31/10/2015	R\$ 28.090,60
0083/2015	MUNICÍPIO DE CORUPÁ	CIAMED - DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	01/05/2015	31/10/2015	R\$ 33.657,50
0102/2015	MUNICÍPIO DE CORUPÁ	COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA	01/05/2015	31/10/2015	R\$ 85.098,00
0118/2015	MUNICÍPIO DE CORUPÁ	DIMASTER-COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	01/05/2015	31/10/2015	R\$ 91.183,30
0133/2015	MUNICÍPIO DE CORUPÁ	DIMEVA DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA LTDA - EPP	01/05/2015	31/10/2015	R\$ 11.133,70
0148/2015	MUNICÍPIO DE CORUPÁ	DMC DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E CORRELATOS LTDA - ME	01/05/2015	31/10/2015	R\$ 8.065,45
0164/2015	MUNICÍPIO DE CORUPÁ	EXTRA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES	01/05/2015	31/10/2015	R\$ 12.232,35
0180/2015	MUNICÍPIO DE CORUPÁ	GRAMS & GRAMS LTDA ME	01/05/2015	31/10/2015	R\$ 37.826,23
0196/2015	MUNICÍPIO DE CORUPÁ	HOSPFAR IND E COM DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (FILIAL)	01/05/2015	31/10/2015	R\$ 24.628,70
0212/2015	MUNICÍPIO DE CORUPÁ	INOVAMED COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - ME	01/05/2015	31/10/2015	R\$ 28.463,37
0225/2015	MUNICÍPIO DE CORUPÁ	LICIMED DIST.MED.CORRELATOS E PROD.MED E HOSPIT.L	01/05/2015	31/10/2015	R\$ 8.534,00
0239/2015	MUNICÍPIO DE CORUPÁ	MARCOFARMA DIST. DE PROD. FARMACÊUTICOS LTDA	01/05/2015	31/10/2015	R\$ 59.552,00
0255/2015	MUNICÍPIO DE CORUPÁ	PRESTOMEDI DIST. DE PRODUTOS PARA A SAÚDE LTDA EPP	01/05/2015	31/10/2015	R\$ 7.200,00

0271/2015	MUNICÍPIO DE CORUPÁ	PRINCIPAL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP	01/05/2015	31/10/2015	R\$ 3.395,00
0285/2015	MUNICÍPIO DE CORUPÁ	PROHOSP DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	01/05/2015	31/10/2015	R\$ 24.145,00
0299/2015	MUNICÍPIO DE CORUPÁ	PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA	01/05/2015	31/10/2015	R\$ 77.542,04
0315/2015	MUNICÍPIO DE CORUPÁ	SULMEDIC COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA	01/05/2015	31/10/2015	R\$ 15.898,00
Total Município de Corupá	R\$ 639.925,29				
0022/2015	MUNICÍPIO DE GARUVA	ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA	01/05/2015	31/10/2015	R\$ 19.597,61
0037/2015	MUNICÍPIO DE GARUVA	ANDRETTA MEDICAMENTOS LTDA - EPP	01/05/2015	31/10/2015	R\$ 12.165,70
0052/2015	MUNICÍPIO DE GARUVA	ANDROMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA ME	01/05/2015	31/10/2015	R\$ 4.799,42
0068/2015	MUNICÍPIO DE GARUVA	CENTERMEDI - COM. DE PROD. HOSP. LTDA	01/05/2015	31/10/2015	R\$ 12.107,22
0084/2015	MUNICÍPIO DE GARUVA	CIAMED - DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	01/05/2015	31/10/2015	R\$ 10.465,85
0103/2015	MUNICÍPIO DE GARUVA	COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA	01/05/2015	31/10/2015	R\$ 64.106,53
0119/2015	MUNICÍPIO DE GARUVA	DIMASTER-COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	01/05/2015	31/10/2015	R\$ 26.605,78
0134/2015	MUNICÍPIO DE GARUVA	DIMEVA DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA LTDA - EPP	01/05/2015	31/10/2015	R\$ 3.904,00
0149/2015	MUNICÍPIO DE GARUVA	DMC DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E CORRELATOS LTDA - ME	01/05/2015	31/10/2015	R\$ 2.444,88
0165/2015	MUNICÍPIO DE GARUVA	EXTRA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES	01/05/2015	31/10/2015	R\$ 5.830,25
0181/2015	MUNICÍPIO DE GARUVA	GRAMS & GRAMS LTDA ME	01/05/2015	31/10/2015	R\$ 25.374,05
0197/2015	MUNICÍPIO DE GARUVA	HOSPFAR IND E COM DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (FILIAL)	01/05/2015	31/10/2015	R\$ 26.761,68
0213/2015	MUNICÍPIO DE GARUVA	INOVAMED COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - ME	01/05/2015	31/10/2015	R\$ 11.468,82
0226/2015	MUNICÍPIO DE GARUVA	LICIMED DIST.MED.CORRELATOS E PROD.MED E HOSPIT.L	01/05/2015	31/10/2015	R\$ 7.514,50
0240/2015	MUNICÍPIO DE GARUVA	MARCOFARMA DIST. DE PROD. FARMACÊUTICOS LTDA	01/05/2015	31/10/2015	R\$ 24.112,20
0256/2015	MUNICÍPIO DE GARUVA	PRESTOMEDI DIST. DE PRODUTOS PARA A SAÚDE LTDA EPP	01/05/2015	31/10/2015	R\$ 2.032,00
0272/2015	MUNICÍPIO DE GARUVA	PRINCIPAL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP	01/05/2015	31/10/2015	R\$ 3.359,45
0286/2015	MUNICÍPIO DE GARUVA	PROHOSP DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	01/05/2015	31/10/2015	R\$ 8.735,00
0300/2015	MUNICÍPIO DE GARUVA	PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA	01/05/2015	31/10/2015	R\$ 39.253,03
0316/2015	MUNICÍPIO DE GARUVA	SULMEDIC COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA	01/05/2015	31/10/2015	R\$ 7.598,20
Total Município de Garuva	R\$ 318.236,17				
0023/2015	MUNICÍPIO DE GUARAMIRIM	ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA	01/05/2015	31/10/2015	R\$ 75.449,03
0038/2015	MUNICÍPIO DE GUARAMIRIM	ANDRETTA MEDICAMENTOS LTDA - EPP	01/05/2015	31/10/2015	R\$ 10.200,00
0053/2015	MUNICÍPIO DE GUARAMIRIM	ANDROMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA ME	01/05/2015	31/10/2015	R\$ 22.606,10
0069/2015	MUNICÍPIO DE GUARAMIRIM	CENTERMEDI - COM. DE PROD. HOSP. LTDA	01/05/2015	31/10/2015	R\$ 50.230,80
0085/2015	MUNICÍPIO DE GUARAMIRIM	CIAMED - DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	01/05/2015	31/10/2015	R\$ 53.870,00
0104/2015	MUNICÍPIO DE GUARAMIRIM	COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA	01/05/2015	31/10/2015	R\$ 90.883,83
0120/2015	MUNICÍPIO DE GUARAMIRIM	DIMASTER-COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	01/05/2015	31/10/2015	R\$ 144.876,98
0135/2015	MUNICÍPIO DE GUARAMIRIM	DIMEVA DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA LTDA - EPP	01/05/2015	31/10/2015	R\$ 12.376,44
0150/2015	MUNICÍPIO DE GUARAMIRIM	DMC DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E CORRELATOS LTDA - ME	01/05/2015	31/10/2015	R\$ 7.209,40

0166/2015	MUNICÍPIO DE GUARAMIRIM	EXTRA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES	01/05/2015	31/10/2015	R\$ 48.484,60
0182/2015	MUNICÍPIO DE GUARAMIRIM	GRAMS & GRAMS LTDA ME	01/05/2015	31/10/2015	R\$ 146.659,90
0198/2015	MUNICÍPIO DE GUARAMIRIM	HOSPFAR IND E COM DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (FILIAL)	01/05/2015	31/10/2015	R\$ 65.067,71
0214/2015	MUNICÍPIO DE GUARAMIRIM	INOVAMED COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - ME	01/05/2015	31/10/2015	R\$ 34.704,70
0227/2015	MUNICÍPIO DE GUARAMIRIM	LICIMED DIST.MED.CORRELATOS E PROD.MED E HOSPIT.L	01/05/2015	31/10/2015	R\$ 16.578,00
0241/2015	MUNICÍPIO DE GUARAMIRIM	MARCOFARMA DIST. DE PROD. FARMACÊUTICOS LTDA	01/05/2015	31/10/2015	R\$ 107.352,80
0257/2015	MUNICÍPIO DE GUARAMIRIM	PRESTOMEDI DIST. DE PRODUTOS PARA A SAÚDE LTDA EPP	01/05/2015	31/10/2015	R\$ 5.700,00
0273/2015	MUNICÍPIO DE GUARAMIRIM	PRINCIPAL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP	01/05/2015	31/10/2015	R\$ 69.760,00
0287/2015	MUNICÍPIO DE GUARAMIRIM	PROHOSP DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	01/05/2015	31/10/2015	R\$ 45.490,00
0301/2015	MUNICÍPIO DE GUARAMIRIM	PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA	01/05/2015	31/10/2015	R\$ 117.160,73
0317/2015	MUNICÍPIO DE GUARAMIRIM	SULMEDIC COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA	01/05/2015	31/10/2015	R\$ 16.707,20
Total Município de Guaramirim	R\$ 1.141.368,22				
0024/2015	MUNICÍPIO DE ITAPOÁ	ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA	01/05/2015	31/10/2015	R\$ 45.391,76
0039/2015	MUNICÍPIO DE ITAPOÁ	ANDRETTA MEDICAMENTOS LTDA - EPP	01/05/2015	31/10/2015	R\$ 38.812,15
0054/2015	MUNICÍPIO DE ITAPOÁ	ANDROMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA ME	01/05/2015	31/10/2015	R\$ 13.599,08
0070/2015	MUNICÍPIO DE ITAPOÁ	CENTERMEDI - COM. DE PROD. HOSP. LTDA	01/05/2015	31/10/2015	R\$ 11.122,40
0086/2015	MUNICÍPIO DE ITAPOÁ	CIAMED - DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	01/05/2015	31/10/2015	R\$ 13.896,25
0097/2015	MUNICÍPIO DE ITAPOÁ	COINTER MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	01/05/2015	31/10/2015	R\$ 2.143,40
0105/2015	MUNICÍPIO DE ITAPOÁ	COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA	01/05/2015	31/10/2015	R\$ 92.617,70
0121/2015	MUNICÍPIO DE ITAPOÁ	DIMASTER-COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	01/05/2015	31/10/2015	R\$ 56.581,63
0136/2015	MUNICÍPIO DE ITAPOÁ	DIMEVA DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA LTDA - EPP	01/05/2015	31/10/2015	R\$ 3.182,60
0151/2015	MUNICÍPIO DE ITAPOÁ	DMC DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E CORRELATOS LTDA - ME	01/05/2015	31/10/2015	R\$ 8.685,65
0167/2015	MUNICÍPIO DE ITAPOÁ	EXTRA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES	01/05/2015	31/10/2015	R\$ 8.935,17
0183/2015	MUNICÍPIO DE ITAPOÁ	GRAMS & GRAMS LTDA ME	01/05/2015	31/10/2015	R\$ 36.092,19
0199/2015	MUNICÍPIO DE ITAPOÁ	HOSPFAR IND E COM DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (FILIAL)	01/05/2015	31/10/2015	R\$ 48.502,20
0215/2015	MUNICÍPIO DE ITAPOÁ	INOVAMED COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - ME	01/05/2015	31/10/2015	R\$ 29.934,76
0242/2015	MUNICÍPIO DE ITAPOÁ	MARCOFARMA DIST. DE PROD. FARMACÊUTICOS LTDA	01/05/2015	31/10/2015	R\$ 39.191,23
0258/2015	MUNICÍPIO DE ITAPOÁ	PRESTOMEDI DIST. DE PRODUTOS PARA A SAÚDE LTDA EPP	01/05/2015	31/10/2015	R\$ 7.039,50
0274/2015	MUNICÍPIO DE ITAPOÁ	PRINCIPAL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP	01/05/2015	31/10/2015	R\$ 4.396,00
0288/2015	MUNICÍPIO DE ITAPOÁ	PROHOSP DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	01/05/2015	31/10/2015	R\$ 647,64
0302/2015	MUNICÍPIO DE ITAPOÁ	PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA	01/05/2015	31/10/2015	R\$ 58.396,96
0318/2015	MUNICÍPIO DE ITAPOÁ	SULMEDIC COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA	01/05/2015	31/10/2015	R\$ 13.655,50
Total Município de Itapoá	R\$ 532.823,77				
0025/2015	MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL	ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA	01/05/2015	31/10/2015	R\$ 302.949,38

0040/2015	MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL	ANDRETTA MEDICAMENTOS LTDA - EPP	01/05/2015	31/10/2015	R\$ 43.986,80
0055/2015	MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL	ANDROMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA ME	01/05/2015	31/10/2015	R\$ 54.883,90
0071/2015	MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL	CENTERMEDI - COM. DE PROD. HOSP. LTDA	01/05/2015	31/10/2015	R\$ 212.881,60
0087/2015	MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL	CIAMED - DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	01/05/2015	31/10/2015	R\$ 201.645,00
0106/2015	MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL	COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA	01/05/2015	31/10/2015	R\$ 336.898,10
0122/2015	MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL	DIMASTER-COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	01/05/2015	31/10/2015	R\$ 391.512,15
0137/2015	MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL	DIMEVA DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA LTDA - EPP	01/05/2015	31/10/2015	R\$ 68.205,40
0152/2015	MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL	DMC DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E CORRELATOS LTDA - ME	01/05/2015	31/10/2015	R\$ 45.472,10
0168/2015	MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL	EXTRA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES	01/05/2015	31/10/2015	R\$ 101.380,00
0184/2015	MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL	GRAMS & GRAMS LTDA ME	01/05/2015	31/10/2015	R\$ 332.196,86
0200/2015	MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL	HOSPFAR IND E COM DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (FILIAL)	01/05/2015	31/10/2015	R\$ 110.846,10
0216/2015	MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL	INOVAMED COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - ME	01/05/2015	31/10/2015	R\$ 95.917,98
0228/2015	MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL	LICIMED DIST.MED.CORRELATOS E PROD.MED E HOSPIT.L	01/05/2015	31/10/2015	R\$ 54.590,00
0243/2015	MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL	MARCOFARMA DIST. DE PROD. FARMACÊUTICOS LTDA	01/05/2015	31/10/2015	R\$ 198.838,00
0259/2015	MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL	PRESTOMEDI DIST. DE PRODUTOS PARA A SAÚDE LTDA EPP	01/05/2015	31/10/2015	R\$ 25.086,00
0275/2015	MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL	PRINCIPAL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP	01/05/2015	31/10/2015	R\$ 26.042,00
0289/2015	MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL	PROHOSP DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	01/05/2015	31/10/2015	R\$ 137.050,00
0303/2015	MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL	PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA	01/05/2015	31/10/2015	R\$ 700.562,96
0319/2015	MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL	SULMEDIC COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA	01/05/2015	31/10/2015	R\$ 90.914,60
Total Município de Jaraguá do Sul	R\$ 3.531.858,93				
0026/2015	MUNICÍPIO DE JOINVILLE	ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA	01/05/2015	31/10/2015	R\$ 1.002.406,37
0041/2015	MUNICÍPIO DE JOINVILLE	ANDRETTA MEDICAMENTOS LTDA - EPP	01/05/2015	31/10/2015	R\$ 258.000,00
0056/2015	MUNICÍPIO DE JOINVILLE	ANDROMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA ME	01/05/2015	31/10/2015	R\$ 182.515,00
0072/2015	MUNICÍPIO DE JOINVILLE	CENTERMEDI - COM. DE PROD. HOSP. LTDA	01/05/2015	31/10/2015	R\$ 1.178.878,20
0088/2015	MUNICÍPIO DE JOINVILLE	CIAMED - DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	01/05/2015	31/10/2015	R\$ 437.544,00
0107/2015	MUNICÍPIO DE JOINVILLE	COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA	01/05/2015	31/10/2015	R\$ 1.366.572,18
0123/2015	MUNICÍPIO DE JOINVILLE	DIMASTER-COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	01/05/2015	31/10/2015	R\$ 1.458.901,77
0138/2015	MUNICÍPIO DE JOINVILLE	DIMEVA DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA LTDA - EPP	01/05/2015	31/10/2015	R\$ 12.465,00
0153/2015	MUNICÍPIO DE JOINVILLE	DMC DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E CORRELATOS LTDA - ME	01/05/2015	31/10/2015	R\$ 29.706,60
0169/2015	MUNICÍPIO DE JOINVILLE	EXTRA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES	01/05/2015	31/10/2015	R\$ 295.977,79
0185/2015	MUNICÍPIO DE JOINVILLE	GRAMS & GRAMS LTDA ME	01/05/2015	31/10/2015	R\$ 743.958,35
0201/2015	MUNICÍPIO DE JOINVILLE	HOSPFAR IND E COM DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (FILIAL)	01/05/2015	31/10/2015	R\$ 2.737.723,81
0217/2015	MUNICÍPIO DE JOINVILLE	INOVAMED COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - ME	01/05/2015	31/10/2015	R\$ 434.409,00

0229/2015	MUNICÍPIO DE JOINVILLE	LICIMED DIST.MED.CORRELATOS E PROD.MED E HOSPIT.L	01/05/2015	31/10/2015	R\$ 117.315,00
0244/2015	MUNICÍPIO DE JOINVILLE	MARCOFARMA DIST. DE PROD. FARMACÊUTICOS LTDA	01/05/2015	31/10/2015	R\$ 752.937,00
0260/2015	MUNICÍPIO DE JOINVILLE	PRESTOMEDI DIST. DE PRODUTOS PARA A SAÚDE LTDA EPP	01/05/2015	31/10/2015	R\$ 3.204,00
0290/2015	MUNICÍPIO DE JOINVILLE	PROHOSP DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	01/05/2015	31/10/2015	R\$ 323,82
0304/2015	MUNICÍPIO DE JOINVILLE	PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA	01/05/2015	31/10/2015	R\$ 1.896.050,60
0320/2015	MUNICÍPIO DE JOINVILLE	SULMEDIC COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA	01/05/2015	31/10/2015	R\$ 264.901,00
Total Município de Joinville	R\$ 13.173.789,49				
0027/2015	MUNICÍPIO DE MASSA-RANDUBA	ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA	01/05/2015	31/10/2015	R\$ 24.935,50
0057/2015	MUNICÍPIO DE MASSA-RANDUBA	ANDROMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA ME	01/05/2015	31/10/2015	R\$ 2.877,12
0073/2015	MUNICÍPIO DE MASSA-RANDUBA	CENTERMEDI - COM. DE PROD. HOSP. LTDA	01/05/2015	31/10/2015	R\$ 5.490,40
0089/2015	MUNICÍPIO DE MASSA-RANDUBA	CIAMED - DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	01/05/2015	31/10/2015	R\$ 10.008,35
0096/2015	MUNICÍPIO DE MASSA-RANDUBA	CIRURGICA JAW COMÉRCIO DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA	01/05/2015	31/10/2015	R\$ 2.866,05
0108/2015	MUNICÍPIO DE MASSA-RANDUBA	COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA	01/05/2015	31/10/2015	R\$ 33.797,77
0124/2015	MUNICÍPIO DE MASSA-RANDUBA	DIMASTER-COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	01/05/2015	31/10/2015	R\$ 32.246,62
0139/2015	MUNICÍPIO DE MASSA-RANDUBA	DIMEVA DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA LTDA - EPP	01/05/2015	31/10/2015	R\$ 221,75
0154/2015	MUNICÍPIO DE MASSA-RANDUBA	DMC DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E CORRELATOS LTDA - ME	01/05/2015	31/10/2015	R\$ 125,30
0170/2015	MUNICÍPIO DE MASSA-RANDUBA	EXTRA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES	01/05/2015	31/10/2015	R\$ 5.796,03
0186/2015	MUNICÍPIO DE MASSA-RANDUBA	GRAMS & GRAMS LTDA ME	01/05/2015	31/10/2015	R\$ 12.820,03
0202/2015	MUNICÍPIO DE MASSA-RANDUBA	HOSPFAR IND E COM DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (FILIAL)	01/05/2015	31/10/2015	R\$ 18.377,07
0218/2015	MUNICÍPIO DE MASSA-RANDUBA	INOVAMED COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - ME	01/05/2015	31/10/2015	R\$ 16.545,49
0230/2015	MUNICÍPIO DE MASSA-RANDUBA	LICIMED DIST.MED.CORRELATOS E PROD.MED E HOSPIT.L	01/05/2015	31/10/2015	R\$ 8.357,50
0245/2015	MUNICÍPIO DE MASSA-RANDUBA	MARCOFARMA DIST. DE PROD. FARMACÊUTICOS LTDA	01/05/2015	31/10/2015	R\$ 23.222,00
0261/2015	MUNICÍPIO DE MASSA-RANDUBA	PRESTOMEDI DIST. DE PRODUTOS PARA A SAÚDE LTDA EPP	01/05/2015	31/10/2015	R\$ 315,00
0276/2015	MUNICÍPIO DE MASSA-RANDUBA	PRINCIPAL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP	01/05/2015	31/10/2015	R\$ 5.306,20
0291/2015	MUNICÍPIO DE MASSA-RANDUBA	PROHOSP DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	01/05/2015	31/10/2015	R\$ 2.062,50
0305/2015	MUNICÍPIO DE MASSA-RANDUBA	PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA	01/05/2015	31/10/2015	R\$ 32.214,20
0321/2015	MUNICÍPIO DE MASSA-RANDUBA	SULMEDIC COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA	01/05/2015	31/10/2015	R\$ 3.826,10
Total Município de Massaranduba	R\$ 241.410,98				
0028/2015	MUNICÍPIO DE RIO NEGRINHO	ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA	01/05/2015	31/10/2015	R\$ 88.146,00
0042/2015	MUNICÍPIO DE RIO NEGRINHO	ANDRETTA MEDICAMENTOS LTDA - EPP	01/05/2015	31/10/2015	R\$ 17.000,00
0058/2015	MUNICÍPIO DE RIO NEGRINHO	ANDROMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA ME	01/05/2015	31/10/2015	R\$ 15.379,00
0074/2015	MUNICÍPIO DE RIO NEGRINHO	CENTERMEDI - COM. DE PROD. HOSP. LTDA	01/05/2015	31/10/2015	R\$ 60.482,50
0090/2015	MUNICÍPIO DE RIO NEGRINHO	CIAMED - DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	01/05/2015	31/10/2015	R\$ 20.480,50
0109/2015	MUNICÍPIO DE RIO NEGRINHO	COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA	01/05/2015	31/10/2015	R\$ 84.917,54

0125/2015	MUNICÍPIO DE RIO NEGRINHO	DIMASTER-COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	01/05/2015	31/10/2015	R\$ 127.349,35
0140/2015	MUNICÍPIO DE RIO NEGRINHO	DIMEVA DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA LTDA - EPP	01/05/2015	31/10/2015	R\$ 9.702,90
0155/2015	MUNICÍPIO DE RIO NEGRINHO	DMC DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E CORRELATOS LTDA - ME	01/05/2015	31/10/2015	R\$ 889,70
0171/2015	MUNICÍPIO DE RIO NEGRINHO	EXTRA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES	01/05/2015	31/10/2015	R\$ 19.547,00
0187/2015	MUNICÍPIO DE RIO NEGRINHO	GRAMS & GRAMS LTDA ME	01/05/2015	31/10/2015	R\$ 8.578,90
0203/2015	MUNICÍPIO DE RIO NEGRINHO	HOSPFAR IND E COM DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (FILIAL)	01/05/2015	31/10/2015	R\$ 14.430,00
0219/2015	MUNICÍPIO DE RIO NEGRINHO	INOVAMED COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - ME	01/05/2015	31/10/2015	R\$ 21.131,45
0246/2015	MUNICÍPIO DE RIO NEGRINHO	MARCOFARMA DIST. DE PROD. FARMACÊUTICOS LTDA	01/05/2015	31/10/2015	R\$ 43.415,00
0262/2015	MUNICÍPIO DE RIO NEGRINHO	PRESTOMEDI DIST. DE PRODUTOS PARA A SAÚDE LTDA EPP	01/05/2015	31/10/2015	R\$ 10.485,00
0277/2015	MUNICÍPIO DE RIO NEGRINHO	PRINCIPAL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP	01/05/2015	31/10/2015	R\$ 17.970,00
0306/2015	MUNICÍPIO DE RIO NEGRINHO	PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA	01/05/2015	31/10/2015	R\$ 143.043,74
0322/2015	MUNICÍPIO DE RIO NEGRINHO	SULMEDIC COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA	01/05/2015	31/10/2015	R\$ 26.388,00
Total Município de Rio Negrinho	R\$ 729.336,58				
0029/2015	MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL	ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA	01/05/2015	31/10/2015	R\$ 43.497,12
0043/2015	MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL	ANDRETTA MEDICAMENTOS LTDA - EPP	01/05/2015	31/10/2015	R\$ 3.020,60
0059/2015	MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL	ANDROMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA ME	01/05/2015	31/10/2015	R\$ 7.239,65
0075/2015	MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL	CENTERMEDI - COM. DE PROD. HOSP. LTDA	01/05/2015	31/10/2015	R\$ 26.755,60
0091/2015	MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL	CIAMED - DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	01/05/2015	31/10/2015	R\$ 21.482,60
0110/2015	MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL	COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA	01/05/2015	31/10/2015	R\$ 47.263,40
0126/2015	MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL	DIMASTER-COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	01/05/2015	31/10/2015	R\$ 42.545,05
0141/2015	MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL	DIMEVA DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA LTDA - EPP	01/05/2015	31/10/2015	R\$ 70.019,90
0156/2015	MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL	DMC DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E CORRELATOS LTDA - ME	01/05/2015	31/10/2015	R\$ 133,46
0172/2015	MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL	EXTRA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES	01/05/2015	31/10/2015	R\$ 8.754,00
0188/2015	MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL	GRAMS & GRAMS LTDA ME	01/05/2015	31/10/2015	R\$ 42.359,25
0204/2015	MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL	HOSPFAR IND E COM DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (FILIAL)	01/05/2015	31/10/2015	R\$ 6.516,00
0220/2015	MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL	INOVAMED COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - ME	01/05/2015	31/10/2015	R\$ 24.520,00
0231/2015	MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL	LICIMED DIST.MED.CORRELATOS E PROD.MED E HOSPIT.L	01/05/2015	31/10/2015	R\$ 3.386,00
0247/2015	MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL	MARCOFARMA DIST. DE PROD. FARMACÊUTICOS LTDA	01/05/2015	31/10/2015	R\$ 33.947,00
0263/2015	MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL	PRESTOMEDI DIST. DE PRODUTOS PARA A SAÚDE LTDA EPP	01/05/2015	31/10/2015	R\$ 87,00
0278/2015	MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL	PRINCIPAL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP	01/05/2015	31/10/2015	R\$ 1.797,00
0292/2015	MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL	PROHOSP DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	01/05/2015	31/10/2015	R\$ 690,00
0307/2015	MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL	PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA	01/05/2015	31/10/2015	R\$ 58.648,29
0323/2015	MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL	SULMEDIC COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA	01/05/2015	31/10/2015	R\$ 6.610,00

Total Município de São Bento do Sul	R\$ 449.271,92				
0030/2015	MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DO SUL	ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA	01/05/2015	31/10/2015	R\$ 31.114,70
0044/2015	MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DO SUL	ANDRETTA MEDICAMENTOS LTDA - EPP	01/05/2015	31/10/2015	R\$ 300,00
0060/2015	MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DO SUL	ANDROMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA ME	01/05/2015	31/10/2015	R\$ 1.890,50
0076/2015	MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DO SUL	CENTERMEDI - COM. DE PROD. HOSP. LTDA	01/05/2015	31/10/2015	R\$ 1.732,40
0092/2015	MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DO SUL	CIAMED - DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	01/05/2015	31/10/2015	R\$ 17.344,50
0111/2015	MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DO SUL	COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA	01/05/2015	31/10/2015	R\$ 39.331,45
0127/2015	MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DO SUL	DIMASTER-COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	01/05/2015	31/10/2015	R\$ 25.771,70
0142/2015	MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DO SUL	DIMEVA DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA LTDA - EPP	01/05/2015	31/10/2015	R\$ 113,00
0157/2015	MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DO SUL	DMC DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E CORRELATOS LTDA - ME	01/05/2015	31/10/2015	R\$ 592,00
0173/2015	MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DO SUL	EXTRA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES	01/05/2015	31/10/2015	R\$ 6.785,80
0189/2015	MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DO SUL	GRAMS & GRAMS LTDA ME	01/05/2015	31/10/2015	R\$ 335,10
0205/2015	MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DO SUL	HOSPFAR IND E COM DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (FILIAL)	01/05/2015	31/10/2015	R\$ 23.205,66
0221/2015	MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DO SUL	INOVAMED COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - ME	01/05/2015	31/10/2015	R\$ 11.146,80
0232/2015	MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DO SUL	LICIMED DIST.MED.CORRELATOS E PROD.MED E HOSPIT.L	01/05/2015	31/10/2015	R\$ 600,00
0248/2015	MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DO SUL	MARCOFARMA DIST. DE PROD. FARMACÊUTICOS LTDA	01/05/2015	31/10/2015	R\$ 35.062,35
0264/2015	MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DO SUL	PRESTOMEDI DIST. DE PRODUTOS PARA A SAÚDE LTDA EPP	01/05/2015	31/10/2015	R\$ 305,00
0279/2015	MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DO SUL	PRINCIPAL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP	01/05/2015	31/10/2015	R\$ 419,30
0308/2015	MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DO SUL	PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA	01/05/2015	31/10/2015	R\$ 24.442,49
0324/2015	MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DO SUL	SULMEDIC COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA	01/05/2015	31/10/2015	R\$ 1.326,60
Total Município de São Francisco do Sul	R\$ 221.819,35				
0031/2015	MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO ITAPERIÚ	ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA	01/05/2015	31/10/2015	R\$ 6.173,89
0045/2015	MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO ITAPERIÚ	ANDRETTA MEDICAMENTOS LTDA - EPP	01/05/2015	31/10/2015	R\$ 8.579,12
0061/2015	MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO ITAPERIÚ	ANDROMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA ME	01/05/2015	31/10/2015	R\$ 3.280,70
0077/2015	MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO ITAPERIÚ	CENTERMEDI - COM. DE PROD. HOSP. LTDA	01/05/2015	31/10/2015	R\$ 3.046,30
0093/2015	MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO ITAPERIÚ	CIAMED - DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	01/05/2015	31/10/2015	R\$ 9.327,20
0112/2015	MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO ITAPERIÚ	COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA	01/05/2015	31/10/2015	R\$ 21.713,94
0128/2015	MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO ITAPERIÚ	DIMASTER-COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	01/05/2015	31/10/2015	R\$ 23.822,85
0143/2015	MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO ITAPERIÚ	DIMEVA DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA LTDA - EPP	01/05/2015	31/10/2015	R\$ 191,40
0158/2015	MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO ITAPERIÚ	DMC DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E CORRELATOS LTDA - ME	01/05/2015	31/10/2015	R\$ 802,85
0174/2015	MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO ITAPERIÚ	EXTRA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES	01/05/2015	31/10/2015	R\$ 4.538,25
0190/2015	MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO ITAPERIÚ	GRAMS & GRAMS LTDA ME	01/05/2015	31/10/2015	R\$ 18.375,20
0206/2015	MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO ITAPERIÚ	HOSPFAR IND E COM DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (FILIAL)	01/05/2015	31/10/2015	R\$ 10.757,40

0222/2015	MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO ITAPERIÚ	INOVAMED COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - ME	01/05/2015	31/10/2015	R\$ 4.171,40
0233/2015	MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO ITAPERIÚ	LICIMED DIST.MED.CORRELATOS E PROD.MED E HOSPIT.L	01/05/2015	31/10/2015	R\$ 960,00
0249/2015	MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO ITAPERIÚ	MARCOFARMA DIST. DE PROD. FARMACÊUTICOS LTDA	01/05/2015	31/10/2015	R\$ 13.460,00
0265/2015	MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO ITAPERIÚ	PRESTOMEDI DIST. DE PRODUTOS PARA A SAÚDE LTDA EPP	01/05/2015	31/10/2015	R\$ 968,00
0280/2015	MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO ITAPERIÚ	PRINCIPAL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP	01/05/2015	31/10/2015	R\$ 1.497,50
0293/2015	MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO ITAPERIÚ	PROHOSP DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	01/05/2015	31/10/2015	R\$ 4.400,00
0309/2015	MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO ITAPERIÚ	PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA	01/05/2015	31/10/2015	R\$ 13.159,25
0325/2015	MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO ITAPERIÚ	SULMEDIC COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA	01/05/2015	31/10/2015	R\$ 10.527,80
Total Município de São João do Itaperiú	R\$ 159.753,05				
0032/2015	MUNICÍPIO DE SCHROEDER	ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA	01/05/2015	31/10/2015	R\$ 43.530,61
0046/2015	MUNICÍPIO DE SCHROEDER	ANDRETTA MEDICAMENTOS LTDA - EPP	01/05/2015	31/10/2015	R\$ 4.250,00
0062/2015	MUNICÍPIO DE SCHROEDER	ANDROMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA ME	01/05/2015	31/10/2015	R\$ 9.823,40
0078/2015	MUNICÍPIO DE SCHROEDER	CENTERMEDI - COM. DE PROD. HOSP. LTDA	01/05/2015	31/10/2015	R\$ 4.419,94
0094/2015	MUNICÍPIO DE SCHROEDER	CIAMED - DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	01/05/2015	31/10/2015	R\$ 18.575,00
0113/2015	MUNICÍPIO DE SCHROEDER	COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA	01/05/2015	31/10/2015	R\$ 63.038,40
0129/2015	MUNICÍPIO DE SCHROEDER	DIMASTER-COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	01/05/2015	31/10/2015	R\$ 63.392,40
0144/2015	MUNICÍPIO DE SCHROEDER	DIMEVA DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA LTDA - EPP	01/05/2015	31/10/2015	R\$ 6.974,50
0159/2015	MUNICÍPIO DE SCHROEDER	DMC DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E CORRELATOS LTDA - ME	01/05/2015	31/10/2015	R\$ 535,41
0175/2015	MUNICÍPIO DE SCHROEDER	EXTRA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES	01/05/2015	31/10/2015	R\$ 16.254,23
0191/2015	MUNICÍPIO DE SCHROEDER	GRAMS & GRAMS LTDA ME	01/05/2015	31/10/2015	R\$ 45.499,90
0207/2015	MUNICÍPIO DE SCHROEDER	HOSPFAR IND E COM DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (FILIAL)	01/05/2015	31/10/2015	R\$ 20.320,90
0223/2015	MUNICÍPIO DE SCHROEDER	INOVAMED COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - ME	01/05/2015	31/10/2015	R\$ 15.243,47
0234/2015	MUNICÍPIO DE SCHROEDER	LICIMED DIST.MED.CORRELATOS E PROD.MED E HOSPIT.L	01/05/2015	31/10/2015	R\$ 6.550,00
0250/2015	MUNICÍPIO DE SCHROEDER	MARCOFARMA DIST. DE PROD. FARMACÊUTICOS LTDA	01/05/2015	31/10/2015	R\$ 27.332,00
0266/2015	MUNICÍPIO DE SCHROEDER	PRESTOMEDI DIST. DE PRODUTOS PARA A SAÚDE LTDA EPP	01/05/2015	31/10/2015	R\$ 3.944,50
0281/2015	MUNICÍPIO DE SCHROEDER	PRINCIPAL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP	01/05/2015	31/10/2015	R\$ 3.594,00
0294/2015	MUNICÍPIO DE SCHROEDER	PROHOSP DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	01/05/2015	31/10/2015	R\$ 22.000,00
0310/2015	MUNICÍPIO DE SCHROEDER	PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA	01/05/2015	31/10/2015	R\$ 164.136,31
0326/2015	MUNICÍPIO DE SCHROEDER	SULMEDIC COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA	01/05/2015	31/10/2015	R\$ 17.229,50
Total Município de Schroeder	R\$ 556.644,47				

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2015 – CISONORDESTE/SC

Termo de Homologação do Pregão Eletrônico Nº 002/2015 – CISONORDESTE/SC

Registro de Preços Nº 002/2015 – CISONORDESTE/SC

Processo Administrativo nº 03/2015

O presidente do CISONORDESTE/SC - CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO NORDESTE DE SANTA CATARINA, Sr. JOSÉ CHAVES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a Lei nº 10.520/02 e 8.666/93 e alterações posteriores, resolve:

1º) HOMOLOGAR o objeto da licitação acima mencionada, nos seguintes termos:

Processo Administrativo nº 03/2015-CISONORDESTE/SC

Registro de Preços nº 002/2015 – CISONORDESTE/SC

Pregão Eletrônico nº 002/2015 – CISONORDESTE/SC

Data da Homologação: 14/05/2015

Objeto da Licitação: Registro de Preços de Medicamentos

Vencedores por Lote

CENTERMEDI - COM. DE PROD. HOSP. LTDA					
Item	Descrição	Unid.	Qtde	Valor Unit.	Total Item
23	ÁCIDO VALPRÓICO 250MG/5ML XAROPE, FRASCO COM 100 ML	FRASCOS	10.600,00	2,25	23.850,00
37	ALENDRONATO DE SÓDIO 10MG	COMPRIMIDO	7.100,00	0,17	1.171,50
108	BROMAZEPAN 6 MG	COMPRIMIDO	32.000,00	0,06	1.984,00
153	CETOCONAZOL 2% XAMPU FRASCO 100 ML	FRASCOS	4.270,00	3,57	15.243,90
154	CETOCONAZOL 200 MG	COMPRIMIDO	85.300,00	0,09	7.421,10
218	CODEÍNA (FOSFATO) 30MG	COMPRIMIDO	1.425.100,00	0,87	1.239.837,00
226	COMPLEXO B POLIVITAMINICO	COMPRIMIDO	259.000,00	0,04	9.324,00
306	ERITROMICINA (ESTOLATO) 500MG	COMPRIMIDO	39.040,00	0,46	18.036,48
330	ESTROGÊNIO CONJUGADOS 0,625MG	DRÁGEAS	107.020,00	0,40	42.808,00
348	FENOTEROL (BROMIDRATO) 5 MG/ML 20 ML PARA NEBULIZAÇÃO	FRASCO	4.395,00	1,54	6.768,30
378	GABAPENTINA 300 MG	COMPRIMIDO	4.900,00	0,34	1.666,00
422	HIDROXIDO DE ALUMÍNIO 200MG/5ML FRASCO 100 ML	FRASCO	1.500,00	1,60	2.400,00
425	HIDRÓXIDO DE ALUMÍNIO E DE MAGNÉSIO 35,6+37MG SUSPENSÃO ORAL 100 ML	FRASCOS	28.750,00	1,60	46.000,00
444	IPRATRÓPIO (BROMETO) 0,25MG/ML SOLUÇÃO INALANTE 20 ML	FRASCOS	5.310,00	0,60	3.175,38
470	LEVOMEPROMAZINA (MALEATO) 40MG/ML 20ML GOTAS	FRASCO	1.950,00	6,95	13.552,50
486	LOPERAMIDA 2MG BLISTER 4 CP	COMPRIMIDO	11.700,00	0,09	1.053,00
565	NIFEDIPINA 20MG (RETARD)	COMPRIMIDO	365.000,00	0,07	25.550,00
570	NISTATINA + ÓXIDO DE ZINCO	BISNAGA	2.000,00	4,99	9.980,00
573	NITROFURANTOÍNA 100MG	COMPRIMIDO	82.800,00	0,14	11.923,20
619	PARACETAMOL 500 MG + CODEÍNA 30 MG	COMPRIMIDO	122.900,00	0,45	55.305,00
641	POLIVITAMINICO COMPOSTO DE VITAMINAS E MINERIAS DE A A Z RETINOL (COMO PALMITATO) (VIT. A) 2664 UI COLECALCIFEROL (VIT. D) 400 UI 200 ACETATO DE TOCOFEROL (VIT. E) 10,00 UI 100 ÁCIDO ASCÓRBICO (VIT. C) 70,00 MG TIAMINA (COMO MONONITRATO) (VIT. B1) 3,00 M	COMPRIMIDO	568.000,00	0,11	62.480,00
655	PROPAFENONA (CLORIDRATO) 300MG	COMPRIMIDO	25.300,00	1,89	47.817,00
661	PROPRANOLOL (CLORIDRATO) 40MG	COMPRIMIDO	3.899.300,00	0,02	58.489,50
696	SIMETICONA 75MG/ML FRASCO 10 ML	FRASCO	6.150,00	0,74	4.551,00
759	TIMOLOL (MALEATO) 0,5%, SOLUÇÃO OFTÁLMICA 5ML	FRASCO	3.730,00	1,04	3.879,20
Total do Fornecedor:	1.714.266,06				
DIMASTER-COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA					
Item	Descrição	Unid.	Qtde	Valor Unit.	Total Item
38	ALENDRONATO DE SÓDIO 70MG	COMPRIMIDO	286.000,00	0,35	100.071,40
60	AMOXICILINA 250MG/5ML SUSPENSÃO ORAL , FRASCO 60 ML	FRASCO	20.300,00	1,90	38.570,00
62	AMOXICILINA 500MG, BLISTER COM 21 CAPSULAS	CÁPSULA	1.203.360,00	0,11	129.120,53
102	BIPERIDENO 2MG	COMPRIMIDO	858.000,00	0,20	169.884,00
140	CEFALEXINA 250MG/5ML PÓ P/SUSPENSÃO ORAL FRASCO 60 ML	FRASCO	30.000,00	2,97	89.097,00
311	ESCOPOLAMINA (BUTILBROMETO) 20MG + DIPIRONA SÓDICA 2,5MG AMPOLA 5 ML	AMPOLA	110.020,00	1,65	181.422,98
312	ESCOPOLAMINA (BUTILBROMETO) 10MG	COMPRIMIDO	311.700,00	0,30	93.510,00

317	ESCOLPOLAMINA (BUTILBROMETO) 10MG + DIPIRONA SÓDICA 500 MG	COMPRIMIDO	50.000,00	0,43	21.350,00
355	FIBRINOLISINA 1U/G + DESOXIRIBONUCLEASE 666U/G + CLORANFENICOL 10MG/G POMADA 30G	BISNAGA	550,00	28,79	15.834,50
368	FLUOXETINA (CLORIDRATO) 20MG	COMPRIMIDO/ CAPSULAS	5.062.000,00	0,06	301.695,20
369	FLUOXETINA (CLORIDRATO) 20MG	CAPSULAS	90.000,00	0,06	5.364,00
403	HALOPERIDOL 5MG	COMPRIMIDO	734.400,00	0,12	87.246,72
406	HEPARINA SÓDICA 25.000 UI/5ML INJETAVEL AMPOLA 5 ML	AMPOLA	4.300,00	10,96	47.127,57
434	IMIPRAMINA (CLORIDRATO) 25MG	COMPRIMIDO	809.200,00	0,24	194.127,08
462	LEVODOPA 250MG + CARBIDOPA 25MG	COMPRIMIDO	192.000,00	0,21	40.300,80
468	LEVOMEPROMAZINA (MALEATO) 100MG	COMPRIMIDO	246.500,00	0,62	152.756,05
469	LEVOMEPROMAZINA (MALEATO) 25MG	COMPRIMIDO	570.700,00	0,25	141.990,16
476	LEVOTIROXINA SODICA 50MCG	COMPRIMIDO	2.445.000,00	0,11	275.307,00
488	LORATADINA 1MG/ML XAROPE 100 ML	FRASCOS	23.500,00	1,86	43.710,00
515	METILDOPA 250 MG	COMPRIMIDO	1.513.000,00	0,10	150.997,40
516	METILDOPA 500 MG	COMPRIMIDO	314.000,00	0,17	53.380,00
543	MICONAZOL (NITRATO) 20 MG/GR CREME VAGINAL 80G, COM NO MINIMO 10 APLICADORES	BISNAGA	31.750,00	4,57	145.097,50
561	NEOMICINA (SULFATO) 5MG/G + BACITRACINA 250UI POMADA DERMATOLOGICA 10 G	BISNAGA	52.700,00	1,00	52.541,90
686	SALBUTAMOL 100MCG AEROSOL COM 200 DOSES	FRASCOS	23.990,00	4,81	115.391,90
699	SINVASTATINA 40MG	COMPRIMIDO	1.939.500,00	0,11	216.836,10
Total do Fornecedor:	2.862.729,79				

CIAMED - DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA

Item	Descrição	Unid.	Qtde	Valor Unit.	Total Item
24	ÁCIDO VALPRÓICO 500MG, FRASCO COM 50 CAPSULAS	CAPSULAS	1.064.000,00	0,50	530.936,00
71	ANLÓDIPINO (BESILATO) 10 MG	COMPRIMIDO	285.200,00	0,04	10.837,60
105	BLEOMICINA 15U	F/A	250,00	5,00	1.250,00
144	CEFEPIME 1G	F/A	1.000,00	5,95	5.950,00
145	CEFEPIME 2G	F/A	2.500,00	10,70	26.750,00
188	CLOBETASOL (PROPIONATO) 0,5MG/G CREME 30 GR	BISNAGA	200,00	3,20	640,00
219	COLAGENASE 0,6 1,2 UI/G (30G)	TUBO	1.500,00	12,70	19.050,00
220	COLAGENASE 0,6 UI + CLORANFENICOL 0,01 G POMADA 30 G	BISNAGAS	4.000,00	11,30	45.200,00
287	DIVALPROATO DE SÓDIO 500MG ER	COMPRIMIDO	1.250,00	1,88	2.350,00
300	ENALAPRIL (MALEATO) 10MG	COMPRIMIDO	3.215.800,00	0,04	125.416,20
301	ENALAPRIL (MALEATO) 20MG	COMPRIMIDO	5.372.000,00	0,04	220.252,00
370	FLUVOXAMINA 100 MG	COMPRIMIDO	500,00	4,26	2.130,00
419	HIDROXICLOROQUINA (SULFATO) 400 MG	COMPRIMIDO	450,00	1,14	514,35
582	NORETISTERONA 0,35MG BLISTER 35 CP	COMPRIMIDO	64.380,00	0,15	9.335,10
597	ONDANSETRONA (CLORIDRATO) 4MG	COMPRIMIDO	5.250,00	1,97	10.342,50
607	OXIBUTININA 5 MG	COMPRIMIDO	7.500,00	0,56	4.222,50
613	PANCREATINA 25.000 U	CÁPSULA	200,00	2,30	460,00
633	PIPERACILINA + TAZOBACTAM 4,5G	F/A	18.000,00	26,44	475.920,00
642	POLIVITAMÍNICO E POLIMINERAIS SUSPENSÃO ORAL 100 ML	FRASCO	2.400,00	2,65	6.360,00
657	PROPILOTIURACIL 100 MG	COMPRIMIDO	30.100,00	0,47	14.147,00
740	TEOFILINA 100MG	COMPRIMIDO	26.000,00	0,37	9.620,00
741	TEOFILINA 200 MG	COMPRIMIDO	43.700,00	0,58	25.346,00
751	TIAMAZOL 10MG	COMPRIMIDO	2.500,00	0,33	825,00
775	TRAZODONA 50MG	COMPRIMIDO	5.700,00	0,85	4.845,00
789	VASOPRESSINA 20 U/ML (1ML)	AMPOLA	200,00	17,86	3.572,00
795	VIMBLASTINA 10MG	AMPOLA	200,00	60,00	12.000,00
Total do Fornecedor:	1.568.271,25				

MARCOFARMA DIST. DE PROD. FARMACÊUTICOS LTDA

Item	Descrição	Unid.	Qtde	Valor Unit.	Total Item
16	ÁCIDO FÓLICO 5MG	COMPRIMIDO	1.097.200,00	0,03	27.430,00
42	ALOPURINOL 300MG	COMPRIMIDO	273.000,00	0,11	28.938,00
52	AMINOFILINA 100MG	COMPRIMIDO	177.000,00	0,03	5.133,00

75	ATENOLOL 50 MG	COMPRIMIDO	4.442.000,00	0,03	111.050,00
82	AZITROMICINA 40MG/ML SUSPENSÃO ORAL + DILUENTE, FRASCO 600 MG	FRASCO	35.725,00	2,30	82.167,50
83	AZITROMICINA 40MG/ML SUSPENSÃO ORAL + DILUENTE, FRASCO 900 MG	FRASCO	500,00	3,70	1.850,00
106	BROMAZEPAM 3 MG	COMPRIMIDO	1.400,00	0,05	72,80
109	BROMOPRIDA 4MG/ML GOTAS FRASCO 20 ML	FRASCO	800,00	0,88	706,40
123	CAPTOPRIL 25 MG	COMPRIMIDO	9.727.800,00	0,02	145.917,00
127	CARBAMAZEPINA 400MG	COMPRIMIDO	56.100,00	0,12	6.732,00
175	CIPROFLOXACINO (CLORIDRATO) 500MG	COMPRIMIDO	348.200,00	0,14	48.051,60
212	CLORPROMAZINA 100MG	COMPRIMIDO	498.500,00	0,20	101.195,50
242	DEXAMETASONA 0,1% CREME 10 G	BISNAGA	72.750,00	0,60	43.650,00
243	DEXAMETASONA 4MG	COMPRIMIDO	43.600,00	0,13	5.450,00
251	DEXCLORFENIRAMINA (MALEATO) 2MG	COMPRIMIDO	179.000,00	0,05	9.308,00
256	DIAZEPAN 10MG	COMPRIMIDO	431.550,00	0,04	15.967,35
258	DIAZEPAN 5MG	COMPRIMIDO	223.700,00	0,04	8.276,90
261	DICLOFENACO RESINATO 15MG/ML GOTAS FRASCO 10 ML	FRASCO	5.900,00	1,70	10.030,00
264	DICLOFENACO SÓDICO 25MG/ML AMPOLA 3 ML	AMPOLA	59.700,00	0,52	31.044,00
275	DIMENIDRINATO 50MG + PIRIDOXINA (CLORIDRATO) 50MG AMPOLA 1 ML	AMPOLA	5.500,00	1,24	6.820,00
321	ESPIRONOLACTONA 100MG	COMPRIMIDO	24.500,00	0,23	5.733,00
343	FENOBARBITAL 100MG	COMPRIMIDO	640.000,00	0,14	86.400,00
359	FLUCONAZOL 150MG BLISTER 1 CP	COMPRIMIDO	176.900,00	0,19	33.611,00
389	GLIBENCLAMIDA 5MG	COMPRIMIDO	3.291.300,00	0,02	65.826,00
401	HALOPERIDOL 2MG/ML GOTAS 20 ML	FRASCOS	850,00	2,44	2.074,00
412	HIDROCLOROTIAZIDA 50MG	COMPRIMIDO	259.500,00	0,03	7.785,00
415	HIDROCORTISONA 1% CREME 30 G	BISNAGA	1.325,00	5,00	6.625,00
416	HIDROCORTISONA, ACETATO 10 MG/G BISNAGA 15 G	BISNAGA	250,00	5,00	1.250,00
427	IBUPROFENO 100 MG/ML FRASCO 20 ML	FRASCO	8.200,00	1,87	15.334,00
428	IBUPROFENO 300MG	COMPRIMIDO	430.000,00	0,05	22.360,00
472	LEVONORGESTREL 0,15MG + ETINILESTRADIOL 0,03MG BLISTER 21 DRAGEAS	DRÁGEAS	416.825,00	0,02	8.336,50
503	MEDROXIPROGESTERONA (ACETATO)150 MG/ML AMPOLA 1 ML	AMPOLA	11.600,00	9,40	109.040,00
514	METFORMINA (CLORIDRATO) 850MG	COMPRIMIDO	5.929.800,00	0,06	355.788,00
523	METOCLOPRAMIDA 10MG	COMPRIMIDO	255.800,00	0,06	14.324,80
567	NIMESULIDE 50MG SOLUÇÃO ORAL 15 ML	FRASCOS	5.200,00	0,76	3.952,00
583	NORFLOXACINO 400MG BLISTER 7 CP	COMPRIMIDO	43.025,00	0,13	5.378,13
621	PARACETAMOL 750MG	COMPRIMIDO	197.500,00	0,04	7.702,50
629	PERMETRINA 50MG/ML LOÇÃO 60 ML	FRASCOS	2.830,00	1,99	5.631,70
668	RANITIDINA (CLORIDRATO) 150MG	COMPRIMIDO	246.000,00	0,06	15.252,00
729	SULFATO FERROSO 40MG FE++	COMPRIMIDO	1.653.900,00	0,03	52.924,80
Total do Fornecedor:	1.515.118,48				

COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA

Item	Descrição	Unid.	Qtde	Valor Unit.	Total Item
9	ACICLOVIR 250MG/10ML	F/A	2.500,00	49,80	124.500,00
17	ÁCIDO FOLÍNICO 15 MG	COMPRIMIDO	48.800,00	1,28	62.464,00
20	ÁCIDO TRANEXÂMICO 250MG , AMPOLA COM 5 ML	AMPOLA	1.560,00	1,83	2.847,00
26	ADENOSINA 3MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL, AMPOLA COM 2 ML	AMPOLA	500,00	7,94	3.969,00
27	ADENOSINA 6MG/ML , AMPOLA COM 2 ML	AMPOLA	450,00	7,94	3.572,10
32	ÁGUA DESTILADA ESTÉRIL E APIROGÊNICA, AMPOLA COM 5 ML	AMPOLA	20.800,00	0,19	3.993,60
39	ALFENTANILA 0,5MG/ML, AMPOLA COM 5ML	AMPOLA	600,00	14,00	8.400,00
41	ALOPURINOL 100MG	COMPRIMIDO	348.000,00	0,04	14.442,00
48	AMBROXOL (CLORIDRATO) 15MG/5ML XAROPE , FRASCO COM 120 ML	FRASCO	8.100,00	1,23	9.989,73
50	AMICACINA (SULFATO) 250MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL, AMPOLA COM 2 ML	AMPOLA	600,00	1,68	1.008,00
54	AMIODARONA (CLORIDRATO) 200MG	COMPRIMIDO	389.000,00	0,23	91.026,00
55	AMIODARONA (CLORIDRATO) 50MG/ML INJETÁVEL , AMPOLA COM 3 ML	AMPOLA	4.000,00	2,24	8.960,00
59	AMOXICILINA 250MG/5ML SUSPENSÃO ORAL , FRASCO 150 ML	FRASCO	38.200,00	3,46	132.248,40
67	AMPICILINA 500 MG	COMPRIMIDO	61.000,00	0,14	8.235,00

72	ANLODIPINO (BESILATO) 5MG	COMPRIMIDO	2.825.000,00	0,02	61.020,00
74	ATENOLOL 25MG	COMPRIMIDO	591.800,00	0,02	10.652,40
77	ATRACÚRIO (BESILATO) 10MG/ML, AMPOLA 2,5ML	AMPOLA	600,00	6,50	3.899,40
78	ATROPINA (SULFATO) 0,25MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL, AMPOLA 1 ML	AMPOLA	52.400,00	0,27	13.886,00
85	AZITROMICINA 500MG, BLISTER COM 3 CP	COMPRIMIDO	292.200,00	0,34	98.471,40
99	BICARBONATO DE SÓDIO 8,4% - AMPOLA 10 ML	AMPOLA	1.690,00	0,56	946,40
101	BIPERIDENO (LACTATO) 5MG/ML AMPOLA 1 ML	AMPOLA	420,00	1,91	802,20
104	BISACODIL 5MG	COMPRIMIDO	3.600,00	0,14	518,40
110	BROMOPRIDA 5MG/ML AMPOLA 2 ML	AMPOLA	7.450,00	1,02	7.623,59
115	BUPIVACAÍNA + ISOBÁRICA 0,5% (AMPOLA 4ML) COM INVÓLUCRO EXTERNO ESTÉRIL	AMPOLA	300,00	10,24	3.072,00
131	CARBONATO DE LÍTIU 300MG	COMPRIMIDO	2.089.900,00	0,12	250.788,00
141	CEFALEXINA 500MG	COMPRIMIDO	1.528.000,00	0,16	250.592,00
152	CETOCONAZOL 20MG/G CREME BISNAGA 30 G	BISNAGA	5.200,00	0,99	5.127,20
155	CETOPROFENO 100MG/ML EV PÓ LIOFILO INJETAVEL	FRASCOAM-POLA	103.400,00	3,13	323.642,00
156	CETOPROFENO 100MG/ML IM AMPOLA 2 ML	AMPOLA	4.600,00	1,90	8.740,00
157	CETOPROFENO 50MG/ML IM AMPOLA 2 ML	AMPOLA	7.000,00	1,71	11.935,00
171	CIMETIDINA 300MG AMPOLA 2 ML	AMPOLA	800,00	0,94	752,00
172	CINARIZINA 75MG	COMPRIMIDO	251.600,00	0,10	24.908,40
173	CIPOFRIBRATO 100 MG	COMPRIMIDO	35.500,00	0,35	12.425,00
176	CIPROFLOXACINO 200MG/100ML	F/A	6.500,00	2,21	14.365,00
183	CLARITROMICINA 500MG	COMPRIMIDO	87.700,00	0,97	84.805,90
185	CLINDAMICINA 150MG/ML (4ML)	AMPOLA	5.000,00	5,69	28.450,00
194	CLONAZEPAN 2,5MG/ML SOLUÇÃO ORAL FRASCO 20 ML	FRASCOS	6.910,00	1,50	10.365,00
204	CLORETO DE POTÁSSIO 19,1% AMPOLA 10 ML	AMPOLA	11.100,00	0,23	2.553,00
205	CLORETO DE POTÁSSIO XAROPE 6% 100ML	FRASCO	1.000,00	1,99	1.986,00
210	CLORETO DE SÓDIO 20% AMPOLA 10 ML	AMPOLA	10.620,00	0,20	2.124,00
213	CLORPROMAZINA 25MG	COMPRIMIDO	92.800,00	0,23	21.344,00
214	CLORPROMAZINA 40MG/ML SOLUÇÃO ORAL	FRASCOS	1.485,00	4,80	7.128,00
225	COMPLEXO B INJETÁVEL AMPOLA 2 ML	AMPOLA	45.250,00	0,66	29.865,00
236	DESLANOSÍDEO 0,4MG/ML AMPOLA 2 ML	AMPOLA	1.080,00	1,28	1.382,40
244	DEXAMETASONA (FOSFATO DISSÓDICO) 2MG/ML INJETAVEL AMPOLA 1 ML	AMPOLA	20.900,00	0,53	10.972,50
247	DEXAMETASONA ELIXIR 0,1MG/ML FRASCO 100 ML	FRASCOS	3.000,00	1,12	3.360,00
280	DIPIRONA SÓDICA 500MG/ML INJETÁVEL AMPOLA 2 ML	AMPOLA	190.600,00	0,50	95.300,00
285	DIPROPIONATO DE BETAMETASONA 5MG + FOSFATO DISSÓDICO DE BETAMETASONA 2MG/ML AMPOLA 1 ML	AMPOLA	13.700,00	2,25	30.825,00
296	DOXICICLINA (CLORIDRATO) 100MG	COMPRIMIDO	22.400,00	0,07	1.657,60
303	EPINEFRINA (CLORIDRATO) 1 MG/ML AMPOLA 1 ML	AMPOLA	8.600,00	1,23	10.535,00
318	ESCOPOLAMINA (BUTILBROMETO) 10MG FRASCO 15 ML	FRASCO	2.200,00	2,90	6.380,00
335	ETOMIDATO 2MG/ML (AMPOLA 10ML)	AMPOLA	600,00	13,69	8.214,00
351	FENTANILA (SAL CITRATO) 0,05MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA 10 ML	AMPOLA	8.250,00	2,00	16.499,18
352	FENTANILA (SAL CITRATO) 0,05MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA 2 ML	AMPOLA	9.590,00	0,80	7.672,00
358	FITOMENADIONA 10MG AMPOLA 1 ML	AMPOLA	2.280,00	0,96	2.188,80
373	FOSFATO SÓDIO, ENEMA, FOSFATO MONOBÁSICO 16% + FOSFATO DIBÁSICO 6% FRASCO 120 ML	FRASCO	2.640,00	4,58	12.091,20
376	FUROSEMIDA 10MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA 2 ML	AMPOLA	24.450,00	0,54	13.203,00
377	FUROSEMIDA 40MG	COMPRIMIDO	1.873.500,00	0,03	56.205,00
386	GENTAMICINA (SULFATO) 5MG/ML, SOLUÇÃO OFTÁLMICA 5 ML	FRASCO	2.200,00	6,58	14.476,00
400	HALOPERIDOL 1MG	COMPRIMIDO	22.700,00	0,11	2.587,80
402	HALOPERIDOL 5 MG/ML AMPOLA 1 ML	AMPOLA	9.700,00	0,72	6.984,00
405	HEMITARTARATO DE NOREPINEFRINA 2MG/ML AMPOLA 4 ML	AMPOLA	50,00	4,57	228,50
407	HEPARINA SÓDICA 5.000 UI/0,25ML INJETÁVEL AMPOLA 0,25 ML	AMPOLA	86.980,00	4,50	391.410,00
408	HIDRALAZINA 20 MG/ML AMPOLA 1 ML	AMPOLA	1.250,00	4,50	5.625,00
410	HIDRALAZINA 50MG	COMPRIMIDO	8.000,00	0,33	2.616,00
413	HIDROCORTISONA (SUCCINATO) PÓ LIOFILIZADO 100 MG P/ SOLUÇÃO INJETAVEL	AMPOLA	22.000,00	3,36	73.821,00
438	INSULINA HUMANA NPH 100 U/ML (10ML)	F/A	500,00	11,75	5.875,00
439	INSULINA HUMANA REGULAR 100 U/ML (10ML)	F/A	500,00	11,75	5.875,00
466	LEVOFLOXACINA 5MG/ML (100ML)	F/A	1.000,00	7,15	7.150,00

480	LIDOCAÍNA (S/ VASOCONSTRITOR) 2% FRASCO 20 ML	FRASCO	6.300,00	1,45	9.135,00
485	LINCOMICINA (CLORIDRATO) 600MG	AMPOLA	2.000,00	1,37	2.730,00
490	LORAZEPAM 2MG	COMPRIMIDO	6.000,00	0,11	672,00
495	LOVASTATINA 20MG	COMPRIMIDO	6.000,00	1,05	6.297,60
512	METARAMINOL (BITARTARATO) 10MG/ML (AMPOLA 1ML)	AMPOLA	1.000,00	4,35	4.350,00
517	METILERGOMETRINA, MALEATO 0,2 MG/ML AMPOLA 1 ML	AMPOLA	165,00	1,26	207,24
518	METILFENIDATO (CLORIDRATO) 10MG	COMPRIMIDO	12.040,00	0,99	11.919,60
534	METRONIDAZOL 250MG	COMPRIMIDO	230.300,00	0,07	15.130,71
536	METRONIDAZOL 40MG/ML SUSPENSÃO ORAL FRASCO 80 ML	FRASCO	10.730,00	1,50	16.054,23
542	MICONAZOL (NITRATO) 20 MG/GR CREME DERMATOLOGICO	BISNAGA	4.950,00	1,31	6.480,05
544	MIDAZOLAM 15 MG INJETÁVEL 3 ML	AMPOLA	14.150,00	1,20	16.980,00
546	MIDAZOLAM 5 MG/ML INJETÁVEL 10 ML	AMPOLA	8.220,00	2,84	23.344,80
551	MORFINA (SULFATO) 1MG/ML AMPOLA 2 ML	AMPOLA	19.050,00	4,22	80.314,80
553	MORFINA 0,2MG/ML (1ML)	AMPOLA	1.500,00	4,36	6.540,00
558	NALBUFINA 10MG/ML AMPOLA 1 ML	AMPOLA	2.400,00	15,00	36.000,00
562	NEOSTIGMINA 0,5MG/1ML	AMPOLA	3.500,00	0,82	2.870,00
578	NOREPINEFRINA 8MG/4ML (4MG DE NOREPINEFRINA BASE)	AMPOLA	20.000,00	5,25	105.000,00
591	ÓLEO MINERAL 100% FRASCO 100 ML	FRASCOS	5.400,00	1,55	8.359,20
593	OMEPRAZOL 20MG	CÁPSULA	9.573.000,00	0,04	382.920,00
594	OMEPRAZOL 40MG SOLUÇÃO INJETÁVEL	AMPOLA	14.400,00	5,49	78.984,00
605	OXCARBAZEPINA 60MG/ML SUSPENSÃO ORAL 100 ML	FRASCO	1.150,00	22,80	26.220,00
611	PALMITATO DE RETINOL (VITAMINA A) 3.000UI + COLECALCIFEROL (VITAMINA D3) 800UI SOL. ORAL 10 ML	FRASCO	3.000,00	4,73	14.190,00
631	PETIDINA 50MG/ML AMPOLA 2 ML	AMPOLA	1.950,00	1,78	3.471,00
643	PREDNISOLONA (FOSFATO SODICO) 1MG/ML SUSPENSÃO 100 ML	FRASCO	400,00	4,40	1.759,60
644	PREDNISOLONA (FOSFATO SODICO) 3MG/ML SUSPENSÃO 60 ML	FRASCO	35.100,00	2,33	81.677,70
645	PREDNISONA 20MG	COMPRIMIDO	574.000,00	0,12	67.732,00
646	PREDNISONA 5MG	COMPRIMIDO	545.500,00	0,06	32.730,00
692	SERTRALINA (CLORIDRATO) 50 MG	COMPRIMIDO	541.200,00	0,11	58.449,60
695	SIMETICONA 40MG	COMPRIMIDO	7.000,00	0,06	437,50
697	SINVASTATINA 10MG	COMPRIMIDO	222.500,00	0,07	14.685,00
708	SORO FISIOLÓGICO (CLORETO DE SÓDIO 0,9%) FRASCO 250ML SISTEMA FECHADO	FRASCO	6.300,00	2,30	14.490,00
709	SORO FISIOLÓGICO (CLORETO DE SÓDIO 0,9%) FRASCO 500ML SISTEMA FECHADO	FRASCO	5.300,00	2,26	11.978,00
710	SORO GLICOFISIOLÓGICO (GLICOSE ASSOCIADA AO CLORETO DE SÓDIO 5% + 0,9%) FRASCO 250ML SISTEMA FECHADO	FRASCO	300,00	2,40	720,00
712	SORO GLICOSADO (GLICOSE 5%) FRASCO 250ML SISTEMA FECHADO	FRASCO	800,00	2,03	1.626,40
713	SORO GLICOSADO (GLICOSE 5%) FRASCO 500ML SISTEMA FECHADO	FRASCO	800,00	2,64	2.112,00
718	SULFADIAZINA 500MG	COMPRIMIDO	86.500,00	0,13	11.072,00
721	SULFAMETOXAZOL + TRIMETOPRIMA 400/80MG EV 5ML	AMPOLA	5.500,00	1,82	10.032,00
723	SULFAMETOXAZOL 400MG + TRIMETOPRIMA 80MG	COMPRIMIDO	558.500,00	0,06	35.185,50
725	SULFATO DE EFEDRINA 50MG/1ML	AMPOLA	3.500,00	2,10	7.350,00
726	SULFATO DE MAGNÉSIO 10% INJETÁVEL 10 ML	AMPOLA	4.700,00	0,37	1.739,00
742	TERBUTALINA (SULFATO) 0,5 MG/ML AMPOLA 1 ML	AMPOLA	3.200,00	2,00	6.384,00
755	TICLODIPINA (CLORIDRATO) 250 MG	COMPRIMIDO	3.000,00	0,34	1.020,00
763	TIORIDAZIDA (CLORIDRATO) 100 MG	COMPRIMIDO	4.000,00	0,67	2.680,00
764	TIORIDAZIDA (CLORIDRATO) 50 MG	COMPRIMIDO	8.400,00	0,38	3.225,60
779	TROPICAMIDA 1% SOLUÇÃO OFTÁLMICA 5 ML	FRASCO	110,00	9,16	1.007,38
788	VASELINA LÍQUIDA FRASCO 1 LITRO	FRASCO	15,00	14,57	218,49
800	VITAMINA A 5.000UI + D 900UI E OXIDO DE ZINCO 150MG/G, POMADA DERMATOLÓGICA 45 G	BISNAGA	3.600,00	1,86	6.684,84
Total do Fornecedor:	3.794.742,92				
SULMEDIC COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA					
Item	Descrição	Unid.	Qtde	Valor Unit.	Total Item
22	ÁCIDO VALPRÓICO 250MG	COMPRIMIDO CAPSULAS	296.000,00	0,17	50.024,00
132	CARBOPLATINA 150MG/15ML	F/A	850,00	39,90	33.915,00
135	CARVEDILOL 12,5MG	COMPRIMIDO	466.400,00	0,14	66.228,80

136	CARVEDILOL 25MG	COMPRIMIDO	163.000,00	0,22	35.860,00
137	CARVEDILOL 3,125MG	COMPRIMIDO	164.000,00	0,09	13.940,00
138	CARVEDILOL 6,25MG	COMPRIMIDO	2.119.400,00	0,09	184.387,80
245	DEXAMETASONA (FOSFATO DISSÓDICO) 4 MG/ML AMPOLA 2,5 ML	AMPOLA	33.100,00	0,87	28.763,90
294	DOXAZOSINA (MESILATO) 2MG	COMPRIMIDO	173.850,00	0,07	12.169,50
414	HIDROCORTISONA (SUCCINATO) PÓ LIOFILIZADO 500 MG P/ SOLUÇÃO INJETÁVEL	AMPOLA	16.950,00	5,99	101.530,50
501	MEDROXIPROGESTERONA (ACETATO) 10MG	COMPRIMIDO	24.500,00	0,79	19.232,50
507	MEROPENEM IV 1G	F/A	10.000,00	21,59	215.900,00
650	PRESERVATIVO MASCULINO LUBRIFICADO 55 MM	ENVELOPES	50.000,00	0,50	25.000,00
666	RANITIDINA (CLORIDRATO) 25 MG/ML AMPOLA 2 ML	AMPOLA	101.310,00	0,55	55.720,50
774	TRAMADOL 50MG/ML AMPOLA 1 ML	AMPOLA	37.250,00	0,93	34.717,00
Total do Fornecedor:	877.389,50				
ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA					
Item	Descrição	Unid.	Qtde	Valor Unit.	Total Item
12	ACIDO ACETIL SALISÍLICO 100MG	COMPRIMIDO	7.444.500,00	0,02	134.001,00
13	ACIDO ACETIL SALISÍLICO 500MG	COMPRIMIDO	24.000,00	0,04	960,00
14	ÁCIDO ASCÓRBICO 100 MG/ML , AMPOLA COM 5ML	AMPOLA	350,00	0,66	231,00
25	ÁCIDOS GRAXOS (LOÇÃO OLEOSA ANTIESCARAS CONTENDO ACIDO CAPRILICO, ACIDO CAPRICO, ACIDO LAURICO, LECITINA DE SOJA, VITAMINA A VITAMINA E, ACIDO CAPROICO E OLEO DE GIRASSOL (ACIDO LINOLEICO), FRASCO COM 200 ML	FRASCO	700,00	3,88	2.716,00
79	ATROPINA (SULFATO) 0,50MG/ML, AMPOLA 1 ML	AMPOLA	3.750,00	0,71	2.671,13
86	BACLOFENO 10 MG	COMPRIMIDO	8.500,00	0,11	931,60
92	BENZILPENICILINA G PROCAÍNA + POTÁSSICA 300.000UI + 100.000UI + DILUENTE	FRASCO	6.850,00	3,00	20.550,00
94	BENZINA , FRASCO 1 LITRO	FRASCO	2,00	16,90	33,80
96	BENZOATO DE BENZILA 25 % , FRASCO 60 ML	FRASCO	300,00	1,51	453,00
114	BUPIVACAÍNA + GLICOSE 0,5% (AMPOLA 4ML)	AMPOLA	2.000,00	3,82	7.640,00
126	CARBAMAZEPINA 200MG	COMPRIMIDO	3.230.500,00	0,08	251.655,95
148	CEFTRIAXONA 1000MG/ML EV	FRASCO AMPOLA	9.600,00	4,45	42.720,00
159	CETOPROFENO 50MG	CÁPSULA	2.000,00	0,19	380,00
170	CIMETIDINA 200MG	COMPRIMIDO	15.500,00	0,07	1.023,00
174	CIPROFLOXACINO (CLORIDRATO) 2MG/ML BOLSA COM 100 ML	BOLSA	80,00	2,50	200,00
180	CITALOPRAM 20MG	COMPRIMIDO	109.000,00	0,12	12.535,00
199	CLORANFENICOL 1G PÓ LIÓFILO INJETÁVEL	FRASCO	50,00	1,78	89,00
209	CLORETO DE SÓDIO 0,9% AMPOLA 10 ML	AMPOLA	500,00	0,27	135,00
221	COLCHICINA 0,5MG	COMPRIMIDO	56.100,00	0,20	11.220,00
227	COMPLEXO B POLIVITAMINICO FRASCO 30 ML	FRASCO	750,00	1,80	1.350,00
234	DELTAMETRINA 0,2 MG/ML FRASCO 100 ML	FRASCO	10.350,00	1,40	14.462,06
235	DESLANOSÍDEO 0,2MG/ML AMPOLA 2 ML	AMPOLA	50,00	1,57	78,50
257	DIAZEPAN 10MG/2ML INJETÁVEL AMPOLA 2 ML	AMPOLA	6.900,00	0,60	4.142,07
262	DICLOFENACO SÓDICO 50MG	COMPRIMIDO	3.108.700,00	0,02	62.174,00
269	DIGOXINA 0,05 MG/ML FRASCO 60 ML	FRASCO	50,00	7,50	375,00
283	DIPROPIONATO DE BECLOMETASONA- AEROSOL 50UI/DOSE – USO NASAL FRASCO 200 DOSES	TUBO	790,00	20,42	16.131,80
293	DOPAMINA (CLORIDRATO) 5 MG/ML AMPOLA 10 ML	AMPOLA	3.750,00	1,35	5.062,50
310	ESCITALOPRAM 10MG	COMPRIMIDO	5.250,00	0,24	1.239,00
314	ESCOPOLAMINA (BUTILBROMETO) 10MG/ML+ DIPIRONA SÓDICA GOTAS 10ML	FRASCO	4.350,00	1,89	8.209,76
333	ETILEFRINA (CLORIDRATO) 10 MG/ML AMPOLA 1 ML	AMPOLA	135,00	1,65	222,75
344	FENOBARBITAL 200 MG/ML AMPOLA 1 ML	AMPOLA	900,00	1,69	1.521,00
362	FLUMAZENIL 0,1MG/ML AMPOLA 5 ML	AMPOLA	115,00	40,00	4.600,00
384	GEL LUBRIFICANTE 5 GR DOSE ÚNICA	SACHES	50.000,00	0,53	26.500,00
390	GLICAZIDA 30MG (COMPRIMIDO DE LIBERAÇÃO CONTROLADA)	COMPRIMIDO	2.401.000,00	0,18	432.180,00
398	GLUCONATO DE CÁLCIO 10% 100MG/ML AMPOLA 10 ML	AMPOLA	3.720,00	1,25	4.650,00
404	HALOPERIDOL DECANOATO 50 MG/ML AMPOLA 1 ML	AMPOLA	12.090,00	9,32	112.678,80
411	HIDROCLOROTIAZIDA 25MG	COMPRIMIDO	8.915.500,00	0,02	146.214,20
417	HIDROGEL COM ALGINATO BISNAGA 30 G	BISNAGA	150,00	50,00	7.500,00
430	IBUPROFENO 600MG	COMPRIMIDO	3.433.500,00	0,07	235.194,75

449	ISOSSORBIDA (MONITRATO) 20MG	COMPRIMIDO	161.000,00	0,07	11.270,00
453	ISOSSORBIDA (MONITRATO) 10MG/ML AMPOLA 1 ML	AMPOLA	200,00	2,67	534,00
481	LIDOCAÍNA + EPINEFRINA 2% (20MG/ML) FRASCO 20 ML	FRASCO	9.670,00	3,24	31.330,80
483	LIDOCAÍNA 2% + NOREPINEFRINA 1:50.000 TUBETE 1,8 ML	AMPOLA	350,00	0,90	315,00
484	LINCOMICINA (CLORIDRATO) 300MG	AMPOLA	1.500,00	4,50	6.750,00
491	LOSARTAN 25MG	COMPRIMIDO	2.000,00	0,18	360,00
500	MEBENDAZOL 20MG/ML SUSPENSÃO ORAL 30 ML	FRASCOS	18.200,00	0,72	13.089,44
557	MUPIROCINA POMADA 20MG/G (15G)	TUBO	120,00	8,67	1.040,40
559	NALOXONA 0,4MG/1ML AMPOLA 1 ML	AMPOLA	20,00	6,85	137,00
560	NAPROXENO SÓDICO, 500 MG	COMPRIMIDO	1.000,00	0,41	411,00
566	NIMESULIDE 100MG	COMPRIMIDO	1.698.000,00	0,04	76.070,40
588	OCITOCINA , 5 UI/ML AMPOLA 1 ML	AMPOLA	100,00	1,64	164,00
598	ONDANSETRONA (CLORIDRATO) 8MG	COMPRIMIDO	9.950,00	3,10	30.845,00
603	OXCARBAZEPINA 300MG	COMPRIMIDO	71.200,00	0,31	22.072,00
604	OXCARBAZEPINA 600MG	COMPRIMIDO	57.500,00	0,60	34.500,00
608	ÓXIDO DE ZINCO 25% (PASTA D'AGUA) FRSCO 100 GR	FRASCO	150,00	3,42	513,71
636	PIROXICAM 20MG	CÁPSULAS	10.000,00	0,09	928,00
648	PRESERVATIVO FEMININO	ENVELOPE	5.000,00	10,67	53.350,00
652	PROMETAZINA (CLORIDRATO) 25MG	COMPRIMIDO	126.500,00	0,01	1.518,00
676	RISPERIDONA 1MG	COMPRIMIDO	120.650,00	0,21	25.336,50
677	RISPERIDONA 2 MG	COMPRIMIDO	83.500,00	0,22	18.370,00
678	RISPERIDONA 3 MG	COMPRIMIDO	8.000,00	0,35	2.800,00
682	ROPIVACAÍNA 1% 10MG/ML (20ML)	AMPOLA	2.500,00	24,66	61.650,00
683	ROSUVASTATINA CÁLCICA 10 MG	COMPRIMIDO	720,00	0,50	360,00
687	SALBUTAMOL 2 MG	COMPRIMIDO	3.000,00	0,35	1.050,00
689	SALMETEROL (XINAFOATO) 50 MCG + FLUTICASONA (PROPIONATO) 250 MCG FRASCO COM 60 DOSES	FRASCOS	100,00	76,67	7.667,00
690	SECNIDAZOL 1000 MG	COMPRIMIDO	5.000,00	0,39	1.950,00
715	SUFENTANILA 50MCG/ML (1ML) IV	AMPOLA	1.500,00	20,10	30.150,00
727	SULFATO DE MAGNÉSIO 50% INJETÁVEL 10 ML	AMPOLA	150,00	0,66	99,00
731	SUPOSITÓRIO DE GLICERINA (GLICEROL 95%) ADULTO	SUPOSITÓRIO	340,00	0,80	272,00
732	SUPOSITÓRIO DE GLICERINA (GLICEROL 95%) INFANTIL	SUPOSITÓRIO	290,00	0,80	232,00
Total do Fornecedor:	2.009.766,90				

LICIMED DIST.MED.CORRELATOS E PROD.MED E HOSPIT.L

Item	Descrição	Unid.	Qtde	Valor Unit.	Total Item
21	ACIDO URSODESOXICOLICO 150 MG	COMPRIMIDO	400,00	2,24	896,00
98	BICALUTAMIDA 50MG	COMPRIMIDO	7.500,00	2,26	16.950,00
111	BUDESONIDA AEROSOL NASAL 32MCG FRASCO COM 120 DOSES	TUBO	2.200,00	11,30	24.860,00
112	BUDESONIDA AEROSOL NASAL 50MCG FRASCO COM 120 DOSES	TUBO	1.825,00	15,82	28.871,50
113	BUDESONIDA AEROSOL NASAL 64MCG FRASCO COM 120 DOSES	TUBO	1.100,00	19,97	21.967,00
161	CICLOBENZAPRINA (CLORIDRATO) 10MG	COMPRIMIDO	4.000,00	0,14	560,00
168	CILOSTAZOL 100MG	COMPRIMIDO	381.400,00	0,32	122.048,00
324	ESTRADIOL 1MG + ACETATO DE NORETISTERONA 0,5MG	COMPRIMIDO	250,00	0,70	175,00
357	FINASTERIDA 5MG	COMPRIMIDO	94.900,00	0,15	14.235,00
394	GLICOSAMINA, ASSOCIADA COM CONDROITINA, EM SAIS SULFATOS, 1,5G + 1,2 G PÓ ORAL	SACHES	1.500,00	3,30	4.950,00
431	IFOSFAMIDA 1000MG	F/A	1.500,00	50,00	75.000,00
467	LEVOFLOXACINO 500MG	COMPRIMIDO	1.300,00	0,60	780,00
612	PAMIDRONATO DISSÓDICO 90MG/10ML	F/A	1.000,00	32,00	32.000,00
738	TEICOPLANINA 400MG	AMPOLA	2.000,00	35,00	70.000,00
739	TENOXICAM 20MG PÓ LIÓFILO	AMPOLA	25.200,00	3,72	93.744,00
769	TOPIRAMATO 100MG	COMPRIMIDO	1.260,00	0,25	315,00
770	TOPIRAMATO 25MG	COMPRIMIDO	5.000,00	0,12	600,00
790	VENLAFAXINA (CLORIDRATO) 75 MG	COMPRIMIDO	6.100,00	0,62	3.751,50
Total do Fornecedor:	511.703,00				

ANDROMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA ME

Item	Descrição	Unid.	Qtde	Valor Unit.	Total Item
29	AGUA DESTILADA , AMPOLA COM 10 ML	AMPOLA	53.700,00	0,16	8.806,80

56	AMITRIPIILINA (CLORIDRATO) 25MG	COMPRIMIDO	4.136.000,00	0,04	168.748,80
279	DIPIRONA SÓDICA 500MG/ML GOTAS FRASCO 10 ML	FRASCO	93.250,00	0,48	44.750,68
295	DOXAZOSINA (MESILATO) 4MG	COMPRIMIDO	81.500,00	0,31	25.591,00
305	ERITROMICINA (ESTEARATO) 50MG/ML SUSPENSÃO ORAL 60 ML	FRASCO	4.650,00	3,26	15.168,30
307	ERITROMICINA 25MG/ML SUSPENSÃO ORAL	FRASCO	1.000,00	2,58	2.575,00
345	FENOBARBITAL 4% GOTAS SOLUÇÃO ORAL 20 ML	FRASCO	3.600,00	3,13	11.268,00
455	IVERMECTINA 6MG BLISTER 4 CP	COMPRIMIDO	19.050,00	0,26	4.953,00
499	MEBENDAZOL 100MG BLISTER 6 CP	COMPRIMIDO	18.000,00	0,03	540,00
618	PARACETAMOL 200MG/ML GOTAS SOLUÇÃO ORAL 10 ML	FRASCO	112.050,00	0,48	53.559,90
722	SULFAMETOXAZOL 200MG/5ML + TRIMETOPRIMA 40MG/5ML SUSPENSÃO ORAL 50 ML	FRASCO	11.210,00	0,95	10.638,29
787	VARFARINA SÓDICA 5MG	COMPRIMIDO	171.000,00	0,09	15.030,90
791	VERAPAMIL (CLORIDRATO) 120MG	COMPRIMIDO	20.000,00	0,65	13.000,00
793	VERAPAMIL (CLORIDRATO) 80MG	COMPRIMIDO	390.500,00	0,05	19.915,50
Total do Fornecedor:	394.546,17				

PRESTOMEDI DIST. DE PRODUTOS PARA A SAÚDE LTDA EPP

Item	Descrição	Unid.	Qtde	Valor Unit.	Total Item
4	ACETILCISTEÍNA 10% 300MG/ML IV	AMPOLA	400,00	2,30	920,00
53	AMINOFILINA 24 MG/ML, AMPOLA COM 10 ML	AMPOLA	3.000,00	0,87	2.610,00
374	FRUTOSE + ASSOCIAÇÕES AMPOLA 10 ML	AMPOLA	600,00	4,50	2.700,00
545	MIDAZOLAM 1MG/ML INJETÁVEL 5 ML	AMPOLA	3.850,00	1,50	5.775,00
555	MORFINA 10MG/ML AMPOLA1 ML	AMPOLA	1.520,00	3,05	4.636,00
569	NISTATINA 25.000UI/G CREME VAGINAL 60 G COM NO MÍNIMO 10 APLICADORES	BISNAGAS	8.100,00	3,15	25.515,00
585	NORTRIPTILINA (CLORIDRATO) 25MG	COMPRIMIDO	166.000,00	0,19	31.872,00
587	NORTRIPTILINA (CLORIDRATO) 75MG	COMPRIMIDO	40.000,00	0,18	7.200,00
600	OXACILINA 500MG	F/A	45.000,00	3,08	138.600,00
Total do Fornecedor:	219.828,00				

PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA

Item	Descrição	Unid.	Qtde	Valor Unit.	Total Item
5	ACETILCISTEÍNA 20MG/ML XAROPE SEM AÇÚCAR FRASCO COM 100ML	FRASCO	900,00	3,22	2.898,00
8	ACICLOVIR 200MG	COMPRIMIDO	91.900,00	0,10	9.226,76
11	ACICLOVIR 50MG CREME , BISNAGA COM 10G	BISNAGA	3.350,00	1,55	5.182,45
15	ACIDO FÓLICO 0,2 MG/ML SOLUÇÃO ORAL , FRASCO COM 30 ML	FRASCO	150,00	4,95	742,50
28	ÁGUA DESTILADA AMPOLA PLÁSTICA 20ML	AMPOLA	45.000,00	0,27	11.970,00
30	ÁGUA DESTILADA ESTERIL SISTEMA FECHADO, FRASCO 250 ML	FRASCO	500,00	1,88	940,00
35	ALBENDAZOL 40MG/ ML SUSPENSÃO ORAL , FRASCO COM 10 ML	FRASCO	58.850,00	0,99	58.432,17
49	AMBROXOL (CLORIDRATO) 30MG/5ML XAROPE , FRASCO COM 120 ML	FRASCO	7.650,00	1,28	9.822,60
58	AMOXICILINA + CLAVULANATO DE POTÁSSIO 50MG/ML + 12,5MG/ML PÓ P/ SUSPENSÃO ORAL. FRASCO 75 ML	FRASCO	26.350,00	6,30	166.005,00
65	AMPICILINA 250MG/5ML , FRASCO COM 60 ML	FRASCO	1.000,00	2,02	2.020,00
73	ATENOLOL 100MG	COMPRIMIDO	225.000,00	0,04	8.550,00
95	BENZOATO DE BENZILA 25 % , FRASCO 100 ML	FRASCO	1.930,00	1,99	3.832,98
128	CARBONATO DE CÁLCIO 1250 MG (EQUIVALENTE A 500MG DE CA++ + COLECALCIFEROL 400UI FRASCO 60 CP	COMPRIMIDO	3.395.000,00	0,53	1.792.560,00
177	CIPROTERONA (ACETATO) 50MG	COMPRIMIDO	25.500,00	5,93	151.215,00
187	CLOBETASOL (PROPIONATO) 0,5MG/G POMADA 30 GR	BISNAGA	50,00	3,55	177,30
197	CLOPIDOGREL 75MG	COMPRIMIDO	530.000,00	0,41	214.650,00
201	CLORANFENICOL 5MG + ACETATO DE RETINOL 10.000UI + AMINOÁCIDOS 25MG + METIONINA 5MG POMADA OFTÁLMICA 3,5 G	BISNAGA	965,00	7,00	6.752,11
207	CLORETO DE SÓDIO 0,9% SOLUÇÃO NASAL GOTAS FRASCO 30 ML	FRASCOS	3.500,00	0,51	1.801,80
208	CLORETO DE SÓDIO 0,9% SOLUÇÃO NASAL SPRAY FRASCO 50 ML	FRASCOS	15.300,00	2,00	30.598,47
216	CLORPROPRAMIDA 250MG	COMPRIMIDO	10.600,00	0,42	4.452,00
217	CLORTALIDONA 50 MG	COMPRIMIDO	7.200,00	0,11	786,24
222	COLECALCIFEROL 3.300 UI/ML SOLUÇÃO FRASCO 10 ML	FRASCO	30,00	20,00	600,00
250	DEXCLORFENIRAMINA (MALEATO) 0,4 MG/ML, SOLUÇÃO ORAL FRASCO 100 ML	FRASCO	65.700,00	0,84	55.043,46

259	DICLOFENACO DIETILAMONIO GEL 60 G	BISNAGA	100,00	2,48	247,99
260	DICLOFENACO POTÁSSICO 50MG	COMPRIMIDO	245.000,00	0,04	8.722,00
270	DIGOXINA 0,25MG	COMPRIMIDO	437.500,00	0,03	14.743,75
292	DOMPERIDONA 10MG	COMPRIMIDO	4.500,00	0,04	166,05
313	ESCOLAMINA (BUTILBROMETO) 10MG + DIPIRONA SÓDICA 250MG	COMPRIMIDO	89.500,00	0,18	16.521,70
322	ESPIRONOLACTONA 25MG	COMPRIMIDO	1.299.000,00	0,08	103.790,10
325	ESTRADIOL 2 MG	COMPRIMIDO	2.000,00	1,79	3.580,00
328	ESTRIOL 1MG/ML CREME VAGINAL	BISNAGAS	4.100,00	4,90	20.090,00
347	FENOFIBRATO 250MG	COMPRIMIDO	21.000,00	1,25	26.250,00
360	FLUCONAZOL 2MG/ML (100ML)	F/A	2.000,00	3,38	6.769,60
363	FLUNARIZINA (DICLORIDRATO) 10MG	COMPRIMIDO	55.000,00	0,05	2.689,50
372	FORMOTEROL (FUMARATO) 6MCG + BUDESONIDA 200MCG + INALADOR	CÁPSULAS	25,00	88,85	2.221,25
383	GARRA DO DIABO (EXTRATO SECO) 500MG COMPRIMIDO REVESTIDO DE HARPAGOPHYTUM PROCUMBES NO MINIMO DE 12 MG E MAXIMO DE 24 MG DE HARPAGOSIDEIO POR COMPRIMIDO	CAPSULAS	14.000,00	0,53	7.417,20
387	GENTAMICINA (SULFATO) 80MG/2ML (AMPOLA 2 ML)	AMPOLA	4.800,00	0,59	2.855,04
395	GLICOSE 25% AMPOLA 10 ML	AMPOLA	1.500,00	0,19	290,85
396	GLICOSE 50% AMPOLA 10 ML	AMPOLA	13.650,00	0,23	3.205,02
421	HIDRÓXIDO DE ALUMÍNIO + HIDRÓXIDO DE MAGNÉSIO + SIMETICONA COMPRIMIDO MASTIGAVEL (CONCENTRAÇÃO MÍNIMA: 153MG + 200MG + 20MG)	COMPRIMIDO	5.000,00	0,16	810,00
429	IBUPROFENO 50 MG/ML SOLUÇÃO ORAL GOTAS 30 ML	FRASCO	53.300,00	0,91	48.279,14
447	ISOFLAVONA 150MG	COMPRIMIDO	10.500,00	0,33	3.462,90
452	ISOSSORBIDA (MONITRATO) 40MG	COMPRIMIDO	47.400,00	0,10	4.593,06
457	LACTULOSE 667MG/ML SOLUÇÃO ORAL 100 ML	FRASCOS	6.770,00	6,57	44.478,90
478	LIDOCAINA 100MG/5G GEL 2% BISNAGA 30 G	BISNAGA	13.930,00	1,30	18.081,14
493	LOSARTANA POTÁSSICA 50MG	COMPRIMIDO	7.738.800,00	0,04	294.074,40
497	MAYTENOS ILICIFOLIA , 380 MG	CAPSULAS	30.000,00	0,17	5.247,00
522	METOCLOPRAMIDA (CLORIDRATO) 5MG/ML SOLUÇÃO INJETAVEL 2 ML	AMPOLA	116.460,00	0,24	27.472,91
524	METOCLOPRAMIDA 4MG/ML GOTAS SOLUÇÃO ORAL 10 ML	FRASCO	38.300,00	0,47	17.993,34
533	METRONIDAZOL 100MG/G COM NO MÍNIMO 10 APLICADORES CREME VAGINAL 50G	BISNAGA	19.250,00	3,67	70.609,00
537	METRONIDAZOL 500MG/100ML EV	F/A	3.000,00	1,89	5.670,30
563	NIFEDIPINA 10MG	COMPRIMIDO	217.500,00	0,03	5.633,25
564	NIFEDIPINA 20MG	COMPRIMIDO	133.300,00	0,03	3.505,79
568	NIMODIPINO 30MG	COMPRIMIDO	12.000,00	0,10	1.188,00
571	NISTATINA 100.000UI/ML SUSPENSÃO ORAL 50ML	FRASCO	8.210,00	1,63	13.382,30
580	NORETISTERONA (ENANTATO) 50MG + ESTRADIOL (VALERATO) 5 MG/ML AMPOLA 1 ML C/ SERINGA	AMPOLA	1.650,00	6,30	10.391,37
595	OMEPRAZOL MAGNESIO 20MG	COMPRIMIDO	2.650,00	8,80	23.320,00
627	PERMANGANATO DE POTÁSSIO 100MG	COMPRIMIDO	5.300,00	0,07	391,14
628	PERMETRINA 10MG/ML LOÇÃO 60 ML	FRASCO	7.420,00	1,15	8.533,00
674	RIFAMICINA 10MG/ML SPRAY 20 ML	FRASCO	190,00	2,18	414,20
679	RIVAROXABANA 10MG	COMPRIMIDO	300,00	7,70	2.310,00
685	SAIS P/ REIDRATAÇÃO ORAL COM 27,9G (CLORETO DE SÓDIO 3,5G + CLORETO DE POTÁSSIO 1,5G + CITRATO DE SÓDIO 2,9G + GLICOSE 20G)	ENVELOPE	62.900,00	0,40	25.065,65
688	SALBUTAMOL 2MG/5ML XAROPE 100 ML	FRASCOS	3.600,00	0,88	3.167,28
698	SINVASTATINA 20MG	COMPRIMIDO	7.750.000,00	0,06	489.800,00
745	TETRACICLINA 500MG	CÁPSULA	24.000,00	0,13	3.213,60
753	TIAMINA (CLORIDRATO) 300MG	COMPRIMIDO	38.100,00	0,09	3.425,19
802	VITAMINA B1 + B6 + B12 5.000 U/3ML INTRAMUSCULAR EXCLUSIVO	AMPOLA	400,00	4,07	1.627,20
Total do Fornecedor:	3.893.958,94				
WINCORP FARMACEUTICA COMERCIAL LTDA					
Item	Descrição	Unid.	Qtde	Valor Unit.	Total Item
36	ALBUMINA HUMANA 20% (50ML)	F/A	600,00	70,00	42.000,00
532	METOTREXATO 50MG	F/A	120,00	7,20	864,00
757	TIMOGLOBULINA IMUNOGLOBULINA ANTILINFÓCITOS (COELHO) 25MG/5ML	AMPOLA	900,00	434,97	391.473,00

Total do Fornecedor:	434.337,00				
GRAMS & GRAMS LTDA ME					
Item	Descrição	Unid.	Qtde	Valor Unit.	Total Item
3	ACETAZOLAMIDA 250MG	COMPRIMIDO	1.500,00	0,47	698,25
7	ACETONIDO FLUOCINOLONA 0,275MG + SULFATO DE NEOMICINA 3,850MG, SULFATO DE POLIMIXINA B + CLORIDRATO DE LIDOCAÍNA 20MG SOLUÇÃO OTOLÓGICA, FRASCO COM 5 ML	FRASCO	575,00	2,32	1.333,94
40	ALISQUIRENO (HEMIFUMARATO) 300 MG	COMPRIMIDO	400,00	3,21	1.283,60
43	ALPRAZOLAM 0,5 MG	COMPRIMIDO	11.000,00	0,10	1.045,00
61	AMOXICILINA 500MG + CLAVULANATO DE POTÁSSIO 125MG	COMPRIMIDO	156.610,00	0,78	122.140,14
68	ANAGRELIDA 0,5MG	CÁPSULA	10.000,00	19,97	199.699,00
76	ATORVASTATINA 20MG	COMPRIMIDO	600,00	0,56	335,10
80	ATROPINA (SULFATO) 1% COLÍRIO 3ML	FRASCO	100,00	6,99	699,00
81	AZATIOPRINA 50MG	COMPRIMIDO	15.700,00	1,55	24.330,29
97	BEZAFIBRATO 200MG	COMPRIMIDO	750,00	0,65	487,50
107	BROMAZEPAN 01MG + SULPIRIDA 25MG	COMPRIMIDO	250,00	1,25	313,73
118	BUPROPIONA 150MG	COMPRIMIDO	243.500,00	0,49	119.315,00
150	CEFTRIAXONA 500MG PÓ PARA SUSPENSÃO IM	FRASCO AM-POLA	2.950,00	7,45	21.974,26
158	CETOPROFENO COMPRIMIDO 100MG	COMPRIMIDO	1.500,00	0,50	749,85
160	CIANOCOBALAMINA (VITAMINA B12/HIDROXICOBALAMINA) 5000MG/2ML	AMPOLA	250,00	4,99	1.247,50
165	CICLOSPORINA 100MG	CÁPSULA	600,00	7,25	4.350,00
167	CICLOSPORINA 50MG	CÁPSULA	1.500,00	3,75	5.625,00
189	CLOMIPRAMINA (CLORIDRATO) 10MG	COMPRIMIDO	11.000,00	0,43	4.730,00
190	CLOMIPRAMINA (CLORIDRATO) 25MG	COMPRIMIDO	122.000,00	0,59	71.577,40
229	COMPLEXO DE HIDRÓXIDO DE FERRO III POLIMALTOSADO 330 MG* ÁGUA BIDESTILADA Q.S.P. 2 ML * EQUIVALENTE A 100 MG DE FERRO (III) NORIPURIM IM AMPOLA 2 ML	AMPOLA	20,00	11,89	237,80
237	DESLORATADINA 0,5MG/ML FRASCO 100 ML	FRASCO	40,00	10,00	400,00
241	DESTILBENOL (DIETILESTILBESTROL) 1ML	COMPRIMIDO	4.000,00	0,79	3.159,60
246	DEXAMETASONA COLIRIO 1MG/ML FRASCO 5 ML	FRASCO	210,00	9,10	1.911,00
248	DEXAMETASONA. + NEOMICINA + POLIMIXINA B SUSPENSÃO OF-TÁLMICA 5ML	FRASCO	100,00	13,46	1.345,90
249	DEXAMETAZONA (ACETATO), TIAMINA (CLORIDRATO), PIRODOXINA (CLORIDRATO), CIANOCOBALAMINA AMPOLA COM 1 ML + 2 ML	AMPOLA	650,00	8,20	5.330,00
263	DICLOFENACO SODICO 50MG + CODEINA 50MG	COMPRIMIDO	650,00	3,12	2.028,00
267	DICLORIDRATO DE PRAMIPEXOL 1MG	COMPRIMIDO	450,00	2,77	1.246,50
271	DILTIAZEM 60MG	COMPRIMIDO	13.500,00	0,17	2.293,65
272	DILTIAZEM, CLORIDRATO 30 MG	COMPRIMIDO	900,00	0,25	221,40
277	DIPIRONA SÓDICA 300MG/ML SUPOSITÓRIO	SUPOSITÓRIO	120,00	2,10	252,00
291	DOMPERIDONA 01MG/ML SUSPENSÃO ORAL 200 ML	FRASCO	50,00	8,48	424,00
331	ESTROGÊNIOS CONJUGADOS 0,625MG CREME VAGINAL 26G	BISNAGAS	440,00	29,94	13.174,88
353	FEXOFENADINA 60MG	COMPRIMIDO	600,00	2,42	1.453,98
420	HIDRÓXIDO ALUMÍNIO + HIDRÓXIDO MAGNÉSIO + DIMETICONA, 130MG + 70MG + 6MG/ML SUSPENSÃO ORAL 240 ML	FRASCOS	12.100,00	5,98	72.356,79
435	IMIPRAMINA (PAMOATO) 75MG	COMPRIMIDO	36.500,00	1,65	60.225,00
436	IMIQUIMODE 50 MG/G	ENVELOPES	600,00	16,51	9.906,00
443	IPRATRÓPIO (BROMETO) 0,02MG/DOSE AREOSOL ORAL 200 DOSES	FRASCOS	400,00	14,98	5.991,96
458	LETROZOL 2,5MG	COMPRIMIDO	7.000,00	6,90	48.299,30
460	LEVODOPA 100MG + BENSERAZIDA 25MG COMPRIMIDO DISPERSÍ-VEL	COMPRIMIDOS	46.000,00	1,71	78.604,80
461	LEVODOPA 200MG + BENSERAZIDA 50MG	COMPRIMIDO	83.500,00	1,45	121.049,95
464	LEVODOPA ASSOCIADO A BENSERAZIDA 100MG + 25MG (BD)	COMPRIMIDOS BIRRANHURA-DOS	427.500,00	1,19	507.741,75
465	LEVODOPA ASSOCIADO A BENSERAZIDA 100MG + 25MG (HBS)	CAPSULAS HBS	72.500,00	1,78	129.042,75
489	LORAZEPAM 1MG	COMPRIMIDO	4.000,00	0,60	2.400,00
492	LOSARTANA POTASSICA 100MG + HIDROCLOROTIAZIDA 25MG	COMPRIMIDO	700,00	0,25	172,55
494	LOSARTANA POTÁSSICA 50MG + HIDROCLOROTIZADA 12,5MG	COMPRIMIDO	500,00	0,25	124,95
506	MERCAPTOPYRINA 50MG	COMPRIMIDO	5.000,00	3,85	19.250,00
511	METADONA 5MG	COMPRIMIDO	127.000,00	0,60	75.679,30

530	METOTREXATO 2,5 MG	COMPRIMIDO	2.000,00	0,83	1.659,80
539	MICOFENOLATO DE SÓDIO 180MG	CÁPSULA	3.000,00	9,97	29.901,30
548	MIRTAZAPINA 15MG	COMPRIMIDO	650,00	2,65	1.722,50
615	PANTOPRAZOL DE SÓDIO 40 MG	COMPRIMIDO	5.500,00	0,27	1.463,55
617	PARACETAMOL 100MG/ML ACOMPANHA SERINGA DOSADORA SUSPENSÃO ORAL 15 ML	FRASCO	40,00	5,18	207,20
632	PILOCARPINA (CLORIDRATO) 2% SOLUÇÃO OFTÁLMICA 10 ML	FRASCOS	530,00	20,85	11.048,12
667	RANITIDINA (CLORIDRATO) 15 MG/ML FRASCO 120 ML	FRASCO	12,00	4,97	59,64
675	RIFAMPICINA 300MG	CÁPSULA	600,00	2,89	1.734,00
705	SORBITOL, SORBITOL 70% + LAURIL SULFATO DE SÓDIO, 714MG + 7,70MG/G BISNAGA 6,5 G	BISNAGA	168,00	3,20	537,58
744	TETRACAINA (CLORIDRATO) ASSOCIADO COM FENILEFRINA (CLORIDRATO) + ÁCIDO BÓRICO SOLUÇÃO OFTÁLMICA 10 ML	FRASCO	545,00	7,05	3.842,20
754	TIBOLONA 1,25MG	COMPRIMIDO	1.000,00	0,77	769,90
805	ZOLPIDEM 10 MG	COMPRIMIDO	480,00	0,51	243,55
Total do Fornecedor:	1.799.447,69				

INOVAMED COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - ME

Item	Descrição	Unid.	Qtde	Valor Unit.	Total Item
1	ACEBROFILINA 5MG/ML, XAROPE PEDIÁTRICO, FRASCO COM 120 ML	FRASCO	6.800,00	2,33	15.844,00
2	ACEBROFILINA XAROPE ADULTO 10MG/ML, FRASCO COM 120 ML	FRASCO	2.000,00	2,99	5.980,00
10	ACICLOVIR 400MG	COMPRIMIDO	38.300,00	1,31	50.173,00
124	CAPTOPRIL 50MG	COMPRIMIDO	280.500,00	0,03	7.994,25
142	CEFALOTINA SÓDICA 1G + DILUENTE	FRASCO AMPOLA	200,00	6,00	1.200,00
143	CEFAZOLINA SÓDICA 1G	FRASCO	15.600,00	3,90	60.840,00
169	CILOSTAZOL 50MG	COMPRIMIDO	9.800,00	0,19	1.890,42
193	CLONAZEPAN 0,5MG	COMPRIMIDO	125.000,00	0,08	10.025,00
265	DICLORIDRATO DE BETAISTINA 16MG	COMPRIMIDO	4.000,00	0,32	1.292,00
286	DIVALPROATO DE SÓDIO 500MG	COMPRIMIDO	4.250,00	0,76	3.230,00
302	ENALAPRIL (MALEATO) 5MG	COMPRIMIDO	352.000,00	0,04	15.452,80
397	GLIMEPIRIDA 2 MG	COMPRIMIDO	6.800,00	0,06	439,96
473	LEVONORGESTREL 0,75MG BLISTER 2 CP	COMPRIMIDO	730,00	1,45	1.058,50
474	LEVOTIROXINA SÓDICA 100MCG	COMPRIMIDO	1.457.000,00	0,10	145.700,00
475	LEVOTIROXINA SÓDICA 25MCG	COMPRIMIDO	1.793.000,00	0,10	179.120,70
477	LEVOTIROXINA SÓDICA 75MCG	COMPRIMIDO	83.000,00	0,15	12.450,00
487	LORATADINA 10MG	COMPRIMIDO	409.032,00	0,04	17.138,44
513	METFORMINA (CLORIDRATO) 500MG	COMPRIMIDO	4.160.800,00	0,05	216.361,60
581	NORETISTERONA (ENANTATO) 50MG + ESTRADIOL (VALERATO) 5 MG/ML AMPOLA 1 ML S/ SERINGA	AMPOLA	2.820,00	6,35	17.906,72
622	PAROXETINA (CLORIDRATO) 20 MG	COMPRIMIDO	17.000,00	0,14	2.378,30
649	PRESERVATIVO MASCULINO LUBRIFICADO 52 MM	ENVELOPES	600.000,00	0,11	66.000,00
758	TIMOLOL (MALEATO) 0,25MG SOLUÇÃO OFTÁLMICA 5ML	FRASCOS	300,00	2,90	869,97
771	TOPIRAMATO 50MG	COMPRIMIDO	16.000,00	0,12	1.840,00
Total do Fornecedor:	835.185,66				

CIRURGICA JAW COMÉRCIO DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA

Item	Descrição	Unid.	Qtde	Valor Unit.	Total Item
84	AZITROMICINA 500MG EV	F/A	300,00	132,66	39.798,00
252	DEXMEDETOMIDINA (CLORIDRATO) 118MCG/ML (AMPOLA 2ML)	F/A	300,00	132,90	39.870,00
309	ERTAPENEM 1G	F/A	360,00	306,06	110.181,60
337	EXEMESTANO 25MG	DRÁGEA	3.000,00	21,07	63.210,00
339	EZETIMBA 10MG	COMPRIMIDO	450,00	1,73	778,05
432	IMIPENEM 500MG + CILASTATINA 500MG	F/A	8.500,00	12,50	106.250,00
639	POLISTIRENOSSULFONATO DE CÁLCIO 900MG/G (30G)	ENVELOPE	2.400,00	11,05	26.520,00
640	POLIMIXINA 500.000 UI	F/A	1.500,00	48,39	72.585,00
693	SEVOFLURANO 250ML	FRASCO	400,00	287,00	114.800,00
702	SITAGLIDIPINA (FOSFATO) 50MG + METFORMINA 850MG	COMPRIMIDO	900,00	2,32	2.088,00
717	SUGAMADEX SÓDICO 100MG/ML (2ML)	AMPOLA	200,00	269,54	53.908,00
756	TIGECICLINA 50MG	AMPOLA	400,00	157,51	63.004,00

Total do Fornecedor:	692.992,65				
EXTRA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES					
Item	Descrição	Unid.	Qtde	Valor Unit.	Total Item
89	BENZIDAMIDA 1,5MG/ML, FRASCO 150ML	FRASCO	300,00	16,23	4.867,80
192	CLONAZEPAM 2MG	COMPRIMIDO	530.360,00	0,09	49.747,77
266	DICLORIDRATO DE PRAMIPEXOL 0,25MG	COMPRIMIDO	1.450,00	0,69	1.002,24
423	HIDRÓXIDO DE ALUMÍNIO 61,5 MG/ML FRASCO 100 ML	FRASCO	7.400,00	1,59	11.765,26
450	ISOSSORBIDA (DINITRATO) 10MG	COMPRIMIDO	304.600,00	0,10	28.937,00
547	MIKANIA GLOMERATA SPRENGE XAROPE E SOLUÇÃO ORAL 120 ML	FRASCO	3.400,00	1,80	6.124,76
620	PARACETAMOL 500MG	COMPRIMIDO	6.927.500,00	0,05	345.682,25
719	SULFADIAZINA DE PRATA 0,4%+ NITRATO DE CERIO 1% POMADA	BISNAGA	500,00	9,60	4.800,00
720	SULFADIAZINA DE PRATA 10MG/G PASTA	BISNAGAS	22.450,00	3,86	86.544,75
780	VALACICLOVIR 500	COMPRIMIDO	1.512,00	4,11	6.217,34
781	VALERIANA OFFICINALIS 50MG	COMPRIMIDO	6.000,00	0,24	1.440,00
803	VITAMINAS + SAIS MINERAIS SENDO, ACIDO FOLICO 500MCG, VITAMINA B1 30MG, VITAMINA B2 10MG, VITAMINA B6 10 MG, VITAMINA B12 25MCG, VITAMINA E 45UI, VITAMINA C 600MG, NICOTINAMIDA 100 MG, PANTOTENATO DE CALCIO 25MG, COBRE 3MG, ZINCO 23,9MG, ZINCO23,9MG REGISTRO NO MS COMO MEDICAMENTO	COMPRIMIDO	480.000,00	0,16	76.800,00
Total do Fornecedor:	623.929,17				
DIMEVA DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA LTDA - EPP					
Item	Descrição	Unid.	Qtde	Valor Unit.	Total Item
100	BIMATOPROSTA 0,3MG/ML COLÍRIO	FRASCO	5,00	24,46	122,30
125	CARBAMAZEPINA 2% SUSPENSÃO ORAL FRASCO COM 100 ML	FRASCOS	5.110,00	3,93	20.077,19
299	DROPROPIZINA 3MG/ML FRASCO 120 ML	FRASCO	150,00	3,14	470,40
326	ESTRADIOL 2MG + ACETATO DE NORETISTERONA 1MG	COMPRIMIDO	11.300,00	0,95	10.735,00
346	FENOFIBRATO 200MG	COMPRIMIDO	115.000,00	0,69	78.890,00
366	FLUORESCINA 10 MG/ML SOLUÇÃO OFTÁLMICA FRASCO 3 ML	FRASCOS	120,00	11,30	1.356,00
371	FORMOTEROL (FUMARATO) 12 MCG + BUDESONIDA 400 MCG	CAPSULAS	1.250,00	1,45	1.806,25
393	GLICOSAMINA (SULFATO) 400 G + CONDOITINA (SULFATO) 500G	CAPSULAS	16.000,00	1,82	29.120,00
426	HIPROMELOSE 0,3% SOLUÇÃO OFTÁLMICA 15 ML	FRASCO	310,00	10,34	3.205,40
471	LEVONORGESTREL + ETINILESTRADIOL (6 DRGS. 0,05 LEVONORGESTREL + 0,03 MG ETINILESTRADIOL) (5 DGRS. 0,07 MG LEVONORGESTREL + 0,04MG ETINILESTRADIOL) (10DRGS.0,125MG LEVONORGESTREL + 0,03MG ETINILESTRADIOL) BLISTER 21 DRAGEAS	DRÁGEAS	15.000,00	0,40	6.030,00
508	MESALAZINA 400MG	COMPRIMIDO	400,00	0,56	222,00
586	NORTRIPTILINA (CLORIDRATO) 50MG	COMPRIMIDO	77.000,00	0,38	29.029,00
606	OXIBUTININA 1MG/ML FRASCO 120 ML	FRASCO	50,00	12,50	625,00
609	OXIDO ZINCO + VITAMINA A + D POMADA 45 GR	BISNAGA	1.400,00	1,71	2.394,00
624	PENTOXIFILINA 400MG	COMPRIMIDO	300,00	0,53	159,00
625	PERICIAZINA 1% FRASCO 20 ML	FRASCOS	100,00	8,50	850,00
638	PLANTAGO OVATA 3,5G PÓ EFERVESCENTE SEM AÇUCAR	SACHÊ	10.000,00	0,87	8.700,00
694	SILYBUM MARIANUM L. GAERTH EXTRATO SECO 100 MG	COMPRIMIDO	500,00	1,80	900,00
714	SOTALOL (CLORIDRATO) 160MG	COMPRIMIDO	250,00	0,89	221,75
760	TINIDAZOL 500MG	COMPRIMIDO	300,00	0,65	195,00
761	TIOCONAZOL 20MG/G + TINIDAZOL 30MG/G BISNAGA 30 G COM APLICADOR	BISNAGA	80,00	13,30	1.064,00
767	TOBRAMICINA 3MG COLIRIO 5 ML	FRASCOS	1.310,00	3,19	4.178,90
768	TOBRAMICINA 3MG/ML + DEXAMETASONA 1MG/ML SOLUÇÃO OFTÁLMICA 5 ML	FRASCO	20,00	10,90	218,00
794	VIDAGLIPTINA ASSOCIADA A CLORIDRATO DE METFORMINA (50 MG + 850 MG)	COMPRIMIDO	392,00	3,60	1.411,20
Total do Fornecedor:	201.980,39				
PROHOSP DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA					
Item	Descrição	Unid.	Qtde	Valor Unit.	Total Item

147	CEFTAZIDIMA 1G	F/A	2.000,00	7,10	14.200,00
149	CEFTRIAXONA 1G PÓ PARA SUSPENSÃO IM	FRASCO AM-POLA	1.750,00	6,90	12.075,00
181	CITARABINA 100MG	F/A	250,00	10,67	2.667,50
182	CITARABINA 500MG	F/A	1.500,00	19,57	29.355,00
525	METOPROLOL (SUCCINATO) 100MG (COMPRIMIDO DE LIBERAÇÃO CONTROLADA)	COMPRIMIDO	42.540,00	1,80	76.529,46
526	METOPROLOL (SUCCINATO) 25MG (COMPRIMIDO DE LIBERAÇÃO CONTROLADA)	COMPRIMIDO	112.450,00	0,55	61.847,50
527	METOPROLOL (SUCCINATO) 50MG (COMPRIMIDO DE LIBERAÇÃO CONTROLADA)	COMPRIMIDO	121.950,00	1,10	134.145,00
Total do Fornecedor:	330.819,46				

COINTER MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA

Item	Descrição	Unid.	Qtde	Valor Unit.	Total Item
440	INSULINA, DETEMIR, 100 U/ML , 3 ML ,COM SISTEMA DE APLICAÇÃO	CANETA	35,00	61,24	2.143,40
Total do Fornecedor:	2.143,40				

ANDRETTA MEDICAMENTOS LTDA - EPP

Item	Descrição	Unid.	Qtde	Valor Unit.	Total Item
31	ÁGUA DESTILADA ESTERIL SISTEMA FECHADO, FRASCO 500 ML	FRASCO	500,00	2,42	1.210,00
33	ÁGUA OXIGENADA 10 VOLUMES , FRASCO COM 1 LITRO	FRASCO	50,00	3,50	175,00
66	AMPICILINA 2G + SULBACTAM 1G	F/A	20.000,00	13,50	270.000,00
91	BENZILPENICILINA BENZATINA 1200.000U.I PÓ FRASCO + DILUENTE	FRASCO	48.200,00	8,50	409.700,00
93	BENZILPENICILINA POTASSICA 5.000.000 UI + DILUENTE	FRASCO	1.200,00	10,00	12.000,00
332	ÉTER FRASCO 1 LITRO	FRASCO	2,00	25,00	50,00
496	MANITOL 20% SISTEMA FECHADO SOLUÇÃO INJETÁVEL 250 ML	FRASCO	3.545,00	3,96	14.024,02
599	ONDANSETRONA 8MG/ML AMPOLA 4 ML	AMPOLA	22.650,00	1,50	33.975,00
703	SOLUÇÃO DE RINGER COM LACTATO DE SÓDIO SISTEMA FECHADO COM 500 ML	FRASCO	250,00	2,75	686,25
706	SORO FISIOLÓGICO (CLORETO DE SÓDIO 0,9%) 10 ML SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA	AMPOLA	500,00	0,25	122,50
707	SORO FISIOLÓGICO (CLORETO DE SÓDIO 0,9%) FRASCO 100ML SISTEMA FECHADO	FRASCO	5.200,00	2,00	10.389,60
Total do Fornecedor:	752.332,37				

DMC DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E CORRELATOS LTDA - ME

Item	Descrição	Unid.	Qtde	Valor Unit.	Total Item
240	DESONIDA 0,5MG/G (TUBO 30G) CREME	TUBO	90,00	14,80	1.332,00
409	HIDRALAZINA 25MG	COMPRIMIDO	11.000,00	0,28	3.080,00
433	IMIPRAMINA (CLORIDRATO) 10MG	COMPRIMIDO	30.000,00	0,46	13.692,00
479	LIDOCAÍNA (CLORIDRATO) 10% SPRAY FRASCO 50 ML	FRASCO	20,00	38,00	759,98
529	METOPROLOL (TARTARATO) 100MG	COMPRIMIDO	1.000,00	0,50	499,00
575	NITROGLICERINA 5 MG/ML AMPOLA 5 ML	AMPOLA	450,00	35,00	15.750,00
592	OMEPRAZOL 10MG	COMPRIMIDO	25.000,00	0,70	17.500,00
626	PERICIAZINA 4% FRASCO 20 ML	FRASCOS	600,00	15,81	9.483,60
660	PROPRANOLOL (CLORIDRATO) 10MG	COMPRIMIDO	25.000,00	0,15	3.750,00
728	SULFATO FERROSO 25MG/ML SOLUÇÃO ORAL 30 ML	FRASCOS	26.530,00	0,89	23.603,74
747	TIABENDAZOL 50MG/G POMADA 20 G	BISNAGA	100,00	10,00	1.000,00
773	TRAMADOL (CLORIDRATO) 50MG	COMPRIMIDO	144.200,00	0,18	25.811,80
785	VARFARINA SÓDICA 1MG	COMPRIMIDO	16.000,00	0,36	5.824,00
Total do Fornecedor:	122.086,12				

VETERINARIA SUL CATARINENSE LTDA - EPP

Item	Descrição	Unid.	Qtde	Valor Unit.	Total Item
255	DEXTROCETAMINA 50MG/ML (FRASCO 10ML)	F/A	500,00	66,60	33.300,00
448	ISOFLURANO 240ML	FRASCO	60,00	103,40	6.204,00

762	TIOPENTAL SÓDICO 1G	AMPOLA	200,00	29,20	5.840,00
Total do Fornecedor:	45.344,00				
HOSPFAR IND E COM DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (FILIAL)					
Item	Descrição	Unid.	Qtde	Valor Unit.	Total Item
45	ALTEPLASE (ATIVADOR TISSULAR DO PLASMINOGÊNIO) 20MG	F/A	100,00	666,26	66.626,00
46	ALTEPLASE (ATIVADOR TISSULAR DO PLASMINOGÊNIO) 50MG	F/A	100,00	1.665,64	166.564,00
47	ALTEPLASE 50 MG PÓ LIÓFILO INJETÁVEL + DILUENTE	F/A	20,00	1.665,64	33.312,80
87	BAMIFILINA 600MG	COMPRIMIDO	400,00	1,55	620,00
119	CABERGOLINA 0,5 MG	COMPRIMIDO	300,00	17,09	5.127,48
195	CLONIDINA CLORIDRATO 0,1 MG	COMPRIMIDO	9.500,00	0,15	1.415,50
228	COMPLEXO COLOIDAL DE SACARATO DE HIDRÓXIDO DE FERRO III 2500 MG* ÁGUA BIDEUTILADA Q.S.P. 5 ML * EQUIVALENTE A 100 MG DE FERRO (III) – EV AMPOLA 5 ML	AMPOLA	350,00	3,88	1.358,00
239	DESMOPRESSINA. (ACETATO) 4MCG/ML (AMPOLA 1ML)	AMPOLA	50,00	18,52	925,95
273	DIMENIDRATO + PIRIDOXINA + GLICOSE + FRUTOSE, 3MG+5M-G+100MG/ML AMPOLA 10 ML	AMPOLA	20.860,00	1,94	40.508,03
274	DIMENIDRINATO 50MG + PIRIDOXINA (CLORIDRATO) 10MG	COMPRIMIDO	10.200,00	0,16	1.581,00
276	DIOSMINA 450MG + HESPERIDINA 50MG	COMPRIMIDO	2.264.650,00	0,21	475.576,50
282	DIPROPIONATO DE BECLOMETASONA – AEROSOL 250UI/DOSE FRASCO 200 DOSES	TUBO	5.985,00	39,00	233.415,00
284	DIPROPIONATO DE BECLOMETASONA– AEROSOL 50UI/DOSE – USO ORAL FRASCO 200 DOSES	TUBO	2.700,00	22,80	61.560,00
315	ESCOPOLAMINA (BUTILBROMETO) 20 MG/ML AMPOLA 1 ML	AMPOLA	2.800,00	1,19	3.329,20
329	ESTROGÊNIO CONJUGADOS 0,3MG	COMPRIMIDO	3.000,00	0,58	1.744,20
391	GLICAZIDA 60MG MR	COMPRIMIDO	93.000,00	0,21	19.530,00
445	IPRATROPIO + FENOTEROL AEROSOL 15ML	FRASCO	600,00	10,28	6.168,00
635	PIRIMITAMINA 25MG	COMPRIMIDO	41.000,00	0,06	2.406,70
647	PREGABALINA 75MG	COMPRIMIDO	2.800,00	1,87	5.236,00
656	PROPRATILNITRATO 10MG	COMPRIMIDO	904.900,00	0,33	302.417,58
671	RETINOL (ACETATO) 50.000UI + COLECALCIFEROL 10.000UI FRASCO 10 ML	FRASCO	482.550,00	4,05	1.954.327,50
701	SIROLIMUS 1MG	DRÁGEA	200,00	21,22	4.244,90
743	TERLIPRESSINA (ACETATO) 1MG/5ML IV	AMPOLA	200,00	234,67	46.934,00
765	TIOTROPIO (BROMETO) 2,5MCG/ML SOLUÇÃO INALATÓRIA 60 DOSES	FRASCO	30,00	220,41	6.612,30
777	TRIAMETAZIDINA 35MG	COMPRIMIDO	15.300,00	1,44	22.082,49
786	VARFARINA SÓDICA 2,5 MG	COMPRIMIDO	270.000,00	0,25	67.230,00
Total do Fornecedor:	3.530.853,13				
PRINCIPAL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP					
Item	Descrição	Unid.	Qtde	Valor Unit.	Total Item
129	CARBONATO DE CÁLCIO 1250MG (EQUIVALENTE A 500MG DE CA++)	COMPRIMIDO	74.000,00	0,08	5.920,00
130	CARBONATO DE CÁLCIO 1500 MG (EQUIVALENTE A 600MG DE CA++ + COLECALCIFEROL 400UI)	COMPRIMIDO	281.000,00	0,29	81.180,90
278	DIPIRONA SÓDICA 500MG	COMPRIMIDO	1.239.500,00	0,06	74.246,05
Total do Fornecedor:	161.346,95				
Total Geral:	28.895.119,00				

2º) Ficam os adjudicatários convocados para assinatura o envio das Atas de Registro de Preços, no prazo estabelecido no Edital.

Joinville, 14 de maio de 2015.
 JOSÉ CHAVES
 PRESIDENTE DO CISONORDESTE/SC

CIS/AMOSC**EXTRATOS MEDICAMENTOS**

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA – CIS-AMOSC

EXTRATO TERMO ADITIVO 38/2015 - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº14/2014.

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 0001/2014.

TIPO: Menor preço.

OBJETO: Aquisição de medicamentos conforme descrição e especificações e demais condições constantes no ANEXO I do EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0001/2014.

FORNECEDOR: NUNESFARMA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACEUTICOS

CNPJ: 75.014.167-0001.00

VIGÊNCIA: De junho a dezembro de 2015.

O Termo Aditivo completo encontra-se disponível no site amosc.org.br Link: <http://amosc.org.br/cms/pagina/ver/codMapaItem/49824>, nesta encontram-se os preços unitários registrados. Assinam o Termo o Consorcio Intermunicipal de Saúde do Oeste de SC - CISA-MOSC, neste ato representado por seu Presidente DANILO DAGA, doravante denominado ORGÃO GERENCIADOR e FERNANDO CESAR DA SILVA, doravante denominado FORNECEDOR.

EXTRATO TERMO ADITIVO 39/2015 - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº15/2014.

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 0001/2014.

TIPO: Menor preço.

OBJETO: Aquisição de medicamentos conforme descrição e especificações e demais condições constantes no ANEXO I do EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0001/2014.

FORNECEDOR: PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTDA

CNPJ: 81.706.251-0001.98

VIGÊNCIA: De junho a dezembro de 2015.

O Termo Aditivo completo encontra-se disponível no site amosc.org.br Link: <http://amosc.org.br/cms/pagina/ver/codMapaItem/49824>, nesta encontram-se os preços unitários registrados. Assinam o Termo o Consorcio Intermunicipal de Saúde do Oeste de SC - CISA-MOSC, neste ato representado por seu Presidente DANILO DAGA, doravante denominado ORGÃO GERENCIADOR e LUCIANA CAPELETTI, doravante denominado FORNECEDOR.

EXTRATO TERMO ADITIVO 40/2015 - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº27/2014.

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 0001/2014.

TIPO: Menor preço.

OBJETO: Aquisição de medicamentos conforme descrição e especificações e demais condições constantes no ANEXO I do EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0001/2014.

FORNECEDOR: ANGAI DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP

CNPJ: 04.217.590-0001.60

VIGÊNCIA: De junho a dezembro de 2015.

O Termo Aditivo completo encontra-se disponível no site amosc.org.br Link: <http://amosc.org.br/cms/pagina/ver/codMapaItem/49824>, nesta encontram-se os preços unitários registrados. Assinam o Termo o Consorcio Intermunicipal de Saúde do Oeste de SC - CISA-MOSC, neste ato representado por seu Presidente DANILO DAGA, doravante denominado ORGÃO GERENCIADOR e ANDERSON RIBEIRO LAZZARI, doravante denominado FORNECEDOR.

EXTRATO TERMO ADITIVO 41/2015 - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº09/2014.

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 0001/2014.

TIPO: Menor preço.

OBJETO: Aquisição de medicamentos conforme descrição e

especificações e demais condições constantes no ANEXO I do EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0001/2014.

FORNECEDOR: ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA CNPJ: 00.802.002-0001.02

VIGÊNCIA: De junho a dezembro de 2015.

O Termo Aditivo completo encontra-se disponível no site amosc.org.br Link: <http://amosc.org.br/cms/pagina/ver/codMapaItem/49824>, nesta encontram-se os preços unitários registrados. Assinam o Termo o Consorcio Intermunicipal de Saúde do Oeste de SC - CISA-MOSC, neste ato representado por seu Presidente DANILO DAGA, doravante denominado ORGÃO GERENCIADOR e MAICON CORDOVA PEREIRA, doravante denominado FORNECEDOR.

EXTRATO TERMO ADITIVO 42/2015 - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº09/2014.

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 0001/2014.

TIPO: Menor preço.

OBJETO: Aquisição de medicamentos conforme descrição e especificações e demais condições constantes no ANEXO I do EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0001/2014.

FORNECEDOR: ANDROMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA ME

CNPJ: 04.217.590-0001.60

VIGÊNCIA: De junho a dezembro de 2015.

O Termo Aditivo completo encontra-se disponível no site amosc.org.br Link: <http://amosc.org.br/cms/pagina/ver/codMapaItem/49824>, nesta encontram-se os preços unitários registrados. Assinam o Termo o Consorcio Intermunicipal de Saúde do Oeste de SC - CISA-MOSC, neste ato representado por seu Presidente DANILO DAGA, doravante denominado ORGÃO GERENCIADOR e ANDERSON RIBEIRO LAZZARI, doravante denominado FORNECEDOR.

EXTRATO TERMO ADITIVO 43/2015 - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº11/2014.

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 0001/2014.

TIPO: Menor preço.

OBJETO: Aquisição de medicamentos conforme descrição e especificações e demais condições constantes no ANEXO I do EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0001/2014.

FORNECEDOR: COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA

CNPJ: 67.729.178-0004.91

VIGÊNCIA: De junho a dezembro de 2015.

O Termo Aditivo completo encontra-se disponível no site amosc.org.br Link: <http://amosc.org.br/cms/pagina/ver/codMapaItem/49824>, nesta encontram-se os preços unitários registrados. Assinam o Termo o Consorcio Intermunicipal de Saúde do Oeste de SC - CISA-MOSC, neste ato representado por seu Presidente DANILO DAGA, doravante denominado ORGÃO GERENCIADOR e ALESSANDRA FERNANDA RIGO, doravante denominado FORNECEDOR.